

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES DA QUARTA EMISSÃO DA



Telemar Norte Leste S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 33.000.118/0001-79
Rua General Polidoro, nº 99, CEP 22280-001, Rio de Janeiro, RJ

R\$3.000.000.000,00

CÓDIGO ISIN: BRTMARDBS022 (1ª SÉRIE) E BRTMARDBS030 (2ª SÉRIE)

Classificação de Risco: Moody's "Aaa.br"

REGISTRO Nº CVM/SRE/DEB/2009/003 (1ª SÉRIE) E CVM/SRE/DEB/2009/004 (2ª SÉRIE), CONCEDIDO EM 27 DE ABRIL DE 2009

Quarta emissão, sendo a segunda emissão pública, por **TELEMAR NORTE LESTE S.A.** ("Emissora" ou "**Companhia**"), para distribuição pública, em duas séries, de até 3.000.000 de debêntures, sendo até 964.409 Debêntures da 1ª Série e até 2.035.591 Debêntures da 2ª Série, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 em 6 de abril de 2009 ("**Data de Emissão**"), perfazendo o total de até R\$3.000.000.000,00, com vencimento em 30 de maio de 2011 (1ª série) e 6 de abril de 2012 (2ª série) ("**Emissão**", "**Oferta**" e "**Debêntures**", respectivamente). As Debêntures são nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, sem emissão de cautelas ou certificados.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, realizada com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**") e do BANCO BRADESCO BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "**Coordenadores**") e instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**") e na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("**Instrução CVM 471**").

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("**SDT**") administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("**CETIP**"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("**DDA**"), administrado e operacionalizado pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBovespa**"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("**Bovespa Fix**"), ambiente de negociação de ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBovespa, sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a negociação das Debêntures.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de março de 2009, cuja ata será submetida a arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" ("**DOERJ**") e no jornal "Valor Econômico".

A Oferta é regida pela "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirográficas e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A.", celebrada entre a Emissora e BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. ("**Agente Fiduciário**") em 23 de março de 2009 e aditada em 17 de abril de 2009 ("**Escritura de Emissão**"), devidamente registrada na JUCERJA sob o nº ED33000142-3/001.

Data de Início da Oferta: 30 de abril de 2009.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, SUA VIABILIDADE, SUA ADMINISTRAÇÃO, SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, OU DAS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS, E É CONCEDIDO SEGUNDO CRITÉRIOS FORMAIS DE LEGALIDADE.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. AO DECIDIR POR ADQUIRIR AS DEBÊNTURES, POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO REALIZAR SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DE SEUS ATIVOS E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES. ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM BASE NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COMPANHIA, SENDO QUE OS COORDENADORES TOMARAM TODAS AS CAUTELAS E AGIRAM COM ELEVADOS PADRÕES DE DILIGÊNCIA, RESPONDENDO PELA FALTA DE DILIGÊNCIA OU OMISSÃO, PARA ASSEGURAR QUE (I) AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COMPANHIA FOSSEM VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E (II) AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE AQUELAS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS CONSTANTES DA ATUALIZAÇÃO DO REGISTRO DA COMPANHIA QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO, SÃO SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 67 A 85 DESTES PROSPECTO.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES



COORDENADOR LÍDER



COORDENADOR

PARTICIPANTES ESPECIAIS



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	9
SUMÁRIO DA COMPANHIA	26
VISÃO GERAL	26
<i>Serviços de telefonia fixa.....</i>	<i>27</i>
<i>Serviços de telefonia móvel</i>	<i>27</i>
<i>Serviços de transmissão de dados</i>	<i>28</i>
<i>Outros serviços.....</i>	<i>28</i>
PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS DA EMISSORA.....	28
<i>Forte participação em mercados relevantes.....</i>	<i>28</i>
<i>Ampla reconhecimento da marca Oi</i>	<i>29</i>
<i>Expansão em virtude da recente aquisição da Brasil Telecom, resultando em um</i> <i>ganho de escala face à potencial geração de sinergias.....</i>	<i>29</i>
<i>Oferta de serviços integrados.....</i>	<i>29</i>
<i>Utilização de tecnologia avançada.....</i>	<i>29</i>
<i>Administração altamente experiente com atuação no setor de telecomunicações</i>	<i>29</i>
ESTRATÉGIA.....	30
<i>Manter o foco na convergência</i>	<i>30</i>
<i>Aumentar a receita por meio de novas alavancas de crescimento</i>	<i>30</i>
<i>Expandir a oferta integrada de serviços.....</i>	<i>32</i>
<i>Maximizar a eficiência operacional e o nível de qualidade</i>	<i>32</i>
<i>Alavancar sinergias entre as redes fixa e móvel, possibilitando a redução de custos</i> <i>operacionais e o aumento das vendas por meio de ofertas convergentes.....</i>	<i>33</i>
<i>Aumentar a eficiência e controle de gastos</i>	<i>33</i>
<i>Atuar na consolidação do setor brasileiro de telecomunicações</i>	<i>33</i>
SUMÁRIO DA OFERTA	34
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....	38
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	39
IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES	40
COORDENADOR LÍDER.....	40
BRADESCO BBI.....	40
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	42
EMISSORA	42
COORDENADOR LÍDER.....	42
COORDENADOR.....	42
CONSULTORES LEGAIS	42
AGENTE FIDUCIÁRIO.....	43
INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA.....	43
AUDITORES INDEPENDENTES.....	43
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	44
DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER.....	44
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES	45
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	46
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	46
ACIONISTAS DA EMISSORA	46
APROVAÇÃO DA OFERTA.....	46
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	46
<i>Colocação.....</i>	<i>46</i>
<i>Prazo de subscrição.....</i>	<i>46</i>



<i>Forma de subscrição</i>	46
<i>Forma de integralização</i>	47
<i>Negociação</i>	47
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	47
<i>Número da emissão</i>	47
<i>Valor total da emissão</i>	47
<i>Quantidade</i>	47
<i>Valor nominal</i>	47
<i>Séries</i>	47
<i>Forma</i>	47
<i>Conversibilidade</i>	47
<i>Espécie e Limite de Emissão</i>	48
<i>Data de emissão</i>	48
<i>Prazo e data de vencimento</i>	48
<i>Pagamento do Valor Nominal</i>	48
<i>Remuneração</i>	48
<i>Indisponibilidade Temporária da Taxa DI</i>	50
<i>Indisponibilidade da Taxa DI</i>	50
<i>Repactuação</i>	51
<i>Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa</i>	51
<i>Aquisição facultativa</i>	51
<i>Encargos moratórios</i>	51
<i>Decadência dos direitos aos acréscimos</i>	51
<i>Local de pagamento</i>	51
<i>Imunidade Tributária</i>	52
<i>Prorrogação dos prazos</i>	52
<i>Vencimento antecipado</i>	52
<i>Assembléias Gerais de Debenturistas</i>	54
DIVULGAÇÃO DE ANÚNCIOS RELACIONADOS À OFERTA	55
PÚBLICO ALVO	55
INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES	55
REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES	56
MANIFESTAÇÃO DE ACEITAÇÃO À OFERTA	56
MANIFESTAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO À OFERTA	56
SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DA OFERTA	56
MODIFICAÇÃO DA OFERTA	56
ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS E GARANTIA DE LIQUIDEZ	57
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	57
<i>Melhores Esforços</i>	57
<i>Plano da Oferta</i>	57
<i>Custos da Oferta</i>	60
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES	61
<i>Coordenador Líder</i>	61
<i>Bradesco BBI</i>	62
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	63
<i>COORDENADOR LÍDER</i>	63
<i>BRADESCO BBI</i>	63
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	64
CAPITALIZAÇÃO	66
FATORES DE RISCO	67
<i>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA E AO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRO</i>	67
<i>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DA BRT</i>	78
<i>FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES</i>	81
<i>FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO BRASIL</i>	82



APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	86
ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	86
ALINHAMENTO COM NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS – LEI Nº 11.638/07 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08.....	86
<i>Demonstrações Financeiras da Emissora</i>	<i>87</i>
<i>Pareceres de Auditoria.....</i>	<i>87</i>
<i>Demonstrações Financeiras da BrT Part.....</i>	<i>87</i>
<i>Pareceres de Auditoria.....</i>	<i>87</i>
<i>Demonstrações Financeiras da Invitel.....</i>	<i>88</i>
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	89
ARREDONDAMENTOS.....	89
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS.....	90
EMISSORA	91
<i>Demonstração de Resultado Consolidado da Emissora.....</i>	<i>91</i>
<i>Balanço Patrimonial Consolidado da Emissora</i>	<i>92</i>
BrT	93
<i>Demonstração de Resultado Consolidado da BrT.....</i>	<i>93</i>
<i>Balanço Patrimonial Consolidado da BrT.....</i>	<i>94</i>
DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS.....	95
CENÁRIO MACROECONÔMICO – IMPACTOS DA INFLAÇÃO	95
DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA EMISSORA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2007 E 2008, CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMISSORA PARA OS RESPECTIVOS EXERCÍCIOS.	96
<i>Comparação entre os Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 – Telemar Norte Leste S.A. Consolidado – Demonstração de Resultado</i>	<i>96</i>
<i>Comparação de Receita Bruta – exercícios de 2006, 2007 e 2008</i>	<i>97</i>
<i>Receita Operacional Bruta</i>	<i>97</i>
<i>Comparação de Custos e Despesas Operacionais 2006, 2007 e 2008.....</i>	<i>100</i>
<i>Comparação de Despesas de Comercialização, Gerais e Administrativas em 2006, 2007 e 2008.....</i>	<i>102</i>
<i>Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas</i>	<i>104</i>
<i>EBITDA</i>	<i>105</i>
<i>Resultado Financeiro Líquido</i>	<i>105</i>
<i>Endividamento Telemar Norte Leste S.A.</i>	<i>106</i>
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	<i>106</i>
DISCUSSÃO E ANÁLISE SOBRE AS ESTRUTURAS PATRIMONIAIS DA EMISSORA	106
<i>Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 – Telemar Norte Leste S.A. (Consolidado).....</i>	<i>106</i>
PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	108
<i>Em 31 de dezembro de 2008 comparado com 31 de dezembro de 2007.....</i>	<i>108</i>
<i>Ativo.....</i>	<i>108</i>
<i>Ativo Circulante</i>	<i>108</i>
<i>Ativo Realizável a Longo Prazo.....</i>	<i>108</i>
<i>Ativo permanente.....</i>	<i>109</i>
<i>Passivo.....</i>	<i>110</i>
<i>Passivo circulante</i>	<i>110</i>
<i>Passivo exigível a longo prazo</i>	<i>111</i>
<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>112</i>
<i>Em 31 de dezembro de 2007 comparado com 31 de dezembro de 2006.....</i>	<i>113</i>
<i>Ativo.....</i>	<i>113</i>
<i>Ativo Circulante.....</i>	<i>113</i>
<i>Ativo Permanente</i>	<i>114</i>
<i>Passivo.....</i>	<i>115</i>
<i>Passivo circulante</i>	<i>115</i>
<i>Passivo exigível a longo prazo.....</i>	<i>116</i>
<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>117</i>



LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL	117
<i>Visão geral</i>	117
FLUXO DE CAIXA	117
<i>Origens dos recursos</i>	117
<i>Utilização de recursos</i>	117
<i>Derivativos</i>	118
ENDIVIDAMENTO E ESTRATÉGIA FINANCEIRA.....	118
<i>Endividamento de Curto Prazo</i>	119
<i>Endividamento de Longo Prazo</i>	119
CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES.....	120
<i>Contratos Financeiros Relevantes da Emissora</i>	120
<i>Empréstimos junto ao BNDES</i>	120
<i>Empréstimo junto ao Banco do Brasil</i>	121
<i>Empréstimos com Citibank Tokyo</i>	121
<i>Empréstimo junto ao Nordic Investment Bank</i>	121
<i>Empréstimo junto ao Finnish Export Credit</i>	122
<i>Empréstimos com o ABN AMRO Bank N.V.</i>	122
<i>Empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.</i>	122
<i>Credit Agreement celebrado entre a Emissora, o China Development Bank Corporation e outras instituições financeiras</i>	122
<i>Contratos Financeiros Relevantes da BrT</i>	123
<i>Empréstimos junto ao BNDES</i>	123
<i>Empréstimo junto ao Sumitomo Mitsui Banking Corporation</i>	124
<i>Cédulas de Crédito Comercial</i>	124
POSIÇÃO DA DÍVIDA DA EMISSORA.....	125
CAPACIDADE DE PAGAMENTO FRENTE AO ENDIVIDAMENTO DA EMISSORA	127
DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA BrT PART PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2007 E 2008, CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA BrT PARA OS RESPECTIVOS EXERCÍCIOS.	127
<i>Comparação entre os Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 Brasil Telecom Participações S.A. Consolidado – Demonstração de Resultado</i>	127
<i>Receitas Operacionais Líquidas</i>	127
<i>Receitas de Serviços Locais</i>	128
<i>Receitas de Serviços de Longa Distância</i>	130
<i>Deduções das Receitas Operacionais Brutas</i>	132
DISCUSSÃO E ANÁLISE SOBRE AS ESTRUTURAS PATRIMONIAIS DA BrT PART	139
<i>Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 - Brasil Telecom Participações S.A.</i>	138
PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2006.....	140
<i>Em 31 de dezembro de 2008 comparado com 31 de dezembro de 2007 e em 31 de dezembro comparado com 31 de dezembro de 2006</i>	140
<i>Ativo</i>	140
<i>Ativo Circulante</i>	139
<i>Ativo Não-Circulante</i>	140
<i>Passivo</i>	143
<i>Passivo Circulante</i>	142
<i>Passivo Não Circulante</i>	144
<i>Empréstimos e Financiamentos (Incluindo Debêntures)</i>	145
SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRO.....	149
<i>VISÃO GERAL</i>	149
<i>DESEMPENHO DO MERCADO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES</i>	149
<i>REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL</i>	150
<i>Concessões e Autorizações</i>	150
<i>Aspectos Gerais</i>	149
<i>Regulamentação dos Serviços de Telefonia Fixa</i>	151
<i>Políticas gerais para a regulamentação do setor de telecomunicações</i>	150
<i>Contratos de Concessão de 2006</i>	151
<i>Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU</i>	154
<i>Extinção da concessão</i>	155



<i>Qualidade dos serviços – Plano Geral de Metas de Qualidade</i>	155
<i>Regulamento de SMP e suas tarifas</i>	156
<i>Preços de Interconexão</i>	158
<i>Regulação Internacional das Tarifas de Interconexão Cobradas por</i> <i>Provedores com Poder Significativo de Mercado</i>	159
<i>Nova Regulamentação publicada em 2008</i>	159
<i>Regulamentação de portabilidade numérica</i>	160
<i>Serviços de Transmissão de Dados e Serviços de Internet</i>	161
<i>Questões ambientais e outras questões regulatórias</i>	161
EMISSORA	163
VISÃO GERAL	163
<i>Serviços de telefonia fixa</i>	164
<i>Serviços de telefonia móvel</i>	165
<i>Serviços de transmissão de dados</i>	165
<i>Outros serviços</i>	166
PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS DA EMISSORA	166
<i>Forte participação em mercados relevantes</i>	166
<i>Amplio reconhecimento da marca Oi</i>	166
<i>Expansão em virtude da recente aquisição da Brasil Telecom, resultando em um ganho</i> <i>de escala face à potencial geração de sinergias</i>	167
<i>Oferta de serviços integrados</i>	167
<i>Utilização de tecnologia avançada</i>	167
<i>Administração altamente experiente com atuação no setor de telecomunicações</i>	167
ESTRATÉGIA	167
<i>Manter o foco na convergência</i>	168
<i>Aumentar a receita por meio de novas alavancas de crescimento</i>	168
<i>Expandir a oferta integrada de serviços</i>	170
<i>Maximizar a eficiência operacional e o nível de qualidade</i>	170
<i>Alavancar sinergias entre as redes fixa e móvel, possibilitando a redução de custos</i> <i>operacionais e o aumento das vendas por meio de ofertas convergentes</i>	170
<i>Aumentar a eficiência e controle de gastos</i>	171
<i>Atuar na consolidação do setor brasileiro de telecomunicações</i>	171
HISTÓRICO	171
<i>Privatização da Telebrás</i>	171
EVENTOS E AQUISIÇÕES RELEVANTES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	173
<i>Conclusão Antecipada de Metas do PGMU</i>	173
<i>Aquisição da Pegasus – Expansão da rede de transmissão de dados</i>	173
<i>Aquisição da Oi</i>	173
<i>Incorporação da Pegasus pela Oi</i>	173
<i>Investimento em empreendimentos conjuntos de infraestrutura</i>	173
<i>Entrada no negócio de ISP</i>	174
<i>Aquisição de negócio de créditos e pagamentos pelo celular (“mobile payment”)</i>	174
<i>Aquisição da TNCP e Amazônia Celular</i>	174
<i>OPAs Voluntárias</i>	174
<i>OPAs Tag Along</i>	175
<i>Reorganização Societária da TNCP, Amazônia Celular e Oi</i>	175
<i>Aquisição da BrT e BrT Part.</i>	176
<i>Impacto financeiro da aquisição da BrT</i>	176
<i>Aprovações regulatórias da Aquisição da BrT – ANATEL</i>	177
<i>Aprovações regulatórias da Aquisição da BrT – CADE</i>	178
<i>Visão Geral da BrT</i>	179
<i>Estrutura Societária da Emissora</i>	180
PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES	181
<i>BrT</i>	181
<i>Oi</i>	181
<i>BrT Celular</i>	181
<i>Companhia AIX de Participações (“AIX”)</i>	182
<i>Telemar Internet Ltda. (“Oi Internet”)</i>	182
<i>Paggo Empreendimentos S.A.</i>	182
<i>Pegasus Telecom S.A.</i>	182



SEREDE	183
Amazônia Celular	183
Brasil Telecom Call Center S.A.	183
BrT Serviços de Internet S.A.	183
Vant Telecomunicações S.A.	183
BrT Cabos Submarinos Ltda. e BrT Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd.	183
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda.	183
Internet Group do Brasil	183
ÁREAS DE ATUAÇÃO	183
SERVIÇOS	185
Serviços de telefonia fixa	185
Serviços de Longa Distância	187
Serviços de telefonia móvel	188
Serviços de transmissão de dados	190
Serviços de utilização de rede (serviço de Interconexão).....	192
Serviços de transporte de tráfego	193
Serviços de telefone público	193
Serviços de valor agregado	193
Serviços avançados de voz.....	193
Portal de internet iG.....	193
TARIFAS	194
Tarifas de linhas fixas locais	194
Tarifas de longa distância nacional	196
Tarifas de Telefonia Móvel.....	197
Tarifas de uso de Rede (Interconexão).....	198
Tarifas de transmissão de dados	201
FATURAMENTO E COBRANÇA.....	201
Serviços de telefonia fixa	201
Serviços de telefonia móvel	202
CONCORRÊNCIA.....	202
Serviços de linhas fixas locais	203
Serviços de Longa Distância	204
Serviços de Telefonia Móvel.....	205
Serviços de transmissão de dados	206
MARCAS, PATENTES E LICENÇAS	206
MARKETING	206
Clientes de Varejo.....	206
Clientes residenciais de alto poder aquisitivo e pequenos e médios clientes corporativos	207
Grandes clientes corporativos	208
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....	209
PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS	210
REDES E INSTALAÇÕES DA EMISSORA.....	211
Rede fixa	211
Rede via satélite.....	212
Rede Móvel	213
Redes de transmissão de dados	214
Call Center	215
FORNECEDORES	215
SAZONALIDADE	216
SEGUROS	216
INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	216
Investimentos	216
Expansão dos serviços 2G na Região I.....	217
Expansão dos serviços 2G na Região III.....	217
Início dos serviços 3G nas Regiões I e III	217
Incremento das redes móveis.....	217
Orçamento de Gastos de Capital para 2009	218
Desinvestimentos	218



CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS	218
<i>Contratos de concessão de serviços de telefonia fixa e de Longa Distância nacional</i>	219
<i>Autorização para Prestação de Serviço Móvel Pessoal e Licenças de Espectro de Radiofrequência</i> ...	220
<i>Licenças 3G de radiofrequência</i>	220
<i>Termos de Autorização de Serviços de Telefonia Fixa</i>	222
<i>Termo de Autorização de Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância</i>	222
<i>Termo de Autorização de Serviço Telefônico Fixo Comutado Local</i>	222
<i>Termos de Autorização de Serviços de Comunicação Multimídia</i>	222
<i>Termo de Autorização de Serviço Telefônico Móvel Rodoviário</i>	223
<i>Termo de Autorização de TV via satélite DTH</i>	223
CONTRATOS RELEVANTES	223
<i>Contratos de Interconexão de Redes entre Operadoras</i>	223
<i>Contrato de Licenciamento de Software</i>	223
<i>Contrato de Manutenção de Planta Externa</i>	223
<i>Contrato de Aquisição de Equipamentos de Rede</i>	224
<i>Contrato de Cessão de Uso de Capacidade Satelital</i>	224
<i>Contrato com a Contax S.A.</i>	224
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	225
PRINCIPAIS ACIONISTAS	225
ALTERAÇÕES RELEVANTES NA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE DA EMISSORA	234
<i>Incorporação de Lexpart e Alutrens</i>	234
<i>Cisão Total da Asseca</i>	234
<i>Fiago</i>	234
<i>BNDES</i>	235
AÇÕES EM TESOURARIA	235
RESTRIÇÕES À REALIZAÇÃO DE CERTAS OPERAÇÕES POR ACIONISTAS CONTROLADORES,	
CONSELHEIROS E DIRETORES	235
ACORDOS DE ACIONISTAS	236
POLÍTICA DE DIVIDENDOS	236
<i>Dividendos</i>	236
<i>Juros sobre o capital próprio</i>	237
HISTÓRICO DAS NEGOCIAÇÕES DAS AÇÕES DA EMISSORA	238
INFORMAÇÃO SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS	239
<i>Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela Emissora</i>	239
<i>Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela BrT</i>	240
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	241
TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	241
<i>Linhas de crédito cedidas pela controladora</i>	244
<i>Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre a Emissora e a Amazônia Celular S.A.</i>	243
<i>Contratos de empréstimos com o BNDES</i>	244
<i>Aluguel de infra-estrutura de transmissão</i>	245
<i>Principais transações com partes relacionadas</i>	245
<i>Garantias em operações com partes relacionadas</i>	245
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA BrT	246
<i>Contrato de mútuo com a BrT Celular</i>	245
ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA	247
<i>Conselho de Administração</i>	247
<i>Diretoria</i>	247
<i>Conselho Fiscal</i>	248
<i>Diretor de Relações com Investidores</i>	248
AÇÕES DE TITULARIDADE DOS ADMINISTRADORES DA EMISSORA	249
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	249
<i>Remuneração Base</i>	249
<i>Remuneração Indireta</i>	249
<i>Planos de Opção de Compra de Ações</i>	248
<i>Experiência Profissional dos Membros da Administração</i>	251



<i>Informações Adicionais sobre os Membros da Administração.....</i>	<i>255</i>
ACORDOS OU OUTRAS OBRIGAÇÕES RELEVANTES ENTRE A EMISSORA E SEUS ADMINISTRADORES	255
RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, BEM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E OS ACIONISTAS CONTROLADORES DA EMISSORA	255
RECURSOS HUMANOS	255
<i>Empregados.....</i>	<i>255</i>
<i>Benefícios médicos, odontológicos e de assistência a empregados.....</i>	<i>256</i>
<i>Plano de Participação nos Lucros.....</i>	<i>257</i>
<i>Plano de Opção de Compra de Ações</i>	<i>257</i>
<i>Plano de Carreira e Salários.....</i>	<i>257</i>
<i>Formação e Treinamento</i>	<i>257</i>
<i>Relações entre a Emissora e os Respektivos Sindicatos de seus Empregados</i>	<i>257</i>
<i>Plano de Previdência Privada.....</i>	<i>258</i>
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS.....	260
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMISSORA E SOCIEDADES CONSOLIDADAS CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMISSORA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	260
<i>Provisões para Contingências.....</i>	<i>260</i>
PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS LEGAIS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AÇÕES JUDICIAIS	263
<i>Cisão da Telebrás.....</i>	<i>263</i>
<i>Processos Trabalhistas.....</i>	<i>263</i>
<i>Processos Tributários.....</i>	<i>265</i>
<i>Processos Cíveis.....</i>	<i>268</i>
<i>Processos Administrativos.....</i>	<i>268</i>
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA BrT PART E SOCIEDADES CONSOLIDADAS CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	270
<i>Provisões para Contingências.....</i>	<i>270</i>
PROCEDIMENTOS LEGAIS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AÇÕES JUDICIAIS.....	270
<i>Cisão da Telebrás.....</i>	<i>270</i>
<i>Processos Trabalhistas.....</i>	<i>271</i>
<i>Processos Tributários.....</i>	<i>272</i>
<i>Processos Cíveis.....</i>	<i>274</i>
<i>Processos Administrativos.....</i>	<i>278</i>
RESPONSABILIDADE SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA	279
OI FUTURO.....	279
GOVERNANÇA CORPORATIVA	279
<i>Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC</i>	<i>279</i>
SUSTENTABILIDADE.....	281
 ANEXOS	
Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamento	285
Anexo B – Ato Societário da Emissora Relativo à Emissão	325
Anexo C – Súmula de Classificação de Risco	331
Anexo D – Declarações da Emissora e do Coordenador Líder	337
Anexo E – Demonstrações Financeiras da Emissora	343
Anexo F – Demonstrações Financeiras da BrT Part	561
Anexo G – Demonstrações Financeiras da Invitel	725
Anexo H – Demonstrações Financeiras Pro-Forma	849
Anexo I – Estatuto Social da Emissora	861



DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta Seção, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto.

2G	Telefonia móvel de segunda geração – padrão digital de telefonia móvel, sucessor do padrão analógico.
3G	Telefonia móvel de terceira geração – padrão tecnológico sucessor do 2G, estabelecido de acordo com as normas da União Internacional de Telecomunicações, que permite, entre outras funções, o acesso móvel à internet por Banda Larga.
Acesso	É o conjunto de meios físicos ou lógicos pelos quais um usuário é conectado a uma rede de telecomunicações.
ADRs	<i>American Depositary Receipts</i> (ou recibos de depósitos de ações) negociados na bolsa de valores de Nova Iorque.
ADSL	<i>Asymmetric Digital Subscriber Line</i> , que é a tecnologia digital desenvolvida para permitir a comunicação de dados em banda larga, com maior velocidade que o acesso discado convencional, tendo como característica principal uma velocidade de envio e recebimento de dados significativamente maior que a velocidade de envio e recebimento de dados através da própria linha telefônica do usuário.
ADSL2	Tecnologia de transmissão de dados que permite conexões por linhas telefônicas a velocidades superiores à ADSL, em até 24 Mbps em <i>download</i> e 1 Mbps em <i>upstream</i> , sendo superior à tecnologia predecessora ADSL.
AG Investimentos	Andrade Gutierrez Investimentos em Telecomunicações S.A.
AG Telecom	AG Telecom Participações S.A.
Agente Fiduciário	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
AICE	Acesso Individual de Classe Especial.
AIX	Companhia AIX de Participações.
Alutrens	Alutrens Participações S.A.
Amazônia Celular	Amazônia Celular S.A.
Amortização Antecipada Facultativa	É a faculdade concedida à Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, de, a qualquer tempo a partir de 30 de outubro de 2009 (inclusive), a seu exclusivo critério, realizar uma ou mais amortizações antecipadas do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação.
Analógico	É um modo de transmissão ou comutação não digital, como representação da voz, vídeo ou outro sinal de áudio eletricamente modulado que não está em formato digital.
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.



ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta.
APRO	Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação, celebrado com o CADE em 10 de dezembro de 2008.
Aquisição da BrT	Aquisição pela Emissora, em janeiro de 2009, por meio de sociedades controladas, do controle acionário da BrT Part e, por consequência, da BrT, mediante o pagamento de R\$5.371,1 milhões, já deduzida a dívida líquida da Invitel (R\$998,1 milhões) e ajustado o pagamento pelos proventos declarados, por meio da qual a Emissora tornou-se titular, indiretamente, de 81.092.986 ações ordinárias de emissão da BrT Part, representativas de 61,2% de seu capital votante, conforme fato relevante divulgado em 8 de janeiro de 2009.
Aquisição Facultativa	Faculdade da Emissora negociar com as próprias Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido de remuneração aplicável calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, para cancelá-las, manter em tesouraria ou recolocá-las no mercado.
Área Local	Área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local.
Áreas de Concessão ou Área de Concessão	Área geográfica contínua de prestação de serviços, definido no Plano Geral de Outorgas, onde é prestado o Serviço Telefônico Fixo Comutado.
Argolis	Argolis Holdings S.A.
Asseca	Asseca Participações S.A.
ATM	<i>Asynchronous Transfer Mode</i> (Modo de Transferência Assíncrona), que é um conjunto de protocolos de transmissão de dados em banda larga, o qual permite o uso de uma rede para vários tipos de informação (por exemplo, voz, dados e vídeo).
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado publicado em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Mandatário e Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Banda Larga (<i>broadband</i>)	Conceito associado a serviços ou ligações que permitem veicular, a grande velocidade, quantidades consideráveis de informação, como, por exemplo, imagens televisivas. Aplica-se a larguras de banda superiores a 2 Mbit/s, embora por vezes também se utilize para valores ligeiramente inferiores. Serviço de acesso à internet em altíssima velocidade.



Bill and Keep	Sistema em que as operadoras só pagam interconexão à outra companhia celular quando a proporção entre o tráfego entrante e saínte extrapolava a faixa de 45% a 55%. Este modelo continua em prática na telefonia fixa local.
BM&FBovespa	BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDESPar	BNDES Participações S.A.
Bonds 2009	Emissão no mercado externo informada pela Emissora por meio dos Fatos Relevantes divulgados em 09 e 17 de abril de 2009, colocação na qual a Emissora emitiu US\$750 milhões de Notes, a juros de 9,5% ao ano, com vencimento em 2019. Para maiores detalhes, vide Seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos", na página 239 deste Prospecto.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBovespa.
Brasil	República Federativa do Brasil.
BrT America	Brasil Telecom of America Inc.
BrT Call Center	Brasil Telecom Call Center S.A.
BrT Card	BrT Card Serviços Financeiros Ltda.
BrT Celular	14 Brasil Telecom Celular S.A.
BrT CS ou Globenet	Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda.
BrT Multimídia	Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda.
BrT ou Brasil Telecom	Brasil Telecom S.A.
BrT Part ou Brasil Telecom Participações	Brasil Telecom Participações S.A.
BrT Serviços	BrT Serviços de Internet S.A.
BrT Subsea	Brasil Telecom Subsea Cable System (Bermuda) Ltd.
BrT Venezuela	Brasil Telecom de Venezuela S.A.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
Cartão SIM ou Chip	Circuito impresso do tipo <i>smart card</i> (cartão inteligente) utilizado para identificar, controlar e armazenar dados de usuários de telefonia móvel no padrão GSM. Tem a vantagem de poder ser instalado em qualquer aparelho celular que suporte GSM, permitindo a utilização de um determinado número em qualquer <i>handset</i> (aparelho).
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, câmara de registro, compensação e liquidação de negociações envolvendo determinados valores mobiliários de renda fixa, sendo integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro.



Cisão Telebrás	Cisão do Sistema Telebrás, ocorrida em 22 de maio de 1998, através da qual foi criada a TNL e as antigas controladas incorporadas.
Claro	Marca utilizada pelas sociedades controladas pela Telmex, por meio de sua subsidiária, a América Móvil S.A. de C.V., autorizadas a oferecer serviços de telefonia móvel.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Concessão ou Concessões	Concessão para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado outorgada pela ANATEL.
Conselho de Administração	Órgão de administração da Emissora, cujas atribuições são estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social da Emissora.
Conselho Fiscal	Órgão de funcionamento permanente, com atribuições estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social da Emissora.
Contax	TNL Contax S.A.
Contax Participações	Contax Participações S.A.
Contrato de Compra e Venda Invitel	O Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão de Invitel celebrado entre o Credit Suisse, atuando como comissário por conta e ordem da Emissora, tendo por objeto (i) a totalidade do capital votante e total da Invitel, exceto pelas ações detidas pelas pessoas físicas que ocupam e/ou ocuparam cargos na administração da Invitel; e (ii) ações de emissão da BrT Part vinculadas a acordo de acionistas do grupo de controle, conforme divulgação feita pela TNL e pela Emissora em 25 de abril de 2008.
Contrato de Concessão	Contrato ou o conjunto de contratos, conforme o caso, firmados em 2 de junho de 1998 entre a Emissora e cada uma das antigas controladas e a ANATEL, e que regula a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado na respectiva Região.
Contrato de Concessão 2006	Contrato celebrado pela Emissora com a ANATEL em 22 de dezembro de 2005, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, com vigência de 20 anos.
Contrato de Distribuição	"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A.", celebrado em 23 de março de 2009 entre a Emissora e o Coordenador Líder.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	Banco Itaú BBA S.A. e Banco Bradesco BBI S.A.
Copart 1	Copart 1 Participações S.A.
Copart 2	Copart 2 Participações S.A.
Copart 3	Copart 3 Participações S.A.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CSLL	Contribuição sobre o Lucro Líquido.



CTBC	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central.
CTX	CTX Participações S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	6 de abril de 2009.
Data de Integralização	A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, no ato de sua efetiva subscrição.
Data de Vencimento da 1ª Série	Dois anos, um mês e 24 dias, a contar da Data de Emissão das Debêntures, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2011.
Data de Vencimento da 2ª Série	Três anos, a contar da Data de Emissão das Debêntures, vencendo-se, portanto, em 6 de abril de 2012.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado pela BM&FBovespa.
Debêntures	Até 3.000.000 de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para emissão em até duas séries, sendo até 964.409 Debêntures da 1ª Série e até 2.035.591 Debêntures da 2ª Série, com Valor Nominal Unitário de R\$1.000,00 na Data de Emissão, perfazendo o valor total de até R\$3.000.000.000,00, com as demais características previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
Debêntures em Circulação	A totalidade das Debêntures de cada série, conforme o caso, subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.
Debenturista(s)	Os titulares das Debêntures da Primeira e Segunda Séries, em conjunto.
Debenturistas da Primeira Série	Os titulares das Debêntures da Primeira Série.
Debenturistas da Segunda Série	Os titulares das Debêntures da Segunda Série.
Decreto ANATEL	Decreto do Presidente da República nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, que aprovou o Regulamento da ANATEL e dispõe sobre a sua organização e competências.
Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part	As Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da BrT Part relativas aos exercícios sociais findos em 2006, 2007 e 2008.
Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora	As Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais findos em 2006, 2007 e 2008.
Demonstrações Financeiras Consolidadas da Invitel	As Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Invitel relativas aos exercícios sociais findos em 2006, 2007 e 2008.
Demonstrações Financeiras Pro Forma Não Auditadas	Demonstrações financeiras não auditadas elaboradas como se a Aquisição da BrT houvesse sido concluída em 1º de janeiro de 2008, para fins de demonstração de resultado <i>pro-forma</i> , e em 31 de dezembro de 2008, para fins de balanço patrimonial <i>pro-forma</i> , preparadas com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Emissora, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da BrT Part e nas Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Invitel, todas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras <i>Pro-Forma</i> .



Digital	É um modo de representar uma variável física, como a voz, usando apenas os dígitos 0 e 1. Os dígitos são transmitidos em forma binária como uma série de pulsos. As redes digitais permitem maior capacidade e flexibilidade pelo uso de tecnologia computadorizada para a transmissão e manipulação de telefonemas. Os sistemas digitais oferecem menor interferência de ruído e podem incorporar criptografia como proteção de interferência externa.
Distribuição Parcial	Possibilidade da distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será mantida se forem colocadas, no mínimo, 200.000 Debêntures.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Dólar, Dólar Norte Americano ou US\$	A moeda corrente dos Estados Unidos da América.
EBITDA	<p>A Emissora calcula o EBITDA como sendo o lucro ou prejuízo líquido relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.</p> <p>O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelo US GAAP, não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. EBITDA não tem um significado padrão e o cálculo de EBITDA da Emissora não pode ser comparado ao EBITDA ou ao EBITDA Ajustado de outras sociedades. Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o US GAAP, a administração da Emissora utiliza o EBITDA para medir o desempenho operacional desta. Além disso, determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.</p>
EDGE	<i>Enhanced Data rates for GSM Evolution</i> – tecnologia digital de telefonia móvel que permite a transmissão de dados no padrões GSM e GPRS, em velocidades de até 500kbps.
EILD	Exploração Industrial de Linhas Dedicadas.
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
Emissora ou Companhia	Telemar Norte Leste S.A.
Empresas Predecessoras	As concessionárias constituídas em janeiro de 1998 como resultado do desdobramento das operações de telefonia fixa de uma das empresas operadoras controladas pela Telebrás.
Empresas Telemar	Telemar Participações, em conjunto com a TNL, a Emissora e as demais controladas (não incluídas a BrT, a BrT Part e a Invitel), que serão consolidadas contabilmente a partir das informações financeiras trimestrais relativas ao período encerrado em 31 de março de 2009).
Escritura de Emissão	"Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A.", celebrada em 23 de março de 2009 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, submetida a registro na JUCERJA em 24 de março de 2009.



Estação Rádio-Base	Transmissora/receptora de rádio que mantém comunicação com telefones celulares dentro de uma determinada célula. Cada Estação Rádio-Base, por sua vez, é conectada a outras estações rádio-base e à rede pública de telefonia comutada.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora, cuja consolidação foi aprovada em assembléia geral extraordinária em 4 de janeiro de 2008.
FASS	Fundação Atlântico de Seguridade Social.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Fiago	FIAGO Participações S.A.
Fibra Óptica	É um meio físico de transporte de sinais de comunicação. Consiste de um filamento de vidro ou materiais poliméricos, com capacidade de transmitir luz. Estes filamentos têm diâmetros variáveis, dependendo da aplicação, indo desde diâmetros ínfimos, da ordem de micra até vários milímetros. A transmissão da luz pela fibra segue um mesmo princípio, independentemente do material usado ou da aplicação: é lançado um feixe de luz em uma extremidade da fibra, e pelas características ópticas do meio (fibra), esse feixe percorre a fibra através de consecutivas reflexões. A fibra possui no mínimo duas camadas: o núcleo e o revestimento.
FISTEL	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
Frame Relay (bastidor de relés)	Serviço de transporte de dados com velocidade de até 2 Mbps, sobre redes digitais, que realiza a interligação de redes locais, aplicações multimídia (como videoconferência), integração de voz e dados, integração de redes multiprotocolo ou outras aplicações em dados que necessitem de conectividade.
Full Billing	Consiste em cobrar tarifa de interconexão em toda chamada de móvel para móvel dentro da mesma área local (regra determinada pela ANATEL na resolução 438). Substituiu o sistema de “ <i>Bill and Keep</i> ” para telefonia móvel.
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais.
FUNTTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, instituído pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000.
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
GSM	<i>Global System for Mobile Communications</i> , ou Sistema Global para Comunicações Móveis – padrão de telefonia móvel de segunda geração mais utilizado no mundo. Diferencia-se pela utilização de Cartões SIM para a identificação dos usuários.
GPRS	<i>General Packaged Radio Service</i> , ou Serviço de Rádio de Pacote Geral – tecnologia digital de telefonia móvel que permite a transmissão de dados no padrão GSM, em velocidades de até 170kbps.
GVT	GVT (Holding) S.A.



Hub	Estação central que recebe/envia sinais para o satélite via enlace direto. É um concentrador que recebe dados de várias estações terrestres (de transmissão de informações) e os direciona para o satélite.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	International Financial Reporting Standards, as normas internacionais de contabilidade.
iG Brasil	Internet Group do Brasil S.A.
iG Cayman	Internet Group (Cayman) Limited.
iG Part	iG Participações S.A.
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela FGV.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 247	Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada.
Instrução CVM 319	Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, conforme alterada.
Instrução CVM 361	Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 471	Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008.
Intelig	Intelig Telecomunicações Ltda.
Interconexão	É a ligação entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam comunicar-se com usuários de serviços de outra rede ou acessar serviços nela disponíveis.
Invitel	Invitel S.A., controladora indireta da BrT, adquirida em janeiro de 2009 pela Emissora.



IP (<i>Internet Protocol</i>)	Um protocolo de interconexão para subredes, em particular para aquelas com características físicas diferentes, utilizado para conexão à Internet.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPTV (<i>Internet Protocol Television</i>)	Televisão por meio do protocolo de internet, trata-se de tecnologia para entrega de serviços de televisão digital e outras mídias por meio de uma conexão Banda Larga.
IR	Imposto de Renda.
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.
ISDN (DVI) - Rede Integrada de Serviços Digitais	Sistema através do qual diferentes serviços (por exemplo, voz e dados) podem ser transmitidos de forma digital de um ponto a outro, simultaneamente.
ISP	<i>Internet Service Provider</i> , ou Provedor de Acesso à Internet – serviço de conexão à internet.
ISS	Imposto sobre Serviços.
IST	Índice Setorial de Telecomunicações, consistente em um índice ponderado de custos do setor de telecomunicações publicado pela ANATEL e utilizado para o reajuste de tarifas, adotado pelos Contratos de Concessão 2006.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
L.F. Tel	L.F. Tel S.A.
LDI	Serviço de Longa Distância Internacional.
LDN	Serviço de Longa Distância Nacional.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei Geral de Telecomunicações ou LGT	Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, conforme alterada.
Lei nº 11.638/07	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2008, que altera a Lei das Sociedades por Ações no que se refere à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Brasileiras com aquelas constantes no IFRS.
Lexpart	Lexpart Participações S.A.
Serviço de Linha Dedicada ou SLD	Serviço prestado por concessionária de STFC, com a utilização de linhas dedicadas, destinado a atender a um único usuário ou a um grupo fechado de usuários.



Linhas de Acesso em Serviço	É o acesso que tem condições de utilização regular, seja por um assinante do serviço, seja por um usuário de acesso coletivo. É o acesso que origina e/ou recebe chamadas, resultando na oferta de tráfego à rede.
Localidade	É toda a parcela circunscrita do território nacional que possua um aglomerado permanente de habitantes, caracterizada por um conjunto de edificações, permanentes e adjacentes, formando uma área continuamente construída com arruamentos reconhecidos ou dispostas ao longo de uma via de comunicação, tais como Capital Federal, Capital Estadual, Cidade, Vila, Aglomerado Rural e Aldeia.
Loop Físico	Circuito elétrico estabelecido pelo par de fios que conectam uma central de comutação ao terminal do assinante.
MMDS	<i>Multichannel Multipoint Distribution Service</i> ou serviço de distribuição multiponto e multicanal. Sistema de distribuição e comunicação de sinais, adotado por operadoras de televisão por assinatura. Usa frequência muito altas, acima de 2 GHz, para envio da programação para a casa dos assinantes por meio de pequenas antenas terrestres para a difusão do sinal, diferente do sistema DBS ou DTH, que fazem a transmissão diretamente de satélites na órbita terrestre.
MP 449	Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, que, com força de lei, instituiu o Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, o qual aborda ajustes tributários decorrentes de novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638, além de introduzir determinadas mudanças na Lei das Sociedades por Ações.
Net	Net Serviços de Comunicação S.A.
Oferta	A presente oferta pública de Debêntures.
Oi	TNL PCS S.A.
OPA(s)	Oferta(s) Pública(s) de Aquisição de Ações, conforme regulada(s) pela Instrução CVM 361.
Operadora da Banda A	Antiga subsidiária operacional de telefonia celular da Telebrás que recebeu concessão para prestar serviços de telefonia celular em uma determinada área dentro de uma faixa de radiofrequência denominada "Banda A" pela ANATEL.
Operadora da Banda B	Operadora de telefonia celular que recebeu concessão para prestar serviços de telefonia celular em uma determinada área dentro de uma faixa de radiofrequência denominada "Banda B" pela ANATEL.
PADO	Processo de Apuração de Descumprimento de Obrigação.
PASOO	Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória.
PBM	Plano Básico Mensal.
PBX	<i>Private Branch Exchange</i> , ou Central Manual, consistente em mesa operadora para uso privativo, mas conectada à rede telefônica nacional.
PCS	<i>Personnal Communications System</i> , ou Serviço Móvel Pessoal – SMP.
Pegasus	Pegasus Telecom S.A., sociedade incorporada em 30 de novembro de 2005 pela Oi.



Penetração	Avaliação da aceitação dos serviços. Em qualquer data, a penetração é calculada dividindo-se o número de assinantes pela população para a qual o serviço está disponível e multiplicando-se o quociente por 100.
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social.
PI	Protocolo de Internet. Ver também <i>Internet Protocol</i> .
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Contribuição para o Programa de Integração Social.
Plano Geral de Metas de Qualidade ou PGMQ	Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado aprovado pela Resolução da ANATEL n° 516, de 30 de outubro de 2008.
Plano Geral de Metas de Universalização ou PGMU	Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado no Regime Público aprovado pelo Decreto n° 4.769, de 26 de junho de 2003.
Plano Geral de Outorgas ou PGO	Plano Geral de Outorgas aprovado pelo Decreto n° 2.534, de 2 de abril de 1998, que divide o território brasileiro em regiões e áreas para efeito de concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Brasil.
Portas de Acesso	Pontos de interface entre o equipamento da rede (dedicada ou comutada) e os meios de transmissão que conectam o equipamento da rede ao usuário final. A quantidade de serviço está diretamente relacionada com o número de portas de acesso à rede.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas expedidas pela CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON vigentes à época das referidas demonstrações financeiras.
Preço de Integralização	Valor Nominal Unitário das Debêntures, seja da 1ª Série ou da 2ª Série, acrescido da Remuneração, nos termos aplicáveis, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos	Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, conduzido pelos Coordenadores até 16 de abril de 2009, nos termos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, que resultou na definição do limite para emissão de até 964.409 Debêntures da 1ª Série, tendo sido tal resultado ratificado pela Emissora por meio da celebração do primeiro aditamento à Escritura, conforme celebrado em 17 de abril de 2009.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O presente Prospecto Definitivo da Quarta Emissão de Debêntures Simples de Emissão da Telemar Norte Leste S.A., o qual é divulgado após (i) a finalização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento; e (ii) o registro da Oferta junto à CVM.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar da Quarta Emissão de Debêntures Simples de Emissão da Telemar Norte Leste S.A., documento sujeito à complementação e correção pelo Prospecto Definitivo, observados os procedimentos previstos na Instrução CVM 400.



Prospectos	O presente Prospecto e o Prospecto Preliminar, conjuntamente considerados.
<i>Quadriplay</i>	Expressão que representa Telefone Fixo + Banda Larga + Tv + Telefone Móvel, geralmente a palavra mais empregada é o tripleplay que são todos os serviços citados com a exceção da Telefonia Móvel. Pode ser tanto uma Oferta Comercial (desconto em conta para todos os serviços juntos, como acontece com o “Oi Conta Total”).
RCA	Reunião do Conselho de Administração.
Real ou R\$	A moeda corrente no Brasil.
Rede	Conjunto de centros de comutação, equipamentos e meios de transmissão de prestadora, utilizados como suporte à prestação do STFC. O equipamento de transmissão pode basear-se em fibra ótica, cabo metálico ou em conexões de rádio ponto-a-ponto.
Rede Analógica	Rede que utiliza tecnologia analógica com comutação de circuitos, capaz de conectar um usuário com todos os usuários, mas com capacidade limitada de transmissão.
Rede de Telefonia Pública Comutada ou RTPC	Rede de telefonia pública que presta serviços telefônicos básicos e, em determinadas circunstâncias, serviços mais avançados.
Reestruturação das Empresas Telemar em 2008	Reestruturação da base acionária das Empresas Telemar, com a saída de alguns acionistas e o reposicionamento acionário de outros, conforme descrita na seção “Eventos e Aquisições Relevantes e Reestruturações Societárias” na página 173 deste Prospecto, cujas negociações foram concluídas e divulgadas por meio de fato relevante em 25 de abril de 2008, visando a permitir que as Empresas Telemar expandam suas capacidades de financiamento e investimento, tendo sido repactuados os acordos de acionistas entre os integrantes do grupo de controle.
Região I	A área de atuação da Emissora, compreendendo os seguintes Estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto o Setor 3, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais).
Região II	Área geográfica correspondente ao Distrito Federal e aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre (exceto pequenas áreas nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná).
Região III	Área geográfica correspondente ao Estado de São Paulo.
Região IV	Área geográfica correspondente a todo o território nacional.
Região ou Regiões	Área do território brasileiro delimitada pelo PGO para fins de concessão do STFC.
Regime Privado	Regime de prestação de serviços de telecomunicações prestado mediante a outorga de autorização pela ANATEL.
Regime Público	Regime de prestação de serviços de telecomunicações prestado mediante a outorga de uma concessão ou permissão, com atribuição à sua prestadora de obrigações de universalização, qualidade e continuidade.



Regulamentação das Telecomunicações	A Lei Geral de Telecomunicações e os demais atos normativos relativos ao setor de telecomunicações editados pelo Poder Executivo.
Regulamento Geral de Interconexão	Regulamento Geral de Interconexão aprovado pela Resolução ANATEL nº 410, de 11 de julho de 2005.
Remuneração da 1ª Série	A remuneração aplicável à 1ª Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Remuneração da 2ª Série	A remuneração aplicável à 2ª Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Resgate Antecipado Facultativo	É a faculdade concedida à Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, de, a qualquer tempo a partir de 30 de outubro de 2009 (inclusive), a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures, total ou parcialmente, com a finalidade de cancelá-las.
RFB	Receita Federal do Brasil.
Roaming	Obtenção de conectividade em telefonia móvel, em redes fora da Área Local de registro de um determinado usuário. A rede que está sendo acessada pode ou não pertencer à prestadora de serviços de telefonia móvel com a qual o usuário está registrado.
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia.
SDH	<i>Synchronous Digital Hierarchy</i> (Hierarquia Digital Sincrônica), que é um conjunto hierárquico de estruturas digitais de transporte, padronizado para o transporte de cargas adequadamente adaptadas através de redes físicas de transmissão.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado.
Sercomtel	Sercomtel S.A. Telecomunicações.
Serviço de Telefonia Celular	Serviço de telefonia móvel prestado por meio de uma rede de estações radiobase interconectadas de baixa frequência, cada uma das quais cobrindo uma pequena célula geográfica dentro da área total de serviço do sistema de telefonia celular.
Serviço de Trunking	Serviço não aberto à correspondência pública, que utiliza sistema de radiocomunicação basicamente para a realização de operações tipo despacho. O mesmo que serviço móvel ou sistema troncalizado.
Serviço Telefônico Fixo Comutado, Serviço de Telefonia Fixa Comutada ou STFC	Serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. São modalidades do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso público em geral o serviço local, o serviço de longa distância nacional e o serviço de longa distância internacional, nos termos definidos no Plano Geral de Outorgas.

**Serviços de Banda Larga**

Serviços caracterizados por velocidade de transmissão de 2 Mbps ou mais. De acordo com os padrões internacionais, estes serviços dividem-se em duas categorias: (i) serviços interativos, inclusive videotelefone/videoconferência (tanto ponto-a-ponto como multiponto); videomonitoração; interconexão de redes locais; transferência de arquivos; CAD; fax de alta velocidade; e-mail para transmissão de imagens móveis e documentos mistos; videotexto de banda larga; vídeo por solicitação; recuperação de programas de áudio ou de imagens fixas e móveis; e (ii) serviços de transmissão como, por exemplo, programas de áudio, programas de televisão (inclusive TV de alta definição e TV paga) e aquisição seletiva de documentos.

Serviços de Longa Distância

Qualquer Serviço Intra-regional (Inter-setorial e Intra-setorial), Inter-regional e/ou Internacional.

Serviços de Valor Agregado

Tipo de serviço com grau mais alto de funcionalidade do que os serviços de transmissão oferecidos por uma rede de telecomunicações.

Serviços Inter-estaduais

Serviços Telefônicos Fixos Comutados na modalidade Local realizados entre Estados dentro da Região de Atuação da Emissora ou da Região de Atuação da Brasil Telecom, conforme o caso.

Serviços Internacionais

Serviços de Telefonia Fixa na modalidade Longa Distância Internacional e de transmissão de dados, destinados à comunicação entre um ponto fixo situado no território nacional e um outro ponto no exterior.

Serviços Inter-regionais

Serviços Telefônicos Fixos Comutados na modalidade Longa Distância Nacional, destinados à comunicação entre pontos fixos situados em áreas locais distintas no território nacional, originadas em uma Região e terminadas em outra Região do Plano Geral de Outorgas.

Serviços Intra-estaduais

Serviços Telefônicos Fixos Comutados na modalidade Longa Distância Nacional realizados entre localidades dentro de um Estado na Região de Atuação da Brasil Telecom, conforme o caso.

Serviços Intra-regionais

Serviços Telefônicos Fixos Comutados na modalidade Longa Distância Nacional, destinados à comunicação entre pontos fixos situados em áreas locais distintas no território nacional, originadas e terminadas dentro de uma mesma Região do Plano Geral de Outorgas (abrange os Serviços Intrasetoriais e os Serviços Inter-setoriais).

Serviços Locais

Serviços Telefônicos Fixos Comutados na modalidade Local. Destinam-se à comunicação entre pontos fixos situados em uma mesma Área Local.

Serviços Via Satélite

Serviços de telecomunicações executados via satélite, para, dentre outras finalidades, ligações com países que não podem ser alcançados por cabo ou oferecer uma alternativa aos cabos e formar redes fechadas de usuários.

Sistema Telebrás

Conjunto de empresas de telefonia fixa e celular anteriormente controladas pela Telebrás que foram alienadas no processo de privatização, além do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, que prestavam todos os serviços de telecomunicações atualmente prestados pelas companhias resultantes da Cisão Telebrás e suas operadoras controladas.



SMP	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal.
SMS	<i>Short Message Service</i> , ou serviço de mensagens curtas.
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Solpart	Solpart S.A., sociedade controlada pela Invitel e controladora da BrT.
SRF	Secretaria da Receita Federal.
SRTT	Serviço de Rede de Telecomunicações de Transporte.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
STMU	Serviço de Telefonia Móvel Universal.
Switch (Central)	Utilizada para estabelecer ligações telefônicas e encaminhá-las ao número chamado ou à próxima central. Pode também registrar informações para fins de tarifação (faturamento) e controle.
Tarifa de Uso de Rede	Valor que remunera uma dada prestadora, por unidade de tempo, pelo uso de sua rede por outras operadoras.
Taxa DI	A taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
TCA	Tarifação por Chamada Atendida.
TDMA	<i>Time Division Multiple Access</i> , ou Acesso Multiplexado de Divisão Temporal. Padrão de telefonia celular digital.
Tecnologia Wireless Local Loop	Acesso local fixo sem fio. As diretrizes para destinação das faixas de frequências para sistemas de acesso fixo sem fio para prestação do STFC foram aprovadas pela Resolução nº 78, de 18 de dezembro de 1998, do Conselho Diretor da ANATEL. As faixas destinadas situam-se nas bandas de 406 a 430 MHz, de 1,85 a 1,95 GHz e de 3,4 a 3,5 GHz.
Telebrás	Telecomunicações Brasileiras S.A.
Telecom Italia	Telecom Italia (BC) S.p.A., uma das acionistas indiretas da Brasil Telecom Participações, através da Telecom Italia International.
Telecom Italia International	Telecom Italia International N.V., empresa controlada pela Telecom Italia, denominação atual da STET.
Telefônica	Telefónica S.A.
Telemar Participações	Telemar Participações S.A. controladora da TNL, que por sua vez é controladora da Emissora.
Telerj	Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro S.A.



Telesp	Telecomunicações de São Paulo S.A.
Telmex	Teléfonos de Mexico S.A. de C.V. e suas controladas.
TI	Tecnologia da Informação.
TIM	Sociedades Portale São Paulo S.A., Portale Rio Norte S.A. e TIM Celular Centro-Sul S.A., controladas indiretamente pela Telecom Italia, detentoras de autorização para exploração de SMP.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
TNCP	Tele Norte Celular Participações S.A.
TNL	Tele Norte Leste Participações S.A.
TNL Acesso	TNL Acesso S.A.
TNL Net	TNL NET Participações S.A.
TNL PCS Participações	TNL PCS Participações S.A.
Transmissão	É a transferência unilateral de informações de um ponto a outro por meio de sinais.
TRT	Tribunal Regional do Trabalho.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
TTM	Tempo de Tarifação Mínima.
Unbundling	Desagregação de elementos de rede das concessionárias do STFC, através da qual é garantido a todas as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo a utilização de elementos de rede das concessionárias para acesso ao terminal do usuário ou assinante de serviços de telecomunicações.
Universalização	Obrigação atribuída às prestadoras de serviços de telecomunicações no regime público, que objetiva possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização ou condição sócio-econômica, bem como permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.
Unidade Geradora de Receita ou UGR	Cliente que gera receita em qualquer dos serviços Oi Fixo e/ou Oi Móvel e/ou Oi Velox e/ou Oi TV. Um único cliente que usa os quatro serviços resulta em quatro UGRs.
US GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.
Usuário	É qualquer pessoa que se utiliza do STFC, independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora de serviço.
Valor Nominal	Valor Nominal das Debêntures, de R\$1,000,00, na Data de Emissão.
VANT	Vant Telecomunicações S.A.



VC1	Valor de comunicação aplicável para chamadas locais feitas a partir de telefones móveis e a partir de telefones fixos para celulares.
VC2	Valor de comunicação aplicável para as chamadas em que o usuário originador e o receptor estiverem em áreas de tarifação diferentes, porém ambos dentro da mesma área de numeração primária.
VC3	Valor de comunicação aplicável para as chamadas em que o usuário originador e o receptor estejam em áreas de numerações primárias diferentes.
VCA	Valor por Chamada Atendida.
Velox ou Oi Velox	Serviço de banda larga disponibilizado pela Emissora que proporciona acesso em alta velocidade à Internet.
Vésper	Vésper S.A., empresa autorizada pela ANATEL a prestar STFC nas modalidades Local e Longa Distância Nacional nas Regiões II e III, que foi sucedida em direitos e obrigações pela Embratel.
Vivo	É a <i>joint venture</i> formada entre a Telefônica e a Portugal Telecom S.A., com a finalidade de explorar serviços de telefonia móvel, que opera sob o nome fantasia de "Vivo".
Vivo Part	Vivo Participações S.A.
VoIP	<i>Voice Over IP</i> , ou Voz Sobre IP – tecnologia de transmissão de voz em redes (inclusive a internet) com base em protocolo IP.
WAP	<i>Wireless Application Protocol</i> ou protocolo para aplicações sem fio. É um padrão internacional para aplicações que utilizam comunicações de dados digitais sem fio.
WLL	<i>Wireless Local Loop</i> , que é uma solução de rede de acesso sem fio utilizada para prestação de STFC.
WiMax	<i>Worldwide Interoperability for Microwave Access</i> , ou Interoperabilidade Mundial para Acesso de Microondas – tecnologia de transmissão de dados em redes sem fios, que oferece conectividade em Banda Larga para uso doméstico e corporativo.



SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário da Companhia destaca as informações apresentadas mais pormenorizadamente em outras seções deste Prospecto. Este Sumário da Companhia não é completo e não contém todas as informações que os investidores devem levar em consideração antes de investir nas Debêntures. Os investidores deverão ler atentamente a totalidade deste Prospecto antes de fazer um investimento, sobretudo as seções "Fatores de Risco" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional" que estão, respectivamente, nas páginas 67 a 85 e 95 a 148 deste Prospecto, bem como as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Invitel, juntamente com suas respectivas notas explicativas.

VISÃO GERAL

A Emissora, registrada como companhia aberta desde 29 de janeiro de 1969 (ainda com o nome de Telecomunicações do Rio de Janeiro – TELERJ), é a maior prestadora de serviços de telecomunicações da Região I, de acordo com as informações divulgadas pela ANATEL e outras disponíveis publicamente, com base em dados de dezembro de 2008. Como resultado da aquisição da BrT em janeiro de 2009, a Emissora tornou-se, também, a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na Região II do PGO, conforme dados disponibilizados pela ANATEL. A Emissora e a BrT oferecem um amplo espectro de serviços integrados de telecomunicações que incluem, entre outros, serviços de (i) telefonia fixa e móvel; (ii) transmissão de dados (inclusive acesso por Banda Larga); e (iii) provedores de internet ou ISP para clientes residenciais, para empresas de pequeno, médio e grande portes, bem como para órgãos estatais.

Em fevereiro de 2007, a Emissora anunciou a adoção de uma marca única para todos os serviços de telefonia fixa, móvel, internet e entretenimento: a Oi. A marca Oi une as atitudes inovadoras que fizeram o sucesso da operadora móvel à força da maior plataforma fixa de telecomunicações do Brasil, conforme dados da ANATEL, visando substituir, com uma só marca, as diversas marcas utilizadas até então pelas subsidiárias da Emissora. Assim, os principais produtos da Emissora passaram a ser assim denominados:

- Oi Fixo: alteração do telefone Telemar para Oi Fixo;
- Oi Flex: telefone fixo e móvel em um único aparelho, com tarifas fixas na residência e móveis fora dela;
- Oi Velox: serviço de Banda Larga da Telemar;
- Oi Paggo: cartão de crédito por celular, que possibilita transações seguras e rápidas entre clientes e lojistas através de SMS, com mais de 71.000 estabelecimentos credenciados;
- 31: serviço de Longa Distância Nacional e Internacional, com nova identidade visual, mais próxima à marca Oi; e
- Oi Mix: serviços convergentes, como o Oi Conta Total (fixo, móvel, Longa Distância e internet) aos quais vem somar-se o serviço de TV por assinatura, em parceria com a Sky+DirecTV.

A Emissora encerrou o ano de 2008 com 40,4 milhões de UGRs, sendo 13.939 mil na telefonia fixa ("Oi Fixo"), 24.390 mil na telefonia móvel ("Oi Móvel") e 2.016 mil no serviço de acesso à internet em Banda Larga ("Oi Velox"), além de um milhão de clientes cadastrados no provedor Oi Internet em acessos Banda Larga, correspondendo a um aumento de 27,4 % em relação ao número de UGRs do ano anterior.

No início de 2009, a Emissora, por meio da aquisição da BrT, absorveu adicionais 15,5 milhões de UGRs, sendo 8,1 milhões na telefonia fixa, 1,8 milhão nos serviços de acesso à internet Banda Larga e 5,6 milhões em telefonia móvel, correspondendo a um aumento de 1,7 milhão de usuários no ano de 2008.

Após essa aquisição, a Emissora passou a atender a um total de 55,9 milhões de UGRs, sendo 22,0 milhões na telefonia fixa, 3,8 milhões nos serviços de acesso à internet em Banda Larga e 30,0 milhões nos serviços móveis.



De modo geral, os serviços prestados pela Emissora e pela BrT compreendem:

- serviços de telefonia fixa na modalidade Local nas Regiões I e II, inclusive instalação, assinatura mensal, chamadas locais (para terminais fixos e móveis), ligações a cobrar e serviços complementares;
- telefones de uso público;
- serviços de Longa Distância Nacional e de Longa Distância Internacional, principalmente originadas nas Regiões I e II (Intra-regional), realizadas por telefones fixos e celulares usando o código de seleção de prestadora de longa distância, no caso da Emissora representado pelo número “31” e, no caso da BrT, pelo número “14”;
- uso da rede própria para: (i) completar chamadas iniciadas por clientes de outros provedores de serviços de telecomunicações (serviços de Interconexão); ou (ii) para provedores que não tenham a rede necessária;
- serviços que incluem correio de voz, identificador de chamadas, auxílio às listas, entre outros;
- serviços de voz avançada para clientes corporativos, como serviços de 0800 (chamada gratuita para o usuário chamador);
- serviços de transmissão de dados, englobando serviços ADSL, aluguel de linhas digitais e analógicas dedicadas para clientes corporativos, provedores de serviços de telecomunicações e ISPs, IP, além de outros serviços de transmissão de dados; e
- outros serviços.

Serviços de telefonia fixa

O negócio de telefonia fixa nas Regiões I e II inclui serviços Locais e de Longa Distância, serviços de uso de redes (intercomunicação) e telefones públicos, conforme as concessões e autorizações outorgadas pela ANATEL. A Emissora é uma das maiores empresas de telefonia fixa da América do Sul em termos de linhas instaladas, conforme dados em 31 de dezembro de 2008. Nessa data, a Emissora possuía 13,9 milhões de linhas fixas operacionais, o que a torna a maior prestadora de serviços de telefonia fixa da Região I, possuindo uma parcela de mercado de 83,9% do total de linhas fixas instaladas nessa Região, conforme estimativas próprias. Como resultado da Aquisição da BrT em janeiro de 2009, que possuía 8,1 milhões de linhas fixas operacionais em dezembro de 2008, a Emissora tornou-se também a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na Região II, com uma parcela de mercado de 85,0% do total das linhas fixas instaladas nessa Região, conforme estimativas próprias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, esse setor altamente amadurecido gerou R\$17,3 bilhões em receita operacional bruta, representando um aumento de 2,1% em relação ao exercício anterior.

Serviços de telefonia móvel

A Emissora presta serviços de telefonia móvel em todo o Brasil. Com base em estimativas próprias, e considerando os 24,4 milhões de assinantes móveis que possui na Região I, conforme dados de dezembro de 2008, a Emissora figura como um das principais prestadoras de serviços de telefonia móvel nessa Região, com uma parcela de mercado de 30,4% do total dos assinantes de celulares da Região I, apurados em 31 de dezembro de 2008, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL. A posição da Emissora no mercado de telefonia móvel na Região I foi fortalecida pela aquisição do controle da Amazônia Celular em abril de 2008, que operava em cinco estados localizados no norte da Região I. Em março de 2008, a Amazônia Celular possuía 1,5 milhão de assinantes na sua Região de atuação.

Como resultado da aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora estima ser também uma das principais prestadoras de serviços de telefonia móvel na Região II. Em dezembro de 2008, a BrT possuía 5,6 milhões de assinantes nessa Região, com uma parcela de mercado de 14,4% do total dos assinantes de celulares da Região II, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os serviços de telefonia móvel da Emissora (sem considerar a BrT) geraram R\$6,4 bilhões em receita operacional bruta, representando um aumento de 44,3% em relação ao exercício anterior.

No ano de 2008, o segmento pré-pago da Emissora foi responsável por 89% das adições líquidas nos serviços de telefonia móvel, correspondendo a 84% da base total de clientes de telefonia móvel. Já o segmento pré-pago da BrT foi responsável por 91% de suas adições líquidas no ano de 2008, representando 82,5% da base total de clientes de telefonia móvel. A Emissora atualmente, em virtude da Aquisição da BrT, atingiu uma parcela de mercado de 30%, 14,4% e 5,3%, nas Regiões I, II e III, respectivamente, e atingiu 20% do mercado nacional como um todo.

Em outubro de 2008, a Emissora iniciou suas operações de telefonia móvel na Região III, vindo a contar, em dezembro de 2008, com, aproximadamente, 2 milhões de assinantes e uma parcela de mercado estimada de 5,3% do total de assinantes de telefonia móvel dessa Região, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL.

Serviços de transmissão de dados

A Emissora oferece uma diversidade de serviços de transmissão de dados em alta velocidade. Seu serviço de Banda Larga, que utiliza, principalmente, a tecnologia ADSL, é oferecido na Região I sob a marca “Oi Velox”. Em dezembro de 2008, a Emissora possuía, aproximadamente, 2 milhões de assinantes de ADSL, representando 14,1% de suas linhas fixas instaladas nessa data. Como resultado da Aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora passou a prestar serviços de Banda Larga em ADSL na Região II, sob a marca “Turbo”. Em dezembro de 2008, a BrT contava com 1,8 milhão de assinantes de ADSL, representando 22,2% de suas linhas fixas instaladas nessa data.

A Emissora também presta serviços de transmissão de voz e dados a clientes corporativos em todo o Brasil, por suas próprias redes na Região I, pelas redes da BrT na Região II e mediante diversos contratos de cooperação firmados com outros operadores de redes de telecomunicações na Região III.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os serviços de transmissão de dados da Emissora geraram, aproximadamente, R\$3,4 bilhões em receita operacional bruta, representando um aumento de 18,0% em relação ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2008, os serviços de telefonia fixa e transmissão de dados representaram 76,2% da receita operacional bruta consolidada da Emissora, ao passo que a prestação de serviços de telefonia móvel representou 23,6% de sua receita operacional bruta consolidada, nesse mesmo período.

Outros serviços

Após a Aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora passou a operar uma rede de cabos submarinos de transmissão de fibra óptica que conecta o Brasil, Venezuela, Bermuda e Estados Unidos, abrangendo um total de 22 mil quilômetros, além do portal de internet “iG”, que, em 2008, despontou como o segundo maior portal de internet do Brasil, em termos de número de visitantes por dia, conforme avaliação do Ibope/NetRatings.

Em setembro de 2008, a Emissora foi autorizada pela ANATEL a prestar serviços de TV por assinatura em todo o Brasil, utilizando tecnologia por satélite DTH. O lançamento desse serviço está previsto para meados de 2009.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS DA EMISSORA

A Emissora acredita que os seus principais pontos fortes e vantagens competitivas são:

Forte participação em mercados relevantes

De acordo com as informações divulgadas pela ANATEL e outras disponíveis publicamente, com base em dados de dezembro de 2008, a Emissora é a maior prestadora de serviços de telecomunicações da Região I, a mais populosa do país. Dados do IBGE indicam que os 16 estados que compõem a Região I possuíam uma população combinada de, aproximadamente, 100,8 milhões em abril de 2007, representando 54,8% do total da população brasileira naquela data e, aproximadamente, 40,0% do PIB brasileiro de 2006. Adicionalmente, a Emissora, por meio da Oi, lançou sua operação no mercado de telefonia móvel da Região III (estado de SP) que, segundo o IBGE, possuía uma população de 39,8 milhões em abril de 2007, correspondente a 21,6% do total da população do Brasil em abril de 2007, representando 33,9% do PIB brasileiro em 2006, com a maior renda *per capita* do país.



Como resultado da Aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora passou a oferecer serviços de telefonia fixa e móvel e de transmissão de dados também na Região II, a qual, segundo dados do IBGE, possuía uma população de 43,5 milhões em abril de 2007, correspondente a 23,6% da população total brasileira e 26,2% do PIB do Brasil em 2006.

Ampla reconhecimento da marca Oi

Em fevereiro de 2007, a Emissora anunciou a adoção de uma marca única para todos os seus produtos e serviços: a Oi. A Emissora acredita que a unificação da marca contribui de forma significativa para a uniformização da comunicação dos produtos e serviços Oi para o mercado, resultando em um forte reconhecimento do seu pacote de serviços e no potencial crescimento da participação de mercado da Emissora em seus mercados de atuação, com convergência, simplicidade e eficiência. A Emissora acredita, ainda, que a força e o reconhecimento da marca Oi no Brasil será de extrema importância para a sua expansão no mercado de telefonia móvel da Região III, lançado com sucesso em outubro de 2008.

Expansão em virtude da recente aquisição da Brasil Telecom, resultando em um ganho de escala face à potencial geração de sinergias

O setor de telecomunicações brasileiro experimentou um processo significativo de consolidação nos últimos anos, resultando na criação de quatro grandes conglomerados (Oi, Vivo, Claro e TIM). A Emissora acredita que a recente Aquisição da BrT lhe assegurará porte, cobertura nacional e solidez operacional e financeira para competir no mercado brasileiro de telecomunicações, aproveitando-se das economias de escala geradas, com a conseqüente redução de custos, bem como da expansão e integração do pacote de serviços oferecido ao mercado.

Oferta de serviços integrados

A Emissora fornece seus serviços de telefonia fixa, móvel e de Banda Larga por meio de pacotes de serviços integrados, aproveitando-se da marca Oi. A Emissora acredita que a sua estratégia de convergência, com ofertas de pacotes integrados, resulta em aumento da fidelização de seus clientes e, conseqüentemente, na redução da taxa de desligamento em alguns serviços. Excluindo-se as taxas de desligamento da Amazônia Celular, adquirida pela Emissora em abril de 2008, a taxa de desligamento da Emissora era de 2,4% ao mês em 31 de dezembro de 2008. A Emissora levará a estratégia de diferenciação por meio da oferta de serviços integrados para a Região II, passando a ter um portfólio único. Nessa Região, há um amplo espaço para crescimento desse tipo de oferta, uma vez não ser esse o foco da BrT relativamente à abordagem de mercado, apesar de a possuir em seu portfólio.

Utilização de tecnologia avançada

A Emissora fez, e continua a fazer, investimentos significativos na modernização da sua infra-estrutura de rede, incluindo a substituição de terminais analógicos por digitais, aumentando a oferta e a qualidade dos serviços fornecidos aos seus clientes, bem como reduzindo os respectivos custos de manutenção. A Emissora tem assumido posição de vanguarda na adoção de novas tecnologias no mercado brasileiro, tendo sido, por exemplo, a primeira provedora de serviços de telecomunicações da América Latina a implementar a tecnologia *Metro Ethernet* de acesso rápido à internet, que é uma das últimas novidades na indústria de transmissão de dados.

Administração altamente experiente com atuação no setor de telecomunicações

Os negócios da Emissora são comandados por profissionais reconhecidos, com vasta experiência na indústria de telecomunicações. O alto escalão da Emissora contribuiu significativamente para a manutenção da Emissora como provedora de serviços de telecomunicações líder na Região I. Ainda, a alta administração da Emissora desempenha importante papel no fortalecimento da sua oferta de serviços, sobretudo por meio de aquisições estratégicas, como a Aquisição da BrT, permitindo à Emissora competir mais efetivamente em seu setor e prosseguir com o projeto de expansão e crescimento de seus negócios no mercado brasileiro e, quem sabe, no mercado internacional.



ESTRATÉGIA

O objetivo da Emissora é ser a maior e a melhor prestadora de serviços de telecomunicações do Brasil, assumindo a liderança em novos mercados de atuação, aumentando a sua competitividade e ampliando o valor agregado aos seus acionistas. Os elementos essenciais da estratégia da Emissora são:

- manter o foco na convergência;
- aumentar a receita por meio de novas alavancas de crescimento (Banda Larga, mercado corporativo de dados, serviço móvel, vídeo e serviços de cartão de crédito e pagamento – Oi Paggo);
- expandir a oferta integrada de serviços;
- maximizar a eficiência operacional e o nível de qualidade;
- alavancar sinergias entre as redes fixa e móvel, possibilitando a redução de custos operacionais e o aumento das vendas, através de ofertas convergentes;
- aumentar a eficiência e o controle de custos; e
- atuar na consolidação do setor brasileiro de telecomunicações.

Manter o foco na convergência

A convergência de meios e serviços é uma tendência geral no mercado mundial de telecomunicações. Por meio dela, *players* até então focados em um único segmento ou tipo de rede, passam a ter a possibilidade de oferecer serviços de outros segmentos. Além de trazer simplicidade, tal estratégia se traduz em uma série de vantagens para o consumidor.

A Oi foi a pioneira no mercado brasileiro a dispor da convergência fixo-móvel, por intermédio da integração de suas operações e ofertas. Juntamente com essa transição, a Emissora mudou também a abordagem de mercado, passando a ter um foco maior no cliente, ao invés do produto, com o objetivo de oferecer os serviços mais adequados ao perfil de cada consumidor. A Emissora passou a oferecer pacotes de serviços em linha com as reais necessidades de seus clientes, integrando telefonia fixa, móvel, Banda Larga e outras aplicações de dados.

Além de ser importante na geração de sinergias, reduzindo custos operacionais e investimentos, a estratégia de convergência traz a possibilidade de aumentar as vendas por meio de uma abordagem cruzada, implicando num potencial aumento da receita e diminuição de custos de aquisição. A oferta de pacotes integrados traz ainda um aumento da fidelização da base de clientes, com reflexos diretos na taxa de desligamento de alguns serviços.

Por meio da parceria estabelecida com a Sky, a Emissora passou a oferecer pacotes integrando também os serviços de TV por assinatura. Esse movimento é essencial para a estratégia da oferta de pacotes completos de serviços, ampliando as vantagens aos clientes da Emissora e mantendo sua competitividade com relação às ofertas concorrentes, em especial das operadoras de TV a cabo. Nesse sentido, a Emissora continuará avaliando potenciais parcerias e aquisições estratégicas nessa área.

Da mesma forma, a Emissora mantém a estratégia de aperfeiçoar sua rede de Banda Larga fixa, de modo a possibilitar, em Regiões selecionadas, a oferta de serviços de vídeo sob demanda e de TV por assinatura (essa última ainda limitada pelas atuais restrições da regulamentação brasileira). Por meio da autorização outorgada pela ANATEL em setembro de 2008, a Emissora pretende oferecer serviços de TV por assinatura via satélite em todo o Brasil, com início de operação previsto para 2009, consolidando sua estratégia de convergência total em toda a sua área de atuação.

Aumentar a receita por meio de novas alavancas de crescimento

Na linha da convergência, a Emissora entende que o consumidor valoriza as ofertas de serviços convergentes, reconhecidas por sua simplicidade e custos reduzidos, e, por isso, foi pioneira em ofertas integradas de telefonia fixa, móvel e Banda Larga. Tal estratégia possibilita a redução de custos, o aumento das vendas e até mesmo uma maior fidelização da base de consumidores da Emissora.



Ao final de 2007, a Oi obteve sucesso na obtenção de espectro de terceira geração (conhecida como 3G) para toda a Região de atuação original da prestadora (Região I), além de quase todo o Estado de São Paulo (Região III). A terceira geração permite o lançamento e a melhoria de diversos serviços, como acesso em Banda Larga à internet com mobilidade, TV móvel, videochamada, entre outros. A Oi já implantou a rede 3G em diversos municípios em sua área de atuação e sua cobertura ainda está em fase de expansão acelerada.

A Oi faz parte da vida de mais de 40 milhões de clientes nas Regiões I e III, atuando por meio de uma marca única que traz a convergência de serviços para o consumidor, com simplicidade e um portfólio variado que inclui os mais diversos serviços: telefonia fixa, telefonia móvel, internet discada e Banda Larga, Longa Distância, dados corporativos, serviços corporativos para pequenas e grandes empresas e, mais recentemente, vídeo e serviços financeiros de pagamento via celular.

Banda Larga

A Emissora lançou seus serviços de Banda Larga em 2001. Tais serviços são atualmente disponibilizados em mais de 200 municípios da Região I. A Emissora aposta que a atual baixa penetração de mercado dos serviços de Banda Larga, em termos do número de residências assinantes desses serviços, sugere um alto potencial de crescimento no curto e médio prazos.

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora tinha mais de 2 milhões de assinantes de ADSL, representando um aumento de 29,4% em relação ao exercício anterior.

A oferta de Banda Larga fixa da Oi (Oi Velox) constitui uma das principais alavancas de crescimento de receita da Emissora e por isso está investindo na ampliação da cobertura do serviço, bem como em novas tecnologias que possibilitem a oferta do serviço em velocidades ainda maiores, permitindo até mesmo a oferta de serviços de vídeo através da infra-estrutura de Banda Larga. A Emissora está em processo de atualização de sua rede para a tecnologia ADSL2 em determinadas áreas, como parte de sua estratégia para oferecer vídeo *on-demand* e, futuramente, serviço de TV por assinatura. De forma a maximizar a disponibilidade de serviços de Banda Larga, a Emissora continua estudando a implementação de novas tecnologias, tais como WiMax e FTTH/GPON. Adicionalmente, a recente outorga, em abril de 2008, de autorização para exploração de frequências 3G permitirá a oferta dessa tecnologia aos clientes de Banda Larga da Emissora.

Mercado Corporativo de Dados

A Emissora pretende ampliar sua participação no mercado corporativo de dados com uma oferta que inclui: serviços integrados, gerenciamento da rede de terceiros (*outsourcing*), melhoria contínua na qualidade do serviço e estreitamento do relacionamento com os clientes por meio de unidades de negócios voltadas para o segmento.

Serviço Móvel

A Oi lançou suas operações no setor de telefonia móvel em junho de 2002, com uma estratégia de vendas focada em ofertas inovadoras e subsídios a aparelhos celulares. Em 2005, foi adotada uma estratégia diferente, visando a lucratividade de sua base de clientes. O grande número de aparelhos celulares desbloqueados no Brasil, que podem ser utilizados na rede de qualquer operadora de telefonia móvel, permitiu que fosse adotada a estratégia de eliminação de subsídios aos aparelhos, especialmente no segmento pré-pago, uma vez que o novo cliente poderá utilizar o cartão SIM da Oi em qualquer aparelho desbloqueado. A Oi pretende seguir com a estratégia de venda de cartões SIM independentes do aparelho no segmento de pré-pago e de oferecer pacotes de serviços integrados, mantendo o foco na lucratividade e diferenciando-se no mercado pela variedade dos serviços oferecidos.

Em 2008, a Oi atingiu a marca de 24 milhões de clientes na telefonia móvel, tendo obtido sucesso na estratégia de crescimento com rentabilidade, haja vista a margem operacional obtida em 2007 ter sido uma das maiores do mercado brasileiro, não obstante esse mercado apresentar, ainda, importantes alternativas de crescimento para a Emissora. Recentemente, em outubro de 2008, a Oi lançou com sucesso sua operação no mercado de telefonia móvel da Região III, conquistando 2 milhões de usuários em pouco mais de dois meses de operação. O lançamento se deu por meio das autorizações (outorga e uso de radiofrequências) obtidas no último trimestre de 2007.



Ainda na telefonia móvel, em dezembro de 2007, a Oi anunciou a aquisição da Amazônia Celular, operadora com mais de 1,4 milhão de clientes e com uma importante cobertura em sua Região de atuação, possibilitando um aumento de competitividade da Oi em uma região com crescimento acima da média do mercado nacional. A partir do segundo trimestre de 2008, as demonstrações financeiras consolidadas da TNL passaram a contemplar a consolidação dos resultados da TNCP e, por consequência, da controlada Amazônia Celular.

A Emissora acredita existirem diversas oportunidades de crescimento no setor de telefonia móvel brasileiro que deverão ser exploradas no futuro, inclusive no serviço de telefonia móvel na Região III, que começou a ser implementado em outubro de 2008. Pela oferta de telefonia móvel na Região III, a Emissora poderá disponibilizar serviços de *roaming* aos seus clientes da Região I dentro de sua própria rede no Estado de São Paulo, a preços competitivos. Ademais, a Emissora espera que a recente aquisição de licenças 3G possibilitará a melhora dos serviços de transmissão de dados existentes, tais como a TV móvel, lançada em 2007, e a oferta de novos serviços, como a Banda Larga móvel.

Vídeo

A Oi lançou uma parceria com a Sky permitindo a integração do serviço de TV por assinatura ao seu pacote. Esse foi um importante movimento na evolução da oferta de pacotes completos de serviços aos consumidores da Emissora.

Em junho de 2008, a Oi deu entrada no pedido de licença de TV por assinatura via satélite DTH. A licença foi concedida pela ANATEL em setembro de 2008. A Oi já opera TV por assinatura via cabo através da Oi TV disponível nas cidades mineiras de Barbacena, Uberlândia, Belo Horizonte e Poços de Caldas, e o início da operação de DTH em escala nacional está previsto para meados de 2009. Com essa licença, a Oi poderá expandir sua atuação no mercado de TV por assinatura, levando sua estratégia de convergência a toda sua Região de atuação.

Serviços Financeiros – Oi Paggo

A exploração de novas oportunidades de receita por meio do crescente mercado de pagamentos via rede móvel foi consolidada pela aquisição, em dezembro de 2007, da Paggo, empresa pioneira em soluções de pagamentos e serviços de cartão de crédito por celular.

Expandir a oferta integrada de serviços

Em meados de 2009, a Emissora pretende dar início à prestação de serviços de TV por assinatura via satélite DTH, tendo em vista a autorização concedida pela ANATEL para esse fim em setembro de 2008. A Emissora acredita que a prestação de serviços *quadriplay* é essencial para a sua estratégia de oferecer aos clientes pacotes integrados de serviços, expandindo sua capacidade de manter-se competitiva nesse mercado, especialmente frente aos prestadores de serviços de TV a cabo. A Emissora pretende continuar avaliando potenciais parcerias estratégicas e aquisições no mercado de TV por assinatura.

Maximizar a eficiência operacional e o nível de qualidade

Visando maximizar o resultado e garantir o seu desenvolvimento sustentável, a Emissora vem realizando uma série de esforços para redução de custos e melhoria da qualidade dos serviços prestados, por meio da:

- padronização de processos;
- terceirização dos serviços de manutenção da rede;
- otimização de investimentos, com foco na melhoria de qualidade;
- centralização das funções administrativas e financeiras, tais como contabilidade, gerência de recursos humanos e de suprimentos;
- centralização do centro de gerenciamento de rede;
- implementação de novos sistemas de gerenciamento de relações com o cliente; e
- otimização da estrutura organizacional das áreas administrativa e operacional.



Alavancar sinergias entre as redes fixa e móvel, possibilitando a redução de custos operacionais e o aumento das vendas por meio de ofertas convergentes

A aquisição da Oi buscou a integração dos diversos serviços prestados pela Emissora, capazes de gerar vantagens competitivas, além de economias tributárias. Desde então, a Emissora está realinhando sua estrutura organizacional e revendo processos, para buscar de forma concreta e inovadora as sinergias entre os serviços fixo e móvel. Os principais objetivos dessa integração são:

- aumentar a receita média por cliente;
- fidelizar a base; e
- otimizar processos, reduzindo custos e despesas.

A Emissora espera que essa integração ocorra por meio de um esforço de vendas único e concentrado, do estreitamento das relações com o cliente, da criação de *bundles* (pacotes de produtos) e novos planos de serviços. Do ponto de vista de custos, a Emissora busca integrar processos e sistemas, eliminando atividades e funções duplicadas.

Aumentar a eficiência e controle de gastos

A Emissora pretende dar prosseguimento a iniciativas que visem aumentar a eficiência de seus processos internos, buscando melhor controlar seus gastos e incrementar a qualidade de seus serviços. A Emissora prosseguirá com a melhoria dos métodos de alocação de recursos entre os diversos segmentos do seu negócio, visando reduzir seus gastos pela realização de economias de escala. Seu foco nessa área incluirá esforços para padronizar processos, otimizar serviços terceirizados e gerenciar contingências. Como exemplo, a Emissora recentemente contratou a Huawei e a Nokia para aprimorar a rede móvel e a área de cobertura da BrT, de modo a facilitar a integração com as redes da Emissora, que deverá ser finalizada até o final de 2009.

A melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cliente continuará a ser uma importante parte da estratégia de negócios da Emissora.

Atuar na consolidação do setor brasileiro de telecomunicações

O processo de consolidação experimentado pelo setor de telecomunicações brasileiro se verificou por meio da união de diversas companhias de telefonia móvel regionais e de empresas em outros segmentos do setor de telecomunicações, tendo como resultado a criação de quatro grandes conglomerados, incluindo aqueles controlados pela Telefônica e pela America Móvil. Devido à antecipada queda no crescimento dos mercados de telefonia móvel e Banda Larga, em razão de menores níveis de crescimento orgânico, a Emissora pretende continuar a participar do processo de consolidação do setor de telecomunicações brasileiro, de forma a ganhar economias de escala, criar sinergias entre os diversos segmentos de seu negócio e fortalecer a oferta de pacotes integrados de serviços, buscando manter uma posição competitiva.

A Emissora continua, e continuará, a avaliar oportunidades de participar do processo de consolidação do setor de telecomunicações brasileiro, como se viu, por exemplo, na Aquisição da BrT. Quaisquer fusões, aquisições ou *joint ventures* futuros dos quais a Emissora venha a participar se darão com foco no aumento de sua participação de mercado, expansão de sua carteira de produtos e serviços e acesso a novos mercados.



SUMÁRIO DA OFERTA

Emissora	Telemar Norte Leste S.A.
Coordenadores	Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e Banco Bradesco BBI S.A.
Agente Fiduciário	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A.
Classificação de Risco	A Emissora contratou a agência de <i>rating</i> Moody's para avaliar as Debêntures, tendo recebido a classificação <i>Aaa.br</i> .
Autorizações Societárias	A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 23 de março de 2009, pela qual foi aprovada a quarta emissão de Debêntures pela Emissora, sendo a segunda emissão pública, cuja ata será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ e no jornal "Valor Econômico".
Destinação dos Recursos	<p>O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta será utilizado para amortização de dívidas vincendas da Emissora, indicadas na seção "Destinação dos Recursos" na página 64 deste Prospecto.</p> <p>Para informações sobre a capitalização da Emissora em 31 de dezembro de 2008, ajustada para refletir o recebimento de recursos relativos à Oferta, vide seção "Capitalização" na página 66 deste Prospecto.</p>
Colocação	<p>As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de melhores esforços de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será mantida se forem colocadas, no mínimo, 200.000 Debêntures. Para informações sobre o plano da Oferta, vide "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta", na página 57 deste Prospecto.</p> <p>Tendo em vista que a Oferta será realizada em regime de melhores esforços, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400, o investidor poderá, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja a distribuição: (a) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data em que tenha sido verificada a não implementação da condição; ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio investidor, mas que não poderá ser inferior a 200.000 Debêntures, podendo o investidor, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures por ele indicadas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures por ele indicadas, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data em que tenha sido verificada a não implementação da condição.</p>



Valor Total da Emissão	O valor total da emissão é de até R\$3.000.000.000,00 na Data de Emissão.
Quantidade	Serão emitidas até 3.000.000 Debêntures.
Valor Nominal	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 na Data de Emissão.
Séries	A Emissão será realizada em duas séries, sendo até 964.409 Debêntures da 1ª Série e até 2.035.591 Debêntures da 2ª Série.
Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações.
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária.
Prazo de Subscrição	Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto no item "Melhores Esforços", da seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição" na página 57 deste Prospecto.
Forma de Subscrição	As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.
Forma e Preço de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, sendo que: (a) as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (b) as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 6 de abril de 2009.
Prazo e Data de Vencimento	As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de dois anos, um mês e vinte e quatro dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2011 e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de três anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 6 de abril de 2012.
Pagamento do Valor Nominal	O Valor Nominal das Debêntures será pago em uma única parcela na Data de Vencimento.



Remuneração

Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 115% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento.

Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 120% da variação acumulada da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento.

Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa

A qualquer tempo a partir de 30 de outubro de 2009 (inclusive), desde que com aviso prévio de 15 dias da data do evento, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar (i) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (ii) uma ou mais amortizações antecipadas do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação.

Para maiores informações sobre o resgate ou a amortização das Debêntures, vide "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa", na página 51 deste Prospecto.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, ver seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 52 deste Prospecto.

Quoruns de Deliberação

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas nas assembleias gerais de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação. Para maiores informações sobre os quoruns de deliberação das assembleias gerais de Debenturistas, vide "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Assembleias Gerais de Debenturistas", na página 54 deste Prospecto e no "Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures", na página 285 deste Prospecto.

**Público Alvo**

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBovespa, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicações. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" nas páginas 67 a 85 deste Prospecto.

Regime de Colocação – Melhores Esforços

A Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação. Para mais informações, ver "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição" na página 57 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente considerados antes da decisão de investimento nas Debêntures, ver seção "Fatores de Risco" nas páginas 67 a 85 deste Prospecto.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", na página 42 deste Prospecto. Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção "Informações Relativas à Oferta" na página 46 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBID, ao amparo da Instrução CVM 471 e do Código de Auto-Regulação da ANBID para Atividades Conveniadas, em 23 de março de 2009.

A Oferta foi registrada pela CVM em 27 de abril de 2009, sob o nº CVM/SRE/DEB/2009/003 (1ª série) e CVM/SRE/DEB/2009/004 (2ª série).



CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

N.º	Evento	Data de Realização/ Data Prevista*
1.	Protocolo na ANBID do pedido de análise prévia por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	23/03/2009
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem os logotipos dos Participantes Especiais e das Instituições Consorciadas), divulgando o pedido de análise prévia da Oferta na ANBID Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações a Potenciais Investidores	24/03/2009
3.	Publicação do Aviso ao Mercado (com os logotipos dos Participantes Especiais e das Instituições Consorciadas)	31/03/2009
4.	Início do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento e do período de recebimento de intenções de investimento	02/04/2009
5.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	15/04/2009
6.	Encerramento do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento e do período de recebimento de intenções de investimento	16/04/2009 até 13h
7.	Consolidação das intenções de investimento recebidas e resultado do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento	16/04/2009
8.	Registro da Oferta	Até 28/04/2009
9.	Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento Disponibilização do Prospecto Definitivo	29/04/2009
10.	Confirmação aos potenciais investidores sobre as alocações e a respectiva Data de Liquidação	30/04/2009
11.	Liquidação da Oferta	A partir de 04/05/2009
12.	Publicação do Anúncio de Encerramento	Até 03/06/2009

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico" e na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.novaoi.com.br/ri).



INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	Telemar Norte Leste S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 3.330.015.258-0.
Registro na CVM	A Emissora encontra-se registrada na CVM sob o nº 11320.
Sede	A Emissora tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, CEP 22280-004, telefone (31 21) 3131-1276.
Prazo de Duração	A Emissora tem prazo de duração indeterminado.
Diretoria de Relações com Investidores	Sr. Alex Waldemar Zornig Rua Humberto de Campos, 425 - 8º andar 22430-190 Rio de Janeiro, RJ Telefone: (21) 3131-1211 Fac-símile: (21) 3131-1155 Correio Eletrônico: invest@oi.net.br Página na Internet: www.oi.com.br/ri
Atendimento a Debenturistas	O atendimento aos debenturistas da Emissora é feito pelo telefone (21) 3131-1211, pelo fac-símile (21) 3131-1155 e pelo correio eletrônico invest@oi.net.br .
Auditor Independente	BDO Trevisan Auditores Independentes, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 71, 15º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, telefone (21)3534-7500 e fac-símile (21) 2221-1395.
Jornais nos quais divulga Informações	DOERJ e jornal "Valor Econômico".
Declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder encontram-se nas páginas 375 a 377 deste Prospecto, como Anexo D, na página 373 deste Prospecto.



IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES

COORDENADOR LÍDER

O Itaú BBA é um banco de atacado, com ativos de R\$137,9 bilhões e patrimônio líquido de R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2008. O banco faz parte do grupo Itaú, sendo controlado diretamente pelo Banco Itaú Holding Financeira S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo o melhor e o mais completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA é o líder de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, com participações de mercado de, respectivamente, 26%, 20%, 19%, 24% e 46%. Em 2008, o Itaú BBA recebeu o prêmio “World’s Best Investment Banks 2008”, na categoria Brasil, concedido pela *Global Finance*, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo.

No mercado de renda fixa local, em 2008, o Itaú BBA participou de 35 emissões de dívida, cujo montante total alcançou R\$17,2 bilhões. Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as ofertas de debêntures da Even Construtora e Incorporadora S.A. (R\$150 milhões); da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações (R\$499,5 milhões); da Klabin Segall S.A. (R\$220 milhões); da Telemar Participações S.A. (R\$1,6 bilhão); da MRV Engenharia e Participações S.A. (R\$300 milhões); da Unidas S.A. (R\$250 milhões); e da Duke Energy International – Geração Paranapanema S.A. (R\$341 milhões). Em operações de notas promissórias coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Invitel S.A. (R\$950 milhões); as duas emissões da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável (nos valores de R\$200 milhões e R\$390 milhões); as duas emissões da Telemar Norte Leste S.A. (no valor de R\$3,6 bilhões e R\$2 bilhões); da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões); da Votorantim Cimentos Brasil S.A. (R\$2 bilhões); e da Primav Ecorodovias S.A. (R\$430 milhões). Destacam-se, ainda, as operações FIDC Paulista Veículos II (R\$100 milhões); FIDC Mercantil Athos Farma (R\$190 milhões); CRI WT PIC II (R\$101,9 milhões); e CRI da BRC Securitizadora S.A. (R\$300 milhões).

Em 2008, o Itaú BBA participou de cinco ofertas públicas de ações, cujo montante total alcançou R\$31,8 bilhões, atuando como coordenador e *bookrunner* do IPO da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (R\$6,7 bilhões) e, adicionalmente, como coordenador e *bookrunner* dos seguintes ofertas subsequentes (*follow-ons*): Redecard S.A. (R\$1,2 bilhão); Metalúrgica Gerdau S.A. (R\$1,5 bilhão); Gerdau S.A. (R\$2,9 bilhões); e Cia. Vale do Rio Doce (R\$19,4 bilhões). Em 2007, o Itaú BBA participou de 19 ofertas públicas de ações, das quais 14 operações de *IPOs* e cinco de *follow-ons*. O montante total dessas ofertas alcançou R\$22,5 bilhões.

BRADESCO BBI

O Banco Bradesco S. A., controlador do Banco Bradesco BBI S.A., é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país, conforme informação do Banco Central, e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 13.199 pontos convencionais, entre eles, 4.542 agências e 5.946 unidades do Banco Postal. No quarto trimestre de 2008, o lucro líquido foi de R\$7,620 bilhões, patrimônio líquido de R\$34,257 bilhões e R\$454,413 bilhões em ativos totais.

O Banco Bradesco BBI S.A. é a empresa responsável pelo desenvolvimento de operações nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa, Operações Estruturadas, Fusões e Aquisições e Financiamento de Projetos.



De acordo com o ranking de Originação e Distribuição ANBID, referente a dezembro de 2008, o BBI ocupa a sexta posição, por volume, em renda variável no mercado doméstico. No ano de 2008, marcado por uma redução expressiva em operações de oferta de ações, destaca-se a participação do BBI como coordenadores e *joint-bookrunners* na oferta pública de ações da Cia. Vale do Rio Doce, no montante de R\$19,4 bilhões, e como coordenadores contratados na oferta de ações da Visa Inc¹, realizada nos Estados Unidos da América, por meio de sua subsidiária Bradesco Securities Inc, no montante de US\$19,7 bilhões, e nas ofertas públicas de ações da Gerdau S.A., no montante de R\$2,9 bilhões e da Metalúrgica Gerdau S.A. no montante de R\$1,5 bilhão. O BBI também assessorou a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na Oferta Pública de Aquisição de Ações da Suzano Petroquímica S.A. no montante de R\$566,2 milhões.

Em dezembro de 2008, de acordo com o ranking de Originação e Distribuição ANBID, o BBI ocupa a segunda posição, por volume, em renda fixa consolidado², no mercado doméstico. O BBI participou como coordenador líder em várias delas, das quais se destacam as seguintes transações: emissão das Debêntures da American Banknote S.A., no montante de R\$180 milhões; da Usiminas S.A., no montante de R\$500 milhões; da Trisul S.A., no montante de R\$200 milhões; da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás, no montante de R\$100 milhões; da Localiza S.A., no montante de R\$300 milhões; e da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, no montante de R\$300 milhões. O BBI participou, ainda, como coordenador líder, da primeira emissão de Notas Promissórias Comerciais da Bradespar S.A., no montante de R\$1.400 milhões; da Cosan S.A. Indústria e Comércio, no montante de R\$1.100 milhões; da Telemar Norte Leste S.A., no montante de R\$2.000 milhões e na liderança da coordenação da emissão de Notas Promissórias Comerciais da Ultrapar, no montante de R\$1.200 milhões. Além disso, destacam-se as participações como coordenador da emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no montante R\$300 milhões e das Notas Promissórias Comerciais da Telemar Norte Leste S.A., no montante de R\$3.600 milhões.

O BBI desenvolve estruturas para segregação de riscos de crédito, por meio de securitização, utilizando SPEs, cessões de créditos com risco compartilhado e financiamento de médio e longo prazo, estruturados com base em recebíveis e/ou outras garantias. Adicionalmente, o BBI ocupa posição de destaque no financiamento para aquisição de empresas (*Acquisition Finance*).

No ano de 2008, o BBI trabalhou no desenvolvimento e implementação de complexas estruturas de alavancagem que viabilizaram operações de aquisição, tais quais: a rede de restaurantes do Frango Assado pelo fundo de investimentos Advent International; a Polipetro e a Repsol pela Alesat Combustíveis, bem como a Esso Brasileira pela Cosan.

Destaca-se, igualmente, a participação do BBI no empréstimo sindicalizado que viabilizou a aquisição do McDonald's América Latina pelos fundos de investimentos Wood Staton, Gávea e DLJ.

¹ A operação da Visa Inc não é computada no ranking do Mercado Doméstico ANBID.

² Desde janeiro de 2008 o ranking de Renda Fixa Consolidado é composto pela somatória das subdivisões: renda fixa curto prazo, renda fixa longo prazo e securitização (FIDCs e CRIs).



IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

EMISSORA

Telemar Norte Leste S.A.

Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar
22280-001, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Tarso Rebello Dias
Tel.: (21) 3131-1276 – Fax: (21) 3131-1383
e-mail: tarso@oi.net.br
Internet: www.novaoi.com.br

COORDENADOR LÍDER

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar (parte)
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Prado Santos
Tel.: (11) 3708-8717 – Fax: (11) 3708-8172
e-mail: epsantos@itaubba.com.br
Internet: www.itaubba.com.br

COORDENADOR

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar
01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Zani
Tel.: (11) 2178-4800 – Fax: (11) 2178-4880
e-mail: zani@bradescobbi.com.br
Internet: www.bradescobbi.com.br

CONSULTORES LEGAIS

Consultores Legais da Emissora

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch – Advogados

Praia de Botafogo, nº 228, conj. 1101
22250-040, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Maurício Teixeira dos Santos
Tel.: (21) 2196-9200 – Fax: (21) 2551-5898
e-mail: msantos@scbf.com.br
Internet: www.scbf.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores

Pinheiro Guimarães - Advogados

Av. Rio Branco, nº 181, 27º andar
20040-918, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Ivie Moura Alves / Sr. Pedro Barretto Vasconcellos
Tel.: (21) 4501-5000 – Fax: (21) 4501-5025
e-mail: imoura@pinheiroguimaraes.com.br
pvasconcellos@pinheiroguimaraes.com.br
www.pinheiroguimaraes.com.br



AGENTE FIDUCIÁRIO

BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 6º andar
04543-011 São Paulo - SP - Brasil
At.: Sra. Soraya Lysenko
Tel.: (11) 3050-8370 – Fax: (11) 3050-8002
e-mail: slysenko@bnymellon.com.br
www.bnymellon.com.br/ct

INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900, Osasco, SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-3749 – Fax: (11) 3684-5645
e-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br
www.bradesco.com.br

AUDITORES INDEPENDENTES

Auditores das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora

BDO Trevisan Auditores Independentes

Rua Sete de Setembro, nº 71, 15º andar
20050-005, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. José Luiz de Souza Gurgel
Tel.: (21) 3534-7500 – Fax: (21) 2221-1395
e-mail: gurgel@bdotrevisan.com.br
www.bdotrevisan.com.br

Auditores das Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part

Deloitte Touche Tohmatsu

Rua Alexandre Dumas, nº 1981
04717-906, São Paulo, SP
At.: Sr. Marco A. Brandão Simurro
Tel.: (11) 5186-1000 – Fax: (11) 5181-8024
e-mail: mbrandao@deloitte.com
www.deloitte.com.br

Auditores das Demonstrações Financeiras da Invitel

Terco Grant Thornton

Rua do Ouvidor 88, 6º andar
20040-030, Rio de Janeiro - RJ
At. Sr. Eduardo Leverone / Sr. Rodolfo Henrique Resende Mergherito
Tel: (21)2222-3100 - Fax: (21)2232-0600
e-mail: eduardo.leverone@tercogt.com.br / rodolfo@tercogt.com.br
www.tercogt.com.br



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Maiores informações sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com o Coordenador Líder ou na CVM, em sua página na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 5º andar
Rio de Janeiro, RJ

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Cincinato Braga, nº 340 – 2º, 3º e 4º andares
São Paulo, SP

Esclarecimentos junto ao Coordenador Líder deverão ser obtidos por meio da pessoa indicada nesta seção, no item "Coordenador Líder" na página 42 deste Prospecto.

DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo D, na página 373 deste Prospecto.



CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este Prospecto contém declarações prospectivas. As declarações que apresentem natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "acredita", "estima" e expressões similares são declarações prospectivas. Embora a Emissora acredite que essas declarações prospectivas sejam baseadas em pressupostos razoáveis, essas declarações estão sujeitas a vários riscos e incertezas e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente a Emissora tem acesso.

Ademais, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor de telecomunicações incluídas neste Prospecto foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral e a Emissora, as Empresas Telemar e os Coordenadores não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão dessas informações.

As declarações prospectivas poderão ser influenciadas por certos fatores, incluindo os seguintes:

- conjuntura geral econômica, política, financeira e comercial nos mercados de atuação da Emissora e das Empresas Telemar, tanto no Brasil como no exterior, inclusive níveis de demanda e de preços;
- flutuações da taxa de juros, inflação e variações na taxa de câmbio do Real em relação ao dólar dos Estados Unidos da América;
- nível de endividamento e correspondentes exigências de serviço da dívida da Emissora e das Empresas Telemar;
- capacidade da Emissora e das Empresas Telemar de obter financiamentos em termos satisfatórios;
- concorrência;
- medidas adotadas pelos principais acionistas da Emissora e das Empresas Telemar;
- desfecho de processos de grande monta relativos à tributação, questões trabalhistas e outras questões legais;
- processo de integração das redes e de TI da Emissora com a BrT, bem como a integração societária, orgânica e cultural das duas organizações;
- leis e regulamentos editados que afetem ou possam afetar a Emissora, as Empresas Telemar e suas atividades; e
- outros fatores identificados ou discutidos na Seção "Fatores de Risco", nas páginas 67 a 85 deste Prospecto.

As declarações prospectivas da Emissora e das Empresas Telemar não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nas declarações prospectivas em razão da incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões.

Nada previsto neste Prospecto constitui, ou deve ser entendido como sendo, promessa ou garantia sobre resultados ou eventos futuros.



INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito da Emissora era de R\$7.425.505.769,63, tendo sido integralizado R\$7.418.989.192,96, representado por 238.614.355 ações, sendo 107.063.093 ações ordinárias, 130.487.295 ações preferenciais Classe “A” e 1.063.967 ações preferenciais Classe “B”, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária da Emissora corresponde a um voto nas assembleias gerais de acionistas.

ACIONISTAS DA EMISSORA

A tabela a seguir descreve a composição acionária da Emissora em fevereiro de 2009.

Acionista	Ações Ordinárias	% Part	Ações Preferenciais	% Part	Ações Totais	% Part	% Acum
Tele Norte Leste Participações S.A.	104.228	97,35	91.250	69,36	195.478	81,92	81,92
Telemar Participações S.A.	0	0,00	13.079	9,94	13.079	5,48	87,40
Ações em tesouraria	0	0,00	223	0,17	223	0,09	87,50
Subtotal	104.228	97,35	104.552	79,48	208.780	87,50	
Outros	2.835	2,65	26.999	20,52	29.834	12,50	12,50
Total	107.063	100,00	131.551	100,00	238.614	100,00	100,00

APROVAÇÃO DA OFERTA

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 23 de março de 2009, pela qual foi aprovada a quarta emissão de Debêntures pela Emissora, sendo a segunda emissão pública, cuja ata será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ e no jornal "Valor Econômico".

A assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 23 de março de 2009 autorizou o Conselho de Administração da Emissora a (i) se necessário, deliberar ou alterar as matérias de que trata o artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas não são de titularidade de Debenturistas outros que a Emissora.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de melhores esforços de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será mantida se forem colocadas, no mínimo, 200.000 Debêntures. Para informações sobre o plano da Oferta, vide "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta", na página 57 deste Prospecto.

Prazo de subscrição

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Forma de subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.



Forma de integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização) e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Número da emissão

As Debêntures representam a quarta emissão de debêntures da Emissora, sendo a segunda emissão pública.

Valor total da emissão

O valor total da emissão é de até R\$3.000.000.000,00, na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas até 3.000.000 Debêntures.

Valor nominal

As Debêntures terão Valor Nominal de R\$1.000,00 na Data de Emissão.

Séries

A emissão será realizada em duas séries, sendo até 964.409 Debêntures da 1ª Série e até 2.035.591 Debêntures da 2ª Série, conforme o Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, observando-se que o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não excede R\$3.000.000.000,00, na Data de Emissão, e nem 3.000.000 de Debêntures.

A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

Forma

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBovespa, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Convertibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.



Espécie e Limite de Emissão

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

Tendo em vista que, na data de assinatura da Escritura de Emissão, o capital social integralizado da Emissora era de R\$7.418.989.192,96 e que as Debêntures, somadas ao saldo devedor das debêntures da primeira e da segunda emissões da Emissora (sendo que as debêntures da terceira emissão da Emissora são da espécie subordinada e, portanto, nos termos do artigo 60, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, seu saldo devedor é excepcionado dos limites previstos no referido artigo), totalizam, em 31 dezembro de 2008, R\$5.290.702.021,83, o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações está atendido.

Data de emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 6 de abril de 2009.

Prazo e data de vencimento

O prazo das Debêntures da Primeira Série será de dois anos, um mês e 24 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2011; e das Debêntures da Segunda Série será de três anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 6 de abril de 2012.

Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal das Debêntures será pago em uma única parcela na Data de Vencimento.

Remuneração

As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

Remuneração da Primeira Série. A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- I. atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
- II. juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 115% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será integralmente paga na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série os titulares das Debêntures da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$



JR = valor da Remuneração da Primeira Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times S \right) \right]$$

, onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com oito casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n ;

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = 1,15.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S)]$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com oito casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Remuneração da Segunda Série. A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- I. atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e
- II. juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 120% da variação acumulada da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será integralmente paga na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série os titulares das Debêntures da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$



JR = valor da Remuneração da Segunda Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times S \right) \right]$$

, onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com oito casas decimais com arredondamento:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n ;

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = 1,20.

O fator resultante da expressão $[1 + (\text{TDI}_k \times S)]$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (\text{TDI}_k \times S)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com oito casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Indisponibilidade Temporária da Taxa DI

Observado o disposto no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Indisponibilidade da Taxa DI

Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, automaticamente, em substituição à Taxa DI, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, será utilizada a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos 30 dias imediatamente anteriores à data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início deste item, com prazo de vencimento de 180 dias ("Taxa SELIC"). A apuração da Taxa SELIC será calculada pela Emissora e submetida, com a respectiva memória de cálculo, para apreciação do Agente Fiduciário, sendo que este terá o prazo de cinco dias úteis para se manifestar sobre a correção do cálculo.



Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa

A qualquer tempo a partir de 30 de outubro de 2009 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos do item Publicidade abaixo, de 15 dias da data do evento, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar:

- I. o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou
- II. uma ou mais amortizações antecipadas do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do valor correspondente a um percentual, definido a exclusivo critério da Emissora, do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, a ser amortizado, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo de prêmio ou penalidade de qualquer natureza.

Aquisição facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a seu critério, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

Encargos moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento: (i) multa moratória de 2%; e (ii) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

Decadência dos direitos aos acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

Local de pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela mesma por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBovespa ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBovespa.



Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de cinco dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

Prorrogação dos prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

Vencimento antecipado

Sujeito ao disposto nos três últimos parágrafos deste item, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso (i) abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto no último parágrafo deste item), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- (i) não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou à Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até dois dias úteis contado da data do respectivo vencimento;
- (ii) pedido de autofalência ou decretação de falência da Emissora;
- (iii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora;
- (iv) liquidação ou dissolução da Emissora;
- (v) transformação da forma societária da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada ou cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (vi) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, que resulte na redução de classificação de risco da Emissora, atribuído atualmente pelas agências de classificação de risco em nível inferior à classificação em escala global, moeda local, "BB-" para Standard and Poor's, "BB" para a Fitch Ratings ou "Ba1" para Moody's, sendo que para os fins do disposto neste inciso, a convocação das agências de classificação de risco para que seja realizada a atualização da classificação de risco da Emissora, deverá ser feita no prazo de 10 dias contados da data de publicação do fato relevante sobre a alteração do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita a referida convocação, o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (vii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (viii) cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Oferta, sem a observância de seus termos;
- (ix) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade de qualquer documento referente à presente Oferta;



- (x) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora em valor superior a US\$50.000.000,00 ou cujos valores, no agregado, excedam a US\$100.000.000,00, valores esses convertidos com base na taxa de venda PTAX800 divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o índice que vier substituí-la, salvo se, exclusivamente no caso de inadimplemento, o mesmo for sanado em até 15 dias contados da data de sua ocorrência;
- (xi) falta de cumprimento por parte da Emissora, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na Escritura de Emissão;
- (xii) protesto de títulos contra a Emissora e que não sejam sanados no prazo de 30 dias contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, cujos valores individuais sejam superiores a US\$50.000.000,00 ou cujos valores, no agregado, excedam a US\$100.000.000,00, valores estes calculados conforme o inciso (x) acima;
- (xiii) ocorrência de qualquer sentença transitada em julgado, laudo arbitral, mandados de penhora ou processos semelhantes que versem sobre o pagamento em dinheiro de valor equivalente ou superior a US\$50.000.000,00, valor este calculado conforme o inciso (x) acima, contra a Emissora ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com oferecimento de garantia ou caução em até 30 dias contados do respectivo recebimento;
- (xiv) (a) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pela Emissora, cujas receitas representem 20% ou mais do EBITDA da Emissora; ou (b) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa ou cancelamento das concessões detidas pela Emissora, cujas receitas representem 20% ou mais do EBITDA da Emissora, bem como o início de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas (a) ou (b) deste inciso, que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 dias contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência; ou
- (xv) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), conforme apurados trimestralmente, com base nos 12 meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas, em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM das respectivas informações da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:
 - (a) relação entre Dívida Total da Emissora e EBITDA menor ou igual a 4,0 no balanço patrimonial da Emissora (consolidado); ou
 - (b) relação entre EBITDA e Serviço da Dívida maior ou igual a 1,75 no balanço patrimonial da Emissora (consolidado).

Para os fins deste inciso:

"Dívida Total" significa o endividamento oneroso total da Emissora;

"EBITDA" significa, para os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da Emissora, cada qual um "período contábil", o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado operacional para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio, quer seja: o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; e

"Serviço da Dívida" significa a soma dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil).



Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos (i) a (vi) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido.

Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos acima (que não sejam aqueles previstos no parágrafo anterior), o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação pela assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e pela assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, devendo o Agente Fiduciário convocar, no prazo máximo de dois dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, decidirem por considerar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou, ainda, em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. Caso contrário, ou em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso (e, no caso do evento do inciso (i) acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até três dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

Assembléias Gerais de Debenturistas

Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.

As assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série e por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 10% das Debêntures da Segunda Série em circulação ou pela CVM.

A convocação das assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série se dará mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos do item Publicidade abaixo, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



A presidência das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série caberá aos Debenturistas da Primeira Série e aos Debenturistas da Segunda Série eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo anterior os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão.

Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos da Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

DIVULGAÇÃO DE ANÚNCIOS RELACIONADOS À OFERTA

Exceto o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, na Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

PÚBLICO ALVO

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBovespa, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras

INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicações. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 67 a 85 deste Prospecto, antes de aceitar a Oferta.



REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizado pela BM&FBovespa, sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

MANIFESTAÇÃO DE ACEITAÇÃO À OFERTA

Respeitadas (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.

MANIFESTAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO À OFERTA

Caso a Oferta seja suspensa ou modificada, nos termos do item "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" abaixo, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, e com dedução, se for o caso, dos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores: (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DA OFERTA

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.



É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. Os Coordenadores deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Os Coordenadores comunicarão diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência aos Coordenadores ou em sua sede, no endereço indicado na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", na página 42 deste Prospecto, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à oferta, aplicar-se-á o disposto no terceiro parágrafo deste item, que se refere à restituição dos valores aos investidores.

ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS E GARANTIA DE LIQUIDEZ

Não foram celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta na sede da Emissora, no endereço indicado na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", na página 42 deste Prospecto.

Melhores Esforços

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores enviarão os melhores esforços para colocar para o Público Alvo (conforme definido abaixo) a totalidade das Debêntures.

A colocação pública das Debêntures, que será em regime de melhores esforços, será feita em até 30 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação").

Se, até o final do Prazo de Colocação, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não colocado.

Plano da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta de acordo com o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, levando em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, devendo assegurar (a) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (b) adequação do investimento ao perfil de risco do Público Alvo; e (c) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores ("Plano da Oferta"). O Plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- (i) o público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOvespa, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras ("Público Alvo");



- (ii) os Coordenadores efetuarão a Oferta por si ou por meio (a) das instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, conforme estabelecido na Lei do Mercado de Valores Mobiliários, que não sejam consideradas Instituições Consorciadas (conforme definido abaixo) ("Participantes Especiais"); e (b) das corretoras ou distribuidoras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, conforme estabelecido na Lei do Mercado de Valores Mobiliários, autorizadas a operar na BM&FBovespa ("Instituições Consorciadas") e, em conjunto com os Coordenadores e os Participantes Especiais, "Instituições Intermediárias", sendo que os Participantes Especiais e as Instituições Consorciadas realizarão esforços de colocação exclusivamente para os integrantes do Público Alvo, com exceção de (i) fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar; (ii) sociedades de capitalização; (iii) seguradoras; e (iv) fundos de investimento (a) com mais de 20 cotistas e/ou (b) que tenham como cotista qualquer dos investidores listados em (i), (ii) ou (iii) ("Investidores Não Institucionais");
- (iii) após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do Aviso ao Mercado, conforme previsto no artigo 53 da Instrução CVM 400 e no artigo 7º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 471 ("Aviso ao Mercado") e a disponibilização do Prospecto Preliminar, e anteriormente à concessão do registro da Oferta pela CVM, poderão ser realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*) ("Apresentações para Potenciais Investidores"), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora;
- (iv) os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados serão submetidos à análise prévia da ANBID e à aprovação prévia da CVM, nos termos do "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID") e do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à ANBID (que os encaminhará à CVM) previamente à sua utilização, nos termos do Código ANBID e do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400, respectivamente;
- (v) os investidores interessados em subscrever Debêntures deverão apresentar suas intenções de investimento a qualquer das Instituições Intermediárias, observado o disposto no inciso (ii) acima, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos;
- (vi) o recebimento das intenções de investimento dos investidores ocorrerá a partir de 2 de abril de 2009 e se estenderá até 16 de abril de 2009, às 13h;
- (vii) caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores de qualquer das Instituições Intermediárias; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;
- (viii) encerrado o Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, os Coordenadores consolidarão as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures;
- (ix) serão atendidos os investidores que, no entender dos Coordenadores e da Emissora, melhor atendam aos objetivos da Oferta, levando em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora e a diversificação de investidores;
- (x) observado o disposto no Contrato de Distribuição das Debêntures, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;



- (xi) até as 16h do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, cada uma das Instituições Intermediárias confirmará aos respectivos investidores que com ela tenham realizado intenção de investimento a respectiva Data de Liquidação (conforme definido abaixo) e a respectiva quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, alocadas;
- (xii) iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la perante a Instituição Intermediária com a qual tenha apresentado intenção de investimento, por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Liquidação, pelo Preço de Integralização aplicável;
- (xiii) tendo em vista que a Oferta será realizada em regime de melhores esforços, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400, o investidor poderá, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja a distribuição:
 - (a) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data em que tenha sido verificada a não implementação da condição; ou
 - (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio investidor, mas que não poderá ser inferior a 200.000 Debêntures, podendo o investidor, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures por ele indicadas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures por ele indicadas, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data em que tenha sido verificada a não implementação da condição;
- (xiv) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Intermediária com a qual tenha realizado intenção de investimento (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação;
- (xv) caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição das Debêntures seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e as Instituições Intermediárias e a Emissora comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta; e



- (xvi) caso haja descumprimento, por qualquer dos Participantes Especiais e/ou por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo contrato de adesão ao contrato de distribuição das Debêntures ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Participante Especial e/ou tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, devendo cancelar todas as intenções de investimento e todos os boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os investidores que com ela tenham realizado intenção de investimento sobre o referido cancelamento. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento.

Custos da Oferta

A tabela abaixo demonstra os custos total e unitário da Oferta, assumindo a colocação total das Debêntures, com base no valor na Data de Emissão:

Custo Total da Oferta	Valor (R\$)	% Valor Total da Emissão
Valor da Emissão	3.000.000.000,00	100
Custo da Oferta	42.243.948,00	1,41
Custo de Registro pela CVM	165.740,00	0,01
Custo de Registro pela ANBID	100.000,00	0,00
Comissão de Coordenação e Estruturação	7.500.000,00	0,25
Comissão de Colocação	9.000.000,00	0,30
Comissão de Distribuição*	24.106.773,00	0,80
Despesas com Auditores e Advogados	1.000.000,00	0,03
Despesas com Classificação de Risco	21.435,00	0,00
Despesas com Publicações, Impressões e Apresentações a Potenciais Investidores	350.000,00	0,01
Montante Líquido para a Emissora	2.957.756.052,00	98,59
Percentual do Custo da Oferta em Relação ao Valor da Emissão	1,41%	-

* Considerando para efeitos de custo máximo da Emissão a distribuição da totalidade das Debêntures, sendo 964.409 Debêntures da 1ª Série e 2.035.591 Debêntures da 2ª Série.

Custo Unitário da Oferta	Valor (R\$)
Valor Nominal Unitário	1.000,00
Custo da Oferta por Debênture	14,08
Montante Líquido para a Emissora por Debênture	985,92

Além das comissões indicadas na tabela acima, não serão devidos quaisquer outros tipos de remuneração aos Coordenadores.

Taxa de Custódia das Debêntures na BM&FBovespa

Exclusivamente com relação às Debêntures mantidas em conta de custódia na BM&FBovespa, a BM&FBovespa cobrará uma taxa de custódia reduzida, equivalente a 0,03% (três centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o saldo das Debêntures mantidas na respectiva conta de custódia na BM&FBovespa no último dia útil dos meses de encerramento de cada semestre (junho e dezembro), sem qualquer outro acréscimo.



RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora mantém relacionamento comercial com o Itaú BBA ou com sociedades de seu conglomerado econômico, incluindo (a) 34 notas promissórias da primeira emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública da Emissora, com emissão em 13 de agosto de 2008 e com vencimento em 8 de agosto de 2009, no valor total aproximado de R\$923 milhões, remuneradas à taxa de CDI + 1,60% ao ano, sendo que o Itaú BBA recebeu a título de comissão de coordenação e estruturação, de colocação e prêmio de garantia firme o valor total de R\$ 5,5 milhões; (b) 20 notas promissórias da segunda emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública da Emissora, com emissão em 12 de dezembro de 2008 e com vencimento em 7 de dezembro de 2009, no valor total aproximado de R\$515 milhões, remuneradas à taxa de CDI + 3% ao ano, sendo que o Itaú BBA recebeu a título de comissão de coordenação e estruturação, de colocação e prêmio de garantia firme o valor total de R\$ 5,3 milhões; (c) aproximadamente, R\$850 milhões de *notional* ("valor referência") em operações de derivativos (*swaps* referenciados à variação cambial do dólar com limitador em Taxa DI), cuja única contraparte é o Itaú BBA; e (d) aplicações financeiras em títulos privados CDB pela Emissora com o Itaú BBA no valor de, aproximadamente, R\$2 milhões, com vencimento em 22 de maio de 2009; e (e) duas operações de fiança bancária com a Emissora no valor total aproximado de R\$103 milhões e de prazo indeterminado.

O Itaú BBA atuou como coordenador da 1ª Emissão de notas promissórias da Emissora e, nesta condição prestou garantia firme para uma eventual nova colocação à época de seu vencimento, caso seja de interesse da Emissora, desde que as notas promissórias a serem emitidas tenham substancialmente os mesmos termos e condições daqueles existentes para a 1ª emissão, conforme descrito na Lâmina daquela Emissão.

Além disso, as controladas diretas ou indiretas da Emissora e seus controladores mantêm relacionamento comercial com o Itaú BBA ou com sociedades de seu conglomerado econômico, por meio de (a) uma operação de conta garantida celebradas entre o Banco Itaú S.A. e a Paggo Administradora de Crédito Ltda., controlada da Emissora, datada de 20 de outubro de 2008, com vencimento em 20 de abril de 2009 e no valor R\$40 milhões, com taxa de CDI + 0,40% ao mês; (b) emissão de uma fiança bancária no valor de R\$1,067 bilhão com prazo indeterminado para a Way TV Belo Horizonte S.A., empresa controlada pela TNL, controladora da Emissora; (c) 10 operações de fiança bancária com a BrT e suas controladas, no valor total aproximado de R\$181 milhões e de prazo indeterminado; (d) convênio para antecipação de recebíveis detidos por fornecedores contra a BrT e suas controladas diretas, cujo saldo em aberto nesta data é de, aproximadamente, R\$446,8 mil; (e) duas operações de fiança bancária com a TNL no valor total aproximado de R\$55,3 milhões e de prazo indeterminado; (f) aplicações financeiras via operações compromissadas entre o Itaú BBA e o Instituto Telemar, no valor de, aproximadamente, R\$1,4 milhão; (g) aplicações financeiras em títulos privados CDB e compromissadas pela Paggo Administradora de Crédito Ltda., controlada da Emissora, com o Itaú BBA no valor de R\$776,4 mil e R\$434,3 mil, respectivamente; (h) aplicações financeiras em títulos privados CDB e compromissadas pela Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda., controlada da Emissora, com o Itaú BBA no valor de R\$14,2 milhões e R\$12,4 milhões, respectivamente; (i) aplicações financeiras em títulos privados CDB e compromissadas pela TNL Contax S/A. com o Itaú BBA no valor de R\$15,6 milhões e R\$20,1 milhões, respectivamente; (j) aplicações financeiras em títulos privados CDB pela BrT Part, controlada da Emissora, com o Itaú BBA no valor de R\$46,8 milhões; (k) aplicações financeiras via operações compromissadas pela TmarPart, controladora indireta da Emissora, com o Itaú BBA no valor de R\$215,6 milhões; (l) aplicações financeiras em títulos privados CDB pela BrT Celular, controlada da Emissora, com o Itaú BBA no valor de R\$17,8 mil; (m) aplicações financeiras via operações compromissadas com a Tele Norte Celular Participações S.A., controlada da Emissora, com o Itaú BBA no valor de R\$525,2 mil; (n) o Banco Itaú S.A. presta serviços de administração e gestão de fundo de investimento exclusivo do Grupo Telemar no valor total aproximado de R\$67,3 milhões; (o) aplicações financeiras via operações compromissadas através do Angra dos Reis Fundo de Investimento Multimercado, fundo exclusivo com gestão própria do Grupo Telemar, com o Itaú BBA no valor de R\$1,04 bilhão; (p) o Itaú BBA detém em carteira própria debêntures da 2ª série da 8ª emissão da TmarPart em um montante aproximado de R\$333 milhões, com remuneração de CDI + 1,55% ao ano, sendo que o Itaú BBA recebeu a título de comissão de coordenação e estruturação, de colocação e prêmio de garantia firme o valor total de R\$ 12 milhões; (q) ainda com a TmarPart, o Itaú BBA prestou, em 29 de dezembro de 2008, uma fiança de prazo indeterminado no valor aproximado de R\$1,23 milhão; (r) 51 notas promissórias da segunda emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública da Invetel, com emissão em 27 de novembro de 2008 e com vencimento em 26 de maio de 2009, no valor total aproximado de R\$267 milhões, remuneradas à taxa de CDI + 4,50% ao ano.



Ainda, o Banco Itaú é um dos *Bookrunners* da emissão dos Bonds 2009 da Emissora no valor de US\$750 milhões no Mercado de Capitais Internacional, com vencimento em 2019, a serem listados no mercado alternativo de Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). Os Bonds 2009 terão cupom de 9,5% ao ano, pagos semestralmente. O preço de emissão foi de 99,209% do valor de face do título, o que representa um rendimento de 9,625% ao ano para os investidores.

Além do acima exposto, a Emissora poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Bradesco BBI

Além de ser Coordenador na presente Oferta, o Bradesco BBI é um dos *Bookrunners* da emissão dos Bonds 2009 da Emissora no valor de US\$750 milhões no Mercado de Capitais Internacional, com vencimento em 2019, a serem listados no mercado alternativo de Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). Os Bonds 2009 terão cupom de 9,5% ao ano, pagos semestralmente. O preço de emissão foi de 99,209% do valor de face do título, o que representa um rendimento de 9,625% ao ano para os investidores. O Banco Bradesco S.A., controlador integral do Bradesco BBI, por si ou pelas sociedades de seu conglomerado econômico, possui relacionamento com a Emissora que se concentra na prestação de serviços de cobrança bancária/arrecadação, participação em seguros diversos (saúde, incêndio e outros) e serviço de custódia dos acionistas.

O Banco Bradesco S.A. e suas controladas carregam 48 notas promissórias da primeira emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública da Emissora, com emissão em 13 de agosto de 2008 e com vencimento em 8 de agosto de 2009, no valor total de R\$1,2 bilhão, remuneradas à taxa de CDI + 1,60% ao ano, sendo que o Bradesco BBI recebeu a título de comissão de coordenação e estruturação, de colocação e prêmio de garantia firme o valor total de R\$ 6,0 milhões. O Banco Bradesco S.A possui em sua tesouraria 20 notas promissórias, no valor de R\$1,0 bilhão, com emissão em 12 de dezembro de 2009 e vencimento em 360 dias, remuneradas à taxa de CDI+ 3,00 % ao ano, sendo que o Bradesco BBI recebeu a título de comissão de coordenação e estruturação, de colocação e prêmio de garantia firme o valor total de R\$ 10,0 milhões.

O Bradesco BBI atuou como coordenador da 1ª Emissão de notas promissórias da Emissora e, nesta condição prestou garantia firme para uma eventual nova colocação à época de seu vencimento, caso seja de interesse da Emissora, desde que as notas promissórias a serem emitidas tenham substancialmente os mesmos termos e condições daqueles existentes para a 1ª emissão, conforme descrito na Lâmina daquela Emissão.

O Banco Bradesco possui 59 operações de fiança com prazo indeterminado no valor total aproximado de R\$649 milhões. Além disso, a Emissora, e suas controladas diretas ou indiretas, possuíam, em 18 de março de 2009, aplicações financeiras por meio de: (i) seu fundo de investimento, denominado Angra dos Reis, que somavam R\$554 milhões aplicados em CDB e R\$538 milhões aplicados em operações compromissadas; e (ii) do fundo no exterior Credit Suisse Sextans, que somavam US\$500 mil aplicados em *time deposit*, com vencimento em 29 de janeiro de 2010 do Banco Bradesco.

Com relação à sua nova controlada, BrT, em 18 de março de 2009, o Banco Bradesco S.A. possuía CDBs junto à BrT Celular no valor de R\$172 milhões e operações compromissadas de R\$16,7 milhões. Além disso, possuía um fundo exclusivo denominado FI – Renda Fixa Credito Privado Guaíba, tendo a BrT Celular um saldo de R\$30,7milhões e a BrT um saldo de R\$3,6 milhões. O Banco Bradesco possui junto à BrT 246 operações de fiança, com um volume aproximado de R\$709 milhões. Também com a BrT, há um contrato de BNDES automático no valor de R\$161,7 milhões.



OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

COORDENADOR LÍDER

Além do relacionamento referente à Oferta, o Itaú BBA mantém o relacionamento detalhado na seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores", na página 61 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, ao Coordenador Líder, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

BRADESCO BBI

Além do relacionamento referente à Oferta, o Bradesco BBI mantém o relacionamento detalhado na seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores", na página 61 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, ao Bradesco BBI, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.



DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão utilizados para a amortização de dívidas vincendas da Emissora, conforme abaixo indicadas, considerando (i) a colocação mínima de Debêntures prevista para Distribuição Parcial; e (ii) a colocação máxima da Oferta, sendo as dívidas apresentadas na ordem cronológica de vencimento.

* Valores em milhões (R\$)

Usos	%	Valor de Amortização/Quitação para uso dos Recursos, estimado em R\$ milhões em 31 de dezembro de 2008 e considerando parcelas a vencer até 31 de dezembro de 2010	Taxa de Juros	Data de Vencimento Final da Dívida
Considerando apenas Distribuição Parcial (R\$200 milhões)				
CITI-JBIC	100%	216,1	Libor Yen + 0,48% aa	Set/2017
Considerando a Colocação da Total das Debêntures (R\$3 bilhões)				
BNB	2,5%	74,3	10% aa	Dez/2014
BNDES	50,1%	1.512,4	TJLP + 0% até 4,5% aa ou Cesta de Moedas + 4,5% aa	Jan/2015
BOND JPMORGAN	2,1%	64,1	8% aa	Dez/2013
CITI-JBI	7,2%	216,1	Libor Yen + 0,48% aa	Set/2017
DEBÊNTURES	14,7%	442,7	CDI + 0,55% aa ou 103% CDI aa ou IPCA + 0,5% aa	Jul/2021
FINNVERA*	1,7%	52,3	Libor + 1,07% aa	Dez/2018
JBIC	9,0%	271,2	Libor Yen + 1,25% aa ou 1,65% aa	Jan/2011
NIB*	2,3%	69,5	Libor + 0,8% aa até 1,18% aa	Jul/2018
NPFA	9,8%	296,8	Libor + 0,22% aa até 0,76% aa	Nov/2012
SOC. GEN-NATEXIS	0,7%	21,0	Libor + 1,95% aa	Out/2009

* Contratos que tiveram início em 2008, com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente.



A Emissora utilizará os recursos captados para abatimento das dívidas mencionadas acima na ordem cronológica de vencimento das mesmas.

Segue abaixo quadro com calendário de vencimentos para 2009 e 2010:

	1º Sem/2009	2º Sem/2009	1º Sem/2010	2º Sem/2010	TOTAL
BNB	11,2	21,8	21,0	20,3	74,3
BNDES	128,1	446,9	477,3	460,1	1.512,4
BOND JPMORGAN	16,0	16,0	16,0	16,0	64,1
CITI-JBI	-	72,6	71,9	71,6	216,1
DEBÊNTURES	0,1	148,7	142,7	151,2	442,7
FINNVERA	6,6	6,5	6,4	32,8	52,3
JBIC	-	111,5	110,5	49,2	271,2
NIB	-	7,9	8,2	53,4	69,5
NPFA	8,5	148,4	70,3	69,5	296,8
SOC. GEN-NATEXIS	10,7	10,3	-	-	21,0

A destinação dos recursos auferidos por meio da Oferta não impactam os resultados e tampouco a situação patrimonial da Emissora de forma relevante tendo em vista que os recursos serão alocados única e exclusivamente na amortização de suas dívidas vincendas para os próximos exercícios.



CAPITALIZAÇÃO

O quadro abaixo apresenta o endividamento financeiro consolidado de curto e de longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Emissora, em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora.

(Valores em R\$ milhões)	Exercício Social findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	1.632,6	1.338,1	3.603,6
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	3.809,5	4.363,2	13.766,2
Debêntures	2.252,9	2.247,3	3.803,6
Dívida Total	7.695,0	7.948,6	21.173,4
Patrimônio Líquido	11.928,8	13.788,3	9.984,2
Capitalização Total	19.623,8	21.736,9	31.157,6

Apresentamos a seguir o quadro de capitalização *pro-forma* e a demonstração dos efeitos no balanço patrimonial consolidado da Emissora após a Oferta e, também, a emissão dos Bonds 2009, tendo por base as informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

(Valores em R\$ milhões)	Capitalização Pro Forma considerando a Oferta		Capitalização Pro Forma considerando a Oferta e a emissão dos Bonds 2009	
	Estimando Distribuição Parcial das Debêntures	Estimando Colocação Total das Debêntures	Estimando Distribuição Parcial das Debêntures	Estimando Colocação Total das Debêntures
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	3.603,6	3.603,6	3.603,6	3.603,6
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	13.766,2	13.766,2	15.519,2	15.519,2
Debêntures	4.003,6	6.803,6	4.003,6	6.803,6
Dívida Total	21.373,4	24.173,4	23.126,4	25.926,4
Patrimônio Líquido	9.984,2	9.984,2	9.984,2	9.984,2
Capitalização Total	31.357,6	34.157,6	33.110,6	35.910,6

(R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2008	Após realização da Oferta estimando Distribuição Parcial	Após realização da Oferta estimando Colocação Total	Considerando Bonds 2009(*) após a Oferta - Distribuição Parcial	Considerando Bonds 2009(*) após a Oferta - Colocação Total
ATIVO					
Circulante	16.284,1	16.484,1	19.284,1	18.223,1	21.023,1
Créditos	3.897,2	3.897,2	3.897,2	3.897,2	3.897,2
Estoques	153,4	153,4	153,4	153,4	153,4
Outros Ativos	12.233,5	12.433,5	15.233,5	14.172,5	16.972,5
Realizável a longo prazo	4.642,8	4.642,8	4.642,8	4.642,8	4.642,8
Créditos diversos	69,9	69,9	69,9	69,9	69,9
Créditos com pessoas ligadas	450,2	450,2	450,2	450,2	450,2
Outros ativos	4.122,7	4.122,7	4.122,7	4.122,7	4.122,7
Permanente	19.159,3	19.159,3	19.159,3	19.159,3	19.159,3
Investimentos	3.312,6	3.312,6	3.312,6	3.312,6	3.312,6
Imobilizado	12.831,3	12.831,3	12.831,3	12.831,3	12.831,3
Intangível	2.682,3	2.682,3	2.682,3	2.682,3	2.682,3
Diferido	333,1	333,1	333,1	333,1	333,1
Total de Ativos	40.086,2	40.286,2	43.086,2	42.025,2	44.825,2
PASSIVO					
Circulante	9.153,5	9.153,5	9.153,5	9.153,5	9.153,5
Empréstimos e financiamentos	3.603,6	3.603,6	3.603,6	3.603,6	3.603,6
Debêntures	98,3	98,3	98,3	98,3	98,3
Fornecedores	2.015,2	2.015,2	2.015,2	2.015,2	2.015,2
Impostos, Taxas e Contribuições	1.099,5	1.099,5	1.099,5	1.099,5	1.099,5
Dividendos a pagar	1.529,9	1.529,9	1.529,9	1.529,9	1.529,9
Provisões	-	-	-	-	-
Autorizações a pagar	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0
Outras obrigações	656,9	656,9	656,9	656,9	656,9
Exigível a longo prazo	20.923,1	21.123,1	23.923,1	22.862,1	25.662,1
Empréstimos e financiamentos	13.766,2	13.766,2	13.766,2	15.519,2	15.519,2
Debêntures	3.705,3	3.905,3	6.705,3	3.905,3	6.705,3
Provisões	1.962,4	1.962,4	1.962,4	1.962,4	1.962,4
Autorizações a pagar	904,1	904,1	904,1	904,1	904,1
Outros	585,1	585,1	585,1	(**) 571,1	(**) 571,1
Participações minoritárias	25,4	25,4	25,4	25,4	25,4
Patrimônio líquido	9.984,2	9.984,2	9.984,2	9.984,2	9.984,2
Total de passivos	40.086,2	40.286,2	43.086,2	42.025,2	44.825,2

(*) Com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento nos Bonds 2009, concluído em 16 de abril de 2009, considerando a taxa de câmbio de R\$2,337, em dezembro de 2008.

(**) A diferença entre esses números na linha Outros em relação às demais colunas decorre da contabilização *pro-forma* do ajuste em virtude do deságio na colocação dos Bonds 2009, no valor de R\$ 5,9 milhões, equivalente a R\$ 13,8 milhões, ao câmbio de R\$ 2,337.



FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, potenciais investidores deverão considerar cuidadosamente, à luz de suas situações financeiras e objetivos de investimento, os fatores de risco descritos abaixo, bem como as demais informações contidas neste Prospecto e em outros documentos da Oferta. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados de forma adversa.

O investimento nas Debêntures da Emissora envolve alto grau de risco. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomarem uma decisão de investimento, pois eles podem afetar de maneira adversa as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Emissora. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente a Emissora considera que poderão afetá-la de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Emissora, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também prejudicar as atividades da Emissora de maneira significativa.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA E AO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRO

Os negócios de telefonia fixa (STFC) da Emissora enfrentam o aumento crescente da concorrência com outras prestadoras de serviço de telefonia fixa e móvel e, mais recentemente, prestadoras de serviços de TV a cabo, o que pode afetar negativamente os resultados da Emissora.

Os serviços de telefonia fixa da Emissora nas Regiões I e II enfrentam uma crescente concorrência dos serviços de telefonia móvel, ao passo que as tarifas desses serviços estão sendo reduzidas e vêm se aproximando das tarifas cobradas pelos serviços de telefonia fixa. De acordo com a ANATEL, de dezembro de 2005 a dezembro de 2008, o número de linhas fixas operantes no Brasil teve um pequeno aumento de 39,8 milhões para 41,3 milhões. No entanto, espera-se que o número de linhas fixas em operação no Brasil mantenha-se estável ou venha a ser reduzido, considerando que alguns clientes eliminaram suas linhas fixas em favor dos telefones celulares, e que o uso das linhas fixas existentes tem reduzido à medida que os clientes realizam mais ligações dos telefones móveis como resultado de tarifas promocionais (tais como ligações gratuitas para telefones de mesmo provedor). A taxa de redução do número de linhas de telefonia fixa operacionais no Brasil depende de diversos fatores alheios ao controle da Emissora, tais quais fatores econômicos, sociais, tecnológicos e outros desdobramentos no Brasil.

Adicionalmente, outras linhas de telefonia fixa instaladas pela Emissora podem ser menos lucrativas do que as já existentes, uma vez que estes novos clientes são, em sua maioria, pertencentes a classes mais baixas e utilizam planos de menor custo da Emissora, além de gerar menos minutos excedentes aos planos dos quais participam. Por uma parcela significativa da receita da Emissora decorrer dos serviços de telecomunicação de telefonia fixa (para os anos terminados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, estes serviços representaram 41,3% e 46,4%, respectivamente, da receita bruta operacional da Emissora), uma redução no número de linhas fixas operacionais pode afetar negativamente a receita operacional e suas margens.

A Emissora também enfrenta concorrência no mercado local de telefonia fixa com outros provedores de tais serviços, primeiramente com a Embratel na Região I, e com a Embratel e a GVT na Região II. Adicionalmente à competição direta por clientes corporativos na Região I, a Embratel compete com a Emissora por clientes residenciais nas Regiões I e II por meio de serviços que a Embratel presta utilizando a infra-estrutura de cabos de sua afiliada, Net. Ainda, a Emissora compete em cada uma dessas Regiões com um significativo número de pequenas empresas que foram autorizadas pela ANATEL a fornecer serviços de telefonia fixa local. Em março de 2007, a ANATEL editou o Regulamento Geral de Portabilidade, que estabeleceu os prazos e formas pelos quais se dá a portabilidade, que permitirá clientes a manter seu número de telefone fixo ou móvel mesmo que mude de operadora ou residência. A ativação da portabilidade iniciou-se em agosto de 2008 e deverá ser finalizada em março de 2009. A Emissora entende que a portabilidade numérica poderá afetar negativamente seus negócios de telefonia fixa local, particularmente o serviço prestado a clientes corporativos, pois permite que tais clientes superem sua resistência à mudança dos números de telefonia fixa, e consequentemente sejam atraídos pela concorrência.



Em novembro de 2005, a Embratel, principal concorrente da Emissora em STFC, anunciou a celebração de contrato de serviços de telecomunicações com a Net, uma empresa de TV por assinatura via cabo, e principal competidora da Emissora no mercado de Banda Larga. Ambas as empresas são filiadas da Telmex, uma das principais provedoras de serviços de telecomunicações da América Latina. Tal contrato suporta a oferta ao mercado residencial brasileiro de um pacote integrado de serviços que englobam voz, Banda Larga e TV por assinatura, por meio de uma única infra-estrutura de rede. Essa estratégia de empacotamento aumentou a concorrência no mercado de STFC e de Banda Larga, o que pode implicar futuramente em um aumento nas despesas da Emissora com marketing e investimentos ou redução de suas tarifas para manter sua participação de mercado, levando a uma redução de sua lucratividade.

O cenário competitivo do mercado de Banda Larga também tem se tornado mais agressivo com a entrada de novos competidores. Até o momento, as operadoras de TV a cabo têm sido os principais competidores da Emissora, notadamente a Net. Provedores locais também operam nesse mercado por meio de tecnologias de acesso sem fio. Recentemente, as operadoras móveis entraram nesse mercado oferecendo serviços de Banda Larga por meio de suas redes de terceira geração. Apesar de a Emissora ter um alto crescimento nesse segmento, operando com diversas tecnologias, acredita-se que a competição deve se acirrar, o que poderia diminuir a participação de mercado da Emissora, levando eventualmente a menores margens e maiores custos de aquisição de clientes, o que poderia afetar negativamente seus resultados.

Os serviços de telefonia móvel da Emissora enfrentam forte concorrência de outras prestadoras de serviços de telefonia móvel, o que pode afetar negativamente suas receitas.

O mercado de serviços de telefonia móvel é extremamente competitivo no Brasil. A Emissora tem vivenciado essa concorrência crescente na Região I com grandes concorrentes como a Vivo, TIM e Claro, pertencentes a conglomerados internacionais. Ao final de dezembro de 2008, segundo dados da ANATEL, a Oi era a líder de mercado na Região I, com uma participação de 30,4%, seguida pela Vivo com 24,4%, TIM com 24,1% e Claro com 20,7%.

Similarmente, a BrT, que teve uma participação de mercado nos serviços de telefonia móvel estimada em 14,4% na Região II até dezembro de 2008, com base no número total de assinantes, enfrenta competição da Vivo, Claro e TIM, que possuem participação de mercado estimada em 32,8%, 27,7% e 24,9%, respectivamente, até a presente data. A Vivo, TIM e a Telecom Américas Group são individualmente controladas por companhias multinacionais que possuem recursos de marketing e financeiros mais significativos, além de uma maior habilidade de acesso ao capital de forma tempestiva em condições favoráveis.

Há uma pressão cada vez maior no sentido de reduzir as tarifas da Emissora para que ela mantenha-se competitiva. Essa concorrência de preços muitas vezes toma a forma de pacotes de promoções especiais. Uma eventual falta de capacidade de competir efetivamente com pacotes especiais, preços, promoções de uso de tráfego e estratégias de subsídios de aparelhos, pode afetar a receita e a lucratividade da Emissora, além de fazê-la perder parte de sua participação de mercado. Além disso, a concorrência crescente pode criar a necessidade de um aumento nas despesas de marketing e nos custos de aquisição de clientes, o que afetaria negativamente os resultados da Emissora. Durante o ano de 2008, a rotatividade média dos clientes da Emissora no segmento de telefonia móvel, que representa um número total de clientes desconectados da rede da Emissora (excluindo os clientes da Amazônia Celular, cujo controle foi adquirido pela Emissora em abril de 2008), dividido pela base média de clientes para o período, foi de 2,4% por mês. A rotatividade média dos clientes da BrT no segmento de telefonia móvel durante o ano de 2008 foi de 4,2% por mês.

A entrada da Oi com serviços móveis na Região III (estado de São Paulo) representou um novo cenário competitivo para a empresa. Com pouco mais de dois meses de atuação, ao fim de 2008, a empresa já havia atingido uma participação de 5,3% dos assinantes, segundo dados da ANATEL. Sua atuação agressiva nessa Região poderá gerar reações adicionais dos competidores anteriormente estabelecidos (Vivo, Claro e TIM). Uma reação mais agressiva do que a prevista nos planos de negócios da Emissora poderia implicar em custos mais altos e receitas mais baixas que aquelas previstas inicialmente. Tal efeito poderia afetar de forma negativa seus resultados futuros.



A incorporação da BrT pela Emissora resultou na formação de uma nova companhia de telecomunicações com cobertura nacional, além de Vivo, TIM e Claro. Além da cobertura nacional, a nova empresa atuará de forma mais agressiva na Região II, utilizando a bem sucedida estratégia de ofertas empregada nas Regiões I e III. O salto competitivo da Emissora poderá gerar reações dos outros três competidores nacionais, o que poderia implicar na necessidade do aumento de despesas de marketing e de aquisição de clientes, o que afetaria negativamente seus resultados. Para uma descrição detalhada da concorrência da Emissora, vide seção "Emissora – Concorrência", na página 202 deste Prospecto.

Os serviços de telefonia de longa distância da Emissora sofrem intensa competição, o que poderá afetar negativamente suas receitas.

No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos e de outros países, o originador da chamada pode escolher a empresa de telefonia de Longa Distância para cada ligação efetuada, seja ela originada de um telefone fixo ou móvel, apenas discando o código da operadora. O mercado dos serviços de telefonia de Longa Distância no Brasil é altamente competitivo. O principal competidor da Emissora para esses serviços originados de telefones fixos na Região I é a Embratel (uma afiliada do Telecom Américas Group) e, na Região II, os principais competidores são a Embratel e a GVT.

Os principais competidores da Emissora para os serviços de telefonia de Longa Distância originados de telefones móveis nas Regiões I e II são a Embratel, Telesp (uma afiliada da Vivo) e a TIM.

Em geral, a tendência no Brasil de quem está efetuando a chamada é escolher operadoras de telefonia de Longa Distância ligadas à sua prestadora de serviços de telefonia fixa ou móvel, dependendo do aparelho utilizado para efetuar a chamada.

A Embratel, como operadora de telefonia de Longa Distância, é a competidora mais agressiva da Emissora, oferecendo descontos e promoções frequentes em um esforço para aumentar sua participação de mercado. A competição no mercado de telefonia de Longa Distância exige que a Emissora incorra em mais gastos com marketing e ofereça serviços a taxas mais baixas do que as taxas inicialmente esperadas. Se a competição no mercado doméstico de telefonia de Longa Distância aumentar, a Emissora poderá sofrer com efeitos adversos em sua receita. Vide seção "Emissora – Concorrência", na página 202 deste Prospecto.

Os serviços de transmissão de dados não estão sujeitos a restrições regulatórias significativas e, em consequência disso, a Emissora enfrenta cada vez mais concorrência nesse segmento.

A concorrência em serviços de transmissão de dados não está sujeita a restrições regulatórias significativas e, por isso, está aberta a um maior número de concorrentes. Alguns deles oferecem serviços de telecomunicações para os clientes da Emissora por meio de tecnologias de Banda Larga, tais como cabo, que não requerem o uso de sua rede e podem, por isso, chegar até seus clientes sem que estes concorrentes precisem pagar acesso, tarifas de Interconexão e/ou valores de uso de rede móvel. Adicionalmente, a Emissora acredita que, possivelmente, a ANATEL leiloará licenças e rádio frequência em 2010, que podem ser usadas para estabelecer as redes sem fio Wimax. A introdução das redes sem fio Wimax pode permitir que outros provedores de conexão à internet desenvolvam redes IP sem fio com uma cobertura muito maior, a um custo muito mais baixo do que era possível no passado. Este custo de implantação reduzido pode permitir aos atuais concorrentes da Emissora, ou a novos concorrentes no mercado de transmissão de dados, a possibilidade de fornecer VoIP e outros serviços de dados por meio de redes Wimax a tarifas mais baixas do que a Emissora está apta a oferecer.



A crescente concorrência em serviços de transmissão de dados pode levar a reduções de tarifas neste segmento, o que também afetará a renda que a Emissora gera neste segmento. Além disso, a competição crescente por clientes de transmissão de dados exige que a Emissora aumente suas despesas de marketing, bem como seu dispêndio com ativo fixo, sem contar que pode reduzir sua fatia de mercado para estes serviços, levando, em qualquer caso, a uma redução na sua lucratividade. Para uma descrição detalhada dos concorrentes da Emissora, vide seção "Emissora – Concorrência", na página 202 deste Prospecto.

O setor de telecomunicações está sujeito a freqüentes mudanças tecnológicas. A capacidade da Emissora de continuar competitiva depende de sua habilidade de implementar novas tecnologias, o que pode afetar seus negócios.

Empresas da indústria global de telecomunicações devem adaptar-se às rápidas e significativas mudanças tecnológicas, que são muitas vezes difíceis de serem previstas. A indústria móvel de telecomunicações, em particular, experimentou um rápido e significativo desenvolvimento tecnológico, além de freqüentes progressos na capacidade, qualidade e velocidade de transmissão de dados. As mudanças tecnológicas podem tornar os equipamentos da Emissora obsoletos ou ineficientes, o que pode afetar sua competitividade e obrigá-la a aumentar seus investimentos de modo a manter sua competitividade.

Enquanto a Emissora tem atualizado suas redes de telefonia fixa com tecnologia avançada de cabos de fibra ótica para uso nos serviços de Longa Distância, é possível que as tecnologias alternativas estejam desenvolvidas de uma forma mais avançada do que as utilizadas pela Emissora. Se a ANATEL leiloar espectros de rádio freqüência para o uso no desenvolvimento de redes de WiMax, a Emissora acredita que terá que participar destes leilões de forma a manter-se competitiva no mercado de serviços de Banda Larga. Mesmo que a Emissora adote essas novas tecnologias rapidamente, ela pode não ser capaz de continuar com o mesmo nível de competitividade. Além disso, o custo dessas tecnologias também pode, eventualmente, exceder os benefícios esperados pela Emissora.

O setor de telecomunicações é altamente regulado. Mudanças nas leis e regulamentos podem afetar negativamente os resultados da Emissora.

O setor da Emissora é altamente regulado pela ANATEL, que regula tarifas, a qualidade dos serviços e a universalização, bem como a concorrência entre as companhias. Mudanças nas leis e regulamentos, novas concessões ou licenças ou a imposição de custos adicionais de universalização, entre outros fatores, podem afetar negativamente as operações e resultados financeiros da Emissora.

Após o atual Governo Federal ter assumido, em janeiro de 2003, alguns de seus membros defenderam o direito de rever o modelo de agências regulatórias no Brasil, incluindo a ANATEL, para torná-las subordinadas a seus respectivos ministérios. A perda da independência da ANATEL pode constituir um risco considerável aos negócios da Emissora, dado o potencial de influência política indevida que este novo modelo regulatório pode exercer sobre a referida agência.

Uma série de projetos de lei afetando a política de telecomunicações foi submetida ao Congresso brasileiro, objetivando tornar os serviços de comunicação mais acessíveis à população brasileira de baixa renda. Estes projetos de lei propuseram: (i) eliminar a assinatura mensal, que remunera as companhias de telecomunicações pela disponibilização e manutenção dos STFC para seus clientes; e (ii) impor planos telefônicos a custos reduzidos para o consumidor (telefone social), que as companhias de telecomunicações seriam obrigadas a prover a alguns usuários residenciais elegíveis de baixa renda.

Em outubro de 2008, a ANATEL publicou o Plano Geral de Regulamentação, contendo as expectativas de temas que estão em sua agenda regulatória no curto (dois anos), médio (cinco anos) e longo (10 anos) prazos, incluindo, entre outras coisas: (i) a revisão e aditamento dos contratos de concessão para incluir obrigações adicionais de expansão das redes existentes; (ii) a adequação das normas de telefonia fixa à convergência dos serviços de telecomunicação; (iii) a regulamentação dos provedores de telefonia fixa com significativo poder de mercado; e (iv) o estabelecimento de obrigações adicionais para extensão das redes de telefonia móvel, incluindo a extensão dos serviços de Banda Larga, às áreas rurais. A eventual promulgação de novos regulamentos e leis pode impactar os custos operacionais da Emissora e/ou reduzir o total de tarifas cobradas de seus clientes, o que pode afetar negativamente sua lucratividade.



Um projeto de lei extinguindo as assinaturas mensais pelos serviços de telefonia fixa local prestados pode afetar negativamente os negócios da Emissora e sua situação financeira.

Em maio de 2004, o Comitê de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 5476/2001 propondo a extinção das assinaturas mensais cobradas pelas concessionárias de telefonia brasileiras prestadoras de serviços de telefonia fixa, que inclui a Emissora. O projeto de lei está sujeito a aprovação pela Câmara dos Deputados, pelo Senado e pelo Presidente da República para que possa entrar em vigor. Em 2008, a receita operacional da Emissora e da BrT com assinaturas mensais cobradas por serviços de telefonia fixa foi de 25,5% e 21,6%, respectivamente. A aprovação do projeto pode impactar de forma adversa a atual estrutura de tarifas da Emissora e, conseqüentemente, o resultado de suas operações.

Os contratos de concessão de telefonia fixa e de Longa Distância da Emissora estão sujeitos a modificações periódicas pela ANATEL e expiram em 31 de dezembro de 2025. Após o término do prazo destes contratos, as ofertas da Emissora podem não ser bem sucedidas.

A Emissora fornece serviços de telefonia fixa para as Regiões I e II conforme os contratos de concessão firmados com o Governo Federal. Os contratos de concessão da Emissora expiram em dezembro de 2025 e podem ser aditados pelas partes a cada cinco anos até a data de seu término. Os próximos aditamentos aos contratos de concessão devem tornar-se efetivos em janeiro de 2011. A ANATEL se encarregará de realizar uma consulta pública relacionada aos aditamentos a serem realizados a cada cinco anos a fim de discutir suas propostas para novas condições, metas de qualidade e de universalidade de serviços. Em relação ao próximo aditamento aos contratos de concessão da Emissora, espera-se que a ANATEL publique, em março de 2009, uma audiência pública das modificações propostas. A Emissora não pode assegurar que qualquer desses aditamentos não vá (i) impor novos requerimentos que impliquem em despesas significativas para ela; ou (ii) realizar modificações nos procedimentos de ajuste de taxas, de maneira que reduza significativamente a sua receita operacional bruta gerada com base nos negócios de telefonia fixa. Caso os aditamentos aos contratos de concessão tenham os efeitos mencionados acima, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Emissora podem ser materialmente afetados.

A Emissora espera que o Governo Federal ofereça novas concessões em leilões públicos antes do término de seus atuais contratos de concessão vigentes até 2025. A Emissora poderá participar de tais leilões, mas suas concessões de telefonia fixa e de telefonia de Longa Distância nacional não garantirão qualquer espécie de tratamento privilegiado nos referidos leilões. Se a Emissora não garantir concessões para suas atuais áreas de atuação em leilões futuros, ou se tais concessões forem realizadas em condições menos favoráveis que as atualmente previstas, seus negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Os contratos de concessão de telefonia fixa e de Longa Distância nacional da Emissora, bem como suas autorizações para fornecer serviços de telefonia móvel, contêm certas obrigações. Qualquer falha da Emissora no cumprimento de tais obrigações pode resultar em várias multas e penalidades impostas pela ANATEL.

Os contratos de concessão de telefonia fixa e de Longa Distância nacional da Emissora contêm termos que refletem o PGMU, o PGMQ e outros regulamentos adotados pela ANATEL em 2006, os quais podem afetar a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora. Os contratos de concessão de telefonia fixa da Emissora também impõem que ela cumpra com algumas obrigações de expansão de rede e de qualidade de serviço em cada um dos estados das Regiões I e II. Caso a Emissora não atinja as metas da ANATEL em cada uma das localidades previstas, esta poderá estabelecer um prazo para que a Emissora atinja o nível desejado de tal serviço, impor penalidades e, em situações extremas, cancelar a concessão da Emissora pelo descumprimento de suas obrigações de qualidade e de universalização.



A Emissora recebe, quase semanalmente, pedidos de informação da ANATEL sobre o cumprimento das várias obrigações de serviço a ela impostas em virtude de suas outorgas para prestação de serviços de telecomunicações. Quando a Emissora não é capaz de cumprir satisfatoriamente com estas solicitações, ou com suas obrigações de serviço quanto à concessão, a ANATEL pode instaurar processos administrativos sancionadores relacionados a este descumprimento. A Emissora recebeu várias notificações de princípios de processos administrativos da ANATEL, principalmente pelo fato de não ter atingido algumas metas e obrigações definidas no PGMQ ou no PGMU, por exemplo. A Emissora tinha registros de provisões em um total de R\$432,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, relativas a prováveis multas da ANATEL. A BrT também recebeu diversas notificações de princípios de processos administrativos da ANATEL, principalmente pelo fato de não ter atingido algumas metas e obrigações definidas no PGMQ ou no PGMU, entre outros. A BrT tinha registros de provisões em um total de R\$149,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, relativas a possíveis multas da ANATEL. Multas contínuas da ANATEL ou multas que excedam às provisões podem influenciar negativamente a condição financeira da Emissora.

Adicionalmente, as autorizações da Emissora para fornecer serviços pessoais de telefonia móvel contêm certas obrigações que requerem que esta cumpra com metas de alcance de rede e de qualidade de serviços. Se a Emissora falhar no cumprimento de tais obrigações poderá ser multada pela ANATEL até que cumpra completamente com suas obrigações e, em circunstâncias extremas, poderá ter sua autorização revogada pela ANATEL.

Para maiores informações, vide seção "Setor de Telecomunicações Brasileiro – Regulamentação do Setor de Telecomunicações no Brasil – Concessões e Autorizações", na página 150 deste Prospecto.

A Emissora pode ser incapaz de implementar, tempestivamente ou sem incorrer em custos não previstos, sua rede 2G na Região III, sua rede 3G ou seus projetos de atualização e melhoria das redes de telefonia móvel existentes.

Após o recebimento, em dezembro de 2007, das autorizações e de licenças de rádio frequência necessárias para oferecer serviços GSM, referidos como serviços 2G, na Região III, e serviços 3G, nas Regiões I e III, e o recebimento pela BrT, em dezembro de 2007, das licenças de rádio frequência necessárias para oferecer serviços 3G na Região II, a Emissora assumiu despesas significativas para implementar a infra-estrutura de rede necessária ao fornecimento de tais serviços. Adicionalmente, a Emissora desenvolveu um projeto para atualização de parte de sua rede de telefonia móvel, de forma a permitir o aumento da sua capacidade. A habilidade da Emissora em atingir seus objetivos estratégicos relacionados aos seus serviços de telefonia móvel depende, e dependerá, em grande parte, da implementação bem sucedida, tempestiva e com boa relação custo/benefício de tal infra-estrutura de rede e projeto. Os fatores que podem afetar esta implementação incluem:

- a habilidade da Emissora de gerar fluxo de caixa ou obter financiamentos futuros necessários a tal implementação;
- atrasos na entrega de equipamentos de telecomunicação pelos fornecedores;
- falhas nos equipamentos de telecomunicação fornecidos pelos fornecedores; e
- atrasos resultantes de falhas de fornecedores de terceiros ou contratantes em cumprir com suas obrigações de forma tempestiva e eficiente.

A Emissora não pode assegurar que o custo efetivo e o tempo estimado para completar a implementação de tais infra-estruturas não seja excedido substancialmente. Qualquer aumento significativo nos custos ou atraso pode retardar ou impedir a implementação bem sucedida do plano de negócios da Emissora, ocasionando um resultado menor do que o esperado em suas receitas e em seu lucro líquido.



A Emissora depende de fornecedores chave para obter os equipamentos necessários ao desenvolvimento de seu negócio.

A Emissora depende de vários fornecedores e vendedores, incluindo Telefonaktiebolaget LM Ericsson, Alcatel-Lucent S.A. and Huawei Technologies Company Ltd., para fornecer os equipamentos de rede e aparelhos móveis necessários à expansão e desenvolvimento de seus negócios. Estes fornecedores podem, entre outras coisas, prorrogar prazos de entrega, aumentar preços e limitar o fornecimento diante de problemas relacionados a seu próprio negócio. Se estes fornecedores e vendedores não entregarem o equipamento ou serviço de forma regular, a Emissora pode vir a ter problemas com a continuidade de seus negócios, o que poderá impactar negativamente sua receita e seus resultados operacionais e fazer com que a Emissora não tenha condições de satisfazer as exigências dos contratos de concessão e autorizações.

A Emissora tem permissão para negociar suas tarifas de Interconexão para suas redes de telefonia móvel com provedores de serviços de telefonia fixa. A arbitragem dessas tarifas pela ANATEL, como resultado da incapacidade da Emissora em chegar a um acordo com os provedores de serviços de telefonia fixa, pode resultar na redução das tarifas de Interconexão atualmente cobradas por ela.

Para receber ou fazer ligações de, ou para, clientes de outras redes brasileiras e internacionais de STFC ou de telefonia móvel, a Emissora precisa conectar-se às redes de seus concorrentes. A Lei Geral de Telecomunicações exige que todas as prestadoras de serviços de telecomunicação interconectem suas redes com a de outras prestadoras, sem discriminação. A ANATEL estabelece condições de remuneração entre as prestadoras de telefonia fixa pelo uso de suas redes.

As tarifas de Interconexão para serviços de telefonia móvel têm sido tradicionalmente mais altas que as determinadas pela ANATEL para os serviços de telefonia fixa. Em consequência, as operadoras de telefonia móvel têm recebido grande parte das receitas geradas pelas ligações “fixo para móvel”, enquanto as redes de telefonia fixa geralmente recebem uma pequena porção das receitas geradas pelas ligações “móvel para fixo”. Desde julho de 2004, uma regulamentação específica estabelece que os valores de uso de rede das operadoras móveis devem ser negociados livremente pelas partes. A legislação do setor de telecomunicações estabelece ainda que, caso as operadoras não cheguem a um acordo sobre os valores, estas podem recorrer à ANATEL para que esta arbitre referidos valores de uso de redes.

Quando a Emissora e a BrT Celular começaram a oferecer serviços de telefonia móvel, ambas não conseguiram chegar a um acordo com os provedores de serviços de telefonia fixa quanto às tarifas de Interconexão que cobriam de tais provedores. De forma análoga, nenhum dos provedores de serviços de telefonia conseguiu chegar a um acordo com os provedores de serviços de telefonia fixa quanto às tarifas de Interconexão que cobriam quando suas autorizações para prestar serviços de telefonia móvel fossem concedidas. Os provedores de serviços de telefonia móvel e os provedores de serviços de telefonia fixa aos quais os operadores de telefonia móvel se interconectaram, iniciaram procedimentos de arbitragem perante a ANATEL a fim de estabelecer as tarifas de Interconexão aplicáveis. A ANATEL estabeleceu taxas provisórias aplicáveis a cada provedor de serviços de telefonia móvel, ficando pendente a decisão final a respeito do reajuste da tarifa de Interconexão.

Uma decisão inicial aprovando esse reajuste provisório foi proferida em setembro de 2007, mas uma apelação permanece pendente perante o Conselho Diretor da ANATEL. Caso a ANATEL determine tarifas de Interconexão substancialmente diferentes daquelas atualmente utilizadas, os resultados operacionais e financeiros da Emissora poderão ser substancial e adversamente afetados. Ainda, se a ANATEL determinar tarifas de Interconexão a serem cobradas pelos provedores de serviços de telefonia móvel substancialmente diferentes das cobradas atualmente, os resultados operacionais e financeiros da Emissora poderão ser adversamente afetados.



O acionista controlador da Emissora, TmarPart, tem o controle sobre a Emissora e suas controladas.

A Emissora é controlada indiretamente pela TmarPart, que detém 52,5% das ações com direito a voto da TNL, que por sua vez é proprietária de 97,4% das ações com direito a voto da Emissora. Os acionistas da TmarPart são signatários de dois acordos de acionistas que regulam sua participação e interesses na TmarPart. O acionista controlador da Emissora tem direito de indicar a maioria dos membros de seu Conselho de Administração. O Conselho de Administração tem o poder de determinar as decisões a serem tomadas nas assembleias gerais em questões que requerem prévia autorização dos acionistas da Emissora, incluindo operações com partes relacionadas, reestruturações societárias e a data de pagamento dos dividendos e outras distribuições de capital. As decisões do acionista controlador da Emissora e de seu acionista controlador nessas matérias podem ser contrárias às expectativas ou preferências dos detentores de instrumentos de dívida da Emissora, incluindo os titulares das Debêntures.

Para expandir seus negócios, a Emissora poderá participar da consolidação do setor de telecomunicações por meio da aquisição de outras companhias do ramo, o que pode afetar adversamente seus negócios, resultado das operações e condição financeira.

Assim como na Aquisição da BrT, a Emissora poderá adquirir outras companhias do setor de telecomunicações como parte de sua estratégia de crescimento e convergência. Essa estratégia, envolvendo aquisições, pode apresentar uma série de riscos à sua condição financeira, tais como: (i) a dificuldade em capturar sinergias no processo de integração, tornando a aquisição mais cara do que originalmente esperado; (ii) custos associados a eventuais restrições antitrustes não previstas; (iii) incapacidade de identificar contingências durante o processo de diligência; (iv) incertezas em relação à aprovação regulatória; e (v) distanciamento de seu ramo principal para buscar essas aquisições e para executar a integração das empresas adquiridas. Se as operações de aquisição enfrentarem qualquer uma das situações anteriormente descritas, ou quaisquer outras semelhantes, a Emissora pode ser obrigada a dedicar mais recursos do que o originalmente planejado e, posteriormente, enfrentar perdas substanciais que afetariam negativamente sua condição financeira e resultados.

Ainda que sejam identificadas oportunidades de aquisição de outras companhias, a Emissora pode não ser capaz de completar tais aquisições ou obter o financiamento necessário em condições favoráveis. Em decorrência de aquisições, a Emissora poderá ter que incorrer ou assumir dívidas e/ou passivos contingentes, amortizar determinados ativos intangíveis não identificados e incorrer despesas relacionadas à aquisição.

Além disso, a Emissora pode não ser capaz de obter os benefícios esperados com as aquisições ou com a expansão para negócios relacionados aos seus devido a fatores operacionais ou dificuldades na integração das aquisições ou dos seus negócios com os negócios adquiridos, incluindo a conciliação de informações entre as empresas e seus sistemas de arquivamento de informações e documentos.

Atualmente, a Emissora possui um endividamento substancial, o que poderá restringir sua flexibilidade financeira e operacional e causar outras consequências adversas.

Em dezembro de 2008, a dívida consolidada da Emissora totalizava R\$21.173,39 milhões, com uma proporção dívida/patrimônio de 2,12:1.

A Emissora está sujeita a certas obrigações financeiras que limitam sua habilidade de incorrer em dívidas adicionais. O nível de endividamento e as exigências e limitações impostas por alguns instrumentos de dívida da Emissora podem afetar negativamente sua condição financeira ou resultados operacionais. Especialmente, os termos de alguns destes instrumentos de dívida restringem a capacidade da Emissora, e de suas subsidiárias, de incorrer em endividamento adicional, prestar garantias, dar bens em garantia, vender ou dispor de ativos e fazer certas aquisições, fusões e reestruturações. Ademais, alguns desses instrumentos financeiros incluem restrições à Emissora e suas subsidiárias que importam na manutenção de certos índices financeiros específicos. A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Emissora poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

Se o crescimento da receita operacional desacelerar ou diminuir de modo significativo, por qualquer razão, a Emissora poderá não ser capaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento de dívidas. Se a Emissora não for capaz de cumprir com suas obrigações ou satisfazer os índices financeiros estabelecidos em seus instrumentos de dívida, ela pode ter que renegociar ou buscar capital adicional ou até vender ativos. A Emissora poderá ser incapaz de obter financiamentos ou vender seus ativos em termos satisfatórios ou mesmo vendê-los. Vide seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", na página 95 deste Prospecto.



A Emissora e a BrT estão sujeitas a numerosos processos legais e administrativos, que podem afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A Emissora e a BrT estão sujeitas a numerosos processos legais e administrativos que podem afetar adversamente seus negócios. Com base na opinião dos advogados externos da Emissora, riscos de perda em processos legais e administrativos são classificados como “provável”, “possível” e “remoto”. A Emissora e a BrT fazem provisões para o risco provável, mas não para o “possível” e o “remoto”. Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora e a BrT provisionaram, respectivamente, R\$1.962,4 milhões e R\$1.453,0 milhões para o total de contingências “prováveis”, relacionadas a vários processos fiscais, trabalhistas, cíveis e administrativos.

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora classificou cerca de R\$8.279,7 milhões em processos fiscais, R\$1.132,6 milhões em processos trabalhistas e R\$1.521,9 milhões em processos cíveis, como risco de perda “possível” ou “remoto” e para os quais não há provisionamento. Vide Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora no Anexo E, na página 379 deste Prospecto. Na mesma data, a BrT tinha cerca de R\$1.796,9 milhões em processos fiscais, R\$634,8 milhões em processos trabalhistas e R\$1.221,0 milhões em processos cíveis, que estão classificados como risco de perda “possível”, para os quais não possuía provisão. Os processos qualificados com perda remota não são divulgados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT. Vide Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part no Anexo F, na página 597 deste Prospecto.

Adicionalmente, conforme Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* não auditadas (Anexo H deste Prospecto) a Emissora refletiu nestas demonstrações, a título de informação, os valores até o momento dos riscos de perdas possíveis e remotas, elevando as provisões da BrT em R\$ R\$2.197 milhões (R\$1.450 milhões líquido de efeitos tributários). Tais valores foram estimados no âmbito do processo em curso de revisão e conciliação de práticas e estimativas contábeis utilizadas pela Emissora e suas controladoras, de um lado, e pela BrT Part e BrT, de outro, iniciado após a Aquisição da BrT. Para maiores detalhes, vide Demonstrações Financeiras Consolidadas *Pro-Forma* no Anexo H, na página 885 deste Prospecto.

A Emissora está sujeita à inadimplência nas contas a receber.

Os negócios da Emissora dependem significativamente da capacidade de seus clientes pagarem suas contas e satisfazerem suas obrigações junto à Emissora. Em 2007 e 2008, a Emissora registrou gastos com provisões para devedores duvidosos no total de R\$649,5 milhões e R\$797,5 milhões, respectivamente, principalmente devido à inadimplência dos assinantes. Como percentual das receitas operacionais brutas da Emissora, sua provisão para devedores duvidosos foi de 2,6% em 31 de dezembro de 2007 e 2,9% em 31 de dezembro de 2008. Em 2007 e 2008, a BrT registrou gastos com provisões para devedores duvidosos no total de R\$348,0 milhões e R\$370,2 milhões, respectivamente, principalmente devido à inadimplência dos assinantes. Como percentual das receitas operacionais brutas da BrT, sua provisão para devedores duvidosos foi de 2,2% em 31 de dezembro de 2007 e 2,2% em 31 de dezembro de 2008.

A regulamentação da ANATEL não permite que a Emissora implemente certas políticas que poderiam ter o efeito de reduzir a inadimplência de seus clientes, tais como restringir ou limitar os serviços prestados ao cliente com base em seu histórico de inadimplência. Se a Emissora não for capaz de implementar políticas que limitem a inadimplência de seus assinantes ou permitam selecioná-los de acordo com seu histórico, a inadimplência contínua e a existência de dívidas impossíveis de serem cobradas continuarão a afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Emissora.

Adicionalmente, se a economia brasileira entrar em declínio devido, entre outros fatores, à queda no nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou a um aumento nas taxas de juros internas, uma grande parte dos clientes da Emissora poderá não mais ser capaz de pagar suas contas pontualmente, o que aumentaria as despesas com devedores duvidosos e afetaria adversamente a condição financeira e resultados operacionais da Emissora.

A saída de membros chave da administração da Emissora, ou a incapacidade de atrair e manter membros qualificados para integrá-la, podem ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

A capacidade da Emissora de manter-se em uma posição competitiva e alcançar estratégias de crescimento depende da sua administração. A Emissora não pode garantir que terá sucesso em continuar atraindo e mantendo membros qualificados para integrar sua administração. A saída de qualquer dos membros chave da administração da Emissora, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Emissora.



A operação da Emissora depende de sua capacidade de manter, aperfeiçoar e operar eficientemente os seguintes setores: contabilidade, cobrança, serviço ao cliente, tecnologia da informação e gerenciamento de sistemas de informação e confiar nos sistemas de prestação de serviço de cobrança das empresas com as quais a Emissora mantém contratos de interconexão.

Informações sofisticadas e sistemas de processamento de dados são vitais para o crescimento e a capacidade da Emissora de monitorar os custos, entregar contas mensais aos clientes, processar seus pedidos, prestar serviço de atendimento ao cliente e atingir um desempenho operacional satisfatório. A Emissora não pode garantir que será capaz de operar e aprimorar com sucesso sua contabilidade, seus sistemas de informação e processamento de dados ou que eles continuarão a funcionar de modo adequado. A Emissora firmou diversos contratos de cooperação para cobrança com cada operadora de serviços de telefonia de Longa Distância que está interligada com as redes da Emissora, para incluir nas faturas de tais operadoras os valores devidos pelos serviços prestados. Qualquer falha nos sistemas de contabilidade, informação e processamento das operadoras de Longa Distância com quem a Emissora mantém acordos de cooperação pode prejudicar sua capacidade de receber pagamentos dos clientes e de suprir satisfatoriamente suas necessidades, o que poderia afetar negativamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

O uso impróprio da rede da Emissora pode afetar negativamente seus custos e resultados operacionais.

A Emissora tem custos associados ao uso desautorizado e fraudulento de suas redes, incluindo custos administrativos e de capital associados à detecção, monitoramento e redução da incidência de fraude.

A fraude também afeta os custos de Interconexão e de pagamentos a outras companhias por *roaming* fraudulento e impossível de ser cobrado. O uso impróprio da rede da Emissora também pode aumentar seu preço final, se a Emissora tiver que aumentar sua provisão para contas duvidosas em virtude de valores que não poderão ser recebidos por chamadas feitas de modo fraudulento. Qualquer aumento inesperado no uso indevido da rede da Emissora no futuro poderia afetar substancialmente seus custos e resultados operacionais.

As operações da Emissora dependem de sua rede. Uma eventual falha de sistema pode causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode trazer prejuízos à Emissora.

Danos a rede e sistemas de reforço da Emissora podem resultar em atrasos ou interrupções nos serviços prestados e impactar sua capacidade de oferecer aos clientes serviços adequados por meio de suas redes. Alguns dos riscos para as redes e infra-estrutura da Emissora incluem: (i) danos físicos a linhas de acesso; (ii) picos de eletricidade e apagões; (iii) defeitos de *software*; (iv) falhas por motivos além do alcance da Emissora; (v) falhas de segurança; e (vi) desastres naturais. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos pode causar interrupções e reduzir a capacidade da Emissora de prestar os serviços adequadamente aos seus clientes, podendo reduzir as suas receitas operacionais ou fazê-la incorrer em despesas adicionais. Além disso, a ocorrência de qualquer um desses eventos pode submeter a Emissora a penalidades e outras sanções impostas pela ANATEL, afetando seus negócios e resultados operacionais.

O setor de telecomunicações móveis, e seus participantes, podem ser prejudicados por relatórios sugerindo que emissões de radiofrequência podem causar problemas de saúde e interferir em aparelhos médicos.

Os meios de comunicação, e outras entidades, freqüentemente sugerem que emissões eletromagnéticas de aparelhos sem fio e estações rádio-base podem causar problemas de saúde. Preocupados com sua saúde, os clientes podem ser desestimulados a usar aparelhos celulares. Essas preocupações podem ter efeito adverso na indústria de telecomunicações móveis e, possivelmente, expor as prestadoras de serviços de telefonia móvel a ações judiciais que podem garantir que pesquisas e estudos médicos adicionais refutarão a relação entre a emissão eletromagnética de aparelhos celulares e estações rádio-base a eventuais problemas de saúde. Em função disso, as autoridades podem, eventualmente, aumentar a regulação sobre a emissão eletromagnética de aparelhos móveis e estações rádio-base, podendo provocar um efeito negativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Emissora.



A expansão da rede da Emissora pode ser afetada por esses riscos se forem vislumbrados problemas em encontrar novos locais para as estações, o que, por sua vez, pode atrasar a expansão e afetar a qualidade dos serviços da Emissora. Em julho de 2002, a ANATEL publicou a Resolução nº 303 que limita a emissão e exposição para campos com frequências entre 9 kHz e 300 GHz. Novas leis ou resoluções sobre essa questão podem ser criadas, podendo afetar negativamente os negócios da Emissora.

Períodos de escassez de eletricidade podem afetar os resultados da Emissora.

Durante o ano de 2001, o Brasil atravessou uma grande crise energética que resultou na implementação de um plano de racionamento com efeitos adversos para a economia brasileira. Não há garantias de que uma nova crise energética não venha a ocorrer no futuro.

A eventual ocorrência de falta de energia elétrica poderá afetar os serviços de telecomunicações prestados pela Emissora, podendo impactar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira em função de redução de suas receitas, aumento dos custos para manutenção ou reparação de equipamentos danificados pela interrupção no fornecimento de energia elétrica e, eventualmente, em função de despesas com indenizações reclamadas por consumidores que se sentirem prejudicados por uma eventual falha nos serviços de telecomunicações prestados pela Emissora.

O procedimento para implementar a portabilidade numérica de telefones fixos e móveis no Brasil foi concluído pelas companhias em março de 2009. Este fato poderá resultar em uma diminuição na quantidade dos clientes da Emissora de telefonia fixa.

Ao final de 2006, foi iniciado o procedimento para estabelecer as regras de portabilidade dos números de telefones fixos e/ou móveis. A portabilidade permite que o cliente mude de uma concessionária de serviços de telefonia para outra sem ter que mudar os números de seus telefones fixo e/ou móvel. Conforme divulgado pela ANATEL, e publicado no Diário Oficial da União, as companhias telefônicas deveriam concluir até março de 2009 o processo de portabilidade numérica no País, sendo que para o STFC – Local e para o SMP o período de implementação teve início em 1º de setembro de 2008.

Segundo a regulamentação da ANATEL, o cliente poderá mudar seu provedor de serviços de telecomunicações dentro da mesma área de registro, ou seja, que seja atendida pelo mesmo DDD, bem como seu endereço dentro da mesma área de registro, sem mudar seus números de telefone. O objetivo da ANATEL ao introduzir a portabilidade dos números de telefone é aumentar a concorrência entre as operadoras.

A implementação da portabilidade pode afetar negativamente os negócios da Emissora de duas maneiras importantes: (i) acredita-se que as normas de portabilidade que permitem que usuários mudem de provedor de serviços sem perder seus números de telefone terão o efeito de aumentar o número de clientes que a Emissora perderá para outros provedores de serviços de telecomunicações no segmento fixo, ao mesmo tempo em que ganhará clientes portados de outros provedores de serviços de telefonia móvel; e (ii) é previsto que os custos de novas tecnologias e fornecedores necessários para a implementação e manutenção da portabilidade serão pagos pelas operadoras.

A alta rotatividade de clientes pode afetar negativamente a receita e lucratividade no ramo de serviços de telefonia móvel.

A capacidade da Emissora de gerar receitas no ramo de serviços de telefonia móvel depende de sua habilidade de aumentar a base de clientes de retê-los. Cada cliente adicional que adquire seus serviços implica em determinados custos de captação, como comissões de venda e marketing. A recuperação desses custos depende da capacidade de manter tais clientes. Dessa forma, altas taxas de desligamento de clientes podem ter um efeito negativo na lucratividade dos serviços de telefonia móvel da Emissora. Em 2008, o índice desligamento médio da Emissora no segmento móvel (equivalente ao número total de clientes desconectados da rede sobre a base média do período) foi de 3% ao mês. Não é possível garantir que este índice não aumente em períodos futuros e, se isso acontecer acima de um determinado nível, poderá afetar negativamente a receita e a lucratividade da Emissora.



Os contratos de concessão da Emissora podem ser rescindidos sob vários cenários, cada um dos quais pode afetar negativamente a condição financeira da Emissora.

Segundo a Lei Geral das Telecomunicações e os contratos de concessão da Emissora, suas concessões podem ser canceladas, entre outras razões, se a ANATEL não as renovar ao término de seus prazos, por decreto do Governo Federal em uma situação extraordinária na qual o interesse público esteja em risco, ou na ocorrência de desdobramento, cisão, fusão, incorporação, redução de capital ou transferência do controle da Emissora sem a autorização da ANATEL.

Eventual elevação dos tributos incidentes sobre o setor de telecomunicações no Brasil pode afetar adversamente os resultados operacionais da Emissora.

As empresas do setor de telecomunicações estão sujeitas a alguns tributos que se aplicam exclusivamente a este segmento empresarial. As atuais contribuições pagas por estas concessionárias são: (i) ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; e (i) ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações Brasileiras – FUNTTEL. As contribuições ao FUST e FUNTTEL, que começaram em 2000, são cobradas à alíquota de 1% e 0.5%, respectivamente, incidente sobre as receitas das atividades de telecomunicações, e não podem ser repassadas aos clientes. Se houver a criação de novos tributos específicos aos serviços de telecomunicações ou um aumento dos tributos existentes, a margem de lucro da Emissora será afetada negativamente devido ao já alto nível de tributação geral a que está sujeita.

A Emissora está sujeita a eventuais contingências decorrentes da contratação de prestadores de serviços, que, na hipótese de materialização, poderão ter um efeito adverso sobre os seus negócios.

A Emissora está exposta a eventuais contingências decorrentes da estrutura de contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços. A contingência envolvida em eventual materialização, seja na esfera administrativa ou judicial, é de difícil quantificação. Se parcela significativa dessa contingência se materializar e tiver resultado desfavorável à Emissora, ela terá um passivo para o qual não constituiu provisões e que pode causar um efeito adverso em seu negócio.

A cobertura de seguro contratada pela Emissora pode ser insuficiente para ressarcir eventuais danos.

Os seguros contratados pela Emissora podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para a Emissora, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados e condição financeira.

Alterações propostas na lei trabalhista brasileira podem afetar as relações trabalhistas da Emissora.

Em abril de 2003, a Câmara dos Deputados reabriu as discussões sobre alterações na legislação trabalhista brasileira. Uma revisão adicional das relações sindicais no Brasil também está sendo discutida na Câmara. O efeito que quaisquer dessas alterações teriam nas relações trabalhistas da Emissora ainda não pode ser previsto, e isso poderia afetar negativamente seus negócios.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DA BrT

A Emissora poderá não ter sucesso ou ter dificuldades em integrar as operações da BrT com as suas e, com isso, pode não conseguir obter os benefícios vislumbrados com a transação.

Em janeiro de 2009, de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Ações Invitel, firmado em abril de 2008, a Emissora adquiriu o controle da BrT e se tornou a detentora indireta de 81.092.986 ações ordinárias emitidas pela BrT Part, representando 61,2% do total do capital votante da BrT Part, que, por sua vez, detém 65,6% do capital social da BrT, incluindo 99,1% do seu capital votante. A Emissora pretende integrar suas operações com as da BrT o mais rápido possível.



A integração das operações da BrT com as operações da Emissora será um processo complexo, de alto custo e demorado. A Emissora poderá ter dificuldades em integrar de forma bem sucedida os empregados e operações da BrT em seu negócio. Adicionalmente, a Emissora poderá ter dificuldades em atingir a sinergia operacional, benefícios ou a economia de custos inicialmente pretendida com a operação. A Emissora pode incorrer em custos significativos para a integração com a BrT. Os riscos e desafios que poderiam impedir a Emissora de atingir os benefícios vislumbrados com a Aquisição da BrT incluem:

- a falta de experiência da Emissora na integração de operações complexas como a Aquisição da BrT. A integração dessas operações com as operações da Emissora poderá demandar de sua administração grande aplicação de tempo e recursos, de modo que isso poderia desviar a atenção da administração das suas atividades diárias;
- a Emissora poderá incorrer em responsabilidades ou contingências fiscais, trabalhistas, ambientais ou outras, em virtude da Aquisição da BrT, que poderiam afetar de forma materialmente adversa seus resultados operacionais e sua condição financeira;
- a Emissora pode encontrar dificuldades ou atrasos na sincronização de seus sistemas de informação, procedimentos operacionais, vendas e políticas de crédito e controles financeiros; e
- a Emissora pode estar sujeita a restrições adicionais, condições ou limitações impostas pelas autoridades governamentais.

Se a Emissora for incapaz de lidar satisfatoriamente com esses riscos e desafios, poderá arcar com custos operacionais substancialmente superiores aos esperados ou poderá não conseguir atingir os benefícios vislumbrados com a Aquisição da BrT.

A ANATEL impôs obrigações significativas à Emissora como condição para a aprovação da Aquisição da BrT e o cumprimento de tais obrigações pode afetar adversamente o negócio e os resultados da Emissora.

Em dezembro de 2008, a ANATEL aprovou, sujeita a várias condições, a Aquisição da BrT. As condições mais relevantes determinam que a Emissora:

- realize investimentos anuais em pesquisa e desenvolvimento nos próximos dez anos, em montantes iguais ou superiores a pelo menos 50% do valor das contribuições da Emissora para o FUNTTEL, que pode ser discricionariamente aumentado pela ANATEL para 100%;
- estenda os cabos de fibra ótica da Emissora à cidade de Boa Vista até 31 de dezembro de 2009, à cidade de Manaus até 31 de dezembro de 2010 e à cidade de Macapá dentro de seis meses após o término da implementação de infra-estrutura pelas companhias de energia elétrica da Região conectando-a a cidade de Tucuruí; e
- estenda a rede de fibra ótica para 100 novos municípios nas Regiões I e II até 31 de dezembro de 2010 e para mais 40 municípios adicionais em cada um dos cinco anos subsequentes.

O cumprimento das obrigações da ANATEL poderá requerer significativos investimentos por parte da Emissora, o que poderá afetar material e adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

As autoridades antitruste do Brasil podem impor condições restritivas para aprovação da Aquisição da BrT, o que pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Emissora.

A Aquisição da BrT foi submetida às autoridades antitruste do Brasil, em obediência à lei brasileira, estando sua operação sujeita à aprovação final do CADE. No entanto, a lei brasileira permite que uma transação seja consumada antes de receber a aprovação final, salvo se o CADE emitir uma ordem bloqueando a operação ou exigir que as partes executem acordo permitindo que os efeitos da transação sejam revertidos, o que por seus termos atrasa a consumação da operação. As autoridades antitruste determinarão se a Aquisição da BrT impacta negativamente as condições do mercado em que a Emissora compete ou afeta adversamente os consumidores nesses mercados.



Em dezembro de 2008, a Emissora celebrou com o CADE o Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação – APRO, que contém obrigações de:

- submeter à análise do CADE quaisquer novas autorizações concedidas à Emissora para exploração de WiMax, 3G e MMDS em qualquer Região do PGO;
- manter, até a decisão final do CADE, provedores de acesso discado à internet prestado gratuitamente, em todos os municípios em que os provedores Oi Internet, iG ou Ibest já prestam esse serviço de forma gratuita; e
- manter, até a decisão final do CADE, em unidades independentes, com contabilidades, políticas comerciais, estratégias de marketing e diretorias separadas, os provedores iG e Oi Internet.

O APRO é válido até que seja proferida decisão final do CADE sobre a operação a Aquisição da BrT. Caso qualquer das condições impostas pelo CADE, referidas acima, sejam descumpridas pela Emissora ou por qualquer das partes, multas poderão ser aplicadas, afetando a condição financeira da Emissora, bem como seu negócio poderá deixar de se beneficiar da Aquisição da BrT.

A Aquisição da BrT pode dificultar a avaliação futura da Emissora.

Como a Aquisição da BrT se consumou em janeiro de 2009, o histórico financeiro incluído nos Prospectos pode não refletir quais poderiam ter sido os resultados das operações e condições financeiras se a operação tivesse ocorrido antes de 31 de dezembro de 2008. O desafio inerente à integração do negócio da BrT ao negócio da Emissora torna sua avaliação financeira futura ainda mais difícil. O potencial para sucesso futuro do negócio e do lucro operacional da Emissora deve ser considerado à luz dos riscos, incertezas, despesas e dificuldades tipicamente encontradas por companhias combinadas recentemente. Em janeiro de 2009, foi concluída a aquisição da totalidade das ações da Invitel e de 12.185.836 ações ordinárias da BrT Part, pelo valor total de R\$ 5.371 milhões.

A posição financeira e o resultado combinado pro-forma não auditados incluídos neste Prospecto não devem ser considerados indicativos dos futuros resultados consolidados pós-aquisição a serem apresentados pela Emissora.

Com base na regulamentação da ANATEL, a Emissora estava proibida de se comunicar com representantes da BrT e da BrT Part antes de concluída a Aquisição da BrT, bem como impedida de obter quaisquer informações internas (exceto por aquelas publicamente disponíveis) dessas empresas até janeiro de 2009. Desta maneira, como parte do processo de consolidação das atividades operacionais e financeiras da BrT Part, BrT e Invitel, a Emissora está realizando procedimentos de avaliação legal, financeira e comercial independentes nestas companhias.

A Emissora incluiu neste Prospecto determinadas informações financeiras da BrT Part apresentadas à CVM e informações financeiras combinadas pro-forma não auditadas para os períodos indicados (Anexo H, na página 885 deste Prospecto), derivadas das demonstrações financeiras históricas da BrT Part, preparadas em bases individuais, e não como um grupo econômico único. Considerando essas informações pro-forma, os potenciais investidores devem ter ciência de que os resultados combinados pro-forma não auditados e a posição financeira da Emissora incluídos neste Prospecto podem ser substancialmente diversos daqueles que serão apresentados quando da consolidação de BrT Part, BrT e Invitel nas demonstrações financeiras da Emissora após a finalização (i) do processo de consolidação contábil, uniformização das práticas contábeis e políticas internas das companhias; e (ii) da avaliação legal, financeira e comercial independente na BrT, BrT Part e Invitel. Assim, os resultados combinados pro-forma não auditados foram incluídos neste Prospecto apenas a título ilustrativo, como se a Aquisição da BrT tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, para fins de demonstração de resultado pro-forma, e em 31 de dezembro de 2008, para fins de balanço patrimonial pro-forma, não devendo ser considerados como indicação de um combinação de resultados operacionais ou financeiros futuros.

As informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 da Emissora e da BrT não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios.

As informações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 da Emissora e da BrT foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Já as informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios. Para um melhor entendimento das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, vide a seção “Apresentação das Informações Financeiras”, na página 86 deste Prospecto.



FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES

A espécie das Debêntures é quirografária.

As Debêntures são quirografárias, não contando com garantias ou preferências. Em caso de liquidação da Emissora, os créditos das Debêntures serão realizados apenas sobre os créditos dos acionistas, após o pagamento de todos os demais credores da Emissora.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do STJ.

O STJ editou a Súmula nº 176 declarando ser "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBID quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, perda de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.



O regime de colocação das Debêntures – melhores esforços – não garante a colocação total das Debêntures, podendo atingir a destinação dos recursos da Emissora.

O regime de colocação das Debêntures estabelecido no Contrato de Distribuição, firmado entre a Emissora e os Coordenadores, prevê a colocação das Debêntures em regime de melhores esforços. Nenhuma garantia pode ser dada de que as Debêntures serão efetivamente colocadas e, conseqüentemente, de que o volume total da Emissão será efetivamente captado.

Ademais, por conta do regime de melhores esforços, os investidores poderão, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja Oferta de todas ou de parte das Debêntures objeto da Oferta, mas que não poderá ser inferior a 200.000 Debêntures, podendo, também, afetar a captação dos recursos planejada pela Emissora.

Assim, a destinação dos recursos pretendida pela Emissora com a colocação das Debêntures poderá não ser totalmente atingida, de modo que a Emissora poderá não encontrar outras fontes de captação de recursos disponíveis, podendo seus resultados serem afetados negativamente.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou amortização antecipada, a exclusivo critério da Emissora.

Uma vez que as Debêntures poderão, a exclusivo critério da Emissora, ser objeto de resgate antecipado ou amortização antecipada facultativos, a partir de 30 de outubro de 2009, e sem pagamento de qualquer prêmio, os adquirentes das Debêntures poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate ou amortização, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento da amortização ou resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO BRASIL

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia nacional. Esse envolvimento, bem como a situação política e econômica brasileira, pode vir a afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Emissora.

Todas as operações e clientes da Emissora estão localizados substancialmente no Brasil, exceto por uma minoria de serviços prestados fora do país. Conseqüentemente, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora são substancialmente dependentes da economia brasileira. A economia brasileira tem sido marcada por freqüentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, que freqüentemente modifica as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar políticas macroeconômicas já incluíram o controle sobre preços e salários, aumento das taxas de juros, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital, limites às importações, o congelamento de contas correntes, entre outras medidas. A Emissora não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. O negócio da Emissora, sua situação financeira, receitas, resultados operacionais, perspectivas e o valor de mercado dos valores mobiliários por ela emitidos podem ser adversamente afetados por mudanças de políticas governamentais, bem como por outros fatores, tais como:

- instabilidade política;
- aumentos na taxa de inflação;
- políticas e variações cambiais;
- ausência de crescimento econômico interno;
- instabilidade social;
- instabilidade de preços;



- diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de dívida;
- escassez de energia;
- controle de câmbio;
- aumento nas taxas de juros;
- controles sobre importação e exportação;
- alterações no arcabouço regulatório do setor;
- política monetária;
- política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais.

Incertezas sobre possíveis mudanças nas políticas ou regras que afetem estes ou outros fatores de risco podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil, bem como para o aumento da volatilidade, tanto no mercado de valores mobiliários brasileiro quanto nos valores mobiliários emitidos por emissores nacionais fora do Brasil. O Presidente do Brasil tem considerável poder para determinar políticas econômicas e ações relacionadas à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar os resultados operacionais e financeiros de negócios como os da Emissora. O mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva termina em janeiro de 2011 e a legislação brasileira não permite sua recondução ao cargo na próxima eleição, a ser realizada em outubro de 2010. Incertezas acerca da eleição do sucessor do Presidente Lula e especulações sobre as políticas que podem ser implementadas pelos governos federal e estaduais podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Emissora.

A crise financeira e de crédito mundial poderá afetar de maneira adversa o crescimento econômico do Brasil, limitar o acesso da Emissora ao mercado financeiro e, conseqüentemente, prejudicar seus negócios e condição financeira.

A crise financeira e de crédito global e a conseqüente instabilidade no sistema financeiro mundial têm afetado, e poderão continuar a afetar, negativamente o crescimento econômico do Brasil. A atual crise financeira reduziu a liquidez e a disponibilidade de crédito para o financiamento da continuidade e da expansão dos negócios em todo o mundo. A escassez de liquidez e crédito, combinada com recentes e substanciais perdas nos mercados de ações em todo o mundo, inclusive no Brasil, poderá causar uma prolongada recessão mundial ou, até mesmo, uma depressão. Um retardamento prolongado da atividade econômica no Brasil poderá reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Emissora, especialmente por serviços de Banda Larga, caso a venda de computadores no país retroceda, o que afetaria negativamente os seus resultados operacionais.

A Emissora poderá enfrentar problemas significativos de liquidez, caso a situação dos mercados financeiros não melhore. Sua capacidade de acesso aos mercados de capitais ou de empréstimos poderá sofrer restrições em um momento no qual desejaria, ou precisaria acessar tais mercados, o que prejudicaria sua capacidade de reação face a condições econômicas e comerciais adversas. A crise financeira e de crédito poderá afetar os atuais credores da Emissora, seus clientes ou a capacidade de seus fornecedores cumprirem pontualmente com entregas pactuadas, fazendo com que os mesmos venham a inadimplir suas obrigações junto à Emissora. Um agravamento da crise financeira e de crédito poderá prejudicar a demanda pelos serviços da Emissora e sua capacidade de financiar seu crescimento futuro.

A desvalorização do Real pode causar perdas substanciais nos passivos da Emissora denominados em moeda estrangeira ou a ela indexados.

Durante as quatro décadas anteriores a 1999, o BACEN periodicamente desvalorizou a moeda corrente brasileira. Ao longo desse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas de câmbio, incluindo repentinas desvalorizações (tais como ajustes diários e mensais), controle de câmbio, o duplo mercado de câmbio e sistema flutuante de taxa cambial.



Desde 1999, as taxas de câmbio têm sido definidas pelo mercado. A taxa de câmbio entre o Real e o dólar dos Estados Unidos tem variado significativamente nos últimos anos. A taxa de câmbio Real/dólar dos Estados Unidos, por exemplo, aumentou de R\$1,9554 por dólar dos Estados Unidos em 31 de dezembro de 2000 para R\$3,5333 em 31 de dezembro de 2002. O Real valorizou-se frente ao dólar dos Estados Unidos cerca de 8,1% em 2004, 11,8% em 2005, 8,7% em 2006 e 17,1% em 2007. Em 2008, em primeiro lugar como resultado da crise financeira internacional, o Real se depreciou em cerca de 31,9% em relação ao dólar dos Estados Unidos, induzindo os investidores estrangeiros a remover bilhões de reais da BM&FBovespa. Em fevereiro de 2009, a taxa de câmbio Real/dólar dos Estados Unidos era de R\$2,3784 por dólar dos Estados Unidos.

Uma quantia significativa do ativo e passivo da Emissora são denominados em Reais ou indexados em moeda corrente estrangeira, principalmente dólares dos Estados Unidos e iene japonês. Em 31 de dezembro de 2008, R\$3.197,9 milhões, que corresponde a 18,4% da dívida financeira da Emissora, eram denominados em moeda estrangeira, sem incluir ajustes proporcionados por operações de *swap*. Quando o Real se desvaloriza em relação às moedas estrangeiras, a Emissora incorre em perdas em seu passivo denominado ou indexado em moeda estrangeira, tais quais as dívidas de longo prazo.

Se a inflação se tornar substancial no Brasil no futuro, as margens de lucro da Emissora e sua capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros podem ser reduzidas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação podem afetar negativamente a economia brasileira, o mercado de títulos e valores mobiliários brasileiros e, conseqüentemente, os negócios e resultados operacionais da Emissora.

O Brasil, no passado, teve índices altíssimos de inflação, que chegou a atingir 2.708% em 1993 e 1.093% em 1994. A inflação e algumas medidas governamentais para limitá-la tiveram efeitos negativos na economia brasileira.

Desde a introdução do Plano Real em 1994, o índice inflacionário no Brasil tem sido substancialmente mais baixo do que no passado. As pressões inflacionárias persistem e medidas no sentido de controlá-la, bem como a especulação sobre futuras medidas do Governo Federal, têm contribuído com a insegurança econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Os índices inflacionários brasileiros, medidos pelo IGP-DI, publicado pela FGV, foram de 12,1% em 2004, 1,2% em 2005, 3,8% em 2006, 7,9% em 2007 e 9,1% em 2008. De acordo com o IPCA, publicado pelo IBGE, os índices de inflação ao consumidor brasileiro foram de 7,5% em 2004, 5,7% em 2005, 3,1% em 2006, 4,5% em 2007 e 5,9% em 2008.

Se o Brasil tornar a enfrentar quadro de inflação substancial no futuro, os custos da Emissora podem aumentar e suas margens operacionais e de liquidez diminuir. As pressões inflacionárias também podem limitar sua capacidade de acessar mercados financeiros no exterior e levar a intervenções governamentais adicionais na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que podem afetar negativamente a performance geral da economia brasileira.

Flutuações nas taxas de juros podem elevar o custo de pagamento das dívidas da Emissora e afetar negativamente sua situação financeira como um todo.

As despesas financeiras da Emissora são afetadas por mudanças nas taxas de juros aplicáveis à dívida flutuante da Emissora. Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora tinha, entre outras obrigações, R\$14.718 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures, todos sujeitos ao CDI, R\$3.083 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos à TJLP, R\$32 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos ao IPCA e R\$2.893 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos à LIBOR.

O cálculo da TJLP inclui a inflação como um de seus fatores e é determinado pelo BACEN trimestralmente. Especialmente, a TJLP e o CDI flutuaram de forma significativa no passado em resposta à expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas governamentais brasileiras, entre outros fatores. Em 2008, por exemplo, a taxa CDI acumulada aumentou de 11,18% por ano em 31 de dezembro de 2007 para 12,38% por ano em 31 de dezembro de 2008. Um aumento em qualquer dessas taxas de juros, particularmente a taxa CDI, pode afetar adversamente as despesas financeiras da Emissora e afetar negativamente sua performance financeira como um todo.



Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os emitidos pela Emissora.

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, podem influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países emergentes podem ter um efeito adverso nos negócios da Emissora, em sua condição financeira e em seus resultados operacionais. Em 2008, algumas companhias brasileiras e mexicanas anunciaram perdas significativas relacionadas a contratos de derivativos, como resultado da depreciação do peso mexicano e do Real frente ao dólar dos Estados Unidos. Outro exemplo, ainda no ano de 2008, é o do governo argentino que nacionalizou os fundos de pensão. Com a crise financeira global, essas economias emergentes ficaram ainda mais sensíveis às incertezas. Isso pode ser traduzido pela forte fuga de divisas e, conseqüentemente, por uma retração dos investimentos estrangeiros e depreciação das moedas dos países emergentes frente ao dólar dos Estados Unidos.

Os problemas econômicos vivenciados por alguns países de mercados emergentes em anos recentes (como as crises financeiras da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, e da Argentina em 2001), fizeram com que os investidores ficassem cada vez mais criteriosos e, sendo assim, mais prudentes ao avaliar os investimentos em mercados emergentes. A eclosão da crise financeira global está fazendo com que as companhias brasileiras enfrentem custos mais altos para captação de recursos, tanto no Brasil como no exterior, dificultando o acesso ao mercado de capitais. Não há garantia de que o mercado de capitais internacional permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Emissora. Crises em outros países emergentes ou, políticas econômicas de outros países, em particular os Estados Unidos, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os da Emissora, o que afetaria adversamente o preço de mercado dos valores mobiliários por ela emitidos.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado em geral e pelas condições econômicas internacionais, especialmente as condições econômicas nos Estados Unidos. As cotações das ações listadas na BM&FBovespa, por exemplo, têm se mostrado historicamente sensíveis às flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como ao comportamento dos principais índices de ações dos Estados Unidos.

A ocorrência de um ou mais desses fatores poderia afetar adversamente o valor de mercado dos valores mobiliários da Emissora, bem como dificultar seu acesso, no futuro, ao mercado de capitais e financeiro em condições aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Confisco temporário ou expropriação permanente dos ativos da Emissora.

A União pode retomar o serviço de telecomunicações da Emissora em casos de razão de interesse público, mediante lei específica que autorize tal retomada e pagamento de prévia indenização. Tais razões incluem desastre natural, guerra, perturbações públicas significativas, ameaças contra a paz interna ou por razões econômicas e por outras razões relacionadas à segurança nacional. Referida situação ocasionaria efeitos adversos significativos na condição financeira e nos resultados operacionais da Emissora e não se pode garantir que a eventual compensação seja adequada ou que tal pagamento seja realizado em tempo.

Os benefícios obtidos por meio dos contratos de concessão da Emissora são um componente essencial de seu desempenho financeiro. A perda de algum ou todos esses contratos afetaria significativamente sua capacidade de continuar suas operações.



APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Invitel foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas:

- na Lei das Sociedades por Ações;
- nas regras e regulamentos da CVM;
- nas normas de contabilidade emitidas pelo IBRACON.

ALINHAMENTO COM NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS – LEI Nº 11.638/07 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08

Em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações, estabelecendo diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), atribuindo à CVM amplo poder normativo para regular a matéria para as companhias abertas.

Em dezembro de 2008, foi editada a MP nº 449/08, com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações.

Para elaborar as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2007 comparável com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2008, a Emissora e a BrT Part reapresentaram suas Demonstrações Financeiras já publicadas em 31 de dezembro de 2007 para adequá-las às alterações nas políticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08. Para informações adicionais a respeito destas alterações e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, consulte referidas demonstrações anexas a este Prospecto.

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, que impactaram as demonstrações financeiras da Emissora e de suas controladas, foram as seguintes:

- extinção da DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros;
- reconhecimento dos ativos e passivos oriundos das operações de arrendamento mercantil (*leasing* financeiro);
- obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes;
- alteração do critério de reconhecimento de doações e subvenções para investimento;
- introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- extinção dos resultados não operacionais;
- extinção dos resultados de exercícios futuros; e
- reconhecimento contábil das transações de pagamento baseado em ações.



As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 da Emissora e da BrT Part foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e não foram reapresentadas para serem adequadas às alterações introduzidas por esta Lei.

Os impactos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP 449/08 estão sendo apresentados nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, da BrT Part e da Invitel, as quais se encontram anexas a esse Prospecto.

Demonstrações Financeiras da Emissora

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Emissora e de suas controladas.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil cujo parecer de auditoria inclui parágrafos de ênfase conforme descrito abaixo e no respectivo parecer de auditoria anexo a este Prospecto.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo parecer de auditoria incluía parágrafos de ênfase conforme descrito abaixo e no respectivo parecer de auditoria anexo a este Prospecto.

Pareceres de Auditoria

O parecer de auditoria da Emissora sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, datado de 04 de março de 2009 foi emitido sem ressalvas contendo parágrafos de ênfases referentes à reapresentação das demonstrações contábeis ajustadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano de 2008 e sobre a inclusão das demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados (controladora) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008.

O parecer de auditoria da Emissora sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, datado de 27 de fevereiro de 2008 foi emitido sem ressalvas contendo parágrafo de ênfase referente à apresentação das demonstrações consolidadas do fluxo de caixa e do valor adicionado, não requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis, para propiciar informações suplementares sobre a Emissora e suas controladas, que foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis requeridas.

Demonstrações Financeiras da BrT Part

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 da BrT Part foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BrT Part e de suas controladas.

As demonstrações financeiras da BrT Part referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujos parecer de auditoria incluía parágrafos de ênfase conforme descrito abaixo e no respectivo parecer de auditoria anexo a este Prospecto.



As demonstrações financeiras da BrT Part referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo parecer de auditoria incluía parágrafos de ênfase conforme descrito abaixo e no respectivo parecer de auditoria anexo a este Prospecto.

Pareceres de Auditoria

O parecer de auditoria da BrT Part sobre as demonstrações financeiras da BrT Part referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 apresentou parágrafos de ênfase relacionados aos seguintes assuntos: (i) conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros; e (ii) conforme mencionado na nota explicativa nº 5.m, está prevista a incorporação da BrT Part pela controlada BrT.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras da BrT Part referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 conteve parágrafo de ênfase descrevendo que as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, que foram apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a BrT Part e controladas, não eram requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil à época das referidas demonstrações financeiras. Tais demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 apresentou parágrafos de ênfase relacionados aos seguintes assuntos: (i) as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, que foram apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a BrT Part e controladas, não eram requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil à época das referidas demonstrações financeiras. Tais demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras; e (ii) os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos e as informações suplementares referentes às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, datado de 27 de março de 2006, conteve parágrafo de ênfase sobre acordo celebrado em 28 de abril de 2005, prevendo a incorporação da controlada indireta 14 Brasil Telecom Celular S.A. na Tim Brasil Serviços e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras da Invitel

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 da Invitel foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Invitel e de suas controladas.

As demonstrações financeiras da Invitel referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e auditadas pela Terco de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo parecer de auditoria e respectivo parecer de auditoria encontra-se anexo a este Prospecto.

Considerando ser a Invitel uma sociedade *holding* cujo objeto é a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, em empreendimentos com foco no setor de telecomunicações, ela não auferir receitas, sendo o seu resultado determinado, de forma preponderante, pelo resultado de equivalência patrimonial dos investimentos em participações efetuados na BrT Part, por meio da Solpart, sociedade cujo único ativo relevante é representado pela participação na BrT Part. Com exceção do endividamento líquido da Invitel, no montante total, em 31 de dezembro de 2008, de R\$998,1 milhões, todos os demais comentários e considerações a respeito do resultado e contas patrimoniais relevantes para fins da Oferta são apresentados na seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações de Resultado da BrT Part para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, conforme Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part para os respectivos exercícios”, na página 127 deste Prospecto.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a Instrução CVM 247 e incluem as demonstrações financeiras das sociedades controladas, diretas e indiretas. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das sociedades controladas; e
- destaque das participações dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

ARREDONDAMENTOS

Alguns dos valores constantes deste Prospecto foram submetidos a ajustes e arredondamentos. Conseqüentemente, totalizações numéricas incluídas em algumas tabelas podem não representar exatamente a soma aritmética dos valores que as precedem.



INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As seguintes informações financeiras selecionadas são provenientes das demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 da Emissora e da BrT Part, incluídas neste Prospecto.

As referidas informações financeiras deverão ser lidas em conjunto com a seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", nas páginas 95 a 148 deste Prospecto e com as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora e da BrT incluídas neste Prospecto.

Conforme mencionado na seção “Apresentação das Informações Financeiras”, as informações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Já as informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios.



EMISSORA

Demonstração de Resultado Consolidado da Emissora

	Exercício social findo em 31 de dezembro de						Variação (%)	
	2006		2007		2008		2006 / 2007	2007 / 2008
	(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽²⁾	(%) ⁽²⁾
(em R\$ milhões, exceto porcentagem)								
Receita bruta de vendas e/ou serviços	24.232,2	100,0	25.138,3	100,0	27.103,2	100,0	3,7	7,8
Deduções da receita bruta	(7.360,4)	(30,4)	(7.566,2)	(30,1)	(8.437,9)	(31,1)	2,8	11,5
Receita líquida de vendas e/ou serviços	16.871,8	69,6	17.572,1	69,9	18.665,3	68,9	4,2	6,2
Custo dos bens e serviços vendidos	(9.359,8)	(38,6)	(9.247,4)	(36,8)	(9.600,4)	(35,4)	(1,2)	3,8
Resultado Bruto	7.512,0	31,0	8.324,7	33,1	9.064,9	33,4	10,8	8,9
Despesas/receitas operacionais	(5.670,4)	(23,4)	(4.761,8)	(18,9)	(7.126,6)	(26,3)	(16,0)	49,7
Com vendas	(2.589,0)	(10,7)	(2.688,9)	(10,7)	(3.531,6)	(13,0)	3,9	31,3
Gerais e administrativas	(1.158,6)	(4,8)	(1.192,1)	(4,7)	(1.581,6)	(5,8)	2,9	32,7
Resultado Financeiro Líquido	(1.102,7)	(4,6)	(305,3)	(1,2)	(1.338,8)	(4,9)	(72,3)	338,5
Outras despesas operacionais	(819,3)	(3,4)	(576,4)	(2,3)	(692,3)	(2,6)	(29,6)	20,1
Resultado de equivalência patrimonial	(0,8)	0,0	0,9	0,0	17,7	0,1	(212,5)	1.866,7
Lucro operacional	1.841,6	7,6	3.562,9	14,2	1.938,3	7,2	93,5	(45,6)
Resultado não-operacional	(10,1)	0,0	-	-	-	-	(100,0)	-
Resultado antes da tributação	1.831,5	7,6	3.562,9	14,2	1.938,3	7,2	94,5	(45,6)
IR/CS	(217,0)	(0,9)	(920,3)	(3,7)	(518,5)	(1,9)	324,1	(43,7)
Incentivo fiscal	-	-	246,6	1,0	105,0	0,4	N/A	(57,4)
Resultado antes da participação minoritária	1.614,5	6,7	2.889,2	11,5	1.524,8	5,6	79,0	(47,2)
Participação minoritária	-	-	-	-	(4,3)	0,0	-	N/A
Lucro líquido (prejuízo)	1.614,5	6,7	2.889,2	11,5	1.520,5	5,6	79,0	(47,4)
Lucro líquido (prejuízo) por ação	6,77	0,0	12,11	0,0	6,38	0,0	78,9	(47,3)

⁽¹⁾ Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente.

⁽²⁾ Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.



Balanço Patrimonial Consolidado da Emissora

	Exercício social findo em 31 de dezembro de						Variação (%)	
	2006		2007		2008		2006 / 2007	2007 / 2008
	(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽²⁾	(%) ⁽²⁾
	(em R\$ milhões, exceto porcentagem)							
ATIVO								
Circulante	9.327,9	35,3	11.706,4	40,0	16.284,1	40,6	25,5	39,1
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.999,1	15,1	6.080,3	20,8	9.844,0	24,6	52,0	61,9
Contas a receber	3.808,1	14,4	3.277,7	11,2	3.897,2	9,7	(13,9)	18,9
Outros ativos	1.520,7	5,8	2.348,4	8,0	2.542,9	6,3	54,4	8,3
Não circulante	17.088,7	64,7	17.568,1	60,0	23.802,1	59,4	2,8	35,5
Tributos diferidos e a recuperar	1.955,5	7,4	2.011,4	6,9	2.211,0	5,5	2,9	9,9
Depósitos e bloqueios judiciais	993,2	3,8	1.199,6	4,1	1.407,9	3,5	20,8	17,4
Despesas antecipadas	128,7	0,5	382,9	1,3	437,4	1,1	197,5	14,2
Outros ativos	209,0	0,8	339,2	1,2	586,4	1,5	62,3	72,9
Investimentos	407,3	1,5	35,3	0,1	3.312,6	8,3	(91,3)	9.284,1
Imobilizado	11.728,9	44,4	11.790,3	40,3	12.831,3	32,0	(0,5)	8,8
Intangível	1.306,1	4,9	1.512,8	5,2	2.682,3	6,7	15,8	77,3
Diferido	360,0	1,4	296,6	1,0	333,2	0,8	(17,6)	12,3
Total do ativo	26.416,6	100,0	29.274,5	100,0	40.086,2	100,0	10,8	36,9
PASSIVO								
Circulante	5.629,7	21,3	6.194,2	21,2	9.153,5	22,8	10,0	47,8
Empréstimos e Financiamentos	1.632,6	6,2	1.338,1	4,6	3.603,6	9,0	(18,0)	169,3
Debêntures	92,9	0,4	76,2	0,3	98,3	0,2	(18,0)	29,0
Dividendos a pagar	708,6	2,7	1.042,8	3,6	1.529,9	3,8	47,2	46,7
Outras obrigações	3.195,6	12,1	3.737,1	12,8	3.921,7	9,8	16,9	4,9
Não Circulante	8.845,2	33,5	9.292,0	31,7	20.923,1	52,2	5,1	125,2
Exigível a longo prazo	8.845,2	33,5	9.292,0	31,7	20.923,1	52,2	5,1	125,2
Empréstimos e Financiamentos	3.809,5	14,4	4.363,2	14,9	13.766,2	34,3	14,5	215,5
Debêntures	2.160,0	8,2	2.171,1	7,4	3.705,3	9,2	0,5	70,7
Provisões para perdas em processos judiciais	2.152,4	8,1	1.943,7	6,6	1.962,4	4,9	(9,7)	1,0
Outras obrigações	723,3	2,7	814,0	2,8	1.489,2	3,7	12,5	82,9
Resultados de exercícios futuros	12,9	-	-	-	-	-	(100,0)	-
Participações Minoritárias	-	-	-	-	25,4	0,1	-	N/A
Patrimônio Líquido	11.928,8	45,2	13.788,3	47,1	9.984,2	24,9	15,6	(27,6)
Total do passivo e patrimônio líquido	26.416,6	100,0	29.274,5	100,0	40.086,2	100,0	10,8	36,9

⁽¹⁾ Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente.

⁽²⁾ Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.



BR T

Demonstração de Resultado Consolidado da BrT

	Exercício social findo em 31 de dezembro de						Variação (%)	
	2006		2007		2008		2006 / 2007	2007 / 2008
	(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽²⁾	(%) ⁽²⁾
	(em R\$ milhões, exceto porcentagem)							
Receita bruta de vendas e/ou serviços	15.111,3	100,0	15.997,3	100,0	17.007,1	100,0	5,9	6,3
Deduções da receita bruta	(4.814,7)	(31,9)	(4.938,8)	(30,9)	(5.710,3)	(33,6)	2,6	15,6
Receita líquida de vendas e/ou serviços	10.296,6	68,1	11.058,5	69,1	11.296,8	66,4	7,4	2,2
Custo dos bens e serviços vendidos	(6.459,9)	(42,7)	(6.382,2)	(39,9)	(6.209,4)	(36,5)	(1,2)	(2,7)
Resultado Bruto	3.836,7	25,4	4.676,3	29,2	5.087,4	29,9	21,9	8,8
Despesas/receitas operacionais	(3.676,2)	(24,3)	(3.833,2)	(24,0)	(3.748,1)	(22,0)	4,3	(2,2)
Com vendas	(1.470,6)	(9,7)	(1.485,4)	(9,3)	(1.364,2)	(8,0)	1,0	(8,2)
Gerais e administrativas	(1.331,7)	(8,8)	(1.336,9)	(8,4)	(1.428,1)	(8,4)	0,4	6,8
Despesas financeiras líquidas	(610,0)	(4,0)	(501,0)	(3,1)	(524,6)	(3,1)	(17,9)	4,7
Outras despesas operacionais líquidas	(263,9)	(1,7)	(509,9)	(3,2)	(431,2)	(2,5)	93,2	(15,4)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional	160,5	1,1	843,1	5,3	1.339,3	7,9	425,3	58,9
Resultado não-operacional	31,4	0,2	-	-	-	-	N/A	-
Resultado antes da tributação	191,9	1,3	843,1	5,3	1.339,3	7,9	339,3	58,9
IR/CS	(108,1)	(0,7)	(359,3)	(2,2)	(591,0)	(3,5)	232,4	64,5
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	527,6	3,5	451,0	2,8	371,0	2,2	(14,5)	(17,7)
Resultado antes da participação minoritária	611,4	4,0	934,8	5,8	1.119,3	6,6	52,9	19,7
Participação minoritária	(141,0)	(0,9)	(261,6)	(1,6)	(337,1)	(2,0)	85,5	28,9
Lucro líquido (prejuízo)	470,4	3,1	673,2	4,2	782,2	4,6	43,1	16,2
Lucro líquido (prejuízo) por ação	1,297	0,0	1,857	0,0	2,158	0,0	43,2	16,2

⁽¹⁾ Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente.

⁽²⁾ Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.



Balanço Patrimonial Consolidado da BrT

	Exercício Social Findo em 31 de dezembro de						Variação (%)	
	2006		2007		2008		2006 / 2007	2007 /2008
	(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽²⁾	(%) ⁽²⁾
	(em R\$ milhões, exceto porcentagem)							
ATIVO								
Circulante	7.498,1	42,1	7.462,2	42,9	7.591,5	39,1	(0,5)	1,7
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.974,0	22,3	730,0	4,2	2.709,8	13,9	(81,6)	271,2
Contas a receber	2.127,7	12,0	2.189,7	12,6	2.210,1	11,4	2,9	0,9
Outros ativos	1.396,4	7,8	4.542,5	26,1	2.671,6	13,7	225,3	(41,2)
Não circulante	10.295,7	57,9	9.926,3	57,1	11.845,9	60,9	(3,6)	19,3
Tributos diferidos e a recuperar	1.649,5	9,3	1.794,5	10,3	1.924,9	9,9	8,8	7,3
Depósitos judiciais	429,9	2,4	1.069,1	6,1	2.230,7	11,5	148,7	108,7
Outros Ativos	187,5	1,1	90,2	0,5	145,5	0,7	(51,9)	61,3
Investimentos	330,1	1,9	32,2	0,2	3,7	0,0	(90,2)	(88,5)
Imobilizado	6.535,3	36,7	5.691,2	32,7	5.902,6	30,4	(12,9)	3,7
Intangível	1.163,4	6,5	1.249,1	7,2	1.638,3	8,4	7,4	31,2
Total do ativo	17.793,8	100,0	17.388,5	100,0	19.437,4	100,0	(2,3)	11,8
PASSIVO								
Circulante	4.852,4	27,3	4.761,8	27,4	4.971,0	25,6	(1,9)	4,4
Empréstimos e Financiamentos	1.063,6	6,0	509,0	2,9	748,7	3,9	(52,1)	47,1
Debêntures	45,9	0,3	9,0	0,1	11,9	0,1	(80,4)	32,2
Dividendos a pagar	614,4	3,5	1.016,5	5,8	433,2	2,2	65,4	(57,4)
Outras obrigações	3.128,5	17,6	3.227,3	18,6	3.777,2	19,4	3,2	17,0
Exigível a longo prazo	5.852,7	32,9	5.624,7	32,3	6.658,9	34,3	(3,9)	18,4
Empréstimos e Financiamentos	2.685,6	15,1	2.810,4	16,2	3.045,4	15,7	4,6	8,4
Debêntures	1.580,0	8,9	1.080,0	6,2	1.080,0	5,6	(31,6)	0,0
Provisões	1.163,2	6,5	1.286,5	7,4	1.321,5	6,8	10,6	2,7
Outras obrigações	423,9	2,4	447,8	2,6	1.212,0	6,2	5,6	170,7
Participações Minoritárias	1.811,1	10,2	1.802,7	10,4	2.043,9	10,5	(0,5)	13,4
Patrimônio Líquido	5.277,6	29,7	5.199,1	29,9	5.763,6	29,7	(1,5)	10,9
Total do passivo e patrimônio líquido	17.793,8	100,0	17.388,5	100,0	19.437,4	100,0	(2,3)	11,8

⁽¹⁾ Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente.

⁽²⁾ Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados.



DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Conforme mencionado na seção “Apresentação das Informações Financeiras”, as informações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Já as informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios.

CENÁRIO MACROECONÔMICO – IMPACTOS DA INFLAÇÃO

As operações e os clientes da Emissora estão localizados substancialmente no Brasil, exceto por uma pequena parcela de serviços de transmissão de dados que são prestados fora do país. Consequentemente, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora são substancialmente dependentes do cenário macroeconômico da economia brasileira.

A economia brasileira, durante diversos períodos, sofreu frequentes intervenções do Governo Federal, que por vezes modifica as políticas monetária, de crédito, fiscal entre outras, a fim de controlar a inflação e implementar políticas macroeconômicas.

O controle inflacionário tem um papel extremamente relevante na situação econômico-financeira da Emissora, considerando que (i) a variação do IGP-M é um dos componentes para o reajuste dos preços dos serviços de telefonia fixa e móvel; e (ii) os níveis inflacionários influenciam de maneira direta as taxas de juros praticadas pelo mercado, a exemplo do CDI e da TJLP, que são usadas como referência em diversos contratos de financiamento firmados pela Emissora.

No segundo semestre de 2008, eclodiu uma grave crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano, tendo como consequência a redução das expectativas em relação ao crescimento da atividade econômica brasileira em 2009, estendendo tais previsões para 2010. A despeito da crise, a taxa de inflação medida pelo IPCA no ano de 2008 foi 5,9%, mantendo-se dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A sustentação da inflação nesse nível pode ser atribuída à política monetária adotada, que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano de 2008, passando de 11,25% ao ano em 31 de dezembro de 2007 para 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2008.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e câmbio para o dólar dos Estados Unidos nos períodos indicados:

	2005	2006	2007	2008
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,3%	3,8%	5,4%	5,1%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	1,2%	3,8%	7,7%	9,8%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	5,7%	3,1%	4,5%	5,9%
CDI ⁽⁴⁾	19,0%	15,0%	11,8%	12,3%
TJLP ⁽⁵⁾	9,8%	6,9%	6,3%	6,3%
Valorização (desvalorização) do real em relação ao dólar	13,4%	9,5%	20,7%	(24,2%)
Taxa de Câmbio (fechamento) – R\$ por US\$1,00	R\$2,341	R\$2,138	R\$1,771	R\$2,337
Taxa Média de Câmbio – R\$ por US\$1,00	R\$2,525	R\$2,152	R\$1,786	R\$1,838

⁽¹⁾ O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

⁽²⁾ A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

⁽⁴⁾ A Taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).

⁽⁵⁾ Representa a taxa de juros paga pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

⁽⁶⁾ Média das taxas de câmbio durante o período.

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP.



DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA EMISSORA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2007 E 2008, CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMISSORA PARA OS RESPECTIVOS EXERCÍCIOS.

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Telemar Norte Leste S.A. e de suas controladas. A discussão a seguir deve ser lida em conjunto com essas demonstrações financeiras e com o seção “Apresentação das Informações Financeiras”, na página 86 deste Prospecto.

Conforme mencionado na seção “Apresentação das Informações Financeiras”, as informações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Já as informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios.

Comparação entre os Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 – Telemar Norte Leste S.A. Consolidado – Demonstração de Resultado

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			% Variação	% Variação
	2008	2007	2006	2008/2007	2007/2006
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Receita operacional bruta	27.103,2	25.138,3	24.232,2	7,8	3,7
Deduções da receita bruta	(8.437,9)	(7.566,2)	(7.360,4)	11,5	2,8
Receita operacional líquida	18.665,3	17.572,1	16.871,8	6,2	4,2
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(9.600,4)	(9.247,4)	(9.359,8)	3,8	(1,2)
Lucro Bruto	9.064,9	8.324,7	7.512,0	8,9	10,8
Receitas (despesas) operacionais	(5.787,8)	(4.456,5)	(4.567,7)	29,9	(2,4)
Resultado de equivalência patrimonial	17,8	0,9	(0,8)	1.877,8	(212,5)
Comercialização dos serviços	(3.531,6)	(2.688,9)	(2.589,0)	31,3	3,9
Gerais e administrativas	(1.581,6)	(1.192,1)	(1.158,6)	32,7	2,9
Outras despesas operacionais líquidas	(692,4)	(576,4)	(819,3)	20,1	(29,6)
Lucro antes do resultado financeiro	3.277,1	3.868,2	2.944,3	(15,3)	31,4
Resultado financeiro líquido	(1.338,8)	(305,3)	(1.102,7)	338,5	(72,3)
Resultado não operacional	-	-	(10,1)	-	-
Lucro antes da tributação / participações	1.938,3	3.562,9	1.831,5	(45,6)	94,5
Imposto de renda e contribuição social	(413,5)	(673,7)	(217,0)	(38,6)	210,5
Participações minoritárias	(4,3)	-	-	n/d	
Lucro líquido do exercício	1.520,5	2.889,2	1.614,5	(47,4)	79,0



Comparação de Receita Bruta – exercícios de 2006, 2007 e 2008

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de						% Variação	% Variação
	2008	(%)	2007	(%)	2006	(%)	2008/2007	2008/2006
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Receita Operacional Bruta	27.103,2	100,0	25.138,3	100,0	24.232,2	100,0	7,8	3,7
Serviço Telefônico Fixo	20.659,6	76,2	20.695,5	82,3	20.756,5	85,7	(0,2)	(0,3)
Local	11.192,3	41,3	11.653,4	46,4	11.898,8	49,1	(4,0)	(2,1)
Assinatura	6.911,7	25,5	6.979,9	27,8	6.660,9	27,5	(1,0)	4,8
Tráfego local	1.394,8	5,1	1.796,7	7,1	2.477,4	10,2	(22,4)	(27,5)
Serviço fixo-móvel	2.798,0	10,3	2.771,2	11,0	2.650,0	10,9	1,0	4,6
Outros	87,8	0,3	105,6	0,4	110,5	0,5	(16,9)	(4,4)
Longa distância	3.853,5	14,2	3.587,1	14,3	3.702,9	15,3	7,4	(3,1)
Cartões de telefones públicos	655,8	2,4	1.105,7	4,4	1.117,1	4,6	(40,7)	(1,0)
Uso da rede	699,3	2,6	602,8	2,4	715,2	3,0	16,0	(15,7)
Serviços de dados	3.402,8	12,6	2.879,9	11,5	2.512,8	10,4	18,2	14,6
Outros serviços	855,9	3,2	866,6	3,4	809,7	3,3	(1,2)	7,0
Serviço de Telefonia Móvel	6.400,9	23,6	4.436,4	17,6	3.474,3	14,3	44,3	27,7
Serviços	4.775,6	17,6	3.043,8	12,1	2.545,9	10,5	56,9	19,6
Aparelhos	214,7	0,8	239,1	1,0	318,8	1,3	(10,2)	(25,0)
Uso da Rede	1.410,6	5,2	1.153,5	4,6	609,6	2,5	22,3	89,2
Outros serviços	42,7	0,2	6,4	0,03	1,4	0,01	567,2	357,1

Receita Operacional Bruta

Serviço Telefônico Fixo

Em 2008, as receitas provenientes do serviço telefônico fixo ficaram praticamente estáveis (-0,2%) em relação às receitas auferidas em 2007. A redução observada nos serviços local (-4,0%), de venda de cartões de telefones públicos (-40,7%) e outros serviços (-1,2%) foi substancialmente compensada pelo acréscimo das receitas dos serviços de dados (+18,2%), uso de rede (+16,0%) e longa distância (+7,4%).

Em 2007, as receitas provenientes do serviço telefônico fixo ficaram praticamente estáveis (- 0,3%) em relação às receitas auferidas em 2006. A redução observada nos serviços local (-2,1%), de longa distância (-3,1%) e de uso de rede (-15,7%) foi substancialmente compensada pelo acréscimo das receitas dos serviços de dados (+14,6%).

A manutenção da estabilidade da receita bruta de telefonia fixa nos anos de 2008 em relação a 2007 e 2007 em relação a 2006, ocorreu principalmente devido à estabilidade da base de clientes de telefonia fixa em função de uma política de crédito mais flexível, com efeitos na manutenção da base de clientes do segmento de baixa renda que, apesar de margem menor, geram valor para a companhia.

A receita de remuneração pelo uso da rede fixa registrou um crescimento de 16,0% em 2008, positivamente impactada pelas promoções praticadas pelas operadoras móveis terminando também na fixa durante grande parte do ano, além do efeito do reajuste da tarifa de interconexão da rede fixa (TU-RL) em julho de 2008 (+2,76%). Já em 2007, esta receita registrou uma queda de 15,7% devido à redução de 20% na tarifa de interconexão da rede fixa local (TU-RL) em janeiro de 2007.

Local

A receita bruta advinda do serviço local em 2008 totalizou R\$11.192 milhões (R\$11.653 milhões em 2007), o que significa um decréscimo de 4,0% em relação a 2007. Este decréscimo decorreu principalmente da queda no tráfego local, a despeito da influência positiva do reajuste de tarifas em julho de 2008. A queda no tráfego local reflete a tendência contínua de migração de tráfego da rede fixa para a rede móvel.

A receita bruta advinda do serviço local em 2007 totalizou R\$11.653,4 milhões (R\$11.898,8 milhões em 2006), o que significa um decréscimo de 2,1% em relação a 2006. Este decréscimo também decorreu da queda no tráfego em função da migração de tráfego para a rede móvel.



Assinatura

Em 2008, as receitas com assinaturas totalizaram R\$6.911,7 milhões (R\$6.979,9 milhões em 2007), apresentando uma queda de 1,0% em relação ao ano anterior. Esta variação deve-se principalmente a queda de 2,0% na quantidade de linhas fixas em serviços, compensada positivamente pelo aumento de 2,76% na tarifa de assinatura mensal, ocorrido em julho de 2008.

No ano de 2007, as receitas com assinaturas totalizaram R\$6.979,9 milhões (R\$6.660,9 milhões em 2006), com crescimento de 4,8% em relação ao ano de 2006. O relevante crescimento da adesão aos planos alternativos baseados em minutos aumentou os valores de receita de assinatura mensal, além do acréscimo de 1,83% na tarifa de assinatura mensal.

Tráfego Local

As receitas de tráfego diminuíram 22,4% em 2008 comparado a 2007 e 27,5% em 2007 comparado a 2006, principalmente devido à queda no tráfego em virtude da migração de chamadas originadas do segmento de linha fixa para o segmento de linha móvel. Adicionalmente, a migração dos acessos a internet discada para acessos via banda larga (ADSL) acentua ainda mais a queda nessa linha de receita. Clientes de banda larga (ADSL) pagam assinatura mensal ao invés de pagarem tráfego (quando usam internet discada). A base de clientes ADSL apresentou um aumento de 32,8% em 2008 (34,6% em 2007), como consequência do investimento da Emissora neste produto, o qual já totaliza 14,1% das linhas fixas em serviço (10,7% em 2007).

Serviço Fixo-Móvel – VC1

As receitas nessa categoria consistem de cobranças por chamadas locais de telefones de linha fixa para aparelhos de telefonia móvel.

Em 2008, as receitas de chamadas VC1 aumentaram principalmente devido ao reajuste de 2,76% da tarifa fixo-móvel em julho de 2008.

Em 2007, as receitas de chamadas VC1 aumentaram principalmente devido ao reajuste de 2,88% da tarifa fixo-móvel em julho de 2007, bem como pelo aumento de tráfego deste serviço.

Longa Distância

Em 2008, a receita de longa distância aumentou em 7,4% para R\$3.853,5 milhões (R\$3.587,1 milhões em 2007), principalmente devido ao maior tráfego, além do reajuste tarifário de 2,76% em julho de 2008.

Em 2007, a receita de longa distância caiu em 3,1% para R\$3.587,1 milhões em relação ao ano anterior, face ao menor tráfego, compensada em parte pelo reajuste tarifário de 1,83% em julho de 2007.

Cartões de Telefones Públicos

Em 2008, esta receita totalizou R\$655,8 milhões (R\$1.105,7 milhões em 2007), ou seja, apresentando uma queda de 40,7% no período. Esta forte queda é resultado das campanhas promocionais das operadoras móveis, oferecendo tarifas reduzidas em ligações dentro de suas redes e, inicialmente, também para a rede fixa, o que resulta em uma migração do tráfego do TUP para a rede móvel.

As receitas de uso de cartões pré-pagos para telefones públicos permaneceram praticamente estáveis em 2007, apresentando ligeira queda de 1,0% no período. Embora tenha havido um aumento na tarifa de 1,83% em julho de 2007, houve uma queda no consumo de cartões de telefones públicos.

Uso da Rede

A remuneração pelo uso da rede se refere ao valor recebido para completar as chamadas das outras operadoras de telefonia. As chamadas das operadoras de telefonia móvel na nossa região representam 66% deste tipo de receita, sendo o remanescente das operadoras de telefonia fixa (substancialmente de longa distância).



A Emissora observou que houve um aumento de 16,0% na remuneração pelo uso da rede, principalmente nas receitas referentes a ligações de telefones móveis para fixos (+129,0%) em 2008, devido basicamente ao impacto das promoções praticadas pelas operadoras móveis terminando também na fixa durante grande parte do ano.

A receita de uso da rede fixa em 2007 foi de R\$602,8 milhões, 15,7% inferior à registrada em 2006, principalmente devido à redução de 20% na tarifa de interconexão da rede fixa local (TU-RL), em janeiro de 2007, prevista no contrato de concessão.

Serviços de Dados

Em 2008, a receita de dados cresceu 18,2% em relação a 2007, passando de R\$2.879,9 milhões para R\$3.402,8 milhões. Esse crescimento pode ser justificado, basicamente, como segue: (i) aumento na receita de ADSL (Velox) de R\$1.120,7 milhões em 2007 para R\$1.391,0 milhões em 2008, acompanhando o crescimento da base de usuários do serviço de acesso a internet banda larga em 32,8%, devido ao foco contínuo da Emissora em aumentar a penetração do Velox no mercado de internet; (ii) aumento na receita de "EILD – Linhas Dedicadas" em R\$103,8 milhões; (iii) aumento de assinatura do provedor "Oi Internet" em R\$34,8 milhões, impactando positivamente as receitas no ano de 2007, quando comparadas com o ano anterior.

Em 2007, a receita de dados cresceu 14,6% em relação a 2006, passando de R\$2.512,8 milhões para R\$2.879,9 milhões. Esse crescimento pode ser justificado, basicamente, como segue: (i) aumento na receita de ADSL (Velox) de R\$915,4 milhões em 2006 para R\$1.120,7 milhões em 2007, acompanhando o crescimento da base de usuários do serviço de acesso a internet banda larga em 34,6%, devido ao foco contínuo da companhia em aumentar a penetração do Velox no mercado de internet; (ii) aumento na receita de "Serviços IP", relacionada com o projeto dos jogos Pan-Americanos Rio 2007; (iii) aumento na receita de comutação de pacotes e *frame relay* de R\$263,9 milhões em 2006 para R\$286,1 milhões em 2007, devido à migração de alguns clientes de linha dedicada; e (iii) aumento de assinatura do provedor "Oi Internet" (R\$40,0 milhões), impactando positivamente as receitas no ano de 2007, quando comparadas com o ano anterior.

Telefonia Móvel

A receita de telefonia móvel em dezembro de 2008 foi de R\$6.400,9 milhões, 44,3% superior à registrada no mesmo período de 2007, quando atingiu R\$4.436,4 milhões. Cabe mencionar que o saldo acumulado de 2008 contempla R\$309,8 milhões de receitas provenientes da consolidação da TNCP. Esse aumento decorreu principalmente da expansão da base de clientes no ano, que em 31 de dezembro de 2008 contempla 24,4 milhões de clientes (16,0 milhões em 31 de dezembro de 2007). Os principais fatores que influenciaram o desempenho da receita de telefonia móvel são: (i) Maiores receitas com chamadas originadas impulsionados pela campanha "Oi Ligadores" no segmento de clientes pré-pagos; (ii) Maiores receitas com assinaturas em decorrência do crescimento da base média de usuários do segmento pós-pago, especialmente clientes dos planos "Oi Conta Total"; compensado parcialmente pela redução das receitas de revenda de aparelhos, focando apenas na venda do chip *sim card alone*, dando continuidade à campanha de redução de custo de aquisição de clientes.

A receita de telefonia móvel em dezembro de 2007 foi de R\$4.436,4 milhões, 27,7% superior à registrada no mesmo período de 2006, quando atingiu R\$3.474,3 milhões. Esse aumento decorreu principalmente da expansão da base de clientes no ano (+ 2.906 mil), compensado parcialmente pela redução das receitas de revenda de aparelhos, focando apenas na venda do chip *sim card alone*, dando continuidade à campanha de redução de custo de aquisição de clientes. Cabe ainda destacar os planos convergentes destinados a clientes de alto valor "Oi conta total", que impulsionaram o crescimento da base de usuários do segmento pós-pago. Já a campanha "Oi Ligadores", iniciada em julho de 2007, reforçou o ritmo de expansão de usuários pré-pago. Ressalta-se, ainda, que a migração de clientes antigos para a base de "Oi Ligadores" contribuiu para o aumento da receita de "dados/valor adicionado" em função da cobrança da tarifa de adesão ao plano.



Comparação de Custos e Despesas Operacionais 2006, 2007 e 2008

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						%	%
	2008		(2007)		(2006)		Variação	Variação
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	2008/2007	2007/2006
(em milhões de R\$, exceto porcentagens)								
Interconexão	3.371,1	35,1	3.331,7	36,0	2.792,3	29,8	1,2	19,3
Depreciação/Amortização	2.469,7	25,7	2.268,8	24,5	2.761,7	29,5	8,9	(17,8)
Demais custos e despesas operacionais	3.759,6	39,2	3.646,9	39,4	3.805,9	40,7	3,1	(4,2)
Pessoal	289,2	3,0	252,9	2,7	192,1	2,1	14,4	31,7
Materiais	256,7	2,7	279,6	3,0	288,4	3,1	(8,2)	(3,1)
Custos com aparelhos e acessórios	195,5	2,0	262,1	2,8	578,4	6,2	(25,4)	(54,7)
Serviços de terceiros	381,5	4,0	446,7	4,8	348,2	3,7	(14,6)	28,3
Aluguéis e seguros	705,9	7,4	653,5	7,1	598,8	6,4	8,0	9,1
Outros custos e despesas	1.930,8	20,1	1.752,1	18,9	1.800,0	19,2	10,2	(2,7)
Total	9.600,4	100,0	9.247,4	100,0	9.359,9	100,0	3,8	(1,2)

Em 2008, os custos dos serviços prestados aumentaram 3,8% em relação a 2007, principalmente devido ao aumento com despesas de depreciação (+R\$200,8 milhões) ocasionados por maiores investimentos realizados para a ampliação da rede e infra-estrutura da planta de dados no final de 2007, além do impacto da ativação de bens provenientes de contratos de arrendamento mercantil financeiro conforme regulamentação contábil vigente, compensados parcialmente pela queda de custos com aparelhos e acessórios (-R\$66,6 milhões), pela contínua estratégia da "Oi" na venda apenas do "sim card alone", como foi dito anteriormente; pela queda com custos relacionados aos serviços de terceiros (-R\$65,2 milhões), basicamente em função da queda de R\$64,2 milhões na linha de despesas com *reembolso oferta premium* no segmento de linha móvel.

Em 2007, os custos dos serviços prestados diminuíram 1,2% em relação a 2006, principalmente devido à queda de 54,7% nos custos com aparelhos e acessórios, pela contínua estratégia da "Oi" na venda apenas do "sim card alone", como foi dito anteriormente, e também pela queda na linha de depreciação, devido à diminuição nos montantes de depreciação acumulada relacionados aos equipamentos utilizados no segmento fixo, que estão sendo totalmente depreciados. Estas quedas estão sendo parcialmente compensadas pelos aumentos nos custos com interconexão pela sistemática do *full billing*, que se de um lado impactou a receita, também contribuiu para o aumento dos custos, além do aumento na linha de pessoal, em virtude da primeirização de serviços de manutenção de planta e aumento na linha de aluguéis e seguros.

Interconexão

Os custos com interconexão, que correspondem aos valores pagos a outras operadoras de telefonia fixa e móveis (substancialmente móveis) para completarem chamadas, totalizaram R\$3.371,1 milhões em 2008, sendo responsável por 35,1% dos custos dos serviços prestados. Esses custos permaneceram praticamente estáveis em relação aos custos com interconexão registrados em 2007, com um ligeiro crescimento de 1,2%.

Os custos com interconexão totalizaram R\$3.331,7 milhões em 2007, sendo responsável por 36,0% dos custos dos serviços prestados. Esses custos apresentaram um aumento de 19,3% em relação aos custos com interconexão registrados em 2006. Esse aumento está associado principalmente ao sistema *full billing* entre as operadoras de telefonia móvel. Por este novo sistema, as operadoras pagam pelo total de tráfego sainte (completado em outra operadora) e recebem pelo total de tráfego entrante (originado em outra operadora). O sistema antigo previa o encontro de contas entre as operadoras, com o pagamento/recebimento feito pelo tráfego líquido.



Depreciação/Amortização

Os custos com depreciação em 2008 aumentaram 8,9% em relação a 2007, passando de R\$2,268,8 milhões para R\$2,469,7 milhões. Esta variação positiva ocorreu principalmente em função de: (i) maiores investimentos realizados para a ampliação da rede e infra-estrutura da planta no final de 2007; (ii) acréscimo de depreciação gerado pelo início das operações em São Paulo e por maiores investimentos realizados em voz e dados na Região I; (iii) maior amortização devido às aquisições de licenças 2G no final do ano de 2007 e em Setembro de 2008 e 3G em Abril de 2008; (iv) Consolidação da empresa TNCP em Abril de 2008. Ressalta-se também o acréscimo de R\$11 milhões no quarto trimestre de 2008, relativo à ativação de bens provenientes de contratos de arrendamento mercantil financeiro de acordo com a regulamentação contábil vigente (Lei 11.638).

Em 2007 os custos com depreciação foram reduzidos em 17,8% em relação a 2006, passando de R\$2.761,7 milhões para R\$2.268,8 milhões. A queda na depreciação em 2007 ocorreu devido ao aumento do montante de equipamentos de telefonia fixa que se tornaram totalmente depreciados. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento na depreciação no segmento de telefonia móvel, que ainda investe mais do que seu nível de depreciação. Em 2007, a Oi investiu no seu imobilizado referente à rede móvel, cerca de R\$568 milhões.

Pessoal

Em 2008, estes custos aumentaram 14,3%, de R\$252,9 milhões para R\$289,2 milhões. Esta variação ocorreu principalmente em função do aumento do quadro de pessoal, passando de 9.765 colaboradores em 31 de dezembro de 2007 para 10.882 colaboradores em 31 de dezembro de 2008, principalmente devido à inclusão de 317 colaboradores provenientes da consolidação da TNCP, adicionado às contratações realizadas para o lançamento da operação móvel em São Paulo. Além disso, estes custos foram impactados pelo reajuste salarial conforme acordo coletivo ocorrido no final do ano de 2007.

Em 2007, esses custos aumentaram 31,7%, passando de R\$192,1 milhões em 2006 para R\$252,9 milhões em 2007. Esse aumento ocorreu em função da primeirização de serviços relacionados ao Centro de Gerenciamento de Rede (CGR), e ao início das operações da nova subsidiária da EMISSORA, a "SEREDE", que impactou na contratação de novos colaboradores. Adicionalmente, estes custos foram impactados pelo reajuste salarial conforme acordo coletivo ocorrido no final do ano de 2006. O quadro de colaboradores da Emissora em 2007 foi de 9.765 (7.623 em 2006).

Materiais

Em 2008, os custos com materiais foram 8,2% inferiores aos registrados em 2007, tendo passado de R\$279,7 milhões em 2007 para R\$256,7 milhões em 2008. Esta queda ocorreu basicamente no segmento fixo, principalmente devido à redução dos custos com materiais relacionados aos cartões indutivos utilizados nos TUP's, devido à queda nas vendas deste produto, conforme explicado anteriormente, parcialmente compensado pelo aumento do volume de materiais relacionados ao produto Oi Velox no segmento de linha fixa e também parcialmente compensado pelo aumento do volume de materiais relacionados ao produto "mini-modem" no segmento de linha móvel.

O mesmo ocorreu em 2007, quando a queda foi de 3,0%, em relação ao ano de 2006, tendo passado de R\$288,4 milhões em 2006 para R\$279,7 milhões em 2007. Esta leve queda ocorreu basicamente no segmento fixo, principalmente devido à redução dos custos com materiais e combustível usados na planta, parcialmente compensado pelo aumento do volume de materiais relacionados ao produto Oi Velox.

Custos com aparelhos e acessórios

Em 2008, os custos com aparelhos e acessórios foram 25,4% inferiores aos registrados em 2007, tendo passado de R\$262,1 milhões em 2007 para R\$195,5 milhões em 2008. Esta queda ocorreu devido à estratégia da companhia de vender somente os chips avulsos no segmento pré-pago visando menos custo de aquisição de clientes.



O mesmo ocorreu em 2007, quando a queda foi de 54,7%, em relação ao ano de 2006, tendo passado de R\$578,4 milhões em 2006 para R\$262,1 milhões em 2007. Esta variação decorre da estratégia de venda do “sim card alone” para o segmento pré-pago. A partir desta estratégia de eliminação do subsídio de aparelhos pré-pagos houve substancial redução do custo de aquisição de clientes deste segmento. Parte desta variação decorre também do estorno da provisão de obsolescência do estoque, no valor de R\$55 milhões, em função do incêndio ocorrido no centro de distribuição do Rio de Janeiro.

Serviços de terceiros

Em 2008, os custos com serviços de terceiros foram 14,6% inferiores aos registrados em 2007, tendo passado de R\$446,7 milhões em 2007 para R\$381,5 milhões em 2008. Esta queda ocorreu basicamente devido à queda custo de emissão de listas, despesas com viagens e aos custos com *price protection*.

Em 2007, os custos com serviços de terceiros foram 28,3% superiores aos registrados em 2006, tendo passado de R\$348,2 milhões em 2006 para R\$446,7 milhões em 2007. Este aumento ocorreu, basicamente, devido a maiores gastos com energia elétrica devido ao reajuste de tarifas e ao aumento da planta, despesas de comissionamento e agenciamento de vendas devido às ofertas de clientes pós-pagos de alto valor, frete de cargas e processamento de dados.

Aluguéis e Seguros

Emissora e Oi têm contratos de aluguel relacionados, onde Emissora presta serviços de EILD (Exploração Industrial de Linhas Dedicadas) para a Oi, e a Oi presta serviços de tecnologia WLL (*Wireless Local Loop*) para a Emissora. Estes custos são eliminados na consolidação.

Em 2008, os custos consolidados com aluguéis e seguros aumentaram principalmente devido à maiores custos relacionados com EILD (Exploração Industrial de Linhas Dedicadas), aluguéis de postes, aluguel de espaço físico, aluguel de torres com empresas não associadas, satélites e veículos, refletindo maiores gastos decorrentes do início das operações da Oi móvel no Estado de São Paulo e decorrentes da aquisição da Amazônia Celular, parcialmente compensado por menores gastos com aluguel direito de passagem, seguros e arrendamento mercantil quando da adequação à Lei 11.638.

Em 2007, os custos consolidados com aluguéis e seguros aumentaram principalmente devido à expansão da planta de internet e do produto "Velox", assim como maiores custos relacionados com EILD (Exploração Industrial de Linhas Dedicadas), aluguéis de torres com empresas não associadas e aluguel de circuitos. Adicionalmente, a despesa do ano de 2007 está reduzida por um ajuste no valor de R\$5,2 milhões, referente à reversão da despesa de leasing operacional, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Comparação de Despesas de Comercialização, Gerais e Administrativas em 2006, 2007 e 2008

	Despesas de Comercialização em			% Variação	% Variação
	2008	2007	2006	2008/2007	2007/2006
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Depreciação	29,7	33,6	48,2	(11,6)	(30,3)
Demais custos e despesas operacionais	3.501,9	2.655,3	2.540,8	31,9	4,5
Pessoal	203,4	166,9	181,4	21,9	(8,0)
Materiais	11,1	3,1	5,8	258,1	(46,6)
Serviços de terceiros	1.931,5	1.487,9	1.534,4	29,8	(3,0)
Publicidade e propaganda	487,9	298,3	308,1	63,6	(3,2)
Aluguéis e seguros	1,9	0,7	1,8	171,4	(61,1)
PDD	797,5	649,5	474,5	22,8	36,9
Outras despesas (receitas) líquidas	68,6	48,9	34,8	40,8	40,6
Total	3.531,6	2.688,9	2.589,0	31,3	3,9



	Despesas Gerais e Administrativas em			% Variação	% Variação
	2008	2007	2006	2008/2007	2007/2006
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Depreciação	212,2	176,3	199,3	20,4	(11,5)
Demais custos e despesas operacionais	1.369,4	1.015,9	958,4	34,8	6,0
Pessoal	335,8	265,1	258,2	26,7	2,7
Materiais	12,6	11,8	10,6	6,8	11,3
Serviços de terceiros	861,5	641,0	578,7	34,4	10,8
Aluguéis e seguros	125,1	85,4	99,2	46,5	(13,9)
Outras despesas (receitas) líquidas	34,4	12,5	12,7	175,2	(1,6)
Total	1.581,6	1.192,1	1.158,6	32,7	2,9

Em termos globais, as despesas com comercialização, gerais e administrativas aumentaram cerca de 31,7% em 2008 quando comparadas a 2007, passando de R\$3.881,0 milhões para R\$5.113,2 milhões. Foram observados aumentos nas despesas de comercialização, principalmente na linha de provisão para devedores duvidosos, e aumentos com serviços de terceiros em ambos os grupos de despesas, que foram parcialmente compensados por leve queda nas despesas comerciais na linha de depreciação.

Os principais fatores que ocasionaram o aumento nas despesas com comercialização em 2008 foram as despesas com serviços de terceiros, tais como: comissões sobre vendas, devido principalmente, ao aumento de vendas do “Oi Velox”, do “Oi Móvel” e especialmente do “Oi Conta Total”, despesas com *call center*, devido principalmente ao reajuste de 8,7% ocorrido em julho de 2008, pelos serviços prestados pela Contax, além de maiores gastos de *call center* empreendidos com os produtos: Velox, Projeto 190, Pré-Pago, Oi Ligador, PAGGO, e relacionados a aquisição da Amazônia Celular e lançamento da operação móvel na Região III. Adicionalmente maiores gastos com despesas com provisão para devedores duvidosos, que reflete, principalmente, a estratégia da Oi na implementação da política de crédito mais flexível para os segmentos de usuários de telefonia fixa de baixa renda implementada desde 2006.

Em termos globais, as despesas com comercialização, gerais e administrativas permaneceram praticamente estáveis em 2007 quando comparadas a 2006, passando de R\$3.747,6 milhões para R\$3.881,0 milhões. Foram observados aumentos nas despesas de comercialização e gerais e administrativas com provisão para devedores duvidosos, principalmente como reflexo da política de crédito mais flexível acima citada, e serviços de terceiros, que foram parcialmente compensados pela queda nas despesas com aluguéis e seguros e outras despesas líquidas.

Os principais fatores que ocasionaram o aumento nas despesas com comercialização em 2007 foram as despesas com comissões sobre vendas e despesas com pessoal. Esse aumento ocorreu devido, basicamente, ao aumento nas despesas com provisão para devedores duvidosos, que reflete, principalmente, a estratégia da Oi na implementação da política de crédito mais flexível para os segmentos de usuários de telefonia fixa de baixa renda, e também pelo aumento da base de clientes do produto “Velox” no segmento de linha fixa. Este aumento foi compensado parcialmente pelas comissões sobre vendas que apresentaram uma queda no segmento de telefonia móvel devido à diminuição no volume de ativações nos planos pós pagos da Oi, e a diminuição com as despesas com pessoal, devido a redução do *headcount* baseada na reestruturação do setor de vendas desde setembro de 2006.

Adicionalmente, as despesas gerais e administrativas do ano de 2007 estão reduzidas por um ajuste no valor de R\$3,0 milhões na linha de alugueis e seguros, referente à reversão da despesa de leasing operacional, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

No final do ano de 2008, a empresa contava com 10.882 colaboradores diretos e no final de 2007 com 9.765 colaboradores diretos.

	Empregados em			% Variação	% Variação
	2008	2007	2006	2008/2007	2007/2006
TMAR / TNL	8.180	7.663	6.648	6,7	15,3
Serede	1.411	1.160	-	21,6	n/d
Oi	954	935	975	2,0	(4,1)
Demais empresas	337	7	-	4.714,3	n/a
Total	10.882	9.765	7.623	11,4	28,1



Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	2008	2007	2006	% Variação	% Variação
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			2008/2007	2007/2006
Outras receitas operacionais					
Aluguéis de infra-estrutura (i)	226,2	210,8	198,2	7,3	6,4
Multas aplicadas sobre contas vencidas	201,9	179,4	169,4	12,5	5,9
Despesas recuperadas(ii)	245,4	91,2	34,4	169,1	165,1
Serviços técnicos e administrativos	45,0	44,8	42,9	0,4	4,4
Bonificações obtidas	1,8	9,6	63,5	(81,3)	(84,9)
Amortização do deságio na aquisição da AIX	6,5	6,5	6,5	-	-
Outras receitas	95,7	98,2	26,5	(2,5)	270,6
	822,5	640,5	541,4	28,4	18,3
Outras despesas operacionais					
Tributos (iii)	(422,4)	(390,4)	(382,9)	8,2	2,0
Pagamento de quitação de litígios (iv)	(315,0)	-	-	n/a	-
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	(246,6)	(309,8)	(620,7)	(20,4)	(50,1)
Participação dos empregados no resultado	(138,2)	(84,4)	(53,0)	63,7	59,2
Amortização de ágio na aquisição da Pegasus	-	(84,1)	(84,1)	n/a	-
Amortização de ágio na aquisição da Oi	(53,1)	(53,1)	(53,1)	-	-
Amortização do diferido	(67,8)	(65,5)	(65,5)	3,5	-
Perda líquida de incêndio (v)	-	(53,4)	-	n/a	n/a
Descontos concedidos	(31,3)	(43,3)	(37,1)	(27,7)	16,7
Despesas com multas	(13,3)	(11,2)	(7,6)	18,8	47,4
Outras despesas	(227,1)	(121,7)	(56,7)	86,6	114,6
	(1.514,8)	(1.216,9)	(1.360,7)	24,5	(10,6)
	(692,3)	(576,4)	(819,3)	20,1	(29,6)

(i) Refere-se ao aluguel cobrado dos provedores de telefonia móvel pela utilização dos prédios e infra-estrutura da Emissora e da Oi para a instalação de ERB - Estação de Rádio-Base.

(ii) Refere-se a recuperação de despesas tributárias. A variação de 169,1% em 2008 e de 165,1% em 2007 refere-se, basicamente, a recuperação de despesas tributárias.

(iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Emissora e suas controlada Oi registraram R\$ 251.014 (2007 - R\$ 238.561) referentes ao FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações e FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações Brasileiras.

(iv) Em 25 de abril de 2008, foi veiculado em Fato Relevante a assinatura do contrato de compra e venda de ações cujo objeto foi a aquisição do controle da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da Brasil Telecom S.A. ("BrT").

A Oi incorreu em despesas relacionadas com a contratação de assessores jurídicos e financeiros, proporcionais a magnitude da operação. Além dessas despesas a Oi suportou o pagamento de R\$ 315.000, necessário ao encerramento dos litígios envolvendo a BrT Part e a BrT.

(v) Refere-se ao valor da baixa do estoque da Oi, devido ao incêndio ocorrido no CD - Centro de Distribuição do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 2007, incluídos os impostos e a indenização do seguro.

Adicionalmente, as outras receitas operacionais de 2007 estão acrescidas por um ajuste no valor de R\$30,8 milhões referente à reclassificação do resultado não operacional; e as outras despesas operacionais de 2007 estão acrescidas por um ajuste no valor de R\$39.514 milhões referentes à contabilização da despesa de *stock option*. Ambos os ajustes ocorreram em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.



EBITDA

O EBITDA* não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelo US GAAP, não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. EBITDA não tem um significado padrão e o cálculo de EBITDA da Emissora não pode ser comparado ao EBITDA ou ao EBITDA Ajustado de outras sociedades. Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o US GAAP, a administração da Emissora utiliza o EBITDA para medir o desempenho operacional desta. Além disso, determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa. A Emissora calcula o EBITDA como sendo o lucro ou prejuízo líquido relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

	2008	2007	2006	2008/2007	2007/2006
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
EBITDA	6.109	6.530	6.150	(6,4)	6,2
Margem EBITDA	32,7%	37,2%	36,4%	n/a	n/a
Receita Operacional Líquida	18.665	17.572	16.872	(6,2)	(4,1)

*Informação gerencial.

O EBITDA apresentou redução de 6,4% em relação a 2007 devido a eventos não recorrentes negativos registrados no ano de 2008 (R\$383 milhões), enquanto que no ano anterior estes eventos geraram um impacto positivo de R\$169 milhões. Desconsiderando estes efeitos não recorrentes, o EBITDA recorrente de 2008 teria apresentado crescimento de R\$119 milhões, ou 1,8% em relação ao registrado em 2007, com margem de 34,8% (36,3% em 2007).

O EBITDA em 2007 foi de R\$6.530 milhões, com margem de 37,2% representando crescimento de 6,2%. Considerando os ajustes não recorrentes do ano a margem teria sido de 36,3%, o que representa uma estabilização da margem EBITDA consolidada. Destaque para o desempenho positivo dos serviços de comunicação de dados (Oi Velox) e principalmente do serviço de telefonia móvel (Oi Móvel), que alcançou 27,5% da margem EBITDA em 2007.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido de 2008 aumentou em R\$1.034 milhões, com saldo negativo de R\$1.339 milhões, sendo R\$1.284 milhões em receitas e R\$2.622 milhões em despesas. Em 2008, a despesa financeira líquida foi 339,0% superior à de 2007, devido ao fato das despesas financeiras terem aumentado em maior proporção que as receitas financeiras. As receitas aumentaram principalmente em função do maior volume médio das disponibilidades aplicadas no mercado financeiro. As despesas financeiras também aumentaram, com maiores juros sobre empréstimos e financiamentos, refletindo, além de um novo patamar de dívida, o maior custo de captação observado no período e o resultado cambial negativo sobre a parcela da dívida não hedgeada, em função da desvalorização do Real frente ao Dólar americano (-22,1%) e ao Iene japonês (-43,5%). Além disso, as despesas financeiras do ano de 2007 refletem um acréscimo no valor de R\$8.5 milhões referente a (i) despesa financeira do leasing operacional contabilizado no passivo e (ii) ajuste de valor a mercado de derivativos, ambos em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.



Endividamento Telemar Norte Leste S.A.

	2008	2007	2006
	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Dívida CP	3.701.885	1.414.307	1.725.456
Dívida LP	17.471.500	6.534.250	5.969.466
Dívida Total	21.173.385	7.948.557	7.694.922
Caixa	8.605.915	2.888.527	3.999.125
Dívida Líquida	12.567.470	5.060.030	3.695.797
Dívida CP (%)	17	18	22
Dívida LP (%)	83	82	78

Lucro Líquido do Exercício

Em 2008, a Telemar Norte Leste Consolidado registrou um lucro líquido de R\$1.521 milhões, tendo registrado um lucro de R\$2.889 milhões em 2007 e de R\$1.615 milhões em 2006. As principais razões que afetaram o lucro líquido, em relação ao ano anterior, foram decorrentes das variações nas principais linhas de receitas e dos custos e despesas operacionais que impactaram o EBITDA. Conforme comentado anteriormente, associados aos efeitos não recorrentes negativos com a aquisição da BrT, maiores despesas financeiras líquidas, principalmente em razão do aumento do volume da dívida contratada, conjugada com o impacto da desvalorização do real sobre a parcela da dívida não hedgeada, e pelo aumento da taxa de juros no mercado brasileiro.

Em 2007, os fatores que mais contribuíram para a expansão do lucro líquido foram: EBITDA maior, redução das despesas de depreciação e amortizações e despesa financeira líquida menor. Tais contribuições ao resultado de 2007 foram parcialmente compensadas por maiores despesas de IR/CS.

Adicionalmente, em 2007, o lucro líquido do período reflete um acréscimo líquido no valor de R\$197,4 milhões, principalmente devido ao acréscimo de R\$246,6 milhões referentes à contabilização do lucro da exploração, parcialmente compensado com a redução em R\$49,6 milhões referentes a: (i) contabilização do leasing operacional como ativo imobilizado com contrapartida no passivo; (ii) ajuste de valor a mercado de derivativos e (iii) ajuste de *stock option*, conforme explicados acima. Estes ajustes ocorreram virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

DISCUSSÃO E ANÁLISE SOBRE AS ESTRUTURAS PATRIMONIAIS DA EMISSORA

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Telemar Norte Leste S.A. e de suas controladas. A discussão a seguir deve ser lida em conjunto com essas demonstrações financeiras e com a seção “Apresentação das Informações Financeiras”, na página 86 deste Prospecto.

Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 – Telemar Norte Leste S.A. (Consolidado)

Em consonância com a Lei nº 11.638/2007, a MP nº 449/2008 e normas emitidas pela CVM, a Emissora e suas controladas declaram, explicitamente e sem ressalvas, que, na adoção inicial da referida Lei, optaram por data de transição o dia 1º de janeiro de 2007. Os ajustes iniciais decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/2007 e da MP nº 449/2008 relativos à data de transição foram registrados na conta de lucros acumulados, conforme determinação do parágrafo 1º do artigo 186 da Lei nº 6.404/1976.



Em 31 de dezembro de								
	2008	%	2007	%	2006	%	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
(em milhões de R\$)								
Balanco Patrimonial Ativo								
Ativo Total	40.086,20	100,0	29.274,50	100,0	26.416,60	100,0	36,9	10,8
Ativo Circulante	16.284,00	40,6	11.706,40	40,0	9.327,90	35,3	39,1	25,5
Caixa e equivalentes de caixa	8.605,90	21,5	2.888,50	9,9	3.999,10	15,1	197,9	(27,8)
Aplicações financeiras	1.238,00	3,1	3.191,80	10,9	-	-	(61,2)	n/a
Contas a receber	3.897,20	9,7	3.277,70	11,2	3.808,10	14,4	18,9	(13,9)
Impostos diferidos e a recuperar	1.543,10	3,87	1.730,50	5,9	813,8	3,1	(10,8)	112,6
Despesas antecipadas	592,7	1,5	340,6	1,2	333,3	1,3	74,0	2,2
Outros	407,1	1,0	277,3	0,9	373,6	1,4	46,8	(25,8)
Ativo não circulante	23.802,20	59,4	17.568,10	60,0	17.088,70	64,7	35,5	2,8
Impostos diferidos e a recuperar	2.211,00	5,5	2.011,50	6,9	1.955,50	7,4	9,9	2,9
Depósitos judiciais	1.407,90	3,5	1.199,60	4,1	993,2	3,8	17,4	20,8
Empréstimos a controladas	450,2	1,1	195,4	0,7	12,1	-	130,4	1.514,9
Despesas antecipadas	437,4	1,1	382,9	1,3	128,7	0,5	14,2	197,5
Outros	136,3	0,3	143,7	0,5	197	0,7	(5,1)	(27,1)
Investimentos	3.312,60	8,3	35,3	0,1	407,2	1,5	9.284,1	(91,3)
Imobilizado	12.831,30	32,0	11.790,30	40,3	11.728,90	44,4	8,8	0,5
Intangível	2.682,30	6,7	1.512,80	5,2	1.306,10	4,9	77,3	15,8
Diferido	333,2	0,8	296,6	1,0	360	1,4	12,3	(17,6)
Balanco Patrimonial Passivo								
Passivo Total	40.086,20	100,0	29.274,50	100,0	26.416,60	100,0	36,9	10,8
Passivo Circulante	9.153,50	22,8	6.194,20	21,2	5.629,70	21,3	47,8	10,0
Empréstimos e financiamentos	3.603,60	9,0	1.338,10	4,6	1.632,60	6,2	169,3	(18,0)
Debêntures	98,3	0,2	76,2	0,3	92,9	0,4	29,0	(18,0)
Fornecedores	2.015,20	5,0	1.770,00	6,0	1.964,90	7,4	13,9	(9,9)
Impostos, taxas e contribuições	1.099,50	2,7	1.455,60	5,0	917,3	3,5	(24,5)	58,7
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.529,90	3,8	1.042,80	3,6	708,6	2,7	46,7	47,2
Outros	807	2,0	511,5	1,7	313,4	1,2	57,8	63,2
Passivo Exigível a Longo Prazo	20.923,10	52,2	9.292,00	31,7	8.845,20	33,5	125,2	5,1
Empréstimos e financiamentos	13.766,20	34,3	4.363,20	14,9	3.809,50	14,4	215,5	14,5
Debêntures	3.705,30	9,2	2.171,10	7,4	2.160,00	8,2	70,7	0,5
Provisões	1.962,40	4,9	1.943,70	6,6	2.152,40	8,1	1,0	(9,7)
Impostos, taxas e contribuições	488,6	1,2	614,7	2,1	683,3	2,6	(20,5)	(10,0)
Autorizações a pagar	904,1	2,3	126,5	0,4	-	-	614,7	n/a
Outros	96,5	0,2	72,8	0,2	40	0,2	32,6	82,0
Participações Minoritárias	25,4	0,1	-	-	-	-	n/a	-
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	-	12,9	-	-	n/a
Patrimônio Líquido	9.984,20	24,9	13.788,30	47,1	11.928,80	45,2	(27,6)	15,6



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Em 31 de dezembro de 2008 comparado com 31 de dezembro de 2007

Ativo

Ativo Circulante

Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras

A conta de Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras possui saldo de R\$9.843,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$3.763,6 milhões em relação ao mesmo período de 2007. As razões principais desse acréscimo foram novas captações no valor de R\$11.498,3 milhões, com o objetivo principal de aquisição do controle da Brasil Telecom em janeiro de 2009 pelo valor de R\$5.371,1 milhões, parcialmente compensado pela amortização dos empréstimos e financiamentos de curto prazo no valor de R\$1.728,2 milhões.

Contas a receber

O contas a receber possui saldo de R\$3.897,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$619,5 milhões em relação ao mesmo período em 2007. A razão principal dessa variação foi um acréscimo nas contas de serviços faturados no valor de R\$426,7 milhões, um acréscimo nas vendas de aparelhos e acessórios no valor de R\$191,5 milhões, um acréscimo nas contas a faturar no valor de R\$54,2 milhões, e um aumento na provisão para devedores duvidosos no valor de R\$53,0 milhões.

Impostos diferidos e a recuperar

A conta impostos diferidos e a recuperar possuía saldo de R\$1.543,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um decréscimo de R\$187,4 milhões em relação ao mesmo período de 2007. Esta variação é composta por um decréscimo de R\$313,0 milhões no IR/CS a recuperar e de R\$25,5 milhões no IR/CS sobre adições temporárias, parcialmente compensado por um acréscimo de R\$31,6 milhões no ICMS a recuperar, de R\$87,8 milhões nos impostos retidos na fonte e de R\$11,3 milhões de IR/CS sobre prejuízos fiscais.

Despesas antecipadas

A conta de despesas antecipadas possuía saldo de R\$592,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$252,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007, principalmente devido ao aumento no valor de R\$75,5 milhões nos subsídios de aparelhos celulares e um aumento no valor de R\$103,4 milhões na taxa FISTEL.

Outros

A conta outros possuía saldo de R\$407,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$129,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Este aumento é principalmente composto pelo acréscimo de R\$27,3 milhões referentes a adiantamentos a empregados, acréscimo de R\$32,7 milhões referentes a adiantamentos a fornecedores, aumento de R\$21,2 milhões referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio e o aumento de R\$30,4 milhões nos estoques.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Impostos diferidos e a recuperar

A conta impostos diferidos e a recuperar possuía saldo de R\$2.211,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$199,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Este acréscimo é substancialmente devido a um aumento de R\$85,7 milhões no ICMS a recuperar e um aumento de R\$108,1 milhões no IR/CS sobre adições temporárias.



Despesas antecipadas

A conta de despesas antecipadas possuía saldo de R\$437,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$54,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Tal acréscimo deveu-se principalmente ao aumento de R\$ 117,9 milhões nos encargos financeiros relacionados aos empréstimos, o que foi parcialmente compensado pela redução de R\$33,8 milhões no aporte feito para a Fundação Atlântico de Seguridade Social.

Depósitos Judiciais

A conta de depósitos e bloqueios judiciais possuía saldo de R\$1.407,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$208,3 milhões em relação ao mesmo período em 2007. Tal acréscimo deveu-se aos aumentos nos depósitos cíveis no valor de R\$61,4 milhões, ao nos depósitos tributários no valor de R\$168,7 milhões e o nos bloqueios judiciais, no valor de R\$25,4 milhões. Esse acréscimo foi parcialmente compensado pela redução nos depósitos trabalhistas, no valor de R\$47,3 milhões.

Empréstimos a controladas

A conta de empréstimos a controladas possuía saldo de R\$450,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$254,8 milhões em relação ao mesmo período em 2007. Tal acréscimo deveu-se, principalmente aos aumentos de R\$261 milhões nos empréstimos para a TNL e de R\$158 milhões para a Paggo.

Outros

A conta outros possuía saldo de R\$136,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um decréscimo de R\$7,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007, permanecendo praticamente estável em relação a este ano.

Ativo permanente

Investimentos

O saldo da conta de investimentos era de R\$3.312,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$3.277,3 milhões em relação ao mesmo período em 2007. A razão principal desse acréscimo foram as sucessivas aquisições das ações preferenciais da BrT Part e BrT ao longo do ano de 2008 no valor líquido de R\$3.270,5 milhões. Como resultado dessas aquisições, a Emissora passou a deter, indiretamente por meio da Copart 1 e Copart 2, 58.956.665 ações preferenciais da BrT e 76.645.842 ações preferenciais da BrT Part, representativas de 18,9% do total das ações preferenciais e de 10,5% do capital social da BrT e de 33,3% do total de ações preferenciais e de 21,11% do capital social da BrT Part, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2008, as controladas Copart 1 e Copart 2 não possuíam influência significativa sobre os investimentos detidos na BrT Part e BrT, respectivamente.

Imobilizado

O ativo imobilizado líquido possuía saldo de R\$12.831,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$1.041,0 milhões em relação ao mesmo período em 2007. O principal fator que ocasionou esta variação foram novas aquisições no valor de R\$3.869,2 milhões, parcialmente compensado pela depreciação e amortização, no valor de R\$2.571,6 milhões.

Intangível

O ativo intangível líquido possuía saldo de R\$2.682,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$1.169,5 milhões em relação ao mesmo período em 2007. A variação ocorreu devido basicamente à aquisição do controle da TNCP e da TMAC. Em ambos os casos, o ágio está fundamentado pelo laudo de avaliação emitido por empresa especializada, com base na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, período pelo qual o referido ágio foi amortizado no decorrer de 2008.



Os acionistas da TNCP detentores de ações preferenciais (inclusive de ADRs), tiveram a prerrogativa de vender suas ações em a oferta pública voluntária feita pela Emissora no período de agosto a dezembro de 2008. Nesse período, a Emissora adquiriu 195.365 ações preferenciais e passou a deter 98,5% do total das ações preferenciais e 61,9% do capital social da TNCP.

Para a TMAC, o prazo para o exercício da prerrogativa de venda das ações PN iniciou-se em outubro de 2008 e terminou em janeiro de 2009. Neste período a Emissora adquiriu 50.777 ações preferenciais. Devido às aquisições feitas por meio da OPA e às aquisições decorrentes do direito de venda, a Emissora passou a deter 3.345.956 ações preferenciais, correspondentes a 92,5% do total de ações preferenciais e 92,8% do capital social da Amazônia.

Diferido

O ativo diferido possuía saldo de R\$333,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$36,6 milhões em relação ao mesmo período de 2007. A variação ocorreu devido a novos valores diferidos da Oi no valor de R\$ 112,5 milhões, parcialmente compensado pela amortização do saldo com base em estudos de viabilidade econômica elaborados por terceiros. O prazo médio de amortização é estimado em dez anos para a Oi Internet e Oi, e cinco anos para a Paggo.

Passivo

Passivo circulante

Empréstimos e Financiamentos

A dívida da Emissora possuía saldo de R\$3.603,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$2.265,5 milhões em relação ao mesmo período em 2007. O aumento do passivo circulante decorre substancialmente da emissão, em dezembro de 2008, de R\$2.000,0 milhões em notas promissórias com o intuito de adquirir o controle da Brasil Telecom. A operação foi contratada por um prazo de um ano ao custo de CDI + 3,0% a.a.. O resto do acréscimo ocorreu devido à transferência de passivo exigível de longo prazo para curto prazo, parcialmente compensado pela amortização do saldo da dívida de curto prazo, inclusive pagamentos de encargos financeiros oriundos da dívida do passivo circulante.

Debêntures

A conta debêntures possuía saldo de R\$98,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$22,1 milhões em relação ao mesmo período de 2007. Esta variação ocorreu devido aos novos encargos financeiros do período, parcialmente compensado pelo pagamento do saldo de encargos financeiros.

Fornecedores

A conta de fornecedores possuía saldo de R\$2.015,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$245,2 milhões em relação ao mesmo período de 2007. A principal variação deveu-se ao aumento no fornecimento e instalação de equipamentos para a manutenção, expansão e serviço da rede e postes.

Impostos, taxas e contribuições

Os impostos, taxas e contribuições consideram também os saldos de impostos parcelados – REFIS II. A conta Impostos, taxas e contribuições, exceto REFIS II, possuía saldo de R\$972,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um decréscimo de R\$363,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. A principal razão para tal decréscimo foi a redução de R\$79,9 milhões de ICMS e a redução de R\$296,6 de IR/CS a pagar, parcialmente compensado pelo aumento no PIS e COFINS no valor de R\$13,6 milhões.

A conta de impostos parcelados – REFIS II possuía saldo de R\$126,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$7,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007.



Os refinanciamentos estão pactuados em 120 parcelas para a Emissora, conforme detalhado abaixo.

Impostos, Taxas e Contribuições em Curto Prazo			
	Em 31 de dezembro de 2008	Em 31 de dezembro de 2007	% Variação
		(em milhões de R\$)	2008/2007
COFINS	74,3	69,8	6,4
CPMF	26,6	25,0	6,4
IOF	3,8	3,6	5,6
Imposto de renda	13,7	12,8	7,0
Contribuição social	4,6	4,3	7,0
INSS – SAT	3,1	3,0	3,3
PIS	0,7	0,6	16,7
Total	126,8	119,2	6,4

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A conta dividendos e juros sobre o capital próprio possuía saldo de R\$1.529,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$487,1 milhões em relação ao mesmo período em 2007. Esta variação ocorreu devido ao aumento nos dividendos e juros sobre o capital próprio para minoritários das controladas TNL e Emissora, parcialmente compensado pela prescrição de dividendos durante o período.

Outros

A conta outros possuía saldo de R\$807,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$295,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Essa variação refere-se, principalmente, ao aumento de R\$410,8 milhões de receitas a apropriar, parcialmente compensado pela diminuição de R\$134,0 milhões nas contas de ICMS sobre valores a apropriar e descontos concedidos a apropriar.

Passivo exigível a longo prazo

Empréstimos e Financiamentos

A dívida possuía saldo de R\$13.766,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$9.403,0 milhões em relação ao mesmo período em 2007. Tal aumento foi motivado principalmente pela emissão de R\$2.600,0 milhões em notas promissórias em agosto de 2008 e pela captação de R\$4.300,0 milhões em maio de 2008. Essas operações objetivavam, principalmente, a aquisição de participação acionária na BRTP, BRTO, TNCP e TMAC, além da distribuição de dividendos extraordinários.

Debêntures

O saldo da conta de debêntures é de R\$3.705,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$1.534,2 milhões em relação ao mesmo período em 2007. O acréscimo é devido à emissão de novas debêntures não conversíveis realizada pela Emissora, em um valor total de R\$3.500 milhões, e remuneradas pelo CDI + 4,0% ao ano com vencimento em 11 de dezembro de 2013.

Impostos, taxas e contribuições

A conta impostos, taxas e contribuições, exceto REFIS II, possuía saldo de R\$100,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$20,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. A principal razão para tal acréscimo foi o aumento no ICMS, por força do Convênio 69/1998, no valor de R\$23,3 milhões, o que foi parcialmente compensado pela eliminação do saldo de outros no valor de R\$2,7 milhões.



A conta de parcelamento de impostos e contribuições – REFIS II possuía saldo de R\$388,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um decréscimo de R\$146,7 milhões em relação ao mesmo período de 2007.

Os refinanciamentos estão pactuados em 120 parcelas para a Emissora, conforme demonstrado abaixo:

	Em 31 de dezembro de 2008	Impostos, Taxas e Contribuições em Longo Prazo	
		Em 31 de dezembro de 2007	% Variação
		(em milhões de R\$)	2008/2007
COFINS	224,1	309,7	(27,6)
CPMF	79,6	110,3	(27,8)
IOF	11,1	15,5	(28,4)
Imposto de renda	38,8	54,5	(28,8)
Contribuição social	17,2	22,8	(24,6)
INSS – SAT	15,5	19,5	(20,5)
PIS	2,3	3,0	(23,3)
Total	388,6	535,3	(27,4)

Provisões para contingências

A conta de provisões para contingências possuía saldo de R\$1.962,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$18,7 milhões em relação ao mesmo período de 2007. Este acréscimo é devido, principalmente, ao aumento nas provisões para contingências trabalhistas no valor de R\$23,0 milhões, composto basicamente por um aumento no valor de R\$17,8 milhões referente às provisões para contingências de horas extras, um aumento no valor de R\$30,4 milhões nas provisões para contingências de diferenças salariais e um aumento no valor de R\$21,7 milhões nas provisões para contingências de indenizações. Além disso, houve também um aumento nas provisões para contingências cíveis no valor de R\$70,0 milhões, que se refere basicamente ao aumento no valor de R\$61,6 milhões nas estimativas de multas que venham a ser impostas pela ANATEL. Os acréscimos nas provisões para contingências trabalhistas e cíveis foram parcialmente compensadas pela diminuição nas provisões para contingências tributárias no valor de R\$74,3 milhões, devido a uma queda no valor de R\$54,2 nas provisões para contingências de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a uma queda de R\$20,7 milhões nas provisões para contingências junto ao INSS, a uma queda de R\$12,5 milhões nas provisões para contingências de ICMS, parcialmente compensado pelo aumento no valor de R\$35,6 milhões nas provisões para contingências de FUST.

Autorizações a pagar

O saldo das autorizações a pagar é de R\$904,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um acréscimo de R\$777,6 milhões em relação ao mesmo período em 2007. O acréscimo é devido, principalmente, à assinatura dos termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I e II do PGA, no valor de R\$867,0 milhões.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido possuía saldo de R\$9.984,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando um decréscimo de R\$3.804,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Tal decréscimo decorre, principalmente, da proposta de dividendos no valor de R\$3.896,2 milhões.



Em 31 de dezembro de 2007 comparado com 31 de dezembro de 2006

Ativo

Ativo Circulante

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras possuía saldo de R\$6.080,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$2.081,2 milhões em relação ao ano de 2006. A razão principal desse acréscimo foram as captações no valor de R\$1.873,0 milhões, parcialmente compensado pela amortização da dívida de curto prazo (inclusive encargos financeiros), no valor de R\$2.090,3 milhões.

Contas a Receber

O contas a receber possuía saldo de R\$3.277,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um decréscimo de R\$530,4 milhões em relação ao ano de 2006. A razão principal desse decréscimo foi uma melhoria na política de cobrança e um decréscimo da provisão para devedores duvidosos no valor de R\$10,6 milhões, parcialmente compensado pelo aumento na receita bruta de 3,7%.

Impostos diferidos e a recuperar

A conta impostos diferidos e a recuperar possuía saldo de R\$1.730,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$916,7 milhões em relação ao ano de 2006. Este acréscimo ocorreu principalmente devido a um aumento no IR/CS a recuperar no valor de R\$857,9 milhões e um aumento no ICMS a recuperar no valor de R\$96,4 milhões, devido ao maior número de notas fiscais de vendas emitidas.

Despesas antecipadas

A conta despesas antecipadas possuía saldo de R\$340,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$7,3 milhões em relação ao ano de 2006. A principal razão para este acréscimo foi o aumento no valor de R\$15,3 milhões nos subsídios de aparelhos celulares, o que foi parcialmente compensado por uma diminuição de R\$2,0 milhões na taxa FISTEL.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Impostos diferidos e a recuperar

A conta impostos diferidos e a recuperar possui saldo de R\$2.011,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$55,9 milhões em relação ao ano de 2006. O acréscimo ocorreu devido basicamente um aumento no IR sobre prejuízos fiscais no valor de R\$49,5 milhões e no CS sobre base negativa no valor de R\$18,7 milhões, parcialmente compensado pela redução em IR/CS sobre adições temporárias no valor de R\$10,8 milhões.

Outros ativos circulantes

A conta outros possuía saldo de R\$277,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um decréscimo de R\$96,3 milhões em relação a 31 de dezembro de 2006. Esta queda é principalmente composta pelo decréscimo de R\$42,8 milhões referentes a adiantamentos a fornecedores, decréscimo de R\$17,2 milhões referentes a adiantamentos a empregados e a queda de R\$47,7 milhões nos estoques.

Depósitos e bloqueios judiciais

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$1.199,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$206,4 milhões em relação a 2006. Tal acréscimo deveu-se principalmente do aumento nos depósitos cíveis no valor de R\$141,1 milhões e nos depósitos trabalhistas no valor de R\$72,2 milhões. Os aumentos se referem à atualização monetária no valor total de R\$129,7 milhões e novos depósitos.



Empréstimos a controladas

A conta de empréstimos a controladas possuía saldo de R\$195,4 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um aumento de R\$183,3 milhões em relação ao mesmo período em 2006. Tal acréscimo deveu-se, principalmente aos aumentos de R\$188,4 milhões nos empréstimos para a TNL.

Despesas antecipadas

A conta de despesas antecipadas possuía saldo de R\$382,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$254,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2006. Tal acréscimo decorreu principalmente do aporte de R\$260,0 milhões na FASS, devido aos cálculos atuariais para adequar as demonstrações financeiras da FASS às mudanças de premissas atuariais.

Outros ativos realizáveis ao longo prazo

A conta de outros ativos realizáveis ao longo prazo possuía saldo de R\$143,7 milhões no exercício de 2007, apresentando um decréscimo de R\$53,3 milhões em relação a 2006. Tal decréscimo foi decorrente principalmente do recebimento de valores a receber da Hispamar S.A. no valor de R\$35,5 milhões, de acordo com um instrumento particular de acordo de quitação de obrigações mútuas, assinado em 2007, entre esta empresa e a Emissora.

Ativo Permanente

Investimentos

A participação em controladas possui saldo de R\$35,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um decréscimo de R\$371,9 milhões em relação ao ano de 2006, devido basicamente à redução no valor de R\$337,1 milhões, referente ao ágio da Oi e da Paggo, reclassificado para o ativo intangível, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07. Adicionalmente, essa variação também foi impactada pelas amortizações dos ágios da TNL e da Pegasus, no valor de R\$43,6 milhões e R\$75,4 milhões, respectivamente.

Imobilizado

O ativo imobilizado líquido possui saldo de R\$11.790,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um aumento de R\$61,4 milhões em relação ao ano de 2006. A variação ocorreu devido basicamente ao aumento no valor de R\$308,3 milhões, referente à contabilização do leasing operacional como ativo imobilizado, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07. Esse aumento foi parcialmente compensado pela depreciação e amortização do imobilizado no período.

Intangível

O ativo intangível líquido possuía saldo de R\$1.512,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um aumento de R\$206,7 milhões em relação ao ano de 2006. Essa variação ocorreu, basicamente, devido à aquisição da Paggo no valor líquido de R\$80,5 milhões. O ágio é fundamentado pelo laudo de avaliação emitido por empresa especializada, fundamentada na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, período pelo qual o referido ágio foi amortizado no decorrer de 2008.

Diferido

O ativo diferido possuía saldo de R\$296,6 milhões em 2007, apresentando uma diminuição de R\$63,4 milhões em relação ao ano de 2006. A variação é a amortização do saldo com base em estudos de viabilidade econômica elaborados por terceiros, parcialmente compensados por novos diferidos referente a Oi, AIX, Oi Internet e Paggo. O prazo médio de amortização é estimado em dez anos para a Oi, AIX e Oi Internet e em cinco anos para a Paggo.



Passivo

Passivo circulante

Empréstimos e Financiamentos

A dívida da Companhia possui saldo de R\$1.338,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um decréscimo de R\$294,5 milhões em relação ao ano de 2006. O decréscimo ocorreu devido, principalmente, à amortização de R\$2.090,3 milhões do saldo da dívida de curto prazo, inclusive pagamentos de encargos financeiros. Esse decréscimo foi parcialmente compensado pelo ajuste de R\$19,3 milhões referente à contabilização do leasing operacional, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07, e ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em julho de 2007 no valor de R\$466,8 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação móvel programadas para o período entre 2006 e 2008, assim como transferências de longo prazo para empréstimos de curto prazo.

Fornecedores

A conta de fornecedores possuía saldo de R\$1.770,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um decréscimo de R\$194,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2006. A principal variação deveu-se à diminuição no fornecimento e instalação de equipamentos para a manutenção, expansão e serviço da rede e postes.

Debêntures

A conta debêntures possui saldo de R\$76,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um decréscimo de R\$16,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2006, devido principalmente à amortização do saldo de curto prazo das debêntures no valor de R\$92,9 milhões, parcialmente compensado pela emissão privada de novas debêntures, aprovadas pela Emissora em abril de 2007, com as seguintes características: 5.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, em até cinco séries, no valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$ 54,0 milhões, visando financiar a expansão de serviços de telefonia móvel de diversas localidades no estado de Minas Gerais (“Projeto Minas Comunica”). A escritura celebrada foi em dezembro de 2007 e a subscrição da 1ª série, no valor de R\$11,1 milhões, ocorreu no dia 28 daquele mês. A subscrição da 2ª série, no valor de R\$ 19,7 milhões, ocorreu no dia 24 de março de 2008. O prazo final de vencimento das debêntures é julho de 2021, com amortizações parciais em 2018, 2019 e 2020. As debêntures serão remuneradas pelo IPCA + 0,5% a.a.

Impostos, taxas e contribuições

A conta Impostos, taxas e contribuições possui saldo de R\$1.455,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$538,3 milhões em relação ao ano de 2006. A principal causa foi o aumento no IR/CS a pagar no valor de R\$488,5 milhões e um aumento no ICMS no valor de R\$35,8 milhões.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A conta de dividendos e juros sobre o capital próprio possui saldo de R\$1.042,8 milhões 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$334,2 milhões em relação a 2006. Esta variação ocorreu devido ao aumento nos dividendos e juros sobre o capital próprio para minoritários das controladas TNL e Emissora, parcialmente compensado pela prescrição de dividendos durante o período.

Outros

A conta outros possuía saldo de R\$511,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$198,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2006. Essa variação refere-se, principalmente, ao aumento de R\$145,3 milhões de receitas a apropriar, ICMS sobre valores a apropriar e descontos concedidos a apropriar.



Passivo exigível a longo prazo

Empréstimos e Financiamentos

A dívida da Emissora possui saldo de R\$4.363,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$553,7 milhões em relação ao ano de 2006. Tal aumento foi motivado principalmente pela captação no valor de R\$664,4 milhões com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicações fixa, substancialmente compensado pela transferência de dívidas para o passivo circulante.

Debêntures

A conta debêntures possuía saldo de R\$2.171,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$11,1 milhões em relação ao ano de 2006. Tal aumento deve-se a emissão de 1.108 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$11,1 milhões, no âmbito da 2ª emissão de debêntures da Emissora. O vencimento das debêntures ocorrerá em julho de 2021 com amortizações em 2018, 2019 e 2020. As debêntures são remuneradas pelo IPCA mais 0,5% a.a.

Impostos, taxas e contribuições

Refere-se substancialmente a REFIS II que possuía saldo de R\$535,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um decréscimo de R\$78,8 milhões em relação ao ano de 2006.

Em 2003 a Emissora e sua controlada Oi aderiram ao PAES - Parcelamento Especial, (também conhecido como REFIS II – Programa de Recuperação Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Os refinanciamentos estão pactuados em 120 parcelas para a Emissora, conforme demonstrado abaixo:

	Impostos, Taxas e Contribuições em Longo Prazo	
	Em 31 de dezembro de 2007	Em 31 de dezembro de 2006
	(em milhões de R\$)	
COFINS	309,7	356,2
CPMF	110,3	127,0
IOF	15,5	17,9
Imposto de renda	54,5	63,1
Contribuição social	22,8	25,5
INSS – SAT	19,5	21,0
PIS	3,0	3,4
Total	535,3	614,1

Provisões para contingências

A conta de Provisões para Contingências possui saldo de R\$1.943,7 milhões em 2007, apresentando um decréscimo de R\$208,7 milhões em relação ao ano de 2006. Tal variação corresponde basicamente a uma redução nas contingências trabalhistas no valor de R\$342,2 milhões e nas contingências tributárias no valor de R\$36,4 milhões, parcialmente compensado pelo aumento nas contingências cíveis no valor de R\$169,9 milhões. A redução nas contingências trabalhistas deve-se basicamente à redução nas contingências referentes à subsidiariedade (R\$199,6 milhões) e horas extras (R\$178,9 milhões). A redução nas contingências tributárias deve-se basicamente à redução nas demais contingências (R\$60,3 milhões) e um aumento nos depósitos vinculados (R\$81,2 milhões), substancialmente compensado pelo aumento na contingência ICMS no valor de R\$102,9 milhões. O aumento nas contingências cíveis deve-se basicamente ao aumento nas contingências relacionadas à Anatel no valor total de R\$155,9 milhões.

Autorizações a pagar

O saldo da autorizações a pagar é de R\$126,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, não possuindo saldo em 31 de dezembro de 2006. Esse valor refere-se, principalmente, à assinatura dos termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 2G para exploração de SMP em São Paulo e aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA, no valor de R\$131,1 milhões.



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido possui saldo de R\$13.788,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando um acréscimo de R\$1.859,6 milhões em relação ao mesmo período de 2006. Tal acréscimo deve-se principalmente ao aumento da reserva de capital no valor de R\$243,2 milhões e ao resultado do período no valor de R\$2.889,2 milhões, parcialmente compensado pela proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no valor de R\$329,1 milhões e R\$760,9 milhões, respectivamente.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Visão geral

O investimento da Emissora em telefonia fixa, banda larga e infra-instrutora de telefonia móvel cresceu de forma consistente nos últimos anos. Os investimentos de capital da Emissora nos anos de 2006, 2007 e 2008 foram, respectivamente, de R\$2,3 bilhões, R\$2,3 bilhões e R\$4,6 bilhões. A Emissora financiou tais investimentos por meio do fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais e de dívidas de longo prazo (incluindo financiamento de fornecedores, quando disponível).

Historicamente, as atividades da Emissora geraram fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais de forma relativamente consistentes, de modo que a Emissora espera que tal tendência se mantenha no futuro. Todavia, a Emissora possui dívidas em montante significativo, totalizando, em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente R\$17,5 bilhões em dívidas de longo prazo. Além disso, a Emissora pretende continuar recorrendo a empréstimos para financiar seus investimentos no futuro.

FLUXO DE CAIXA

Origens dos recursos

A principal fonte de recursos operacionais da Emissora é o fluxo de caixa gerado com as atividades operacionais, antes das deduções com impostos. Os fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais totalizaram R\$5,9 bilhões em 2006, R\$5,0 bilhões em 2007 e R\$5,2 bilhões em 2008. A Emissora entende que os fluxos de caixa provenientes de suas atividades operacionais são suficientes para suas necessidades de recursos. Todavia, a Emissora geralmente financia seus investimentos em propriedades, plantas e equipamentos por meio da utilização de empréstimos bancários, financiamento de fornecedores, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento.

Utilização de recursos

Os recursos provenientes do fluxo de caixa das atividades operacionais são principalmente utilizados como capital de giro, investimentos de capital, amortização de dívidas e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Emissora.

Em 28 de agosto de 2008, o Conselho de Administração da Emissora aprovou o pagamento de dividendos extraordinários no montante de R\$3,9 bilhões, os quais foram integralmente pagos em 19 de setembro de 2008.

Gastos com propriedades, plantas e equipamentos totalizaram R\$2,3 bilhões, R\$2,4 bilhões e R\$5,0 bilhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, respectivamente.

Em 2007 e 2008, a Emissora desembolsou aproximadamente R\$2,4 bilhões e R\$2,0 bilhões, respectivamente, para o pagamento do principal e dos juros de suas dívidas (incluindo debêntures), assim como calcula que serão necessários aproximadamente R\$3,7 bilhões para fazer face às suas dívidas de curto prazo em 2009.

A Emissora pagou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$651 milhões, R\$643 milhões e R\$4,7 bilhões em 2006, 2007 e 2008, respectivamente.



Derivativos

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora possuía empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures e operações de *swap*) sujeitos a taxas de juros flutuantes, os quais representavam 98% de seu endividamento total, quais sejam: (i) TJLP, taxas de CDI e IPCA, no caso de dívidas denominadas em *real*, (ii) LIBOR, no caso de dívidas denominadas em dólares dos Estados Unidos ou ienes japoneses; e (iii) em cesta de moeda estrangeira no caso da parcela atrelada à variação da moeda estrangeira nos financiamentos contratados com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2008, 14% da dívida total da Emissora possuía juros atrelados a dólares dos Estados Unidos (LIBOR) e Yen japonês (JIBOR). Após considerados os efeitos de operações de *hedge* praticadas pela Emissora (incluindo taxas de juros, operações de *swap* e *swap* cambial) relacionadas a tais débitos, o percentual da dívida total da Emissora exposto às variações de taxas de juros internacionais foram reduzidas em 6%, representando, em 31 de dezembro de 2008, 8% da dívida total da Emissora.

Ganhos ou perdas em taxa de juros em operações de *swap* de moedas são determinados e registrados em uma base mensal por meio da comparação de taxas de câmbio contratuais com as taxas de câmbio no final do mês, quando aplicável, sem considerar os termos dos ajustes estabelecidos nos contratos de derivativos aplicáveis.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, incluindo ganhos ou perdas em operações de *swap*, somaram R\$3,5 bilhões e R\$2,7 bilhões em 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

No passado, a Emissora se utilizou de contratos derivativos (*swaps*, opções e futuros) para reduzir sua exposição aos riscos de flutuação cambial. Atualmente, a maioria dos contratos derivativos da Emissora são operações nas quais obrigações denominadas em moeda estrangeiras são permutadas (*swapadas*) por obrigações denominadas em reais, corrigidas pela variação do CDI. Ganhos ou perdas em operações de *swap* têm o efeito de reduzir ou aumentar o endividamento em moeda estrangeira.

Enquanto que as variações de taxa de câmbio afetam a dívida e os resultados financeiros da Emissora, ganhos e perdas nos contratos de derivativos serão reconhecidos na declaração de imposto de renda desta como "despesas financeiras". No entanto, ganhos e perdas devido a mudanças no valor justo (*fair value*) dos contratos de derivativos da Emissora não são reconhecidos como despesas financeiras.

ENDIVIDAMENTO E ESTRATÉGIA FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2008, o endividamento total consolidado da Emissora era de R\$21.173 milhões, incluindo operações de *swap* no valor de R\$313 milhões. Esse endividamento era composto por R\$3.702 milhões de dívida de curto prazo, incluindo a parcela de curto prazo dos financiamentos de longo prazo (ou 17,5% do endividamento total), e R\$17.472 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo (ou 82,5% do endividamento total). Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora possuía, em bases consolidadas, dívidas no valor de R\$91 milhões contraídas junto a partes relacionadas, o que representava 0,4% do endividamento total.

Em bases consolidadas, o endividamento da Emissora denominado em reais, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$17.976 milhões (incluindo operações de *swap* no valor de R\$313 milhões), ou 85% de seu endividamento total. As dívidas denominadas em moeda estrangeira eram de R\$3.198 milhões, ou 15% do endividamento total.

A estratégia financeira da Emissora tem sido a de continuar a alongar o prazo médio de vencimento de seu endividamento, inclusive por meio do pagamento de dívidas de curto prazo com recursos de empréstimos e financiamentos de longo prazo, a de aumentar os níveis de liquidez e a de melhorar a flexibilidade estratégica, financeira e operacional da Emissora. Em vista das condições atuais de mercado, a Emissora realizou operações de dívida de curto prazo para o financiamento da Aquisição da BrT. Assim que as condições de mercado se normalizarem, a Emissora planeja retomar a estratégia de alongar o prazo médio de vencimento de seu endividamento.



A estratégia financeira da Emissora para os próximos anos inclui a manutenção de liquidez em níveis adequados e de um perfil de vencimento de dívidas que seja compatível com as previsões de geração de fluxo de caixa e de investimentos e despesas de capital. Adicionalmente, a Emissora não espera que seus investimentos e despesas de capital afetem a sua relação de alavancagem financeira ou a sua disciplina em relação à alocação de capital.

Em linha com essa estratégia, a Emissora anunciou, em 17 de abril de 2009, a conclusão da precificação dos Bonds 2009, no valor de US\$ 750 milhões (equivalente a R\$1.752,8 milhões, considerando a taxa de câmbio de R\$2,337, em dezembro de 2008, cupom de juros de 9,5% ao ano e vencimento em 2019. Para maiores informações, vide “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários - Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela Emissora”, na página 239 deste Prospecto.

Endividamento de Curto Prazo

O endividamento consolidado de curto prazo da Emissora, incluindo a parcela de curto prazo de seus financiamentos e empréstimos de longo prazo, era de R\$3.702 milhões em 31 de dezembro de 2008. De acordo com sua política financeira, a Emissora normalmente não contrata dívida de curto prazo, pois acredita que o fluxo de caixa de suas atividades operacionais seja suficiente para financiar seu passivo corrente. Entretanto, em virtude das condições atuais de mercado, a Emissora contraiu dívidas de curto prazo, por meio da emissão de notas promissórias comerciais, para financiar a Aquisição da BrT. A Empresa acredita que conseguirá refinarçar essas dívidas de curto prazo antes de seu vencimento com recursos advindos de instrumentos de dívida de longo prazo.

Endividamento de Longo Prazo

A tabela a seguir apresenta informações selecionadas relativas aos principais instrumentos de dívida de longo prazo que estavam pendentes em 31 de dezembro de 2008:

Instrumento	Valor de Principal Pendente em 31 de dezembro de 2008 (Em milhões de R\$)	Vencimento Final
Debêntures:		
Debêntures a vencer em 2011	1.620	09.2011
Debêntures a vencer em 2013	540	03.2013
Debêntures a vencer em 2013	1.500	12.2013
Financiamento da Aquisição da BrT		
Linha de Crédito	4.300	05.2016
Notas Promissórias*	3.600	08.2010
Financiamentos BNDES:		
Financiamento dezembro 2003:		
<i>Financiamento em Reais</i>	86	01.2011
<i>Financiamento em Cesta de Moedas</i>	16	01.2011
Financiamento setembro 2004	271	10.2012
Financiamento novembro 2006	1.786	06.2014
Financiamento julho 2007	467	01.2015
Linhas de Crédito junto a Agências de Crédito à Exportação		
FINNVERA 2008	448	12.2018
Nordic Investment Bank A Loan	234	07.2018
Nordic Investment Bank B Loan	351	07.2015
Empréstimos Junto a Bancos Comerciais:		
Financiamento ABN	283	11.2012
Empréstimo Sindicalizado Citibank Tokyo	1.014	09.2017

*Nota: Os coordenadores da 1ª Emissão de notas promissórias da Emissora prestaram garantia firme para uma eventual nova colocação à época de seu vencimento, caso seja de interesse da Emissora, desde que as notas promissórias a serem emitidas tenham substancialmente os mesmos termos e condições daqueles existentes para a 1ª emissão, conforme descrito na Lâmina daquela Emissão.

Em 17 de abril de 2009, a Emissora anunciou a conclusão da precificação dos Bonds 2009 no valor de US\$ 750 milhões (equivalente a R\$1.752,8 milhões, considerando a taxa de câmbio de R\$ 2,337, em dezembro de 2008, cupom de juros de 9,5% ao ano e vencimento em 2019. Para maiores informações, vide “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários - Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela Emissora”, na página 239 deste Prospecto.



Alguns dos instrumentos de dívida exigem que a Emissora cumpra com certos índices financeiros, quais sejam: (i) Relação Endividamento Total/EBITDA igual ou inferior a 4.00/1.0 ao término de cada trimestre até o vencimento; e (ii) Relação EBITDA consolidado/Serviço da dívida consolidado igual ou superior a 1.75/1.0 ao término de cada trimestre, até o vencimento.

Os contratos celebrados com o BNDES contêm a obrigação de cumprimento com certos índices financeiros, dentre eles: (i) Endividamento Total/EBITDA; (ii) Patrimônio Líquido/Ativos Totais; e (iii) EBITDA Consolidado/serviço da dívida consolidado. Embora em 31 de dezembro de 2008 a Emissora estivesse em cumprimento com a maioria das obrigações relativas à manutenção de índices financeiros assumidas perante o BNDES, os índices mencionados nos itens (i) e (ii) não estavam sendo observados. Em fevereiro de 2009, o BNDES consentiu com a não observância a esses índices.

Exceto por esse evento, a Emissora acredita que conseguirá cumprir com todas essas obrigações de manutenção de índices financeiros nos próximos anos, inclusive com relação aos recém emitidos Bonds 2009. Além disso, a Emissora acredita que o cumprimento com essas obrigações não afetará negativamente sua capacidade de implementar seu planejamento financeiro.

Os contratos celebrados com o BNDES são garantidos por recebíveis e garantia fidejussória da TNL. O outro contrato não contém nenhum tipo de garantia.

Além disso, os contratos relativos à maior parte da dívida de longo prazo da Emissora contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross default*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a aceleração do vencimento de outros contratos.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES

Contratos Financeiros Relevantes da Emissora

Empréstimos junto ao BNDES

Contrato de Abertura de Crédito nº 03.2.608.3.1

Em dezembro de 2003, a Emissora celebrou com o BNDES, tendo como garantidora a TNL, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$0,520 bilhão, com a finalidade de executar o plano de investimento relativo ao período de 2002 a 2004, para expansão de sua planta de telecomunicação (voz, dados e imagens) e melhorias operacionais para o cumprimento do PGMU e do PGMQ, estabelecidos pela ANATEL.

Referido contrato é dividido em dois sub-créditos, ambos com vencimento final em janeiro de 2011. O sub-crédito A, no valor principal de R\$0,104 bilhão, e o sub-crédito B, no valor principal de R\$0,416 bilhão, são remunerados a encargos da cesta de moedas do BNDES e TJLP, respectivamente, acrescidos de spread de 4,5% a.a. Os juros decorrentes de ambos subcréditos são pagos mensalmente, bem como o principal da dívida que deverá ser quitado em 69 parcelas mensais, tendo o primeiro pagamento sido efetuado pela Emissora em maio de 2005.

Em dezembro de 2008, R\$0,016 bilhão era o valor devido decorrente do subcrédito A, enquanto R\$0,086 bilhão era o valor devido decorrente do subcrédito B.

Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 04.2.589.3.1

Em setembro de 2004, a Oi celebrou com o BNDES, tendo a Emissora e a TNL como intervenientes, um contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$0,663 bilhão, destinados ao financiamento de um projeto de implantação da estrutura operacional de telefonia móvel, no padrão GSM, nas áreas das regiões Sudeste, Nordeste e Norte. A TNL é fiadora de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento da Oi.

O principal deve ser pago pela Oi em 78 parcelas mensais, sendo que a primeira parcela vencida em 15 de maio de 2006 e a última parcela vencerá em 15 de outubro de 2012. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 4,5% a.a. acima da TJLP, pago, trimestralmente no período compreendido entre 15 de outubro de 2004 e 15 de abril de 2006, e mensalmente a partir de 15 de maio de 2006, juntamente com o principal, até a quitação do principal.

Em dezembro de 2005, a Emissora assumiu a dívida e todas as obrigações financeiras decorrentes deste contrato de financiamento da Oi com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor devido pela Emissora no âmbito deste financiamento era de R\$0,271 bilhão.



Contrato de Financiamento PGMU nº 05.2.0500.1

Em julho de 2005, a Emissora celebrou com o BNDES, tendo a TNL como fiadora solidária, o Contrato de Financiamento PGMU, no valor total de R\$0,218 bilhão, destinados ao financiamento de parte do projeto de PGMU, tendo sido sacado o montante de R\$0,083 bilhão.

O Contrato de Financiamento PGMU é dividido em três sub-créditos. O sub-crédito A, no valor principal de R\$0,175 bilhão, é remunerado a taxa de juros equivalentes à TJLP mais 3,50% a.a. O sub-crédito B, no valor principal de R\$0,040 bilhão, é remunerado a taxa de juros equivalentes à TJLP mais 4,50% a.a. O sub-crédito C, no valor principal de R\$0,003 bilhão, é remunerado a taxa de juros equivalentes à TJLP sem acréscimo de spread. O principal deve ser pago pela Emissora em 84 parcelas mensais. A primeira parcela venceu em 15 de setembro de 2006 e a última parcela vencerá em 15 de agosto de 2013.

Os juros sobre o saldo do principal são exigíveis trimestralmente no período compreendido entre 15 de agosto de 2005 e 15 de agosto de 2006, e mensalmente a partir de 15 de setembro de 2006, juntamente com o principal, até a quitação do empréstimo.

Contrato de Financiamento com o BNDES nº 06.2.0975.1

Em julho de 2007, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES, garantido pela TNL, no montante de R\$0,467 bilhão com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação móvel da Oi programadas para o período entre 2006 e 2008. Em julho de 2007, outubro de 2007, outubro de 2008 e novembro de 2008, a Oi sacou R\$0,290 bilhão, R\$0,150 bilhão, R\$0,010 bilhão e R\$0,017 bilhão, respectivamente. Sobre o principal incorrerão juros de 4,5% a.a acima da TJLP. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até janeiro de 2010, passando a ser mensal para o período de fevereiro de 2010 até janeiro de 2015. O principal deverá ser pago em 60 prestações mensais a partir de fevereiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor devido pela Emissora no âmbito deste financiamento era de R\$0,467 bilhão.

Empréstimo junto ao Banco do Brasil

Em maio de 2008, a Emissora captou R\$4,3 bilhões junto ao Banco do Brasil em decorrência da Aquisição da BrT. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de maio de 2010 até maio de 2016, e o principal vencerá em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. Os juros pagos são remunerados à taxa CDI mais um spread de 1,30% ao ano.

Empréstimos com Citibank Tokyo

Em setembro de 2007, a Emissora obteve US\$0,360 bilhão com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede de telecomunicação fixa. O empréstimo internacional foi estruturado por um consórcio de bancos liderado pelo Citibank Tokyo e pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation. O Japan Bank for International Corporation – JBIC (banco de fomento do governo japonês) atua como garantidor do financiamento. O principal deve ser pago pela Emissora em 17 parcelas semestrais, após 2 anos de carência, com vencimento em 18 de março e 18 de setembro de cada ano, sendo a última parcela do principal devida em 18 de setembro de 2017. Sobre o principal incidem juros semestrais devidos junto com o principal à taxa Libor Japonesa mais 0,48% a.a.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor do principal devido pela Emissora no âmbito deste financiamento era de R\$1,014 bilhão.

Empréstimo junto ao Nordic Investment Bank

Em julho de 2008, a Emissora assinou contrato de financiamento junto ao Nordic Investment Bank no valor de US\$0,250 bilhão com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano. O desembolso ocorreu no dia 17 de julho de 2008 e o vencimento dos encargos financeiros será semestral, de janeiro de 2009 até julho de 2018. O principal vencerá em 17 prestações anuais a partir de julho de 2010. O custo médio do financiamento é de LIBOR acrescida de spread de 0,95% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor do principal devido pela Emissora no âmbito deste financiamento era de R\$0,585 bilhão.



Empréstimo junto ao Finnish Export Credit

Em junho de 2008, a Emissora assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit no valor de US\$0,300 bilhão com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram realizados dois desembolsos no valor de US\$0,87 bilhão e US\$0,105 bilhão, em agosto e novembro de 2008, respectivamente. Demais desembolsos serão feitos à medida que os investimentos ocorrerem (em até 24 meses). O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de dezembro de 2008 até dezembro de 2018, e o principal vencerá em 17 prestações semestrais a partir de dezembro de 2010. O custo médio do financiamento é de LIBOR acrescida de spread de 1,07% ao ano.

Em dezembro de 2008, o valor do principal devido pela Emissora no âmbito deste financiamento era de R\$0,448 bilhão.

Empréstimos com o ABN AMRO Bank N.V.

Em agosto de 2001, a Oi celebrou, e a TNL foi fiadora garantidora solidária, um Contrato de Linha de Crédito para a realização de investimentos e capital de giro necessários ao lançamento da sua operação de telefonia móvel, no valor de até US\$1,4 bilhão com os principais fornecedores da Oi, Nokia, Siemens e Alcatel e com o ABN AMRO Bank N.V, como agente administrativo e de participação e como banco líder, junto com vários outros bancos internacionais. Em dezembro de 2002, US\$0,300 bilhão dessa linha de crédito foram substituídos por um contrato de financiamento com Agências de Crédito de Exportação.

Essa linha de crédito tem um prazo de amortização de oito anos, de agosto de 2004 até novembro de 2012, e está sujeita a uma taxa de juros correspondente à LIBOR mais 0,25% a 0,76% ao ano.

Empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em fevereiro de 2009, a TNL celebrou, e a Emissora foi fiadora garantidora solidária, um Contrato de Linha de Crédito para a realização de investimentos no projeto de expansão e modernização de sua estrutura, com melhoria de qualidade da rede de telefonia móvel (2G – voz e dados) e a implantação da tecnologia 3G (voz, dados e vídeo).

A Emissora obteve de R\$ 0,3686 bilhão (este valor corresponde aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, sendo o valor de R\$0,3142 bilhão na região fora do semi-árido e o valor de R\$0,054 bilhão na região do semi-árido nordestino), sendo que este valor só será liberado mediante o aporte comprovado de R\$0,158 bilhão, por parte da TNL, no empreendimento financiado. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 10% ao ano, a serem pagos trimestralmente durante o período de carência compreendido entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2011 e, mensalmente, durante o período de amortização da dívida, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo.

Como garantia do pagamento das obrigações do contrato a TNL (i) realizou a cessão e vinculação de da totalidade dos recebíveis da Paggo Administradora de Crédito Ltda. em favor do Banco, observando um montante médio mensal de no mínimo R\$0,037 bilhão, a ser depositado em uma conta vinculada; (ii) comprometeu-se em manter conta-reserva onde deverão permanecer depositados recursos correspondentes a três vezes e meia a maior prestação; e (iii) cessão de todos os direitos emergentes relativos à indenização que eventualmente sejam devidos à TNL por ocasião de perda da concessão.

O pagamento será realizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 16 de março de 2011 e a última em 16 de fevereiro de 2019. As receitas vinculadas e cedidas no âmbito deste contrato não poderão ser cedidas nem vinculadas a terceiros sem a expressa anuência do banco.

Credit Agreement celebrado entre a Emissora, o China Development Bank Corporation e outras instituições financeiras

Em fevereiro de 2009, a Emissora celebrou contrato de crédito no valor de US\$0,300 bilhão, exclusivamente para financiar a compra de materiais, equipamentos e serviços da Huawei Technologies Co. Ltd., diretamente ou por meio de sua subsidiária, Oi, para expansão de suas redes de telecomunicação no Brasil. O custo médio do financiamento é de LIBOR acrescida de spread de 2,5% ao ano no pagamento do principal, sobre o principal em atraso será paga uma taxa de LIBOR acrescida de spread de 2,5% ao ano mais o menor entre (i) 2 % ao ano e, (ii) taxa máxima de *default* permitida no Brasil.



Por força do contrato, a Emissora se obrigou a manter determinados índices financeiros, bem como se sujeitou a diversas restrições quanto à prestação de garantias sobre sua propriedade, reorganizações societárias, entre outras. A Emissora obrigou-se a manter o controle da Oi durante todo o período do contrato, podendo ser alienado apenas com o consentimento do China Bank.

Contratos Financeiros Relevantes da BrT

Empréstimos junto ao BNDES

Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 04.2.559.3.1

Em agosto de 2004, a BrT celebrou com o BNDES, tendo como garantidora a BrT Part, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.559.3.1, no valor total de R\$1,268 bilhão, tendo sido tais recursos utilizados para financiar os investimentos em rede de telefonia fixa e benfeitorias operacionais da BrT, visando atender às metas estabelecidas no PGMU e no PGMQ, durante o período entre julho de 2003 e dezembro de 2006.

Referido contrato é dividido em dois sub-créditos, com vencimento final em janeiro de 2014. O sub-crédito A, no valor principal de R\$253,5 milhões, e o sub-crédito B, no valor principal de R\$1,014 bilhão, são remunerados a encargos da cesta de moedas do BNDES e TJLP, respectivamente, acrescidos de spread de 5,5% a.a.

Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 06.2.0974.1

Em novembro de 2006, a BrT e o BNDES celebraram novo Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 06.2.0974.1, com interveniência da BrT Part. Tal contrato disponibiliza à BrT um crédito dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, no valor de R\$1,2 bilhão; e (ii) sub-crédito "B", no valor de R\$100 milhões. Sobre o principal da dívida incidirão, para o sub-crédito A, juros de 4,30% a.a. acima da TJLP, e para o sub-crédito B, juros de 2,30% a.a. acima da TJLP. O vencimento dos juros será trimestral durante o prazo de carência para o pagamento do principal da dívida, passando a ser mensal para o período durante o pagamento do principal.

Os sub-créditos A e B são destinados ao financiamento de investimentos em rede de telefonia fixa e benfeitorias operacionais da BrT visando atender às metas estabelecidas pela Anatel no PGMU e no PGMQ.

Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES Nº875/2006

Em novembro de 2006, a BrT celebrou com o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Santander Banespa S.A., o Banco Alfa de Investimento S.A., o Banco Safra S.A., o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., e o Banco Votorantim S.A., tendo a BrT Part como interveniente, o Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 875/2006, no valor de R\$800 milhões, destinados ao financiamento dos investimentos em rede de telefonia fixa e benfeitorias operacionais da BrT visando atender às metas estabelecidas pela Anatel no PGMU e no PGMQ.

O principal deve ser pago pela BrT em 90 parcelas mensais, tendo seu vencimento em 15 de maio de 2014. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 4,3% a.a. acima da TJLP, pagos, trimestralmente durante o período de carência e, mensalmente a partir do pagamento do principal até a quitação do contrato.

Contrato de Abertura de Crédito nº 07.2.1059.1

Em fevereiro de 2008, a BrT celebrou com o BNDES, tendo como garantidora a BrT Celular, o Contrato de Abertura de Crédito nº 07.2.1059.1, no valor total de R\$259,1 milhões. O principal deste contrato deve ser pago pela BrT em 84 parcelas mensais, devendo a primeira parcela ser paga em 15 de outubro de 2010 e a última prestação em 15 de setembro de 2017. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 3,52% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período compreendido entre 15 de outubro de 2004 e 15 de abril de 2006, e mensalmente, a partir de 15 de maio de 2006, juntamente com o principal, até a quitação do principal.



2º Aditivo ao Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas e Outras Avenças

Em fevereiro de 2008, a BrT celebrou com o BNDES, o Banco do Brasil S.A., o Banco Itaú S.A., a BrT Part e a BrT Celular, o Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas e Outras Avenças, firmado com o objetivo de garantir alguns contratos de financiamento mediante abertura de crédito celebrados entre a BrT e o BNDES. As receitas vinculadas têm valor inicial de R\$442 milhões, sendo este valor revisto semestralmente ou extraordinariamente sempre que o BNDES julgar necessário. As receitas vinculadas não poderão ser cedidas, gravadas ou de qualquer forma negociadas pela BrT sem o prévio e expresso consentimento do BNDES, sob pena de vencimento antecipado de todos os financiamentos garantidos, conforme dispostos abaixo.

Os financiamentos em favor dos quais se estabelece a estrutura de contas e procedimentos de cessão e vinculação de receitas formalizados no contrato são: (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 04.2.559.3.1, no valor de R\$1.267.593.000,00, celebrado em 13/08/05 pelo BNDES e a BrT e seus respectivos aditamentos; (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 06.2.0974.1, no valor de R\$1.304.335.625, celebrado entre o BNDES e a BrT; e (iii) o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 07.2.1059.1, no valor de R\$259.100.000,00, celebrado em 19/02/08.

Empréstimo junto ao Sumitomo Mitsui Banking Corporation

Em março de 2004, a BrT celebrou um contrato de abertura de crédito, no valor de 27,5 bilhões de ienes, coordenado pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation (“SMBC”), garantido pelo JBIC e concedido por um grupo de cinco bancos comerciais (incluindo o SMBC). O financiamento incorre em juros a uma taxa equivalente à Tibor (*Tokyo Interbank Offered Rate*) mais 1,92% ao ano, paga semestralmente. Em março de 2004, a BrT levantou a totalidade do crédito disponível nessa linha de crédito, na forma de um financiamento com prazo único, que foi convertido em aproximadamente R\$ 576 milhões e que foi utilizado para arcar parcialmente com os investimentos realizado em 2003.

O valor do principal desse financiamento será pago em iene japonês em dez parcelas iguais, devidas nas datas de pagamento dos juros, com a primeira parcela vencendo em de setembro de 2006 e a última em de março de 2011.

Cédulas de Crédito Comercial

Cédulas de Crédito Comercial nºs 2004/367366-4/01-8 e 2004/367365/6/01-5

Em maio de 2004, o Banco de Brasília (“BRB”) emitiu em favor da BrT duas Cédulas de Crédito Comercial (nºs 2004/367366-4/01-8 e 2004/367365/6/01-5) no valor de R\$304,5 milhões e R\$228,4 milhões, respectivamente, sendo a BrT Serviços de Internet S.A. garantidora da operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 25% da variação anual do INPC, acrescida de 0,2% a m. Tais financiamentos foram garantidos pelo penhor de Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo BRB, cujo valor será liberado à medida que o pagamento do principal for realizado (10% do valor de cada parcela paga). Tal financiamento foi concedido à BrT sob forma de incentivo fiscal, que corresponde a 70% do valor de ICMS e ISS devido pela BrT no período compreendido entre dezembro de 2003 e novembro de 2018. Tal benefício creditício deverá ser pago em 180 parcelas mensais, no período compreendido entre 15 de janeiro de 2019 e 15 dezembro de 2033.

Cédula de Crédito Comercial nº 2006/000005-2/01-1

Em agosto de 2006, o Banco de Brasília (“BRB”) emitiu em favor da BrT a Cédula de Crédito Comercial nº 2006/000005-2/01-1, no valor de R\$189 milhões, sendo a BrT Serviços de Internet S.A. garantidora da operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 25% da variação anual do INPC, acrescida de 0,2% a m. O financiamento foi garantido pelo penhor da Cédula de Crédito Bancário emitida pelo BRB, cujo valor será liberado à medida que o pagamento do principal for realizado (10% do valor de cada parcela paga). Tal financiamento foi concedido à BrT sob forma de incentivo fiscal, que corresponde a 70% do valor de ICMS devido pela BrT no período compreendido entre dezembro de 2005 e novembro de 2018. Tal benefício creditício deverá ser pago em 180 parcelas mensais, no período compreendido entre 15 de janeiro de 2019 e 15 dezembro de 2033.



POSIÇÃO DA DÍVIDA DA EMISSORA

A dívida da Emissora, considerando empréstimos, financiamentos, resultados de contratos de *swap*/opções e debêntures, apresentou aumento de 2,6% do ano de 2006 ao ano de 2007 e um aumento de 167,7% do ano de 2007 para o ano de 2008. A tabela seguinte demonstra os respectivos saldos da dívida por período:

Posição da dívida em moeda nacional e estrangeira (Consolidado) em 31 de dezembro de			
	2008	2007	2006
	(em milhões de R\$)		
Estrangeira	3.502,2	2.659,2	2.961,7
Curto Prazo	946,4	1.028,0	970,4
Longo Prazo	2.555,7	1.631,2	1.991,3
Nacional	17.662,1	5.248,0	4.733,2
Curto Prazo	2.746,3	367,0	743,2
Longo Prazo	14.915,8	4.881,1	3.990,0
Total	21.164,3	7.907,2	7.694,9

Os principais credores do consolidado da Emissora são o Itaú, BNDES, o Citibank Tokyo e o ABN AMRO Bank N.V. Em 17 de abril de 2007, foi aprovada a emissão privada de 5.400 debêntures simples, pelo valor unitário de R\$10 mil, totalizando R\$54 milhões, com prazo final de vencimento em 5 de julho de 2021 com amortizações parciais em 2018, 2019 e 2020. Em 9 de dezembro de 2008, foi aprovada a emissão privada de 35.000 debêntures simples, no valor nominal unitário de R\$100 mil, totalizando R\$3.500,0 milhões, valor que, de acordo com a demanda, pode ser acrescido em até 20%, sendo o prazo final de vencimento em 11 de dezembro de 2013, sem amortizações intermediárias.

Em 17 de abril de 2009, a Emissora anunciou a conclusão da precificação dos Bonds 2009 no valor de US\$ 750 milhões (equivalente a R\$1.752,8 milhões, considerando a taxa de câmbio de R\$2,337, em dezembro de 2008, cupom de juros de 9,5% ao ano e vencimento em 2019. Para maiores informações, vide “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários - Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela Emissora”, na página 239 deste Prospecto. A Emissora apresenta tabela a seguir demonstrando os saldos de dívida em 31 de dezembro de 2008 pro-forma considerando a inclusão dos recém- emitidos Bonds 2009.

Posição da dívida em moeda nacional e estrangeira (Consolidado) Pro-forma em 31 de dezembro de 2008	
	(em milhões de R\$)
Estrangeira	5.255,0
Curto Prazo	946,4
Longo Prazo	4.308,6
Nacional	17.662,1
Curto Prazo	2.746,3
Longo Prazo	14.915,8
Total	22.917,1



Com relação à origem das fontes, as posições de 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 demonstram os saldos dos empréstimos e financiamentos que foram contratados em moeda estrangeira e em moeda nacional, distribuídos conforme tabela abaixo:

Composição empréstimos e financiamentos por tipo de moeda (Consolidado) em 31 de dezembro de			
	2008	2007	2006
	(em milhões de R\$)		
Moeda Estrangeira	3.502,2	2.659,2	2.961,7
Dólar norte-americano	2.052,2	1.126,4	1.871,9
Yen japonês	1.077,4	661,4	-
BNDES - Cesta de Moedas	31,4	42,3	175,5
Encargos financeiros	37,0	51,1	77,8
Operações de <i>Swap</i> /Opções	304,2	778,0	836,5
Moeda Nacional	17.662,1	5.248,0	4.733,2
BNDES – TJLP	3.083,3	2.807,0	2.272,7
BNB – Reais	142,3	174,5	196,5
CDI (Inclusive debêntures)	14.288,5	2.247,3	2.252,9
Arrendamento mercantil	22,0	-	-
Outros	126,0	19,2	11,1
Total	21.164,3	7.907,2	7.694,9

Em 17 de abril de 2009, a Emissora anunciou a conclusão da precificação dos Bonds 2009 no valor de US\$750 milhões (equivalente a R\$1.752,8 milhões, considerando a taxa de câmbio de R\$2,337, em dezembro de 2008, cupom de juros de 9,5% ao ano e vencimento em 2019. Para maiores informações, vide “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários - Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela Emissora”, na página 239 deste Prospecto. A Emissora apresenta tabela a seguir demonstrando a composição de empréstimos e financiamentos por tipo de moeda (consolidado) em 31 de dezembro de 2008 pro-forma considerando a inclusão dos recém-emitidos Bonds 2009.

Composição de empréstimos e financiamentos por tipo de moeda (consolidado) Pro-forma em 31 de dezembro de	
	2008
	(em milhões de R\$)
Moeda Estrangeira	5.255,0
Dólar norte-americano	3.805,0
Yen japonês	1.077,4
BNDES - Cesta de Moedas	31,4
Encargos financeiros	37,0
Operações de <i>Swap</i> /Opções	304,2
Moeda Nacional	17.662,1
BNDES – TJLP	3.083,3
BNB – Reais	142,3
CDI (Inclusive debêntures)	14.288,5
Arrendamento mercantil	22,0
Outros	126,0
Total	22.917,1



CAPACIDADE DE PAGAMENTO FRENTE AO ENDIVIDAMENTO DA EMISSORA

A principal fonte de recursos da Emissora é o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais. O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais da Emissora foi de R\$5,9 bilhões em 2006, R\$ 5,0 bilhões em 2007 e R\$5,2 bilhões em 2008.

	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
	2008	2007	2006
	(em milhões de R\$)		
Lucro líquido do exercício	1.520,6	2.889,2	1.614,5
Juros e variações monetárias e cambiais	2.118,0	701,3	910,1
Depreciação	2.711,6	2.478,7	3.009,1
Provisões para perdas em processos judiciais	448,5	416,7	1.052,5
Amortização do diferido	67,8	65,5	65,5
Amortização do ágio	76,7	137,2	137,2
Valor residual de ativo permanente baixado	86,8	17,3	26,7
Outros	52,0	47,6	50,8
	7.082,0	6.753,5	6.866,4
Variações patrimoniais	(913,9)	(144,2)	(1.012,5)
Encargos financeiros pagos (*)	(650,4)	(628,3)	-
IR e CSLL pagos (*)	(342,3)	(974,9)	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais	5.175,4	5.006,1	5.853,9

(*) em 2006 essas informações não eram divulgadas no Fluxo de Caixa.

Considerando o seu perfil de endividamento e a sua capacidade e histórico de captação de recursos e geração de caixa, a Emissora acredita que não terá dificuldade em honrar os seus compromissos financeiros. Ainda, a Emissora espera que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos dos investimentos que eventualmente venham a ser realizados futuramente, permitirão aumentar a sua geração de caixa, fortalecendo gradualmente as suas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorando a sua capacidade de honrar compromissos. Adicionalmente, caso precise contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a Emissora acredita ter capacidade para contratá-los.

Para uma melhor análise acerca da posição da dívida da Emissora, vide seção "Endividamento e Estratégia Financeira - Posição da Dívida da Emissora", na página 118 deste Prospecto."

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA BRT PART PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2007 E 2008, CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA BRT PARA OS RESPECTIVOS EXERCÍCIOS.

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Brasil Telecom Participações S.A. e de suas controladas. A discussão a seguir deve ser lida em conjunto com essas demonstrações financeiras e com a seção "Apresentação das Informações Financeiras", na página 86 deste Prospecto.

Conforme mencionado na seção "Apresentação das Informações Financeiras", as informações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Já as informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios.



Comparação entre os Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 Brasil Telecom Participações S.A. Consolidado – Demonstração de Resultado

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação Percentual	
	2006	2007	2008	2006 - 2007	2007 - 2008
	(em milhares de reais, exceto porcentagens)				
Receitas operacionais líquidas	10.296.659	11.058.546	11.296.835	7,4	2,2
Custo de serviços e mercadorias vendidas	(6.459.929)	(6.382.201)	(6.209.418)	(1,2)	(2,7)
Lucro bruto	3.836.730	4.676.345	5.087.417	21,9	8,8
Despesas operacionais	(3.066.214)	(3.332.228)	(3.223.511)	8,7	(3,3)
Comercialização de serviços	(1.470.632)	(1.485.352)	(1.364.223)	1,0	(8,2)
Despesas gerais e administrativas	(1.331.652)	(1.336.866)	(1.428.101)	0,4	6,8
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(263.930)	(510.010)	(431.187)	93,2	(15,5)
Lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas	770.516	1.344.117	1.863.906	74,4	38,7
Despesas financeiras líquidas	(609.992)	(500.982)	(524.551)	(17,9)	4,7
Lucro operacional	160.524	843.135	1.339.355	425,2	58,9
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	31.419	-	-		
Lucro antes dos impostos e das participações	191.943	843.135	1.339.355	339,3	58,9
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(108.081)	(359.340)	(590.955)	232,5	64,5
Lucro após impostos e antes da participação de acionistas não controladores	83.862	483.795	748.400	476,9	54,7
Participação de acionistas não controladores	(141.065)	(261.572)	(337.145)	85,4	28,9
Lucro antes da reversão de juros sobre o capital próprio	(57.203)	222.223	411.255	(488,5)	85,1
Reversão de juros sobre o capital próprio	527.571	450.954	370.951	(14,5)	(17,7)
Lucro líquido	470.368	673.177	782.206	43,1	16,2

Receitas Operacionais Líquidas

As receitas operacionais líquidas aumentaram 2,2% em 2008, totalizando R\$11.296,8 milhões, em comparação aos R\$11.058,5 milhões em 2007. Esse crescimento nas receitas líquidas ocorreu principalmente em razão de: (i) um aumento de 40,9% nas receitas de transmissão de dados, ou um aumento de R\$ 989,0 milhões em 2008, resultado de um aumento de 15,2% nos acessos ADSL da BrT em operação; e (ii) um aumento de 2,4% nas receitas de serviços de telefonia móvel, ou um aumento de R\$ 46,3 milhões em 2008, devido principalmente ao crescimento de 31,5% em na base de clientes de telefonia móvel da BrT em 2008 em comparação a 2007, especialmente ao crescimento de 35,8% no número de clientes pré-pago.

As receitas operacionais líquidas aumentaram 7,4% em 2007, totalizando R\$11.058,5 milhões, em comparação aos R\$10.296,7 milhões em 2006. Esse crescimento nas receitas líquidas ocorreu principalmente em razão de: (i) um aumento de 20,7% nas receitas de transmissão de dados, ou um aumento de R\$ 414,8 milhões em 2007, resultado de um aumento de 19,5% nos acessos ADSL da BrT em operação; e (ii) um aumento de 45,0% nas receitas de serviços de telefonia móvel, ou um aumento de R\$596,1 milhões em 2007, devido principalmente ao crescimento de 26% em na base de clientes de telefonia móvel da BrT em 2007 em comparação a 2006.

A receita operacional bruta é compensada pelo ICMS e por outros impostos indiretos e descontos a clientes. A composição das receitas operacionais brutas por categoria de serviço está apresentada em nas Demonstrações Financeiras da BrT e é discutida abaixo antes da dedução do ICMS e de outros impostos indiretos. A BrT não determina receitas operacionais líquidas para cada categoria de receita, já que não acredita que essa informação seja útil para os investidores.



A tabela a seguir mostra alguns componentes das receitas operacionais líquidas consolidadas da BrT, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior, em 2006, 2007 e 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação Percentual	
	2006	2007	2008	2006-2007	2007-2008
(em milhares de reais, exceto percentagens)					
Serviços locais:					
Assinatura mensal	3.517.369	3.535.708	3.675.529	0,5	4,0
Tráfego local ⁽¹⁾	3.337.509	2.983.272	2.845.861	(10,6)	(4,6)
Telefonia pública	540.610	546.007	474.656	1,0	(13,1)
Outros	74.091	47.277	28.351	(36,2)	(40,0)
Total de serviços locais	7.469.579	7.112.264	7.024.397	(4,8)	(1,2)
Serviços de longa distância:					
Intra-regional ⁽²⁾	2.464.387	2.662.498	2.577.690	8,0	(3,2)
Inter-regional e Internacional	305.702	284.957	274.921	(6,8)	(3,5)
Total de serviços a longa-distância	2.770.089	2.947.455	2.852.611	6,4	(3,2)
Transmissão de dados	2.000.525	2.415.374	3.404.372	20,7	40,9
Serviços de rede	770.579	715.566	823.219	(7,1)	15,0
Telefonia móvel	1.323.270	1.919.332	1.965.633	45,0	2,4
Outras Receitas	777.276	887.398	936.910	14,2	5,6
Receitas operacionais brutas	15.111.318	15.997.389	17.007.142	5,9	6,3
ICMS e outros impostos indiretos	(4.285.952)	(4.353.809)	(4.389.541)	1,6	0,8
Descontos	(528.707)	(585.034)	(1.320.766)	10,7	125,8
Receitas operacionais líquidas	10.296.659	11.058.546	11.296.835	7,4	2,2

⁽¹⁾ Inclui tarifas VC-1.

⁽²⁾ Inclui tarifas VC-2 e VC-3.

Receitas de Serviços Locais

As receitas totais de serviços locais caíram 1,2% em 2008, totalizando R\$7.024,4 milhões, em comparação aos R\$7.112,3 milhões em 2007. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, à menor receita de tráfego local que, apesar da estabilidade na densidade de telefones em na região de atuação da BrT (18,2 linhas em operação por 100 habitantes em 31 de dezembro de 2007 e 2008), foi afetada pela substituição de tráfego originado por telefones fixos para o tráfego originado por telefones móveis. Além disso, a BrT observou aumento de 4,0% nas receitas de assinatura mensal em 2008, o que não compensou a queda no tráfego do período.

As receitas totais de serviços locais caíram 4,8% em 2007, totalizando R\$7.112,3 milhões, em comparação aos R\$7.469,6 milhões em 2006. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, à menor penetração de serviços de telefonia fixa na região de atuação da BrT, representada por uma diminuição na densidade de telefones em tal região, de 19,4 linhas em operação por 100 habitantes em 31 de dezembro de 2006 para 18,2 linhas em operação por 100 habitantes em 31 de dezembro de 2007. O número total de linhas ativas em operação (linhas totais em operação, excluindo linhas bloqueadas) diminuiu para 7,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, em comparação a 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2006.

Assinatura Mensal

As receitas totais de taxas de assinatura mensais aumentaram 4,0% em 2008, totalizando R\$ 3.675,5 milhões, em comparação aos R\$ 3.535,7 milhões em 2007. Esse aumento deve-se, principalmente, ao crescimento de 17,6% na quantidade de linhas fixas locais do plano alternativo em 2008, totalizando 4,2 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2008.

As receitas totais de taxas de assinatura mensais aumentaram 0,5% em 2007, totalizando R\$ 3.535,7 milhões, em comparação aos R\$ 3.517,4 milhões em 2006. Esse aumento deve-se, principalmente, ao crescimento de 24,3% na quantidade de linhas fixas locais do plano alternativo em 2007, totalizando 3,5 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2007, compensado por uma diminuição nas linhas em operação.



Tráfego Local

As receitas totais provenientes de tráfego local, que incluem as tarifas por minutos utilizados além daqueles incluídos nas mensalidades fixas e as tarifas para chamadas de linhas fixas locais para telefones celulares, diminuíram 4,6% em 2008, totalizando R\$ 2.845,9 milhões, em comparação aos R\$ 2.983,3 milhões em 2007. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, a uma queda de 2,4% nas receitas de chamadas locais feitas de uma linha fixa para telefones celulares (VC-1), resultante da concorrência crescente em um setor no qual as operadoras de telefonia móvel oferecem planos em que os custos do minuto de uma chamada de móvel para móvel podem ser menores do que o minuto de fixo para móvel.

As receitas totais provenientes de tráfego local, que incluem as tarifas por minutos utilizados além daqueles incluídos nas mensalidades fixas e as tarifas para chamadas de linhas fixas locais para telefones celulares, diminuíram 10,6% em 2007, totalizando R\$ 2.983,3 milhões, em comparação aos R\$ 3.337,5 milhões em 2006. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, a uma queda de 4,2% nas receitas de chamadas locais feitas de uma linha fixa para telefones celulares (VC-1), resultante da concorrência crescente em um setor no qual as operadoras de telefonia móvel oferecem planos em que os custos do minuto de uma chamada de móvel para móvel podem ser menores do que o minuto de fixo para móvel.

Os pulsos faturados totais, que correspondem ao número de pulsos que excedem os incluídos na mensalidade fixa, diminuíram 65,9% em 2007, somando aproximadamente 3,0 bilhões de pulsos. Em julho de 2007, as exigências da Anatel converteram o sistema de cobrança de pulsos para minutos, o que mudou significativamente o perfil do tráfego a partir do terceiro trimestre de 2007. Para fins de comparação e com base no perfil de utilização da BrT, os fatores de conversão para os planos residencial básico, não residencial e alternativo apresentaram em média 1,7, 1,5 e 4,0 minutos de tempo de chamada, respectivamente. O número de pulsos faturados por linhas médias em operação por mês caiu de 81,3 em 2006 para 30,7 em 2007, refletindo a conversão do sistema de pulsos para minutos e também a tendência de todo o setor à substituição da telefonia fixa pela móvel, bem como o maior uso do serviço ADSL da BrT em vez de suas conexões *dial-up*. O número de minutos faturados por linhas médias em operação totalizou 54,2 em 2007. Ao não desconectar automaticamente os clientes inadimplentes em centros de comutação com capacidade ociosa, a BrT continuou a realizar receitas bloqueando somente as chamadas efetuadas por esses clientes, permitindo que eles continuem a gerar tarifas pelo uso do serviço de rede por meio das chamadas que estão permitidos a receber em suas linhas bloqueadas.

Telefones Públicos

A receita total de telefones públicos diminuiu 13,1% em 2008, totalizando R\$ 474,7 milhões, em comparação aos R\$ 546,0 milhões em 2007, devido à queda de 15,7% no número de créditos vendidos de telefone público em 2008, somando 4,3 bilhões de créditos, em comparação aos 5,2 bilhões em 2007. Nesse período, houve uma redução de 1,4% no número de telefones públicos em operação, totalizando 277,9 mil em 31 de dezembro de 2007, em comparação aos 281,8 mil em 31 de dezembro de 2006.

A receita total de telefones públicos aumentou 1,0% em 2007, totalizando R\$546,0 milhões, em comparação aos R\$540,6 milhões em 2006. Apesar da queda de 2,2% no número de créditos vendidos de telefone público em 2007, somando 5,15 bilhões de créditos, em comparação aos 5,26 bilhões em 2006, esse aumento na receita de créditos de telefone público da BrT foi parcialmente resultante do crescimento de 2,1% nas tarifas de telefones públicos. Nesse período, houve um aumento de 1,4% no número de telefones públicos em operação da BrT, totalizando 281,8 mil em 31 de dezembro de 2007, em comparação aos 277,9 mil em 31 de dezembro de 2006.

Outros Serviços Locais

As receitas totais de outros serviços locais, que consistem principalmente em tarifas de instalação e chamadas a cobrar, diminuíram 40,0% em 2008, totalizando R\$ 28,4 milhões, em comparação aos R\$47,3 milhões em 2007, em razão de um decréscimo nas receitas de chamadas a cobrar e com mudança de endereço. As receitas de chamadas a cobrar caíram de R\$ 11,1 milhões em 2007 para R\$3,7 milhões em 2008, principalmente em razão do aumento de 20,7% no número de linhas de telefonia móvel na região de atuação da BrT em 2008, de acordo com as estimativas da Anatel, principalmente no segmento pré-pago. Embora tenha ocorrido um aumento de 3,0% na tarifa de mudança de endereço, as respectivas receitas diminuíram de R\$7,2 milhões em 2007 para R\$2,4 milhões em 2008, principalmente em decorrência de maiores descontos aplicados nesses serviços.



As receitas totais de outros serviços locais diminuíram 36,2% em 2007, totalizando R\$ 47,3 milhões, em comparação aos R\$ 74,1 milhões em 2006, em razão de um decréscimo nas receitas de chamadas a cobrar. Embora tenha ocorrido um aumento de 3,1% na tarifa de mudança de endereço, as respectivas receitas diminuíram de R\$ 10,7 milhões em 2006 para R\$ 7,2 milhões em 2007, principalmente em decorrência de maiores descontos aplicados nesses serviços. As receitas de chamadas a cobrar caíram de R\$ 22,6 milhões em 2006 para R\$ 11,1 milhões em 2007.

Receitas de Serviços de Longa Distância

Longa Distância Intra-regional

As receitas de serviços de longa distância intra-regional diminuíram 3,2% em 2008, totalizando R\$ 2.577,7 milhões, em comparação aos R\$ 2.662,5 milhões em 2007. Apesar do aumento de 3,0% nas tarifas da cesta de longa distância nacional, essa redução ocorreu devido às reduções de 4,1%, 12,9%, 2,3% e 9,0% nos tráfegos intra-setorial, intra-regional, VC-2 e VC-3, respectivamente. A queda dos tráfegos VC-2 e VC-3 deve-se, principalmente, à redução no uso de produtos de valor adicionado que incentivam este tipo de tráfego, como por exemplo, a parceria com Big Brother Brasil e outros portais de voz. A queda no tráfego das chamadas intra-setoriais e intra-regionais deve-se à maior oferta de planos alternativos de longa distância.

As receitas de serviços de longa distância intra-regional aumentaram 8,0% em 2007, totalizando R\$ 2.662,5 milhões, em comparação aos R\$ 2.464,4 milhões em 2006. Esse aumento deve-se: (i) a um aumento de 2,1% nas tarifas da cesta de longa distância nacional; (ii) a um crescimento de 10,6% e 31,6% no tráfego em VC-2 e VC-3, respectivamente. O aumento foi compensado pela queda de 5,8% e 11,6% nas chamadas intra-setoriais e intra-regionais, respectivamente.

Longa Distância Inter-regional e Internacional

As receitas de serviços de longa distância inter-regional e internacional diminuíram 3,5% em 2008, somando R\$ 274,9 milhões, em comparação aos R\$ 285,0 milhões em 2007. A queda em 2008 ocorreu, principalmente, em razão de uma redução de 4,2% e 51,7% no tráfego de longa distância inter-regional e internacional, respectivamente, apesar do aumento de 3,0% nas tarifas da cesta de longa distância nacional e do aumento a participação de mercado média estimada da BrT, que, em 2008, foi de 65,2% e 41,4% nos segmentos inter-regional e internacional, respectivamente.

As receitas de serviços de longa distância inter-regional e internacional diminuíram 6,8% em 2007, somando R\$ 285,0 milhões, em comparação aos R\$ 305,7 milhões em 2006. A queda em 2007 ocorreu, principalmente, em razão de uma redução de 3,0% e 57,7% no tráfego de longa distância inter-regional e internacional, respectivamente. A participação de mercado média estimada da BrT em 2007 foi de 64,0% e 38,6% nos segmentos inter-regional e internacional, respectivamente.

Transmissão de Dados

As receitas totais de transmissão de dados, que incluem as receitas de ADSL, ATM, DialNet, Vetor, IP Dedicado e outros produtos similares, aumentaram 40,9% em 2008, alcançando R\$ 3.404,4 milhões, em comparação aos R\$ 2.415,4 milhões em 2007. Esse crescimento ocorreu, principalmente, em consequência de um aumento de 15,2% nos acessos ADSL e da migração de clientes para planos de maiores velocidades. Os acessos totais ADSL em operação eram de aproximadamente 1,8 milhão em 31 de dezembro de 2008, um aumento em comparação ao total de 1,6 milhão de acessos ADSL em 31 de dezembro de 2007. Além disso, esse aumento de 15,2% nos assinantes ADSL ocorreu em razão de uma maior demanda residencial, enquanto o aumento nos acessos IP e de rede foi resultado de uma maior demanda corporativa. O crescimento geral em todos os serviços de transmissão de dados ocorreu em decorrência da expansão da base de clientes corporativos da BrT e à oferta de soluções integradas seus clientes por meio de campanhas publicitárias direcionadas. O aumento na linha de receita de transmissão de dados também foi influenciado pelo registro dos descontos sobre a receita dos produtos ADSL em 2008, que em 2007 eram apresentados deduzidos da receita bruta dos produtos.

As receitas totais de transmissão de dados aumentaram 20,7% em 2007, alcançando R\$ 2.415,4 milhões, em comparação aos R\$ 2.000,5 milhões em 2006. Esse crescimento ocorreu em consequência de um aumento de 19,0% nos acessos ADSL e de um aumento de 7,6% em ATM, Frame Relay e Vetor. Os acessos totais ADSL em operação eram de aproximadamente 1,6 milhão em 31 de dezembro de 2007, um aumento em comparação ao total de 1,3 milhão acessos ADSL em 31 de dezembro de 2006, e geraram receitas médias por linha de aproximadamente R\$ 49,8 em 2007.



Serviços de Rede

As receitas de serviços de rede são geradas, principalmente, pelas tarifas de interconexão recebidas de outras operadoras de telecomunicações pelo uso da rede da BrT e, em menor extensão, pelas taxas geradas por provedores de serviço de telefonia móvel para aluguel de suas instalações de transmissão, infra-estrutura e outros equipamentos, e pelo aluguel de seus ativos, tais como pontos de presença, para outras operadoras de telefonia móvel e de longa distância.

As receitas totais de serviços de rede aumentaram 15,0% em 2008, somando R\$ 823,2 milhões, em comparação aos R\$ 715,6 milhões em 2007, principalmente, em razão de um aumento de 3,0% e 4,9% nas tarifas de TU-RL e TU-RIU em julho de 2008. As receitas totais provenientes de tarifas de interconexão consistem em: (i) R\$ 163,9 milhões de tráfego móvel-fixo em 2008 em comparação aos R\$ 114,4 milhões em 2007; (ii) R\$210,0 milhões de tráfego fixo-fixo em 2008 em comparação aos R\$ 243,2 milhões em 2007; e R\$449,4 milhões de cessão de meios em 2008 em comparação aos R\$357,9 milhões em 2007.

As receitas totais de serviços de rede diminuíram 7,1% em 2007, somando R\$715,6 milhões, em comparação aos R\$ 770,6 milhões em 2006, em razão de uma redução de 20,0% na tarifa TURL em 1º de janeiro de 2007 determinada pela Anatel. As receitas totais provenientes de tarifas de interconexão consistem em R\$243,2 milhões de tráfego fixo-fixo em comparação aos R\$298,2 milhões em 2006, R\$114,4 milhões de tráfego móvel-fixo em comparação aos R\$143,9 milhões em 2006, e R\$357,9 milhões de cessão de meios em comparação aos R\$328,4 milhões em 2006.

Telefonia Móvel

As receitas totais de telefonia móvel chegaram a R\$1.965,6 milhões em 2008, um aumento de 2,4% em comparação aos R\$ 1.919,3 milhões em 2007, consistindo em: (i) R\$225,7 milhões em vendas de aparelhos celulares e equipamentos relacionados, uma redução em comparação aos R\$ 270,5 milhões em 2007; (ii) assinatura, que representava R\$401,7 milhões em dezembro de 2008, uma redução em comparação aos R\$433,6 milhões em dezembro de 2007; (iii) utilização, que incluem as tarifas por minutos utilizados além daqueles incluídos nas mensalidades de telefones móveis e representavam R\$642,1 milhões em dezembro de 2008, um crescimento em comparação aos R\$ 547,1 milhões em dezembro de 2007; e (iv) interconexão, que representava R\$662,2 milhões em dezembro de 2008, um crescimento em comparação aos R\$624,7 milhões em dezembro de 2007. O aumento na receita de utilização deve-se à diminuição de descontos nos planos pós-pagos e ao aumento efetivo da utilização dos clientes pré-pagos.

As receitas totais de telefonia móvel chegaram a R\$1.919,3 milhões em 2007, um aumento de 45,0% em comparação aos R\$1.323,3 milhões em 2006, consistindo em: (i) R\$270,5 milhões em vendas de aparelhos celulares e equipamentos relacionados, uma redução em comparação aos R\$286,2 milhões em 2006; (ii) assinatura, que representava R\$433,6 milhões em dezembro de 2007, um crescimento em comparação aos R\$ 305,4 milhões em dezembro de 2006, (iii) utilização, que incluem as tarifas por minutos utilizados além daqueles incluídos nas mensalidades de telefones móveis e representavam R\$547,1 milhões em dezembro de 2007, um crescimento em comparação aos R\$388,2 milhões em dezembro de 2006; e (iv) interconexão, que representavam R\$624,7 milhões em dezembro de 2007, um crescimento em comparação aos R\$300,1 milhões em dezembro de 2006. O aumento nas tarifas de interconexão deveu-se, principalmente, aos efeitos da nova regulamentação da Anatel (*full bill*), que determinou que todas as chamadas entre operadoras de telefonia móvel seriam cobradas (anteriormente, somente as chamadas nas quais a diferença entre o tráfego de entrada e de saída fosse superior a 55% eram cobradas). No final de 2007, a BrT possuía aproximadamente 4,3 milhões de assinantes de telefonia móvel, um aumento de 26,2% em comparação aos 3,38 milhões de assinantes no final de 2006.

Outras Receitas

Outras receitas compreendem, principalmente, os serviços suplementares e com valor adicionado, tais como chamadas gratuitas, transferência de chamadas e identificador de chamadas, assim como serviços de acesso à Internet. Outras receitas aumentaram 5,6% em 2008, alcançando R\$936,9 milhões, em comparação aos R\$887,4 milhões em 2007. As receitas de serviços suplementares e com valor adicionado aumentaram 5,9% em 2008, totalizando R\$ 417,2 milhões em 2008, em comparação aos R\$394,0 milhões em 2007, e as receitas de serviços de acesso à Internet aumentaram 6,7% em 2008, atingindo R\$488,9 milhões, em comparação aos R\$458,3 milhões em 2007. A BrT tem cerca de 1,3 milhões de assinantes de serviços de internet pagando por serviços que incluem acesso à internet de banda larga e serviços de valor adicionado. De acordo com o Ibope/NetRatings de dezembro/2008, o Internet Group alcançou o segundo lugar entre os principais concorrentes nacionais, com mais de 13,3 milhões de visitantes residenciais únicos, o que representou um crescimento de 18% quando comparado à audiência de dezembro de 2007. Em páginas vistas, o portal atingiu 908 milhões, um aumento de 37%.



Outras receitas aumentaram 14,2% em 2007, alcançando R\$887,4 milhões, em comparação aos R\$777,3 milhões em 2006. As receitas de serviços suplementares e com valor adicionado aumentaram 7,2% em 2007, totalizando R\$394,0 milhões, em comparação aos R\$367,6 milhões em 2006, e as receitas de serviços de acesso à Internet aumentaram 25,1% em 2007, atingindo R\$ 458,3 milhões, em comparação aos R\$366,3 milhões em 2006. Em 2007, o Internet Group gerou 44,6 bilhões de minutos de uso em 2007, com 1,34 milhões de assinantes pagando por serviços que incluíam acesso à internet de banda larga e serviços de valor adicionado.

Deduções das Receitas Operacionais Brutas

ICMS e Outros Impostos Indiretos

O valor total do ICMS e de outros impostos aumentou 0,8% em 2008, totalizando R\$4.389,5 milhões, em comparação aos R\$4.353,8 milhões em 2007. O crescimento do ICMS e de outros impostos refletiu o impacto proporcional ao aumento na receita operacional bruta da BrT durante o período e a mudança no mix de receita, uma vez que há uma menor incidência dos tributos estaduais sobre alguns serviços específicos, como os serviços de interconexão, e principalmente um aumento em COFINS. A variação de R\$35,7 milhões deve-se basicamente a variações de: (i) R\$3,7 milhões em ICMS sobre venda de mercadorias e serviços, (ii) R\$7,0 milhões em ISS, (iii) R\$3,7 milhões em PIS, (iv) R\$18,4 milhões em COFINS, (v) R\$2,9 milhões em FUST e FUNTEL.

O valor total do ICMS e de outros impostos aumentou 1,6% em 2007, totalizando R\$4.353,8 milhões, em comparação aos R\$4.286,0 milhões em 2006. O crescimento do ICMS e de outros impostos refletiu o aumento na receita operacional bruta da BrT durante o período e principalmente um aumento em COFINS. A variação de R\$67,8 milhões deve-se basicamente a variações de: (i) R\$6,6 milhões em ICMS sobre venda de mercadorias e serviços, (ii) R\$2,5 milhões em ISS, (iii) R\$8,8 milhões em PIS, (iv) R\$39,7 milhões em COFINS, (v) R\$10,2 milhões em FUST e FUNTEL.

Descontos

Os descontos geralmente são divididos em abatimentos sobre: (i) cartões telefônicos pré-pagos (normalmente com comissões de aproximadamente 10,0% sobre o valor nominal vendido), (ii) chamadas locais de linha fixa, (iii) chamadas de longa distância, (iv) serviços inteligentes de rede (tais como identificador de chamada, transferência de chamadas e teleconferência), e (v) mensalidades de produtos ADSL.

Os descontos chegaram a R\$1.320,8 milhões em 2008, em comparação aos R\$585,0 milhões em 2007. Esse crescimento refere-se ao aumento de descontos concedidos sobre a receita dos produtos ADSL em 2008, no montante de R\$ 666,5 milhões devido à mudança de política comercial, a qual passou a adotar a aplicação de descontos na cobrança de serviços ADSL.

Os descontos chegaram a R\$585,0 milhões em 2007, em comparação aos R\$528,7 milhões em 2006. A relação dos descontos e a receita bruta em 2007 foi de 3,7%, praticamente estável em comparação à relação de 2006 que foi de 3,5%.

Custo de serviços e mercadorias vendidas

O custo de serviços e mercadorias vendidas diminuiu 2,7% em 2008, totalizando R\$6.209,4 milhões, em comparação aos R\$ 6.382,2 milhões em 2007. O custo de serviços diminuiu, principalmente, em razão de (i) um decréscimo em depreciação e amortização, que diminuiu 17,2% em 2008, totalizando R\$ 1.683,1 milhões em 2008, em comparação aos R\$ 2.033,0 milhões em 2007, (ii) uma diminuição de 7,6% no custo de material, que inclui o custo de aparelhos celulares e acessórios, de R\$ 325,4 milhões em 2007 para R\$ 300,7 milhões em 2008 e (iii) uma redução de 5,0% em interconexão, que totalizou R\$ 2.202,7 milhões em 2008, contra R\$ 2.318,9 milhões em 2007. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelos aumentos de (i) R\$ 184,1 milhões em custos com pessoal e (ii) R\$97,2 milhões em outros. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o custo de serviços caiu de 57,7% em 2007 para 55,0% em 2008.



O custo de serviços e mercadorias vendidas diminuiu 1,2% em 2007, totalizando R\$6.382,2 milhões, em comparação aos R\$6.459,9 milhões em 2006. O custo de serviços diminuiu, principalmente, em razão de (i) um decréscimo em depreciação e amortização, que diminuiu 11,7% em 2007, totalizando R\$2.033,0 milhões, em comparação aos R\$2.301,3 milhões em 2006 e (ii) uma diminuição de 11,4% no custo de material, que inclui o custo de aparelhos celulares e acessórios, de R\$367,1 milhões em 2006 para R\$325,4 milhões em 2007. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento nos serviços de terceiros, devido principalmente aos serviços de interconexão prestados em 2007. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o custo de serviços caiu de 62,7% em 2006 para 57,7% em 2007.

A tabela a seguir apresenta alguns componentes de o custo de serviços, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior, em 2006, 2007 e 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação percentual	
	2006	2007	2008	2006 – 2007	2007-2008
Custo de serviços e mercadorias vendidas:	(em milhares de reais, exceto porcentagens)				
Depreciação e amortização	(2.301.262)	(2.032.963)	(1.683.112)	(11,7)	(17,2)
Pessoal	(191.778)	(183.453)	(367.614)	(4,3)	100,4
Mercadorias vendidas	(294.727)	(255.429)	(236.603)	(13,3)	(7,4)
Materiais	(72.394)	(69.951)	(64.073)	(3,4)	(8,4)
Serviços	(3.025.924)	(3.252.907)	(3.173.305)	7,5	(2,4)
Outros	(573.844)	(587.498)	(684.711)	2,4	16,5
Total do custo de serviços e mercadorias vendidas.....	(6.459.929)	(6.382.201)	(6.209.418)	(1,2)	(2,7)

Depreciação e Amortização

Os custos totais relacionados à depreciação e amortização diminuíram 17,2% em 2008, totalizando R\$1.683,1 milhões, em comparação aos R\$2.033,0 milhões em 2007. Essa queda deveu-se aos itens integralmente depreciados, principalmente relacionados a equipamentos e meios de transmissão e equipamentos de comutação automática.

Os custos totais relacionados à depreciação e amortização diminuíram 11,7% em 2007, totalizando R\$2.033,0 milhões, em comparação aos R\$2.301,3 milhões em 2006. Essa queda deveu-se aos itens integralmente depreciados, principalmente relacionados a equipamentos e meios de transmissão e equipamentos de comutação automática.

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2008, o quadro de funcionários da BrT totalizava 20.451. O aumento de 3,7 mil em relação a 2007 ocorreu devido ao impacto da internalização do Call Center do Internet Group (iG), bem como ao crescimento de posições de atendimento no segmento para adequação ao Decreto 6.523. O início da internalização das operações de Call Center aconteceu apenas em dezembro de 2007, o número total de funcionários desconsiderando a operação de Call Center era de 5.861 em 2008 contra 5.903 em 2007. Em dezembro de 2007, 10.866 colaboradores passaram a integrar o quadro da companhia e por isso os custos totais com funcionários aumentaram 100,4% em 2008, passando para R\$367,6 milhões, em comparação aos R\$183,5 milhões em 2007, basicamente porque os custos estes funcionários não existiram ao longo de 2007.

Em 31 de dezembro de 2007, o quadro de funcionários da BrT totalizava 16.769. O aumento ocorreu graças à contratação de 10.866 funcionários em dezembro de 2007 para trabalharem no recém-criado segmento de *call center*. Como a contratação ocorreu em dezembro, não houve um impacto relevante nos custos de funcionários em 2007.

Os custos totais com funcionários diminuíram 4,3% em 2007, passando para R\$183,5 milhões, dos R\$191,8 milhões em 2006. A diminuição ocorreu devido às despesas adicionais incorridas em 2006 por causa da redução de a mão de obra anunciada em fevereiro de 2006, que criou um encargo trabalhista pontual.

Mercadorias vendidas

Os custos relacionados a mercadorias vendidas diminuíram 7,4% em 2008, totalizando R\$236,6 milhões face aos R\$255,4 milhões em 2007. Essa diminuição deveu-se principalmente à valorização do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene japonês que diminuíram os custos de aquisição pela Companhia dos aparelhos, parcialmente compensada por um aumento no número de telefones celulares vendidos.



Os custos totais relacionados a mercadorias vendidas diminuíram 13,3% em 2007, somando R\$255,4 milhões em comparação aos R\$294,7 milhões em 2006. Essa diminuição deveu-se principalmente à valorização do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene japonês que diminuíram os custos de aquisição pela Companhia dos aparelhos, parcialmente compensada por um aumento no número de telefones celulares vendidos.

Materiais

Os custos totais com materiais, tais como cartões telefônicos e materiais para a manutenção da rede (como cabos), diminuíram 8,4% em 2008, totalizando R\$64,1 milhões, face aos R\$70,0 milhões em 2007. Essa diminuição no custo de materiais deveu-se principalmente a uma redução na emissão de cartões para telefones pré-pagos, devido à possibilidade de compra de créditos pelos clientes por outros meios.

Os custos totais com materiais diminuíram 3,4% em 2007, somando R\$70,0 milhões, comparados aos R\$72,4 milhões de 2006. Essa diminuição no custo relativo a materiais ocorreu principalmente devido à redução na emissão de cartões para telefones pré-pagos.

Serviços

O custo relacionado a serviços de terceiros diminuiu 2,4% em 2008, alcançando os R\$3.173,3 milhões, contra R\$3.252,9 milhões em 2007. Essa redução nos serviços de terceiros deve-se principalmente a uma redução de 5,0% nos custos de interconexão, cuja relação com a receita bruta diminuiu de aproximadamente 14,5%, ou R\$ 2.318,9 milhões, em 2007 para cerca de 13,0%, ou R\$2.202,7 milhões, em 2008. Essa redução ocorreu, principalmente, em razão do crescimento de 31,5% na base de clientes de telefonia móvel da Companhia.

O custo relacionado a serviços de terceiros aumentou 7,5% em 2007, somando R\$3.525,9 milhões, em comparação aos R\$3.025,9 milhões em 2006. Esse aumento nos serviços de terceiros deve-se principalmente a um acréscimo de 9,6% nos custos de interconexão, cuja relação com a receita bruta aumentou de aproximadamente 14,0%, ou R\$2.114,9 milhões, em 2006 para cerca de 14,5%, ou R\$2.318,9 milhões, em 2007. Esse aumento ocorreu em razão da grande penetração de aparelhos móveis no mercado (inclusive de outras operadoras de telefonia móvel), de um aumento na quantidade de ligações fixo-móvel (principalmente VC-2 e VC-3) e do reajuste nas taxas VUM de 2,25%.

Outros

Outros, que incluem principalmente taxas pagas para o aluguel de equipamento e infra-estrutura, seguro e uma taxa imposta pela Anatel sobre provedores de serviços de telecomunicações para a fiscalização de estações comutadoras e terminais de telefonia móvel, denominadas Taxa de Fiscalização de Telecomunicações, ou FISTEL, aumentaram 16,5% em 2008, chegando a R\$684,7 milhões, contra os R\$587,5 milhões de 2007. Em 2007, estes custos aumentaram 2,4%, chegando a R\$587,5 milhões, contra os R\$573,8 milhões de 2006. Esses aumentos ocorreram principalmente devido ao aumento da base de clientes de telefonia móvel.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 8,8% em 2008, chegando a R\$5.087,4 milhões, em comparação aos R\$ 4.676,3 milhões em 2007, como resultado de um aumento de 2,2% nas receitas operacionais líquidas e uma redução de 2,7% nos custos de serviços e mercadorias vendidas. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro bruto aumentou de 42,3% em 2007 para 45,0% em 2008.

O lucro bruto aumentou 21,9% em 2007, chegando a R\$4.676,3 milhões, em comparação aos R\$3.836,7 milhões em 2006, como resultado de um aumento nas receitas operacionais líquidas. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro bruto aumentou de 37,3% em 2006 para 42,3% em 2007.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totais, que incluem despesas de comercialização, gerais e administrativas, além de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, diminuíram 3,3% em 2008, totalizando R\$3.223,5 milhões, contra R\$3.332,2 milhões em 2007, conforme demonstrado abaixo.



As despesas operacionais totais, que incluem despesas de comercialização, gerais e administrativas, além de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, aumentaram 8,7 em 2007, alcançando R\$3.332,2 milhões, contra R\$3.066,2 milhões em 2006, conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir apresenta certos componentes das despesas operacionais, bem como a variação percentual com relação ao exercício anterior, em 2006, 2007 e 2008.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação Percentual	
	2006	2007	2008	2006 - 2007	2007- 2008
	(em milhares de reais, exceto porcentagens)				
Despesas operacionais:					
Despesas de comercialização	(1.470.632)	(1.485.352)	(1.364.223)	1,0	(8,2)
Despesas gerais e administrativas	(1.331.652)	(1.336.866)	(1.428.101)	0,4	6,8
Outras despesas (receitas)					
operacionais líquidas	(263.930)	(510.010)	(431.187)	93,2	(15,5)
Total de despesas operacionais	(3.066.214)	(3.332.228)	(3.223.511)	8,7	(3,3)

Despesas de Comercialização

As despesas de comercialização totais diminuíram 8,2% em 2008, somando R\$1.364,2 milhões, ante os R\$1.485,4 milhões em 2007, devido, à redução em serviços de terceiros, que diminuíram R\$174,7 milhões em 2008, principalmente devido à internalização da operação do call center ocorrida no final de 2007, este valor está relacionado ao aumento nas despesas com pessoal.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 6,4% em 2008, devido principalmente ao aumento nas receitas brutas. Como porcentagem das receitas brutas, as provisões para créditos de liquidação duvidosa ficaram estáveis em 2,2% das receitas brutas em 2008.

As despesas de comercialização totais aumentaram 1,0% em 2007, somando R\$1.485,4 milhões, ante os R\$1.470,6 milhões em 2006. O aumento ocorreu devido às despesas de marketing e publicidade, que aumentaram R\$ 15,3 milhões em 2007.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa diminuíram 9,5% em 2007, em razão do foco contínuo em medidas para controlar a inadimplência, tais como a introdução de planos alternativos. Como porcentagem das receitas brutas, as provisões para créditos de liquidação duvidosa diminuíram de 2,5% das receitas brutas em 2006 para 2,2% em 2007.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totais aumentaram 6,8% em 2008, alcançando R\$1.428,1 milhões, contra R\$ 1.336,9 milhões em 2007. O aumento ocorreu principalmente em razão de um aumento de R\$ 67,5 milhões em despesas de pessoal e R\$ 44,4 milhões em serviços de terceiros, dos quais R\$ 2,5 milhões foram alocados para despesas com TI e o restante em consultorias e serviços jurídicos. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, as despesas gerais e administrativas aumentaram de 12,1% em 2007 para 12,6% em 2008.

As despesas gerais e administrativas totais aumentaram 0,4% em 2007, alcançando R\$1.336,9 milhões, contra R\$1.331,7 milhões em 2006. O aumento ocorreu principalmente em razão de um aumento de R\$ 40,1 milhões em serviços de terceiros, dos quais R\$ 16,3 milhões foram utilizados para remunerar serviços de TI. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, as despesas gerais e administrativas diminuíram de 12,9% em 2006 para 12,1% em 2007. Adicionalmente, a despesa do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$22,6 milhões, referente à contabilização de despesas com Opção de Compra de Ações, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.



Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

Em 2008, as outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$431,2 milhões, uma diminuição de 15,5% com relação aos R\$510,0 milhões em 2007. Esse resultado deve-se principalmente a um aumento de 9,2% nas contingências, que passaram de R\$650,9 milhões em 2007 para R\$710,5 milhões em 2008. Esse aumento nas contingências ocorreu principalmente em razão de novos processos cíveis e tributários em 2008.

Em 2007, as outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$510,0 milhões, um aumento de 93,2% com relação aos R\$263,9 milhões em 2006. Esse resultado deve-se principalmente a um aumento de 33,4% nas contingências, que passaram de R\$488,1 milhões em 2006 para R\$650,9 milhões em 2007. Esse aumento nas contingências ocorreu principalmente em razão de novos processos cíveis e tributários em 2007, bem como R\$127,9 milhões empregados na recuperação de impostos e despesas recuperadas registradas em 2006. Adicionalmente, o resultado do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$4,6 milhões, referente à contabilização de resultado não operacional, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Lucro Operacional antes de Despesas Financeiras Líquidas

O lucro operacional total antes das despesas financeiras líquidas aumentou 38,7% em 2008, alcançando R\$1.863,9 milhões, comparados aos R\$ 1.344,1 milhões em 2007. Esse aumento deve-se a um acréscimo de 2,2% na receita operacional líquida, e a uma redução de 15,5% em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas aumentou de 12,2% em 2007 para 16,5% em 2008.

O lucro operacional total antes das despesas financeiras líquidas aumentou 74,4% em 2007, alcançando R\$1.344,1 milhões, comparados aos R\$ 770,5 milhões em 2006. Esse aumento deve-se a um acréscimo de 7,4% na receita operacional líquida, parcialmente compensado por um aumento de 93,2% em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas aumentou de 7,5% em 2006 para 12,2% em 2007. Adicionalmente, o resultado do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$17,9 milhões, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Despesas Financeiras Líquidas

As despesas financeiras líquidas totais representam o efeito líquido da receita e despesa de juros, assim como da taxa de câmbio e de ganho e perda com atualização monetária.

Em 2008, as despesas financeiras líquidas aumentaram 4,7%, chegando a R\$524,6 milhões em 2008 em comparação aos R\$ 501,0 milhões em 2007, principalmente em função da variação cambial sobre empréstimos e financiamentos líquido das operações de *hedge*. Também fazem parte desta linha os Juros sobre o capital próprio que em 2008 foram de R\$ 371,0 milhões, contra R\$ 451,0 milhões em 2007.

Em 2007, as despesas financeiras líquidas diminuíram 17,9%, chegando a R\$501,0 milhões em 2007 em comparação aos R\$610,0 milhões em 2006, principalmente devido à valorização do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene japonês, juntamente à redução nas despesas com juros devido ao resgate de todas as debêntures em circulação da 3ª emissão pública, no valor de R\$ 500 milhões, e uma redução da taxa UMBNDES, de -8,5% em 2006 para -16,8% em 2007, o que reduziu o custo dos empréstimos do BNDES. Também fazem parte desta linha os Juros sobre o capital próprio que em 2007 foram de R\$451,0 milhões, contra R\$ 527,6 milhões em 2006. Adicionalmente, o resultado do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$11,7 milhões, referente à contabilização de Instrumentos Financeiros, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou para R\$1.339,4 milhões em 2008, em comparação a R\$843,1 milhões em 2007, principalmente como resultado de um aumento de 8,8% no lucro bruto e de uma redução de 3,3% nas despesas operacionais, apesar do aumento de 4,7% nas despesas financeiras líquidas.

O lucro operacional aumentou para R\$843,1 milhões em 2007, em comparação a R\$ 160,5 milhões em 2006, principalmente como resultado de um aumento de 21,9% no lucro bruto e de 8,7% nas despesas operacionais e de uma diminuição de 17,9% nas despesas financeiras líquidas. Adicionalmente, o resultado do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$6,3 milhões, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.



Receitas (despesas) não operacionais líquidas

Em 2006, foram contabilizados R\$31,4 milhões em Receitas (despesas) não operacionais líquidas, que passaram a ser contabilizadas nas despesas operacionais em 2007 e 2008 em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Lucro antes de Impostos e Participações Minoritárias

O lucro antes de impostos e participações minoritárias o mesmo que lucro operacional, devido a não contabilização de Receitas (despesas) não operacionais líquidas, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro antes de impostos e participações minoritárias foi de um lucro de 7,6% em 2007 para um lucro de 11,9% em 2008.

O lucro antes de impostos e participações minoritárias aumentou de R\$191,9 milhões em 2006 para um lucro de R\$843,1 milhões em 2007, em razão, principalmente, do aumento no lucro operacional. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro antes de impostos e participações minoritárias foi de um lucro de 1,9% em 2006 para um lucro de 7,6% em 2007. Adicionalmente, o resultado do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$ 9,2 milhões, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentaram de uma despesa de R\$359,3 milhões em 2007 para uma despesa de R\$ 591,0 milhões em 2008, devido a um aumento no lucro antes de impostos e participações minoritárias que foi de R\$1.339,4 milhões em 2008, em comparação a um lucro de R\$843,1 milhões em 2007.

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentaram de uma despesa de R\$ 108,1 milhões em 2006 para uma despesa de R\$359,3 milhões em 2007, devido a um aumento no lucro antes de impostos e participações minoritárias que foi de R\$843,1 milhões em 2007, em comparação a um lucro de R\$191,9 milhões em 2006. Adicionalmente, a despesa do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$ 6,4 milhões, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Participações Minoritárias

Em 2008, foram alocados R\$337,1 milhões dos prejuízos para acionistas minoritários, montante proveniente de suas participações na Brasil Telecom S.A., no iG Cayman e na Agência o Jornal da Internet. Em 2007, foram alocados R\$ 261,6 milhões, contra R\$141,1 milhões em 2006, referentes aos prejuízos para acionistas minoritários, montante proveniente de suas participações nessas empresas. Adicionalmente, o resultado do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$ 0,9 milhões, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.

Lucro Líquido

O lucro líquido aumentou de R\$673,2 milhões em 2007 para R\$782,2 milhões em 2008, como resultado do aumento no lucro operacional. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro líquido cresceu de 6,1% em 2007 para 6,9% em 2008.

O lucro líquido aumentou de R\$470,4 milhões em 2006 para R\$673,2 milhões em 2007, como resultado do aumento no lucro operacional. Como porcentagem das receitas operacionais líquidas, o lucro líquido cresceu de 4,6% em 2006 para 6,1% em 2007. Adicionalmente, o resultado do ano de 2007 reflete um ajuste no valor de R\$1,9 milhões, em virtude de mudança de prática contábil, conforme a Lei nº 11.638/07.



DISCUSSÃO E ANÁLISE SOBRE AS ESTRUTURAS PATRIMONIAIS DA BRT PART

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Brasil Telecom Participações S.A. e de suas controladas. A discussão a seguir deve ser lida em conjunto com essas demonstrações financeiras e com a seção “Apresentação das Informações Financeiras”, na página 86 deste Prospecto.

Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 - Brasil Telecom Participações S.A.

As tabelas a seguir apresentam os componentes do ativo, bem como a variação percentual com relação ao exercício anterior.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação Percentual	
	2006	2007	2008	2006 – 2007	2007 – 2008
(em milhares de reais, exceto porcentagens)					
ATIVO					
CIRCULANTE	7.498.113	7.462.192	7.591.486	-0,5%	1,7%
Caixas e Contas Bancárias	127.900	315.032	167.927	146,3%	-46,7%
Equivalentes de Caixa	-	414.972	2.541.878	N.A.	512,5%
Aplicações Financeiras	3.935.476	3.163.487	775.502	-19,6%	-75,5%
Contas a receber de clientes	2.127.654	2.189.701	2.210.090	2,9%	0,9%
Estoques	64.164	32.711	54.048	-49,0%	65,2%
Empréstimos e Financiamentos	5.557	1.797	1.758	67,7%	-2,2%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	29.179	N.A.	N.A.
Tributos Diferidos e a Compensar	944.115	834.615	973.963	-11,6%	16,7%
Depósitos Judiciais	119.058	329.396	679.012	176,7%	106,1%
Outros	174.189	180.481	158.129	3,6%	-12,4%
NÃO CIRCULANTE	10.295.677	9.926.259	11.845.949	-3,6%	19,34%
Empréstimos e Financiamentos	2.852	6.176	5.110	116,5%	-17,3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	6.218	-	N.A.	N.A.
Tributos Diferidos e a Compensar	1.649.463	1.794.488	1.924.930	8,8%	7,3%
Títulos de Renda	3.280	-	-	N.A.	N.A.
Depósitos Judiciais	429.925	1.069.127	2.230.724	148,7%	108,6%
Outros	42.837	77.676	140.516	81,3%	80,9%
Investimentos	330.074	32.222	3.744	-90,2%	-88,4%
Imobilizado	6.535.347	5.691.212	5.902.640	-12,9%	3,7%
Intangível	1.163.432	1.249.140	1.638.285	7,4%	31,2%
Diferido	138.467	-	-	N.A.	N.A.
TOTAL DO ATIVO	17.793.790	17.388.451	19.437.435	-2,3%	11,8%



ANÁLISE
VERTICAL

Exercício findo em 31 de dezembro						
	2006		2007		2008	
(em milhares de reais, exceto porcentagens)						
ATIVO						
CIRCULANTE	7.498.113	42,1%	7.462.192	42,9%	7.591.486	39,1%
Caixas e Contas Bancárias	127.900	0,7%	315.032	1,8%	167.927	0,9%
Equivalentes de Caixa	-	0,0%	414.972	2,4%	2.541.878	13,1%
Aplicações Financeiras	3.935.476	22,1%	3.163.487	18,2%	775.502	4,0%
Créditos	2.127.654	12,0%	2.189.701	12,6%	2.210.090	11,4%
Estoques	64.164	0,4%	32.711	0,2%	54.048	0,3%
Empréstimos e Financiamentos	5.557	0,0%	1.797	0,0%	1.758	0,0%
Instrumentos Financeiros						
Derivativos	-	0,0%	-	0,0%	29.179	0,2%
Tributos Diferidos e a Compensar	944.115	5,3%	834.615	4,8%	973.963	5,0%
Depósitos Judiciais	119.058	0,7%	329.396	1,9%	679.012	3,5%
Outros	174.189	1,0%	180.481	1,0%	158.129	0,8%
NÃO CIRCULANTE	10.295.677	57,9%	9.926.259	57,1%	11.845.949	60,9%
Empréstimos e Financiamentos	2.852	0,0%	6.176	0,0%	5.110	0,0%
Instrumentos Financeiros						
Derivativos	-	0,0%	6.218	0,0%	-	0,0%
Tributos Diferidos e a Compensar	1.649.463	9,3%	1.794.488	10,3%	1.924.930	9,9%
Títulos de Renda	3.280	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Depósitos Judiciais	429.925	2,4%	1.069.127	6,1%	2.230.724	11,5%
Outros	42.837	0,2%	77.676	0,4%	140.516	0,7%
Investimentos	330.074	1,9%	32.222	0,2%	3.744	0,0%
Imobilizado	6.535.347	36,7%	5.691.212	32,7%	5.902.640	30,4%
Intangível	1.163.432	6,5%	1.249.140	7,2%	1.638.285	8,4%
Diferido	138.467	0,8%	-	0,0%	-	0,0%
TOTAL DO ATIVO	17.793.790	100,0%	17.388.451	100,0%	19.437.435	100,0%

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Em 31 de dezembro de 2008 comparado com 31 de dezembro de 2007 e em 31 de dezembro comparado com 31 de dezembro de 2006

Ativo

Ativo Circulante

Em 2008, o ativo circulante era de R\$7.591,5 milhões, 1,7% acima do registrado em 2007 e, em 2007, o ativo circulante era de R\$7.462,2 milhões, 0,5% abaixo do registrado em 2006, principalmente em função das seguintes variações:

Caixa, Contas Bancárias e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Em 2008, o montante total das contas: (i) Caixa e Contas Bancárias (ii) Equivalentes de Caixa e (iii) Aplicações Financeiras era de R\$ 3.485,3 milhões, 10,5% abaixo do registrado em 2007, principalmente devido ao aumento nos desembolsos para o Ativo Não Circulante, depósitos judiciais e pagamento de dividendos, que foram parcialmente compensados pelo menor volume de liquidação de Empréstimos.

Em 2007, o montante total das contas: (i) Caixa e Contas Bancárias (ii) Equivalentes de Caixa e (iii) Aplicações Financeiras era de R\$3.893,5 milhões, 4,2% abaixo do registrado em 2006, principalmente devido às saídas de recursos para liquidação de empréstimos e financiamentos, aquisição de ativo fixo (CAPEX), realização de depósitos judiciais e pagamento de dividendos, superiores ao caixa gerado pelas atividades operacionais da companhia no montante de R\$3.306,9 milhões.



Tributos Diferidos e a Compensar

O saldo de Tributos Diferidos e a Compensar aumentaram R\$139,3 milhões quando comparados os períodos de 2008 e 2007, em razão de créditos de ICMS e diferimento de tributos sobre: (i) contingências passivas, (ii) insuficiência atuarial, (iii) ajuste da Lei 11.638/07 e (iv) exigibilidade suspensa.

O saldo de Tributos Diferidos e a Compensar diminuíram R\$109,5 milhões quando comparados os períodos de 2007 e 2006, em razão principalmente da compensação de tributos recolhidos por estimativa no exercício de 2005 e compensados com o IR e CS apurados em 2006, créditos recuperáveis de COFINS e PIS Lei 9.718/98 e antecipação de ICMS.

Depósitos Judiciais

O aumento de R\$349,6 milhões na rubrica Depósitos Judiciais em 2008, substancialmente é atribuído ao aumento da exigência de garantias judiciais para cobertura das contingências cíveis e trabalhistas.

O aumento de R\$210,3 milhões na rubrica Depósitos Judiciais em 2007, substancialmente é atribuído ao aumento da exigência de garantias judiciais para cobertura das contingências cíveis e trabalhistas.

Ativo Não-Circulante

Em 2008, o ativo não-circulante era de R\$11.845,9 milhões, 19,3% acima do registrado em 2007 e, em 2007, o ativo não-circulante era de R\$9.926,3 milhões, 3,6% abaixo do registrado em 2006, principalmente em função das seguintes variações:

Tributos Diferidos e a Compensar

O montante de Tributos Diferidos e a Compensar aumentou R\$130,4 milhões quando comparados os períodos de 2008 e 2007, principalmente em razão de créditos de ICMS e diferimento de IRPJ e CSLL decorrentes de: (i) benefício fiscal sobre o prejuízo da operação de telefonia móvel, (ii) insuficiência atuarial, (iii) contingências passivas e (iv) exigibilidade suspensa.

O montante de Tributos Diferidos e a Compensar aumentou R\$145,0 milhões quando são comparados os períodos de 2007 e 2006, principalmente em razão de benefício fiscal sobre o prejuízo da operação de telefonia móvel, redução do saldo de ICMS a compensar referente a créditos de aquisição de ativo imobilizado e recuperação de PIS e COFINS Lei 9.718/98.

Depósitos Judiciais

O aumento de R\$1.161,6 milhões na rubrica Depósitos Judiciais nos períodos de 2008 e 2007, substancialmente é atribuído ao aumento da exigência de garantias judiciais para cobertura das contingências societárias, cíveis e trabalhistas.

O aumento de R\$639,2 milhões na rubrica Depósitos Judiciais nos períodos de 2007 e 2006, substancialmente é atribuído ao aumento da exigência de garantias judiciais para cobertura das contingências societárias, cíveis e trabalhistas.

Investimentos

Redução de R\$ 28,5 milhões em Investimentos quando comparados os períodos de 2008 em relação a 2007, em razão basicamente da alienação de investimentos em incentivos fiscais (FINAN e FINOR) e investimentos avaliados ao custo.

Redução de R\$297,9 milhões em Investimentos quando comparados os períodos de 2007 em relação a 2006, devido principalmente reclassificação do saldo de ágios do grupo de Investimentos para Intangível em 2007, conforme alterações da Lei 11.638/07. Além disso, ocorreram alienações de investimentos em incentivos fiscais (FINAN e FINOR) e investimentos avaliados ao custo.



Imobilizado

O Imobilizado em 2008 era de R\$5.902,6 milhões, contra R\$5.691,2 milhões em 2007. O aumento do Imobilizado ocorreu basicamente em função da aquisição de bens para expansão da rede de telecomunicações no valor de R\$1.673,0 milhões e aumento do saldo de depreciações acumuladas em R\$1.461,6 milhões.

O Imobilizado em 2007 era de R\$5.691,2 milhões, contra R\$6.535,4 milhões em 2006. A diminuição do Imobilizado ocorreu basicamente em função do aumento no saldo de Depreciação no valor de R\$1.815,1 milhões ter sido superior ao montante da aquisição de bens para expansão da rede de telecomunicações no valor de R\$ 926,4 milhões.

Intangível

O Intangível em 2008 era de R\$1.638,3 milhões, contra R\$1.249,1 milhões em 2007. Este aumento deveu-se principalmente à aquisição da licença 3G no montante de R\$488,2 milhões em 29 de abril de 2008, do aumento no saldo de sistemas de processamento de dados em R\$350,4 milhões, compensado pelo aumento no saldo de amortizações no período no valor de R\$372,0 milhões.

O Intangível em 2007 era de R\$1.249,1 milhões, contra R\$1.163,4 milhões em 2006. Este aumento ocorreu basicamente em função da reclassificação do saldo de ágios do grupo de Investimentos para Intangível em 2007, conforme alterações da Lei 11.638/07. Adicionalmente houve uma diminuição no saldo de sistemas de processamentos de dados devido ao crescimento de Amortizações acumuladas em R\$411,0 milhões ter sido superior ao montante de adições líquidas que totalizaram R\$303,5 milhões

As tabelas a seguir apresentam os componentes do passivo, bem como a variação percentual em relação ao período anterior.

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação Percentual	
	2006	2007	2008	2006-2007	2007 - 2008
(em milhares de reais, exceto porcentagens)					
PASSIVO					
CIRCULANTE	4.852.403	4.761.837	4.971.033	-1,9%	4,4%
Empréstimos e Financiamentos	1.063.625	390.275	658.801	-63,3%	68,8%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	118.752	89.920	N.A.	-24,3
Debêntures	45.939	8.956	11.906	-80,5%	32,9%
Fornecedores	1.613.090	1.637.188	2.072.279	1,5%	26,6%
Impostos, taxas e contribuições	888.449	820.941	736.157	-7,6%	-10,3%
Dividendos a Pagar	614.411	1.016.516	433.232	65,4%	-57,4%
Provisões	218.841	298.939	366.901	36,6%	22,7%
Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações	135.848	78.844	160.074	-42,0%	103,0%
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	78.580	103.571	110.173	31,8%	6,4%
Outros	193.620	287.855	331.590	48,7%	15,2%
NÃO CIRCULANTE	5.852.700	5.624.764	6.658.902	-3,9%	18,4%
Empréstimos e Financiamentos	2.685.626	2.522.633	2.913.198	-6,1%	15,5%
Debêntures	1.580.000	1.080.000	1.080.000	-31,6%	0,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	287.762	132.153	N.A.	-54,1%
Impostos, taxas e contribuições	113.750	171.120	371.144	50,4%	116,9%
Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações	219.533	174.632	623.585	-20,5%	257,1%
Provisões	1.163.161	1.286.517	1.321.514	10,6%	2,7%
Outros	90.630	102.100	217.308	12,7%	112,8%
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	1.811.085	1.802.724	2.043.888	-0,5%	13,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.277.602	5.199.126	5.763.612	-1,5%	10,9%
Capital Social Realizado	2.596.272	2.596.272	2.596.272	0,0%	0,0%
Reservas de Capital	309.178	309.178	309.178	0,0%	0,0%
Reservas de Lucro	306.349	265.964	2.858.162	-13,2%	974,6%
Lucros/Prejuízos Acumulados	2.065.803	2.027.712	-	-1,8%	N.A.
TOTAL DO PASSIVO	17.793.790	17.388.451	19.437.435	-2,3%	11,8%



**ANÁLISE
VERTICAL**

Exercício Findo em 31 de dezembro de

	2006		2007		2008	
(em milhares de reais, exceto porcentagens)						
<u>PASSIVO</u>						
CIRCULANTE	4.852.403	27,3%	4.761.837	27,4%	4.971.033	25,6%
Empréstimos e Financiamentos	1.063.625	6,0%	390.275	2,2%	658.801	3,4%
Debêntures	-	0,0%	8.956	0,1%	11.906	0,1%
Instrumentos Financeiros Derivativos	45.939	0,3%	118.752	0,7%	89.920	0,5%
Fornecedores	1.613.090	9,1%	1.637.188	9,4%	2.072.279	10,7%
Impostos, taxas e contribuições	888.449	5,0%	820.941	4,7%	736.157	3,8%
Dividendos a Pagar	614.411	3,5%	1.016.516	5,8%	433.232	2,2%
Provisões	218.841	1,2%	298.939	1,7%	366.901	1,9%
Autorização para Exploração de						
Serviços de Telecomunicações	135.848	0,8%	78.844	0,5%	160.074	0,8%
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	78.580	0,4%	103.571	0,6%	110.173	0,6%
Outros	193.620	1,1%	287.855	1,7%	331.590	1,7%
NÃO CIRCULANTE	5.852.700	32,9%	5.624.764	32,3%	6.658.902	34,3%
Empréstimos e Financiamentos	2.685.626	15,1%	2.522.633	14,5%	2.913.198	15,0%
Debêntures	1.580.000	8,9%	1.080.000	6,2%	1.080.000	5,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0,0%	287.762	1,7%	132.153	0,7%
Impostos, taxas e contribuições	113.750	0,6%	171.120	1,0%	371.144	1,9%
Autorização para Exploração de						
Serviços de Telecomunicações	219.533	1,2%	174.632	1,0%	623.585	3,2%
Provisões	1.163.161	6,5%	1.286.517	7,4%	1.321.514	6,8%
Outros	90.630	0,5%	102.100	0,6%	217.308	1,1%
<u>PARTICIPAÇÃO DE</u>						
<u>ACIONISTAS NÃO</u>						
<u>CONTROLADORES</u>						
	1.811.085	10,2%	1.802.724	10,4%	2.043.888	10,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.277.602	29,7%	5.199.126	29,9%	5.763.612	29,7%
Capital Social Realizado	2.596.272	14,6%	2.596.272	14,9%	2.596.272	13,4%
Reservas de Capital	309.178	1,7%	309.178	1,8%	309.178	1,6%
Reservas de Lucro	306.349	1,7%	265.964	1,5%	2.858.162	14,7%
Lucros/Prejuízos Acumulados	2.065.803	11,6%	2.027.712	11,7%	-	0,0%
TOTAL DO PASSIVO	17.793.790	100,0%	17.388.451	100%	19.437.435	100%

Passivo

Passivo Circulante

Em 2008, o passivo circulante era de R\$4.971,0 milhões, 4,4% acima do registrado em 2007 e, em 2007, o passivo circulante era de R\$4.761,8 milhões, 1,9% abaixo do registrado em 2006, principalmente em função das seguintes variações:

Fornecedores

Em 2008, esta conta atingiu R\$2.072,3 milhões, com crescimento de R\$435,1 milhões em relação ao valor registrado em 2007, devido à aceleração nos investimentos em rede de telefonia ao final do ano.

Em 2007, esta conta atingiu R\$1.637,2 milhões, um aumento de R\$24,1 milhões em relação ao valor registrado em 2006.



Impostos, Taxas e Contribuições

O montante de Impostos, Taxas e Contribuições diminuiu R\$84,8 milhões quando comparados os períodos de 2008 e 2007, em razão principalmente de pagamento de ICMS incentivado e quitação de tributos sobre a renda de 2006.

O montante de Impostos, Taxas e Contribuições diminuiu R\$67,5 milhões quando comparados os períodos de 2007 e 2006, em razão principalmente de pagamento de ICMS incentivado e quitação de tributos sobre a renda de 2005.

Dividendos a Pagar

O saldo de Dividendos a Pagar totalizou R\$433,2 milhões em 2008, uma queda de 57,4% quando comparado a R\$1.016,5 milhões registrado em 2007. Esta queda decorre da proposição de distribuição de dividendos superiores ao valor mínimo obrigatório em 2007.

O saldo de Dividendos a Pagar totalizou R\$1.016,5 milhões em 2007, um aumento de 65,4% quando comparado a R\$614,4 milhões registrado em 2006. Este aumento decorre de uma destinação de dividendos superiores ao mínimo obrigatório maior no exercício.

Provisões

A rubrica Provisões é composta por Contingências e Fundos de Pensão. O saldo de Contingências atingiu R\$218,5 milhões em 2008, com um aumento de R\$21,0 milhões em relação ao registrado em 2007. A Companhia efetua periodicamente a avaliação de seus riscos contingenciais, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis, levando em consideração análises de assessores jurídicos especializados. O saldo da conta de Provisões para Fundos de Pensão, no Curto Prazo, aumentou de R\$101,5 milhões em 2007 para R\$148,4 milhões em 2008, devido ao aumento do déficit atuarial, que deve ser coberto pela Companhia como patrocinadora dos planos de previdência.

O saldo de Contingências atingiu R\$197,5 milhões em 2007, com um aumento de R\$21,9 milhões em relação ao registrado em 2006. Este aumento decorre principalmente do aumento de contingências tributárias e cíveis. A Companhia efetua periodicamente a avaliação de seus riscos contingenciais, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis, levando em consideração análises de assessores jurídicos especializados. O saldo da conta de Provisões para Fundos de Pensão, no Curto Prazo, aumentou de R\$43,2 milhões em 2006 para R\$101,5 milhões em 2007, decorrente da reavaliação da obrigação atuarial da companhia.

Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações

Em 2008, a rubrica de Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações totalizava R\$160,1 milhões, um aumento de R\$81,2 milhões em relação a 2007, basicamente devido à aquisição da autorização para exploração da rede 3G em abril de 2008.

Em 2007, a rubrica de Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações totalizava R\$78,8 milhões, uma queda de R\$57,0 milhões em relação a 2006, basicamente devido ao pagamento da parcela referente à concessão do STFC em 2007. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL apresenta vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares, sendo equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior.

Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais

O saldo de Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais totalizou R\$110,2 milhões em 2008, contra R\$103,6 milhões em 2007, basicamente em função do aumento de aproximadamente R\$ 12,4 milhões em Encargos Sociais.



O saldo de Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais totalizou R\$103,6 milhões em 2007, contra R\$78,6 milhões em 2006 basicamente em função dos seguintes aumentos: (i) R\$13,1 milhões em obrigações de *stock options* retroativas a 2007, de acordo com a Lei 11.638/07 e (ii) R\$11,7 milhões em Encargos Sociais.

Outros do Passivo Circulante

O saldo de Outros do Passivo Circulante totalizou R\$331,6 milhões em 2008, contra R\$287,9 milhões em 2007. O aumento de R\$43,7 milhões foi composto basicamente pelos seguintes aumentos: (i) R\$16,3 milhões em Adiantamentos de Clientes, (ii) R\$25,6 milhões em Outras Obrigações e (iii) R\$1,9 milhões em Participações no Resultado.

O saldo de Outros do Passivo Circulante totalizou R\$287,9 milhões em 2007, contra R\$193,6 milhões em 2006. O aumento de R\$94,3 milhões foi composto basicamente pelos seguintes aumentos: (i) R\$10,4 milhões em Adiantamentos de Clientes, (ii) R\$78,9 milhões em Outras Obrigações (obrigações decorrentes de grupamento de ações R\$ 81,2 milhões) e (iii) R\$5,0 milhões em Participações no Resultado.

Passivo Não Circulante

Em 2008, o Passivo Não Circulante era de R\$6.658,9 milhões, 18,4% acima do registrado em 2007 e, em 2007, o Passivo Não Circulante era de R\$5.624,8 milhões, 3,9% abaixo do registrado em 2006, principalmente em função das seguintes variações:

Provisões

A rubrica Provisões é composta por Contingências e Fundos de Pensão. O saldo de Contingências atingiu R\$714,1 milhões em 2008, com um aumento de R\$13,9 milhões em relação ao registrado em 2007. Este aumento decorre de revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis, levando em consideração análises de assessores jurídicos especializados. O saldo da conta de Provisões para Fundos de Pensão, no Longo Prazo, aumentou de R\$586,3 milhões em 2007 para R\$ 607,4 milhões em 2008, conforme avaliação atuarial no final do período.

O saldo de Contingências atingiu R\$700,2 milhões em 2007, com um aumento de R\$143,1 milhões em relação ao registrado em 2006. Este aumento decorre de revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis, levando em consideração análises de assessores jurídicos especializados. O saldo da conta de Provisões para Fundos de Pensão, no Longo Prazo, caiu de R\$606,0 milhões em 2006 para R\$586,3 milhões em 2007, em conformidade com a revisão dos cálculos atuariais para o período.

Impostos, Taxas e Contribuições

O saldo de Impostos, Taxas e Contribuições do Passivo Não Circulante totalizou R\$371,1 milhões em 2008, contra R\$171,1 milhões em 2007. A variação positiva de R\$200,1 milhões foi principalmente em razão de um aumento de R\$142,8 milhões no saldo de PIS e COFINS com exigibilidade suspensa e pagamento de ICMS Incentivado e aumento de R\$ 42,8 milhões no saldo de IRPJ e CSLL sobre adições temporárias.

O saldo de Impostos, Taxas e Contribuições do Passivo Não Circulante totalizou R\$171,1 milhões em 2007, contra R\$113,7 milhões em 2006. A variação positiva de R\$57,4 milhões foi principalmente em razão R\$76,5 milhões de quitação de ICMS incentivado e aumento de tributos com exigibilidade suspensa e aumento de R\$89,7 milhões no saldo de tributos PIS e COFINS com exigibilidade suspensa e aumento de R\$16,3 milhões no saldo de IRPJ e CSLL sobre adições temporárias.

Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações

O saldo de Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações do Passivo Não Circulante totalizou R\$623,6 milhões em 2008, contra R\$174,6 milhões em 2007. O aumento de R\$449,0 milhões foi basicamente devido à aquisição da autorização para exploração da rede 3G em abril de 2008.



O saldo de Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações do Passivo Não Circulante totalizou R\$174,6 milhões em 2007, contra R\$219,5 milhões em 2006. A queda de R\$44,9 milhões foi basicamente devido ao pagamento da parcela referente à concessão do STFC em 2007. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL apresenta vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares, sendo equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior.

Outros do Passivo Não Circulante

O saldo de Outros do Passivo Não Circulante totalizou R\$217,3 milhões em 2008, contra R\$102,1 milhões em 2007. A variação de R\$115,2 milhões vincula-se principalmente ao aumento de R\$117,0 milhões no saldo de adiantamentos recebidos de clientes.

O saldo de Outros do Passivo Não Circulante totalizou R\$102,1 milhões em 2008, contra R\$90,6 milhões em 2007. A variação de R\$11,5 milhões vincula-se principalmente ao crescimento no saldo de fornecedores e adiantamento de clientes.

Patrimônio Líquido

Em 2008, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$5.763,6 milhões, um aumento de 10,9% em relação a 2007, refletindo basicamente o aumento nas Reservas para Investimentos.

Em 2007, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$5.199,1 milhões, uma queda de 1,5% em relação a 2006, refletindo basicamente a queda de R\$40,4 milhões em Reservas de Lucro.

Empréstimos e Financiamentos (Incluindo Debêntures)

	2008	2007
Financiamentos	4.559.037	3.886.431
Juros Provisionados e Outros sobre Financiamentos	105.591	98.860
Arrendamento Mercantil	12.698	27.017
Juros Provisionados e Outros sobre Arrendamento Mercantil	1.731	8.149
Subtotal	4.679.057	4.020.457
Custo de Captação Incorrido	(15.152)	(18.593)
Total	4.663.905	4.001.864
Circulante	670.707	399.231
Não Circulante	3.993.198	3.602.633

Financiamentos

	2008	2007
BNDES	2.655.191	2.206.917
Moeda Nacional	2.564.245	2.112.204
Cesta de Moedas, incluindo dólar	90.946	94.713
Instituições Financeiras	916.293	688.041
Moeda Nacional	126.049	52.506
Moeda Estrangeira	790.244	635.535
Debêntures Públicas	1.091.906	1.088.956
Fornecedores – Moeda Estrangeira	1.238	1.377
Arrendamento Mercantil Financeiro	14.429	35.166
Custo de Captação Incorrido	(15.152)	(18.593)
Total	4.663.905	4.001.864
Circulante	670.707	399.231
Não Circulante	3.993.198	3.602.633



Financiamentos em moeda nacional

Ao final de dezembro de 2008 incidiam: (i) juros fixos de 2,4% a.a. a 10,0% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 8,10% a.a.; e (ii) juros variáveis com base na TJLP acrescidos de 2,3% a 5,5% a.a., UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES) acrescidos de 5,5% a.a., 100% e 104% do CDI, resultando, esses juros variáveis, numa taxa média ponderada de 11,73% a.a. A taxa CDI no encerramento do exercício era de 13,61% a.a. O crescimento de R\$2.206,9 milhões em 2007 para R\$2.655,2 milhões em 2008 em Empréstimos e Financiamentos com o BNDES refletem, basicamente, as novas captações no montante de R\$659,4 milhões, compensadas parcialmente pelas amortizações ocorridas no período, no valor de R\$247,2 milhões. A queda no saldo de Empréstimos e Financiamentos com o BNDES em 2007, quando comparado a 2006, reflete principalmente as amortizações ocorridas no período, no valor de R\$800,2 milhões, que superaram o valor captado em 2007, de R\$600,0 milhões.

Financiamentos em moeda estrangeira

Ao final de dezembro de 2008 incidiam: (i) juros fixos de 1,75% a 9,38% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,36% a.a.; e (ii) juros variáveis de 0,5% a.a. acima da LIBOR e 1,92% a.a. acima da YEN LIBOR, resultando numa taxa média ponderada de 2,96% a.a. As taxas LIBOR e YEN LIBOR no encerramento do exercício para pagamentos semestrais eram de 3,13% a.a. e 0,99% a.a., respectivamente.

O aumento no saldo de financiamentos em moeda estrangeira em 2008, comparado a 2007, deve-se principalmente à desvalorização cambial ocorrida no período, parcialmente compensada por amortizações de R\$82,6 milhões em 2008. Em 2008, o real desvalorizou 31,9% e 63,4% frente ao dólar e iene, respectivamente. Cabe ressaltar que parte das despesas com variação cambial foram compensadas por ganhos com operações de *hedge*.

A queda no saldo de financiamentos em moeda estrangeira observado em 2007, quando comparado a 2006, deveu-se principalmente à valorização cambial e às amortizações de R\$103,6 milhões ocorridas no período. Em 2007, o real se valorizou 17,2% e 11,8% em relação ao dólar e ao iene, respectivamente. Parte do ganho cambial foi compensado por perdas nas operações de *hedge*.

Debêntures Públicas emitidas pela controlada Brasil Telecom S.A.

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$10 mil, perfazendo o total de R\$1.080 milhões, ocorrida em 1º de junho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1º de junho de 2013. A remuneração corresponde à taxa de juros de 104,0% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Na data do encerramento do exercício não existiam debêntures desta emissão em tesouraria.

Em 17 de dezembro de 2008, foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas, tendo os debenturistas representando 97,58% das debêntures em circulação aprovado a celebração de aditamento à escritura. Tal aditamento altera as condições de aquisição obrigatória pela Emissora e a remuneração das debêntures, sendo que a Sociedade deverá optar, divulgando Aviso aos Debenturistas, em até 20 dias da conclusão da operação de alienação do controle acionário da Sociedade para a Telemar Norte Leste S.A. ou qualquer de suas controladas, pela aceitação ou não da remuneração fixada na Assembléia Geral de Debenturistas, devendo ainda, adquirir, dos debenturistas que o solicitarem, as debêntures por eles detidas.



Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

Consolidado (em milhares de Reais)	2008	2007
2009	-	499.633
2010	770.400	605.185
2011	880.670	722.052
2012	771.715	638.798
2013	772.650	639.837
2014	664.969	471.146
2015 e exercícios seguintes	132.794	25.982
Total	3.993.198	3.602.633

Composição da Dívida por Moeda / Indexador

Consolidado (em milhares de Reais)	2008	2007
TJLP	2.564.245	2.112.204
CDI	1.106.336	1.124.122
Dólares Norte-Americanos	509.490	394.979
Ienes	281.992	241.933
<i>Hedge da Dívida em Ienes</i>	90.946	94.713
UMBNDDES – Cesta de Moedas do BNDES	31.607	26.599
INPC	94.441	25.907
Total	4.679.057	4.020.457

Instrumentos Financeiros Derivativos

CONSOLIDADO	2008	2007
Ativo		
Opções de Dólar	29.179	6.218
Total	29.179	6.218
Circulante	29.179	-
Longo Prazo	-	6.218
Passivo		
Opções de Dólar	419	8.684
<i>Swaps de Moeda Cruzada– Iene x CDI</i>	221.654	397.830
Total	222.073	406.514
Circulante	89.920	118.752
Longo Prazo	132.153	287.762

A BrT possui dívidas expressas em Ienes e foram contratadas operações de *swap* para proteção contra flutuações do Iene. A exposição resultante após os contratos de *swap* está atrelada à taxa de cotação do depósito interbancário (CDI) brasileiro da CETIP (Central de Custódia e Liquidação). Adicionalmente, a BrT contratou opções de dólares para proteção de sua dívida nesta moeda.

SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRO

VISÃO GERAL

Antes da constituição da Telebrás em 1972, existiam mais de 900 empresas de telecomunicação operando no Brasil. Entre 1972 e 1975, a Telebrás e suas subsidiárias operadoras adquiriram a grande maioria das outras empresas de telefonia existentes no Brasil, passando, desta forma, a ter o monopólio sobre o fornecimento de serviços públicos de telecomunicação em quase todo território nacional.

Em 1995, o Governo Federal iniciou uma reforma no sistema dos serviços de telefonia do Brasil. Em julho de 1997, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9.472, a Lei Geral de Telecomunicações, e o Poder Executivo, por meio de diversos atos normativos relativos ao setor de telecomunicações, dispôs sobre novas diretrizes para o setor, introduzindo a competitividade e prevendo a privatização do sistema Telebrás. A LGT também criou a ANATEL, uma agência independente de regulamentação do setor de telecomunicações.

Em janeiro de 1998, durante os preparativos para a pré-estruturação e privatização do Sistema Telebrás, as operações de serviço móvel celular das subsidiárias operadoras da Telebrás foram desmembradas em empresas distintas, ainda sob o controle da Telebrás.

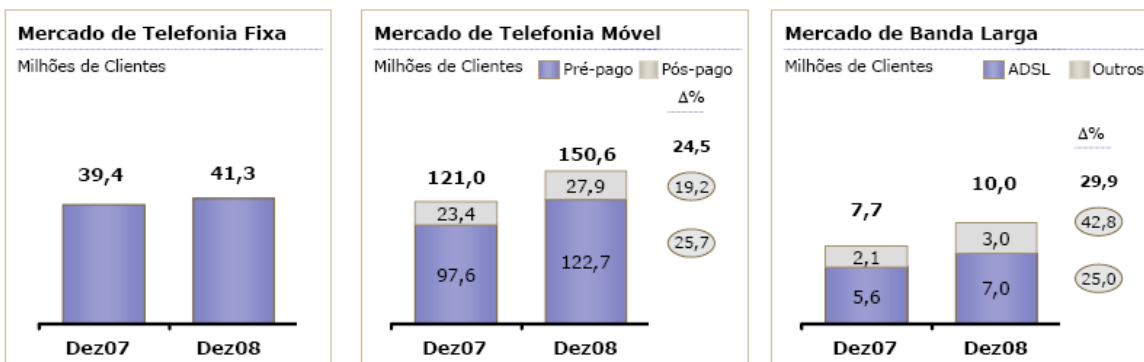
Em abril de 1998, o Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto nº 2.534, dividiu o território brasileiro em quatro regiões para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

- **Região I:** consiste na área geográfica correspondente aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima;
- **Região II:** consiste na área geográfica correspondente ao Distrito Federal e aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre;
- **Região III:** consiste na área geográfica correspondente ao Estado de São Paulo; e
- **Região IV:** compreende todo o território nacional.

Em maio de 1998, a Telebrás foi reestruturada para formar, além da Telebrás, 12 novas empresas controladoras por meio de um processo de cisão, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. A quase totalidade dos ativos e passivos da Telebrás, inclusive as ações das subsidiárias operadoras do Sistema Telebrás, foi vertida para as novas empresas controladoras.

As novas empresas controladoras, juntamente com suas respectivas subsidiárias, incluíam (i) oito prestadoras de serviços de telefonia móvel celular, cada uma operando em uma das oito regiões pré-determinadas; (ii) três prestadoras de serviços de telefonia fixa, cada uma delas inicialmente fornecendo serviços de telefonia local e longa distância intra-regional em uma das três regiões pré-determinadas; e (iii) a empresa controladora da Embratel, que presta serviços de telefonia de longa distância nacional (inter-estadual e inter-regional) e internacional em todo o território brasileiro.

DESEMPENHO DO MERCADO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES





Desde 2002, o mercado brasileiro de telefonia fixa mantinha um crescimento estável que perdurou até o ano de 2006. A partir de 2006 notou-se um leve acréscimo no número de linhas de telefonia fixa impulsionado em grande parte por novos assinantes, destacando-se entre eles os clientes de alto poder aquisitivo e empresas de pequeno e médio porte. Contudo, apesar de tal crescimento ter propiciado a penetração da telefonia fixa em 51% das residências brasileiras, as operadoras de serviços de telefonia fixa continuam a perder *market share*.

A telefonia móvel experimentou no ano de 2008 crescimento considerável de 24,5% a.a., principalmente se comparado à taxa de crescimento de apenas 21,1% a.a. experimentada no ano de 2007. Como resultado deste crescimento, as concessionárias de telefonia fixa tiveram um acréscimo líquido de 29,6 milhões em suas receitas (sendo a Região I responsável por 49% de tais acréscimos líquidos), número 41% superior ao acréscimo verificado em 2007. O segmento pré-pago de telefonia móvel foi o maior responsável por este crescimento, principalmente em razão da utilização dos “*SIM card alone*”.

O mercado de banda larga no Brasil sofre contínua expansão, em 2008 experimentou um crescimento de 30% embora a receita média por usuário tenha sofrido redução no mesmo período. Apesar de a tecnologia 3G ter alterado a dinâmica do setor, as áreas de maior concorrência das concessionárias de serviços de banda larga continuam sendo as que concentram clientes de maior poder aquisitivo responsáveis por aproximadamente 70% dos acessos ADSL. Em 2008, os serviços de banda larga já eram utilizados em 18% das residências brasileiras.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

As atividades da Emissora e da BrT, bem como os serviços que presta e as tarifas que cobra, são reguladas pela LGT e pelas normas administrativas que regulam a prestação dos Serviços de Telecomunicações. A Emissora e a BrT prestam serviços com base em concessões e autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

A ANATEL, criada pela LGT e estabelecida em 7 de outubro de 1997, é a agência responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de telecomunicações no Brasil, exercendo tais atividades de acordo com a LGT e com o seu regulamento, instituído pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997. A ANATEL possui independência administrativa e autonomia financeira. Entretanto, mantém estreita relação com o Ministério das Comunicações, com o Congresso Nacional e com o Presidente da República, a quem deve apresentar relatórios anuais de suas atividades. A ANATEL possui autoridade para propor e editar regras, sujeitas a processo de consulta pública, que devem ser acatadas pelos prestadores de serviços de telecomunicação.

Concessões e Autorizações

Aspectos Gerais

As concessões e autorizações para a prestação de serviços de telecomunicações são outorgadas segundo o regime público ou privado, respectivamente. A outorga de concessões se dá mediante a realização de leilões, com sua exploração delimitada por um período de tempo determinado, sendo, geralmente, facultada uma única renovação. Autorizações são outorgadas por períodos indeterminados, sendo que leilões são realizados somente para algumas autorizações. As empresas que prestam serviços sob regime público de concessão estão sujeitas a obrigações de qualidade, continuidade, universalização do serviço e ampliação e modernização da rede, assim como de submeterem-se à supervisão da ANATEL quanto às tarifas cobradas. As empresas que prestam serviços em regime privado não estão sujeitas às restrições mais rígidas do que as que operam sob o regime privado, devendo, por exemplo, cumprir exigências de continuidade e universalização do serviço, mas estão sujeitas às mesmas obrigações de qualidade dos serviços estabelecidas em suas respectivas autorizações.

Empresas de regime público também oferecem freqüentemente certos serviços sob o regime privado, dos quais os mais significativos são serviços de transmissão de dados.

A Emissora é titular de duas concessões para prestar STFC na Região I (uma concessão para serviço local e outra para serviço de longa distância nacional). Adicionalmente, a Emissora está autorizada a fornecer o Serviço de Rede de Telecomunicações de Transporte (SRTT) na Região I e o Serviço de Comunicações Multimídia (SCM) por meio de sua controlada Pegasus, e a fornecer serviços de longa distância internacional no território nacional e de longa distância nacional nas Regiões II e III por meio de autorização de sua controlada Oi. A Oi ainda possui autorização da ANATEL para fornecer SMP na Região I.



A BrT opera sob o regime público na Região II, onde detém a concessão de rede pública de telefonia fixa comutada (longa distância local e nacional) e detém autorização outorgada sob o regime privado para prestar serviços de telefonia local e longa distância nacional e internacional, nas regiões I e III.

Além da Emissora e da BrT, as principais empresas que operam no regime público no Brasil incluem outra provedora de serviço de linha fixa regionais (Telesp), uma operadora de longa distância nacional (Embratel) e outras operadoras locais secundárias, dentre as quais a CBTC Telecom e a Sercometal (que também atuam no regime público). As quatro empresas principais sob o regime público (a Emissora, a BrT, a Telefônica e a Embratel) são as principais provedoras de STFC no Brasil, como serviços locais e intrarregionais, serviços inter-regionais e internacionais de longa distância. Todas as outras provedoras de serviços de telecomunicações, inclusive outras empresas autorizadas a fornecer serviços de linha fixa na Região I, operam no regime privado.

Regulamentação dos Serviços de Telefonia Fixa

Políticas gerais para a regulamentação do setor de telecomunicações

Em junho de 2003, foi promulgado o Decreto nº 4.733, que cria novas regras e diretrizes com a finalidade de consolidar várias mudanças nos regulamentos do setor de telecomunicações brasileiro de linhas fixas. O Decreto nº 4.733 estabelece as declarações gerais de políticas com relação a, entre outras coisas:

- acesso universal a serviços de telecomunicações;
- estímulo ao emprego e desenvolvimento do setor de telecomunicações brasileiro;
- promoção da concorrência e adoção de políticas de reajuste de tarifas que levam em conta considerações socioeconômicas brasileiras; e
- o equilíbrio financeiro de contratos de concessão existentes.

O Decreto também definiu certas mudanças refletidas nos contratos de concessão celebrados por cada empresa em regime público a partir de 1º de janeiro de 2006.

Vários projetos de lei que afetam a política de telecomunicações foram apresentados ao Congresso Nacional, visando tornar os serviços de telecomunicações mais acessíveis para a população de baixa renda brasileira. Esses projetos de lei propuseram: (i) eliminar a assinatura mensal que compensa as empresas de telecomunicações pela extensão e manutenção do serviço de telecomunicação fixa para seus clientes; e (ii) impor planos telefônicos de linha fixa (telefone social) que as empresas de telecomunicações teriam que fornecer a certos usuários residenciais de baixa renda elegíveis. Se esses projetos forem aprovados, as margens operacionais das prestadoras de serviços de telecomunicações, inclusive a Emissora, poderão ser adversamente afetadas.

Autorizações de Regime Privado

Com vistas a introduzir a concorrência nos serviços de telefonia fixa no Brasil, em 1999, o Governo criou quatro licenças de regime privado para competir com as concessionárias titulares de linha fixa. Três dessas licenças foram emitidas a provedoras de serviços locais e intrarregionais de longa distância para operar em três regiões de linha fixa. A Embratel detém atualmente duas dessas licenças, o que lhe permite fornecer serviços locais nas Regiões I e III, e a GVT detém a outra licença para fornecer os mesmos serviços na Região II. A quarta licença concorrente, atualmente detida pela Intelig, deveria ter sido emitida a uma licenciada que fornecesse serviços de longa distância intra-regionais, inter-regionais e internacionais em todo o Brasil. Desde 2002, o número de licenças que o Governo Federal pode emitir é ilimitado. Empresas de telefonia fixa sob regime privado têm substancialmente menos obrigações, tais como metas universais, que operadoras de linha fixa sob o regime público. Embora a Emissora tenha recebido uma licença para fornecer STFC sob a estrutura de regime privado nas Regiões II e III, os STFC da Emissora na Região I são fornecidos de acordo com as regras do regime público, conforme esclarecido abaixo.



Concessões de Regime Público

Cada uma das empresas sob o regime público opera por meio de concessões com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2025. Em junho de 2003, a ANATEL aprovou um novo Plano Geral de Metas de Qualidade, e os termos dispostos nos Contratos de Concessão 2006 que poderão ser modificados em 2010, 2015 e 2020. Essas concessões também podem ser revogadas antes de seu término, em função de alterações tecnológicas, fomento a competição do mercado e novas condições domésticas e internacionais. A ANATEL deverá realizar consulta pública a fim de implementar qualquer modificação aos contratos. A cada dois anos, durante o período de 20 anos de vigência dos Contratos de Concessão, as empresas sob o regime público serão obrigadas a pagar taxas de renovação semestrais equivalentes a 2% das receitas operacionais líquidas anuais de serviços de telecomunicação do ano imediatamente precedente. Os principais recursos do serviço de linha fixa sob o regime público estão descritos abaixo.

Contratos de Concessão de 2006

Em 2 de junho de 1998, as concessionárias celebraram com a ANATEL os Contratos de Concessão do STFC Local e de Longa Distância nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Norte, Amazonas, Maranhão, Alagoas, Piauí, Paraíba, Sergipe, Amapá e Roraima.

Os antigos contratos de concessão expiraram em 31 de dezembro de 2005 e a partir de 1º de janeiro de 2006, entraram em vigor os novos Contratos de Concessão 2006 para serviços telefônicos nas modalidades Local e Longa Distância Nacional, os quais regulam a prestação do serviço por um período de 20 anos. Como parte integrante dos Contratos de Concessão 2006 está o PGMU do STFC, publicado no Diário Oficial da União por meio do Decreto nº 4.769, em 28 de junho de 2003, assim como o Plano Geral de Metas de Qualidade e o novo Plano Geral de Metas de Competição, que serão regulados pela ANATEL.

As maiores mudanças no Contrato de Concessão 2006 estão relacionadas a seguir:

- novos critérios usados para fazer a cobrança de serviços de linha fixa locais que substituíram o antigo sistema de pulsos por um sistema baseado na quantidade de minutos consumidos por usuários de serviços de linha fixa;
- um novo índice de reajuste para o setor de telecomunicações e metodologia usada para ajustar as tarifas de serviços de linha fixa;
- a introdução de um novo fator de produtividade que reduz a taxa de reajuste usada pelas empresas de telecomunicações para atualizar as tarifas cobradas a seus clientes;
- um plano pré-pago de telefonia de linha fixa com um valor de assinatura mais baixo que o Plano Básico da Emissora para clientes residenciais (Acesso Individual Classe Especial – AICE); e
- a obrigação de se construir postos de serviços, que incluem postos de atendimento à população de baixa renda. Em contrapartida, a Emissora foi autorizada a reduzir o número de telefones públicos a serem instalados para o cumprimento das metas de universalização. Em abril de 2008, as concessionárias locais trocaram a meta de construção de postos de serviços pelo fornecimento de *backhaul* (rede interurbana de transmissão) e de conectividade IP nas escolas, conforme a seguir descrito.

Em abril de 2008, as concessionárias do STFC local assinaram um termo aditivo aos Contratos de Concessão 2006 por meio do qual aceitaram abrir mão de cláusula que determinava que novas metas de universalização seriam impostas a partir de 2010. Com isso, foi promulgado pelo Poder Executivo o Decreto nº 6.424, que estabeleceu novas metas de universalização para as concessionárias do STFC local.



As novas metas consistem da instalação de *backhaul* em um número significativo de localidades. No caso da Emissora, o compromisso abrange 2.800 localidades brasileiras. O cronograma de atendimento a tais localidades estabelecido no Decreto 6.424 estipula que a Emissora deverá atender 40% dessas localidades até 31 de dezembro de 2008; 80% até 31 de dezembro de 2009 e, por fim, 100% das localidades até 31 de dezembro de 2010.

No contexto da troca de metas, as concessionárias locais também se comprometeram a fornecer conectividade IP a todas as escolas urbanas municipais, estaduais e federais brasileiras. Tal comprometimento foi formalizado por meio da assinatura de termo aditivo ao termo de autorização do Serviço de Comunicação Multimídia de cada uma das concessionárias locais.

Até 2005, as chamadas eram medidas e cobradas por pulsos, consistindo de uma única cobrança por chamada e outra cobrança por cada fração adicional de quatro minutos de uso. Os Contratos de Concessão 2006 estabeleceram um sistema de faturamento por minuto, como esforço para estabelecer critérios de faturamento mais objetivos e transparentes para o cliente. O objetivo da ANATEL com a migração para um sistema baseado em minutos não é reduzir as tarifas, mas oferecer uma estrutura de tarifas mais transparente para os clientes.

Com relação ao novo índice de reajuste, a ANATEL passou a utilizar um reajuste de tarifas específico baseado em uma cesta de fatores para serviços de telecomunicações, designado como IST. O IST fornece uma conta mais equilibrada da evolução dos preços cobrados tanto aos clientes do varejo quanto aos do atacado que a taxa de inflação antiga aplicada ao setor de telecomunicações o IGP-DI, que enfoca mais a evolução de preços no atacado. Nos últimos anos, com a estabilidade da moeda brasileira, a evolução do IGP-DI ficou muito próxima a de índices orientados a consumidores, o que sugere que a variação entre o IST e o IGP-DI pode não ser significativa, contanto que a moeda brasileira permaneça estável.

Os Contratos de Concessão 2006 estabeleceram um novo método de calcular o fator de desconto de produtividade, ou o Fator X, que limita o reajuste monetário às tarifas de telecomunicação conforme previsto no IST. No contrato de concessão original, a ANATEL impunha fatores de produtividade pré-determinados para cada uma das concessionárias de telecomunicações. Com o Contrato de Concessão 2006, o método para cálculo o Fator X migrou de um sistema de metas de produtividade arbitrárias, estabelecido pela ANATEL, para um sistema que busca medir a produtividade de uma concessionária contra os resultados reais obtidos por todas as outras concessionárias do setor de telecomunicações. Esse novo método de calcular o Fator X foi usado para 2006 e foi usado para 2007. Desde 2008, o método para cálculo do Fator X se baseia nos custos operacionais inerentes ao setor de telecomunicações.

Os Contratos de Concessão 2006 implementaram um plano especial pré-pago, de linha fixa, conhecido como AICE, que tem um preço de assinatura menor do que o valor do Plano de Serviço Básico. O AICE tem por finalidade a progressiva universalização do acesso individualizado a domicílios de classes de baixa renda, por meio de condições específicas para sua oferta, utilização, aplicação de tarifas, forma de pagamento, tratamento das chamadas, qualidade e sua função social. O plano AICE é uma alternativa de linha fixa mais barata para clientes residenciais, limitado a uma linha por residência, não sendo possível que o cliente obtenha linhas fixas adicionais.

Nas chamadas originadas no AICE, o valor do minuto é o mesmo do plano básico do STFC, acrescido de uma tarifa de completamento de chamada equivalente a dois minutos. Os custos de habilitação e mudança de endereço são os mesmos do plano básico residencial. As concessionárias ainda poderão oferecer planos de serviço na forma de pagamento pós-pago nos mesmos moldes do AICE.



A tabela abaixo apresenta os valores da cesta de serviços do AICE em vigência:

Concessionárias	Habilitação / Mudança de Endereço		Assinatura		Tarifa do Minuto		Tarifa de Completamento	
	Sem Tributação	Com Tributação	Sem Tributação	Com Tributação	Sem Tributação	Com Tributação	Sem Tributação	Com Tributação
Telemar/RJ	36,39	54,85	16,42	24,75	0,06743	0,10162	0,13486	0,20325
Telemar/MG	36,84	51,63	16,42	23,01	0,06743	0,09450	0,13486	0,18901
Telemar/ES	36,32	50,90	16,47	23,08	0,06743	0,09450	0,13486	0,18901
Telemar/BA	36,57	52,73	16,42	23,68	0,06743	0,09723	0,13486	0,19446
Telemar/SE	37,10	53,50	16,43	23,69	0,06743	0,09723	0,13486	0,19446
Telemar/AL	36,94	53,27	16,44	23,71	0,06743	0,09723	0,13486	0,19446
Telemar/PE	36,97	54,09	16,46	24,08	0,06743	0,09865	0,13486	0,19730
Telemar/PB	37,98	57,24	16,56	24,96	0,06743	0,10162	0,13486	0,20325
Telemar/RN	36,89	53,19	16,41	23,66	0,06743	0,09723	0,13486	0,19446
Telemar/CE	36,22	52,23	16,43	23,69	0,06743	0,09723	0,13486	0,19446
Telemar/PI	37,86	53,06	16,51	23,14	0,06743	0,09450	0,13486	0,18901
Telemar/MA	37,26	52,22	16,53	23,17	0,06743	0,09450	0,13486	0,18901
Telemar/PA	36,86	55,55	16,45	24,79	0,06743	0,10162	0,13486	0,20325
Telemar/AP	37,18	52,11	16,51	23,14	0,06743	0,09450	0,13486	0,18901
Telemar/AM	36,68	51,41	16,44	23,04	0,06743	0,09450	0,13486	0,18901
Telemar/RR	36,79	51,56	16,42	23,01	0,06743	0,09450	0,13486	0,18901
Brasil Telecom/SC	34,55	48,42	16,49	23,11	0,07358	0,10312	0,14716	0,20825
Brasil Telecom/PR	6,81	9,82	16,52	23,82	0,07358	0,10609	0,14716	0,21219
Brasil Telecom/MS	25,75	37,13	16,48	23,76	0,07358	0,10609	0,14716	0,21219
Brasil Telecom/MT	25,56	38,52	16,40	24,72	0,07358	0,11089	0,14716	0,22179
Brasil Telecom/GO	18,62	27,65	16,50	24,50	0,07358	0,10925	0,14716	0,21850
Brasil Telecom/DF	12,44	17,44	16,52	23,15	0,07358	0,10312	0,14716	0,20625
Brasil Telecom/RO	104,69	170,64	15,01	24,47	0,07358	0,11993	0,14716	0,23986
Brasil Telecom/AC	95,49	133,83	15,10	21,16	0,07358	0,10312	0,14716	0,20625
Brasil Telecom/RS (CRT)	63,86	96,25	16,38	24,69	0,07358	0,11089	0,14716	0,22179
Brasil Telecom/RS (CTMR)	29,98	45,18	16,58	24,99	0,07358	0,11089	0,14716	0,22179

Os Contratos de Concessão 2006 previram que as concessionárias deveriam garantir a portabilidade numérica, nos termos da regulamentação.

Regulamentação de tarifa pública

De acordo com o regime de concessão de telefonia fixa, as concessionárias deverão oferecer um Plano Básico de Serviços composto pelos seguintes serviços: (i) instalação; (ii) assinatura mensal; e (iii) minutos locais comutados. As tarifas cobradas pelo Plano de Serviço Básico são compostas por uma cesta de duas tarifas separadas aplicadas a cada um dos serviços básicos. As tarifas cobradas em concessões de longa distância são compostas por uma cesta de 20 tarifas que variam de acordo com três critérios básicos: (i) distância física separando chamadores; (ii) hora do dia; e (iii) dia da semana em que a chamada é feita.



Um mecanismo de preço máximo é usado para reajustar as tarifas cobradas com relação à telefonia fixa local e concessões de longa distância. O preço máximo é ajustado semestralmente de acordo com uma fórmula estabelecida nos Contratos de Concessão 2006. A fórmula prevê dois ajustes ao preço máximo. Primeiro, o preço máximo é revisto para cima para refletir aumentos na inflação, conforme medidos pelo IST. Segundo, a ANATEL aplica o Fator X, que reduz o impacto do reajuste da tarifa fornecido pelo IST.

De acordo com o método de cálculo do Fator X, estabelecido nos Contratos de Concessão 2006, a ANATEL calculará a taxa de produtividade média e a comparará com o resultado individual de produtividade de cada concessionária. Desde 2008, o fator de produtividade a ser descontado do IST será igual a (i) 50% do aumento da taxa de produtividade acrescido do (ii) fator calculado pela ANATEL destinado a refletir a produtividade média do setor de telecomunicações. Se uma prestadora de serviços obtiver produtividade negativa, a ANATEL não permitirá que a mesma tenha suas tarifas reajustadas acima do IST.

Tarifas por serviços individuais dentro da cesta de serviços básicos podem ser aumentados na medida em que o aumento médio ponderado para toda a cesta de serviços básicos não exceder o IST. A concessionária pode aumentar a tarifa por quaisquer serviços individuais acima do aumento médio ponderado em até 5% para linhas fixas locais e serviços de longa distância, desde que os preços de outros serviços sejam reduzidos proporcionalmente para garantir que a tarifa média ponderada não exceda a lista revisada de tarifas cobradas.

A Emissora também oferece planos alternativos além do Plano Básico de Serviços que devem ser submetidos à aprovação da ANATEL, e os preços máximos desses planos são ajustados anualmente com base no IST.

Para informações sobre as tarifas e planos de serviços atuais da Emissora, vide seção "Emissora – Tarifas", na página 194 deste Prospecto.

Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU

O PGMU estabelece as principais obrigações das prestadoras de serviço de telecomunicações em regime público com relação à expansão e modernização de redes, tais como fornecer telefones públicos em cidades com mais de 100 habitantes e instalar linhas fixas residenciais até sete dias após uma solicitação, em cidades com mais de 300 habitantes.

Um requisito de expansão de rede adicional imposto às concessionárias pelos Contratos de Concessão 2006 foi o de prestar serviços em escritórios de telecomunicações públicos que servem como centros de negócios para populações de baixa renda. Os centros deverão oferecer: (i) o mínimo de quatro computadores públicos com acesso à internet; (ii) o mínimo de quatro telefones públicos; (iii) um aparelho de fax; e (iv) atendimento sete dias por semana, das 08:00h às 20:00h, de acordo com o PGMU.

Adicionalmente, as concessionárias devem oferecer o Acesso Individual de Classe Especial à população de baixa renda e deverão ainda cumprir com os planos de expansão de redes de acordo com o PGMU sob pena de multa de até R\$50 milhões a ser imposta pela ANATEL.

Recentemente, o Decreto 6.424 promoveu uma mudança nas metas de universalização: não é mais necessário que postos de serviços sejam instalados. Além disso, as concessionárias são obrigadas a instalar a infraestrutura de rede de suporte do STFC para conexão em banda larga, interligando as redes de acesso ao *backbone* das concessionárias, de acordo com o cronograma e a capacidade definidos no referido Decreto.

Desagregação das redes de telefonia fixa locais (Unbundling)

Em maio de 2004, a ANATEL estabeleceu alguns termos e condições a serem seguidos para disponibilização da rede de acesso local entre as prestadoras de serviço de telecomunicações.

A desagregação (ou *unbundling*) requer o compartilhamento das redes de telefonia fixa locais, o que permitirá que as prestadoras de serviço de telecomunicação disponibilizem a sua rede para outras prestadoras. Algumas das condições estabelecidas pela ANATEL são: (i) horário em que as prestadoras devem cumprir com a determinação do acesso; (ii) limites de tarifas que podem ser cobradas pelas prestadoras pelo compartilhamento e total desagregação dos serviços; e (iii) assuntos relacionados, tais como, exigências para adequação de espaço para co-localização.



A norma pretende fomentar a competição nos serviços de telefonia fixa e acesso à internet por Banda Larga, facilitando o acesso ao mercado das novas prestadoras de serviços de telefonia e, ainda, fazendo com que as prestadoras de serviços já existentes forneçam novos serviços ou tenham acesso a novas regiões.

A medida adotada pela ANATEL estabeleceu alguns termos e condições de acordo com os quais devem ser feitas a divisão de linhas e a separação completa da rede das concessionárias. Tais condições definem limites de preço para diversos itens recorrentes e eventuais no sistema de compartilhamento de linhas, inclusive a disponibilidade de pares de cobre, fixado em R\$15,42/par por mês. Em abril de 2005, a Emissora assinou o seu primeiro contrato de desagregação com a Embratel, conforme as novas regras estabelecidas pela ANATEL, mas até 31 de dezembro de 2008, nenhuma linha desagregada havia sido utilizada pelos competidores da Emissora em sua região.

Extinção da concessão

Há várias circunstâncias de acordo com as quais uma empresa sob o regime público pode ter sua concessão rescindida pela ANATEL, conforme listadas abaixo:

- não renovação quando do término da concessão;
- encampação: situação extraordinária que comprometa o interesse público, período em que o Governo Federal está autorizado a prestar os serviços estabelecidos de acordo com a concessão no lugar da concessionária, sujeito a autorização do Congresso Nacional e ao pagamento de indenização adequada ao titular da concessão rescindida;
- rescisão pela companhia (mediante acordo com a ANATEL ou por meio de processo judicial), em consequência de ato ou omissão do governo brasileiro que torne a prestação de serviços excessivamente onerosa para a concessionária;
- anulação, que pode ocorrer unicamente devido a uma condição contratual, considerada ilegal por legislação posterior;
- falha no cumprimento das metas de universalização;
- caducidade, ocorrência de:
 - cisão, união, fusão, redução de capital ou transferência do controle da concessionária sem autorização da ANATEL;
 - transferência da concessão sem a autorização da ANATEL; ou
 - situação extraordinária em que a intervenção do governo brasileiro, apesar de legalmente possível, não ocorre, pois seria inconveniente, desnecessária ou resultaria em benefício injusto para a companhia. Caso a concessão seja rescindida nessas circunstâncias, a ANATEL poderá tomar os pertences da companhia e usar seus funcionários para continuar a prestar os serviços; e
- dissolução ou falência da companhia.

Qualidade dos serviços – Plano Geral de Metas de Qualidade

Cada prestadora de serviços de telecomunicações, seja sob o regime público ou privado, deverá cumprir as disposições do PGMQ, bem como com os termos de suas respectivas concessões e autorizações. Todos os custos relacionados ao cumprimento dos objetivos de qualidade estabelecidos pelo PGMQ deverão ser arcados exclusivamente pela prestadora de serviços de telecomunicações. O PGMQ estabelece padrões de qualidade mínimos com relação a:

- atendimento às solicitações de reparo;



- disponibilidade de serviços a usuários;
- qualidade dos telefones públicos;
- disponibilidade de operadora;
- serviços pessoais a usuários;
- emissão de contas;
- atendimentos às solicitações de mudança de endereço;
- modernização da rede; e
- respostas à correspondência de usuários.

A qualidade dos serviços é medida de acordo com as definições e indicadores de qualidade estabelecidos pela ANATEL. As empresas de telefonia fixa sujeitas a regime público são obrigadas a enviar relatório mensal à ANATEL relativo ao cumprimento de metas e um relatório detalhado das metas não cumpridas. A ANATEL também poderá cobrar tais dados de empresas a qualquer momento sem aviso prévio.

Empresas de telefonia fixa sob o regime público que não cumprem as metas de qualidade fixadas pela ANATEL podem estar sujeitas a avisos, multas, intervenção da ANATEL, suspensões temporárias de serviços ou cancelamento de concessões e autorizações.

A ANATEL mede o desempenho da Emissora em cada estado em que opera. Dessa forma, o desempenho da Emissora em um determinado Estado pode não atingir a meta, mesmo que a meta seja atingida analisando-se o desempenho consolidado de todos os Estados. Portanto, a Emissora poderá estar sujeita a multas ou penalidades pelo não cumprimento de metas em um ou mais Estados de até R\$40 milhões.

Regulamento de SMP e suas tarifas

Em setembro de 2000, a ANATEL emitiu normas que estabeleceram a regulamentação dos serviços de telecomunicação móvel pessoal, que permitem às empresas fornecer serviços de telecomunicações móveis de acordo com licenças de SMP. As licenças de SMP permitem a novos concorrentes do mercado de telecomunicações brasileiro competir com as provedoras de serviços de telecomunicações existentes. Os regulamentos de SMP dividem o território brasileiro em três regiões separadas que correspondem às três regiões do serviço de telefonia fixa comutada. Um total de cinco empresas operando respectivamente nas Bandas A, B, C, D e E poderá oferecer SMP em cada região.

A licença de serviços de telefonia móvel pessoais estabelece certas obrigações e metas que devem ser cumpridas por uma concessionária de serviços de telefonia móvel pessoais. De acordo com tais obrigações uma concessionária de serviços de telefonia móvel pessoal deveria obrigatoriamente cobrir:

- uma área equivalente a, no mínimo, 50% da área urbana em 50% das capitais estaduais e cidades com mais de 500.000 habitantes até 12 de março de 2002;
- todas as capitais estaduais e todas as cidades com mais de 500.000 habitantes até 12 de março de 2003;
- uma área equivalente a, no mínimo, 50% da área urbana em 50% das cidades com mais de 200.000 habitantes até 12 de março de 2004;
- todas as cidades com mais de 200.000 habitantes até 12 de março de 2005; e
- todas as cidades com mais de 100.000 habitantes até 12 de março de 2006.



Uma localidade é considerada como “coberta” quando pelo menos 80% da área urbana total está coberta. O não cumprimento dessas metas pode resultar em penalidades estabelecidas nos regulamentos e, em extremas circunstâncias, na rescisão da licença de serviços de telefonia móvel pessoal pela ANATEL.

É permitido às empresas que detêm licenças de serviços de telefonia móvel pessoal definir, a seu critério, os preços a serem cobrados por seus serviços de telefonia móvel, desde que tais preços estejam vinculados a planos de serviço existentes autorizados pela ANATEL e tais preços sejam reajustados anualmente, com base no IST.

Leilão de Serviço Móvel Pessoal

Antes do regime de SMP, ANATEL forneceu licenças para prestadoras de serviços de telefonia móvel que poderiam operar em cada região do Brasil utilizando bandas A e B. Em 2001 e 2002, a ANATEL leiloou autorizações e licenças para operadores das bandas D e E em cada região. A Emissora obteve autorização para prestar serviços de telefonia móvel na Região I e licença para operar na banda D em março de 2001. A BrT Celular obteve autorização para prestar serviços de telefonia móvel na Região II e uma licença para operar na banda D em dezembro de 2002.

A ANATEL realizou leilões para frequências de radio-transmissão em 2004 e 2006. Em abril de 2004, a BrT Celular obteve licença adicional para operar na banda D da região II.

Em dezembro de 2007, a ANATEL realizou leilão do restante das bandas A, B, C, D e E como extensão de blocos aos prestadores de serviço já existentes e realizou leilão de espectro adicional nas bandas M (1.8 GHz) e L (1.9 GHz).

Leilão do Espectro 3G

Na preparação para os leilões dos espectros nas bandas F, G, I e J (2.1 GHz), a ANATEL editou normas que dividem o território brasileiro em nove regiões para o propósito de utilização dessas bandas de frequência. Em dezembro de 2007, a ANATEL realizou leilões de licenças de radio frequência para operação e utilização de cada uma das bandas nas nove regiões.

Multas e penalidades

O não cumprimento das obrigações de expansão e modernização da rede dispostas na lista de obrigações da Emissora pode resultar em multas e penalidades de até R\$50 milhões, bem como a possível caducidade da concessão. O não cumprimento das obrigações de qualidade de serviço estabelecidas na lista de obrigações da Emissora pode resultar em multas e penalidades de até R\$40 milhões.

Obrigações dos Prestadores de Serviço Móvel Pessoal

Em agosto de 2007, a ANATEL editou uma revisão da normas de regulamentação de serviço móvel pessoal que entraram em vigor em fevereiro de 2008. A regulamentação revisada impôs obrigações adicionais aos prestadores de serviço móvel pessoal, em particular relativamente aos direitos dos consumidores. As prestadores de serviço móvel pessoal devem:

- estabelecer pelo menos um centro de atendimento ao consumidor em cada área registrada em que operam com mais de 100.000 habitantes;
- melhorar o serviço de atendimento ao consumidor para a fim de expandir o acesso a portadores de deficiências auditivas;
- aumentar o prazo aplicável aos cartões pré-pagos de 90 para 180 dias ou mais;
- entregar relatórios detalhados de serviços a clientes de cartões pré-pagos, mediante solicitação;
- reembolsar créditos pré-pagos não utilizados;
- aumentar o prazo de duração dos contratos de clientes pré-pagos para 12 meses;



- autorizar clientes a migrar de planos de serviços sem incorrer em penalidades;
- desbloquear os telefones móveis, a fim de permitir ao cliente que tenha adquirido um telefone móvel utilizá-lo em outra prestadora de serviços de telefonia móvel; e
- aumentar o período de graça para clientes inadimplentes antes do bloqueio total ou parcial de seu acesso de 15-30 dias contados da data do inadimplemento para 30-60 dias.

Preços de Interconexão

As regras gerais sobre interconexão estão descritas no Regulamento Geral de Interconexão aprovado pela ANATEL. Todas as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo estão obrigadas a disponibilizar suas redes para interconexão, se tecnicamente viável, de maneira não discriminatória e sempre que for solicitado por outra prestadora de serviços de telecomunicações. A ANATEL costumava fixar e reajustar as tarifas de interconexão entre duas redes de telefonia fixa, bem como entre redes de telefonia fixa e celular.

A ANATEL estabelece as tarifas de interconexão cobradas pelo uso da rede fixa, local ou de longa distância de alguma outra operadora. Teve início no mês de julho de 2004 o período de livre negociação entre as empresas de telefonia fixa e móvel para as tarifas de uso da rede móvel. Até então, o valor da tarifa VU-M (Valor de Remuneração de Uso de Rede do Serviço Móvel Pessoal) era determinado pela ANATEL para todo o setor, passando a ser negociado diretamente pelos interessados. Teoricamente, as operadoras de telefonia fixa e móvel deveriam chegar a um consenso até fevereiro de 2005, quando completava um ano desde o último reajuste das redes das prestadoras móveis. Contudo, os sucessivos impasses na negociação das tarifas entre as operadoras têm obrigado a ANATEL a interferir, acionada no seu papel de árbitro.

Em 2006, as tarifas de terminação que as empresas podem cobrar uma das outras sobre o uso de sua rede de acesso foram limitadas a 50% da taxa cobrada a consumidores pela mesma chamada. Com base nos preços cobrados por chamadas locais na Região I, a respectiva limitação sobre tarifas de terminação resultou em uma redução de 27% nas tarifas de terminação que a Emissora cobra de outras empresas pelo uso da sua rede de acesso ao terminar chamadas originadas em redes de outras empresas. Em 2007, essa limitação em tarifas de terminação foi equivalente a 40% da taxa cobrada a clientes por chamadas que terminem em nossa rede de acesso. Essa limitação adicional resultou em uma redução adicional de 20% nas tarifas de terminação que a Emissora cobra de outras empresas pelo uso da sua rede de acesso. Inicialmente a previsão era de que a partir de 2008 o método usado para determinar as tarifas de terminação seria baseado nos custos operacionais reais de empresas de telecomunicações. No entanto, em outubro de 2007, a ANATEL publicou um ofício prorrogando a mudança para 2010.

Provedores de SMP negociam aumentos anuais nas taxas para suas cobranças VU-M com os provedores de telecomunicação de telefonia fixa. Caso os provedores não cheguem a um acordo quanto aos termos e condições para os aumentos anuais das taxas, a ANATEL poderá determinar tais aumentos por meio de arbitragem.

Transição do Sistema “Bill and Keep” para “Full Billing”

Antes de julho de 2006, uma prestadora de SMP estava sujeita ao pagamento de tarifas de interconexão à outra prestadora de SMP pela utilização da sua rede na mesma área de registro apenas para o tráfego de chamadas geradas por esta prestadora cujo saldo do tráfego exceder 55% ou estiver abaixo de 45%.

Em julho de 2006, a ANATEL adotou novas regras sob as quais as prestadoras de SMP reconhecem as receitas de interconexão (e seus custos) para o tráfego de chamadas na mesma área de registro em valor bruto com base no tráfego total entre as redes das prestadoras de SMP. Este sistema é chamado de “full billing”. Essas normas também:

- requerem que prestadoras de serviços pessoais de telefonia móvel adotem as taxas VU-M para ligações realizadas fora dos horários de pico que correspondem aos descontos que devem ser oferecidos pelos provedores de telefonia fixa; e
- dispõem que normas mais rigorosas aplicáveis à interconexão entre as prestadoras de serviços pessoais de telefonia móvel que são membros de grupos econômicos com poder de mercado significativo serão adotadas a fim de garantir a competição de mercado.



Regulação Internacional das Tarifas de Interconexão Cobradas por Provedores com Poder Significativo de Mercado

A ANATEL emitiu normas definindo uma série de métodos baseados em custos, incluindo uma metodologia de custos totalmente alocados, para determinar as tarifas de interconexão cobradas pelos provedores de serviços de telecomunicação pertencentes a grupos econômicos com significativo poder de mercado baseado em suas redes interconexão de telefonia fixa ou de serviços pessoais de telefonia móvel. A ANATEL considera que todos provedores de telefonia fixa e todos os prestadores de serviços pessoais de telefonia móvel beneficiados pertencem a grupos de poder significativo de mercado em suas áreas de serviço até que a ANATEL finalize sua avaliação de cada provedor em consonância com critérios publicados para determinar o significativo valor de mercado.

Em julho de 2006, A ANATEL publicou regulamentação sobre as taxas que podem ser cobradas pelo uso da rede móvel pelos prestadores SMP com significativo valor de no mercado de interconexão. Referida regulamentação entrará em vigor em data futura a ser estabelecida pela ANATEL. De acordo com essa regulamentação, a ANATEL determinará, com base no modelo de custo alocado, valor referência para as tarifas VU-M de prestadores considerados com significativo valor de mercado. O valor referência será revisto a cada três anos. Para determinar se o prestador tem significativo valor de mercado, a ANATEL estabelecerá critério que considere:

- a participação de mercado do prestador no mercado de interconexão móvel e SMP;
- as economias de escala e escopo disponíveis para prestador;
- o domínio do prestador sobre a infra-estrutura que não é economicamente viável de ser duplicada;
- a existência de poder do prestador para negociar a aquisição de equipamentos e serviços;
- a existência de integração vertical nas operações do prestador;
- a existência de barreiras para a entrada no mercado de interconexão móvel e no mercado de SMP assistido pelo provedor; e
- o acesso do prestador a financiamentos.

Em 2007, a ANATEL desenvolveu uma metodologia baseada em custos, que entrará em vigor em 2010 para determinar os valores de referência do VU-M de prestadores de SMP que tenham significativo valor de mercado, que será utilizada em casos de arbitragem dos valores de VU-M pela ANATEL. Em 2008, prestadores de SMP passaram a entregar a ANATEL dados operacionais anuais que deverão servir de base para os métodos da ANATEL para determinar as tarifas de interconexão.

Nova Regulamentação publicada em 2008

Após dez anos de privatização do Sistema Telebrás, e já tendo sido revistos o contrato de concessão, o PGMU, o PGMQ, dentre outros, o PGO necessitava de uma atualização, buscando maior alinhamento em relação à dinâmica competitiva e tecnológica internacional.

Em outubro de 2008, a ANATEL publicou Plano Geral de Atualização da Regulamentação da Telecomunicações no Brasil – PGR, contendo o planejamento de regulamentações a serem editadas nos próximos anos, no curto, médio e longo prazos, tais como, revisão do Plano Geral de Outorgas e do Plano Geral de Autorizações do SMP a fim de permitir a consolidação de empresas do setor, elaboração do Plano Geral de Metas de Competição, reestruturação da ANATEL, entre outros. Destacam-se a seguir as principais ações de curto prazo, contidas na Resolução nº 516, de 30 de outubro de 2008, a serem finalizadas em até dois anos:

- atualização do PGO com foco nos grupos que possuam controle de concessionária local do STFC (já implementado);



- revisão do PGMQ para adoção de princípios de qualidade percebida pelos usuários nos serviços de telecomunicações, atendimento às reclamações e aprimoramento da fiscalização;
- revisão dos contratos de concessão com avaliação das condições de prestação de serviços de TV por assinatura por grupo que possua controle de concessionária local na área de prestação da concessão em conformidade com a legislação vigente à época;
- avaliação da regulamentação do STFC ao novo cenário convergente das telecomunicações;
- elaboração do PGMC;
- revisão do plano geral de autorizações do SMP para adequá-lo ao novo cenário das telecomunicações em harmonia com o conceito de Grupo;
- disponibilização de radiofrequências para a massificação de acessos em Banda Larga fixa e móvel (oferta de faixas, entre as quais 450MHz, 2,5GHz, 3,5GHz e sobras do SMP);
- regulamentação dos serviços para ampliação da oferta e da competição, possibilitando a exploração da revenda no STFC, no SCM e no provimento de capacidade satelital, assim como a operação de empresas virtuais na oferta do SMP;
- regulamentação da desagregação de elementos de redes de telecomunicações – *Unbundling (Full Unbundling, line sharing e bitstream)* adotando modelo para precificação do uso de rede;
- implementação otimizada do modelo de custos, incluindo acesso em Banda Larga;
- revisão da regulamentação e do planejamento de outorgas dos serviços de TV por assinatura para atender demanda reprimida por novas outorgas em todo território brasileiro, inclusive em áreas de pouca atratividade;
- regulamentação do Poder de Mercado Significativo (PMS);
- atualizar regulamentação para eliminar a necessidade das empresas autorizadas solicitarem anuência prévia da ANATEL para alterações contratuais de menor relevância;
- criação de condições, por meio de obrigações, para a utilização de meios das redes móveis e satélites para aumento da cobertura das redes de acesso, inclusive banda larga, em áreas rurais ou de fronteira;
- revisão e complementação da regulamentação do SCM – Qualidade, Numeração, Remuneração de Redes e direitos dos usuários;
- revisão do PGMU, fixando novas metas para ampliação das redes do STFC de suporte à Banda Larga (*Backhaul*); e
- realização de estudos de impactos para Separação Funcional, Separação Empresarial e Separação Estrutural.

A assimetria regulatória presente até fins de 2008 impedia a consolidação entre concessionárias do STFC que atuassem em Regiões distintas do PGO, muito embora já tenham ocorrido inúmeros outros movimentos de consolidação na indústria, nos segmentos móvel e TV por assinatura. Em novembro de 2008, foi publicado o Decreto nº 6.654, que aprovou o novo PGO, contendo a possibilidade de que um mesmo grupo econômico possua concessionárias do STFC em até duas Regiões. O novo PGO possibilitou a aquisição do controle acionário da BrT pela Emissora.

Regulamentação de portabilidade numérica

Em 19 de março de 2007, a ANATEL editou o Regulamento Geral de Portabilidade por meio da Resolução nº 460, que estabeleceu os prazos e formas pela qual se dá a portabilidade. A ativação da portabilidade iniciou-se em agosto de 2008 em alguns estados e vem evoluindo, atendendo cada vez mais estados, até atingir todo o país. A portabilidade possibilita aos usuários do STFC e do SMP a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do telefone celular. A portabilidade será implementada no âmbito do STFC e do SMP e se dará somente intra-serviço, ou seja, entre prestadoras do mesmo serviço de telecomunicações.



Cada prestadora de serviços de telecomunicações foi obrigada a celebrar contrato com uma entidade de gerenciamento terceirizada para gerenciar todo o procedimento relativo à portabilidade de número. Prestadoras de serviço podem cobrar uma taxa de migração no valor de R\$4,00 do cliente que quiser manter seu número de telefone. O valor será revertido para pagamento dos custos de gerenciamento da portabilidade.

Serviços de Transmissão de Dados e Serviços de Internet

De acordo com a regulamentação brasileira, os provedores de serviços de Internet (“PSI”) devem ser prestadores de valores de serviços de valor agregado e não provedores de serviços de telecomunicação, que podem fornecer serviços de valor agregado por meio de suas redes. Além disso, a regulamentação da ANATEL exige que todos os prestadores de serviço de telecomunicação e de televisão a cabo forneçam acesso à rede para qualquer parte interessada em fornecer serviços de valor agregado, inclusive acesso à internet, de forma não discriminatória, a menos que seja tecnicamente inviável.

A ANATEL editou regulamentação aplicável aos prestadores de serviços de telefonia fixa com poder de mercado relevante. De acordo com essa regulamentação, os prestadores de serviço devem utilizar o formato dos contratos para Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) e Serviços de Linhas Dedicadas (SLD) disponíveis, incluindo as tarifas aplicáveis, e são apenas autorizados a oferecer esses serviços de acordo com os referidos contratos. Após a publicação dos contratos, as tarifas podem ser aumentadas em base anual de acordo com a inflação medida pelo IST. A ANATEL também publica tarifas básicas para esses serviços e o cliente pode requerer a redução da tarifa perante a ANATEL.

Questões ambientais e outras questões regulatórias

No Brasil, as licenças ambientais são regulamentadas, principalmente, pela Resolução nº 237/97 (a “Resolução 237”), editada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. A Resolução 237 relaciona as atividades que necessitam de licença ambiental, além de prever que qualquer atividade que possua potencial para acarretar um impacto significativo sobre o meio ambiente deve estar licenciada.

Os governos federal, estadual e municipal possuem competência concorrente para, de forma independente, determinar se uma atividade possui potencial para vir a acarretar impacto significativo sobre o meio-ambiente, assim como exigir e conceder permissões ambientais para tal atividade. Como parte das operações regulares da Emissora e da BrT, está a instalação e manutenção de dutos, fios, cabos e torres para as antenas de transmissão em sua Região. A instalação e manutenção dos dutos, fios, cabos e torres para antenas de transmissão não estão relacionadas na Resolução 237 como atividades que requerem licença obrigatória. Até o momento, a BrT necessitou obter licenças ambientais para instalação de torres de transmissão e antenas no município de Porto Alegre, que não impactou suas operações. Entretanto, não há garantia de que determinada autoridade não interprete essa instalação e manutenção como sendo atividades com potencial para ocasionar impactos materiais ao meio ambiente e, portanto, requeiram licença ambiental para a condução de tal atividade. Caso venha a ser exigida a obrigação de se obter licenças ambientais em algumas jurisdições e as mesmas não forem obtidas, a Emissora e a BrT estarão sujeitas à aplicação de multas, que podem variar de R\$500,00 até R\$10 milhões, suspensão total ou parcial de atividades, e/ou sanções civis e criminais.

A ANATEL impõe limites nos níveis e frequência de campos eletromagnéticos originados das estações de transmissão de telecomunicação respeitados pela Emissora.



EMISSORA

VISÃO GERAL

A Emissora, registrada como companhia aberta desde 29 de janeiro de 1969 (ainda com o nome de Telecomunicações do Rio de Janeiro – TELERJ), é a maior prestadora de serviços de telecomunicações da Região I, de acordo com as informações divulgadas pela ANATEL e outras disponíveis publicamente, com base em dados de dezembro de 2008. Como resultado da aquisição da BrT em janeiro de 2009, a Emissora tornou-se, também, a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na Região II do PGO, conforme dados disponibilizados pela ANATEL. A Emissora e a BrT oferecem um amplo espectro de serviços integrados de telecomunicações que incluem, entre outros, serviços de (i) telefonia fixa e móvel; (ii) transmissão de dados (inclusive acesso por Banda Larga); e (iii) provedores de internet ou ISP para clientes residenciais, para empresas de pequeno, médio e grande portes, bem como para órgãos estatais.

Em fevereiro de 2007, a Emissora anunciou a adoção de uma marca única para todos os serviços de telefonia fixa, móvel, internet e entretenimento: a Oi. A marca Oi une as atitudes inovadoras que fizeram o sucesso da operadora móvel à força da maior plataforma fixa de telecomunicações do Brasil, conforme dados da ANATEL, visando substituir, com uma só marca, as diversas marcas utilizadas até então pelas subsidiárias da Emissora. Assim, os principais produtos da Emissora passaram a ser assim denominados:

- Oi Fixo: alteração do telefone Telemar para Oi Fixo;
- Oi Flex: telefone fixo e móvel em um único aparelho, com tarifas fixas na residência e móveis fora dela;
- Oi Velox: serviço de Banda Larga da Telemar;
- Oi Paggo: cartão de crédito por celular, que possibilita transações seguras e rápidas entre clientes e lojistas através de SMS, com mais de 71.000 estabelecimentos credenciados;
- 31: serviço de Longa Distância Nacional e Internacional, com nova identidade visual, mais próxima à marca Oi; e
- Oi Mix: serviços convergentes, como o Oi Conta Total (fixo, móvel, Longa Distância e internet) aos quais vem somar-se o serviço de TV por assinatura, em parceria com a Sky+DirecTV.

A Emissora encerrou o ano de 2008 com 40,4 milhões de UGRs, sendo 13.939 mil na telefonia fixa (“Oi Fixo”), 24.390 mil na telefonia móvel (“Oi Móvel”) e 2.016 mil no serviço de acesso à internet em Banda Larga (“Oi Velox”), além de um milhão de clientes cadastrados no provedor Oi Internet em acessos Banda Larga, correspondendo a um aumento de 27,4% em relação ao número de UGRs do ano anterior.

No início de 2009, a Emissora, por meio da aquisição da BrT, absorveu adicionais 15,5 milhões de UGRs, sendo 8,1 milhões na telefonia fixa, 1,8 milhão nos serviços de acesso à internet Banda Larga e 5,6 milhões em telefonia móvel, correspondendo a um aumento de 1,7 milhão de usuários no ano de 2008.

Após essa aquisição, a Emissora passou a atender a um total de 55,9 milhões de UGRs, sendo 22,0 milhões na telefonia fixa, 3,8 milhões nos serviços de acesso à internet em Banda Larga e 30,0 milhões nos serviços móveis.



A tabela abaixo apresenta o crescimento das UGRs da Emissora e da BrT nos anos de 2006, 2007 e 2008, bem como a consolidação das UGRs da Emissora com a BrT no ano de 2008:



De modo geral, os serviços prestados pela Emissora e pela BrT compreendem:

- serviços de telefonia fixa na modalidade Local nas Regiões I e II, inclusive instalação, assinatura mensal, chamadas locais (para terminais fixos e móveis), ligações a cobrar e serviços complementares;
- telefones de uso público;
- serviços de Longa Distância Nacional e de Longa Distância Internacional, principalmente originadas nas Regiões I e II (Intra-regional), realizadas por telefones fixos e celulares usando o código de seleção de prestadora de longa distância, no caso da Emissora representado pelo número “31” e, no caso da BrT, pelo número “14”;
- uso da rede própria para: (i) completar chamadas iniciadas por clientes de outros provedores de serviços de telecomunicações (serviços de Interconexão); ou (ii) para provedores que não tenham a rede necessária;
- serviços que incluem correio de voz, identificador de chamadas, auxílio às listas, entre outros;
- serviços de voz avançada para clientes corporativos, como serviços de 0800 (chamada gratuita para o usuário chamador);
- serviços de transmissão de dados, englobando serviços ADSL, aluguel de linhas digitais e analógicas dedicadas para clientes corporativos, provedores de serviços de telecomunicações e ISPs, IP, além de outros serviços de transmissão de dados; e
- outros serviços.

Serviços de telefonia fixa

O negócio de telefonia fixa nas Regiões I e II inclui serviços Locais e de Longa Distância, serviços de uso de redes (intercomunicação) e telefones públicos, conforme as concessões e autorizações outorgadas pela ANATEL. A Emissora é uma das maiores empresas de telefonia fixa da América do Sul em termos de linhas instaladas, conforme dados em 31 de dezembro de 2008. Nessa data, a Emissora possuía 13,9 milhões de linhas fixas operacionais, o que a torna a maior prestadora de serviços de telefonia fixa da Região I, possuindo uma parcela de mercado de 83,9% do total de linhas fixas instaladas nessa Região, conforme estimativas próprias. Como resultado da Aquisição da BrT em janeiro de 2009, que possuía 8,1 milhões de linhas fixas operacionais em dezembro de 2008, a Emissora tornou-se também a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na Região II, com uma parcela de mercado de 85,0% do total das linhas fixas instaladas nessa Região, conforme estimativas próprias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, esse setor altamente amadurecido gerou R\$17,3 bilhões em receita operacional bruta, representando um aumento de 2,1% em relação ao exercício anterior.



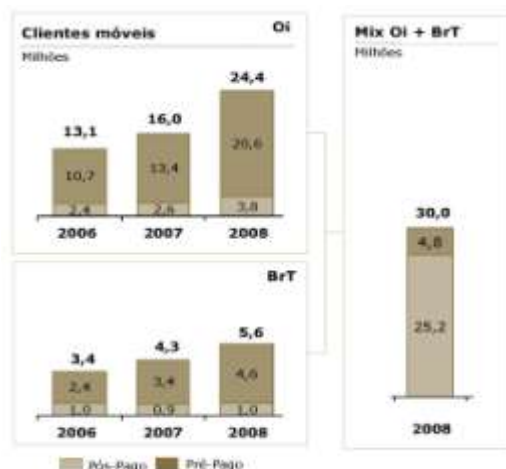
Serviços de telefonia móvel

A Emissora presta serviços de telefonia móvel em todo o Brasil. Com base em estimativas próprias, e considerando os 24,4 milhões de assinantes móveis que possui na Região I, conforme dados de dezembro de 2008, a Emissora figura como um das principais prestadoras de serviços de telefonia móvel nessa Região, com uma parcela de mercado de 30,4% do total dos assinantes de celulares da Região I, apurados em 31 de dezembro de 2008, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL. A posição da Emissora no mercado de telefonia móvel na Região I foi fortalecida pela aquisição do controle da Amazônia Celular em abril de 2008, que operava em cinco estados localizados no norte da Região I. Em março de 2008, a Amazônia Celular possuía 1,5 milhão de assinantes na sua Região de atuação.

Como resultado da aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora estima ser também uma das principais prestadoras de serviços de telefonia móvel na Região II. Em dezembro de 2008, a BrT possuía 5,6 milhões de assinantes nessa Região, com uma parcela de mercado de 14,4% do total dos assinantes de celulares da Região II, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os serviços de telefonia móvel da Emissora (sem considerar a BrT) geraram R\$6,4 bilhões em receita operacional bruta, representando um aumento de 44,3% em relação ao exercício anterior.

Em outubro de 2008, a Emissora iniciou suas operações de telefonia móvel na Região III, vindo a contar, em dezembro de 2008, com, aproximadamente, 2 milhões de assinantes e uma parcela de mercado estimada de 5,3% do total de assinantes de telefonia móvel dessa Região, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL.



No ano de 2008, o segmento pré-pago da Emissora foi responsável por 89% das adições líquidas nos serviços de telefonia móvel, correspondendo a 84% da base total de clientes de telefonia móvel. Já o segmento pré-pago da BrT foi responsável por 91% de suas adições líquidas no ano de 2008, representando 82,5% da base total de clientes de telefonia móvel. A Emissora atualmente, em virtude da Aquisição da BrT, atingiu uma parcela de mercado de 30%, 14,4% e 5,3%, nas Regiões I, II e III, respectivamente, e atingiu 20% do mercado nacional como um todo.

Serviços de transmissão de dados

A Emissora oferece uma diversidade de serviços de transmissão de dados em alta velocidade. Seu serviço de Banda Larga, que utiliza, principalmente, a tecnologia ADSL, é oferecido na Região I sob a marca “Oi Velox”. Em dezembro de 2008, a Emissora possuía, aproximadamente, 2 milhões de assinantes de ADSL, representando 14,1% de suas linhas fixas instaladas nessa data. Como resultado da Aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora passou a prestar serviços de Banda Larga em ADSL na Região II, sob a marca “Turbo”. Em dezembro de 2008, a BrT contava com 1,8 milhão de assinantes de ADSL, representando 22,2% de suas linhas fixas instaladas nessa data.



A Emissora também presta serviços de transmissão de voz e dados a clientes corporativos em todo o Brasil, por suas próprias redes na Região I, pelas redes da BrT na Região II e mediante diversos contratos de cooperação firmados com outros operadores de redes de telecomunicações na Região III. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os serviços de transmissão de dados da Emissora geraram, aproximadamente, R\$3,4 bilhões em receita operacional bruta, representando um aumento de 18,0% em relação ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2008, os serviços de telefonia fixa e transmissão de dados representaram 76,2% da receita operacional bruta consolidada da Emissora, ao passo que a prestação de serviços de telefonia móvel representou 23,6% de sua receita operacional bruta consolidada, nesse mesmo período.

Outros serviços

Após a Aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora passou a operar uma rede de cabos submarinos de transmissão de fibra óptica que conecta o Brasil, Venezuela, Bermuda e Estados Unidos, abrangendo um total de 22 mil quilômetros, além do portal de internet “iG”, que, em 2008, despontou como o segundo maior portal de internet do Brasil, em termos de número de visitantes por dia, conforme avaliação do Ibope/NetRatings.

Em setembro de 2008, a Emissora foi autorizada pela ANATEL a prestar serviços de TV por assinatura em todo o Brasil, utilizando tecnologia por satélite DTH. O lançamento desse serviço está previsto para meados de 2009.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS DA EMISSORA

A Emissora acredita que os seus principais pontos fortes e vantagens competitivas são:

Forte participação em mercados relevantes

De acordo com as informações divulgadas pela ANATEL e outras disponíveis publicamente, com base em dados de dezembro de 2008, a Emissora é a maior prestadora de serviços de telecomunicações da Região I, a mais populosa do país. Dados do IBGE indicam que os 16 estados que compõem a Região I possuíam uma população combinada de, aproximadamente, 100,8 milhões em abril de 2007, representando 54,8% do total da população brasileira naquela data e, aproximadamente, 40,0% do PIB brasileiro de 2006. Adicionalmente, a Emissora, por meio da Oi, lançou sua operação no mercado de telefonia móvel da Região III (estado de SP) que, segundo o IBGE, possuía uma população de 39,8 milhões em abril de 2007, correspondente a 21,6% do total da população do Brasil em abril de 2007, representando 33,9% do PIB brasileiro em 2006, com a maior renda per capita do país.

Como resultado da Aquisição da BrT, em janeiro de 2009, a Emissora passou a oferecer serviços de telefonia fixa e móvel e de transmissão de dados também na Região II, a qual, segundo dados do IBGE, possuía uma população de 43,5 milhões em abril de 2007, correspondente a 23,6% da população total brasileira e 26,2% do PIB do Brasil em 2006.

Ampla reconhecimento da marca Oi

Em fevereiro de 2007, a Emissora anunciou a adoção de uma marca única para todos os seus produtos e serviços: a Oi. A Emissora acredita que a unificação da marca contribui de forma significativa para a uniformização da comunicação dos produtos e serviços Oi para o mercado, resultando em um forte reconhecimento do seu pacote de serviços e no potencial crescimento da participação de mercado da Emissora em seus mercados de atuação, com convergência, simplicidade e eficiência. A Emissora acredita, ainda, que a força e o reconhecimento da marca Oi no Brasil será de extrema importância para a sua expansão no mercado de telefonia móvel da Região III, lançado com sucesso em outubro de 2008.



Expansão em virtude da recente aquisição da Brasil Telecom, resultando em um ganho de escala face à potencial geração de sinergias

O setor de telecomunicações brasileiro experimentou um processo significativo de consolidação nos últimos anos, resultando na criação de quatro grandes conglomerados (Oi, Vivo, Claro e TIM). A Emissora acredita que a recente Aquisição da BrT lhe assegurará porte, cobertura nacional e solidez operacional e financeira para competir no mercado brasileiro de telecomunicações, aproveitando-se das economias de escala geradas, com a conseqüente redução de custos, bem como da expansão e integração do pacote de serviços oferecido ao mercado.

Oferta de serviços integrados

A Emissora fornece seus serviços de telefonia fixa, móvel e de Banda Larga por meio de pacotes de serviços integrados, aproveitando-se da marca Oi. A Emissora acredita que a sua estratégia de convergência, com ofertas de pacotes integrados, resulta em aumento da fidelização de seus clientes e, conseqüentemente, na redução da taxa de desligamento em alguns serviços. Excluindo-se as taxas de desligamento da Amazônia Celular, adquirida pela Emissora em abril de 2008, a taxa de desligamento da Emissora era de 2,4% ao mês em 31 de dezembro de 2008. A Emissora levará a estratégia de diferenciação por meio da oferta de serviços integrados para a Região II, passando a ter um portfólio único. Nessa Região, há um amplo espaço para crescimento desse tipo de oferta, uma vez não ser esse o foco da BrT relativamente à abordagem de mercado, apesar de a possuir em seu portfólio.

Utilização de tecnologia avançada

A Emissora fez, e continua a fazer investimentos significativos na modernização da sua infra-estrutura de rede, incluindo a substituição de terminais analógicos por digitais, aumentando a oferta e a qualidade dos serviços fornecidos aos seus clientes, bem como reduzindo os respectivos custos de manutenção. A Emissora tem assumido posição de vanguarda na adoção de novas tecnologias no mercado brasileiro, tendo sido, por exemplo, a primeira provedora de serviços de telecomunicações da América Latina a implementar a tecnologia *Metro Ethernet* de acesso rápido à internet, que é uma das últimas novidades na indústria de transmissão de dados.

Administração altamente experiente com atuação no setor de telecomunicações

Os negócios da Emissora são comandados por profissionais reconhecidos, com vasta experiência na indústria de telecomunicações. O alto escalão da Emissora contribuiu significativamente para a manutenção da Emissora como provedora de serviços de telecomunicações líder na Região I. Ainda, a alta administração da Emissora desempenha importante papel no fortalecimento da sua oferta de serviços, sobretudo por meio de aquisições estratégicas, como a Aquisição da BrT, permitindo à Emissora competir mais efetivamente em seu setor e prosseguir com o projeto de expansão e crescimento de seus negócios no mercado brasileiro e, quem sabe, no mercado internacional.

ESTRATÉGIA

O objetivo da Emissora é ser a maior e a melhor prestadora de serviços de telecomunicações do Brasil, assumindo a liderança em novos mercados de atuação, aumentando a sua competitividade e ampliando o valor agregado aos seus acionistas. Os elementos essenciais da estratégia da Emissora são:

- manter o foco na convergência;
- aumentar a receita por meio de novas alavancas de crescimento (Banda Larga, mercado corporativo de dados, serviço móvel, vídeo e serviços de cartão de crédito e pagamento – Oi Paggo);
- expandir a oferta integrada de serviços;
- maximizar a eficiência operacional e o nível de qualidade;



- alavancar sinergias entre as redes fixa e móvel, possibilitando a redução de custos operacionais e o aumento das vendas, através de ofertas convergentes;
- aumentar a eficiência e o controle de custos; e
- atuar na consolidação do setor brasileiro de telecomunicações.

Manter o foco na convergência

A convergência de meios e serviços é uma tendência geral no mercado mundial de telecomunicações. Por meio dela, *players* até então focados em um único segmento ou tipo de rede, passam a ter a possibilidade de oferecer serviços de outros segmentos. Além de trazer simplicidade, tal estratégia se traduz em uma série de vantagens para o consumidor.

A Oi foi a pioneira no mercado brasileiro a dispor da convergência fixo-móvel, por intermédio da integração de suas operações e ofertas. Juntamente com essa transição, a Emissora mudou também a abordagem de mercado, passando a ter um foco maior no cliente, ao invés do produto, com o objetivo de oferecer os serviços mais adequados ao perfil de cada consumidor. A Emissora passou a oferecer pacotes de serviços em linha com as reais necessidades de seus clientes, integrando telefonia fixa, móvel, Banda Larga e outras aplicações de dados.

Além de ser importante na geração de sinergias, reduzindo custos operacionais e investimentos, a estratégia de convergência traz a possibilidade de aumentar as vendas por meio de uma abordagem cruzada, implicando num potencial aumento da receita e diminuição de custos de aquisição. A oferta de pacotes integrados traz ainda um aumento da fidelização da base de clientes, com reflexos diretos na taxa de desligamento de alguns serviços.

Por meio da parceria estabelecida com a Sky, a Emissora passou a oferecer pacotes integrando também os serviços de TV por assinatura. Esse movimento é essencial para a estratégia da oferta de pacotes completos de serviços, ampliando as vantagens aos clientes da Emissora e mantendo sua competitividade com relação às ofertas concorrentes, em especial das operadoras de TV a cabo. Nesse sentido, a Emissora continuará avaliando potenciais parcerias e aquisições estratégicas nessa área.

Da mesma forma, a Emissora mantém a estratégia de aperfeiçoar sua rede de Banda Larga fixa, de modo a possibilitar, em Regiões selecionadas, a oferta de serviços de vídeo sob demanda e de TV por assinatura (essa última ainda limitada pelas atuais restrições da regulamentação brasileira). Por meio da autorização outorgada pela ANATEL em setembro de 2008, a Emissora pretende oferecer serviços de TV por assinatura via satélite em todo o Brasil, com início de operação previsto para 2009, consolidando sua estratégia de convergência total em toda a sua área de atuação.

Aumentar a receita por meio de novas alavancas de crescimento

Na linha da convergência, a Emissora entende que o consumidor valoriza as ofertas de serviços convergentes, reconhecidas por sua simplicidade e custos reduzidos, e, por isso, foi pioneira em ofertas integradas de telefonia fixa, móvel e Banda Larga. Tal estratégia possibilita a redução de custos, o aumento das vendas e até mesmo uma maior fidelização da base de consumidores da Emissora.

Ao final de 2007, a Oi obteve sucesso na obtenção de espectro de terceira geração (conhecida como 3G) para toda a Região de atuação original da prestadora (Região I), além de quase todo o Estado de São Paulo (Região III). A terceira geração permite o lançamento e a melhoria de diversos serviços, como acesso em Banda Larga à internet com mobilidade, TV móvel, videochamada, entre outros. A Oi já implantou a rede 3G em diversos municípios em sua área de atuação e sua cobertura ainda está em fase de expansão acelerada.

A Oi faz parte da vida de mais de 40 milhões de clientes nas Regiões I e III, atuando por meio de uma marca única que traz a convergência de serviços para o consumidor, com simplicidade e um portfólio variado que inclui os mais diversos serviços: telefonia fixa, telefonia móvel, internet discada e Banda Larga, Longa Distância, dados corporativos, serviços corporativos para pequenas e grandes empresas e, mais recentemente, vídeo e serviços financeiros de pagamento via celular.



Banda Larga

A Emissora lançou seus serviços de Banda Larga em 2001. Tais serviços são atualmente disponibilizados em mais de 200 municípios da Região I. A Emissora aposta que a atual baixa penetração de mercado dos serviços de Banda Larga, em termos do número de residências assinantes desses serviços, sugere um alto potencial de crescimento no curto e médio prazos.

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora tinha mais de 2 milhões de assinantes de ADSL, representando um aumento de 29,4% em relação ao exercício anterior.

A oferta de Banda Larga fixa da Oi (Oi Velox) constitui uma das principais alavancas de crescimento de receita da Emissora e por isso está investindo na ampliação da cobertura do serviço, bem como em novas tecnologias que possibilitem a oferta do serviço em velocidades ainda maiores, permitindo até mesmo a oferta de serviços de vídeo através da infra-estrutura de Banda Larga. A Emissora está em processo de atualização de sua rede para a tecnologia ADSL2 em determinadas áreas, como parte de sua estratégia para oferecer vídeo *on-demand* e, futuramente, serviço de TV por assinatura. De forma a maximizar a disponibilidade de serviços de Banda Larga, a Emissora continua estudando a implementação de novas tecnologias, tais como WiMax e FTTH/GPON. Adicionalmente, a recente outorga, em abril de 2008, de autorização para exploração de frequências 3G permitirá a oferta dessa tecnologia aos clientes de Banda Larga da Emissora.

Mercado Corporativo de Dados

A Emissora pretende ampliar sua participação no mercado corporativo de dados com uma oferta que inclui: serviços integrados, gerenciamento da rede de terceiros (*outsourcing*), melhoria contínua na qualidade do serviço e estreitamento do relacionamento com os clientes por meio de unidades de negócios voltadas para o segmento.

Serviço Móvel

A Oi lançou suas operações no setor de telefonia móvel em junho de 2002, com uma estratégia de vendas focada em ofertas inovadoras e subsídios a aparelhos celulares. Em 2005, foi adotada uma estratégia diferente, visando a lucratividade de sua base de clientes. O grande número de aparelhos celulares desbloqueados no Brasil, que podem ser utilizados na rede de qualquer operadora de telefonia móvel, permitiu que fosse adotada a estratégia de eliminação de subsídios aos aparelhos, especialmente no segmento pré-pago, uma vez que o novo cliente poderá utilizar o cartão SIM da Oi em qualquer aparelho desbloqueado. A Oi pretende seguir com a estratégia de venda de cartões SIM independentes do aparelho no segmento de pré-pago e de oferecer pacotes de serviços integrados, mantendo o foco na lucratividade e diferenciando-se no mercado pela variedade dos serviços oferecidos.

Em 2008, a Oi atingiu a marca de 24 milhões de clientes na telefonia móvel, tendo obtido sucesso na estratégia de crescimento com rentabilidade, haja vista a margem operacional obtida em 2007 ter sido uma das maiores do mercado brasileiro, não obstante esse mercado apresentar, ainda, importantes alternativas de crescimento para a Emissora. Recentemente, em outubro de 2008, a Oi lançou com sucesso sua operação no mercado de telefonia móvel da Região III, conquistando 2 milhões de usuários em pouco mais de dois meses de operação. O lançamento se deu por meio das autorizações (outorga e uso de radiofrequências) obtidas no último trimestre de 2007.

Ainda na telefonia móvel, em dezembro de 2007, a Oi anunciou a aquisição da Amazônia Celular, operadora com mais de 1,4 milhão de clientes e com uma importante cobertura em sua Região de atuação, possibilitando um aumento de competitividade da Oi em uma região com crescimento acima da média do mercado nacional. A partir do segundo trimestre de 2008, as demonstrações financeiras consolidadas da TNL passaram a contemplar a consolidação dos resultados da TNCP e, por consequência, da controlada Amazônia Celular.

A Emissora acredita existirem diversas oportunidades de crescimento no setor de telefonia móvel brasileiro que deverão ser exploradas no futuro, inclusive no serviço de telefonia móvel na Região III, que começou a ser implementado em outubro de 2008. Pela oferta de telefonia móvel na Região III, a Emissora poderá disponibilizar serviços de *roaming* aos seus clientes da Região I dentro de sua própria rede no Estado de São Paulo, a preços competitivos. Ademais, a Emissora espera que a recente aquisição de licenças 3G possibilitará a melhora dos serviços de transmissão de dados existentes, tais como a TV móvel, lançada em 2007, e a oferta de novos serviços, como a Banda Larga móvel.



Vídeo

A Oi lançou uma parceria com a Sky permitindo a integração do serviço de TV por assinatura ao seu pacote. Esse foi um importante movimento na evolução da oferta de pacotes completos de serviços aos consumidores da Emissora.

Em junho de 2008, a Oi deu entrada no pedido de licença de TV por assinatura via satélite DTH. A licença foi concedida pela ANATEL em setembro de 2008. A Oi já opera TV por assinatura via cabo através da Oi TV, disponível nas cidades mineiras de Barbacena, Uberlândia, Belo Horizonte e Poços de Caldas e o Início da Operação de DTH em escala nacional está previsto para meados de 2009. Com essa licença, a Oi poderá expandir sua atuação no mercado de TV por assinatura, levando sua estratégia de convergência a toda sua Região de atuação.

Serviços Financeiros – Oi Paggo

A exploração de novas oportunidades de receita por meio do crescente mercado de pagamentos via rede móvel foi consolidada pela aquisição, em dezembro de 2007, da Paggo, empresa pioneira em soluções de pagamentos e serviços de cartão de crédito por celular.

Expandir a oferta integrada de serviços

Em meados de 2009, a Emissora pretende dar início à prestação de serviços de TV por assinatura via satélite DTH, tendo em vista a autorização concedida pela ANATEL para esse fim em setembro de 2008. A Emissora acredita que a prestação de serviços *quadriplay* é essencial para a sua estratégia de oferecer aos clientes pacotes integrados de serviços, expandindo sua capacidade de manter-se competitiva nesse mercado, especialmente frente aos prestadores de serviços de TV a cabo. A Emissora pretende continuar avaliando potenciais parcerias estratégicas e aquisições no mercado de TV por assinatura.

Maximizar a eficiência operacional e o nível de qualidade

Visando maximizar o resultado e garantir o seu desenvolvimento sustentável, a Emissora vem realizando uma série de esforços para redução de custos e melhoria da qualidade dos serviços prestados, por meio da:

- padronização de processos;
- terceirização dos serviços de manutenção da rede;
- otimização de investimentos, com foco na melhoria de qualidade;
- centralização das funções administrativas e financeiras, tais como contabilidade, gerência de recursos humanos e de suprimentos;
- centralização do centro de gerenciamento de rede;
- implementação de novos sistemas de gerenciamento de relações com o cliente; e
- otimização da estrutura organizacional das áreas administrativa e operacional.

Alavancar sinergias entre as redes fixa e móvel, possibilitando a redução de custos operacionais e o aumento das vendas por meio de ofertas convergentes

A aquisição da Oi buscou a integração dos diversos serviços prestados pela Emissora, capazes de gerar vantagens competitivas, além de economias tributárias. Desde então, a Emissora está realinhando sua estrutura organizacional e revendo processos, para buscar de forma concreta e inovadora as sinergias entre os serviços fixo e móvel. Os principais objetivos dessa integração são:

- aumentar a receita média por cliente;
- fidelizar a base; e
- otimizar processos, reduzindo custos e despesas.



A Emissora espera que essa integração ocorra por meio de um esforço de vendas único e concentrado, do estreitamento das relações com o cliente, da criação de *bundles* (pacotes de produtos) e novos planos de serviços. Do ponto de vista de custos, a Emissora busca integrar processos e sistemas, eliminando atividades e funções duplicadas.

Aumentar a eficiência e controle de gastos

A Emissora pretende dar prosseguimento a iniciativas que visem aumentar a eficiência de seus processos internos, buscando melhor controlar seus gastos e incrementar a qualidade de seus serviços. A Emissora prosseguirá com a melhoria dos métodos de alocação de recursos entre os diversos segmentos do seu negócio, visando reduzir seus gastos pela realização de economias de escala. Seu foco nessa área incluirá esforços para padronizar processos, otimizar serviços terceirizados e gerenciar contingências. Como exemplo, a Emissora recentemente contratou a Huawei e a Nokia para aprimorar a rede móvel e a área de cobertura da BrT, de modo a facilitar a integração com as redes da Emissora, que deverá ser finalizada até o final de 2009.

A melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cliente continuará a ser uma importante parte da estratégia de negócios da Emissora.

Atuar na consolidação do setor brasileiro de telecomunicações

O processo de consolidação experimentado pelo setor de telecomunicações brasileiro se verificou por meio da união de diversas companhias de telefonia móvel regionais e de empresas em outros segmentos do setor de telecomunicações, tendo como resultado a criação de quatro grandes conglomerados, incluindo aqueles controlados pela Telefônica e pela America Móvil. Devido à antecipada queda no crescimento dos mercados de telefonia móvel e Banda Larga, em razão de menores níveis de crescimento orgânico, a Emissora pretende continuar a participar do processo de consolidação do setor de telecomunicações brasileiro, de forma a ganhar economias de escala, criar sinergias entre os diversos segmentos de seu negócio e fortalecer a oferta de pacotes integrados de serviços, buscando manter uma posição competitiva.

A Emissora continua, e continuará, a avaliar oportunidades de participar do processo de consolidação do setor de telecomunicações brasileiro, como se viu, por exemplo, na Aquisição da BrT. Quaisquer fusões, aquisições ou *joint ventures* futuros dos quais a Emissora venha a participar se darão com foco no aumento de sua participação de mercado, expansão de sua carteira de produtos e serviços e acesso a novos mercados.

HISTÓRICO

Antes da constituição da Telebrás em 1972, existiam mais de 900 empresas de telecomunicação operando no Brasil. Entre 1972 e 1975, a Telebrás e suas subsidiárias operacionais adquiriram a maioria esmagadora das outras empresas do setor de telefonia existentes no Brasil, passando a deter o monopólio sobre o fornecimento de serviços públicos de telecomunicação em quase todo o território nacional.

Privatização da Telebrás

Em 1995, o Governo Federal iniciou uma reforma na regulamentação do setor de telecomunicações, tendo o Congresso Nacional, em julho de 1997, aprovado a Lei nº 9.472, a Lei Geral de Telecomunicações brasileira. O Poder Executivo, por meio de diversos atos normativos relativos ao setor de telecomunicações, dispôs sobre novas diretrizes para o setor, introduzindo a competitividade e prevendo a privatização do sistema Telebrás. A LGT também criou a ANATEL, uma agência independente de regulamentação do setor de telecomunicações.

Em janeiro de 1998, durante os preparativos para a sua reestruturação e privatização, a Telebrás foi desmembrada em diversas companhias distintas para o desenvolvimento de suas operações de telefonia móvel e fixa.

Em abril de 1998, o PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, dividiu o território brasileiro em quatro Regiões para a prestação do STFC, conforme abaixo:

- Região I: consiste na área geográfica correspondente aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima;
- Região II: consiste na área geográfica correspondente ao Distrito Federal e aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre;
- Região III: consiste na área geográfica correspondente ao Estado de São Paulo; e



- Região IV: compreende todo o território nacional.

Em maio de 1998, a Telebrás foi cindida para formar 12 novas empresas controladoras. A quase totalidade dos direitos e obrigações da Telebrás, inclusive as participações em suas subsidiárias, foi vertida para as novas empresas controladoras, que compreendiam:

- oito *holdings* controladoras de empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel, cada uma delas operando em uma ou mais das 10 regiões de serviços de telecomunicações móveis do Brasil, utilizando variação de frequência de Banda A (com a exceção de uma empresa que operava em regiões nas quais a operadora não fazia parte do Sistema Telebrás);
- três *holdings* controladoras regionais, dentre as quais, a TNL, cada uma com o controle de uma operadora de telefonia fixa com atuação em uma das três Regiões, prestadoras, também, de serviços de Longa Distância local e Inter-regional; e
- uma *holding* controladora da Embratel, prestadora de serviços de Longa Distância nacional (inclusive serviços Intraregionais e Inter-regionais) e Internacional em todo o Brasil.

Em agosto de 1998, o Governo Federal vendeu a maior parte de suas ações das Novas Empresas Controladoras, inclusive as da TNL, para compradores do setor privado. O Consórcio Telemar, formado pela Construtora Andrade Gutierrez S.A., Inepar S.A. Indústria e Construções, Macal Investimentos e Participações Ltda., Fiago Participações S.A., Brasil Veículos e Companhia de Seguros Aliança do Brasil, celebrou com a União o contrato de compra e venda das ações representando 51,79% do capital votante da TNL. As ações da TNL foram adquiridas pelo Consórcio Telemar por aproximadamente R\$3,43 bilhões.

Na reestruturação e privatização da Telebrás, foi transferida para a Emissora toda a participação da Telebrás nas subsidiárias operacionais prestadoras de serviços de telefonia fixa na Região I.

Até 1999, a Emissora era a única prestadora de serviços de telefonia fixa local e intra-estadual de longa distância na Região I. Em fevereiro de 1999 foram outorgadas duas licenças para a prestação de serviços de telefonia fixa local e de longa distância intra-regional na Região I para fazer concorrência à Emissora. A Vésper apresentou a proposta vencedora para as licenças, tendo recebido autorização para iniciar suas operações em abril de 1999. Em julho de 1999, a Embratel e a Intelig receberam autorização para prestar serviços de longa distância intra-estaduais em concorrência à Emissora e, por sua vez, a Emissora recebeu autorização para prestar serviços inter-estaduais de longa distância na Região I, para fazer concorrência a Vésper, Embratel e a Intelig.

Em julho de 1999, a TmarPart adquiriu as ações da TNL detidas pelo Consórcio Telemar, assumindo as dívidas decorrentes do contrato de compra das mesmas, firmado pelo Consórcio Telemar com a União.

Em 31 de dezembro de 2000, as Concessionárias controladas pela Emissora possuíam aproximadamente 11,82 milhões de linhas em serviço. Em 2001, a ANATEL realizou licitação para a concessão de autorização a empresas que desejassem prestar serviços de telefonia móvel no âmbito do Serviço Móvel Pessoal - SMP. Nesse processo, a Oi obteve a autorização para prestar tais serviços na Região I ("Autorização PCS"). O controle da Oi, detido pela TNL, foi adquirido pela Emissora em maio de 2003.

Em agosto de 2001, foi aprovada a incorporação de 15 Concessionárias controladas pela Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A., antiga denominação da Emissora, passando a adotar a denominação Telemar Norte Leste S.A. em setembro de 2001, sendo o seu prazo de duração indeterminado.

A Emissora tem como objetivos sociais (i) a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas; (ii) participação no capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações; (iii) constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iv) importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (v) prestação de serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (vi) atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vii) celebração, com aprovação do Conselho de Administração, de contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (viii) outras atividades afins ou correlatas, que lhe forem atribuídas pela assembleia geral.



EVENTOS E AQUISIÇÕES RELEVANTES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Conclusão Antecipada de Metas do PGMU

A conclusão antecipada do Plano Geral de Metas de Universalização fixado nos contratos de concessão, no começo de 2002, possibilitou a implementação das diretrizes estratégicas da Emissora, com destaque para o início da prestação de serviços telefonia de longa distância nacional, a partir da Região I, desde o início do 3º trimestre de 2002, como também de serviços de comunicação de dados em todo o território nacional.

Aquisição da Pegasus – Expansão da rede de transmissão de dados

Em dezembro de 2002, complementando a sua estratégia operacional e visando atuar no mercado corporativo em todo o Brasil, a Emissora adquiriu o controle acionário da Pegasus, por meio da aquisição de ações preferenciais representativas de 24,4% de seu capital social. A Pegasus era uma companhia prestadora de serviços de telecomunicações operante no segmento de transmissão de dados em Banda Larga, servindo prioritariamente aos mercados corporativo e empresarial nas Regiões II e III. Em novembro de 2005, a Pegasus foi incorporada pela Oi. Como a rede de fibra óptica da Pegasus era 100% compatível com a tecnologia utilizada pela rede de dados então existente da Emissora, essa aquisição permitiu a prestação de serviços de transmissão de dados totalmente integrados aos clientes corporativos da Emissora, em todo o território nacional.

Aquisição da Oi

A Oi foi criada em novembro de 2000, como subsidiária integral da TNL, para a prestação de serviços de SMP na Região I. Em março de 2001, a Oi sagrou-se vencedora em leilão organizado pela ANATEL, tendo efetuado lance de R\$1 bilhão para receber autorização relativa à prestação de SMP na Região I, utilizando a Banda D, tendo, finalmente, iniciado suas operações em junho de 2002.

Em maio de 2003, a Emissora adquiriu a totalidade das ações da Oi detidas pela TNL, equivalentes a 99,99% do seu capital social. O preço da aquisição foi fixado em R\$1,00 por ação, correspondente ao valor patrimonial da Oi a preço de mercado nessa data, conforme procedimento de avaliação efetuado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e ajustado para refletir o resultado do primeiro trimestre de 2003 e a capitalização no valor de R\$562 milhões pela conversão de parte da dívida da Oi de responsabilidade da TNL antes da venda.

Como o preço de venda da Oi foi superior ao seu valor contábil (com base no passivo a descoberto da Oi, apurado em abril de 2003) e face à capitalização de R\$600 milhões pela Emissora em maio de 2003, a Emissora registrou ágio de R\$500 milhões, conforme o BR GAAP. Para propósitos de consolidação, esse ágio foi eliminado face ao lucro não realizado pela TNL com a venda da Oi.

Incorporação da Pegasus pela Oi

Em novembro de 2005, a Oi incorporou a Pegasus, cujo controle havia sido adquirido em pela Emissora em 2002. A operação visou ao aproveitamento das sinergias operacionais e financeiras existentes. Em decorrência da incorporação em questão, a Oi assumiu automaticamente, por sucessão legal, todos os bens, direitos e obrigações da Pegasus, com a conseqüente extinção de pleno direito da Pegasus. Esta operação de incorporação contou com a anuência prévia da ANATEL, tendo sido devidamente aprovado o pedido de transferência da outorga da Pegasus para a Oi, em reunião do Conselho Diretor da Anatel realizada em novembro de 2005.

Investimento em empreendimentos conjuntos de infraestrutura

Na ocasião da aquisição da Pegasus, em dezembro de 2002, essa última detinha 18,1% do capital social da AIX. Em dezembro de 2003, a Emissora veio a adquirir ações adicionais da AIX ao valor de R\$1,00 por ação, passando a deter 50% de seu capital social. A AIX presta serviços de infra-estrutura às Empresas Telemar e, atualmente, está engajada na construção de dutos para a instalação de cabos de fibra óptica ao longo de rodovias no Estado de São Paulo. De acordo com o BR GAAP, os resultados da AIX foram consolidados de maneira proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.



Entrada no negócio de ISP

A Oi Internet, constituída em julho de 2000 sob a denominação ABS 52 Participações Ltda. e controlada integralmente pela Emissora desde março de 2001, prestava serviços de instalação, manutenção, operação e construção de redes. Em julho de 2004, teve sua denominação alterada para Oi Internet. A Oi Internet iniciou suas atividades de prestação de serviços de ISP em fevereiro de 2005.

Aquisição de negócio de créditos e pagamentos pelo celular (“mobile payment”)

Em dezembro de 2007, a Emissora adquiriu a totalidade das ações de emissão da Paggo, ao preço total de R\$75 milhões, pago em fevereiro de 2008.

A Paggo é uma *holding* titular de 100% do capital social das sociedades denominadas Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. e Paggo Administradora de Crédito Ltda., que, em conjunto, desenvolvem as atividades do “sistema de créditos e pagamentos Paggo”. Este sistema está associado à utilização do celular como meio de pagamento de serviços e mercadorias, permitindo a disponibilização de uma gama totalmente nova de serviços complementares aos da telefonia móvel, em linha com a estratégia da Emissora de ampliar o portfólio de serviços oferecidos aos seus clientes. A aquisição da Paggo foi aprovada pela ANATEL e pelo CADE.

Aquisição da TNCP e Amazônia Celular

A Emissora concluiu, em abril de 2008, a aquisição de 1.292.679 ações ordinárias e 3.716 ações preferenciais de emissão da TNCP, controladora da Amazônia Celular, objeto do contrato de compra e venda de ações celebrado entre a Emissora e a Vivo em dezembro de 2007. Estas ações correspondem a 51,86% das ações ordinárias, 0,09% das ações preferenciais e 19,34% do total de ações de emissão da TNCP.

A Amazônia Celular é uma prestadora, por meio de autorizações concedidas pela ANATEL, de SMP na Área 8 da Região I, que compreende os estados do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão, e de serviços de comunicação multimídia em todo o território nacional.

O preço final acordado foi de R\$128,6 milhões, correspondente a um preço de aquisição por ação ordinária de emissão da TNCP de R\$99,38, o que implica no preço por ação ordinária de emissão da Amazônia Celular de R\$152,01. Adicionalmente, a Emissora adquiriu direitos de subscrição de novas ações a serem emitidas pela TNCP, de titularidade da Vivo, pelo preço de R\$23 milhões.

OPAs Voluntárias

Em julho de 2008, a Emissora divulgou Edital de Oferta Pública Voluntária para aquisição das ações preferenciais da TNCP ao preço de R\$33,00 por ação. O leilão realizou-se na BM&FBOVESPA em agosto de 2008, tendo a Emissora adquirido 3.951.923 ações preferenciais da TNCP, correspondentes a aproximadamente 93,9% das ações preferenciais da TNCP em circulação e 59% de seu capital social, ao valor de total de aquisição de R\$130 milhões.

Conforme a regulamentação da CVM, em razão da aquisição de mais de 2/3 das ações em circulação da TNCP, a Emissora foi obrigada, por um período de três meses após a realização do respectivo leilão, a adquirir as ações preferenciais remanescentes de qualquer acionista que viesse a exercer seu direito de venda, pelo preço originalmente ofertado de R\$33,00 por ação preferencial, ajustado pela variação da taxa do CDI, desde a data do leilão até a data do efetivo pagamento.

Em setembro de 2008, a Emissora divulgou Edital de Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações para aquisição de até a totalidade das ações preferenciais em circulação da Amazônia Celular ao preço de R\$38,00 por ação. O leilão realizou-se na BM&FBOVESPA em outubro de 2008, tendo a Emissora adquirido 921.014 ações preferenciais da Amazônia Celular, correspondentes a aproximadamente 25,5% das ações preferenciais em circulação da Amazônia Celular e 15,6% de seu capital social, ao valor de total de compra de R\$35 milhões.



Conforme a regulamentação da CVM, em razão da aquisição de mais de 2/3 das ações em circulação da Amazônia Celular, a Emissora foi obrigada, por um período de três meses após a realização do respectivo leilão, a adquirir as ações preferenciais remanescentes de qualquer acionista que viesse a exercer seu direito de venda, pelo preço ofertado originalmente de R\$38,00 por ação preferencial, ajustado pela variação da taxa do CDI, desde a data do leilão até a data do efetivo pagamento. Como resultado do exercício do direito de venda de acionistas remanescentes, a Emissora adquiriu 50.777 ações preferenciais adicionais da Amazônia Celular ao valor total de compra de R\$2 milhões.

OPAs Tag Along

Em julho de 2008, a Emissora divulgou edital de oferta pública voluntária de Aquisição de Ações para aquisição das ações preferenciais da TNCP. O leilão realizou-se na BM&FBovespa em agosto de 2008, tendo a Emissora adquirido 3.951.923 ações preferenciais da TNCP, correspondentes a aproximadamente 93,9% das ações preferenciais da TNCP em circulação.

Durante os três meses seguintes à data do leilão, a Emissora esteve obrigada a adquirir as ações preferenciais remanescentes, incluindo aquelas representadas por ADSs, pelo preço ofertado na OPA (R\$33,00 por ação preferencial), ajustado pela variação da taxa do CDI, desde a data do leilão até a data do efetivo pagamento, líquido de determinadas taxas e despesas descritas no Edital da OPA e no *Offer to Purchase*.

Até novembro de 2008, último dia para o exercício do direito de venda, acionistas titulares de 191.666 ações preferenciais da TNCP (incluindo acionistas titulares de 82.726 ADSs, representando 82.726 ações preferenciais da TNCP), colocaram suas ações para venda, as quais foram adquiridas pela Emissora. Devido às aquisições feitas por meio da OPA e às aquisições decorrentes do exercício do direito de venda, a Emissora passou a deter 4.147.304 ações preferenciais da TNCP, correspondentes a aproximadamente 98,5% do total de ações preferenciais e 61,9% do capital social da TNCP.

Com o implemento da transação, em setembro de 2008, a Emissora divulgou edital de oferta pública voluntária de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias da TNCP e da Amazônia Celular em circulação no mercado, aos preços, a serem confirmados após o registro na CVM, de, respectivamente, R\$79,51/ação ordinária e R\$121,61/ação ordinária, ajustados conforme a taxa CDI, desde abril de 2008, até a data do efetivo pagamento. O leilão realizou-se na BM&FBovespa em janeiro de 2009, tendo a Emissora adquirido (i) 1.175.018 ações ordinárias da TNCP, correspondentes a aproximadamente 47,1% das ações ordinárias da TNCP em circulação e 17,5% de seu capital social, ao preço total de compra de R\$102,9 milhões; e (ii) 80.868 ações ordinárias da Amazônia Celular, correspondentes a aproximadamente 3,6% das ações ordinárias da Amazônia Celular em circulação e 1,4% de seu capital social, ao preço total de compra de R\$10,8 milhões.

Reorganização Societária da TNCP, Amazônia Celular e Oi

Em decorrência de restrições regulatórias impostas pela ANATEL no âmbito da aquisição do controle da TNCP pela Emissora, que impõem a devolução da licença para prestação de serviços de telecomunicação da Amazônia Celular ou da Oi, a Emissora implementou uma reorganização societária tendo por objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia Celular com aqueles relacionados às atividades da Oi, devolvendo à ANATEL, em seguida, as concessões e licenças para o uso de determinadas frequências.

Essa reorganização societária foi realizada com vistas a assegurar a participação dos acionistas minoritários da TNCP e da Amazônia Celular em uma companhia operacional, a Oi, bem como garantir maior eficiência operacional, administrativa e societária às empresas envolvidas. Do mesmo modo, buscando evitar a dispersão dos acionistas titulares de ações da Amazônia Celular e da TNCP em companhias diferentes e aumentar a eficiência operacional, referida reorganização societária unificará as bases acionárias dessas companhias na TNCP.



A reorganização societária deu-se da seguinte forma:

- a TNCP e a Amazônia Celular concluíram uma permuta de ações, em razão da qual a Amazônia Celular tornou-se subsidiária integral da TNCP, tendo (i) cada titular de ações ordinárias da Amazônia Celular, que não a TNCP, recebido 1,529505 ação ordinária da TNCP em permuta por cada ação ordinária da Amazônia Celular; e (ii) cada titular de ações preferenciais da Amazônia Celular, que não a TNCP, recebido 1,151515 ação preferencial da TNCP em permuta por cada ação preferencial da Amazônia Celular;
- a Emissora contribuiu ao capital da TNCP, todas as ações da Oi de sua titularidade, sendo que a TNCP passou a deter 99,9 % do capital social da Oi;
- a Amazônia Celular foi incorporada pela Oi e, por consequência, dissolvida; e
- a Amazônia Celular devolveu suas licenças para uso de determinadas frequências à ANATEL.

Aquisição da BrT e BrT Part.

Em abril de 2008, cada um dos acionistas da Invitel e o Credit Suisse, este agindo na qualidade de comissário da Emissora, celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações Invitel, por meio do qual o Credit Suisse concordou em adquirir a totalidade das ações da Invitel em circulação e parte das ações da BrT Part detidas pelos acionistas da Invitel. A Invitel detém a totalidade das ações em circulação da Solpart, que, por sua vez, possuía, em 25 de abril de 2008, 18,93% do capital social, incluindo 51,41% das ações com direito a voto da BrT Part, a qual detinha, em abril de 2008, 65,64% do capital social total da BrT, incluindo 99,09% das ações votantes.

O preço acordado no contrato de compra e venda para as ações representativas do controle da BrT Part foi de R\$5,86 bilhões, equivalente a um valor por ação da BrT Part de R\$72,3058. Conforme divulgado no Fato Relevante publicado pela Emissora em 25 de abril de 2008, o preço pago pela Emissora foi divulgado da seguinte maneira:

- R\$4.98 bilhões pelo equivalente valor de firma (*enterprise value*) de Invitel, calculado com base em um valor de R\$72,3058316215 por ação de BrT Part detida direta ou indiretamente pela Invitel, prevendo a dedução da dívida líquida desta, conforme apurada no 3º dia útil anterior à data do fechamento da aquisição; e
- R\$881.11 milhões, equivalente a um preço por ação de R\$72,3058316215 pelas ações de emissão de BrT Part, vinculadas a acordos de acionistas que regulam o controle acionário da BrT Part.

Em novembro de 2008, foi publicado o Decreto nº 6.654/2008, que alterou o PGO e limitou a restrição para aquisição do controle de uma concessionária de STFC por outra concessionária de STFC atuante em região distinta delimitada pelo próprio PGO. No mesmo dia, a Emissora solicitou à ANATEL anuência prévia para aquisição do controle da BrT Part e da BrT, a qual foi concedida por meio do Ato nº 7.828, publicado no Diário Oficial da União em dezembro de 2008.

Impacto financeiro da aquisição da BrT

Em 31 de dezembro de 2008, a Invitel possuía ativos totais consolidados no valor de R\$ 20.226,0 milhões e um endividamento consolidado de R\$ 5.620,0 milhões. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, a Invitel apurou uma receita operacional bruta consolidada de R\$17.007,0 milhões, uma receita operacional líquida consolidada de R\$11.297,0 milhões e prejuízo líquido de R\$ 69,0 milhões. Para informações adicionais sobre a situação financeira e os resultados das operações da BrT, veja as Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part constantes do Anexo F, na página 597 do presente Prospecto.



Compras de ações preferenciais da BrT Part e da BrT em mercado aberto

Entre abril e junho de 2008, a Emissora adquiriu (i) 55.819.400 ações preferenciais da BrT Part, correspondentes a 15,4% do seu capital social e a 24,3% do total de ações preferenciais em circulação da BrT Part, ao preço total de compra de R\$1.425,2 milhões, por meio de transações realizadas na BM&FBovespa; e (ii) 45.590.200 ações preferenciais da BrT, correspondentes a 8,3% do seu capital social e a 15,3% do total de ações preferenciais em circulação da BrT, ao preço total de compra de R\$897,8 milhões, por meio de transações realizadas na BM&FBovespa.

Ofertas para aquisição de ações preferenciais da BrT Part e da BrT

Em junho de 2008, a Emissora anunciou o início das OPAs para a aquisição de até (i) 20.826.442 ações preferenciais de emissão da BrT Part, a um preço de compra de R\$30,47 por ação; e (ii) 13.366.365 ações preferenciais da BrT, a um preço de compra de R\$23,42 por ação. Os leilões relativos a essas ofertas foram realizados na BM&FBovespa em julho de 2008, nos quais a Emissora adquiriu: (a) 20.826.442 ações preferenciais da BrT Part, correspondentes a 5,7% do seu capital social e a 9,1% das ações preferenciais em circulação da BrT Part, ao preço total de compra de R\$634,6 milhões; e (b) 13.366.365 ações preferenciais da BrT, correspondentes a 2,4% do seu capital social e a 4,5% das ações preferenciais em circulação da BrT, ao preço total de compra de R\$313,0 milhões.

Ofertas para aquisição de ações ordinárias da BrT Part e da BrT

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 361, a Emissora realizará oferta pública de aquisição para a compra de todas as ações ordinárias da BrT Part e da BrT detidas por acionistas minoritários. Em fevereiro de 2009, a Emissora protocolou pedido de registro dessas ofertas junto à CVM. Nos termos da regulamentação aplicável, a Emissora deverá oferecer preço equivalente a, pelo menos, 80% do preço pago anteriormente pelas ações ordinárias da BrT Part e BrT. Tais ofertas encontram-se em análise perante a CVM.

Aprovações regulatórias da Aquisição da BrT – ANATEL

Em 19 de dezembro de 2008, a ANATEL aprovou a Aquisição da BrT, condicionada à observância de determinadas condições, algumas das quais já haviam sido cumpridas pela Emissora. Dentre as condições mais relevantes ainda não satisfeitas, destacam-se as seguintes:

- contratar, até março de 2011, no mínimo, o número somado de funcionários contratados pela Emissora e a BrT em fevereiro de 2008;
- oferecer aos clientes de telefonia móvel da BrT na Região II, até dezembro de 2009, todos os pacotes de serviços de telefonia móvel atualmente oferecidos pela Oi na Região I;
- desenvolver, até junho de 2009, projetos de conservação ambiental, incluindo programas de reciclagem de baterias e aparelhos celulares nos centros de atendimento aos clientes;
- oferecer acesso discado à internet pelo serviço de ISP da Emissora, mediante chamada local de linha fixa, em (i) 23% dos municípios da Região I até dezembro de 2009; (ii) 39% dos municípios da Região I até dezembro de 2010; e (iii) 56% dos municípios da Região I até dezembro de 2011;
- oferecer, até dezembro de 2010, plano de Longa Distância alternativo, com tarifas uniformes aprovadas pela ANATEL, para acesso discado à internet por clientes residentes nos municípios não atendidos pelos serviços de ISP mediante chamada local da Emissora;



- estender a rede de cabos de fibra óptica da Emissora às cidades (i) de Boa Vista, até dezembro de 2009; (ii) de Manaus, até dezembro de 2010; e (iii) de Macapá, no prazo de seis meses contados da conclusão da implementação de infra-estrutura específica pelas companhias de eletricidade da região, conectando-a a cidade de Tucuruí;
- expandir a rede de cabos fibra óptica da Emissora a 100 novos municípios nas Regiões I e II até dezembro de 2010 e, adicionalmente, a 40 novos municípios, a cada ano, durante os cinco anos subseqüentes à Aquisição da BrT;
- oferecer serviços de Banda Larga a (i) 50% dos municípios cujos *backbones* a Emissora está obrigada a conectar à sua rede de cabos de fibra óptica, em até cinco meses contados da realização de tal conexão; e (ii) todos os municípios cujos *backbones* a Emissora está obrigada a conectar à sua rede de cabos de fibra óptica, em até 10 meses contados da realização de tal conexão. As tarifas cobradas por esses serviços não poderão exceder a maior tarifa existente para os serviços de Banda Larga da Emissora;
- fornecer ao Ministério da Defesa sistema de voz e dados e seus respectivos equipamentos e instalações até junho de 2010; e
- realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em cada um dos próximos dez anos, em valores equivalentes a, no mínimo, 50 % dos valores das contribuições pagas pela Emissora ao FUNTTEL, que poderá ser aumentado em até 100% a critério exclusivo da ANATEL.

Aprovações regulatórias da Aquisição da BrT – CADE

Nos termos da lei aplicável, cabe, inicialmente, à ANATEL a análise dos efeitos da Aquisição da BrT no que se refere a possíveis efeitos concorrenciais negativos nos mercados de atuação da Emissora e da BrT, bem como no que se refere a possíveis efeitos nos consumidores desses mercados, sendo posteriormente submetida ao CADE para aprovação final. Até a presente data, a ANATEL não havia submetido ao CADE o seu parecer relativo à Aquisição da BrT.

Em 10 de dezembro de 2008, a Emissora celebrou com o CADE o Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação – APRO referente à Aquisição da BrT. Trata-se de procedimento padrão imposto pelo CADE que permite a consumação da aquisição antes mesmo de sua aprovação final pelo órgão, sob condição suspensiva que determina o desfazimento da operação caso tal aprovação não seja obtida. De acordo com o APRO, a Emissora concordou em:

- submeter à análise do CADE quaisquer autorizações futuras que venha a receber para a prestação de serviços WiMax, 3G e MMDS;
- manter os provedores iG e Oi Internet como unidades comerciais independentes até que o CADE venha a proferir decisão final sobre a Aquisição da BrT; e
- manter, até a aprovação final da Aquisição da BrT pelo CADE, a prestação de serviços gratuitos de ISP discado em todos os municípios onde a Oi Internet, o iG e o iBest até então já ofereciam tais serviços gratuitos.



Visão Geral da BrT

Em dezembro de 2008, a BrT figurava como a maior prestadora de serviços de telecomunicações na Região II em termos de receita e número de clientes, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL ou de outra forma divulgadas publicamente. A BrT oferece uma gama de serviços integrados de telecomunicações substancialmente similares aos oferecidos pela Emissora. A receita líquida operacional da BrT foi de R\$10.296,7 milhões, R\$11.058,5 milhões e R\$11.296,8 milhões, respectivamente, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008.

Com base em suas 8,1 milhões de linhas fixas operacionais em dezembro de 2008, a BrT foi a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na Região II, com uma participação de mercado estimada em 51,3% do total de linhas fixas em operação nessa data, de acordo com estimativas internas da Emissora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, esse segmento altamente amadurecido gerou para a BrT, aproximadamente, R\$11.148,0 milhões em receita operacional bruta, representando uma redução de 0,5% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

A BrT também oferece serviços de telefonia móvel na Região II por meio de sua subsidiária BrT Celular, possuindo, em dezembro de 2008, 5,6 milhões de assinantes móveis, correspondentes a uma participação de mercado estimada em 14,4% do mercado dessa Região, conforme informações disponibilizadas pela ANATEL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o segmento de telefonia móvel gerou para a BrT, aproximadamente, R\$2.120,0 milhões em receita operacional bruta, correspondendo a um aumento de 4,8% em relação ao exercício anterior.

A BrT oferece, ainda, diversos serviços de transmissão de dados em alta velocidade, incluindo os serviços oferecidos por suas subsidiárias BrT Serviços, BrT Multimídia e Vant. Os serviços de Banda Larga da BrT, que utilizam principalmente a tecnologia ADSL, são vendidos na Região II sob a marca “Turbo.” Em dezembro de 2008, a BrT possuía 1,8 milhão de assinantes em seu serviço de Banda Larga. A BrT oferece, também, serviços de dados e voz para clientes corporativos em todo o Brasil, por meio de sua rede na Região II, da rede da Emissora na Região I e de contratos de parceria com outras operadoras de rede de telecomunicações na Região III.

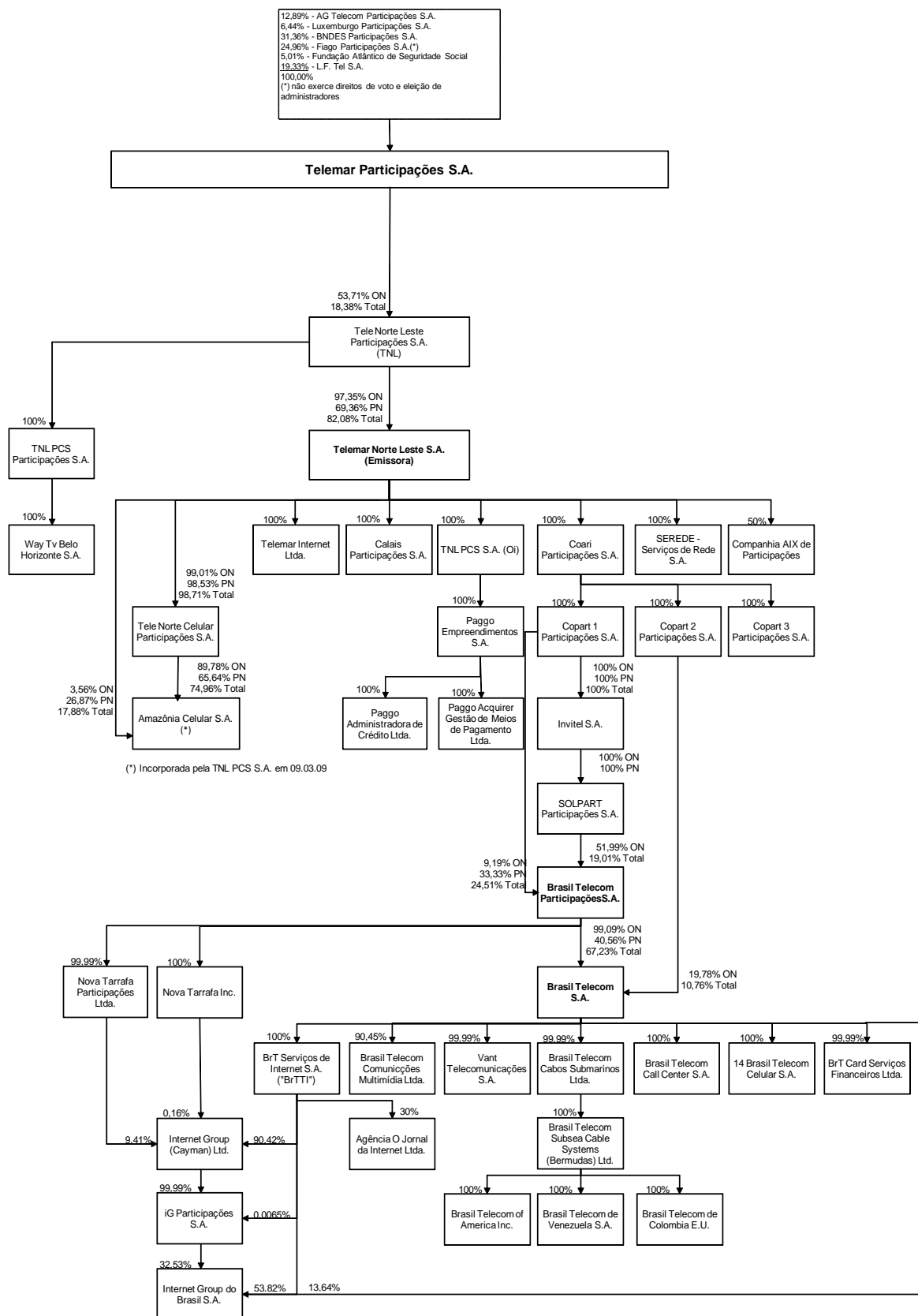
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o segmento de transmissão de dados da BrT gerou, aproximadamente, R\$3.738,9 milhões em receita operacional bruta, representando um aumento de 35,0% em relação ao exercício anterior.

No mais, a BrT opera uma rede de cabos de fibras ópticas que conectam os Estados Unidos, Bermuda, Brasil e Venezuela, por meio de suas subsidiárias BrT CS, BrT Subsea, BrT America e BrT Venezuela. Também opera, por meio de sua subsidiária iG Brasil, o portal de internet da marca “iG”, o segundo maior portal de internet do Brasil em termos de número diário de visitantes, conforme pesquisa realizada pelo Ibope / NetRatings.



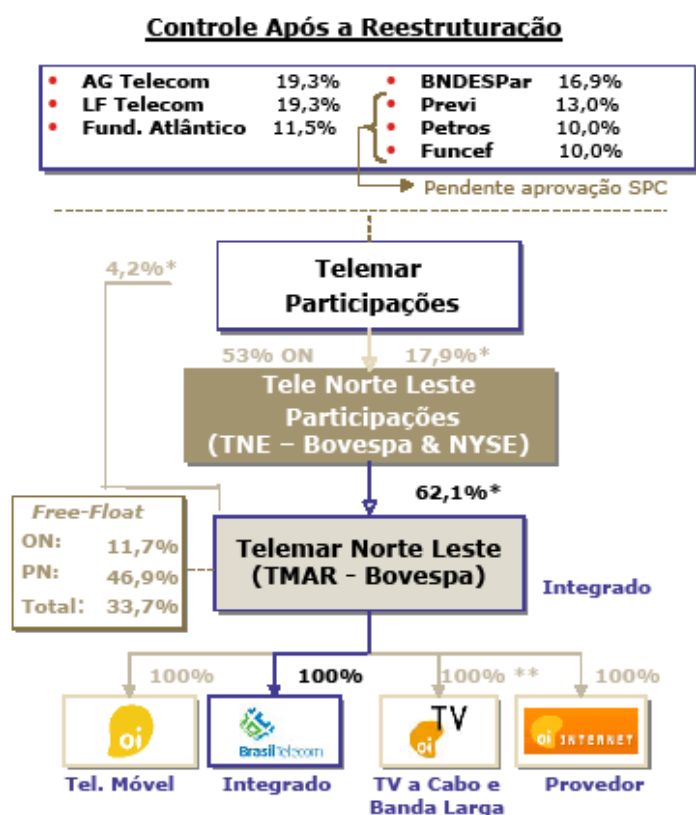
Estrutura Societária da Emissora

O organograma abaixo demonstra a estrutura societária consolidada da Emissora em fevereiro de 2009:





O organograma abaixo demonstra como será a estrutura societária consolidada da Emissora após a reestruturação societária:



PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A tabela a seguir mostra as participações acionárias relevantes, diretas e indiretas, da Emissora em outras sociedades:

Sociedade	Participação Acionária
Oi	100%
Companhia AIX de Participações	50%
Telemar Internet Ltda. (Oi Internet)	100%
Paggo Empreendimentos S.A.	100%
SEREDE	100%
Amazônia Celular	92,8%
BrT	78%
BrT Celular	78%
Brasil Telecom Call Center S.A.	78%
BrT Serviços de Internet S.A.	78%
Vant Telecomunicações S.A.	78%
BrT Cabos Submarinos Ltda.	78%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda.	70,6%
BrT Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd.	78%
Internet Group do Brasil	67,4%
Brasil Telecom Participações S.A.	43,5%



As principais subsidiárias operacionais da Emissora são a BrT, Oi e a BrT Celular.

BrT

A BrT presta serviços de telefonia fixa e móvel, Banda Larga e diversos serviços de transmissão de dados na Região II. A BrT é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa em sua área de atuação - Região II - que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia, Acre e o Distrito Federal, oferecendo também serviços de internet banda larga, serviços de telefonia de longa distância inter-regional e internacional, de telefonia móvel, além de diversos serviços de transmissão de dados por meio de várias tecnologias e modos de acesso. Até a presente data, o capital social da BrT totaliza R\$2.596,2 milhões, totalmente integralizado e dividido em 134.031.688 ações ordinárias e 229.937.525 ações preferenciais sem direito a voto. Na presente data, a Emissora detém indiretamente ações representativas de 10,51% do capital social da BrT.

Oi

A Oi é operadora de serviços de telefonia móvel nas Regiões I e III e, desde outubro de 2008, na Região II. Até a presente data, o capital social da Oi totaliza R\$9.612,5 milhões, totalmente integralizado e dividido em 6.101.213.226 ações ordinárias. Até a presente data, a Emissora detinha ações representativas de 99,999% do capital social da Oi.

BrT Celular

A BrT Celular é operadora de serviços de telefonia móvel na Região II. Até a presente data, o capital social da BrT Celular totalizava R\$4.473,4 milhões, totalmente integralizado e dividido em 4.473.443 ações ordinárias.

Outras sociedades controladas pela Emissora são:

Companhia AIX de Participações ("AIX")

A AIX tem como objeto social o provimento de infra-estrutura de dutos para instalação de fibras ópticas ao longo de rodovias do Estado de São Paulo, prestando serviços para a Emissora e para a Pegasus. A principal atividade da AIX é a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder. O Consórcio Refibra foi criado para equacionar os créditos vencidos das concessionárias de rodovias e demais credores com a Barramar S.A., empresa que inadimpliu contratos assinados a partir de 1998. Dentre os principais credores, encontravam-se os acionistas da AIX (Pegasus, Telesp e Alcatel Telecomunicações S.A., sendo que este último alienou sua participação para Pegasus e Telesp em dezembro de 2003). A Pegasus aumentou sua participação de 18,1% para 50% em 16 de dezembro de 2003 por meio da aquisição de parte da participação da Alcatel e do aumento de capital pela capitalização de créditos. Em 31 de dezembro 2003, a Pegasus alienou a totalidade da sua participação na AIX para a Emissora.

Telemar Internet Ltda. ("Oi Internet")

A Oi Internet, constituída em 26 de julho de 2000 sob a denominação ABS 52 Participações Ltda. e controlada integralmente pela Emissora desde março de 2001, prestava serviços de instalação, manutenção, operação e construção de redes. Em 1º de julho de 2004, teve sua denominação alterada para Oi Internet. A Oi Internet iniciou suas atividades em julho de 2004, as quais estão relacionadas à prestação de serviços de provimento de acesso à internet, iniciadas em fevereiro de 2005.

Paggo Empreendimentos S.A.

A Paggo Empreendimentos S.A. é uma holding titular de 100% do capital social das sociedades denominadas Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. e Paggo Administradora de Crédito Ltda., que em conjunto promovem as atividades do "sistema de créditos e pagamentos Paggo". Este sistema está associado à operação de utilização da telefonia móvel como meio de pagamento de serviços e mercadorias.

Pegasus Telecom S.A.

A Pegasus, adquirida em dezembro de 2002, tendo como atividade principal a exploração, operação, comercialização, desenvolvimento de projeto, execução e prestação de serviços de transmissão de dados na Região IV. A Pegasus foi incorporada em novembro de 2005 pela Oi, tendo esta sucedido a Pegasus em todos os seus direitos e obrigações. A infra-estrutura da Pegasus é apoiada numa rede de cabos de fibra óptica e de rádio (wireless), com presença em cerca de 25 das cidades mais importantes das regiões Sudeste e Sul do país, e representa a segunda maior rede de anéis metropolitanos na cidade de São Paulo. Essa rede complementa integralmente a infra-estrutura já construída pela Emissora, inclusive com a mesma tecnologia, o que permite cobrir a área geoeconômica que contempla mais de 80% do PIB industrial do País.



SEREDE

A SEREDE foi adquirida pela Emissora em junho de 2007 e tem por finalidade a prestação de serviços de instalação, manutenção, operação e construção de redes na área de telecomunicações.

Amazônia Celular

A Amazônia Celular é a sociedade prestadora, por meio de autorizações concedidas pela ANATEL, de SMP na Área 8 da Região I, que abrange os estados brasileiros do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão, e de serviço de comunicação multimídia em todo o território nacional.

Brasil Telecom Call Center S.A.

Presta serviços de atendimento a clientes, telemarketing ativo e passivo e serviços de treinamento, suporte e consultoria e atividades afins.

BrT Serviços de Internet S.A.

Fornece soluções integradas baseadas na Internet por meio do BrTurbo, portal com conteúdo exclusivamente banda larga.

Vant Telecomunicações S.A.

Presente nas principais capitais do Brasil, a Vant oferece um amplo portfólio de produtos de voz e dados para o segmento corporativo.

BrT Cabos Submarinos Ltda. e BrT Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd.

A BrT Cabos Submarinos possui cabos submarinos de fibra ótica, interligando o Brasil com a América do Sul (Brasil e Venezuela), Bermudas e América do Norte (Estados Unidos) e permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados.

Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda.

Presta serviços de transmissão de dados por meio de redes digitais de fibra ótica em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Internet Group do Brasil

Provedor de banda larga e de acesso discado à internet.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

As autorizações e concessões detidas pela Emissora e pela BrT permitem a prestação de:

- serviços de telefonia fixa nas Regiões I e II;
- serviços de telecomunicações de Longa Distância em todo o Brasil;
- serviços telefonia móvel nas Regiões I, II e III; e
- serviços de transmissão de dados em todo o Brasil.

Ademais, a Emissora também detém autorizações para a prestação de serviços de telefonia fixa em rede local na Região III.

A Região I compreende 16 estados localizados na região Nordeste e em parte das regiões norte e Sudeste do Brasil, abrangendo uma área de, aproximadamente, 5,4 milhões de quilômetros quadrados, a qual representa, aproximadamente, 64% da área terrestre total do país, tendo correspondido, em 2006, a 40,0% do PIB. Até abril de 2007, a população da Região I era de 100,8 milhões, equivalente a 54,8% da população total do Brasil naquela data. Em 2006, a renda per capita na Região I era de, aproximadamente, R\$8.285,00, variando de R\$4.213,00 no Estado do Piauí até R\$17.695,00 no Estado do Rio de Janeiro.



A Região II compreende o Distrito Federal e nove estados localizados nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil. A Região II cobre uma área de aproximadamente 2,9 milhões de quilômetros quadrados, que representa, aproximadamente, 33,5% da área terrestre total do país, tendo correspondido, em 2006, a, aproximadamente, 26,2% do PIB. Em abril de 2007, a população da Região II era de 43,5 milhões, o que representava 23,6% da população total do Brasil naquela data. Em 2006, a renda per capita na Região II era de aproximadamente R\$13.626,00, variando de R\$7.041,00 no Estado do Acre até R\$37.600,00 no Distrito Federal.

A Região III, que compreende o Estado de São Paulo, cobre uma área de, aproximadamente, 200.000 quilômetros quadrados, a qual representa, aproximadamente, 2,9% da área terrestre total do país, tendo correspondido, em 2006, a, aproximadamente, 33,9% do PIB. Em abril de 2007, a população da Região III era de 39,8 milhões, o que representava 21,6 % da população total do Brasil naquela data. Em 2006, a renda per capita na Região III era de, aproximadamente, R\$19.548,00.

O quadro abaixo apresenta dados econômicos essenciais, compilados pelo IBGE, para o Distrito Federal e para cada um dos estados brasileiros.

Estado	População (em milhões) (2007)	População por Quilômetro Quadrado (2007)	% do Produto Interno Bruto (2006)	Produto Interno Bruto per Capita (R\$) (2006)
Região I:				
Rio de Janeiro	15,4	352,9	11,6	17.695
Minas Gerais	19,3	32,9	9,1	11.028
Bahia	14,1	24,9	4,1	6.922
Pernambuco.....	8,5	86,3	2,3	6.528
Pará.....	7,1	5,7	1,9	6.241
Amazonas.....	3,2	2,1	1,7	11.829
Espírito Santo.....	3,4	72,7	2,2	15.236
Ceará	8,2	55,0	2,0	5.636
Paraíba.....	3,6	64,5	0,8	5.507
Rio Grande do Norte.....	3,0	57,1	0,9	6.754
Maranhão	6,1	18,4	1,2	4.628
Sergipe	1,9	88,5	0,6	7.560
Alagoas.....	3,0	109,4	0,7	5.164
Piauí.....	3,0	12,1	0,5	4.213
Amapá	0,6	4,1	0,2	8.543
Roraima	0,4	1,8	0,2	9.075
Sub total.....	100,8		40,0	
Região II:				
Rio Grande do Sul.....	10,6	37,6	6,6	14.310
Paraná	10,3	51,6	5,8	13.158
Santa Catarina	5,9	61,5	3,9	15.638
Goiás	5,6	16,6	2,4	9.962
Mato Grosso.....	2,9	3,2	1,5	12.350
Distrito Federal	2,5	423,3	3,8	37.600
Mato Grosso do Sul	2,3	6,3	1,0	10.599
Rondônia	1,5	6,1	0,6	8.391
Tocantins	1,2	4,5	0,4	7.210
Acre	0,7	4,3	0,2	7.041
Sub total.....	43,5		26,2	
Região III (Estado de São Paulo)	39,8	160,5	33,9	19.548
Total	184,0		100,0	

Fonte: IBGE.

Abaixo encontra-se o mapa do Brasil mostrando as áreas da Região I, da Região II e da Região III:



SERVIÇOS

Os serviços de telecomunicações prestados pela Emissora e pela BrT englobam os seguintes:

- serviços de telefonia fixa local, principalmente nas Regiões I e II, mas também na Região III, incluindo instalação, assinatura mensal de linhas, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- serviços de longa distância domésticos e internacionais, principalmente a partir das Regiões I e II, por meio de telefonia fixa e móvel, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número “31” no caso da Emissora e pelo número “14” no caso da BrT;
- serviços de telefonia móvel com a utilização de tecnologia 2G e 3G;
- serviços de transmissão de dados, que incluem (i) serviços ADSL; (ii) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras operadoras e para clientes corporativos de ISP; (iii) soluções de IP; e (iv) outros serviços de transmissão de dados;
- uso da rede própria (i) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de Interconexão); ou (ii) por operadoras que não possuam a rede necessária;
- serviços de transporte de tráfego;
- telefones públicos;
- serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas, assistência a listas, entre outros;
- serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de 0800 (chamada gratuita); e
- a operação do portal da internet iG.

Serviços de telefonia fixa

Em dezembro de 2008, a Emissora possuía, aproximadamente, 13,9 milhões de clientes de linhas fixas locais na Região I, o que corresponde a uma participação de mercado de 46,2% do total de linhas fixas nessa Região, e a BrT possuía 8,1 milhões de clientes de linha fixa locais na Região II, o que corresponde a uma participação de mercado de 51,3% do total de linhas fixas nessa Região. Embora a Emissora continue a avaliar planos para o fornecimento de tais serviços na Região III, atualmente, não pretende oferecer serviços de telefonia fixa para clientes residenciais nessa Região, tendo em vista o volume de investimentos que seriam necessários.



Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os serviços de telefonia fixa da Emissora geraram R\$17,3 bilhões em receita operacional bruta, o que representou um aumento de 2,1% se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Os serviços de telefonia fixa local incluem a instalação da linha, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares. Os serviços medidos incluem chamadas locais originadas e encerradas dentro de uma única Área Local. A ANATEL dividiu a Região I em 2.920 Áreas Locais e a Região II em 1.772 Áreas Locais.

De acordo com seus respectivos contratos de concessão, a Emissora e a BrT são obrigadas a oferecer dois tipos de planos de telefonia local para seus usuários: o PBM e o PASOO. Cada um desses planos inclui tarifas de instalação, tarifas mensais de assinatura e cobrança de minutos locais. Em dezembro de 2008, 54,0% dos clientes de linha fixa da Emissora assinavam os planos básicos (PBM e PASOO).

Além do PBM e do PASOO, a Emissora oferece diversos planos alternativos para linha fixa, projetados para atender os diversos perfis de seus clientes. Em dezembro de 2008, 46% dos clientes de linha fixa da Emissora e 51,3% dos clientes de linha fixa da BrT assinavam planos alternativos.

Nesse sentido, a Emissora oferece (i) planos integrados, comercializados sob o nome “Oi Conta Total”, que conferem aos assinantes (a) a possibilidade de realizar chamadas locais ilimitadas para outros clientes de linha fixa; (b) um número fixo de minutos por mês que pode ser usado para chamadas de Longa Distância ou chamadas locais para clientes de telefonia móvel; e (c) serviços de Banda Larga ou minutos para serem usados, especificamente, em conexões de internet discada; (ii) planos de voz e internet que permitem aos assinantes comprar um número fixo de minutos por mês para a realização de chamadas fixas locais e para uso em conexões com internet discada; (iii) planos somente de voz que permitem aos assinantes comprar um número fixo de minutos locais por mês para chamadas para telefones fixos; e (iv) planos econômicos, tanto pré-pagos quanto pós-pagos, que permitem aos assinantes a compra de um número fixo de minutos para ligações locais, estando restringida a realização de chamadas após os minutos comprados terem sido consumidos e obrigam à compra de um cartão pré-pago para efetuar chamadas de Longa Distância ou chamadas para aparelhos móveis, tal como ocorre com os planos “Oi Fixo Controle” e “Oi Fixo Economia”.



Já a BrT permite que os assinantes de seus pacotes alternativos criem os seus próprios planos, selecionando, dentre diversas opções, (i) o número de minutos por mês para a realização de chamadas fixas locais; (ii) o número de minutos por mês para a realização de chamadas locais para telefones móveis; e (iii) o número de minutos por mês para a realização de chamadas de longa distância. A BrT também oferece planos integrados, comercializados sob o nome “Pluri”, que combinam esses elementos com serviços de Banda Larga ou serviços de conexão discada à internet, sendo cobrada uma tarifa mensal fixa.

Os serviços de telefonia fixa local também incluem serviços de *in-dialing* (transmissão direta de chamadas externas para extensões) para clientes corporativos. A esses clientes, que normalmente precisam de uma grande quantidade de linhas, são oferecidos, ainda, serviços de *trunking*, que otimizam e aumentam a velocidade do sistema telefônico.



Serviços de Longa Distância

Em chamadas de Longa Distância, originadas tanto de telefones fixos quanto de aparelhos celulares, o usuário deve escolher a operadora de Longa Distância que deseja utilizar, discando o respectivo código de seleção da operadora escolhida. Em chamadas de Longa Distância, o usuário paga pelo serviço prestado à operadora que escolheu que, por sua vez, pagará as respectivas tarifas de Interconexão às operadoras em cujas linhas fixas ou móveis a chamada foi originada e terminada.

Os serviços de Longa Distância nacional e internacional da Emissora consistiam, historicamente, de chamadas originadas na Região I. Como resultado da Aquisição da BrT, os serviços de Longa Distância nacionais e internacionais originadas na Região II também aumentaram substancialmente.

Chamadas Fixo-fixo

Serviços de Longa Distância Inter-regionais compreendem a realização de chamadas entre pontos em diferentes Regiões. Serviços de Longa Distância Intra-regionais compreendem a realização de chamadas entre diferentes Áreas Locais dentro de uma mesma região, com a exceção de chamadas realizadas entre Áreas Locais dentro de regiões metropolitanas especificadas que, segundo regulamentação da ANATEL, são cobradas como chamadas locais. O serviço de Longa Distância Internacional corresponde às ligações entre um ponto da Região I, II ou III e um ponto fora do Brasil.

Historicamente, a Emissora tem prestado serviços de Longa Distância nacional para chamadas originadas na Região I por meio de contratos de Interconexão celebrados, principalmente, com a Telesp (na Região III) e com a BrT (na Região II), os quais possibilitam à Emissora realizar interconexão direta com as redes de linha fixa locais dessas empresas. Já os serviços de Longa Distância Internacional prestados pela Emissora, e originados na Região I, têm sido efetuados por meio de contratos de Interconexão de rede celebrados com algumas das maiores prestadoras de serviços de telecomunicações em todo o mundo.

Como resultado da Aquisição da BrT, a Emissora expandiu seus serviços de Longa Distância nacional para chamadas originadas a partir da Região II e seus serviços de Longa Distância Internacional originados na Região II, utilizando-se os contratos de Interconexão da BrT celebrados, principalmente, com a própria Emissora na Região I, com a Telesp na Região III e com as principais prestadoras de serviços de telecomunicações em todo o mundo.

Longa Distância Móvel

Cada assinante de telefonia móvel no Brasil possui registro em uma área geográfica determinada (identificada por seus respectivos códigos de área, como, por exemplo, “11” para São Paulo e “21” para o Rio de Janeiro). Desse modo, uma chamada originada por usuário registrado em uma área de registro doméstico que compartilha o primeiro dígito (como, por exemplo, “21” para o Rio de Janeiro e “27” para Vitória) é designada como uma chamada móvel Intra-regional. Já uma chamada originada por usuário em área diversa daquela em que seu aparelho está registrado e que não compartilha o mesmo primeiro dígito (como, por exemplo, “21” para o Rio de Janeiro e “11” para São Paulo) é designada como uma chamada móvel Inter-regional. São aplicadas tarifas diferenciadas para chamadas móveis Intra-regionais e Inter-regionais.

A Emissora tem fornecido, historicamente, serviços móveis de Longa Distância originados na Região I por meio de contratos de Interconexão celebrados com a BrT (na Região II), com a Telesp (na Região III) e com cada uma das principais prestadoras de serviços móveis que operam no Brasil, o que permite à Emissora interconectar-se diretamente com as redes locais fixas e móveis dessas empresas.

Ademais, a Emissora tem prestado serviços de Longa Distância internacional originados ou concluídos nos aparelhos móveis de seus clientes por meio de contratos de Interconexão da sua rede com àquelas dos principais fornecedores de serviços de telecomunicações em todo o mundo.

Como resultado da Aquisição da BrT, a Emissora expandiu seus serviços móveis de longa distância originados a partir da Região II, utilizando-se dos contratos de interconexão da BrT, principalmente, com a própria Emissora (na Região I), a Telesp (na Região III) e com cada uma das principais prestadoras de serviços móveis que operam no Brasil. A Emissora passou também a fazer uso da rede submarina de fibra óptica da BrT para transportar chamadas móveis internacionais de longa distância.



Serviços de telefonia móvel

Em dezembro de 2008, a Emissora possuía em seus serviços de telefonia móvel, aproximadamente, 24,4 milhões de assinantes em 1.214 municípios da Região I e a BrT possuía, aproximadamente, 5,6 milhões de assinantes em 1.015 municípios da Região II. Nessa mesma data, a Emissora possuía uma parcela de 30,4% do total de assinantes do mercado de serviços de telefonia móvel na Região I e a BrT possuía uma parcela de 14,4% do total de assinantes do mercado de serviços de telefonia móvel na Região II. A participação da Emissora nos serviços de telefonia móvel na Região I foi elevada em virtude da aquisição da Amazônia Celular em abril de 2008, a qual operava em cinco estados do norte dessa Região, possuindo 1,5 milhão de assinantes em março de 2008.

Ademais, em outubro de 2008, a Emissora deu início às suas operações de telefonia móvel na Região III, alcançando, em dezembro de 2008, a marca de 2 milhões de assinantes nessa Região e uma participação estimada de mercado de 5,3% do total de assinantes dessa categoria, conforme dados disponibilizados pela ANATEL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os serviços de telefonia móvel da Emissora geraram R\$6,4 bilhões em receita operacional bruta, o que representou um aumento de 44,3% se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Em dezembro de 2008, 84,4% dos clientes de telefonia móvel da Emissora assinavam planos pré-pagos e 15,6% assinavam planos pós-pagos, ao passo que 82,5% dos clientes de telefonia móvel da BrT assinavam planos pré-pagos e 17,5% assinavam planos pós-pagos.

Serviços Pré-Pagos

Os clientes dos planos pré-pagos da Emissora ativam seus números de celular Oi ou BrT Celular pela compra de Cartões SIM que são instalados em seus respectivos aparelhos. Tais clientes podem adicionar créditos às suas contas por meio da aquisição de cartões pré-pagos, cujo preço varia de acordo com a quantidade disponível de minutos, ou por meio da compra de créditos adicionais por telefone, que podem ser cobrados no cartão de crédito ou nas faturas de telefonia fixa dos clientes. Esses cartões são válidos por um período de tempo determinado, após a ativação. Os cartões pré-pagos da Oi contam com o serviço convergente chamado "Oi Cartão Total".

Em linha com a busca pela convergência, a Oi lançou o programa "Oi Ligadores", que permite aos clientes pré-pagos receber minutos de bônus pela compra de créditos adicionais. É cobrada uma taxa nominal de inscrição no programa, sendo facultado o uso dos minutos de bônus para ligações locais a números fixos da Emissora, números de celulares Oi ou, ainda, para ligações de longa distância a números fixos da Emissora.

A Oi vende cartões pré-pagos para uso na Região I, no chamado "Oi Cartão Total", com preço mínimo de R\$1,00, que conferem aos seus clientes a possibilidade de adicionar quaisquer valores de crédito aos cartões, inclusive centavos, permitindo o contínuo funcionamento de seus aparelhos.

O "Oi Cartão Total" é um serviço que integra telefonia móvel, fixa e telefones públicos, por meio de um único cartão. Voltado especialmente para clientes pré-pagos Oi e usuários de telefones públicos, o Oi Cartão Total permite que esses clientes usem seus créditos disponíveis para realização de qualquer tipo de chamada, a partir de telefones móveis, públicos ou fixos. A Emissora acredita que o Oi Cartão Total é um grande passo na busca da convergência em seus serviços de telecomunicações e atende a um perfil muito comum de clientes pré-pagos que usam o celular para receber chamadas e o telefone público para originá-las. Foram desenvolvidas ofertas agressivas com o objetivo de promover o uso do Oi Cartão Total, incluindo bônus em minutos para chamadas feitas pelos clientes pré-pagos da Emissora.

Em linha com a estratégia de vender pacotes de serviços pré-pagos, a Emissora continua a desenvolver novos canais de venda, com o objetivo de aumentar a sua participação no mercado e reduzir o custo de venda, consolidando a cultura de venda de Chip no pequeno varejo, especialmente em bancas de revistas, farmácias, mercados, etc. Atualmente, o Chip avulso representa 100% da venda de pré-pago, o que elimina o subsídio de aparelhos. No início de 2009, a BrT Celular adotou estratégia similar.



A Oi vem lançando diversos programas de incentivo ao consumo no segmento pré-pago. Em 2008, a BrT relançou o “Pula-Pula” para seus clientes pré-pago, pelo qual esses clientes recebem minutos de bônus para cada aquisição de créditos adicionais. Além disso, lançou o chamado “Crédito Especial”, programa pelo qual o cliente tem a sua disposição um crédito emergencial de R\$3,00 em troca de R\$0,60 em sua próxima recarga.

Seguindo esse novo conceito de vendas, a Oi consolidou a estratégia iniciada em 2006 de deixar de subsidiar os aparelhos móveis no processo de aquisição e retenção de clientes pré-pagos no segmento de varejo. Desde o segundo semestre de 2008, a BrT Celular tem adotado estratégia idêntica.



Serviços Pós-Pagos

Os clientes dos planos pós-pagos da Emissora pagam uma franquia mensal e são faturados por mês pelos serviços fornecidos durante o mês anterior.

Nos planos pós-pagos são cobrados dos clientes taxas de assinatura (que inclui o uso de determinado número de minutos), além do preço dos minutos adicionais utilizados, que não estavam incluídos no valor da taxa mensal.

Dependendo do modelo de aparelho, os clientes têm acesso a serviços de WAP, GPRS e EDGE, conforme disponíveis nas principais cidades da Região I. Os serviços de GPRS e EDGE permitem acesso móvel à internet por meio de celulares, laptops ou assistentes digitais pessoais, possibilitando, ainda, o uso simultâneo dos serviços de voz e de dados, uma vez que a conexão à internet permanece ativa ainda que o cliente esteja falando ao telefone. Isso significa que o cliente tem uma conectividade contínua, ao mesmo tempo em que realiza chamadas telefônicas.

O portal WAP é um canal de serviços e conteúdo disponível aos clientes da Emissora. Alguns dos recursos do portal incluem: envio e recebimento de e-mails, criação de grupos de contatos, acesso a bancos e compra de ingressos. O portal WAP também pode ser usado na internet, por exemplo, para agendar atividades pessoais e unir-se a ou iniciar grupos de contatos.

Nos termos da regulamentação aplicável, a Oi e a BrT Celular deverão oferecer planos básicos pós-pagos nos quais serão cobradas taxas de assinatura e tarifas pelo tempo das chamadas realizadas. Em dezembro 2008, 16% dos clientes de telefonia móvel da Emissora e 17,5% dos clientes de telefonia móvel da BrT Celular assinavam seus planos básicos pós-pagos. Adicionalmente, são oferecidos uma variedade de planos pós-pagos alternativos, estruturados conforme o perfil de uso de cada cliente.

Os valores dos planos pós-pagos variam de acordo com o plano de serviço escolhido pelo assinante e a origem, o destino e a duração da chamada. Os assinantes pagam pelo período mínimo de 30 segundos, ainda que a chamada dure menos. Após os primeiros 30 segundos, cobra-se dos usuários por cada período subsequente de seis segundos.



A Oi oferece (i) planos que permitem ao usuário adquirir um número fixo de minutos por mês para a realização de chamadas locais fixas ou móveis; (ii) planos “família” que permitem ao usuário adquirir um número fixo de minutos por mês para a realização de chamadas por até quatro indivíduos; (iii) planos econômicos que permitem ao usuário adquirir um número fixo de minutos por mês para a realização de chamadas locais e de longa distância, mas que restringem a realização de chamadas que excedam os minutos franqueados, com a exceção de chamadas realizadas com uso de cartões pré-pagos; e (iv) planos 3G que permitem a transmissão de dados em velocidades de 300MB a 10GB.

A BrT Celular oferece planos pós-pagos similares aos da Oi, com a exceção dos planos “família”. A autorização da ANATEL para a Aquisição da BrT exige que até dezembro de 2009, a BrT Celular ofereça aos seus clientes os mesmos planos pós-pagos oferecidos pela Oi.

Roaming

A Oi possui contratos de *Roaming* com a BrT Celular, CTBC e Sercomtel, que proporcionam aos seus clientes acesso automático a *Roaming* durante viagens para fora das Regiões I e III, em áreas do Brasil onde os serviços telefonia móvel estão disponíveis no padrão GSM. A BrT Celular possui contratos de roaming com a Oi, CTBC e Sercomtel, que proporcionam aos seus clientes acesso automático a tais serviços ao viajarem para fora da Região II, em áreas do Brasil onde os serviços móveis de telecomunicações estão disponíveis no padrão GSM.

A geração de receitas a partir de *Roaming* dá-se no momento que o usuário recebe uma chamada fora de sua área de registro, bem como quando um usuário de outra operadora em outra área de registro faz uma chamada a partir da rede móvel da Emissora. De maneira inversa, quando um usuário dos serviços de telefonia móvel da Emissora realiza chamadas de fora do Brasil, a Emissora deverá pagar a taxa de *Roaming* aplicável à operadora em cuja rede a chamada foi originada.

Serviços de Banda Larga 3G

Em 2007, a Emissora e a BrT foram autorizadas e receberam as respectivas licenças de rádio frequência da ANATEL para a prestação de serviços 3G em suas respectivas áreas de atuação. A prestação de serviços 3G permite a oferta de serviços de comunicação de dados para clientes de SMP a velocidades maiores do que aquelas disponibilizadas anteriormente em tecnologia 2G. Em dezembro de 2008, a Oi havia lançado serviços 3G em um total de 52 municípios, incluindo nas capitais dos 16 estados da Região I, e a BrT havia lançado serviços 3G em um total de 49 municípios, incluindo o Distrito Federal e as capitais dos nove estados da Região II. Em dezembro de 2008, a Oi e a BrT possuíam, aproximadamente, 31.300 e 100.900 clientes de serviços móveis 3G, respectivamente.

Serviços de transmissão de dados

Serviços de Banda Larga

A Emissora e a BrT oferecem serviços de acesso à internet em alta velocidade, com uso de tecnologia ADSL, para clientes residenciais e corporativos nas principais cidades da Região I, sob a marca “Oi Velox”, e da Região II, sob a marca “Turbo.” Em dezembro de 2008, a Emissora oferecia Banda Larga em 451 municípios da Região I e a BrT oferecia tais serviços em 1.546 municípios da Região II. Nessa mesma data, a Emissora possuía 2,0 milhões de clientes ADSL, o que representava 14,1% do total de linhas fixas em serviço, e a BrT possuía 1,8 milhão de clientes ADSL, o que representava 22,2% do total de linhas fixas em serviço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os serviços de transmissão de dados da Emissora geraram R\$3,4 bilhões em receita operacional bruta, o que representou um aumento de 18,0% se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

A tecnologia ADSL permite a transmissão em alta velocidade de sinais de voz e dados por um único par de fios de cobre conectado em rede. Como a transmissão de voz por linhas de telefone faz uso de somente uma dentre as várias bandas de frequência disponíveis, as demais bandas de frequência são liberadas para a transmissão de dados.



Um modem ADSL é instalado na linha telefônica fixa do cliente, que, por sua vez, é conectada ao Digital Subscriber Line Access Multiplexer – DSLAM, equipamento localizado na estação de controle. Como resultado, os clientes podem usar a linha do telefone ao mesmo tempo em que navegam pela internet. Os clientes pagam uma taxa mensal fixa pela assinatura, independente do tempo efetivo em que permanecem conectados à internet.

Em dezembro de 2008, a Emissora havia atualizado, aproximadamente, 49,0% de sua rede de telefonia fixa e a BrT realizou o mesmo em, aproximadamente, 38,8% da sua rede de telefonia fixa, de forma a permitir suporte à tecnologia ADSL2. A ADSL2 é uma tecnologia de comunicação de dados que permite a transferência de dados em velocidades de até 24 Mbps em *downstream* e de até 1 Mbps em *upstream*, o que é muito mais rápido do que a transmissão de dados por meio da tecnologia ADSL convencional. A tecnologia ADSL2 possibilita à Emissora ofertar uma variedade maior de serviços, tais como o Turbo 2.0 e o serviço de transmissão de vídeo por internet IPTV.

É cobrada uma taxa mensal dos usuários de Banda Larga que utilizam o Oi Internet, iBest ou iG como ISP. Não são cobradas quaisquer taxas aos clientes de linha fixa que utilizem esses provedores para acesso discado à internet. Em dezembro de 2008, o Oi Internet possuía 3,5 milhões de usuários de acesso discado registrados, enquanto que o iBest e o iG possuíam, aproximadamente, 4 milhões de usuários registrados para o mesmo serviço.

No início de 2007, a BrT lançou um serviço discado com taxa fixa chamado “Internet Toda Hora”, pelo qual assinantes de linhas fixas da BrT teriam acesso à internet por conexão discada durante a noite e fins de semana, sendo cobrados somente uma taxa fixa, sem utilização dos minutos adquiridos nos planos de linha fixa.



Serviços comerciais de transmissão de dados

A Emissora e a BrT fornecem a outras prestadoras de serviços de telecomunicações, ISPs e clientes corporativos, diversos serviços de transmissão de dados customizados de alta velocidade, com o emprego de diversas tecnologias e meios de acesso. Os serviços de transmissão de dados da Emissora incluem a interconexão entre redes em área local com velocidades de transmissão de dados de 34 Mbps, 155 Mbps e 1 Gbps, videoconferência, transmissão de vídeo e imagem e aplicações multimídia. Os principais serviços de transmissão de dados atualmente oferecidos pela Emissora são:

- Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD, a partir da qual são arrendadas linhas de *trunking* para outras prestadoras de serviços de telecomunicações, principalmente prestadoras de serviços móveis, que usam essas linhas para conectar suas estações-base de rádio a suas centrais de controle;
- Serviços de Linhas Dedicadas – SLD, a partir dos quais são arrendadas linhas dedicadas para outras prestadoras de serviços de telecomunicações, ISPs e clientes corporativos, para uso em redes privadas que liguem diferentes *websites* corporativos;



- Serviços de Protocolo de Internet, que consistem em linhas privadas dedicadas e acesso discado à internet, disponibilizados para a maior parte dos principais ISPs no Brasil, bem como serviços virtuais em rede privada, que permitem a operação de redes privadas de intranet e extranet; e
- Serviços de *frame relay* para clientes corporativos, permitindo a transmissão de dados com o uso de protocolos baseados no uso direto de linhas de transmissão da Emissora, para o estabelecimento de redes virtuais privadas.

Esses serviços de transmissão de dados são fornecidos com uso de plataformas de redes de serviço nas Regiões I e II, das redes de cabos de fibra óptica, rádio e links de microondas da Emissora.

De modo a fornecer soluções completas para seus clientes corporativos, a Emissora possui contratos de fornecimento conjunto de serviços de transmissão internacional de dados com alguns dos principais prestadores internacionais de serviços de transmissão de dados. Tais relacionamentos comerciais compõem a estratégia da Emissora de oferecer pacotes de serviços de telecomunicações completos aos seus clientes.

Ademais, a Emissora opera seis centros de serviços de *cyber data* localizados em Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza. Nesses centros são prestados serviços de hospedagem e terceirização de TI, permitindo aos clientes terceirizarem suas estruturas de TI ou utilizar esses centros para backup de seus sistemas de TI. Esses centros foram transferidos à Emissora em função da Aquisição da BrT.

Como parte da Aquisição da BrT, a Emissora também adquiriu a rede de fibra óptica submarina da BrT, que liga o Brasil aos Estados Unidos, Bermuda e Venezuela. Por meio dessa rede, são oferecidos serviços internacionais de transporte de dados, principalmente o arrendamento de linhas para outras operadoras de serviços de telecomunicações.

Serviços de utilização de rede (serviço de Interconexão)

Todas as prestadoras de serviços de telecomunicações são obrigadas, se tecnicamente possível, a disponibilizar suas redes para Interconexão, sempre que assim solicitado por outras prestadoras, sendo proibida qualquer discriminação. A interconexão permite que uma chamada originada na rede de uma prestadora de serviços de telefonia fixa, móvel ou de longa distância seja concluída na rede de telefonia fixa ou móvel da outra operadora.

Uso das redes de telefonia fixa locais da Emissora e da BrT

A Emissora e a BrT são autorizadas a cobrar pela utilização de suas redes de telefonia fixa, em razão do tempo de uso (em minutos), para (i) todas as chamadas originadas na rede de telefonia fixa de outras prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel e de longa distância e que sejam concluídas nas redes fixas da Emissora e da BrT, nas Regiões I e II; e (ii) todas as chamadas de longa distância originadas nas redes de telefonia fixa locais da Emissora e da BrT, nas Regiões I e II, que sejam transportadas por outras prestadoras de serviços de longa distância.

De maneira inversa, são cobradas da Emissora taxas de interconexão em razão de (i) chamadas originadas nas redes fixa, móvel e de longa distância da Emissora e terminadas nas redes locais de outras prestadoras; ou (ii) chamadas de longa distância originadas na rede de telefonia fixa de outras prestadoras, nas quais o usuário tenha escolhido a Emissora como operadora de longa distância. A mesma sistemática vale para a BrT.

Ademais, a Emissora e a BrT cobram tarifas pelo uso de suas redes a outras prestadoras de serviços de longa distância e a operadoras de *trunking* que conectem suas estações de controle às redes de telefonia fixa da Emissora e da BrT.

Uso das redes de Longa Distância da Emissora e da BrT

A Emissora e a BrT estão autorizadas a cobrar pela utilização de suas redes de longa distância, em razão do tempo de uso (em minutos), por todas as chamadas que trafegarem por suas respectivas redes nas quais o usuário não tenha selecionado a Emissora, ou a BrT, conforme o caso, como operadora de longa distância.



De maneira inversa, outras operadoras de Longa Distância cobram da Emissora e da BrT taxas de interconexão, em razão do tempo de uso (em minutos), por todas as chamadas que trafegarem por suas redes e nas quais o usuário tenha selecionado a Emissora ou a BrT, conforme o caso, como operadora de longa distância.

Uso das redes móveis da Emissora e da BrT

A Emissora e a BrT são autorizadas a cobrar pela utilização de suas redes móveis, em razão do tempo de uso (em minutos), por todas as chamadas encerradas em suas redes móveis quer tenham origem nas redes de telefonia fixa, móvel ou de Longa Distância de outras operadoras.

De maneira inversa, outras operadoras de serviços móveis cobram da Emissora e da BrT taxas de interconexão por chamadas encerradas em suas redes móveis que tenham sido originadas nas redes de telefonia fixa, móvel ou de longa distância da Emissora ou da BrT, conforme o caso.

Serviços de transporte de tráfego

Prestadoras de serviços de telefonia móvel e de longa distância podem evitar o pagamento de tarifas pelo uso das redes de Longa Distância da Emissora pelo estabelecimento de interconexões com as redes fixas locais da Emissora e da BrT. A fim de reter esses clientes de Longa Distância, a Emissora oferece um serviço de uso de longa distância chamado de transporte nacional, por meio do qual são oferecidos descontos sobre as tarifas de uso das redes de Longa Distância da Emissora, tendo por base o volume de tráfego e a distribuição geográfica das chamadas geradas por uma prestadora de serviços de Longa Distância ou móvel.

A Emissora também oferece às operadoras internacionais a opção de encerrarem seu tráfego de chegada no Brasil na rede da Emissora, como uma alternativa à Embratel e à Intelig.

Tais operadoras internacionais são cobradas pelo tempo de uso da rede da Emissora (em minutos), sendo que a tarifa poderá variar em função da chamada encerrar em linhas fixas ou móveis, bem como em função da Região na qual a chamada é encerrada.

Serviços de telefone público

A Emissora e a BrT possuem e operam telefones públicos nas Regiões I e II. Em dezembro de 2008, a Emissora possuía, aproximadamente, 576,9 mil telefones públicos em serviço e a BrT possuía, aproximadamente, 227.900 telefones públicos em serviço, todos eles operados com cartões pré-pago.

Serviços de valor agregado

A Emissora e a BrT oferecem diversos Serviços de Valor Agregado, como aplicativos de voz, texto e dados, incluindo correio de voz, identificador de chamadas e outros serviços, como personalização (downloads de vídeos, jogos, *ring tones* e papéis de parede), serviços de assinatura de SMS (horóscopo, times de futebol e “*P*”), *chat*, televisão móvel, serviços e aplicativos baseados em localização (banco móvel, busca móvel, email e mensagens instantâneas).

Serviços avançados de voz

Além dos serviços de telecomunicações, a Emissora e a BrT prestam serviços avançados de voz a clientes corporativos, principalmente serviços de 0800 (chamada gratuita), bem como portais de voz, nos quais os clientes podem participar de chats em tempo real, e outros serviços de voz interativos.

Portal de internet iG

A BrT opera o portal de internet “iG”, considerado o segundo maior portal de internet do Brasil em termos de número de visitantes em 2008, de acordo com o Ibope/NetRatings. Em 2008, o iG foi visitado por 13,3 milhões de usuários, sendo que, em dezembro de 2008, contava com, aproximadamente, 2,0 milhões de assinantes registrados e hospedava 7,5 milhões de contas de e-mail.



Atualmente, a marca iG está sendo reposicionada para promover um aumento de tráfego, conferindo mais poder ao usuário de internet. O iG lançou várias ferramentas colaborativas, como blogs, chat, álbum de fotos, reprodutor de vídeos e serviços de encontros on-line, tendo desenvolvido novos canais que promovem a criação e a distribuição de conteúdo criado pelo usuário. O portal também formou novas parcerias em diversas áreas, como entretenimento, notícias, esportes e educação e firmou um importante acordo para trazer o jogo virtual “*Second Life*” ao Brasil. Além disso, alinhado ao compromisso de excelência operacional, o iG estabeleceu com o Google uma importante parceria que lhe permite oferecer serviços de e-mail utilizando a plataforma Gmail e utilizar a ferramenta de busca do Google no portal todo.

A BrT celebrou contratos de licenciamento por meio dos quais está autorizada a distribuir vários conteúdos no portal iG, relacionados a entretenimento, notícias, esportes e educação. As receitas geradas pelo portal iG advêm principalmente de (i) taxas de assinatura mensal cobradas de usuários registrados; (ii) taxas cobradas para a colocação de anúncios no portal; e (iii) taxas recebidas de prestadores de serviços de telefonia fixa, em função do tempo (em minutos) de permanência de seus assinantes em conexão ao iG.

TARIFAS

As tarifas oriundas dos serviços de telefonia fixa local e de longa distância (nacional e internacional), de interconexão e de EILD e SLD estão sujeitas a regulamentação por parte da ANATEL, com a exceção de algumas taxas específicas relativas a alguns planos alternativos de telefonia fixa e móvel.

Tarifas de linhas fixas locais

As receitas oriundas dos serviços de telefonia fixa da Emissora e da BrT advêm, basicamente, de taxas mensais de assinatura, taxas de chamadas locais e da ativação de linhas para novos usuários e para usuários que venham a mudar de endereço. As taxas mensais de assinatura são baseadas nos planos escolhidos pelo usuário e no fato de ser o usuário qualificado como residencial, corporativo ou cliente de *trunking*.

Conforme estabelecido nos respectivos contratos de concessão, existem dois planos de oferta obrigatória aos usuários dos serviços da Emissora e da BrT: o PBM e o PASOO, ambos incluindo taxas de instalação, taxas mensais de assinatura e taxas para minutos locais. Em dezembro de 2008, 54,0% dos clientes de telefonia fixa da Emissora assinavam PBM e PASOO.

O valor da assinatura mensal do PBM e do PASOO varia conforme o perfil de cada cliente, nos termos da regulamentação da ANATEL. A assinatura mensal do PBM inclui uma franquia de 200 minutos por mês, no caso de usuários residenciais, e 150 minutos por mês, no caso de usuários comerciais e de trunking, enquanto que a assinatura mensal do PASOO inclui uma franquia de 400 minutos por mês para usuários residenciais e 360 minutos por mês para usuários comerciais e de trunking. Se estes limites forem ultrapassados, os clientes pagam pelos minutos excedentes. A franquia mensal é não cumulativa e diferenciada por classe de assinantes, nos termos da regulamentação. A assinatura tem o mesmo valor para o PBM e o PASOO.

A tarifação ocorre por tempo de duração da chamada, sendo a unidade de tarifação o décimo do minuto (seis segundos), admitido arredondamento para o décimo de minuto imediatamente superior. Há um Tempo de Tarifação Mínima (TTM) de 30 segundos e a denominada Tarifação por Chamada Atendida (TCA), em que, nos horários de tarifa reduzida (de segunda a sexta-feira, da 0h às 6h; sábados, da 0h às 6h e das 14h às 24h; e domingos e feriados nacionais; da 0h às 24h), a cobrança é feita pela aplicação de um valor fixo, independente da duração da chamada - Valor por Chamada Atendida (VCA). O VCA, assim como o valor do minuto local, possui valores distintos para o PBM e o PASOO. A realização de uma chamada nos horários de tarifa reduzida implica no abatimento de dois minutos da franquia disponível para os usuários do PBM e de quatro minutos para os usuários do PASOO. Chamadas com duração menor ou igual a três segundos, ressalvadas as exceções previstas na regulamentação, não são faturadas.

Além do PBM e do PASOO, é permitida a oferta de planos alternativos aos usuários, não sendo permitida qualquer forma de discriminação.

As tarifas aplicáveis a planos alternativos (por exemplo, as tarifas de assinatura mensal e valores cobrados para chamadas locais e de longa distância) devem ser previamente submetidas à ANATEL para aprovação. De maneira geral, a ANATEL não restringe a efetivação desses planos alternativos, sendo que, em dezembro de 2008, 46,2 % dos clientes de linha fixa da Emissora e 51,3 % dos clientes de linha fixa da BrT assinavam planos alternativos.



Até janeiro de 2006, chamadas telefônicas eram medidas com base em pulsos, consistindo em uma única cobrança por chamada e uma tarifa adicional para cada intervalo de quatro minutos de uso. A partir de janeiro de 2006, os novos contratos de concessão estabeleceram um sistema de cobrança com base no tempo (em minutos) de uso da linha de telefonia fixa, o qual foi implementado pela Emissora em julho de 2007. Nas localidades onde não foi implementada a cobrança por minutos, em razão de inviabilidade técnica ou econômica, não é cobrada tarifa por minutos adicionais em chamadas locais fixo-fixo. Nessas localidades, é somente cobrada tarifa correspondente à assinatura mensal básica.

A ANATEL revê anualmente o valor máximo das tarifas referentes aos planos básicos que as operadoras estão autorizadas a cobrar. Em julho de 2006, a ANATEL reduziu essas tarifas em uma média de 0,51%, tendo, em julho de 2007 e 2008, aumentado em uma média de 1,83 % e 2,76%, respectivamente. Em julho de 2006, a ANATEL reduziu as tarifas referentes aos planos básicos da BrT em uma média de 0,43%, tendo, em julho de 2007 e 2008, aumentado em uma média de 2,14% e 3,01%, respectivamente.

Adicionalmente, a Emissora é autorizada a reajustar as tarifas referentes aos seus planos básicos anualmente, limitada ao IST. Descontos nas tarifas referentes aos planos básicos poderão ser concedidos aos usuários sem aprovação da ANATEL.

A tabela a seguir apresenta informações selecionadas relativas às tarifas dos serviços básicos de telefonia fixa da Emissora e da BrT, nas seguintes datas:

		Exercício findo em 31 de dezembro de		
Tarifas de assinatura mensal para planos PBM (1)		2006	2007	2008
		(em R\$)		
Emissora				
PBM (residencial)		27,29	27,78	28,54
PBM (comercial).....		45,72	46,56	47,84
PBM (linhas tronco).....		45,72	46,56	47,84
BrT				
PBM (residencial)		27,28	27,86	28,69
PBM (comercial).....		40,36	41,23	42,48
PBM (linhas tronco).....		39,98	40,85	42,09

(1) Os valores representam a média ponderada das tarifas mensais, líquidas de impostos.

Tarifas locais de linha fixa para móvel

Quando um usuário de telefonia fixa da Emissora realiza chamadas para um usuário de telefonia móvel da Emissora ou de outra operadora de telefonia móvel, dentro da mesma área de registro na qual a chamada foi originada, é cobrada do usuário de telefonia fixa da Emissora uma tarifa por tempo de uso de linha (medida em minutos), com base nos valores de tarifas VC1, conforme designados pela ANATEL. A Emissora, por sua vez, pagará à operadora de serviços móveis uma tarifa por minuto, com base nos valores de tarifas VU-M designados pela ANATEL, pelo término da chamada em sua rede móvel. A mesma regra aplica-se à BrT.

As tarifas VC1 variam conforme a hora do dia e o dia da semana, sendo aplicadas por minuto pela duração da chamada. Assim como ocorre com linhas fixas, a unidade de cobrança é um décimo de minuto (seis segundos), sendo o arredondamento permitido até o décimo de minuto seguinte mais próximo, existindo, também o Período de Tarifa Mínima de 30 segundos.

A ANATEL revê anualmente o valor máximo das tarifas VC1 que as operadoras estão autorizadas a cobrar. Em 2006, não houve alteração na tarifa VC1 máxima que a Emissora e a BrT estavam autorizados a cobrar. Em julho de 2007, a ANATEL autorizou um aumento de, aproximadamente, 2,88% nas tarifas VC1 da Emissora, tendo autorizado novo aumento, em julho de 2008, de, aproximadamente, 2,76%. Em julho de 2007, a ANATEL autorizou um aumento de, aproximadamente, 3,34% nas tarifas VC1 da BrT, tendo autorizado novo aumento, em julho de 2008, de, aproximadamente, 3,03%.



Descontos nas tarifas VC1 poderão ser concedidos aos usuários sem aprovação prévia da ANATEL.

A tabela a seguir indica as tarifas médias por minuto que a Emissora cobrou nas chamadas de linhas fixas para móveis nos períodos indicados abaixo.

Tarifas por minuto para chamadas locais feitas de linhas fixas para telefones móveis ⁽¹⁾

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
		(em R\$)	
Telemar	0,48	0,49	0,51

(1) Os valores representam a média ponderada das tarifas mensais, líquidas de impostos.

Tarifas de longa distância nacional

Linha fixa para linha fixa

Se um usuário de telefonia fixa realizar uma chamada de longa distância para outro usuário de telefonia fixa utilizando os códigos de operadora de longa distância da Emissora, as receitas provenientes dessa chamada serão recebidas pela Emissora, que, por sua vez, deverá pagar tarifas de interconexão às operadoras de telefonia fixa em cujas redes a chamada foi originada e encerrada. A mesma regra aplica-se à BrT.

O valor da tarifa devida em chamadas de longa distância é determinado, entre outros fatores, pela distância física da transmissão (que são categorizadas em quatro faixas de distância) e pela hora do dia e pelo dia da semana em que foram realizadas, sendo calculadas pelo tempo de uso de rede (medido em minutos). Tal como em chamadas locais de redes fixas, a unidade de cobrança é um décimo de minuto (seis segundos), sendo permitido o arredondamento até o décimo de minuto seguinte mais próximo, existindo, da mesma forma, o Tempo de Tarificação Mínima de 30 segundo por chamada.

A ANATEL revê anualmente o valor máximo das tarifas de longa distância nacional entre redes fixas que as operadoras estão autorizadas a cobrar. Em julho de 2006, a ANATEL reduziu essas tarifas em uma média de 2,86%, tendo, em julho de 2007 e 2008, aumentado em uma média de 1,83% e 2,76%, respectivamente. Em julho de 2006, a ANATEL aumentou as tarifas de longa distância nacional da BrT em uma média de 2,77%, tendo, em julho de 2007 e 2008, aumentado em uma média de 2,14 % e 3,01%, respectivamente.

Descontos nas tarifas de longa distância nacional entre redes fixas poderão ser concedidos aos usuários sem aprovação prévia da ANATEL.

O quadro a seguir apresenta informações selecionadas sobre tarifas de longa distância nacional entre redes fixas, cobradas por minuto durante as horas de pico (entre 9:00h e 12:00h e entre 14:00h e 18:00h, de segunda à sexta-feira) pela Emissora e pela BrT, nos períodos indicados.

Tarifas domésticas de longa distância por minuto (1)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
			(em R\$)
Emissora			
0 a 50 km.....	0,22	0,23	0,20
50 a 100 km.....	0,28	0,31	0,32
100 a 300 km.....	0,31	0,33	0,37
Acima de 300 km	0,36	0,38	0,41
BrT			
0 a 50 km.....	0,22	0,24	0,24
50 a 100 km.....	0,51	0,33	0,35
100 a 300 km.....	0,35	0,35	0,36
Acima de 300 km	0,36	0,36	0,37

(1) Os valores representam a média ponderada das tarifas mensais, líquidas de impostos.



Longa distância móvel

As tarifas em chamadas de longa distância com origem ou destino em telefones móveis dependerão do destino da chamada, que poderá ser de longa distância intraregional, que são cobradas a partir de tarifas designadas pela ANATEL como tarifas VC2, ou de longa distância inter-regional, que são cobradas a partir de tarifas designadas pela ANATEL como tarifas VC3.

Se o usuário do serviço de telefonia móvel utilizar um dos códigos de seleção de operadora de longa distância da Emissora, a Emissora receberá as receitas provenientes da chamada e pagará as respectivas tarifas de interconexão às operadoras de telefonia móvel em cujas redes a chamada é originada e encerrada. A mesma regra aplica-se em relação à BrT.

O valor das tarifas VC2 e VC3 varia em função do horário do dia e do dia da semana de realização da chamada, sendo calculadas em razão do tempo de uso de rede (medidos em minutos). Tal como em chamadas locais de rede fixa, a unidade de cobrança é o décimo de minuto (seis segundos), sendo permitido o arredondamento até o décimo de minuto seguinte mais próximo, existindo, da mesma forma, o Tempo de Tarifação Mínima de 30 segundo por chamada.

A ANATEL revê anualmente o valor máximo das tarifas VC2 e VC3 que a Emissora está autorizada a cobrar. Em março de 2006, a ANATEL autorizou um aumento das tarifas VC2 e VC3 da Emissora em uma média de 7,99%, tendo, em julho de 2007, autorizado novo aumento em uma média de 2,88%, bem como em julho de 2008, em uma média de 2,76%. Em julho de 2006, a ANATEL autorizou um aumento das tarifas VC2 e VC3 da BrT em uma média de 7,99%, tendo, em julho de 2007, autorizado novo aumento em uma média de 3,29%, bem como em julho de 2008, em uma média de 3,01%.

O quadro a seguir apresenta as tarifas VC2 e VC3 médias que a Emissora e a BrT têm cobrado por minuto durante as horas de pico (entre 9:00h e 12:00h e entre 14:00h e 18:00h, de quinta à sexta feira), nos períodos indicados.

Tarifas mensais por minuto para chamadas móveis de longa distância (1)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
			(em R\$)
Emissora			
VC2	1,02	1,06	1,09
VC3	1,16	1,20	1,24
BrT			
VC2	1,04	1,08	1,11
VC3	1,19	1,23	1,26

(1) Os valores representam a média ponderada das tarifas mensais, líquidas de impostos.

Tarifas de Telefonia Móvel

Os serviços de telefonia móvel no Brasil são oferecidos segundo a premissa de que “quem chama paga”. Os usuários de telefonia móvel pagam pelas chamadas realizadas, a uma tarifa por minuto, e não pelas chamadas recebidas. Além disso, o assinante paga taxas de *Roaming* pelas chamadas realizadas ou recebidas fora de sua área de registro, para chamadas fora da área de registro do assinante e fora da região onde a respectiva operadora atua. Chamadas a cobrar são pagas pelo recipiente da chamada.

As receitas da Emissora e da BrT advindas da prestação de serviços de telefonia móvel consistem, principalmente, de encargos pela realização de chamadas locais e de longa distância, pagos pelos assinantes de planos pré e pós-pagos, bem como de encargos fixos de assinatura mensal pagos pelos usuários de planos pós-pagos.

Os encargos mensais de assinatura são fixados com base no pacote de serviços contratados por cada assinante. Caso um assinante realize chamadas com uso de *Roaming*, a operadora cobrará desse cliente a tarifa de roaming aplicável.



Segundo a regulamentação aplicável, a Emissora e a BrT foram obrigadas a apresentar para aprovação da ANATEL um plano de serviços básicos para clientes pré e pós-pagos.

Em dezembro de 2008, menos de 1% dos clientes de telefonia móvel da Emissora assinavam os planos básicos pós-pago e pré-pago, enquanto que 1,7% dos clientes de telefonia móvel da BrT assinavam o seu plano básico pós-pago e 0% de seus clientes de telefonia móvel assinavam o seu plano básico pré-pago.

Sob o plano de serviços básicos pós-pago, os clientes pagam encargos de assinatura mensais (que incluem uma determinada quantidade de minutos para a realização de chamadas) e pagam tarifas sobre os minutos excedentes àqueles cobertos pelos encargos de assinatura. Sob o plano de serviços básicos pré-pago, os clientes pagam apenas um encargo pela ativação do plano, além dos valores referentes aos créditos adquiridos. As tarifas aplicáveis aos serviços previstos nesses planos (como, por exemplo, encargos de ativação, encargos de assinatura mensal, de chamadas locais e de longa distância e *roaming*) foram aprovadas pela ANATEL quando das respectivas autorizações.

A Emissora e a BrT cobram por todas as chamadas feitas por seus clientes de planos pré-pagos, bem como pelas chamadas feitas por seus clientes de planos pós-pagos em excesso aos minutos franqueados. A cobrança é feita em função do tempo de uso de rede (medido em minutos), sendo a unidade de cobrança o décimo de um minuto (seis segundos), permitido o arredondamento até o décimo de minuto seguinte mais próximo, existindo o Tempo de Tarifação Mínima de 30 segundos por chamada.

Além dos planos de serviços básicos, é facultado à Emissora e à BrT oferecer planos alternativos, sujeito a aprovação prévia pela ANATEL, desde que não haja discriminação entre os usuários. Em geral, a ANATEL não se opõe aos termos desses planos. Em dezembro de 2008, a quase totalidade dos clientes de planos pós e pré-pagos da Emissora assinavam tais planos alternativos.

Embora os assinantes de um plano não possam ser forçados a migrar para novos planos, os planos existentes podem ser descontinuados desde que os seus respectivos assinantes recebam um aviso para esse fim e seja permitida a migração para os novos planos dentro de seis meses a partir de tal aviso.

As tarifas aplicáveis aos planos de celular básicos e alternativos oferecidos pela Emissora poderão ser reajustadas anualmente, limitadas ao IST para o ano em questão. A taxa da inflação, conforme o índice IST, foi de 3,20% em 2006, 3,17% em 2007 e 6,56% em 2008. Tais reajustes poderão ser efetuados somente na data de aniversário da aprovação dos respectivos planos.

Descontos nas tarifas de planos básicos e alternativos poderão ser concedidos aos usuários sem aprovação prévia da ANATEL.

Tarifas de uso de Rede (Interconexão)

Redes de linhas fixas

As receitas recebidas pela Emissora e pela BrT pelo uso de suas redes fixas locais consistem, primariamente, de pagamentos efetuados por outras operadoras pelo tempo de utilização da rede (medido em minutos). O valor das tarifas de Interconexão é fixado anualmente pela ANATEL, sob a denominação de tarifas TU-RL.

As receitas provenientes de tarifas TU-RL advêm, principalmente, de:

- serviços de longa distância, com a recepção de chamadas com término nas redes fixas locais da Emissora;
- transferências de chamadas de longa distância originadas nas redes da Emissora, por operadoras de serviços de longa distância, a redes fixas ou móveis de outras operadoras;
- operadoras de telefonia móvel, pela transferência de chamadas às redes da Emissora; e
- outras operadoras de telefonia fixa, por chamadas originadas em suas redes e terminadas nas redes locais da Emissora.

As mesmas regras acima se aplicam em relação à BrT.



O valor das tarifas TU-RL varia em função da hora e do dia da semana e é calculado em razão do tempo de uso da rede (medidos em minutos). A unidade de cobrança é o décimo de minuto (seis segundos), sendo permitido o arredondamento até o décimo de minuto seguinte mais próximo, existindo, da mesma forma, o Tempo de Tarificação Mínima de 30 segundo por chamada.

As tarifas de utilização da rede da Emissora em chamadas locais originadas em redes de outras operadoras e terminadas nas redes fixas locais da Emissora são cobradas somente quando o volume de tráfego recebido superar 55,0% do volume total de tráfego (em minutos) entre as duas redes. As mesmas regras aplicam-se à BrT.

Em janeiro de 2006, as tarifas de TU-RL da Emissora foram reduzidas para o equivalente a 50% das tarifas praticadas em chamadas locais de rede fixa em seus planos PBM, conforme reajuste anual realizado pela ANATEL. Em janeiro de 2007, as tarifas TU-RL da Emissora foram reduzidas a 40% das tarifas praticadas em chamadas locais de rede fixa em seus planos PBM. Na presente data, a tarifa de TU-RL praticada pela Emissora durante as horas de pico (entre 9:00h e 12:00h e entre 14:00h e 18:00h, de segunda à sexta-feira) é de R\$0,028 por minuto e a taxa de TU-RL praticada pela BrT durante o mesmo horário é de R\$0,031 por minuto.

A partir de 2010, a ANATEL modificará o método utilizado para a determinação das tarifas de TU-RL, que passará a ser baseado na metodologia de custos incrementais de longo prazo.

As receitas provenientes da utilização das redes de longa distância da Emissora consistem, principalmente, de pagamentos de tarifas de TU-RIU (medidas em minutos) efetuados por outras operadoras de longa distância que utilizam parte das redes da Emissora para completar chamadas iniciadas por seus usuários. O mesmo procedimento se aplica em relação à BrT.

O valor das tarifas de TU-RIU varia em função do horário e do dia da semana de realização da chamada, sendo calculado em razão do tempo de uso da rede (medido em minutos). Tal como em chamadas locais de rede fixa, a unidade de cobrança é o décimo de minuto (seis segundos), sendo permitido o arredondamento até o décimo de minuto seguinte mais próximo, existindo, da mesma forma, o Tempo de Tarificação Mínima de 30 segundos por chamada.

Em janeiro de 2006, a Emissora diminuiu suas tarifas de TU-RIU para o equivalente a 30% das tarifas cobradas por serviços de longa distância nacional entre redes fixas em chamadas de até 300km de distância. Na presente data, as tarifas de TU-RIU praticadas pela Emissora e pela BrT durante as horas de pico são de R\$0,12 por minuto.

A tabela abaixo apresenta as tarifas médias praticadas pela Emissora e pela BrT pelo uso de suas redes fixas durante os períodos indicados.

Taxas de Uso da Rede de Linhas Fixas (1)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
(em R\$)			
Emissora			
TU-RL	0,034	0,027	0,028
TU-RIU	0,102	0,079	0,083
BrT			
TU-RL	0,037	0,030	0,031
TU-RIU	0,081	0,083	0,087

(1) Os valores representam a média ponderada de taxas mensais, líquido de impostos.



Redes Móveis

As receitas obtidas pela Emissora e pela BrT pelo uso de suas respectivas redes móveis consistem, primariamente, de pagamentos efetuados (i) por outras prestadoras de serviços de telefonia fixa e móvel e pelas ligações terminadas na rede móvel da Emissora ou da BrT, conforme o caso; e (ii) por prestadoras de serviços de longa distância, em função do redirecionamento de chamadas originadas nas redes da Emissora.

O modelo atual de Interconexão é assimétrico, com tarifas mais altas para a interconexão móvel do que para a fixa. Conseqüentemente, as operadoras de telefonia móvel normalmente retêm mais de 80% das receitas líquidas de chamadas de telefones fixos para móveis, enquanto operadoras de telefonia fixa, como a Emissora e a BrT, possuem margens muito baixas, ou até mesmo negativas, em alguns casos. Em razão desse desequilíbrio, a ANATEL determinou que, a partir de julho de 2004, as tarifas de Interconexão para redes móveis (tarifas VU-M) seriam negociadas livremente entre as operadoras.

Não tendo chegado a um acordo, as prestadoras de serviços de telefonia móvel e fixa submeteram a questão à arbitragem da ANATEL. Posteriormente, considerando que a ANATEL ainda não tinha decidido referido processo de arbitragem e a iminência do reajuste do VC-1 das prestadoras fixas, as prestadoras de serviços de telecomunicações móveis e fixas concordaram em estabelecer um ajuste provisório. Esse processo de arbitragem permanece em andamento e uma decisão final ainda não foi emitida.

Simultaneamente à arbitragem, uma operadora de telefonia fixa obteve, em outubro de 2007, decisão judicial liminar contra a ANATEL e as operadoras de telefonia móvel concedendo-lhe o direito de pagar a tarifa VU-M a uma taxa aproximadamente 30% mais baixa do que a atualmente praticada no mercado. Essa decisão estabelece um precedente importante, pois representa uma redução da tarifa VU-M sem considerar o processo de arbitragem da ANATEL. Entretanto, tal decisão não é final e pode ser revertida por instâncias superiores.

Dessa forma, até que se conclua o processo de arbitragem, as operadoras de telefonia móvel continuarão a negociar entre si acordos provisórios anuais de reajuste da tarifa VU-M.

Em março de 2006, foi celebrado acordo provisório entre as principais operadoras de telefonia fixa (a Emissora, BrT e Telesp) e determinadas operadoras de telefonia móvel, dentre as quais a Oi e a BrT Celular, determinando o aumento de 4,5% da tarifa VU-M em chamadas terminadas em redes de telefonia móvel, o qual foi submetido à aprovação da ANATEL.

Em julho de 2007, foi celebrado acordo provisório entre as mesmas operadoras de telefonia fixa, além da CTBC e a Sercomtel, e determinadas operadoras de telefonia móvel, dentre as quais a Oi e a BrT Celular, determinando um aumento anual de 1,97143% e 2,25356% da tarifa VU-M para chamadas terminadas na Região I e nas Regiões II e III, respectivamente, o qual foi submetido à aprovação da ANATEL.

Em julho de 2008, foi celebrado acordo provisório entre essas operadoras de telefonia fixa e determinadas operadoras de telefonia móvel, dentre as quais a Oi e a BrT Celular, o qual foi submetido à aprovação da ANATEL, determinando um aumento médio de 2% na tarifa VU-M e estabelecendo o aumento dessa tarifa em valor equivalente a 68,5% do percentual do aumento nas tarifas VC1 aprovado em 2008 pela ANATEL.

Até junho de 2006, a cobrança pelo uso de redes móveis da Emissora em chamadas originadas em outras operadoras de telefonia móvel ou fixa se dava somente quando o volume de tráfego recebido superasse 55,0% do volume total de tráfego (em minutos) entre as duas redes.

O sistema de faturamento total adotado em julho de 2006 (i) permitiu a cobrança pelo uso das redes móveis da Emissora com base no volume total do tráfego originado em redes de outras operadoras; e (ii) obrigou a Emissora a pagar outros prestadores de serviços de telefonia móvel com base no volume total de tráfego originado nas redes fixas ou móveis da Emissora e concluídas nas redes de outras operadoras.

Tal como em chamadas locais de rede fixa, a unidade de cobrança das tarifas VU-M equivale ao décimo de minuto (seis segundos), sendo permitido o arredondamento até o décimo de minuto seguinte mais próximo, existindo, da mesma forma, o Tempo de Tarificação Mínima de 30 segundos por chamada.



O quadro a seguir estabelece as taxas médias de VU-M por minuto que a Emissora cobrou durante os períodos indicados.

Encargos por minuto para chamadas de linha fixa local feitas para telefones móveis (1)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
			(em R\$)
Emissora	0,40	0,40	0,41

(1) Os valores representam a média ponderada das taxas mensais, líquida de impostos.

Tarifas de transmissão de dados

Os serviços de Banda Larga, IP e *frame relay* são considerados pela ANATEL como serviços de Valor Agregado e, por consequência, os preços e tarifas cobrados por esses serviços não estão sujeitos à regulamentação, sendo livremente orientados pelo mercado. A Emissora e a BrT oferecem assinaturas de seus respectivos serviços de Banda Larga, cujos preços variam em função das diversas velocidades de *download* oferecidas.

Uma parte significativa das receitas advindas de serviços corporativos de transmissão de dados deve-se à cobrança mensal de assinaturas de EILD e serviços de linhas dedicadas. Tais valores são estabelecidos contratualmente entre a operadora e o cliente.

Conforme a regulamentação da ANATEL, a Emissora e a BrT, por serem consideradas detentoras de significativa participação no mercado de telefonia fixa, deverão divulgar os modelos dos contratos utilizados para a prestação de serviços de EILD e SLD, inclusive informando as tarifas praticadas, sendo que tais serviços só poderão ser prestados com base nesses modelos divulgados.

As tarifas cobradas pela prestação de serviços de transmissão de dados poderão ser reajustadas anualmente, limitadas ao IST. A ANATEL publica taxas referenciais de forma que qualquer usuário pode vir a questionar as taxas cobradas, podendo pleitear sua redução por arbitramento junto à ANATEL.

A receita oriunda da prestação de serviços de IP dá-se em função do número de portas de conexão para as quais os usuários têm acesso. A receita oriunda dos serviços de *frame relay* consiste, principalmente, dos pagamentos de assinaturas pelo acesso a redes de transmissão de dados e de pagamentos por volume de dados transmitidos. Tais serviços são oferecidos em pacotes e cobrados por uso ou por volume de dados.

A receita oriunda da prestação de serviços de cyber data dá-se em função de contratos celebrados sob medida, conforme a necessidade do cliente.

FATURAMENTO E COBRANÇA

Serviços de telefonia fixa

A Emissora envia a cada um dos seus usuários de telefonia fixa uma fatura mensal descriminando todos os valores devidos pela prestação dos serviços durante o mês anterior. Os clientes são agrupados em ciclos de faturamento, determinados pela data de emissão de suas faturas. As faturas descriminam os diversos serviços prestados em itens que compreendem os custos relativos a cada serviço (como, por exemplo, as chamadas locais, as chamadas de Longa Distância, as chamadas concluídas em redes móveis, serviços com tarifa gratuita e outros, como chamada em espera, mensagem de voz e encaminhamento de chamada). A Emissora possui contratos com diversos bancos e outras instituições autorizadas a receber pagamento de boletos bancários, tais como farmácias, casas lotéricas e agências governamentais. A BrT possui procedimento semelhante de faturamento e cobrança.

A Emissora é obrigada a incluir em suas faturas todos os gastos incorridos por seus clientes com chamadas de Longa Distância prestadas por outras operadoras de Longa Distância que assim o desejem. A Emissora possui contratos de faturamento com todas as operadoras de Longa Distância com as quais possui contratos de Interconexão. Dessa forma, os clientes que se utilizem dos serviços de tais operadoras de Longa Distância serão faturados diretamente pela Emissora, sendo o respectivo saldo pago diretamente pela Emissora às demais operadoras de Longa Distância, após deduzidas as taxas aplicáveis.



Em média, o vencimento das faturas ocorre 13 dias após a data de faturamento, sendo cobrados juros de mora a uma taxa de 1% ao mês, adicionados de encargo único de 2% em razão da inadimplência.

Em dezembro de 2008, 9,4% de todas as contas vencidas de clientes de telefonia fixa da Emissora estavam em mora há mais de 30 dias e 4,6% estavam em mora por mais de 90 dias. Em dezembro de 2007, tais valores correspondiam a 10,3% e 6,4%, respectivamente. Em dezembro de 2008, 37,5% de todas as contas vencidas de clientes de telefonia fixa da BrT estavam em mora há mais de 30 dias e 17,7% estavam em mora há mais de 90 dias. Em dezembro de 2007, tais valores correspondiam a 36,7% e 27,2%, respectivamente.

A esse respeito, a regulamentação do setor de telecomunicações brasileiro faculta às prestadoras de serviços de telefonia fixa a efetivação de (i) bloqueio à realização de chamadas por clientes em mora há mais de 31 dias; (ii) bloqueio ao recebimento de chamadas por clientes em mora há mais de 61 dias; e (iii) desconexão da linha fixa de clientes em mora há mais de 91 dias, desde que o cliente em questão seja notificado com 15 dias de antecedência da imposição de cada uma dessas medidas.

O processo de desconexão acima indicado engloba várias etapas, inclusive a notificação sobre a inclusão do cliente inadimplente em registros de proteção ao crédito antes da efetiva realização de bloqueios ou desconexão. Tais notificações vão desde comunicações verbais a convites para negociação com o cliente.

O sistema de cobrança da Emissora permite o acesso às contas dos clientes inadimplentes, de acordo com seu perfil de pagamento, que leva em consideração, entre outros aspectos, o período de assinatura, o valor em mora e atrasos de pagamento mais longos.

Serviços de telefonia móvel

Os clientes de planos pós-pagos de telefonia móvel da Emissora e da BrT são faturados mensalmente da mesma forma que os clientes de telefonia fixa, com o acréscimo à fatura de eventuais encargos por uso de *Roaming*.

Em média, o vencimento das faturas ocorre 13 dias após a data de faturamento, sendo cobrados juros de mora a uma taxa de 1% ao mês, adicionados de encargo único de 2% em razão da inadimplência.

Em dezembro de 2008, 8,2% de todas as contas vencidas de clientes de telefonia móvel da Emissora estavam em mora há mais de 30 dias e 6,5% estavam em mora por mais de 90 dias. Em dezembro de 2007, tais valores correspondiam a 7,4% e 7,6%, respectivamente. Em dezembro de 2008, 48,8% de todas as contas vencidas de clientes de telefonia móvel da BrT estavam em mora há mais de 30 dias e 32,8% estavam em mora há mais de 90 dias. Em dezembro de 2007, tais valores correspondiam a 58,8% e 45,3%, respectivamente.

A esse respeito, a regulamentação do setor de telecomunicações brasileiro faculta às prestadoras de serviços de telefonia móvel (i) a suspensão parcial dos serviços prestados a clientes em mora há mais de 15 dias; (ii) o bloqueio completo da realização e recepção de chamadas por clientes em mora há mais de 45 dias; e (iii) o cancelamento da assinatura de telefonia móvel de clientes em mora há mais de 75 dias, desde que o cliente em questão seja notificado com 15 dias de antecedência da imposição de cada uma dessas medidas.

O processo de desconexão acima indicado compreende várias etapas, inclusive a notificação sobre a inclusão do cliente inadimplente em registros de proteção ao crédito antes da efetiva realização de bloqueios ou desconexão. Tais notificações vão desde comunicações verbais a convites para negociação com o cliente.

O sistema de cobrança da Emissora permite o acesso às contas dos clientes inadimplentes, de acordo com seu perfil de pagamento, que leva em consideração, entre outros aspectos, o período de assinatura, o valor em mora e atrasos de pagamento mais longos.

CONCORRÊNCIA

A indústria de telecomunicações é altamente competitiva. O ambiente competitivo é significativamente afetado por tendências-chave, incluindo convergência tecnológica e de serviços, consolidação de mercado e ofertas de serviços combinados por provedores de serviços.

Serviços de linhas fixas locais

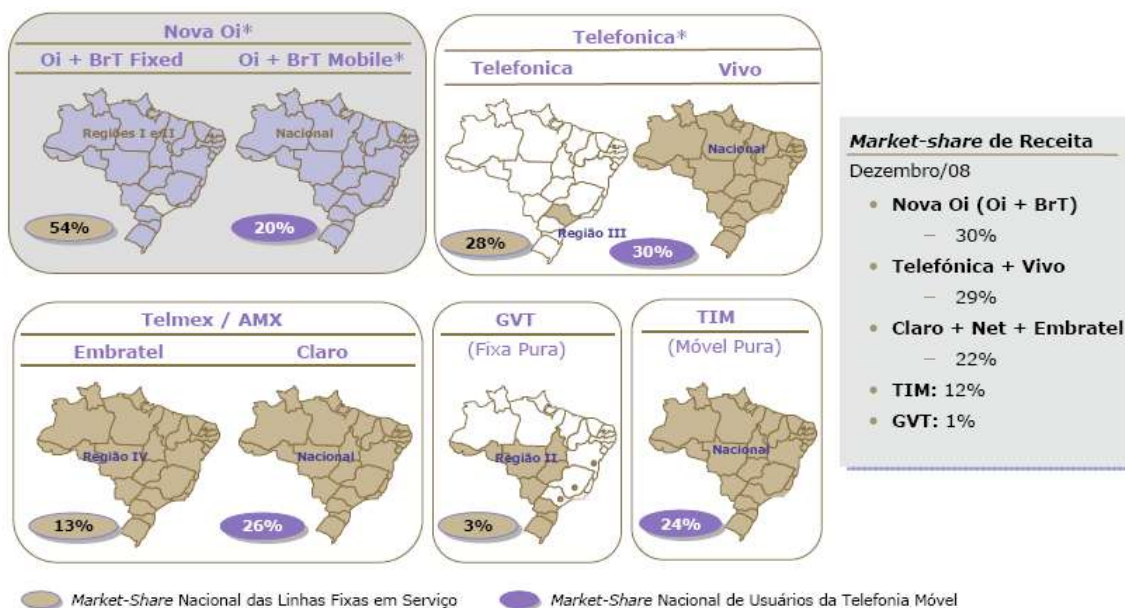
No mercado de serviços de telecomunicações de linhas fixas locais, a concorrência é focada nos clientes corporativos. Além disso, a concorrência de outros serviços de telecomunicações vem aumentando, particularmente a partir dos serviços de telecomunicação móvel, que tem levado à migração do tráfego de linhas fixas para o tráfego das linhas móveis bem como à substituição dos serviços de linha fixa para os de linha móvel. A migração e substituição dos serviços têm sido encorajados pelas ofertas de pacotes a preços agressivos de alguns prestadores de serviços de telefonia móvel.

A diminuição nas taxas de interligação desencorajou a construção de novas redes de linhas fixas e levou a diminuição nos preços de mercado para serviços de telecomunicações capacitando os prestadores de serviços que utilizam redes de linhas fixas locais a oferecer preços menores aos seus clientes.

De acordo com dados da ANATEL, a Emissora é a líder de mercado na prestação de serviços de linhas fixas locais na Região I, com 13,2 milhões de linhas fixas em serviço, e com participação de mercado estimada em 83,9% das linhas fixas totais em serviço nesta região, em 31 de dezembro de 2008. A principal concorrente da Emissora na Região I para serviços de linha fixa é a Embratel, com participação de mercado estimada em 13,8% das linhas fixas totais nesta região em 31 de dezembro de 2008.

De acordo com dados da ANATEL, a BrT é a líder de mercado na prestação de serviços de linhas fixas locais na Região II com 7,8 milhões de linhas fixas em serviço e com participação de mercado estimada em 85,0% das linhas fixas totais em serviço nesta Região, em 31 de dezembro de 2008. As principais concorrentes da Emissora na Região II para serviços de linha fixa são: (i) a GVT, que possui participação de mercado estimada em 10,2% das linhas fixas totais em serviço nesta Região, em 31 de dezembro de 2008; e (ii) a Embratel, que possui participação de mercado estimada de 4,9% das linhas fixas totais em serviço nesta Região, em 31 de dezembro de 2008.

A tabela abaixo apresenta os dados de *market share* dos setores de telefonia fixa e móvel no ano de 2008:



A Embratel provê serviços de linhas fixas locais para clientes residenciais por meio da rede a cabo de propriedade de sua afiliada Net em determinadas áreas das Regiões I e II em que a Net presta serviços de televisão a cabo. Como resultado, a Net é capaz de oferecer televisão a cabo, banda larga e serviços de telefonia como um pacote a preço competitivo. A Net empreendeu esforços para promover o serviço de linha fixa da Embratel oferecendo serviço de linha fixa local gratuito aos seus clientes por um período de um ano. Pelo fato desta promoção estar em andamento, a Emissora está impossibilitada de avaliar o número de clientes de linha fixa que estão sendo atendidos pela Embratel por meio da Net que cancelarão suas assinaturas com a Emissora quando o período promocional expirar. A Emissora espera um aumento da concorrência da Embratel conforme a rede a cabo da Net se expanda por meio do crescimento interno e como resultado das aquisições, tais como de sua recentemente concluída aquisição da Big TV.



A Emissora também espera que a concorrência da Embratel e da GVT aumente em determinadas cidades, tais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, onde elas continuam a expandir sua rede de linhas fixas locais.

A TIM entrou no mercado de serviços de linhas fixas locais ofertando serviços de linha fixa sem fio que, diferentemente dos serviços de linhas móveis tradicionais, permitem somente que um assinante faça e receba chamadas quando próximo a uma estação base de rádio específica. Tais serviços permitem que a TIM ofereça serviço de linha fixa sem instalar uma rede de linha fixa diretamente nas residências ou escritórios de negócios de seus clientes de linha fixa.

A Emissora espera continuar a enfrentar a concorrência das prestadoras de serviços de linha móvel, que representam a fonte principal da concorrência no mercado de serviços de linhas fixas locais. Em 31 de dezembro de 2008, havia 74 milhões de assinantes de celulares (inclusive clientes da Emissora de celulares) na Região I, um aumento de 24,1% em relação a 31 de dezembro de 2007, e havia 39 milhões de assinantes de celulares (incluindo os clientes de celulares da BrT) na Região II, um aumento de 20,7% em relação a 31 de dezembro de 2007. Espera-se que o aumento no número de usuários de celulares, além das reduzidas taxas de serviços de telefonia móvel, continue a afetar adversamente o número de assinantes de linhas fixas e o volume do tráfego de linhas fixas locais. Ademais, em razão dos prestadores de serviço de telefonia móvel oferecerem promoções e planos de serviços que permitem aos assinantes fazer chamadas dentro da rede do provedor de telefonia móvel em taxas inferiores àquelas cobradas de um telefone de linha fixa para um telefone celular, a Emissora acredita que poderá ficar vulnerável à migração do tráfego conforme os clientes com ambos telefones de linha fixa e celulares utilizarem seus aparelhos celulares para fazer chamadas para outros assinantes de telefonia móvel.

A Emissora acredita que a portabilidade dos números, que foi implementada no Brasil entre agosto de 2008 e março de 2009, poderá afetar negativamente seu negócio de linhas fixas locais, em razão da portabilidade permitir que seus clientes vençam a resistência para mudar seus números de telefones de linha fixa podendo, dessa forma, ser atraídos pelos concorrentes da Emissora.

A Emissora acredita que as grandes inovações tecnológicas, tais como serviços de mensagens instantâneas e VoIP poderão impactar o tráfego de linhas fixas locais no futuro. No Brasil, tais serviços vem ganhando popularidade, o que poderá acirrar ainda mais a concorrência no mercado de telecomunicações de linhas fixas locais.

Serviços de Longa Distância

O mercado de serviços de longa distância é altamente competitivo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, com base em dados internos e informações disponibilizadas ao público, a Emissora era líder na prestação de serviços de Longa Distância na Região I e a BrT era líder na prestação de serviços de Longa Distância na Região II, em termos de volume de tráfego, a partir das chamadas originadas nessas Regiões.

A principal concorrente da Emissora nos serviços de longa distância originados em telefones de linha fixa na Região I é a Embratel e na Região II, suas principais concorrentes são a Embratel e a GVT. A Emissora compete por serviços de longa distância originados em telefones celulares na Região I com a Embratel, Telefônica, TIM e GVT.

Geralmente, os chamadores de longa distância em linha fixa no Brasil tendem a escolher a portadora de longa distância afiliada ao provedor de seu serviço de linha fixa. Da mesma forma, os chamadores de longa distância de celulares no Brasil tendem a optar pela prestadora de serviços de telefonia de longa distância afiliada à prestadora de seu serviço de linha fixa ou móvel. Entretanto, a crescente concorrência para provedores de serviços de longa distância tem atingido as tarifas de longa distância da Emissora e da BrT e tem afetado adversamente suas receitas oriundas desses serviços.

Além disso, a oferta de planos das prestadoras de serviços de linhas móveis concorrentes que incluem minutos livres para chamadas aos seus assinantes pode impactar adversamente as receitas da Emissora e da BrT oriundas de chamadas de longa distância a partir de celulares, na hipótese de seus clientes de celular migrarem para os concorrentes a fim de permanecer na mesma rede das pessoas às quais planejam fazer chamadas de longa distância.



Novas tecnologias que servem como alternativa às chamadas telefônicas de longa distância em linhas fixas tradicionais, tais como o VoIP, podem capturar parte do tráfego de longa distância. Entretanto, em contraste com o que ocorreu em outros países tal como os Estados Unidos, a Emissora não espera competir com os provedores de VoIP a curto prazo em razão do (i) baixo nível de penetração de Banda Larga no Brasil devido à renda per capita relativamente baixa da população; e do (ii) efeito adverso esperado do sucesso desta tecnologia nas margens de chamadas de longa distância da Embratel, que é uma afiliada da Net, o principal provedor de serviços com a capacidade de oferecer alternativas através do VoIP.

Serviços de Telefonia Móvel

O mercado de serviços de telecomunicação móvel no Brasil é caracterizado pela intensa competição entre as prestadoras de serviço. De acordo com o IBGE, aproximadamente, 77% da população brasileira vivia em áreas com pelo menos três prestadoras de serviços de telefonia móvel em 2007. A Emissora espera que o leilão realizado pela ANATEL em setembro de 2007 para o espectro de frequência de rádio adicional para uso dos provedores de serviços de telefonia móvel leve a uma competição ainda maior. Como resultado da concessão de novas licenças de frequência de rádio, cada região no Brasil terá pelo menos quatro concorrentes de serviços de telefonia móvel.

A Emissora concorre principalmente com as seguintes prestadoras de serviços de telefonia móvel:

- Vivo, que é uma *joint venture* entre a Telefónica S.A. e a Portugal Telecom, e presta seus serviços sob a marca “Vivo” em todo o Brasil;
- TIM, que é uma subsidiária da Telecom Italia, e presta seus serviços sob a marca “TIM” em todo o Brasil; e
- *Telecom Americas Group*, que é uma subsidiária da América Móvil, uma afiliada da Telmex, e presta seus serviços sob a marca “Claro” em todo o Brasil.

Dentre tais concorrentes, a Claro tem sido a mais agressiva. Sua estratégia para ganhar participação de mercado incluiu tráfego altamente subsidiado e vendas de aparelhos celulares. A Vivo e a TIM têm sido mais conservadoras com relação aos subsídios de aparelhos celulares.

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora detinha participação de mercado correspondente a 30,4% do número total de assinantes na Região I, seguida pela Vivo com 24,4%, TIM com 24,1% e pela Claro com 20,7%. De acordo com as informações disponibilizadas pela ANATEL, a Emissora captou 34,8% de todos os novos assinantes de celulares na Região I durante o ano de 2008. Em abril de 2008, foi concluída a compra da operação móvel da Amazônia Celular, que operava em cinco estados no norte da Região I.

Em 31 de dezembro de 2008, a BrT detinha participação de mercado correspondente a 20% do número total de assinantes na Região II. A Vivo possuía 32,8%, a Claro 27,7% e a TIM 25,1%. De acordo com as informações disponibilizadas pela ANATEL, a BrT captou 20,1% de todos os novos assinantes de celulares na Região II durante o ano de 2008.

Em outubro de 2008, a Oi entrou em operação com o serviço móvel no Estado de São Paulo criando uma nova dinâmica naquela Região. O Estado de São Paulo possui a maior renda per capita do país (mais de 50% superior à média nacional) e terminou o ano de 2008 com 38 milhões de usuários móveis, destes, 2 milhões foram conquistados pela Oi em apenas três meses de operação, de acordo com dados publicados pela ANATEL. O início das operações, em outubro de 2008, contribuiu para que as adições líquidas totais da Oi saltassem de uma média mensal de cerca de 500 mil para, aproximadamente, 1,3 milhão de novos usuários no último trimestre, 112% acima da média mensal do quarto trimestre de 2007.

A Emissora iniciou, também, a prestação do serviço 3G para toda a Região I, ampliando ainda mais o portfólio de serviços no seu mercado original, terminando o ano de 2008 com 31,3 mil clientes em banda larga móvel (3G).

A Emissora acredita que seus negócios se beneficiarão da portabilidade numérica, implementada até março de 2009. Sendo a terceira prestadora de serviços de telefonia móvel a entrar na Região I, a quarta a entrar na Região II e a quarta a entrar na Região III, a portabilidade permitirá à Emissora superar a resistência geral de antigos usuários (geralmente clientes de alto valor) de mudar seus números de telefones celulares e, assim, poderá atrair clientes de seus concorrentes.



Serviços de transmissão de dados

Provedores de televisão a cabo que oferecem serviços de banda larga, particularmente a Net, são os principais competidores da Emissora no mercado de banda larga. A Emissora enfrenta competição desses provedores que oferecem pacotes integrados, com serviços assinatura de televisão, banda larga e linha telefônica inclusos para os assinantes que, em geral, tem mais poder aquisitivo que os demais consumidores.

Os principais competidores da Emissora no mercado de serviços comerciais de transmissão de dados são a Embratel, a GVT e a Intelig. Como o mercado de serviço comercial de transmissão de dados é significativamente menos regulamentado, e, portanto com baixas barreiras à entrada do ponto de vista de regulamentação, está aberto a um grande número de competidores, inclusive empresas que fornecem serviços especializados, que estão competindo em um mercado de alto crescimento concentrado focados em grandes e médias empresas como clientes.

Juntamente com o crescimento no volume de tráfego e a crescente demanda por capacidade de banda larga, a Emissora espera significativas reduções de preços nos serviços de transmissão de dados na medida em que os competidores expandam seus negócios. A Emissora antecipa ainda uma mudança na concorrência para serviços de valor agregado fornecidos em plataformas IP.

MARCAS, PATENTES E LICENÇAS

No primeiro semestre de 2006, a TNL, controladora da Emissora, contratou consultoria internacional, a qual, após ampla pesquisa, decidiu implementar um projeto de unificação de suas atividades sob a marca Oi. Tal projeto tem por finalidade reforçar o conceito de convergência de serviços, melhorar as práticas divididas entre as empresas controladas pela TNL, bem como facilitar a visão da solidez do grupo pelo cliente. O projeto de unificação das atividades sob a marca Oi foi implantado com sucesso.

A Emissora, considerando a BrT e a BrT Celular, tem 877 marcas registradas junto ao INPI, juntamente com 1.145 pedidos de registro pendentes. Suas principais marcas registradas, Oi e BrT, estão registradas junto ao INPI sob várias classes, o que permite à Emissora usar tais marcas em uma variedade de mercados, incluindo serviços de telefonia fixa, móvel e Banda Larga. Entre as várias marcas registradas junto ao INPI, nove estão sendo contestadas por terceiros. Adicionalmente, dos 1.145 pedidos de registro pendentes, 71 foram contestadas por terceiros.

A Emissora possui 2.632 nomes de domínio registrados no Centro de Informações e Coordenação de DotBr-NIC.Br, a agência responsável pelo registro de nomes de domínio no Brasil.

A Emissora submeteu sete pedidos de registro de patente junto ao INPI, incluindo quatro pedidos de patente protocolados pela BrT Celular. Após a conclusão do exame dos pedidos, uma decisão será proferida. Se o registro for concedido, a patente terá validade de 20 anos contados da data do protocolo do pedido ou não menos que 10 anos contados da data da concessão do registro.

MARKETING

Em 2008, a Emissora incorreu em R\$491,0 milhões em despesas de marketing, principalmente para fortalecer todos os serviços comercializados sobre a marca única “Oi”, lançar novos produtos (Oi Velox 3G, Oi Controle sem conta, Oi Fixo Controle), manutenção da base de terminais fixos, lançamento da marca Oi no Estado de São Paulo e fortalecimento dos pilares de diferenciação.

Os principais objetivos do marketing eram promover: (i) a unificação da marca Oi, uniformizando a comunicação dos produtos e serviços Oi para o mercado; (ii) os serviços integrados da Emissora que são agrupados com produtos de linha fixa, móvel e Banda Larga; (iii) Oi Velox, lançamento do serviço 3G (serviços de Banda Larga móvel) para acesso de alta velocidade à internet através da rede móvel; (iv) serviços de telecomunicações móveis da Emissora, através de campanhas específicas que enfocam produtos direcionados a certos segmentos de mercado, tais como varejo pré-pago, controle sem conta, bem como clientes corporativos; e (v) Oi Fixo Controle e Oi Fixo Economia, produtos do serviço fixo destinado a camadas de mais baixa renda que desejam possuir o serviço de telefonia fixa, porém querem controle sobre suas contas ou franquias mais baixas que a do serviço básico.



Em 2008, a Emissora continuou a oferecer promoções integradas através do empacotamento de diferentes produtos e serviços, tais como comunicações móveis e serviços ADSL, e produtos de linha fixa e serviços de telefone público.

Dando continuidade à estratégia de focar na venda apenas do Chip (*Sim-Card Alone*), em 2008, a Oi continuou a não subsidiar os aparelhos móveis no processo de aquisição e retenção na prestação do serviço móvel para clientes pré-pagos, no segmento B2C. A Oi passou a defender abertamente no mercado o direito do usuário de escolher sua operadora independente do fornecedor do aparelho. Em fevereiro de 2008, uma nova regulamentação da ANATEL passou a exigir que todos prestadores de serviço de telefonia móvel desbloqueassem os aparelhos, o que favoreceu a estratégia da Emissora. O mercado de varejo da Região I está totalmente desenvolvido para vender aparelhos não bloqueados, o que favorece a estratégia do Chip. O principal pilar de marketing no lançamento da Oi no Estado de São Paulo foi a campanha de desbloqueio, onde a Oi disponibilizou cerca de 250 pontos de desbloqueio fixos e 35 pontos de desbloqueios móveis (itinerantes), tanto na capital quanto no interior do estado.

As ofertas de maior sucesso do ano no serviço móvel focaram na concessão de bônus para tráfego intra-rede para o serviço pré-pago (Oi Ligadores), em conjunto com ofertas do serviço Oi Fixo Controle, alavancando tanto o serviço Fixo quanto o serviço Móvel da Oi na Região I. Na Região III, a oferta de lançamento da Oi foi um sucesso, tendo alcançado cerca de 2 milhões de ativações em menos de 90 dias. Quanto aos canais de *marketing*, o principal objetivo da Emissora foi ter o produto adequado ao canal mais apropriado.

Em 2008, a BrT incorreu em despesas de marketing no valor de R\$178,3 milhões, inicialmente para promover economias de custos disponíveis por meio de seus planos de serviços empacotados, para diversificar seus esforços de vendas e para fortalecer sua estratégia de venda de Cartões SIM independentes dos aparelhos móveis. Como parte da venda dos cartões SIM independentes, a BrT manteve 170 locações permanentes e 97 temporárias na Região II para desbloquear os telefones celulares das concorrentes em conjunto com as vendas dos cartões SIM.

A Emissora utiliza grande variedade de canais de marketing, incluindo televisão, rádio, quadro de anúncios, *outdoors*, *telemarketing*, mala direta e propaganda na internet para a comercialização dos serviços de telefonia fixa, móvel, longa distância e banda larga. A Emissora também patrocina eventos esportivos e atletas individuais, bem como eventos culturais, tais como desfile de modas, peças teatrais e concertos de música popular. O objetivo do marketing da Emissora é aumentar a conscientização da marca junto aos clientes-alvo e expandir o uso de seus canais de distribuição.

Para tanto, a Emissora concentra seus esforços de *marketing* em três segmentos distintos do mercado de serviços de telecomunicações: (i) clientes de varejo; (ii) clientes residenciais de alto poder aquisitivo e pequenos e médios clientes corporativos; e (iii) grandes clientes corporativos.

Clientes de Varejo

A Emissora concentra a venda de seus serviços locais de telefonia fixa, de celular pré e pós-pagos, de longa distância e de acesso discado à internet em seus clientes de varejo. Esse segmento de marketing gerou, aproximadamente, 54% da receita operacional bruta da Emissora em 2008.

Em 2008, os principais canais de distribuição da Emissora para seus clientes de varejo foram:

- Telemarketing: responsável por aproximadamente 76% de vendas de planos de linha fixa, 67% de vendas de assinaturas de serviços de Banda Larga, incluindo serviços 3G, em 2008. O canal de vendas de telemarketing da Emissora consiste em, aproximadamente, 2.500 representantes de vendas que respondem a mais de 2 milhões de chamadas por mês. Este canal possibilita o alcance pro-ativo de novos clientes da Emissora, aumentando desta forma sua base de clientes e receita, e também possibilita o recebimento de chamadas de clientes interessados nas ofertas disponíveis em inúmeros tipos de mídias;



- Porta a porta: 40 agentes exclusivos com 1.500 vendedores treinados para vender serviços porta a porta na Região I, em locais onde os clientes geralmente não estão ao alcance do telemarketing. Este canal foi responsável por aproximadamente 20% das vendas do plano de linha fixa;
- Lojas multimarcas: 2.000 lojas de serviços de celular multimarcas por meio das quais a Emissora vende Cartões SIM e cartões pré-pagos. Este canal foi responsável por 35% das vendas de Cartões SIM e cartões pré-pagos; e
- Lojas diversas: aproximadamente 250.000 grandes e pequenas lojas de varejo (farmácia, supermercados e quiosques) por meio das quais a Emissora vende Cartões SIM e cartões para celulares pré-pagos. Este canal foi responsável por aproximadamente 60% das vendas de cartões para celulares pré-pagos.

Muito embora não tenha adotado a prática de segregar o mercado de telecomunicações para suas atividades promocionais e de *marketing*, a BrT costumava oferecer seus serviços aos clientes de varejo pelos mesmos canais de distribuição utilizados pela Emissora, não obstante ter a Emissora dado mais ênfase às farmácias, supermercados, bancas de jornais e similares, por acreditar que tal estratégia possibilita uma maior distribuição dos seus serviços de celular pré-pagos, com custos reduzidos. A Emissora acredita que será capaz de integrar os esforços de marketing da BrT aos seus durante o primeiro semestre de 2009 e expandir a visibilidade da BrT aos seus canais de distribuição.

Em 2008, os principais canais de distribuição da BrT para seus clientes de varejo foram:

- Telemarketing: responsável por, aproximadamente, 70% das vendas de planos de linha fixa, 63% das vendas de assinaturas de serviços de Banda Larga e 21% das vendas de planos pós-pagos de telefonia móvel. O canal de vendas de telemarketing da BrT consiste em, aproximadamente, 1.100 representantes de vendas que respondem a mais de 500 mil chamadas por mês. Este canal possibilita o alcance pro-ativo de novos clientes da BrT, aumentando desta forma sua base de clientes e receita, e também possibilita o recebimento de chamadas de clientes interessados nas ofertas disponíveis em inúmeros tipos de mídias;
- Porta a porta: 94 agentes exclusivos com 497 vendedores treinados para vender serviços porta a porta na Região II, em locais onde os clientes geralmente não estão ao alcance do telemarketing. Este canal foi responsável por, aproximadamente, 17% das vendas dos planos de linha fixa, 6% das vendas dos planos pré-pagos de celular e 14% das vendas de assinaturas de serviços de Banda Larga da BrT; e
- Varejo: aproximadamente 2.200 grandes e pequenas lojas de varejo (bancas de jornais, supermercados e quiosques) por meio das quais a BrT vende planos pós-pagos de celular, Cartões SIM e cartões para celulares pré-pagos.

Clientes residenciais de alto poder aquisitivo e pequenos e médios clientes corporativos

A Emissora concentra a venda de seus serviços locais de telefonia fixa, de Banda Larga, de celular pós-pagos e de longa distância em seus clientes residenciais de alto poder aquisitivo e pequenos e médios clientes corporativos. Esse segmento de *marketing* gerou, aproximadamente, 28% da receita operacional bruta da Emissora em 2008.

Em 2008, os principais canais de distribuição da Emissora para esse segmento foram:

- Telemarketing: o canal de telemarketing descrito acima, que representou, aproximadamente, 76% das vendas de planos de telefonia fixa e 67% das vendas de assinaturas de serviços de Banda Larga, incluindo 3G, da Emissora;



- Oi Atende: 234 lojas e quiosques de serviço de “Oi Atende” localizados nos maiores shoppings e em outras áreas de grande movimentação de pessoas nas Regiões I e III que são focadas nas vendas de serviços de valor agregado mais alto (planos de celular pós-pagos e serviços de Banda Larga). Este canal foi responsável por aproximadamente 28% de vendas de planos de celular pós-pagos;
- Venda direta: campanhas de vendas diretas em instalações de grandes companhias e organizações;
- Lojas exclusivas: 470 lojas exclusivas por meio das quais a Emissora vende planos pós-pagos de telefonia móvel e Cartões SIM. Este canal foi responsável por, aproximadamente, 24% de vendas dos planos pós-pagos de celular da Emissora; e
- uma rede que compreende, aproximadamente, 417 representantes de vendas comissionados não exclusivos, dedicados principalmente a negócios com clientes corporativos de pequeno e médio portes.

A BrT costumava oferecer seus serviços aos clientes residenciais de alto poder aquisitivo pelos mesmos canais de distribuição utilizados pela Emissora, muito embora não adotasse a prática de realizar vendas diretas em instalações de grandes companhias e organizações.

Em 2008, os principais canais de distribuição da Emissora para esse segmento foram:

- Telemarketing: o canal de telemarketing descrito acima, que representou, aproximadamente, 70% das vendas de planos de telefonia fixa, 63% das vendas de assinaturas de serviços de Banda Larga e 21% das vendas de planos pós-pagos de celular da BrT;
- Lojas próprias: 72 lojas e quiosques exclusivos BrT localizados nos maiores shoppings e em outras áreas de grande movimentação de pessoas na Região II que são focadas nas vendas de serviços de valor agregado mais alto (serviços de linhas fixa e móvel e serviços de Banda Larga). Este canal foi responsável por, aproximadamente, 5,2% das vendas de assinaturas de serviços de Banda Larga, incluindo 3G, 15% das vendas de planos pós-pagos de celular e 8% das vendas de cartões pré-pagos para celular; e
- Lojas multimarcas: 735 lojas de serviços de celular multimarcas por meio das quais a BrT vende planos pós-pagos de celular, Cartões SIM e cartões pré-pagos. Este canal foi responsável por 16% das vendas de assinaturas de serviços de Banda Larga, incluindo 3G, 29% das vendas de planos pós-pagos de celular e 33% das vendas de planos pré-pagos de celular da BrT.

Grandes clientes corporativos

A Emissora concentra a venda de seus serviços locais de telefonia fixa, de Banda Larga, de celular pós-pagos, de longa distância e de transmissão de dados comerciais em seus grandes clientes corporativos.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Emissora conduz atividades independentes de pesquisa e desenvolvimento na área de serviços de telecomunicações, abstendo-se, no entanto, de desenvolver independentemente novas tecnologias de telecomunicações. Para o desenvolvimento de novas tecnologias, a Emissora depende principalmente de fornecedores de equipamentos de telecomunicações.

Como parte do processo de privatização da Telebrás, as recém constituídas prestadoras de serviços de telecomunicações, incluindo a Emissora e a BrT, contribuíram a formação da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento das Telecomunicações (“CPqD”), um centro de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia anteriormente operado pela Telebrás. Da parceria firmada, a Emissora recebia acesso a *softwares* de telecomunicações desenvolvidos pelo CPqD, bem como a outros serviços tecnológicos, como teste de equipamentos e serviços de consultoria e treinamento. O CPqD também prestava serviços a terceiros, mediante honorários específicos.



De acordo com contrato atual com o CPqD, a Emissora desembolsou, nos anos de 2006, 2007 e 2008, aproximadamente, R\$17,4 milhões para desenvolvimento de *software* relacionado a sistemas de faturamento, sistemas contra fraude para telefones públicos e gerenciamento da força de trabalho da rede.

A BrT e o CPqD firmaram parcerias para acesso a *softwares* de telecomunicações e equipamentos de teste desenvolvidos pelo centro, bem como aos serviços de treinamento que esse disponibiliza.

Desde 2006, a BrT tem realizado pesquisas em cooperação com fornecedores de equipamentos e sistemas, para o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços. Em 2007, a BrT modificou seu serviço “Único” de forma a incluir acesso *Wi-fi* e integração GSM. Em virtude dessas inovações, a BrT acredita ser a primeira empresa brasileira do ramo de telecomunicações a disponibilizar serviços que implementem arquitetura de rede “*next generation*”.

A BrT possui um laboratório de tecnologia com espaço para a realização de testes e montagens de equipamento. Tal laboratório possibilita a realização de uma variedade de funções, tais como *Operation Support System*, *Business Support System* e TI. Em 2008, a BrT arcou com custos de R\$5,3 milhões relacionados a esse laboratório.

A BrT é integrante de diversas entidades de padronização do setor de telecomunicações, associações técnicas, comitês e fóruns, tais como o *European Telecommunication Standards Institute* (ETSI), o *Telecommunication and Internet Services and Protocols for Advanced Networking* (TISPAN), o *Third Generation Partnership Project* (3GPP) e a *Fixed Mobile Convergence Alliance* (FMCA).

Projetos Sociais — Oi Futuro

A Oi Futuro é uma instituição sem fins lucrativos que organiza as atividades da Emissora de responsabilidade social, incluindo projetos sociais que patrocinam educação, tecnologia (jogos, internet, rede e linguagem tecnológica), informática, esportes e cultura. O objetivo do Oi Futuro é contribuir para uma sociedade melhor, utilizando novas informações tecnológicas e comunicações como ferramentas para promover transformações sociais e desenvolvimento humano.

Aproximadamente 4,0 milhões de pessoas de 16 Estados da Região I se beneficiam desses programas, incluindo programas denominados *Tonumundo*, *Geração Oi*, *Oi Conecta*, *Oi Kabum!* Escola de Artes e Tecnologia, e os espaços culturais Oi Futuro nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Adicionalmente, o Instituto Oi Futuro apóia iniciativas sociais e culturais de outras organizações, tais como o projeto Novos Brasis e o gerenciamento do Programa Oi de Patrocínio Cultural, seguindo os mesmos padrões éticos que orientam o Instituto Oi Futuro.

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

As principais propriedades da Emissora, próprias ou arrendadas, estão localizadas nas Regiões I e II. Em dezembro de 2008, a Emissora tinha 4.890 propriedades, totalizando 1,6 milhão de metros quadrados de área construída, das quais 96% eram áreas operacionais, com um total de, aproximadamente, 852 mil metros quadrados ocupados por equipamentos. Na mesma data, a BrT possuía 3.155 propriedades.

A Emissora tinha 8.526 propriedades operacionais arrendadas de terceiros, das quais 4.778 eram relativas a serviços de telefonia fixa e 3.738 eram relativas a serviços de telefonia móvel. Na mesma data, a BrT arrendava 3.625 propriedades operacionais de terceiros.

Em dezembro de 2008, a Emissora detinha o uso de 3.753 propriedades de terceiros, como comodato ou cessão de uso, pelas quais não é obrigada a efetuar qualquer pagamento de arrendamento. A maioria dessas propriedades é usada como áreas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor líquido contábil das propriedades, instalações e equipamentos da Emissora era de R\$12.831,0 milhões. Na mesma data, o valor líquido contábil das propriedades, instalações e equipamentos da BrT era de R\$5.902,1 milhões.

Os principais equipamentos consistem em equipamentos de transmissão, estações de tronco e chaveamento (incluindo ligações em série e trocas de telefone em trânsito), redes de cabos e linhas metálicas e de fibra ótica, dutos subterrâneos, postes e torres, equipamentos de comunicação de dados, sistemas de rede e infraestrutura (incluindo equipamentos de fornecimento de corrente alternada e direta) e grupos geradores.



Do valor líquido contábil de propriedade da Emissora: prédios, terrenos e benfeitorias em propriedades arrendadas representavam 9%; instalações e equipamentos; dutos subterrâneos, postes e torres, cabos e linhas representavam 29%; instalações e equipamentos relacionados a estações de tronco e chaveamento representavam 12%; equipamentos de transmissão representavam 32%; construções em andamento representavam 7%; e outros ativos fixos representavam 11%.

Do valor líquido contábil de propriedade da BrT: prédios representavam 6,3%; instalações e equipamentos; dutos subterrâneos, postes e torres representavam 20%; instalações e equipamentos relacionados a chaveamento representavam 4,7%; equipamentos de transmissão representavam 44,2%; construções em andamento representavam 17,1%; e outros ativos fixos representavam 7,7%.

Todas as propriedades, instalações e equipamentos que são essenciais ao fornecimento dos serviços descritos nos contratos de concessão são considerados “ativos reversíveis”, o que significa que, caso os Contratos de Concessão 2006 expirem ou terminem e não sejam renovados, esses ativos reverterão automaticamente para a ANATEL. Não existe qualquer outro gravame que possa afetar a utilização das propriedades, instalações e equipamentos da Emissora. Vide Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora e Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part, nos Anexos E e F, nas páginas 379 e 597 deste Prospecto, respectivamente.

REDES E INSTALAÇÕES DA EMISSORA

As redes da Emissora compreendem uma infra-estrutura física e logística pelas quais são prestados serviços totalmente integrados de telefonia fixa e móvel e de transmissão de voz, dados e imagens, permitindo a máxima otimização dos recursos existentes.

As redes da Emissora são monitoradas remotamente a partir do centro de operações em rede nacional localizado na cidade do Rio de Janeiro. As redes da BrT são monitoradas remotamente a partir do centro de operações em rede nacional localizado na cidade de Florianópolis. Nesses centros, as plataformas de operação e gerenciamento das redes realizam constante monitoramento de falhas, gerenciamento e configuração de banco de dados, gerenciamento de segurança e análise de desempenho para cada rede.

Rede fixa

A rede fixa da Emissora compreende uma rede de linhas de acesso que conectam, mediante trocas digitais, usuários, linhas de *Trunking* e equipamentos de transmissão de Longa Distância. Em dezembro de 2008, a rede de acesso da Emissora servia, aproximadamente, 13,9 milhões de assinantes de telefonia fixa e, aproximadamente, 2,0 milhões de assinantes de ADSL e a rede de acesso da BrT servia, aproximadamente, 8,1 milhões de assinantes de telefonia fixa e, aproximadamente, 1,3 milhão de assinantes de ADSL. Nessa data, a Emissora prestava serviços de ADSL em 451 municípios e a BrT em 1.546 municípios.

Durante o ano de 2008, como resultado do desligamento de terminais analógicos para a redução de custos de manutenção, o número de linhas de acesso instaladas nas redes de telefonia fixa da Emissora diminuiu em, aproximadamente, 1,2 milhão de linhas. Nesse período, o total de linhas em serviço diminuiu em, aproximadamente, 246.000 linhas, como resultado da migração de usuários para redes de telefonia móvel e Banda Larga. Durante o ano de 2008, o número de linhas de acesso instaladas nas redes de telefonia fixa da BrT diminuiu em, aproximadamente, 400.000 linhas, como resultado do desligamento dos terminais analógicos para redução de custos de manutenção da rede.

Em 2008, a Emissora prestou serviços de telefonia fixa em 1.970 novas localidades, das quais 1.562 mediante serviços de telefonia pública e 408 mediante serviços de telefonia fixa residencial. Nesse período, a Emissora esteve em 7.500 localidades para confirmar dados cadastrais constantes de seu registro de localidades. Em 2008, a BrT prestou serviços de telefonia fixa em 100 novas localidades, das quais 65 mediante serviços de telefonia pública e 35 mediante serviços de telefonia fixa residencial. Nesse período, a BrT esteve em 478 localidades para confirmar dados cadastrais constantes de seu registro de localidades.

Em dezembro de 2008, a Emissora oferecia serviços de telefonia fixa em, aproximadamente, 24.000 localidades, tanto por meio de serviços de telefonia pública quanto por meio de serviços de telefonia fixa residencial, e a BrT oferecia serviços de telefonia fixa em, aproximadamente, 8.909 localidades, tanto por meio de serviços de telefonia pública quanto por meio de serviços de telefonia fixa residencial.



A tabela a seguir apresenta informações selecionadas sobre as redes fixas da Emissora e da BrT nos períodos indicados.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
Emissora			
Linhas de acesso instaladas (em milhões)	17,1	16,5	17,7
Linhas de acesso em serviço (em milhões).....	14,4	14,2	13,9
Telefones públicos em serviço (em milhares)	577,1	583,8	576,9
Linhas de acesso a banda larga em serviço (em milhares)	1.128,0	1.518,0	1.965,1
BrT			
Linhas de acesso instaladas (em milhões)	10,4	10,8	10,4
Linhas de acesso em serviço (em milhões).....	8,4	8,0	8,1
Telefones públicos em serviço (em milhares)	277,9	281,8	277,9
Linhas de acesso a banda larga em serviço (em milhares)	1.317,7	1.567,8	1.805,5

A rede de telefonia fixa da Emissora é totalmente digitalizada. Sua infra-estrutura de transmissão liga esses *switches* digitais a dois *switches gateway* internacionais. Adicionalmente, sua rede suporta serviços avançados, inclusive produtos pré-pagos e gratuitos.

A rede de Longa Distância da Emissora consiste de redes de cabos de fibra óptica e *links* de rádio e microondas utilizados para prestar serviços de Longa Distância dentro das Regiões I e II. Foram ampliadas as redes de Longa Distância de fibra óptica que ligam as capitais dos estados da Região I (exceto Manaus, Boa Vista e Macapá, que são conectadas pela rede via satélite da Emissora) e as capitais dos Estados da Região II e o Distrito Federal. A maioria das grandes áreas urbanas das Regiões I e II está ligada pelas redes de cabos de fibra óptica da Emissora.

A rede de Longa Distância da Emissora é moderna, possuindo capacidade para suportar até 400 Gbps, estando equipada com sistemas de controle de tráfego automáticos, que proporcionam altos níveis de disponibilidade e flexibilidade para reconfigurações e provisionamentos. Sua infra-estrutura de transmissão possui capacidade para acomodar a demanda por serviços de Longa Distância, internet e transmissão de dados dos seus clientes, bem como a demanda de outros prestadores de serviços de telecomunicação por infra-estrutura de transmissão.

Rede via satélite

A Emissora expandiu a prestação de serviços via satélite, de forma a cumprir com os requisitos de atendimento a áreas rurais remotas no nordeste do Brasil e regiões da selva amazônica. Tais serviços incluem acesso à internet e acesso a aplicativos de dados corporativos. Em dezembro de 2008, a rede via satélite da Emissora cobria 3.000 localidades em municípios de 10 estados do Brasil e proporcionava serviços de voz e dados a, aproximadamente, 4,5 milhões de pessoas por meio de, aproximadamente, 650.000 terminais.

Em 2000, a Emissora iniciou a implementação de estações terrestres que servirão sua rede via satélite, estendendo sua capacidade de transmissão a áreas remotas nos estados do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima, bem como a outras áreas com acesso limitado a serviços de telecomunicações em razão de condições geográficas.

A rede via satélite da Emissora é composta de estações terrestres localizadas em áreas rurais de baixa densidade demográfica, como também estações de *hub* nas cidades de Manaus, Boa Vista, Macapá, Belém, Salvador e Rio de Janeiro. Tal rede utiliza tecnologia digital e começou, tendo começado a operar em agosto de 2000. As redes de fibra óptica e os *backbones* de satélite da Emissora estão interligados em Belém, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro. A integração de redes terrestres com a rede via satélite permite à Emissora atender seus usuários em qualquer localidade da Região I.



A Emissora e a Hispamar Ltda. (“Hispamar”), investiram, aproximadamente, R\$1,0 bilhão na construção do satélite Amazonas I, de fabricação da EADS Space Company. Em dezembro de 2002, a Emissora celebrou contrato com a Hispamar concedendo os direitos de exploração da posição orbital geoestacionária 61 W, banda C, tendo adquirido, em troca, uma participação minoritária no capital da Hispamar. O satélite Amazonas foi lançado em órbita geoestacionária sobre as Américas, tendo entrado em operação em novembro de 2004. O satélite Amazonas I propicia bandas C e Ku e *switching* integrado. O lançamento do satélite Amazonas I colocou a Hispamar em competição direta no setor de serviços de telecomunicações via satélite com a StarOne S.A., subsidiária da Embratel.

A Emissora arrenda *transponders*:

- da Hispamar, com 754 MHz de capacidade na banda C do satélite Amazonas I, para a prestação de serviços de voz e dados, com 351 remotas atendendo 204 municípios;
- da Hispamar, com 83 MHz de capacidade na banda Ku do satélite Amazonas I, para a prestação de serviços de voz e dados a, aproximadamente, 2.340 localidades;
- da Intelsat Satellite, com 213 MHz de capacidade na banda C no satélite IA@8, para a prestação de serviços de dados e voz entre as cinco *gateways* existentes na rede da Oi;
- da Intelsat Satellite, com 144 MHz de capacidade na banda C do satélite IS-805 e 648 MHz de capacidade na banda C no satélite IS 10-02, para o transporte de sinais de voz e dados de Manaus ao Rio de Janeiro; e
- da Intelsat Satellite, com 72 MHz de capacidade na banda C do satélite IS-905, para o transporte de sinais de voz e dados de Macapá ao Rio de Janeiro e de Boa Vista ao Rio de Janeiro.

Em 2005, a Emissora começou a operar uma plataforma de satélite na banda Ku, que consiste em solução de transporte de tráfego via satélite com tecnologia DVB-S *Digital Video Broadcast – Return Channel Satellite* e uma solução de controle mediante *Next Generation Networking*.

Rede Móvel

As redes móveis da Emissora funcionam com base no padrão GPRS, sendo oferecidas tecnologias GPRS/EDGE para dados e 1.800/900 MHz para voz. A Emissora tem cobertura de GPRS em 100% das localidades cobertas e cobertura EDGE em todas as capitais dos estados em suas áreas de atuação, com exceção das cidades de Aracajú, Maceió, João Pessoa e Natal (localizadas nos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, respectivamente). As redes móveis da Emissora possuem centros de dados totalmente integrados com suas redes fixas de dados.

Em dezembro de 2008, a rede móvel da Emissora compreendia 5.025 estações-base de rádio em funcionamento, 1.119 municípios sob cobertura na Região I, correspondendo a mais de 81,9% da população urbana dessa Região, e 152 municípios sob cobertura na Região III, correspondendo a 78,9% da população urbana daquela região. Em dezembro de 2008, a rede móvel da BrT compreendia 2.874 estações-base de rádio em funcionamento e 1.015 municípios sob cobertura na Região II, correspondendo a 90,0% da população urbana dessa Região.

Com a outorga da autorização para operar frequências 3G na Região I, a Emissora iniciou o processo de implementação de sua nova rede 3G e, em dezembro de 2008, a Emissora já prestava serviços 3G em 14 Estados da Região I. Nesse processo serão instaladas 1.504 estações-base de rádio Node-Bs e sistemas fornecidos pela Huawei e Nokia, o que capacitará a Emissora a atender até 341.000 clientes. Tal projeto envolve também a conexão de 15 unidades de controle 3G e a expansão da rede de transmissão de dados da Emissora.

Com a outorga da autorização para operar frequências 3G na Região II, a BrT iniciou o processo de implantação de sua nova rede 3G. Nesse projeto serão instaladas 1.418 estações-base de rádio Node-Bs e sistemas fornecidos pela Ericsson e Nokia Siemens, o que capacitará a BrT a atender até 120.000 clientes. Tal projeto envolve também a conexão de 19 unidades de controle 3G e a expansão da rede de transmissão de dados da Emissora.



A Emissora começou a prestar serviços 2G na Região III em outubro de 2008 e espera oferecer serviços 3G nessa Região em 2009. A Emissora oferece os serviços 2G em 38 municípios dentro da área metropolitana de São Paulo e em 444 municípios no interior do Estado de São Paulo. Com a conclusão da implementação da sua rede 3G em 2009, a Emissora espera oferecer estes serviços em 38 municípios da área metropolitana de São Paulo e em 61 municípios no interior do Estado de São Paulo. Espera-se que a rede 2G da Emissora na Região III opere com capacidade inicial de até 2,9 milhões de clientes de telefonia móvel e que sua rede 3G nessa Região opere com capacidade inicial de até 120 mil clientes de telefonia móvel.

As redes móveis da Emissora estão diretamente interligadas com as redes de Longa Distância nacionais e internacionais de todos os provedores de serviços de Longa Distância que operam nas Regiões I, II e III, bem como de todos os provedores de serviços de telefonia móvel que operam nessas Regiões.

Redes de transmissão de dados

Serviços de Banda Larga

A rede de Banda Larga da Emissora baseia-se na tecnologia ADSL em uso em suas redes fixas, com taxas de transferência de até 8 Mbps em download e 512 Kbps em *upload*. A Emissora está em processo de implementação de tecnologia DSLAMs/Ethernet em uma porção significativa de suas redes, de forma a prover suporte a ADSL2, que permite a oferta de Banda Larga em velocidades ainda mais altas.

A BrT implementou um sistema de controle de endereços e resolução de nomes em suas redes IP, com o objetivo de otimizar recursos e aperfeiçoar a disponibilidade dos serviços de acesso à internet.

Segundo estimativas internas da própria Emissora, a Emissora foi uma das primeiras prestadoras de serviços de telecomunicações na América Latina a implantar a tecnologia *Metro Ethernet* para acesso à internet em alta velocidade. A *Metro Ethernet* é uma rede que cobre uma área metropolitana inteira para conectar usuários à internet. Com a implementação dessa tecnologia, a Emissora é capaz de prover o IPTV. A BrT também possui rede de *Metro Ethernet*, além de redes de fibra óptica baseadas na tecnologia GPON e VDSL2 para futuras expansões às redes de fibra óptica.

A plataforma de acesso discado à internet da Emissora suporta o acesso discado a partir de redes de linha fixa. A Emissora opera uma rede de *backbone* de internet e uma rede de IP totalmente roteada, que fornece *backbone* para todos os serviços de internet de Banda Larga e discada e para serviços de rede privada virtual. O *backbone* da Emissora conecta-se à internet via *links* internacionais mantidos no exterior. Por meio desses *links*, a Emissora não precisa do suporte de outras operadoras para ligar conectar seu tráfego de saída com *backbones* de internet internacionais.

Após a Aquisição da BrT, a estrutura *backbone* da Emissora é a seguinte :



- A nova companhia agora tem um total de:
 - 138 mil Km de cabos de fibra ótica
 - 73 mil km da BrT: BrT/Metrored (51 mil Km) e GlobeNet¹ (22 mil Km)
 - 65 mil km da Oi
 - 30,4 mil Km de anéis metropolitanos
 - 8,4 mil km da BrT e Metrored
 - 22 mil km da Oi
- Através do *backbone* nacional e internacional, a nova companhia pode competir pela liderança no segmento corporativo de dados



Serviços Corporativos de Transmissão de Dados

O modo de transmissão assíncrono, ou rede ATM da Emissora, pelo seu sistema de gerenciamento totalmente integrado, provê:

- serviços de *Frame Relay* de 64 Kbps a 34 Mbps;
- serviços de rede ATM com velocidades de acesso de 2 Mbps a 622 Mbps; e
- serviços de redes de agregação para plataformas ADSL.

Essas características permitem à rede ATM integrada da Emissora atender todas as diferentes aplicações de dados usadas por seus clientes. A rede ATM é uma tecnologia que possibilita que linhas telefônicas de pares de cabos de cobre torcidos sirvam como meios de acesso a comunicações em alta velocidade.

Call Center

Em 2007, a BrT consolidou sua estrutura de *call Center* por meio da fusão dos 30 centros então existentes em cinco áreas (Goiânia, Campo Grande, Florianópolis, Brasília e Curitiba). A BrT aperfeiçoou seu sistema de gerenciamento de relações com clientes, o qual integra seus sistemas operacionais e propiciam um banco de dados de informações sobre cada usuário, de forma a prestar seus serviços da melhor maneira possível e identificar oportunidades de vendas durante cada contato.

A Emissora contrata serviços de *call center* junto à Contax, conforme descrito na seção "Emissora – Contratos Relevantes", na página 223 deste Prospecto.

FORNECEDORES

A Emissora desenvolveu forte relacionamento com seus principais fornecedores, sendo os 10 maiores apresentados abaixo:

Nome	Objeto
Nokia Siemens Networks	Serviços de Rede, Equipamentos Rede Móvel e Suporte Técnico
Contax	Serviços de Call Center
Alcatel-Lucent Brasil S.A.	Equipamentos Planta Móvel, Fixa e Suporte Técnico
Huawei Serviços do Brasil Ltda.	Equipamentos Planta Móvel, Fixa e Suporte Técnico
Profissionais de publicidade	Propaganda e Publicidade
Accenture do Brasil Ltda.	Consultoria e Fábrica de SW
IBM Brasil Ind Maq e Serviços Ltda.	Consultoria e Equipamentos de TI
RM Engenharia Ltda.	Serviços de Rede
Telemont Eng de Telecomunicações S.A.	Serviços de Rede
Empresa Bras. Correios e Telegráfos	Postagem de Contas e Correspondências
Ericsson Gestão e Serviços	Serviços de Rede, Equipamentos Planta Fixa e Suporte Técnico

Da mesma forma, a BrT desenvolveu forte relacionamento com seus principais fornecedores, sendo os 10 maiores apresentados abaixo:

Nome	Objeto
Alcatel-Lucent Brasil S.A.	Equipamentos Planta Móvel e Fixa
Ericsson Gestão e Serviços	Serviços de Rede e Equipamentos Planta Fixa
Telemont Eng de Telecomunicações S.A.	Serviços de Rede
Koerich Engenharia e Telecomunicações	Planta Externa e Material de Rede
Empresa Bras. Correios e Telegráfos	Postagem de Contas e Correspondências
Nokia Siemens Networks	Serviços de Rede e Equipamentos Rede Móvel
Nec do Brasil S.A.	Equipamentos Planta Fixa
Huawei Serviços do Brasil Ltda.	Material de Rede e Roteadores
ZTE do Brasil	Material de Redes e Roteadores



SAZONALIDADE

A atividade principal da Emissora, que é fornecer serviços de telecomunicação fixa, geralmente não é afetada pelas principais variações sazonais do mercado, exceto no primeiro trimestre do ano, quando a atividade econômica é geralmente menor no Brasil. Os serviços de telecomunicações móveis da Emissora são afetados por um aumento sazonal de clientes no segundo e quarto trimestres do ano, devido, respectivamente, ao Dia das Mães e ao período de férias de final do ano no Brasil.

SEGUROS

Em atendimento ao Contrato de Concessão 2006, a Emissora e a BrT mantêm as seguintes apólices de seguros: (i) seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão; (ii) seguro de lucros cessantes cobrindo a perda de receita derivada de danos materiais e decorrente de interrupção de negócios, para preservar as condições econômicas visando garantir a continuidade dos serviços de telecomunicações prestados; e (iii) seguro garantia de performance para o cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização de acordo com as disposições constantes do Contrato de Concessão 2006.

Os ativos e responsabilidades relacionados à Emissora cujos valores sejam relevantes estão cobertos por seguros. A Emissora e suas controladas mantêm seguro, garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes destes danos (lucros cessantes), entre outros. A Emissora entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional da Emissora, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos contratos de concessão da Emissora. Todas as apólices de seguro da Emissora foram adquiridas de companhias de seguro devidamente estabelecidas no país, como Bradesco, Sul América e Itaú.

INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Investimentos

Os investimentos da Emissora em propriedades, instalações e equipamentos e ativos intangíveis foram de R\$4.620,0 milhões em 2008, R\$2.499,0 milhões em 2007 e R\$2.327,0 milhões em 2006.

A tabela abaixo demonstra os investimentos da Emissora, bem como a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
<i>(em milhões de R\$)</i>			
Redes e sistemas móveis	680	568	2.520
Equipamento de transmissão de dados	573	682	849
Transmissão de voz	582	515	767
Infra-estrutura de serviços de telecomunicações	372	398	249
Serviços de tecnologia da informação	38	77	64
Outros	82	159	171
Total de gastos de capital	2.327	2.399	4.620
Ajustes contábeis conforme Lei Nº 11.638/07	-	(18)	389
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível conforme “Fluxo de caixa” das Demonstrações Financeiras.	2.327	2.381	5.009

Os investimentos da Emissora nos anos de 2006 a 2008 incluíram o seguinte:

- Implementação dos sistemas necessários ao cumprimento das exigências de portabilidade numérica da ANATEL. Este projeto se iniciou em setembro de 2007 e foi finalizado em março de 2009. O custo total desse projeto foi de R\$535,0 milhões; e
- Implementação de novos *hubs* para operar os serviços de transmissão via satélite entre Manaus e o Rio de Janeiro por meio do satélite Intelsat IS 10-02. Este projeto prevê a vinculação de 648 MHz de capacidade adicional de transmissão via satélite para permitir o cumprimento das metas de universalização no norte do Brasil, e foi finalizado em março de 2009 ao custo de R\$23,9 milhões.



Os investimentos da BrT Part em propriedades, instalações e equipamentos e ativos intangíveis foram de R\$2.678,0 milhões em 2008, R\$1.399,0 milhões em 2007 e R\$1.451,0 milhões em 2006.

Além de participação societária na Paggo, Amazônia Celular e BrT / Invitel, são apresentados a seguir os principais projetos de investimento feitos pela Emissora nos últimos três exercícios.

Expansão dos serviços 2G na Região I

Em dezembro de 2007, a Emissora obteve licenças adicionais de radiofrequência em 12 estados da Região I em leilão conduzido pela ANATEL, o que permitiu que a Emissora expandisse seus serviços de 2G nesta Região. O custo total dessas licenças foi de R\$10,5 milhões. Com a obtenção das referidas licenças a Emissora expandiu sua rede móvel na Região I. Este projeto inclui a instalação de 125 estações base de rádio, bem como os equipamentos de chaveamento, infra-estrutura de transporte de tráfego e sistemas de controle e foi desenhado de forma a permitir que a Emissora forneça serviços móveis adicionais para, aproximadamente, 4 milhões de assinantes. Este projeto foi finalizado em dezembro de 2008 a um custo total de R\$572,6 milhões.

Expansão dos serviços 2G na Região III

Em dezembro de 2007, a Emissora obteve autorização para fornecer serviços móveis pessoais na Região III, que inclui o Estado de São Paulo e licenças relacionadas à radiofrequência em leilão conduzido pela ANATEL, o que permitiu que a Emissora expandisse seus serviços de 2G nesta Região. O custo total dessas licenças foi de R\$120,6 milhões.

A Emissora desenvolveu um projeto para expansão da rede de telefonia móvel na Região III e espera oferecer serviços 2G em 38 municípios dentro da área metropolitana de São Paulo e em 444 municípios no interior do Estado de São Paulo. Este projeto inclui a instalação de 1.907 estações base de rádio e os equipamentos de chaveamento, infra-estrutura de transporte de tráfego e sistemas de controle e foi desenhado de forma a permitir que a Emissora forneça serviços móveis adicionais para, aproximadamente, 2,9 milhões de assinantes na Região III. Este projeto foi finalizado em fevereiro de 2009 a um custo total de R\$646,2 milhões.

Início dos serviços 3G nas Regiões I e III

Em dezembro de 2007, a Emissora obteve licenças de radiofrequência em leilão conduzido pela ANATEL para o fornecimento de serviços móveis 3G em seis das nove Regiões nas quais o Brasil foi dividido pela ANATEL para os fins de fornecimento de serviços 3G. Estas licenças permitiram que a Emissora iniciasse o fornecimento de serviços 3G nas Regiões I e III. O custo total dessas licenças foi de R\$867,0 milhões.

A Emissora desenvolveu um projeto para expansão de sua rede 3G nas Regiões I e III. Este projeto é designado a fornecer a capacidade necessária para até 341.000 clientes e inclui a instalação de 1.504 estações base de rádio Node-Bs e sistemas fornecidos pela Huawei e pela Nokia, e a conexão de 14 unidades de controle de 3G e a expansão da rede de dados e de transmissão. A Emissora espera que este projeto lhe permita oferecer serviços 3G a 38 municípios da área metropolitana de São Paulo, 61 municípios do interior do Estado de São Paulo e 53 municípios da Região I.

A Emissora acredita que o fornecimento de serviços 3G fortalecerá sua estratégia de desenvolvimento na Região I e garantirá sua habilidade de operar no Estado de São Paulo com um leque de serviços que satisfará as exigências de todos os segmentos de clientes daquele Estado. Este projeto foi finalizado em setembro de 2008 na Região I, e ainda não foi finalizado na Região III, a um custo total de R\$296,1 milhões.

Incremento das redes móveis

A Emissora está investindo na melhoria de uma parte da sua rede de telefonia móvel para permitir o aumento de sua capacidade. A Huawei foi contratada para substituir 3.060 estações base de rádio da BrT Celular e 949 estações base de rádio no Norte e em alguns estados do Nordeste (Piauí, Ceará e Maranhão) do Brasil, em substituição às bases anteriores que utilizavam tecnologia Alcatel. A Emissora espera que a substituição destas estações base de rádio no norte e no nordeste deva estar concluída até fevereiro de 2010, sendo que para a Região II esta substituição estará completa até maio de 2010. O custo em equipamentos deste projeto está previsto para ser de, aproximadamente, R\$300 milhões.



Orçamento de Gastos de Capital para 2009

O orçamento da Emissora para investimentos em 2009 totaliza aproximadamente R\$5 bilhões, dos quais R\$2,6 bilhões serão aplicados na Região I, R\$2,0 bilhões serão aplicados na Região II e o restante será aplicado na Região III e na implementação do 3G. A Emissora planeja financiar tais investimentos por meio do seu fluxo de caixa operacional e financiamentos de longo prazo. Deste total, a Emissora estima que 24% do orçamento para investimentos em 2009 sejam destinados aos negócios relativos a serviços de telefonia móvel e 63% sejam destinados aos negócios de telefonia fixa, o que inclui os investimentos que serão necessários para atingir metas da ANATEL.

Desinvestimentos

A Emissora não efetuou quaisquer desinvestimentos relevantes de capital nos últimos três exercícios sociais.

CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS

De acordo com a LGT e regulamentação da ANATEL, o direito de prestar serviços de serviços de telecomunicações é outorgado por meio de concessão sob o regime público ou autorização sob o regime privado. Para maiores detalhes com relação aos direitos e obrigações dos provedores de serviços que operam sob os regimes público e privado, vide seção "Setor de Telecomunicações Brasileiro – Regulamentação do Setor de Telecomunicações no Brasil – Concessões e Autorizações", na página 150 deste Prospecto.

A Emissora opera sob:

- 16 concessões outorgadas à Emissora para prestar serviços locais de telefonia fixa na Região I (exceto no Setor 3, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais) e 10 concessões outorgadas à BrT para prestar serviços locais de telefonia fixa na Região II (exceto nos setores 20, 22 e 25, que correspondem a pequenas áreas nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná);
- 16 concessões outorgadas à Emissora para prestar serviços de Longa Distância nacional na Região I (exceto no Setor 3, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais) e 10 concessões outorgadas à BrT para prestar serviços de Longa Distância nacional na Região II (exceto nos setores 20, 22 e 25, que correspondem a pequenas áreas nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná);
- autorizações outorgadas à Oi para prestar serviços de telefonia móvel pessoal nas Regiões I e III e autorizações outorgadas à BrT Celular para prestar serviços de telefonia móvel pessoal na Região II;
- licenças de radiofrequência outorgadas à Oi para prestar serviços móveis 3G nas Regiões I e III (exceto por 23 municípios no interior do Estado de São Paulo, incluindo a cidade de Franca e adjacências) e para a BrT Celular para prestar serviços móveis 3G na Região II;
- autorizações outorgadas à Emissora para prestar serviços locais de telefonia fixa e Longa Distância nacional na Região II, na Região III e em 57 do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais (excluídos da área de concessão da Região I) e à BrT para prestar serviços locais de telefonia fixa e Longa Distância nacional na Região I, na Região III e nas pequenas áreas dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná (excluídas da área de concessão da Região II);
- autorizações outorgadas à Emissora e à BrT para prestar serviços de Longa Distância internacional originados em qualquer local do Brasil;
- autorizações outorgadas à Oi e à BrT para prestar Serviços de Comunicação Multimídia por todo o Brasil; e
- autorização outorgada à Oi para prestar serviços de TV via satélite DTH em todo o Brasil.



Essas concessões e autorizações permitem que a Emissora forneça serviços específicos em áreas geográficas designadas e estabelecem determinadas metas que a Emissora deve atingir.

Contratos de concessão de serviços de telefonia fixa e de Longa Distância nacional

A Emissora e a BrT celebraram contratos de concessão com a ANATEL que regem suas concessões para o fornecimento de serviços de telefonia fixa e de Longa Distância nacional no Distrito Federal e em cada um dos Estados das Regiões I e II. Cada um desses contratos de concessão:

- expira em 31 de dezembro de 2025;
- estabelece os parâmetros que regem reajustes das tarifas da Emissora para os serviços de telefonia fixa e de Longa Distância nacional;
- requer que a Emissora ou a BrT, conforme o caso, cumpra com as metas de expansão de rede estabelecidas no PGMU;
- requer que a Emissora ou a BrT, conforme o caso, cumpra as metas de qualidade dos serviços estabelecidas nos contratos de concessão, bem como as metas estabelecidas no PGMQ; e
- requer que a Emissora ou a BrT, conforme o caso, pague taxas bianuais equivalentes a 2,0% da receita líquida de suas respectivas operações, conforme aplicável, que resultem do fornecimento dos serviços locais de telefonia fixa e Longa Distância nacional (excluídos os impostos e contribuição social) durante o ano imediatamente anterior.

Para mais informações com relação ao reajuste das tarifas dos serviços de telefonia fixa e de Longa Distância nacional da Emissora, ao PGMU e ao PGMQ, vide seção “Emissora – Tarifas, na página 194 deste Prospecto”.

Os contratos de concessão que regem o fornecimento de serviços de telefonia fixa determinavam que a Emissora e a BrT prestassem serviços em escritórios públicos de telecomunicações que servem como centro de negócios para a população de baixa renda. Em abril de 2008, os contratos de concessão foram alterados para retirar a obrigação de construir novos escritórios públicos de telecomunicações e substituí-la por obrigações de oferecer: (i) linhas de transmissão conectando os *backbones* de fibra ótica da internet da Emissora e da BrT aos municípios nas áreas de concessão em que não havia serviço de internet (*backhaul*); e (ii) serviço de internet a escolas urbanas. Diante dessas alterações, a Emissora está obrigada a prestar *backhaul* a 2.800 municípios e prestar serviço de internet a 31.700 escolas urbanas na Região I e a BrT está obrigada a prestar *backhaul* a 452 municípios e prestar serviço de internet a 15.099 escolas urbanas na Região II. A Emissora e a BrT estavam obrigadas a prestar *backhaul* para 40% desses municípios e serviço de internet para 40% dessas escolas até dezembro de 2008. Contudo, as obrigações da Emissora de prestar *backhaul* dependem do término de uma ação judicial que busca classificar as instalações construídas para o fornecimento de *backhaul* como propriedade integrante da concessão, que ao final deverá ser revertida ao Governo Federal. Assim, de acordo com as alterações ao contrato de concessão, os prazos foram alterados e a Emissora e a BrT deverão prestar (i) até dezembro de 2009: *backhaul* a 80% dos municípios e serviço de internet a 80% dessas escolas; e (ii) até dezembro de 2010: *backhaul* para a totalidade dos municípios e serviço de internet para a totalidade dessas escolas.

Os contratos de concessão estabelecem que a ANATEL poderá modificar seus termos em 2010, 2015 e 2020 e poderá revogá-los antes de sua expiração sob determinadas circunstâncias. O direito de modificação permite à ANATEL impor novos termos e condições em resposta a alterações na tecnologia, competição no mercado e condições econômicas domésticas e internacionais. A ANATEL é obrigada a promover consulta pública acerca de potenciais modificações que venha a realizar na regulamentação e contratos em vigor.

A Emissora e a BrT estão discutindo alterações aos contratos de concessão com a ANATEL e é esperado que a ANATEL publique nota pública sobre todas as modificações propostas aos contratos de concessão no final do mês de março de 2009. As alterações finais aos contratos se tornarão efetivas em janeiro de 2011.



Autorização para Prestação de Serviço Móvel Pessoal e Licenças de Espectro de Radiofrequência

A ANATEL concedeu autorizações à Oi para prestar serviços móveis pessoais nas Regiões I e III, e à BrT Celular para prestar serviços móveis pessoais na Região II. Essas autorizações permitem que a Emissora forneça serviços móveis pessoais por prazo indeterminado, mas não concede à Emissora o direito de utilizar espectro específico de radiofrequência.

A Emissora tem 11 licenças de uso de espectro de radiofrequência em regiões geográficas específicas, incluindo licenças outorgadas à BrT Celular. Tais licenças outorgam permissão de uso do espectro de radiofrequência por 15 anos a contar da data da outorga e são renováveis por períodos adicionais de 15 anos. A Emissora deverá pagar uma quantia igual a 2,0% da renda líquida das operações do ano anterior advinda dos serviços móveis pessoais após a renovação da licença e em cada segundo aniversário da renovação. As licenças de espectro de radiofrequência expiram entre 2017 e 2022.

As autorizações estão sujeitas ao escopo da rede e obrigações de desempenho no serviço estabelecidas nos próprios contratos. As seguintes obrigações decorrem das autorizações outorgadas pela ANATEL:

- atender todas as cidades da Região I com população acima de 100.000 habitantes;
- atender todas as cidades da Região II com população acima de 200.000 habitantes;
- atender todas as cidades da Região II com população acima de 100.000 habitantes, até maio de 2009;
- atender 50% da área urbana da capital do Estado de São Paulo, e pelo menos 50% de seus municípios com população acima de 500.000 habitantes, até abril de 2009;
- atender 80% da área urbana da capital do Estado de São Paulo e cada um de seus municípios com população acima de 500.000 habitantes, até abril de 2010;
- atender 50% da área urbana de pelo menos 50% dos municípios da Região III com população acima de 200.000 habitantes, até abril de 2011;
- atender 80% da área urbana de todos os municípios da Região III com população acima de 200.000 habitantes, até abril de 2012; e
- atender 80% da área urbana de todos os municípios da Região III com população acima de 100.000 habitantes, até abril de 2013.

Uma cidade é considerada “atendida” quando a área de serviço coberta contiver pelo menos 80% da área urbana da cidade. A falha da Emissora em cumprir tais metas poderá resultar na imposição de penalidades pelos regulamentos da ANATEL e, em circunstâncias extremas, na rescisão de autorizações para serviços móveis pessoais pela ANATEL.

Em agosto de 2007, a ANATEL revisou a regulamentação dos serviços móveis pessoais que entraram em vigor em fevereiro de 2008. Essas regulamentações revisadas impuseram obrigações adicionais aos provedores de serviços pessoais móveis, em especial relativos aos direitos do consumidor.

Licenças 3G de radiofrequência

A ANATEL outorgou à Emissora licenças de radiofrequência que regem o uso das frequências necessárias para o fornecimento de serviços 3G nas Regiões I e III pela Oi e as frequências necessárias para o fornecimento de serviços 3G na Região II pela BrT Celular. Cada uma dessas licenças outorga permissão para uso do espectro de radiofrequência aplicável por 15 anos a contar da data da outorga e é renovável por um prazo adicional de 15 anos. A Emissora deverá pagar o equivalente a 2% da renda líquida das operações do ano anterior advinda dos serviços móveis pessoais após a renovação da licença e em cada segundo aniversário da renovação. Tais licenças expiram em 2023.



As licenças de radiofrequência incluem obrigações relativas ao escopo da rede. A Emissora é obrigada a prestar os seguintes serviços nas Regiões I, II e III:

(i) Região I

- atender 290 municípios que se encontram atualmente sem serviço móvel, com serviços móveis de telecomunicações 2G ou 3G, sendo que a metade desses municípios deve ser atendida até abril de 2009 e os demais municípios até abril de 2010;
- prestar serviços 3G a todas as capitais estaduais e municípios com população acima de 500.000 habitantes, até abril de 2010;
- prestar serviços 3G a todos os municípios com população acima de 200.000 habitantes, até abril de 2012;
- prestar serviços 3G a todos os municípios com população acima de 30.000 habitantes, até abril de 2013; e
- prestar serviços 3G a 370 municípios com população abaixo de 30.000 habitantes, até abril de 2016.

(ii) Região II

- atender 168 municípios que se encontram atualmente sem serviço móvel, com serviços móveis de telecomunicações 2G ou 3G, sendo que a metade desses municípios devem ser atendidos até abril de 2009 e os demais municípios devem ser atendidos até abril de 2010;
- prestar serviços 3G a todas as capitais estaduais, o Distrito Federal e todos os municípios com população acima 500.000 habitantes, até abril de 2010;
- prestar serviços 3G a todos os municípios com uma população acima de 200.000 habitantes, até abril de 2012;
- prestar serviços 3G a: (i) todos os municípios com população acima de 100.000 habitantes; e (ii) 50% dos municípios com população acima de 30.000 habitantes e abaixo de 100.000 habitantes, até abril de 2013; e
- prestar serviços 3G a 60% dos municípios com população acima de 30.000 habitantes, até abril de 2016; e
- prestar serviços 3G a 242 municípios com população abaixo de 30.000 habitantes, até abril de 2016.

(iii) Região III

- atender aos municípios que se encontram atualmente sem serviço móvel, 2G ou 3G, até abril de 2009;
- prestar serviços 3G às capitais estaduais e a todos os municípios com população acima de 500.000 habitantes, até abril de 2010;
- prestar serviços 3G a todos os municípios com população acima de 200.000 habitantes, até abril de 2012;
- prestar serviços 3G a todos os municípios com população acima de 30.000 habitantes, até abril de 2013; e
- prestar serviços 3G a 69 municípios com população abaixo de 30.000 habitantes, até abril de 2014.



Uma cidade é considerada “atendida” quando a área de serviço coberta contiver pelo menos 80% da área urbana da cidade. A falha da Emissora em cumprir as metas determinadas pela ANATEL poderá resultar na imposição de penalidades e, em circunstâncias extremas, no cancelamento das autorizações para serviços móveis pessoais.

Termos de Autorização de Serviços de Telefonia Fixa

A Emissora detém autorizações outorgadas pela ANATEL para o fornecimento de serviços locais de telefonia fixa e serviços de longa distância doméstico nas Regiões II e III e em 57 municípios no Estado de Minas Gerais que estão excluídos da área de concessão da Região I e a BrT detém autorizações para o fornecimento de serviços locais de telefonia fixa nas Regiões I e III e nas áreas dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná que foram excluídas da área de concessão da Região II. Tais autorizações não têm data de encerramento e exigem o cumprimento de determinadas metas pela Emissora e pela BrT estabelecidas no PGMQ.

A Emissora e a BrT celebraram termos de autorização com a ANATEL para o fornecimento de serviços de longa distância internacional originados de qualquer local no Brasil. Tais autorizações não têm data de encerramento e requerem que a Emissora e BrT cumpram determinadas metas estabelecidas no PGMQ.

Termo de Autorização de Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância

Em fevereiro de 2002, a ANATEL expediu em favor da Oi dois termos de autorização para exploração de serviço telefônico fixo comutado modalidade LDN para o setor 3 da Região I e para as Regiões II e III e modalidade LDI para a Região IV do Plano Geral de Outorgas, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2002, com obrigatoriedade de exploração conjunta e recíproca. O STFC é o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. As autorizações outorgam à Oi o direito de implantação, expansão e operação dos troncos, redes e centrais de comutação necessários à sua execução, bem assim sua exploração industrial, nos termos da regulamentação específica.

O valor pago pelas autorizações obtidas pela Oi referentes às modalidades do STFC estão inclusos no valor pago pela autorização para exploração do SMP por meio do Termo de Autorização n.º 001/2001/SPV-Anatel.

As autorizações não têm sua vigência sujeita a termo final, extinguindo-se por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação.

Estas autorizações foram transferidas para a Emissora por meio do Termo do Aditivo n.º 1 ao Termo de Autorização n.º 205/2002/SPB-ANATEL e do Termo Aditivo n.º 1 ao Termo de Autorização n.º 206/2002/SPB-ANATEL, publicados no Diário Oficial da União em julho de 2007.

Termo de Autorização de Serviço Telefônico Fixo Comutado Local

Em agosto de 2002, a ANATEL expediu em favor da Emissora o termo de autorização para exploração de serviço telefônico fixo comutado modalidade local para a Região II e III, e no setor 3 da Região I do PGO.

O STFC é o serviço de telecomunicação que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. A autorização outorga à Emissora o direito de implantação, expansão e operação dos troncos, redes e centrais de comutação necessários à sua execução, bem assim sua exploração industrial, nos termos da regulamentação específica.

O valor pago por estas autorizações estão inclusos no valor pago pela autorização para exploração do SMP através do Termo de Autorização n.º 001/2001/SPV-Anatel. As autorizações não têm sua vigência sujeita a termo final, extinguindo-se por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação.

Termos de Autorização de Serviços de Comunicação Multimídia

Em maio de 2003, a ANATEL outorgou autorização de Serviços de Comunicação de Multimídia para a BrT, juntamente com a correspondente licença de espectro, permitindo que a BrT forneça serviços de transmissão de dados em alta velocidade em todo o Brasil.



Em fevereiro de 2006, a ANATEL outorgou autorização de Serviços de Comunicação de Multimídia para a Oi, juntamente com a correspondente licença de espectro, permitindo que a Oi forneça serviços de transmissão de dados em alta velocidade em todo o Brasil.

Termo de Autorização de Serviço Telefônico Móvel Rodoviário

Em julho de 1998, a ANATEL firmou em favor de cada uma das Empresas Predecessoras termo de autorização para exploração de serviço telefônico móvel rodoviário. Com a Cisão Telebrás, a exploração do serviço telefônico móvel rodoviário de cada Estado foi transferida para as respectivas Concessionárias.

O serviço telefônico móvel rodoviário destina-se à comunicação de terminais móveis instalados em veículos automotores de transporte coletivo e de carga entre si e com outros assinantes de serviços de telecomunicação.

As autorizações têm prazo indeterminado, estando sua vigência condicionada à manutenção dos requisitos previstos nos termos de autorização, em especial a observância da regulamentação pertinente e o respeito aos direitos dos usuários do serviço autorizado.

Termo de Autorização de TV via satélite DTH

Em novembro de 2008, a Emissora celebrou termo de autorização com a ANATEL que rege o uso de tecnologia de satélite para fornecimento de serviços de TV via satélite DTH pela Oi em todo o Brasil. O termo de autorização permite à Emissora prestar serviços de TV via satélite DTH por 15 anos e é renovável por período adicional de 15 anos mediante pagamento de taxa acordada com a ANATEL.

Essa autorização obriga a Emissora a fornecer equipamentos a certas instituições públicas, a disponibilizar canais para difusão por instituições públicas específicas e a cumprir as metas de qualidade de serviço estabelecidas nas regulamentações aplicáveis da ANATEL.

CONTRATOS RELEVANTES

Abaixo se encontram descritos os contratos considerados pela Emissora como relevantes para o desenvolvimento de suas atividades operacionais, sendo que inexistem contratos relevantes celebrados pela Emissora que não sejam diretamente relacionados às suas atividades operacionais.

Contratos de Interconexão de Redes entre Operadoras

A Emissora e suas subsidiárias possuem contratos de interconexão de redes de suporte aos serviços de telecomunicações, entre si e com outras operadoras de telecomunicações, de forma a permitir que os usuários de uma rede se comuniquem com os usuários de outras redes. A remuneração prevista nestes contratos é estabelecida conforme acordado entre as partes, respeitando os parâmetros existentes na regulamentação..

Os montantes totais envolvidos variam de acordo com o volume de tráfego apurado entre as redes.

Contrato de Licenciamento de Software

A Emissora e suas subsidiárias possuem contratos de licenciamento, desenvolvimento e manutenção de softwares essenciais para as atividades realizadas pela Emissora e suas subsidiárias. Dentre estes contratos destacam-se os contratos utilizados para integração de plataformas, faturamento, arrecadação e cobrança.

A remuneração prevista nestes contratos obedece a parâmetros de mercado.

Contrato de Manutenção de Planta Externa

A Emissora e suas subsidiárias possuem contratos de prestação de serviço de operação, manutenção corretiva e preventiva, instalações e serviços no segmento de rede externa (aérea e subterrânea), essenciais para garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Emissora e suas subsidiárias.

A remuneração prevista nestes contratos é realizada em regime de empreitada por preço unitário, obedecendo a parâmetros de mercado.



Contrato de Aquisição de Equipamentos de Rede

A Emissora e suas subsidiárias possuem contratos de aquisição e implantação de equipamentos de rede com fornecedores especializados, sendo tais contratos essenciais ao início, manutenção da qualidade e ampliação da área de cobertura dos serviços de telecomunicações prestados aos usuários da Emissora e de suas subsidiárias.

Dentre estes contratos, destaca-se o contrato de aquisição de equipamentos de rede fundamental ao startup da operação móvel da Oi na Região 3 do Plano Geral de Outorgas da Anatel (São Paulo).

Contrato de Cessão de Uso de Capacidade Satelital

A Emissora e suas subsidiárias possuem contratos de cessão de uso de capacidade satelital, que consiste no aluguel de *transponders* para a distribuição de sinais de telecomunicações, necessários à prestação de serviços em determinadas localidades, bem como para o suporte e desenvolvimento de novos negócios estratégicos da Emissora e de suas subsidiárias.

Para maiores informações sobre contratos relevantes da Emissora, vide seção “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Contratos Financeiros Relevantes”, na página 120 deste Prospecto, e seção “Emissora - Concessões, Autorizações e Licenças”, na página 218 deste Prospecto.

Contrato com a Contax S.A.

A Emissora e a Oi celebraram contrato de serviços de central de contatos com a Contax. Conforme o contrato, a Contax presta serviços de *call center* à Oi como terceirizada em tempo integral. Esse contrato foi negociado em termos comuns entre partes independentes. Antes desse contrato, a Contax desempenhou todas as atividades de *call center* para a Emissora e a Oi em vários contratos de terceirização, em tempo integral ou parcial. Geralmente, esses serviços terceirizados em tempo parcial eram prestados nas instalações e com equipamentos da Emissora. A Emissora também era responsável por todos os custos das instalações incorridos pela Contax em relação a esses serviços, como despesas gerais de manutenção e energia.

No momento, o relacionamento da Emissora com a Contax é representado por vários serviços distintos e independentes, como atendimento ao cliente para o negócio de linha fixa da Emissora, telemarketing externo para atrair mais clientes móveis, suporte ao cliente para usuários de serviços de telefonia móvel, pré-pagos e pós-pagos, suporte técnico para assinantes de ADSL e serviços de cobrança de débitos.



COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da Emissora é de R\$7.425.505.769,63, tendo sido integralizado R\$7.418.989.192,96, dividido em 238.614.355 ações, sendo 107.063.093 ações ordinárias, 130.487.295 ações preferenciais Classe “A” e 1.063.967 ações preferenciais Classe “B”, todas nominativas e sem valor nominal.

Abaixo é apresentada tabela contendo a posição acionária dos acionistas da Emissora em fevereiro de 2009:

Acionista	Ações Ordinárias	% Part	Ações Preferenciais	% Part	Ações Totais	% Part	% Acum
Tele Norte Leste Participações S.A.	104.228	97,35	91.250	69,36	195.478	81,92	81,92
Telemar Participações S.A.	0	0,00	13.079	9,94	13.079	5,48	87,40
Ações em tesouraria	0	0,00	223	0,17	223	0,09	87,50
Subtotal	104.228	97,35	104.552	79,48	208.780	87,50	
Outros	2.835	2,65	26.999	20,52	29.834	12,50	12,50
Total	107.063	100,00	131.551	100,00	238.614	100,00	100,00

PRINCIPAIS ACIONISTAS

São indicados, a seguir, os acionistas controladores da Emissora, até o nível de pessoa física, quando for o caso. O detalhamento preciso da cadeia de controle da Emissora encontra-se disponível aos potenciais investidores nas informações constantes no Formulário IAN da Telemar Participações S.A., acessível pelo seguinte endereço: “www.cvm.gov.br” – “Participantes do Mercado” – “Companhias Abertas” – “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações” – acessar “Telemar Participações SA” – “IAN” – “Consulta” – “Grupo 3 - Distribuição do Capital” e “Subgrupo 03 – Distribuição do Capital dos Acionistas Com Mais de 5% das ações”.

TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EMISSIONA)

1) TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.134/0001-58, proprietária de 104.227.873 ações ordinárias, representando 97,35% das ações com direito de voto da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EMISSIONA)

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

1.1) TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.107.946/0001-87, proprietária de 68.504.187 ações ordinárias, representando 52,45% das ações com direito de voto da TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

1.1.1) BNDES PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.383.281/0001-09, proprietária de 858.225.278 ações ordinárias, e 1.000.000 ações preferenciais, representando 31,358% das ações com direito de voto da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

1.1.2) FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 007.110.214/0001-60, proprietária de 137.316.042 ações ordinárias, representando 5,017% das ações com direito de voto da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

1.1.3) AG TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.260.334/0001-92, proprietária de 325.730.586 ações ordinárias, representando 12,888% das ações com direito de voto da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

1.1.4) LUXEMBURGO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.989.739/0001-29, proprietária de 176.365.295 ações ordinárias, representando 6,444% das ações com direito de voto da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.



1.1.5) LF TEL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.390.206/0001-09, proprietária de 529.095.881 ações ordinárias, representando 19,332% das ações com direito de voto da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

1.1.6) FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.335.514/0001-23, proprietária de 683.147.324 ações ordinárias, representando 24,961% das ações com direito de voto da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Nota: os direitos da FIAGO estão suspensos pelo Ato nº 11.740 da ANATEL.

Abertura das Cadeias Societárias

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, proprietário de 01 ação ordinária, representando 100% do capital social do BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.

- Cadeia do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

UNIÃO/TESOURO NACIONAL proprietária de 6.273.711.452 ações, representando 100% do capital social do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

- FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL é uma entidade fechada de previdência complementar, sob forma de fundação, constituída de acordo com as leis brasileiras..

- Cadeia da LUXEMBURGO PARTICIPAÇÕES S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

AG TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.260.334/0001-92, proprietária de 400.367.659 ações ordinárias, representando 99,99% das ações com direito de voto da LUXEMBURGO PARTICIPAÇÕES S.A.

- Cadeia da AG TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

ANDRADE GUTIERREZ TELECOMUNICAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.057.921/0001-39, proprietária de 340.637.819 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito de voto da AG TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

- Cadeia da ANDRADE GUTIERREZ TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A. sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.031.960/0001-70, proprietária de 339.392.383 quotas, representando 99,99% das quotas da ANDRADE GUTIERREZ TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ADPAR – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.911.207/0001-18, proprietária 28 quotas, representando 0,01% das quotas da ANDRADE GUTIERREZ TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

- Cadeia da ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:



ANDRADE GUTIERREZ S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.262.197/0001-30, proprietária de 233.761.338 ações ordinárias, representando 99,99% das ações com direito de voto da ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

- Cadeia da ADPAR – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

ADMINISTRADORA SANT'ANA LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.741.134/0001-01, proprietária de 25.376.333 quotas, representando 33,33% das quotas da ADPAR – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

ADMINISTRADORA SANTO ESTEVÃO S.A. sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.157.783/0001-78, proprietária de 25.376.333 quotas, representando 33,33% das quotas da ADPAR – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.135.623/0001-08, proprietária de 25.376.332 quotas, representando 33,33% das quotas da ADPAR – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

ANDRADE GUTIERREZ S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.262.197/0001-30, proprietária de 1.000 quotas, representando 0,01% quotas da ADPAR – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da ANDRADE GUTIERREZ S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

ADMINISTRADORA SANTO ESTEVÃO S.A. sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.157.783/0001-78, proprietária de 238.663.825 ações ordinárias, representando 33,33% das ações com direito de voto da ANDRADE GUTIERREZ S.A.

ADMINISTRADORA SANT'ANA LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.741.134/0001-01, proprietária de 238.663.825 ações ordinárias, representando 33,33% das ações com direito de voto da ANDRADE GUTIERREZ S.A.

ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.135.623/0001-08, proprietária de 238.663.825 ações ordinárias, representando 33,33% das ações com direito de voto da ANDRADE GUTIERREZ S.A.

- Cadeia da ADMINISTRADORA SANTO ESTEVÃO S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

SÉRGIO LINS ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 235.755.577-72, proprietário de 4.986.587 ações, representando 99,72% das ações da ADMINISTRADORA SANTO ESTEVÃO S.A.

YARA SANCHES DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 055.697.107-87, proprietária de 13.776 ações, representando 0,28% das ações da ADMINISTRADORA SANTO ESTEVÃO S.A.

- Cadeia da ADMINISTRADORA SANT'ANA LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

ÂNGELA GUTIERREZ, inscrita no CPF/MF sob o nº 222.329.906-72, proprietária de 99.998 quotas, representando 33,33% das quotas da ADMINISTRADORA SANT'ANA LTDA.



CRISTIANA GUTIERREZ, inscrita no CPF/MF sob o nº 436.097.836-72, proprietária de 99.998 quotas, representando 33,33% das quotas da ADMINISTRADORA SANT'ANA LTDA.

ESPÓLIO DE ROBERTO GUTIERREZ, proprietário de 99.970 quotas, representando 33,32% das quotas da ADMINISTRADORA SANT'ANA LTDA.

- Cadeia da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

GUVIDALA PARTICIPAÇÕES LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.154.488/0001-50, proprietária de 1.497.200 quotas, representando 7,88% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

TRAVESSIA PARTICIPAÇÕES LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.154.469/0001-24, proprietária de 1.455.200 quotas, representando 7,66% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

CRISTÁLIA PARTICIPAÇÕES LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.147.738/0001-25, proprietária de 1.431.200 quotas, representando 7,54% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

NADJA PARTICIPAÇÕES LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.154.477/0001-70, proprietária de 1.404.800 quotas, representando 7,40% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

ÁGUA BRANCA PARTICIPAÇÕES LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.151.347/0001-84, proprietária de 1.392.800 quotas, representando 7,33% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

VERDIGRIS PARTICIPAÇÕES LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.149.689/0001-60, proprietária de 1.372.400 quotas, representando 7,23% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

MORROTE PARTICIPAÇÕES LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.154.654/0001-19, proprietária de 1.196.000 quotas, representando 6,30% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

PAULO FURTADO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 327.316.986-91, proprietário de 1.390.800 quotas, representando 7,32% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., sendo que 1.200.000 quotas estão gravadas com usufruto vitalício em favor de Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.

ÁLVARO FURTADO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 449.005.116-68, proprietário de 1.376.400 quotas, representando 7,25% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., sendo que 1.200.000 quotas estão gravadas com usufruto vitalício em favor de Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.

LUCIANA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 510.568.016-20, proprietária de 1.368.000 quotas, representando 7,20% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., sendo que 1.200.000 quotas estão gravadas com usufruto vitalício em favor de Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.

LAURA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 420.750.176-20, proprietária de 1.320.000 quotas, representando 6,95% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., sendo que 1.200.000 quotas estão gravadas com usufruto vitalício em favor de Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.



HELOISA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 325.305.956-15, proprietária de 1.320.000 quotas, representando 6,95% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., sendo que 1.200.000 quotas estão gravadas com usufruto vitalício em favor de Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.

MARÍLIA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 264.910.446-53, proprietária de 1.261.200 quotas, representando 6,64% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., sendo que 1.200.000 quotas estão gravadas com usufruto vitalício em favor de Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.

FLÁVIO FURTADO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.947.986-04, proprietário de 1.203.600 quotas, representando 6,34% das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA., sendo que 1.200.000 quotas estão gravadas com usufruto vitalício em favor de Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.

GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, proprietário de 200 quotas, representando 0,00%³ das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

VERA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 538.598.206-72, proprietária de 200 quotas, representando 0,00%³ das quotas da ADMINISTRADORA SÃO MIGUEL LTDA.

- Cadeia da GUVIDALA PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

ÁLVARO FURTADO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 449.005.116-68, proprietário de 1.497.200 quotas, representando 99,99% das quotas da GUVIDALA PARTICIPAÇÕES LTDA.

GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, proprietário de 1 quota, representando 0,01% das quotas da GUVIDALA PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da TRAVESSIA PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

PAULO FURTADO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 327.316.986-91, proprietário de 1.455.200 quotas, representando 99,99% das quotas da TRAVESSIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, Estado de Minas Gerais, proprietário de 1 quota, representando 0,01% das quotas da TRAVESSIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da CRISTÁLIA PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

HELOISA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 325.305.956-15, proprietária de 1.431.200 quotas, representando 99,99% das quotas da CRISTÁLIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

^{3 3} Os quotistas Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade são usufrutuários de 8.400.000 quotas pertencentes aos demais quotistas pessoas físicas da Administradora São Miguel Ltda., o quê lhes confere uma participação de 44,24% no capital social da Administradora São Miguel Ltda. Vale ressaltar que para o cálculo deste percentual foram consideradas as 400 quotas pertencentes aos Srs. Gabriel Donato de Andrade e Vera Furtado de Andrade.



GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, proprietário de 1 quota, representando 0,01% das quotas da CRISTÁLIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da NADJA PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

LUCIANA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 510.568.016-20, proprietária de 1.404.800 quotas, representando 99,99% das quotas da NADJA PARTICIPAÇÕES LTDA.

GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, proprietário de 1 quota, representando 0,01% das quotas da NADJA PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da ÁGUA BRANCA PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

LAURA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 420.750.176-20, proprietária de 1.392.800 quotas, representando 99,99% das quotas da ÁGUA BRANCA PARTICIPAÇÕES LTDA.

GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, proprietário de 1 quota, representando 0,01% das quotas da ÁGUA BRANCA PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da VERDIGRIS PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

MARÍLIA FURTADO DE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº 264.910.446-53, proprietária de 1.372.400 quotas, representando 99,99% das quotas da VERDIGRIS PARTICIPAÇÕES LTDA.

GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, proprietário de 1 quota, representando 0,01% das quotas da VERDIGRIS PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da MORROTE PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

FLÁVIO FURTADO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.947.986-04, proprietário de 1.196.000 quotas, representando 99,99% das quotas da MORROTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

GABRIEL DONATO DE ANDRADE, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.411.816-20, proprietário de 1 quota, representando 0,01% das quotas MORROTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da LF TEL S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações/quotas de cada um:

LA FONTE TELECOM S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.790.218/0001-53, proprietária de 352.842.659 ações ordinárias, representando 100% das ações com direito de voto da LF TEL S.A.

- Cadeia da LA FONTE TELECOM S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um e a participação de cada um:

JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.543.816/0001-93, proprietária de 269.671.901 ações ordinárias, representando 80,10% das ações com direito de voto da LA FONTE TELECOM S.A.



PREVI – CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.754.482/0001-24, proprietária de 66.846.109 ações ordinárias, representando 19,85% das ações com direito de voto da LA FONTE TELECOM S.A.

- Cadeia da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

SOCIEDADE FIDUCIÁRIA BRASILEIRA SERVIÇOS, NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.257.427/0001-70, proprietária de 118.232.423 ações ordinárias, representando 30,64% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

PREVI – CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.754.482/0001-24, proprietária de 50.713.221 ações ordinárias, representando 13,14% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

SOUTHMALL HOLDING LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.224.572/0001-49, proprietária de 87.612.636 ações ordinárias, representando 22,71% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 007.110.214/0001-60, proprietária de 44.549.576 ações ordinárias, representando 11,55% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.344.297/0001-79, proprietária de 39.780.942 ações ordinárias, representando 10,31% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.365.013-87, proprietário de 18.064.111 ações ordinárias, representando 4,68% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

ITATINGA SOCIEDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.956.638/0001-22, proprietária de 7.466.202 ações ordinárias, representando 1,94% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

MLRJ IMOBILIÁRIA S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.199.797/0001-47, proprietária de 65.160 ações ordinárias, representando 0,02% das ações com direito de voto da JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.

- Cadeia da SOCIEDADE FIDUCIÁRIA BRASILEIRA SERVIÇOS, NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.365.013-87, proprietário de 28.200.579 quotas, representando 57,70% das quotas da SOCIEDADE FIDUCIÁRIA BRASILEIRA SERVIÇOS, NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

ANWOLD INVESTIMENTOS INC, sociedade estrangeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.560.090/0001-99, proprietária de 20.666.589 quotas, representando 42,28% das quotas da SOCIEDADE FIDUCIÁRIA BRASILEIRA SERVIÇOS, NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da SOUTHMALL HOLDING LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:



DORSET DOWN LLC., sociedade estrangeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.982.762/0001-42, proprietária de 4.158.134.587 quotas, representando 99,99% das quotas da SOUTHMALL HOLDING LTDA.

- Cadeia da JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

JEREISSATI SUL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.390.035/0001-40, proprietária de 1.447.880 ações, representando 94,97% das ações da JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.365.013-87, proprietário de 8.520 ações ordinárias, representando 0,56% das ações com direito de voto da JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.

DIANA JEREISSATI LEGEY, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.328.603-91, proprietária de 4.260 ações ordinárias, representando 0,28% das ações com direito de voto da JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.

VERA JEREISSATI SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 043.131.943-04, proprietária de 4.261 ações ordinárias, representando 0,28% das ações com direito de voto da JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.

HUGO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.961.703-87, proprietário de 4.260 ações ordinárias, representando 0,28% das ações com direito de voto da JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.

LIA RIBEIRO JEREISSATI, inscrita no CPF/MF sob o nº 113.005.073-49, proprietária de 4.260 ações ordinárias, representando 0,28% das ações com direito de voto da JP SUL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.

- Cadeia da JEREISSATI SUL PARTICIPAÇÕES S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.365.013-87, proprietário de 286.666³ ações ordinárias, representando 57,33% das ações com direito de voto da JEREISSATI SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

DIANA JEREISSATI LEGEY, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.328.603-91, proprietária de 53.334⁴ ações ordinárias, representando 10,67% das ações com direito de voto da JEREISSATI SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

VERA JEREISSATI SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 043.131.943-04, proprietária de 53.333⁵ ações ordinárias, representando 10,67% das ações com direito de voto da JEREISSATI SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

HUGO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.961.703-87, proprietário de 53.333⁶ ações ordinárias, representando 10,67% das ações com direito de voto da JEREISSATI SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

^{3,4,5,6,7} Em milhares



LIA RIBEIRO JEREISSATI, inscrita no CPF/MF sob o nº 113.005.073-49, proprietária de 53.334⁷ ações ordinárias, representando 10,67% das ações com direito de voto da JEREISSATI SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

- Cadeia da ITATINGA SOCIEDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.365.013-87, proprietário de 568.676.758 ações ordinárias, representando 74,12% das ações com direito de voto da ITATINGA SOCIEDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA S.A.

CARLOS JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 146.626.458-67, proprietário de 69.282.678 ações ordinárias, representando 9,03% das ações com direito de voto da ITATINGA SOCIEDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA S.A.

PEDRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 273.475.308-14, proprietária de 64.612.719 ações ordinárias, representando 8,42% das ações com direito de voto da ITATINGA SOCIEDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA S.A.

ERIKA JEREISSATI ZULLO, inscrita no CPF/MF sob o nº 135.520.678-25, proprietária de 64.612.719 ações ordinárias, representando 8,42% das ações com direito de voto da ITATINGA SOCIEDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA S.A.

- Cadeia da MLRJ IMOBILIÁRIA S.A., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de ações de cada um:

MLRJ & FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.068.712/0001-34, proprietária de 2.085.865 ações ordinárias, representando 59,40 das ações com direito de voto da MLRJ IMOBILIÁRIA S.A.

DIANA JEREISSATI LEGEY, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.328.603-91, proprietária de 356.424 ações ordinárias, representando 10,15% das ações com direito de voto da MLRJ IMOBILIÁRIA S.A.

VERA JEREISSATI SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 043.131.943-04, proprietária de 356.423 ações ordinárias, representando 10,15% das ações com direito de voto da MLRJ IMOBILIÁRIA S.A.

HUGO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.961.703-87, proprietário de 356.423 ações ordinárias, representando 10,15% das ações com direito de voto da MLRJ IMOBILIÁRIA S.A.

LIA RIBEIRO JEREISSATI, inscrita no CPF/MF sob o nº 113.005.073-49, proprietária de 356.423 ações ordinárias, representando 10,15% das ações com direito de voto da MLRJ IMOBILIÁRIA S.A.

- Cadeia da MLRJ & FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA., com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) no capital votante, constando o nome, qualificação completa, o número de quotas de cada um:

MARIA DE LOURDES RIBEIRO JEREISSATI, inscrita no CPF/MF sob o nº 000.276.693-00, proprietária de 272.500 quotas, representando 54,50% das quotas da MLRJ & FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

DIANA JEREISSATI LEGEY, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.328.603-91, proprietária de 54.000 quotas, representando 10,80% das quotas da MLRJ & FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

VERA JEREISSATI SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 043.131.943-04, proprietária de 54.000 quotas, representando 10,80% das quotas da MLRJ & FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA.



HUGO RIBEIRO JEREISSATI, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.961.703-87, proprietário de 65.500 quotas, representando 13,10% das quotas da MLRJ & FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

LIA RIBEIRO JEREISSATI, inscrita no CPF/MF sob o nº 113.005.073-49, proprietária de 54.000 quotas, representando 10,80% das quotas da MLRJ & FILHOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

- Cadeia da FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A., que se constitui em um Fundo de Investimentos em Ações com a seguinte participação de quotistas:

PREVI – CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.754.482/0001-24, com 51,89% de participação na FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.

FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.110.214/0001-60, com 25,95% de participação na FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.436.923/0001-90, com 8,19% de participação na FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.

FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.465.310/0001-21, com 5,99% de participação na FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, entidade fechada de previdência privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.465.310/0001-21, com 7,98% de participação na FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.

ALTERAÇÕES RELEVANTES NA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE DA EMISSORA

Nos três últimos exercícios sociais, destacam-se as seguintes alterações relevantes na composição dos membros do grupo de controle indireto da Emissora, conforme anunciadas em 25 de abril de 2008 pela Tmar Part:

Incorporação de Lexpart e Alutrens

No contexto da saída dos acionistas Citibank e Opportunity do grupo de controle da Emissora, ocorreu a aquisição, pela Tmar Part, de 696.020.702 ações ordinárias de sua própria emissão, representativas de 20,275% (10,275% provenientes da Lexpart e 10,0% da Alutrens) de seu capital social, para posterior cancelamento, sem redução do capital.

Cisão Total da Asseca

No contexto da saída do acionista GP Investimentos (Brazil Development Equity) do grupo de controle da Emissora, foi efetuada a cisão total da Asseca e a participação detida por tal sociedade na Tmar Part (10,275%) foi absorvida de forma paritária por AG Investimentos (5,1375%) e L.F. Tel (5,1375%).

Fiago

Sujeita à ocorrência de determinadas condições, os acionistas integrantes do grupo de controle da Emissora Previ, Petros, Funcef e FASS, na qualidade de controladores da Fiago, acionista direta da Tmar Part, se comprometeram a implementar todos os atos necessários para que tais acionistas passem a ser os titulares diretos da participação atualmente detida por Fiago no capital social da Tmar Part.



Posteriormente, a BNDESPar promoverá leilão público de ações de emissão da Tmar Part no qual a Previ, a Petros e a Funcef terão a oportunidade de alcançar, respectivamente, a participação de 12,5%, 10% e 10% do capital social da Tmar Part.

BNDES

O BNDES, integrante do grupo de controle da Emissora, subscreveu 1.000.000 de ações preferenciais resgatáveis, ao preço total de R\$ 1.239,6 milhões, sendo que tais ações fazem jus ao recebimento de dividendos fixos cumulativos de 5% ao ano sobre o preço de emissão, corrigido pelo IPCA.

Para maiores informações acerca da reestruturação societária ocorrida na Tmar Part, vide os fatos relevantes publicados em 25 de abril e 30 de junho de 2008.

AÇÕES EM TESOURARIA

Em janeiro de 2008, o Conselho de Administração da TMAR aprovou a reabertura do programa de recompra de ações para posterior cancelamento ou manutenção em tesouraria, pelo prazo de 365 dias contados a partir da data desta deliberação, e o limite máximo de 284 mil ações ordinárias, 2.616 mil ações preferenciais classe “A” e 106 mil ações preferenciais classe “B”, que correspondem, para cada espécie e classe, menos de 10% das ações em circulação, tendo sido compradas até 31 de dezembro de 2008, 223 mil ações preferenciais classe “A”.

Ao final de fevereiro de 2008, a Emissora possuía em tesouraria 223.500 ações Preferenciais classe “A”.

RESTRIÇÕES À REALIZAÇÃO DE CERTAS OPERAÇÕES POR ACIONISTAS CONTROLADORES, CONSELHEIROS E DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 358, a Emissora, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração, os diretores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, os membros dos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, são proibidos de negociar com valores mobiliários de emissão da Emissora, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da Emissora, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Emissora.

Esta restrição também é aplicável:

- aos membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal que se afastarem de cargos na administração da Emissora anteriormente à divulgação de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos;
- em caso de existência de intenção de promover operações de fusão, incorporação, cisão total ou parcial, ou reorganização societária envolvendo a Emissora;
- à Emissora, caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e
- aos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração e diretores da Emissora, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações da Emissora pela própria Emissora ou por qualquer controlada, coligada ou outra companhia sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.



ACORDOS DE ACIONISTAS

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da Emissora.

No entanto, os acionistas da Tmar Part celebraram, em abril de 2008, como resultado das mudanças ocorridas em seu quadro societário, dois acordos de acionistas, dos quais (i) um entre todos os acionistas da Tmar Part, descrito a seguir como Acordo Global de Acionistas da Telemar Participações; e (ii) um apenas entre AG Telecom, LF Tel, FASS, Asseca e, na qualidade de intervenientes anuentes, a Tmar Part e a AG Investimentos, abaixo relacionado como Acordo de Acionistas do Grupo de Controle da Tmar Part:

(i) Acordo Global de Acionistas da Tmar Part

Em abril de 2008, a AG Telecom, LF Tel, Asseca., BNDESPAR, Fiago, FASS, e, na qualidade de intervenientes anuentes, Tmar Part, PREVI, PETROS, FUNCEF e AG Investimentos, representando a totalidade dos atuais acionistas da Tmar Part, celebraram o Acordo Global de Acionistas, com prazo inicial até abril de 2048 ou até o término da última concessão ou autorização detida pela Tmar Part ou suas subsidiárias. Este acordo estabelece regras sobre: (a) os direitos de voto nas assembléias gerais de acionistas da Tmar Part que tratem de assuntos relacionados ao objeto social desta, como a eleição de seus administradores e a obrigação da administração da Tmar Part em observar o objeto social da empresa; (b) a realização de reuniões prévias dos acionistas da Tmar Part antes das assembléias gerais de acionistas e reuniões dos conselhos de administração da Tmar Part, da TNL e da Emissora, e os requisitos para votação nessas reuniões; (c) a eleição dos integrantes do conselho de administração e da diretoria da Tmar Part; (d) a celebração de outros acordos de acionistas, que não o mencionado no item (ii) abaixo, o qual não pode ser alterado sem a autorização prévia de cada um dos demais acionistas da Tmar Part; (e) a constituição de ônus sobre as ações da Tmar Part; (f) o exercício dos direitos de preferência dos acionistas no caso de qualquer alienação ou subscrição de ações da Tmar Part; (g) o exercício de direitos de “tag along”; e (h) as orientações de venda das ações da Tmar Part aos seus demais acionistas no caso de transferência de controle acionário de qualquer dos acionistas desta.

(ii) Acordo de Acionistas do Grupo de Controle da Tmar Part

Em abril de 2008, a AG Telecom, LF Tel, FASS, Asseca e, como intervenientes anuentes, Tmar Part e AG Investimentos celebraram acordo de acionistas, com prazo inicial de vigência até abril de 2048, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 10 anos mediante consenso entre as partes, o qual estabelece regras sobre: (a) a realização de assembléias prévias entre os acionistas da Tmar Part que são parte neste acordo de acionistas, anteriormente às reuniões prévias que deverão ocorrer nos termos do acordo de acionistas mencionado no item (i) acima; (b) a proibição de celebração de outros acordos de acionistas, exceto no tocante àquele descrito no item (i) acima; e (c) a venda de ações da Tmar Part entre acionistas desta e a correspondente obrigação de manter todas as ações sujeitas a este acordo de acionistas.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Dividendos

A Emissora está obrigada pela Lei das Sociedades por Ações e por seu Estatuto Social a realizar uma assembléia geral ordinária até o quarto mês subsequente ao encerramento de cada exercício social para, entre outros aspectos, deliberar sobre a distribuição de dividendo anual. A distribuição de dividendos anuais toma por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento de dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser distribuído no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de distribuição que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo tenha sido declarado. Os acionistas têm o prazo de três anos, contados da data de distribuição de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamento de juros) referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados são revertidos em favor da Emissora.

A Emissora poderá declarar dividendos intermediários à débito da conta de lucros acumulados ou lucros alocados às reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado pelos acionistas. Adicionalmente, a Emissora pode declarar dividendos a partir do lucro líquido constante do último balanço semestral ou qualquer balanço relativo a período mais curto, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. As distribuições de dividendos intermediários podem ser compensadas do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram distribuídos.



Do lucro líquido do exercício serão destinados, no mínimo, 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que (i) às ações preferenciais classe “A” são assegurados direitos à dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias; e (ii) às ações preferenciais classe “B” assegura-se prioridade no pagamento do dividendo fixo e não cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Emissora, até o limite de preferência, com o saldo remanescente sendo distribuído às demais classes de ações.

Os dividendos são pagos *pro rata die*, salvo deliberação em contrário da assembleia geral. Além disso, os valores dos dividendos que são devidos aos acionistas, bem como quaisquer outros proventos, serão remunerados na forma que vier a ser deliberada pela assembleia geral, a partir do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

A Emissora aprovou a distribuição de dividendos em assembleia geral ordinária realizada em 4 de abril de 2008, aos acionistas detentores de posição acionária em 4 de abril de 2008, no montante total de R\$329.087.409,66, sendo R\$1,32 por ação ordinária, R\$1,45 por ação preferencial classe “A” e R\$0,5428 por ação preferencial classe “B”, sendo o valor dos dividendos remunerado a partir de 1º de janeiro de 2008 até a data do início do pagamento em 15 de abril de 2008, mediante aplicação da Taxa Referencial (TR).

A última distribuição de dividendos da Emissora foi aprovada na assembleia geral ordinária realizada em 14 de abril de 2009, no montante total de R\$815.979.668,85, sendo R\$3,26 por ação ordinária e R\$3,60 por ação preferencial classe “A”, sendo o valor dos dividendos remunerado a partir de 1º de janeiro de 2009 até a data do início do pagamento, mediante aplicação da Taxa Referencial (TR).

Juros sobre o capital próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar juros limitados a titulares de participações acionárias e considerar tais pagamentos dedutíveis para efeito do IRPJ e, desde 1998, também para efeito da CSLL. A dedução fica limitada ao que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução de provisões para CSLL, mas antes da dedução da conta de provisões para o IR e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado, e (ii) 50% dos lucros acumulados e reservas de lucros a partir do dia do início do período com relação ao qual o pagamento é feito. O Estatuto Social da Emissora permite o pagamento de juros sobre o capital próprio como forma alternativa de distribuição de dividendos. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação “*pro rata die*” da TJLP. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, podem ser pagos ou creditados juros sobre o capital próprio até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios, os quais serão imputados a esses mesmos dividendos e ao dividendo fixo das ações preferenciais classe “B”, pelo correspondente valor líquido do IR.

Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio a detentores de ações da Emissora quer sejam ou não residentes no Brasil, está sujeito a IR na fonte à alíquota de 15%, ficando estabelecido que alíquota de 25% se aplicará se a pessoa que receber os juros for residente em paraíso fiscal (ou seja, país que não cobra IR, que cobra IR à alíquota máxima inferior a 20% ou em que a legislação local imponha restrições à divulgação da composição acionária ou da titularidade de investimento).

Em 2008, a Emissora aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$900.000.000,00, tendo sido efetivamente pagos R\$150.009.072,61. Em 2007, o montante aprovado para pagamento de juros sobre o capital próprio pela Emissora foi de R\$800.000.000,00, tendo sido efetivamente pagos R\$760.944.534,49.

Em assembleia geral ordinária realizada em 14 de abril de 2009, a Emissora ratificou o pagamento de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, no montante total de R\$645.335.676,36, sendo (i) R\$495.326.603,75 a serem pagos sobre as posições acionárias detidas em 15 de agosto de 2008, correspondendo ao valor de R\$ 1,98 por ação ordinária, R\$2,17 por ação preferencial classe “A” e R\$1,98 por ação preferencial classe “B”; e (ii) R\$150.009.072,61 a serem pagos sobre as posições acionárias detidas em 22 de dezembro de 2008, correspondendo ao valor de R\$0,60 por ação ordinária e R\$0,66 por ação preferencial classe “A”.

Segue tabela abaixo que demonstra os valores pagos pela Emissora a título de dividendos e juros sobre capital próprio nos últimos 5 exercícios sociais:

em milhões de reais

	2008	2007	2006	2005	2004
Dividendos e JCP pagos	4.710,0	643,2	999,8	1.375,3	984,6



HISTÓRICO DAS NEGOCIAÇÕES DAS AÇÕES DA EMISSORA

O principal mercado de negociação das ações ordinárias e ações preferenciais da Emissora é a BM&F Bovespa. As ações ordinárias e ações preferenciais, classes A e B, da Emissora começaram a ser negociadas na BM&FBovespa em setembro de 2001, respectivamente, sob os códigos “TMAR3”, “TMAR5” e “TMAR6”.

Cotações máximas, médias e mínimas de negociação das Ações Preferenciais e Ordinárias na BM&FBovespa, por ano, nos últimos 5 (cinco) anos:

Ano	Valor máximo (R\$)			Valor médio (R\$)			Valor mínimo (R\$)		
	TMAR3	TMAR5	TMAR6	TMAR3	TMAR5	TMAR6	TMAR3	TMAR5	TMAR6
2004	49,42	57,26	53,51	39,43	43,92	41,26	33,22	32,72	33,79
2005	68,24	57,66	56,42	57,97	46,41	46,21	48,55	38,23	38,02
2006	106,48	50,19	55,39	77,89	39,93	45,31	63,89	31,66	36,24
2007	105,62	53,88	63,25	87,54	43,33	48,09	69,85	31,03	35,67
2008	106,48	75,51	86,26	80,52	64,20	70,05	50,00	44,01	37,00

Fonte: Bloomberg

Cotações máximas, médias e mínimas de negociação das ações preferenciais e ordinárias na BM&FBovespa, por trimestre, nos últimos 2 (dois) anos:

Trimestre	Valor máximo (R\$)			Valor médio (R\$)			Valor mínimo (R\$)		
	TMAR3	TMAR5	TMAR6	TMAR3	TMAR5	TMAR6	TMAR3	TMAR5	TMAR6
1T/2007	78,37	38,15	40,37	73,00	33,89	38,55	69,85	31,03	35,67
2T/2007	98,82	42,36	50,79	89,97	38,90	45,73	78,37	33,19	38,49
3T/2007	105,62	52,70	59,42	101,46	48,75	55,32	97,96	42,40	51,28
4T/2007	102,22	53,88	63,25	97,20	51,96	59,88	89,44	48,49	55,60
1T/2008	106,48	74,88	86,26	100,58	66,21	72,30	97,11	52,99	60,50
2T/2008	98,73	75,51	82,04	92,01	71,07	81,08	83,48	64,18	77,63
3T/2008	89,44	74,33	81,66	86,17	65,12	75,08	80,00	46,00	71,79
4T/2008	70,00	70,49	40,26	58,26	54,41	38,43	50,00	44,01	37,00

Fonte: Bloomberg

Cotações máximas, médias e mínimas de negociação das ações preferenciais e ordinárias na BM&FBovespa, por mês, nos últimos 6 (seis) meses:

Mês	Valor Máximo (R\$)			Valor Médio (R\$)			Valor mínimo (R\$)			Quantidade média de ações negociadas por dia			Volume médio negociado por dia em R\$		
	Tmar3	Tmar5	Tmar6	Tmar3	Tmar5	Tmar6	Tmar3	Tmar5	Tmar6	Tmar3	Tmar5	Tmar6	Tmar3	Tmar5	Tmar6
Set/08	89,36	66,59	N/A	83,56	57,64	N/A	80,00	46,00	N/A	164	274.645	0	14.313	17.668.446	0
Out/08	65,00	61,39	40,26	58,44	51,69	38,63	50,00	44,01	37,00	330	189.913	17	18.604	9.818.675	658
Nov/08	60,00	58,19	38,02	53,89	51,19	38,02	50,00	46,10	38,02	540	187.415	5	29.578	9.660.983	190
Dez/08	70,00	70,49	N/A	64,21	60,58	N/A	58,00	55,50	N/A	391	136.168	0	24.947	8.395.384	0
Jan/09	59,90	59,39	N/A	54,68	49,99	N/A	48,01	45,35	N/A	6.690	143.467	0	335.194	7.245.156	0
Fev/09	55,00	48,00	N/A	53,18	46,67	N/A	50,00	45,35	N/A	44	113.994	0	2.387	5.320.092	0

Fonte: Bloomberg (preços de ações) e Economática (quantidade e volume)



INFORMAÇÃO SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela Emissora

A Emissora mantém registro de companhia aberta junto à CVM sob o nº 11320 desde dezembro de 1979.

Ações

O principal mercado de negociação das ações ordinárias e ações preferenciais da Emissora é a BM&FBovespa. As ações ordinárias e ações preferenciais, classes A e B, da Emissora começaram a ser negociadas na BM&FBovespa em setembro de 2001, respectivamente, sob os códigos “TMAR3”, “TMAR5” e “TMAR6”.

A Emissora não possui ADRs.

Bonds 2009

A Emissora concluiu, em 16 de abril de 2009, a precificação dos Bonds 2009 no valor de US\$750 milhões no Mercado de Capitais Internacional, com vencimento em 2019, a serem listados no mercado alternativo de Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). Os Bonds 2009 terão cupom de 9,5% ao ano, pagos semestralmente. O preço de emissão foi de 99,209% do valor de face do título, o que representa um rendimento de 9,625% ao ano para os investidores. Os Bonds 2009 serão colocados junto a investidores internacionais e receberam classificação de risco Baa3 pela Moody's Investor Service e BBB- pela Fitch Ratings. Os recursos captados com essa emissão serão destinados a alongar o perfil da dívida da Emissora.

Notas Promissórias da 1ª Emissão da Emissora

Em agosto de 2008, a Emissora realizou a emissão de 144 Notas Promissórias Comerciais nominativas e escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000.000,00, perfazendo o montante total de R\$3.600.000.000,00. As Notas Promissórias têm prazo de vencimento de 360 dias contados da emissão e contemplam pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, *over extra-grupo*, capitalizada de uma sobretaxa de 1,60% expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias. Tais notas estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado habituais para esse tipo de operação, dentre as quais se destacam: (i) troca de controle acionário que resulte em redução do rating da Emissora; (ii) impontualidade no pagamento; (iii) liquidação, dissolução ou falência da Emissora.

Notas Promissórias da 2ª Emissão da Emissora

Em dezembro de 2008, a Emissora realizou a emissão de 80 Notas Promissórias Comerciais nominativas e escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000.000,00, perfazendo o montante total de R\$2.000.000.000,00. As Notas Promissórias têm prazo de vencimento de 360 dias contados da emissão e contemplam pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, *over extra-grupo*, capitalizada de uma sobretaxa de 3,00% expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias. Tais notas estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado habituais para esse tipo de operação, dentre as quais se destacam: (i) troca de controle acionário que resulte em redução do rating da Emissora; (ii) impontualidade no pagamento; (iii) liquidação, dissolução ou falência da Emissora.

Primeira emissão de debêntures

A assembléia geral da Emissora, realizada em 7 de março de 2006, aprovou a emissão de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com valor nominal de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$2.160 milhões. A data de emissão foi 1º de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O vencimento da primeira série é após cinco anos e o vencimento da segunda série após sete anos, a partir da data de emissão. A primeira série é remunerada a 103% da taxa CDI ano e a segunda série é remunerada a taxa CDI mais um spread de 0,55% ao ano. Juros são devidos semestralmente, sendo 1º de setembro de 2006 a primeira data de vencimento. Essa operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da TMAR em 15 de março de 2006. Em 22 de março de 2006, a Tmar registrou a emissão de debêntures na CVM. As debêntures não são garantidas.



Segunda emissão de debêntures

Em assembléia geral realizada em 17 de abril de 2007, foi aprovada a emissão privada, pela Emissora, de 5.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 5 séries, no valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$54.000.000,00, visando financiar a expansão de serviços de telefonia móvel de diversas localidades no Estado de Minas Gerais ("Projeto Minas Comunica"). A assinatura da escritura ocorreu em 18 de dezembro de 2007 e a subscrição da 1ª série no valor de R\$11.080,00 ocorreu no dia 28 do mesmo mês. A subscrição da 2ª série no valor de R\$19.660,00 ocorreu no dia 24 de março de 2008. O prazo final de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2021 com amortizações parciais em 2018, 2019 e 2020. As debêntures são remuneradas pelo IPCA + 0,5% a.a. e os juros foram registrados no exigível a longo prazo no montante de R\$ 1.709 no período findo em 31 de dezembro de 2008.

Terceira emissão de debêntures

Em assembléia geral realizada em 9 de dezembro de 2008, foi aprovada a emissão privada, pela Emissora, de 35.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$100.000,00, totalizando R\$3.500.000.000,00, valor que, de acordo com a demanda, pode ser acrescido em até 20%. O prazo para subscrição é de até três anos. A assinatura da escritura foi em 11 de dezembro de 2008 e a subscrição efetuada pela controladora TNL, no valor de R\$1.500.000.000,00, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 11 de dezembro de 2013, sem amortizações intermediárias. As debêntures serão remuneradas por CDI + 4,0% a.a. Em 31 de dezembro de 2008, os juros foram registrados no exigível a longo prazo no montante de R\$12.888,00.

Títulos e Valores Mobiliários emitidos pela BrT

A BrT mantém registro de companhia aberta junto à CVM sob o nº 11312 desde março de 1980.

Ações

O principal mercado de negociação das ações ordinárias e ações preferenciais da Emissora é a BM&FBovespa. As ações ordinárias e ações preferenciais, classes A e B, da BrT começaram a ser negociadas na BM&FBovespa em julho de 1992, respectivamente, sob os códigos "BRTO3" e "BRTO4" e as da BrT Part começaram a ser negociadas na BM&FBovespa em setembro de 1998, respectivamente, sob os códigos "BRTP3" e "BRTP4".

As ações preferenciais da BrT Part também são listadas, desde 16 de novembro de 1998, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE), por meio de programa de recibos de depósito americano (*American Depositary Receipts* - ADR, Nível II), sob o símbolo BRP (Número CUSIP na NYSE: 15530109). Cada ADR da BrT Part representa 5.000 ações preferenciais.

Igualmente, as ações preferenciais da BrT são listadas, desde 16 de novembro de 2001, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE), por meio de programa de recibos de depósito americano (*American Depositary Receipts* - ADR, Nível II), sob o símbolo BTM (Número CUSIP na NYSE: 10553M101). Cada ADR da BrT representa 3.000 ações preferenciais.

Quinta emissão de debêntures, sendo a quarta pública

Em junho de 2006, a BrT realizou sua quinta emissão de debêntures, sendo a quarta emissão pública, de 108.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o total de R\$1.080 milhões. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1º de junho de 2013. A remuneração corresponde à taxa de juros de 104,0% do CDI, com periodicidade de pagamento semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente.

As emissões de debêntures anteriores da BrT foram integralmente quitadas e/ou canceladas.

Primeira emissão de Notes

A BrT emitiu US\$200 milhões de Notes, a juros de 9,375% ao ano, com vencimento em 17 de fevereiro de 2014, de acordo com a escritura de emissão de Notes de 17 de fevereiro de 2004 ("*Indenture*"), firmada entre a BrT, o Bank of New York, na qualidade de *trustee*, agente de registro, agente de pagamentos em Nova York e agente de transferência, e o Bank of Tokyo-Mitsubishi Ltd., na qualidade de principal agente de pagamento. De acordo com a *Indenture*, as *Notes* serão pagas integralmente em um único pagamento na data de vencimento, salvo se resgatadas ou se tiverem seu vencimento prorrogado, nos termos da *Indenture*. Os juros semestrais das *Notes* serão pagos postecipadamente, em 17 de fevereiro e 17 de agosto de cada ano, iniciando-se em 17 de agosto de 2004, aos detentores das *Notes*, que assim estiverem registrados no décimo dia útil que anteceder à data de pagamento dos juros. Os juros do primeiro período de juros serão cumulados desde 17 de fevereiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo em circulação era de aproximadamente R\$486,6 milhões de principal e juros desta emissão.



OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações abaixo mencionadas são consideradas pelas Empresas Telemar como tendo sido realizadas por valor de mercado e em condições não mais favoráveis a que seriam oferecidas a terceiros.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes às realizadas com terceiros, sendo os principais saldos existentes entre a Emissora (controladora) com partes relacionadas, para os períodos indicados, apresentadas abaixo:

	2008						
	TNL	Oi	TNL Contax	Oi Internet	AIX	Telemar Partic.	Coari Calais
Ativo							
Contas a receber		254.671	1.625	7.278			
Empréstimos com controladas		7.770		102			
Dividendos a receber						63	38
						13.942	
		<u>262.441</u>	<u>1.625</u>	<u>7.380</u>		<u>14.005</u>	<u>38</u>
Passivo							
Fornecedores		338.560	9.856	12.849	5.412		
Empréstimos e financiamentos	90.716						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.148.171					80.735	
Debêntures	1.512.888						
Demais obrigações	6.999						
	<u>2.758.774</u>	<u>338.560</u>	<u>9.856</u>	<u>12.849</u>	<u>5.412</u>	<u>80.735</u>	
Receitas							
Receitas dos serviços prestados		344.988	19.712	97.609			
Outras receitas operacionais			7.218	31			
Receitas financeiras	63	12.231		2			
	<u>63</u>	<u>357.219</u>	<u>26.930</u>	<u>97.642</u>		<u>4</u>	<u>3</u>
Custos e despesas							
Custos dos serviços prestados		(1.507.036)	(138.974)		(28.066)		
Comercialização dos serviços			(560.087)	(20.661)			
Outras despesas operacionais			(19.989)				
Despesas financeiras	(49.154)	(4.289)					
	<u>(49.154)</u>	<u>(1.511.325)</u>	<u>(719.050)</u>	<u>(20.661)</u>	<u>(28.066)</u>		



	2008 (continuação)							
	Serede	Way	Amazônia	TNCP	Paggo Adm.	Paggo Acq.	Fundação Atlântico	Total
Ativo								
Contas a receber	84	1.013						264.671
Empréstimos com controladas	227			12.541				20.741
Dividendos a receber	297			30.313				44.552
	<u>608</u>	<u>1.013</u>		<u>42.854</u>				<u>329.964</u>
Passivo								
Fornecedores	5.441	2.632	17.013					391.763
Empréstimos e financiamentos								90.716
Dividendos e juros sobre o capital próprio								1.228.906
Debêntures								1.512.888
Demais obrigações								6.999
	<u>5.441</u>	<u>2.632</u>	<u>17.013</u>					<u>3.231.272</u>
Receitas								
Receitas dos serviços prestados	465	5.452	4.021		19.004	2.016		493.267
Outras receitas operacionais	360							7.609
Receitas financeiras	7		289	592				13.191
	<u>832</u>	<u>5.452</u>	<u>4.310</u>	<u>592</u>	<u>19.004</u>	<u>2.016</u>		<u>514.067</u>
Custos e despesas								
Custos dos serviços prestados	(45.842)	(2.647)	(42.675)					(1.765.240)
Comercialização dos serviços								(580.748)
Outras despesas operacionais							(33.039)	(53.028)
Despesas financeiras								(53.443)
	<u>(45.842)</u>	<u>(2.647)</u>	<u>(42.675)</u>				<u>(33.039)</u>	<u>(2.452.459)</u>

	2007				
	TNL	Oi	TNL Contax	Oi Internet	AIX
Ativo					
Contas a receber		127.326	2.699	8.933	
Empréstimos com a controladora	1.596				
	<u>1.596</u>	<u>127.326</u>	<u>2.699</u>	<u>8.933</u>	
Passivo					
Fornecedores		141.815	9.435	16.471	2.253
Empréstimos e financiamentos		58.024			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	802.037				
Demais obrigações	5.444				
	<u>807.481</u>	<u>199.839</u>	<u>9.435</u>	<u>16.471</u>	<u>2.253</u>
Receitas					
Receitas dos serviços prestados		196.464	18.006	70.098	
Outras receitas operacionais			6.219	126	
Receitas financeiras	2.619	329		288	
	<u>2.619</u>	<u>196.793</u>	<u>24.225</u>	<u>70.512</u>	
Custos e despesas					
Custos dos serviços prestados		(1.096.779)	(92.667)		(27.115)
Comercialização dos serviços			(466.116)	(29.949)	
Outras despesas operacionais			(11.664)		
Despesas financeiras	(30.577)	(1.585)			
	<u>(30.577)</u>	<u>(1.098.364)</u>	<u>(570.447)</u>	<u>(29.949)</u>	<u>(27.115)</u>



2007
(continuação)

	Telemar Participações	Coari	Calais	Serede	Way TV	Total
Ativo						
Contas a receber				4	296	139.258
Empréstimos com a controladora						1.596
				<u>4</u>	<u>296</u>	<u>140.854</u>
Passivo						
Fornecedores				3.366		173.340
Empréstimos e financiamentos						58.024
Dividendos e juros sobre o capital próprio	55.994					858.031
Demais obrigações						5.444
	<u>55.994</u>			<u>3.366</u>		<u>1.094.839</u>
Receitas						
Receitas dos serviços prestados				28	592	285.188
Outras receitas operacionais						6.345
Receitas financeiras		8	6			3.250
		<u>8</u>	<u>6</u>	<u>28</u>	<u>592</u>	<u>294.783</u>
Custos e despesas						
Custos dos serviços prestados				(16.159)		(1.232.720)
Comercialização dos serviços						(496.065)
Outras despesas operacionais						(11.664)
Despesas financeiras						(32.162)
				<u>(16.159)</u>		<u>(1.772.611)</u>

2006

	TNL	Oi	TNL Contax	Oi Internet	AIX	Telemar Teleco	Coari	Calais	Total
Ativo									
Contas a receber	3.211	81.349	1.807	2.417					88.784
Empréstimos controladas	978			9.313			57	45	10.393
	<u>4.189</u>	<u>81.349</u>	<u>1.807</u>	<u>11.730</u>			<u>57</u>	<u>45</u>	<u>99.177</u>
Passivo									
Fornecedores		183.612	7.430	18.148	2.194				211.384
Empréstimos e		443							443
Dividendos e juros sobre o	540.240								540.240
Demais obrigações	9.659								9.659
	<u>549.899</u>	<u>184.055</u>	<u>7.430</u>	<u>18.148</u>	<u>2.194</u>				<u>761.726</u>
Receitas									
Receitas dos serviços		303.157	17.743	38.937					359.837
Outras receitas operacionais			8.804	88					8.892
Receitas financeiras	5.126	378					6	5	5.515
	<u>5.126</u>	<u>303.535</u>	<u>26.547</u>	<u>39.025</u>			<u>6</u>	<u>5</u>	<u>374.244</u>
Custos e despesas									
Custos dos serviços		(968.987)	(146.776)		(28.201)				(1.143.964)
Comercialização dos serviços			(448.482)	(14.306)					(462.788)
Outras despesas operacionais			(9.659)						(9.659)
Despesas financeiras	(122.369)	(15.813)		(26)		(2.648)			(140.856)
	<u>(122.369)</u>	<u>(984.800)</u>	<u>(604.917)</u>	<u>(14.332)</u>	<u>(28.201)</u>	<u>(2.648)</u>			<u>(1.757.267)</u>



Linhas de crédito cedidas pela controladora

As linhas de crédito concedidas pela Emissora para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 104% do CDI (2007 – 104% do CDI).

Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre a Emissora e a Amazônia Celular S.A

Em dezembro de 2008, a Emissora celebrou com a Amazônia Celular S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R\$100 milhões, com vigência de 12 meses contados da celebração do contrato. O referido contrato tem por objeto a abertura de uma linha de crédito pela Emissora à Amazônia, no valor de R\$100 milhões, sendo garantida à Emissora uma remuneração prefixada de CDI mais 4% a.a. Em 1º de janeiro de 2009, tal contrato de abertura de crédito sofreu aditamento alterando o valor da linha de financiamento para R\$130 milhões.

Contratos de empréstimos com o BNDES

Em dezembro de 2003, a Emissora celebrou contrato de empréstimo com o BNDES, o acionista controlador da BNDESPAR, que detém 31,4% do capital votante da Telemar Participações S.A., controladora da TNL, para financiamento de seu programa de investimentos para expansão e aprimoramentos operacionais da rede de linha fixa para os anos 2002 a 2004. De dezembro de 2003 a outubro de 2004, a obteve empréstimos de R\$ 530 milhões do empréstimo com o BNDES em 2003. O pagamento de juros venceu trimestralmente até abril de 2005 e mensalmente nos anos seguintes. O pagamento do principal venceu mensalmente a partir de maio de 2005 e continuará até o vencimento final do empréstimo em janeiro de 2011.

Em setembro de 2004, a Oi celebrou com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$ 663 milhões, destinados ao financiamento de um projeto de implantação da estrutura operacional de telefonia móvel, no padrão GSM, na área das regiões Sudeste, Nordeste e Norte. O principal deve ser pago pela Oi em 78 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em maio de 2006 e a última prestação, em outubro de 2012.

Em dezembro de 2005 a Emissora assumiu a dívida e todas as obrigações financeiras decorrentes deste Contrato de Financiamento da Oi com o BNDES. Tal assunção de dívida contou com a devida anuência do credor.

Em julho de 2005, a Emissora obteve recursos de crédito do BNDES até R\$ 218 milhões para financiar seu programa para atingir metas de serviços universais em 2005 e recebeu empréstimos de R\$ 82 milhões em 2005. Esses recursos têm prazo de oito anos e período de carência de 12 meses. Os juros na linha de crédito são baseados na TJLP.

Em dezembro de 2005, a Emissora obteve novos recursos de crédito do BNDES para financiar seu programa para o cumprimento de obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão 2006 e recebeu empréstimos de R\$ 26 milhões, com prazo de oito anos e período de carência de 18 meses. Os juros na linha de crédito são baseados na TJLP.

Em novembro de 2006, a Emissora celebrou contrato de financiamento com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa da Emissora programadas para o período entre 2006 e 2008. Foram realizados os desembolsos de R\$ 810.000 em novembro de 2006, R\$ 700.000 em setembro de 2007 e R\$ 466.504 em agosto de 2008 relativos a este contrato de financiamento. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal vencerá mensalmente a partir de julho de 2009.

Em julho de 2007, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 467 milhões com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede de telecomunicação móvel programadas para o período entre 2006 e 2008. Em julho de 2007 a Oi sacou R\$ 290 milhões, em outubro de 2007 R\$ 150 milhões, em outubro de 2008 R\$ 10 milhões e em novembro de 2008 R\$ 17 milhões. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até janeiro de 2010, passando a ser mensal para o período de fevereiro de 2010 até janeiro de 2015. O principal vencerá mensalmente a partir de fevereiro de 2010.



Aluguel de infra-estrutura de transmissão

A AIX presta serviços para a Emissora referentes à locação de dutos para transmissão de tráfegos originados com o CSP 31 fora da rede local da Região I. Em 2008, esses custos totalizam R\$ 28.066 (2007 - R\$ 27.115) e estão classificados como "Aluguéis e seguros".

Principais transações com partes relacionadas

Oi

Receitas dos serviços prestados: Referem-se a aluguel de linhas dedicadas no montante de R\$ 64.224 (2007 - R\$ 65.058), interconexão R\$ 244.107 (2007 - R\$ 86.702), comissão de cobrança R\$ 15.001 (2007 - R\$ 26.658) e aluguel de infra-estrutura, torres, circuitos e plataforma 102 R\$ 18.276 (2007 - R\$ 14.032).

Custos dos serviços prestados: Referem-se às transações de remuneração de uso de rede no montante de R\$ 995.403 (2007 - R\$ 762.709), aluguel de EILD R\$ 52.186 (2007 - R\$ 52.186), comissão de cobrança R\$ 27.915 (2007 - R\$ 15.950), campanhas de fidelização R\$ 334.384 (2007 - R\$ 174.729) e despesas com aluguel de plataforma celular para prestação de STFC em certas localidades através da tecnologia de WLL – Wireless Local Loop R\$ 88.336 (2007 - R\$ 86.654).

Oi Internet

Receitas dos serviços prestados: Referem-se a aluguel de infra-estrutura “dial-up” para acesso a internet no montante de R\$ 5.417 (2007 - R\$ 4.343), acesso de banda larga R\$ 84.605 (2007 - R\$ 60.437) e comissão de cobrança R\$ 5.178 (2007 - R\$ 2.633)

Comercialização dos serviços prestados: Refere-se a comissões de vendas no montante de R\$ 20.661 (2007 - R\$ 29.949).

TNL Contax

Custos dos serviços prestados/comercialização dos serviços/gerais e administrativas: As principais transações consistem em prestação de serviço de *call center* no montante de R\$ 355.545 (2007 - R\$ 296.316), de apoio à venda R\$ 109.823 (2007 - R\$ 88.380) e tele-cobrança R\$ 94.719 (2007 - R\$ 81.420).

Serede

Custos dos serviços prestados: Refere-se a serviço de manutenção de planta no montante de R\$ 45.842 (2007 - R\$ 16.159).

Way TV

Receitas dos serviços prestados: Refere-se a acesso de banda larga no montante de R\$ 5.452 (2007 - R\$ 592).

Amazônia

Custos dos serviços prestados: Refere-se à interconexão no montante de R\$ 41.919.

Paggo Administradora

Receitas dos serviços prestados: Refere-se a telecomunicações no montante de R\$ 19.004.

Garantias em operações com partes relacionadas

Garantias Recebidas

Empréstimos contratados junto ao BNDES e ao BNB - Banco do Nordeste possuem garantias de recebíveis próprios e aval da TNL. A Companhia registrou no ano, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R\$ 13.604 (2007 - R\$ 60.351).



A TNL concedeu garantias em processos judiciais da Emissora mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe “A” de emissão da própria Emissora. Pela concessão da garantia, a Companhia remunera a TNL no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais.

Garantias concedidas

A Emissora é avalista da controlada Oi em empréstimos bancários obtidos junto ao BNDES no montante de R\$ 468.419 mil. Estes empréstimos possuem, além do aval da Emissora, garantias de recebíveis da própria controlada Oi.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA BrT

Contrato de mútuo com a BrT Celular

Em abril de 2008, foi realizado um contrato de mútuo entre a BrT Celular, na qualidade de mutuante, e a BrT, na qualidade de mutuária, no valor total de até R\$800 milhões. Incidirá sobre este valor uma taxa de juros anual correspondente a 101,75% da Taxa DI sobre o valor do empréstimo solicitado pela BrT, a ser paga na data do pagamento da obrigação principal. De acordo com o aditivo firmado em 02 de dezembro de 2008, a vigência do contrato, inicialmente de 12 meses, foi prorrogada por mais 12 meses, a contar da data de 16 de abril de 2009.



ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA

A Emissora é dirigida por um Conselho de Administração, uma Diretoria e um Conselho Fiscal. Nenhum administrador da Emissora detém, direta ou indiretamente, mais de 1% das ações de qualquer espécie ou classe do capital social da Emissora.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo, três e, no máximo, sete membros efetivos e igual número de suplentes, mantendo-se sempre o número ímpar de membros, incluindo o representante dos titulares das ações preferenciais.

O Conselho de Administração é atualmente integrado por cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com um mandato de três anos. O Conselho de Administração realiza reuniões periódicas uma vez por trimestre e se reúne em caráter excepcional quando convocado pelo Presidente ou por dois de seus membros.

A composição atual do Conselho de Administração é a seguinte:

Membros Efetivos	Cargo	Data de Posse	Término do Mandato
José M. Mettrau C. da Cunha	Presidente do CA	09 de abril de 2009	AGO de 2011
Luiz Eduardo Falco P. Corrêa	Conselheiro	09 de abril de 2009	AGO de 2011
João de Deus Pinheiro de Macedo	Conselheiro	09 de abril de 2009	AGO de 2011
Eurico de Jesus Teles Neto	Conselheiro	09 de abril de 2009	AGO de 2011
João Carlos de Almeida Gaspar	Conselheiro	09 de abril de 2009	AGO de 2011

Membros Suplentes	Cargo	Data de Posse	Término do Mandato
José Augusto da Gama Figueira	Suplente	09 de abril de 2009	AGO de 2011
Pedro Jereissati	Suplente	09 de abril de 2009	AGO de 2011
Otávio Marques de Azevedo	Suplente	09 de abril de 2009	AGO de 2011
Alex Waldemar Zornig	Suplente	09 de abril de 2009	AGO de 2011
Cláudio José Carvalho de Andrade	Suplente	09 de abril de 2009	AGO de 2011

Os membros do Conselho de Administração têm endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Para obter informações sobre experiência profissional dos Conselheiros da Emissora, vide seção “Experiência Profissional dos Membros da Administração”, na página 251 deste Prospecto.

Diretoria

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, a Diretoria é composta por, no mínimo, dois e, no máximo, 10 membros, mantendo-se sempre preenchidos os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Finanças, sendo que os demais membros serão Diretores sem designação específica.

A Diretoria da Emissora é atualmente integrada por quatro Diretores.



A composição atual da Diretoria é a seguinte:

Nome	Cargo	Data de Posse	Término do Mandato
Luiz Eduardo Falco P. Corrêa	Diretor Presidente	29 de abril de 2008	AGO de 2011
Alex Waldemar Zornig	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	27 de novembro de 2008	AGO de 2011
Júlio César Pinto	Diretor	29 de abril de 2008	AGO de 2011
Paulo Altmayer Gonçalves	Diretor	29 de abril de 2008	AGO de 2011

Os Diretores têm endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Para obter informações sobre experiência profissional dos Diretores da Emissora, vide seção “Experiência Profissional dos Membros da Administração”, na página 251 deste Prospecto.

Conselho Fiscal

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da Emissora, devendo funcionar permanentemente.

O Conselho Fiscal é composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes. Os membros terão o mandato de um exercício anual, assim considerado o período compreendido entre duas Assembléias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e devendo permanecer em seus cargos até a posse de seus sucessores.

A composição atual do Conselho Fiscal é a seguinte:

Membros Efetivos	Cargo	Data de Posse	Término do Mandato
Sérgio Bernstein	Presidente do Conselho Fiscal	14 de abril de 2009	AGO de 2010
Fernando Linhares Filho	Conselheiro Fiscal	14 de abril de 2009	AGO de 2010
Ricardo Malavazi Martins	Conselheiro Fiscal	14 de abril de 2009	AGO de 2010

Membros Suplentes	Cargo	Data de Posse	Término do Mandato
Sidnei Nunes	Suplente	14 de abril de 2008	AGO de 2010
Dênis Kleber Gomide Leite	Suplente	14 de abril de 2009	AGO de 2010
Ruy Flaks Schneider	Suplente	14 de abril de 2009	AGO de 2010

Os membros do Conselho de Fiscal têm endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Para obter informações sobre experiência profissional dos conselheiros fiscais da Emissora, vide seção “Experiência Profissional dos Membros da Administração”, na página 251 deste Prospecto.

Diretor de Relações com Investidores

Os dados do Diretor de Relações com Investidores são os seguintes:

Alex Waldemar Zornig
Endereço: Rua Humberto de Campos 425/8º andar – Leblon
CEP 22430-190 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3131-1212
Correio Eletrônico: alex.zornig@oi.net.br
Site na Internet: www.novaoi.com.br/ri



AÇÕES DE TITULARIDADE DOS ADMINISTRADORES DA EMISSORA

Em fevereiro de 2009, membros do Conselho de Administração da Emissora detinham: (i) 13 ações ordinárias da Emissora, representativas de 0,00% do total de ações dessa espécie e 0,00% do total de ações da Emissora; e (ii) 19.562 ações preferenciais da Emissora representativas de 0,01499% do total de ações dessa espécie e 0,00820% do total de ações da Emissora.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Remuneração Base

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Emissora, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembléia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma individual de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

De acordo com a Assembléia Geral Ordinária da Emissora, realizada em abril de 2008, a remuneração da Administração para o próximo exercício será realizada da seguinte forma: (i) verba global anual para o Conselho de Administração da Emissora de até R\$0,9 milhão; (ii) verba global anual para a Diretoria da Emissora de até R\$4,5 milhões, exclusive eventuais valores pagos a título de benefícios, verbas de representação ou participação nos lucros; e (iii) verba anual para cada membro do Conselho Fiscal da Emissora de 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados os eventuais benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, conforme limite mínimo permitido em lei, na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, sendo os conselheiros fiscais reembolsados por despesas incorridas em viagens e deslocamentos e devendo tais despesas reembolsáveis ter o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos empregados da Emissora, conforme a “Política de Viagens” vigente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração dos administradores atingiu o montante de R\$38,4 milhões (R\$30,5 milhões em 31 de dezembro de 2007), de acordo com o programa aprovado pelo Conselho de Administração. Neste período a remuneração dos administradores foi dividida nas seguintes categorias: (a) benefícios de curto prazo (que compreendem salários, contribuições para a seguridade social, licença-remunerada e auxílio doença, participações nos lucros e bônus, e benefícios não monetários, tais como assistência médica, habilitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados): R\$13,6 milhões (b) benefícios de longo prazo (que compreendem licenças por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, bem como participação nos lucros, bônus e remunerações futuras não pagáveis no período de 12 meses após o fim de cada exercício): R\$ 5,7 milhões, e (c) remuneração com base em ações: R\$19,0 milhões.

Em assembléia geral ordinária da Emissora, realizada em abril de 2009, a remuneração da Administração para o próximo exercício foi fixada da seguinte forma: (i) verba global anual para o Conselho de Administração da Emissora de até R\$480 mil; (ii) verba global anual para a Diretoria da Emissora de até R\$4,5 milhões, exclusive eventuais valores pagos a título de benefícios, verbas de representação ou participação nos lucros; e (iii) verba anual para o Conselho Fiscal da Emissora conforme limite mínimo permitido em lei, na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido estabelecido o piso mensal de R\$2,5 mil para cada membro efetivo, sendo os conselheiros fiscais reembolsados por despesas incorridas em viagens e deslocamentos, devendo tais despesas reembolsáveis ter o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos empregados da Emissora.

Remuneração Indireta

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há plano de opção de compra de ações de emissão da Emissora em benefício de seus administradores. Todavia, existe plano de opção de compra de ações de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A (“TNLP”), que beneficia administradores e empregados das controladas, cujas condições básicas são descritas a seguir.

O plano de opção de compra de ações (“Plano”) foi instituído em Assembléia Geral Extraordinária realizada em abril de 2007 que atribuiu ao conselho de administração a sua gestão. O conselho de administração da TNLP criou um comitê gestor (“Comitê Gestor”) para estabelecer periodicamente programas de opção de compra de ações.



O programa de opção de compra de ações criado pelo Comitê Gestor em 2007 (“Programa de Opção de 2007”) contempla 40 beneficiários, listados abaixo, que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 1,31% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 5.120 mil ações ordinárias (TNLP3). As opções poderão ser exercidas, a partir de 12 de abril de 2008, em quatro lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 25% do total das opções concedidas.

Beneficiário	Ativo	Desligado
Antonio Parrini Pimenta	X	
Alain Stephane Riviere	X	
Antonio Reinaldo Rabelo Filho	X	
Abel Amaral Camargo Junior	X	
Carlos Alberto Macedo Cidade	X	
Eduardo Felipe Michalski	X	
Everton Coleraus Sommer	X	
Eurico De Jesus Teles Neto	X	
Flavia Maria Bittencourt	X	
George Eduardo De Moraes	X	
Gustavo Rocha Amaral	X	
Helvio Ferreira dos Santos	X	
Jose Luiz Gattas Hallak	X	
Jose Luiz Neffa Simao	X	
Jose Luis Volpini Mattos	X	
Jose Claudio Moreira Goncalves	X	
Jose Augusto da Gama Figueira	X	
Jose Mauro Mettrau Carneiro Da Cunha	X	
Jose Luis Magalhaes Salazar		X
Joao De Deus P De Macedo	X	
Joao Francisco Da Silveira Neto	X	
Julio Cesar Pinto	X	
Julio Cesar Fonseca	X	
Luiz Eduardo Falco Pires Correa	X	
Luiz Henrique Rodrigues Costa	X	
Marco Norci Schroeder	X	
Marcelo Amar	X	
Marcelo do Nascimento de Almeida	X	
Marcia Andrea De Matos Leal	X	
Maxim Medvedovsky	X	
Paulo Altmayer Goncalves	X	
Paulo Cesar Vieira Florentino	X	
Paulo Edison Pioner	X	
Rejane Pamplona de Campos Bonavita	X	
Ricardo Soutelinho Amorim	X	
Roberto Terziani	X	
Roderlei Generali		X
Rogério Parra	X	
Sergio Tulio Lavarini Vieira	X	
Tarso Rebello Dias	X	

O preço de exercício da opção foi baseado na média ponderada da cotação na BOVESPA nos 30 dias imediatamente anteriores à data da concessão, e será atualizado de acordo com a variação do IGP-M. Em abril de 2008, todos os beneficiários exerceram seu direito de opção de compra, totalizando 167.101 ações ordinárias.

Em reunião do Comitê Gestor realizada em setembro de 2008, foi deliberado aditar o Programa de Opção de 2007, e outorgar ainda aos beneficiários do referido programa a opção de compra de 2.713 mil ações preferenciais da TNLP, total correspondente a 0,68% do capital social subscrito e integralizado, ao preço de exercício de R\$ 27,31. As opções podem ser exercidas, a partir da data de sua outorga, condicionando o exercício das opções de ações preferenciais ao exercício das opções de ações ordinárias. As demais condições do Programa de Opção de 2007 não foram alteradas e continuam vigentes.



O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações ordinárias até 31 de dezembro de 2008. Ainda não houve exercício para o primeiro lote das opções de compra de ações preferências.

	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Em (R\$)	
			Preço da concessão	
			2008	2007
Concedidas em abril de 2007	5.120	50,98	59,65	54,32
Opções exercidas	(167)			
Opções canceladas	(441)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2008	4.512			

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias em vigor em 31 de dezembro de 2008:

Faixa de preço de exercício na data da concessão	Opções em vigor			Opções exercíveis	
	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R\$ 50,00 - 59,99	4.512	28	59,65	4.512	59,65

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de opções de compra das ações TNLP3 e TNLP4, no montante de R\$ 40.140 (2007 – R\$ 39.160) e R\$ 2.641, respectivamente. O saldo do patrimônio líquido existente em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 61.000 (2007 – R\$ 29.152).

Com a compra da BrT, a tendência é que os planos de opções de compra de ações sejam unificados, pois nos programas de 2002 e 2003, não há mais nada a exercer. Em relação a 2004 somente 10 executivos ainda têm direito de exercício a um pequeno lote já exercível (79.512 BRT04). Já em relação ao novo programa, abrangendo os Programas 1 e 2, outorgas de 2007 e 2008, não há mais lotes a exercer ou outorgas/contratos pendentes.

Experiência Profissional dos Membros da Administração

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha – Presidente do Conselho de Administração

Nascido em 4 de dezembro de 1949, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, mestre em Projetos Industriais e de Transportes pela COPPE/UFRJ, tendo participado de *Executive Program in Management* na Anderson School/ University of California, Los Angeles. Exerceu diversos cargos executivos no BNDES, tendo integrado a Diretoria do Banco de 1991 até 2002. De fevereiro de 2003 até outubro de 2005, exerceu o cargo de Vice- Presidente de Planejamento Estratégico da Braskem S.A. Participou do Conselho de Administração de diversas companhias e instituições, como LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., Aracruz Celulose, Telemar Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, FUNCEX e Politecnio Indústria e Comércio S.A.



Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa – Membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Nascido em 13 de agosto de 1960, foi nomeado diretor em 29 de abril de 2005. É membro suplente do Conselho de Administração e Diretor-Superintendente da TNL desde 1º de março de 2004 e 2 de outubro de 2002, respectivamente. Desde outubro de 2001, vinha ocupando a Presidência da Oi, empresa de telefonia móvel subordinada à TNL. O Sr. Falco também trabalhou na TAM, tendo sido Gerente de Produção no período de 1986 a 1989, Diretor Técnico de 1989 a 1992 e Vice-Presidente Comercial e de Marketing no período de 1992 a 2001. Suas principais áreas de atuação na TAM foram: Manutenção, Produção, Gerenciamento de Produção, Pilotos (grupos de voo), Reservas (*Call Center*), Operação de malha, Compras, Suprimentos, Grandes contratos (aeronaves e serviços), terminando sua passagem pela TAM na área de Vendas/Marketing e Planejamento Estratégico. Graduado em Engenharia Aeronáutica pelo ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Sr. Falco fez também curso de extensão em Marketing e Finanças na Fundação Getúlio Vargas.

João de Deus Pinheiro de Macêdo – Membro efetivo do Conselho de Administração

Nascido em 08 de março de 1948, é formado em Engenharia Elétrica/Eletrônica pela Universidade Federal da Bahia, com cursos em Sistemas de Transmissão, Comutação Digital e Gerenciamento de Qualidade pelos institutos NEC/OKI e NTT, no Japão. O Sr. João de Deus é, atualmente, diretor de planejamento executivo da TNL. Em 1971 iniciou na Telebahia como Supervisor de Implantação e Manutenção, tendo gerenciado divisões de Equipamentos, Operações de Capital e Marketing e Serviços. Em 1985 assumiu a Diretoria de Operações da Telebahia, sendo responsável pelo atendimento, comercialização, operação e manutenção de planta de geração de energia, cargo no qual permaneceu até 1998. Atuou como Diretor de Negócios da Tmar Part, tendo posteriormente, assumido a Diretoria de Clientes Individuais da Regional do Rio de Janeiro.

Eurico de Jesus Teles Neto – Membro efetivo do Conselho de Administração

Nascido em 29 de dezembro de 1956, o Sr. Eurico de Jesus foi eleito membro efetivo do Conselho de Administração da Emissora em 17 de fevereiro de 2009. É formado em Ciências Econômicas e Direito pela Universidade Católica de Salvador, respectivamente em 1980 e 1992 e pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá. O Sr. Eurico de Jesus atuou como Gerente da Divisão de Títulos Mobiliários da Telecomunicações da Bahia S.A. a partir de 1980, tendo passado a Assessor Jurídico em 1990. Posteriormente, atuou como Gerente Jurídico da Emissora, onde, atualmente, ocupa o cargo de Diretor Jurídico.

João Carlos de Almeida Gaspar – Membro efetivo do Conselho de Administração

Nascido em 2 de setembro de 1963, foi eleito para o cargo em 4 de abril de 2008. É sócio fundador e diretor da Unity Capital Gestão de Investimentos Ltda. desde 2003, cujo objetivo é a administração de recursos, prestação de serviços em assessoria e avaliação de empresas. Foi conselheiro de administração das empresas Telepar Celular S.A., Telesc Celular S.A., BrT, Telemig Celular S.A. e Amazônia Celular. Atuou na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo como operador de mesa de bolsa, tendo exercido a mesma função em diversas corretoras de valores, tendo sido, ainda, vice-presidente do conselho de administração da Cia. VDV, entre agosto de 2001 e setembro de 2004.

José Augusto da Gama Figueira – Membro suplente do Conselho de Administração

Nascido em setembro de 1947, foi eleito membro do Conselho de Administração em 24 de maio de 2002, tendo sido reeleito em 12 de abril de 2005. Desde agosto de 2001 é presidente do Instituto Telemar. É também, desde junho de 1999, diretor da Telemar Participações S.A. Foi Diretor da Pegasus, empresa do grupo Andrade Gutierrez, de julho de 1997 até agosto de 1999 e membro dos conselhos fiscais da TELEST, TELEPISA e TELEAMAZON no período abril até dezembro de 1999. Formado em 1972 em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com Pós Graduação (*Lato Sensu*) em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (1996-1997).



Pedro Jereissati – Membro suplente do Conselho de Administração

Nascido em 24 de maio de 1978, foi eleito para o Conselho de Administração em 24 de maio de 2002, tendo sido reeleito em 12 de abril de 2005. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Novos Negócios da La Fonte Telecom S/A. Juntou-se ao Grupo La Fonte em 1995 e, inicialmente, passou pelas operações do Grupo na Área Imobiliária, compreendidas basicamente por Shopping Centers e Prédios Comerciais. No final de 1998, com a aquisição da TNL, foi transferido para a recém criada empresa de Telecomunicações do Grupo. É formado em Administração de Empresas e membro do Conselho de Administração da Pegasus.

Otávio Marques de Azevedo – Membro suplente do Conselho de Administração

Nascido em 31 de maio de 1951, foi eleito membro suplente do Conselho de Administração da Emissora em 24 de maio de 2002, sendo reeleito em 12 de abril de 2005. O Sr. Azevedo exerce, na ANATEL, o cargo de Presidente do Conselho Consultivo, desde fevereiro de 2001, sendo que é conselheiro desde março de 1999. Trabalhou, ainda, na Andrade Gutierrez Telecomunicações como Presidente até agosto de 1998, onde também exerceu o cargo de presidente do Conselho de Administração das empresas controladas, tais como a Pegasus, Proceda Tecnologia, Equifax, Unnisa Soluções em Meios de Pagamentos e na Message. Continua como Presidente do Conselho de Administração da Pegasus Telecom e membro do Conselho de Administração da Barramar/AIX e da TNL.

Alex Waldemar Zornig – Membro suplente do Conselho de Administração, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

O Sr. Zornig é graduado em Contabilidade pela Universidade de São Paulo, com especialização pela FGV. Iniciou sua carreira na PricewaterhouseCoopers onde atuou por 14 anos, três deles em Londres, exercendo por último a função de Diretor. Foi Diretor Financeiro do BankBoston, entidade em que atuou por 13 anos, incluindo dois anos em Boston. Atuou ainda como Diretor do Banco Itaú. Recentemente, Alex vinha exercendo a função de Vice-Presidente Executivo do Banco Safra, sendo responsável por todas as áreas de suporte à operação da instituição.

Cláudio José Carvalho de Andrade – Membro suplente do Conselho de Administração

Nascido em 4 de outubro de 1971, foi eleito membro suplente do Conselho de Administração da Emissora em 4 de abril de 2008. É sócio e co-fundador da Polo Capital desde 2002, tendo sido operador de bolsa no Banco de Investimento Garantia entre 1994 e 1997 e administrador de Carteira de Renda Variável do Banco de Investimento CSFB/Garantia entre 1997 e 2002.

Formado em Administração de Empresas pela EAESP – Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, em 1994, tendo realizado intercâmbio da *École de Commerce de Montpellier* (França), em 1992. É membro da *Association for Investment Management and Research* e diretor da Fundação Estudar.

Júlio César Pinto – Diretor

Nascido em 7 de outubro de 1951, foi eleito para o cargo em 2 de outubro de 2002 e ratificado em 29 de abril de 2005. O Sr. Júlio Pinto exerceu cargos na área financeira de grandes empresas como MRS Logística; ATL – Algar Telecom Leste; Globex Utilidades; Aracruz Celulose; Xerox do Brasil e Minerações Brasileiras Reunidas. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior, o Sr. Júlio Pinto cursou o *Financial Management Program* da Stanford University (EUA); *Middle Management Program* da Xerox Corporate (EUA) e o *The Bourse Game* do Citibank N.A (EUA).



Paulo Altmayer Gonçalves – Diretor

Engenheiro elétrico, 57 anos, formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Começou sua vida profissional como programador de computadores no CPD da UFRGS. Foi professor de Técnicas de Programação na mesma universidade, tendo trabalhado em empresas como Crefisul, Procergs, Hewlett Packard HP e Digitel. Em São Paulo, 1994, participou do *start-up* de empresas de *Trunking Digital* e de Pagers ligadas a Mcom, Mobilcom e Mcomcast. Retornou a Porto Alegre em 1998 para o lançamento da operadora de celular banda B, Telet, onde foi Diretor de Vendas e Marketing. Voltou a São Paulo em setembro de 2000, como diretor da Telemar, com o desafio de liderar o grupo, cujo objetivo era adquirir a licença de celular da Banda D na região da Telemar. Em março de 2001, com a conquista da licença da Banda D, o Sr. Gonçalves começou a montar a operação do serviço celular PCS com mais de 4.000 estações, centenas de pontos de venda, cobertura em 16 estados, etc. Atualmente ocupa a posição de Diretor Superintendente de Engenharia e Tecnologia responsável pelas áreas de Engenharia, TI, *Data Center* e Governança Tecnológica do Grupo Oi.

Sérgio Bernstein – Presidente do Conselho Fiscal

Nascido em 16 de abril de 1937, é membro suplente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente do Grupo Jereissati desde 1990. É engenheiro civil formado pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro com atuação executiva em diversas empresas nacionais ao longo do tempo. Iniciou sua carreira como *trainee* de Finanças na General Electric do Brasil, em 1961, e ocupou vários cargos gerenciais nesta empresa até tornar-se Vice-Presidente de Finanças em 1984.

Fernando Linhares Filho – Membro efetivo do Conselho Fiscal

O Sr Linhares é membro do Conselho Fiscal da TNL, tendo sido eleito em 20 de maio de 2008, com mandato até a Assembléia Geral de Acionistas de 2009. É formado em Administração de Empresas pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Exerceu a função de Operador de Pregão de 1969 a 1973 nas empresas CAPTA e Lincoln Rodrigues e a função de Operador de *Open Market*, de 1974 a 1983, em diversas corretoras. Exerceu diversos cargos executivos em empresas como Guanaminas, Sovalores e, desde 2000, é Sócio-Diretor da Patriarca Assessoria e Consultoria. Participou do Conselho Fiscal da TELESP e TELERJ no ano de 2001. Já foi membro do Conselho Fiscal da Emissora entre 2002 e 2004.

Ricardo Malavazi Martins - Membro efetivo do Conselho Fiscal

Nascido em 28 de outubro de 1964, foi eleito para o cargo em 14 de abril de 2009. O Sr. Ricardo Martins atualmente exerce cargos na área econômica-financeira de grandes empresas como Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, Bonaire, Fras-le, sendo, ainda, coordenador da comissão técnica da Abrapp e membro do comitê de governança corporativa da Câmara Americana e do conselho consultivo da Abvcap. Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com créditos de mestrado em Economia pela mesma Universidade.

Sidnei Nunes – Membro suplente do Conselho Fiscal

Nascido em 28 de setembro de 1959, é formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Paulo Eiró, pós-graduado em Finanças pela Universidade de São Paulo – USP. Exerceu nos últimos 20 anos cargos de gerência e diretoria em diversas empresas nacionais. De janeiro de 2000 a setembro de 2001 participou do Conselho Fiscal das filiais da Telemar, no Ceará e Sergipe. Foi Diretor Vogal de 2001 a 2006 do IBEF – SP e atualmente é integrante do Conselho de Administração e Diretor de Finanças e Controles da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., bem como é Diretor Gerente no Grande Moinho Cearense S.A.



Dênis Kleber Gomide Leite – Membro suplente do Conselho Fiscal

O Sr. Gomide atua como membro do Conselho de Infraestrutura da CNI – Confederação Nacional da Indústria, membro da Comissão Técnica e Política da TELEXPO, membro da Câmara Paulista de Telecomunicações e Informática. Ademais, possui experiência profissional nas áreas de Administração Comercial, Geral, Finanças e Gestão de Pessoas, tendo ocupado cargos executivos em empresas tais como a Cia. de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE-MG, Sociedade Mineira de Engenheiros – SME, Fertilizantes Fosfatados – Fosfértil, Grupo Petrobrás Fertilizantes, Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, Instituto Horizontes e Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações – IBDT. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui também graduação em Administração de Empresas pela União de Negócios e Administração, além de pós-graduação em Administração Financeira pela FGV.

Ruy Flaks Schneider - Membro suplente do Conselho Fiscal

Brasileiro, 68 anos, foi eleito para o cargo em 14 de abril de 2009. O Sr. Ruy Flaks é Presidente da Schneider & Cia., sendo, ainda, membro do Conselho de Administração da Light S.A., do Conselho Fiscal da INB Industrias Nucleares do Brasil e do *board* da Agreco Ltd., onde conduz a recuperação judicial das subsidiárias brasileiras dessa empresa desde setembro de 2008. O Sr. Ruy Flaks foi também Vice Presidente, Mercado de Capitais, do Banco de Montreal e do Grupo Multiplan, bem como membro dos Conselhos Fiscais da Brasil Telecom S.A. e Tele Norte Celular Participações S.A. Foi membro do Conselho de Administração que conduziu a recuperação judicial da Parmalat Brasil S.A. e do Conselho de Administração da Sonae Distribuição (Brasil) e da CLC Companhia de Liquidação e Custódia, da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Atuou como Presidente da Associação Brasileira de Marketing e Negócios e Vice Presidente da ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers.

Engenheiro Mecânico e de Produção pela PUC/RJ, é Master of Sciences em Engineering Economy pela Stanford University (USA), além de ser Oficial da Reserva da Marinha do Brasil e graduado pela Escola Superior de Guerra. Fundador do Departamento de Engenharia Industrial da PUC/RJ, é o decano dos conferencistas da EGN Escola de Guerra Naval.

Informações Adicionais sobre os Membros da Administração

Os administradores da Emissora Srs. Júlio César Pinto e Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa receberam uma advertência em processo administrativo da CVM julgado em março de 2008. Para maiores informações acerca de eventuais procedimentos administrativos envolvendo os administradores da Emissora, vide seção "Contingências Judiciais e Administrativas da Emissora – Principais Procedimentos Legais, Processos Administrativos e Ações Judiciais" na página 263 deste Prospecto.

Adicionalmente, no âmbito do processo administrativo nº 051288484 de competência do BACEN, instaurado em 2005 e julgado pelo BACEN em dezembro de 2007, o administrador Sr. Alex Waldemar Zornig, na qualidade de diretor do BankBoston Banco Múltiplo S.A. à época das alegadas irregularidades, recebeu a pena de inabilitação temporária de três anos para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil, com fundamento no artigo 44, §2º da Lei 4.595/64. Tal processo tem por objeto apurar a concessão de cartas de crédito em alegado descumprimento da Resolução nº 2519/1998. Atualmente encontra-se em fase de recurso com efeito suspensivo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

ACORDOS OU OUTRAS OBRIGAÇÕES RELEVANTES ENTRE A EMISSORA E SEUS ADMINISTRADORES

A Emissora não é parte em qualquer contrato ou obrigação relevante com membros de sua administração.

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, BEM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E OS ACIONISTAS CONTROLADORES DA EMISSORA

O Sr. Pedro Jereissati, conselheiro da Emissora, é filho do Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, conselheiro da TNL, sociedade controladora da Emissora.

RECURSOS HUMANOS

Empregados

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora tinha um total de 10.982 empregados. Todos os seus empregados são contratados em sistema de horário integral, divididos nas seguintes funções: operação da planta, manutenção, expansão e modernização, vendas e marketing, suporte administrativo, gestão societária, orçamento e finanças.



A tabela abaixo estabelece o detalhamento de empregados por categoria de atividade e localização geográfica nas datas indicadas:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
Número de empregados por categoria de atividade			
Operação de instalações, manutenção, expansão e modernização.....	4.158	6.435	6.684
Vendas e marketing	1.833	1.765	2.403
Suporte Administrativo	818	825	923
Gerenciamento corporativo, orçamento e finanças	814	911	972
Total.....	<u>7.623</u>	<u>9.936</u>	<u>10.982</u>
Número de empregados por localização geográfica			
Rio de Janeiro	3.733	6.000	6.760
Regional Minas:			
Minas Gerais	1.492	1.416	1.185
Espírito Santo	156	144	140
Regional Bahia:			
Alagoas.....	71	74	70
Sergipe.....	60	58	57
Bahia.....	451	447	428
Regional Pernambuco:			
Rio Grande do Norte	102	98	97
Paraíba	106	107	107
Pernambuco	335	336	327
Regional Ceará.....			
Amazonas	91	96	146
Roraima	19	19	31
Pará.....	186	199	367
Amapá	17	19	36
Maranhão.....	113	117	161
Piauí.....	83	88	83
Ceará.....	325	318	308
São Paulo.....	233	321	588
Porto Alegre	3	1	1
Brasília	41	71	84
Paraná.....	8	7	6
Total.....	<u>7.623</u>	<u>9.936</u>	<u>10.982</u>

Em 31 de dezembro de 2008, a BrT Part tinha um total de 20.541 empregados. Todos os empregados da BrT Part são contratados em sistema de horário integral, divididos nas seguintes funções: operações de rede, vendas e marketing, tecnologia da informação, operações de *call center*, áreas de suporte e agentes autorizados.

Benefícios médicos, odontológicos e de assistência a empregados

A Emissora proporciona aos empregados assistência médica e odontológica, de farmácia e medicamentos, seguros de vida em grupo e auxílio alimentação e transporte. Os custos desses benefícios são compartilhados pelos funcionários e pela Emissora. O programa de auxílio alimentação é implementado de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Em 2008, a Emissora contribuiu com R\$31 milhões para assistência médica e odontológica, R\$39 milhões para o PAT e R\$10 milhões para os demais benefícios. Em 2008, a BrT contribuiu com R\$25,7 milhões para assistência médica e odontológica, R\$46,6 milhões para o PAT e R\$22,3 milhões para os demais benefícios.



Plano de Participação nos Lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivo para os colaboradores cumprirem as metas estipuladas pela Emissora e para alinhar os interesses dos colaboradores aos dos acionistas. A participação nos lucros ocorre depois de alcançadas as metas de Valor Econômico Adicionado – EVA e outras metas definidas anualmente pelo conselho de administração da TNL.

A Emissora até este momento ainda não fez distribuição da participação de lucros referente ao ano de 2008. Para o período de 2007, a Emissora distribuiu R\$76,3 milhões, pagos a 7.961 empregados. No plano referente a 2006, foram distribuídos R\$15,9 milhões, tendo sido abrangidos 6.690 colaboradores.

Os acordos coletivos da BrT com vários sindicatos requerem que a BrT pague bônus a empregados que atinjam determinadas metas operacionais. Para o exercício findo em dezembro de 2008, a BrT deliberou a distribuição de R\$88,7 milhões em bônus, ainda distribuídos aos seus empregados.

Plano de Opção de Compra de Ações

Não há plano de opção de compra de ações da Emissora em benefício de seus empregados. No entanto, existe plano de opção de compra de ações de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A (“TNLP”), que beneficia administradores e empregados das controladas, cujas condições básicas estão descritas na seção “Administração da Emissora – Remuneração dos Administradores - Plano de Opção de Compra de Ações”, na página 249 deste Prospecto.

Plano de Carreira e Salários

O plano de carreira e salários da Emissora foi estruturado de acordo com a Metodologia Hay e leva em conta a capacitação dos empregados e sua capacidade de resolver problemas e assumir responsabilidades. O principal objetivo do plano é garantir a equidade interna e a competitividade dos salários no mercado e atrair e reter profissionais qualificados, de maneira condizente com as políticas de administração de custos da Emissora.

Formação e Treinamento

A Emissora contribui para a qualificação profissional de seus empregados oferecendo treinamento para o desenvolvimento de capacidades organizacionais e técnicas. Aproximadamente 518.000 horas de treinamento foram oferecidas em 2008. Visando satisfazer a demanda de treinamento técnico, em 2008 foram oferecidas 136.467 horas de treinamento em equipamentos, tecnologias e conhecimentos específicos nas áreas de engenharia, manutenção, operações e tecnologia.

Em 2008, o Programa de Bolsas em MBA forneceu bolsas de estudo a 152 empregados de todo o Brasil, visando aprimorar seu desempenho técnico e gerencial. Para os empregados sem graduação universitária foi desenvolvido o Programa de Bolsas de Estudo Universitário. Em 2008, foram concedidas bolsas de estudo a 121 empregados de todo o Brasil. Em 2008, aproximadamente R\$22,5 milhões foram investidos na qualificação e treinamento dos empregados da Emissora.

Relações entre a Emissora e os Respectivos Sindicatos de seus Empregados

Em dezembro de 2008, cerca de 18% de todos os empregados da Emissora eram membros de sindicatos de trabalhadores filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações – FENATTEL ou à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações – FITTEL. Alguns empregados pertencentes a determinadas categorias são filiados a outros sindicatos específicos. A Emissora negocia contratos coletivos de trabalho separados para cada estado da Região I, e para cada uma de suas subsidiárias, bem como para cada um dos estados da Região II para a BrT, e para cada uma de suas subsidiárias que estejam operando em tais estados.



Em dezembro de 2008, cerca de 47,2% de todos os empregados da BrT eram membros de sindicatos de trabalhadores filiados à FENATTEL ou à Federação FITTEL. Alguns empregados pertencentes a determinadas categorias são filiados a outros sindicatos específicos.

Novos contratos coletivos de trabalho são negociados todos os anos com o sindicato local. Essas negociações são conduzidas sob a supervisão e orientação da Emissora, por um lado, e da FENATTEL ou FITTEL, do outro lado. Todos os acordos coletivos estão devidamente assinados e homologados pela Emissora e respectivos sindicatos representativos da categoria e estão em plena vigência conforme a data-base da categoria (1º de dezembro).

Nunca houve paralisações de trabalhadores na Emissora que tivessem efeito relevante sobre as suas operações.

Plano de Previdência Privada

SISTEL

A Fundação Sistel de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade fechada de previdência privada, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede em Brasília – Distrito Federal, instituída em novembro de 1977 com o objetivo de administrar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial aos participantes e seus beneficiários vinculados às patrocinadoras da SISTEL. Em 31 de dezembro de 2008, o PBS-A tinha R\$6.828,0 milhões em ativos do plano e o PAMA tinha R\$614,3 milhões em ativos do plano. O valor justo dos ativos do plano no Sistel é maior do que o valor presente dos seus compromissos atuariais.

Fundação Atlântico

A Fundação Atlântico de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade fechada de previdência privada, instituída em 10 de setembro de 2004, com constituição e autorização para funcionamento aprovados em 16 de agosto de 2004, por meio da Portaria MPS/SPC nº 103, sendo uma entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

A FASS tem, aproximadamente, 20 mil participantes que ou se beneficiam ou contribuem para a TelemarPrev ou o plano PBS Telemar. Em 31 de dezembro de 2008, a FASS possuía R\$3.445,9 milhões em ativos sob seu gerenciamento.

PBS Telemar

Quando das alterações estatutárias da SISTEL, foi implantado o PBS Telemar, que possui as mesmas características do PBS-A Sistel. Esse plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do Plano TelemarPrev, em setembro de 2000, para o qual migraram cerca de 96% dos antigos participantes. Além de benefícios de suplementação de renda mensal, é fornecida assistência médica (PAMA) aos assistidos e seus dependentes, a custo compartilhado com outras patrocinadoras, através da administração SISTEL. A Emissora é responsável por quaisquer déficits incorridos pelo PBS Telemar, de acordo com a proporção de suas contribuições.

Em 31 de dezembro de 2008, o PBS Telemar tinha, aproximadamente, R\$277,0 milhões em ativos. Durante o ano de 2008, ocorreram contribuições por parte da Emissora para o PBS Telemar.



TelemarPrev

Em setembro de 2000, a Emissora começou a patrocinar o Plano TelemarPrev, na modalidade de contribuição variável. Os participantes do TelemarPrev auferem duas categorias de benefícios: (i) benefícios de risco, custeados pelo método de benefícios definidos; e (ii) benefícios programados, custeados pelo método de contribuições definidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, esse plano tinha, aproximadamente, R\$3.163,6 milhões em ativos. Durante o ano de 2008, ocorreram contribuições por parte da Emissora para o Plano TelemarPrev.

Fundação Plano 14 (TCSPrev)

Em 2000, a BrT iniciou o patrocínio do plano TCSPrev, um plano de previdência privada oferecido aos empregados que participaram da SISTEL e novos empregados que tenham sido contratados após a privatização do Sistema Telebrás. Os participantes do TCSPrev possuem duas categorias de benefícios: (i) benefícios de risco, baseados de acordo com o método de benefício definido; e (ii) benefícios programados, baseados de acordo com a proporção de contribuições feitas pela BrT e pelo participante. Em dezembro de 2008, o TCSPrev tinha R\$1.384,3 milhões em ativos.

Fundação Plano BrTPREV – Plano Fundador/Alternativo e Plano BrTPREV

Em 2000, como resultado da aquisição da CRT, a BrT assumiu a responsabilidade pelos benefícios a serem conferidos aos empregados aposentados da CRT por meio da criação do Plano Fundador/Alternativo. Em outubro de 2002, 96% dos empregados da CRT e aposentados migraram para o plano BrTPrev. Em dezembro de 2008, a Fundação BrTPrev tinha R\$1.125,6 milhões em ativos. Sendo do Plano Fundador/Alternativo R\$45,6 milhões e do Plano BrTPREV R\$1.079,0 milhões. O BrTPrev possui um déficit que vem sendo amortizado durante 20 anos. Desde fevereiro de 2003, a BrT vem fazendo contribuições adicionais mensais com o objetivo de reduzir esse déficit, que totalizava R\$736,9 milhões em dezembro de 2008.

Durante o ano de 2008, a BrT contribuiu com R\$9,8 milhões para os planos da Fundação BrTPrev, sem incluir as contribuições extraordinárias amortizantes.



CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

As informações acerca das Contingências Judiciais e Administrativas apresentadas nesta seção refletem as práticas da Emissora e da BrT nos períodos indicados.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMISSORA E SOCIEDADES CONSOLIDADAS CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMISSORA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Provisões para Contingências

A Emissora é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes da condução normal dos seus negócios, incluindo processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas. A Emissora classifica o risco de perda em processos judiciais e administrativos como “remoto”, “possível” ou “provável”. As provisões constituídas e apresentadas nas demonstrações financeiras com referência a tais processos refletem razoavelmente as perdas estimáveis e prováveis apuradas pela administração da Emissora com base no parecer de advogados, com exceção dos processos tributários, em que as provisões refletem a totalidade das perdas estimáveis e prováveis. Nos processos em curso nos Juizados Especiais Cíveis, a provisão é calculada com base em um modelo estatístico que leva em consideração o êxito, o valor médio da condenação e a média móvel considerada dos 14 últimos meses.

A Emissora mantém provisionados apenas os valores relativos aos processos que estão classificados dentre os de risco de perda “provável”. Esta avaliação de risco é realizada pelo departamento jurídico que atende a TNL e suas controladas, em conjunto com advogados externos. Com base no histórico de perdas da Emissora nos tribunais, a sua administração acredita que os valores atualmente provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos das quais é parte.



A composição do saldo das provisões para perdas em processos judiciais em 31 de dezembro de 2008 (consolidado) é a seguinte:

(Valores em R\$ milhões)

		Consolidado	
		2008	2007
Tributárias			
(i)	ICMS	376,468	388,954
(ii)	FUST	115,028	79,416
(iii)	Compensação de prejuízos fiscais e base negativa		54,169
(ii)	FUNTTEL	63,823	44,864
(iv)	ISS	55,172	49,027
(v)	ILL	45,870	43,346
	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	29,654	50,350
(vi)	Demais ações	54,539	78,158
	Depósitos judiciais vinculados	(178,212)	(151,628)
		562,342	636,656
Trabalhistas			
(i)	Horas extras	210,186	192,375
(ii)	Diferenças salariais	156,796	126,402
(iii)	Indenizações	110,703	89,023
(iv)	Adicionais diversos	98,664	78,283
(v)	Multas trabalhistas	67,063	81,887
(vi)	Subsidiariedade	63,797	62,579
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	49,542	41,301
(viii)	Verbas rescisórias	41,263	23,415
(ix)	Complemento de aposentadoria	38,939	31,937
(x)	FGTS	17,645	15,280
(xi)	Vínculo empregatícios	16,417	14,839
(xii)	Demais ações	62,681	59,214
	Depósitos judiciais vinculados	(328,637)	(234,521)
		605,059	582,014
Cíveis			
(i)	Estimativas ANATEL	351,537	303,026
(ii)	Multas ANATEL	81,051	67,943
(iii)	Juizados Especiais Cíveis	77,031	81,163
(iv)	Demais ações	285,401	272,929
		795,020	725,061
		1.962,421	1.943,731



Segue abaixo uma planilha com o detalhamento dos processos por natureza de risco, líquido de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2008 (consolidado):

(Valores em R\$ milhões) *

				2008
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Prováveis	562,342	605,059	795,020	1.962,421
Possíveis	7.127,740	394,877	1.131,005	8.653,622
Remotas	1.151,986	737,692	390,893	2.280,571
Total	8.842,068	1.737,628	2.316,918	12.896,614
				2007
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Prováveis	636,656	582,014	725,061	1.943,731
Possíveis	5.345,473	387,112	1.093,074	6.825,659
Remotas	691,791	683,661	375,036	1.750,488
Total	6.673,920	1.652,787	2.193,171	10.519,878

* Os valores das provisões para contingências estão sujeitos à correção monetária mensal.



PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS LEGAIS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AÇÕES JUDICIAIS

Cisão da Telebrás

A Telebrás, antecessora legal da Emissora é ré em diversos processos judiciais e está sujeita a diversas reivindicações e contingências. Pelos termos que regem a cisão da Telebrás, conforme previsto no Capítulo 5, item 5.1, do Edital MC/BNDES n.º 01/98, que regulou a desestatização das companhias constituídas a partir da cisão da Telebrás, a responsabilidade por todas as reivindicações decorrentes de atos praticados pela Telebrás antes da data de entrada em vigor do desmembramento do conglomerado continua sendo da Telebrás, com exceção de processos trabalhistas e tributários (pelos quais a Telebrás e as Novas Empresas Controladoras são conjunta e solidariamente responsáveis, por força da lei) e dos passivos cujas correspondentes provisões contábeis foram transferidas para a Emissora ou para uma das outras Novas Empresas Controladoras. Os credores da Telebrás deveriam ter considerado esta nova situação de divisão de responsabilidades até 14 de setembro de 1998, de maneira que a Emissora entende serem remotas as possibilidades de tais contingências virem a se materializar e produzirem impacto financeiro negativo nos negócios da Emissora, da TNL e de suas controladas.

Processos Trabalhistas

Adicional de periculosidade

Em conformidade com a legislação brasileira, os empregados que trabalham em condições de perigo definidas nas leis aplicáveis têm direito ao recebimento de um adicional equivalente a 30% do salário base (adicional de periculosidade), como compensação a exposição e este ambiente de trabalho. Existem processos significativos em tramitação contra a Emissora com respeito ao adicional de periculosidade em decorrência de um ajuste do valor a pagar conforme acordos coletivos firmados com os sindicatos de empregados que trabalham em ambientes considerados perigosos, principalmente perto de linhas elétricas, e relativos à integralidade desse montante extra. Segundo jurisprudência do TST, o adicional é devido integralmente, ainda que a exposição seja intermitente. Como o adicional pago pela Emissora conforme o acordo não está em conformidade com a sentença do TST, a administração da Emissora considerou ser provável que esses processos tenham um desfecho desfavorável à Emissora. Em 31 de dezembro de 2008, o valor total das provisões constituídas para esses processos era de R\$98,7 milhões.

Equiparação salarial

Existem também processos contra a Emissora pela equiparação salarial entre determinados empregados que executam o mesmo trabalho, num dado intervalo de tempo, com a mesma produtividade e desempenho técnico. Esse tipo de processo judicial normalmente envolve montantes significativos, pois se refere à diferença em salários mensais de todo um período. Além disso, normalmente os processos dependem de questões de provas e da interpretação dada pelos tribunais a essas provas. Em 31 de dezembro de 2008, a provisão total constituída pela Emissora para prováveis perdas nesses processos era de R\$156,8 milhões.

Indenização

As indenizações correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, dentre as quais, entre outras: acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, estabilidade de funcionários, danos morais, reembolso de valores descontados em folha, auxílio-creche e normas de produtividade previstas nos contratos coletivos de trabalho. Em 31 de dezembro de 2008, o valor total provisionado para esses processos, incluindo todos os procedimentos relacionados, era de R\$110,7 milhões.

Horas extras

A Emissora é ré em numerosos processos em que se reclama o pagamento de horas extras. A alegação feita é de que a Emissora efetuou pagamentos a menor da remuneração devida por horas extras. Alega-se ainda que a Emissora deixou de ajustar o salário normal dos pleiteantes de modo a refletir essa remuneração especial, o que afeta outros direitos trabalhistas concedidos pela lei a esses empregados. Em 31 de dezembro de 2008, o valor total provisionado para esses processos, incluindo todos os procedimentos a eles relacionados, era de R\$210,2 milhões.



Multas trabalhistas

Consistem em multas previstas na CLT pela inadimplência de determinadas verbas trabalhistas, pagas fora do prazo determinado. A provisão mantida pela Emissora totalizou R\$67,1 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Honorários advocatícios/periciais

Referem-se aos valores de sucumbência devidos aos advogados dos autores quando vencedores, incluindo os honorários devidos em reclamações assistidas pelo Sindicato representativo da categoria, bem como ao pagamento dos honorários de peritos e assistentes. Em 31 de dezembro de 2008, a provisão registrada para fazer face às questões de honorários advocatícios / periciais na Emissora totalizava R\$49,5 milhões.

Subsidiariedade

Estão em tramitação vários processos contra a Emissora movidos por ex-empregados de empresas que prestam serviços à Emissora, nos casos em que a Emissora participou do recrutamento desses ex-empregados. Devido a esse envolvimento, a Emissora pode ser solidariamente acusada em demandas trabalhistas devidas e não pagas por essas empresas. A efetiva obrigação da Emissora por tais demandas somente será concretizada se os recursos financeiros das empresas primariamente responsáveis forem insuficientes para liquidar os valores reivindicados. Em 31 de dezembro de 2008, o valor total provisionado para esses processos, incluindo todos os procedimentos a eles relacionados, era de R\$63,8 milhões.

Complemento de aposentadoria

Reclamações referentes às diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria. A provisão mantida pela Emissora totalizou R\$38,9 milhões em 31 de dezembro de 2008.

FGTS

As contingências relativas ao FGTS decorrem de reclamações trabalhistas referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos planos econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a conseqüente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS, prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos. A provisão mantida pela Emissora totalizou R\$17,6 milhões, em 31 de dezembro de 2008.

Vínculo empregatício

A Emissora é reclamada em diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o vínculo empregatício direto com a Emissora, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. A responsabilidade da Emissora nesses processos poderá vir a ser definida caso os recursos financeiros dessas empresas terceirizadas sejam insuficientes para arcar com o valor reclamado. A provisão mantida pela Emissora totalizou R\$16,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008.

Demais ações

A Emissora é ré, ainda, em diversas reclamações trabalhistas cujos questionamentos referem-se a pedidos de adicionais por tempo de serviço, insalubridade, participação nos resultados, trabalho noturno, diárias de viagem, pedidos de readmissão, entre outros. A provisão mantida pela Emissora totalizou R\$62,7 milhões, em 31 de dezembro de 2008.



Processos Tributários

ICMS

A Emissora sofreu diversas autuações fiscais de ICMS que, em 31 de dezembro de 2008, foram classificadas como risco possível no valor aproximado de R\$2.313,7 milhões (cujo valor aproximado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$1.751,1 milhões). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS (serviços faturados), e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede. Uma pequena parte dos processos de que se trata tem risco considerado provável pela Emissora basicamente relacionados a: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive, necessários à manutenção da rede; e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

A Emissora entende ser provável que uma pequena parte das demandas de ICMS tenha um desfecho desfavorável. O valor estimado considerado como de perda provável era, em 31 de dezembro de 2008, de R\$376,5 milhões, valor esse devidamente provisionado.

ISS

A Emissora sofreu autuações referentes à incidência de ISS sobre diversos serviços suplementares oferecidos por operadoras de telecomunicações que não se encaixavam de forma clara na definição de serviços de telecomunicações tais como aluguel de equipamentos, serviços de valor agregado e serviços técnicos e administrativos, no montante aproximado de R\$1.369,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 (cujo montante aproximado 31 de dezembro de 2007 era de R\$1.220,8 milhões) não estão provisionadas. Os advogados responsáveis classificaram tais autuações como risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa da Emissora, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita. O valor provisionado de R\$55,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008, reflete a parcela das autuações que os consultores jurídicos entendem ser provável de perda.

INSS

Em 31 de dezembro de 2008, existiam processos no montante aproximado de R\$945,3 milhões (cujo montante aproximado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$808 milhões) relacionados, principalmente, à responsabilidade solidária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária.

Importante ressaltar que uma cobrança efetuada pelo INSS questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$325,0 milhões em dezembro de 2008 (cujo valor aproximado em dezembro de 2007 era de R\$289,8 milhões). O processo aguarda julgamento em segunda instância, pelo Conselho de Contribuintes. A administração da Emissora, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera possíveis as chances de perda no processo.

Tributos Federais

Existem diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$1.958,2 milhões em dezembro de 2008 (cujo valor aproximado em dezembro de 2007 era de R\$1.030,8 milhões). A administração da Emissora, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera possíveis as chances de êxito nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.



IRRF, IRPJ e CSLL

Em agosto de 2000, a Emissora foi autuada pela SRF do Rio de Janeiro por fatos geradores ocorridos em 1996, anteriormente, portanto, à privatização do sistema Telebrás, totalizando R\$993,7 milhões. Desse montante foram inscritos, aproximadamente, R\$51 milhões no REFIS II. Após decisão final, o valor remanescente, cujo risco máximo é considerado possível e está sendo questionado judicialmente totalizava em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente, R\$92,3 milhões (cujo valor aproximado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$82,3 milhões).

PIS e COFINS

Em 30 de junho de 2006, a Emissora foi autuada pela SRF no montante atualizado em 31 de dezembro de 2008 de R\$759,9 milhões (cujo valor aproximado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$677,4 milhões), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, devido ao fato de a fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A Emissora levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis as chances de perda nessa autuação. Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, por meio da qual foi reduzido o valor autuado em, aproximadamente, R\$432 milhões, em 31 de dezembro 2008 (cujo valor aproximado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$385,1 milhões), tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à Emissora. Tendo em vista que o valor reduzido decorre da identificação de erros cometidos, a avaliação da Emissora é de que a parcela reduzida deve ser classificada como risco de perda remoto, permanecendo como risco possível a parcela restante de R\$327,9 milhões.

Multa - IRRF Mútuo

Em dezembro de 2007, as autoridades fazendárias imputaram à Emissora multa no valor histórico de R\$194,6 milhões em 31 de dezembro de 2008 (cujo valor aproximado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$160,1 milhões) pela ausência de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL. A Emissora obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$73,8 milhões e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa. A possibilidade de perda do valor reduzido é considerada remota pelos advogados da Emissora, permanecendo como possível o montante de R\$120,9 milhões. Os assessores jurídicos da Emissora consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem classificados como risco de perda remoto, a retenção de que se trata era dispensada pela legislação tributária federal, mais especificamente pelo inciso II do artigo 77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Imposto sobre o Lucro Líquido – ILL

A Emissora compensou o valor do ILL recolhido até o ano calendário de 1992 com base em decisões do Supremo Tribunal Federal – STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida, tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos. A Emissora entende ser provável que essas demandas tenham um desfecho desfavorável, com valor total estimado, em 31 de dezembro de 2008, de R\$45,9 milhões.

FUST e FUNTTEL

No que se referente ao FUST e FUNTTEL, a provisão registrada em 31 de dezembro de 2008, de R\$115,0 milhões e R\$63,8 milhões, respectivamente, refere-se à alteração introduzida quanto à forma de cálculo desta contribuição pela Súmula nº 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente). No que se refere ao FUST, a Emissora por meio da Associação Brasileira das Empresas de Telefonia Fixa - ABRAFIX impetrou mandado de segurança a fim de que seja afastada a aplicação da norma em questão, que tem risco de perda possível, e vem depositando judicialmente as diferenças apuradas.



Compensações de prejuízos fiscais e base negativa

A Emissora possui ação judicial em andamento para obter a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando apurados nos anos base anteriores a 1998, inclusive, com base em 100% dos lucros tributáveis apurados. A Emissora deu baixa na provisão, devido à reclassificação da chance de perda provável do processo para perda possível.

Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

A Emissora e sua controlada Oi aderiram ao PAES – Parcelamento Especial (também conhecido como Programa de Recuperação Fiscal II) (o “REFIS II”), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003 (a “Lei 10.684”), inscrevendo parte substancial dos seus débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no artigo 7º da referida lei, a Emissora e sua controlada estão obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do REFIS II, podendo ser excluídas do programa caso atrasem qualquer pagamento por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que ocorrer primeiro.

Os refinanciamentos foram pactuados em 120 meses, tendo sido liquidados, sem atraso no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no REFIS II.

Os valores do REFIS II são compostos como segue:

(Valores em R\$ mil)

	Controladora				Consolidado			
	2008		2007		2008		2007	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
COFINS	73.987	221.180	69.516	306.697	74.326	224.067	69.835	309.729
CPMF	26.498	79.172	24.896	109.794	26.632	79.633	25.023	110.353
Imposto de renda	13.650	38.830	12.826	54.464	13.650	38.830	12.826	54.464
Contribuição social	4.590	17.221	4.313	22.782	4.590	17.221	4.313	22.782
INSS - SAT	3.131	15.434	2.996	19.461	3.131	15.434	2.996	19.461
IOF	3.785	11.124	3.556	15.485	3.785	11.124	3.556	15.485
PIS	612	1.861	575	2.569	660	2.257	618	2.985
	126.253	384.822	118.678	531.252	126.774	388.566	119.167	535.259



Os valores do REFIS II segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

(Valores em R\$ mil)

	Consolidado				
	2008				2007
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	215.063	21.595	61.735	298.393	379.564
CPMF	76.368	7.637	22.260	106.265	135.376
Imposto de renda	28.759	6.791	16.930	52.480	67.290
Contribuição social	12.096	2.701	7.014	21.811	27.095
INSS – SAT	10.886	1.881	5.798	18.565	22.457
IOF	10.031	1.003	3.875	14.909	19.041
PIS	1.859	207	851	2.917	3.603
	355.062	41.815	118.463	515.340	654.426

Esses valores são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, tendo sido reconhecidos R\$38,3 milhões na Emissora e R\$38,5 milhões no consolidado como “Despesas financeiras”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2008, os fluxos de pagamentos do REFIS II trazidos a valor presente, pela taxa de 12% a.a. (taxa média projetada de remuneração), pelo prazo restante de quatro anos e cinco meses totalizam R\$ 521,2 milhões na Emissora e R\$524,8 milhões no consolidado.

A Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos da Emissora e de sua controlada Oi no PAES, de modo que o saldo do referido parcelamento foi consolidado em valor muito superior àquele incluído pelas empresas no programa. A Emissora e a Oi vem adotando as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a exclusão das diferenças de que se trata e para a regularização dos parcelamentos, uma vez que a Emissora entende que o juízo das autoridades fazendárias é equivocado. No caso de recálculo da dívida do REFIS II sem os benefícios previstos na Lei 10.684, o valor da referida dívida de longo prazo seria transferida para o passivo circulante, no montante de R\$3,7 milhões relativamente à controlada Oi.

Processos Cíveis

Ação Civil Pública sobre a venda da Oi para a Emissora

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro ajuizaram ação civil pública em setembro de 2004 pleiteando a anulação da venda do controle acionário da Oi para a Emissora e a condenação da Emissora, da TNL e da Oi a indenizar os acionistas minoritários pelos danos morais e materiais sofridos em função da depreciação de suas respectivas posições acionárias. As rés apresentaram contestação e impugnação ao valor da causa em 7 de janeiro de 2005. A Emissora aguarda decisão judicial e acredita que os pedidos serão julgados improcedentes ao final.

Processos Administrativos

Venda da Oi para a Emissora

Em 30 de maio de 2003, a TNL vendeu à Emissora todas as ações que detinha na Oi, que representavam 99,99% do seu capital social. O preço de venda foi de R\$1,00, que era igual ao valor de patrimônio líquido da Oi avaliado a preço de mercado, determinado por um laudo de avaliação de uma empresa de contabilidade independente.



Devido a uma reclamação protocolada na CVM por um dos acionistas minoritários da Emissora, a CVM deu início a um processo administrativo (Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 025/03), para investigar os termos da transação. Em 28 de dezembro de 2006 a Comissão de Inquérito da CVM entendeu que o laudo apresentaria supostos erros técnicos que teriam resultado na super avaliação de certos elementos do ativo e do passivo da Oi e conseqüentemente, a TNL teria supostamente agido com abuso de poder de controle e os membros da administração da TNL e da Emissora supostamente faltado com o dever de diligência. Após a apresentação das respectivas defesas pelos então acusados, a Diretoria Colegiada da CVM, em julgamento realizado no dia 25 de março de 2008, inocentou todos os acusados, aplicando apenas a pena de advertência pela suposta falta do dever de diligência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora. Os executivos da Emissora condenados pela CVM interpuseram recurso voluntário ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (“CRSFN”), e a CVM, por força das disposições legais vigentes, interpôs recurso de ofício àquele mesmo órgão contra as decisões absolutórias. Atualmente o processo se encontra com a Procuradoria da Fazenda Nacional, que analisará o caso e emitirá parecer em que opinará pelo provimento ou improvimento dos Recursos. Após o parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional serão sorteados conselheiros relator e revisor, e o processo seguirá para análise dos mencionados Conselheiros e posterior inclusão em pauta de julgamentos, não havendo meios de prever a data em que a decisão será proferida. Vide seção "Administração da Emissora – Informações Adicionais sobre os Membros da Administração", na página 255 deste Prospecto.

Denúncia de Cartel

Em março de 2004, a Embratel apresentou ao CADE, à ANATEL e à Secretaria de Direito Econômico – SDE duas representações por alegadas práticas anticompetitivas contra as três empresas que participaram do Consórcio Calais para a oferta de compra da participação controladora na Embratel (a Emissora, BrT e Telesp). As práticas anticompetitivas alegadas pela Embratel seriam, entre outras: (i) políticas tarifárias discriminatórias; (ii) estratégias de manipulação em licitações com o intuito de influenciar preços; e (iii) práticas comerciais enganosas, através da omissão de informações a clientes com relação aos Códigos de Seleção de Prestadora mais convenientes. Em abril de 2004, a SDE iniciou uma averiguação preliminar para verificar a procedência de tais alegações. A SDE ainda não emitiu seu parecer. A denúncia efetuada pela Embratel, então subsidiária da MCI, foi parte de uma estratégia mais ampla para prevenir o Consórcio Calais de adquirir a participação na Embratel, à época posta à venda para a Telmex, como parte do seu processo de reestruturação. Mesmo com o sucesso da Telmex na aquisição da Embratel, a averiguação preliminar continua seu curso normal. Entretanto, a expectativa da Emissora é de que a possibilidade de sucesso da Embratel seja remota.

Processos perante a ANATEL

A Emissora é parte em processos administrativos perante a ANATEL relacionados principalmente com a sua falha em atingir determinadas metas do PGMU, tais como, tarifas de finalização de chamadas durante horários de pico, e resoluções de reclamações sobre cobranças. Em dezembro de 2008, a Emissora registrava o provisionamento no montante de R\$432,0 milhões para tais processos. A Emissora aumentou o provisionamento de contingências legais relativas aos processos perante a ANATEL como resultado da implementação de uma nova política interna mais conservadora para provisão de contingências. Antes da implementação de tais políticas em 2006, a Emissora só havia provisionado os valores relativos aos processos perante a ANATEL, após a determinação da aplicação de multas pela agência. Atualmente, de acordo com a nova política de contingências da Emissora, as provisões são feitas no início dos processos perante a ANATEL (com base nas decisões de processos anteriores sobre assuntos semelhantes) ou, a partir do momento em que a Emissora falha no cumprimento de metas de qualidade mediante o relato de tais falhas à ANATEL.



CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA BrT PART E SOCIEDADES CONSOLIDADAS CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Provisões para Contingências

A BrT é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes da condução normal dos seus negócios, incluindo processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas. A BrT classifica as eventuais contingências decorrentes de processos administrativos e ações judiciais contra a mesma em três categorias, conforme o grau de risco de perda nos mesmos: remoto, possível e provável. As ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como remoto são aquelas que envolvem forte grau de certeza quanto a não condenação da BrT. As ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como possível são aquelas que envolvem certo grau de possibilidade de perda por parte da BrT. Já as ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como provável são aquelas em que existe forte expectativa de perda por parte da BrT.

A BrT somente provisiona os valores de contingências relacionados às demandas judiciais e processos administrativos classificados como sendo de risco provável, segundo o critério acima. As avaliações sobre o grau de risco em ações judiciais e processos administrativos que a BrT é parte são feitas com base, na maioria das vezes, na opinião dos advogados externos responsáveis pelos casos, sendo tais avaliações efetuadas a partir da análise dos precedentes jurisprudenciais aplicáveis a cada caso e dos fundamentos de fato e de direito alegados pelas partes.

A composição (i) das provisões e (ii) dos depósitos judiciais vinculados por natureza da demanda (trabalhista, tributária e cível), em 31 de dezembro de 2008 (consolidado) para contingências da BrT Part é a seguinte:

(Valores em R\$ milhões)

CONSOLIDADO		
Natureza	2008	2007
Provisões	1.453,036	1.193,554
Trabalhista	426,904	421,759
Tributária	273,606	372,896
Cível	752,526	398,899
Depósitos Judiciais Vinculados	(520,412)	(295,843)
Trabalhista	(213,028)	(220,679)
Tributária	(21,753)	(22,046)
Cível	(285,631)	(53,118)
Total das Provisões, líquidas de Depósitos Judiciais	932,624	897,711
Circulante	218,510	197,472
Longo Prazo	714,114	700,239

PROCEDIMENTOS LEGAIS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AÇÕES JUDICIAIS

Cisão da Telebrás

A legalidade da cisão e privatização da Telebrás foi contestada em inúmeros processos judiciais, a grande maioria dos quais estão no momento arquivados. Alguns poucos, entretanto, ainda estão pendentes. A BrT acredita que a resolução final destes processos não terá efeito adverso que impacte significativamente seu negócio, resultados operacionais e sua condição financeira.

A BrT é parte integrante em certos processos judiciais que surgem no decorrer dos negócios incluindo ações cíveis, administrativas, fiscais, trabalhistas e relacionadas à previdência social. A BrT provisiona ou deposita em juízo os valores para cobrir suas perdas estimadas causadas por sentenças judiciais adversas. A BrT acredita que tais ações, caso decididas contrariamente aos seus interesses, não teriam efeito adverso relevante sobre seus negócios ou condição financeira.

A Telebrás, predecessora legal da BrT, é ré em diversos processos judiciais e está sujeita a certas outras reivindicações e contingências. Pelos termos da cisão da Telebrás, a responsabilidade por quaisquer reivindicações advindas de atos cometidos pela Telebrás antes da data de vigência da cisão da Telebrás permanece com a Telebrás, exceto as causas trabalhistas e tributárias (nas quais a Telebrás, a BrT e as Sociedades Operadoras do Sistema Telebrás são solidariamente responsáveis, por força de lei) e dos passivos cujas correspondentes provisões contábeis foram transferidas para a BrT ou para uma das Novas Empresas Controladoras. A administração da BrT acredita que as chances de alguma destas reclamações se materializem e terem algum efeito financeiro adverso relevante sobre a BrT são remotas.

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2008, a BrT (consolidado) tinha provisões de aproximadamente R\$426,9 milhões do passivo contingente para ações judiciais trabalhistas, classificadas como de risco “provável”. Em 31 de dezembro de 2008, o valor envolvido nas ações judiciais trabalhistas em que o risco de perda foi considerado “possível” totalizou aproximadamente R\$634,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2008, a BrT estava envolvida em aproximadamente 15.663 ações trabalhistas, sendo que 7.216 são ações contra a CRT. O valor total estimado nessas ações é de aproximadamente R\$ 1.485,0 milhões.

O objeto da maioria das ações trabalhistas em trâmite diz respeito a plano de bônus por desempenho; promoções de empregados; diferenças salariais e reflexos; adicional de periculosidade; horas extras; responsabilidade subsidiária; produtividade; reconhecimento de relação empregatícia; reintegração; programa de demissão voluntária complemento de multa FGTS decorrente de expurgos inflacionários.

Como sucessora da Telepar, a BrT é ré na ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Curitiba, por força do processo de reestruturação organizacional, no qual 648 empregados com idade média de 40 anos e mais de 20 anos de trabalho na BrT foram demitidos. Em 2001, na primeira instância, foi deferido o pedido liminar de reintegração dos empregados demitidos, mas a decisão foi posteriormente cassada. A ação civil pública foi julgada improcedente, contudo, o recurso interposto pelo Procurador do Trabalho foi parcialmente provido, tendo o acórdão proferido determinado a readmissão dos empregados. As partes interpuseram recurso de revista perante o Tribunal Superior do Trabalho (o “TST”) e este ordenou a competência da decisão para o Tribunal Regional do Trabalho para avaliação do caso. O TRT confirmou a readmissão dos empregados e a BrT apelou para o Supremo Tribunal Federal, cuja decisão está sendo aguardada.

Em 1984, 1.478 empregados interpuseram reclamação trabalhista em face da BrT, como sucessora da Telesc, requerendo o pagamento de diferenças salariais devido ao não cumprimento das “Normas Internas da Empresa”, que estabeleciam critérios de promoção por antiguidade. Em 1998, a ação foi julgada procedente, tendo sido determinado o pagamento de diferenças salariais. Desde o julgamento as partes vêm discutindo os valores envolvidos na ação. Com vistas a determinar os valores envolvidos, um recurso específico foi interposto perante o TRT, o qual determinou a exclusão dos empregados demitidos após outubro de 1976 (que representavam 624 empregados), restando, portanto, apenas 818 empregados envolvidos na reclamação. Até dezembro de 2006, a BrT havia firmado acordo com 634 empregados no valor de aproximadamente R\$63,6 milhões (incluindo impostos e contribuições sociais). Estima-se um custo adicional de aproximadamente R\$19,2 milhões tendo em vista que alguns reclamantes não manifestaram interesse em realizar acordos.

Em 1984, 1.480 empregados propuseram reclamação trabalhista em face da Telesc, sucedida pela BrT, requerendo o pagamento de diferenças da participação nos lucros em vigor desde 1970 e que foi suprimida naquele ano. A reclamação trabalhista foi julgada improcedente em 1985. Os empregados interpuseram recurso ordinário perante o TRT, o qual foi acolhido, modificando a decisão de primeira instância e determinando o pagamento da participação nos lucros. Todavia, apenas 1096 empregados foram legitimados a receber tal compensação, sendo que após a exclusão de outros oito empregados, restavam 1.088 reclamantes. A Telesc interpôs recurso de revista perante o TST e também recurso extraordinário perante o STF, porém a decisão proferida pelo TRT foi confirmada. Em 1990, foi firmado um acordo com os empregados a fim de pagar a participação sobre os lucros. Em 1995, foi publicada a Resolução Governamental nº 10, que estabeleceu uma nova forma para cálculo de participação nos lucros, menos favorável aos empregados do que o acordo. Como consequência, a Telesc não pagou a participação sobre os lucros conforme o acordado, tendo efetuado pagamento nos termos estabelecidos na Resolução. Em 1997, o sindicato da categoria e parte dos empregados requereram a reabertura da reclamação trabalhista a fim de executar o pagamento das diferenças da participação nos lucros. Em primeira instância a Justiça do Trabalho não acolheu a pretensão. Entretanto, o TRT acolheu a pretensão dos empregados. Em 1998, a Telesc interpôs recurso de revista, o qual foi denegado pelo TST. Apesar de diversos recursos, a reclamação trabalhista foi mantida. Até 31 de dezembro de 2007, a BrT havia realizado acordo com 1057 reclamantes por um valor total de R\$50 milhões. A provisão para pagamento aos demais reclamantes é de R\$3,8 milhões.



Processos Tributários

Aplicação do ICMS na Habilitação de Linhas Telefônicas de Celular e Outras Tarifas

Em junho de 1998, os governos de determinados estados brasileiros aprovaram um acordo ("Convênio nº 69/98"), interpretando a lei tributária brasileira existente, para estender a aplicação do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) vigente a partir de 1º de julho de 1998, a certos serviços, incluindo serviços de habilitação de linhas telefônicas e instalação, sobre os quais o ICMS não havia sido aplicado anteriormente.

As autoridades tributárias administrativas do Distrito Federal e dos Estados de Santa Catarina, Tocantins e Rio Grande do Sul autuaram a BrT em relação a esta questão, relativo ao período de cinco anos anteriores a 30 de junho de 1998 com base no Convênio nº 69/98. Entretanto, a BrT obteve decisões favoráveis junto ao STJ confirmando que o ICMS não pode ser retroativamente aplicado aos serviços prestados durante período anterior ao Convênio nº 69/98 (30 de junho de 1998).

Com relação ao recolhimento do ICMS após 1º de julho de 1998, a BrT ingressou com diversas ações declaratórias para evitar o pagamento desse imposto, valendo-se do depósito judicial para suspender a exigibilidade do crédito tributário respectivo. A BrT logrou êxito nas ações intentadas contra os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul, tendo essas decisões favoráveis (reconhecendo a ilegalidade da cobrança) transitado em julgado, possibilitando a reversão de R\$ 295 milhões. Aguarda-se a decisão final nos processos intentados contra os Estados do Acre, Tocantins, Mato Grosso e Santa Catarina. Em dezembro de 2008, a BrT contabiliza depósito judicial no valor de R\$147,8 milhões.

ISS Aplicado aos Serviços de Valor Adicionado de Telecomunicação

Vários governos municipais autuaram a BrT, a fim de cobrar o ISS sobre os serviços auxiliares de telecomunicações, tais como identificadores de chamadas, despertador, secretária eletrônica e serviços similares. Em 31 de dezembro de 2008, o valor dessa contingência correspondia a aproximadamente R\$61,7 milhões. A probabilidade de perda desses demandas é possível e, conseqüentemente, a Emissora não efetuou provisão. Os casos que a administração da Emissora entende que suas chances de sucesso são remotas totalizam R\$1,7 milhão.

Aproveitamento de créditos de ICMS

As Secretarias de Fazenda de determinados Estados autuaram a BrT acerca aproveitamento de determinados créditos do ICMS, principalmente relacionados a: (i) incidência do ICMS na aquisição de equipamentos; e (ii) reversão dos débitos contabilizados quando prestou serviços de comunicação. Em dezembro de 2008, a contingência da BrT é de R\$9,35 milhões, avaliada como de risco possível. A parte provisionada do débito, classificada como de perda provável, é de R\$23,2 milhões.

ICMS – Energia Elétrica

As Secretarias de Fazenda de determinados Estados autuaram a BrT acerca da utilização de créditos de ICMS para a compra de energia elétrica. A BrT obteve decisões favoráveis nas justiças estaduais, pendentes ainda decisões dos tribunais superiores sobre a matéria. Em dezembro de 2008, a contingência da BrT é de R\$254,7 milhões, classificada como de risco possível. A parte provisionada do débito, classificada como perda provável, é de R\$75,05 milhões.

ICMS – Estorno de Débitos

As Secretarias de Fazenda de determinados Estados autuaram a BrT acerca do aproveitamento de créditos de ICMS para o estorno de débito decorrente de faturamento indevido. A BrT apresentou defesas administrativas contra essas autuações mas ainda não houve solução para o caso. Em dezembro de 2008, a contingência da BrT é de R\$41,3 milhões, classificada como de risco possível. A parte provisionada do débito, classificada como de perda provável é de R\$14,08 milhões.



ICMS Aplicado aos Serviços Internacionais de Telecomunicação

As Secretarias de Fazenda de determinados Estados autuaram a BrT, a fim de cobrar o ICMS sobre as chamadas telefônicas internacionais por entenderem que as chamadas telefônicas internacionais são serviços prestados no Brasil e sujeitos ao ICMS, uma vez que a solicitação e o pagamento dos serviços são realizados no Brasil. A BrT apresentou defesas administrativas contra estas autuações. Em dezembro de 2008, a BrT classificou R\$21,8 milhões como risco possível. A parte do débito classificada como perda provável é de R\$5,17 milhões.

ICMS – EILD e Serviços de Telecomunicações de Órgãos Públicos

As Secretarias de Fazenda de determinados Estados autuaram a BrT, a fim de cobrar o ICMS sobre EILD e serviços de telecomunicações a órgãos públicos. De acordo com a legislação tributária brasileira, nessas operações não incidem ICMS. No entanto, a discussão nesse caso se refere a documentos e sistemas que demonstrem: (i) que a companhia prestou o serviço de EILD às empresas listadas no Anexo Único do Convênio ICMS 126/98, e (ii) que os serviços de telecomunicações foram prestados a órgãos públicos. Em dezembro de 2008, a contingência da BrT é de R\$198,9 milhões, classificada como de risco possível. A parte provisionada do débito, classificada como de perda provável, é de R\$42,5 milhões.

ICMS – Aquisição de bens de Outros Estados

As Secretarias de Fazenda de determinados Estados autuaram a BrT, a fim de cobrar o diferencial de alíquota do ICMS decorrente da aquisição de bens oriundos de outros estados da Federação. A BrT questionou judicialmente a lei estadual impositora de tal obrigação, pretendendo a declaração de inconstitucionalidade dessa cobrança. Em dezembro de 2008, a contingência da BrT relacionada a esse objeto é de R\$62,9 milhões, classificada como de risco possível.

ICMS – Vendas de Cartões Pré-pagos

As Secretarias de Fazenda de determinados estados autuaram a BrT, a fim de cobrar o ICMS incidente sobre a venda de cartões pré-pagos. Em dezembro de 2008, a contingência da BrT relacionada ao assunto é de R\$30,16 milhões, classificada como de risco possível. A BrT não efetuou provisionamento desse valor em suas demonstrações financeiras.

INSS Aplicado a Várias Questões

O Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS autuou a BrT com a finalidade de exigir o recolhimento de contribuição previdenciária sobre diversas verbas pagas pela BrT a seus empregados que, no entender da BrT, não teriam natureza jurídica de salário e, portanto, não deveriam compor a base de cálculo das contribuições previdenciárias e de terceiros.

A BrT apresentou defesas em face de todas as autuações. Em dezembro de 2008, o valor envolvido total destes processos era de aproximadamente R\$272,8 milhões, dos quais R\$26,9 milhões encontram-se provisionados no balanço da BrT como perda provável. Os consultores jurídicos da BrT entendem que, em relação aos débitos para os quais não foi constituída provisão, a possibilidade de sucesso é possível no âmbito judicial.

PIS e COFINS transferidos aos usuários dos serviços de telecomunicação

A BrT é ré em diversas ações civis pública movida pelo Ministério Público Federal e pela ANDEC (“Associação Nacional de Defesa dos Consumidores de Cartão de Crédito”), os quais pleiteiam suspender a transferência dos custos do PIS/COFINS aos usuários dos serviços de telecomunicação. A BrT apresentou defesas contra tais ações. Em dezembro de 2008, o valor envolvido neste processo judicial, classificado como perda possível, é de aproximadamente R\$37,5 milhões.



CSLL e IRPJ

A SRF autuou a BrT visando à cobrança de CSLL e IRPJ sobre fatos geradores. Em dezembro de 2008, a contingência da BrT relacionada aos tributos é de R\$174,54 milhões, classificada como de risco possível. A parte provisionada do débito, classificada como de perda provável, é de R\$25,6 milhões.

FUST

A BrT ajuizou ação, juntamente com outras empresas de telecomunicações, questionando a alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela Súmula nº 7, de dezembro de 2005, da ANATEL (que vedou a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente). A referida ação teve o valor de R\$109,9 milhões estimado em dezembro de 2008, tendo sido provisionado R\$3,4 milhões como perda provável.

REFIS

Em novembro de 2000, a BrT aderiu ao programa REFIS para regularizar seus débitos relacionados aos tributos administrados pela Receita Federal e pelo INSS, no valor de R\$75 milhões. Em dezembro de 2006, o extrato da conta REFIS da BrT produzido pela Secretaria da Receita Federal foi liquidado. No entanto, a Receita Federal não aceitou a compensação de créditos fiscais que a BrT utilizou para compensar com o montante do débito inscrito no REFIS. Dessa forma, até que a Secretaria da Receita Federal ratifique integralmente a compensação dos créditos indicados, a BrT continuará a provisionar R\$13 milhões como risco de perda provável.

PAES

Em 2004, a BrT apresentou requerimento de inclusão de alguns débitos fiscais no PAES e iniciou os pagamentos. A Secretaria de Receita Federal questionou o valor de R\$73,4 milhões que foi incluído no PAES, no entanto, o parcelamento foi liquidado pela empresa em fevereiro de 2007. A BrT entende que o risco de perda sobre o questionamento da receita é remoto.

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2008, o passivo contingente dos processos judiciais cíveis classificados como risco “provável” totalizava aproximadamente R\$752,5 milhões, 88,7% sobre o montante de R\$398,8 milhões provisionados em 31 de dezembro de 2007. O aumento no número dessas provisões é devido basicamente a: (i) correção monetária; (ii) novas ações judiciais protocoladas contra a BrT; (iii) reavaliação do risco de perda e (iv) acordos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2008, o passivo contingente dos processos judiciais cíveis classificados como risco “possível” totalizava aproximadamente R\$1.221,0 milhões, 8,1% sobre o montante de R\$1.129,1 milhões provisionados em 31 de dezembro de 2007. O aumento no número dessas provisões é devido basicamente a: (i) correção monetária; (ii) novas ações judiciais protocoladas contra a BrT; e (iii) reavaliação do risco de perda.

A BrT sucedeu a CRT em diversas ações judiciais ligadas ao processo de privatização da CRT. As ações judiciais protocoladas em 1998 e 1999 alegavam (i) erro na venda do capital da CRT; (ii) ilegalidade do Edital de licitação nº 04/98; (iii) erro de cálculo no número de ações oferecidas; (iv) vícios nas Assembléias Gerais e aprovação de venda de ações e (v) erros de avaliação das ações. Nessas ações os pedidos liminares foram indeferidos, permitindo-se o prosseguimento do processo de privatização e a conseqüente venda da companhia, seguida de sua incorporação na BrT. Atualmente, aguarda-se decisão sobre o mérito em poucas ações; em outras, inclusive com trânsito em julgado favorável à BrT, o mérito já foi enfrentado. A BrT classifica o risco de perda destas ações como remoto, no montante de R\$1,3 milhão.



A BrT, na qualidade de sucessora da CRT, é ré em diversas ações judiciais movidas por assinantes de linhas telefônicas em diversas comarcas do Estado do Rio Grande do Sul, pleiteando a subscrição da diferença do número de ações a que teriam direito em razão dos contratos de participação financeira celebrados com a BrT sob a égide da Portaria 1.361/76, editada pelo Ministério das Comunicações, ou a indenização no valor equivalente às referidas ações, alegando que as ações que lhes foram subscritas foram entregues sem que se considerasse a correção do valor pago pelas linhas telefônicas adquiridas. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul tem firmado posição quanto à incorreção do procedimento adotado pela CRT nos processos de emissão de ações oriundas dos programas comunitários de telefonia, relativos à Portaria 1.361/76 editada pelo Ministério das Comunicações, reconhecendo como abusivo o prazo de doze meses para subscrição em período de elevada taxa inflacionária, sem, todavia, enfrentar a questão societária argüida pela BrT, qual seja, que a relação sub judice versa sobre matéria de natureza financeira e societária, hipótese em que não se aplicaria o Código de Defesa do Consumidor e, por consequência, estar-se-ia diante da prescrição de volume substancial dos pedidos. Assim, nas ações judiciais relativas à Portaria 1.361/76, a BrT vem sendo condenada a subscrever ações em favor dos assinantes.

Até o momento, a BrT foi condenada a indenizar em dinheiro os autores das ações pelos danos apurados nas ações já julgadas. Tais ações judiciais encontram-se em diversas fases: 1ª instância, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2008, o valor total dessas ações envolvendo a filial da BrT no Rio Grande do Sul era de R\$583,5 milhões, dos quais R\$260,6 milhões foram provisionados no balanço por terem sido classificados como perda provável.

Ainda como sucessora da CRT, a BrT foi ré na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul contra a CRT, requerendo o bloqueio geral das linhas telefônicas residenciais para utilização dos serviços telefônicos 900/0900, bem como a indenização dos valores eventualmente pagos pelos clientes, como resultado das alegações de práticas comerciais abusivas em relação aos referidos serviços. Nesta ação, foi proferida sentença desfavorável à BrT, proibindo a mesma de oferecer os serviços telefônicos 0900/900 e de desconectar os clientes pelo não-pagamento de algum serviço 0900/900 incorrido antes da data da sentença. Porém, a sentença não acolheu o pedido de indenização. As partes interpuseram apelações contra a decisão de primeira instância, tendo sido a da BrT parcialmente provida para reduzir o valor da multa diária devida pelo eventual descumprimento da sentença e a do Ministério Público desprovida. Tal ação transitou em julgado. Os clientes que quiserem recuperar os valores eventualmente pagos terão que ajuizar suas próprias ações, separadamente. A responsabilidade final da BrT dependerá de quantos de seus clientes irão ingressar e obter êxito nas referidas ações. Apesar da decisão desfavorável na ação civil pública, não é possível avaliar as contingências relativas a essa matéria.

Splice do Brasil – Telecomunicações e Eletrodomésticos Ltda.

A Splice do Brasil – Telecomunicações e Eletrodomésticos Ltda. moveu ação de cobrança em face da BrT objetivando o recebimento de valores correspondentes ao período do congelamento de preços, fixado pela Lei 8.030/90, mediante a aplicação integral dos critérios de reajuste estabelecidos nas cláusulas do contrato firmado com a Telepar. A ação foi julgada favoravelmente à autora, Splice do Brasil. A BrT apelou da decisão e apresentou como garantia uma área localizada no Paraná. A execução prossegue com perícia, ainda em aberto. Em dezembro de 2008, foi contingenciado internamente o valor de R\$55,8 milhões como risco de perda provável.

Programa Comunitário de Telefonia - PCT – Telems

A BrT, na qualidade de sucessora da Telems, é ré em diversas ações judiciais que versam sobre controvérsias na implementação do Programa Comunitário de Telefonia (PCT) no Estado do Mato Grosso do Sul. O PCT consistia em uma modalidade de financiamento para implantação e/ou expansão de linhas telefônicas nos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Mato Grosso. Na maior parte destas ações judiciais, é requerido o recebimento de ações de emissão da empresa prestadora de serviço telefônico, bem como o pagamento de indenizações e de dividendos a título de retorno do investimento que os consumidores teriam realizado para a instalação de linhas telefônicas no âmbito do programa citado, com a Telems, Telegoias e Telemar.



Do total das demandas relacionadas a esta questão, encontra-se classificado, com base em dezembro de 2008, o valor de R\$85,6 milhões, como risco de perda possível, e R\$46,2 milhões, provisionados como risco de perda provável. A BrT registrou um fundo de R\$8,0 milhões em recursos capitalizáveis para aumento de capital destinado à emissão de ações, que serão conferidas aos demandantes em caso de perda das demandas. Para as ações relacionadas aos clientes da Telegoiás e da Telemat, a BrT reservou R\$24,4 milhões como risco de perda provável e R\$308,9 mil como risco de perda possível.

Importante destacar que conforme consta da cisão da Telebrás, realizada em 28 de fevereiro de 1998, as obrigações de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, às de natureza trabalhista, previdenciária, civil, tributária, ambiental e comercial, referentes a atos praticados ou fatos geradores ocorridos até a data da aprovação da cisão parcial permanecerão de responsabilidade exclusiva da Telebrás, com exceção das contingências passivas cujas provisões tenham sido expressamente consignadas nos documentos anexos ao laudo de avaliação.

Catálogos Telefônicos

A BrT é ré em 18 ações civis públicas propostas pela procuradoria federal exigindo a publicação e entrega da listas gratuitas para seus usuários, das quais realizou acordo em 11 em 19 de dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2008, foram reservados R\$5,3 milhões no balanço contra perdas relativas a tais ações.

Lojas

A BrT é ré em 39 ações civis públicas propostas pela procuradoria federal e por diversos órgãos consumeristas exigindo a reabertura de lojas de atendimento ao consumidor. A BrT perdeu em 1ª instância em 24 dessas ações, das quais houve apelação. A BrT reservou R\$17,9 milhões no balanço contra perdas relativas a tais ações.

Ações judiciais sobre cobrança da tarifa de assinatura

A BrT é ré em diversas ações, individuais e coletivas, que contestam a legalidade da cobrança da assinatura básica pelo serviço de telefonia fixa. Houve suspensão de todas as ações durante o conflito de competência interposto pela ANATEL no SCJ, no qual a BrT protocolou petição. Como resultado todas as decisões preliminares e finais sobre a tarifa de assinatura básica estavam suspensas. No entanto, o conflito de competência foi finalizado e as ações retomaram o seu curso. Há 66.769 ações sobre assinatura básica mensal. Dessas ações, apenas 15.674 tiveram decisões favoráveis à suspensão temporária da assinatura básica. A Primeira Seção do STJ vem decidindo pela legalidade da cobrança da tarifa de assinatura básica mensal.

Ações Judiciais de Indenização

Procedimentos contra os Ex-administradores da BrT

Os antigos administradores da BrT Part e da BrT promoveram investigações internas sobre negócios e operações dos ex-administradores indicados pelo Opportunity, tendo identificado atos de gestão com fundados indícios de abuso de poder de controle, quebra de deveres fiduciários, conflito de interesses, violação da lei e do estatuto social.

Nesse sentido, e segundo comunicado divulgado em dezembro de 2005, a BrT Part e a BrT promoveram uma representação perante a CVM em face dos seus ex-administradores, Opportunity Fund e demais pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, de qualquer forma ligadas aos primeiros, que tenham concorrido ou de qualquer forma participado ou se beneficiado dos atos denunciados.

Em março de 2006, uma nova representação, em aditamento àquela inicial, foi submetida à CVM, à luz de novos atos de gestão identificados.



Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da BrT e da BrT Part realizadas em 28 de abril de 2006, foi aprovada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a propositura de ações de responsabilidade civil contra ex-administradores dessas companhias indicados pelo Grupo Opportunity.

No que se refere à compra de todas as ações da Invitel e das ações das afiliadas da BrT de propriedade dos acionistas da Invitel, realizada em abril de 2008, pelo Credit Suisse, como agente da Emissora, foi firmado Instrumento Público de Transação, Renúncia e Acordo, entre as partes para o encerramento de todas as ações em curso envolvendo as mesmas partes por um valor global de R\$175,5 milhões.

No dia 25 de abril de 2008, BrT, BrT Part e suas afiliadas, Opportunity Fund e demais partes Opportunity/Banco Opportunity celebraram, em conjunto com a Emissora, um Instrumento Público de Renúncia, Transação e Quitação, pelo qual as partes BrT, BrT Part e Opportunity estabeleceram os termos e condições para pôr fim aos litígios e prevenir a instauração de novos.

Ações Relativas ao Trust

Em setembro de 2003, a administração da BrT na época firmou o acordo intitulado *Irrevocable Trust Agreement and Declaration* (Trust), para o benefício da BrT, e transferiu ao Trust os direitos descritos em algumas das ações mencionadas nas demonstrações financeiras da BrT em outros que podem ainda ser arquivados com relação às mesmas questões gerais. Por meio da execução do Trust, o Sr. Roberto Mangabeira Unger (o agente de Trust) tornou-se responsável pela condução desses processos, no tribunal e fora dele, da maneira que mais se adequar aos interesses de da BrT, na qualidade de única beneficiária do Trust.

Em setembro de 2004, a Superintendência de Relações com Empresas - SEP (uma das divisões da CVM) decidiu a favor de da BrT e da BrT Part, reconhecendo a efetividade do Trust no Brasil. Para maior conhecimento, a decisão, no entanto, está aguardando uma apelação apresentada pelos autores ao Conselho de Administração da CVM.

Em julho de 2006, a BrT protocolou um processo na *Probate Court of the Commonwealth of Massachusetts*, EUA (relativa ao Trust Irrevogável da BrT), solicitando ao tribunal a nomeação do Professor Claudio M. Considera no lugar de Roberto M. Unger como agente do Trust Irrevogável da BrT S.A. Esse Trust contém algumas condições da ação mantida pela BrT nos tribunais do Brasil, mas é governado pela legislação de Massachusetts. A CVC/Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. se opôs à solicitação da BrT, visto que atualmente cabe a essa companhia, de acordo com o Trust, nomear o agente de Trust sucessor de Roberto M. Unger.

Em março de 2007, a BrT protocolou uma segunda ação na *Probate Court of the Commonwealth of Massachusetts*, EUA (BrT contra a Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. e Roberto Mangabeira Unger). Essa ação, que foi consolidada com a ação anterior e pleiteia a declaração da autoridade da BrT para alterar unilateralmente o Trust para eliminar o direito do Opportunity de nomear o agente de Trust sucessor, ou como outra opção, reformar o Trust com esse efeito. O Sr. Unger protocolou contestação e a BrT protocolou recurso buscando obter permissão para reafirmar determinadas queixas contra o Sr. Unger.

Com o acordo firmado no dia 25 de abril de 2008 entre BrT, BrT Part e suas afiliadas, Opportunity Fund e demais partes Opportunity/Banco Opportunity, em conjunto com a Emissora, todas as ações judiciais do Trust foram encerradas.

Com a renúncia do Sr. Mangabeira Unger, a BrT indicou, em 28 de agosto de 2008, Filipe Laudo de Camargo como o novo *Trustee*. Hoje, o Trust encontra-se em fase de encerramento.



Processos Administrativos

Processos Antitruste - CADE

O provedor Terra Networks, em 2005, apresentou reclamação junto à SDE contra a BrT por suposta prática considerada como anticompetitiva no segmento de (i) conexão e (ii) provimento de acesso à internet Banda Larga ADSL na Região II. Das acusações feitas preliminarmente pelo provedor, apenas persistiu a análise do *call center* do serviço banda larga e dos distribuidores terceirizados. A respectiva defesa foi apresentada no sentido de refutar as acusações feitas, pois a BrT entende que possui conduta isonômica no provimento do serviço. Até o momento não foi emitida qualquer decisão nem tampouco parecer pelos órgãos antitruste sobre o tema. Apesar de entender que tais processos são infundados, uma decisão do CADE pode resultar na aplicação de multa no valor percentual bruto entre 1 e 30% da receita anual da BrT, relativa ao período imediatamente anterior à instauração do processo administrativo.

Processos perante a ANATEL

A BrT é parte em processos administrativos perante a ANATEL, em decorrência de fiscalização da Agência, denúncias, reclamações administrativas e processos de apuração por descumprimento de obrigações – PADOs. A BrT é parte em aproximadamente 1.600 PADOs, cujos riscos são classificados como (i) prováveis cujos valores provisionados atingem R\$149,1 milhões; e (ii) possíveis, cujos valores atingem R\$162,6 milhões.

Dentre os processos administrativos de maior relevância, a BrT pode destacar, exemplificativamente, os seguintes objetos:

- cumprimento ao termo de ajustamento de conduta, em que a BrT se comprometeu a instalar postos de atendimento de usuários em aproximadamente 2.000 localidades em sua área de operação. O processo administrativo ainda está sob análise da ANATEL. A auditoria externa realizada na BrT demonstra seu cumprimento das normas de compromisso, o que deverá reduzir as sanções impostas à BrT;
- cumprimento do PGMU com relação à instalação de acesso individual. Nesse caso, a BrT também acredita na possibilidade de redução das multas, considerando que as localizações para a instalação do acesso individual consistem em áreas ocupadas ilegalmente e, portanto, não eram consideradas urbanas; e
- cumprimento de normas da ANATEL quanto à assistência técnica a usuários da rede de internet sem fio, especialmente no que se refere às irregularidades nos procedimentos de cobrança, anulação de contratos de prestação de serviço, entre outros.

Caso a ANATEL mantenha a imposição das multas ao final dos processos administrativos, o que conflita com outras leis federais e princípios legais, como o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, a BrT poderá levar os casos ao judiciário para discutir as matérias.



RESPONSABILIDADE SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Oi FUTURO

O Oi Futuro é uma instituição sem fins lucrativos que organiza as atividades da Emissora de responsabilidade social, incluindo projetos sociais que patrocinam educação, tecnologia (jogos, internet, rede e linguagem tecnológica), informática, esportes e cultura. O objetivo do Oi Futuro é contribuir para uma sociedade melhor, utilizando novas informações tecnológicas e comunicações como ferramentas para promover transformações sociais e desenvolvimento humano.

Aproximadamente quatro milhões de pessoas de 16 estados da Região I se beneficiam desses programas, incluindo programas denominados *Tonomundo*, *Geração Oi*, *Oi Conecta*, *Oi Kabum!* Escola de Artes e Tecnologia, e os espaços culturais Oi Futuro nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Adicionalmente, o Instituto Oi Futuro apóia iniciativas sociais e culturais de outras organizações, tais como o projeto Novos Brasis e o gerenciamento do Programa Oi de Patrocínio Cultural, seguindo os mesmos padrões éticos que orientam o Instituto Oi Futuro.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam essa prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade, entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembléia Geral tem competência para deliberar sobre a: (i) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Emissora; (ii) fixação da remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora, assim como a dos membros do seu Conselho Fiscal; (iii) reforma do Estatuto Social; (iv) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Emissora, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (v) proposta apresentada pela administração ou diretoria, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e (viii) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- escolha do local para a realização da Assembléia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes;



- clara definição no Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração; e
- livre acesso às informações e instalações da Emissora pelos membros do seu Conselho de Administração.

Ainda, a Emissora e sua principal acionista, TNL, adotam práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como buscam garantir a ampla transparência de seus negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a SEC, CVM e BM&FBovespa; (v) Apresentações públicas; (vi) sua página na internet; e (vii) relações com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos gestores profissionais.

Em complemento, várias iniciativas foram adotadas a fim de aperfeiçoar as práticas de governança corporativa da Emissora, que incluem a adoção de (i) um Comitê de Governança, Divulgação e Sustentabilidade, composto por quatro diretores da TNL (Gestão de Riscos, Jurídico, Relações com Investidores e Controladoria), e subordinado ao Diretor Financeiro da TNL e da Emissora; (ii) um "Código de Conduta e Transparência para Divulgação e Uso de Informações e para Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Telemar Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A. e Telemar Norte Leste S.A."; (iii) políticas de transparência das informações das companhias; e (iv) um Código de Ética que reflete os princípios e valores organizacionais que devem orientar as atitudes e comportamentos, aplicado a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros comerciais.

Fortalecendo o modelo de Governança Corporativa, a Emissora possui a Certificação da Lei *Sarbanes-Oxley* desde 2006, demonstrando a conformidade e eficiência da sua estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. O atendimento às exigências trouxe benefícios para a Emissora, tais como, fortalecimento geral da sua estrutura de controles internos, solidificação dos fundamentos de gerenciamento de riscos e melhores práticas de governança corporativa, visando melhorar a percepção do mercado.

As Empresas Telemar têm como política buscar um relacionamento constante com investidores e analistas, realizando reuniões na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais ("Apimec") e teleconferências para a divulgação dos resultados da Emissora. Durante o ano, analistas e investidores são convidados a conhecer as instalações da Emissora, bem como a assistirem a palestras sobre os indicadores das Empresas Telemar.

A área de relações com investidores da Emissora envia periodicamente ao mercado informações eletrônicas contendo os fatos relevantes e a divulgação de resultados das Empresas Telemar. Além disso, informações sobre a Emissora são atualizadas diariamente em sua página na internet, garantindo acesso a todos os interessados. Tais medidas são tomadas vislumbrando o desenvolvimento de um contínuo e transparente relacionamento entre as Empresas Telemar e o mercado de capitais nacional e internacional.

Dessa maneira, a Emissora procura manter um consistente e proativo relacionamento com o mercado, buscando evitar que determinados grupos de pessoas tenham acesso seletivo ou privilegiado às suas informações, se empenhando em assegurar que a divulgação de suas informações seja feita de forma simultânea a todo o mercado.



SUSTENTABILIDADE

Pela primeira vez uma empresa de telecomunicações passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBovespa. A nova carteira, composta por 30 empresas, vigorará de 1º de dezembro de 2008 até 30 de novembro de 2009.

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Criado em 2005 pela BM&FBovespa, em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - FGV, o ISE é baseado no conceito internacional *Triple Bottom Line*, que avalia, de forma integrada, elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros. A esses princípios foram adicionados outros três indicadores: governança corporativa, características gerais e natureza do produto.

A Emissora promove a ética, a governança corporativa, a transparência e a responsabilidade sócio-ambiental junto a fornecedores, clientes, acionistas e comunidade, por meio dos compromissos de:

- promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável como investimento contínuo;
- ser ético e respeitar o consumidor, o cidadão e o meio ambiente na utilização da propaganda e marketing;
- definir e aplicar boas práticas de Governança Corporativa para honrar os compromissos com os acionistas;
- cumprir todos os requisitos legais vinculados ao seu negócio;
- proibir práticas de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho escravo, forçado ou obrigatório, discriminação e punições ilegais;
- utilizar água e energia de forma consciente com controle e gerenciamento, adotando medidas de substituição de equipamentos obsoletos para melhor aproveitamento dos recursos;
- reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos, sempre que possível;
- conscientizar colaboradores e parceiros sobre a importância das relações com o meio ambiente; e
- criar mecanismos para solução de conflito de interesses sem comprometer os interesses coletivos da sociedade.

Além de atuação preventiva nos processos que podem oferecer dano potencial à saúde e à segurança dos colaboradores, a Emissora vem implementando ações em diversas frentes, visando à eliminação de eventuais impactos ambientais decorrentes de sua atuação na prestação de serviços de telecomunicações.

Os equipamentos utilizados pela Emissora em seus diversos sistemas seguem normas e padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores, objetivando garantir a segurança dos níveis mínimos referentes à radiação eletromagnética não-ionizante para a população.

Adicionalmente, a Emissora implementou outras ações que refletem a sua responsabilidade ambiental, entre as quais: (i) medidas para diminuir o consumo de energia e água; (ii) coleta seletiva nos principais prédios; (iii) padronização das impressoras para impressão frente e verso; (iv) utilização de gás natural veicular – GNV em 25% da sua frota de veículos; e (v) sistemas para captação de águas pluviais.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXOS

Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamento

Anexo B – Ato Societário da Emissora Relativo à Emissão

Anexo C – Súmula de Classificação de Risco

Anexo D – Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

Anexo E – Demonstrações Financeiras da Emissora

Anexo F – Demonstrações Financeiras da BrT Part

Anexo G – Demonstrações Financeiras da Invitel

Anexo H – Demonstrações Financeiras Pro-Forma

Anexo I – Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO A

- Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



PRIMEIRO ADITAMENTO À
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA
QUARTA EMISSÃO DE TELEMAR NORTE LESTE S.A.

São partes nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

TELEMAR NORTE LESTE S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro 99, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.118/0001-79, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson 231, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.201.501/0001-61, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

CONSIDERANDO que:

- (A) em 23 de março de 2009, a Companhia e o Agente Fiduciário celebraram a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A." ("Escritura de Emissão Original");
- (B) conforme previsto na Escritura de Emissão Original, foi realizado o Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento (conforme definido abaixo), tendo sido definido que a primeira série será composta por até 964.409 (novecentas e sessenta e quatro mil, quatrocentas e nove) Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), a segunda série será composta por até 2.035.591 (dois milhões, trinta e cinco mil, quinhentas e noventa e uma) Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), e, portanto, o valor total da Oferta será de até R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo); e



- (C) as partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão Original para (i) refletir o resultado do Procedimento de Coletas de Intenções de Investimento; (ii) excluir, na Cláusula 4.1, a referência ao Prospecto; (iii) incluir o público alvo da Oferta; e (iv) refletir atualizações decorrentes de datas e eventos já ocorridos;

resolvem as partes aditar e consolidar a Escritura de Emissão Original, que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A." ("Escritura de Emissão"), passa a vigorar de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 23 de março de 2009.
- 1.2 A assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 23 de março de 2009 autorizou o conselho de administração da Companhia a (i) se necessário, deliberar ou alterar as matérias de que trata o artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404/76; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas não são de titularidade de Debenturistas outros que a Companhia.

2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* A ata da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 23 de março de 2009 foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 24 de março de 2009 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico" em 31 de março de 2009;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures;
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID") ("Convênio CVM-ANBID"); e
- V. *análise prévia pela ANBID.* A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBID, no âmbito do "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID") e do Convênio CVM-ANBID.
3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA
- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas; (ii) participação no capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações; (iii) constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iv) importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (v) prestação de serviços de assistência técnica a empresas de



telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (vi) atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vii) celebração, com aprovação do conselho de administração de contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (viii) outras atividades afins ou correlatas, que lhe forem atribuídas pela assembleia geral.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados para a quitação ou amortização de dívidas da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), sob o regime de melhores esforços, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A.", conforme aditado ("Contrato de Distribuição"), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"). É admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será mantida se forem colocadas, no mínimo, 200.000 (duzentas mil) Debêntures.
- 5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, no qual foi definida, com a Companhia, a quantidade de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série ("Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento"). O resultado do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento é ratificado por meio deste aditamento à Escritura de Emissão Original e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início").
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.

- 5.4 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.
- 5.5 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, observado o disposto na Cláusula 6.5.1 abaixo, sendo que:
- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a Data de Integralização; e
 - II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.
- 5.7 *Público Alvo.* O público alvo da Oferta, para distribuição primária, é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a quarta emissão de debêntures da Companhia, sendo a segunda emissão pública.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Oferta será de até R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 3.000.000 (três milhões) de Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures por série foi definida conforme o Procedimento de Coleta de



Intenções de Investimento, sendo que (i) a primeira série será composta por até 964.409 (novecentas e sessenta e quatro mil, quatrocentas e nove) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a segunda série será composta por até 2.035.591 (dois milhões, trinta e cinco mil, quinhentas e noventa e uma) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série").

- 6.5.1 A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.8 *Espécie e Limite de Emissão.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Tendo em vista que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social integralizado da Companhia é de R\$7.418.989.192,96 (sete bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), e que as Debêntures, somadas ao saldo devedor das debêntures da primeira e da segunda emissões da Companhia (sendo que as debêntures da terceira emissão da Companhia são da espécie subordinada e, portanto, nos termos do artigo 60, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, seu saldo devedor é excepcionado dos limites previstos no referido artigo), totalizam, em 31 dezembro de 2008, R\$5.290.702.021,83 (cinco bilhões, duzentos e noventa milhões, setecentos e dois mil, vinte e um reais e oitenta e três centavos), o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações está atendido.

- 6.9 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 6 de abril de 2009 ("Data de Emissão").
- 6.10 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2011 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 6 de abril de 2012 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").
- 6.11 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.12 *Remuneração.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.
- 6.12.1 *Remuneração da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será integralmente paga na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série os titulares das Debêntures da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:
- $$JR = VN \times [FatorDI + 1], \text{ onde:}$$
- JR = valor da Remuneração da Primeira Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



VN = Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times S \right) \right]$$

, onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n ;

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro;

S = 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

O fator resultante da expressão $[1 + (\text{TDI}_k \times S)]$ é considerado com 16 (dezois) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (\text{TDI}_k \times S)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezois) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

6.12.2 *Remuneração da Segunda Série.* A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração da Segunda Série será integralmente paga na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série os titulares das Debêntures da Segunda Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$

JR = valor da Remuneração da Segunda Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times S \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{360}} - 1, \text{ onde:}$$



- $k =$ 1, 2, ..., n ;
- $DI_k =$ Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";
- $d_k =$ número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e
- $S =$ 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

6.12.3 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.12.4 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.12.4 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, automaticamente, em substituição à Taxa DI, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, será utilizada a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, com prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias ("Taxa SELIC"). A apuração da Taxa SELIC será calculada pela Companhia e

submetida, com a respectiva memória de cálculo, para apreciação do Agente Fiduciário, sendo que este terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar sobre a correção do cálculo.

- 6.13 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.14 *Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa.* A qualquer tempo a partir de 30 de outubro de 2009 (inclusive), e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.22 abaixo, de 15 (quinze) dias da data do evento, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar:
- I. o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou
 - II. uma ou mais amortizações antecipadas do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do valor correspondente a um percentual, definido a exclusivo critério da Companhia, do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, a ser amortizado, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo de prêmio ou penalidade de qualquer natureza.
- 6.15 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.16 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão,



independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

- 6.17 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.18 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA.
- 6.19 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.20 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.
- 6.21 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das Debêntures em

circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso I abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.21.3 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. não pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;
- II. pedido de autofalência ou decretação de falência da Companhia;
- III. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia;
- IV. liquidação ou dissolução da Companhia;
- V. transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada ou cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- VI. mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Companhia, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, que resulte na redução de classificação de risco da Companhia, atribuído atualmente pelas agências de classificação de risco em nível inferior à classificação em escala global, moeda local, "BB-" para Standard and Poor's, "BB" para a Fitch Ratings ou "Ba1" para Moody's, sendo que os fins do disposto neste inciso, a convocação das agências de classificação de risco, para que seja realizada a atualização da classificação de risco da Companhia, deverá ser feita no prazo de 10 (dez) dias contados da data de publicação do fato relevante sobre a alteração do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita a referida convocação, o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures;
- VII. descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;



- VIII. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Oferta, sem a observância de seus termos;
- IX. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à presente Oferta;
- X. vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia em valor superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos) ou cujos valores, no agregado, excedam a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valores esses convertidos com base na taxa de venda PTAX800 divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o índice que vier substituí-la, salvo se, exclusivamente no caso de inadimplemento, o mesmo for sanado em até 15 (quinze) dias contados da data de sua ocorrência;
- XI. falta de cumprimento por parte da Companhia, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Companhia de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XII. protesto de títulos contra a Companhia e que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pela Companhia, de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, cujos valores individuais sejam superiores a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ou cujos valores, no agregado, excedam a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valores estes calculados conforme o inciso X acima;
- XIII. ocorrência de qualquer sentença transitada em julgado, laudo arbitral, mandados de penhora ou processos semelhantes que versem sobre o pagamento em dinheiro de valor equivalente ou superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), valor este calculado conforme o inciso X acima, contra a Companhia ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com oferecimento de garantia ou caução em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento;
- XIV. (a) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pela Companhia, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da

Companhia; ou (b) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa ou cancelamento das concessões detidas pela Companhia, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Companhia, bem como o início de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas (a) ou (b) deste inciso, que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da Companhia previstas nesta Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Companhia tiver ciência da respectiva ocorrência; ou

XV. não observância pela Companhia dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), conforme apurados trimestralmente, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação à CVM das respectivas informações da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

- (a) relação entre Dívida Total da Companhia e EBITDA menor ou igual a 4,0 (quatro), no balanço patrimonial da Companhia (consolidado); ou
- (b) relação entre EBITDA e Serviço da Dívida maior ou igual a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos), no balanço patrimonial da Companhia (consolidado).

Para os fins deste inciso:

"Dívida Total" significa o endividamento oneroso total da Companhia;

"EBITDA" significa, para os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da Companhia, cada qual um "período contábil", o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado operacional para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio, quer seja: o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; e

"Serviço da Dívida" significa a soma dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa



e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Companhia, mas apenas registro contábil).

- 6.21.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.21 acima, incisos I a VI, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Companhia nesse sentido.
- 6.21.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.21.1 acima), o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação pela assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e pela assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, devendo o Agente Fiduciário, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.6 abaixo, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, decidirem por considerar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou, ainda, em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
- 6.21.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso (e, no caso da Cláusula 6.21 acima, inciso I, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data da declaração do

vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

- 6.22 *Publicidade.* Exceto o Anúncio de Início, o anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento"), o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.23 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Telemar Norte Leste S.A.
Rua Humberto de Campos 425, 7º andar
22430-190 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Tarso Rebello Dias
Telefone: (21) 3131-1276
Fac-símile: (21) 3131-1383
Correio Eletrônico: tarso@oi.net.br



II. para o Agente Fiduciário:

BNY Mellon Serviços Financeiros
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Pres. Juscelino Kubitschek 1455, 6º andar
04543-011 São Paulo, SP
At.: Sra. Soraya Lysenko
Telefone: (11) 3050-8370
Fac-símile: (11) 3050-8002
Correio Eletrônico: slysenko@bnymellon.com.br

6.23.1 O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar que o remetente de qualquer comunicação em nome de qualquer das partes é uma pessoa autorizada pelas mesmas. As partes, ao utilizarem fac-símile ou correio eletrônico, declaram ter ciência de que tais meios eletrônicos de comunicação não são totalmente seguros e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para o Agente Fiduciário mediante o uso desses meios eletrônicos de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.novaoi.com.br/ri):
 - (a) no prazo de até 1 (um) dia útil após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor;
 - (b) no prazo de até 1 (um) dia útil após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor;

- (c) nas mesmas situações previstas e nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), ou, caso ali não estiverem previstos quaisquer prazos, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que foram realizados, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como extratos de atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que forem disponibilizados por meio do Sistema IPE da CVM;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 1 (um) dia útil após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros;
- (b) no prazo de até 1 (um) dia útil após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social ou a data da efetiva divulgação das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros;
- (c) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) imediatamente após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento; e
- (e) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;

III. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos



anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;

- IV. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- V. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se a não manutenção de tais autorizações e licenças não afetar de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VIII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- IX. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar

imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

- X. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, inciso II;
- XI. aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 4 acima;
- XII. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.4 abaixo, inciso XIV; e
- XIII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia;
- XIV. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável; e
- XV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução



CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;

- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
 - IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
 - V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
 - VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
 - VII. verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
 - VIII. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
 - IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
 - XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.
- 8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá

comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;

- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.22 e 6.23 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e



- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:
- I. receberá uma remuneração (a) de R\$24.380,00 (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de assinatura desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes; (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
 - II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios. Neste sentido, desde que as despesas cujo valor individual seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) tenham sido previamente aprovadas pela Companhia nos termos do contrato de prestação de serviços e da proposta de remuneração celebrados entre a Companhia e o Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
 - (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;
 - (c) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis, que atendam a política da Companhia; e
 - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou

obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

- III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere os incisos I e II acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e
 - IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;



- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XI. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. convocar, conforme previsto na Cláusula 9.3 abaixo, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XIII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA, na data da realização da assembleia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;

- XIV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede dos Coordenadores;
- XVI. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.22 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a



BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

XVIII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA; e

XXI. fazer com que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso IX, e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.21 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 8.6 Observado o disposto nas Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.5 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.5 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e da maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.22 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série caberá aos Debenturistas da Primeira Série e aos Debenturistas da Segunda Série eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.



- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão.
- 9.7 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;

- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos") são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- VII. os Prospectos (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, de suas controladas, diretas e indiretas, e de suas coligadas e suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia, de suas controladas, diretas e indiretas, e de suas coligadas e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBID;
- VIII. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia, às suas controladas, diretas e indiretas, ou às suas coligadas ou às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração dos Prospectos seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Companhia em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;
- IX. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos exclusivamente em relação à Companhia, às suas controladas, diretas e indiretas, e às suas coligadas foram ou serão dadas de boa-fé,



consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;

- X. as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
 - XI. exceto conforme descrito nos Prospectos e exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
 - XII. exceto conforme descrito nos Prospectos e exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
 - XIII. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e
 - XIV. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM.
- 10.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário e seus diretores, executivos, agentes e empregados por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis)

diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário e seus diretores, executivos, agentes e empregados em razão (i) da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima, conforme apurados em sentença transitada em julgado; e (ii) do descumprimento, pela Companhia, de prestar ao Agente Fiduciário as informações a que se refere a Cláusula 7.1 acima, inciso II, alínea (d), desde que não tenha havido culpa ou dolo por parte do Agente Fiduciário.

- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos



artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2009.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

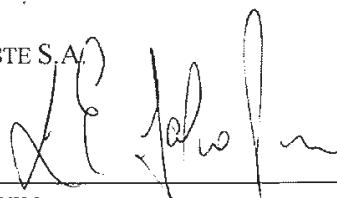
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A., celebrada em 17 de abril de 2009 entre Telemar Norte Leste S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 1/3.



TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Nome: **Julio César Pinto**
Cargo: **Diretor de Auditoria**




Nome:
Cargo: **Luiz Eduardo Falco**
Diretor Presidente





Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A., celebrada em 17 de abril de 2009 entre Telemar Norte Leste S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 2/3.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: MARIANA FIGUEIRA DE LUNA
Cargo: PROCURADORA

Nome:

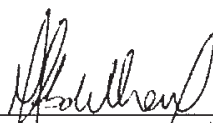
Cargo:

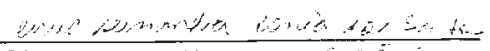
	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : TELEMAR NORTE LESTE S/A	
Nire : 33.3.0016258-0	
Protocolo : 00-2009/059429-0 - 17/04/2009	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2009, E O REGISTRO SOB O NÚMERO	
E DATA ABAIXO	
ED33000142-3/001	
DATA : 24/04/2009	
 Valéria A. A. Silva SECRETARIA GERAL	



Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A., celebrada em 17 de abril de 2009 entre Telemar Norte Leste S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:


Nome: MARCELA ABDELHAY
Id.: 41 633 420-2
CPF: 090.484.207-88


Nome: CARLOS ALESSANDRO CORRÊA DOS SANTOS
Id.: 020 179 723-5
CPF: 108 7 84 054-04

6/1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO B

- Ato Societário da Emissora Relativo à Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ/MF 33.000.118/0001-79
NIRE 33 300 152580
Companhia Aberta

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Telemar Norte Leste S.A., realizada no dia 23 de março de 2009, às 11:00 horas, lavrada na forma de sumário, conforme faculta o §1º do artigo 17 do Estatuto Social:

1. **Local, Data e Hora:** Realizada na sede social da Companhia, na Rua Humberto de Campos, nº. 425, 8º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, aos 23 dias do mês de março de 2009, às 11:00 horas.

2. **Ordem do Dia:** (i) Emissão, para subscrição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de até R\$3.000.000,00 (três bilhões de reais), em 2 (duas) séries; (ii) Delegação de poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre determinadas condições da referida emissão de debêntures, nos termos do artigo 59, §1º da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o cancelamento das debêntures que não vierem a ser colocadas durante o período de distribuição e/ou que forem adquiridas pela Companhia, e o cancelamento do saldo de debêntures emitidas anteriormente que não forem colocadas até a data de colocação das Debêntures da presente 4ª Emissão, em cumprimento ao disposto no §3º, do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) Autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas as medidas necessárias à emissão das debêntures, incluindo a contratação de instituições financeiras habilitadas a coordenar o processo de colocação pública dos referidos valores mobiliários e a contratação do Agente Fiduciário dos debenturistas.

3. **Convocação:** Edital publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas edições do dia 06 de março de 2009, página 26, dia 09 de março de 2009, página 14 e dia 10 de março de 2009, página 05, e no Jornal "Valor Econômico - Edição Nacional", nas edições do dia 06, 07 e 08 de março de 2009, página B6, dia 09 de março de 2009, página B6 e dia 10 de março de 2009, página D4, em conformidade com o artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.

4. **Presenças:** Acionistas da Companhia representando 97,47% do capital social com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Registrada, ainda, a presença dos Srs. Alex Waldemar Zornig, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, Bayard de Paoli Gontijo (Gerente de Operações Financeiras) e Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes (Diretora Jurídico Corporativo), representantes da Companhia.

5. **Mesa:** Presidente: a Sra. Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes, e Secretária a Sra. Letícia Torres Rosina.

6. **Deliberações:** Com relação à matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas representando mais de 97% (noventa e sete por cento) do capital social votante da Companhia presentes à Assembléia decidiram, por unanimidade, o que segue:

6.1 Aprovar a proposta de emissão, pela Telemar Norte Leste S.A., de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta",



respectivamente), com as seguintes características e condições: **1. VALOR DA EMISSÃO:** até R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais); **2. NÚMERO DE SÉRIES:** A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures em cada série será definida após e em virtude do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser organizado pelos Coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos ("Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento"), observado que o somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") não poderá exceder R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), na Data de Emissão, e nem 3.000.000 (três milhões) de Debêntures; **3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** R\$1.000,00 (mil reais), na D de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:** serão emitidas até 3.000.000 (três milhões) de Debêntures; **5. DATA DE EMISSÃO:** a data de emissão das Debêntures será o dia 6 de abril de 2009 ("Data de Emissão"); **6. COLOCAÇÃO:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), sob o regime de melhores esforços, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Quirográficas e Não Conversíveis, em Ações da Quarta Emissão de Telemar Norte Leste S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será mantida se forem colocadas, no mínimo, 200.000 (duzentas mil) Debêntures; **7. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; **8. CONVERSIBILIDADE:** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; **9. FORMA:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; **10. ESPÉCIE E LIMITE DA EMISSÃO:** As Debêntures serão da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, atendendo ao limite previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; **11. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:** O prazo de duração (a) das Debêntures da Primeira Série será de 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 30 de maio de 2011 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (b) das Debêntures da Segunda Série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 06 de abril de 2012 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, ("Data de Vencimento"); **12. PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO E DA REMUNERAÇÃO:** O Valor Nominal das Debêntures e a Remuneração serão pagos em 1 (uma) única parcela na respectiva Data de Vencimento; **13. REMUNERAÇÃO:** (a) As Debêntures da Primeira Série farão jus



à remuneração equivalente a 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Primeira Série"); e (b) As Debêntures da Segunda Série farão jus à remuneração equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Segunda Série") e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "Remuneração"; **14. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; **15. REPACTUAÇÃO:** Não haverá repactuação programada das Debêntures; **16. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir de 30 de outubro de 2009 (inclusive), e, com aviso prévio de 15 (quinze) dias da data do evento, realizar (a) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, e, o conseqüente cancelamento das Debêntures resgatadas, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, sem qualquer acréscimo, de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou (b) uma ou mais amortizações antecipadas do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, mediante o pagamento do valor correspondente a um percentual, definido a exclusivo critério da Companhia, do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, a ser amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento; **17. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e as Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação; **18. VENCIMENTO ANTECIPADO:** o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de hipóteses de vencimento a serem fixadas pela Diretoria, observando condições atualmente




existentes para empréstimos da Companhia; e **19. FINALIDADE:** obtenção de recursos para a amortização de dívidas vincendas da Companhia.


6.2 Delegar ao Conselho de Administração da Companhia, com referências às deliberações tomadas nesta Assembléia Geral Extraordinária, poderes para, independentemente de convocação e deliberação de nova Assembléia: (a) deliberar sobre as condições das Debêntures nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive, para modificar as deliberações tomadas pela presente; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; (iii) cancelar as Debêntures que vierem a ser adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas; e (iv) cancelar as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o período de distribuição e/ou que forem adquiridas pela Companhia, e o cancelamento do saldo de debêntures emitidas anteriormente que não forem colocadas até a data de colocação das Debêntures da presente 4ª Emissão, em cumprimento ao disposto no §3º, do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3 Autorizar a Diretoria da Companhia a (a) celebrar o aditamento à Escritura de Emissão que definirá a quantidade de Debêntures da 1ª Série e de Debêntures da 2ª Série, com base no resultado final do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento conduzido pelos Coordenadores; (b) elaborar o plano de distribuição das Debêntures; (c) estabelecer condições adicionais àquelas aqui deliberadas necessárias ou convenientes à Emissão; (d) definir a contratação de uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para serem responsáveis pela coordenação e intermediação da distribuição das Debêntures; (e) contratar, caso necessário, instituições financeiras autorizadas a prestar os serviços de custódia, liquidação, emissão de certificados, agente pagador, agente fiduciário, bem como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos.

7. **Encerramento:** Nada mais tratado, foi lavrada a presente ata e depois lida, aprovada e assinada por acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, observadas as abstenções e declarações de voto, autorizada a publicação da ata sem as assinaturas dos acionistas presentes, na forma do artigo 130, §2º da Lei das Sociedades por Ações. Rio de Janeiro, 23 de março de 2009. (a.a. Tele Norte Leste Participações S.A., p/p Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Cortes; Eton Park Fund, LP p/p George Washington T. Marcelino; EP Tisdale LLC, p/p George Washington T. Marcelino; Alex Waldemar Zornig; Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Cortes; Letícia Torres Rosina).

Certifico que a presente é cópia fiel do respectivo Livro de atas da Companhia.


Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Cortes
Presidente


Letícia Torres Rosina
Secretária



ANEXO C

- Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Moody's Investors Service



Global Credit Research
Rating Action
20 MAR 2009

Rating Action: Telemar Norte Leste S.A.

Moody's atribui rating Aaa.br para as debêntures propostas pela Telemar

Até BRL 3 bilhões em títulos de dívida afetados

Sao Paulo, March 20, 2009 -- A Moody's Investors Service afirmou os seus ratings de emissor Baa2 para a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e Baa3 para a Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNE"), bem como suas perspectivas estáveis. Simultaneamente, a Moody's América Latina Ltda atribuiu um rating Baa2 na escala global e Aaa.br na escala nacional brasileira para a emissão proposta pela TMAR de até BRL 3 bilhões em debêntures quirografárias. A perspectiva do rating é estável. As debêntures serão emitidas em duas tranches com vencimentos finais em 2011 e 2012, cujos respectivos montantes serão definidos durante o processo de colocação das debêntures. Os recursos líquidos provenientes da emissão serão utilizados para refinarar dívidas de curto prazo. Finalmente, a Moody's atribuiu um rating Baa2 na escala global para as debêntures da TMAR no valor de BRL 2,16 bilhões emitidas em 2006 em duas séries com vencimentos finais em 2011 e 2013.

Os ratings afirmados são os seguintes:

Telemar Norte Leste S.A.:

- Rating de emissor senior sem garantia de ativos reais: Baa2 (escala global)

- BRL 2,16 bilhões em debêntures quirografárias, emitidas em duas séries com vencimentos finais em 2011 e 2013: Aaa.br (escala nacional brasileira)

Tele Norte Leste Participações S.A.:

- Rating de emissor senior sem garantia de ativos reais: Baa3 (escala global)

- USD 300 milhões em notas senior sem garantia de ativos reais, com vencimento final em 2015: Baa3 (rating em moeda estrangeira)

Perspectiva estável para todos os ratings.

Os ratings atribuídos são os seguintes:

Telemar Norte Leste S.A.:

- BRL 2,16 bilhões em debêntures quirografárias, emitidas em duas séries com vencimentos finais em 2011 e 2013: Baa2 (escala global)

- até BRL 3 bilhões em debêntures quirografárias a serem emitidas em duas séries com vencimentos finais em 2011 e 2012: Baa2 (escala global); Aaa.br (escala nacional brasileira)

Perspectiva estável para todos os ratings.

Os ratings das debêntures propostas, bem como a perspectiva estável, assumem que os documentos finais da transação não serão materialmente diferentes da documentação legal revisada pela Moody's até esta data, e assumem que estes contratos serão legalmente válidos, vinculantes e exequíveis.

O rating Baa2 na escala global para as debêntures é suportado pelas suas operações incumbentes de telefonia fixa com uma posição de liderança de mercado em seu território de concessão que tem resultado em margens EBITDA e fluxo de caixa relativamente estáveis. O rating também considera as políticas financeiras prudentes da companhia e o histórico de manutenção de uma liquidez sólida. O rating incorpora a recente aquisição da Brasil Telecom Participações S.A. (sem rating da Moody's; empresa de investimento controladora da Brasil Telecom S.A. que possui rating Baa3 / perspectiva estável), concluída em janeiro de 2009, que adicionará escala para as operações existentes da TMAR e fortalecerá sua cobertura geográfica, com potencial para sinergias principalmente na aquisição conjunta de equipamentos, despesas de



propaganda e interconexão. Apesar da dívida adicional captada pela TMAR para financiar a aquisição ter resultado em uma deterioração dos indicadores de proteção de dívida em uma base consolidada pro-forma incluindo Brasil Telecom, de uma forma geral seus indicadores de crédito permanecem compatíveis com seu rating atual incluindo Dívida Total Ajustada em relação ao EBITDA de aproximadamente 3,0x no final de 2008, onde a Dívida Total Ajustada pela Moody's inclui cerca de BRL 9,5 bilhões em ajustes relacionados a leasing operacional, obrigações relacionadas a fundo de pensão, impostos parcelados e dívidas relacionadas a aquisição de licenças. A Moody's, no entanto, espera que a TMAR deverá desalavancar seu balanço no médio prazo, posicionando os indicadores de crédito da companhia mais fortemente na categoria de rating Baa.

O rating é limitado principalmente pelos desafios contínuos para neutralizar o declínio das receitas com telefonia fixa, que geram margens mais altas, com os segmentos de telefonia móvel e banda larga sem sacrificar as margens ou fluxo de caixa. Adicionalmente, o rating considera o efeito de substituição da telefonia fixa para a telefonia celular, bem como a intensa competição na indústria brasileira de telecomunicações por parte de outras empresas e novas tecnologias. O rating considera a expectativa de que a pressão competitiva crescente e a erosão das elevadas margens das operações de telefonia fixa continuarão a pressionar as margens de uma forma geral. Ainda que o marco regulatório brasileiro esteja em evolução, na nossa visão mudanças na regulação tem dado, até este momento, suporte à manutenção de retornos adequados aos investimentos no setor.

Se, por um lado, o rating Baa2 na escala global reflete a expectativa de default e perda das debêntures propostas numa base de comparação global, o rating Aaa.br na escala nacional reflete sua qualidade de crédito em relação a outras emissões no mercado doméstico. Emissões com rating Aaa.br demonstram a mais elevada qualidade de crédito em relação a outras emissões no mercado doméstico. O rating na escala nacional da Moody's (NSR) é uma medida relativa da qualidade de crédito de emissores e dívidas emitidas dentro do país, permitindo que os participantes do mercado obtenham uma melhor distinção dos riscos relativos. NSRs no Brasil são designados pelo sufixo ".br" e diferenciam-se do rating em escala global por não serem globalmente comparáveis com todo o universo de ratings da Moody's, mas somente com os ratings em escala nacional de outros emissores no mesmo país.

A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que a TMAR continuará a reportar margens operacionais fortes enquanto integra a Brasil Telecom, e manterá uma administração financeira prudente incluindo uma posição de liquidez saudável e dividendos moderados. A perspectiva estável considera também que a TMAR reduzirá a alavancagem de seu balanço após a aquisição da Brasil Telecom com vistas a atingir a meta de Dívida Total Ajustada pelo EBITDA abaixo de 2,0x.

Em vista dos desafios derivados da anunciada aquisição, a qual inclui a integração com sucesso das operações da Brasil Telecom e uma maior alavancagem financeira, a elevação do rating da TMAR é improvável no curto prazo. Por outro lado, dificuldades na integração da Brasil Telecom e/ou um ambiente competitivo mais intenso poderiam pressionar os ratings. Especificamente, a manutenção do índice da Dívida Líquida Total Ajustada pelo EBITDA acima de 2,5x por um período de tempo longo, ou do índice de Geração Bruta de Caixa (FFO) menos Dividendos pela Dívida Total Ajustada consistentemente abaixo de 25% poderiam pressionar os ratings ou a perspectiva dos ratings negativamente. Dado que a TMAR não possui linhas de crédito compromissadas, como é o caso da maioria dos emissores da América Latina, a Moody's espera que a companhia mantenha consistentemente sua dívida de curto prazo totalmente coberta com caixa e fluxo de caixa livre.

A última ação de rating da Moody's em relação à TMAR ocorreu em 2 de setembro de 2008, quando atribuímos um rating Baa3 em moeda estrangeira com perspectiva estável para a emissão proposta de aproximadamente USD 1,5 bilhão em notas senior sem garantia de ativos reais pela TMAR. Esta emissão, no entanto, não se materializou devido a condições desfavoráveis do mercado.

A principal metodologia utilizada no rating da TMAR foi a "Moody's Global Telecommunications Industry rating methodology", que se encontra disponível no site da Moody's (www.moody's.com) no diretório "Credit Policy & Methodologies", no subdiretório "Rating Methodologies" (dezembro, 2007, documento #106465). Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados nesse processo de rating também podem ser encontrados no diretório "Credit Policy & Methodologies".

Sediada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, a Telemar Norte Leste S.A. é a maior operadora incumbente de telefonia fixa em número de assinantes (22 milhões em 31 de dezembro de 2008). A companhia também oferece serviços de telefonia móvel e banda larga com 24,4 milhões e 2 milhões de assinantes, respectivamente, tendo reportado receitas líquidas consolidadas de BRL 18,7 bilhões em 2008. A aquisição da Brasil Telecom no início de janeiro de 2009 adicionou cerca de 8,1 milhões de assinantes de telefonia fixa, 5,6 milhões de assinantes de telefonia móvel e 1,8 milhões clientes de banda larga para a TMAR, além de aproximadamente BRL 11,3 bilhões em receitas líquidas (USD 6,1 bilhões).

Sao Paulo
Richard Sippli
Vice President - Senior Analyst
Corporate Finance Group
Moody's America Latina Ltda.



55-11-3043-7300

New York
 Brian Oak
 Managing Director
 Corporate Finance Group
 Moody's Investors Service
 JOURNALISTS: 212-553-0376
 SUBSCRIBERS: 212-553-1653

CREDIT RATINGS ARE MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC.'S (MIS) CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

© Copyright 2009, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,400,000. Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO D

- Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 11 DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

TELEMAR NORTE LESTE S.A., sociedade com sede na Rua General Polidoro, nº. 99, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 33.000.118/0001-79 (a “Emissora”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por meio de seus diretores estatutários abaixo assinados, na qualidade de emissora e ofertante de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, de sua 4ª emissão (as “Debêntures”), que serão objeto de distribuição pública (a “Oferta”), declara, nos termos do item 11 do anexo II da Instrução da CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003 (conforme alterada), que seu registro de companhia aberta está atualizado perante a CVM.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2009.

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Nome:

Cargo:

Julio César Pinto
Diretor de Auditoria

Nome:

Cargo:

Luiz Eduardo Falco
DIRETOR PRESIDENTE



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

TELEMAR NORTE LESTE S.A., companhia aberta com sede na Rua General Polidoro, nº. 99, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 33.000.118/0001-79 (a “Emissora”), na qualidade de emissora e ofertante de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, de sua 4ª emissão (as “Debêntures”), que serão objeto de distribuição pública (a “Oferta”), declara, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003 (conforme alterada): (a) que o prospecto preliminar e o prospecto definitivo da Oferta (em conjunto, o “Prospecto”) contêm as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira e os riscos inerentes às suas atividades e ao investimento nas Debêntures, no contexto da Oferta, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que as informações prestadas por ocasião do pedido de registro da Oferta, bem como as demais informações fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2009.

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Nome:

Cargo:

Julio Cesar Pinto
Diretor de Auditoria

Nome:

Cargo:

Luiz Eduardo Falco
DIRETOR PRESIDENTE




DECLARAÇÃO

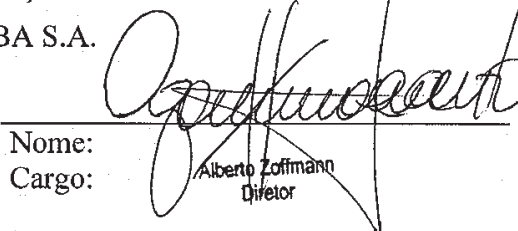
BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 4º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública, em duas séries, de até 3.000.000 (três milhões) de debêntures nominativas escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações da quarta emissão da Telemar Norte Leste S.A. ("Emissora"), no valor total de até R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) ("Oferta"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Emissora no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 23 de março de 2009.

Banco Itaú BBA S.A.


Nome: **Pedro Nunes**
Cargo: **DIRETOR**


Nome: **Alberto Zoffmann**
Cargo: **Diretor**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO E

- Demonstrações Financeiras da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e
sociedades controladas**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2007 e de 2006
e parecer dos auditores independentes**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Telemar Norte Leste S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Telemar Norte Leste S.A. (Controladora e Consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (Controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a auditoria das demonstrações contábeis das controladas TNL PCS S.A. ("Oi") e Companhia AIX de Participações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, utilizadas para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes. O nosso relatório, no que se refere aos valores dessas controladas, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores independentes.
- 2 Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telemar Norte Leste S.A. (Controladora e Consolidado) em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (Controladora) e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações consolidadas do fluxo de caixa e do valor adicionado, apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Telemar Norte Leste S.A. e suas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações consolidadas do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2008.

José Luiz de Souza Gurgel
Sócio-contador
CRC RJ-087339/O-4
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ

Telemar Norte Leste S.A. e

Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006			2007	2006		
Circulante											
Disponibilidades	10	3.162.714	2.444.263	6.080.319	3.999.125	Fornecedores		1.418.030	1.299.068	2.046.126	1.964.865
Contas a receber	11	3.018.246	3.113.984	3.277.739	3.808.123	Empréstimos e financiamentos	20	1.296.542	1.632.588	1.318.787	1.632.588
Tributos diferidos e a recuperar	13	1.326.581	506.947	1.730.505	813.751	Debitores	24	76.189	92.868	76.189	92.868
Despesas antecipadas	14	83.110	80.632	340.616	333.349	Salários, encargos sociais e benefícios		152.048	114.190	195.325	136.627
Estoques	19	35.992	39.112	123.612	170.760	Tributos a recolher e diferidos	21	1.000.614	640.213	1.330.912	805.448
Demais ativos		111.729	43.038	154.251	202.815	Refis II - Programa de Refinanciamento Fiscal	22	118.678	111.414	119.167	111.869
						Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	1.042.848	708.554	1.042.848	708.554
						Demais obrigações		113.002	70.969	166.462	176.900
		7.738.372	6.227.996	11.706.442	9.327.925			5.217.951	4.669.864	6.295.816	5.629.719
Não circulante											
Realizável a longo prazo	28	1.596	10.393	195.380	12.100	Exigível a longo prazo					
Empréstimos a controladas	12		70.999	61.316	136.578	Empréstimos e financiamentos	20	3.952.802	3.798.805	4.341.198	3.809.466
Valores a receber	13	1.126.328	1.094.623	2.009.012	1.955.549	Debitores	24	2.171.080	2.160.000	2.171.080	2.160.000
Tributos diferidos e a recuperar	14	353.233	113.206	382.899	128.723	Tributos a recolher e diferidos	21	76.764	57.104	79.417	69.167
Despesas antecipadas						Refis II - Programa de Refinanciamento Fiscal	22	531.252	609.867	535.259	614.091
Depósitos e bloqueios judiciais	15	1.122.530	963.837	1.199.621	993.151	Provisões para perdas em processos judiciais	23	1.849.548	2.056.023	1.943.731	2.152.404
Incentivos fiscais		54.459	54.459	54.459	54.459	Demais obrigações		26.706	13.219	65.555	40.121
Demais ativos		25.517	4.228	27.909	5.906						
		2.683.663	2.311.745	3.930.596	3.286.466			8.608.152	8.695.018	9.136.240	8.845.249
Permanente											
Investimentos	16	8.629.921	8.176.028	373.674	407.254	Resultado de exercícios futuros				7.278	12.902
Imobilizado	17	8.213.708	8.273.798	11.482.043	11.728.911			8.608.152	8.695.018	9.143.518	8.858.151
Intangível	18	342.787	304.082	1.432.341	1.306.124						
Diferido	19			296.586	359.959	Patrimônio líquido	25				
						Capital social		7.418.989	7.418.989	7.418.989	7.418.989
		17.186.416	16.753.908	13.584.644	13.802.248	Reservas de capital		2.139.751	1.898.275	2.139.751	1.898.275
		19.870.079	19.065.653	17.515.240	17.088.714	Reservas de lucros		4.223.608	2.611.503	4.223.608	2.611.503
								13.782.348	11.928.767	13.782.348	11.928.767
Total do ativo		27.608.451	25.293.649	29.221.682	26.416.637	Total do passivo e patrimônio líquido		27.608.451	25.293.649	29.221.682	26.416.637

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2007	2006	2007	2006
Receita operacional bruta	4	20.396.778	20.395.022	25.138.331	24.232.219
Deduções da receita bruta	4	(6.100.003)	(6.098.172)	(7.566.276)	(7.360.385)
Receita operacional líquida	4	14.296.775	14.296.850	17.572.055	16.871.834
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	5	(7.455.054)	(7.743.993)	(9.252.613)	(9.359.860)
Lucro bruto		<u>6.841.721</u>	<u>6.552.857</u>	<u>8.319.442</u>	<u>7.511.974</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	16	452.890	115.986	10.696	(820)
Comercialização dos serviços	5	(2.074.955)	(1.767.937)	(2.688.857)	(2.588.980)
Gerais e administrativas	5	(940.180)	(944.759)	(1.195.187)	(1.158.604)
Outras despesas operacionais, líquidas	6	(373.188)	(657.272)	(567.642)	(819.284)
		<u>(2.935.433)</u>	<u>(3.253.982)</u>	<u>(4.440.990)</u>	<u>(4.567.688)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>3.906.288</u>	<u>3.298.875</u>	<u>3.878.452</u>	<u>2.944.286</u>
Receitas financeiras		650.915	411.792	919.634	644.562
Despesas financeiras		<u>(1.052.525)</u>	<u>(1.613.786)</u>	<u>(1.216.318)</u>	<u>(1.747.239)</u>
Resultado financeiro	7	<u>(401.610)</u>	<u>(1.201.994)</u>	<u>(296.684)</u>	<u>(1.102.677)</u>
Lucro operacional		<u>3.504.678</u>	<u>2.096.881</u>	<u>3.581.768</u>	<u>1.841.609</u>
Resultado não-operacional	8	<u>26.645</u>	<u>(8.229)</u>	<u>30.784</u>	<u>(10.128)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>3.531.323</u>	<u>2.088.652</u>	<u>3.612.552</u>	<u>1.831.481</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	<u>(839.550)</u>	<u>(474.126)</u>	<u>(920.779)</u>	<u>(216.955)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>2.691.773</u>	<u>1.614.526</u>	<u>2.691.773</u>	<u>1.614.526</u>
Ações em circulação na data do balanço (milhares)		<u>238.614</u>	<u>238.614</u>		
Lucro líquido por ação em circulação no fim do exercício (R\$)		<u>11,2809</u>	<u>6,7663</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora
Em milhares de reais

	Reservas de capital					Reservas de lucros			
	Capital social	Ação na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimentos	Juros sobre obras em andamento	Especial Lei 8.200/1991	Legal	Investimentos	Ações em tesouraria	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2005	7.114.348	86.406	533.050	1.416.549	10.614	258.860	1.510.536	(169.978)	10.760.385
Aumento de capital									
Doações e incentivos fiscais			(304.641)						159.539
Realização de reserva especial Lei 8.200/1991	304.641		159.539		(3.242)				45.674
Ajustes de exercícios anteriores									1.614.526
Lucro líquido do exercício									
Destinação dos lucros:									
Constituição de reserva legal						68.562			(68.562)
Dividendos propostos (R\$ 0,0042 por ação)									(1.000)
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 2,7256 por ação)									(650.357)
Constituição da reserva de investimentos							943.523		(943.523)
Em 31 de dezembro de 2006	7.418.989	86.406	387.948	1.416.549	7.372	327.422	2.454.059	(169.978)	11.928.767
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos									8.640
Doações e incentivos fiscais									243.200
Realização de reserva especial Lei 8.200/1991			243.200		(1.724)				1.724
Lucro líquido do exercício									2.691.773
Destinação dos lucros:									
Constituição de reserva legal									(329.087)
Dividendos propostos (R\$ 1,3792 por ação)									(760.945)
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 3,1890 por ação)									(1.612.105)
Constituição da reserva de investimentos							1.612.105		
Em 31 de dezembro de 2007	7.418.989	86.406	631.148	1.416.549	5.648	327.422	4.066.164	(169.978)	
				2.139.751		4.223.608			13.782.348
2007		2006							
Valor patrimonial por ação (R\$)	57,7600	49,9919							

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Demonstração das origens e aplicações de recursos
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Origens dos recursos				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	2.691.773	1.614.526	2.691.773	1.614.526
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Depreciação	1.800.656	2.407.506	2.466.136	3.009.144
Amortização do diferido			65.489	65.489
Amortização de ágio	137.193	137.193	137.193	137.193
Amortização do deságio	(6.451)	(6.451)	(6.451)	(6.451)
Equivalência patrimonial	(452.976)	(116.055)		820
Valor residual de ativo permanente baixado	(23.938)	9.228	(28.072)	11.132
Provisão/reversão para perdas sobre ativos descontinuados	(2.704)	3.747	(2.704)	3.747
Provisões para perdas em processos judiciais	385.531	937.848	416.738	1.052.509
Juros e variações monetárias e cambiais de longo prazo	16.690	143.960	(519)	219.077
Reversão de provisão para incentivos fiscais		(4.746)		(4.746)
Juros sobre tributos parcelados – REFIS II	36.682	50.834	36.946	51.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo	(1.155)	(173.198)	(54.978)	(173.198)
Realização do resultado de exercícios futuros			827	(1.897)
	<u>4.581.301</u>	<u>5.004.392</u>	<u>5.722.378</u>	<u>5.978.518</u>
 De terceiros				
Incentivos fiscais	243.200	159.539	243.200	159.539
Aumento do exigível a longo prazo, substancialmente, de empréstimos e financiamentos				313.031
Valor da alienação de ativo permanente	41.014	16.967	45.345	15.569
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante	374.509	578.057	442.378	364.213
Ajustes de exercícios anteriores		45.674		45.674
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	8.640		8.640	
	<u>667.363</u>	<u>800.237</u>	<u>739.563</u>	<u>898.026</u>
 Total dos recursos obtidos	<u><u>5.248.664</u></u>	<u><u>5.804.629</u></u>	<u><u>6.461.941</u></u>	<u><u>6.876.544</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Demonstração das origens e aplicações de recursos
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Aplicações de recursos				
Nas operações sociais				
Aumento do realizável a longo prazo	706.737	949.278	975.255	926.744
Aumento do ativo permanente				
Investimentos	131.763	33.400	103.748	4.188
Imobilizado e Intangível	1.796.347	1.600.820	2.362.758	2.327.014
Diferido			2.116	
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	1.090.032	651.357	1.090.032	651.357
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante, substancialmente, de empréstimos e financiamentos	561.496		215.610	
Total dos recursos aplicados	4.286.375	3.234.855	4.749.519	3.909.303
Aumento do capital circulante	962.289	2.569.774	1.712.422	2.967.241
Variações no capital circulante				
Ativo circulante				
No fim do exercício	7.738.372	6.227.996	11.706.442	9.327.923
No início do exercício	6.227.996	4.790.589	9.327.923	7.302.241
	1.510.376	1.437.407	2.378.519	2.025.682
Passivo circulante				
No fim do exercício	5.217.951	4.669.864	6.295.816	5.629.719
No início do exercício	4.669.864	5.802.231	5.629.719	6.571.278
	548.087	(1.132.367)	666.097	(941.559)
Aumento do capital circulante	962.289	2.569.774	1.712.422	2.967.241

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional

Áreas de atuação e serviços prestados

Telefonia fixa

A TMAR é controlada pela TNL, que em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 detém 80,89% do capital total e 97,24% do capital votante.

A Telemar Norte Leste S.A. (Companhia ou “TMAR”) é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa em sua área de atuação - Região I - que compreende os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida Região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A TMAR, também, detém Concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região. Até 20 de julho de 2002 esse serviço era prestado unicamente para a realização de chamadas originadas e terminadas na referida área de atuação. A partir dessa data, a TMAR passou também a explorar o serviço nas chamadas originadas na Região I (exceto Setor 3) e destinadas às demais Regiões do país, em função da antecipação das obrigações previstas no PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização, para atendimento até 31 de dezembro de 2003.

Em 22 de dezembro de 2005, foram assinados novos contratos de concessão que passaram a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2006 com vigência até 31 de dezembro de 2025 e a título oneroso a Concessionária deve à ANATEL, a cada biênio, 2% da receita líquida de telecomunicações do ano anterior. Simultaneamente entraram em vigor as novas metas de universalização e de qualidade, fixadas nos novos PGMU e PGMQ - Plano Geral de Metas de Qualidade.

Em 9 de julho de 2007, foram publicados no D.O.U - Diário Oficial da União, os aditivos contratuais que contemplaram a transferência da TNL PCS S.A. (“Oi”) para a TMAR das autorizações para exploração do serviço STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades: (i) LDN - Longa Distância Nacional: na Região II, Região III e no Setor 3 da Região I e (ii) LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A TMAR possui seis controladas diretas, sendo:

- A Oi, adquirida pela TMAR em 30 de maio de 2003, foi criada para concorrer à licitação 001/2000 da ANATEL, obtendo na mesma a autorização para a prestação do SMP - Serviço Móvel Pessoal na Região I do PGO - Plano Geral de Outorgas. Em 12 de março de 2001 a Oi recebeu da ANATEL autorização, por prazo indeterminado, para exploração do SMP, associada ao direito de uso de radiofrequências por um prazo de 15 anos, renovados por mais 15 anos, a título oneroso, pagando a cada biênio 2% da receita líquida de SMP do ano anterior, desde que cumpridas as condições da autorização.

A autorização para exploração do SMP e a outorga de radiofrequências associadas somente produziram efeito, por condições regulamentares, a partir de 26 de junho de 2002, quando se deu o início da operação comercial da Oi.

A partir de 30 de novembro de 2005, com a incorporação da Pégasus Telecom S.A., a Oi passou a prestar serviços de transmissão de dados nas Regiões I, II e III.

Em conjunto com a autorização do SMP, a Oi também recebeu, por prazo indeterminado, as autorizações para exploração do serviço STFC, nas seguintes modalidades: (i) LDN: na Região II, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre, e o Distrito Federal; na Região III que refere-se ao estado de São Paulo e no Setor 3 da Região I e (ii) LDI em todo o território brasileiro. Estas autorizações foram transferidas para a TMAR por meio do Termo Aditivo nº 1 ao Termo de Autorização nº 205/2002/SPB-ANATEL e do Termo Aditivo nº 1 ao Termo de Autorização nº 206/2002/SPB-ANATEL, publicados no D.O.U. de 9 de julho de 2007.

Em 6 de dezembro de 2007, foi publicado no D.O.U., a formalização do Ato nº 68.982, de 5 de dezembro de 2007, que homologa parcialmente o resultado da Licitação nº 001/2007/SPV-ANATEL, conferindo à Oi a autorização de prestação de SMP e de uso de radiofrequências em São Paulo, além de aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA - Plano Geral de Autorizações (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte), vide Nota 18.

- A Companhia AIX de Participações ("AIX"), sociedade de controle compartilhado, adquirida pela TMAR em 31 de dezembro de 2003, tem como objeto social o provimento de infra-estrutura de dutos para instalação de fibras ópticas ao longo de rodovias do estado de São Paulo, prestando serviços para a TMAR;
- A Telemar Internet Ltda. ("Oi Internet"), controlada integralmente pela TMAR, tem por objeto social a prestação de serviços de provimento de acesso à internet e iniciou suas atividades em janeiro de 2005;
- A Coari Participações S.A. ("Coari"), adquirida pela TMAR em dezembro de 2003, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Essa empresa ainda não iniciou suas operações;

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- A Calais Participações S.A. ("Calais"), adquirida pela TMAR em dezembro de 2004, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Essa empresa ainda não iniciou suas operações; e
- A Serede Serviços de Rede S.A. ("Serede"), adquirida pela TMAR em 11 de junho de 2007, tem como objeto social a prestação de serviços de instalação, manutenção, operação e construção de redes, compra e venda, importação e exportação de equipamentos e iniciou suas atividades em agosto de 2007.

Controladas indiretas

- A Telemar Telecomunicações Ltda. ("Telemar Telecomunicações"), cujo controle acionário era integralmente da TNL, foi adquirida pela Oi em 18 de dezembro de 2007, e tem como objeto social a participação direta ou indireta, em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior; e
- A Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo"), adquirida pela Oi em 17 de dezembro de 2007, tem como objeto social a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, compra, venda e administração de imóveis próprios e incorporações imobiliárias, sendo controladora de duas empresas: Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Paggo Acquirer") e Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora").
 - Paggo Acquirer tem como objeto social: (i) o credenciamento e administração de pagamentos de redes de estabelecimentos e prestadores de serviços integrantes de sistemas de crédito, com uso de sistemas de crédito ou outros meios de pagamento disponibilizados; (ii) captação, transmissão, processamento, garantia e liquidação das transações realizadas nos estabelecimentos credenciados em seus sistemas de crédito; e (iii) o fornecimento de tecnologia e de equipamentos necessários ao adequado funcionamento dos sistemas de crédito;
 - Paggo Administradora tem como objeto social: (i) a análise de dados cadastrais, credenciamento e aprovação de clientes que optarem por aderir aos sistemas de crédito; (ii) a coordenação do relacionamento entre todas as partes integrantes dos sistemas de crédito, redes adquirentes, estabelecimentos, prestadores de serviços, instituições financeiras e demais participantes; (iii) o controle e atualização de dados cadastrais e prestação de informações das transações realizadas nos sistemas de crédito; e (iv) a prestação de serviços de administração de sistemas de créditos ou outros sistemas de pagamento, com a captação, transmissão, processamento, garantia e liquidação das transações.

Todos os serviços de telefonia estão sujeitos à regulamentação e fiscalização da ANATEL, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

2 Apresentação das demonstrações financeiras e princípios de consolidação

(a) Critérios de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para perdas prováveis, determinação de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico NPC 20 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia. Tal demonstrativo está dividido entre atividades operacionais, de investimentos e financeiras.

A demonstração do valor adicionado apresenta os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 do ponto de vista de geração e distribuição de riquezas, cujos principais beneficiários são os empregados, o governo, a comunidade, o capital de terceiros e os acionistas. Essa demonstração foi elaborada de acordo com a NBC – Norma Brasileira de Contabilidade T 3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/2005.

(b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas Oi, AIX, Oi Internet, Coari, Calais, Serede, das controladas indiretas Telemar Telecomunicações e Paggo. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da AIX, sociedade de controle compartilhado, foram consolidadas, na proporção da participação da TMAR em seu capital, ou seja, 50%, conforme descrito na Nota 16. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação das participações da TMAR no patrimônio líquido das controladas; e
- reclassificação do valor do deságio da AIX para "Resultado de exercícios futuros".

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais significativas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, de forma "pro rata", até as datas dos balanços.

(b) Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas na data da prestação do serviço. Essas contas a receber, também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até as datas dos balanços. O valor dos serviços prestados não faturados é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento dos exercícios ou por estimativas considerando a performance do mês anterior. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência.

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação às contas a receber, considerando as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

<u>Contas em atraso</u>	<u>% de perda provisionada</u>
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
De 151 a 180 dias	100

A partir de 181 dias em atraso, as contas a receber e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa são revertidas no balanço patrimonial.

(d) Estoques

Os estoques da Companhia estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente representados por aparelhos celulares. Para os estoques considerados obsoletos são registradas provisões para perdas. Eventuais perdas decorrentes da diferença entre o custo do aparelho móvel da Oi e preços de venda são reconhecidas quando da efetiva venda. Tais perdas são consideradas como esforços para ativação de novos clientes.

(e) Despesas antecipadas

Os subsídios de aparelhos pós-pagos vendidos pela Oi são considerados como despesas antecipadas por se tratarem de esforços para ativação de um cliente à base de assinantes, com prazo contratual de permanência mínima. Estes valores são amortizados em 12 meses, tendo em vista que os contratos com os assinantes prevêm o reembolso no caso de desligamento ou migração para o plano pré-pago antes de completar este prazo. Além disso, os aparelhos não possuem valor econômico ou outra utilização, exceto para possibilitar a prestação dos serviços dos planos contratados com a Oi. O subsídio dos clientes de pré-pagos não é diferido, pois estes planos não prevêm taxa de cancelamento antecipado.

O valor da taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga pela Oi sobre as habilitações ativadas, também é registrado como despesa antecipada, sendo amortizado ao resultado durante o prazo médio de retenção dos clientes, estimado pela administração como sendo de 24 meses.

Os encargos financeiros pagos antecipadamente quando da obtenção de empréstimos e financiamentos são amortizados no período de vigência dos contratos. Além disso, também são reconhecidos como despesas antecipadas os prêmios com a contratação de apólices de seguros.

(f) Investimentos

Os investimentos em controladas e em controlada em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, acrescidos/decrecidos de ágios/deságios à amortizar em consonância com a Instrução CVM nº 247/1996. Os demais investimentos, basicamente incentivos fiscais, são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização.

(g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os encargos financeiros relacionados com a construção de bens foram capitalizados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 193/1996. As capitalizações dos encargos financeiros ocorreram na TMAR e na Oi até 2002. Na TMAR, desde então não ocorreram novas capitalizações em função das obras terem curta duração e não serem financiadas diretamente por terceiros. No caso da



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Oi, as capitalizações foram interrompidas em função da inexistência de obras em andamento com prazos significativos de realização.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício. Até a presente data, a capitalização destes valores não foi relevante no contexto das demonstrações financeiras, considerando que a maior parte dos custos de manutenção não representa um aumento real da vida útil e a obsolescência é o principal fator de determinação da vida útil.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração as expectativas de vida útil-econômica dos bens, baseadas na utilização, obsolescência tecnológica e laudos de peritos (vide taxas de depreciação e descrição da vida útil na Nota 17).

(h) Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada.

A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração as expectativas de vida útil-econômica dos bens e, no caso específico dos direitos de uso, pelo prazo de vigência da autorização.

(i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até as datas dos balanços. Os resultados das operações de "swap" são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

(j) Salários, encargos sociais e benefícios

Os valores relativos a férias devidas aos empregados estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais correspondentes.

A TMAR, Oi e Oi Internet possuem um programa de participação nos resultados, no qual participam todos os empregados que tenham trabalhado nos últimos oito meses do ano (vide maiores detalhes na Nota 27).

(k) Provisões para perdas em processos judiciais

As provisões são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. Os fundamentos, valores envolvidos e as naturezas das principais provisões estão descritos na Nota 23.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(l) Benefícios a empregados

A TMAR, Oi e Oi Internet patrocinam planos de benefícios de aposentadoria a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos. O Plano de Benefício Suplementar PBS-Telemar e o plano TelemarPrev são administrados pela FASS - Fundação Atlântico de Seguridade Social e o Plano de benefícios suplementares PBS-Assistidos pela SISTEL - Fundação Sistel de Seguridade Social e seus custos são reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000, ou seja, nos casos dos planos de benefício definido (PBS-Assistidos e PBS-Telemar), durante o período laborativo dos empregados participantes e, no caso do plano de contribuição definida, de acordo com as contribuições mensais efetuadas com base em cálculos atuariais aprovados pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar (vide maiores detalhes na Nota 27).

(m) Receita operacional

As receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços ou transferência definitiva da propriedade das mercadorias. Os serviços prestados entre a data do último faturamento ("ciclo") e o final de cada mês são mensurados e reconhecidos no mês de competência.

As receitas incluem aluguel de redes para outras empresas e operadoras, tarifas de serviços com base no número e duração das ligações (as tarifas de ligações locais e de longa distância baseiam-se no horário, duração e distância), serviços de rede, interconexão, manutenção e outros serviços adicionais. Essas receitas também incluem a taxa de habilitação de terminais e de cartões de ligações pré-pagas. Em função das margens obtidas com as taxas de habilitação serem bastante reduzidas, a administração considera que não seria adequado diferir essa receita em períodos futuros. As receitas provenientes de cartões de ligações pré-pagas utilizados nos telefones públicos de telefonia fixa são reconhecidas quando da venda dos cartões e os custos reconhecidos quando incorridos. Pela rotatividade destes cartões, eventuais impactos não seriam relevantes sobre as demonstrações financeiras. Já as receitas das chamadas originadas em aparelhos pré-pagos de telefonia móvel são reconhecidas quando os créditos são efetivamente utilizados.

As receitas provenientes da utilização da rede da TMAR e da Oi por outras operadoras são registradas com base no DETRAF – Documento de declaração de tráfego e prestação de serviço, emitido por um terceiro. Além disso, são seguidas as diretrizes da ANATEL sobre a medição destas receitas.

(n) Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias e cambiais, decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos derivativos, calculados e registrados contabilmente pelo regime de competência.

Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios foram contabilizados como "Despesas financeiras", sendo revertidos para "Lucros acumulados", por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os exercícios, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(o) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social a pagar e diferido sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são constituídas à alíquota estatutária de 34%. As parcelas de antecipação do imposto de renda e da contribuição social são contabilizadas na rubrica "Tributos diferidos e a recuperar". A TMAR e suas controladas realizam estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da administração, considerando a continuidade das empresas e a manutenção do resultado por tempo indeterminado, inclusive sua perpetuidade. Esses resultados futuros são ajustados a valor presente e comparados ao valor nominal dos créditos fiscais recuperáveis durante um período limitado a dez anos. Os estudos técnicos são atualizados anualmente e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Esses estudos são aprovados pelo Conselho Fiscal (vide maiores detalhes e projeções na Nota 13). As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas. As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas.

(p) Reclassificações

Determinadas contas das informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram reclassificadas no balanço patrimonial, para fins de comparação com o exercício corrente, conforme descrito abaixo:

- Em atendimento à Deliberação 489/2005 da CVM, o montante de R\$ 200.479 (Consolidado) do item "Depósitos e bloqueios judiciais", no longo prazo, foi apresentado de forma compensada sendo R\$ 70.424 contra o item "Provisões para perdas em processos judiciais" e R\$ 130.055 contra o item "Tributos a recolher e diferidos".



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

I Receita operacional

	Controladora				Consolidado			
	2007	%	2006	%	2007	%	2006	%
Serviço telefônico fixo								
Local:								
Assinatura	6.980.242	34,2	6.688.361	33,0	6.979.877	27,9	6.660.914	27,5
Traáfego Local	1.797.723	8,8	2.484.480	12,3	1.796.689	7,1	2.477.362	10,2
Ligações fixo-móvel VC1	2.772.388	13,6	2.639.258	12,8	2.771.155	11,0	2.649.998	10,9
A cobrar	11.515	0,1	34.929	0,2	11.515		34.929	0,1
Habilitação	93.594	0,5	69.161	0,3	93.594	0,4	69.161	0,3
Outras receitas	519		5.987		537		6.452	
Longa distância:								
Intra-setorial	1.617.242	7,9	1.680.087	8,4	1.630.179	6,5	1.748.794	7,2
Inter-setorial	435.557	2,1	500.925	2,5	436.403	1,7	502.306	2,1
Inter-regional	607.178	3,0	616.737	3,1	628.570	2,5	670.110	2,8
Internacional	36.334	0,2			75.800	0,3	78.634	0,3
Ligações fixo-móvel VC2 e VC3	804.681	3,9	659.818	3,1	816.166	3,2	703.061	2,9
Cartões de telefones de uso público	1.105.742	5,4	1.117.086	5,6	1.105.742	4,4	1.117.086	4,6
Voz avançada (substancialmente 0500/0800)	227.661	1,1	238.933	1,2	223.066	0,9	234.220	1,0
Serviços adicionais	646.181	3,2	578.096	2,7	643.529	2,6	575.542	2,4
	17.136.557	84,0	17.333.858	85,2	17.212.822	68,5	17.528.569	72,3
Serviço telefônico móvel								
Assinatura					937.264	3,7	746.360	3,1
Chamadas originadas					1.657.879	6,6	1.402.991	5,8
Venda de aparelhos e acessórios					239.063	1,0	318.785	1,3
Roaming nacional					50.746	0,2	51.367	0,2
Roaming internacional					62.525	0,2	68.389	0,3
Serviços adicionais					335.360	1,3	276.816	1,1
					3.282.837	13,0	2.864.708	11,8
Remuneração pelo uso da rede fixa								
Ligações fixo-fixo	490.847	2,4	513.440	2,7	502.776	2,0	549.089	2,3
Ligações móvel-fixo	158.940	0,8	213.525	0,8	100.062	0,4	166.111	0,7
	649.787	3,2	726.965	3,5	602.838	2,4	715.200	3,0
Remuneração pelo uso da rede móvel								
Ligações fixo-móvel					238.839	1,0	224.114	0,9
Ligações móvel-móvel					914.720	3,6	385.476	1,6
					1.153.559	4,6	609.590	2,5
Serviços de comunicação de dados								
ADSL ("Velox")	1.120.725	5,4	934.542	4,5	1.120.726	4,5	915.393	3,8
Transmissão ("E.L.D.")	508.617	2,5	529.046	2,6	525.823	2,1	520.976	2,1
Serviços de linhas dedicadas - SLD	202.569	1,0	241.022	1,2	244.445	1,0	279.737	1,2
Serviços IP	298.406	1,5	198.566	1,0	330.934	1,3	229.222	0,9
Comutação por pacotes e frame relay	217.070	1,1	208.657	1,0	286.108	1,1	263.912	1,1
Outros	260.185	1,3	220.980	1,0	371.871	1,5	303.526	1,3
	2.607.572	12,8	2.332.813	11,3	2.879.907	11,5	2.512.766	10,4
Outros serviços	2.862		1.386		6.368		1.386	
Receita operacional bruta	20.396.778	100,0	20.395.022	100,0	25.138.331	100,0	24.232.219	100,0
Deduções da receita bruta								
Tributos	(5.831.953)	(28,6)	(5.742.787)	(28,00)	(6.879.044)	(27,4)	(6.694.362)	(27,6)
Outras deduções	(268.050)	(1,3)	(355.385)	(2,00)	(687.232)	(2,7)	(666.023)	(2,7)
Receita operacional líquida	14.296.775	70,1	14.296.850	70,0	17.572.055	69,9	16.871.834	69,6

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição dos serviços

(a) Serviço telefônico fixo

(i) Local

Os serviços locais também abrangem alguns serviços adicionais como caixa postal, siga-me e conferência, bem como o ISDN – Integrated Services Digital Network ("DVI"), que possibilita a transmissão de voz, dados, imagem e som por meio de uma única linha digital, permitindo ao cliente utilizar simultaneamente, por exemplo, transmissão de voz e internet.

O serviço medido inclui todas as chamadas com origem e destino em uma única área local da Região I, sendo que a assinatura mensal residencial contempla uma franquia mínima de 100 pulsos enquanto a assinatura não residencial contempla uma franquia de 90 pulsos. A receita de pulsos excedentes refere-se aos pulsos que excederam essa franquia. A tarifação em pulsos é realizada da seguinte maneira: (i) no horário normal, pelo método KA - Karlsson Acrescido – 240 (multimedição), onde a cobrança é feita pela aplicação de uma unidade de tarifação (pulso) por chamada estabelecida e de unidades adicionais a cada 240 segundos, sendo a primeira cobrança efetuada ao acaso em relação ao início da chamada; e (ii) no horário reduzido, pelo método de medição simples, onde a cobrança é feita pela aplicação de uma unidade de tarifação (pulso) por chamada atendida, independentemente de sua duração. Nos dias úteis entre 00:00 h. e 06:00 hs. nos sábados das 00:00 h. às 06:00 hs. e a partir das 14:00 hs. e nos domingos e feriados nacionais, é realizada a tarifação pelo método de medição simples, sendo cobrado apenas um pulso, independente do tempo da chamada. Em 31 de julho de 2007 foi finalizado o processo de migração da cobrança de pulso para minutos, na medição em minutos a franquia mensal passa a ser de 200 minutos para a classe residencial e de 150 minutos para a classe não residencial. Da mesma forma que na medição em pulsos, as chamadas realizadas no horário reduzido são cobradas de acordo com o valor fixo (VCA – Valor por Chamada Atendida), equivalente a dois minutos. No horário normal as chamadas são cobradas de acordo com sua duração, sendo o tempo inicial de tarifação de 30 segundos e a granularidade de seis segundos.

A TMAR também oferece aos clientes empresariais com sistemas PABX – Private Automatic Branch Exchange o serviço de DDR - Discagem Direta a Ramal. Para empresas que precisam de um grande número de linhas, a TMAR oferece serviços de tronco digital, otimizando o sistema telefônico do cliente.

Desde agosto de 2002, a TMAR possui autorização para fornecer serviços locais nas Regiões II e III e Setor 3 do PGO, porém as receitas de tais serviços não são significativas.

(ii) Ligações fixo-móvel

Refere-se a ligações dos clientes de telefonia fixa para clientes de telefonia móvel. Esses serviços também incluem ligações a cobrar feitas por clientes de telefonia móvel para os clientes de linhas fixas.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iii) Longa distância

Cada estado da região de atuação da TMAR é dividido em diversas áreas locais. As chamadas de uma área local para outra são denominadas chamadas de LDN. O STFC, na modalidade LDN, inclui as ligações intra-setorial e inter-setorial (chamadas entre dois setores distintos, ainda que de um mesmo estado).

- Serviço de longa distância intra-setorial e inter-setorial

Até julho de 1999, a Embratel era a prestadora exclusiva de serviços de longa distância interestaduais, mas não estava autorizada a fornecer serviços de longa distância intra-estaduais. Naquela data, a ANATEL aumentou a concorrência entre as prestadoras de telefonia fixa de longa distância ao exigir que o cliente escolhesse uma prestadora a cada chamada de longa distância mediante a marcação do denominado CSP – Código de Seleção de Prestadora antes do número telefônico chamado e seu respectivo CN – Código Nacional. Em julho de 1999, juntamente com a implementação do plano de numeração, a Embratel passou a fornecer o serviço de longa distância intra-estadual em todo o país, incluindo os estados da Região I, e a TMAR passou a proporcionar serviços de longa distância interestaduais entre os estados da Região I.

- Serviço de longa distância inter-regional

O serviço de longa distância inter-regional corresponde às ligações originadas e terminadas em regiões distintas do PGO. Depois de atingir algumas metas de universalização no segundo trimestre de 2002, a TMAR passou a fornecer em julho de 2002 serviços de longa distância inter-regional com origem na Região I, e em fevereiro de 2003 serviços com origem nas Regiões II e III e no Setor 3 do PGO. Para tanto, a TMAR firmou contratos de interconexão com outras operadoras de telefonia fixa local, para interconectar-se diretamente às redes delas.

Além disso, desde julho de 2002 a TMAR presta o STFC na modalidade de longa distância internacional com origem na Região I, II e III, utilizando a licença adquirida pela Oi, embora os clientes originadores das chamadas acessem tal serviço mediante o uso do mesmo CSP 31. Essa autorização foi transferida da Oi para TMAR, conforme comentado na Nota 1. Para tanto, a Companhia firmou diversos contratos internacionais para interconectar sua rede com as redes das principais prestadoras de telecomunicações do exterior.

(iv) Cartões de telefones de uso público

A TMAR possui e opera TUP – Telefone de Uso Público em toda a Região I, exceto o Setor 3 do PGO. Em 31 de dezembro de 2007, a TMAR possuía aproximadamente 583.775 TUP's em serviço (2006 – 577.139), sendo todos de cartão pré-pago (números não auditados).

(v) Voz avançada

Consistem nos serviços 0300, 0500 e 0800 pelos quais são oferecidos negócios através de um número de telefone, sendo cobradas tarifas pré-estabelecidas dos assinantes ou das empresas detentoras destes negócios.

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(vi) Serviços adicionais

Outros serviços prestados tais como mudança e redistribuição de linhas, consultas 102, bloqueios de chamadas, siga-me, caixa postal, chamada em espera, entre outros.

(b) Serviço telefônico móvel

A receita de serviços de telefonia móvel é proveniente de: (i) valores de utilização em chamadas realizadas e outros serviços e facilidades adicionais, tais como acesso à internet, transmissão de dados, mensagens curtas, transferência de chamadas, chamadas em espera e bloqueio de chamadas; (ii) assinatura mensal; (iii) roaming; e (iv) venda de aparelhos e acessórios. Os serviços pós-pagos incluem caixa postal, identificação de chamada, conferência, siga-me, chamadas em espera e serviços especiais, conforme o tipo de aparelho, como WAP – Wireless Application Protocol e GPRS – General Packed Radio Service. Os serviços oferecem valores reduzidos em determinados horários do dia.

O portal WAP é um canal de serviços e conteúdo disponibilizado aos clientes, sendo esses alguns de seus recursos: envio e recebimento de e-mails, formação de grupos de contato, acesso a bancos, compra de ingressos, entre outros. O portal WAP também pode ser usado na internet para agendar atividades pessoais ou iniciar grupos de contato.

Conforme o modelo do aparelho, os clientes têm acesso ao serviço GPRS, disponível nos principais municípios da Região I. Esse serviço permite o acesso à internet por meio de telefones celulares, laptops ou palm pilots, possibilitando ao cliente conectar-se à internet mesmo que esteja falando ao telefone.

Os clientes de serviços pós-pagos pagam um valor mensal de assinatura e os serviços prestados são faturados mensalmente, enquanto os clientes de serviços pré-pagos compram cartões cujo preço varia de acordo com a quantidade de minutos e serviços que ele poderá utilizar. Tais cartões são válidos por um tempo determinado após seus créditos serem inseridos.

Os serviços de telefonia móvel no Brasil são oferecidos pelo sistema de "quem chama paga", mediante o qual os assinantes pagam unicamente as chamadas por eles originadas, além dos valores de roaming.

Os preços cobrados variam de acordo com o plano de serviços ao qual o cliente se vinculou, a origem da chamada, seu destino e duração. Os clientes pagam um tempo de tarifação mínimo de 30 segundos, mesmo que a chamada dure menos que esse tempo. Após os primeiros 30 segundos, os usuários são cobrados por cada seis segundos adicionais.

A Oi também auferir receitas de contratos de roaming com outras prestadoras de telefonia móvel nacional e internacional.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

O faturamento da Oi está segregado da seguinte forma:

(i) Assinatura e chamadas originadas

Contempla os valores referentes aos serviços com base na quantidade e na duração das chamadas locais e de LDN, bem como as receitas decorrentes da assinatura do plano pós-pago.

(ii) Venda de aparelhos e acessórios

Refere-se às receitas de vendas de aparelhos de telefonia móvel, cartões SIMCARDS – Subscriber Identify Module Cards e outros acessórios.

(iii) Roaming nacional e internacional

Refere-se às receitas dos contratos de roaming com outras prestadoras de telefonia móvel nacional e internacional. Quando um cliente de outra prestadora de telefonia móvel inicia uma chamada na Região I, a outra prestadora paga uma taxa contratualmente acordada com a Oi, e vice-versa. Quando o cliente da Oi origina essas chamadas nas outras regiões, a taxa é cobrada desse cliente.

(iv) Serviços adicionais

Refere-se principalmente aos serviços de compartilhamento de infra-estrutura e outros serviços de valor adicionado, tais como envios de mensagens de texto.

(c) **Remuneração pelo uso da rede fixa**

A TMAR mantém contratos de interconexão e tráfego de voz com as prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel pessoal e móvel especializado. As prestadoras de telefonia devem oferecer interconexão sem discriminação. Sujeitos às exigências da regulamentação, onde contratos de interconexão são livremente pactuados entre as partes, havendo, no entanto, revisão e homologação por parte da ANATEL. Se as partes não chegarem a um acordo, a pedido de uma delas a ANATEL define quais serão os termos dos contratos mediante arbitragem. Se a ANATEL não aprovar alguma disposição do contrato, ela pode exigir alterações como condição para homologação.

Os serviços de utilização da rede da TMAR estão principalmente relacionados à concorrência no mercado de longa distância. Nesse sentido, os principais clientes da TMAR nesses serviços são as prestadoras de longa distância, que utilizam a sua rede de forma onerosa para oferecer essa modalidade de serviço, se rede local ou rede de longa distância. Sempre que é conquistada uma fatia de mercado das prestadoras de longa distância, há um aumento da receita dos serviços de longa distância da TMAR e uma redução de sua receita de serviços de rede, embora com um efeito líquido positivo no total da receita, considerando a diferença de tarifas entre os dois tipos de serviço.

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Embora a TMAR detenha 32 concessões e registros contábeis separados (16 concessões da modalidade local e 16 concessões da modalidade longa distância), pelo fato de seus saldos consolidados nessas demonstrações financeiras serem de uma entidade jurídica única, não há a divulgação das transações entre as concessões distintas, como, por exemplo, os valores referentes a TU-RL - Tarifa de Uso de Rede Local, que seriam cobrados pela concessão local da concessão de longa distância. Nos valores consolidados, também não são apresentadas as receitas e despesas entre TMAR e Oi, eliminadas na consolidação.

(d) Remuneração pelo uso da rede móvel

A rede de telefonia móvel da Oi está diretamente interconectada às redes de telefonia fixa de longa distância nacional e internacional de todas as empresas atuantes na Região I e de todas as prestadoras de telefonia móvel das Bandas A, B e E na Região I.

A Oi mantém contratos de roaming com todas as prestadoras de telefonia móvel do Brasil, proporcionando aos seus clientes acesso automático aos serviços de roaming quando em viagem em áreas do Brasil onde os serviços de telefonia móvel são disponibilizados utilizando-se a tecnologia GSM – Global System for Mobile Communications. A maior parte das receitas provenientes do crescimento da base de clientes de serviço pré-pago corresponde às tarifas de interconexão cobradas quando os clientes de outras prestadoras de telefonia fixa ou móvel utilizam a rede da Oi para completar uma chamada para os seus clientes na Região I.

Com a migração de todas as prestadoras de telefonia móvel para o SMP, os clientes passaram a poder selecionar o CSP a cada chamada realizada.

Até 12 de julho de 2006, no relacionamento entre prestadoras móveis, em uma mesma área de registro, somente era devido valor de remuneração pelo uso de rede quando o tráfego sainte, em cada direção de transmissão, fosse superior a 55% do tráfego total cursado entre as prestadoras. A partir de 13 de julho de 2006, com a publicação no D.O.U., da Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006, a remuneração pelo uso de rede móvel sofreu significativa alteração, passando a ser realizada pelo método denominado “*full-billing*”, pelo qual o VU-M – Valor de Uso da Rede Móvel é devido à prestadora móvel sempre que sua rede for utilizada para originar ou terminar chamadas.

(e) Serviços de comunicação de dados

A TMAR presta aos seus clientes diversos serviços personalizados de transmissão de dados em alta velocidade. Os serviços de comunicação de dados incluem a interligação das redes existentes nas diversas áreas locais a velocidades de transmissão de dados a partir de 34 Mbps, videoconferência, transmissão de vídeo/imagem, aplicações de multimídia e acesso dedicado à internet através dos provedores de internet, bem como serviços de rede privada que permitem que seus clientes escolham redes como intranet e extranet. A TMAR presta ainda SLD - Serviços de Linhas Dedicadas, ofertando essas linhas a outras prestadoras, a provedores de internet e aos clientes empresariais. Outras operadoras de telefonia, em especial de telefonia móvel, arrendam da TMAR linhas tronco para uso em suas redes independentes (EILD – Exploração Industrial de Linha Dedicada).



Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

São prestados serviços de transmissão de dados utilizando a rede regional de transmissão de dados e plataforma de rede de múltiplos serviços da TMAR, além de sua rede nacional de rádio e de fibras ópticas da Oi.

A TMAR presta serviços de comunicação de dados, utilizando tecnologia ISDN e ADSL - Asymmetric Digital Subscriber Line nos principais municípios da Região I. As linhas ISDN começaram a ser oferecidas a clientes residenciais em janeiro de 2000, e as assinaturas ADSL a pequenas e médias empresas em abril de 2001. Nos últimos anos, a TMAR tem enfatizado a comercialização de seu serviço de comunicação de dados baseado na tecnologia ADSL denominado "Velox" como mecanismo de acesso à internet no segmento residencial. A tecnologia ADSL permite a transmissão de sinais de voz e dados, em alta velocidade, por meio de um único par de fios de cobre na rede de acesso. Como a transmissão de voz pelas linhas telefônicas utiliza apenas uma das muitas bandas de frequência possíveis, as bandas restantes podem ser utilizadas para transmissão de dados.

É instalado na linha convencional do cliente um modem ADSL, que por sua vez é conectado a um DSLAM - Digital Subscriber Line Access Multiplexor na estação telefônica. Os clientes podem usar simultaneamente a linha telefônica e a internet e paga um valor pela locação da placa de modem, além de um valor mensal fixo de assinatura, independente da duração de suas conexões à internet. Os preços dos serviços de comunicação de dados são definidos exclusivamente em função da concorrência, não sendo regulamentados pela ANATEL.

Reajustes tarifários (não auditado)

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a uma regulamentação abrangente. As concessões estabelecem um mecanismo de teto para os reajustes anuais de tarifas (líquidas de impostos), estipulando o limite superior com base na média ponderada das tarifas das cestas do serviço local e de longa distância. As tarifas de interconexão também são corrigidas anualmente.

Em 17 de julho de 2007, conforme Atos nº 66.028 e 66.031, a ANATEL homologou os seguintes reajustes de tarifas fixo-fixo para as modalidades local e longa distância nacional respectivamente, que vigoram a partir de 20 de julho de 2007.

- Habilitação: 1,83%
- Assinatura: 1,83%
- Pulso local (médio): 1,83% (i)
- Minuto local: 1,83% (i)
- Crédito de cartão indutivo: 1,85%
- Cesta LDN: 1,83%
- TU-RL: 1,83%
- TU-RIU: 1,83%

- (i) Em função da mudança na forma de bilhetagem do serviço local fixo-fixo, de pulso para minuto, a TMAR manteve, promocionalmente, os valores anteriores ao reajuste das tarifas de tráfego local fixo-fixo, até 30 de setembro de 2007, e a partir de 1 de outubro de 2007 passou a vigorar o reajuste da tarifa do minuto local.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Tarifas médias em reais (com impostos)	
	Atual	Anterior
Serviço local		
Habilitação	55,10	53,93
Assinatura residencial	40,42	40,00
Assinatura não-residencial	69,48	69,00
Assinatura tronco	69,34	69,04
Assinatura AICE	24,18	24,06
Pulso local (médio)	0,15325	0,15040
Minuto local (Plano Básico de Minutos)	0,09849	0,09673
Minuto local (Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória)	0,03830	0,03762
Crédito de cartão indutivo	0,11850	0,11600
Longa distância (Km) (i)		
0 – 50	0,33439	0,33581
51 – 100	0,43646	0,44353
101 – 300	0,49108	0,49921
+ 300	0,54606	0,54975

(i) Ponderadas por tráfego de minutos de chamadas de longa distância no horário diferenciado.

Também em 17 de julho de 2007, conforme Ato nº 66.029, a ANATEL homologou o reajuste de 2,88% das tarifas fixo-móvel, para as modalidades local (VC1) e longa distância nacional (VC2 e VC3), vigorando a partir de 20 de julho de 2007.

Os valores médios estimados, no horário normal, para as tarifas dos serviços fixo-móvel (VC1, VC2 e VC3), incluindo os impostos, são:

	Tarifas médias em reais (com impostos)	
	Atual	Anterior
Serviço fixo-móvel		
VC1	0,7617	0,7163
VC2	1,5560	1,5472
VC3	1,7719	1,7605

O reajuste da tarifa de VU-M foi de 1,97% correspondente a 68,5% do reajuste das tarifas VC1, VC2 e VC3.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os principais preços de serviços dos planos de maior adesão da Oi são:

Oi Conta Total 200 (*)

	Valores em reais (com impostos)
Assinatura	R\$ 238,15 fixo mensal
Móvel-Fixo e Móvel-Móvel	R\$ 0,60 por minuto
Móvel-Móvel Oi entre dois celulares cadastrados no plano	R\$ 0,10 por minuto
Móvel-Fixo em Roaming - dentro da área de cobertura da Oi	R\$ 0,60 por minuto
Móvel-Fixo em Roaming - fora da área de cobertura da Oi	R\$ 0,78 por minuto
Adicional de chamada – deslocamento	R\$ 1,05 por chamada

(*) Este plano inclui a prestação de serviço, por parte da TMAR, da Assinatura do Oi Fixo incluída, ligações fixo-fixo ilimitadas e Oi Velox.

Oi Controle

	Valores em reais (com impostos)
Assinatura	R\$ 37,16 fixo mensal
Móvel-Fixo e Móvel-Móvel Oi	R\$ 0,85 por minuto
Móvel-Móvel Outra Operadora	R\$ 0,97 por minuto
Adicional de chamada – deslocamento	R\$ 1,38 por chamada

O valor da tarifa móvel-fixo e móvel-móvel para o serviço pré-pago é de R\$ 1,09 por minuto.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

5 Custos dos serviços prestados, das mercadorias vendidas e despesas operacionais

Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Interconexão (i)	3.057.943	2.858.270	3.331.671	2.792.258
Depreciação (ii)	1.681.407	2.241.553	2.256.229	2.761.663
Serviço de manutenção da rede (iii)	1.282.306	1.220.120	1.363.122	1.378.226
Aluguéis e seguros (iv)	504.245	477.624	671.411	598.816
Serviços de terceiros (v)	322.661	319.027	446.717	348.187
Materiais (vi)	255.901	275.788	279.647	288.353
Custos de aparelhos e outros (vii)			262.103	578.443
Pessoal	233.850	181.847	252.929	192.064
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL (Nota 1)	95.796	139.135	95.796	139.135
Outros custos e despesas (ix)	20.945	30.629	292.988	282.715
	<u>7.455.054</u>	<u>7.743.993</u>	<u>9.252.613</u>	<u>9.359.860</u>

Comercialização dos serviços	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Serviços de terceiros (v)	1.005.620	943.873	1.487.879	1.534.437
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (viii)	535.649	364.524	649.523	474.508
Publicidade e propaganda	354.063	253.718	298.294	308.054
Pessoal	136.639	147.364	166.898	181.409
Depreciação (ii)	22.669	41.995	33.636	48.192
Materiais (vi)	373	1.084	3.107	5.826
Aluguéis e Seguros (iv)	651	1.706	674	1.810
Outros custos e despesas (ix)	19.291	13.673	48.846	34.744
	<u>2.074.955</u>	<u>1.767.937</u>	<u>2.688.857</u>	<u>2.588.980</u>

Gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Serviços de terceiros (v)	557.105	513.782	640.984	578.691
Pessoal	181.689	188.220	265.110	258.160
Depreciação (ii)	96.580	123.958	176.271	199.289
Aluguéis e seguros (iv)	84.074	97.554	88.452	99.169
Materiais (vi)	11.923	10.278	11.825	10.594
Outros custos e despesas (ix)	8.809	10.967	12.545	12.701
	<u>940.180</u>	<u>944.759</u>	<u>1.195.187</u>	<u>1.158.604</u>



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (i) Os custos com interconexão referem-se, basicamente, às tarifas cobradas pelos demais provedores de telefonia móvel pela utilização de suas redes, reduzindo, substancialmente, a margem dos serviços fixo-móvel (VC1, VC2 e VC3). Em julho de 2006, com a publicação da Resolução 438/2006 da ANATEL, que aprovou o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do SMP, o balanceamento de tráfego foi descontinuado e foi adotado o processo de reconhecimento da receita e da despesa de tráfego pelo método denominado de “full billing”.
- (ii) Os custos de depreciação de equipamentos de comutação e transmissão vêm reduzindo em função do aumento gradativo do volume de equipamentos da TMAR totalmente depreciados.
- (iii) O custo com serviços de manutenção da rede é composto, substancialmente, por gastos provenientes da contratação de serviços para a manutenção da planta, sem aumento de vida útil, com destaque para expansão de instalações de “Velox” e da base de assinantes da rede de telefonia da Oi.
- (iv) O aumento nos custos com aluguéis e seguros refere-se, basicamente, aos valores que estão sendo pagos pelos aluguéis de circuitos, plataformas celulares, postes de energia elétrica, satélite, direito de uso de passagem e por linhas dedicadas de outros prestadores de serviços de telefonia, bem como áreas para instalação de torres da Oi.

A TMAR possui contrato de aluguel de rede com a Oi para prestação de STFC através da tecnologia WLL - Wireless Local Loop, cujos gastos em 2007 totalizaram R\$ 86.654 (2006 - R\$ 84.391).

- (v) O aumento nos custos com serviços de terceiros refere-se, basicamente, a maiores gastos com energia elétrica devido ao reajuste de tarifas e ao aumento da planta, despesas de comissionamento e agenciamento de vendas devido às ofertas de clientes pós-pago de alto valor, frete de cargas e processamento de dados.
- (vi) O custo com materiais é composto, substancialmente, por materiais aplicados na manutenção da planta, sem incrementar a vida útil dos bens, além dos gastos com combustíveis e lubrificantes.
- (vii) Refere-se ao custo de venda de aparelhos móveis, cartões simcards e outros acessórios da Oi, cuja redução ocorreu em função da queda do volume de vendas de aparelhos móveis, proveniente do incentivo de venda direta do fornecedor aos respectivos canais de vendas, e da reversão da provisão de obsolescência do estoque (R\$ 55.338) devido ao incêndio ocorrido no CD – Centro de Distribuição do Rio de Janeiro da Oi em 19 de janeiro de 2007.
- (viii) O aumento em provisão para créditos de liquidação duvidosa é devido a estratégia da Companhia na implantação de uma política de crédito mais flexível para segmentos de usuários de baixa renda, feita de forma rentável.
- (ix) Refere-se, substancialmente, a despesa com a taxa FISTEL de habilitação de terminais e manutenção de equipamentos de rede, indenizações, doações e multas diversas.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

6 Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Outras receitas operacionais				
Aluguéis de infra-estrutura (i)	136.800	140.322	210.800	198.192
Multas aplicadas sobre contas vencidas (Nota 11)	147.447	148.446	179.429	169.405
Despesas recuperadas	80.106	28.190	91.225	34.364
Serviços técnicos e administrativos	70.209	82.629	44.765	42.860
Bonificações obtidas (ii)		6.786	9.568	63.524
Amortização do deságio na aquisição da AIX (Nota 16)	6.451	6.451	6.451	6.451
Outras receitas	48.859	26.407	48.870	26.558
	<u>489.872</u>	<u>439.231</u>	<u>591.108</u>	<u>541.354</u>
Outras despesas operacionais				
Tributos (iii)	(269.254)	(267.971)	(390.403)	(382.927)
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais (Nota 23 (c))	(280.264)	(553.236)	(309.755)	(620.675)
Amortização do ágio pago na aquisição da Pégasus (Nota 16)	(84.096)	(84.096)	(84.096)	(84.096)
Amortização do diferido (Nota 19)			(65.489)	(65.489)
Amortização do ágio pago na aquisição da Oi (Nota 16)	(53.097)	(53.097)	(53.097)	(53.097)
Perda líquida de incêndio (iv)			(53.365)	
Participações dos empregados nos resultados (Nota 27 (b))	(62.059)	(45.391)	(84.431)	(52.963)
Descontos concedidos	(36.961)	(29.377)	(43.339)	(37.077)
Despesas com multas	(10.101)	(6.046)	(11.171)	(7.611)
Outras despesas	(67.228)	(57.289)	(63.604)	(56.703)
	<u>(863.060)</u>	<u>(1.096.503)</u>	<u>(1.158.750)</u>	<u>(1.360.638)</u>
	<u>(373.188)</u>	<u>(657.272)</u>	<u>(567.642)</u>	<u>(819.284)</u>

- (i) Refere-se ao aluguel cobrado dos provedores de telefonia móvel pela utilização dos prédios e infra-estrutura da TMAR e da Oi para a instalação de ERB - Estação de Rádio-Base.
- (ii) Refere-se às bonificações obtidas dos fornecedores da Oi e da TMAR, conforme cláusulas contratuais relacionadas ao cumprimento de volume de compras de aparelhos e de equipamentos, cuja redução ocorreu em função da queda do volume de vendas de aparelhos móveis, proveniente do incentivo de vendas direta do fornecedor aos respectivos canais de vendas.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a TMAR e sua controlada Oi registraram R\$ 238.561 (2006 - R\$ 249.951) referentes ao FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações e FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações Brasileiras. A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo desta contribuição pela Súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente). No que se refere ao FUST, a TMAR através da ABRAFIX – Associação Brasileira das Empresas de



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Telefonia Fixa, impetrou mandado de segurança visando que seja afastada a aplicação da norma em questão e vem depositando judicialmente as diferenças apuradas.

- (iv) Refere-se ao valor da baixa do estoque da Oi, devido ao incêndio ocorrido no CD do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 2007, incluídos os impostos e a indenização do seguro.

7 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 10)	221.563	114.635	436.503	308.002
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	281.790	201.316	304.669	220.873
Descontos financeiros obtidos (ii)	140.527	89.865	148.038	101.587
Juros e variações monetárias sobre empréstimo a receber de empresas ligadas (Nota 28)	3.250	5.515	20.780	7.276
Outros	3.785	461	9.644	6.824
	<u>650.915</u>	<u>411.792</u>	<u>919.634</u>	<u>644.562</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre o capital próprio a pagar (iii)	(760.945)	(650.357)	(760.945)	(650.357)
Reversão de juros sobre o capital próprio (iii)	760.945	650.357	760.945	650.357
Resultado de operações de "hedge" (iv)	(372.077)	(483.002)	(372.077)	(483.002)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(342.657)	(366.087)	(358.416)	(366.089)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros (iv)	283.719	231.431	283.345	231.431
Juros sobre debêntures (Nota 24)	(257.484)	(237.760)	(257.484)	(237.760)
IRRF sobre operações financeiras e encargos bancários, incluindo CPMF	(179.070)	(164.154)	(205.966)	(191.046)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(24.728)	(39.412)	(129.083)	(51.229)
Atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais (Nota 23 (c))	(71.970)	(326.429)	(81.384)	(349.901)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - REFIS II (Nota 22)	(43.995)	(58.857)	(44.288)	(59.230)
Juros sobre empréstimos e comissões a pagar a empresas ligadas (Nota 28)	(32.162)	(140.856)	(30.578)	(125.017)
Outros	(12.101)	(28.660)	(20.387)	(115.396)
	<u>(1.052.525)</u>	<u>(1.613.786)</u>	<u>(1.216.318)</u>	<u>(1.747.239)</u>
	<u>(401.610)</u>	<u>(1.201.994)</u>	<u>(296.684)</u>	<u>(1.102.677)</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, à atualização de depósitos judiciais, juros sobre clientes em atraso e atualização de créditos fiscais.
- (ii) Refere-se, basicamente, a descontos obtidos em decorrência de pagamentos antecipados a fornecedores.
- (iii) Considerando o benefício fiscal instituído pelas alterações na legislação do imposto de renda da Lei 9.249/1995, a TMAR declarou em 2007 R\$ 760.945 (2006 – R\$ 650.357) a título de juros sobre o capital próprio (vide Nota 25 (d)).
- (iv) Em 2007, a moeda nacional valorizou 20,7% em relação ao dólar dos EUA (2006 - valorização de 9,5%).

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

8 Resultado não-operacional

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultado na alienação de ativo permanente, líquido (i)	23.939	(9.228)	28.072	(11.132)
Provisão/reversão para perdas sobre ativos descontinuados (ii)	2.704	(3.747)	2.704	(3.747)
Reversão de provisão para perdas sobre incentivos fiscais (iii)		4.746		4.746
Outras receitas não-operacionais, líquidas	<u>2</u>	<u></u>	<u>8</u>	<u>5</u>
	<u>26.645</u>	<u>(8.229)</u>	<u>30.784</u>	<u>(10.128)</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a alienação de imóveis e a baixa de equipamentos de rede.
- (ii) Refere-se à constituição e reversão de provisão para perdas de bens destinados à venda (vide Nota 12).
- (iii) Refere-se à reversão parcial da provisão para perdas com incentivos fiscais (vide Nota 16 (v)).



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

9 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e efetivas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações minoritárias	3.531.323	2.088.652	3.612.552	1.831.481
Imposto de renda e contribuição social, calculados à alíquota estatutária (34%)	(1.200.650)	(710.142)	(1.228.268)	(622.704)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeitos tributários dos juros sobre o capital próprio (Nota 7)	258.721	221.121	258.721	221.121
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial (Nota 16)	154.012	39.458	3.876	(191)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa constituídos, conforme Instrução CVM nº 371 (Nota 13)		1.347	97.072	215.578
Efeitos tributários sobre adições permanentes (i)	(72.495)	(42.460)	(82.619)	(48.140)
Incentivos fiscais	19.706	14.788	23.247	15.385
Outros	1.156	1.762	7.192	1.996
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	(839.550)	(474.126)	(920.779)	(216.955)
Alíquota efetiva	23,77%	22,70%	25,49%	11,85%

- (i) Refere-se às despesas com multas, doações, brindes e patrocínios, considerados indedutíveis. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial de controladas com passivo a descoberto também é tratado como adição permanente ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social.



Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os créditos (despesas) com imposto de renda e a contribuição social no resultado do exercício estão compostos da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Exercícios anteriores (a)				
Imposto de renda	(8)	(3.462)	(6)	(3.462)
Contribuição social	1.140	58	1.140	58
	<u>1.132</u>	<u>(3.404)</u>	<u>1.134</u>	<u>(3.404)</u>
Corrente				
Imposto de renda	(630.833)	(512.866)	(729.472)	(538.499)
Contribuição social	(211.882)	(173.214)	(248.298)	(182.299)
	<u>(842.715)</u>	<u>(686.080)</u>	<u>(977.770)</u>	<u>(720.798)</u>
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	(1.791)	163.395	(13.804)	292.678
Contribuição social sobre adições temporárias	3.824	51.963	1.486	98.938
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais (b)			49.516	82.915
Contribuição social sobre base negativa (b)			18.659	32.716
	<u>2.033</u>	<u>215.358</u>	<u>55.857</u>	<u>507.247</u>
	<u>(839.550)</u>	<u>(474.126)</u>	<u>(920.779)</u>	<u>(216.955)</u>

- (a) Refere-se, basicamente, aos ajustes de IRPJ e CSLL com relação aos exercícios anteriores.
- (b) De acordo com a legislação vigente, os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa da contribuição social poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, até o limite anual de 30% desses lucros.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

10 Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e bancos	69.563	106.600	258.077	158.104
Câmbio contratado a liquidar (i)	201.429		201.429	
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimentos (ii)	2.744.570	1.619.592	5.202.565	2.764.724
Títulos públicos (iii)	79.497	94.142	258.631	259.787
Operações compromissadas (iv)	1.016	266.681	82.029	429.489
CDB (iv)	68.560	119.280	76.163	149.276
Notas (v)		235.612		235.612
Depósitos remunerados (vi)	17.778	2.356	21.124	2.133
	<u>3.182.413</u>	<u>2.444.263</u>	<u>6.100.018</u>	<u>3.999.125</u>
Curto prazo	3.162.714	2.444.263	6.080.319	3.999.125
Longo prazo	19.699		19.699	

- (i) Em 28 de dezembro de 2007, a TMAR contratou um fechamento de câmbio relativo à liquidação de uma aplicação no exterior, cujos recursos ingressaram no país no dia 3 de janeiro de 2008.
- (ii) As aplicações financeiras em fundos de investimentos possuem liquidez imediata, sendo, no consolidado: R\$ 320.312 (2006 – R\$ 230.144) em fundo de investimento no exterior cuja carteira é composta, basicamente, de títulos do governo dos EUA e de títulos privados emitidos por instituições financeiras e R\$ 4.882.253 (2006 – R\$ 2.534.580) em fundos de investimentos nacionais cujas carteiras são compostas por títulos privados.
- (iii) Refere-se a aplicações em títulos públicos do tipo LFT – Letras Financeiras do Tesouro, cuja liquidez é imediata.
- (iv) Essas aplicações financeiras são indexadas à variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, com liquidez imediata. A parte de curto prazo tem liquidez imediata, sendo a parte de longo prazo, R\$ 19.699, referente à reinvestimento no BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., realizado nos moldes do disposto na MP 2.199-14/2001, Art. 3º, e esta se encontra registrada na linha de "Demais ativos".
- (v) Refere-se a aplicações em notas emitidas por governo no exterior.
- (vi) Refere-se a depósitos remunerados de curtíssimo prazo, indexados à variação da taxa do CDI, com liquidez imediata.

A administração das carteiras de investimentos é de responsabilidade dos próprios fundos, não sendo requerida a consolidação das demonstrações financeiras destes fundos nos termos da Instrução CVM nº 408/2004.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Serviços faturados	2.423.525	2.390.346	2.609.156	2.992.748
Serviços a faturar	819.722	945.099	923.363	1.054.391
Aparelhos e acessórios vendidos	87	54	59.298	85.622
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(225.088)	(221.515)	(314.078)	(324.638)
	<u>3.018.246</u>	<u>3.113.984</u>	<u>3.277.739</u>	<u>3.808.123</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora			
	2007	%	2006	%
A faturar	819.722	25,3	945.099	28,3
A vencer	1.019.714	31,4	1.018.102	30,6
A receber de outros provedores	416.874	12,9	274.054	8,2
Vencidas até 30 dias	508.020	15,7	604.920	18,1
Vencidas de 31 a 60 dias	156.356	4,8	190.352	5,7
Vencidas de 61 a 90 dias	89.281	2,8	103.284	3,1
Vencidas há mais de 90 dias	233.367	7,1	199.688	6,0
	<u>3.243.334</u>	<u>100,0</u>	<u>3.335.499</u>	<u>100,0</u>

	Consolidado			
	2007	%	2006	%
A faturar	923.363	25,7	1.054.391	25,5
A vencer	1.070.063	29,8	1.143.481	27,7
A receber de outros provedores	512.676	14,3	622.916	15,1
Vencidas até 30 dias	546.972	15,2	658.547	15,9
Vencidas de 31 a 60 dias	169.817	4,7	206.133	5,0
Vencidas de 61 a 90 dias	98.774	2,7	212.693	5,1
Vencidas há mais de 90 dias	270.152	7,6	234.600	5,7
	<u>3.591.817</u>	<u>100,0</u>	<u>4.132.761</u>	<u>100,0</u>

Sobre as contas em atraso, há incidência de multa de 2% sobre o valor total da dívida (registrado em "Outras receitas operacionais") e juros de mora de 1% "pro rata" ao mês (registrado em "Receitas financeiras"), reconhecidos contabilmente quando da emissão da primeira conta após o pagamento da conta vencida.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

A TMAR pode bloquear a realização de chamadas quando a conta está vencida há 30 dias ou mais, bloquear a realização e o recebimento de chamadas quando a conta está vencida há 60 dias ou mais e retirar o terminal do cliente quando a conta está vencida há 90 dias ou mais, desde que avise o cliente com 15 dias de antecedência. Após a retirada do terminal, que ocorre entre 95 e 110 dias de atraso, o nome do cliente inadimplente é encaminhado para os órgãos de proteção ao crédito.

A política de cobrança adotada pela Oi, de acordo com as normas estabelecidas pela ANATEL na Resolução nº 316, previa a suspensão parcial dos serviços, até o pagamento integral de todos os valores devidos, quando uma conta estava vencida há mais de 15 dias e o cliente não pagava e/ou regularizava a situação, após receber notificação solicitando o pagamento. Essa política também determinava que todas as chamadas recebidas e feitas seriam bloqueadas (bloqueio total) caso as contas permanecessem 15 dias sem pagamento após a suspensão parcial do serviço. Os serviços eram cancelados 45 dias após a implementação do bloqueio total, e nesse momento, o nome do assinante podia ser incluído no cadastro dos serviços de proteção ao crédito.

A partir de 13 de fevereiro de 2008, entraram em vigor as modificações da Regulamentação do SMP, aprovadas pela Resolução ANATEL nº 477 de 7 de agosto de 2007. Esse documento promoveu alterações na régua de inadimplência, conforme abaixo detalhado:

- o bloqueio total passa a ter o prazo de 45 dias, sendo 30 dias após o bloqueio parcial, e não mais 15 dias;
- o prazo total para a rescisão do contrato passou a ser de 90 dias após o vencimento da fatura, tendo em vista que os demais prazos não se alteraram.

12 Valores a receber

	Controladora	Consolidado	
	2006	2007	2006
Valores a receber - Barramar S.A. (i)		60.116	65.579
Bens destinados à venda (ii)	39.241		39.241
Valores a receber - Híspamar S.A. (iii)	35.505		35.505
Outros		1.200	
Provisão para perdas (iii)	(3.747)		(3.747)
	70.999	61.316	136.578

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (i) O valor a receber da empresa Barramar S.A. refere-se a 50% dos valores registrados no realizável a longo prazo da AIX. Em decorrência da falência da Barramar S.A. decretada pela 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em julgamento realizado no dia 24 de março de 2004, a AIX está tomando as providências legais cabíveis para habilitar seus créditos junto à massa falida e para a apuração de ativos operacionais da falida, em virtude de sua participação no Consórcio Refibra.
- (ii) Em 26 de julho de 2006, o Conselho de Administração da TMAR, aprovou a alienação de 13 imóveis pelo valor médio das avaliações, que não supera o custo de aquisição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os imóveis que não foram vendidos e que não possuíam expectativa de venda retornaram para o imobilizado.
- (iii) Em novembro de 2001, a TMAR firmou um acordo de associação com a Hispamar Satélites S.A., objetivando reduzir os custos da prestação de serviços na região norte do país, especificamente de aluguel de "transponders" da Embratel. Em 31 de dezembro de 2002, a TMAR assinou com a Hispamar Satélites S.A., controlada da Hispasat Brasil Ltda., um contrato de transferência onerosa do direito de exploração de satélite geostacionário de Banda C, de titularidade da TMAR, lançado em 4 de agosto de 2004. O preço de transferência do direito de exploração foi estabelecido através de laudo elaborado por empresa especializada e independente, totalizando R\$ 28.660, sendo atualizado pelo IPC - Índice de Preços ao Consumidor.

Em 30 de novembro de 2007, a TMAR celebrou um instrumento particular de acordo de quitação de obrigações mútuas o "Acordo de Quitação" com a Hispasat Brasil Ltda. e a Hispasat S.A., o qual definiu os seguintes termos:

- Não exigir as multas, penalidades moratórias e atualizações monetárias aplicáveis entre as partes, decorrente (i) da não quitação das parcelas de capital a integralizar na Hispamar pela TMAR e (ii) da não quitação das obrigações pela transferência do direito de exploração de satélite, de titularidade da TMAR, pela Hispamar, conforme os termos previstos na assembléia realizada em 31 de dezembro de 2002.
- A TMAR integraliza as parcelas a integralizar, equivalentes a 28.659 mil ações, sem valor nominal, de emissão da Hispamar por elas subscritas, mediante a versão do crédito detido pela TMAR referente a transferência do direito da exploração de satélite. Esta operação contou com a concordância dos demais acionistas da Hispamar.

Considerando a integralização acima comentada a TMAR passou a participar da estrutura acionária da Hispamar com 19,04% (vide Nota 16).



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

13 Tributos diferidos e a recuperar

	Controladora				Consolidado			
	2007		2006		2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS a recuperar	291.977	199.416	244.441	168.866	491.449	247.771	395.085	249.286
IR sobre adições temporárias (i)	124.689	692.426	124.689	694.863	144.435	789.950	144.435	804.400
CS sobre adições temporárias (i)	44.888	234.486	44.888	230.894	51.996	272.013	51.997	270.760
IR sobre prejuízos fiscais (i)					599	513.881		464.365
CS sobre base negativa (i)						185.397		166.738
IR a recuperar	536.018		10.984		611.941		29.860	
CS a recuperar	257.044		4.989		287.423		11.601	
Impostos retidos na fonte	44.901		51.581		85.908		89.417	
Outros impostos a recuperar	27.064		25.375		56.754		91.356	
	<u>1.326.581</u>	<u>1.126.328</u>	<u>506.947</u>	<u>1.094.623</u>	<u>1.730.505</u>	<u>2.009.012</u>	<u>813.751</u>	<u>1.955.549</u>

- (i) A TMAR e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273/1998 e da Instrução CVM nº 371/2002. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da TMAR, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente, será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue:

	Controladora	Consolidado
Até 31 de dezembro de:		
2008	169.577	197.030
2009	201.231	258.861
2010 a 2012	526.540	814.844
2013 a 2017	199.141	687.536
	<u>1.096.489</u>	<u>1.958.271</u>

Para as controladas diretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2007, histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos no exercício de 2006 na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 37.943 (2006 - R\$ 136.041). No exercício de 2007, a Oi obteve histórico e expectativa de geração de lucro nos próximos dez anos suficiente para contabilizar todo o seu crédito, no montante de R\$ 108.786 acumulado até 2006 (vide Nota 9).

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

14 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
FASS (i)	260.000		260.000	
Subsídio aparelhos Oi (ii)			194.067	178.770
Encargos financeiros (iii)	129.522	148.851	132.585	148.997
Taxa FISTEL (iv)			83.291	85.318
Tributos, taxas e contribuições	9.782	9.777	9.782	9.777
Seguros	275	9.284	491	11.668
Outras (v)	36.764	25.926	43.299	27.542
	<u>436.343</u>	<u>193.838</u>	<u>723.515</u>	<u>462.072</u>
Curto prazo	83.110	80.632	340.616	333.349
Longo prazo	353.233	113.206	382.899	128.723

- (i) Em 29 de outubro de 2007, as empresas do Grupo Oi fizeram um aporte de R\$ 260.000 na FASS - Fundação Atlântico de Seguridade Social. Este aporte, apurado pelos atuários da FASS, tem como objetivo adequar as suas demonstrações financeiras às mudanças de premissas atuariais de forma a melhor refletir a nova realidade econômica de queda da taxa de juros, bem como adequar as tábuas de mortalidade e invalidez dos planos da FASS. Consideradas as premissas atuais (vide Nota 27 (a) (iv)), este valor deverá ser apropriado contabilmente, durante aproximadamente dez anos, tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.
- (ii) Refere-se aos aparelhos pós-pagos, vendidos com subsídio médio de R\$ 300,00 e com base nas adições efetivas, recuperável em até 12 meses, previsto nas cláusulas contratuais de multa por cancelamento antecipado ou por migração para plano pré-pago.
- (iii) Os encargos financeiros e prêmios pagos antecipadamente quando da obtenção de empréstimos e financiamentos e na emissão de debêntures são amortizados pelo período de vigência dos contratos (vide Notas 20 e 24).
- (iv) Refere-se ao valor da taxa FISTEL pago sobre as habilitações (R\$ 26,83 por habilitação, em 2007 e em 2006). Essa taxa é diferida para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.
- (v) Refere-se a despesas de contratos anuais de direito de passagem, aluguéis de circuitos e equipamentos, postes e outros.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

15 Depósitos e bloqueios judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Cíveis	370.994	239.404	393.179	252.039
Tributários (*)	293.534	352.578	342.832	364.356
Trabalhistas (*)	200.360	128.917	201.426	129.259
Bloqueios judiciais	257.642	242.938	262.184	247.497
	<u>1.122.530</u>	<u>963.837</u>	<u>1.199.621</u>	<u>993.151</u>

(*) Valores líquidos de depósitos judiciais vinculados aos passivos correspondentes (Notas 21 e 23), conforme Deliberação CVM nº 489/2005.

A TMAR e suas controladas mantêm depósitos judiciais para garantir o direito de recurso em ações de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias. Dentre as tributárias, destacam-se:

	Consolidado			
	2007	%	2006	%
Autuações fiscais de ICMS	79.687	23,2	68.496	18,8
INSS	73.993	21,6	105.255	28,9
PAES	56.166	16,4	18.139	5,0
COFINS	28.133	8,2	17.372	4,8
IPTU	24.719	7,2	24.517	6,7
CSLL	21.337	6,2	14.345	3,9
PIS/PASEP	19.126	5,6	17.556	4,8
ISS	12.838	3,7	12.094	3,3
IRPJ	9.789	2,9	61.908	17,0
Outros (i)	17.044	5,0	24.674	6,8
	<u>342.832</u>	<u>100,0</u>	<u>364.356</u>	<u>100,0</u>

(i) Referem-se aos depósitos efetuados como garantia de execuções tributárias relacionadas à cobrança de tributos administrados pela SRF - Secretaria da Receita Federal, bem como a suspensão da exigibilidade de outros débitos junto às Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente, gerando receita para os tributários de R\$ 50.081 (2006 – R\$ 49.416), trabalhistas de R\$ 29.965 e cíveis de R\$ 49.605, registrados em “Resultado financeiro – Juros e variação monetária sobre outros ativos” (vide Nota 7).



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

16 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	8.366.795	7.782.158	23.281	
Ágio pago na aquisição da Oi, líquido (i)	256.634	309.731	256.634	309.731
Ágio pago na aquisição da Pegasus, líquido (ii)		84.096		84.096
Ágio pago na aquisição da Paggo, líquido (iii)			80.469	
Deságio na aquisição da AIX, líquido (iv)	(6.450)	(12.901)		
Incentivos fiscais (v)	37.923	37.923	37.923	37.923
Provisão para perdas sobre incentivos fiscais (v)	(29.247)	(29.247)	(29.247)	(29.247)
Outros investimentos	4.266	4.268	4.614	4.751
	8.629.921	8.176.028	373.674	407.254

- (i) Em 30 de maio de 2003, após aprovação dos Conselhos de Administração da TNL e da TMAR, a TMAR adquiriu de sua controladora TNL 99,99% das ações da Oi.

O preço de R\$ 1,00 (um real) foi estabelecido através da avaliação do patrimônio líquido a valor de mercado elaborada por empresa especializada, utilizando como base os demonstrativos financeiros de 31 de março de 2003, ajustado para refletir o resultado apurado no balancete da Oi levantado em 30 de abril de 2003 e o aporte de capital no valor de R\$ 562.342 realizado pela TNL antes da operação. A transação também envolveu a assunção das dívidas da Oi pela TMAR em 2003, com a capitalização pela TMAR de R\$ 600.000 na Oi.

O valor pago foi superior ao valor contábil, gerando um ágio de R\$ 499.994, justificado economicamente pela "mais-valia" do ativo imobilizado, suportado pelo laudo de avaliação de empresa técnica especializada. O ágio será integralmente amortizado em nove anos e cinco meses correspondendo ao prazo médio de depreciação dos ativos, e pode ser assim demonstrado:

Passivo a descoberto da Oi em 30 de abril de 2003	1.062.336
Capitalização de créditos pela TNL antes da venda para a TMAR	(562.342)
Ágio original sobre o valor pago de R\$ 1,00 (um real)	<u>499.994</u>

Os benefícios decorrentes da otimização dos setores de apoio e operações da TMAR e da Oi, bem como do alinhamento dos interesses e estratégias comerciais das duas companhias, resultarão no uso mais racional dos recursos disponíveis, com conseqüentes reduções de custos e ganhos de produtividade e melhor uso das sinergias entre as companhias.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (ii) Refere-se ao valor do ágio pago pela TMAR para terceiros na aquisição da Pegasus em 27 de dezembro de 2002, que estava fundamentado em expectativa de rentabilidade futura de suas operações, decorrente de avaliações econômico-financeiras realizadas por terceiros e ganhos de sinergias entre as operações da TMAR e da Pegasus.

Esse ágio foi totalmente amortizado no período de janeiro de 2003 à dezembro de 2007.

- (iii) Em 17 de dezembro de 2007, a Oi adquiriu a parcela cindida da Paggo Participações S.A., denominada Paggo, pelo valor de R\$ 75.000, registrando ágio de R\$ 80.469, fundamentado pelo laudo de avaliação emitido por empresa especializada, opinião baseada na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, período pelo qual o referido ágio será amortizado. A Paggo é uma holding que possui duas subsidiárias integrais, a Paggo Administradora e a Paggo Acquirer. A Paggo Administradora é uma empresa que utiliza a tecnologia de operação de cartões de crédito via SMP e administra a carteira de clientes e faturamento, e a Paggo Acquirer é uma empresa responsável pela gestão de pagamentos aos lojistas associados (vide Nota 1).
- (iv) Refere-se à participação societária da TMAR na AIX, cujo objeto social é o provimento de infra-estrutura de dutos para instalação de fibras ópticas ao longo das principais rodovias do estado de São Paulo. Em 19 de novembro de 2003, os acionistas da AIX (naquela data, Alcatel Telecomunicações S.A., Telesp - Telecomunicações de São Paulo S.A. e Pegasus) aprovaram avaliação econômico-financeira, realizada por empresa especializada, incluindo créditos existentes com a empresa Barramar S.A., cuja realização está condicionada à rentabilidade futura do Consórcio Refibra. A rentabilidade desse Consórcio decorre do cumprimento dos contratos de utilização de dutos e redes pelas próprias Telesp e Pegasus. Em função dessa projeção, o Conselho de Administração da AIX aprovou, em reunião realizada em 20 de novembro de 2003, o registro de uma provisão para perdas de R\$ 157.400. Em 16 de dezembro de 2003, a Alcatel alienou sua participação acionária para a Pegasus e Telesp, tendo a Pegasus adquirido 79,1% daquelas ações por R\$ 1,00 (um real), reconhecendo um deságio de R\$ 53.955. Concomitantemente, a Pegasus e Telesp aumentaram o capital social da AIX através da capitalização de créditos detidos com a mesma, nos valores de R\$ 59.816 e R\$ 105.752. Com essa aquisição e capitalização de créditos, a Pegasus aumentou a sua participação de 18,1% para 50%.

Em 31 de dezembro de 2003, a Pegasus alienou, a valores contábeis, a totalidade de sua participação societária na AIX para a TMAR. Em decorrência dessa operação, o valor do deságio foi baixado, tendo sido reconhecida uma receita não-operacional de R\$ 53.952 eliminada para fins de consolidação.

Em dezembro de 2004, o Conselho de Administração da AIX aprovou um novo estudo técnico acerca do potencial de realização dos ativos, elaborado por terceiros, tendo sido complementada a provisão para perdas mencionada anteriormente em R\$ 53.972. Como consequência, o valor do deságio foi ajustado em R\$ 17.358, proporcionalmente à razão entre o complemento da perda e o valor patrimonial da AIX antes do referido ajuste. Em dezembro de 2007, o estudo técnico foi atualizado sem originar novos complementos de provisão.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Conforme previsto no Art. 26 da Instrução CVM nº 247/1996, este deságio está classificado como "Resultado de exercícios futuros" e amortizado no prazo de cinco anos com base no estudo de viabilidade econômica.

Os componentes do ativo e do passivo, bem como as receitas e as despesas da AIX, foram agregados às demonstrações financeiras consolidadas, na proporção da participação da TMAR no capital social dessa sociedade.

Os montantes dos principais grupos dos balanços patrimoniais da AIX em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e das respectivas demonstrações do resultado dos exercícios findos nessas datas, já considerada a participação proporcional de 50% da TMAR, estão apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial

	<u>2007</u>	<u>2006</u>		<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	3.659	3.808	Fornecedores	1.270	9.776
Contas a receber	2.111	1.997	Tributos a recolher e diferidos	7.191	5.862
Demais ativos	2.370	3.254	Demais obrigações	283	446
	<u>8.140</u>	<u>9.059</u>		<u>8.744</u>	<u>16.084</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Valores a receber	60.116	65.579	Empréstimos e financiamentos	12.095	22.189
Depósitos judiciais	939	377	Demais obrigações	18.093	2.758
	<u>61.055</u>	<u>65.956</u>		<u>30.188</u>	<u>24.947</u>
Permanente			Patrimônio líquido		
Imobilizado	10.550	8.117	Capital social	230.464	230.464
Intangível	6.801	10.893	Prejuízos acumulados	(174.407)	(166.768)
Diferido	8.443	10.702			
	<u>25.794</u>	<u>29.712</u>		<u>56.057</u>	<u>63.696</u>
Total do ativo	<u>94.989</u>	<u>104.727</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>94.989</u>	<u>104.727</u>



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Receita operacional bruta	24.690	25.838
Deduções da receita bruta	<u>(3.148)</u>	<u>(3.115)</u>
Receita operacional líquida	21.542	22.723
Custo dos serviços prestados	<u>(8.299)</u>	<u>(9.645)</u>
Lucro bruto	13.243	13.078
Despesas operacionais:		
Comercialização dos serviços	(4)	(3)
Gerais e administrativas	(4.965)	(3.784)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(7.951)</u>	<u>(4.583)</u>
	<u>(12.920)</u>	<u>(8.370)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	323	4.708
Resultado financeiro	<u>(4.655)</u>	<u>(4.823)</u>
Prejuízo operacional	(4.332)	(115)
Resultado não-operacional	<u>6</u>	<u>6</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.326)	(109)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.526)</u>	<u>(1.838)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(5.852)</u>	<u>(1.947)</u>

(v) Refere-se ao FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste e ao FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Controladas	Em 31 de dezembro de 2007 - Controladora									
	Patrimônio líquido	Capital social integrado	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Quantidade em milhares de ações/cotas		Participação - %		Equivalência patrimonial	Valor do investimento	
				Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante			
Oi	8.183.717	9.612.504	456.094	6.101.213		100	100	474.663	8.183.717	
AIX	112.114	460.929	(11.704)	298.563		50	50	(7.639)	56.057	
Oi Internet (i)	99.443	188.903	(9.966)	188.903		100	100	(9.966)	99.443	
Coari		264	(41)	5.500	11.000	100	100	(41)		
Calais		241	(44)	5.033	10.067	100	100	(44)		
Sercede (ii)	4.297	3.000	1.298	3.000		100	100	1.297	4.297	
Coligadas										
Hispamar (iii)	122.270	150.509	5.917	150.509		19	19	(5.380)	23.281	
Total								452.890	8.366.795	
Ágio Oi									256.634	
Deságio AIX									(6.450)	
Outros investimentos									12.942	
Total de investimentos									8.629.921	





**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Capital social integralizado	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Quantidade em milhares de ações/cotas		Participação - %		Em 31 de dezembro de 2006 - Controladora		
				Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para Passivo a descoberto
Oi	7.709.055	9.612.504	138.133	6.101.213		100	100	138.133	7.709.054	
AIX	1.277.392	460.929	(3.893)	298.563		50	50	(1.949)	63.695	
Oi Internet (i)	9.409	88.903	(20.131)	88.903		100	100	(20.131)	9.409	
Coari	(57)	165	(33)	5.500	11.000	100	100	(33)		(57)
Calais	(46)	151	(34)	5.033	10.067	100	100	(34)		(46)
Total								115.986	7.782.158	(103)
Ágios Oi e Pegasus									393.827	
Deságio AIX									(12.901)	
Outros investimentos									12.944	
Total de investimentos									8.176.028	



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (i) Em 23 de março de 2007 a TMAR aprovou o aumento de capital na controlada Oi Internet no montante de R\$ 100.000, mediante a capitalização do saldo de mútuo no valor de R\$ 10.619 e aporte de capital no valor de R\$ 89.381.
- (ii) Em 11 de junho de 2007 foi adquirida pela TMAR, a Serede, cujo objeto principal é a prestação de serviços de rede, conforme comentado na Nota 1. Em 21 de junho de 2007, em reunião de AGE - Assembléia Geral Extraordinária, a TMAR aumentou o capital da Serede através da subscrição de R\$ 2.999, cuja integralização foi realizada em 18 de julho de 2007.
- (iii) A Hispamar Satélites S.A. tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, bem como a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da TMAR é de 19,04%.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

17 Imobilizado

Controladora					
	2007		2006		Taxa anual de depreciação (%)
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual	
Cabos (rede de acesso)	6.491.439	(4.145.252)	2.346.187	2.418.487	5 a 20
Equipamentos de transmissão	9.649.699	(7.549.898)	2.099.801	1.672.590	5 a 20
Canalização subterrânea	2.043.608	(1.327.855)	715.753	740.412	4
Prédios e edificações	2.046.018	(1.386.734)	659.284	696.595	4 a 10
Postes e torres	816.680	(396.607)	420.073	415.369	4 a 5
Meios de transmissão - entroncamento (switches)	5.509.057	(5.092.994)	416.063	619.444	5 a 20
Outros equipamentos	1.762.557	(1.357.008)	405.549	347.426	10 a 20
Equipamentos de comutação	9.281.898	(8.913.111)	368.787	386.547	20
Obras em construção	231.514		231.514	416.053	
Terrenos	141.281		141.281	138.117	
Hardware	505.090	(385.735)	119.355	112.955	20
Estoques para expansão	110.010		110.010	114.044	
Equipamentos terminais	2.213.076	(2.152.056)	61.020	70.896	13 a 20
Benfeitorias em propriedade de terceiros	141.815	(82.526)	59.289	50.968	10
Outros ativos	359.016	(299.274)	59.742	73.895	10 a 20
	41.302.758	(33.089.050)	8.213.708	8.273.798	

Consolidado					
	2007		2006		Taxa anual de depreciação (%)
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual	
Cabos (rede de acesso)	6.695.602	(4.192.290)	2.503.312	2.581.130	5 a 20
Equipamentos de transmissão TMAR	9.649.728	(7.549.903)	2.099.825	1.672.590	5 a 20
Equipamentos de transmissão Oi (i)	2.271.917	(837.269)	1.434.648	1.499.611	10 a 20
Equipamento de comutação Oi (i)	1.160.300	(405.379)	754.921	818.998	10 a 20
Canalização subterrânea	2.057.382	(1.331.218)	726.164	740.412	4
Prédios e edificações	2.054.145	(1.389.045)	665.100	702.937	4 a 10
Outros equipamentos	2.040.077	(1.481.286)	558.791	501.359	4 a 20
Postes e torres	958.635	(421.362)	537.273	535.275	4 a 5
Meios de transmissão entroncamento (switches)	5.514.116	(5.093.496)	420.620	624.011	5 a 20
Benfeitorias em propriedade de terceiros	688.022	(290.182)	397.840	390.337	10
Equipamento de comutação TMAR	9.281.932	(8.913.112)	368.820	386.547	20
Obras em construção	331.051		331.051	514.703	
Hardware	714.449	(506.463)	207.986	223.041	20
Terrenos	141.312		141.312	138.148	
Estoques para expansão	132.804		132.804	135.420	
Equipamentos terminais	2.218.647	(2.155.657)	62.990	72.169	13 a 20
Outros ativos	620.877	(482.291)	138.586	192.223	10 a 20
	46.530.996	(35.048.953)	11.482.043	11.728.911	

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (i) As taxas de depreciação dos equipamentos de transmissão e comutação da Oi estão suportadas por laudos internos de avaliação de vida útil. A avaliação está baseada principalmente na obsolescência tecnológica e desgaste físico, em linha com as práticas adotadas no setor de telefonia móvel.

Informações adicionais

- (a) A administração revisa periodicamente o potencial de geração de lucros de seus ativos com o propósito de determinar e medir a eventual necessidade de redução para seu valor de recuperação (análise de “impairment”).
- (b) De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 6.842.260 (2006 – R\$ 6.496.306), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

O aumento no saldo dos bens reversíveis ocorreu devido à alteração da composição destes em função da divulgação do Ofício nº 244 que deu interpretação à Resolução ANATEL nº 447, que anteriormente era passível de diferentes interpretações.

O quadro a seguir resume o comparativo entre a posição patrimonial em 31 de dezembro, considerando os efeitos da resolução supracitada:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo conforme metodologia anterior	6.403.564	6.496.306
Saldo conforme Ofício ANATEL nº 244	6.842.260	6.156.534

- (c) A TMAR e suas controladas possuem diversos contratos de arrendamento mercantil de equipamentos de informática, cujos valores são apropriados ao resultado do exercício no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica “Aluguéis e seguros” na Nota 5), considerando que a administração não possui intenção em adquirir esses equipamentos ao final dos contratos. Caso essas operações fossem registradas como imobilizado em contrapartida de obrigações a pagar, os valores dos contratos poderiam ser resumidos como segue:

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Arrendadora	Data de início	Vencimento	Saldo ativo		Saldo passivo		Despesa do exercício	
			2007	2006	2007	2006	2007	2006
IBM Leasing	26/01/2007	25/01/2010	29.122	30.540	24.764	9.642	14.741	33.290
IBM Leasing	03/01/2006	03/01/2009	57.417	76.171	34.938	61.315	39.127	30.863
IBM Leasing	10/04/2006	10/04/2009	4.621	6.074	3.081	5.348	2.752	1.657
IBM Leasing	25/10/2006	24/10/2010	2.449	3.612	2.449	3.581	959	149
IBM Leasing	30/08/2006	30/08/2009	2.424	3.126	1.836	2.977	1.250	385
IBM Leasing	25/02/2007	25/02/2012	2.147		2.147		463	
IBM Leasing	25/10/2006	24/10/2009	2.145	2.742	1.710	2.679	1.035	161
IBM Leasing	25/03/2007	25/03/2010	1.874		1.653		590	
IBM Leasing	29/03/2006	29/03/2009	1.282	1.659	822	1.464	792	534
IBM Leasing	25/10/2004	25/10/2008	880	1.914	939	2.041	1.695	1.498
IBM Leasing	28/07/2005	28/07/2008	497	682	187	502	432	382
IBM Leasing	10/05/2005	10/05/2008	400	559	115	386	384	369
IBM Leasing	28/03/2002	28/02/2006		528				836
SAFRA	27/02/2007	27/02/2011	4.515		4.289		1.192	
Visa Net	13/10/2003	13/10/2006	577	1.269				1.622
Itaú Leasing	27/02/2004	27/02/2007	373	682		131	211	779
Fináustria	21/10/2002	21/10/2006		1.946				5.451
			110.723	131.504	78.930	90.066	65.623	77.976

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

18 Intangível

	Controladora				
	2007			2006	Taxa anual de amortização (%)
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual	
Software	1.144.260	(818.819)	325.441	283.658	20
Direito de Passagem	22.020	(6.450)	15.570	17.577	20
Outros	49.033	(47.257)	1.776	2.847	5 a 10
	1.215.313	(872.526)	342.787	304.082	
	Consolidado				
	2007			2006	Taxa anual de amortização (%)
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual	
Direito de Uso Oi (i)	1.414.967	(495.550)	919.417	843.008	7 a 13
Software	1.475.945	(988.847)	487.098	432.124	20
Outros	84.780	(58.954)	25.826	30.992	5 a 20
	2.975.692	(1.543.351)	1.432.341	1.306.124	

- (i) Refere-se, substancialmente, ao direito de uso das radiofrequências adquirido pela Oi em março de 2001 por R\$ 1.102.007 e em julho de 2003 e janeiro de 2004 por R\$ 111.315 cuja amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência das referidas autorizações, até 13 de março de 2016. Os encargos financeiros incorridos até o início das operações da Oi foram capitalizados, totalizando R\$ 63.942.

A Oi, para os contratos assinados em 2003 e 2004, realizou o pagamento de 10% sobre o valor contratual, na assinatura do contrato, reconhecendo o saldo restante no passivo, segregado em curto e longo prazo, com vencimentos finais em 2011 e 2012, respectivamente. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-DI, acrescido de juros de 1% ao mês.

Em dezembro de 2007, a Oi foi declarada vencedora nas propostas de preço apresentadas para 16 dos 105 lotes de frequência licitados pela ANATEL, conferindo a autorização de prestação de SMP por prazo indeterminado e de uso de radiofrequências em São Paulo pelo prazo renovável de 15 anos, o que representou uma adição no montante de R\$ 120.580, além de aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) com o prazo de vigência até 13 de março de 2016, o que promoveu uma adição de R\$ 10.526. A Oi, no ato da assinatura do contrato, realizou o pagamento de 10% sobre o valor contratado, reconhecendo integralmente no seu passivo o saldo restante proveniente da obrigação contraída junto a ANATEL, pela autorização de prestação de SMP e concessão de radiofrequência.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Conforme regra do edital o saldo devedor poderá ser liquidado em até seis parcelas anuais, iguais e sucessivas, a primeira com vencimento para 2010 ou de forma antecipada. No caso de parcelamento haverá incidência de IST, acrescida de juros de 1% ao mês.

19 Diferido

Os valores correspondem aos gastos incorridos por algumas controladas durante a fase pré-operacional e são amortizados com base em estudos de viabilidade econômica elaborados por terceiros. O prazo de amortização é estimado em dez anos para a Oi Internet, AIX e Oi, bem como, em cinco anos para a Paggo.

A composição do ativo diferido consolidado está detalhada a seguir:

	Valor líquido consolidado	
	2007	2006
Despesas financeiras	343.436	343.436
Serviços de terceiros	222.638	222.638
Pessoal	47.863	47.863
Materiais (substancialmente aparelhos)	30.572	30.572
Aluguéis e seguros	29.952	29.952
Receita de venda de aparelhos	(19.838)	(19.838)
Outros	4.964	2.522
Amortização acumulada	(363.001)	(297.186)
	296.586	359.959

Os saldos do diferido por controlada podem ser sumariados como segue:

	2007		2006
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Oi	631.633	(348.406)	283.227
AIX	21.512	(13.069)	8.443
Oi Internet	4.000	(1.200)	2.800
Paggo	2.442	(326)	2.116
	659.587	(363.001)	296.586
			359.959

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado



Em moeda estrangeira									
ABN AMRO Bank N.V. (vii)	08/2001	08/2009	Sem garantia	US\$	LIBOR + 0,25% a.a. a 0,76% a.a.	233.039	507.445	233.039	507.445
ABN AMRO Bank S.A.	09/2005	09/2008	Sem garantia	US\$	5,45% a.a.	106.595	128.663	106.595	128.663
ABN AMRO Bank N.V.	01/2004	04/2009	Sem garantia	US\$	LIBOR + 3,00% a.a. a 4,83% a.a.	88.565	128.280	88.565	128.280
ABN AMRO Bank S.A.	06/2005	05/2008	Sem garantia	US\$	5,05% a.a.	53.139	64.140	53.139	64.140
ABN AMRO Bank S.A.	12/2005	11/2008	Sem garantia	US\$	5,43% a.a.	35.426	42.760	35.426	42.760
ABN AMRO Bank S.A.	06/2005	12/2010	Sem garantia	US\$	5,51% a.a.	33.300	50.457	33.300	50.457
ABN AMRO Bank S.A.	10/2005	10/2008	Sem garantia	US\$	5,28% a.a.	27.130	32.747	27.130	32.747
ABN AMRO Bank S.A.	02/2006	01/2009	Sem garantia	US\$	5,40% a.a.	23.926	28.879	23.926	28.879
Citibank Tokyo (viii)	09/2007	09/2017	Sem garantia	Yen	LIBOR Japonesa + 0,48% a.a.	661.437		661.437	
FINNVERA (vii) (ix)	02/2003	02/2012	Sem garantia	US\$	LIBOR + 0,29% a.a.	159.417	235.180	159.417	235.180
FINNVERA (vii)	11/2004	11/2010	Sem garantia	US\$	LIBOR + 0,76% a.a. e	75.104	105.761	75.104	105.761
KFW (vii) (ix)	02/2003	08/2012	Sem garantia	US\$	LIBOR + 0,22% a.a.	72.152	104.507	72.152	104.507
KFW	07/2002	01/2011	Sem garantia	US\$	LIBOR + 0,5% a.a. e 2,0% a.a.	55.099	95.088	55.099	95.088
KFW	06/2000	10/2009	Sem garantia	US\$	8,75% a 11,87% a.a.		72.870		72.870
Société Générale / Coface (ix)	02/2003	11/2012	Sem garantia	US\$	LIBOR + 0,22% a.a.	51.262	74.249	51.262	74.249
Société Générale/Natexis	12/2004	10/2009	Sem garantia	US\$	LIBOR + 1,95% a.a.	30.365	54.977	30.365	54.977

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Início	Vencimento	Garantias	Moeda	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
						2007	2006	2007	2006
BNDES (iv)	12/2003	01/2011	Aval da TNL e recebíveis da TMAR	UMBND (x)	Taxa variável do BNDES - 4,50% a.a.	34.625	55.100	34.625	55.100
BNDES (vi)	12/2000	01/2008	Aval da TNL e recebíveis da TMAR	UMBND (x)	Taxa variável do BNDES + 3,85% a.a.	7.706	120.374	7.706	120.374
NIB (vii)	11/2004	11/2010	Sem garantia		LIBOR + 0,76% a.a.	30.365	42.760	30.365	42.760
NIB (vii) (ix)	03/2003	02/2012	Sem garantia	US\$	LIBOR + 0,75% a.a.	29.891	44.096	29.891	44.096
Banco Santander do Brasil S.A.	04/2005	04/2008	Sem garantia	US\$	5,9% a.a.	21.589	26.058	21.589	26.058
BANESPA	01/2004	01/2007	Sem garantia	US\$	6,5% a.a.		17.104		17.104
Deutsche Bank CIB	01/2004	01/2007	Sem garantia	US\$	LIBOR+ 4% a.a.		8.196		8.196
Unibanco	12/2004	12/2007	Sem garantia	US\$	4,90% a.a.		7.713		7.713
Encargos financeiros						50.964	77.776	50.964	77.776
Total em moeda estrangeira						1.881.096	2.125.180	1.881.096	2.125.180
Saldo de operações com "swap" em moeda estrangeira						778.107	836.548	778.107	836.548
Total dos empréstimos e financiamentos						5.249.344	5.431.393	5.659.985	5.442.054
Empréstimos e financiamentos - Curto prazo						1.296.542	1.632.588	1.318.787	1.632.588
Empréstimos e financiamentos - Longo prazo						3.952.802	3.798.805	4.341.198	3.809.466





Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro (consolidado)

Ano	Saldo inicial	Captações	Amortizações	Encargos financeiros	Saldo final
2007	5.442.054	1.873.007	(2.090.327)	435.251	5.659.985
2006	6.565.206	1.979.798	(3.771.535)	668.585	5.442.054

A taxa de juros média da dívida em moeda nacional, que totaliza R\$ 3.000.782 em 31 de dezembro de 2007 (2006 - R\$ 2.480.326), é de aproximadamente 10,5% a.a. (2006 - 10,4%). A taxa de juros média da dívida em moeda estrangeira, que totaliza R\$ 1.881.096 nessa mesma data (2006 - R\$ 2.125.180), é 5,9 % a.a. (2006 - 6,8%), para os recursos obtidos em dólares dos Estados Unidos da América, de 1,6% a.a. para os recursos obtidos em Yen Japonesa e de 11,0 % a.a. (2006 - 9,9%), para os recursos obtidos em cesta de moedas BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Os encargos financeiros da dívida são compostos, basicamente, por despesa financeira de juros, variação monetária e cambial, líquidos dos resultados das operações de “swap”.

(b) Descrição dos principais empréstimos e financiamentos

- (i) Em novembro de 2006, a TMAR celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 1.970.896 e sacou R\$ 810.000 com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa da TMAR programadas para o período entre 2006 e 2008. Em setembro de 2007, a TMAR sacou desta linha mais R\$ 700.000. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal vencerá mensalmente a partir de julho de 2009.
- (ii) Em setembro de 2004, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 663.000 e sacou R\$ 585.000 com o objetivo de financiar seu plano de investimento, sendo o saque de R\$ 400.000 em setembro de 2004 e de R\$ 185.000 em maio de 2005. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até abril de 2006, passando a ser mensal para o período de maio de 2006 até outubro de 2012. O principal vence mensalmente desde maio de 2006. Em 29 de dezembro de 2005, com a anuência do BNDES, a Oi transferiu o financiamento, em sua totalidade, para a TMAR.
- (iii) Em julho de 2007, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 466.760. Já foram desembolsados R\$ 290.000 em julho e R\$ 150.000 em outubro com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação móvel programadas para o período entre 2006 e 2008. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até janeiro de 2010, passando a ser mensal para o período de fevereiro de 2010 até janeiro de 2015. O principal vencerá mensalmente a partir de fevereiro de 2010.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (iv) No período de dezembro de 2003 a outubro de 2004, a TMAR sacou R\$ 529.635 relativos ao contrato de empréstimo celebrado com o BNDES em dezembro de 2002 com o objetivo de financiar seu plano de investimentos para os anos de 2002, 2003 e 2004. Os recursos foram aplicados na expansão da rede de telecomunicações e melhorias operacionais. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até janeiro de 2005, sendo mensal para o período de maio de 2005 até janeiro de 2011. O principal vence mensalmente desde maio de 2005.
- (v) Em julho de 2005, a TMAR celebrou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 217.945 e sacou R\$ 80.000 em julho de 2005 com o objetivo de financiamento do PGMU. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até agosto de 2006, sendo mensal para o período de setembro de 2006 até agosto de 2013. O principal vence mensalmente desde setembro de 2006.
- (vi) Refere-se à utilização dos recursos das linhas especiais de crédito para aquisição e instalação de equipamentos, infra-estrutura e outros, nos termos previstos no "Programa de Apoio a Investimentos em Telecomunicações". Os vencimentos dos encargos financeiros e do principal são mensais até janeiro de 2008.
- (vii) Em agosto de 2001, a Oi obteve uma linha de US\$ 1,425 bilhão com um consórcio de bancos e fornecedores (Nokia, Siemens e Alcatel), liderado pelo banco holandês ABN AMRO Bank, N.V., para a realização de investimentos e capital de giro. Após a realização de quatro reestruturações do empréstimo, a última realizada em novembro de 2007, o saldo da linha em 31 de dezembro de 2007 é de US\$ 193 milhões (2006 - US\$ 310 milhões), descontadas as amortizações. Os recursos propostos da linha de financiamentos já foram integralmente utilizados. Em novembro de 2003 foi efetuada a transferência da dívida da Oi para TMAR.
- (viii) Em setembro de 2007 a TMAR obteve R\$ 664.360 (US\$ 360.000) com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa. O empréstimo internacional foi estruturado por um consórcio de bancos liderado pelo Citibank Tokyo e pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation. O Japan Bank for International Corporation (JBIC, banco de fomento do governo japonês) atua como garantidor do financiamento. Também participam do consórcio os seguintes bancos: Mizuho Corporate Bank, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ e as filiais de Tóquio do Société Générale, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e ING Bank N.V..
- (ix) Em dezembro de 2002, a Oi celebrou contrato de financiamento com KFW- Kreditanstalt Für Wiederaufbau, NIB - Nordic Investment Bank, Société Générale/Coface e FINNVERA - Finnish Export Credit no montante de US\$ 300 milhões para substituição parcial da linha de crédito contratada com o ABN AMRO Bank N.V.. Em novembro de 2003 foi efetuada a transferência da dívida da Oi para TMAR.
- (x) Cesta de moedas divulgada diariamente pelo BNDES.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O desembolso de dívidas de longo prazo está programado como segue:

	Controladora				Consolidado			
	2007	%	2006	%	2007	%	2006	%
Em moeda nacional								
2008			257.439	6,8			268.100	7,0
2009	432.403	10,9	302.033	8,0	380.427	8,8	302.033	7,9
2010	525.778	13,3	383.092	10,1	606.513	14,0	383.092	10,1
2011	452.906	11,5	310.484	8,2	540.980	12,5	310.484	8,2
2012	420.368	10,6	278.027	7,3	508.442	11,7	278.027	7,3
2013 em diante	490.138	12,4	276.448	7,2	673.627	15,4	276.448	7,2
	<u>2.321.593</u>	<u>58,7</u>	<u>1.807.523</u>	<u>47,6</u>	<u>2.709.989</u>	<u>62,4</u>	<u>1.818.184</u>	<u>47,7</u>
Em moeda estrangeira								
2008			984.085	25,9			984.085	25,8
2009	684.194	17,3	651.763	17,2	684.194	15,8	651.763	17,1
2010	249.987	6,3	187.789	4,9	249.987	5,8	187.789	4,9
2011	175.090	4,4	105.845	2,8	175.090	4,0	105.845	2,8
2012	132.857	3,4	61.800	1,6	132.857	3,1	61.800	1,7
2013 em diante	389.081	9,9			389.081	8,9		
	<u>1.631.209</u>	<u>41,3</u>	<u>1.991.282</u>	<u>52,4</u>	<u>1.631.209</u>	<u>37,6</u>	<u>1.991.282</u>	<u>52,3</u>
Total								
2008			1.241.524	32,7			1.252.185	32,8
2009	1.116.597	28,2	953.796	25,2	1.064.621	24,6	953.796	25,0
2010	775.765	19,6	570.881	15,0	856.500	19,8	570.881	15,0
2011	627.996	15,9	416.329	11,0	716.070	16,5	416.329	11,0
2012	553.225	14,0	339.827	8,9	641.299	14,8	339.827	9,0
2013 em diante	879.219	22,3	276.448	7,2	1.062.708	24,3	276.448	7,2
	<u>3.952.802</u>	<u>100,0</u>	<u>3.798.805</u>	<u>100,0</u>	<u>4.341.198</u>	<u>100,0</u>	<u>3.809.466</u>	<u>100,0</u>

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

21 Tributos a recolher e diferidos

	Controladora				Consolidado			
	2007		2006		2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS (i)	265.915		307.119	35	443.514		407.673	35
ICMS - Convênio 69/1998 (ii)		76.764		57.069		76.764		57.293
PIS e COFINS	73.468		74.289		99.449		95.649	
Imposto de renda a pagar	414.109		153.602		494.288		179.242	
Contribuição social a pagar	211.882		65.839		248.340		74.924	
Imposto de renda e contribuição social diferidos Lei 8.200/1991	11.234		12.113		11.234		12.113	
Outros	24.006		27.251		34.087	2.653	35.847	11.839
	<u>1.000.614</u>	<u>76.764</u>	<u>640.213</u>	<u>57.104</u>	<u>1.330.912</u>	<u>79.417</u>	<u>805.448</u>	<u>69.167</u>

- (i) Incidem sobre os serviços de telecomunicações diversos impostos, inclusive municipais, estaduais e federais, sendo o principal tributo o ICMS, cobrado pelos estados com alíquotas diversas. A alíquota do ICMS é de 35% para Rondônia; 30% para os estados do Pará, Paraíba, Mato Grosso e Rio de Janeiro; 29% para os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul; 28% para Pernambuco; 27% para os estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná e Alagoas. Para os demais estados, a alíquota do ICMS é 25%.
- (ii) Em junho de 1998, os Secretários Estaduais de Finanças aprovaram o Convênio 69, aumentando a abrangência do ICMS, que passou a incidir também sobre outros serviços, inclusive a tarifa de habilitação. De acordo com essa interpretação, o ICMS poderia ser aplicado retroativamente em cinco anos. A administração e os consultores jurídicos da TMAR acreditam que a abrangência para serviços suplementares aos de telecomunicações é questionável por que: (a) os secretários estaduais atuaram além do escopo de suas autoridades; (b) a interpretação considera serviços que não são considerados de telecomunicações; e (c) novos impostos não podem ser aplicados retroativamente.

Com a edição do referido Convênio, a TMAR ajuizou mandado de segurança contra a incidência do ICMS sobre os serviços de instalação e habilitação (principais receitas em discussão), registrando mensalmente a provisão e atualização monetária. Recentemente, a TMAR obteve êxito através de decisões definitivas transitadas em julgado proferidas nos autos das ações que impetrou nos estados de Sergipe, Amazonas e Amapá, sendo declarada inconstitucional a cobrança do ICMS sobre tais serviços. No STJ – Supremo Tribunal de Justiça também tem prevalecido o entendimento pela não incidência do ICMS sobre as receitas de habilitação e outros serviços preparatórios à telecomunicação.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Face ao posicionamento do STJ, a administração entende que os valores que vêm sendo cobrados dos assinantes deverão ser devolvidos aos mesmos na medida em que as ações judiciais nos diversos estados forem transitadas em julgado. Além disso, a administração também entende que a devolução desses valores está condicionada ao fato do assinante estar ativo na base e adimplente com suas obrigações.

O valor é apresentado líquido de depósitos judiciais de R\$ 146.163 (2006 – R\$ 130.055) no consolidado.

22 REFIS II - Programa de Refinanciamento Fiscal

A TMAR e sua controlada Oi aderiram ao PAES - Parcelamento Especial, (também conhecido como REFIS II – Programa de Recuperação Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003. Conforme previsto no Art. 7º da referida Lei, a TMAR e sua controlada são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do REFIS II, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

Os refinanciamentos foram pactuados em 120 meses, tendo sido liquidados, sem atraso no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, R\$ 115.346 (controladora) (2006 – R\$ 107.900) e R\$ 115.821 (consolidado) (2006 – R\$ 108.344), em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no REFIS II.

Os valores do REFIS II são compostos como segue:

	Controladora				Consolidado			
	2007		2006		2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
COFINS	69.516	306.697	65.234	353.037	69.835	309.729	65.533	356.182
CPMF	24.896	109.794	23.363	126.393	25.023	110.353	23.481	127.037
Imposto de renda	12.826	54.464	12.035	63.145	12.826	54.464	12.035	63.145
Contribuição social	4.313	22.782	4.047	25.426	4.313	22.782	4.047	25.426
INSS - SAT	2.996	19.461	2.858	21.048	2.996	19.461	2.858	21.048
IOF	3.555	15.485	3.337	17.867	3.556	15.485	3.337	17.867
PIS	576	2.569	540	2.951	618	2.985	578	3.386
	<u>118.678</u>	<u>531.252</u>	<u>111.414</u>	<u>609.867</u>	<u>119.167</u>	<u>535.259</u>	<u>111.869</u>	<u>614.091</u>

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os valores do REFIS II segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	Consolidado			
	2007			2006
	Principal	Multas	Juros	Total
COFINS	273.566	27.470	78.530	379.564
CPMF	97.289	9.729	28.358	135.376
Imposto de renda	36.874	8.707	21.709	67.290
Contribuição social	15.026	3.355	8.714	27.095
INSS - SAT	13.169	2.276	7.014	22.457
IOF	12.810	1.280	4.945	19.039
PIS	2.298	256	1.051	3.605
	451.032	53.073	150.321	654.426
				725.960

Esses valores são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, tendo sido reconhecidos R\$ 43.995 na controladora (2006 – R\$ 58.857) e R\$ 44.288 no consolidado (2006 – R\$ 59.230) como “Despesas financeiras” no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (vide Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2007, os fluxos de pagamentos do REFIS II trazidos a valor presente, pela taxa de 12% a.a. (taxa média projetada de remuneração), pelo prazo restante de cinco anos e cinco meses totalizam R\$ 585.094 na controladora e R\$ 588.871 no consolidado.

A TMAR em face da inclusão indevida por parte da SRF e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional de débitos no PAES, entendeu necessário o ajuizamento de ação judicial para comprovar a regularidade do pagamento das parcelas do programa, bem como, de maneira a demonstrar corretamente os débitos incluídos naquele programa. Nesse sentido, em face de concessão de medida liminar condicionada a garantia, na referida ação, efetuava-se mensalmente depósito judicial complementar, de aproximadamente R\$ 3 milhões, até que se obtivesse decisão administrativa ou judicial que ajustasse o saldo correto das dívidas por ela incluídas no PAES. Em maio de 2006, a TMAR obteve decisão judicial que autorizou que a garantia a ser ofertada mensalmente na referida ação seja feita mediante fiança bancária e não depósito em dinheiro.

No que se refere à Oi, foi detectada a mesma inclusão indevida por parte das autoridades administrativas de outros valores que não aqueles indicados pela sociedade. Em 22 de agosto de 2006 a SRF excluiu a Oi do REFIS II, em razão de suposta inadimplência. Tendo em conta que a administração e seus assessores jurídicos entendem que tal exclusão é absolutamente equivocada, uma vez que o cálculo das parcelas pagas é efetuado com base nos valores cuja inclusão foi efetivamente requerida, a Oi está adotando as providências administrativas e judiciais necessárias para a reinclusão no parcelamento REFIS II. No caso de recálculo da dívida do REFIS II sem os benefícios previstos na Lei nº 10.684/2003, o valor da referida dívida de longo prazo seria transferida para o passivo circulante, no montante de R\$ 4.007.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

23 Provisões para perdas em processos judiciais

(a) Composição do saldo

		Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
Tributárias					
(i)	ICMS	308.513	224.763	388.954	286.093
(ii)	FUST	79.416	56.415	79.416	64.525
	Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	54.169	89.100	54.169	89.100
	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	50.350	46.811	50.350	46.811
(iii)	ISS	48.648	49.198	49.027	49.198
	FUNTTTEL	44.450	27.768	44.864	28.151
(iv)	ILL	43.346	41.119	43.346	41.119
(v)	Demais ações	76.803	135.303	78.158	138.505
	Depósitos judiciais vinculados (*)	(134.520)	(70.424)	(151.628)	(70.424)
		<u>571.175</u>	<u>600.053</u>	<u>636.656</u>	<u>673.078</u>
Trabalhistas					
(i)	Horas extras	190.626	368.070	192.375	371.239
(ii)	Diferença salarial	125.902	127.468	126.402	127.775
(iii)	Indenizações	88.520	106.459	89.023	106.616
(iv)	Multas trabalhistas	81.575	36.647	81.887	36.746
(v)	Adicionais diversos	78.183	121.308	78.283	121.379
(vi)	Subsidiariedade	60.130	260.655	62.579	262.134
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	41.229	23.980	41.301	23.994
(viii)	Complemento de aposentadoria	31.937	25.779	31.937	25.886
(ix)	Verbas rescisórias	22.739	18.693	23.415	18.938
(x)	FGTS	15.241	9.080	15.280	9.181
(xi)	Vínculo empregatício	14.469	871	14.839	884
(xii)	Demais ações	59.175	23.398	59.214	23.327
	Depósitos judiciais vinculados (*)	(233.428)	(202.428)	(234.521)	(203.899)
		<u>576.298</u>	<u>919.980</u>	<u>582.014</u>	<u>924.200</u>
Cíveis					
(i)	Estimativas ANATEL	298.098	157.299	303.026	159.868
(ii)	Juizados Especiais Cíveis	72.527	69.793	81.163	77.120
(iii)	Multas ANATEL	65.327	52.962	67.943	55.200
(iv)	Demais ações	266.123	255.936	272.929	262.938
		<u>702.075</u>	<u>535.990</u>	<u>725.061</u>	<u>555.126</u>
		<u>1.849.548</u>	<u>2.056.023</u>	<u>1.943.731</u>	<u>2.152.404</u>

(*) Conforme Deliberação CVM nº 489/2005.

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente de acordo com as seguintes taxas de juros e índices:

Tributárias: Variação da taxa de juros SELIC e UFIR;

Trabalhistas: Índices dos TRT's - Tribunal Regional do Trabalho, acrescida de 1% de juros a.m.;

Cíveis: UFIR – Unidade Fiscal de Referência, acrescido de juros (0,5% até 9 de janeiro de 2003 e 1% a partir de 10 de janeiro de 2003) a.m. e
 ANATEL - IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco, líquido de depósitos judiciais em 31 de dezembro (consolidado)

	2007			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Prováveis	636.656	582.014	725.061	1.943.731
Possíveis	5.345.473	387.112	1.093.074	6.825.659
Remotas	691.791	683.661	375.036	1.750.488
	<u>6.673.920</u>	<u>1.652.787</u>	<u>2.193.171</u>	<u>10.519.878</u>
	2006			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Prováveis	673.078	924.200	555.126	2.152.404
Possíveis	4.225.729	958.396	596.679	5.780.804
Remotas	273.406	1.083.903	625.677	1.982.986
	<u>5.172.213</u>	<u>2.966.499</u>	<u>1.777.482</u>	<u>9.916.194</u>



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2005	465.407	999.361	451.790	1.916.558
Adições, líquidas de reversões	231.901	127.672	251.846	611.419
Baixas por pagamento	(126.961)	(133.752)	(264.818)	(525.531)
Atualização monetária (Nota 7)	100.130	129.127	97.172	326.429
Depósitos judiciais vinculados	(70.424)	(202.428)		(272.852)
Em 31 de dezembro de 2006	600.053	919.980	535.990	2.056.023
Adições, líquidas de reversões (i)	100.717	(67.816)	280.660	313.561
Baixas por pagamento	(102.850)	(237.767)	(156.293)	(496.910)
Atualização monetária (Nota 7)	37.351	(7.099)	41.718	71.970
Depósitos judiciais vinculados	(64.096)	(31.000)		(95.096)
Em 31 de dezembro de 2007	571.175	576.298	702.075	1.849.548
	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2005	472.489	1.001.758	460.482	1.934.729
Adições, líquidas de reversões	293.958	130.391	278.259	702.608
Baixas por pagamento	(143.091)	(134.565)	(282.855)	(560.511)
Atualização monetária (Nota 7)	120.146	130.515	99.240	349.901
Depósitos judiciais vinculados	(70.424)	(203.899)		(274.323)
Em 31 de dezembro de 2006	673.078	924.200	555.126	2.152.404
Adições, líquidas de reversões (i)	104.134	(67.604)	298.824	335.354
Baixas por pagamento	(104.446)	(237.781)	(171.358)	(513.585)
Atualização monetária (Nota 7)	45.094	(6.179)	42.469	81.384
Depósitos judiciais vinculados	(81.204)	(30.622)		(111.826)
Em 31 de dezembro de 2007	636.656	582.014	725.061	1.943.731

- (i) O total das adições líquidas de reversões, no valor de R\$ 335.354 é composto pelas despesas com provisões para perdas em processos judiciais no valor de R\$ 309.755 (vide Nota 6) e pelos valores discriminados no quadro que segue abaixo, no valor total de R\$ 25.599. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a administração alterou a apuração das perdas em processos trabalhistas e segundo a nova estimativa o cálculo baseia-se no histórico de pagamentos realizados. A mudança de estimativa gerou uma reversão na provisão de perdas com processos judiciais no montante total de R\$ 407.422, com efeito de R\$ 264.386 na conta de Outras despesas operacionais - provisões/reversões para perdas em processos judiciais (Nota 6), e de R\$ 143.036 na conta de Resultado financeiro - atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais (Nota 7).

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os valores provisionados referentes aos questionamentos relativos ao ICMS sobre locação de portas IP, INCRA, FUST, FUNTTEL e Crédito de ICMS sobre energia elétrica são registrados nas contas de resultado desses tributos, como demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Deduções da receita bruta:				
Locação de portas IP				(15.195)
Despesas de pessoal:				
INCRA	(725)	(666)	(865)	(790)
Outras despesas operacionais:				
FUNTTEL	(13.067)	(11.221)	(13.067)	(11.221)
FUST	(17.534)	(38.785)	(9.696)	(46.622)
Crédito de ICMS sobre energia elétrica	(1.971)	(7.511)	(1.971)	(8.105)
	<u>(33.297)</u>	<u>(58.183)</u>	<u>(25.599)</u>	<u>(81.933)</u>

(d) Provisões prováveis (consolidado)

Tributárias:

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias;
- (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa - Conforme divulgado na Nota 9, a TMAR possui liminar judicial garantindo a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando apurados nos anos-base anteriores a 1998, inclusive, com base em 100% dos lucros tributáveis apurados.
- (iii) ISS – A TMAR mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos. O valor provisionado reflete a parcela das autuações que os consultores jurídicos entendem ser passível de perda.
- (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R\$ 10.462 (2006 – R\$ 10.462), a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 39.213 (2006 – R\$ 35.282)

Trabalhistas:

- (i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- (ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (iii) Indenizações - As indenizações correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.
- (iv) Multas trabalhistas - Multas previstas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho pela inadimplência de determinadas verbas trabalhistas, pagas fora do prazo determinado.
- (v) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- (vi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, sendo a TMAR responsabilizada subsidiariamente pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - Referem-se aos valores de sucumbência devidos aos advogados dos autores quando vencedores, incluindo os honorários devidos em reclamações assistidas pelo sindicato representativo da categoria, bem como ao pagamento dos honorários de peritos e assistentes.
- (viii) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes às diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
- (ix) Verbas rescisórias - Representada por verbas devidas e não quitadas quando da rescisão contratual dos ex-empregados, incluindo indenização prevista no PIRC – Plano Incentivado de Rescisão Contratual.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS, prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- (xi) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
- (xii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Cíveis:

- (i) Estimativas ANATEL - A variação no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, é composta pelo complemento da provisão em R\$ 143.158 (2006 - R\$ 52.221), substancialmente, em função do descumprimento das obrigações de PGMU.
- (ii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram efetuados pagamentos para liquidação de diversos processos, no montante de R\$ 83.469 (2006 - R\$ 85.010), compensados por novas provisões no total de R\$ 79.426 (2006 - R\$ 106.342).
- (iii) Multas ANATEL - Referem-se, substancialmente, as provisões de PADO's - Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações de PGMQ - Plano Geral de Metas de Qualidade e RIQ - Regulamento de Indicadores de Qualidade.
- (iv) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, planos de expansão com emissão de ações, entre outros. A variação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 decorre da revisão do risco de perda dessas ações, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, bem como da reavaliação dos valores provisionados para fazer face às perdas com ações de rescisão contratual.

(e) Contingências possíveis (não provisionadas)

A TMAR e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião dos consultores jurídicos as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Tributárias:

ICMS - A TMAR sofreu diversas autuações fiscais de ICMS que alcançam o montante aproximado de R\$ 1.751.120 (2006 – R\$ 1.197.844). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

ISS - As autuações referentes à incidência de ISS sobre aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação, no montante total aproximado de R\$ 1.220.855 (2006 – R\$ 1.060.915), não estão provisionadas por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Existem processos no montante aproximado de R\$ 808.000 (2006 – R\$ 719.954) relacionados, principalmente, à responsabilidade solidária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei 10.101 e do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 289.771.

Tributos federais - Existem diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 1.030.798 (2006 – R\$ 522.018). A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como boas as chances de êxito nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

- (i) IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em agosto de 2000, a TMAR foi autuada pela SRF do Rio de Janeiro por fatos geradores ocorridos em 1996, anteriormente, portanto, à privatização, totalizando R\$ 993.689. Desse montante foram inscritos, aproximadamente, R\$ 51.000 no REFIS II. Após decisão final, o valor remanescente, cujo risco máximo é considerado possível e está sendo questionado judicialmente totaliza, aproximadamente, R\$ 82.308 (2006 – R\$ 118.242).
- (ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006 a TMAR foi autuada pela SRF no montante de R\$ 677.436 (2006 – R\$ 519.075), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS; devido a fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Companhia levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis as chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R\$ 385.127 o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à Companhia. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, a avaliação da Companhia é de que a parcela reduzida deve ser considerada remota, permanecendo possível a parcela restante.

- (iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à TMAR multa de R\$ 160.083 pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL. Os assessores jurídicos da Companhia consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores ter sido alcançada pela decadência, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do Art.77 da Lei 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei 10.833/2003.

Trabalhistas:

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade solidária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 387.112 (2006 – R\$ 958.396), que se encontram, substancialmente, em 1ª instância judicial, não tendo sido publicada qualquer decisão acerca do mérito dessas ações. A variação do valor da contingência está relacionada com a mudança de estimativa, conforme comentado em item (c) (i).

Cíveis:

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem mais de 24.490 ações (2006 – 24.676) que totalizam, aproximadamente, R\$ 1.093.074 (2006 – R\$ 596.679).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

24 Debêntures

Em AGO – Assembléia Geral Ordinária, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de 216.000 (duzentas e dezesseis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 2.160.000, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de “spread” de 0,55% a.a.,



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Em milhares de reais, exceto quando indicado

respectivamente. Os juros registrados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 76.189 (2006 – R\$ 92.868) são amortizados semestralmente, tendo o último vencimento ocorrido em 1 de setembro de 2007 e o próximo ocorrerá em 1 de março de 2008. O Conselho de Administração da TMAR aprovou essa operação em 15 de março de 2006.

Em AGO, realizada em 17 de abril de 2007, foi aprovada a emissão privada, pela TMAR, de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, em até cinco séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 54.000, visando financiar a expansão de serviços de telefonia móvel de diversas localidades no estado de Minas Gerais ("Projeto Minas Comunica"). A assinatura da escritura foi em 18 de dezembro de 2007 e a subscrição da 1ª série no valor de R\$ 11.080 ocorreu no dia 28 do mesmo mês. O prazo final de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2021 com amortizações parciais em 2018, 2019 e 2020. As debêntures serão remuneradas pelo IPCA + 0,5% a.a..

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado é representado por 700 milhões de ações. Em AGE realizada em 30 de março de 2006, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 214.696, mediante a incorporação das reservas de incentivos fiscais sobre o lucro da exploração referentes aos exercícios de 1999 a 2004. Em nova AGE realizada no dia 29 de setembro de 2006 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 89.945, mediante a incorporação das reservas de incentivos fiscais sobre o lucro da exploração referentes aos exercícios de 2005 e residual de 2004.

Em AGE realizada em 4 de janeiro de 2008 foi aprovado a conversão de 47 mil ações preferenciais classe "B" da Companhia, em 47 mil ações preferenciais classe "A", conforme aviso aos acionistas publicado em 21 de junho de 2007.

O capital social subscrito é de R\$ 7.425.506, sendo o capital social integralizado em 31 de dezembro de 2007 de R\$ 7.418.989. O capital social da Companhia está representado por :

	Quantidade (em milhares de ações)			
	2007	%	2006	%
Ações ordinárias	107.187	44,4	107.187	44,4
Ações preferenciais classe A	133.416	55,2	133.369	55,2
Ações preferenciais classe B	1.065	0,4	1.112	0,4
Total	241.668	100,0	241.668	100,0
Ações em tesouraria	(3.054)		(3.054)	
Total em circulação	<u>238.614</u>		<u>238.614</u>	

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Reservas de capital

Reserva de ágio na subscrição de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

Embora existam doações e subvenções de ativos recebidos no passado, em conformidade com o plano de autofinanciamento, o saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração.

Através de laudos constitutivos, emitidos por inventariante extrajudicial da extinta SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em decorrência da designação estabelecida na Portaria nº 370, de 31 de maio de 2002, a TMAR tornou-se beneficiária da redução do imposto de renda a pagar em função do lucro da exploração em dez de suas 16 filiais. Os benefícios concedidos são calculados às seguintes alíquotas:

Para as atividades de manutenção de planta de telefonia:

- 25% de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008; e
- 12,5% de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Para as atividades de ampliação da planta de telefonia, os benefícios são calculados a 75%, com vigência até 31 de dezembro de 2010.

A base de cálculo deste benefício é o lucro líquido antes do imposto de renda, ajustado pelos ganhos e perdas de equivalência patrimonial e resultados não-operacionais, conforme estabelecido na Lei nº 7.959 de 21 de dezembro de 1989.

Este incentivo é registrado em reserva de capital em contrapartida da redução dos valores de imposto de renda a pagar, sendo que em 2007 foram utilizados R\$ 243.200 (2006 - R\$ 142.239) a título destes benefícios e a título de FINOR (2006 - R\$ 17.300).

Reserva de juros sobre obras em andamento

Corresponde à contrapartida do excesso dos juros calculados mensalmente à taxa de 12% a.a. incidentes sobre os saldos de obras em andamento da TMAR, conforme definido na Portaria nº 21 de 21 de janeiro de 1994 e Portaria nº 3 de 25 de fevereiro de 1994 expedidas pelo Ministério das Comunicações. Os juros cobrados a 12% a.a. que excediam a despesa financeira sobre os empréstimos para financiar as obras em andamento eram contabilizados nesta conta de reserva de capital. Esses juros foram calculados pela TMAR até 31 de dezembro de 1999.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Reserva especial Lei 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a TMAR deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia-fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel da Oi, tendo sido investidos no ativo permanente R\$ 2,5 bilhões em 2007 (2006 – R\$ 2,3 bilhões). A expectativa de retorno desses investimentos é de sete anos, a partir de sua realização. Em 2007, a Companhia constituiu reserva de investimento no montante de R\$ 1.612.105 (2006 – R\$ 943.523) visando preservar seus fluxos de caixa. Todavia, na medida em que a situação financeira permitir, essa reserva poderá ser utilizada para distribuição de dividendos.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com seu estatuto social, a TMAR deve distribuir dividendos em cada exercício social, em valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso de capital sem prêmio e na distribuição de dividendos, sendo a elas assegurado o pagamento de dividendos fixos, não cumulativos, de 10% a.a. em proporção à participação no capital social. Os montantes remanescentes ao dividendo mínimo obrigatório são alocados aos detentores de ações ordinárias e preferenciais classe "A". Às ações preferenciais classe "A" são assegurados dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias.

O estatuto social também prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio na forma de pagamento aos acionistas. A parcela dos juros sobre o capital próprio é dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social, limitada à TJLP média durante o período aplicável sobre o patrimônio líquido no final do exercício anterior, não podendo exceder a (i) 50% do lucro líquido (antes de levar em consideração essa distribuição e quaisquer deduções do imposto de renda) no período em que a declaração é feita, ou (ii) 50% dos lucros acumulados somados às reservas de lucros, o que for maior. O montante pago ou designado como juros sobre o capital próprio é considerado como parte de distribuição de dividendos



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

obrigatórios. Nesse caso, de acordo com a legislação societária brasileira, a TMAR é obrigada a distribuir aos acionistas um montante suficiente para assegurar que o valor líquido recebido, após o pagamento do imposto de renda retido na fonte, seja pelo menos igual ao dividendo mínimo obrigatório.

Em AGO realizada no dia 11 de abril de 2007, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 no montante de R\$ 1.614.526, da seguinte forma: (a) constituição de reserva legal no montante de R\$ 68.562, (b) constituição de reserva de investimento no montante de R\$ 943.523 e (c) destinação do montante total de R\$ 651.357 sendo R\$ 1.000 a título de dividendos e R\$ 650.357 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento iniciou em 20 de abril de 2007.

	Proposta 2006/R\$		
	Ordinárias	PNA	PNB
Juros sobre o capital próprio (valores históricos)			
31 de março de 2006	0,930	1,023	0,930
30 de junho de 2006	0,850	0,936	0,850
29 de setembro de 2006	0,803	0,883	0,803
Dividendos propostos pela Administração			0,901

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	2.691.773	1.614.526
Reserva legal – 5%		(68.562)
Lucro líquido ajustado	2.691.773	1.545.964
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	672.943	386.491
Dividendos propostos	329.087	1.000
Juros sobre o capital próprio bruto	760.945	650.357
IRRF s/ Juros sobre o capital próprio	(107.594)	(66.107)
Total da distribuição aos acionistas líquido de IRRF	982.438	585.250



Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os dividendos fixos estatutários para as ações preferenciais classe "B" foram calculados como segue :

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
	<u>PNB</u>	<u>PNB</u>
Capital social subscrito	7.425.506	7.425.506
Total de ações em circulação	238.614.355	238.614.355
Total de ações preferenciais classe "B" em circulação	1.063.967	1.110.794
Base de cálculo	33.110	34.567
Percentual do dividendo fixo estatutário	10%	10%
Dividendo fixo estatutário	3.311	3.457

Do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foi proposto pela Administração R\$ 329.087 a título de dividendos e R\$ 760.945 na forma de juros sobre o capital próprio, sendo o valor total da proposta superior ao dividendo mínimo obrigatório (estatutário), sendo que para efeito de base de cálculo para determinação de juros sobre o capital próprio a distribuir são considerados os valores líquidos de IRRF.

	<u>Proposta 2007/R\$</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>PNA</u>	<u>PNB</u>
Juros sobre o capital próprio (valores históricos)			
10 de dezembro de 2007	3,0237	3,3260	3,0237
Dividendos (propostos pela Administração)	1,3122	1,4434	0,5418

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio a pagar pela controladora, que estão demonstrados no passivo circulante, são compostos como segue:

<u>Ano-base da proposta</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
2007	984.901	
2006	14.369	653.036
2005	19.985	20.255
2004	23.593	24.552
2003		10.711
	<u>1.042.848</u>	<u>708.554</u>

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) Dividendos prescritos

Referem-se aos dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas após o período de três anos contados a partir da data em que essas remunerações são postas à disposição dos acionistas.

(f) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2007 a quantidade de ações em tesouraria é de 3.054 mil ações, sendo 124 mil ordinárias e 2.930 mil preferenciais. Em AGE da TMAR, realizada em 4 de janeiro de 2008, foi aprovado o cancelamento da totalidade dessas ações.

Em 7 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração da TMAR aprovou a reabertura do programa de recompra de ações para posterior cancelamento ou manutenção em tesouraria, pelo prazo de 365 dias contados a partir da data desta deliberação, e o limite máximo de 283.522 ações ordinárias, 2.615.835 ações preferenciais classe "A" e 106.396 ações preferenciais classe "B", que correspondem, para cada espécie e classe, menos de 10% das ações em circulação.

26 Instrumentos financeiros

A TMAR e suas controladas estão expostas, principalmente, ao risco de mercado decorrente de mudanças nas taxas de câmbio, uma vez que grande parte do seu endividamento é denominada em moeda estrangeira enquanto suas receitas são auferidas em reais. Visando a redução da exposição ao risco, utilizam instrumentos derivativos tais como contratos de "swap". A TMAR e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Essas transações são realizadas por intermédio da área de tesouraria de acordo com a estratégia previamente aprovada pela administração.

(a) Risco de taxa de câmbio

Aproximadamente 26% (2006 - 31%) da dívida consolidada, incluindo debêntures e excluindo as operações de "swap" e as transações entre partes relacionadas, é expressa em moeda estrangeira (dólares dos Estados Unidos da América, cesta de moedas do BNDES e Yen Japonesa).

A soma do valor nominal dos "swaps" e de investimentos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2007 totalizam US\$ 632.954 mil (2006 - US\$ 758.248 mil) na controladora e no consolidado, com 60 % de cobertura do risco cambial (2006 - 76%).



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A posição resumida dessas operações se apresenta como segue:

	Valor dos contratos de derivativos		(Perda) com derivativos	
	2007	2006	2007	2006
Controladora e consolidado				
Aplicação em moeda estrangeira (i)	320.312	230.144	(30.411)	(13.663)
"Swap" cambial	800.695	1.390.905	(350.667)	(478.771)

As operações de "swap" cambial transferem o risco de variação de moedas estrangeiras para a variação do CDI.

(i) Os rendimentos de aplicações financeiras em moeda estrangeira são registrados em resultado de operações de "hedge" (vide Nota 7).

(b) Risco de taxa de juros

A TMAR possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros flutuantes com base na TJLP ou no CDI, no caso das dívidas expressas em reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em dólares dos Estados Unidos da América, da LIBOR japonesa no caso da dívida expressa em Yen Japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em cesta de moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a TMAR possui operações de "swap" que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas.

Em 31 de dezembro de 2007, aproximadamente 93% (2006 – 80%) da dívida contratada, incluindo debêntures, estava sujeita a taxas de juros flutuantes e 7% (2006 – 12%) foram trocados por taxas fixas por meio das operações de "swap".

	Valor dos contratos		Ganho com "hedge"	
	2007	2006	2007	2006
"Swap" de taxa de juros:				
Controladora e consolidado	493.690	761.810	9.001	9.432

(c) Concentração do risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira e dos controles de monitoramento aplicados à mesma. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas nas suas realizações (vide Nota 11).

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração.

(d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

		2007			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(i)	Empréstimos e financiamentos	5.249.344	5.248.397	5.659.985	5.659.038
(ii)	Aplicações em títulos e valores mobiliários	2.893.643	2.893.643	5.619.388	5.619.388
(ii)	Debêntures	2.247.269	2.247.269	2.247.269	2.247.269
		2006			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(i)	Empréstimos e financiamentos	5.431.393	5.423.812	5.442.054	5.434.916
(ii)	Aplicações em títulos e valores mobiliários	2.335.307	2.335.307	3.838.888	3.838.888
(ii)	Debêntures	2.252.868	2.252.868	2.252.868	2.252.868

(i) Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares.

(ii) Os saldos contábeis de aplicações em títulos e valores mobiliários e debêntures em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são semelhantes aos valores de mercado, pois encontram-se registrados a valores de realização.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

27 Benefícios a empregados

(a) Planos de previdência privada

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Com as alterações estatutárias, aprovadas pela SPC em janeiro de 2000, as patrocinadoras negociaram as condições para a criação de planos individualizados por patrocinadora e restringiram a solidariedade somente aos participantes que se aposentaram até 31 de janeiro de 2000 (plano previdenciário denominado PBS-A - PBS-Assistidos).

A TMAR patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos (PBS-A e PBS-Telemar) e a TMAR, a Oi e Oi Internet patrocinam planos de previdência privada de contribuição variável (TelemarPrev).

Conforme facultado pelo Art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da SISTEL protocolou em outubro de 2004 o pedido de transferência da administração dos planos PBS-Telemar e TelemarPrev para a FASS - Fundação Atlântico de Seguridade Social. A FASS foi constituída pela TMAR, e foi autorizada pela SPC, em 12 de janeiro de 2005, a iniciar suas atividades. Em 28 de fevereiro de 2005, foi concluído o processo de transferência da administração dos planos de benefícios PBS-Telemar e TelemarPrev da SISTEL para a FASS, permanecendo sob a responsabilidade da SISTEL o plano PBS-A.

A FASS, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Em dezembro de 2006, a SPC aprovou novas alterações do regulamento do TelemarPrev, visando a simplificação do texto regulamentar e procedimentos operacionais.

A escrituração contábil dos planos previdenciais e assistenciais é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por plano de benefício.

As informações e os efeitos para divulgação, requeridos pelo pronunciamento emitido pelo IBRACON sobre contabilização de benefícios a empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 371/2000, estão apresentados a seguir:

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) Planos de benefícios definidos (PBS-A e PBS-Telemar)

Quando das alterações estatutárias da SISTEL, foi implantado o PBS-Telemar (individual) mantendo os mesmos benefícios previstos no plano PBS-A (solidário). Além de benefícios de suplementação de renda mensal, é fornecida assistência médica PAMA - Plano de Assistência Médica ao Aposentado aos empregados aposentados e seus dependentes, a custo compartilhado com outras patrocinadoras.

A contribuição dos participantes ativos do plano PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) percentual de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (ii) 1% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

Esse plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev, em setembro de 2000, tendo migrado cerca de 96% dos antigos participantes para o TelemarPrev.

Conciliação dos ativos e passivos:

	Controladora e consolidado			
	2007		2006	
	PBS-A (*)	PBS-Telemar	PBS-A (*)	PBS-Telemar
Valor justo dos ativos do plano	3.777.781	200.602	3.357.338	190.711
Valor presente das obrigações atuariais	(2.424.943)	(177.851)	(2.208.646)	(160.231)
Valor justo dos ativos em excesso ao passivo atuarial	<u>1.352.838</u>	<u>22.751</u>	<u>1.148.692</u>	<u>30.480</u>

(*) Não inclui participantes ativos, existindo superávit em montante suficiente para cumprimento das obrigações atuariais futuras.

Embora os planos apresentem ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, esses excedentes não serão reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso, além do PBS-A não ser um plano contributivo.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Movimentação dos ativos dos planos:

	Controladora e consolidado	
	PBS-A	PBS- Telemar
Valor justo dos ativos em 2006	3.357.338	190.711
Benefícios pagos no ano	(192.662)	(12.129)
Contribuições vertidas no ano		247
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	613.105	21.773
Valor justo dos ativos em 2007	<u>3.777.781</u>	<u>200.602</u>

Movimentação dos passivos atuariais:

	Controladora e consolidado	
	PBS-A	PBS- Telemar
Valor das obrigações em 2006	2.208.646	160.231
Custo do serviço corrente bruto (com juros)		284
Juros sobre obrigação atuarial	216.875	15.784
Benefícios pagos no ano	(192.661)	(12.129)
Perda atuarial	30.869	790
Impactos das alterações das premissas	161.214	12.891
Valor das obrigações em 2007	<u>2.424.943</u>	<u>177.851</u>

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

(ii) Plano de previdência privada de contribuição variável (TelemarPrev)

A TMAR, Oi e Oi Internet patrocinam o plano TelemarPrev, aprovado pela SPC em setembro de 2000.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário-de-participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário-de-participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário-de-participação, e por prazo não inferior a seis meses. Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário-de-participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário-de-participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

A seguir são apresentados os dados do plano da TelemarPrev da parcela da contribuição variável relativa ao benefício definido.

Conciliação dos ativos e passivos :

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
	<u>TelemarPrev</u>			
Valor justo dos ativos do plano	2.109.894	1.749.858	2.145.626	1.775.223
Valor presente das obrigações atuariais	<u>(1.842.545)</u>	<u>(1.604.053)</u>	<u>(1.871.819)</u>	<u>(1.626.270)</u>
Valor justo dos ativos em excesso ao passivo atuarial	<u>267.349</u>	<u>145.805</u>	<u>273.807</u>	<u>148.953</u>

Movimentação dos ativos dos planos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>TelemarPrev</u>	
Valor justo dos ativos em 2006	1.749.858	1.775.223
Benefícios pagos no ano	(97.347)	(98.112)
Contribuições vertidas no ano	212.780	233.630
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	244.603	234.824
Outros		61
Valor justo dos ativos em 2007	<u>2.109.894</u>	<u>2.145.626</u>



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Movimentação dos passivos atuariais:

	Controladora	Consolidado
		TelemarPrev
Valor das obrigações em 2006	1.604.053	1.626.270
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	5.735	6.665
Juros sobre obrigação atuarial	159.764	161.990
Benefícios pagos no ano	(97.347)	(98.112)
Perda atuarial	32.146	31.799
Impactos das alterações das premissas	138.194	143.162
Outros		45
Valor das obrigações em 2007	1.842.545	1.871.819



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iii) Os resultados dos planos previstos para 2008 são como seguem:

	Controladora		
	PBS-A	PBS-Telemar	TelemarPrev
Rendimento esperado dos ativos	398.313	22.368	216.640
Custo do serviço corrente		(322)	(10.565)
Custo dos juros	(244.673)	(18.035)	(188.748)
Custo de amortizações	5.558	(190)	(24.750)
Contribuições de participantes		133	
Total da receita (despesa) prevista para 2008	159.198	3.954	(7.423)

	Consolidado		
	PBS-A	PBS-Telemar	TelemarPrev
Rendimento esperado dos ativos	398.313	22.368	220.339
Custo do serviço corrente		(322)	(12.138)
Custo dos juros	(244.673)	(18.035)	(191.772)
Custo de amortizações	5.558	(190)	(25.621)
Contribuições de participantes		133	
Total da receita (despesa) prevista para 2008	159.198	3.964	(9.192)

As receitas não deverão ser reconhecidas pela inexistência de evidências, que tais ativos poderão reduzir contribuições futuras das patrocinadoras e por não serem contratualmente reembolsáveis.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iv) Principais premissas atuariais

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PBS-Telemar e TelemarPrev foram as seguintes:

	% ao ano			
	2007		2006	
	PBS-A	PBS - Telemar e TelemarPrev	PBS-A	PBS - Telemar e TelemarPrev
Taxa para desconto da obrigação atuarial	10,51	10,51	10,24	10,24
Taxa de rendimentos esperada sobre os ativos dos planos	10,82	11,50(*) / 10,50(**)	13,18	12,20(*) / 10,70 (**)
Taxa estimada de inflação	4,50	4,50	4,00	4,00
Índice de aumento salarial estimado	(***)	7,32	(***)	4,00
Índice de aumento dos benefícios estimado	4,50	4,50	4,00	4,00
Tábua de mortalidade geral	AT2000	AT2000	UP94	UP94

(*) PBS-Telemar

(**) TelemarPrev

(***) Não inclui participantes ativos.

Em 2007 foram implementadas novas premissas atuarias que melhor refletem a nova realidade econômica de queda da taxa de juros, bem como, permitiram adequar as hipóteses de invalidez e tábuas de mortalidade.

Abaixo relacionamos as alterações nas premissas atuariais refletidas nos planos de previdência, quando aplicável:

- Mortalidade de válidos foi alterada de UP-94 para AT-2000;
- Entrada em invalidez foi alterada de Álvaro Vindas para Zimmermann Nichzugs;
- Mortalidade de inválidos foi alterada de Experiência CAP para Winklevoss;
- Morbidez foi alterada da Experiência STEA para a tábua construída com base na Experiência da FASS; e
- Taxa de juros atuariais foi alterada de 6% para 5,75%.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Participação dos empregados no resultado

O plano de participação nos lucros foi instituído no ano de 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

Em 31 de dezembro de 2007, a TMAR, Oi e Oi Internet, registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 71.778 (2006 - R\$ 34.059).

Saldo em 2006	34.059
Pagamentos em 2007	(46.712)
Adição à provisão em 2007 (Nota 6)	<u>84.431</u>
Saldo em 2007	<u><u>71.778</u></u>

(c) Demais benefícios a empregados

A Companhia oferece ainda a seus empregados planos de assistência médica e odontológica, auxílio farmácia, auxílio creche e seguro de vida em grupo, sendo os descontos em folha de pagamento efetuados em conformidade com as faixas salariais fixadas nos acordos coletivos de trabalho.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

28

Transações com partes relacionadas - controladora

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais sumariadas a seguir:

	2007										
	TNL	Oi	TNL Contax	Oi Internet	AIX	Telemar Participações	Coari	Calais	Serede	Way TV	Total
Ativo											
Contas a receber	1.596	127.326	2.699	8.933					4	296	139.258
Empréstimos com a controladora	1.596	127.326	2.699	8.933					4	296	1.596
											140.854
Passivo											
Fornecedores		141.815	9.435	16.471	2.253				3.366		173.340
Empréstimos e financiamentos		58.024									58.024
Dividendos e juros sobre o capital próprio	802.037					55.994					858.031
Demais obrigações	5.444										5.444
	807.481	199.839	9.435	16.471	2.253	55.994			3.366		1.094.839
Receitas											
Receitas dos serviços prestados		196.464	18.006	70.098					28	592	285.188
Outras receitas operacionais			6.219	126							6.345
Receitas financeiras	2.619	329		288			8	6			3.250
	2.619	196.793	24.225	70.512			8	6	28	592	294.783
Custos e despesas											
Custos dos serviços prestados		(1.096.779)	(92.667)		(27.115)				(16.159)		(1.232.720)
Comercialização dos serviços			(466.116)	(29.949)							(496.065)
Outras despesas operacionais			(11.664)								(11.664)
Despesas financeiras	(30.577)	(1.585)									(32.162)
	(30.577)	(1.098.364)	(570.447)	(29.949)	(27.115)				(16.159)		(1.772.611)

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2006								
	TNL	Oi	TNL Contax	Oi Internet	AIX	Telemar Telecomunicações	Coari	Calais	Total
Ativo									
Contas a receber	3.211	81.349	1.807	2.417					88.784
Empréstimos com controladas e controladora	978			9.313			57	45	10.393
	4.189	81.349	1.807	11.730			57	45	99.177
Passivo									
Fornecedores		183.612	7.430	18.148	2.194				211.384
Empréstimos e financiamentos		443							443
Dividendos e juros sobre o capital próprio	540.240								540.240
Demais obrigações	9.659								9.659
	549.899	184.055	7.430	18.148	2.194				761.726
Receitas									
Receitas dos serviços prestados		303.157	17.743	38.937					359.837
Outras receitas operacionais			8.804	88			6	5	8.892
Receitas financeiras	5.126	378							5.515
	5.126	303.535	26.547	39.025			6	5	374.244
Custos e despesas									
Custos dos serviços prestados		(968.987)	(146.776)		(28.201)				(1.143.964)
Comercialização dos serviços			(448.482)	(14.306)					(462.788)
Outras despesas operacionais			(9.659)						(9.659)
Despesas financeiras	(122.369)	(15.813)		(26)					(140.856)
	(122.369)	(984.800)	(604.917)	(14.332)	(28.201)				(1.757.267)





Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Linhas de crédito cedidas pela controladora

As linhas de crédito concedidas pela TMAR para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 104% do CDI (2006 – 104% do CDI).

(b) Contratos de empréstimos com o BNDES

Em dezembro de 1999, algumas das antigas 16 controladas de telefonia fixa incorporadas na TMAR firmaram contratos de empréstimo com o BNDES, o acionista controlador do BNDESPar, que detém 25% do capital votante da Telemar Participações S.A.. O valor total desses empréstimos era de R\$ 400.000, com vencimento em dezembro de 2000 e com incidência de juros baseados na taxa SELIC acrescida de “spread” de 6,5% a.a.. Em dezembro de 2000, esses contratos foram renegociados e substituídos por dois novos contratos, prevendo uma linha de crédito de até R\$ 2.700.000, sendo a taxa de juros do contrato em moeda nacional baseada na TJLP e do contrato em moeda estrangeira (Cesta de Moedas do BNDES) baseada na taxa de juros variáveis do BNDES, acrescidas de 3,85% a.a.. O vencimento dos encargos financeiros era trimestral até janeiro de 2002, sendo mensal para o período de fevereiro de 2002 a janeiro de 2008. Desse total, 30% foi sacado diretamente do BNDES e os 70% restantes de um grupo de Bancos. O Banco Itaú e o Banco do Brasil lideraram o grupo de bancos formado também por Bradesco, Banco Alfa, Unibanco, Citibank, Safra, Votorantim, Sudameris e Santander. Desde 2002, não foram feitos novos saques dessa linha, que começou a ser amortizada em janeiro de 2002. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo dessa linha de crédito no balanço patrimonial totaliza R\$ 44,1 milhões (2006 - R\$ 591,1 milhões).

No período de dezembro de 2003 a dezembro de 2007, a TMAR e a Oi sacaram, respectivamente, R\$ 2.146.104 e R\$ 1.025.000 relativos a novos contratos de empréstimos celebrados com o BNDES em dezembro de 2003, setembro de 2004, julho e dezembro de 2005, novembro de 2006 e julho de 2007. O valor total desses contratos é de R\$ 3.862.532. Os recursos são aplicados na expansão das redes de telecomunicações e em melhorias operacionais. Em 29 de dezembro de 2005, com a anuência do BNDES, a Oi transferiu o financiamento, em sua totalidade, para a TMAR (vide Nota 20 (b) (ii)).

(c) Aluguel de infra-estrutura de transmissão

A AIX presta serviços para a TMAR referentes à locação de dutos para transmissão de tráfegos originados com o CSP 31 fora da rede local da Região I. Em 2007, esses custos totalizam R\$ 27.115 (2006 - R\$ 28.201) e estão classificados como "Aluguéis e seguros" (Nota 5).

(d) Aluguel de plataforma celular - WLL

Conforme comentado na Nota 5, a TMAR possui contrato de aluguel de rede com a Oi para prestação de serviço de telefonia fixa através da tecnologia de WLL.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) Principais transações com partes relacionadas

Oi

Receitas dos serviços prestados: Referem-se a aluguel de linhas dedicadas no montante de R\$ 65.058 (2006 - R\$ 81.949), interconexão R\$ 86.702 (2006 - R\$ 82.009), telecomunicações e serviços 0800 R\$ 1.382 (2006 - R\$ 3.373), comissão de cobrança R\$ 26.658 (2006 - R\$ 41.049), aluguel de infra-estrutura, torres, circuitos e plataforma 102 R\$ 14.032 (2006 - R\$ 13.973) e campanhas de fidelização R\$ 2.632 (2006 - R\$ 80.804)

Custos dos serviços prestados: Referem-se às transações de remuneração de uso de rede no montante de R\$ 762.709 (2006 - R\$ 731.503), aluguel de EILD R\$ 52.186 (2006 - R\$ 52.186), comissão de cobrança R\$ 15.950 (2006 - R\$ 16.456), campanhas de fidelização R\$ 174.729 (2006 - R\$ 84.259) e despesas com aluguel de plataforma celular para prestação de serviços de telefonia fixa em certas localidades através da tecnologia de WLL.

Oi Internet

Receitas dos serviços prestados: Referem-se a aluguel de infra-estrutura “dial-up” para acesso a internet no montante de R\$ 4.343 (2006 - R\$ 3.211) e acesso de banda larga R\$ 60.437 (2006 - R\$ 32.840).

Comercialização dos serviços prestados: Refere-se a comissões de vendas no montante de R\$ 29.949 (2006 - R\$ 14.306).

TNL Contax

Custos dos serviços prestados/comercialização dos serviços/gerais e administrativas: As principais transações consistem em prestação de serviço de call center no montante de R\$ 296.316 (2006 - R\$ 289.920), de apoio à venda R\$ 88.380 (2006 - R\$ 81.054) e tele-cobrança R\$ 81.420 (2006 - R\$ 77.508).

Serede

Custos dos serviços prestados: Refere-se a serviço de manutenção de planta no montante de R\$ 16.159.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

29 Seguros

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos", seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A TMAR e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes destes danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 31 de dezembro:

Modalidade de seguro	Importância segurada consolidada	
	2007	2006
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio – estoques	112.000	
Responsabilidade civil – terceiros (*)	106.278	128.982
Garantia de concessão	31.590	74.080
Roubo – estoques	30.000	
Responsabilidade civil – geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil – veículos	3.000	3.000

* Conforme cotação do câmbio em 31 de dezembro de 2007

30 Outras informações

(i) Aquisições de licenças para exploração de SMP pela Oi

Em 31 de dezembro de 2007, foi publicado no D.O.U., a formalização do Aviso de Habilitação e Adjudicação, de 27 de dezembro de 2007, que habilita a Oi ao uso de radiofrequências nas faixas de 3ª geração (3G) para exploração de SMP nas áreas das Regiões I e III do PGA para os quais a Oi foi vencedora na Licitação nº 002/2007/SPV-ANATEL, no montante ofertado de R\$ 867.018.

Em 3 de janeiro de 2008, foi publicado no D.O.U., a formalização do Aviso de Habilitação e Adjudicação, de 28 de dezembro de 2007, que habilita a Oi ao uso de radiofrequências nas faixas de 2ª geração (2G) para exploração de SMP no interior de São Paulo para os quais a Oi foi vencedora na Licitação nº 001/2007/SPV-ANATEL, no montante ofertado de R\$ 139.294.

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(ii) Alteração na legislação societária

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638/2007, que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2008. A referida lei faz alterações na Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com o objetivo da harmonização com os princípios internacionais de contabilidade IFRS – International Financial Reporting Standards. As mudanças promovidas pela Lei 11.638/2007 formam o arcabouço necessário para CVM deliberar sobre alterações nas normas contábeis que irão permitir a convergência contábil internacional.

Dentre as principais alterações da Lei das Sociedades por Ações estão contempladas:

- A substituição da DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa e a inclusão da DVA - Demonstração do Valor Adicionado como demonstrações financeiras obrigatórias;
- Divulgação do ágio na aquisição de intangíveis;
- Os ganhos de redução de impostos, obtidos através de incentivos fiscais serão contabilizados em conta da DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores poderão ser destinados à reserva de lucros (incentivos fiscais), e não mais reserva de capital, sendo deduzido do cálculo do dividendo mínimo obrigatório e do cálculo do limite das reservas de lucros;
- A reserva de reavaliação foi extinta, sem efeito para as demonstrações financeiras do Grupo Oi, porém foi criada a reserva de ajustes de avaliação patrimonial, que terá como função registrar os aumentos e/ou reduções dos elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor de mercado;
- Registro dos instrumentos financeiros pelo valor de mercado ou pelo método do custo amortizado (curva), dependendo de sua classificação entre: disponível para venda, destinados à negociação ou mantidos até o vencimento;
- Os instrumentos financeiros ativos e passivos de longo prazo devem ser registrados ao valor presente líquido; e
- Nas combinações de empresas ("business combinations"), os ativos e passivos de sociedades que venham a ser incorporadas, formadas através de fusão ou cisão, deverão estar registrados pelo valor de mercado.

Neste momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a Lei, especialmente sobre a aplicação prática, incluindo a sua regulação, a administração entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iii) Aquisição da Tele Norte Celular Participações S.A. pela TMAR

Em dezembro de 2007, a TMAR celebrou um contrato de compra e venda de ações tendo por objeto a aquisição de 1.292.679 ações ordinárias e 3.716 ações preferenciais de emissão da Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP"), correspondendo a 51,86% das ações ordinárias, 0,09% das ações preferenciais e 19,34% do total das ações de emissão da TNCP que a Telpart Participações S.A. ("Telpart") comprometeu-se a vender e transferir para a Vivo Participações.

Tal contrato deverá ser submetido à Assembleia Geral de Acionistas da TMAR. A efetiva transferência das ações para TMAR está sujeita, ainda, a implementação de determinadas condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda, incluindo a necessária aprovação da ANATEL.

O preço de aquisição das ações é de R\$ 120.010 corrigido pela taxa média diária do CDI desde 2 de agosto de 2007, mesmas condições oferecidas pela Vivo à Telpart. Este valor corresponde a um preço por ação ordinária de R\$ 92,74 para TNCP, implicando no preço por ação ordinária de emissão da controlada Amazônia Celular, de R\$ 141,80.

Após a transferência efetiva das ações, a TMAR pretende manter as OPA's - Ofertas Públicas de Compra de Ações Voluntárias de aquisição de até 1/3 de cada espécie e classe de ações preferenciais em circulação de titularidade dos acionistas não controladores da TNCP e da Amazônia Celular, pelos preços indicativos de, respectivamente R\$ 33,00 por ação e de R\$ 25,55 por ação, bem como, as correspondentes OPA's compulsórias ("tag along") para os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias aos seguintes preços: TNCP - R\$ 74,19 por ação e Amazônia Celular R\$ 113,44 por ação, ambos corrigidos pela taxa média diária do CDI.

(iv) Fato Relevante divulgado em 6 de fevereiro de 2008, reproduzido na íntegra:

Telemar Participações S.A., ("Tmar Part") vem a público, em conjunto com suas controladas Tele Norte Leste Participações S.A. e Telemar Norte Leste S.A., em complemento às divulgações datadas dos dias 9, 10 e 30 de janeiro, informar o que se segue:

1. As negociações visando (i) a reestruturação da base acionária da Tmar Part com a saída de alguns sócios e o reposicionamento acionário de outros e (ii) a aquisição do controle acionário da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrTP") continuam avançando, sem, no entanto, terem sido concluídas.
2. Especificamente no tocante à negociação que tem por objeto a BrTP, esclarecesse que, embora não se tenha um desenho definitivo para a operação, as alternativas avaliadas não contemplam a sua fusão, mas somente a aquisição do seu controle acionário, que poderá ser adquirido de alguma(s) das sociedades que direta ou indiretamente controlam a BrTP.

Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais, exceto quando indicado

3. Adicionalmente, conforme já foi apontado no Fato Relevante datado de 10 de janeiro, os valores discutidos durante estes entendimentos, são indicativos e ainda sujeitos a ajustes, e convergem para se fixarem em torno do centro da faixa de R\$ 4,5 a R\$ 5,2 bilhões para a totalidade da participação que representa o controle direto na BrTP. Não obstante, no momento não há certeza quanto ao valor final do negócio de aquisição do controle caso as negociações cheguem a bom termo.
4. Reitera-se que até o momento ainda não se chegou a um acordo sobre os termos da operação e não foi firmado, ainda que em caráter preliminar, qualquer documento entre as partes a seu respeito.

(v) Novas regras de SMP

Em 13 de fevereiro de 2008, entrou em vigor o Regulamento anexo à Resolução ANATEL nº 477 de 7 de agosto de 2007, que dispõe sobre novas regras aplicáveis à prestação do SMP.

Dentre as principais alterações promovidas pelo novo regulamento, algumas garantias fornecidas aos clientes poderão causar impactos nas demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2008, conforme abaixo descritas:

1. Recebimento em dobro dos valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de juros e atualização monetária;
2. As chamadas anteriores a 60 dias da apresentação da fatura são passíveis de cobrança somente após negociação com o usuário;
3. O cliente adimplente pode solicitar a suspensão do serviço pelo prazo de 30 a 120 dias, uma vez por ano sem qualquer cobrança;
4. Se o usuário estiver em roaming e receber uma ligação, a receita relativa ao encaminhamento interurbano passa a pertencer à prestadora de SMP e não mais à prestadora de STFC-LD;
5. Proíbe a instituição de prazo de carência para a troca de plano de serviço;
6. É obrigatório a oferta de cartões pré-pagos com prazo de validade de 180 dias ou mais, além dos que possuem prazo de 90 dias;
7. Permite a prestadora oferecer ao usuário benefícios pecuniários ou na compra de aparelhos e, por meio de instrumento contratual distinto do contrato de prestação de serviço, condicionar a oferta desses benefícios à permanência em sua base de assinantes por até 12 meses;
8. Possibilidade de inserção de novos créditos no cartão pré-pago e somá-los aos existentes, mesmo que vencidos, passando a valer a maior data de vencimento (ressalte-se que a revalidação de créditos é um procedimento que sempre foi adotado pela Oi);



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Necessidade de instalação de pontos de atendimento presencial por microrregiões com número de lojas determinado com relação à quantidade de habitantes, de acordo com o cronograma previsto no novo regulamento.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Informações suplementares da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais

Demonstração do fluxo de caixa - Consolidado

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.691.773	1.614.526
Ajuste para conciliar o lucro líquido às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros e variações monetárias e cambiais (substancialmente, empréstimos, financiamentos e debêntures)	692.870	910.097
Depreciação	2.466.136	3.009.144
Amortização do diferido	65.489	65.489
Amortização de ágio	137.193	137.193
Amortização de deságio na AIX	(6.451)	(6.451)
Provisões para perdas em processos judiciais	416.738	1.052.509
Reversão de provisão para perda de investimentos		(4.746)
Equivalência patrimonial	6.085	820
Atualização monetária do REFIS II	44.288	59.230
Valor residual do ativo permanente baixado	17.273	26.701
Provisão/reversão para perdas sobre ativos descontinuados	(2.704)	3.747
Realização do resultado de exercícios futuros	827	(1.897)
	<u>6.529.517</u>	<u>6.866.362</u>
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	530.384	(88.837)
Valores a receber	56.685	(30.600)
Tributos diferidos e a recuperar	(970.217)	(28.974)
Depósitos e bloqueios judiciais	(206.470)	(373.917)
Despesas antecipadas	(261.443)	94.227
Estoques	47.748	(11.436)
Demais ativos	(115.739)	5.378
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	81.261	160.959
Salários, encargos sociais e benefícios	58.698	7.683
Tributos a recolher e diferidos	535.714	(234.468)
REFIS II – Programa de refinanciamento fiscal	(115.822)	(108.344)
Provisões para perdas em processos judiciais	(625.411)	(659.855)
Demais obrigações	148.433	255.679
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>5.693.338</u>	<u>5.853.857</u>



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Informações suplementares da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006**
Em milhares de reais

Demonstração do fluxo de caixa - Consolidado (continuação)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.362.758)	(2.327.014)
Aumento do ativo diferido	(2.116)	
Aumento dos investimentos permanentes	(103.748)	(4.188)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(2.468.622)</u>	<u>(2.331.202)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações	1.884.087	4.164.570
Pagamentos de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.364.490)	(4.288.735)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(643.420)	(999.805)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	<u>(1.123.823)</u>	<u>(1.123.970)</u>
Aumento nas disponibilidades	<u>2.100.893</u>	<u>2.398.685</u>
Disponibilidades no início do exercício	3.999.125	1.600.440
Disponibilidades no final do exercício	<u>6.100.018</u>	<u>3.999.125</u>
Variação nas disponibilidades	<u>2.100.893</u>	<u>2.398.685</u>



Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Informações suplementares da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
Em milhares de reais

Demonstração do valor adicionado - Consolidado

	2007	2006
Receitas		
Vendas de serviços e mercadorias	25.138.331	24.232.219
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(649.523)	(474.508)
Outras receitas operacionais, líquidas	413.178	433.512
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	30.784	(10.128)
	<u>24.932.770</u>	<u>24.181.095</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos com interconexão	(3.331.671)	(2.792.258)
Materiais e energia (acrescido de estimativa de ICMS 18% sobre o valor da Nota 5)	(621.773)	(602.030)
Custo de mercadorias vendidas (acrescido de 12% de ICMS sobre o valor da Nota 5)	(439.822)	(803.058)
Serviços de terceiros (acrescido de 11% de INSS sobre o valor da Nota 5)	(4.405.238)	(4.303.882)
Outros	(426.294)	(469.295)
	<u>(9.224.798)</u>	<u>(8.970.523)</u>
Valor adicionado bruto	<u>15.707.972</u>	<u>15.210.572</u>
Retenções		
Depreciação	(2.466.136)	(3.009.144)
Amortização do diferido	(65.489)	(65.489)
Amortização do ágio	(137.193)	(137.193)
Amortização do deságio (AIX)	6.451	6.451
Provisões para perdas em processos judiciais	(416.738)	(1.052.509)
	<u>(3.079.105)</u>	<u>(4.257.884)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>12.628.867</u>	<u>10.952.688</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial	10.696	(820)
Receitas financeiras	919.634	644.562
	<u>930.330</u>	<u>643.742</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>13.559.197</u>	<u>11.596.430</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	(684.937)	(631.633)
Impostos, taxas e contribuições (inclui juros sobre REFIS II)	(8.247.144)	(7.266.736)
Juros e demais encargos financeiros (não inclui impostos e taxas)	(1.090.375)	(1.330.777)
Aluguéis e seguros	(760.537)	(699.795)
Participação dos empregados nos resultados	(84.431)	(52.963)
Lucros retidos	(2.691.773)	(1.614.526)
	<u>13.559.197</u>	<u>11.596.430</u>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e
sociedades controladas**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2008 e de 2007
e parecer dos auditores independentes**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Telemar Norte Leste S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme descrito na nota 15, a auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 das controladas TNL PCS S.A. ("Oi") e Tele Norte Celular Participações S.A., utilizadas para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes. O nosso relatório, no que se refere aos valores dessas controladas, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa (consolidado) e do valor adicionado (consolidado), sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 27 de fevereiro de 2008.



5. Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.
6. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2009.

José Luiz de Souza Gurgel
Sócio-contador
CRC RJ-087339/O-4
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ



Balances patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007 Reapresentação	2008	2007 Reapresentação
Receita operacional bruta	4	20.583.401	20.396.778	27.103.215	25.138.331
Deduções da receita bruta	4	(6.072.594)	(6.100.003)	(8.437.917)	(7.566.276)
Receita operacional líquida	4	14.510.807	14.296.775	18.665.298	17.572.055
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	5	(7.844.502)	(7.447.963)	(9.600.367)	(9.247.382)
Lucro bruto		6.666.305	6.848.812	9.064.931	8.324.673
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	15	635.791	452.471	17.759	879
Comercialização dos serviços	5	(2.436.932)	(2.074.955)	(3.531.636)	(2.688.857)
Gerais e administrativas	5	(1.221.943)	(940.180)	(1.581.561)	(1.192.143)
Outras despesas operacionais, líquidas	6	(502.413)	(376.048)	(692.344)	(576.372)
		(3.525.497)	(2.938.712)	(5.787.782)	(4.456.493)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.140.808	3.910.100	3.277.149	3.868.180
Receitas financeiras		851.394	650.915	1.283.512	919.634
Despesas financeiras		(2.368.542)	(1.060.761)	(2.622.335)	(1.224.900)
Resultado financeiro	7	(1.517.148)	(409.846)	(1.338.823)	(305.266)
Lucro operacional		1.623.660	3.500.254	1.938.326	3.562.914
Imposto de renda e contribuição social	8	(158.842)	(839.040)	(518.494)	(920.269)
Incentivo fiscal – lucro da exploração	8	55.730	228.003	105.042	246.572
Lucro antes das participações minoritárias		1.520.548	2.889.217	1.524.874	2.889.217
Participações minoritárias				(4.326)	
Lucro líquido do exercício		1.520.548	2.889.217	1.520.548	2.889.217
Ações em circulação na data do balanço (milhares)		238.391	238.614		
Lucro líquido por ação em circulação no fim do exercício (R\$)		6,3784	12,1083		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ação na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimentos	Juros sobre obras em andamento	Reserva de capital			Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total
					Especial Lei 8.200/1991	Opções de ações	Ações em tesouraria	Legal	Investimentos	Incentivos fiscais		
Em 31 de dezembro de 2006	7.418.989	86.406	387.948	1.416.549	7.372	41.475	(169.978)	327.422	2.451.059		(34.079)	11.928.787
Ajustes pela adoção da Lei 11.638/2007												7.396
Em 31 de dezembro de 2006 (ajustados)	7.418.989	86.406	387.948	1.416.549	7.372	41.475	(169.978)	327.422	2.451.059		(34.079)	11.936.163
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos											8.640	8.640
Opções de ações											29.152	29.152
Lucro líquido do exercício											2.691.773	2.691.773
Ajustes pela adoção da Lei 11.638/2007											197.444	197.444
Lucro líquido do exercício ajustado											2.889.217	2.889.217
Constituição de reserva de incentivos fiscais			228.003								(228.003)	
Ajuste de reserva de incentivos fiscais exercícios anteriores			15.197									
Realização de reserva especial Lei 8.200/1991					(1.724)						1.724	15.197
Destinação dos lucros:												
Dividendos propostos (R\$ 1.3702 por ação)											(329.087)	(329.087)
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 3.1890 por ação)											(760.945)	(760.945)
Constituição da reserva de investimentos									1.612.105		(1.612.105)	
Em 31 de dezembro de 2007 (ajustados)	7.418.989	86.406	631.148	1.416.549	5.648	29.152	(169.978)	327.422	4.066.164		(23.163)	13.788.337
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos											18.375	18.375
Recompra e cancelamento de ações em tesouraria											(17.367)	(17.367)
Opções de ações											31.848	31.848
Realização de reserva especial Lei 8.200/1991						31.848	152.612		(169.979)		1.285	
Dividendos extraordinários (R\$ 16.3437 por ação)											1.520.548	(3.896.178)
Lucro líquido do exercício									(3.896.178)			
Destinação dos lucros:												
Dividendos propostos (R\$3.4229 por ação)											(815.979)	(815.979)
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 2.7070 por ação)											(645.336)	(645.336)
Constituição da reserva de incentivos fiscais										55.730	(55.730)	
Em 31 de dezembro de 2008	7.418.989	86.406	631.148	1.416.549	4.363	61.000		327.422	7	55.730		9.984.248
				2.199.466			(17.366)		383.159			
Valor patrimonial por ação (R\$)	2008	2007										
	41.8818	57.7851										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Demonstração do fluxo de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reapresentação	2008	2007 Reapresentação
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.520.548	2.889.217	1.520.548	2.889.217
Ajuste para conciliar o lucro líquido às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Participações minoritárias			4.326	
Juros e variações monetárias e cambiais (substancialmente, empréstimos, financiamentos e debêntures)	2.055.957	702.085	2.117.962	701.317
Depreciação	1.923.501	1.811.436	2.711.557	2.478.736
Provisões para perdas em processos judiciais	412.360	385.531	448.532	416.738
Amortização do diferido			67.812	65.489
Amortização de ágio	64.866	137.193	76.685	137.193
Amortização de deságio na AIX	(6.451)	(6.451)	(6.451)	(6.451)
Equivalência patrimonial	(635.791)	(452.471)	(5.210)	6.085
Valor residual de ativo permanente baixado	(45.789)	17.076	86.815	17.273
Provisão/reversão para perdas sobre ativos descontinuados	(1.043)	(2.704)	(1.043)	(2.704)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio	21.895	6.294	21.895	6.294
Atualização monetária do REFIS II	38.266	43.995	38.541	44.288
	<u>5.348.319</u>	<u>5.531.201</u>	<u>7.081.969</u>	<u>6.753.475</u>
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	(114.699)	95.738	(619.432)	530.384
Valores a receber		70.999	(8.563)	56.685
Tributos diferidos e a recuperar	214.950	(852.023)	(12.143)	(970.901)
Despesas antecipadas	(92.805)	(242.505)	(306.554)	(261.443)
Depósitos e bloqueios judiciais	(192.608)	(158.693)	(208.230)	(206.470)
Estoques	14.549	3.120	(30.356)	47.748
Demais ativos	(40.672)	(78.459)	(357.509)	(115.604)
Fornecedores	77.758	118.962	245.652	81.261
Salários, encargos sociais e benefícios	60.239	37.858	75.470	58.698
Tributos a recolher e diferidos	(293.219)	1.292.815	(768)	1.510.780
REFIS II - Programa de Refinanciamento Fiscal	(177.121)	(115.346)	(177.627)	(115.822)
Provisões para perdas em processos judiciais	(439.140)	(592.006)	(429.842)	(625.411)
Demais obrigações	(137.474)	(91.189)	916.093	(134.106)
	<u>(1.120.242)</u>	<u>(510.729)</u>	<u>(913.809)</u>	<u>(144.201)</u>
Caixa proveniente das operações				
Encargos financeiros pagos	(604.978)	(623.978)	(650.436)	(628.252)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(182.898)	(912.579)	(342.280)	(974.891)
	<u>(787.876)</u>	<u>(1.536.557)</u>	<u>(992.716)</u>	<u>(1.603.143)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>3.440.201</u>	<u>3.483.915</u>	<u>5.175.444</u>	<u>5.006.131</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

Demonstração do fluxo de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reapresentação	2008	2007 Reapresentação
Atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	1.057.486	(287.709)	1.973.456	(1.632.647)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.125.593)	(1.809.352)	(5.008.850)	(2.381.180)
Aumento dos investimentos permanentes	(3.340.899)	(138.196)	(3.348.203)	(102.493)
Aumento do ativo diferido			(104.383)	(2.116)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(4.409.006)	(2.235.257)	(6.487.980)	(4.118.436)
Atividades de financiamentos				
Captações	13.193.323	1.914.360	13.082.177	1.925.390
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.652.172)	(2.088.856)	(1.324.874)	(1.701.419)
Recompra de ações	(17.367)		(17.367)	
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(4.710.012)	(643.420)	(4.710.012)	(643.420)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	6.813.772	(817.916)	7.029.924	(419.449)
Fluxo de caixa do exercício	5.844.967	430.742	5.717.388	468.246
Caixa e equivalente de caixa				
Saldo final	7.819.491	1.974.524	8.605.915	2.888.527
Saldo inicial	1.974.524	1.543.782	2.888.527	2.420.281
Variação no exercício	5.844.967	430.742	5.717.388	468.246

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

Demonstração do valor adicionado
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reapresentação	2008	2007 Reapresentação
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	20.583.401	20.396.778	27.103.215	25.138.331
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(568.705)	(535.649)	(797.495)	(649.523)
Outras receitas operacionais, líquidas	130.095	366.625	252.947	404.450
	<u>20.144.791</u>	<u>20.227.754</u>	<u>26.558.667</u>	<u>24.893.258</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(3.270.886)	(3.057.943)	(3.371.089)	(3.331.671)
Materiais e energia (acrescido de estimativa de ICMS 18% sobre o valor da Nota 5)	(534.744)	(548.326)	(681.765)	(621.773)
Custo de mercadorias vendidas (acrescido de 12% de ICMS sobre o valor da Nota 5)	(85.359)	(141.977)	(307.473)	(439.822)
Serviços de terceiros (acrescido de 11% de INSS sobre o valor da Nota 5)	(4.232.474)	(3.612.792)	(5.365.362)	(4.405.238)
Outros	(202.184)	(144.841)	(567.347)	(426.334)
	<u>(8.325.647)</u>	<u>(7.505.879)</u>	<u>(10.293.036)</u>	<u>(9.224.838)</u>
Valor adicionado bruto	<u>11.819.144</u>	<u>12.721.875</u>	<u>16.265.631</u>	<u>15.668.420</u>
Retenções				
Depreciação	(1.923.501)	(1.811.436)	(2.711.557)	(2.478.736)
Amortização do diferido			(67.812)	(65.489)
Amortização de ágio	(64.866)	(137.193)	(76.685)	(137.193)
Amortização do deságio (AIX)	6.451	6.451	6.451	6.451
Provisões para perdas em processos judiciais	(412.360)	(385.531)	(448.532)	(416.738)
	<u>(2.394.276)</u>	<u>(2.327.709)</u>	<u>(3.298.135)</u>	<u>(3.091.705)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>9.424.868</u>	<u>10.394.166</u>	<u>12.967.496</u>	<u>12.576.715</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	635.791	452.471	17.759	879
Receitas financeiras	851.394	650.915	1.283.512	919.634
	<u>1.487.185</u>	<u>1.103.386</u>	<u>1.301.271</u>	<u>920.513</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>10.912.053</u>	<u>11.497.552</u>	<u>14.268.767</u>	<u>13.497.228</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(646.083)	(552.178)	(828.367)	(684.937)
Impostos, taxas e contribuições (inclui juros sobre REFIS II)	(5.851.567)	(6.478.203)	(8.521.693)	(8.000.064)
Juros e demais encargos financeiros (não inclui impostos e taxas)	(2.180.077)	(944.796)	(2.422.730)	(1.098.957)
Aluguéis e seguros	(611.510)	(571.099)	(832.913)	(739.622)
Participações minoritárias			(4.326)	
Participação dos empregados nos resultados	(102.268)	(62.059)	(138.190)	(84.431)
Lucros retidos	<u>(1.520.548)</u>	<u>(2.889.217)</u>	<u>(1.520.548)</u>	<u>(2.889.217)</u>
	<u>10.912.053</u>	<u>11.497.552</u>	<u>14.268.767</u>	<u>13.497.228</u>



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Áreas de atuação e serviços prestados

Telefonia fixa

A Telemar Norte Leste S.A. (Companhia ou “TMAR”) é controlada pela Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), que em 31 de dezembro de 2008, detém 81,92% (2007 – 80,89%) do capital total e 97,35% (2007 – 97,24%) do capital votante.

A TMAR é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa em sua área de atuação - Região I - que compreende os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida Região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A TMAR, também, detém Concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região. Até 20 de julho de 2002 esse serviço era prestado unicamente para a realização de chamadas originadas e terminadas na referida área de atuação. A partir dessa data, a TMAR passou também a explorar o serviço nas chamadas originadas na Região I (exceto Setor 3) e destinadas às demais Regiões do país, em função da antecipação das obrigações previstas no PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização, para atendimento até 31 de dezembro de 2003.

Em 22 de dezembro de 2005, foram assinados novos contratos de concessão que passaram a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2006 com vigência até 31 de dezembro de 2025 e a título oneroso a Concessionária deve à ANATEL, a cada biênio, 2% da receita líquida de telecomunicações do ano anterior. Simultaneamente, entraram em vigor as novas metas de universalização e de qualidade, fixadas nos novos PGMU e PGMQ - Plano Geral de Metas de Qualidade.

Em 9 de julho de 2007, foram publicados no D.O.U - Diário Oficial da União, os aditivos contratuais que contemplaram a transferência da TNL PCS S.A. (“Oi”) para a TMAR das autorizações para exploração do serviço STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades: (i) LDN - Longa Distância Nacional: na Região II, Região III e no Setor 3 da Região I e (ii) LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A TMAR possui sete controladas diretas, sendo:

- A Oi é subsidiária integral da TMAR, cuja aquisição foi feita em 30 de maio de 2003.

A Oi foi criada para concorrer à licitação 001/2000 da ANATEL, obtendo na mesma a autorização para a prestação do SMP - Serviço Móvel Pessoal na Região I do PGO - Plano Geral de Outorgas. Em 12 de março de 2001 a Oi recebeu da ANATEL autorização, por prazo indeterminado, para exploração do SMP, associada ao direito de uso de radiofrequências por um prazo de 15 anos, renovados por mais 15 anos, a título oneroso, pagando a cada biênio 2% da receita líquida de SMP do ano anterior, desde que cumpridas as condições da autorização.

A autorização para exploração do SMP e a outorga de radiofrequências associadas somente produziram efeito, por condições regulamentares, a partir de 26 de junho de 2002, quando se deu o início da operação comercial da Oi.

A partir de 30 de novembro de 2005, com a incorporação da Pegasus Telecom S.A., a Oi passou a prestar SCM – Serviço de Comunicação Multimídia nas Regiões I, II e III do PGO.

Em conjunto com a autorização do SMP, a Oi também recebeu, por prazo indeterminado, as autorizações para exploração do serviço STFC, nas seguintes modalidades: (i) LDN: na Região II, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre, e o Distrito Federal; na Região III que refere-se ao estado de São Paulo e no Setor 3 da Região I e (ii) LDI em todo o território brasileiro. Essas autorizações foram transferidas para a TMAR por meio do Termo Aditivo nº 1 ao Termo de Autorização nº 205/2002/SPB-ANATEL e do Termo Aditivo nº 1 ao Termo de Autorização nº 206/2002/SPB-ANATEL, publicados no D.O.U. de 9 de julho de 2007.

Em 6 de dezembro de 2007, foi publicado no D.O.U., a formalização do Ato ANATEL nº 68.982, de 5 de dezembro de 2007, que considerando a homologação parcial do resultado da Licitação nº 001/2007/SPV-ANATEL, confere à Oi a autorização de prestação de SMP e de uso de radiofrequências no estado de São Paulo e aumento de banda de radiofrequência nos seguintes estados da Região I do PGA - Plano Geral de Autorizações: Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, pelo prazo remanescente da Autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para prestação do SMP, Termo de Autorização PVCP/SPV nº 001/2001-ANATEL, sendo renovável por 15 anos a título oneroso.

Em 7 de março de 2008, a AGE – Assembléia Geral Extraordinária da Oi aprovou o Protocolo de Incorporação e Justificação da Telemar Telecomunicações Ltda. pela controladora Oi, considerando o interesse na reorganização societária do Grupo Oi.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 29 de abril de 2008, foram assinados os termos de autorização que conferem à Oi a autorização para uso de radiofrequências de 3ª geração – 3G, para a prestação de SMP nas áreas das Regiões I e III do PGA (exceto a área de prestação que inclui a região de Franca, no interior de São Paulo), pelo prazo de 15 anos, renovável por mais 15 anos a título oneroso.

Em 8 de setembro de 2008 foram assinados novos termos de outorga, conferindo à Oi a autorização de uso de blocos de radiofrequências nas faixas de 2ª geração - 2G (GSM) para exploração de SMP, no interior de São Paulo, áreas de prestação II e III, pelo prazo renovável de 15 anos, renovável por mais 15 anos a título oneroso.

- A Companhia AIX de Participações ("AIX"), sociedade de controle compartilhado, adquirida pela TMAR em 31 de dezembro de 2003, tem como objeto social o provimento de infraestrutura de dutos para instalação de fibras ópticas ao longo de rodovias do estado de São Paulo, prestando serviços para a TMAR;
- A Telemar Internet Ltda. ("Oi Internet"), controlada integralmente pela TMAR, tem por objeto social a prestação de serviços de provimento de acesso à internet e iniciou suas atividades em janeiro de 2005;
- A Coari Participações S.A. ("Coari"), adquirida pela TMAR em dezembro de 2003, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Essa empresa iniciou suas operações a partir de 25 de abril de 2008, quando adquiriu a totalidade das ações das empresas Copart 1 Participações S.A. ("Copart 1") e Copart 2 Participações S.A. ("Copart 2"), posteriormente adquirindo em 30 de maio de 2008, a Copart 3 Participações S.A. ("Copart 3");
- A Calais Participações S.A. ("Calais"), adquirida pela TMAR em dezembro de 2004, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Essa empresa ainda não iniciou suas operações;
- A Serede Serviços de Rede S.A. ("Serede"), adquirida pela TMAR em 11 de junho de 2007, tem como objeto social a prestação de serviços de instalação, manutenção, operação e construção de redes, compra e venda, importação e exportação de equipamentos e iniciou suas atividades em agosto de 2007; e
- A Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP"), adquirida pela TMAR em 3 de abril de 2008 e que detém 81,17% do capital total, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Essa empresa é a holding da Amazônia Celular S.A. ("Amazônia") e mantém registro na BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Em 15 de setembro de 2008, foi efetivado o cancelamento da listagem dos ADR's da Companhia e conseqüentemente, 90 dias depois, foi extinto o registro na SEC – "Securities and Exchange Commission" dos EUA.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas indiretas

- A Copart 1, adquirida pela Coari em 25 de abril de 2008, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Em 2 de maio de 2008, a Copart 1 iniciou suas operações efetuando sucessivas aquisições de ações preferenciais da Brasil Telecom Participações S.A. (BRTP4), bem como, através da OPA Voluntária em 22 de julho de 2008. Em 31 de dezembro de 2008, a Copart 1 detém 21,1% do capital total da Brasil Telecom Participações S.A., sem controlá-la;
- A Copart 2, adquirida pela Coari em 25 de abril de 2008, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Em 2 de maio de 2008, a Copart 2 iniciou suas operações efetuando sucessivas aquisições de ações preferenciais da Brasil Telecom S.A. (BRTO4), bem como, através da OPA Voluntária em 22 de julho de 2008. Em 31 de dezembro de 2008, a Copart 2 detém 10,5% do capital total da Brasil Telecom S.A., sem controlá-la e;
- A Copart 3, adquirida pela Coari em 30 de maio de 2008, tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Essa empresa ainda não iniciou suas operações.
- A Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo"), adquirida pela Oi em 17 de dezembro de 2007, tem como objeto social a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, compra, venda e administração de imóveis próprios e incorporações imobiliárias, sendo controladora de duas empresas: Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Paggo Acquirer") e Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora");
 - Paggo Acquirer tem como objeto social: (i) o credenciamento e administração de pagamentos de redes de estabelecimentos e prestadores de serviços, com uso de sistemas de crédito ou outros meios de pagamento disponibilizados; (ii) todas as transações realizadas nos estabelecimentos credenciados; e (iii) o fornecimento de tecnologia e de equipamentos necessários ao seu adequado funcionamento; e
 - Paggo Administradora tem como objeto social: (i) a análise de dados cadastrais, credenciamento e aprovação de clientes; (ii) a coordenação do relacionamento entre todas as partes integrantes dos sistemas de crédito, redes adquirentes, estabelecimentos, prestadores de serviços, instituições financeiras e demais participantes; (iii) o controle e atualização de dados cadastrais e prestação de informações das transações realizadas; e (iv) a prestação de serviços de administração ou outros sistemas de pagamento, com todas as transações dos sistemas de crédito.
- A Amazônia Celular S.A. ("Amazônia") é controlada pela Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP"), que detém 74,96% do capital total.

A Amazônia é controlada indiretamente pela TMAR, que detém 81,17% do capital total da TNCP e detém diretamente, inclusive, 16,50% do capital total da Amazônia.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Amazônia possui cinco autorizações para a exploração de serviços de telefonia móvel celular e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as referidas autorizações, nos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima.

As autorizações referentes à utilização das radiofrequências possuem os seguintes vencimentos:

Região	Vencimento
Setor 13 – Maranhão	Abril de 2009
Setor 14 – Pará	Março de 2009
Setor 15 – Amapá	Maio de 2009
Setor 16 – Amazonas	Agosto de 2009
Setor 17 – Roraima	Julho de 2009

Em 5 de março de 2008 a ANATEL publicou o Ato nº 1.261, que concedeu anuência para a transferência do controle societário da TNCP e, conseqüentemente, da Amazônia para a TMAR, e determinou diretrizes para a devolução das radiofrequências detidas pela Amazônia. Este Ato estabeleceu, dentre outros pontos, que:

- i) A Amazônia passou a fazer parte da TMAR, mas as condições de prestação de serviços aos clientes devem permanecer as mesmas;
- ii) A Amazônia obteve a anuência da ANATEL para utilizar, por um período de 18 meses, as radiofrequências outorgadas à Oi para prestar o SMP nos termos da regulamentação específica, nas faixas de 900 Mhz e 1.800 Mhz;
- iii) Foram extintas as autorizações para uso das radiofrequências detidas pela Amazônia e, conseqüentemente, sua outorga para prestar o SMP, concedendo o prazo de 90 dias (que já foi prorrogado por igual período) para que os usuários das radiofrequências de 900 Mhz e 1.800 Mhz da Amazônia fossem transferidos para as correspondentes radiofrequências outorgadas à Oi, e um prazo de 18 meses para a ocupação de uma faixa de 10 Mhz da radiofrequência de 850 Mhz (os 15 Mhz restantes já foram devolvidos);
- iv) Permitiu que a Oi passasse a utilizar os recursos de numeração atribuídos à Amazônia.

Conforme exposto acima, em respeito à decisão da ANATEL, a Amazônia já devolveu a faixa de radiofrequência de 1.800 Mhz e 15 Mhz da faixa de radiofrequência de 850 Mhz, restando 10 Mhz ainda a devolver nesta faixa. A faixa de radiofrequência de 900 Mhz foi devolvida em 3 de setembro de 2008.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ofertas Públicas de Aquisição (“OPAs”) Obrigatórias e Voluntárias da TNCP e da Amazônia

OPAs Obrigatórias

Em 5 de maio de 2008, a TMAR apresentou à CVM, juntamente com o Credit Suisse Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de instituição intermediária, pedidos de registro de OPAs Obrigatórias de até a totalidade das ações ordinárias da TNCP e Amazônia em circulação no mercado, em cumprimento do disposto no Art. 254-A da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 361/2002.

Em 16 de setembro de 2008, os editais das respectivas OPAs Obrigatórias foram divulgados aos acionistas titulares das ações ordinárias da TNCP, ao preço de R\$ 79,51 por ação ordinária, e da Amazônia, ao preço de R\$ 121,61 por ação ordinária. Os preços a serem oferecidos para essas ações nas Ofertas Públicas são iguais a 80% do valor pago pela TMAR à Vivo sob o contrato de compra e venda de ações para as ações ordinárias da TNCP e Amazônia, em conformidade com as disposições do Art. 254-A da Lei nº 6.404/1976.

Em 14 de outubro de 2008, a TMAR, a TNCP e a Amazônia comunicaram, através de Fato Relevante, que as OPAs foram suspensas e os leilões, previstos para ocorrer no dia 16 de outubro de 2008, foram adiados devido ao cancelamento do registro das OPAs pela CVM. Em sua decisão, a área técnica da CVM entendeu que o valor pago pela TMAR à Vivo Participações S.A. (e, consequentemente, o valor pago por esta a Telpart Participações S.A.) pelos direitos de subscrição de ações da TNCP, no valor de R\$ 22.611, integra o preço pago pelo poder de controle da TNCP e deveria ser estendido aos acionistas minoritários com direito a voto por meio das OPAs. Segundo os termos de tal decisão, a TMAR deveria realizar as OPAs pelos preços de R\$ 93,58 e R\$ 143,13 por ação ordinária da TNCP e da Amazônia, respectivamente.

Em 16 de dezembro de 2008, o Colegiado da CVM reformou a decisão da Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM, quanto ao cancelamento do registro das OPAs. A TMAR, a TNCP e a Amazônia divulgaram a decisão final da CVM através de Fato Relevante, em 18 de dezembro de 2008.

Em 5 de janeiro de 2009, os editais das respectivas OPAs Obrigatórias foram divulgados aos acionistas titulares das ações ordinárias da TNCP e da Amazônia, pelos preços inicialmente divulgados de R\$ 79,51 por ação ordinária da TNCP e R\$ 121,61 por ação ordinária da Amazônia, corrigidos na forma prevista nos respectivos editais das OPAs. O leilão foi realizado em 16 de janeiro de 2009 na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BMF&BOVESPA. A TMAR adquiriu 1.175.018 ações ordinárias da TNCP e 80.868 ações ordinárias da Amazônia, representativas de aproximadamente 97,9% e 34,8% das ações ordinárias em circulação, respectivamente. O Fato Relevante acerca da realização da OPA Obrigatória foi divulgado pela TMAR, TNCP e Amazônia em 20 de janeiro de 2009.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

OPAs Voluntárias

A TMAR submeteu para registro na CVM e na SEC, os editais de OPAs Voluntárias de até a totalidade das ações preferenciais da TNCP e Amazônia em circulação.

Em 18 de julho de 2008, a TMAR emitiu o edital da OPA Voluntária das ações preferenciais da TNCP, ao preço unitário de R\$ 33,00 por ação preferencial, cujo leilão foi realizado no dia 19 de agosto de 2008. A TMAR adquiriu em leilão na BOVESPA a totalidade das ações preferenciais ofertadas, que representam aproximadamente 93,9% das ações preferenciais da TNCP em circulação, incluindo as ADS's - *American Depositary Shares*. Os acionistas da TNCP detentores de ações preferenciais em circulação remanescentes passaram a ter direito de exercer o "direito de venda" das suas ações, conforme descrito no edital da OPA e no *Offer to Purchase* destinado aos acionistas titulares de ADS's, prazo este finalizado em 19 de novembro de 2008.

Em 1 de outubro de 2008, a TNCP informou em Fato Relevante que, como resultado do significativo número de ações preferenciais adquiridas pela TMAR na OPA Voluntária, a NYSE – *New York Stock Exchange* efetivou, em 15 de setembro de 2008, o cancelamento da listagem dos ADR's da Companhia. Adicionalmente, a TNCP e o Bank of New York Mellon ("BoNYM"), emissor dos ADR's da TNCP, firmaram um aditamento extinguindo o Contrato de Depósito (*Deposit Agreement*) relativo à emissão dos ADR's. Por força de tal extinção do Contrato de Depósito, o BoNYM utilizou de seus melhores esforços para vender, até 18 de novembro de 2008, todas as ações preferenciais objeto dos ADR's que não haviam sido retiradas do Programa de ADR's da TNCP. Em 31 de dezembro de 2008, a TMAR é detentora de 4.147.288 ações preferenciais da TNCP.

Em 22 de setembro de 2008, a TMAR divulgou o edital da OPA Voluntária de até a totalidade das ações preferenciais da Amazônia, ao preço unitário de R\$ 38,00 por ação preferencial, cujo leilão da oferta na BOVESPA foi realizado em 22 de outubro de 2008. A TMAR adquiriu 64.860 ações preferenciais classe A, 113.571 ações preferenciais classe B, 14.800 ações preferenciais classe C, 174.875 ações preferenciais classe D e 552.908 ações preferenciais classe E, representativas de aproximadamente 74,1% do total de ações preferenciais da Amazônia em circulação.

Como resultado das aquisições efetuadas no âmbito das OPAs Obrigatórias e Voluntárias a TMAR é detentora, após a data de 16 de janeiro de 2009, de 2.467.689 ações ordinárias e de 4.147.288 ações preferenciais da TNCP, bem como, de 80.868 ações ordinárias e de 971.791 ações preferenciais da Amazônia, representativas de 98,7% do capital total da TNCP e de 17,9% do capital total da Amazônia.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Apresentação das demonstrações financeiras e princípios de consolidação

(a) Critérios de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para perdas prováveis, determinação de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A TNCP e Amazônia possuem algumas práticas contábeis distintas das adotadas pelas demais empresas do Grupo Oi.

Dentre as principais diferenças de práticas identificadas listamos:

- (i) A Amazônia registra o bônus concedido aos clientes do segmento pré-pago na recarga realizada em operações promocionais, pelo seu consumo, como receita bruta em contrapartida de deduções de receitas brutas, enquanto que a Oi registra a receita pelo seu valor líquido;
- (ii) O subsídio das vendas de *handsets* pós-pagos é registrado diretamente ao resultado pela Amazônia, e na Oi tais custos são diferidos pelo prazo previsto nas cláusulas contratuais; e
- (iii) A taxa FISTEL incidente nas habilitações de *handsets* é levada diretamente ao resultado pela Amazônia, e na Oi tais valores são registrados como despesas antecipadas e amortizados pelo prazo mínimo histórico de permanência do cliente na base.

Para alinhamento da prática contábil descrita no item (i) acima e adequação da apresentação da demonstração de resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi procedida à reclassificação do montante de R\$ 453.601 (relativo aos meses de abril a dezembro de 2008 da Amazônia), através da redução da linha de receita bruta (chamadas originadas) do consolidado em contrapartida da linha de deduções de receita bruta consolidada. As demais diferenças de práticas contábeis serão alteradas à medida que forem procedidas as consolidações de ordem sistêmica e operacional, dado que é entendimento da administração que o impacto de tais alterações de práticas não promoverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras do consolidado do Grupo Oi.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a Instrução CVM nº 247/1996 e incluem as demonstrações financeiras das sociedades controladas diretas e indiretas mencionadas na nota 1. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da AIX, sociedade de controle compartilhado, foram consolidadas, na proporção da participação da TMAR em seu capital, ou seja, 50%, conforme descrito na Nota 15. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das sociedades controladas; e
- destaque das participações dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

(c) Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976. A referida lei, com aplicação a partir de 2008, estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade IFRS – International Financial Reporting Standards e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em 3 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449 (“MP nº 449/2008”), com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/2007, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/1976.

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela MP nº 449/2008, que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas:

- (i) Extinção da DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- (ii) Normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros;
- (iii) Reconhecimento dos ativos e passivos oriundos das operações de arrendamento mercantil (leasing financeiro);
- (iv) Obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes;



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Alteração do critério de reconhecimento de doações e subvenções para investimento;
- (vi) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- (vii) Extinção dos resultados não operacionais;
- (viii) Extinção dos resultados de exercícios futuros; e
- (ix) Reconhecimento contábil das transações de pagamento baseado em ações.

(d) Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007

Em consonância com a Lei nº 11.638/2007, a MP nº 449/2008 e normas emitidas pela CVM, a TMAR e suas controladas declaram, explicitamente e sem ressalvas, que, na adoção inicial da referida Lei, optaram por data de transição o dia 1º de janeiro de 2007.

A administração da Companhia utilizando a opção do CPC 13 e da MP nº 449/2008, reapresentou suas Demonstrações Financeiras comparativas alinhando as práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 às práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007.

A seguir estão apresentadas as reconciliações dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados divulgados em 31 de dezembro de 2007, adequadas à Lei nº 11.638/2007, necessárias para permitir a comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

	Controladora		Consolidado	
	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007	Resultado do exercício de 2007	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007	Resultado do exercício de 2007
Saldo originalmente apresentado	13.782.348	2.691.773	13.782.348	2.691.773
Instrumentos financeiros (i)	945	(7.170)	945	(7.170)
Arrendamento mercantil financeiro (ii)	8.129	5.671	8.966	6.508
Subvenções e assistências governamentais (iii)		228.003		246.572
Remuneração com base em ações (iv)		(29.152)		(39.160)
Imposto de renda e contribuição social sobre o total dos ajustes (v)	(3.085)	510	(3.085)	510
Equivalência patrimonial sobre os ajustes da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 (vi)		(418)	(837)	(9.816)
Saldo pela Lei no. 11.638/07	<u>13.788.337</u>	<u>2.889.217</u>	<u>13.788.337</u>	<u>2.889.217</u>

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição dos ajustes relacionados à adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 – data de transição 1 de Janeiro de 2007.

(i) Instrumentos financeiros

Pela aplicação do CPC 14 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos a valor justo.

O ajuste reflete a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos contratos de derivativos, considerando o fluxo de caixa futuro de cada instrumento descontado a valor presente, utilizando as curvas das taxas do mercado e cotações de câmbio vigentes.

(ii) Arrendamento mercantil financeiro

Pela aplicação do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, os bens relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, cujo controle, riscos e benefícios são transferidos para a entidade (*leasing* financeiro), são incorporados ao ativo imobilizado e registrados como obrigação (Empréstimos e financiamentos).

O ajuste considera o efeito inicial da data da transição, bem como, a depreciação do bem arrendado e a despesa financeira apropriada gerada pelo financiamento.

(iii) Subvenções e assistências governamentais

Pela aplicação do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais, as subvenções devem ser reconhecidas como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar.

A TMAR e sua controlada Oi, são beneficiárias do imposto de renda a pagar em função do lucro da exploração que atendem ao conceito de subvenção governamental. O ajuste apresentado reflete o montante do benefício em 31 de dezembro de 2007.

(iv) Remuneração com base em ações – Opções de compra de ações

Conforme CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, o Programa de Opção de Compras de Ações tem por característica transações liquidadas pela entrega de instrumentos de patrimônio líquido. A despesa apurada, com base no período de aquisição de direito às opções, é reconhecida à medida que os serviços são prestados em contrapartida ao patrimônio líquido.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Tributos diferidos e a recuperar e Tributos a recolher e diferidos

O ajuste representa os efeitos tributários, de imposto de renda e de contribuição social, provenientes da aplicação da Lei nº 11.638/2007 e da MP nº 449/2008.

(vi) Investimentos

Reflete o resultado de equivalência patrimonial e participação dos minoritários sobre os ajustes iniciais da Lei nº 11.638/2007, reconhecidos nas demonstrações financeiras das controladas.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais significativas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Caixas e equivalentes a caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo (com vencimento em até 90 dias das datas dos balanços), de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cuja classificação é determinada conforme item (b) abaixo.

(b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

(c) Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas na data da prestação do serviço. Essas contas a receber, também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até as datas dos balanços. O valor dos serviços prestados não faturados é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento dos exercícios ou por estimativas considerando a performance do mês anterior. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação às contas a receber, considerando as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

<u>Contas em atraso</u>	<u>% de perda provisionada</u>
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
De 151 a 180 dias	100

A partir de 181 dias em atraso, as contas a receber e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa são revertidas no balanço patrimonial.

(e) Estoques

Os estoques da Companhia estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente representados por aparelhos celulares. Para os estoques considerados obsoletos são registradas provisões para perdas. Eventuais perdas decorrentes da diferença entre o custo do aparelho móvel da Oi e preços de venda são reconhecidas quando da efetiva venda. Tais perdas são consideradas como esforços para ativação de novos clientes.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Despesas antecipadas

Os subsídios de aparelhos pós-pagos vendidos pela Oi são considerados como despesas antecipadas por se tratarem de esforços para ativação de um cliente à base de assinantes, com prazo contratual de permanência mínima. Estes valores são amortizados em 12 meses, tendo em vista que os contratos com os assinantes prevêm o reembolso no caso de desligamento ou migração para o plano pré-pago antes de completar este prazo. Além disso, os aparelhos não possuem valor econômico ou outra utilização, exceto para possibilitar a prestação dos serviços dos planos contratados com a Oi. O subsídio dos clientes de pré-pagos não é diferido, pois estes planos não prevêm taxa de cancelamento antecipado.

O valor da taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga pela Oi sobre as habilitações ativadas, também é registrado como despesa antecipada, sendo amortizado ao resultado durante o prazo médio de retenção dos clientes, estimado pela administração como sendo de 24 meses.

Os encargos financeiros pagos antecipadamente quando da obtenção de empréstimos e financiamentos são amortizados no período de vigência dos contratos. Além disso, também são reconhecidos como despesas antecipadas os prêmios com a contratação de apólices de seguros.

(g) Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, acrescidos dos ágios a amortizar, desde que fundamentados em mais valia de ativos. Os demais investimentos, basicamente incentivos fiscais, são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

(h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os encargos financeiros relacionados com a construção de bens são capitalizados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 193/1996, quando as obras em andamento possuem prazos significativos de realização. Em 2007 e em 2008 não ocorreram capitalizações de encargos financeiros.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício. Até a presente data, a capitalização destes valores não foi relevante no contexto das demonstrações financeiras, considerando que a maior parte dos custos de manutenção não representa um aumento real da vida útil e a obsolescência é o principal fator de determinação da vida útil.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado, conforme determinação da Deliberação CVM nº 554/2008, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração as expectativas de vida útil-econômica dos bens, baseadas na utilização, obsolescência tecnológica e laudos de peritos (vide taxas de depreciação e descrição da vida útil na Nota 16).

É realizada avaliação se há indicação de que os ativos possam ter sofrido alguma desvalorização, no mínimo ao fim de cada exercício social. Não foram contabilizadas provisões para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado.

(i) Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao provável valor de realização (*impairment*).

É composto, basicamente, por direitos de uso (termos de autorização de uso de radiofrequências e prestação de SMP), software e ágios na aquisição de investimentos, apurados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração, no caso de: (i) termos de autorização - o prazo de vigência da autorização; (ii) software - prazo de cinco anos; e (iii) ágios – a expectativa da rentabilidade dos negócios em prazo de dez anos.

(j) Diferido

O diferido é composto de gastos pré-operacionais e é demonstrado pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada pelo método linear com prazo relacionado a sua expectativa de recuperação, que não excede a 10 anos.

Embora a Lei nº 11.638/2007 não tenha sido alterada em relação ao ativo diferido, a Deliberação nº 553/2008 que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC 04 (Ativos Intangíveis) extinguiu o registro de gastos no ativo diferido, fato reforçado na MP nº 449/2008. Entretanto, em razão da opção oferecida pela Deliberação nº 565/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC 13 (Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008), a TMAR e suas controladas optaram por manter esse grupo de ativo até a sua completa amortização.

(k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até as datas dos balanços. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira e, por este motivo, são classificados neste



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

grupo. Os derivativos são mensurados a valor justo e contabilizados mensalmente, independentes dos prazos para liquidação.

(l) Provisões para perdas em processos judiciais

As provisões são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. Os fundamentos, valores envolvidos e as naturezas das principais provisões estão descritos na Nota 23.

(m) Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais, quando aplicável, e contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (vide maiores detalhes na Nota 27).

Os planos patrocinados são de benefícios definidos (fechados ao ingresso de novos participantes) e de contribuições definidas. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas.

- Plano de opção de compra de ações - A TMAR e sua controlada Oi oferecem aos seus administradores planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos, são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção e são liquidadas em ações. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido ou passivo, de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 562/2008 (vide maiores detalhes na Nota 27).
- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados que tenham trabalhado nos últimos seis meses do ano (vide maiores detalhes na Nota 27).

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Reconhecimento das receitas (operacionais)

As receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços ou transferência definitiva da propriedade das mercadorias. Os serviços prestados entre a data do último faturamento ("ciclo") e o final de cada mês são mensurados e reconhecidos no mês de competência.

As receitas incluem aluguel de redes para outras empresas e operadoras, tarifas de serviços com base no número e duração das ligações (as tarifas de ligações locais e de longa distância baseiam-se no horário, duração e distância), serviços de rede, interconexão, manutenção e outros serviços adicionais. Essas receitas também incluem a taxa de habilitação de terminais e de cartões de ligações pré-pagas. Em função das margens obtidas com as taxas de habilitação serem bastante reduzidas, a administração considera que não seria adequado diferir essa receita em períodos futuros. As receitas provenientes de cartões de ligações pré-pagas utilizados nos telefones públicos de telefonia fixa são reconhecidas quando da venda dos cartões e os custos reconhecidos quando incorridos. Pela rotatividade destes cartões, eventuais impactos não seriam relevantes sobre as demonstrações financeiras. Já as receitas das chamadas originadas em aparelhos pré-pagos de telefonia móvel são reconhecidas quando os créditos são efetivamente utilizados.

As receitas provenientes da utilização da rede da TMAR e da Oi por outras operadoras são registradas com base no DETRAF – Documento de declaração de tráfego e prestação de serviço, emitido por um terceiro. Além disso, são seguidas as diretrizes da ANATEL sobre a medição destas receitas.

(o) Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas.

(p) Receitas e despesas financeiras

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas.

As receitas são representadas, substancialmente, pelos rendimentos de aplicações financeiras e juros sobre contas a receber em atraso, contabilizadas de acordo com o regime de competência. As despesas são representadas, basicamente, por juros e variações monetárias e cambiais, decorrentes de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, calculados e registrados contabilmente pelo regime de competência.

Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios foram contabilizados como "Despesas financeiras", sendo revertidos para "Lucros acumulados", por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os exercícios, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social a pagar e diferido sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são constituídas à alíquota estatutária de 34%. As parcelas de antecipação do imposto de renda e da contribuição social são contabilizadas na rubrica "Tributos diferidos e a recuperar". São realizados estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da administração, considerando a continuidade das empresas e a manutenção do resultado por tempo indeterminado, inclusive sua perpetuidade. Esses resultados futuros são ajustados a valor presente e comparados ao valor nominal dos créditos fiscais recuperáveis durante um período limitado a dez anos. Os estudos técnicos são atualizados anualmente e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas (vide maiores detalhes e projeções na Nota 12).

(r) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do encerramento do exercício. As ações em circulação são representadas pela totalidade das ações emitidas, subtraída das ações em tesouraria.

(s) Reclassificações

Em 31 de dezembro de 2007 o montante de R\$ 276.146 (Consolidado) do item "Fornecedores", no curto prazo, foi reclassificado para o item "Autorizações a pagar", sendo R\$ 149.626 no curto prazo e R\$ 126.520 no longo prazo.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Receita operacional

	Controladora				Consolidado			
	2008	%	2007	%	2008	%	2007	%
Serviço telefônico fixo								
Local:								
Assinatura	6.911.739	33,6	6.980.242	34,2	6.911.739	25,5	6.979.877	27,8
Trafego local	1.394.817	6,8	1.797.723	8,8	1.394.810	5,1	1.796.689	7,1
Ligações fixo-móvel VC1	2.798.037	13,6	2.772.388	13,6	2.798.037	10,3	2.771.155	11,0
A cobrar	4.901		11.515	0,1	4.901		11.515	
Habilitação	82.408	0,4	93.594	0,5	82.408	0,3	93.594	0,4
Outras receitas	387		519		387		537	
Longa distância:								
Intra-setorial	1.737.567	8,4	1.617.242	7,9	1.734.642	6,4	1.630.179	6,5
Inter-setorial	397.932	1,9	435.557	2,1	397.928	1,5	436.403	1,7
Inter-regional	805.933	3,9	607.178	3,0	805.473	3,0	628.570	2,5
Internacional	63.212	0,3	36.334	0,2	62.880	0,2	75.800	0,3
Ligações fixo-móvel VC2 e VC3	852.860	4,1	804.681	3,9	852.547	3,1	816.166	3,2
Cartões de telefones de uso público	655.839	3,2	1.105.742	5,4	655.839	2,4	1.105.742	4,4
Voz avançada (substantialmente 0500/0800)	215.740	1,0	227.661	1,1	189.488	0,7	223.066	0,9
Serviços adicionais	673.521	3,4	646.181	3,2	666.506	2,6	643.529	2,7
	16.594.893	80,6	17.136.557	84,0	16.557.585	61,1	17.212.822	68,5
Serviço telefônico móvel								
Assinatura					1.399.052	5,2	937.264	3,7
Chamadas originadas					2.691.502	9,9	1.657.879	6,6
Venda de aparelhos e acessórios					214.662	0,8	239.063	1,0
Roaming nacional					68.032	0,3	50.746	0,2
Roaming internacional					62.410	0,2	62.525	0,2
Serviços adicionais					554.635	2,0	335.360	1,3
					4.990.293	18,4	3.282.837	13,0
Remuneração pelo uso da rede fixa								
Ligações fixo-fixo	490.054	2,4	490.847	2,4	470.153	1,7	502.776	2,0
Ligações móvel-fixo	458.340	2,2	158.940	0,8	229.116	0,8	100.062	0,4
	948.394	4,6	649.787	3,2	699.269	2,5	602.838	2,4
Remuneração pelo uso da rede móvel								
Ligações fixo-móvel					422.969	1,6	238.839	1,0
Ligações móvel-móvel					987.684	3,6	914.720	3,6
					1.410.653	5,2	1.153.559	4,6
Serviços de comunicação de dados								
ADSL ("Velos")	1.390.993	6,8	1.120.725	5,4	1.390.993	5,1	1.120.726	4,5
Transmissão ("E.L.I.P")	601.813	2,9	508.617	2,5	629.590	2,3	525.823	2,1
SLD - Serviços de linhas dedicadas	179.023	0,9	202.569	1,0	228.362	0,8	244.445	1,0
Serviços IP	309.758	1,5	298.406	1,5	365.303	1,3	330.934	1,3
Comutação por pacotes e frame relay	242.153	1,2	217.070	1,1	289.149	1,1	286.108	1,1
Outros	314.315	1,5	260.185	1,3	499.360	2,0	371.871	1,5
	3.038.055	14,8	2.607.572	12,8	3.402.757	12,6	2.879.907	11,5
Outros serviços	2.059		2.862		42.658	0,2	6.368	
Receita operacional bruta	20.583.401	100,0	20.396.778	100,0	27.103.215	100,0	25.138.331	100,0
Deduções da receita bruta								
Tributos	(5.675.113)	27,6	(5.831.953)	28,6	(7.148.457)	26,4	(6.879.044)	27,4
Outras deduções	(397.481)	1,9	(268.050)	1,3	(1.289.460)	4,8	(687.232)	2,7
Receita operacional líquida	14.510.807	70,5	14.296.775	70,1	18.665.298	68,8	17.572.055	69,9



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição dos serviços

(a) Serviço telefônico fixo

(i) Local

Os serviços locais incluem assinatura mensal, tráfego local, ligações fixo-móvel VC1, chamadas a cobrar, habilitação e alguns serviços adicionais. O tráfego local inclui chamadas originadas e terminadas dentro de uma mesma área local. As ligações fixo-móvel VC1 incluem as ligações dos clientes de telefonia fixa para clientes da telefonia móvel e, também, incluem ligações a cobrar feitas por clientes da telefonia móvel para os clientes das linhas fixas.

Os serviços locais abrangem, inclusive, serviços de chamada automática interna (transmissão direta de chamadas externas para ramais) para clientes corporativos. Para clientes corporativos que necessitam de um grande número de linhas, são oferecidos serviços de tronco digital, que otimizam e aumentam a velocidade do sistema telefônico do cliente.

Desde agosto de 2002, como resultado da antecipação de metas de universalização de dezembro de 2003 para dezembro de 2001, a ANATEL concedeu a TMAR uma autorização para fornecimento de serviços locais nas Regiões II e III e Setor 3 do PGO, porém as receitas de tais serviços não são significativas.

(iii) Longa distância

- Serviço de longa distância intra-setorial e inter-setorial (intra-regionais)

Cada estado da Região I é dividido em diversas áreas locais. As chamadas entre áreas locais da Região I são denominadas chamadas de longa distância intra-regionais. Os serviços de longa distância intra-regionais incluem chamadas de longa distância intraestaduais, denominadas intra-setorial (chamadas não locais dentro de um determinado estado) e chamadas de longa distância interestaduais, denominadas inter-setorial (chamadas entre estados dentro da Região I).

- Serviço de longa distância inter-regional e internacional

O serviço de longa distância inter-regional corresponde às ligações originadas e terminadas entre a Região I e a Região II ou a Região III. O serviço de longa distância internacional consiste, basicamente, em chamadas entre a Região I e as localidades fora do Brasil.

Em julho de 2002, ao alcançar determinadas metas de universalização no segundo trimestre de 2002, a TMAR adquiriu o direito de fornecer serviços de longa distância inter-regionais originadas na Região I. Em fevereiro de 2003 passou a ser oferecido serviços de longa distância nacional originados nas Regiões II e III e no Setor 3 do PGO e longa distância internacional em todo o território brasileiro, por meio de outorga concedida a Oi. Os clientes acessam esses serviços de longa distância nacional e internacional através do uso do Código de Seleção da Prestadora – CSP 31.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em julho de 2007, a ANATEL autorizou a transferência para a TMAR das outorgas inicialmente concedidas à Oi para a prestação dos serviços de longa distância nas modalidades nacional, nas Regiões II e III, e internacional em todas as Regiões.

(iv) Cartões de telefones de uso público

A TMAR possui e opera TUP - Telefone de Uso Público em toda a Região I, exceto o Setor 3 do PGO. Em 31 de dezembro de 2008, a TMAR possuía aproximadamente 576.912 TUP's em serviço (2007 – 583.775), sendo todos de cartão pré-pago (números não auditados).

(v) Voz avançada

Consistem nos serviços 0300, 0500 e 0800 pelos quais são oferecidos negócios através de um número de telefone, sendo cobradas tarifas pré-estabelecidas dos assinantes ou das empresas detentoras destes negócios.

(vi) Serviços adicionais

Outros serviços prestados tais como mudança e redistribuição de linhas, consultas 102, bloqueios de chamadas, siga-me, caixa postal, chamada em espera, entre outros.

(b) Serviço telefônico móvel

A receita de serviços de telefonia móvel é proveniente de: (i) valores de utilização em chamadas realizadas e recebidas a cobrar e serviços de valor adicionado, tais como: acesso à internet, transmissão de dados, mensagens curtas, transferência de chamadas, chamadas em espera e bloqueio de chamadas; (ii) assinatura mensal; (iii) roaming; e (iv) venda de aparelhos e acessórios.

Os clientes de serviços pós-pagos pagam um valor mensal de assinatura e os serviços prestados são faturados mensalmente, enquanto os clientes de serviços pré-pagos compram cartões cujo preço varia de acordo com a quantidade de minutos e serviços que ele poderá utilizar. Tais cartões são válidos por um tempo determinado após seus créditos serem inseridos.

Os serviços de telefonia móvel no Brasil são oferecidos pelo sistema de "quem chama paga", mediante o qual os assinantes pagam unicamente as chamadas por eles originadas, além dos valores de roaming.

A Oi também auferir receitas de contratos de roaming com outras prestadoras de telefonia móvel nacional e internacional.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Remuneração pelo uso da rede fixa

A TMAR mantém contratos de interconexão e tráfego de voz com as prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel pessoal e móvel especializado. As prestadoras de telefonia devem oferecer interconexão sem discriminação.

A TMAR, como operadora com concessão pública para serviços de telefonia local dentro da Região I, está autorizada a cobrar por minuto pelo uso da rede local, em todas as chamadas locais e de longa distância (nacional e internacional) originadas ou finalizadas em sua rede de STFC.

A TMAR também cobra pelo uso de rede de longa distância de todas as chamadas de longa distância nacionais e internacionais: (1) terminadas na rede da TMAR e executadas por uma operadora de longa distância para completar em uma área local que seja diferente do destino final da chamada, ou (2) originada na rede da TMAR e capturada para ser completada por outras operadoras de longa distância em uma área local diferente da área em que a chamada foi originada.

(d) Remuneração pelo uso da rede móvel

A rede de telefonia móvel da Oi está diretamente interconectada às redes de telefonia fixa de longa distância nacional e internacional de todas as empresas atuantes na Região I e de todas as prestadoras de telefonia móvel das Bandas A, B e E na Região I, e Banda D das Regiões II e III.

A Oi mantém contratos de roaming com todas as prestadoras de telefonia móvel do Brasil, proporcionando aos seus clientes acesso automático aos serviços de roaming quando em viagem em áreas do Brasil onde os serviços de telefonia móvel são disponibilizados utilizando-se a tecnologia GSM – Global System for Mobile Communications. A maior parte das receitas provenientes do crescimento da base de clientes de serviço pré-pago corresponde às tarifas de interconexão cobradas quando os clientes de outras prestadoras de telefonia fixa ou móvel utilizam a rede da Oi para completar uma chamada para os seus clientes na Região I.

Até 12 de julho de 2006, no relacionamento entre prestadoras móveis, em uma mesma área de registro, somente era devido valor de remuneração pelo uso de rede quando o tráfego sainte, em cada direção de transmissão, fosse superior a 55% do tráfego total cursado entre as prestadoras. A partir de 13 de julho de 2006, com a publicação no D.O.U da Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006, a remuneração pelo uso de rede móvel sofreu significativa alteração, passando a ser realizada pelo método denominado “full-billing”, pelo qual o VU-M – Valor de Uso da Rede Móvel é devido à prestadora móvel sempre que sua rede for utilizada para originar ou terminar chamadas.

(e) Serviços de comunicação de dados

A TMAR presta aos seus clientes diversos serviços personalizados de transmissão de dados em alta velocidade. Os serviços de comunicação de dados incluem a interligação das redes existentes nas diversas áreas locais a velocidades de transmissão de dados, videoconferência, transmissão de vídeo/imagem, aplicações de multimídia e acesso dedicado à internet através dos provedores de



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

internet, bem como serviços de rede privada que permitem que seus clientes escolham redes como intranet e extranet.

A TMAR presta ainda SLD – Serviços de Linhas Dedicadas, através da oferta dessas linhas a outras prestadoras, a provedores de internet e aos clientes empresariais.

Outras operadoras de telefonia, em especial de telefonia móvel, arrendam da TMAR linhas tronco para uso em suas redes independentes (EILD – Exploração Industrial de Linha Dedicada).

São prestados serviços de transmissão de dados utilizando a rede regional de transmissão de dados e plataforma de rede de multi-serviços, além de uma rede nacional de rádio e de fibras óticas.

A TMAR presta serviços de comunicação de dados, basicamente, através de tecnologia ADSL – Asymmetric Digital Subscriber Line nos principais municípios da Região I. A TMAR tem enfatizado a comercialização de seu serviço de comunicação de dados baseado na tecnologia ADSL denominado "Velox" como mecanismo de acesso à internet no segmento residencial. A tecnologia ADSL permite a transmissão de sinais de voz e dados, em alta velocidade, por meio de um único par de fios de cobre na rede de acesso. Como a transmissão de voz pelas linhas telefônicas utiliza apenas uma das muitas bandas de frequência possíveis, as bandas restantes podem ser utilizadas para transmissão de dados. Os clientes podem usar simultaneamente a linha telefônica e a internet.

Os preços dos serviços de comunicação de dados são definidos exclusivamente em função da concorrência, não sendo regulamentados pela ANATEL.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Custos dos serviços prestados, das mercadorias vendidas e despesas operacionais

Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Interconexão (i)	3.270.886	3.057.943	3.371.089	3.331.671
Depreciação	1.771.343	1.692.187	2.469.672	2.268.829
Serviço de manutenção da rede (ii)	1.402.687	1.282.306	1.466.614	1.363.122
Aluguéis e seguros (iii)	514.850	486.374	705.921	653.540
Serviços de terceiros (iv)	313.480	322.661	381.496	446.717
Pessoal	250.223	233.850	289.174	252.929
Materiais	185.503	255.901	256.705	279.647
Custos de aparelhos e outros			195.460	262.103
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	116.603	95.796	116.603	95.796
Outros custos e despesas (vii)	18.927	20.945	347.633	293.028
	7.844.502	7.447.963	9.600.367	9.247.382

Comercialização dos serviços	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Serviços de terceiros (iv)	1.098.375	1.005.620	1.931.532	1.487.879
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (v)	568.705	535.649	797.495	649.523
Publicidade e propaganda (vi)	548.789	354.063	487.857	298.294
Pessoal	163.399	136.639	203.399	166.898
Depreciação	18.409	22.669	29.717	33.636
Materiais	3.133	373	11.073	3.107
Aluguéis e seguros (iii)	302	651	1.892	674
Outros custos e despesas (vii)	35.820	19.291	68.671	48.846
	2.436.932	2.074.955	3.531.636	2.688.857

Gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Serviços de terceiros (iv)	716.381	557.105	861.492	640.984
Pessoal	232.460	181.689	335.794	265.110
Depreciação	133.749	96.580	212.168	176.271
Aluguéis e seguros (iii)	96.358	84.074	125.100	85.408
Materiais	12.159	11.923	12.567	11.825
Outros custos e despesas (vii)	30.836	8.809	34.440	12.545
	1.221.943	940.180	1.581.561	1.192.143



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Os custos com interconexão referem-se, basicamente, às tarifas cobradas pelos demais provedores de telefonia móvel pela utilização de suas redes, reduzindo, substancialmente, a margem dos serviços fixo-móvel (VC1, VC2 e VC3), tendo como regra o processo do reconhecimento da receita e despesa de tráfego pelo método denominado “full billing”.
- (ii) Os custos com serviços de manutenção da rede é composto, substancialmente, por gastos provenientes da contratação de serviços para a manutenção da planta, sem aumento de vida útil, com destaque para expansão de instalações de “Velox” e da base de assinantes da rede de telefonia da Oi.
- (iii) O aumento nos custos com alugueis e seguros refere-se, basicamente, aos valores que estão sendo pagos pelos alugueis de espaço físico, postes de energia elétrica, satélite e EILD de outros prestadores de serviços de telefonia.
- (iv) O aumento nos custos com serviços de terceiros refere-se, basicamente, a maiores gastos com despesas de comissionamento, processamento de dados, despesas de operação de call center, consultorias e assessorias jurídicas.
- (v) O aumento em provisão para créditos de liquidação duvidosa é devido a estratégia da Companhia na implantação de uma política de crédito mais flexível para segmentos de usuários de baixa renda, feita de forma rentável.
- (vi) O aumento em despesas de publicidade e propaganda é devido aos gastos relacionados com o início das operações comerciais da Oi em São Paulo.
- (vii) Refere-se, substancialmente, a despesa com a taxa FISTEL de habilitação de terminais e manutenção de equipamentos de rede, indenizações, doações, multas diversas e aquisição de conteúdo.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Outras receitas operacionais				
Despesas recuperadas (i)	212.314	80.106	245.395	91.225
Aluguéis de infra-estrutura (ii)	151.076	136.800	226.183	210.800
Multas aplicadas sobre contas vencidas (Nota 10)	142.031	147.447	201.922	179.429
Serviços técnicos e administrativos	58.655	70.209	44.978	44.765
Ganho na alienação de ativo permanente (iii)	73.533	42.324	74.319	46.655
Amortização do deságio na aquisição da AIX (Nota 15)	6.451	6.451	6.451	6.451
Bonificações obtidas			1.821	9.568
Provisão/reversão para perdas sobre ativos descontinuados (iv)	1.043	2.704	1.043	2.704
Outras receitas	8.665	48.861	20.416	48.878
	653.768	534.902	822.528	640.475
Outras despesas operacionais				
Tributos (v)	(250.353)	(269.608)	(422.440)	(390.403)
Pagamento de quitação de litígios (vi)	(315.000)		(315.000)	
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais (Nota 23 (c))	(221.472)	(280.264)	(246.615)	(309.757)
Participações dos empregados nos resultados (Nota 27 (b))	(102.268)	(62.059)	(138.190)	(84.431)
Perda na alienação de ativo permanente (iii)	(51.172)	(18.385)	(92.403)	(18.583)
Amortização do diferido (Nota 18)			(67.812)	(65.489)
Amortização do ágio pago na aquisição da Oi (Nota 15)	(53.097)	(53.097)	(53.097)	(53.097)
Remunerações baseadas em ações (Nota 27 (d))	(31.848)	(29.152)	(42.781)	(39.160)
Descontos concedidos	(29.786)	(36.961)	(31.344)	(43.339)
Despesas com multas	(10.405)	(10.101)	(13.328)	(11.171)
Amortização do ágio pago na aquisição da TNCP (Nota 17)	(11.523)		(11.523)	
Amortização do ágio CVM 349/2001 (vii)			(11.095)	
Amortização do ágio pago na aquisição da Paggo (Nota 17)			(8.047)	
Realização da provisão (vii)			7.323	
Amortização do ágio pago na aquisição da Pégasus		(84.096)		(84.096)
Perda líquida de incêndio (viii)				(53.365)
Amortização do ágio pago na aquisição da Amazônia (Nota 17)	(246)		(246)	
Outras despesas	(79.011)	(67.227)	(68.274)	(63.956)
	(1.156.181)	(910.950)	(1.514.872)	(1.216.847)
	(502.413)	(376.048)	(692.344)	(576.372)

- (i) A variação apresentada nesta rubrica refere-se, principalmente, a recuperação de despesas tributárias.
- (ii) Refere-se ao aluguel cobrado dos provedores de telefonia móvel pela utilização dos prédios e infra-estrutura da TMAR e da Oi para a instalação de ERB - Estação de Rádio-Base.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Refere-se, principalmente, a alienação de imóveis e a baixa de equipamentos da rede.
- (iv) Refere-se à constituição e reversão de provisão para perdas de bens destinados à venda.
- (v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a TMAR e suas controladas Oi e Way TV registraram R\$ 251.014 (2007 - R\$ 238.561) referentes ao FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações e FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações Brasileiras.
- (vi) Em 25 de abril de 2008, foi veiculado em Fato Relevante a assinatura do contrato de compra e venda de ações cujo objeto foi a aquisição do controle da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da Brasil Telecom S.A. ("BrT").

A Oi incorreu em despesas relacionadas com a contratação de assessores jurídicos e financeiros, proporcionais a magnitude da operação. Além dessas despesas a Oi suportou o pagamento de R\$ 315.000, necessário ao encerramento dos litígios envolvendo a BrT Part e a BrT.

- (vii) Em AGE realizada em 28 de dezembro de 1999 foi aprovado o plano de reestruturação societária elaborado pela TNCP e sua controladora Telpart Participações S.A. ("Telpart"), com o objetivo de transferir para a TNCP o ágio contabilizado na Telpart, oriundo da diferença entre o valor de livros e o valor pago na aquisição das ações da TNCP, no processo de privatização.

Desta forma, constituiu-se uma nova empresa, subsidiária integral da Telpart, cujo capital foi subscrito com as ações da TNCP e o correspondente ágio pago na aquisição, sendo em seguida, esta empresa, incorporada pela TNCP. Esta reorganização foi feita de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/1976 e Instrução CVM nº 319/1999.

A TNCP optou por adotar a Instrução CVM nº 349/2001 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações financeiras de 2000 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart. Em virtude do controle da TNCP ter sido adquirido pela TMAR em abril de 2008, as cifras contábeis consolidadas registram os efeitos descritos desta data em diante. Os principais reflexos contábeis podem ser assim resumidos:

- (i) Constituição de provisão para refletir a manutenção da integridade do patrimônio líquido, equivalente a diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização, apresentado como redução da conta de ágio. Essa provisão foi registrada em contrapartida da conta de reserva especial de ágio.
- (ii) Reconhecimento de crédito tributário, relativo a imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida da reserva especial de ágio.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Reversão da provisão para refletir a manutenção da integridade do patrimônio líquido para o resultado do exercício.

(viii) Refere-se ao valor da baixa do estoque da Oi, devido ao incêndio ocorrido no CD – Centro de Distribuição do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 2007, incluídos os impostos e a indenização do seguro.

7 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	456.206	221.563	758.531	436.503
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	231.582	281.790	266.532	304.669
Descontos financeiros obtidos (ii)	90.731	140.527	100.108	148.038
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas (Nota 28)	13.191	3.250	24.990	20.780
Outros	59.684	3.785	133.351	9.644
	<u>851.394</u>	<u>650.915</u>	<u>1.283.512</u>	<u>919.634</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(914.742)	(342.657)	(967.576)	(358.416)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros (iv)	(903.636)	283.719	(935.926)	283.345
Juros sobre o capital próprio a pagar (iii)	(645.336)	(760.945)	(645.336)	(760.945)
Reversão de juros sobre o capital próprio (iii)	645.336	760.945	645.336	760.945
Juros sobre debêntures (Nota 24)	(269.899)	(257.484)	(269.899)	(257.484)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(33.520)	(25.794)	(173.967)	(130.495)
Atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais (Nota 23)	(150.199)	(71.970)	(161.064)	(81.384)
IRRF sobre operações financeiras e encargos bancários, incluindo CPMF	(117.540)	(179.070)	(130.172)	(205.966)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas (Nota 28)	(53.442)	(32.162)	(49.154)	(30.578)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - REFIS II (Nota 22)	(38.266)	(43.995)	(38.541)	(44.288)
Resultado de operações de "hedge" (Nota 26)	127.645	(379.247)	145.938	(379.247)
Outros	(14.943)	(12.101)	(41.974)	(20.387)
	<u>(2.368.542)</u>	<u>(1.060.761)</u>	<u>(2.622.335)</u>	<u>(1.224.900)</u>
	<u>(1.517.148)</u>	<u>(409.846)</u>	<u>(1.338.823)</u>	<u>(305.266)</u>

(i) Refere-se, substancialmente, à atualização de depósitos judiciais, juros sobre clientes em atraso e atualização de créditos fiscais.

(ii) Refere-se, basicamente, a descontos obtidos em decorrência de pagamentos antecipados a fornecedores.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Considerando o benefício fiscal instituído pelas alterações na legislação do imposto de renda da Lei 9.249/1995, a TMAR declarou R\$ 645.336 em 2008 (2007 – R\$ 760.945) a título de juros sobre o capital próprio (Nota 25 (d)).
- (iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a moeda nacional desvalorizou 24,2% em relação ao dólar dos Estados Unidos da América (2007 - valorização de 20,7%) e em relação ao Iene japonês desvalorização de 38,6% (2007 - valorização de 13,4%).

8 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e efetivas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações minoritárias	1.623.660	3.500.254	1.938.326	3.562.914
Imposto de renda e contribuição social, calculados à alíquota estatutária (34%)	(552.044)	(1.190.086)	(659.031)	(1.211.391)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeitos tributários sobre adições permanentes (i)	(57.107)	(82.489)	(89.748)	(98.927)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio (Nota 7)	219.414	258.721	219.414	258.721
Exclusão permanente do resultado de equivalência patrimonial (Nota 15)	216.203	154.012	6.096	3.876
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos, conforme Instrução CVM nº 371 (Nota 12)			25.798	97.072
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração)	67.161	247.709	135.258	269.819
Outros	3.261	1.096	(51.239)	7.133
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	(103.112)	(611.037)	(413.452)	(673.697)
Alíquota efetiva	6,35%	17,46%	21,33%	18,91%

- (i) Refere-se às despesas com multas, doações, brindes e patrocínios, considerados indedutíveis, bem como a perda de derivativos (“swap” e “off shore”). Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial de controladas com passivo a descoberto também é tratado como adição permanente ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos (despesas) com imposto de renda e a contribuição social no resultado do exercício estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Exercícios anteriores				
Imposto de renda	3.331	(8)	5.308	(6)
Contribuição social	1.166	1.140	1.879	1.140
	<u>4.497</u>	<u>1.132</u>	<u>7.187</u>	<u>1.134</u>
Corrente				
Imposto de renda	(203.756)	(630.833)	(404.732)	(729.472)
Contribuição social	(65.509)	(211.882)	(141.760)	(248.298)
	<u>(269.265)</u>	<u>(842.715)</u>	<u>(546.492)</u>	<u>(977.770)</u>
Incentivo fiscal				
Lucro da exploração (a)	55.730	228.003	105.042	246.572
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	78.330	(1.281)	113.537	(13.294)
Contribuição social sobre adições temporárias	27.596	3.824	39.758	1.486
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais (b)			(93.056)	49.516
Contribuição social sobre base negativa (b)			(39.428)	18.659
	<u>105.926</u>	<u>2.543</u>	<u>20.811</u>	<u>56.367</u>
	<u>(103.112)</u>	<u>(611.037)</u>	<u>(413.452)</u>	<u>(673.697)</u>

(a) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007 (vide Nota 25).

(b) De acordo com a legislação vigente, os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa da contribuição social poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, até o limite anual de 30% desses lucros.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, as companhias poderão optar pelo RTT – Regime Tributário de Transição, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP 449/08, por meio de registros no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime se dará quando da entrega da DIPJ – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica do ano-calendário 2008.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração que, neste momento, indicam a opção pelo RTT.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Caixa, equivalentes a caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	62.999	69.563	96.178	258.078
Câmbio contratado a liquidar	11.137	201.429	11.154	201.429
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimentos (i)	7.178.264	1.635.877	7.799.977	2.136.617
CDB (ii)	566.234	48.861	675.064	56.463
Títulos públicos (iii)	32		33	132.786
Operações compromissadas (ii)	825	1.016	20.711	82.029
Depósitos remunerados (iv)		17.778	2.798	21.125
	7.819.491	1.974.524	8.605.915	2.888.527
Caixa e equivalentes a caixa	7.819.491	1.974.524	8.605.915	2.888.527
Aplicações financeiras de curto prazo	130.704	1.188.190	1.238.035	3.191.792
Aplicações financeiras de longo prazo		19.699	1.519	19.699

- (i) As aplicações financeiras em fundos de investimentos possuem liquidez imediata, sendo, no consolidado: R\$ 419.049 (2007 – R\$ 320.312) em fundo de investimento no exterior cuja carteira é composta, basicamente, de títulos do governo dos EUA e de títulos privados emitidos por instituições financeiras e R\$ 8.436.763 (2007 – R\$ 4.882.253) em fundos de investimentos nacionais cujas carteiras são compostas por títulos públicos e privados. Em 31 de dezembro de 2008, do total de R\$ 8.855.812, a parcela de R\$ 1.055.835 (2007 – R\$ 3.065.948) está classificada como aplicação financeira de curto prazo em razão de alguns títulos que compõem as carteiras dos fundos possuem prazos de vencimento substancialmente superiores a 90 dias, em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todos os fundos de investimento nos quais a TMAR, sua controladora e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais a TMAR possui 78% (2007 – 48%) e a controlada Oi 18% (2007 – 42%) de participação nas quotas destes fundos, somando 96% (2007 – 90%) no consolidado da TMAR.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresentam os saldos dos fundos consolidados:



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos	
	2008	2007
Certificado de Depósito Bancário – CDB	3.590.163	892.608
Títulos públicos	154.942	59.217
Operações compromissadas	3.624.135	815.010
Box duas pontas		66.067
<i>Time Deposits</i>	809.104	464.390
<i>Credit Linked Notes</i>		73.865
Contratos de câmbio		265.545
Outros	12.411	49.265
Total aplicado em fundos exclusivos equivalentes a caixa	8.190.755	2.685.967
Títulos públicos	1.047.809	3.043.294
Debêntures	7.480	7.554
<i>Bonds</i>	997	51.990
Total aplicado em fundos exclusivos em curto prazo	1.056.286	3.102.838
Total aplicado em fundos exclusivos	9.247.041	5.788.805

O critério utilizado para apuração dos saldos consolidados considera que os saldos apresentados estão líquidos dos passivos do fundo, alocados aos ativos pelo percentual de participação sobre o ativo total desconsiderando o caixa e posições passivas em contratos de derivativos.

O CSAM CDFL II possui em seu ativo *bonds* emitidos pela TNL, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 998 (2007 – R\$ 911). O vencimento deste título ocorrerá em 18 de dezembro de 2013, sendo o valor remunerado pela taxa de juros pré-fixada de 8,00% a.a.. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o ganho registrado na operação foi de R\$ 87.

Os fundos nos quais a TMAR e suas controladas efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos e, dentre estes contratos de futuro negociados na BM&F – Bolsa de Mercadorias & Futuros. Em 31 de dezembro, a TMAR e suas controladas possuíam contratos em aberto contendo os volumes e prazos abaixo apresentados:

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2008				
Prazo	Certificado de depósito interfinanceiro		Dólares norte-americanos	
	Compra	Venda	Compra	Venda
A vencer em até 6 meses	774	(1.290)	27	
A vencer entre 6 meses e 1 ano	85	(2.515)		
A vencer entre 1 e 2 anos	103	(371)		
A vencer entre 2 e 3 anos		(29)		
A vencer em mais de 3 anos	31	(254)		
	<u>993</u>	<u>(4.459)</u>	<u>27</u>	

2007				
Prazo	Certificado de depósito interfinanceiro			
	Compra	Venda		
A vencer em até 6 meses	696	(1.219)		
A vencer entre 6 meses e 1 ano		(8.382)		
A vencer entre 1 e 2 anos	177	(9.361)		
A vencer entre 2 e 3 anos	533	(719)		
A vencer em mais de 3 anos	<u>726</u>			
	<u>2.132</u>	<u>(19.681)</u>		

- (ii) Essas aplicações financeiras são indexadas à variação da taxa do CDI, com liquidez imediata. A parte de curto prazo tem liquidez imediata, sendo a parte de longo prazo, R\$ 1.519 (2007 - R\$ 19.699) no consolidado, referente à reinvestimento no BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., realizado nos moldes do disposto na MP – Medida Provisória nº 2.199-14/2001, Art. 3º registrado na linha de “Demais ativos”.
- (iii) Refere-se a aplicações em títulos públicos do tipo LFT – Letras Financeiras do Tesouro, cuja liquidez é imediata. Em 31 de dezembro de 2008 a parcela de R\$ 183.200 (2007 – R\$ 125.846) está classificada como aplicação financeira de curto prazo em razão de alguns títulos possuírem prazos de vencimento substancialmente superiores a 90 dias, em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.
- (iv) Refere-se a depósitos remunerados de curtíssimo prazo, indexados à variação da taxa do CDI, com liquidez imediata.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as aplicações financeiras realizadas pela TMAR e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 são classificadas como mantidas para negociação.

10 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Serviços faturados	2.584.962	2.423.525	3.035.892	2.609.156
Serviços a faturar	765.348	819.722	977.597	923.363
Aparelhos e acessórios vendidos		87	250.764	59.298
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(217.365)	(225.088)	(367.082)	(314.078)
	<u>3.132.945</u>	<u>3.018.246</u>	<u>3.897.171</u>	<u>3.277.739</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora			
	2008	%	2007	%
A faturar	765.348	22,8	819.722	25,3
A vencer	1.151.542	34,4	1.019.714	31,4
A receber de outros provedores	560.141	16,7	416.874	12,9
Vencidas até 30 dias	444.728	13,3	508.020	15,7
Vencidas de 31 a 60 dias	146.198	4,4	156.356	4,8
Vencidas de 61 a 90 dias	80.318	2,4	89.281	2,8
Vencidas há mais de 90 dias	202.035	6,0	233.367	7,1
	<u>3.350.310</u>	<u>100,0</u>	<u>3.243.334</u>	<u>100,0</u>

	Consolidado			
	2008	%	2007	%
A faturar	977.597	22,9	923.363	25,7
A vencer	1.538.842	36,1	1.070.062	29,8
A receber de outros provedores	572.343	13,4	512.676	14,3
Vencidas até 30 dias	517.383	12,1	546.972	15,2
Vencidas de 31 a 60 dias	180.005	4,2	169.817	4,7
Vencidas de 61 a 90 dias	110.240	2,6	98.774	2,7
Vencidas há mais de 90 dias	367.843	8,7	270.153	7,6
	<u>4.264.253</u>	<u>100,0</u>	<u>3.591.817</u>	<u>100,0</u>



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobre as contas em atraso, há incidência de multa de 2% sobre o valor total da dívida (registrado em "Outras receitas operacionais") e juros de mora de 1% "pro rata" a.m. (registrado em "Receitas financeiras"), reconhecidos contabilmente quando da emissão da primeira conta após o pagamento da conta vencida.

A TMAR pode bloquear a realização de chamadas quando a conta está vencida há 30 dias ou mais, bloquear a realização e o recebimento de chamadas quando a conta está vencida há 60 dias ou mais e retirar o terminal do cliente quando a conta está vencida há 90 dias ou mais, desde que avise o cliente com 15 dias de antecedência. Após a retirada do terminal, que ocorre entre 95 e 110 dias de atraso, o nome do cliente inadimplente é encaminhado para os órgãos de proteção ao crédito.

A política de cobrança adotada pela Oi, de acordo com as normas estabelecidas pela ANATEL na Resolução nº 316, previa a suspensão parcial dos serviços, até o pagamento integral de todos os valores devidos, quando uma conta estava vencida há mais de 15 dias e o cliente não pagava e/ou regularizava a situação, após receber notificação solicitando o pagamento. Essa política também determinava que todas as chamadas recebidas e feitas seriam bloqueadas (bloqueio total) caso as contas permanecessem 15 dias sem pagamento após a suspensão parcial do serviço. Os serviços eram cancelados 45 dias após a implementação do bloqueio total, e nesse momento, o nome do assinante podia ser incluído no cadastro dos serviços de proteção ao crédito.

A partir de 13 de fevereiro de 2008, entraram em vigor as modificações da Regulamentação do SMP, aprovadas pela Resolução ANATEL nº 477/2007. Esse documento promoveu alterações na régua de inadimplência, conforme abaixo detalhado:

- o bloqueio total passa a ter o prazo de 45 dias, sendo 30 dias após o bloqueio parcial, e não mais 15 dias;
- o prazo total para a rescisão do contrato passou a ser de 90 dias após o vencimento da fatura, tendo em vista que os demais prazos não se alteraram.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Valores a receber

	Consolidado	
	2008	2007
Valores a receber - Barramar S.A. (i)	62.526	60.116
Outros	7.353	1.200
	69.879	61.316

- (i) O valor a receber da empresa Barramar S.A. refere-se a 50% dos valores registrados no realizável a longo prazo da AIX. Em decorrência da falência da Barramar S.A. decretada pela 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, em julgamento realizado no dia 24 de março de 2004, a AIX está tomando as providências legais cabíveis para habilitar seus créditos junto à massa falida e para a apuração de ativos operacionais da falida, em virtude de sua participação no Consórcio Refibra.

12 Tributos diferidos e a recuperar

	Controladora				Consolidado			
	2008		2007		2008		2007	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS a recuperar	311.686	231.757	291.977	199.416	523.050	333.426	491.449	247.770
IR sobre adições temporárias (i)	124.689	768.021	124.689	694.230	125.693	872.030	144.435	791.754
CS sobre adições temporárias (i)	44.888	261.098	44.888	235.120	45.250	300.422	51.996	272.647
IR sobre prejuízos fiscais (i)					8.730	524.905	599	513.881
CS sobre base negativa (i)					3.143	178.604		185.398
IR a recuperar (ii)	239.658		536.018		398.985		611.941	
CS a recuperar (ii)	110.621		257.044		187.351		287.423	
Impostos retidos na fonte - IRRF (iii)	119.059		44.901		173.699		85.908	
Outros impostos a recuperar	28.920		27.064		77.214	1.596	56.754	
	979.521	1.260.876	1.326.581	1.128.766	1.543.115	2.210.983	1.730.505	2.011.450

- (i) A TMAR e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273/1998 e Instrução CVM nº 371/2002. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da TMAR, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente, será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue:



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até 31 de dezembro de:		
2009	169.577	182.816
2010	201.231	380.350
2011 a 2013	526.539	814.845
2014 a 2017	301.349	680.766
	<u>1.198.696</u>	<u>2.058.777</u>

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2008, histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 64.366 (2007 – R\$ 37.943).

- (ii) A TMAR e suas controladas registram créditos fiscais provenientes de saldos negativos de IRPJ e da CSSL a serem compensados com tributos a pagar futuros.
- (iii) A TMAR e suas controladas registram créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações do período.

13 Despesas antecipadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Subsídio aparelhos Oi (i)			269.586	194.067
Encargos financeiros (ii)	247.802	129.522	250.470	132.585
FASS (iii)	205.755	260.000	226.197	260.000
Taxa FISTEL (iv)	591		186.701	83.291
Tributos, taxas e contribuições	9.255	9.782	18.484	9.782
Seguros	466	275	1.654	491
Outras (v)	65.279	36.764	76.977	43.299
	<u>529.148</u>	<u>436.343</u>	<u>1.030.069</u>	<u>723.515</u>
Curto prazo	173.445	83.110	592.650	340.616
Longo prazo	355.703	353.233	437.419	382.899

- (i) Refere-se aos aparelhos pós-pagos, vendidos com subsídio médio de R\$ 300,00 e com base nas adições efetivas, recuperável em até 12 meses, previsto nas cláusulas contratuais de multa por cancelamento antecipado ou por migração para plano pré-pago.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os encargos financeiros pagos antecipadamente quando da obtenção de empréstimos e financiamentos e na emissão de debêntures são amortizados pelo período de vigência dos contratos (vide Notas 19 e 24).
- (iii) Em 29 de outubro de 2007, foi realizado um aporte de R\$ 260.000 na FASS – Fundação Atlântico de Seguridade Social. Este aporte, apurado pelos atuários da FASS, tem como objetivo adequar as suas demonstrações financeiras às mudanças de premissas atuariais de forma a melhor refletir a nova realidade econômica de queda da taxa de juros, bem como adequar as tábuas de mortalidade e invalidez dos planos da FASS. Consideradas as premissas atuais (vide Nota 27 (a) (v)), este valor vem sendo apropriado contabilmente, pelas patrocinadoras (TMAR, Oi e Oi Internet), durante aproximadamente dez anos, tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.
- (iv) Refere-se ao valor da taxa FISTEL pago sobre as habilitações (R\$ 26,83 por habilitação, em 2008 e em 2007). Essa taxa é diferida para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.
- (v) Refere-se a despesas de contratos anuais de direito de passagem, aluguéis de circuitos e equipamentos, postes e outros.

14 Depósitos e bloqueios judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Tributários (*)	457.096	293.534	511.579	342.832
Cíveis	422.851	370.994	454.557	393.180
Trabalhistas (*)	152.646	200.360	154.085	201.425
Bloqueios judiciais	282.545	257.642	287.630	262.184
	<u>1.315.138</u>	<u>1.122.530</u>	<u>1.407.851</u>	<u>1.199.621</u>

(*) Valores líquidos de depósitos judiciais vinculados aos passivos correspondentes (Nota 23), conforme Deliberação CVM nº 489/2005.

A TMAR e suas controladas mantêm depósitos judiciais para garantir o direito de recurso em ações de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias. Dentre os depósitos judiciais de natureza tributária, destacam-se:

	Consolidado			
	2008	%	2007	%
INSS	157.743	30,8	73.993	21,6

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Autuações fiscais de ICMS	84.993	16,6	79.687	23,2
PAES	61.827	12,1	56.166	16,4
COFINS	45.026	8,8	28.133	8,2
IRPJ	27.916	5,5	9.789	2,9
IPTU	25.649	5,0	24.719	7,2
CSLL	25.094	4,9	21.337	6,2
PIS/PASEP	23.994	4,7	19.126	5,6
ISS	16.291	3,2	12.838	3,7
Outros (i)	43.046	8,4	17.044	5,0
	<u>511.579</u>	<u>100,0</u>	<u>342.832</u>	<u>100,0</u>

- (i) Referem-se aos depósitos efetuados como garantia de execuções tributárias relacionadas à cobrança de tributos administrados pela SRF - Secretaria da Receita Federal, bem como a suspensão da exigibilidade de outros débitos junto às Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente.

15 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Participações avaliadas pelo método de custo (i)	32.678	26.043	3.303.549	26.053
Participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	12.296.605	8.344.770		
Ágio pago na aquisição da Oi. líquido (ii)	203.537	256.634		
Deságio na aquisição da AIX. líquido (iii)		(6.451)		
Incentivos fiscais (iv)	37.923	37.923	38.188	37.923
Provisão para perdas sobre incentivos fiscais (iv)	(29.247)	(29.247)	(29.512)	(29.247)
Outros investimentos	249	249	327	587
	<u>12.541.745</u>	<u>8.629.921</u>	<u>3.312.552</u>	<u>35.316</u>

- (i) Conforme comentado na Nota 1, refere-se, substancialmente, a aquisição das ações preferenciais da BRTP4 e BRTO4 pelas empresas Copart 1 e Copart 2, respectivamente.

No decorrer dos meses de maio e junho de 2008, a Copart 1 e a Copart 2 fizeram sucessivas aquisições de ações preferenciais das empresas BrT Part e da BrT, respectivamente. As aquisições realizadas pela Copart 1 totalizaram 55.819.400 ações preferenciais da BrT Part (BRTP4), no montante de R\$ 1.425.133, o que representava 24,3% das ações preferenciais e 15,4% do total de ações. As aquisições realizadas pela Copart 2 totalizaram 45.590.200 ações



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

preferenciais da Brt (BRTO4), no montante de R\$ 897.775, o que representava 14,6% das ações preferenciais e 8,3% do total de ações.

Em 27 de junho de 2008, o Conselho de Administração da TMAR ratificou a autorização de limite para AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Coari, no montante de R\$ 13,5 bilhões. Em 18 de dezembro de 2008, mediante deliberação do Conselho de Administração, foram capitalizados R\$ 3.270.861.

Em 22 de julho de 2008, foi realizada OPA Voluntária pelas empresas Copart 1 e Copart 2 com o objetivo da aquisição de um terço das ações preferenciais das empresas BrT Part e da BrT. A Copart 1 adquiriu 20.826.442 ações preferenciais da BrT Part (BRTP4) por R\$ 30,47, no montante de R\$ 634.582, e a Copart 2 adquiriu 13.366.365 ações preferenciais da BrT (BRTO4) por R\$ 23,42, no montante de R\$ 313.040.

Como resultado das aquisições efetuadas no âmbito da OPA Voluntária, a TMAR passou a deter, indiretamente, 58.956.565 ações preferenciais da BrT e 76.645.842 ações preferenciais da BrT Part, representativas de 18,9% do total das ações preferenciais e 10,5% do capital social da BrT e 33,3% do total de ações preferenciais e 21,11% do capital social da BrT Part, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2008, as controladas Copart 1 e Copart 2 não possuíam influência significativa sobre os investimentos detidos na BrT Part e BrT, respectivamente.

Em 8 de janeiro de 2009, a TMAR adquiriu o controle da Brt Part através de sua controlada indireta Copart 1, passando a deter 61,2% do capital votante da Brt Part. Para maiores informações vide Nota 31. As informações a respeito da aquisição do controle da Brt Part foram divulgadas através de Fato Relevante em 8 de janeiro de 2009 e encontra-se divulgado na íntegra na Nota 31 (a).

- (ii) Em 30 de maio de 2003, após aprovação dos Conselhos de Administração da TNL e da TMAR, a TMAR adquiriu de sua controladora TNL 99,99% das ações da Oi.

O preço de R\$ 1,00 (um real) foi estabelecido através da avaliação do patrimônio líquido a valor de mercado elaborada por empresa especializada, utilizando como base os demonstrativos financeiros de 31 de março de 2003, ajustado para refletir o resultado apurado no balancete da Oi levantado em 30 de abril de 2003 e o aporte de capital no valor de R\$ 562.342 realizado pela TNL antes da operação. A transação também envolveu a assunção das dívidas da Oi pela TMAR em 2003, com a capitalização pela TMAR de R\$ 600.000 na Oi.

O valor pago foi superior ao valor contábil, gerando um ágio de R\$ 499.994, justificado economicamente pela "mais-valia" do ativo imobilizado, suportado pelo laudo de avaliação de empresa técnica especializada. O ágio será integralmente amortizado em nove anos e cinco meses correspondendo ao prazo médio de depreciação dos ativos, e pode ser assim demonstrado:

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo a descoberto da Oi em 30 de abril de 2003	1.062.336
Capitalização de créditos pela TNL antes da venda para a TMAR	<u>(562.342)</u>
Ágio original sobre o valor pago de R\$ 1,00 (um real)	<u>499.994</u>

Os benefícios decorrentes da otimização dos setores de apoio e operações da TMAR e da Oi, bem como do alinhamento dos interesses e estratégias comerciais das duas companhias, resultaram no uso mais racional dos recursos disponíveis, com conseqüentes reduções de custos e ganhos de produtividade e melhor uso das sinergias entre as companhias.

- (iii) Refere-se à participação societária da TMAR na AIX, cujo objeto social é o provimento de infra-estrutura de dutos para instalação de fibras ópticas ao longo das principais rodovias do estado de São Paulo. Em 19 de novembro de 2003, os acionistas da AIX (naquela data, Alcatel Telecomunicações S.A., Telesp - Telecomunicações de São Paulo S.A. e Pegasus) aprovaram avaliação econômico-financeira, realizada por empresa especializada, incluindo créditos existentes com a empresa Barramar S.A., cuja realização está condicionada à rentabilidade futura do Consórcio Refibra. A rentabilidade desse Consórcio decorre do cumprimento dos contratos de utilização de dutos e redes pelas próprias Telesp e Pegasus. Em função dessa projeção, o Conselho de Administração da AIX aprovou, em reunião realizada em 20 de novembro de 2003, o registro de uma provisão para perdas de R\$ 157.400. Em 16 de dezembro de 2003, a Alcatel alienou sua participação acionária para a Pegasus e Telesp, tendo a Pegasus adquirido 79,1% daquelas ações por R\$ 1,00 (um real), reconhecendo um deságio de R\$ 53.955.

Concomitantemente, a Pegasus e Telesp (Telefônica) aumentaram o capital social da AIX através da capitalização de créditos detidos com a mesma, nos valores de R\$ 59.816 e R\$ 105.752. Com essa aquisição e capitalização de créditos, a Pegasus aumentou a sua participação de 18,1% para 50%.

Em 31 de dezembro de 2003, a Pegasus alienou, a valores contábeis, a totalidade de sua participação societária na AIX para a TMAR. Em decorrência dessa operação, o valor do deságio foi baixado, tendo sido reconhecida uma receita não-operacional de R\$ 53.952 eliminada para fins de consolidação.

Em dezembro de 2004, o Conselho de Administração da AIX aprovou um novo estudo técnico acerca do potencial de realização dos ativos, elaborado por terceiros, tendo sido complementada a provisão para perdas mencionada anteriormente em R\$ 53.972. Como conseqüência, o valor do deságio foi ajustado em R\$ 17.358, proporcionalmente à razão entre o complemento da perda e o valor patrimonial da AIX antes do referido ajuste. Em dezembro de 2008, o estudo técnico foi atualizado sem originar novos complementos de provisão.

Este deságio foi integralmente amortizado no ano de 2008. O saldo existente em 2007 foi reclassificado para "Demais obrigações", no passivo não circulante, devido à extinção do grupo "Resultado de exercícios futuros" por força da Medida Provisória n.º 449/08.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os componentes do ativo e do passivo, bem como as receitas e as despesas da AIX, foram agregados às demonstrações financeiras consolidadas, na proporção da participação da TMAR no capital social dessa sociedade.

Os montantes dos principais grupos dos balanços patrimoniais da AIX em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e das respectivas demonstrações do resultado dos exercícios findos nessas datas, já considerada a participação proporcional de 50% da TMAR, estão apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial

	<u>2008</u>	<u>2007</u>		<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	2.840	3.659	Fornecedores	1.678	1.270
Contas a receber	2.467	2.111	Tributos a recolher e diferidos	461	7.191
Demais ativos	<u>2.155</u>	<u>2.370</u>	Demais obrigações	<u>89</u>	<u>283</u>
	<u>7.462</u>	<u>8.140</u>		<u>2.228</u>	<u>8.744</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Valores a receber	62.526	60.116	Empréstimos e financiamentos		12.095
Impostos a recuperar	2.957		Demais obrigações	<u>29.080</u>	<u>18.093</u>
Depósitos judiciais	<u>1.608</u>	<u>939</u>		<u>29.080</u>	<u>30.188</u>
	<u>67.091</u>	<u>61.055</u>			
Permanente			Patrimônio líquido		
Imobilizado	4.795	6.458	Capital social	230.464	230.464
Intangível	10.855	10.893	Prejuízos acumulados	<u>(171.569)</u>	<u>(174.407)</u>
Diferido		<u>8.443</u>			
	<u>15.650</u>	<u>25.794</u>		<u>58.895</u>	<u>56.057</u>
Total do ativo	<u>90.203</u>	<u>94.989</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>90.203</u>	<u>94.989</u>

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita operacional bruta	29.319	24.690
Deduções da receita bruta	(3.738)	(3.148)
Receita operacional líquida	25.581	21.542
Custo dos serviços prestados	(10.571)	(8.299)
Lucro bruto	15.010	13.243
Despesas operacionais:		
Comercialização dos serviços	(5)	(4)
Gerais e administrativas	(3.886)	(4.965)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.556)	(7.945)
	<u>(6.447)</u>	<u>(12.914)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	8.563	329
Resultado financeiro	(4.508)	(4.655)
Lucro (prejuízo) operacional	4.055	(4.326)
Imposto de renda e contribuição social	(3.090)	(1.526)
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>965</u>	<u>(5.852)</u>

(iv) Refere-se ao FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste e ao FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2008 - Controladora							
Controladas	Patrimônio	Capital	Lucro	Qtde. milhares de		Participação - %	
	líquido (passivo a descoberto)	social integralizado	(prejuízo) líquido do exercício	ações/cotas		Capital total	Capital votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Oi	8.807.014	9.612.504	611.106	6.101.213		100,0	100,0
Coari	3.285.814	3.271.125	14.953	5.500	11.000	100,0	100,0
Amazônia (iii)	106.416	231.432	(23.754)		972	16,5	
AIX	117.791	460.929	1.930	298.563		50	50
TNCP (iii)	86.889	84.851	33.869	1.293	4.147	81,2	51,9
Oi Internet	65.480	188.903	(33.964)	188.903		100,0	100,0
Sercede	5.547	3.599	1.250	3.000		100,0	100,0
Calais (i)	(37)	241	(37)	5.033	10.067	100,0	100,0
Subtotal							
Hispanmar (ii)							
Ágio Oi							
Outros investimentos							

Em 31 de dezembro de 2008 - Controladora				
Controladas	Equivalência	Dividendos e	Valor do	Provisão
	patrimonial	juros sobre o capital próprio a receber	investimento	para passivo a descoberto
Oi	623.297		8.807.014	
Coari	14.953	13.942	3.271.872	
Amazônia (iii)	(5.493)		17.563	
AIX	2.839		58.895	
TNCP (iii)	27.566	30.313	70.531	
Oi Internet	(33.964)		65.480	
Sercede	1.250	297	5.250	
Calais (i)	(37)			(37)
Subtotal			12.296.605	
Hispanmar (ii)	5.380		28.660	
Ágio Oi			203.537	
Outros investimentos			12.943	
	635.791	44.552	12.541.745	(37)



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2007 - Controladora

Controladas	Patrimônio líquido	Capital	Lucro	Qtde. milhares de		Participação - %	
	(passivo a descoberto)	social integralizado	(prejuízo) líquido do exercício	ações/cotas Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Oi	8.184.973	9.612.504	465.492	6.101.213		100,0	100,0
AIX	112.114	460.929	(11.704)	298.563		50,0	50,0
Oi Internet	99.443	188.903	(9.966)	188.903		100,0	100,0
Coari		264	(41)	5.500	11.000	100,0	100,0
Calais		241	(44)	5.033	10.067	100,0	100,0
Sercede	4.297	3.000	1.298	3.000		100,0	100,0
Subtotal							
Hispanmar (ii)	122.270	150.509	5.917	150.509		19,0	19,0
Ágio Oi							
Deságio AIX							
Outros investimentos							

Em 31 de dezembro de 2007 - Controladora

Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento
Oi	474.243	8.184.972
AIX	(7.639)	56.057
Oi Internet	(9.966)	99.443
Coari	(41)	
Calais	(44)	
Sercede	1.298	4.298
Subtotal		8.344.770
Hispanmar (ii)	(5.380)	23.280
Ágio Oi		256.634
Deságio AIX		(6.451)
Outros investimentos		11.688
	452.471	8.629.921



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Conforme definido no Art. 12 da Instrução CVM nº 247/1996, a TMAR constituiu provisão no passivo circulante para fazer face à cobertura de passivo a descoberto de controladas.
- (ii) A Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”) tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da TMAR é de 19,04%, não possuindo influência na sua administração.

No primeiro trimestre de 2008, foi alterado o critério de avaliação do investimento na Hispamar, o qual passou a ser avaliado pelo método de custo, sendo revertido o valor de equivalência patrimonial reconhecido em 2007, no montante de R\$ 5.380.
- (iii) A TMAR adquiriu o controle da TNCP e, por consequência, da Amazônia em 3 de abril de 2008. Através da OPA Voluntária e de aquisições realizadas após a OPA, a TMAR adquiriu ações preferenciais da TNCP e da Amazônia. Vide maiores detalhes a respeito das aquisições e OPA Voluntária e Obrigatória na Nota 1 e a respeito da reorganização societária na Nota 31.

A movimentação dos investimentos da Companhia decorrem, substancialmente, do resultado de equivalência patrimonial de suas controladas.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Controladora				Taxa anual de depreciação (%)
	2008		2007		
	Depreciação	Valor	Valor		
	Custo	acumulada	residual	residual	
Equipamentos de transmissão	10.473.170	{8.192.978 }	2.280.192	2.099.801	5 e 20
Cabos (rede de acesso)	11.137.573	{8.881.931 }	2.255.642	2.346.187	5 a 20
Canalização subterrânea	2.143.254	{1.431.762 }	711.492	715.753	4
Prédios e edificações	2.024.914	{1.444.280 }	580.634	659.284	4 a 10
Equipamentos de comutação	9.562.888	{9.023.782 }	539.106	368.787	20
Outros equipamentos	1.941.379	{1.446.262 }	495.117	405.549	10 e 20
Postes e torres	852.872	{425.448 }	427.424	420.073	4 e 5
Obras em construção	322.274		322.274	231.514	
Meios de transmissão - entroncamento (switches)	1.159.109	{966.702 }	192.407	416.063	5 a 10
Terrenos	135.021		135.021	141.281	
Hardware	502.177	{414.665 }	87.512	119.355	20
Estoques para expansão	80.107		80.107	110.010	
Benfeitorias em propriedade de terceiros	149.516	{94.379 }	55.137	59.289	10
Equipamentos terminais	2.207.201	{2.167.875 }	39.326	61.020	13 e 20
Arrendamento mercantil equip informática	47.651	{22.373 }	25.278	34.693	20
Arrendamento mercantil equip transmissão	9.167	{3.764 }	5.403	7.237	20
Arrendamento mercantil equip comutação	2.577	{945 }	1.632	2.147	20
Outros ativos	406.260	{350.441 }	55.819	59.742	10 a 20
	43.157.110	{34.867.587 }	8.289.523	8.257.785	



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	2008		2007		Taxa anual de
	Depreciação	Valor	Valor		depreciação
	Custo	acumulada	residual	residual	(%)
Cabos (rede de acesso)	11.342.072	(8.936.166)	2.405.906	2.503.312	5 a 20
Equipamentos de transmissão TMAR	10.473.200	(8.192.985)	2.280.215	2.099.825	5 e 20
Equipamentos de transmissão Oi	2.832.670	(1.079.614)	1.753.056	1.434.648	10 e 20
Obras em construção	839.771		839.771	331.051	
Equipamento de comutação Oi	1.339.057	(523.810)	815.247	754.921	10 e 20
Canalização subterrânea	2.156.437	(1.435.666)	720.771	726.164	4
Outros equipamentos	2.322.960	(1.627.154)	695.806	558.791	10 e 20
Prédios e edificações	2.101.709	(1.454.795)	646.914	665.100	4 a 10
Postes e torres	1.036.458	(479.547)	556.911	537.273	4 e 5
Equipamento de comutação TMAR	9.562.923	(9.023.790)	539.133	368.820	20
Benfeitorias em propriedade de terceiros	802.757	(380.477)	422.280	397.840	10
Hardware	794.929	(591.134)	203.795	207.986	20
Meios de transmissão – entroncamento (switches)	1.166.049	(967.482)	198.567	420.620	5 a 10
Terrenos	137.563		137.563	141.312	
Estoques para expansão	118.281		118.281	132.804	
Equipamento transmissão Amazônia	136.495	(94.434)	42.061		13
Equipamento de comutação Amazônia	81.635	(44.016)	37.619		13
Equipamentos terminais	2.224.568	(2.179.281)	45.287	62.990	13 e 20
Arrendamento mercantil informática	55.867	(25.572)	30.295	34.693	20
Arrendamento mercantil equipamentos transmissão	10.955	(5.013)	5.942	8.133	20
Arrendamento mercantil equipamentos comutação	2.577	(945)	1.632	8.807	20
Outros ativos	930.690	(596.476)	334.214	395.220	10 a 20
	50.469.623	(37.638.357)	12.831.266	11.790.310	

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações adicionais

- (a) A administração revisa periodicamente o potencial de geração de lucros de seus ativos com o propósito de determinar e medir a eventual necessidade de redução para seu valor de recuperação (análise de "impairment"). Foi verificada a necessidade de constituição de provisão para perda na controlada Amazônia, no montante total de R\$ 36.567, para parte dos softwares e dos ativos relacionados a rede TDMA, os quais, em função, principalmente, da reorganização societária citada na Nota 31, não terão seus custos recuperados.
- (b) De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 5.878.065 (2007 – R\$ 6.842.260), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

Contrato de arrendamento mercantil operacional

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do exercício no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica "Aluguéis e seguros" na Nota 5), totalizando R\$ 45.477 (2007 - R\$ 40.850) na controladora e R\$ 46.547 (2007 - R\$ 41.810) no consolidado.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros, relacionados a esses contratos, está distribuído da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Até um ano	2.677	33.061	3.541	33.925
Mais de um ano e até cinco anos		2.677	720	4.262
	2.677	35.738	4.261	38.187



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Intangível

Controladora					
			2008	2007	Taxa anual de amortização (%)
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual	
Software	1.266.409	(940.746)	325.663	325.441	20
Ágio pago na aquisição da TNCP (i)	214.651	(11.523)	203.128		10
Direito de passagem	22.020	(8.457)	13.563	15.570	20
Ágio pago na aquisição da Amazônia (ii)	15.379	(246)	15.133		10
Outros	49.033	(47.590)	1.443	1.776	4 a 20
	1.567.492	(1.008.562)	558.930	342.787	

	Consolidado				
	2008		2007		Taxa anual de amortização (%)
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual	
Direito de Uso Oi e Amazônia (iii)	2.426.024	(637.727)	1.788.297	919.417	7 a 13
Software	1.783.136	(1.202.502)	580.634	487.098	20
Ágio pago na aquisição da TNCP (i)	214.651	(11.523)	203.128		10
Ágio pago na aquisição da Paggo (iv)	80.469	(8.047)	72.422	80.469	10
Ágio pago na aquisição da Amazônia (ii)	15.379	(246)	15.133		10
Outros	85.200	(62.482)	22.718	25.826	4 a 20
	4.604.859	(1.922.527)	2.682.332	1.512.810	

- (i) O ágio é relativo às aquisições realizadas pela TMAR, em: (i) 3 de abril de 2008, quando foi adquirido o controle da TNCP, uma participação de 19,34% do capital total; (ii) em 19 de agosto de 2008, no leilão da OPA Voluntária de ações preferenciais; (iii) e, inclusive, através de aquisições efetuadas posteriormente a OPA (vide maiores detalhes na Nota 1). O ágio é fundamentado pelo laudo de avaliação emitido por empresa especializada, fundamentada na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, período pelo qual o referido ágio foi amortizado no decorrer de 2008.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O ágio é relativo às aquisições realizadas pela TMAR, em: (i) 22 de outubro de 2008, no leilão da OPA Voluntária de ações preferenciais da Amazônia; (iii) e através de aquisições efetuadas posteriormente a OPA (vide maiores detalhes na Nota 1). O ágio é fundamentado pelo laudo de avaliação emitido por empresa especializada, fundamentada na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, período pelo qual o referido ágio foi amortizado no decorrer de 2008.
- (iii) Refere-se, substancialmente, ao direito de uso das radiofrequências adquirido pela Oi em março de 2001 por R\$ 1.102.007 e em julho de 2003 e janeiro de 2004 por R\$ 111.315, cuja amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência das referidas autorizações, até 13 de março de 2016. Os encargos financeiros incorridos até o início das operações da Oi foram capitalizados, totalizando R\$ 63.942.

Em dezembro de 2007, a Oi foi declarada vencedora nas propostas de preço apresentadas para 16 dos 105 lotes de frequência licitados pela ANATEL, conferindo a autorização de prestação de SMP por prazo indeterminado e de uso de radiofrequências nas faixas 2G em São Paulo pelo prazo renovável de 15 anos, o que representou uma adição no montante de R\$ 120.580, além de aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) com o prazo de vigência até 13 de março de 2016, o que promoveu uma adição de R\$ 10.526.

Em 28 de março de 2008 foi publicado no D.O.U. o ato de homologação pelo Conselho Diretor da ANATEL dos resultados da Licitação nº 002/2007/SPV-ANATEL, outorgando à Oi a autorização de uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I e III do PGA (exceto a área de prestação que inclui o município de Franca no interior de São Paulo), mediante a assinatura dos termos de autorização. Os termos de autorização foram assinados em 29 de abril de 2008, no montante de R\$ 867.018, cuja amortização é calculada de acordo com o prazo de 15 anos, conforme vigência das referidas autorizações.

Em setembro de 2008 foram assinados novos termos de outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequências nas faixas de 2G (GSM) para exploração de SMP, no interior de São Paulo, áreas de prestação II e III, pelo prazo renovável de 15 anos. A amortização é calculada pelo prazo de 15 anos de acordo com a vigência das referidas autorizações e demandou um investimento total de R\$ 126.820. Em 3 de setembro de 2008, a Oi desembolsou 10% do valor ofertado e quitou os 90% restantes, sem correção, em 10 de setembro de 2008.

Em razão da compra da TNCP que possui 74,96% de participação na Amazônia, cuja anuência da ANATEL ocorreu em 3 de abril de 2008, o saldo da autorização para prestação de serviços desta controlada, no valor de R\$ 2.727, foi baixado contra resultado do exercício, devido a devolução das autorizações para ANATEL, vide Nota 1.

- (iv) Em 17 de dezembro de 2007, a controlada Oi adquiriu a parcela cindida da Paggo Participações S.A., denominada Paggo, pelo valor de R\$ 75.000, registrando ágio de R\$ 80.469. O ágio é fundamentado pelo laudo de avaliação emitido por empresa especializada, fundamentada na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, período pelo qual o referido ágio foi amortizado no decorrer de 2008.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São realizados testes anuais para verificar se o ágio sofreu qualquer redução do seu valor recuperável. Os valores das unidades geradoras de caixa são determinados com base nos cálculos de seu valor em uso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não foram obtidos resultados que indicassem perdas nos valores recuperáveis dos ágios formados por expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

18 Diferido

Os valores correspondem aos gastos incorridos por algumas controladas durante a fase pré-operacional e são amortizados com base em estudos de viabilidade econômica elaborados por terceiros. O prazo de amortização é estimado em dez anos para a Oi Internet e Oi, em cinco anos para a Paggo.

A composição do ativo diferido consolidado está detalhada a seguir:

	Valor líquido consolidado	
	2008	2007
Despesas financeiras	334.235	343.436
Serviços de terceiros	263.452	222.638
Aluguéis e seguros	58.981	29.952
Pessoal	54.546	47.863
Materiais (substancialmente aparelhos)	34.982	30.572
Receita de venda de aparelhos	(22.610)	(19.838)
Outros	26.971	4.964
Amortização acumulada	(417.400)	(363.001)
	333.157	296.586

Os saldos do diferido por controlada podem ser sumariados como segue:

			2008	2007
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual
Oi	744.115	(414.986)	329.129	283.227
Oi Internet	4.000	(1.600)	2.400	2.800
Paggo	2.442	(814)	1.628	2.116
AIX				8.443
	750.557	(417.400)	333.157	296.586

Em 2008 a Oi somou novos gastos pré-operacionais relacionados com as novas operações na Região III (São Paulo), iniciadas em 24 de outubro de 2008, quando tais gastos passaram a ser amortizados.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Empréstimos e financiamentos

(a) Em moeda nacional	Vigência		Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
	Início	Fim		2008	2007	2008	2007
Banco Itaú S.A (i) (ii)	08/2008	02/2010	CDI + 1,60% a.a.	5.600.000		5.600.000	
Banco do Brasil (iii)	05/2008	05/2016	CDI + 1,30% a.a.	4.300.000		4.300.000	
BNDES (iv)	11/2006	06/2014	TJLP + 2,50 % a.a. e 4,50% a.a.	1.984.547	1.513.993	1.984.547	1.513.993
BNDES	09/2004	10/2012	TJLP + 4,50% a.a.	366.889	461.483	366.889	461.483
BNDES (v)	07/2007	01/2015	TJLP + 4,50% a.a.			468.419	440.372
BNDES	12/2003	01/2011	TJLP + 4,50% a.a.	166.019	245.115	166.019	245.115
BNDES	07/2005	08/2013	TJLP + 3,50 % a.a. e 4,50% a.a.	57.190	69.278	57.190	69.278
BNDES	12/2000	01/2008	TJLP + 3,85% a.a.		36.152		36.152
BNDES	12/2005	12/2013	TJLP + 4,50% a.a.	18.866	22.584	18.866	22.584
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	06/2004	12/2014	10,5% a.a.	142.082	174.096	142.082	174.096
Arrendamento Mercantil				18.260	35.947	21.972	42.248
Outros						35.248	19.165
Com controladas			104% do CDI	90.716	58.024	90.716	
Encargos financeiros				596.679	9.416	606.560	18.544
Total em moeda nacional				13.341.248	2.626.088	13.858.508	3.043.030



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Vigência		Moeda	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
	Início	Fim			2008	2007	2008	2007
(b) Em moeda estrangeira								
Citibank Tokyo (vi)	09/2007	09/2017	Iene	LIBOR Japonesa + 0.48% a.a.	1.077.408	661.437	1.077.408	661.437
NIB (vii)	07/2008	07/2015	US\$	LIBOR + 1.18% a.a.	350.550		350.550	
NIB (vii)	07/2008	07/2018	US\$	LIBOR + 0.80% a.a.	233.700		233.700	
NIB	03/2003	02/2012	US\$	LIBOR + 0.75% a.a.	30.673		30.673	
NIB	11/2004	11/2010	US\$	LIBOR + 0.76% a.a.	26.709		26.709	
ABN AMRO Bank N.V.	08/2004	08/2009	US\$	LIBOR + 0.25% a.a. a 0.76% a.a.	224.261	233.039	224.261	233.039
ABN AMRO Bank N.V.	01/2004	04/2009	US\$	LIBOR + 3.00% a.a. a 4.83% a.a.	93.480	88.565	93.480	88.565
ABN AMRO Bank S.A.	09/2005	09/2008	US\$	5.45% a.a.	70.110	106.595	70.110	106.595
ABN AMRO Bank S.A.	02/2006	01/2009	US\$	5.40% a.a.	31.567	23.926	31.567	23.926
ABN AMRO Bank S.A.	06/2005	12/2010	US\$	5.51% a.a.	28.044	33.300	28.044	33.300
ABN AMRO Bank S.A.	06/2005	05/2008	US\$	5.05% a.a.		53.139		53.139
ABN AMRO Bank S.A.	12/2005	11/2008	US\$	5.43% a.a.		35.426		35.426
ABN AMRO Bank S.A.	10/2005	10/2008	US\$	5.28% a.a.		27.130		27.130
FINNVERA (viii)	08/2008	12/2018	US\$	LIBOR + 1.07% a.a.	448.211		448.211	
FINNVERA	02/2003	02/2012	US\$	LIBOR + 0.29% a.a.	163.590	159.417	163.590	159.417
FINNVERA	11/2004	11/2010	US\$	LIBOR + 0.76% a.a.	66.060	75.104	66.060	75.104

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Vigência		Moeda	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
	Início	Fim			2008	2007	2008	2007
KFW	02/2003	08/2012	US\$	LIBOR + 0.22% a.a.	76.157	72.152	76.157	72.152
KFW	07/2002	01/2011	US\$	LIBOR + 0.5% a.a. e 2.0% a.a.	41.453	55.099	41.453	55.099
Bank of Tokyo – Mitsubishi	01/2004	01/2009	US\$	10% a.a.			93.480	
Société Générale / Coface	02/2003	11/2012	US\$	LIBOR + 0.22% a.a.	54.106	51.262	54.106	51.262
Société Générale/Natexis	12/2004	10/2009	US\$	LIBOR + 1.95% a.a.	20.031	30.365	20.031	30.365
BNDES	12/2003	01/2011	UMBND (x)	Taxa variável do BNDES + 4.50% a.a.	31.317	34.625	31.317	34.625
BNDES	12/2000	01/2008	UMBND (x)	Taxa variável do BNDES + 3.85% a.a.		7.706		7.706
NIB	11/2004	11/2010	US\$	LIBOR + 0.76% a.a.		30.365		30.365
NIB	03/2003	02/2012	US\$	LIBOR + 0.75% a.a.		29.891		29.891
Banco Santander do Brasil S.A.	04/2005	04/2008	US\$	5.9% a.a.		21.589		21.589
Encargos financeiros					33.075	50.964	36.969	50.964
Total em moeda estrangeira					3.100.502	1.881.096	3.197.876	1.881.096
Saldo de instrumentos financeiros derivativos					278.404	777.162	313.410	777.162
Total dos empréstimos e financiamentos					16.720.154	5.284.346	17.369.794	5.701.288
Empréstimos e financiamentos - Curto prazo					3.423.990	1.313.284	3.603.631	1.338.118
Empréstimos e financiamentos - Longo prazo					13.296.164	3.971.062	13.766.163	4.363.170



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro (consolidado)

Ano	Saldo inicial	Arrendamento mercantil	Captações	Amortizações	Encargos financeiros	Saldo final
2008	5.701.288	21.972	11.498.297	(1.728.243)	1.876.480	17.369.794
2007	5.442.054	42.248	1.873.007	(2.091.272)	435.251	5.701.288

A taxa de juros média da dívida em moeda nacional, que totaliza R\$ 8.258.509 em 31 de dezembro de 2008 (2007 - R\$ 3.000.782), é de aproximadamente 14,2% a.a. (2007 – 10,5%). A taxa de juros média da dívida em moeda estrangeira, que totaliza R\$ 3.197.876 em 31 de dezembro de 2008 (2007 - R\$ 1.881.096), é 4,1 % a.a. (2007 – 5,9%), para os recursos obtidos em dólares dos Estados Unidos da América, de 1,5% a.a. (2007 – 1,6%) para os recursos obtidos em Iene Japonesa e de 8,8 % a.a. (2007 – 11,0%), para os recursos obtidos em cesta de moedas BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Os encargos financeiros da dívida são compostos, basicamente, por despesa financeira de juros, variação monetária e cambial, líquidos dos resultados das operações de “hedge” (instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras em moeda estrangeira).

(b) Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos em 2008 e em 2007

- (i) Em agosto de 2008, a TMAR realizou a emissão de R\$ 3.600 milhões em notas promissórias com vistas à futura aquisição do controle da BrT Part e na BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2008. Essa emissão foi coordenada pelos bancos: Banco Itaú BBA S.A. (coordenador líder), Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A.. Os coordenadores contratados foram: Banco Safra de Investimento S.A., ING Bank N.V., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Alfa de Investimento S.A. e Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.. Ao todo, foram emitidas 144 notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$ 25 milhões cada uma. A operação foi contratada por um prazo de dois anos com um ano de carência para os juros e dois anos para o principal ao custo de CDI + 1,60% a.a..
- (ii) Em dezembro de 2008, a TMAR realizou a emissão de R\$ 2.000 milhões em notas promissórias com vistas à futura aquisição do controle da BrT Part e na BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2008. Essa emissão foi coordenada pelos bancos: Banco Bradesco BBI S.A. (coordenador líder), Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander S.A.. Ao todo, foram emitidas 80 notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$ 25 milhões cada uma. A operação foi contratada por um prazo de um ano ao custo de CDI + 3,00% a.a..

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em maio de 2008, a TMAR captou R\$ 4.300 milhões junto ao Banco do Brasil em decorrência da aquisição de participação acionária na BrT Part e na BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2008. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de maio de 2010 até maio de 2016. O principal vencerá em sete prestações anuais a partir de maio de 2010.
- (iv) Em novembro de 2006, a TMAR celebrou contrato de financiamento com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa da TMAR, programadas para o período entre 2006 e 2008. Foram realizados os desembolsos de R\$ 810.000 em novembro de 2006, R\$ 700.000 em setembro de 2007 e R\$ 466.504 em agosto de 2008 relativos a este contrato de financiamento. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal vencerá mensalmente a partir de julho de 2009.
- (v) Em julho de 2007, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 466.760. Foram desembolsados R\$ 290.000 em julho de 2007, R\$ 150.000 em outubro de 2007, R\$ 9.800 em outubro de 2008 e, R\$ 17.174 em novembro de 2008, com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação móvel para o período entre 2006 e 2008. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até janeiro de 2010, passando a ser mensal para o período de fevereiro de 2010 até janeiro de 2015. O principal vencerá mensalmente a partir de fevereiro de 2010.
- (vi) Em setembro de 2007 a TMAR obteve R\$ 664.360 (US\$ 360.000) com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa. O empréstimo internacional foi estruturado por um consórcio de bancos liderado pelo Citibank Tokyo e pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation. O Japan Bank for International Corporation (JBIC, banco de fomento do governo japonês) atua como garantidor do financiamento. Também participam do consórcio os seguintes bancos: Mizuho Corporate Bank, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ e as filiais de Tóquio do Societé Générale, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e ING Bank N.V..
- (vii) Em julho de 2008, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Nordic Investment Bank no valor de R\$ 398.050 (US\$ 250.000) com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano. O desembolso ocorreu no dia 17 de julho e o vencimento dos encargos financeiros será semestral, de janeiro de 2009 até julho de 2018. O principal vencerá em 17 prestações anuais a partir de julho de 2010. O custo médio do financiamento é de LIBOR + 0,95% a.a..
- (viii) Em junho de 2008, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit no valor de US\$ 300.000 com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Os desembolsos serão feitos à medida que os investimentos forem ocorrendo durante o ano, foram desembolsados R\$ 139.835 (US\$ 86.528) em agosto de 2008 e R\$ 258.416 (US\$ 105.261) em dezembro de 2008. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de dezembro de 2008 até dezembro de 2018, e o principal vencerá em 17 prestações anuais a partir de dezembro de 2010. O custo médio do financiamento é de LIBOR + 1,07% a.a..



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias

Os empréstimos do BNDES possuem garantias em recebíveis da TMAR e da Oi e aval da TNL e da TMAR. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e aval da TNL.

(d) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 36 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

(e) Covenants

Os contratos de financiamentos com o BNDES da TMAR e de sua controlada Oi, exigem índices financeiros, tais como: (a) índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo); (b) EBITDA/Receita Líquida; (c) Dívida Financeira Total/EBITDA; (d) EBITDA/Despesas Financeiras; e (e) Dívida onerosa de curto prazo deduzida da disponibilidades/EBITDA. Em 31 de dezembro de 2008 não foram atingidos os índices (a) e (b). No entanto, em fevereiro de 2009, o BNDES renunciou a esse direito, dispensando as empresas dessa exigência.

Os demais contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de restrição financeira, tais como: (a) Dívida Financeira Total /EBITDA; (b) EBITDA/ Despesas Financeiras; (c) índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo); (d) Dívida onerosa de curto prazo deduzida da disponibilidades/EBITDA; e (e) Patrimônio Líquido.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O desembolso das dívidas de longo prazo está programado como segue:

	Controladora				Consolidado			
	2008	%	2007	%	2008	%	2007	%
Em moeda nacional								
2009			447.690	11,3			397.846	9,1
2010	5.269.848	39,6	527.949	13,3	5.357.080	38,9	610.039	14,0
2011	1.253.021	9,4	453.622	11,4	1.346.930	9,8	541.922	12,4
2012	1.129.081	8,5	420.454	10,6	1.222.764	8,9	508.527	11,7
2013	1.035.152	7,8	326.726	8,2	1.128.835	8,2	414.801	9,5
2014 em diante	2.053.325	15,4	163.412	4,1	2.154.817	15,7	258.826	5,9
	<u>10.740.427</u>	<u>80,7</u>	<u>2.339.853</u>	<u>58,9</u>	<u>11.210.426</u>	<u>81,5</u>	<u>2.731.961</u>	<u>62,6</u>
Em moeda estrangeira								
2009			406.344	10,2			406.344	9,3
2010	376.020	2,8	212.023	5,3	376.020	2,7	212.023	4,9
2011	508.967	3,8	151.787	3,8	508.967	3,7	151.787	3,5
2012	331.033	2,5	123.533	3,1	331.033	2,4	123.533	2,8
2013	270.715	2,0	77.816	2,0	270.715	2,0	77.816	1,8
2014 em diante	1.035.612	7,9	311.264	7,9	1.035.612	7,5	311.264	7,1
	<u>2.522.347</u>	<u>19,0</u>	<u>1.282.767</u>	<u>32,3</u>	<u>2.522.347</u>	<u>18,3</u>	<u>1.282.767</u>	<u>29,4</u>
Instrumentos financeiros derivativos								
2009			277.851	7,0			277.851	6,4
2010	34.135	0,3	37.964	1,0	34.135	0,2	37.964	0,9
2011	(9.164)		23.303	0,6	(9.164)	(0,1)	23.303	0,5
2012	8.540		9.324	0,2	8.540	0,1	9.324	0,2
2013	(71)				(71)			
2014 em diante	(50)				(50)			
	<u>33.390</u>	<u>0,3</u>	<u>348.442</u>	<u>8,8</u>	<u>33.390</u>	<u>0,2</u>	<u>348.442</u>	<u>8,0</u>
Total								
2009			1.131.885	28,5			1.082.041	24,8
2010	5.680.003	42,7	777.936	19,6	5.767.235	41,8	860.026	19,8
2011	1.752.824	13,2	628.712	15,8	1.846.733	13,4	717.012	16,4
2012	1.468.654	11,0	553.311	13,9	1.562.337	11,4	641.384	14,7
2013	1.305.796	9,8	404.542	10,2	1.399.479	10,2	492.617	11,3
2014 em diante	3.088.887	23,3	474.676	12,0	3.190.379	23,2	570.090	13,0
	<u>13.296.164</u>	<u>100,0</u>	<u>3.971.062</u>	<u>100,0</u>	<u>13.766.163</u>	<u>100,0</u>	<u>4.363.170</u>	<u>100,0</u>



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Autorizações a pagar

	Consolidado			
	2008		2007	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Direito de Uso Oi - 3G (i)	113.498	794.479		
Direito de Uso Oi - 2G (ii)			117.996	
Direito de Uso Oi (iii)	32.814	98.441	28.475	113.898
Direito de Uso Amazônia (iv)	3.717	11.151	3.155	12.622
	150.029	904.071	149.626	126.520

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de serviço de SMP, obtidas através de leilões.

- (i) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I e III do PGA (vide Nota 18) foram assinados em 29 de abril de 2008, demandando um investimento total de R\$ 867.018. Em 28 de abril de 2008, a Oi desembolsou 10% do valor ofertado. A administração pretendia pagar os 90% restantes, sem correção, até 10 de dezembro de 2008 e em conformidade com a Instrução da CVM nº 469/2008, o contas a pagar relativo à Licença 3G foi ajustado a valor presente, no montante de R\$ 49.305, registrado como dedução do saldo de autorizações a pagar e do saldo do intangível. Entretanto, em função da mudança do cenário econômico, a administração decidiu financiar a dívida, e, desta forma, ajustou o intangível ao seu valor de aquisição e atualizou a autorização a pagar pelo IST – Índice do Setor de Telecomunicações, acrescido de juros de 1% a m., conforme as regras previstas no edital de licitação, com vencimentos finais em 2016.
- (ii) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas de 2G (GSM) para exploração de SMP em São Paulo e aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) (vide Nota 18) foram assinados em 7 de dezembro de 2007 demandando um investimento total de R\$ 131.106. Em 7 de dezembro de 2007, a Oi desembolsou 10% do valor ofertado e quitou os 90% restantes, sem correção, em 10 de setembro de 2008, conforme as regras previstas no edital de licitação.
- (iii) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências para os contratos assinados em julho de 2003 e janeiro de 2004, a Oi pagou 10% sobre o valor contratual, na assinatura do contrato, reconhecendo o saldo restante no passivo, com vencimentos finais em 2011 e 2012, respectivamente. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-DI, acrescido de juros de 1% a.m..

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Refere-se aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de serviço de SMP, obtidas através de leilões. A Amazônia, para os contratos assinados em 2004, realizou o pagamento de 10% sobre o valor contratual, na assinatura do contrato, reconhecendo o saldo restante no passivo, segregado em curto e longo prazo, com vencimentos finais em 2012. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-DI, acrescido de juros de 1% a.m..

21 Tributos a recolher e diferidos

	Controladora				Consolidado			
	2008		2007		2008		2007	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS (i)	172.670		265.915		363.645		443.514	
ICMS - Convênio 69/1998 (ii)		98.192		76.764		100.063		76.764
PIS e COFINS	73.209		73.468		113.070		99.449	
Imposto de renda a pagar	160.622		418.197		310.472		498.376	
Contribuição social a pagar	65.509		213.318		141.126		249.776	
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Lei 8.200/1991	10.602		11.234		10.602		11.234	
Outros	25.981		24.006		33.827		34.087	2.653
	<u>508.593</u>	<u>98.192</u>	<u>1.006.138</u>	<u>76.764</u>	<u>972.742</u>	<u>100.063</u>	<u>1.336.436</u>	<u>79.417</u>

- (i) Incidem sobre os serviços de telecomunicações diversos impostos, inclusive municipais, estaduais e federais, sendo o principal tributo o ICMS, cobrado pelos estados com alíquotas diversas. A alíquota do ICMS é de 35% para Rondônia; 30% para os estados do Pará, Paraíba, Mato Grosso e Rio de Janeiro; 29% para os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul; 28% para Pernambuco; 27% para os estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná, Maranhão e Alagoas. Para os demais estados, a alíquota do ICMS é 25%.
- (ii) O valor é apresentado líquido de depósitos judiciais de R\$ 160.451 (2007 – R\$ 146.163) no consolidado.

22 REFIS II - Programa de Refinanciamento Fiscal

A TMAR e sua controlada Oi aderiram ao PAES - Parcelamento Especial, (também conhecido como REFIS II – Programa de Recuperação Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no Art. 7º da referida Lei, a TMAR e sua controlada são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do REFIS II, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os refinanciamentos foram pactuados em 120 meses, tendo sido liquidados, sem atraso no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, R\$ 122.743 (controladora) (2007 – R\$ 115.346) e R\$ 123.250 (consolidado) (2007 – R\$ 115.821), em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no REFIS II.

Os valores do REFIS II são compostos como segue:

	Controladora				Consolidado			
	2008		2007		2008		2007	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
COFINS	73.987	221.180	69.516	306.697	74.326	224.067	69.835	309.729
CPMF	26.498	79.172	24.896	109.794	26.632	79.633	25.023	110.353
Imposto de renda	13.650	38.830	12.826	54.464	13.650	38.830	12.826	54.464
Contribuição social	4.590	17.221	4.313	22.782	4.590	17.221	4.313	22.782
INSS - SAT	3.131	15.434	2.996	19.461	3.131	15.434	2.996	19.461
IOF	3.785	11.124	3.556	15.485	3.785	11.124	3.556	15.485
PIS	612	1.861	575	2.569	660	2.257	618	2.985
	<u>126.253</u>	<u>384.822</u>	<u>118.678</u>	<u>531.252</u>	<u>126.774</u>	<u>388.566</u>	<u>119.167</u>	<u>535.259</u>

Os valores do REFIS II segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	Consolidado				
	2008				2007
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	215.063	21.595	61.735	298.393	379.564
CPMF	76.368	7.637	22.260	106.265	135.376
Imposto de renda	28.759	6.791	16.930	52.480	67.290
Contribuição social	12.096	2.701	7.014	21.811	27.095
INSS – SAT	10.886	1.881	5.798	18.565	22.457
IOF	10.031	1.003	3.875	14.909	19.041
PIS	1.859	207	851	2.917	3.603
	<u>355.062</u>	<u>41.815</u>	<u>118.463</u>	<u>515.340</u>	<u>654.426</u>

Esses valores são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, tendo sido reconhecidos R\$ 38.266 na controladora (2007 – R\$ 43.995) e R\$ 38.541 no consolidado (2007 – R\$ 44.288) como “Despesas financeiras”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (vide Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2008, os fluxos de pagamentos do REFIS II trazidos a valor presente, pela taxa de 12% a.a. (taxa média projetada de remuneração), pelo prazo restante de quatro anos e cinco meses totalizam R\$ 521.155 na controladora e R\$ 524.805 no consolidado.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos das empresas TMAR e Oi no PAES, de modo que o saldo do referido parcelamento foi consolidado em valor muito superior àquele incluído pelas empresas. As empresas vêm adotando as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a exclusão das diferenças de que se trata e para a regularização dos parcelamentos, uma vez que o entendimento das autoridades fazendárias é equivocado. No caso de recálculo da dívida do REFIS II sem os benefícios previstos na Lei nº 10.684/2003, o valor da referida dívida de longo prazo seria transferida para o passivo circulante, no montante de R\$ 3.744 (Oi).



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Provisões para perdas em processos judiciais

(a) Composição do saldo

		Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Tributárias (vide item (d) (1))					
(i)	ICMS	263.608	308.513	376.468	388.954
(ii)	FUST	115.028	79.416	115.028	79.416
(iii)	Compensação de prejuízos fiscais e base negativa		54.169		54.169
(ii)	FUNTTTEL	63.428	44.450	63.823	44.864
(iv)	ISS	54.041	48.648	55.172	49.027
(v)	ILL	45.860	43.346	45.870	43.346
	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	29.654	50.350	29.654	50.350
(vi)	Demais ações	48.762	76.803	54.539	78.158
	Depósitos judiciais vinculados (*)	(159.315)	(134.520)	(178.212)	(151.628)
		<u>461.066</u>	<u>571.175</u>	<u>562.342</u>	<u>636.656</u>
Trabalhistas (vide item (d) (2))					
(i)	Horas extras	208.791	190.626	210.186	192.375
(ii)	Diferenças salariais	156.049	125.902	156.796	126.402
(iii)	Indenizações	110.027	88.520	110.703	89.023
(iv)	Adicionais diversos	98.293	78.183	98.664	78.283
(v)	Multas trabalhistas	66.568	81.575	67.063	81.887
(vi)	Subsidiariedade	62.236	60.130	63.797	62.579
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	49.370	41.229	49.542	41.301
(viii)	Verbas rescisórias	41.039	22.739	41.263	23.415
(ix)	Complemento de aposentadoria	38.820	31.937	38.939	31.937
(x)	FGTS	17.503	15.241	17.645	15.280
(xi)	Vínculo empregatícios	16.281	14.469	16.417	14.839
(xii)	Demais ações	62.302	59.175	62.681	59.214
	Depósitos judiciais vinculados (*)	(327.354)	(233.428)	(328.637)	(234.521)
		<u>599.925</u>	<u>576.298</u>	<u>605.059</u>	<u>582.014</u>
Cíveis (vide item (d) (3))					
(i)	Estimativas ANATEL	345.288	298.098	351.537	303.026
(ii)	Multas ANATEL	78.345	65.327	81.051	67.943
(iii)	Juizados Especiais Cíveis	59.970	72.527	77.031	81.163
(iv)	Demais ações	278.174	266.123	285.401	272.929
		<u>761.777</u>	<u>702.075</u>	<u>795.020</u>	<u>725.061</u>
		<u><u>1.822.768</u></u>	<u><u>1.849.548</u></u>	<u><u>1.962.421</u></u>	<u><u>1.943.731</u></u>

(*) Conforme Deliberação CVM nº 489/2005.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente de acordo com as seguintes taxas de juros e índices:

Tributárias: Variação da taxa de juros SELIC e UFIR;

Trabalhistas: Índices dos TRT's - Tribunal Regional do Trabalho, acrescida de 1% de juros a.m.;

Cíveis: UFIR – Unidade Fiscal de Referência, acrescido de juros (0,5% até 9 de janeiro de 2003 e 1% a partir de 10 de janeiro de 2003) a.m. e
ANATEL - IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco, líquido de depósitos judiciais em 31 de dezembro (consolidado)

	2008			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Prováveis	562.342	605.059	795.020	1.962.421
Possíveis	7.127.740	394.877	1.131.005	8.653.622
Remotas	1.151.986	737.692	390.893	2.280.571
	<u>8.842.068</u>	<u>1.737.628</u>	<u>2.316.918</u>	<u>12.896.614</u>

	2007			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Prováveis	636.656	582.014	725.061	1.943.731
Possíveis	5.345.473	387.112	1.093.074	6.825.659
Remotas	691.791	683.661	375.036	1.750.488
	<u>6.673.920</u>	<u>1.652.787</u>	<u>2.193.171</u>	<u>10.519.878</u>



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2006	600.053	919.980	535.990	2.056.023
Adições, líquidas de reversões	100.717	(67.816)	280.660	313.561
Baixas por pagamento	(102.850)	(237.767)	(156.293)	(496.910)
Atualização monetária (Nota 7)	37.351	(7.099)	41.718	71.970
Depósitos judiciais vinculados	(64.096)	(31.000)		(95.096)
Em 31 de dezembro de 2007	571.175	576.298	702.075	1.849.548
Adições, líquidas de reversões	(36.403)	145.683	152.881	262.161
Baixas por pagamento	(20.563)	(170.130)	(129.726)	(320.419)
Atualização monetária (Nota 7)	(28.348)	142.000	36.547	150.199
Depósitos judiciais vinculados	(24.795)	(93.926)		(118.721)
Em 31 de dezembro de 2008	461.066	599.925	761.777	1.822.768

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2006	673.078	924.200	555.126	2.152.404
Adições, líquidas de reversões	104.134	(67.604)	298.826	335.356
Baixas por pagamento	(104.446)	(237.781)	(171.360)	(513.587)
Atualização monetária (Nota 7)	45.094	(6.179)	42.469	81.384
Depósitos judiciais vinculados	(81.204)	(30.622)		(111.826)
Em 31 de dezembro de 2007	636.656	582.014	725.061	1.943.731
Aquisição da TNCP/Amazônia (Nota 1)	27.314	1.498	3.899	32.711
Adições, líquidas de reversões (i)	(34.263)	144.744	176.987	287.468
Baixas por pagamento	(22.309)	(170.837)	(148.707)	(341.853)
Atualização monetária (Nota 7)	(18.472)	141.756	37.780	161.064
Depósitos judiciais vinculados	(26.584)	(94.116)		(120.700)
Em 31 de dezembro de 2008	562.342	605.059	795.020	1.962.421

- (i) O total das adições líquidas de reversões, no valor de R\$ 287.468 é composto pelas despesas com provisões para perdas em processos judiciais no valor de R\$ 246.615 (vide Nota 6) e pelos valores discriminados no quadro que segue abaixo, no valor total de R\$ 40.853. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a administração alterou a apuração das perdas em processos trabalhistas e segundo a nova estimativa o cálculo baseia-se no histórico de pagamentos realizados. A mudança de estimativa gerou uma reversão na provisão de perdas com processos judiciais no montante total de R\$ 407.422, com efeito de R\$ 264.386 na conta de Outras despesas operacionais - provisões/reversões

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para perdas em processos judiciais (Nota 6), e de R\$ 143.036 na conta de Resultado financeiro - atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais (Nota 7).

Os valores provisionados referentes aos questionamentos relativos ao ICMS sobre locação de portas IP, INCRA, FUST, FUNTTEL e Crédito de ICMS sobre energia elétrica são registrados nas contas de resultado desses tributos, como demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Despesas de pessoal:				
INCRA	(122)	(725)	(143)	(865)
Outras despesas operacionais:				
FUNTTEL	(13.928)	(13.067)	(13.928)	(13.067)
FUST	(24.967)	(17.534)	(25.110)	(9.696)
Crédito de ICMS sobre energia elétrica	(1.672)	(1.971)	(1.672)	(1.971)
	<u>(40.689)</u>	<u>(33.297)</u>	<u>(40.853)</u>	<u>(25.599)</u>

(d) Provisões prováveis (consolidado)

(1) Tributárias:

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias;
- (ii) FUST e FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente). No que se refere ao FUST, a TMAR, através da ABRAFIX – Associação Brasileira das Empresas de Telefonia Fixa, impetrou mandado de segurança visando que seja afastada a aplicação da norma em questão e vem depositando judicialmente as diferenças apuradas.
- (iii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa – A TMAR possui ação judicial questionando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando apurados nos anos-base anteriores a 1998, inclusive, com base em 100% dos lucros tributáveis apurados. A baixa da provisão foi procedida tendo-se em conta que as chances de perda do processo respectivo são possíveis.
- (iv) ISS – A TMAR mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos. O valor provisionado reflete a parcela das autuações que os consultores jurídicos entendem ser passível de perda.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R\$ 10.462 (2007 – R\$ 10.462), a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 9.447 (2007 - R\$ 39.213) e a questionamentos acerca da incidência da contribuição ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no montante de R\$ 15.705 (2007 – R\$ 14.428).

(2) Trabalhistas:

- (i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- (ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (iii) Indenizações - As indenizações correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.
- (iv) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- (v) Multas trabalhistas - Multas previstas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho pela inadimplência de determinadas verbas trabalhistas, pagas fora do prazo determinado.
- (vi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, sendo a TMAR responsabilizada subsidiariamente pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - Referem-se aos valores de sucumbência devidos aos advogados dos autores quando vencedores, incluindo os honorários devidos em reclamações assistidas pelo sindicato representativo da categoria, bem como ao pagamento dos honorários de peritos e assistentes.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (viii) Verbas rescisórias - Representada por verbas devidas e não quitadas quando da rescisão contratual dos ex-empregados, incluindo indenização prevista no PIRC – Plano Incentivado de Rescisão Contratual.
- (ix) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes às diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
- (x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- (xi) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
- (xii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

(3) Cíveis:

- (i) Estimativas ANATEL - Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.
- (ii) Multas ANATEL - Referem-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.
- (iii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (iv) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, planos de expansão com emissão de ações, entre outros.

(e) Contingências possíveis (não provisionadas)

A TMAR e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na opinião dos consultores jurídicos as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

ICMS - A TMAR sofreu diversas autuações fiscais de ICMS que alcançam o montante aproximado de R\$ 2.313.719 (2007 - R\$ 1.751.120). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

ISS - As autuações referentes à incidência de ISS sobre aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação, no montante total aproximado de R\$ 1.369.427 (2007 - R\$ 1.220.855), não estão provisionadas por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Existem processos no montante aproximado de R\$ 945.271 (2007 - R\$ 808.000) relacionados, principalmente, à responsabilidade solidária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 325.035 (2007 - R\$ 289.771).

Tributos federais - Existem diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 1.958.243 (2007 - R\$ 1.030.798). A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como boas as chances de êxito nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

- (i) IRRF, IRPJ e CSLL – Glosas indevidas – Em agosto de 2000, a TMAR foi autuada pela SRF do Rio de Janeiro por fatos geradores ocorridos em 1996, anteriormente, portanto, à privatização, totalizando R\$ 993.689. Desse montante foram inscritos, aproximadamente, R\$ 51.000 no REFIS II. Após decisão final, o valor remanescente, cujo risco máximo é considerado possível e está sendo questionado judicialmente totaliza, aproximadamente, R\$ 92.324 (2007 - R\$ 82.308).
- (ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006 a TMAR foi autuada pela SRF no montante de R\$ 759.877 (2007 - R\$ 677.436), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS; devido a fiscalização não ter considerado as

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A Companhia levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis as chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R\$ 431.995 (2007 - R\$ 385.127) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à Companhia. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, a avaliação da Companhia é de que a parcela reduzida deve ser considerada remota, permanecendo possível a parcela restante de R\$ 327.882.

- (iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à TMAR multa no valor histórico de R\$ 194.645 (2007 – R\$ 160.083) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 73.771 e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa. A possibilidade de perda do valor reduzido é considerado remoto pelos advogados da companhia, permanecendo como possível o montante de R\$ 120.874. Os assessores jurídicos da Companhia consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do Art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Trabalhistas:

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade solidária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 394.877 (2007 – R\$ 387.112).

Cíveis:

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem mais de 22.530 ações (2007 – 24.490) que totalizam, aproximadamente, R\$ 1.131.005 (2007 – R\$ 1.093.074).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Debêntures

Em AGO - Assembléia Geral Ordinária, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 2.160.000, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de "spread" de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros registrados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 98.254 (2007 – R\$ 76.189) são amortizados semestralmente, tendo o último vencimento ocorrido em 1 de setembro de 2008 e o próximo ocorrerá em 2 de março de 2009. O Conselho de Administração da TMAR aprovou essa operação em 15 de março de 2006.

Em AGO, realizada em 17 de abril de 2007, foi aprovada a emissão privada, pela TMAR, de 5.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 5 séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 54.000, visando financiar a expansão de serviços de telefonia móvel de diversas localidades no Estado de Minas Gerais ("Projeto Minas Comunica"). A assinatura da escritura foi em 18 de dezembro de 2007 e a subscrição da 1ª série no valor de R\$ 11.080 ocorreu no dia 28 do mesmo mês. A subscrição da 2ª série no valor de R\$ 19.660 ocorreu no dia 24 de março de 2008. O prazo final de vencimento das debêntures é 05 de julho de 2021 com amortizações parciais em 2018, 2019 e 2020. As debêntures são remuneradas pelo IPCA + 0,5% a.a. e os juros foram registrados no exigível a longo prazo no montante de R\$ 1.709 no período findo em 31 de dezembro de 2008.

Em AGE, realizada em 09 de dezembro de 2008, foi aprovada a emissão privada, pela TMAR, de 35.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 100, totalizando R\$ 3.500.000, valor que, de acordo com a demanda, pode ser acrescido em até 20%. O prazo para subscrição é de até 3 anos. A assinatura da escritura foi em 11 de dezembro de 2008 e a subscrição efetuada pela controladora TNL, no valor de R\$ 1.500.000, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 11 de dezembro de 2013, sem amortizações intermediárias. As debêntures serão remuneradas por CDI + 4,0% a.a.. Em 31 de dezembro de 2008, os juros foram registrados no exigível a longo prazo no montante de R\$ 12.888.

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado é representado por 700 milhões de ações. Em AGE realizada em 4 de janeiro de 2008 foi aprovado a conversão de 47 mil ações preferenciais classe "B" da Companhia, em 47 mil ações preferenciais classe "A", conforme aviso aos acionistas publicado em 21 de junho de 2007.

O capital social subscrito é de R\$ 7.425.506, sendo o capital social integralizado em 31 de dezembro de 2008 de R\$ 7.418.989. O capital social da Companhia está representado por :

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade (em milhares de ações)			
	2008	%	2007	%
Ações ordinárias	107.063	44,9	107.187	44,4
Ações preferenciais classe A	130.487	54,7	133.417	55,2
Ações preferenciais classe B	1.064	0,4	1.064	0,4
Total	238.614	100,0	241.668	100,0
Ações em tesouraria	(223)		(3.054)	
Total em circulação	238.391		238.614	

(b) Reservas de capital

Reserva de ágio na subscrição de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração.

Através de laudos constitutivos, emitidos por inventariante extrajudicial da extinta SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em decorrência da designação estabelecida na Portaria nº 370, de 31 de maio de 2002, a TMAR tornou-se beneficiária da redução do imposto de renda a pagar em função do lucro da exploração em dez de suas 16 filiais. Os benefícios concedidos são calculados às seguintes alíquotas:

Para as atividades de manutenção de planta de telefonia:

- 25% de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008; e
- 12,5% de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Para as atividades de ampliação da planta de telefonia, os benefícios são calculados a 75%, com vigência até 31 de dezembro de 2010.

A base de cálculo deste benefício é o lucro líquido antes do imposto de renda, ajustado pelos ganhos e perdas de equivalência patrimonial e outros resultados aplicáveis, conforme estabelecido na Lei nº 7.959 de 21 de dezembro de 1989.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro da exploração até 31 de dezembro de 2007, encontra-se registrado em reserva de capital e o relativo ao exercício de 2008 em reserva de lucros, em consonância com as disposições da Lei 11.638/2007.

Reserva de opções de ações

Constituída em razão da outorga e reconhecimento do Plano de Opção de Compras de Ações da Companhia, liquidado com instrumento de patrimônio líquido (Vide nota 27).

Reserva de juros sobre obras em andamento

Corresponde à contrapartida do excesso dos juros calculados mensalmente à taxa de 12% a.a. incidentes sobre os saldos de obras em andamento da TMAR, conforme definido na Portaria nº 21 de 21 de janeiro de 1994 e Portaria nº 3 de 25 de fevereiro de 1994 expedidas pelo Ministério das Comunicações. Os juros cobrados a 12% a.a. que excediam a despesa financeira sobre os empréstimos para financiar as obras em andamento eram contabilizados nesta conta de reserva de capital. Esses juros foram calculados pela TMAR até 31 de dezembro de 1999.

Reserva especial Lei 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a TMAR deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel da Oi, tendo sido investidos no ativo permanente R\$ 6,5 bilhões em 2008 (2007 – R\$ 4,2 bilhões). A expectativa de retorno desses investimentos é de sete anos, a partir de sua realização.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o Art. 195-A da Lei 11.638/2007, a Assembléia Geral da companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2008, a TMAR constituiu a reserva de incentivo fiscal referente ao lucro da exploração no montante de R\$ 55.730.

(d) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com seu estatuto social, a TMAR deve distribuir dividendos em cada exercício social, em valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe "B", sem direito a voto, têm prioridade no reembolso de capital sem prêmio e na distribuição de dividendos, sendo a elas assegurado o pagamento de dividendos fixos, não cumulativos, de 10% a.a. em proporção à participação no capital social. Os montantes remanescentes ao dividendo mínimo obrigatório são alocados aos detentores de ações ordinárias que têm direito a voto e preferenciais classe "A". Às ações preferenciais classe "A" são assegurados dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias e não têm direito a voto.

O estatuto social também prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio na forma de pagamento aos acionistas. A parcela dos juros sobre o capital próprio é dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social, limitada à TJLP média durante o período aplicável sobre o patrimônio líquido no final do exercício anterior, não podendo exceder a (i) 50% do lucro líquido (antes de levar em consideração essa distribuição e quaisquer deduções do imposto de renda) no período em que a declaração é feita, ou (ii) 50% dos lucros acumulados somados às reservas de lucros, o que for maior. O montante pago ou designado como juros sobre o capital próprio é considerado como parte de distribuição de dividendos obrigatórios. Nesse caso, de acordo com a legislação societária brasileira, a TMAR é obrigada a distribuir aos acionistas um montante suficiente para assegurar que o valor líquido recebido, após o pagamento do imposto de renda retido na fonte, seja pelo menos igual ao dividendo mínimo obrigatório.

Em 4 de abril de 2008, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a proposta de juros sobre o capital próprio ao longo do exercício de 2008 no montante de até R\$ 900.000. Mediante deliberação, foi apropriado, conforme aviso aos acionistas em 31 de julho de 2008 e em 18 de dezembro de 2008, nos montantes de R\$ 495.325 e de R\$ 150.009, respectivamente. Os valores são corrigidos até 31 de dezembro de 2008 pela variação do CDI e a partir de 1 de janeiro de 2009 até a data do início do pagamento pela aplicação da TR – Taxa Referencial.

Em 28 de agosto de 2008, o Conselho da Administração aprovou a distribuição de dividendos extraordinários, no montante de R\$ 3.896.178, à conta de reserva de lucros. O pagamento foi iniciado em 19 de setembro de 2008.

Do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi proposto pela administração R\$ 815.979 a título de dividendos e R\$ 645.336 na forma de juros sobre o capital próprio, sendo o valor total da proposta superior ao dividendo mínimo obrigatório (estatutário). Para efeito de base de cálculo na determinação de juros sobre o capital próprio a distribuir são considerados os valores líquidos de IRRF.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2008		
	Valor por ação/em reais		
	Ordinárias	PNA	PNB
Juros sobre o capital próprio (valores históricos)			
31 de julho de 2008	1,6747	1,8420	1,6747
18 de dezembro de 2008	0,5093	0,5602	
Dividendos (valores históricos)			
Extraordinários em 28 de agosto de 2008	15,5494	17,1045	3,1149
Propostos em 31 de dezembro de 2008	3,2593	3,5852	

Em AGO, realizada em 4 de abril de 2008, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 2.691.773, acrescido da realização da reserva especial Lei 8.200/1991, no montante de R\$ 1.724, e de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos de 2003, no montante de R\$ 8.640, totalizando o montante de R\$ 2.702.137, da seguinte forma: (a) constituição de reserva de investimento no montante de R\$ 1.612.105 e (b) destinação do montante total de R\$ 1.090.032, sendo R\$ 329.087 a título de dividendos e R\$ 760.945 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento iniciou em 15 de abril de 2008.

	2007		
	Valor por ação/em reais		
	Ordinárias	PNA	PNB
Juros sobre o capital próprio (valores históricos)			
10 de dezembro de 2007	3,0237	3,3260	3,0237
Dividendos propostos (valores históricos)	1,3122	1,4434	0,5418



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro líquido do exercício	1.520.548	2.691.773
Incentivo fiscal – lucro da exploração	(55.730)	
Lucro líquido ajustado	<u>1.464.818</u>	<u>2.691.773</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	366.205	672.943
Dividendos	4.712.157	329.087
Juros sobre o capital próprio bruto	645.336	760.945
IRRF s/ Juros sobre o capital próprio	(72.247)	(107.594)
Total da distribuição aos acionistas, líquido de IRRF	<u>5.285.246</u>	<u>982.438</u>

Os dados relativos ao exercício social de 2007 estão reportados aos valores originais apurados naquele exercício, sem considerar os ajustes produzidos pela aplicação da Lei 11.638/07.

Os dividendos fixos estatutários para as ações preferenciais classe "B" foram calculados como segue :

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Capital social subscrito	7.425.506	7.425.506
Total de ações em circulação	238.390.855	238.614.355
Total de ações preferenciais classe "B" em circulação	1.063.967	1.063.967
Base de cálculo	33.141	33.110
Percentual do dividendo fixo estatutário	10%	10%
Dividendo fixo estatutário	3.314	3.311



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio a pagar pela Companhia, que estão demonstrados no passivo circulante, são compostos como segue:

Ano-base da proposta	2008	2007
2008	1.477.451	
2007	19.630	984.901
2006	13.044	14.369
2005	19.818	19.985
2004		23.593
	<u>1.529.943</u>	<u>1.042.848</u>

(e) Dividendos prescritos

Referem-se aos dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas após o período de três anos contados a partir da data em que essas remunerações são postas à disposição dos acionistas.

(f) Ações em tesouraria

Em 7 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração da TMAR aprovou a reabertura do programa de recompra de ações para posterior cancelamento ou manutenção em tesouraria, pelo prazo de 365 dias contados a partir da data desta deliberação, e o limite máximo de 284 mil ações ordinárias, 2.616 mil ações preferenciais classe "A" e 106 mil ações preferenciais classe "B", que correspondem, para cada espécie e classe, menos de 10% das ações em circulação, tendo sido compradas até 31 de dezembro de 2008, 223 mil ações preferenciais classe "A".

Em AGE, realizada em 4 de janeiro de 2008 foi aprovado a conversão de 47 mil ações preferenciais classe "B" da Companhia, em 47 mil ações preferenciais classe "A", conforme aviso aos acionistas publicado em 21 de junho de 2007.

Em AGE da TMAR, realizada em 4 de janeiro de 2008, foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria até a data de 31 de dezembro de 2007, sendo 2.929 mil ações preferenciais classe "A", um mil ações preferenciais classe "B" e 124 mil ações ordinárias, em contrapartida a conta de "Reserva de investimentos".

As ações em tesouraria foram recompradas com base nos recursos originários das reservas de capital.

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Instrumentos financeiros

A TMAR e sua controlada Amazônia estão expostas, principalmente, ao risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio, uma vez que parte do endividamento é denominada em moeda estrangeira enquanto suas receitas são auferidas em reais. Visando a redução da exposição ao risco, são contratados instrumentos derivativos tais como contratos de "swap", operações a termo de moedas e aplicações financeiras em moeda estrangeira. A TMAR e a Amazônia não utilizam derivativos para outros fins.

Essas transações são realizadas por intermédio da área de tesouraria de acordo com a estratégia previamente aprovada pela administração.

A Companhia tem como política o limite máximo de exposição em moeda estrangeira equivalente a 12% da dívida bruta do Grupo Oi. Em 31 de dezembro de 2008, a exposição era equivalente a 6,54% da dívida bruta do Grupo Oi.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A TMAR e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos Swap foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos relativos a opções de compra de dólar adotado para reconhecimento contábil do prêmio foi o Black&Scholes.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são iguais aos valores contábeis.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir os instrumentos financeiros ativos e passivos:

2008				
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	7.819.491	7.819.491	8.605.915	8.605.915
Aplicações financeiras	130.704	130.704	1.239.554	1.239.554
Contas a receber	3.132.945	3.132.945	3.897.171	3.897.171
Passivo				
Fornecedores	1.495.788	1.495.788	2.015.229	2.015.229
Empréstimos e financiamentos	16.720.154	16.720.154	17.369.794	17.369.498
Debêntures	3.803.591	3.803.591	3.803.591	3.803.591
REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal	511.075	511.075	515.340	515.340
Dividendos/JCP	1.529.943	1.529.943	1.529.943	1.529.943
Autorizações a pagar			1.054.100	1.054.100
Patrimônio líquido				
Reserva de Capital – Opções de ações	61.000	61.000	61.000	61.000
Ações em tesouraria	(17.366)	(12.404)	(17.366)	(12.404)
2007				
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	1.974.524	1.974.524	2.888.527	2.888.527
Aplicações financeiras	1.188.190	1.188.190	3.191.792	3.191.792
Contas a receber	3.018.246	3.018.246	3.277.739	3.277.739
Passivo				
Fornecedores	1.418.030	1.418.030	1.769.980	1.769.980
Empréstimos e financiamentos	5.284.346	5.283.399	5.701.288	5.700.341
Debêntures	2.247.269	2.247.269	2.247.269	2.247.269
REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal	649.930	649.930	654.426	654.426
Dividendos/JCP	1.042.848	1.042.848	1.042.848	1.042.848
Autorizações a pagar			276.146	276.146
Patrimônio líquido				
Reserva de Capital – Opções de ações	29.152	29.152	29.152	29.152
Ações em tesouraria	(169.978)	(156.159)	(169.978)	(156.159)

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de taxa de câmbio

Aproximadamente 15% (2007 - 26%) da dívida consolidada, incluindo debêntures e excluindo as operações de “swap” e de termo de moeda, é expressa em moeda estrangeira (dólares dos Estados Unidos da América, cesta de moedas do BNDES e Iene Japonesa).

A soma do valor nominal dos “swaps”, das operações a termo de moedas e de aplicações financeiras em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2008 totalizam US\$ 753.329 (2007 - US\$ 632.954) na controladora e US\$ 801.123 (2007 - US\$ 632.954) no consolidado, com 57% de cobertura do risco cambial na controladora (2007 - 60%) e 59% no consolidado (2007 - 60%). As aplicações financeiras em moeda estrangeira foram realizadas em fundos de investimento no exterior e são de liquidez imediata, vide Nota 9. Os prazos das operações de “swap” são atrelados aos próprios prazos das dívidas contratadas em moeda estrangeira e as operações de termo de paridade de moeda têm vencimento em janeiro de 2009. Contudo, a Companhia possui proteção cambial que cobre todas as parcelas da dívida em moeda estrangeira até meados de 2011.

Todos os instrumentos financeiros derivativos na TMAR e na Amazônia foram contratados com o objetivo de proteção da dívida em moeda estrangeira (“hedge”).

Em 31 de dezembro de 2008, foram registrados em resultado de operações de “hedge” (Nota 7) das operações de “swap” cambial um ganho de R\$ 36.406 (2007 - uma perda de R\$ 350.667) na controladora e um ganho de R\$ 56.316 (2007 - uma perda de R\$ 350.667) no consolidado, das operações de termo de moeda e opções um ganho de R\$ 69.606 na controladora e no consolidado e das aplicações financeiras em moeda estrangeira um ganho de R\$ 27.904 na Controladora e R\$ 26.287 no Consolidado (2007 - uma perda de R\$ 30.411) na controladora e no consolidado. Adicionalmente, pela aplicação retroativa da Lei 11.638/2007, ao exercício de 2007, apuramos uma perda de R\$ 7.170, na controladora e consolidado.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção cambial da dívida em moeda estrangeira estão resumidos a seguir:



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							
			Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado (2008)	
	Indexador	Venci- mento	2008	2007	2008	2007	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de "cross currency swap" US\$/R\$ (i)								
		jan/2009 a nov/2011						
Posição ativa	US\$+ 3,52% a 10,11% 85,30% a		1.164.734	670.107	1.196.352	802.347		
Posição passiva	113,85% CDI		1.164.734	670.107	<u>1.542.590</u>	<u>(1.581.432)</u>		
Valor líquido					(346.238)	(779.085)		(346.238)
Contratos a termo de moeda lêne/US\$ (ii)								
	cotação forward 103,30 a 106,30	jan/2009						
Posição comprada (lêne)			446.432		515.809			
Posição vendida (US\$)			446.432		<u>(446.187)</u>			
Valor líquido					(69.622)		(69.622)	
Contratos de Opções R\$/US\$ (iii) (*)								
Posição titular - Comprada								
Moeda estrangeira	USD	fev/09	233.700		9.131		9.131	

(*) Encontra-se registrado no ativo circulante, em "Demais ativos".

Contraparte:

(i) Bancos ABN ANRO Real S.A., Citibank S.A., Itaú S.A., Votorantim S.A. e o Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A.,

(ii) Bancos Citibank S.A. e Banco J. Aron and Co, NY (Goldman Sachs).

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Consolidado	
			Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado (2008)	
	Indexador	Venci- mento	2008	2007	2008	2007	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de "cross currency swap" US\$/R\$ (i)								
Posição ativa	US\$+ 0% a 10,11% 75,00% a	jan/2009 a nov/2011	1.258.214	670.107	1.228.466	802.347		
Posição passiva	113,85% CDI		1.258.214	670.107	(1.669.709)	(1.581.432)		
Valor líquido					(441.243)	(779.085)		(441.243)
Contratos a termo de moeda lenc/US\$ (ii)								
Posição comprada (lenc)	cotação forward 103,30 a 106,30	jan/2009	446.432		515.809			
Posição vendida (US\$)			446.432		(446.187)			
Valor líquido					69.622		69.622	
Contratos de Opções R\$/US\$ (iii) (*)								
Posição titular - Comprada								
Moeda estrangeira	US\$	fev/09	233.700		9.131		9.131	

(*) Encontra-se registrado no ativo circulante, em "Demais ativos".

Contraparte:

- (i) Bancos ABN ANRO Real S.A., Citibank S.A., Itaú S.A., Votorantim S.A. e o Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A.,
- (ii) Bancos Citibank S.A. e Banco J. Aron and Co, NY (Goldman Sachs).
- (iii) Citibank S.A

Contratos de "cross currency swap" US\$/R\$

A TMAR e a Amazônia contrataram operações de "swap" cambial ("plain vanilla") para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos a termo de moeda Iene/US\$

A TMAR contratou operações de termo de paridade de moeda para proteger os pagamentos de parte das dívidas contratadas em Iene. Nestes contratos, a Companhia possui posição compradora em Iene e vendedora em dólar. O risco de perdas na ponta comprada destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do Iene frente ao dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pela variação cambial da parte equivalente do saldo da dívida em Iene. Tendo em vista que a taxa cruzada Iene/real é atrelada ao dólar, o efeito da variação cambial do dólar não acarreta um risco adicional para a Companhia.

Operações com Dólar Americano

A TMAR entrou em 22 de outubro de 2008 em operações onde possui posição vendedora em aproximadamente US\$ 580 milhões em dólares americanos e compradora em reais, a partir do PTAX de 22 de outubro de 2008, corrigido pelo CDI até o final do exercício. Estas operações foram liquidadas em janeiro de 2009 sem necessidade de desembolso pela TMAR.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Para a Companhia o principal risco de mercado que poderia gerar prejuízo material para o Grupo Oi advém da parcela exposta da dívida em moeda estrangeira. Para fins de análise de sensibilidade, foram considerados três cenários (provável, possível e remoto) com base nas cotações utilizadas pelo mercado em 31 de dezembro de 2008. Nesta análise, foi realizada uma interpolação da curva do dólar futuro considerando apenas os vértices com maior liquidez até o final de 2011.

	Consolidado				
	Cenário provável				
	2009	2010	2011	2012 em diante	Total
Dívida moeda estrangeira	(6.041)	(10.910)	(34.697)	(92.328)	(143.976)
Ponta ativa hedge	2.366	2.702	18.651	22.120	45.839
Uso do caixa no exterior		8.208	35.345		43.553
Efeito líquido da variação cambial	(3.675)		19.299	(70.208)	(54.584)

	Consolidado				
	Cenário possível				
	2009	2010	2011	2012 em diante	Total
Dívida moeda estrangeira	(152.882)	(76.620)	(139.945)	(336.959)	(706.406)
Ponta ativa hedge	230.712	17.983	72.179	80.730	401.604
Uso do caixa no exterior		58.637	100.316		158.953
Efeito líquido da variação cambial	77.830		32.550	(256.229)	(145.849)



Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Cenário remoto				
	2009	2010	2011	2012 em diante	Total
Dívida moeda estrangeira	(293.683)	(131.419)	(210.495)	(489.263)	(1.124.860)
Ponta ativa hedge	456.694	30.564	107.054	117.220	711.532
Uso do caixa no exterior		100.855	129.943		230.798
Efeito líquido da variação cambial	163.011		26.502	(372.043)	(182.530)



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguem abaixo as paridades das moedas consideradas no cálculo dos três cenários: provável, possível e remoto. Nos cenários possível e remoto foram considerados 25% e 50% de deteriorização na variável de risco utilizada para o cenário provável, respectivamente.

<u>Data</u>	<u>Cenário provável</u>		<u>Cenário possível</u>		<u>Cenário remoto</u>	
	<u>Dólar</u>	<u>Iene</u>	<u>Dólar</u>	<u>Iene</u>	<u>Dólar</u>	<u>Iene</u>
jan/09	2,3162	0,0256	2,8953	0,0320	3,4743	0,0384
fev/09	2,3370	0,0258	2,9213	0,0323	3,5055	0,0387
mar/09	2,3580	0,0260	2,9475	0,0325	3,5370	0,0390
abr/09	2,3750	0,0262	2,9688	0,0328	3,5625	0,0393
mai/09	2,3920	0,0264	2,9900	0,0330	3,5880	0,0396
jun/09	2,4062	0,0266	3,0078	0,0332	3,6094	0,0398
jul/09	2,4196	0,0267	3,0245	0,0334	3,6294	0,0401
ago/09	2,4209	0,0267	3,0261	0,0334	3,6313	0,0401
set/09	2,4220	0,0267	3,0275	0,0334	3,6330	0,0401
out/09	2,4232	0,0268	3,0290	0,0334	3,6348	0,0401
nov/09	2,4244	0,0268	3,0305	0,0335	3,6366	0,0401
dez/09	2,4256	0,0268	3,0319	0,0335	3,6383	0,0402
jan/10	2,4267	0,0268	3,0334	0,0335	3,6401	0,0402
fev/10	2,4279	0,0268	3,0349	0,0335	3,6418	0,0402
mar/10	2,4291	0,0268	3,0363	0,0335	3,6436	0,0402
abr/10	2,4302	0,0268	3,0378	0,0335	3,6454	0,0402
mai/10	2,4314	0,0268	3,0393	0,0336	3,6471	0,0403
jun/10	2,4326	0,0269	3,0407	0,0336	3,6489	0,0403
jul/10	2,4338	0,0269	3,0422	0,0336	3,6506	0,0403
ago/10	2,4337	0,0269	3,0421	0,0336	3,6505	0,0403
set/10	2,4451	0,0270	3,0564	0,0337	3,6677	0,0405
out/10	2,4557	0,0271	3,0696	0,0339	3,6835	0,0407
nov/10	2,4660	0,0272	3,0825	0,0340	3,6990	0,0408
dez/10	2,4760	0,0273	3,0950	0,0342	3,7140	0,0410
jan/11	2,4970	0,0276	3,1213	0,0345	3,7455	0,0413
fev/11	2,5100	0,0277	3,1375	0,0346	3,7650	0,0416
mar/11	2,5210	0,0278	3,1513	0,0348	3,7815	0,0417
abr/11	2,5284	0,0279	3,1604	0,0349	3,7925	0,0419
mai/11	2,5357	0,0280	3,1697	0,0350	3,8036	0,0420
jun/11	2,5431	0,0281	3,1789	0,0351	3,8147	0,0421
jul/11	2,5506	0,0282	3,1882	0,0352	3,8258	0,0422
ago/11	2,5580	0,0282	3,1975	0,0353	3,8370	0,0424
set/11	2,5655	0,0283	3,2068	0,0354	3,8482	0,0425
out/11	2,5730	0,0284	3,2162	0,0355	3,8595	0,0426
nov/11	2,5805	0,0285	3,2256	0,0356	3,8707	0,0427
dez/11	2,5805	0,0285	3,2256	0,0356	3,8707	0,0427

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros flutuantes com base na TJLP ou no CDI, no caso das dívidas expressas em reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em dólares dos Estados Unidos da América, da LIBOR japonesa no caso da dívida expressa em Iene Japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em cesta de moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a TMAR possui operações de "swap" que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas.

Em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente 98% (2007 – 93%) da dívida contratada, incluindo debêntures, estava sujeita a taxas de juros flutuantes e 2% (2007 – 7%) foram trocados por taxas fixas por meio das operações de "swap". A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia após operações de hedge é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de hedge. Porém, como o caixa da Companhia está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no curto prazo não constitui um risco material para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008, foram registrados em resultado de operações de "hedge" (Nota 7) uma perda de R\$ 6.271 (2007 – um ganho de R\$ 9.001) na controladora e no consolidado, provenientes das operações de "swap" taxa de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção taxa de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

		Controladora e Consolidado						
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado (2008)	
			2008	2007	2008	2007	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré (i)								
Posição ativa	LIBOR US\$ 3ms e 6ms	jan/2009 a ago/2012	446.811	493.690	437.393	279.560		
Posição passiva	3,86% a 4,04%		446.811	493.690	(439.284)	(278.717)		
Valor líquido					(1.891)	843		(1.891)
Contratos de “swap” taxa CDI/Pré (ii)								
Posição ativa	CDI + 0,55%	mar/2009 a mar/2013	270.000	270.000	282.651	271.080		
Posição passiva	103% CD		270.000	270.000	(282.549)	(270.000)		
Valor líquido					102	1.080	102	



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contraparte:

(i) Banco Citibank S.A.,

(ii) Banco Barclays S.A.,

Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré

A TMAR contratou operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em LIBOR de dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

Contratos de “swap” taxa CDI/Pré

A TMAR contratou operação de “swap” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em reais com taxa do CDI mais “spread”. Neste contrato, a Companhia possui posição ativa em CDI mais “spread” e posição passiva em percentual do CDI.

(d) Concentração de risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira e dos controles de monitoramento aplicados à mesma. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações (vide Nota 11).

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração.

27 Benefícios a empregados

(a) Planos de previdência privada

A TMAR e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2008.

<u>Planos de benefícios</u>	<u>Empresas patrocinadoras</u>	<u>Gestor</u>
PBS-A	TMAR e Amazônia	Sistel
PAMA	TMAR e Amazônia	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FASS
TelemarPrev	TMAR, Oi e Oi Internet	FASS
PBS-TNCP	Amazônia	Sistel
CELPREV	Amazônia	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FASS – Fundação Atlântico de Seguridade Social

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em consonância com a Deliberação CVM nº 371/2000 para os planos de benefício definido: PBS-Assistidos (“PBS-A”), PBS-Telemar, PBS-Tele Norte Celular (“PBS-TNCP”), os custos dos planos são reconhecidos durante o período laborativo dos empregados participantes e, no caso dos planos de contribuição definida: TelemarPrev e CELPREV, de acordo com as contribuições mensais efetuadas com base em cálculos atuariais aprovados pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar.

Nos planos patrocinados em benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio, avaliado anualmente por profissional habilitado (o atuário). A SPC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos. Nas datas de encerramento do exercício, são realizadas avaliações atuariais por atuário independente.

SISTEL fundação administradora de planos de benefícios: PBS-A, PBS-TNCP e CELPREV

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Com as alterações estatutárias, aprovadas pela SPC em janeiro de 2000, as patrocinadoras negociaram as condições para a criação de planos individualizados por patrocinadora e restringiram a solidariedade somente aos participantes que se aposentaram até 31 de janeiro de 2000, plano previdenciário denominado PBS-Assistidos (“PBS-A”). Momento no qual foram implantados novos planos de benefícios: PBS-Telemar, TelemarPrev e PBS-TNCP, o CELPREV foi criado em 2004. Contudo, sob a gestão da SISTEL permaneceram os planos PBS-TNCP e CELPREV.

FASS fundação administradora dos planos de benefícios: PBS-Telemar e TelemarPrev

A FASS, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Os planos PBS-Telemar e TelemarPrev foram implementados em setembro de 2000 ainda sob a administração da SISTEL. Conforme facultado pelo Art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da SISTEL protocolou em outubro de 2004 o pedido de transferência da administração dos planos PBS-Telemar e TelemarPrev para a FASS - Fundação Atlântico de Seguridade Social. A FASS foi constituída pela TMAR, e foi autorizada pela SPC em 12 de janeiro de 2005, a iniciar suas atividades. Em 28 de fevereiro de 2005, foi concluído o processo de transferência da administração dos planos de benefícios PBS-Telemar e TelemarPrev da SISTEL para a FASS.

As informações e os efeitos para divulgação, requeridos pelo pronunciamento emitido pelo IBRACON sobre contabilização de benefícios a empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 371/2000, estão apresentados a seguir:



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Planos de benefícios definidos (PBS-A e PBS-Telemar e PBS-TNCP)

O plano PBS-A é originário do período anterior a privatização do Sistema Telebrás e atende, exclusivamente, aos participantes que se aposentaram até 31 de janeiro de 2000. Quando das alterações estatutárias da SISTEL, aprovadas pela SPC em janeiro de 2000, foi implantado o PBS-Telemar e o PBS-TNCP que mantiveram os mesmos benefícios previstos no plano PBS-A (solidário).

Além de benefícios de suplementação de renda mensal, é fornecida assistência médica PAMA – Plano de Assistência Médica ao Aposentado e PAMA-PCE (Plano de Coberturas Especiais), aos empregados aposentados e seus dependentes, a custo compartilhado com outras patrocinadoras. A responsabilidade das patrocinadoras está limitada a contribuições futuras. No decorrer de determinados períodos dos anos de 2004, 2005, 2006 e 2008, foram realizadas migrações opcionais incentivadas dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA para novas condições de cobertura (PCE). Quando efetuada a opção pela migração o participante passa a contribuir para o PAMA/PCE.

A contribuição dos participantes ativos do plano PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) percentual de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (ii) 1% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA e ao PAMA/PCE, este último no caso de participantes migrados. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

O PBS-Telemar encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev, em setembro de 2000, tendo migrado cerca de 96% dos antigos participantes para o TelemarPrev.

No PBS-TNCP além do benefício da suplementação, é fornecida assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos trinta e seis meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

Conciliação dos ativos e passivos:

	Consolidado				
	2008			2007	
	PBS-A (*)	PBS-TNCP	PBS - Telemar	PBS-A (*)	PBS - Telemar
Valor justo dos ativos do plano	3.768.346	34.558	217.936	3.777.781	200.602
Valor presente das obrigações atuariais	(2.272.251)	(16.635)	(164.754)	(2.424.943)	(177.851)
Valor justo dos ativos em excesso ao passivo atuarial	1.496.095	17.923	53.182	1.352.838	22.751

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Não inclui participantes ativos, existindo superávit em montante suficiente para cumprimento das obrigações atuariais futuras.

Embora os planos apresentem ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, esses excedentes não serão reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso, além do PBS-A não ser um plano contributivo.

Movimentação dos ativos dos planos:

	Consolidado		
	PBS-A	PBS - TNCP	PBS - Telemar
Valor justo dos ativos em 2007	3.780.434		200.602
Benefícios pagos no ano	(221.378)	(996)	(10.736)
Contribuições vertidas no ano		191	163
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	209.290	975	27.907
Outros (a)		34.387	
Valor justo dos ativos em 2008	3.768.346	34.557	217.936

Movimentação dos passivos atuariais:

	Consolidado		
	PBS-A	PBS -TNCP	PBS - Telemar
Valor das obrigações em 2007	2.426.579		177.851
Custo do serviço corrente bruto (com juros)		245	268
Juros sobre obrigação atuarial	244.843	1.848	15.029
Benefícios pagos no ano	(221.378)	(996)	(10.736)
Perda atuarial	150.339	(14)	6.958
Impactos das alterações das premissas	(328.133)	(2.091)	(24.616)
Outros (a)		17.644	
Valor das obrigações em 2008	2.272.250	16.636	164.754

(a) O plano PBS-TNCP passou a integrar o Grupo Oi após a aquisição do controle da TNCP pela TMAR, em 3 de abril de 2008 (vide Nota 1).

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Plano de previdência privada de contribuição variável (TelemarPrev)

A TMAR, Oi e Oi Internet patrocinam o plano TelemarPrev, aprovado pela SPC em setembro de 2000.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário-de-participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário-de-participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário-de-participação, e por prazo não inferior a seis meses. Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário-de-participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário-de-participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

A seguir são apresentados os dados do plano da TelemarPrev da parcela da contribuição variável relativa ao benefício definido.

Conciliação dos ativos e passivos :

	Controladora		TelemarPrev	
	2008	2007	2008	2007
Valor justo dos ativos do plano	2.224.660	2.109.894	2.268.964	2.145.626
Valor presente das obrigações atuariais	(1.738.558)	(1.842.545)	(1.769.291)	(1.871.819)
Valor justo dos ativos em excesso ao passivo atuarial	486.102	267.349	499.673	273.807

Movimentação dos ativos dos planos:

	Controladora	Consolidado
		TelemarPrev
Valor justo dos ativos em 2007	2.109.894	2.145.626
Benefícios pagos no ano	(108.451)	(109.373)
Contribuições vertidas no ano	83	92
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	223.134	232.619
Valor justo dos ativos em 2008	2.224.660	2.268.964

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos passivos atuariais:

	Controladora	Consolidado
		TelemarPrev
Valor das obrigações em 2007	1.842.545	1.871.819
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	10.565	12.138
Juros sobre obrigação atuarial	188.748	191.772
Benefícios pagos no ano	(108.451)	(109.373)
Perda atuarial	68.184	70.836
Impactos das alterações das premissas	(263.033)	(267.901)
Valor das obrigações em 2008	1.738.558	1.769.291

(iii) Planos de contribuição definida (CELPREV)

Em 2004 a Amazônia obteve aprovação da Secretaria de Previdência Complementar para criação de um novo Plano de Pensão. O novo plano, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que 1 Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Os resultados dos planos previstos para 2009 são como seguem:

	Controladora	
	PBS-A	TelemarPrev
Rendimento esperado dos ativos	413.752	233.730
Custo do serviço corrente		(11.662)
Custo dos juros	(262.172)	(198.570)
Custo de amortizações	104.231	(242)
Contribuições de participantes		
Total da receita (despesa) prevista para 2009	255.811	23.256

	Consolidado			
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	TelemarPrev
Rendimento esperado dos ativos	414.044	4.851	132	238.421
Custo do serviço corrente		(167)	(15)	(13.369)
Custo dos juros	(262.353)	(1.904)	(22)	(202.106)
Custo de amortizações	104.332	321		(244)
Contribuições de participantes		118		
Total da receita (despesa) prevista para 2009	256.023	3.219	95	22.702

As receitas não deverão ser reconhecidas pela inexistência de evidências, que tais ativos poderão reduzir contribuições futuras das patrocinadoras e por não serem contratualmente reembolsáveis.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Principais premissas atuariais

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PBS-Telemar, TelemarPrev, PBS-TNCP E CELPREV foram as seguintes:

	PBS-A		PBS-TELEMAR		PBS-TNCP	TELEMAR PREV		CELPREV
	% ao ano		% ao ano		% ao ano	% ao ano		% ao ano
	2008	2007	2008	2007	2008	2008	2007	2008
Taxa para desconto da obrigação atuarial	12,1	10,51	11,98	10,51	11,8	11,79	10,51	12,5
Taxa de rendimentos esperada sobre os ativos dos planos	11,3	10,82	14,59	10,77	14,2	10,77	10,5	14,6
Taxa estimada de inflação	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Índice de aumento salarial estimado	N/A	N/A	8,26	7,32	4,5	8,26	7,32	6,59
Índice de aumento dos benefícios estimado	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Tabua de mortalidade geral	A12000	A12000	A12000	A12000	A12000	A12000	A12000	A12000

(b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e

Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

Em 31 de dezembro de 2008, a TMAR e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 120.845 (2007 - R\$ 71.778).

Saldo em 2007	71.778
Pagamentos em 2008	(89.123)
Adição à provisão em 2008 (Nota 6)	138.190
Saldo em 2008	120.845

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultados, referem-se a reversões ou complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

A TNCP e a Amazônia contabilizam essa participação em função do cumprimento das metas estipuladas para o exercício, sujeito à aprovação da Assembleia de Acionistas.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demais benefícios a empregados

A Companhia oferece ainda a seus empregados planos de assistência médica e odontológica, auxílio farmácia, auxílio creche e seguro de vida em grupo, sendo os descontos em folha de pagamento efetuados em conformidade com as faixas salariais fixadas nos acordos coletivos de trabalho.

(d) Plano de opção de compra de ações

A AGE realizada em 11 de abril de 2007, aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do site da Companhia (www.oi.com.br/ri) e disponível na página da CVM (www.cvm.gov.br), atribui ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano, ou por opção deste, deliberar a gestão a um Comitê formado por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles membro efetivo. Em reunião realizada em 12 de abril de 2007, o Conselho de Administração elegeu os membros do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações para atribuir ao Comitê poderes de estabelecer periodicamente os Programas de Opção de Compra de Ações.

O Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 contempla 40 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 1,31% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 5.120 mil ações ordinárias (TNLP3). As opções poderão ser exercidas, a partir de 12 de abril de 2008, em quatro lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 25% do total das opções concedidas.

O preço de concessão foi baseado na média ponderada da cotação na BOVESPA nos 30 dias imediatamente anteriores à data da concessão, e será atualizado de acordo com a variação do IGP-M.

Em reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, realizada em 18 de setembro de 2008, foi deliberado aditar o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 12 de abril de 2007, e outorgar aos beneficiários também a opção de compra de 2.713 mil ações preferenciais (TNLP4) da Companhia, total correspondente a 0,68% do capital social subscrito e integralizado, ao preço de exercício de R\$ 27,31. As opções poderão ser exercidas, a partir da data de sua outorga, condicionando o exercício das opções preferenciais ao exercício das opções ordinárias. As demais condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2007 não foram alteradas e continuam vigentes.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações ordinárias até 31 de dezembro de 2008. Ainda não houve exercício para o primeiro lote das opções de compra de ações preferências.

	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Em reais	
			Preço da concessão 2008	2007
Concedidas em abril de 2007	5.120	50,98	59,65	54,32
Opções exercidas	(167)			
Opções canceladas	(441)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2008	4.512			



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias em vigor em 31 de dezembro de 2008:

Faixa de preço de exercício na data da concessão	Opções em vigor			Opções exercíveis	
	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R\$ 50,00 - 59,99	4.512	28	59,65	4.512	59,65

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de opções de compra das ações TNLP3 e TNLP4, no montante de R\$ 40.140 (2007 – R\$ 39.160) e R\$ 2.641, respectivamente. O saldo do patrimônio líquido existente em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 61.000 (2007 – R\$ 29.152).

28 Transações com partes relacionadas - controladora

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais sumariadas a seguir:

	2008						
	TNL	Oi	TNL Contax	Oi Internet	AIX	Telemar Partic.	Coari Calais
Ativo							
Contas a receber		254.671	1.625	7.278			
Empréstimos com controladas		7.770		102			63
Dividendos a receber							13.942
		<u>262.441</u>	<u>1.625</u>	<u>7.380</u>			<u>14.005</u>
Passivo							
Fornecedores		338.560	9.856	12.849	5.412		
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	90.716						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.148.171					80.735	
Debêntures	1.512.888						
Demais obrigações	6.999						
	<u>2.758.774</u>	<u>338.560</u>	<u>9.856</u>	<u>12.849</u>	<u>5.412</u>	<u>80.735</u>	
Receitas							
Receitas dos serviços prestados		344.988	19.712	97.609			
Outras receitas operacionais			7.218	31			
Receitas financeiras	63	12.231		2			4
	<u>63</u>	<u>357.219</u>	<u>26.930</u>	<u>97.642</u>			<u>4</u>
Custos e despesas							
Custos dos serviços prestados		(1.507.036)	(138.974)		(28.066)		
Comercialização dos serviços			(560.087)	(20.661)			
Outras despesas operacionais			(19.989)				
Despesas financeiras	(49.154)	(4.289)					
	<u>(49.154)</u>	<u>(1.511.325)</u>	<u>(719.050)</u>	<u>(20.661)</u>	<u>(28.066)</u>		



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2008						
	Serede	Way TV	Amazônia	TNCP	Paggo Adm.	Paggo Acq.	Fundação Atlântico
Ativo							
Contas a receber	84	1.013					264.671
Empréstimos com controladas	227			12.541			20.741
Dividendos a receber	297			30.313			44.552
	<u>608</u>	<u>1.013</u>		<u>42.854</u>			<u>329.964</u>
Passivo							
Fornecedores	5.441	2.632	17.013				391.763
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)							90.716
Dividendos e juros sobre o capital próprio							1.228.906
Debêntures							1.512.888
Demais obrigações							6.999
	<u>5.441</u>	<u>2.632</u>	<u>17.013</u>				<u>3.231.272</u>
Receitas							
Receitas dos serviços prestados	465	5.452	4.021		19.004	2.016	493.267
Outras receitas operacionais	360						7.609
Receitas financeiras	7		289	592			13.191
	<u>832</u>	<u>5.452</u>	<u>4.310</u>	<u>592</u>	<u>19.004</u>	<u>2.016</u>	<u>514.067</u>
Custos e despesas							
Custos dos serviços prestados	(45.842)	(2.647)	(42.675)				(1.765.240)
Comercialização dos serviços							(580.748)
Outras despesas operacionais							(33.039)
Despesas financeiras							(53.443)
	<u>(45.842)</u>	<u>(2.647)</u>	<u>(42.675)</u>				<u>(2.452.459)</u>

	2007				
	TNL	Oi	TNL Contax	Oi Internet	AIX
Ativo					
Contas a receber		127.326	2.699	8.933	
Empréstimos com a controladora	1.596				
	<u>1.596</u>	<u>127.326</u>	<u>2.699</u>	<u>8.933</u>	
Passivo					
Fornecedores		141.815	9.435	16.471	2.253
Empréstimos e financiamentos		58.024			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	802.037				
Demais obrigações	5.444				
	<u>807.481</u>	<u>199.839</u>	<u>9.435</u>	<u>16.471</u>	<u>2.253</u>
Receitas					
Receitas dos serviços prestados		196.464	18.006	70.098	
Outras receitas operacionais			6.219	126	
Receitas financeiras	2.619	329		288	
	<u>2.619</u>	<u>196.793</u>	<u>24.225</u>	<u>70.512</u>	
Custos e despesas					
Custos dos serviços prestados		(1.096.779)	(92.667)		(27.115)
Comercialização dos serviços			(466.116)	(29.949)	
Outras despesas operacionais			(11.664)		
Despesas financeiras	(30.577)	(1.585)			
	<u>(30.577)</u>	<u>(1.098.364)</u>	<u>(570.447)</u>	<u>(29.949)</u>	<u>(27.115)</u>

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2007				
	Telemar Participações	Coari	Calais	Serede	Way TV
Ativo					
Contas a receber				4	296
Empréstimos com a controladora					1.596
				4	296
Passivo					
Fornecedores				3.366	
Empréstimos e financiamentos					173.340
Dividendos e juros sobre o capital próprio	55.994				58.024
Demais obrigações					858.031
	55.994			3.366	5.444
					1.094.839
Receitas					
Receitas dos serviços prestados				28	592
Outras receitas operacionais					285.188
Receitas financeiras		8	6		6.345
		8	6	28	592
					3.250
					294.783
Custos e despesas					
Custos dos serviços prestados				(16.159)	
Comercialização dos serviços					(1.232.720)
Outras despesas operacionais					(496.065)
Despesas financeiras					(11.664)
				(16.159)	(32.162)
					(1.772.611)

(a) Linhas de crédito cedidas pela controladora

As linhas de crédito concedidas pela TMAR para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 104% do CDI (2007 – 104% do CDI).

(b) Contratos de empréstimos com o BNDES

Em dezembro de 1999, algumas subsidiárias que operam linhas fixas e agora estão consolidadas na TMAR fecharam contratos de empréstimo-ponte com o BNDES, o acionista controlador da BNDESPAR, que detém 31,4% do capital votante da Telemar Participações S.A., controladora da TNL. O valor total desses empréstimos foi R\$ 400 milhões, com vencimento em dezembro de 2000 e juros acumulados com base na taxa Selic + 6,5% a.a..

Em dezembro de 2000, cada uma das Concessionárias celebrou com o BNDES e um conjunto de bancos um Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Empréstimo, no valor total de R\$ 2,7 bilhões, com a finalidade de financiar a expansão de sua planta de telecomunicação e melhorias operacionais para o cumprimento do PGMU e do PGMQ, estabelecidos pela ANATEL. O BNDES desembolsou diretamente para as Concessionárias 30% do valor total do empréstimo e indiretamente, por meio dos Bancos Agentes, 70%. O Contrato de Financiamento era dividido em dois sub-créditos, ambos com vencimento em janeiro de 2008, quando ocorreu sua liquidação.



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2003, a TMAR fechou novo contrato de empréstimo com o BNDES para financiamento de seu programa de investimentos para expansão e aprimoramentos operacionais da rede de linha fixa para os anos 2002 a 2004. De dezembro de 2003 a outubro de 2004, a TMAR obteve empréstimos de R\$ 530 milhões do empréstimo com o BNDES em 2003. O pagamento de juros venceu trimestralmente até abril de 2005 e mensalmente nos anos seguintes. O pagamento do principal venceu mensalmente a partir de maio de 2005 e continuará até o vencimento final do empréstimo em janeiro de 2011.

Em setembro de 2004, a Oi celebrou com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$ 663 milhões, destinados ao financiamento de um projeto de implantação da estrutura operacional de telefonia móvel, no padrão GSM, na área das regiões Sudeste, Nordeste e Norte. O principal deve ser pago pela Oi em 78 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em maio de 2006 e a última prestação, em outubro de 2012.

Em dezembro de 2005 a TMAR assumiu a dívida e todas as obrigações financeiras decorrentes deste Contrato de Financiamento da Oi com o BNDES. Tal assunção de dívida contou com a devida anuência do credor.

Em julho de 2005, a TMAR obteve recursos de crédito do BNDES até R\$ 218 milhões para financiar seu programa para atingir metas de serviços universais em 2005 e recebeu empréstimos de R\$ 82 milhões em 2005. Esses recursos têm prazo de oito anos e período de carência de 12 meses. Os juros na linha de crédito são baseados na TJLP.

Em dezembro de 2005, a TMAR obteve novos recursos de crédito do BNDES para financiar seu programa para o cumprimento de obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão 2006 e recebeu empréstimos de R\$ 26 milhões, com prazo de oito anos e período de carência de 18 meses. Os juros na linha de crédito são baseados na TJLP.

Em novembro de 2006, a TMAR celebrou contrato de financiamento com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa da TMAR programadas para o período entre 2006 e 2008. Foram realizados os desembolsos de R\$ 810.000 em novembro de 2006, R\$ 700.000 em setembro de 2007 e R\$ 466.504 em agosto de 2008 relativos a este contrato de financiamento. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal vencerá mensalmente a partir de julho de 2009.

Em julho de 2007, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 467 milhões com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede de telecomunicação móvel programadas para o período entre 2006 e 2008. Em julho de 2007 a Oi sacou R\$ 290 milhões, em outubro de 2007 R\$ 150 milhões, em outubro de 2008 R\$ 10 milhões e em novembro de 2008 R\$ 17 milhões. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até janeiro de 2010, passando a ser mensal para o período de fevereiro de 2010 até janeiro de 2015. O principal vencerá mensalmente a partir de fevereiro de 2010.

(c) Aluguel de infra-estrutura de transmissão

A AIX presta serviços para a TMAR referentes à locação de dutos para transmissão de tráfegos originados com o CSP 31 fora da rede local da Região I. Em 2008, esses custos totalizam R\$ 28.066 (2007 - R\$ 27.115) e estão classificados como "Aluguéis e seguros" (vide Nota 5).



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Principais transações com partes relacionadas

Oi

Receitas dos serviços prestados: Referem-se a aluguel de linhas dedicadas no montante de R\$ 64.224 (2007 - R\$ 65.058), interconexão R\$ 244.107 (2007 - R\$ 86.702), comissão de cobrança R\$ 15.001 (2007 - R\$ 26.658) e aluguel de infra-estrutura, torres, circuitos e plataforma 102 R\$ 18.276 (2007 - R\$ 14.032).

Custos dos serviços prestados: Referem-se às transações de remuneração de uso de rede no montante de R\$ 995.403 (2007 - R\$ 762.709), aluguel de EILD R\$ 52.186 (2007 - R\$ 52.186), comissão de cobrança R\$ 27.915 (2007 - R\$ 15.950), campanhas de fidelização R\$ 334.384 (2007 - R\$ 174.729) e despesas com aluguel de plataforma celular para prestação de STFC em certas localidades através da tecnologia de WLL – Wireless Local Loop R\$ 88.336 (2007 - R\$ 86.654).

Oi Internet

Receitas dos serviços prestados: Referem-se a aluguel de infra-estrutura “dial-up” para acesso a internet no montante de R\$ 5.417 (2007 - R\$ 4.343), acesso de banda larga R\$ 84.605 (2007 - R\$ 60.437) e comissão de cobrança R\$ 5.178 (2007 - R\$ 2.633)

Comercialização dos serviços prestados: Refere-se a comissões de vendas no montante de R\$ 20.661 (2007 - R\$ 29.949).

TNL Contax

Custos dos serviços prestados/comercialização dos serviços/gerais e administrativas: As principais transações consistem em prestação de serviço de call center no montante de R\$ 355.545 (2007 - R\$ 296.316), de apoio à venda R\$ 109.823 (2007 - R\$ 88.380) e tele-cobrança R\$ 94.719 (2007 - R\$ 81.420).

Serede

Custos dos serviços prestados: Refere-se a serviço de manutenção de planta no montante de R\$ 45.842 (2007 - R\$ 16.159).

Way TV

Receitas dos serviços prestados: Refere-se a acesso de banda larga no montante de R\$ 5.452 (2007 - R\$ 592).

Amazônia

Custos dos serviços prestados: Refere-se a interconexão no montante de R\$ 41.919.

Paggo Administradora

Receitas dos serviços prestados: Refere-se a telecomunicações no montante de R\$ 19.004.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Remuneração do pessoal- chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	2008	2007
Benefícios de curto prazo	13.614	12.830
Outros benefícios de longo prazo	5.712	281
Remuneração com base em ações	19.035	17.424
	38.361	30.535

29 Seguros

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A TMAR e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 31 de dezembro:

Modalidade de seguro	2008	2007
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio – estoques	153.000	112.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	233.700	106.278
Garantia de concessão	28.800	31.590
Roubo - estoques	30.000	30.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio em 31 de dezembro de 2008.

**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Garantias contratadas

a) De terceiros

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. Os valores envolvidos estão resumidos abaixo:

	Controladora	
	2008	2007
Contingências Tributárias	2.117.288	1.917.604
Contingências Cíveis	63.546	64.187
Contingências Trabalhistas	37.868	38.219
Licitações Anatel	521	524
Obrigações contratuais	17.642	28.240
	2.236.865	2.048.774

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Contingências Tributárias	2.117.288	1.917.604	2.359.817	2.017.816
Contingências Cíveis	63.546	64.187	64.445	64.187
Contingências Trabalhistas	37.868	38.219	37.868	38.219
Licitações Anatel	521	524	662.541	312.759
Obrigações contratuais	17.642	28.240	35.613	43.672
	2.236.865	2.048.774	3.160.284	2.476.653

b) De partes relacionadas

Os empréstimos contratados junto ao BNDES e ao BNB - Banco do Nordeste (vide Nota 19) possuem garantias de recebíveis próprios e aval da TNL. A Companhia registrou no ano, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R\$ 13.604 (2007 - R\$ 60.351)

A TNL concedeu garantias em processos judiciais da TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A" de comissão da própria TMAR. Pela concessão da garantia, a Companhia remunera a TNL no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais.

Garantias concedidas

A Companhia é avalista da controlada Oi em empréstimos bancários obtidos junto ao BNDES no montante de R\$ 468.419 mil. Estes empréstimos possuem, além do aval da TMAR, garantias de recebíveis da própria controlada Oi.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Eventos subsequentes

(a) Aquisição do controle da BRASIL TELECOM:

- (i) Contratação do Credit Suisse First Boston para atuar como Comissário na proposta de aquisição do controle acionário da BrT Part e da BrT por conta e ordem da TMAR (conforme Fato Relevante divulgado pela TNL e TMAR no dia 25 de abril de 2008);
- (ii) Anúncio da conclusão das negociações e detalhes da operação em Fato Relevante divulgado pela TNL e TMAR no dia 25 de abril de 2008;
- (iii) Pagamentos feitos pela TMAR, no montante de R\$ 315 milhões (conforme previsto no Fato Relevante divulgado pela TNL e TMAR no dia 25 de abril de 2008), vide Nota 6 (v);
- (iv) Captação pela TMAR de R\$ 4.300 milhões para “*funding*” da operação, vide Nota 20 (b (iii));
- (v) Aquisição das ações preferenciais da BrT Part e BrT diretamente no mercado (maio, junho e julho de 2008);
- (vi) Divulgação da Consulta Pública do texto final do PGO, em 17 de junho de 2008;

A ANATEL publicou em 17 de junho de 2008 duas Consultas Públicas, uma delas sobre proposta de revisão do PGO e a outra sobre o PGR.

Em 16 de outubro de 2008 a ANATEL aprovou o texto final de proposta de um novo PGO que já foi enviado ao Conselho Consultivo e depois ao Ministério das Comunicações.

A proposta de texto aprovada para o PGO trata de flexibilizar as regras aplicáveis ao setor, removendo as restrições para que um mesmo grupo econômico detenha concessões do STFC em mais de uma região do PGO. Tal proposta possibilitou a aquisição da Brasil Telecom pela TMAR.

- (vii) OPA para aquisição de ações preferenciais em circulação da BrT Part e da BrT (conforme Fato Relevante divulgado pela TNL e TMAR em 22 de julho de 2008);
- (viii) Captação pela TMAR de R\$ 3.600.000 em Notas Promissórias para “*funding*” da operação, em agosto de 2008, vide Nota 20 (b (i));
- (ix) Captação pela TMAR de R\$ 2.000.000 em Notas Promissórias para “*funding*” da operação, em dezembro de 2008, vide Nota 20 (b (ii));
- (x) Aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), em 10 de dezembro de 2008, da celebração do Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação (“APRO”);
- (xi) Concessão pela ANATEL, em 19 de dezembro de 2008, da anuência prévia relativa à aquisição do controle da Brasil Telecom pela TMAR, através do Ato 7.828. A ANATEL também anuiu previamente os atos societários subsequentes referentes à incorporação de empresas, ou de ações, das sociedades controladas direta e indiretamente pela TMAR;

Maiores detalhes encontram-se disponíveis no site da Companhia (conforme Fato Relevante ou Ato de Anuência do Conselho Diretor da ANATEL e seu Anexo de Condicionamentos.); e

Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(xii) Conclusão da operação de aquisição do controle da Brasil Telecom

No dia 8 de janeiro de 2009, a TMAR, através de sua controlada indireta Copart 1 Participações S.A., adquiriu o controle acionário da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e, por consequência, o da Brasil Telecom S.A. ("BrT"), mediante o pagamento global de R\$ 5.371.099, equivalendo a um preço por ação ordinária de R\$ 77,04 da BrT Part. O valor pago equivale ao preço acordado no Contrato de Compra e Venda atualizado pela variação da taxa média diária do CDI, deduzido da dívida líquida da Invitel S.A. (R\$ 998.053.465,69), e ajustado pelos proventos declarados entre 1º de janeiro de 2008 e a data do fechamento.

A troca do controle da Brasil Telecom para TMAR consistiu, basicamente, na aquisição de 100% das ações da Invitel S.A., que por sua vez é detentora de 99,99% da SOI.PART Participações S.A. que detém o controle direto da BrT Part.

Em razão da aquisição, a TMAR tornou-se titular, indiretamente, de 81.092.986 ações ordinárias de emissão da BrT Part representativas de 61,2% do capital votante desta Companhia.

Em 9 de fevereiro de 2009, a TMAR, por intermédio de controlada indireta, submeteu à CVM para registro, os requerimentos de Registro de OPA das ações ordinárias dos acionistas minoritários da BrT Part e BrT, de modo a assegurar-lhes o preço mínimo igual a 80% do preço pago por ação integrante do bloco de controle ("OPAs Obrigatórias"), deduzidos de eventuais dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital que venham a ser deliberados até a liquidação da OPA.

A seguir está transcrito o fato relevante divulgado após a data de encerramento do exercício e que diz respeito à aquisição do controle da Brasil Telecom:

Fato Relevante de 8 de janeiro de 2009

"FATO RELEVANTE"

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 358/02 e em seguimento aos avisos de Fato Relevante e dos Comunicados ao Mercado divulgados pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL") e pela Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") em 25 de abril de 2008, 21 de novembro de 2008, 19 de dezembro de 2008 e 22 de dezembro de 2008, informamos aos nossos acionistas, à Comissão de Valores Mobiliários e ao mercado em geral que, nesta data, em conformidade com o Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 25 de abril de 2008 (o "Contrato"), a TMAR, através de sua controlada indireta, Copart 1 Participações S.A. ("Copart 1"), adquiriu, nesta data, o controle acionário da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da Brasil Telecom S.A. ("BrT").

1 - DA AQUISIÇÃO:

Em razão da mencionada aquisição, a TMAR, nesta data, tornou-se titular, indiretamente, de 81.092.986 ações ordinárias de emissão da BrT Part representativas de 61,2% do capital votante da BrT Part, mediante o pagamento global de R\$ 5.371.098.527,04 (cinco bilhões, trezentos e setenta e um milhões, noventa e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e quatro centavos), equivalendo a um preço por ação da BrT Part de R\$ 77,04 (setenta e sete reais e quatro centavos).

O valor pago equivale (i) ao preço acordado no Contrato de Compra e Venda de R\$ 5.863.495.791,40 (cinco bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta centavos), (ii) atualizado pela variação da taxa média diária do Certificado de Depósito Interbancário - CDI; (iii) deduzido da dívida líquida da Invitel S.A. ("Invitel")



Telemar Norte Leste S.A. e Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(R\$ 998.053.465,69 - novecentos e noventa e oito milhões, cinqüenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), e (iv) ajustado pelos proventos declarados entre 1º de janeiro de 2008 e a Data do Fechamento.

II - OPAs OBRIGATÓRIAS - ART. 254-A

No prazo de até 30 dias contados desta data, a TMAR, diretamente ou através de sociedade por ela controlada submeterá à CVM, para registro, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, os requerimentos de Registro de Oferta Pública de Aquisição das Ações com direito a voto de propriedade dos acionistas minoritários da BrT Part e da BrT, de modo a assegurar-lhes o preço mínimo igual a 80% do preço pago por ação integrante do bloco de controle, na forma do disposto no art. 254-A da Lei 6404/76. ("OPAs Obrigatórias"), deduzidos de eventuais dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital que venham a ser deliberados até a liquidação da OPA.

A realização das OPAs depende de prévio registro na CVM, e subsequente divulgação do edital através da imprensa, com 30 dias de antecedência.

III - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA:

Concluídas as OPAs Obrigatórias, pretende-se realizar, com vistas à simplificação da estrutura acionária, uma reorganização societária das empresas envolvidas na operação ("Reorganização Societária"), de forma a que, após as OPAs Obrigatórias, os acionistas da BrT Part e BrT remanescentes receberão ações da TMAR em substituição às ações que possuírem, ampliando consideravelmente a liquidez de suas ações nas Bolsas de Valores e beneficiando os acionistas das sociedades envolvidas, nos termos e condições já divulgados no Fato Relevante de 25 de abril de 2008.

IV - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

(i) As operações acima indicadas estão sujeitas, no que couber, à aprovação, apresentação ou registro de diversos órgãos reguladores e serão a eles submetidas ou comunicadas, na medida do efetivamente necessário, especialmente, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA; Securities and Exchange Commission - SEC; e New York Stock Exchange - NYSE.

(ii) Adicionalmente, conforme já informado no Fato Relevante de 25 de abril de 2008: (a) TMAR pretende criar um, ou mais, programa de American Depositary Receipts ("ADR") para suas ações, de sorte a possibilitar que os atuais acionistas titulares de ADRs da BrT e BrT Part possam negociar seus ADRs na NYSE; (b) TMAR pretende solicitar o registro desses ADR na NYSE - New York Stock Exchange, e (c) a Reorganização Societária será submetida a certos credores, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

A aquisição da BrT e a sua subsequente integração às operações da TMAR, dará origem a uma companhia de telecomunicações com controle acionário 100% nacional, presente em todo o território brasileiro e com capacidade, gerencial, operacional e financeira para ampliar suas operações nacional e internacionalmente.



**Telemar Norte Leste S.A. e
Telemar Norte Leste S.A. e sociedades controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2009

**TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

COARI PARTICIPAÇÕES S.A.
**BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
BRASIL TELECOM S.A.
INVITEL S.A.**

Alex Waldemar Zornig
Diretor de Relações com Investidores

(b) Reorganização Societária da TNCP e da Amazônia

Em decorrência de restrições regulatórias e determinações impostas pela ANATEL no âmbito da aquisição do controle da TNCP pela TMAR, que impõem a devolução da licença para prestação de serviços de telecomunicação da Amazônia ou da Oi, companhia controlada pela Tmar, a Tmar, a Amazônia, a TNCP e a Oi pretendem implementar uma reorganização societária tendo por objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia com aqueles relacionados às atividades da Oi, devolvendo à ANATEL, em seguida, a outorga e licenças para o uso de determinadas frequências (“Reorganização Societária”).

Em 11 de fevereiro de 2009, em reunião conjunta do Conselho da Administração e do Conselho Fiscal da TNCP e da Amazônia foi deliberado a Reorganização Societária cuja proposta prevê a incorporação de ações da Amazônia pela sua controladora TNCP. A Reorganização Societária assegurará, todavia, a participação dos acionistas minoritários da TNCP e da Amazônia em uma companhia operacional, a Oi, e visará a garantir maior eficiência operacional, administrativa e societária às empresas envolvidas. Do mesmo modo, buscando evitar a dispersão dos acionistas titulares de ações da Amazônia e da TNCP em companhias diferentes e aumentar a eficiência operacional, a Reorganização Societária unificará as bases acionárias dessas companhias na TNCP.

Em 19 de fevereiro de 2009, a TMAR, a TNCP e a Amazônia divulgaram através de Fato Relevante com detalhes as informações a respeito da Reorganização Societária, em todos os fatos que envolvem uma operação de tal magnitude. A divulgação do Fato Relevante encontra-se disponível no site da Companhia <http://www.oi.com.br/ri>.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO F

- Demonstrações Financeiras da BrT Part

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06		31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
ATIVO									
ATIVO CIRCULANTE									
17	1.959.747	1.724.840	7.435.999	7.498.113	PASSIVO				
Caixa e Contas Bancárias					PASSIVO CIRCULANTE				
17	906.012	1.431.004	3.049.514	3.046.052	32	824.149	477.562	4.727.371	4.852.403
18	475.369	-	475.369	89.424	33	22.786	34.398	1.637.188	1.613.090
19	-	-	53.556	-	34	18	165	746.234	851.399
20	-	-	2.189.701	2.127.654	35	-	-	74.620	37.050
21	-	-	32.711	64.164	36	725.922	442.681	1.097.844	690.745
22	-	-	1.797	5.557	37	-	-	496.775	1.109.564
23	13.603	42.915	804.500	944.115	38	-	-	78.844	135.848
25	40	-	329.356	119.058	7	15	13	197.472	175.003
26	474.247	241.145	-	-	39	-	-	101.467	43.238
27	8.874	8.436	184.403	174.189	40	-	-	62.957	52.643
Outros Ativos					41	75.387	266	143.570	64.643
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
4.126.712					10.295.677				
9.893.315					5.621.689				
5.844.726					5.844.726				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO									
22	-	-	8.178	2.852	33	-	-	13.456	8.709
23	341.191	279.655	1.793.218	1.649.463	34	6.560	6.465	104.243	62.266
24	-	-	3.709	3.280	35	4.228	1.288	88.880	51.484
25	5.615	5.284	1.069.127	429.925	37	-	-	3.696.638	4.265.626
27	-	595	94.856	42.837	38	-	-	174.632	219.533
Outros Ativos					7	5.011	4.247	700.239	557.166
					39	-	-	586.278	605.975
					40	-	-	72.133	70.665
					41	-	-	17.220	5.282
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES									
					-	-	-	1.811.585	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS CAPITALIZÁVEIS									
5.248.513					5.278.184				
5.285.576					5.285.576				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
8	8.248.513	8.278.184	8.248.513	8.277.602	8	8.248.513	8.278.184	8.248.513	8.277.602
Capital Social					Capital Social				
28	2.596.272	2.596.272	2.596.272	2.596.272	28	2.596.272	2.596.272	2.596.272	2.596.272
29	309.178	309.178	309.178	309.178	29	309.178	309.178	309.178	309.178
30	2.341.063	2.372.734	2.341.063	2.372.152	30	2.341.063	2.372.734	2.372.152	2.372.152
31	265.964	265.964	265.964	265.964	31	265.964	265.964	265.964	265.964
Reserva Legal					Reserva Legal				
Reserva de Lucros a Realizar					Reserva de Lucros a Realizar				
Lucros Acumulados					Lucros Acumulados				
Ações em Tesouraria					Ações em Tesouraria				
2.085.945					2.085.945				
(20.846)					(20.846)				
RECURSOS CAPITALIZÁVEIS									
42	-	-	-	-	42	-	-	7.974	7.974
TOTAL									
6.098.459					17.429.314				
17.793.790					17.793.790				

	Notas	Controladora			Consolidado	
		2007	2006		2007	2006
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9	-	-		15.997.388	15.111.318
Deduções da Receita Bruta	9	-	-		(4.938.842)	(4.814.689)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9	-	-		11.058.546	10.296.629
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	10	-	-		(6.382.201)	(6.459.929)
LUCRO BRUTO		-	-		4.676.345	3.836.700
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(17.483)	(11.509)		(3.350.155)	(3.066.214)
Comercialização dos Serviços	11	-	-		(1.485.352)	(1.470.632)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(16.957)	(15.210)		(1.348.878)	(1.322.264)
Remuneração dos Administradores		(1.448)	(1.408)		(10.548)	(9.388)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	13	922	5.109		(505.379)	(263.930)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS E RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14	(17.483)	(11.509)		1.326.190	770.516
Despesas Financeiras, Líquidas	28	(109.602)	(204.790)		(489.321)	(609.982)
Resultado de Equivalência Patrimonial		531.519	287.245		-	-
LUCRO OPERACIONAL		404.434	70.946		836.869	160.524
Receitas (Despesas) Não Operacionais	15	(516)	554		(2.974)	31.419
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		403.918	71.500		833.895	191.943
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	16	(64.312)	(11.246)		(352.903)	(108.081)
LUCRO APÓS IMPOSTOS E ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE AÇONISTAS NÃO CONTROLADORES		339.606	60.254		480.992	83.862
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-		(260.656)	(141.065)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA REVERSÃO DE JSCP	8	339.606	60.254		220.336	(57.203)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		336.300	413.400		450.954	527.571
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		675.906	473.654		671.290	470.368
Ações em Circulação na data do balanço⁽¹⁾		362.488.413	362.488.414			
Lucro Líquido por ação (em R\$)⁽¹⁾		1,86	1,31			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

(1) Em 2006 as informações são atribuídas a milhares de ações



BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS GERADOS PELA ATIVIDADE OPERACIONAL				
Lucro Líquido do Exercício	675.906	473.654	671.290	470.368
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	260.656	141.065
Despesas (Receitas) que Não Envolvem Movimentações de Capital de Giro	(620.050)	(316.020)	2.478.995	2.786.782
Depreciação e Amortização	256	312	2.470.957	2.731.232
Tributos Diferidos	(1.660)	(28.822)	(142.804)	(147.856)
Recuperação de Tributos	(69.758)	-	(69.758)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	(531.519)	(287.245)	-	-
Provisões para Contingências	1.214	919	462.927	378.178
Provisões para Fundos de Pensão	-	-	32.954	20.014
Recuperação de Despesas com Fundos de Pensão - Superávit	-	-	(55.733)	-
Variação Monetária e Juros de Longo Prazo	(19.099)	(630)	(238.775)	(171.632)
Resultado na Baixa de Ativo Permanente	(454)	(494)	18.253	(37.528)
Perdas (Ganhos) com Investimentos	970	(60)	974	(99)
Baixa de Incentivos Fiscais	-	-	-	14.473
Total dos Recursos Gerados pela Atividade Operacional	55.856	157.634	3.410.941	3.398.215
ORIGENS DOS RECURSOS DE TERCEIROS				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	601.028	1.915.937
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Ativo Circulante	49.490	748.264	258.202	268.234
Transferência do Ativo Permanente para o Ativo Circulante	-	110	2.992	1.320
Dividendos/JSCP Declarados Ativos	474.246	241.145	-	-
Venda de Bens do Ativo Permanente	-	15	47.708	15.272
Dividendos Prescritos	8.714	4.407	16.440	14.475
Outras Origens	35.362	35.209	-	-
Total dos Recursos Gerados por Terceiros	567.812	1.029.150	926.370	2.215.238
TOTAL DAS ORIGENS	623.668	1.186.784	4.337.311	5.613.453
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Aumento do Realizável a Longo Prazo	17.592	595	699.220	285.928
Depósitos Judiciais	331	-	564.399	165.572
Tributos a Compensar	17.281	-	124.184	113.237
Despesas Pagas Antecipadamente	-	595	10.543	6.722
Aplicações Financeiras - Títulos de Renda	-	-	94	397
Aumento do Ativo Permanente	1.385	68	1.399.795	1.452.091
Investimentos	1.385	-	1.004	1.003
Imobilizado	-	68	1.098.138	1.149.738
Intangível	-	-	274.616	300.117
Diferido	-	-	26.037	1.235
Dividendos/JSCP Provisionados	716.291	449.972	964.106	584.390
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante	80	14.283	1.211.272	1.648.910
TOTAL DAS APLICAÇÕES	735.348	484.918	4.274.393	3.989.319
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	(111.680)	721.866	62.918	1.644.134
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
Capital circulante final				
Ativo Circulante	1.959.747	1.724.840	7.435.999	7.498.113
Passivo Circulante	824.149	477.562	4.727.371	4.852.403
	1.135.598	1.247.278	2.708.628	2.645.710
Menos - Capital circulante inicial	1.247.278	525.412	2.845.710	1.001.576
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(111.680)	721.866	62.918	1.644.134

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

	Capital Social	Reservas de Capital		Reservas de Lucros				Total
		Ágio na Subscrição de Ações	Outras	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2.596.272	306.961	2.217	208.487	74.180	2.082.824	(20.846)	5.250.095
Movimentações de Lucros Acumulados								
Lucro Líquido do Exercício						473.654		473.654
Dividendos Prescritos						4.407		4.407
Destinação Proposta à A.G.O.				23.682		(23.682)		
Constituição da Reserva Legal						(449.972)		(449.972)
Dividendos/JSCP Propostos								
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2.596.272	306.961	2.217	232.169	74.180	2.087.231	(20.846)	5.278.184
Movimentações de Lucros Acumulados								
Reversão de Reservas					(74.180)	74.180		
Lucro Líquido do Exercício						675.906		675.906
Dividendos Prescritos						8.714		8.714
Destinação Proposta à A.G.O.				33.795		(33.795)		
Constituição da Reserva Legal						(716.291)		(716.291)
Dividendos/JSCP Propostos								
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2.596.272	306.961	2.217	265.964	-	2.095.945	(20.846)	5.246.513

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.



BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	675.906	473.654	671.290	470.368
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	280.656	141.065
Itens de Resultado que não Afetam o Caixa	(600.950)	(315.662)	3.221.448	3.474.604
Depreciação e Amortização	256	312	2.470.957	2.731.232
Perdas com Contas a Receber de Clientes	-	-	348.001	384.320
Provisões para Contingências	1.215	921	650.698	488.078
Provisões para Fundos de Pensão	-	-	89.675	28.709
Recuperação de Despesas com Fundos de Pensão - Superávit	-	-	(81.209)	-
Tributos Diferidos	(1.660)	(29.096)	(206.343)	(120.108)
Recuperação de Tributos	(69.758)	-	(69.758)	-
Resultado na Baixa do Ativo Permanente	(454)	(494)	18.253	(37.528)
Equivalência Patrimonial	(531.519)	(287.245)	-	-
Ganhos com Investimentos	970	(60)	974	(99)
Mutações Patrimoniais	98.521	80.553	(872.218)	(1.424.123)
Contas a Receber de Clientes	-	-	(410.050)	(359.161)
Estoques	-	-	31.453	18.871
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	2	(53)	11.612	292
Contas a Pagar e Despesas Provisórias	(11.612)	(19.892)	(44.807)	(344.216)
Tributos	41.093	55.008	261.502	(71.447)
Encargos Financeiros	-	45.936	(175.998)	(47.449)
Autorizações para Exploração de Serviços	-	-	(101.905)	47.591
Provisões para Contingências	(450)	(1.116)	(469.624)	(483.379)
Provisões para Fundos de Pensão	-	-	(51.143)	(107.585)
Outras Contas Ativas e Passivas	68.588	(19.330)	76.544	(77.640)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	173.477	218.545	3.281.178	2.661.914
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimentos Temporários em Títulos Soberanos de Renda Fixa	(475.389)	686.495	(439.615)	11.883
Recursos Obtidos na Venda de Ativo Permanente	-	15	47.708	15.272
Depósitos Judiciais	(372)	11.246	(871.807)	(277.552)
Aplicações no Ativo Permanente	(1.385)	(68)	(1.317.712)	(1.504.903)
Dividendos/JSCP Recebidos de Controladas	241.145	220.708	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(236.001)	898.396	(2.561.426)	(1.755.300)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos/JSCP Pagos no Exercício	(382.306)	(296.098)	(493.180)	(399.872)
Empréstimos e Financiamentos	-	(272.189)	(815.978)	853.437
Empréstimos Obtidos	-	-	601.028	1.915.937
Empréstimos Liquidados	-	(272.189)	(1.417.006)	(1.062.500)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(382.306)	(568.287)	(1.309.158)	453.565
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(444.830)	548.654	(609.406)	1.360.179
CAIXA, CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA				
Saldo Final	987.514	1.432.344	3.364.546	3.973.052
Saldo Inicial	1.432.344	883.690	3.973.952	2.613.773
VARIAÇÃO NO EXERCÍCIO	(444.830)	548.654	(609.406)	1.360.179
Informações Suplementares aos Fluxos de Caixa				
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	359.016	49.072
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos (Inclui Debêntures)	-	13.507	472.133	494.313

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 (Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
RECEITAS				
Vendas de Serviços e Mercadorias	1.900	4.826	15.432.778	14.528.845
Descontos Incondicionais e Cancelamentos	-	-	15.997.388	15.111.318
Perdas com Contas a Receber	-	-	(595.034)	(528.700)
Outras Receitas e Resultados Não Operacionais	1.900	4.826	(348.001)	(384.320)
	(6.426)	(7.221)	368.425	330.553
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Matérias	-	-	(5.452.871)	(5.193.179)
Serviços de Terceiros	(6.208)	(7.030)	(380.216)	(412.018)
Outras Designações de Terceiros	(218)	(191)	(4.951.886)	(4.661.795)
	(1.471)	(1.233)	(120.764)	(169.368)
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(256)	(312)	(3.121.865)	(3.219.310)
Provisões para Contingências	(1.215)	(921)	(2.470.957)	(2.731.232)
	(5.997)	(3.828)	(650.998)	(468.078)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da Equivalência Patrimonial	873.214	573.917	861.947	882.448
Dividendos (Investimentos ao Custo de Aquisição)	531.519	287.245	-	-
Receitas Financeiras	329	3	712	265
Receitas de Aluguéis	341.368	268.689	773.798	803.387
	-	-	67.439	78.799
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	867.217	570.289	7.719.999	6.998.804
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração pelo Trabalho				
Honorários, Salários e Adicionais	4.422	4.288	657.456	814.105
Encargos, Benefícios Sociais e Participações	4.422	4.288	310.404	311.232
Provisões para Fundos de Pensão	-	2	257.377	274.164
Governo - Tributos				
Doações e Patrocínios	90.350	35.421	89.875	28.709
Rentistas				
Aluguéis, Arrendamentos e Seguros	-	10	11.499	9.902
Despesas Financeiras	96.539	56.916	1.069.595	1.111.663
Acionistas				
Juros sobre o Capital Próprio	7.273	4.745	354.281	321.733
Dividendos	89.206	52.171	715.314	789.930
Destinação para Reserva Legal	675.906	473.654	790.560	597.825
Participação de Acionistas Não Controladores				
Insuficiência do Valor Retido	338.300	413.400	450.854	527.571
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	867.217	570.289	7.719.999	6.998.804
Informações Adicionais:				
Dividendos Distribuídos com Valor Adicionado de Exercícios Anteriores	74.180	-	74.180	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Em milhares de reais)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil Telecom Participações S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 – Lei Geral das Telecomunicações, como parte do processo de cisão da TELEBRÁS, cujo protocolo e justificação da cisão foi aprovado em 22 de maio de 1998 em assembleia de acionistas.

A Sociedade tem por objeto social exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços públicos de telefonia fixa na Região II do Plano Geral de Outorgas ("PGO") aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 02 de abril de 1998. Tal controle é exercido através da Brasil Telecom S.A., que é uma concessionária responsável pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") na Região II do PGO. Adicionalmente, a Sociedade pode participar do capital de outras sociedades.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na *Securities and Exchange Commission SEC* dos EUA, tendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), onde também integra o Nível I de Governança Corporativa, e negocia seus *American Depositary Receipts ("ADRs")* na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

O controle da Sociedade é exercido pela SOLPART Participações S.A. ("SOLPART"), correspondendo, na data de encerramento do exercício, a 51,00% do capital votante e 18,78% do capital total.

Controladas Diretas da Sociedade

a. Brasil Telecom S.A.

A Brasil Telecom S.A. é uma concessionária responsável pelo STFC na Região II do PGO, que abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Nessa área, a Brasil Telecom S.A. presta desde julho de 1998 o STFC, nas modalidades local e de longa distância nacional intra-regional.

Face ao cumprimento antecipado das obrigações de universalização constantes do Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU"), exigidas para 31 de dezembro de 2003, a Brasil Telecom S.A. obteve junto à Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), em 19 de janeiro de 2004, autorizações para a exploração do STFC nas seguintes modalidades de serviços: (i) Local e Longa Distância Nacional nas Regiões I e III e Setores 20, 22 e 25 da Região II do Plano Geral de Outorgas ("PGO"); e (ii) Longa Distância Internacional, nas Regiões I, II e III do PGO. Em decorrência dessas autorizações, a Controlada passou a explorar os serviços de Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional em todas as Regiões a partir de 22 de janeiro de 2004. No caso do Serviço Local nas novas regiões e setores do PGO, o serviço passou a ser ofertado a partir de 19 de janeiro de 2005.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, com vigência até 31 de dezembro de 2025. Informações adicionais sobre esses contratos estão citadas na nota explicativa nº 5.i.

As informações referentes às metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado de sua Controlada estão disponíveis para acompanhamento dos interessados na página eletrônica da ANATEL, no site www.anatel.gov.br.

b. Nova Tarrafa Participações Ltda. e Nova Tarrafa Inc.

A Sociedade também detém o controle da Nova Tarrafa Participações Ltda. ("NTP") e da Nova Tarrafa Inc. ("NTI"). O objeto social destas controladas é a participação no capital da Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), que se dedica à prestação de acesso à Internet. O controle da iG Cayman pertence à Brasil Telecom Serviços de Internet S.A., sociedade também controlada indiretamente e que atua no segmento de Internet.

A participação da NTP e NTI no iG Cayman na data de encerramento do balanço representava 9,25% e 0,16%, respectivamente, sendo que em conjunto com a Brasil Telecom Serviços de Internet S.A. a participação total era da ordem de 98,2%.

Controladas Indiretas da Sociedade

Em 1º de agosto de 2006, foi aprovada pelo conselho de administração da Brasil Telecom S.A. a reorganização societária de suas empresas controladas. Tal reorganização, visando a otimização da estrutura de controle com a redução de empresas, concentração de atividades afins e simplificação das participações societárias entre as empresas, teve início durante o segundo semestre de 2006. As alterações ocorridas no exercício de 2007 estão citadas nos comentários das empresas abaixo, quando a elas atribuídas. As alterações societárias realizadas em 2006 e 2007, efetuadas com base nos valores contábeis, não causaram impactos relevantes na estrutura de custos.

A controlada Brasil Telecom S.A. possui o controle das seguintes sociedades:

a. 14 Brasil Telecom Celular S.A.

A 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular") é uma subsidiária integral que opera desde o quarto trimestre de 2004 na prestação do Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), tendo autorização para atender a Região II do PGO.

b. BrT Serviços de Internet S.A.

A BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI") é uma subsidiária integral que tem como principal produto o provimento de acesso à Internet através de banda larga. Oferece ainda aos seus usuários, tanto residenciais quanto empresariais, uma série de serviços de valor agregado, entre os quais a conexão de acesso sem fio.

A BrTI, por sua vez, possui o controle das seguintes sociedades:

(i) Empresas iBest

O iBest tem sua operação concentrada no provimento de acesso discado à Internet, venda de espaço publicitário para divulgação em seu portal e serviço de valor agregado, sendo o acelerador de conexão à Internet um dos principais serviços. As atividades do iBest são representadas em sua totalidade pela Freelance S.A., estabelecida no Brasil. Consta ainda a empresa iBest Holding Corporation, constituída nas Ilhas Caimãs, a qual está sem operação e sem investimentos em outras sociedades.

(ii) Empresas iG

O iG tem sua operação baseada no provimento de acesso à Internet, tanto discado quanto banda larga. Também provê serviços de valor agregado voltado para o mercado residencial e empresarial. Além desses serviços, o iG também conta com a venda de espaço publicitário em seu portal.

O controle da BrTI nas Empresas iG é atribuído à participação de 88,81% no capital social da sociedade Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), constituída nas Ilhas Caimãs.

A iG Cayman é uma *holding* que detém, por sua vez, o controle das sociedades Internet Group do Brasil S.A. ("iG Brasil") e Central de Serviços Internet Ltda. ("CSI"), ambas estabelecidas no Brasil.

Agência O Jornal da Internet Ltda. ("Jornal Internet")

A BrTI mantém o investimento de trinta por cento no capital social da sociedade Jornal Internet, que tem por objeto a comercialização de bens e serviços por meio da Internet, edição de jornais diários ou periódicos, bem como a captação, geração e divulgação de notícias sobre fatos selecionados. Setenta por cento do capital social da sociedade Jornal Internet é detido por Caio Túlio Vieira Costa, diretor vice-presidente das empresas de Internet controladas da Sociedade.

c. Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda.

A Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS") era controlada pela BrTI até 2 de janeiro de 2007. Em tal data, a BrTI reduziu parcela de seu capital social detido pela Brasil Telecom S.A., utilizando para saldar parte da redução o investimento existente na BrT CS, no montante de R\$ 132.678. Desta forma, a Brasil Telecom S.A. passou a ser a controladora da BrT CS, possuindo praticamente a totalidade do capital social da mesma. A BrTI continuou detentora de apenas uma quota do capital social da BrT CS, o que equivale a uma participação inferior a 0,01%.

A BrT CS, em conjunto com suas sociedades controladas, opera através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

A BrT CS detém a totalidade do capital social da Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda"), a qual, por sua vez, detém o total das ações da Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") e da Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela").



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



d. BrT Comunicação Multimídia Ltda.

A Brasil Telecom S.A. detinha até 10 de abril de 2007 100% do capital da MTII Venturos do Brasil Ltda. ("MTIH"), sociedade *holding* que possuía o controle do capital da Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda., sendo que a Brasil Telecom S.A. e a BrTI detinham a participação restante. Na data citada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada, foi deliberado à Brasil Telecom S.A. incorporar a MTII.

Atualmente a Brasil Telecom S.A. participa com 89,8% no capital social da BrT Multimídia, sendo que a participação restante de 10,2% pertence à BrTI.

A BrT Multimídia é provedora de serviços de rede privada de telecomunicações através de redes digitais de fibra ótica de âmbito local em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e rede de longa distância conectando esses centros comerciais metropolitanos. Atua em âmbito nacional através de acordos comerciais com outras empresas de telecomunicações para oferecer serviços para as demais regiões do Brasil. Também possui centros de soluções de Internet em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza, que oferecem serviços de *co-location*, *hosting* e demais serviços de valor agregado.

e. Vant Telecomunicações S.A. ("VANT")

Sociedade da qual a Brasil Telecom S.A. detém, praticamente, a totalidade do capital social. A BrTI possui apenas uma ação do capital social da VANT, o que representa menos de 0,01% de participação.

A VANT tem por objeto a prestação de serviços de comunicação multimídia, aquisição e cessão onerosa de capacidades e demais meios, tendo como área de atuação as principais capitais brasileiras.

f. Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")

Anteriormente denominada Santa Bárbara dos Pinhais S.A., a BrT Call Center, juntamente com a alteração de sua denominação social, deliberada na assembleia de acionistas realizada na data de 21 de agosto de 2007, modificou seu objeto social, que passou a ser a prestação de serviços de centrais de atendimento a terceiros, compreendendo as áreas de atendimento a clientes, telemarketing ativo e passivo e serviços de treinamento, suporte e consultoria e atividades afins, dentre outros. Sua atividade operacional teve início no mês de novembro de 2007, na prestação de serviços de *call center* à Brasil Telecom S.A. e às suas sociedades controladas que demandam esse tipo de serviço. Anteriormente os serviços de *call center* eram realizados de forma terceirizada.

Mudança da Administração

No decorrer do terceiro trimestre de 2005 ocorreram as trocas dos administradores da Sociedade e da Brasil Telecom S.A. O processo de troca dos antigos administradores, ligados ao antigo gestor Opportunity, foi litigioso, segundo consta de diversos fatos relevantes divulgados pelas Sociedades durante o exercício de 2005 e de diversas ações que ainda estão em andamento, movidas pelo antigo gestor visando retomar a gestão das Sociedades.

Acordos de 28 de abril de 2005 sob a Gestão Anterior

Em 28 de abril de 2005, ainda sob a gestão anterior, a Brasil Telecom Participações S.A. e a Brasil Telecom S.A. celebraram vários acordos envolvendo os Grupos Opportunity e Telecom Itália ("Acordos de 28 de Abril").

Entre esses acordos, a Brasil Telecom S.A. e a sua subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. celebraram com a TIM International N.V. ("TIMI") e a TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIMB") um instrumento intitulado "Acordo de Incorporação" e um "Protocolo" a ele relacionado.

Conforme consta de fatos relevantes divulgados, a incorporação foi proibida por liminares expedidas pela Justiça brasileira e norte-americana. Também foi objeto de discussão em arbitragem envolvendo acionistas controladores.

A atual administração da Brasil Telecom Participações S.A. e da Sociedade entendeu que o Acordo de Incorporação, o respectivo Protocolo, e os demais Acordos de 28 de abril, que incluíram desistência e transação em ações judiciais envolvendo as Sociedades, foram celebrados em conflito de interesses, com violação à lei e aos estatutos sociais das Sociedades e, ainda, em contrariedade a acordos de acionistas e sem as aprovações societárias necessárias. Ademais, a atual administração considerou que tais acordos foram contrários aos melhores interesses das Sociedades, notadamente quanto ao seu negócio de telefonia móvel.

Relacionado ao Acordo de Incorporação citado nesta nota, a controlada Brasil Telecom S.A. e a BrT Celular iniciaram em 15 de março de 2006 uma arbitragem contra a TIMI e a TIM, visando a anulação do mesmo. A Sociedade divulgou fato relevante sobre este assunto em 16 de março de 2006.

A TIMI e a TIMB enviaram à Brasil Telecom S.A. e à BrT Celular correspondência datada de 02 de maio de 2006, rescindindo unilateralmente o referido Acordo de Incorporação, reservando suposto direito de indenização por perdas e danos, o que foi incluído para ser tratado na citada arbitragem. Segundo análises dos assessores jurídicos da Sociedade, o risco de perdas referente ao suposto direito de indenização foi avaliado como remoto e seu montante não foi passível de mensuração. Também no mês de maio de 2006, a TIMI protocolou, junto à Anatel e ao CADL, petições de requerimento de arquivamento da operação relativa ao Acordo de Incorporação por perda de objeto.

No dia 18 de julho de 2007, Brasil Telecom Participações S.A., Brasil Telecom S.A. firmaram, juntamente com 14 Brasil Telecom Celular S.A., Zain Participações S.A., Invitel S.A., Solpart Participações S.A. ("Solpart"), Techold Participações S.A. ("Techold"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ("Previ"), Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social ("Petros"), Fundação dos Economistas Federais – Funcef ("Funcef"), Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Ações, Fundação 14 de Previdência Privada, Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, Citigroup Venture Capital International Brazil, L.P., Citigroup Venture Capital International Brazil, Ltd., International Equity Investments Inc., Citibank, N.A., Priv Fundo de Investimento em Ações, Tele Fundo de Investimento em Ações, Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda., de um lado, e Telecom Itália S.p.A., Brasileo S.R.L., Credit Suisse Securities (Europe) Limited, TIMB e TIMI, ("Empresas Telecom Itália"), de outro lado, um Acordo de Exoneração Mútua, por meio do qual as partes signatárias se comprometeram, desde que previamente autorizadas pelos órgãos sociais competentes e quando da efetiva aquisição, por Previ, Petros e Funcef, ou por Techold, conforme o caso, da totalidade da participação acionária representada por ações de emissão de Solpart detidas por Brasileo ("Ações Brasileo"), a renunciar a pleitos e extinguir disputas em curso no Judiciário e em Tribunais Arbitrais internacionais, envolvendo as Companhias e seus acionistas, diretos e indiretos, de um lado, e as Empresas Telecom Itália, de outro.

Com o Acordo de Exoneração Mútua, estariam encerrados, dentre outros, os litígios potenciais envolvendo as Companhias e suas controladas e as empresas do grupo Telecom Itália, incluindo o término das arbitragens mencionadas no Comunicado divulgado pelas Companhias em 16 de março de 2006.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



A efetiva aquisição das Ações Brasilco, que, de acordo com as normas em vigor, estaria sujeita à aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e a outras condições, permitiria encerrar os processos administrativos existentes quanto à sobreposição de licenças de telefonia (STFC, SMP, LDN e LDI) entre empresas dos grupos Brasil Telecom e Telecom Itália e assim eliminar de vez a possibilidade de efeito material adverso para os negócios e interesses das empresas do grupo Brasil Telecom.

A Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, por meio do Ato 68.899, de 03 de dezembro de 2007, publicado em 05 de dezembro de 2007, deu sua anuência prévia à aquisição pela Techold da totalidade da participação acionária detida pela Brasilco S.r.l. ("Brasilco") no capital social de Solpart ("Ações Brasilco"). Foi cumprida, dessa forma, a última condição suspensiva estipulada no Contrato de Compra de Ações ("*Share Purchase Agreement*") e no Acordo Epistolar ("*Letter Agreement*") celebrados em 18 de julho do corrente para o fechamento da operação.

No dia 05 de dezembro de 2007, a Brasilco efetuou a transferência das Ações Brasilco para Techold, mediante a averbação e assinatura no Livro de Transferência de Ações de Solpart e no respectivo Livro de Registro de Ações Nominativas, contra o pagamento, por Techold, do preço total de US\$ 515 milhões previsto no *Share Purchase Agreement* e no *Letter Agreement*. Em consequência dessa transferência, Techold passou a deter aproximadamente 99,98% do capital votante e total de Solpart.

Com a efetivação da transferência das Ações Brasilco para Techold, o Acordo de Exoneração Mútua ("*Mutual Release Agreement*") celebrado em 18 de julho passou a ter eficácia, encerrando definitivamente os litígios existentes entre as partes signatárias desse acordo, incluindo as Companhias, a Brasilco, a Telecom Itália S.p.A. e suas controladas e as demais partes mencionadas no Fato Relevante divulgado no dia 18 de julho de 2007.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critérios de Elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de conformidade com a legislação societária, normas da CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviços de telefonia.

A Sociedade, por estar registrada na SUC, está sujeita às suas normas, devendo elaborar demonstrações contábeis e outras informações utilizando critérios que atendam aos requisitos daquela entidade. No enquadramento a tais requisitos e visando atender às necessidades informativas do mercado, a Sociedade adota como princípio a divulgação das informações nos dois mercados e nos respectivos idiomas.

As notas explicativas às demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando estiver evidenciado de outra forma. Apresentam, de acordo com a situação, informações relativas à Sociedade e às demonstrações consolidadas, sendo identificadas como "CONTROLADORA" e "CONSOLIDADO", respectivamente. Quando as informações são comuns às duas situações, estão identificadas como "CONTROLADORA E CONSOLIDADO".

Os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências são apresentados de forma dedutiva dos passivos constituídos.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, valoração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

A consolidação foi elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 247/96 e inclui as sociedades citadas na nota nº 1.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas.
- Eliminação dos saldos das contas de investimento e correspondentes participações no capital, reservas e resultados acumulados entre as sociedades consolidadas.
- Segregação das parcelas do patrimônio líquido e do resultado pertencentes aos acionistas não controladores, indicadas em itens específicos.

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido pertencentes à Controladora e ao Consolidado está apresentada a seguir:

	LUCRO LÍQUIDO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2007	2006	2007	2006
CONTROLADORA	675.906	473.654	5.246.513	5.278.184
Registros efetuados no Patrimônio Líquido da Controlada				
Dividendos Prescritos	(5.198)	(6.778)	-	-
Juros Capitalizados na Controlada	582	3.492	-	(582)
CONSOLIDADO	671.290	470.368	5.246.513	5.277.602

Informações Suplementares

A Sociedade está apresentando como informações suplementares as demonstrações citadas a seguir:

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Foram preparadas de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 20, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON"). Para fins de melhor apresentação e manutenção da comparabilidade com o exercício de 2007, foram efetuadas reclassificações relativas ao exercício de 2006, basicamente relacionadas a depósitos judiciais, que passaram a ser apresentados em atividades de investimentos. Para compor esses saldos, foram reclassificados os valores dos depósitos judiciais vinculados a contingências – nota nº 7, tributos indiretos – nota nº 34 e contas a pagar e despesas provisionadas.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Demonstrações de Valores Adicionados - DVA

Elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/05.

Relatório por Segmento

A Sociedade está apresentando, complementarmente na nota nº 43, o relatório por segmento de negócio. Um segmento é um componente identificável da sociedade, destinado à prestação de serviços (segmento de negócio), ou fornecimento de produtos e serviços o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes entre si.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados abaixo referem-se a práticas adotadas pela Sociedade e por suas controladas que estão refletidas nas demonstrações contábeis consolidadas.

a. Caixa, Contas Bancárias e Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras são investimentos temporários de alta liquidez, com vencimento imediato. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas do encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado. As quotas de fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor atribuído às mesmas nas datas dos balanços patrimoniais.

b. Contas a Receber de Clientes: As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações estão registradas pelo valor da tarifa ou do serviço na data da sua prestação. As contas a receber de serviços incluem créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes. O critério adotado para constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera a apuração dos percentuais de perdas reais ocorridas em cada faixa de vencimento de contas a receber. A partir desses percentuais de perdas são estimadas as perdas futuras sobre o atual saldo de contas a receber, que inclui as contas a vencer, bem como a parcela de serviços prestados a faturar, constituindo-se assim, o montante que poderá se transformar em perda futura, o qual é contabilizado a título de provisão.

c. Estoques de Materiais: Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem ao custo de reposição. Os estoques são segregados em expansão e manutenção da planta e estoques de mercadorias para revenda representados, principalmente, por aparelhos celulares, acessórios e cartões eletrônicos. Os estoques destinados a expansão estão classificados no imobilizado (obras em andamento), os estoques destinados a manutenção são classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, de acordo com o prazo em que serão utilizados, e os estoques destinados a revenda estão classificados no ativo circulante. Para os estoques considerados obsoletos, são registradas provisões para perdas, sendo que para os aparelhos celulares e acessórios, a controlada BrT Celular registra ajustes, nos casos em que as aquisições foram realizadas por valores superiores, adequando-os ao valor de realização.

d. Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios registrados foram apurados com base na expectativa de resultados futuros e sua amortização está relacionada ao volume de realização e tempo projetados, não excedendo ao período de dez anos. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos resultantes de aplicações em incentivos fiscais de imposto de renda são reconhecidos quando efetivadas as aplicações e resultam em ações de empresas incentivadas ou quotas dos fundos de investimentos. No período compreendido entre a aplicação e o recebimento de ações ou quotas dos fundos, permanecem registrados no ativo realizável a longo prazo. Periodicamente esses investimentos são



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



avaliados e o resultado da comparação entre o seu custo original e o de mercado, quando este for menor, resulta na formação de provisões para perdas prováveis.

e. Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os gastos incorridos que representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e de conformidade com as normas do Serviço Público de Telecomunicações. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na nota nº 29.

f. Intangível: Refere-se, principalmente, a licenças e direitos de uso de software e regulatórias. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, pelo período de cinco anos e as licenças regulatórias de acordo com os prazos determinados pelo órgão regulador. Quando identificado que uma licença ou direito ligado a este ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado não-operacional.

g. Diferido: Refere-se, principalmente, a gastos com instalação e reorganização. A amortização é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos. Quando identificado que o ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado não-operacional.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura, dentro dos parâmetros estabelecidos na Instrução CVM nº 371/02.

i. Empréstimos e Financiamentos: Estão atualizados pelas variações monetárias e ou cambiais e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Idêntica atualização é aplicada aos contratos de garantia para cobertura da dívida (*hedge*).

j. Provisões para Contingências: As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do balanço, de acordo com os parâmetros da Deliberação CVM nº 489/05. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na nota nº 7.

k. Reconhecimento das Receitas: As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (Telefonia de Uso Público – TUP), aparelhos celulares e seus acessórios, são registradas quando os mesmos são entregues e aceitos pelos clientes. Para os serviços pré-pagos vinculados à telefonia celular a receita é reconhecida de acordo com a utilização dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

l. Reconhecimento das Despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas que competem a exercícios futuros são diferidas.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



m. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com *hedge*. As despesas financeiras representam os juros incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de *hedge* e outras transações financeiras.

Os juros sobre capital próprio, quando creditados, compõem o saldo das despesas financeiras, sendo que para fins de apresentação os valores registrados são revertidos contra o resultado do exercício e reclassificados como dedução de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

n. Benefícios a Empregados: Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Sociedade e suas controladas a seus empregados são administrados por três fundações. As contribuições são determinadas atuarialmente, quando aplicável, e contabilizadas pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2001 a controlada Brasil Telecom S.A. efetuou a contabilização do déficit atuarial existente naquela data, contra o patrimônio líquido, excluindo os efeitos tributários correspondentes. A partir de 2002, na medida em que novas avaliações atuariais determinem a necessidade de ajustes à provisão, os mesmos são reconhecidos contra o resultado do exercício. Informações complementares referentes aos planos de previdência privada estão descritas na nota nº 6.

o. Participações no Resultado: A provisão para participação de empregados e administradores nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social.

p. Lucro por ação: O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do encerramento do exercício. As ações em circulação são representadas pela totalidade das ações emitidas, subtraída das ações em tesouraria.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas abrangem operações da Sociedade com as controladas Brasil Telecom S.A., Nova Tarrafa Participações Ltda. e Nova Tarrafa Inc.

As operações entre a Sociedade e as partes relacionadas são realizadas a preços e condições usuais de mercado. As principais transações realizadas são as seguintes:

Brasil Telecom S.A.

Avais e Fianças: (i) A Sociedade presta avais em garantia de empréstimos e financiamentos devidos pela Controlada às instituições financeiras credoras. Em 2007, sobre a garantia concedida a Sociedade auferiu receitas no montante de R\$ 3.401 (R\$ 3.562 em 2006); e (ii) a Sociedade prestou fiança para a Controlada, relativa à contratação de apólices de seguro garantia de obrigações contratuais (GOC), as quais totalizaram R\$ 97.457 (R\$ 155.294 em 2006). Em 2007, por conta da remuneração de tal fiança, a Sociedade registrou uma receita operacional de R\$ 117 (R\$ 214 em 2006).

5. VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (INSTRUMENTOS FINANCEIROS) E ANÁLISE DE RISCOS

A Sociedade e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua materialidade. Aqueles instrumentos cujos valores se aproximam do valor justo, a exemplo de caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata, contas a receber, ativos e passivos de tributos, fundos de pensão, entre outros, e cuja avaliação de risco é irrelevante não estão mencionados.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade e das controladas, destacam-se:

a. Risco de Crédito

A maioria dos serviços prestados pela controlada Brasil Telecom S.A. está vinculada ao Contrato de Concessão e grande parte desses serviços subordina-se ao estabelecimento de tarifas por parte do órgão regulador. A política de crédito, por sua vez, no caso de serviços públicos de telecomunicações, fica subordinada às normas legais estabelecidas pelo poder concedente. O risco existe em razão da possibilidade da Brasil Telecom S.A. e suas sociedades controladas estarem sujeitas a perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A inadimplência consolidada no exercício de 2007 foi de 2,18% (2,54% em 2006), considerando o total de perdas com contas a receber em relação à receita bruta. Através de controles internos, é monitorado permanentemente o nível das contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço (tráfego sainte) se a fatura estiver vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções para o caso de serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

A controlada Brasil Telecom S.A. opera em co-faturamento, relativo às chamadas de longa distância com o uso do seu CSP (Código de Seleção de Prestadora) originadas por assinantes das outras operadoras de telefonia fixa e móvel. As contas a receber em co-faturamento são geridas por essas operadoras, com base nos acordos operacionais firmados com as mesmas e de acordo com a disciplina estabelecida pela ANATEL. As regras de bloqueio estabelecidas pelo órgão regulador são as mesmas para as sociedades de telefonia fixa e móvel fornecedoras do co-faturamento. A Controlada monitora separadamente os recebíveis dessa natureza e mantém provisão para perdas que poderão ocorrer, devidas aos riscos de não recebimento desses valores.

Com relação à telefonia móvel, o risco de crédito na venda de aparelhos e na prestação de serviços na modalidade pós-pago é minimizado com a adoção de uma pré-análise de crédito. Ainda no que diz respeito ao serviço pós-pago, cuja base de clientes ao final do exercício era de 20,1% do total da carteira (29,4% em 2006), as contas a receber também são monitoradas a fim de limitar a inadimplência e efetua-se o bloqueio ao serviço (tráfego sainte) quando a fatura estiver vencida há mais de quinze dias.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



b. Risco de Taxa de Câmbio

Passivos

A controlada Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 16,0% (17,0% em 31/12/06) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos consolidados, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de *hedge* cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira, 92,6% (61,6% em 31/12/06) está coberta por operações de *hedge* nas modalidades *swap* cambial e opções de dólar, e aplicações financeiras em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de *hedge*, na modalidade *swap* cambial e opções de dólar, são registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio, é a seguinte:

	CONSOLIDADO			
	2007		2006	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	636.912	655.533	840.177	880.803
Contratos de <i>Hedge</i>	398.112	397.832	398.518	395.612
Total	1.035.024	1.053.365	1.238.695	1.276.415
Circulante	213.050	213.528	203.824	204.938
Longo Prazo	821.974	839.837	1.034.871	1.071.477

O método utilizado para o cálculo do valor de mercado (valor justo) dos instrumentos de *swap* foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício. Para títulos negociáveis em mercados organizados, o valor de mercado (justo) equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do balanço multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores de mercado são iguais aos valores contábeis.

No caso das operações de opções de dólar norte-americano, o valor justo, adotado para reconhecimento contábil, foi calculado com base no modelo Black&Scholes, adaptado por Garman-Kohlhagen para considerar características específicas de opções cambiais. Tais operações, que foram contratadas com vencimento a ocorrer até fevereiro de 2009 registravam, na data do balanço, uma perda líquida de R\$ 2.465, representada por R\$ 761 para as opções de compra e R\$ 1.704 para as opções de venda.

c. Risco de Taxa de Juros

Ativos

O ativo consolidado decorre de empréstimos remunerados pelas taxas citadas abaixo, bem como títulos de renda (CDB's) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal – PRO-DF, sendo a remuneração desses títulos equivalente a 95% da taxa SELIC.

CONSOLIDADO		
	Valor Contábil e de Mercado	
	2007	2006
Ativos		
Empréstimos, vinculados a:		
Empréstimos Vinculados ao IGP-M, Coluna 27 (FGV) e IGP-DI	7.973	8.409
Titulos de Renda, vinculados a:		
Taxa SELIC	3.709	3.280
Total	11.682	11.689
Circulante	1.797	5.557
Longo Prazo	9.885	6.132

Os valores contábeis se igualam aos valores de mercado, devido às condições de contratação atuais para estes tipos de instrumentos financeiros serem semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou não apresentaram parâmetros para cotação ou contratação.

Passivos

A controlada Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas aos indexadores: TJLP, UMBNDES, CDI, IGP-M e IGP-DI. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Além dos empréstimos e financiamentos a Controlada emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI e o risco surge em razão da possível elevação dessa taxa.

Esses passivos estão assim representados no balanço:

CONSOLIDADO				
	2007		2006	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos vinculados à TJLP	2.112.204	2.123.308	2.240.615	2.261.198
Debêntures - CDI	1.088.956	1.088.956	1.625.939	1.628.510
Empréstimos vinculados a UMBNDES	94.713	94.713	185.881	185.990
Contratos de Hedge em UMBNDES	-	-	22.087	21.197
Empréstimos vinculados ao IGP-DI	26.599	26.599	25.501	25.501
Outros Empréstimos (Taxa Fixa)	25.907	25.907	36.472	36.472
Total	3.348.379	3.359.483	4.136.495	4.158.868
Circulante	283.725	287.264	905.740	913.887
Longo Prazo	3.064.654	3.072.219	3.230.755	3.244.981

O método utilizado para o cálculo do valor de mercado (valor justo) dos instrumentos de *swap* foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício. Para títulos negociáveis em mercados organizados, o valor de mercado (justo) equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do balanço, multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores de mercado são iguais aos valores contábeis.

d. Risco de Não Vinculação de Índices de Atualização Monetária de Empréstimos e Financiamentos com o Contas a Receber



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Os índices de empréstimos e financiamentos contratados pela controlada Brasil Telecom S.A. não estão correlacionados com os valores das contas a receber. Desta maneira existe um risco, pois os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Controlada.

e. Riscos Contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade entre provável, possível ou remota. As contingências consideradas como de risco provável são registradas no passivo. Os detalhes desses riscos estão apresentados na nota nº 7.

f. Riscos Relacionados a Investimentos

A Sociedade possui investimentos avaliados pelos métodos de equivalência patrimonial e custo de aquisição. A Brasil Telecom S.A., a Nova Tarrafa Participações Ltda. e a Nova Tarrafa Inc. são sociedades controladas, cujos investimentos são avaliados pela equivalência patrimonial.

Os investimentos avaliados pelo custo são irrelevantes em relação aos ativos totais. Os riscos a eles relacionados não produziram impactos relevantes nos resultados da Sociedade caso ocorressem perdas significativas.

Os valores relacionados aos investimentos são os seguintes:

	2007		2006	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Investimentos	3.779.118	9.925.609	3.756.338	8.247.697
Participações em Sociedades Controladas	3.771.114	9.917.605	3.748.789	8.240.148
Com Cotação em Bolsa	3.751.699	9.898.190	3.719.264	8.210.623
Sem Cotação em Bolsa	19.415	19.415	29.525	29.525
Outros Investimentos	8.004	8.004	7.549	7.549

O investimento com cotação em bolsa refere-se à participação na Brasil Telecom S.A. e seu valor de mercado foi avaliado com base na cotação de mercado utilizada na negociação entre acionistas não controladores.

g. Riscos de Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras de liquidez imediata em moeda local são mantidas em fundos de investimento financeiro (FIF's) e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. As carteiras dos FIF's são constituídas principalmente por títulos públicos federais (pós-fixados, pré-fixados e cambiais) e CDB's emitidos por instituições financeiras de primeira linha (pós-fixados). Os fundos podem realizar operações de derivativos sem alavancagem, com a finalidade de proteção de suas carteiras e de aderência aos objetivos estabelecidos em suas respectivas políticas de investimentos. A exposição a riscos de mercado é monitorada diariamente através da metodologia *VarR (Value at Risk)*, que expressa a quantificação do risco de perda nesses investimentos.

As aplicações financeiras em moeda estrangeira de liquidez imediata são representadas por operações de *overnight*, lastreadas em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, com baixo risco de crédito.

As aplicações financeiras de curto prazo, classificadas como investimentos temporários, são representadas por investimentos em títulos emitidos pela República da Áustria, com remuneração vinculada ao CDI e pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO), entidade pública espanhola, com remuneração pré-fixada.

São mantidas pela BrT Celular aplicações de curto prazo em títulos públicos federais, com a finalidade de garantir sua participação em processo de licitação junto à ANATEL. Tais aplicações estão representadas por Letras do Tesouro Nacional – LTN, remuneradas por uma taxa de juros fixa. Com intuito de proteção contra flutuações nas taxas de mercado destes títulos, a Sociedade contratou operações de *hedge* na modalidade de *swap* de juros, atrelando a remuneração dos títulos à variação do percentual do CDI.

As aplicações em CDB's e operações de *overnight* estão sujeitas ao risco de crédito de instituições financeiras e as aplicações em moeda estrangeira estão sujeitas ao risco de taxa de câmbio.

Os saldos das aplicações financeiras, das aplicações de curto prazo – investimentos temporários e títulos públicos estão apresentados nas notas nº 17, 18 e 19, respectivamente.

h. Risco de Vencimentos Antecipados de Empréstimos e Financiamentos

As obrigações decorrentes de financiamentos, citadas na nota nº 37, relativas aos contratos do BNDES, debêntures públicas e a maioria referente às instituições financeiras, contém cláusulas que prevêm antecipação de vencimentos de obrigações ou retenção de valores atrelados a parcelas da dívida, nos casos em que não sejam atingidos determinados níveis para certos indicadores, como índices de endividamento e alavancagem (covenants financeiros).

Para os contratos de financiamento mantidos com o BNDES, a controlada Brasil Telecom S.A. deve cumprir um conjunto de índices financeiros e no caso de descumprimento de algum destes índices, é facultado ao Banco solicitar o bloqueio temporário de valores transitórios nas contas de arrecadação, vinculadas aos contratos.

Todos os indicadores previstos em contratos estão plenamente atendidos, desobrigando a Sociedade a quaisquer sanções ou penalidades previstas nas cláusulas contratuais firmadas.

i. Risco de Aspecto Regulatório

Contratos de Concessão

Estão em vigor os contratos de concessão local e longa distância nacional, firmados pela Brasil Telecom S.A. junto à ANATEL, com abrangência ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêm revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios e vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



- O ônus da concessão definido como 2% da receita líquida de tributos, calculada a cada biênio, iniciou com o exercício social de 2006, cujo pagamento inicial ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Seguirá assim sucessivamente até o término da concessão. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% para cada exercício social;
- A definição de novas metas de universalização, em especial o AICE - Acesso Individual de Classe Especial, de oferta obrigatória e progressiva e os Postos de Serviço de Telecomunicações - PST, com ônus integral para a Concessionária;
- A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de interconexão são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, previsto para 2008, conforme definido no Regulamento de Separação e Alocação Contábil (Resolução nº 396/05).

A alteração do método de tarifação aplicável ao Plano Básico do STFC na Modalidade Local Prestado em Regime Público (PBS) - Conversão de Pulsos para Minutos, e a implantação do Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória (PASOO) foi concluída em toda a área de atuação da Sociedade em 31 de julho de 2007, atendendo aos requisitos regulamentares definidos pela ANATEL nas Normas nº 423/05, 432/06 e 450/06. Esta alteração permite aos clientes optarem entre dois planos de serviço de oferta obrigatória (PBS e PASOO), bem como, exercerem de fato o direito de solicitar o detalhamento de suas chamadas locais nas faturas telefônicas.

Os Projetos de Lei PLS nº 103/2007 e PL nº 1.481/2007, em andamento em regime de prioridade, para alteração da Lei nº 9.394/96 e a Lei nº 9.998/00, dispõem sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino e possibilitam a utilização dos recursos arrecadados pelo Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicação - FUST por todos os prestadores de serviço de telecomunicações ou ainda descentralizadamente, mediante convênios da União com as demais Unidades da Federação. Na data de elaboração destas demonstrações contábeis não é possível avaliar os impactos futuros que esses Projetos de Lei, em tramitação, poderiam trazer aos resultados da Sociedade.

O Conselho Diretor da ANATEL aprovou, em 21 de dezembro de 2007 a Proposta de Decreto para alteração do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado - PGMU, e de Minuta do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão. A alteração tem como objetivo a implantação de infraestrutura de rede de suporte do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, para conexão em banda larga por meio de protocolo IP em alta velocidade nos municípios onde essa infraestrutura não exista, tendo em conta a eficácia das políticas públicas em relação às necessidades da sociedade brasileira. Visa permitir a substituição das atuais metas de universalização relativas a implantação de Postos de Serviços de Telecomunicações (PST) por *backhaul* (infra-estrutura de rede de serviços de telecomunicações). A troca de obrigações do PGMU foi enviada ao Ministério das Comunicações, que elaborará a minuta do decreto presidencial, para encaminhamento à Presidência da República. A proposta do decreto prevê que 20% dos municípios sejam atendidos até junho de 2008, 40% até dezembro de 2008, 80% até dezembro de 2009, com atendimento pleno em dezembro de 2010. Na data de elaboração destas demonstrações contábeis não é possível avaliar os impactos futuros que a pretendida substituição das metas de universalização, ainda em tramitação, poderia trazer aos resultados da Sociedade.

Autorizações para Serviço Móvel Pessoal de Terceira Geração – 3G

No processo de licitação organizado pela ANATEL, referente às autorizações para exploração do Serviço Móvel Pessoal – SMP, concomitante à outorga de autorização para uso de radiofrequência, foi realizado o leilão na segunda quinzena de dezembro de 2007, em que a 14 Brasil Telecom Celular S.A. foi vencedora para adquirir autorizações e operar em subfaixas que permitirão a oferta de produtos vinculados à rede de serviços móveis de terceira geração – 3G em sua área de prestação de serviços. O montante dessas autorizações, válidas para um período de quinze anos, prorrogáveis uma única vez por igual período, a título oneroso, é de R\$ 488.235. A assinatura dos Termos de Autorização está prevista para ocorrer no mês de fevereiro de 2008, obedecendo aos trâmites regulamentares da ANATEL. As novas autorizações do SMP e as já existentes serão unificadas no prazo máximo de dezoito meses, contados a partir da publicação do Diário Oficial da União, do extrato dos Termos de Autorização de Uso de Radiofrequências, sendo mantida a distinção entre os blocos de radiofrequências de acordo com as respectivas contratações originais e seus prazos de vigência.

A implantação da nova rede 3G permitirá oferecer aos clientes do SMP, além do serviço de voz com mobilidade, serviços de comunicação de dados em velocidades superiores às viabilizadas pela atual rede 2,5G. Além disso, a rede 3G operará complementarmente à rede 2,5G, permitindo ampliar e atualizar a rede de cobertura da BrT Celular e atender ao crescimento da base de clientes.

6. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os benefícios descritos nesta nota são oferecidos aos empregados da Sociedade, de sua controlada Brasil Telecom S.A. e de suas controladas diretas ou indiretas, exceto BrT Call Center, no que se refere à previdência complementar. Tais sociedades, para melhor citá-las quando em conjunto, podem ser referenciadas como “Empresas Brasil Telecom” e, para efeitos de previdência complementar citada nesta nota, também poderão estar denominadas como “Patrocinadora” ou “Patrocinadoras”.

a. Previdência Complementar

São patrocinados planos de benefícios de previdência complementar, relacionados à aposentadoria para os empregados e participantes assistidos e, para estes últimos, assistência médica em alguns casos. Esses planos têm como administradoras as seguintes fundações: (i) Fundação 14 de Previdência Privada (“Fundação 14”); (ii) Fundação BrTPREV (“FBrTPREV”), originária da antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A. em 28/12/00; e (iii) Fundação SISTEL de Seguridade Social (“SISTEL”), originária de empresas do antigo Sistema Telebrás.

O estatuto social prevê a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, no que cabe aos planos específicos.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para os planos de benefício definido identificados nesta nota explicativa, adota-se o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais, estando constituído o passivo integral para os planos que apresentam situação deficitária. Esta medida foi aplicada desde o exercício social de 2001, ano em que foram adotadas as normas da Deliberação CVM nº 371/00. Para os planos que apresentam situação atuarial positiva são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

A seguir estão reportadas as características dos planos de previdência complementar patrocinados:

FUNDAÇÃO 14

A Fundação 14 de Previdência Privada foi criada em 2004 e a partir de 10/03/05 passou a ter a incumbência de administrar e operar o plano TCSPREV. Nessa data, firmou um convênio de administração com a SISTEL, para que esta prestasse serviços de administração e operação dos planos TCSPREV e PAMEC-BrT até 30/09/06. A partir de tal data, a Fundação 14 assumiu os serviços de administração e operação dos seus planos. A partir da data-base de 31 de outubro de 2007, a Fundação 14 deixou de administrar o plano assistencial PAMEC-BrT, por ser uma entidade voltada à administração de planos de previdência privada. No mês de novembro de 2007 foi transferido o patrimônio do PAMEC-BrT à Sociedade que, além da atribuição de patrocinadora, passou também a administrar tal plano.

Planos

TCSPREV (Contribuição Definida, Benefício Saldado e Benefício Definido)

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28/02/00. Em 31/12/01 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e procrio pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício salgado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem. Em março de 2003 este plano deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 66,9% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 20.070,00 para o ano de 2007. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade que ingressou no plano. As patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

O plano de previdência complementar PBS-A, que permanece sob a administração da SISTEL, é originário da época anterior à Cisão da Telebrás e atende aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em janeiro de 2000. Permanece também administrado pela SISTEL o plano assistencial PAMA/PAMA-PCI, formado por participantes assistidos do Plano PBS-A, dos planos PBS's segregados por patrocinadora em janeiro de 2000 e do Grupo Interno do PBS-TCS, incorporado ao plano TCSPREV em dezembro de 2001.

Planos

PBS-A (Benefício Definido)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31/12/07, data da avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

PAMA - Plano de Assistência Médica ao Aposentado / PCI – Plano de Coberturas Especiais (Contribuição Definida)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31/12/01 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela Fundação 14) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBS's patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações. Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004 e de dezembro de 2005 a abril de 2006, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). Os participantes que optaram pela migração passaram a contribuir para o PAMA/PCE.

As contribuições para este plano, correspondentes a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da Brasil Telecom, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31/12/01, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE.

FUNDAÇÃO B-TPREV

Trata-se da administradora originária dos planos patrocinados pela antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A. no final do ano de 2000. O patrocínio junto à B-TPREV tem por finalidade principal a manutenção de planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Planos

BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciais suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à Filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Sociedade e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo. O BrTPREV atende atualmente a cerca de 23,6% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 20.761,00 para o ano de 2007. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Esta é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Fundador – Brasil Telecom e Alternativo – Brasil Telecom

Planos de benefício definido, destinados à concessão de benefícios previdenciais suplementares aos da previdência oficial, fechados ao ingresso de novos participantes. Atualmente, esses planos atendem a cerca de 0,15% do quadro de empregados.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. No Plano Alternativo – Brasil Telecom, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma joia, dependendo da idade que ingressou no plano.

PLANO ASSISTENCIAL ADMINISTRADO PELA SOCIEDADE

PAMEC-BrT – Plano de Assistência Médica ao Complementado (Benefício Definido)

Destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT, plano previdencial que é administrado pela Fundação 14.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Sociedade, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Sociedade.

Situação dos Planos Patrocinados, Reavaliados na Data de Encerramento do Exercício Social

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 - TCSPREV	
	2007	2006	2007	2006
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	1.377.917	1.320.851	248.428	227.007
Obrigações Atuariais com Benefícios a Conceder	121.125	84.750	216.011	193.199
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	1.499.042	1.405.601	464.439	420.206
Valor Justo dos Ativos do Plano	(813.374)	(757.034)	(791.362)	(717.764)
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	685.668	648.567	(326.923)	(297.558)
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no início do exercício	1.405.601	1.362.809	420.206	337.173
Custo dos Juros	152.349	147.861	46.226	37.097
Custo do Serviço Corrente	5.017	8.030	3.424	5.285
Benefícios Pagos Líquidos	(113.102)	(106.759)	(19.887)	(18.072)
(Ganho) ou Perda Atuarial sobre a Obrigação Atuarial	49.177	(6.340)	14.470	58.723
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	1.499.042	1.405.601	464.439	420.206
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	757.034	634.894	717.764	645.051
Rendimentos dos Ativos do Plano	53.544	101.017	92.228	89.457
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano	3.081	4.614	1.257	1.328
Patrocinadora	3.081	4.505	772	893
Participantes	-	109	485	435
Contribuições Amortizantes Recebidas da Patrocinadora	112.817	123.268	-	-
Pagamento de Benefícios	(113.102)	(106.759)	(19.887)	(18.072)
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	813.374	757.034	791.362	717.764
(=) Valor do Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido ⁽¹⁾	685.668	648.567	(326.923)	(297.558)

(1) Face às aprovações do conselho deliberativo da Fundação 14, ocorridas em 18 de dezembro de 2007, as quais deliberaram sobre os recursos superavitários, destinando-os para a formação de reserva de contingências, reserva especial em favor dos participantes, assistidos e patrocinadora, e de sobras de contribuições da patrocinadora, foi constituído um ativo consolidado no valor de R\$ 81.209, para ser utilizado na compensação de contribuições patronais futuras. Nesse sentido, a Fundação 14 também promoveu alterações ao Regulamento do Plano TCSPREV, cujo protocolo na SPC foi realizado em 24 de outubro de 2007. Na data de encerramento do exercício, o saldo consolidado desse ativo era de R\$ 74.476, representado por R\$ 18.743 e R\$ 55.733 registrados no ativo circulante e ativo realizável a longo prazo, respectivamente.

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 - TCSPREV	
	2007	2006	2007	2006
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM				
Custo do Serviço Corrente	5.017	8.030	3.424	5.285
Contribuições dos Participantes	-	(109)	(485)	(435)
Custo dos Juros	152.349	147.861	-	-
Rendimento dos Ativos do Plano	(53.544)	(101.017)	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	49.177	(6.340)	-	-
Total da Despesa Reconhecida	152.999	48.425	2.939	4.850



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



	FBTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 - TCSPREV	
	2007	2006	2007	2006

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	10,77%	11,30%	11,30%	11,30%
Taxa Estimada de Inflação	4,50%	5,00%	5,00%	5,00%
Índice de Aumento Salarial Real Estimado	2%	2%	2%	2%
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	4,50%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	10,70%	13,22%	12,86%	12,86%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP94	UP94 + 1	UP94	UP94 + 1
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	Mercer Disability	Alvaro Vindas, -20% até 40 anos, e 130% acima de 40 anos.	Mercer Disability	Alvaro Vindas, -20% até 40 anos, e 130% acima de 40 anos.
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa de Rotatividade	Nula		Nula	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2007

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31/12/07.
b) Os dados cadastrais utilizados são de 31/08/07, projetados para 31/12/07.

	SISTEL - PBS-A		PAMEC	
	2007	2006	2007	2006

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	604.572	580.506	2.077	1.471
Obrigações Atuariais com Benefícios a Conceder	-	-	-	58
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	604.572	580.506	2.077	1.529
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.006.475)	(895.205)	-	(883)
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	(401.903)	(314.699)	2.077	646

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	580.506	570.260	1.529	1.099
Custo dos Juros	62.984	61.684	170	122
Custo do Serviço Corrente	-	-	7	5
Benefícios Pagos Líquidos	(50.072)	(49.096)	(52)	(19)
(Ganho) ou Perda Atuarial sobre a Obrigação Atuarial	11.154	(2.342)	423	322
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	604.572	580.506	2.077	1.529
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	895.205	738.735	883	925
Rendimentos (Perdas) dos Ativos do Plano	161.342	205.566	36	(23)
Pagamento de Benefícios	(50.072)	(49.096)	(52)	(19)
Ativos do Plano Transferidos para a Patrocinadora	-	-	(867)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	1.006.475	895.205	-	883
(=) Valor do Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido ⁽¹⁾	(401.903)	(314.699)	2.077	646

(1) No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora.

	SISTEL - PBS-A		PAMEC	
	2007	2006	2007	2006
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM				
Custo do Serviço Corrente	-	-	7	5
Custo dos Juros	-	-	170	122
Rendimento (Perda) dos Ativos do Plano	-	-	(36)	23
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	-	-	423	322
Total da Despesa Reconhecida	-	-	564	472

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	10,77%	11,30%	10,77%	11,30%
Taxa Estimada de Inflação	4,50%	5,00%	4,50%	5,00%
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	4,50%	5,00%	4,50%	5,00%
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	10,82%	13,18%	N/A	13,75%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP94	UP94 + 1	UP94	UP94 + 1
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	N/A		N/A	Mercer Disability
Idade de Início dos Benefícios	N/A		2007: N/A 2006: 5% aos 52 anos de idade; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria	

N/A – Não Aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2007

- a) Os ativos e passivos dos planos acima estão posicionados em 31/12/07.
 b) Os dados cadastrais utilizados para o PBS-A e PAMEC são de 30/09/07 e 31/08/07, respectivamente, ambos projetados para 31/12/07.

b. Plano de Opção de Compra de Ações para Administradores e Empregados

A Assembléia Geral Extraordinária da Brasil Telecom S.A., realizada em 6 de novembro de 2007, aprovou um novo plano geral para a outorga de opções de compra de ações para seus administradores e empregados e de suas controladas, estando vigentes, na data de encerramento do exercício, os planos abaixo descritos, de acordo com as respectivas datas de aprovação.

Plano Aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado, continuam válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados. Tal plano foi dividido em dois programas distintos:

Programa A

Este programa previa a outorga na extensão dos objetivos de performance atingidos, determinados pelo conselho de administração por um período de cinco anos. Não houve opção outorgada para este programa.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Programa B

O preço de exercício é fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado do lote de mil ações na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga				Preço de Exercício Atualizado (em Reais)	Opções (Em ações)	
Concessão		Lote	Exercício a partir de			Prazo Limite para Exercício
1ª	20/12/02	33%	01/01/04	31/12/08	15,69	9.345
		33%	01/01/05	31/12/08	15,69	9.345
		34%	01/01/06	31/12/08	15,69	9.346
2ª	19/12/03	33%	19/12/05	31/12/10	15,89	15.060
		33%	19/12/06	31/12/10	15,89	15.060
		34%	19/12/07	31/12/10	15,89	15.060
3ª	22/12/04	33%	22/12/05	31/12/11	17,30	61.213
		33%	22/12/06	31/12/11	17,30	61.213
		34%	22/12/07	31/12/11	17,30	61.213

Esses prazos de aquisição poderão ser antecipados em razão da ocorrência de eventos ou condições especiais estabelecidos no contrato de outorga. Desde dezembro de 2004 até a data de encerramento do balanço não houve outorga de opções para o Programa B.

As informações relativas ao plano geral para a outorga de opções de compra de ações estão resumidas a seguir:

	2007		2006	
	Opções de Ações Preferenciais	Preço Médio de Exercício R\$	Opções de Ações Preferenciais	Preço Médio de Exercício R\$
Saldo no início do exercício	270.802	13,00	410.737	13,00
Opções Extintas	(13.947)	17,30	(139.935)	13,00
Saldo no final do exercício	256.855	16,88	270.802	13,00

A representatividade do saldo de opções perante o total de ações em circulação da controlada Brasil Telecom S.A. é de 0,05% (0,05% em 31/12/06).

Considerando a hipótese de que as opções serão exercidas integralmente, o valor dos prêmios das respectivas opções, calculado pelo método Black&Scholes, para a Controlada seria de R\$ 1.761 (R\$ 532 em 2006).

Plano Aprovado em 06 de novembro de 2007

O novo plano autoriza a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como Unidade de Performance - UP. O valor correspondente ao número de UP's concedidas não poderá exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da Controlada.

As ações oriundas do exercício de opções garantem aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Controlada.

A administração desse plano foi atribuída ao conselho de administração, o qual tem amplos poderes para estabelecer os programas de opções, podendo ser delegado a um comitê de remuneração, composto por até três membros do conselho.

Em Reunião realizada em 14 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. aprovou retroativamente à data de 1º de julho de 2007, dois programas vinculados ao novo plano de opção de compra de ações, os quais estão compostos da seguinte forma:

Programa 1

A outorga foi estabelecida na forma de concessão única e não permite o estabelecimento de novas concessões no prazo de até quatro anos. O preço de exercício da UP foi fixado pelo conselho de administração, nos termos definidos no plano, e está sujeito à indexação pelo IGP-M, acrescido de 6% a.a. e descontado dos valores pagos como dividendos e ou JSCP no período.

Programa 2

Este programa prevê outorga anual de opções, em 1º de julho de cada ano. Foi realizada uma outorga em 1º de julho de 2007 para o Programa 2 e o preço de exercício da UP foi fixado pelo conselho de administração, nos termos definidos no plano e será descontado dos valores pagos como dividendos e ou JSCP no período.

A aquisição do direito ao exercício das opções constantes dos programas 1 e 2 dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Programa	Outorga				Preço de Exercício Atualizado (em Reais)	Opções (Em UP's)
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo Limite para Exercício		
1	01/07/07	25%	01/07/08	30/06/11	28,91	791.259
		25%	01/07/09	30/06/12	28,91	791.259
		25%	01/07/10	30/06/13	28,91	791.259
		25%	01/07/11	30/06/14	28,91	791.258
2	01/07/07	25%	01/07/08	30/06/11	26,41	217.851
		25%	01/07/09	30/06/12	26,41	217.851
		25%	01/07/10	30/06/13	26,41	217.851
		25%	01/07/11	30/06/14	26,41	217.852

Os prazos estabelecidos nos programas 1 e 2 poderão ser antecipados em razão da ocorrência de eventos ou condições especiais estabelecidos no contrato de outorga.

A representatividade do saldo de opções (UP's) perante o patrimônio líquido da Brasil Telecom S.A. em 31/12/07 é de 2,23%.

Considerando a hipótese de que as opções constantes dos programas 1 e 2 serão exercidas integralmente, o valor dos prêmios das respectivas opções, calculado pelo modelo Binomial de precificação de opções, para a Controlada seria de R\$ 53.462.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



c. Outros Benefícios a Empregados

São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio médico/odontológico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, auxílio transporte e outros.

7. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a. Contingências Passivas

A Sociedade e suas controladas efetuam periodicamente a avaliação de seus riscos contingenciais, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativa e ou judicial, em todas as instâncias, desde as iniciais até as extraordinárias.

Em algumas situações, por exigência legal ou por uma opção de cautela, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Os depósitos judiciais relacionados a contingências de risco de perda possível e remoto estão demonstrados na nota nº 25.

Ressalta-se que, em alguns casos, assuntos semelhantes podem estar enquadrados em diferentes classificações de grau de risco, fato que se justifica pela situação fática e processual peculiar relacionada a cada processo.

Trabalhistas

As provisões trabalhistas compreendem uma estimativa da administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, das perdas relativas a processos movidos por empregados e ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços, relacionados à matéria de ordem trabalhista.

Tributárias

As provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos decorrentes de divergências entre o entendimento da administração, amparado na opinião dos consultores legais da Sociedade e o Fisco, quanto à interpretação, aplicação, legalidade e constitucionalidade da legislação tributária.

Cíveis

As provisões de natureza cível compreendem uma estimativa de causas alusivas a reajustes de valores contratuais, decorrentes de planos econômicos editados pelo Governo Federal e outras causas relacionadas a planos comunitários de telefonia e ações de natureza indenizatória e consumerista.

Classificação por Grau de Risco
Contingências de Risco Provável

As contingências classificadas como risco de perda provável, para as quais estão registradas provisões no passivo, apresentam os seguintes saldos:

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Provisões	5.026	4.260	1.193.554	1.012.280
Trabalhista	-	-	421.759	487.266
Tributária	4.974	4.208	372.896	178.710
Cível	52	52	398.899	346.304
Depósitos Judiciais Vinculados	-	-	(295.843)	(279.491)
Trabalhista	-	-	(220.679)	(244.579)
Tributária	-	-	(22.046)	(1.882)
Cível	-	-	(53.118)	(33.030)
Total das Provisões, líquidas de Depósitos Judiciais	5.026	4.260	897.711	732.789
Circulante	15	13	197.472	175.603
Longo Prazo	5.011	4.247	700.239	557.186

Trabalhista

Variações ocorridas em 2007:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/06	-	487.266
Variações ao Resultado	449	92.119
Atualização Monetária	-	49.266
Reavaliação dos Riscos Contingentes	-	(18.158)
Provisão de Novas Ações	449	61.011
Pagamentos	(449)	(157.626)
Subtotal I (Provisões)	-	421.759
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/06	-	(244.579)
Variações de Depósitos Judiciais	-	23.900
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(220.679)
Saldo em 31/12/07, líquido de Depósitos Judiciais	-	201.080

Os principais objetos que afetam as contingências trabalhistas provisionadas são os seguintes:

- Adicional de Periculosidade – refere-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência;
- Diferenças Salariais e Reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- Plano de Cargos – refere-se a pedido de aplicação de plano de cargos e salários para empregados da Brasil Telecom S.A., Filial Santa Catarina (antiga Telesc), com a incidência de promoções por antiguidade e merecimento, supostamente não concedidos pela antiga Telesc;



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



- (iv) Responsabilidade Solidária/Subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da controlada Brasil Telecom S.A., feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (v) Horas extras – refere-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (vi) Reintegração – pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (vii) Pedido de aplicação de regulamento que previa o pagamento de percentual incidente sobre os lucros da Brasil Telecom S.A., especificamente atribuídos à Filial Santa Catarina; e
- (viii) Complemento de Multa FGTS decorrente de expurgos inflacionários – refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Brasil Telecom S.A. ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título.

Tributária

Variações ocorridas em 2007:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/06	4.208	178.710
Variações ao Resultado	766	226.979
Atualização Monetária	458	16.943
Reavaliação dos Riscos Contingentes	300	82.176
Provisão de Novas Ações	8	127.860
Pagamentos	-	(32.793)
Subtotal I (Provisões)	4.974	372.896
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/06	-	(1.882)
Variações de Depósitos Judiciais	-	(20.164)
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(22.046)
Saldo em 31/12/07, líquido de Depósitos Judiciais	4.974	350.850

As principais causas provisionadas são referentes às seguintes controvérsias:

- (i) Tributos Federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos; e
- (ii) Tributos Estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Sociedade, não são passíveis de tributação por este imposto e discussões sobre créditos de ICMS tomados, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

Cível

Variações ocorridas em 2007:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/06	52	346.304
Variações ao Resultado	-	331.800
Atualização Monetária	-	27.611
Reavaliação dos Riscos Contingentes	-	230.958
Provisão de Novas Ações	-	73.231
Pagamentos	-	(279.205)
Subtotal I (Provisões)	52	398.899
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/06	-	(33.030)
Variações de Depósitos Judiciais	-	(20.088)
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(53.118)
Saldo em 31/12/07, líquido de Depósitos Judiciais	52	345.781

As causas provisionadas são as seguintes:

- Revisão de condições contratuais – ação judicial em que uma empresa fornecedora de equipamentos propôs contra a controlada Brasil Telecom S.A., pedindo revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica;
- Contratos de Participação Financeira - tem se firmado no TJ/RS a posição quanto à incorreção do procedimento anteriormente adotado pela antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A., nos processos relativos à aplicação de norma emitida pelo Ministério das Comunicações. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça;
- Pontos de atendimento a clientes – ações civis públicas, versando sobre o fechamento de postos de atendimento a clientes;
- Listas Telefônicas Obrigatórias Gratuitas - LTOG's - ações questionando a não entrega das listas telefônicas residenciais impressas; e
- Demais demandas - referem-se a diversos processos em curso, abrangendo ações de responsabilidade civil, indenizações por rescisão contratual e questões consumeristas em trâmite nos Juizados Especiais, Justiça Comum e Justiça Federal de todo o País.

Contingências de Risco Possível

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Natureza	2007	2006	2007	2006
Trabalhista	1.737	8.866	542.427	488.474
Tributária	51.558	30.666	2.113.653	2.176.063
Cível	416	-	1.129.591	606.938
Total	53.711	39.532	3.785.671	3.271.475



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Trabalhista

Variações ocorridas em 2007:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/06	8.866	488.474
Atualização Monetária	1.179	68.943
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(8.308)	(114.069)
Novas Ações	-	99.079
Montante apurado em 31/12/07	1.737	542.427

Os principais objetos que compõem as perdas possíveis de natureza trabalhista referem-se à responsabilidade solidária/subsidiária, complementação da multa indenizatória de FGTS decorrente de expurgos inflacionários, adicional de periculosidade, promoções, e pedido de contra-prestação remuneratória pelo desempenho de horas de trabalho supostamente excedentes da carga horária normal de trabalho acordada.

Tributária

Variações ocorridas em 2007:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/06	30.666	2.176.063
Atualização Monetária	4.288	236.555
Reavaliação dos Riscos Contingentes	3.077	(478.949)
Novas Ações	13.527	179.984
Montante apurado em 31/12/07	51.558	2.113.653

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) Autuações do INSS versando sobre a adição de rubricas no salário-de-contribuição supostamente devidas pela empresa;
- (ii) Autuações promovidas pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes de divergências de valores entre DCTF e DIPIJ;
- (iii) Ações civis públicas questionando o suposto repasse de PIS e COFINS aos consumidores finais;
- (iv) ICMS incidente sobre ligações internacionais, cuja responsabilidade tributária pelo recolhimento da exação é atribuída a outra operadora;
- (v) ICMS – crédito e respectivo diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais realizadas pela Sociedade;
- (vi) ICMS – autuações sobre a suposta incidência do imposto nas atividades descritas no Convênio nº 69/98;
- (vii) ICMS – crédito do imposto relativo à faturas canceladas;
- (viii) IR-Fonte – sobre operações relacionadas à proteção para cobertura de dívidas;
- (ix) FUST – em virtude da ilegal retroatividade, no entendimento da Sociedade, dos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL; e

- (x) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003.

Cível

Variações ocorridas em 2007:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/06	-	606.938
Atualização Monetária	34	80.711
Reavaliação dos Riscos Contingentes	1	(51.671)
Novas Ações	381	493.613
Montante apurado em 31/12/07	416	1.129.591

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) Retribuições em ações decorrentes de PCT – os autores pretendem, junto à Brasil Telecom S.A., a retribuição em ações relacionadas aos contratos decorrentes do Programa Comunitário de Telefonia. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça;
- (ii) Ações de natureza indenizatória e consumerista; e
- (iii) Contratuais – ações relativas à reclamação de percentual decorrente do Plano Real, a ser aplicado em contrato de prestação de serviços, revisão de conversão de parcelas em URV e posteriormente em Reais, relativa a fornecimento de equipamentos e prestação de serviços.

Cartas de Fiança

Com relação às contingências passivas, são mantidos contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia para participação de processos de licitação junto à ANATEL. O valor total de fianças contratadas e vigentes na data do balanço corresponde a R\$ 21.483 (R\$ 13.740 em 31/12/06) e a R\$ 1.381.488 (R\$ 747.754 em 31/12/06) consolidados. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

b. Contingências Ativas

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais é reivindicada a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações movidas pela Sociedade e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Brasil Telecom S.A. em fevereiro de 2000, transitaram em julgado, no que se refere ao alargamento da base de cálculo dos tributos citados. São aguardados os julgamentos dos demais processos, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Sociedade, na entrada futura de recursos está considerada como provável. Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa não reconhecida contabilmente totalizavam no consolidado o valor de R\$ 17.445 – R\$ 996 da COFINS e R\$ 16.449 do PIS.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



a. Capital Social

Em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 27 de abril de 2007, foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social. Decorrente deste processo, as ações foram grupadas na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie, passando o capital social a ser representado por 134.031.688 ações ordinárias e 229.937.525 ações preferenciais, totalizando 363.969.213 ações emitidas. Do total de ações, 1.480.800 ações ordinárias são mantidas em tesouraria.

O grupamento de ações teve por objetivo ajustar o valor unitário de cotação das ações a um patamar mais adequado do ponto de vista mercadológico, reduzir custos operacionais para a Sociedade e seus acionistas e aumentar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações aos acionistas. Após a aprovação do grupamento, os acionistas tiveram o prazo de 30 dias para ajustar suas posições acionárias em lotes múltiplos de 1.000 (mil) ações por espécie, mediante negociação na BOVESPA ou mercado de balcão, período após o qual as ações passaram a ser negociadas grupadas e com cotação unitária. As remanescentes frações de ações foram separadas e grupadas em números inteiros e vendidas em leilão realizado na BOVESPA. Os valores resultantes dessa alienação em leilão, após a liquidação final da venda, foram disponibilizados em nome dos respectivos acionistas.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Sociedade poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos únicos dos art. 11 e 14 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

O capital social subscrito e integralizado, na data do encerramento do balanço é de R\$ 2.596.272 (R\$ 2.596.272 em 31/12/06), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

Espécies de Ações	Total de Ações		Ações em Tesouraria		Ações em Circulação	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Ordinárias	134.031.688	134.031.688.203	1.480.800	1.480.800.000	132.550.888	132.550.888.203
Preferenciais	229.937.525	229.937.525.684	-	-	229.937.525	229.937.525.684
Total	363.969.213	363.969.213.887	1.480.800	1.480.800.000	362.488.413	362.488.413.887

	2007	2006 ⁽¹⁾
Valor Patrimonial por Ação em Circulação (R\$)	14,47	14,56

(1) Por lote de mil ações.

Na apuração do cálculo do valor patrimonial por mil ações estão deduzidas as ações ordinárias mantidas em tesouraria.

b. Ações em Tesouraria

As ações em tesouraria são originadas de programas de recompra realizados durante os exercícios de 2002 a 2004. Na data de 13/09/04 foi divulgado o fato relevante da última proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade, para recompra de ações preferenciais e ordinárias de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	2007		2006	
	Ações Ordinárias	Valor	Ações Ordinárias	Valor
Saldo no início do exercício	1.480.800	20.846	1.480.800.000	20.846
Saldo no final do exercício	1.480.800	20.846	1.480.800.000	20.846

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	2007	2006 ⁽¹⁾
Médio Ponderado	14,08	14,08
Mínimo	12,40	12,40
Máximo	17,00	17,00

(1) Por lote de mil ações.

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

Até a data do encerramento do exercício não ocorreu qualquer alienação de ações ordinárias adquiridas.

Valor de Mercado das Ações em Tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2007	2006 ⁽¹⁾
Quantidade de ações ordinárias em tesouraria	1.480.800	1.480.800
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	46,50	35,00
Valor de Mercado	68,857	51,828

(1) Por lote de mil ações.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



A Sociedade mantém o saldo das ações em tesouraria em conta própria na sua contabilidade. Para efeitos de apresentação, o saldo da conta de lucros acumulados, que deu origem à recompra dessas ações, está assim demonstrado:

	2007	2006
Saldo apresentado na Contabilidade	2.095.945	2.087.231
Ações em Tesouraria	(20.846)	(20.846)
Saldo de Lucros Acumulados, líquido de Ações em Tesouraria	2.075.099	2.066.385

c. Reservas de Capital

As reservas de capital são constituídas de conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de Ágio na Subscrição de Ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Outras Reservas de Capital: formadas pela contrapartida dos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda.

d. Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva Legal: apropriação de cinco por cento do lucro anual até o limite de vinte por cento do capital social realizado ou trinta por cento do capital quando somada às reservas de capital. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de Lucros a Realizar: constituída nos exercícios em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei nº 6.404/76, ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do exercício. A reserva pode absorver prejuízos em exercícios subsequentes ou, quando realizada, compõe o cálculo do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos. De acordo com a atualização promovida pela Lei nº 10.303/01, os lucros que forem registrados na reserva de lucros a realizar a partir do exercício social de 2002 deverão ser considerados pelo valor do próprio dividendo postergado. Entretanto, a reserva de lucros a realizar formada durante a vigência da regra anterior, quando realizada, comporá a base de cálculo dos dividendos, que é o caso da reserva de lucros a realizar que foi constituída na Sociedade.

Lucros Acumulados: compostos pelos saldos de lucros remanescentes do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, ou pelo registro de ajustes de anos anteriores, quando for o caso.

e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da Sociedade e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Sociedade.

Por deliberação do conselho de administração a Sociedade pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio (JSCP) nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo mínimo obrigatório, de acordo com o art. 44 do estatuto social.

Dividendos Mínimos Obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76

	2007	2006
Lucro Líquido do Exercício	675.906	473.654
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	74.180	-
Apropriação à Reserva Legal	(33.795)	(23.682)
Lucro Líquido Ajustado	716.291	449.972
Dividendos Obrigatórios (25% do Lucro Líquido Ajustado)	179.073	112.493

Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP Creditados

A Sociedade creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas durante o exercício, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado. Na data de encerramento do exercício, os JSCP creditados, líquidos do imposto de renda de fonte, foram imputados aos dividendos e integram a proposta para destinação de resultados a ser apresentada para aprovação da assembleia geral ordinária de acionistas (A.G.O.).

	2007	2006
Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP – Creditados	336.300	413.400
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	(50.445)	(62.010)
JSCP Líquidos	285.855	351.390
Dividendos Provisionados, em Complemento aos JSCP	379.991	36.572
Total da Remuneração dos Acionistas	665.846	387.962
Ações Ordinárias	243.479	141.866
Ações Preferenciais	422.367	246.096

Remuneração Total por Ação (Em Reais) ⁽¹⁾	2007	2006⁽²⁾
Ordinárias	1,836875	1,070272
Preferenciais	1,836875	1,070272
Totalidade das Ações	1,836875	1,070272

(1) O cálculo dos dividendos/JSCP por ação considera as ações existentes em circulação na data do encerramento do balanço.

(2) Por lote de mil ações.

A remuneração dos acionistas em 2007 e 2006 superou o valor dos dividendos obrigatórios, sendo também superior ao montante dos dividendos prioritários e dividendos para as ações ordinárias, calculados em igualdade de condições.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



9. RECEITA OPERACIONAL DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Serviço Telefônico Fixo		
Serviço Local	6.566,256	6.928,969
Habilitação	16.352	27.443
Assinatura	3.541.429	3.517.369
Fixo	1.101.419	1.374.012
Fixa Móvel VC1	1.876.132	1.963.497
Aluguel	1.157	1.680
Outras	29.767	44.968
Serviço de Longa Distância	2.947.454	2.770.089
Fixa Intra Setorial	863.484	878.880
Fixa Intra Regional (Inter Setorial)	264.243	302.432
Fixa Inter Regional	241.077	260.402
VC2	788.455	713.095
Origem Fixa	292.343	283.802
Origem Móvel	496.112	429.293
VC3	746.316	569.980
Origem Fixa	365.588	244.433
Origem Móvel	380.728	325.547
Internacional	43.879	45.300
Interconexão	357.674	442.148
Fixa x Fixa	243.236	298.203
Móvel x Fixa	114.438	143.945
Cessão de Meios	357,893	328,431
Telefonia Pública	546,007	540,610
Serviços Suplementares, Rede Inteligente e Telefonia Avançada	393,980	367,559
Outras	35,168	43,459
Total do Serviço Telefônico Fixo	11,204,432	11,421,265
Serviço Telefônico Móvel		
Telefonia	1.753,231	1.140,055
Assinatura	433.555	305.376
Utilização	547.050	388.231
Adicional de Chamadas	6.810	5.658
Roaming	16.070	13.319
Interconexão	624.691	300.089
Serviços de Valor Adicionado	104.415	102.983
Outros Serviços	20.640	24.399
Venda de Mercadorias	270,515	286,198
Aparelhos Celulares	263.982	274.295
Cartões Eletrônicos - Brasil Chip, Acessórios e Outras Mercadorias	6.533	11.903
Total do Serviço Telefônico Móvel	2.023,746	1.426,253

Continua ...

... continuação.

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Serviços de Comunicação de Dados e Outros		
Comunicação de Dados	2.310.959	1.897.542
Outros Serviços de Atividades Principais	458.251	366.258
Total de Serviços de Comunicação de Dados e Outros	2.769.210	2.263.800
Receita Operacional Bruta	15.997.388	15.111.318
Deduções da Receita Bruta	(4.938.842)	(4.814.659)
Tributos Sobre a Receita Bruta	(4.353.809)	(4.285.952)
Outras Deduções Sobre a Receita Bruta	(585.033)	(528.707)
Receita Operacional Líquida	11.058.546	10.296.659

10. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

Os custos incorridos na prestação dos serviços e na venda de mercadorias são os seguintes:

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Depreciação e Amortização	(2.032.963)	(2.301.262)
Interconexão	(2.318.884)	(2.114.865)
Serviços de Terceiros	(934.023)	(911.059)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(313.925)	(348.238)
Mercadorias Vendidas	(255.429)	(294.727)
Pessoal	(162.494)	(169.260)
Meios de Conexão	(135.532)	(105.996)
Material	(69.951)	(72.394)
Ônus da Concessão	(69.406)	(67.363)
FISTEL	(64.820)	(48.551)
Participação de Empregados	(20.959)	(22.519)
Outros	(3.815)	(3.695)
Total	(6.382.201)	(6.459.929)

11. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS (Despesas com Vendas)

As despesas relacionadas às atividades de comercialização estão detalhadas nas seguintes naturezas:

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Serviços de Terceiros	(735.592)	(747.202)
Perdas com Contas a Receber de Clientes	(348.001)	(384.320)
Pessoal	(229.004)	(235.745)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(56.801)	(9.449)
Material	(50.753)	(23.798)
Participação de Empregados e Administradores	(21.149)	(22.229)
Depreciação e Amortização	(19.080)	(16.504)
Outros	(24.972)	(31.385)
Total	(1.485.352)	(1.470.632)



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas relacionadas às atividades administrativas, as quais incluem as despesas com tecnologia de informação, estão detalhadas nas seguintes naturezas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Serviços de Terceiros	(6.208)	(7.030)	(763.084)	(722.972)
Depreciação e Amortização	(256)	(312)	(327.380)	(325.273)
Pessoal	(3.212)	(3.114)	(166.462)	(172.728)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(7.275)	(4.745)	(48.329)	(43.747)
Participação de Empregados e Administradores	-	-	(38.340)	(34.674)
Material	-	-	(4.058)	(21.097)
Outros	(6)	(9)	(1.225)	(1.773)
Total	(16.957)	(15.210)	(1.348.878)	(1.322.264)

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A seguir estão apresentadas as demais receitas e despesas atribuídas às atividades operacionais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Recuperação de Tributos e Despesas Recuperadas	102	2.811	95.857	199.941
Aluguel de Infra-estrutura Operacional e Outros	-	-	87.439	78.796
Recuperação de Despesas com Fundos de Pensão – Superávit	-	-	81.209	-
Multas	(3)	(79)	77.984	67.494
Serviços Técnicos e Administrativos	2.315	4.165	59.600	62.134
Reversão de Outras Provisões	-	47	32.390	15.587
Subvenções e Doações Recebidas	-	-	16.889	13.856
Acordo de Litígio com Empresas de Telecomunicações	-	-	16.610	53.838
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	329	3	712	265
Contingências – Provisões ⁽¹⁾	(1.215)	(921)	(650.898)	(488.078)
Amortização de Ágio na Aquisição de Investimentos	-	-	(91.408)	(80.382)
Fundos de Pensão – Provisões	-	-	(89.675)	(28.709)
Tributos (Exceto Sobre Receita Bruta, IRPJ e CSLL)	(389)	(714)	(87.243)	(106.620)
Custas Processuais	-	-	(51.060)	(32.870)
Doações e Patrocínios	-	(10)	(11.499)	(9.902)
Resultado na Baixa de Estoques de Manutenção/Revenda	-	-	(1.923)	1.996
Indenizações – Trabalhistas, Telefonia e Outras	-	-	(157)	(103)
Outras Receitas (Despesas)	(217)	(193)	9.794	(11.173)
Total	922	5.109	(505.379)	(263.930)
Outras Receitas Operacionais	2.746	7.027	561.147	572.703
Outras Despesas Operacionais	(1.824)	(1.918)	(1.066.526)	(836.633)

Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo valor líquido.

(1) As contingências provisionadas estão informadas na nota nº 7.

14. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Receitas Financeiras	341.366	286.669	773.796	803.387
Moeda Nacional	341.362	265.764	769.481	791.898
Sobre Direitos em Moeda Estrangeira	4	20.905	4.315	11.489
Despesas Financeiras	(450.968)	(491.459)	(1.263.117)	(1.413.379)
Moeda Nacional	(114.537)	(55.117)	(727.303)	(728.300)
Sobre Obrigações em Moeda Estrangeira	(131)	(22.942)	(84.860)	(157.508)
Juros Sobre o Capital Próprio	(336.300)	(413.400)	(450.954)	(527.571)
Total	(109.602)	(204.790)	(489.321)	(609.992)

15. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Provisão para Perdas com Incentivos Fiscais	-	-	-	(14.473)
Provisão/Reversão para Perdas com Investimentos	454	480	(25.714)	8.026
Resultado na Baixa de Imobilizado e Diferido	-	14	(22.759)	(9.283)
Ganho (Perda) com Investimentos	(970)	60	(974)	99
Amortização de Agio na Incorporação	-	-	(126)	(7.811)
Resultado na Baixa de Investimentos	-	-	26.216	-
Provisão/Reversão para Valor de Realização e Perdas do Imobilizado	-	-	20.384	51.522
Outras Despesas Não Operacionais	-	-	(1)	3.339
Total	(516)	554	(2.974)	31.419

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são provisionados de acordo com o regime de competência, sendo que as diferenças temporárias são diferidas. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Resultado Antes dos Impostos e das Participações	403.918	71.500	833.895	191.943
Resultado das Empresas Não-sujeitas ao Cálculo de IR/CSLL⁽¹⁾	-	-	12.221	62.862
Total do Resultado Tributado	403.918	71.500	846.116	254.805
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ				
IRPJ sobre o Resultado Tributado (10%+15%–25%)	(100.980)	(17.875)	(211.529)	(63.701)
Adições Permanentes	(21.883)	(487)	(77.008)	(40.177)
Amortização de Agio	-	-	(22.754)	(11.516)
Variação Cambial sobre Investimentos	(59)	(44)	(3.510)	(5.520)
Equivalência Patrimonial Não Operacional	(243)	-	(50)	-
Outras Adições	(21.581)	(443)	(50.694)	(23.141)
Exclusões Permanentes	75.556	13.308	17.043	25.091
Equivalência Patrimonial	74.003	13.187	-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	82	1	178	89
Recuperação de Tributos Federais	-	-	-	1.387
Outras Exclusões	1.471	120	16.865	23.615
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	3.411	1.634
Constituição de IR Diferido sobre Prejuízos Fiscais Acumulados	-	-	5.817	-
Outros	24	(4.506)	2.244	(3.539)
Efeito de IRPJ na Demonstração de Resultado	(47.283)	(9.560)	(260.022)	(80.692)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL				
CSLL sobre o Resultado Tributado (9%)	(36.353)	(6.435)	(76.150)	(22.932)
Adições Permanentes	(7.877)	(175)	(26.231)	(12.938)
Amortização de Agio	-	-	(8.191)	(4.146)
Variação Cambial sobre Investimentos	(21)	(16)	(1.264)	(1.987)
Equivalência Patrimonial Não Operacional	(87)	-	(266)	-
Outras Adições	(7.769)	(159)	(16.510)	(6.805)
Exclusões Permanentes	27.201	4.791	6.293	7.906
Equivalência Patrimonial	26.641	4.748	-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	30	-	64	32
Recuperação de Tributos Federais	-	-	-	499
Outras Exclusões	530	43	6.229	7.375
Compensação de Base de Cálculo Negativa	-	-	1.220	587
Constituição de CSLL sobre Base de Cálculo Negativa Acumulada	-	-	2.094	-
Outros	-	133	(107)	(12)
Efeito de CSLL na Demonstração do Resultado	(17.029)	(1.686)	(92.881)	(27.389)
Efeito de IRPJ e CSLL na Demonstração do Resultado	(64.312)	(11.246)	(352.903)	(108.081)

(1) Resultado negativo das controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.

17. CAIXA, CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e Contas Bancárias	702	740	315.032	127.900
Aplicações de Liquidez Imediata	986.812	1.431.604	3.049.514	3.846.052
Total	987.514	1.432.344	3.364.546	3.973.952

Segue abaixo a composição da carteira de aplicações de liquidez imediata:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Fundos de Investimentos Exclusivos				
Títulos Públicos	682.337	1.411.169	2.235.356	3.530.380
Títulos Privados	252.080	16.105	606.804	93.570
Caixa e Operações Compromissadas <i>Overnight</i>	56.316	10.527	187.046	89.922
Derivativos	38	-	440	-
Provisão para Imposto de Renda <i>Retificadora</i>	(3.926)	(6.197)	(11.366)	(15.803)
Total de Fundos de Investimentos Exclusivos	986.845	1.431.604	3.018.280	3.698.069
Overnight	-	-	-	120.377
CDB	-	-	3.583	5.670
Fundos de Investimentos Abertos	-	-	27.579	21.870
Investimentos no Exterior – Certificados de Depósitos	-	-	377	466
Total de Aplicações	986.845	1.431.604	3.049.819	3.846.452
Bloqueio parcial, por determinação judicial	(33)	-	(305)	(400)
Total de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	986.812	1.431.604	3.049.514	3.846.052

Os fundos de investimentos financeiros estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas afins, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Sociedade para garantir essas obrigações.

18. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

A Sociedade possui títulos emitidos pela República da Áustria, com remuneração vinculada a um percentual da variação do CDI, e pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO), entidade pública espanhola, com remuneração pré-fixada. O vencimento desses títulos ocorrerá em 19/12/08 e 02/06/08, respectivamente, sendo que o montante atualizado na data de encerramento do balanço era de R\$ 475.389.

19. TÍTULOS PÚBLICOS

Investimentos realizados pela BrT Celular em títulos públicos federais pré-fixados, representados por I.TN, mantidos em garantia de participação em processo de licitação junto à ANATEL, totalizando na data do balanço o valor consolidado bruto de R\$ 53.573, para o qual existe a quantia redutora de R\$ 17, decorrente de operação de *hedge* na modalidade de *swap* de juros, resultando no valor líquido de R\$ 53.556. Tais títulos serão liberados para a disponibilidade imediata da Controlada com a conclusão do processo de licitação a que se vinculam.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



20. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores relativos às contas a receber estão assim compostos:

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Serviços Faturados	1.597.040	1.476.842
Serviços a Faturar	892.448	916.672
Vendas de Mercadorias	75.603	91.775
Subtotal	2.565.091	2.485.289
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(375.390)	(357.635)
Serviços Prestados	(370.799)	(353.203)
Vendas de Mercadorias	(4.591)	(4.432)
Total	2.189.701	2.127.654
A vencer	1.681.551	1.632.138
Vencidas, com atraso de:		
01 a 30 Dias	390.471	415.040
31 a 60 Dias	125.924	124.393
61 a 90 Dias	87.161	76.947
91 a 120 Dias	61.219	61.490
Mais de 120 Dias	218.765	175.281

21. ESTOQUES

Os estoques de manutenção e estoques para revenda, para os quais são constituídas provisões para perdas ou para ajustes à previsão em que os mesmos deverão ser realizados, estão assim compostos:

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Estoque para Revenda (Aparelhos Celulares e Acessórios)	53.532	96.476
Estoque de Manutenção	7.158	9.175
Provisão para Ajuste ao Valor de Realização	(27.554)	(39.062)
Provisão para Perdas Prováveis	(425)	(2.425)
Total	32.711	64.164

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ATIVOS

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Empréstimos	7.973	8.409
Total	7.973	8.409
Circulante	1.797	5.557
Longo Prazo	6.176	2.852

Os empréstimos e financiamentos ativos referem-se ao repasse de recursos financeiros para a empresa produtora de listas telefônicas e decorrentes da venda de bens do ativo imobilizado para outras empresas de telefonia. Incidem variação do IGP-DI e IPA-OG/Produtos Industriais da Coluna 27 da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

23. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Tributos Diferidos	22.324	17.735	1.608.083	1.407.142
Outros Tributos a Compensar	332.550	304.835	989.635	1.186.436
Total	354.874	322.570	2.597.718	2.593.578
Circulante	13.683	42.915	804.500	944.115
Longo Prazo	341.191	279.655	1.793.218	1.649.463

Tributos diferidos relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de Renda Pessoa Jurídica				
Imposto de Renda Diferido, sobre:				
Prejuízos Fiscais	-	-	498.803	433.124
Provisões para Contingências	1.256	1.065	298.809	245.966
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	-	-	171.936	162.303
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	93.548	89.245
ICMS - Convênio nº 69/98 e 78/01	-	-	39.820	58.480
Provisão para Exigibilidade Suspensa - COFINS/CPMF	20.615	16.287	40.770	17.341
Provisão para Participação nos Resultados	-	-	16.092	15.922
Provisão para Perda com Material de F estoque	-	-	10.606	10.288
Provisão para Exigibilidade Suspensa - FUST	-	-	19.027	10.246
Provisão para Perdas - BIA	-	-	71	1.285
Receita não Realizada	-	-	-	221
Outras Provisões	-	-	16.358	11.100
Subtotal	21.871	17.352	1.205.840	1.055.521
Contribuição Social sobre o Lucro				
Contribuição Social Diferida, sobre:				
Base de Cálculo Negativa	-	-	181.382	156.388
Provisões para Contingências	453	383	109.082	90.014
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	-	-	61.897	58.429
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	33.677	32.128
Provisão para Participação nos Resultados	-	-	6.476	6.421
Provisão para Perda com Material de F estoque	-	-	3.818	3.704
Provisão para Perdas - BIA	-	-	25	463
Receita não Realizada	-	-	-	79
Outras Provisões	-	-	5.886	3.995
Subtotal	453	383	402.243	351.621
Total	22.324	17.735	1.608.083	1.407.142
Circulante	6	4	336.513	270.782
Longo Prazo	22.318	17.731	1.271.570	1.136.360

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido, cujas origens estão fundamentadas nas diferenças temporárias entre o resultado contábil pelo regime de competência e o resultado fiscal, bem como no prejuízo fiscal e na base negativa da contribuição social, quando existentes. Os prazos de realização estão baseados em estudo técnico calcado nos lucros fiscais futuros previstos, gerados a partir dos exercícios sociais em que as diferenças temporárias tornarem-se despesas fiscalmente dedutíveis. A manutenção desse ativo está de acordo com os requisitos da Instrução da CVM nº 371/02 e com o estudo técnico submetido à aprovação da diretoria e do conselho de administração, bem como ao exame do conselho fiscal.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



CONTROLADORA CONSOLIDADO

2008	5	336.512
2009	1.704	139.354
2010	20.615	182.624
2011	-	162.798
2012	-	186.602
2013 a 2015	-	232.865
2016 a 2017	-	181.442
2018 e exercícios seguintes	-	185.886
Total	22.324	1.608.083
Circulante	6	336.513
Longo Prazo	22.318	1.271.570

O valor da recuperação prevista além do ano de 2017 decorre da provisão para cobertura da insuficiência atuarial de fundos de pensão, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente pela controlada Brasil Telecom S.A., de acordo com o prazo máximo remanescente de 14 anos, em linha com o prazo delimitado pela Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"). Não obstante ao limite de tempo estabelecido pela SPC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a Controlada apresenta condições de plena compensação fiscal em prazo inferior a dez anos, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida. A Sociedade não constituiu ativos de tributos no montante de R\$ 26.384 e R\$ 161.879 para o Consolidado, em função da inexistência dos requisitos necessários de histórico e/ou previsibilidade futura de lucros fiscais. As controladas indiretas que não constituíram esses ativos foram a VANT, BrT Multimídia e BrT CS.

Outros Tributos a Compensar

São compostos de tributos federais retidos na fonte, créditos a compensar e de pagamentos realizados, calculados com base em estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras. O ICMS a compensar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens para o ativo imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto pode ocorrer em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/00.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
ICMS	-	-	500.994	632.227
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	253.040	268.157	309.533	322.848
PIS e COFINS	147.358	-	237.768	183.307
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9.752	36.678	14.164	44.269
FUST	-	-	724	720
Outros	-	-	4.052	3.065
Subtotal	410.150	304.835	1.067.235	1.186.436
Provisão ao Valor Recuperável	(77.600)	-	(77.600)	-
Total	332.550	304.835	989.635	1.186.436
Circulante	13.677	42.911	467.987	673.333
Longo Prazo	318.873	261.924	521.648	513.103

A provisão ao valor recuperável corresponde à parcela dos créditos tributários compensáveis em período superior aos próximos dez exercícios.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



24. TÍTULOS DE RENDA

Representados por certificados de depósitos bancários (CDB) do Banco de Brasília S.A. – BRB, remunerados a 94%, 95% e 97% da taxa SELIC, mantidos pela Brasil Telecom S.A. e 14 Brasil Telecom Celular S.A., em garantia do financiamento obtido através do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ-DF. Tais títulos de renda serão mantidos durante o período de utilização e amortização do financiamento (passivo), cuja carência prevê o primeiro pagamento para o ano de 2019, com liquidação em 180 parcelas mensais e sucessivas. Esse ativo poderá ser utilizado para quitação das parcelas finais do referido financiamento.

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Banco de Brasília S.A. – BRB – Certificados de Depósitos Bancários	3.709	3.280
Total	3.709	3.280

25. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda possível e remoto:

Vinculação por Natureza das Exigibilidades	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Trabalhistas	-	-	250.564	198.343
Tributárias	5.552	5.284	103.705	133.656
Cíveis	103	-	1.044.254	216.984
Total	5.655	5.284	1.398.523	548.983
Circulante	40	-	329.396	119.058
Longo Prazo	5.615	5.284	1.069.127	429.925

Os depósitos judiciais vinculados a provisões passivas estão apresentados de forma dedutiva de tais provisões. Vide notas nº 7 e nº 34.

26. DIVIDENDOS/JSCP A RECEBER

Refere-se ao JSCP, líquidos do IR-Fonte, e dividendos creditados pela controlada Brasil Telecom S.A. em 2007, cujo valor a receber é de R\$ 474.247 (R\$ 241.145 em 31/12/06).

27. OUTROS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Fundos de Pensão – Contribuições Futuras a Compensar ⁽¹⁾	-	-	74.476	-
Créditos Fiscais Adquiridos ⁽²⁾	-	-	46.543	-
Adiantamentos a Fornecedores	450	-	19.038	59.183
Adiantamentos a Empregados	-	-	36.541	33.610
Valores a Cobrar de Empresas de Telecomunicações	-	-	8.807	9.501
Despesas Pagas Antecipadamente	8.424	8.900	65.830	100.207
Depósitos Compulsórios	-	-	1.562	1.750
Ativos para Venda	-	-	1.280	1.016
Outros	-	131	25.182	11.759
Total	8.874	9.031	279.259	217.026
Circulante	8.874	8.436	184.403	174.189
Longo Prazo	-	595	94.856	42.837

(1) Ativo constituído para ser utilizado na compensação de contribuições patronais futuras de previdência complementar – Plano TCSPREV, conforme citado na nota nº 6.

(2) Cartas de Crédito estaduais, adquiridas para quitação de autos de infração de ICMS emitidos contra a Sociedade.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



28. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Participações Avaliadas pela Equivalência Patrimonial	3.771.093	3.748.768	-	-
Brasil Telecom S.A.	3.751.699	3.719.264	-	-
Nova Tarrafa Participações Ltda.	18.620	28.123	-	-
Nova Tarrafa Inc.	774	1.381	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	21	21	-	-
Nova Tarrafa Participações Ltda.	21	21	-	-
Agios Pagos na Aquisição de Investimentos	-	-	169.288	260.852
iG Cayman Ltd.	-	-	107.464	161.019
MTI Ventures do Brasil Ltda.	-	-	29.431	51.504
Empresas iBEST	-	-	31.452	45.508
Empresas BrT Cabos Submarinos	-	-	941	2.821
Participações Avaliadas pelo Custo de Aquisição	6.911	6.911	11.924	46.059
Incentivos Fiscais, Líquidos de Provisões para Perdas	1.093	638	20.259	22.774
Outros Investimentos	-	-	39	389
Total	3.779.118	3.756.338	201.510	330.074

Os adiantamentos para futuro aumento de capital em favor da Controlada foram considerados na avaliação dos investimentos, pois os aportes destinados somente aguardam pela formalização de ato societário, para que seja efetivado o respectivo aumento de capital.

Participações avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial: compreendem a participação da Sociedade nas suas controladas Brasil Telecom S.A., Nova Tarrafa Participações Ltda. e Nova Tarrafa Inc., cujos principais dados são:

	BT S.A.	NTP (Ltda.)	NTI
Patrimônio Líquido	5.575.891	18.620	774
Capital Social	3.470.758	32.625	1.776
Valor Patrimonial da Ação/Quota (R\$)	10,19	0,57	771,68
Lucro Líquido (Prejuízo) Exercício	797.287	(9.503)	(370)
Quantidade de Ações/Quotas Possuídas pela Sociedade			
Ações Ordinárias	247.317.180	-	1.003
Ações Preferenciais	120.911.021	-	-
Quotas	-	32.624.928	-
% de Participação no Capital da Controlada ⁽¹⁾			
No Capital Total	67,28%	99,99%	100%
No Capital Votante	99,09%	99,99%	100%

(1) Considera o capital social em circulação.

O resultado da equivalência patrimonial é composto dos seguintes valores:

	Operacional		Não Operacional	
	2007	2006	2007	2006
Brasil Telecom S.A.	541.629	297.677	(970)	60
Nova Tarrafa Participações Ltda.	(9.503)	(9.803)	-	(3)
Nova Tarrafa Inc. ⁽¹⁾	(607)	(629)	-	-
Total	531.519	287.245	(970)	57

(1) Inclui variação cambial, vinculada a investimento no exterior.

Participações Avaliadas pelo Custo de Aquisição: representados pelas participações obtidas através da conversão em ações ou quotas de capital das aplicações incentivadas nos fundos regionais FINOR/FINAM, Lei de Incentivo às Empresas de Informática e Lei do Audiovisual. Predominam ações de outras empresas de telecomunicações localizadas nas regiões abrangidas por esses incentivos regionais.

Incentivos Fiscais: oriundos de investimentos nos fundos do FINOR/FINAM e Audiovisual e tem como origens parcelas de destinação do imposto de renda devido.

Outros investimentos: estão relacionados a bens para acervo cultural.

29. IMOBILIZADO

CONTROLADORA

Natureza do Imobilizado	Taxas Anuais de Depreciação	2007			2006
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens de Uso Geral	5% - 20%	52.283	(51.543)	740	952
Outros Ativos	19,9% ⁽¹⁾	188	(150)	38	52
Total		52.471	(51.693)	778	1.004

(1) Taxa anual média ponderada.

CONSOLIDADO

Natureza do Imobilizado	Taxas Anuais de Depreciação	2007			2006
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Obras em Andamento	-	460.353	-	460.353	322.712
Equipamentos de Comutação Pública	20%	5.156.451	(4.929.268)	227.183	371.709
Equipamentos e Meios de Transmissão	16,9% ⁽¹⁾	12.521.489	(10.449.717)	2.071.772	2.661.538
Terminação	20%	513.909	(469.381)	44.528	37.219
Equipamentos de Comunicação de Dados	20%	2.169.375	(1.436.307)	733.068	824.318
Prédios	4,2%	957.334	(565.294)	392.040	412.638
Infra-estrutura	8,7% ⁽¹⁾	3.893.938	(2.582.980)	1.310.958	1.450.335
Bens de Uso Geral	18,5% ⁽¹⁾	1.217.013	(877.398)	339.615	369.982
Terrenos	-	84.613	-	84.613	84.830
Outros Ativos	-	66	-	66	66
Total		26.974.541	(21.310.345)	5.664.196	6.535.347

(1) Taxa anual média ponderada.

De acordo com os contratos de concessão do STFC, os bens da controlada Brasil Telecom S.A. que estiverem na condição de indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente a ANATEL, sendo à Controlada resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos. O valor dos bens reversíveis na data de encerramento do balanço era de R\$ 21.636.432 para o custo, com residual de R\$ 3.288.196.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Arrendamento Mercantil

São mantidos contratos de *leasing* financeiro para equipamentos de informática. A seguir está demonstrada a posição na data de encerramento do exercício, dos valores a pagar a longo prazo relacionados a esses contratos, por ano de desembolso:

CONSOLIDADO		
	2007	2006
2007	-	20.953
2008	30.395	19.643
2009	11.601	7.614
Total dos Pagamentos Mínimos	41.996	48.210

A remuneração dos contratos de arrendamento mercantil está vinculada à variação da taxa DI-Over.

Seguros

São mantidos programas de apólices de seguros para cobertura dos ativos reversíveis e para lucros cessantes e garantias contratuais, conforme estabelecido no Contrato de Concessão junto ao poder público, e de responsabilidade civil para operações de serviços de telefonia.

Os ativos, responsabilidades e interesses cobertos por seguros são os seguintes (não auditados):

Modalidade	Abrangência	Valor Segurado	
		2007	2006
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura e equipamentos de tecnologia de informação	12.705.368	12.046.261
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	8.669.400	9.015.211
Garantias Contratuais	Cumprimento de obrigações contratuais	89.405	143.648
Responsabilidade Civil	Operações de serviços de telefonia	12.000	12.000

A Sociedade contratou a cobertura de seguros relacionados à responsabilidade civil de administradores, que também abrange a controlada Brasil Telecom S.A., cujo valor total segurado equivale a US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares norte-americanos).

Não há cobertura de seguros para responsabilidade civil facultativa, relacionada a sinistros com veículos da Sociedade envolvendo terceiros.

30. INTANGÍVEL

CONTROLADORA				
	2007			2006
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	148	(148)	-	30
Marcas e Patentes	36	(26)	10	10
Outros	3.702	(3.702)	-	-
Total	3.886	(3.876)	10	40

	CONSOLIDADO			
	2007			2006
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	2.166.965	(1.420.783)	746.182	861.197
Licenças Regulatórias	325.368	(78.075)	247.293	272.022
Marcas e Patentes	687	(76)	611	1.112
Outros	72.111	(16.627)	55.484	29.101
Total	2.565.131	(1.515.561)	1.049.570	1.163.432

31. DIFERIDO

	CONSOLIDADO			
	2007			2006
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos com Instalação e Reorganização	302.054	(194.397)	107.657	133.825
Ágio decorrente de Incorporação	-	-	-	126
Outros	14.251	(10.955)	3.296	4.516
Total	316.305	(205.352)	110.953	138.467

32. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Salários e Honorários	-	-	6.010	4.402
Encargos Sociais	21	19	72.854	61.083
Benefícios Sociais	-	-	3.837	6.447
Outros	-	-	7.691	6.648
Total	21	19	90.392	78.580

33. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Fornecedores	437	140	1.496.446	1.481.376
Consignações a Favor de Terceiros	22.349	34.258	154.198	138.423
Total	22.786	34.398	1.650.644	1.619.799
Circulante	22.786	34.398	1.637.188	1.613.090
Longo Prazo	-	-	13.456	6.709

Os valores registrados no longo prazo decorrem de obrigações com a remuneração da rede de terceiros, cuja liquidação depende da evolução dos trabalhos de aferição entre as operadoras, tais como confronto de tráfego.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



34. TRIBUTOS INDIRETOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
ICMS, líquido de Depósitos Judiciais do Convênio nº 69/98	-	108	621.601	775.579
ICMS	-	108	811.743	993.117
Depósitos Judiciais referentes ao Convênio ICMS nº 69/98	-	-	(190.142)	(217.538)
PIS F. COFINS	6.569	6.499	168.156	83.612
Outros	9	23	60.720	54.474
Total	6.578	6.630	850.477	913.665
Circulante	18	165	746.234	851.399
Longo Prazo	6.560	6.465	104.243	62.266

O saldo referente ao ICMS contempla valores decorrentes do Convênio nº 69/98, que vem sendo questionado na Justiça, ocorrendo depósitos em juízo mensalmente. Inclui, também, o diferimento incentivado pelo Governo do Estado do Paraná, relativo ao ICMS.

35. TRIBUTOS SOBRE A RENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de Renda Pessoa Jurídica				
Valores a Pagar	4.161	1.254	103.940	61.443
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	-	-	5.491	6.171
Subtotal	4.161	1.254	109.431	67.614
Contribuição Social Sobre o Lucro				
Valores a Pagar	65	44	30.080	18.698
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	-	-	1.977	2.222
Subtotal	65	44	32.057	20.920
Total	4.226	1.298	141.488	88.534
Circulante	-	-	74.628	37.050
Longo Prazo	4.226	1.298	66.860	51.484

36. DIVIDENDOS/JSCP E PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Acionistas Controladores	125.562	73.160	125.562	73.160
Dividendos/JSCP	135.075	84.853	135.075	84.853
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(9.513)	(11.693)	(9.513)	(11.693)
Acionistas Não Controladores	600.360	369.521	890.954	541.251
Dividendos/JSCP	581.216	365.118	829.031	499.536
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(40.932)	(50.317)	(58.130)	(67.443)
Dividendos de Exercícios Anteriores Não Reclamados	60.076	54.720	120.053	109.158
Total de Acionistas	725.922	442.681	1.016.516	614.411
Participação de Empregados e Administradores nos Resultados				
	-	-	81.328	76.334
Total	725.922	442.681	1.097.844	690.745

37. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui Debêntures)

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Financiamentos	4.284.543	5.129.237
Juros e Outros Encargos Provisionados sobre Financiamentos	98.860	242.496
Empréstimos	-	3.457
Total	4.383.403	5.375.190
Circulante	496.775	1.109.564
Longo Prazo	3.886.628	4.265.626

Financiamentos

CONSOLIDADO		
	2007	2006
BNDES	2.206.917	2.448.583
Moeda Nacional	2.112.204	2.240.615
Cesta de Moedas, incluindo dólar	94.713	207.968
Instituições Financeiras	1.086.153	1.295.034
Moeda Nacional	52.506	61.973
Moeda Estrangeira	1.033.647	1.233.061
Debêntures Públicas	1.088.956	1.625.939
Fornecedores – Moeda Estrangeira	1.377	2.177
Total	4.383.403	5.371.733
Circulante	496.775	1.106.107
Longo Prazo	3.886.628	4.265.626

Financiamentos em moeda nacional: incidem (i) juros fixos de 2,4% a.a. a 11,5% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 6,90% a.a.; e (ii) juros variáveis com base na TJLP acrescidos de 2,3% a 5,5% a.a., UMBNDES acrescidos de 5,5% a.a., 104% do CDI, resultando, esses juros variáveis, numa taxa média ponderada de 11,13% a.a.

Financiamentos em moeda estrangeira: incidem (i) juros fixos de 1,75% a 9,38% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,35% a.a.; e (ii) juros variáveis de 0,5% a.a. acima da LIBOR e 1,92% a.a. acima da YEN LIBOR, resultando numa taxa média ponderada de 3,28% a.a. As taxas LIBOR e YEN LIBOR em 31/12/07, para pagamentos semestrais, eram de 5,4% a.a. e 1,0825% a.a., respectivamente.

Debêntures Públicas emitidas pela controlada Brasil Telecom S.A.

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080.000, ocorrida em 1º de junho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1º de junho de 2013. A remuneração corresponde à taxa de juros de 104,0% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Na data do balanço não existiam debêntures desta emissão em tesouraria.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Empréstimos

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Empréstimos – Moeda Estrangeira	-	3.457
Total	-	3.457

O valor de empréstimos era referente a uma dívida da VANT com seu antigo controlador. Tal passivo foi liquidado em 05/02/07.

Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

CONSOLIDADO		
	2007	2006
2008	-	437.569
2009	608.463	1.026.792
2010	719.714	588.426
2011	778.469	651.880
2012	640.969	520.459
2013	641.720	521.143
2014 e exercícios seguintes	497.293	519.357
Total	3.886.628	4.265.626

Composição dos Financiamentos por Moeda / Indexador

CONSOLIDADO		
Atualizada pela (o)	2007	2006
TJLP	2.112.204	2.240.615
CDI	1.088.956	1.625.939
Dólares Norte-Americanos	394.979	488.391
IFEN	241.933	351.786
Hedge da dívida em IFENs	398.112	398.518
UMBNDIS – Cesta de Moedas do BNDIS	94.713	185.881
Hedge da dívida em UMBNDIS	-	22.087
IGP-DI	26.599	25.501
Outras (Taxa Fixa)	25.907	36.472
Total	4.383.403	5.375.190

Garantias

Certos empréstimos e financiamentos contraidos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia, aval e fiança da Controladora.

Para os empréstimos e financiamentos consolidados, são mantidos contratos de *hedge* sobre 60,1% dessas obrigações em dólar norte-americano e ifen firmados com terceiros, com intuito de proteção de oscilações significativas nas cotações desses fatores de atualização da dívida. Em 31/12/07, considerando operações de *hedge* e aplicações financeiras em moeda estrangeira, a exposição efetiva era de 3,6% (9,7% em 31/12/06). Os ganhos e perdas com estes contratos são reconhecidos pelo regime de competência.

As debêntures de emissão da Brasil Telecom S.A. possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela Sociedade. Pela escritura de emissão, a Sociedade, na qualidade de interveniente garantidora, obriga-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela Controlada, relacionadas às suas debêntures.

38. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Serviço Móvel Pessoal	242.162	275.985
Concessão do STFC	-	67.363
Outras Autorizações	11.314	12.033
Total	253.476	355.381
Circulante	78.844	135.848
Longo Prazo	174.632	219.533

As autorizações do Serviço Móvel Pessoal estão representadas pelos termos assinados em 2002 e 2004 pela 14 Brasil Telecom Celular S.A. junto à ANATEL, para exploração do SMP pelo período de quinze anos na mesma área de atuação em que a Brasil Telecom S.A. possui concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido no passivo da BrT Celular para ser pago em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para os exercícios de 2008 a 2010 (saldo de três parcelas) e 2008 a 2012 (saldo de cinco parcelas), relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% ao mês.

A concessão do STFC em 31/12/06 refere-se à provisão constituída pela Brasil Telecom S.A., de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior. O primeiro pagamento ocorreu no mês de abril de 2007.

O valor de outras autorizações pertence à BrT Multimídia e se refere à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multimídia. Inicialmente tal outorga foi obtida junto à ANATEL pela VANT e em abril de 2006 foi efetuado o registro de transferência para a BrT Multimídia, que assumiu o saldo devedor, sobre o qual incide variação do IGP-DI acrescida de 1% ao mês. A liquidação do saldo dessa obrigação ocorrerá em quatro parcelas anuais, iguais e sucessivas, sempre no mês de maio.

39. PROVISÕES PARA FUNDO DE PENSÃO

Referem-se ao reconhecimento pela Brasil Telecom S.A., do déficit atuarial dos planos previdenciais de benefício definido administrados pela FBrTPREV e do plano previdencial administrado pela própria Controlada, avaliados por atuários independentes de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00. Tais planos patrocinados estão detalhados na nota nº 6.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



CONSOLIDADO		
	2007	2006
FBrTPREV – Planos BrTPREV, Alternativo e Fundador	685.668	648.567
Plano PAMFEC	2.077	646
Total	687.745	649.213
Circulante	101.467	43.238
Longo Prazo	586.278	605.975

40. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CONSOLIDADO		
	2007	2006
Cessão de Meios de Telecomunicações	91.273	92.630
Serviços Pré-Pagos	42.877	28.969
Outros Adiantamentos de Clientes	940	1.709
Total	135.090	123.308
Circulante	62.957	52.643
Longo Prazo	72.133	70.665

O saldo de longo prazo refere-se a contratos de cessão de meios de telecomunicações, para os quais os clientes efetuaram adiantamentos visando a obtenção dos benefícios por um período de maior abrangência, com realização prevista para ocorrer nos seguintes exercícios:

CONSOLIDADO		
	2007	2006
2008	-	7.063
2009	7.920	6.976
2010	7.770	6.826
2011	7.718	6.774
2012	7.496	6.774
2013	7.238	6.766
2014	6.589	6.766
2015 e exercícios seguintes	27.402	22.720
Total	72.133	70.665

41. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Obrigações decorrentes de Grupamento de Ações	75.387	-	81.230	-
Recursos de Autofinanciamento	-	-	24.143	24.143
Créditos Bancários e Recebimentos em Duplicidade em Processamento	-	-	12.293	12.226
Outros Tributos	-	-	11.332	4.835
Obrigações por Aquisição de Créditos Tributários	-	-	7.053	15.086
Bonificações e Prêmios - Períodos Seguintes	-	-	3.249	-
CPMF - Exigibilidade Suspensa	-	-	2.421	2.286
Obrigações com Outras Empresas de Telecomunicações	-	-	1.616	1.616
Devolução de Parcelas de Autofinanciamento - PCT	-	-	607	737
Outras	-	286	16.846	8.996
Total	75.387	286	160.790	69.925
Circulante	75.387	286	143.570	64.643
Longo Prazo	-	-	17.220	5.282

Recursos de autofinanciamento

Correspondem aos créditos de participação financeira, pagos por promitentes assinantes, para aquisição do direito de uso de serviço telefônico fixo comutado, ainda sob a modalidade do extinto autofinanciamento. Ocorreu que, tendo os acionistas da controlada Brasil Telecom S.A. - Filial Rio Grande do Sul (antiga CRT) subscrito integralmente o aumento de capital efetuado para retribuir em ações os créditos de participação financeira, inexistiram sobras de ações para entrega aos promitentes assinantes. Parte desses promitentes que não aceitaram a Oferta Pública da Controlada para devolução dos referidos créditos em dinheiro, conforme estabelece o art. 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, aguardam solução do processo judicial em tramitação, interposto pelo Ministério Público e Outros, pretendendo a retribuição em ações.

42. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria nº 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir, sendo que o montante consolidado existente, de R\$ 7.974 (R\$ 7.974 em 31/12/06), é oriundo de planos negociados anteriormente à edição da citada Portaria, cujos acervos correspondentes já estão incorporados ao imobilizado através das Plantas Comunitárias de Telefonia - PCT. Para a retribuição em ações é necessário aguardar o desembargo judicial decorrente de processos promovidos pelos interessados.

43. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

As informações por segmentos são apresentadas em relação aos negócios da Sociedade e de suas controladas, que foram identificados com base na sua estrutura de atuação e gerenciamento, assim como nas informações gerenciais internas.

As operações realizadas entre os segmentos de negócios apresentados foram basculadas em condições equivalentes ao mercado.

Os resultados por segmento, assim como os itens patrimoniais apresentados, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, levando em conta também aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



	2007						
	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Call Center	Administração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado
Receita Operacional Bruta	13.911.298	2.445.806	445.820	22.151	-	(827.687)	15.997.388
Deduções da Receita Bruta	(4.178.153)	(699.872)	(66.305)	(1.252)	-	6.740	(4.938.842)
Receita Operacional Líquida	9.733.145	1.745.934	379.515	20.899	-	(820.947)	11.058.546
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.487.894)	(1.531.692)	(55.203)	(20.517)	-	713.105	(6.382.201)
Lucro Bruto	4.245.251	214.242	324.312	382	-	(107.842)	4.676.345
Despesas Operacionais, Líquidas	(2.487.461)	(546.325)	(400.630)	(617)	(23.981)	108.859	(3.350.155)
Comercialização dos Serviços	(898.192)	(453.909)	(274.212)	-	-	140.961	(1.485.352)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.158.241)	(128.803)	(68.475)	(617)	(16.957)	24.215	(1.348.878)
Remuneração dos Administradores	(8.290)	-	(808)	-	(1.448)	-	(10.546)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(422.738)	36.387	(57.135)	-	(5.576)	(56.317)	(505.379)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	1.757.790	(332.083)	(76.318)	(235)	(23.981)	1.017	1.326.190
Contas a Receber de Clientes	2.033.133	194.556	110.223	22.151	-	(170.362)	2.189.701
Estoques	6.165	26.546	-	-	-	-	32.711
Imobilizado e Intangível, Líquidos	5.254.440	1.399.206	59.332	-	788	-	6.713.766

	2006					
	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Administração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado
Receita Operacional Bruta	13.653.447	1.788.972	342.050	-	(673.151)	15.111.318
Deduções da Receita Bruta	(4.234.182)	(541.595)	(42.508)	-	3.626	(4.814.659)
Receita Operacional Líquida	9.419.265	1.247.377	299.542	-	(669.525)	10.296.659
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.769.433)	(1.176.083)	(145.564)	-	631.151	(6.459.929)
Lucro Bruto	3.649.832	71.294	153.978	-	(38.374)	3.836.730
Despesas Operacionais, Líquidas	(2.328.060)	(548.647)	(215.156)	(18.077)	43.726	(3.066.214)
Comercialização dos Serviços	(986.621)	(432.432)	(135.687)	-	84.108	(1.470.632)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.123.975)	(125.930)	(76.576)	(15.210)	19.427	(1.322.264)
Remuneração dos Administradores	(7.767)	-	(213)	(1.408)	-	(9.388)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(209.697)	9.715	(2.680)	(1.459)	(59.809)	(263.930)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	1.321.772	(477.353)	(61.178)	(18.077)	5.352	770.516
Contas a Receber de Clientes	1.966.744	196.266	69.383	-	(104.739)	2.127.654
Estoques	5.674	58.490	-	-	-	64.164
Imobilizado e Intangível, Líquidos	6.129.360	1.472.857	96.400	1.044	(882)	7.698.779

44. LEI 11.638/07 – ALTERAÇÕES À LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

Em 28 dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade e atribui à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto. As principais alterações introduzidas pela Lei tem aplicação a partir de 2008 e referem-se a: (i) substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC; (ii) obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA; (iii) possibilidade de inclusão da escrituração tributária na escrituração mercantil, com segregação entre as demonstrações mercantis e as tributárias; (iv) criação do subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido; (v) normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros; (vi) obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes; (vii) alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial; (viii) possibilidade da criação da Reserva de Incentivos Fiscais; e (ix) obrigatoriedade da contabilização de novos ativos a valor de mercado, nos casos de incorporação, fusão ou cisão.

A Sociedade já adota a divulgação da DFC e DVA e a segregação do Intangível no ativo permanente. Na data de elaboração destas demonstrações contábeis não foi possível estimar os eventuais efeitos decorrentes da adoção das demais mudanças contempladas pela referida lei, aplicáveis à Sociedade, que poderiam impactar nas suas demonstrações contábeis.

45. EVENTO SUBSEQÜENTE

Criação da Sociedade iG Participações S.A. e Conferência de Investimentos entre Controladas

Em 7 de janeiro de 2008, foi constituída a sociedade iG Participações S.A. (“iG Part”), com a integralização de capital social no montante de R\$ 5, representado pela emissão de cinco mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A subscrição e integralização foi realizada pela BrTI e Freelance, na proporção 98% e 2%, respectivamente. Tal sociedade, com sede em Brasília – DF, tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, e em outros entes, incluindo consórcios, fundos, fundações ou associações, nacionais ou estrangeiros, como sócia, acionista ou quotista, controladora ou não, que tenham por objeto ou desenvolvam atividades relacionadas ao setor de telecomunicações ou a prestação de serviços de internet e atividades correlatas.

Em 10 de janeiro de 2008 a sociedade iG Cayman conferiu seu investimento detido na iG Brasil à iG Part no montante de R\$ 76.867, representando uma integralização de capital social, correspondida pela emissão de 76.866.991 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Financiamento do BNDES para a BrT Celular

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, na data de 9 de janeiro de 2008 comunicou a aprovação de um financiamento de R\$ 259.100 para a 14 Brasil Telecom Celular S.A., para ser aplicado na expansão e modernização da rede de telefonia celular (serviço móvel pessoal) até 2009. O financiamento terá o prazo total de nove anos e seis meses, com carência de trinta meses, período a partir do qual ocorrerá a amortização em oitenta e quatro parcelas mensais. Os encargos desse financiamento estão associados à variação da TJLP, acrescidos de 3,52% a.a. A captação dos recursos desse financiamento, já aprovado pelos órgãos da administração, está prevista para ocorrer nos exercícios de 2008 e 2009, após a assinatura do contrato e de acordo com os procedimentos do órgão financiador.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Comunicado

A seguir está reproduzido o comunicado conjunto da Sociedade e da Brasil Telecom S.A., divulgado após a data de encerramento do balanço:

Comunicação divulgado em 9 de janeiro de 2008:

“

Brasil Telecom Esclarece Consulta da CVM

Em atendimento aos Ofícios CVM/SEP/GEA-2/No. 003/08 e CVM/SEP/GEA-4/No. 004/08, enviados, respectivamente, em 08 e 09 de janeiro de 2008, sobre notícias que vêm sendo veiculadas na imprensa, como o jornal Valor Econômico, sob o título “*BrT prepara reestruturação societária*” e “*Oi recompra ações de olho em possível consolidação*”, comentários da coluna “*De olho na bolsa*”, assim como em razão de notas hoje veiculadas no Radar On-Line (“*Telemar Compra Brasil Telecom*”), a Brasil Telecom Participações S.A. e a Brasil Telecom S.A. (em conjunto, as “*Companhias*”) esclarecem que não têm qualquer participação em eventual negociação sobre a alienação das ações de empresas de sua estrutura societária por seus acionistas controladores. Adicionalmente, as Companhias reforçam que não firmaram qualquer entendimento, mesmo que preliminar, sobre fusão ou compra ou venda com a Oi/Telemar ou com qualquer outra empresa ou veículo de investimento.

As Companhias comunicam ainda que as empresas do grupo de controle da cadeia societária de Brasil Telecom (Solpart Participações S.A., Techold Participações S.A., Invitel S.A. e Zain Participações S.A., aqui referidas como as “*Sociedades Controladoras*”) foram indagadas e se manifestaram nos seguintes termos:

“Como é de amplo conhecimento dos acionistas das Companhias e do mercado em geral, as Sociedades Controladoras têm avaliado, com o auxílio de assessorias especializadas, várias alternativas estratégicas para as suas participações societárias nas Companhias.

As Sociedades Controladoras esclarecem que, em que pesem rumores em contrário, e nada obstante haver discussões a respeito, não tomaram qualquer decisão no sentido de realizar uma reorganização societária das Companhias, nem tampouco firmaram qualquer compromisso, mesmo que preliminar, sobre fusão ou compra ou venda com a Oi/Telemar ou com qualquer outra empresa ou veículo de investimento.

As Sociedades Controladoras informam que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, divulgarão prontamente qualquer ato ou fato relevante nesse sentido que possa vir a se configurar.”

Brasília, 9 de janeiro de 2008.

Paulo Narcélio Simões Amaral

Diretor de Relações com Investidores

Brasil Telecom Participações S.A.

Brasil Telecom S.A.”

46. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em Reunião do Conselho de Administração da Sociedade, realizada na data de 29 de janeiro de 2008, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento do exercício social de 2007, estando aprovadas para divulgação.

Brasília (DF), 29 de janeiro de 2008.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Spinelli Silva Junior
Presidente

Pedro Paulo Elejalde de Campos
Vice-Presidente

Elemér André Surányi
Conselheiro

Kevin Michael Altit
Conselheiro

José Luiz Guimarães Junior
Conselheiro

Ricardo Ferraz Torres
Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Knoepfelmacher
Diretor Presidente

Francisco Aurélio Sampaio Santiago
Diretor Técnico

Luiz Francisco Tenório Perrone
Diretor de Recursos Humanos

Paulo Narcélio Simões Amaral
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

João Alberto Santos
Diretor de Controladoria

Wagner Brilhante de Albuquerque
Gerente de Contabilidade Corporativa

Célio José Godinho
Contador CRC SC-0007293/T-8 DF



Brasil Telecom Participações S.A.

*Demonstrações Contábeis
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Brasil Telecom Participações S.A.
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, da Brasil Telecom Participações S.A. e suas controladas ("Sociedade") levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado, da Brasil Telecom Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, controladora e consolidado, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tomadas em conjunto.

Brasília, 29 de janeiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "S" DF

Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" DF

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
(Prejuízo)				
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE				
17	1.839.397	1.369.747	7.482.132	7.482.132
18	1.231.247	348.012	2.708.005	1.730.004
19	213.626	1.316.891	779.502	3.160.487
20	-	-	2.210.090	2.160.701
21	-	-	54.048	32.711
22	-	-	1.758	1.737
23	-	-	29.178	-
24	6.543	13.683	973.093	834.615
25	40	40	879.012	320.306
26	183.427	474.247	-	-
27	2.486	8.874	168.120	180.481
28	-	-	-	-
29	-	-	-	-
30	-	-	-	-
31	-	-	-	-
32	-	-	-	-
33	-	-	-	-
34	-	-	-	-
35	-	-	-	-
36	-	-	-	-
37	-	-	-	-
38	-	-	-	-
39	-	-	-	-
40	-	-	-	-
41	-	-	-	-
42	-	-	-	-
43	-	-	-	-
44	-	-	-	-
45	-	-	-	-
46	-	-	-	-
47	-	-	-	-
48	-	-	-	-
49	-	-	-	-
50	-	-	-	-
51	-	-	-	-
52	-	-	-	-
53	-	-	-	-
54	-	-	-	-
55	-	-	-	-
56	-	-	-	-
57	-	-	-	-
58	-	-	-	-
59	-	-	-	-
60	-	-	-	-
61	-	-	-	-
62	-	-	-	-
63	-	-	-	-
64	-	-	-	-
65	-	-	-	-
66	-	-	-	-
67	-	-	-	-
68	-	-	-	-
69	-	-	-	-
70	-	-	-	-
71	-	-	-	-
72	-	-	-	-
73	-	-	-	-
74	-	-	-	-
75	-	-	-	-
76	-	-	-	-
77	-	-	-	-
78	-	-	-	-
79	-	-	-	-
80	-	-	-	-
81	-	-	-	-
82	-	-	-	-
83	-	-	-	-
84	-	-	-	-
85	-	-	-	-
86	-	-	-	-
87	-	-	-	-
88	-	-	-	-
89	-	-	-	-
90	-	-	-	-
91	-	-	-	-
92	-	-	-	-
93	-	-	-	-
94	-	-	-	-
95	-	-	-	-
96	-	-	-	-
97	-	-	-	-
98	-	-	-	-
99	-	-	-	-
100	-	-	-	-
101	-	-	-	-
102	-	-	-	-
103	-	-	-	-
104	-	-	-	-
105	-	-	-	-
106	-	-	-	-
107	-	-	-	-
108	-	-	-	-
109	-	-	-	-
110	-	-	-	-
111	-	-	-	-
112	-	-	-	-
113	-	-	-	-
114	-	-	-	-
115	-	-	-	-
116	-	-	-	-
117	-	-	-	-
118	-	-	-	-
119	-	-	-	-
120	-	-	-	-
121	-	-	-	-
122	-	-	-	-
123	-	-	-	-
124	-	-	-	-
125	-	-	-	-
126	-	-	-	-
127	-	-	-	-
128	-	-	-	-
129	-	-	-	-
130	-	-	-	-
131	-	-	-	-
132	-	-	-	-
133	-	-	-	-
134	-	-	-	-
135	-	-	-	-
136	-	-	-	-
137	-	-	-	-
138	-	-	-	-
139	-	-	-	-
140	-	-	-	-
141	-	-	-	-
142	-	-	-	-
143	-	-	-	-
144	-	-	-	-
145	-	-	-	-
146	-	-	-	-
147	-	-	-	-
148	-	-	-	-
149	-	-	-	-
150	-	-	-	-
151	-	-	-	-
152	-	-	-	-
153	-	-	-	-
154	-	-	-	-
155	-	-	-	-
156	-	-	-	-
157	-	-	-	-
158	-	-	-	-
159	-	-	-	-
160	-	-	-	-
161	-	-	-	-
162	-	-	-	-
163	-	-	-	-
164	-	-	-	-
165	-	-	-	-
166	-	-	-	-
167	-	-	-	-
168	-	-	-	-
169	-	-	-	-
170	-	-	-	-
171	-	-	-	-
172	-	-	-	-
173	-	-	-	-
174	-	-	-	-
175	-	-	-	-
176	-	-	-	-
177	-	-	-	-
178	-	-	-	-
179	-	-	-	-
180	-	-	-	-
181	-	-	-	-
182	-	-	-	-
183	-	-	-	-
184	-	-	-	-
185	-	-	-	-
186	-	-	-	-
187	-	-	-	-
188	-	-	-	-
189	-	-	-	-
190	-	-	-	-
191	-	-	-	-
192	-	-	-	-
193	-	-	-	-
194	-	-	-	-
195	-	-	-	-
196	-	-	-	-
197	-	-	-	-
198	-	-	-	-
199	-	-	-	-
200	-	-	-	-
201	-	-	-	-
202	-	-	-	-
203	-	-	-	-
204	-	-	-	-
205	-	-	-	-
206	-	-	-	-
207	-	-	-	-
208	-	-	-	-
209	-	-	-	-
210	-	-	-	-
211	-	-	-	-
212	-	-	-	-
213	-	-	-	-
214	-	-	-	-
215	-	-	-	-
216	-	-	-	-
217	-	-	-	-
218	-	-	-	-
219	-	-	-	-
220	-	-	-	-
221	-	-	-	-
222	-	-	-	-
223	-	-	-	-
224	-	-	-	-
225	-	-	-	-
226	-	-	-	-
227	-	-	-	-
228	-	-	-	-
229	-	-	-	-
230	-	-	-	-
231	-	-	-	-
232	-	-	-	-
233	-	-	-	-
234	-	-	-	-
235	-	-	-	-
236	-	-	-	-
237	-	-	-	-
238	-	-	-	-
239	-	-	-	-
240	-	-	-	-
241	-	-	-	-
242	-	-	-	-
243	-	-	-	-
244	-	-	-	-
245	-	-	-	-
246	-	-	-	-
247	-	-	-	-
248	-	-	-	-
249	-	-	-	-
250	-	-	-	-
251	-	-	-	-
252	-	-	-	-
253	-	-	-	-
254	-	-	-	-
255	-	-	-	-
256	-	-	-	-
257	-	-	-	-
258	-	-	-	-
259	-	-	-	-
260	-	-	-	-
261	-	-	-	-
262	-	-	-	-
263	-	-	-	-
264	-	-	-	-
265	-	-	-	-
266	-	-	-	-
267	-	-	-	-
268	-	-	-	-
269	-	-	-	-
270	-	-	-	-
271	-	-	-	-
272	-	-	-	-
273	-	-	-	-
274	-	-	-	-
275	-	-	-	-
276	-	-	-	-
277	-	-	-	-
278	-	-	-	-
279	-	-	-	-
280	-	-	-	-
281	-	-	-	-
282	-	-	-	-
283	-	-	-	-
284	-	-	-	-
285	-	-	-	-
286	-	-	-	-
287	-	-	-	-
288	-	-	-	-
289	-	-	-	-
290	-	-	-	-
291	-	-	-	-
292	-	-	-	-
293	-	-	-	-
294	-	-	-	-
295	-	-	-	-
296	-	-	-	-
297	-	-	-	-
298	-	-	-	-
299	-	-	-	-
300	-	-	-	-
301	-	-	-	-
302	-	-	-	-
303	-	-	-	-
304	-	-	-	-
305	-	-	-	-
306	-	-	-	-
307	-	-	-	-
308	-	-	-	-
309	-	-	-	-
310	-	-	-	-
311	-	-	-	-
312	-	-	-	-
313	-	-	-	-
314	-	-	-	-
315	-	-	-	-
316	-	-	-	-
317	-	-	-	-
318	-	-	-	-
319	-	-	-	-
320	-	-	-	-
321	-	-	-	-
322	-	-	-	-
323	-	-	-	-
324	-	-	-	-
325	-	-	-	-
326	-	-	-	-
327	-	-	-	-
328	-	-	-	-
329	-	-	-	-
330	-	-	-	-
331	-	-	-	-
332	-	-	-	-
333	-	-	-	-
334	-	-	-	-
335	-	-	-	-
336	-	-	-	-
337	-	-	-	-
338	-	-	-	-
339	-	-	-	-
340	-	-	-	-
341	-	-	-	-
342	-	-	-	-
343	-	-	-	-
344	-	-	-	-
345	-	-	-	-
346	-	-	-	-
347	-	-	-	-
348	-	-	-	-
349	-	-	-	-
350	-	-	-	-
351	-	-	-	-
352	-	-	-	-
353	-	-	-	-
354	-	-	-	-
355	-	-	-	-
356	-			

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2008	2007 (Reapresentação)	2008	2007 (Reapresentação)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Deduções da Receita Bruta	10	-	-	17.007.142	15.997.388
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	-	-	(5.710.307)	(4.938.842)
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	10	-	-	11.296.835	11.058.546
LUCRO BRUTO	11	-	-	(6.209.418)	(6.382.201)
		-	-	5.087.417	4.676.345
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comercialização dos Serviços	12	26.616	(17.999)	(3.223.511)	(3.332.228)
Despesas Gerais e Administrativas	13	(26.751)	-	(1.364.223)	(1.485.352)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	14	53.367	(18.405)	(1.428.101)	(1.336.866)
			406	(431.187)	(510.010)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS E RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL					
Despesas Financeiras, Líquidas	15	26.616	(17.999)	1.863.906	1.344.117
Resultado de Equivalência Patrimonial	26	(143.014)	(109.602)	(524.551)	(500.982)
		691.122	533.406	-	-
LUCRO OPERACIONAL		574.724	405.805	1.339.355	843.135
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		574.724	405.805	1.339.355	843.135
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	16	(39.487)	(64.312)	(590.955)	(359.340)
LUCRO APÓS IMPOSTOS E ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		535.237	341.493	748.400	483.795
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	(337.145)	(261.572)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DE JSCP		535.237	341.493	411.255	222.223
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	9	264.800	336.300	370.951	450.954
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		800.037	677.793	782.206	673.177
Ações em Circulação na data do balanço		362.488.413	362.488.413		
Lucro Líquido por ação (em R\$)		2,21	1,87		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

	Capital Social	Reservas de Capital		Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reservas de Lucros				Total
		Ágio na Subscrição de Ações	Outras			Reserva para Investimentos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2.596.272	306.961	2.217	232.169	74.180	-	-	2.087.231	(20.846)	5.278.184
Ajustes de Exercícios Anteriores										
Ajuste pela Adoção da Lei nº 11.638/07 ⁽¹⁾								(49.274)		(49.274)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (Ajustados)	2.596.272	306.961	2.217	232.169	74.180	-	-	2.037.957	(20.846)	5.228.910
Movimentações de Lucros Acumulados										
Reversão de Reservas								74.180		-
Lucro Líquido do Exercício								675.906		675.906
Originalmente Apresentado								1.887		1.887
Ajuste pela Adoção da Lei nº 11.638/07 ⁽¹⁾								677.793		677.793
Lucro Líquido do Exercício Ajustado								8.714		8.714
Dividendos Prescritos								(33.795)		-
Destinação Proposta à A.G.O.				33.795				(716.291)		(716.291)
Constituição da Reserva Legal										
Dividendos/JSCP Propostos										
Reserva para Investimentos										
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Ajustados)	2.596.272	306.961	2.217	265.964	-	-	-	2.048.558	(20.846)	5.199.126
Movimentações de Lucros Acumulados										
Lucro Líquido do Exercício								800.037		800.037
Dividendos Prescritos								29.249		29.249
Destinação Proposta à A.G.O.				40.002				(40.002)		(40.002)
Constituição da Reserva Legal								(264.800)		(264.800)
Dividendos/JSCP Propostos								(2.077.807)		(2.077.807)
Reserva para Investimentos								(495.235)		(495.235)
Atribuição a Exercícios Sociais Anteriores										
Destinação do Exercício Social de 2008										
Outras Movimentações de Patrimônio Líquido										
Ações em Tesouraria									20.846	20.846
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	2.596.272	306.961	2.217	305.968	-	2.573.042	(20.846)	-	-	5.763.612

(1) Vide nota explicativa nº 2.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.



BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2008	2007 Reapresentação	2008	2007 Reapresentação
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (Considera Reversão de JSCP)	839.524	742.105	1.710.306	1.294.089
Itens de Resultado que não Afetam o Caixa	(738.983)	(601.177)	3.801.264	3.820.640
Depreciação e Amortização	205	256	2.072.756	2.441.731
Perdas com Contas a Receber de Clientes	-	-	370.242	348.001
Provisão/Reversão para Contingências	(954)	1.215	710.531	850.888
Provisões para Fundos de Pensão	-	-	81.324	89.875
Recuperação de Despesas com Fundos de Pensão - Superávit	-	-	(61.104)	(61.209)
Recuperação de Tributos	-	(69.758)	-	(69.758)
Resultado na Baixa do Ativo Permanente	(46.321)	(454)	(38.895)	19.398
Equivalência Patrimonial	(691.122)	(533.406)	-	-
Ganhos com Investimentos	(791)	970	43.415	974
Encargos Financeiros Provisoriamente	-	-	622.995	420.930
Mutações Patrimoniais	37.105	32.549	(1.173.378)	(863.560)
Contas a Receber de Clientes	-	-	(390.631)	(410.050)
Estoques	-	-	(21.338)	31.453
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	(5)	2	18.086	24.991
Contas a Pagar e Despesas Provisoriamente	(10.920)	(11.612)	(376.700)	(50.806)
Tributos	39.880	(23.979)	(135.737)	61.272
Autorizações para Exploração de Serviços	-	-	90.773	(101.905)
Provisões para Contingências	-	(450)	(451.050)	(469.624)
Provisões para Fundos de Pensão	-	-	(13.278)	(51.143)
Outras Contas Ativas e Passivas	8.150	68.568	108.497	102.252
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	137.646	173.477	4.338.192	4.251.169
Encargos Financeiros Pagos	-	-	(525.468)	(585.267)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(619.923)	(359.016)
Dividendos/JSCP Recebidos de Controladas	474.248	241.145	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	611.892	414.622	3.192.801	3.306.886
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações Financeiras	1.103.256	(14.093)	2.386.698	477.060
Recursos Obtidos na Venda de Ativo Permanente	54.381	-	78.604	47.708
Depósitos Judiciais	(32.766)	(372)	(1.755.969)	(871.807)
Aplicações no Ativo Permanente	-	(1.385)	(1.438.442)	(1.317.712)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.124.871	(15.850)	(729.109)	(1.664.751)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos/JSCP Pagos no Exercício	(651.528)	(382.306)	(861.891)	(493.180)
Empréstimos e Financiamentos	-	-	378.000	(841.687)
Empréstimos Obtidos	-	-	739.338	601.028
Empréstimos Liquidados	-	-	(336.428)	(1.417.006)
Pagamento de Obrigação por Arrendamento	-	-	(24.910)	(25.709)
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(651.528)	(382.306)	(483.891)	(1.334.867)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	1.085.235	16.466	1.979.801	307.268
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo Final	1.231.247	146.012	2.709.805	730.004
Saldo Inicial	146.012	129.548	730.004	422.738
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.085.235	16.466	1.979.801	307.268
Informações Suplementares aos Fluxos de Caixa				
Varição entre Investimento Econômico e Financeiro (Ativo Imobilizado e Intangível)	-	-	(1.239.463)	(82.082)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
		Representações		Representações
RECEITAS				
Vendas de Serviços e Mercadorias	53.378	5,7 %	15.623.694	100,0 %
Descontos Incondicionais e Cancelamentos	-	-	17.007.142	103,4 %
Perdas com Contas a Receber	-	-	(1.320.766)	(15,0) %
Outras Receitas	53.378	5,7 %	(370.242)	(4,2) %
			507.760	5,8 %
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.976)	(0,4) %	(5.223.682)	(99,4) %
Matérias	(3)	-	(395.235)	(4,5) %
Serviços de Terceiros	(3.781)	(0,4) %	(4.734.618)	(50,6) %
Outras Designações de Terceiros	(192)	-	(93.629)	(1,1) %
RETENÇÕES	749	0,1 %	(2.783.287)	(31,7) %
Depreciação e Amortização	(205)	-	(2.072.756)	(23,6) %
Provisões para Contingências	954	0,1 %	(710.531)	(8,1) %
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	50.151	5,4 %	7.818.924	88,9 %
Resultado da Equivalência Patrimonial	890.730	94,6 %	8.888.133	88,9 %
Dividendos (Investimentos ao Custo de Aquisição)	881.122	73,4 %	881.947	11,1 %
Recursos Financeiros	2	-	-	-
Recursos de Aluguéis	199.606	21,2 %	712	712
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	940.881	100,0 %	8.794.506	100,0 %
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração pelo Trabalho	13.950	1,5 %	892.545	10,1 %
Honorários, Salários e Adicionais	13.945	1,5 %	423.729	4,8 %
Encargos, Benefícios Sociais e Participações	5	-	387.492	4,4 %
Provisões para Fundos de Paredão	-	-	81.324	0,9 %
Governo - Tributos	64.949	6,9 %	5.352.699	60,9 %
Doações e Patrocínios	5	-	23.011	0,3 %
Rentistas	61.940	6,6 %	1.406.900	16,0 %
Aluguéis, Arrendamentos e Seguros	8.575	0,9 %	400.631	4,7 %
Despesas Financeiras	53.365	5,7 %	966.608	11,3 %
Acionistas	304.802	32,4 %	410.953	4,7 %
Juros sobre o Capital Próprio	264.800	28,1 %	370.991	4,2 %
Dividendos	-	-	-	-
Destinação para Reserva Legal	40.002	4,3 %	-	-
Participação de Acionistas Não Controladores	495.235	52,6 %	230.994	2,6 %
Lucro/Insuficiência do Valor Retido	940.881	100,0 %	477.404	5,4 %
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO			8.794.506	100,0 %
Informações Adicionais:				
Dividendos Distribuídos com Valor Adicionado de Exercícios Anteriores	-	-	-	74.160

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil Telecom Participações S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 – Lei Geral das Telecomunicações, como parte do processo de cisão da TELEBRÁS, cujo protocolo e justificação da cisão foi aprovado em 22 de maio de 1998 em assembleia de acionistas.

A Sociedade tem por objeto social exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços públicos de telefonia fixa na Região II do Plano Geral de Outorgas ("PGO") aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 02 de abril de 1998. Tal controle é exercido através da Brasil Telecom S.A., que é uma concessionária responsável pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") na Região II do PGO. Adicionalmente, a Sociedade pode participar do capital de outras sociedades.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na *Securities and Exchange Commission – SEC* – dos EUA, tendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), onde também integra o Nível 1 de Governança Corporativa, e negocia seus *American Depositary Receipts ("ADR's")* na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

O controle da Sociedade é exercido pela SOLPART Participações S.A. ("SOLPART"), correspondendo, na data de encerramento do exercício, a 51,41% do capital votante e 18,93% do capital total.

Controladas Diretas da Sociedade

a. Brasil Telecom S.A.

A Brasil Telecom S.A. é uma concessionária responsável pelo STFC na Região II do PGO, que abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Nessa área, a Brasil Telecom S.A. presta desde julho de 1998 o STFC, nas modalidades local e de longa distância nacional intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Brasil Telecom S.A. passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões. Na modalidade local, o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, com vigência até 31 de dezembro de 2025. Informações adicionais sobre esses contratos estão citadas na nota explicativa nº 5 m.

As informações referentes às metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado de sua Controlada estão disponíveis para acompanhamento dos interessados na página eletrônica da ANATEL, no site www.anatel.gov.br.

b. Nova Tarrafa Participações Ltda. e Nova Tarrafa Inc.

A Sociedade também detém o controle da Nova Tarrafa Participações Ltda. ("NTP") e da Nova Tarrafa Inc.

("NTI"). O objeto social destas controladas é a participação no capital da Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), que se dedica à prestação de acesso à Internet. O controle da iG Cayman pertence à Brasil Telecom Serviços de Internet S.A., sociedade também controlada indiretamente e que atua no segmento de Internet.

A participação da NTP e NTI no iG Cayman na data de encerramento do balanço era de 9,42% (9,25% em 31/12/07) e 0,16% (0,16% em 31/12/07), respectivamente, sendo que em conjunto com a Brasil Telecom Serviços de Internet S.A. a participação total é de 100% (98,2% em 31/12/07). A alteração da participação no exercício foi devida à recompra de ações próprias pela iG Cayman, as quais pertenciam a acionistas não integrantes das empresas sob o controle da Sociedade.

Controladas Indiretas da Sociedade

No segundo semestre de 2006 teve início o processo de reorganização societária das empresas controladas da Brasil Telecom S.A., conforme aprovado pelo seu conselho de administração. Tal reorganização visou a otimização da estrutura de controle com a redução de empresas, concentração de atividades afins, simplificação das participações societárias entre as empresas. As alterações societárias realizadas, efetuadas com base nos valores contábeis, não causaram impactos relevantes na estrutura de custos. Alterações ocorridas no exercício de 2008 estão citadas nos comentários das empresas abaixo, quando a elas atribuídas.

A controlada Brasil Telecom S.A. possui o controle das seguintes sociedades:

a. 14 Brasil Telecom Celular S.A.

A 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular") é uma subsidiária integral que opera desde o quarto trimestre de 2004 na prestação do Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), tendo autorização para atender a Região II do PGO.

b. BrT Serviços de Internet S.A.

A BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI") é uma subsidiária integral, que até 31 de julho de 2008 teve como principal produto o provimento de acesso à Internet através de banda larga. Em 1º de agosto de 2008 as atividades de Internet foram transferidas para sua controlada Internet Group do Brasil S.A. e corresponderam ao acervo cindido de R\$ 26.423, apurado a valor contábil. A BrTI reduziu no mesmo montante o valor de seu capital social detido pela Brasil Telecom S.A., que por sua vez recebeu em troca o aumento do capital social da Internet Group do Brasil S.A.

A BrTI continua a prestar serviços de valor agregado, atendendo aos clientes cujos contratos definem condições específicas.

A BrTI detém o controle das sociedades citadas a seguir:

Empresas iG

As empresas iG compreendem as sociedades Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), iG Participações S.A. ("iG Part") e Internet Group do Brasil S.A. ("iG Brasil").

A iG Brasil tem sua operação baseada no provimento de acesso à Internet, tanto discado quanto banda larga. Também provê serviços de valor agregado voltado para o mercado residencial e empresarial, incluindo o acelerador de conexão à Internet. Além desses serviços, a iG Brasil também conta com a venda de espaço publicitário em seu portal.

O controle da BrTI nas Empresas iG até a data de 25 de abril de 2008 era representado pela participação de 88,81% no capital social da iG Cayman, constituída nas Ilhas Caimãs. Na data citada, a iG Cayman declarou



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



dividendos aos acionistas detentores das ações *Series A Convertible Preferred Shares*, no montante equivalente à quantia de R\$ 76.494, sendo R\$ 51.215 para a acionista BrTI e R\$ 25.279 para os acionistas não controladores, externos às empresas da Brasil Telecom. Em ato contínuo, a iG Cayman procedeu à recompra das ações dos acionistas não controladores, externos às empresas da Brasil Telecom, pela equivalente quantia de R\$ 19.552 (valor nominal). Após a recompra de ações, a participação da BrTI na iG Cayman passou a ser de 90,42%. A recompra de ações citada constou do Comunicado da Sociedade divulgado ao mercado em 29 de abril de 2008.

A iG Cayman é uma *holding* que detém, por sua vez, o controle da iG Part, a qual mantém investimento da ordem de 32,53% no capital social da iG Brasil. iG Part e iG Brasil são empresas estabelecidas no Brasil.

Na data de 2 de junho de 2008, a sociedade iG Brasil incorporou a Freelance S.A. ("Freelance"), empresa que detinha as operações iBest, voltadas à área de Internet e, por conseguinte, convergentes com as operações da iG Brasil. O laudo de incorporação elaborado com base nas demonstrações contábeis de encerramento da Freelance, datadas de 31 de maio de 2008, apurou o acervo líquido de R\$ 102.917. A BrTI, que era detentora de 100% do capital social da Freelance, detém atualmente 53,82% da totalidade das ações da iG Brasil.

Da antiga composição societária das empresas que integravam as operações iBest, cabe o destaque sobre a extinção da empresa constituída nas Ilhas Caimãs, a iBest Holding Corporation, a qual não mantinha operações. O certificado de dissolução da sociedade, emitido nas Ilhas Caimãs em 23 de maio de 2008, resultou na baixa do investimento de R\$ 34 registrado na BrTI, sua única acionista.

Em 2 de junho de 2008, a iG Brasil também incorporou a Central de Serviços Internet Ltda. ("CSI"), sociedade da qual detinha 99,99% do capital social. A CSI era uma prestadora exclusiva de serviços da iG Brasil e o acervo líquido incorporado, constante do laudo apurado na data de 31 de maio de 2008, correspondeu ao valor de R\$ 1.367.

Agência O Jornal da Internet Ltda. ("Jornal Internet")

A BrTI mantém o investimento de trinta por cento no capital social da sociedade Jornal Internet, que tem por objeto a comercialização de bens e serviços por meio da Internet, edição de jornais diários ou periódicos, bem como a captação, geração e divulgação de notícias sobre fatos selecionados. Setenta por cento do capital social da sociedade Jornal Internet é detido por Caio Túlio Vieira Costa, diretor vice-presidente das empresas de Internet controladas da Sociedade.

c. Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda.

A Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS"), em conjunto com suas sociedades controladas, opera através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

A BrT CS detém a totalidade do capital social da Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda"), a qual, por sua vez, detém o total das ações da Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") e da Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela"). Em 24 de dezembro de 2008 foi obtido o registro da empresa Brasil Telecom de Colombia, Empresa Unipersonal ("BrT Colombia"), cujo controle cabe à BrT SCS Bermuda. A nova empresa aguarda pela integralização de seu capital social, não possuindo operações comerciais na data de encerramento do balanço.

d. BrT Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")

A Brasil Telecom S.A. detinha até 10 de abril de 2007 100% do capital da MTII Ventures do Brasil Ltda. ("MTII"), sociedade *holding* que possuía o controle do capital da BrT Multimídia, sendo que a Brasil Telecom S.A. e a BrTI detinham a participação restante. Na data citada, em Assembléia Geral Extraordinária

realizada, foi deliberado à Brasil Telecom S.A. incorporar a MTH. Atualmente a Brasil Telecom S.A. participa com 89,83% no capital social da BrT Multimídia, sendo que a participação restante de 10,17% pertence à BrTI.

A BrT Multimídia é provedora de serviços de rede privada de telecomunicações através de redes digitais de fibra ótica de âmbito local em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e rede de longa distância conectando esses centros comerciais metropolitanos. Atua em âmbito nacional através de acordos comerciais com outras empresas de telecomunicações para oferecer serviços para as demais regiões do Brasil. Também possui centros de soluções de Internet em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza, que oferecem serviços de *co-location*, *hosting* e demais serviços de valor agregado.

e. Vant Telecomunicações S.A. ("VANT")

Sociedade da qual a Brasil Telecom S.A. detém, praticamente, a totalidade do capital social. A BrTI possui apenas uma ação do capital social da VANT, o que representa menos de 0,01% de participação.

A VANT tem por objeto a prestação de serviços de comunicação multimídia, aquisição e cessão onerosa de capacidades e demais meios, tendo como área de atuação as principais capitais brasileiras.

f. Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")

Anteriormente denominada Santa Bárbara dos Pinhais S.A., a BrT Call Center, juntamente com a alteração de sua denominação social, deliberada na assembleia de acionistas realizada na data de 21 de agosto de 2007, modificou seu objeto social, que passou a ser a prestação de serviços de centrais de atendimento a terceiros, compreendendo as áreas de atendimento a clientes, telemarketing ativo e passivo e serviços de treinamento, suporte e consultoria e atividades afins, dentre outros. Sua atividade operacional teve início no mês de novembro de 2007, na prestação de serviços de *call center* à Brasil Telecom S.A. e às suas sociedades controladas que demandam esse tipo de serviço. Anteriormente os serviços de *call center* eram realizados de forma terceirizada.

g. BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")

Sociedade constituída para prestar serviços de gerenciamento, controle e assessoria no desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros, cujo ato constitutivo obteve o registro comercial em 17 de julho de 2008. A integralização de seu capital social ocorreu em 17 de setembro de 2008, com a participação de 99,99% pertencente à Brasil Telecom S.A. A BrTI detém a participação restante. Na data de encerramento do exercício, a BrT Card possuía somente aplicações financeiras de liquidez imediata, originadas dos recursos da integralização de capital e não havia iniciado suas atividades operacionais.

Instrumento de Quitação e Encerramento de Litígios

Instrumento de Transação

Por ocasião da assinatura do Contrato de Compra e Venda do Controle da Sociedade, foram solucionados os antigos litígios que resultaram em diversas ações originadas com a troca da administração da Brasil Telecom, ocorrida no terceiro trimestre de 2005. Através de fato relevante da Sociedade e da Brasil Telecom Participações S.A., em conjunto com a 14 Brasil Telecom Celular S.A., denominadas Partes Brasil Telecom, divulgado em 25 de abril de 2008, foram anunciados os termos e condições que resultaram no instrumento de transação, citados a seguir:

1 Na data de 25 de abril de 2008, as Partes Brasil Telecom (por si e suas Afiliadas), Opportunity Fund e demais Partes Opportunity/Banco Opportunity (por si e suas Afiliadas) celebraram, em conjunto com Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), um "Instrumento Público de Renúncia, Transação e Quitação" ("Instrumento



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



de Transação”), pelo qual as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity estabeleceram os termos e condições para pôr um fim aos atuais litígios entre as Partes e prevenir novos litígios.

2 – Consoante ao item 1, acima, a Telemar também divulgou em 25 de abril de 2008, por meio de fato relevante próprio, a manifestação de seu interesse em adquirir o controle das Partes Brasil Telecom e de suas controladas, diretas e indiretas, sem que a Telemar seja parte, ou esteja envolvida, de forma direta ou indireta, em litígios de qualquer espécie entre as Partes Opportunity/Banco Opportunity e as Partes Brasil Telecom (e suas respectivas Afiliadas).

3 – É de conhecimento geral que as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity (e suas respectivas Afiliadas) estão envolvidas em disputas e litígios, no Brasil e no exterior. As referidas Partes, sem reconhecer a procedência ou assumir qualquer responsabilidade relacionada aos litígios recíprocos que possuem, concluíram servir ao seu interesse mútuo evitar maior dispêndio de tempo, esforços e recursos na continuação dos litígios atuais e na perseguição de quaisquer outros futuros.

4 – No âmbito do Instrumento de Transação, e para encerramento dos litígios entre as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity, de modo a viabilizar o objetivo indicado no item 2 acima, a Telemar assumiu a obrigação de efetuar um pagamento às Partes Brasil Telecom no valor global de R\$ 175.730.

5 – A quantia indicada foi determinada para pagamento em duas parcelas. A primeira, no valor de R\$ 80.814 para pagamento imediato, em favor da Brasil Telecom S.A., com o encerramento de litígios entre esta e Partes Opportunity/Banco Opportunity, que estão em curso no exterior. A parcela remanescente, no valor de R\$ 94.916, dividida em (i) R\$ 89.071 em favor da Brasil Telecom S.A. e (ii) R\$ 5.845 em favor da Brasil Telecom Participações S.A., estabelecida para ser liquidada após a aprovação, pelas Assembléias Gerais da Brasil Telecom Participações S.A. e da Brasil Telecom S.A, a serem especialmente convocadas, das transações nos litígios em trâmite no Brasil.

6 – Segundo o Instrumento de Transação, o acordo entre as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity (e respectivas Afiliadas) para encerrar definitivamente todos os seus litígios e prevenir novos litígios, e a efetivação dos pagamentos a que se obrigou a Telemar, não dependem de que venha a ser consumada a aquisição do controle das Partes Brasil Telecom pela Telemar.

7 – O Instrumento de Transação foi firmado de forma autônoma e independente em relação a quaisquer outros negócios jurídicos ou acordos celebrados entre as Partes Opportunity/Banco Opportunity e Telemar e/ou suas respectivas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum e a validade e eficácia do Instrumento de Transação não foram condicionadas ou vinculadas pela validade, eficácia, cumprimento, satisfação de condições ou qualquer outro evento ou circunstância relacionada a quaisquer outros negócios jurídicos ou acordos celebrados entre as referidas Partes, e/ou suas respectivas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum.

Aprovação do Termo de Transação

A Sociedade e a Brasil Telecom S.A. em suas respectivas Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 29 de maio de 2008, aprovaram, por unanimidade, as quitações e transações objeto do Instrumento de Transação, celebrado com Telemar Norte Leste S.A., Opportunity Fund e Outros, que dependiam de deliberação assemblear. Em decorrência da aprovação, os valores citados no Termo de Transação foram integralmente liquidados pela Telemar e recebidos pela BrT e BrT Part.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critérios de Elaboração das Demonstrações Contábeis



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de conformidade com a legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O conjunto de práticas e normas que regem os registros contábeis e a preparação das demonstrações contábeis tiveram modificações a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Tais modificações são comentadas a seguir.

Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modificou e introduziu novas disposições à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a matéria contábil e a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e, nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as companhias de capital aberto. As principais alterações introduzidas pela Lei têm aplicação a partir do exercício social encerrado em 2008.

Em 3 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449 (“MP nº 449/08”), com força de lei, instituindo o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, com aplicação a partir de 2008 são:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração de Fluxos de Caixa - DFC;
- Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA;
- Criação do subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido e o Intangível, no ativo permanente;
- Normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros, inclusive derivativos;
- Ajuste a valor presente (“AVP”) para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Registro no imobilizado dos bens decorrentes de operações de arrendamento mercantil financeiro;
- Obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes;
- Alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Possibilidade da criação da Reserva de Incentivos Fiscais;
- Eliminação da reserva de reavaliação.

Normativos Emitidos pela CVM

As novas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, vigentes na data de autorização para conclusão das presentes demonstrações contábeis e cuja regulamentação foi emitida pela CVM estão relacionadas a seguir, sendo que tais regulamentações resultam substancialmente das aprovações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

- Deliberação CVM nº 527/07 (CPC 01) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- Deliberação CVM nº 534/08 – (CPC 02) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.
- Deliberação CVM nº 539/08 (CPC – Pronunciamento Conceitual Básico) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis..
- Deliberação CVM nº 547/08 – (CPC 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Deliberação CVM nº 553/08 (CPC 04) – Ativo Intangível.
- Deliberação CVM nº 560/08 – (CPC 05) – Divulgações sobre Partes Relacionadas.
- Deliberação CVM nº 554/08 – (CPC 06) – Operações de Arrendamento Mercantil.
- Deliberação CVM nº 555/08 – (CPC 07) – Subvenção e Assistência Governamentais.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



- Deliberação CVM nº 556/08 – (CPC 08) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.
- Deliberação CVM nº 557/08 – (CPC 09) – Demonstração do Valor Adicionado.
- Deliberação CVM nº 562/08 – (CPC 10) – Pagamentos Baseados em Ações.
- Deliberação CVM nº 563/08 – (CPC 11) – Contratos de Seguro.
- Deliberação CVM nº 564/08 – (CPC 12) – Ajuste a Valor Presente.
- Deliberação CVM nº 565/08 – (CPC 13) – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.
- Deliberação CVM nº 566/08 – (CPC 14) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.
- Instrução CVM nº 475/08 – Dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Sociedade e suas controladas mantêm práticas contábeis uniformes.

A consolidação foi elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 247/96 e inclui a Sociedade e as sociedades citadas na nota nº 1.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas.
- Eliminação dos saldos das contas de investimento e correspondentes participações no capital, reservas e resultados acumulados entre as sociedades consolidadas.
- Segregação das parcelas do patrimônio líquido e do resultado pertencentes aos acionistas não controladores, indicadas em itens específicos.

A conciliação do lucro líquido pertencente à Controladora e ao Consolidado está apresentada a seguir:

	LUCRO LÍQUIDO	
	2008	2007
CONTROLADORA	800.037	677.793
Registros efetuados no Patrimônio Líquido da Controlada		
Dividendos Prescritos	(13.777)	(5.198)
Instrumentos Patrimoniais – Opções de Ações	(3.344)	-
Ganho com Ações em Tesouraria	(710)	-
Juros Capitalizados na Controlada	-	582
CONSOLIDADO	782.206	673.177

Relatório por Segmento

A Sociedade apresenta, complementarmente na nota nº 39, o relatório por segmento de negócio. Um segmento é um componente identificável da sociedade, destinado à prestação de serviços (segmento de negócio), ou fornecimento de produtos e serviços o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes entre si.

Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07

Em decorrência dos novos normativos citados, a Sociedade declara sua adoção inicial pelo cumprimento integral da Lei nº 11.638/07, das normas da CVM inerentes e da MP nº 449/08, estabelecendo como data de transição (“data de transição”) o dia 1º de janeiro de 2007, tomando por ponto de partida as demonstrações contábeis encerradas na data de 31 de dezembro de 2006. De acordo com o § 1º do artigo 186 da Lei nº

6.404/76, os ajustes iniciais decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, relativos à data de transição estão contabilizados na conta de lucros acumulados.

A Sociedade, utilizando a opção da Deliberação CVM nº 565/08, que aprovou o pronunciamento da adoção inicial da referida Lei e ao Regime Tributário de Transição, apresenta em suas demonstrações contábeis comparativas os valores dos períodos mais antigos como se a nova prática contábil sempre estivesse em uso.

Opções Relevantes Efetuadas pela Sociedade Relacionadas à Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Instrumentos Financeiros

A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento original de seu registro. Na aplicação inicial da Lei é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A Sociedade aplicou as regras de classificação e mensuração previstas no CPC 14 ("Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração") na data de transição.

Arrendamento Mercantil Financeiro

Foram incorporados ao ativo imobilizado, na data de transição, os bens arrendados pelo menor valor entre o valor justo dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada até a data de transição. A diferença apurada, líquida dos efeitos fiscais, foi registrada contra lucros acumulados na data de transição.

Ativo Diferido – Despesas Pré-Operacionais e Gastos com Reestruturação

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a MP nº 449/08 extinguiu esse grupo de contas. Dessa forma, a Sociedade optou por efetuar a baixa dos gastos pré-operacionais e os demais gastos diferidos que não foram reclassificados para outro grupo de ativos (ativos intangíveis) na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais.

Opção de Compra de Ações

A Brasil Telecom S.A. possui transações de pagamento baseado em ações (opções de compra de ações) liquidadas com instrumentos de patrimônio líquido e opções liquidadas em dinheiro. Na data de transição, os efeitos da adoção inicial de todas as opções de ações outorgadas pela Sociedade, foram reconhecidos contra lucros acumulados, de acordo com o estabelecido no CPC 10 – Pagamentos Baseados em Ações.

Efeitos Tributários da Aplicação Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Os efeitos tributários decorrentes da adoção inicial da referida lei e medida provisória foram registrados conforme normas existentes, notadamente na contabilização do Imposto de Renda e Contribuição Social. Os ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 contemplam os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável.

Lucros Acumulados

O saldo da conta de lucros acumulados atribuído aos exercícios anteriores foi transferido para reservas de lucros. Cabe destacar que tal saldo havia sido destinado para reserva de investimentos, de acordo com a deliberação das assembleias de acionistas inerentes a cada exercício passado.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Efeitos da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Reconciliação do Patrimônio Líquido na Data de Transição – 1º de janeiro de 2007

CONTROLADORA		
	Notas	01/01/2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		5.278.184
Equivalência Patrimonial sobre Ajustes da Lei nº 11.638/07 em Controladas	c	(49.274)
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		5.228.910

CONSOLIDADO		
	Notas	01/01/2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		5.278.184
Arrendamento Mercantil Financeiro	d	(4.859)
Valor Justo de Instrumentos Financeiros	g	3.796
Baixa de Ativo Diferido	e	(109.898)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes, Líquidos	b	37.728
Efeito dos Ajustes na Participação de Acionistas Não Controladores	c	23.959
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		5.228.910

A seguir estão apresentadas as reconciliações dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados divulgados em 31 de dezembro de 2007, adequadas à Lei nº 11.638/07, necessárias para permitir a comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Balanço Patrimonial

CONTROLADORA				
ATIVO	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		1.959.747	-	1.959.747
Caixa e Contas Bancárias	a	702	(702)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	a	-	146.012	146.012
Aplicações de Liquidez Imediata	a	986.812	(986.812)	-
Aplicações Financeiras	a	-	1.316.891	1.316.891
Investimentos Temporários	a	475.389	(475.389)	-
Dividendos/JSCP a Receber		474.247	-	474.247
Tributos Diferidos e a Compensar		13.683	-	13.683
Depósitos Judiciais		40	-	40
Outros Ativos		8.874	-	8.874
Não Circulante		4.126.712	(47.387)	4.079.325
Tributos Diferidos e a Compensar		341.191	-	341.191
Depósitos Judiciais		5.615	-	5.615
Investimentos	c	3.779.118	(47.387)	3.731.731
Imobilizado		778	-	778
Intangível		10	-	10
Total do Ativo		6.086.459	(47.387)	6.039.072

CONTROLADORA				
PASSIVO	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		824.149	-	824.149
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais		21	-	21
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas		22.786	-	22.786
Tributos Indiretos		18	-	18
Dividendos/JSCP e Participação no Resultado		725.922	-	725.922
Provisões para Contingências		15	-	15
Outras Obrigações		75.387	-	75.387
Não Circulante (Exigível a Longo Prazo)		15.797	-	15.797
Tributos Indiretos		6.560	-	6.560
Tributos Sobre a Renda		4.226	-	4.226
Provisões para Contingências		5.011	-	5.011
Patrimônio Líquido		5.246.513	(47.387)	5.199.126
Capital Social		2.596.272	-	2.596.272
Reservas de Capital		309.178	-	309.178
Reserva de Lucros	c, i	2.361.909	(68.233)	2.293.676
Ações em Tesouraria	i	(20.846)	20.846	-
Total		6.086.459	(47.387)	6.039.072

Reconciliação do Patrimônio Líquido

CONTROLADORA		
	Notas	2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		5.246.513
Equivalência Patrimonial sobre Ajustes da Lei nº 11.638/07 em Controladas	c	(47.387)
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		5.199.126



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



CONSOLIDADO				
ATIVO	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		7.435.999	26.193	7.462.192
Caixa e Contas Bancárias	a	315.032	(315.032)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	a	-	730.004	730.004
Aplicações de Liquidez Imediata	a	3.049.514	(3.049.514)	-
Aplicações Financeiras	a	-	3.163.487	3.163.487
Títulos Públicos	a	53.556	(53.556)	-
Investimentos Temporários	a	475.389	(475.389)	-
Contas a Receber de Clientes		2.189.701	-	2.189.701
Estoques		32.711	-	32.711
Empréstimos e Financiamentos		1.797	-	1.797
Tributos Diferidos e a Compensar	b	804.500	30.115	834.615
Depósitos Judiciais		329.396	-	329.396
Outros Ativos	g	184.403	(3.922)	180.481
Não Circulante		9.993.315	(67.056)	9.926.259
Empréstimos e Financiamentos		6.176	-	6.176
Instrumentos Financeiros Derivativos	g	-	6.218	6.218
Tributos Diferidos e a Compensar	b	1.793.218	1.270	1.794.488
Títulos de Renda	g	3.709	(3.709)	-
Depósitos Judiciais		1.069.127	-	1.069.127
Outros Ativos	g	94.856	(17.180)	77.676
Investimentos	e	201.510	(169.288)	32.222
Imobilizado	d	5.664.196	27.016	5.691.212
Intangível	c,e	1.049.570	199.570	1.249.140
Diferido	e	110.953	(110.953)	-
Total do Ativo		17.429.314	(40.863)	17.388.451

CONSOLIDADO				
PASSIVO	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		4.727.371	34.466	4.761.837
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	f	90.392	13.179	103.571
Contas a Pagar e Despesas Provisãoadas		1.637.188	-	1.637.188
Tributos Indiretos		746.234	-	746.234
Tributos Sobre a Renda	b	74.628	79	74.707
Dividendos/JSCP e Participação no Resultado		1.097.844	-	1.097.844
Empréstimos e Financiamentos	d,g	496.775	(97.544)	399.231
Instrumentos Financeiros Derivativos	g	-	118.752	118.752
Autorizações para Exploração de Serviços		78.844	-	78.844
Provisões para Contingências		197.472	-	197.472
Provisões para Fundos de Pensão		101.467	-	101.467
Adiantamentos de Clientes		62.957	-	62.957
Outras Obrigações		143.570	-	143.570
Não Circulante (Exigível a Longo Prazo)		5.621.689	3.075	5.624.764
Contas a Pagar e Despesas Provisãoadas		13.456	-	13.456
Tributos Indiretos		104.243	-	104.243
Tributos Sobre a Renda	b	66.860	17	66.877
Empréstimos e Financiamentos	d,g	3.886.628	(283.995)	3.602.633
Instrumentos Financeiros Derivativos	g	-	287.762	287.762
Autorizações para Exploração de Serviços		174.632	-	174.632
Provisões para Contingências		700.239	-	700.239
Provisões para Fundos de Pensão		586.278	-	586.278
Adiantamentos de Clientes		72.133	-	72.133
Outras Obrigações	g	17.220	(709)	16.511
Participação de Acionistas Não Controladores	c	1.825.767	(23.043)	1.802.724
Patrimônio Líquido		5.246.513	(47.387)	5.199.126
Capital Social		2.596.272	-	2.596.272
Reservas de Capital		309.178	-	309.178
Reserva de Lucros	b,d,e,f,g,i	2.361.909	(68.233)	2.293.676
Ações em Tesouraria	i	(20.846)	20.846	-
Recursos Capitalizáveis	g	7.974	(7.974)	-
Total		17.429.314	(40.863)	17.388.451



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Reconciliação do Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO		
	Notas	2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		5.246.513
Arrendamento Mercantil Financeiro	d	(8.149)
Pagamentos com Base em Ações	f	(13.179)
Valor Justo de Instrumentos Financeiros	g	280
Baixa de Ativo Diferido	e	(80.670)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes Líquidos	b	31.288
Efeito dos Ajustes na Participação de Acionistas Não Controladores	c	23.043
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		5.199.126

Demonstração de Resultado do Exercício

CONTROLADORA				
	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Receita Operacional Bruta		-	-	-
Deduções da Receita Bruta		-	-	-
Receita Operacional Líquida		-	-	-
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas		-	-	-
Lucro Bruto		-	-	-
Receitas (Despesas) Operacionais		(17.483)	(516)	(17.999)
Comercialização dos Serviços		-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(18.405)	-	(18.405)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	h	922	(516)	406
Lucro Operacional Antes das Despesas Financeiras e Resultado de Equivalência Patrimonial		(17.483)	(516)	(17.999)
Despesas Financeiras, Líquidas		(109.602)	-	(109.602)
Resultado de Equivalência Patrimonial	c	531.519	1.887	533.406
Lucro Operacional		404.434	1.371	405.805
Outras Despesas Não Operacionais, Líquidas	h	(516)	516	-
Lucro Antes dos Impostos		403.918	1.887	405.805
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro		(64.312)	-	(64.312)
Lucro Após Impostos e Antes da Reversão de JSCP		339.606	1.887	341.493
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		336.300	-	336.300
Lucro Líquido do Exercício		675.906	1.887	677.793
Ações em Circulação na Data do Balanço		362.488.413		362.488.413
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		1,86		1,87

Reconciliação do Lucro Líquido

	Notas	2007
Lucro Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		675.906
Equivalência Patrimonial sobre Ajustes da Lei nº 11.638/07 em Controladas	c	1.887
Lucro Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		677.793

CONSOLIDADO

	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Receita Operacional Bruta		15.997.388	-	15.997.388
Deduções da Receita Bruta		(4.938.842)	-	(4.938.842)
Receita Operacional Líquida		11.058.546	-	11.058.546
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas		(6.382.201)	-	(6.382.201)
Lucro Bruto		4.676.345	-	4.676.345
Receitas (Despesas) Operacionais		(3.350.155)	17.927	(3.332.228)
Comercialização dos Serviços		(1.485.352)	-	(1.485.352)
Despesas Gerais e Administrativas	d,e,f	(1.359.424)	22.558	(1.336.866)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	d,h	(505.379)	(4.631)	(510.010)
Lucro Operacional Antes das Despesas Financeiras e Resultado de Equivalência Patrimonial		1.326.190	17.927	1.344.117
Despesas Financeiras, Líquidas	d,g	(489.321)	(11.661)	(500.982)
Lucro Operacional		836.869	6.266	843.135
Outras Despesas Não Operacionais, Líquidas	h	(2.974)	(2.974)	-
Lucro Antes dos Impostos e das Participações		833.895	9.240	843.135
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	b	(352.903)	(6.437)	(359.340)
Lucro Após Impostos e Antes da Participação de Acionistas Não Controladores		480.992	2.803	483.795
Participação de Acionistas Não Controladores	c	(260.656)	(916)	(261.572)
Lucro Antes da Reversão de JSCP		220.336	1.887	222.223
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		450.954	-	450.954
Lucro Líquido do Exercício		671.290	1.887	673.177
Ações em Circulação na Data do Balanço		547.272,189		547.272,189
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		1,23		1,23



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Reconciliação do Lucro Líquido

CONSOLIDADO		
	Notas	2007
Lucro Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		671.290
Arrendamento Mercantil Financeiro	d	(3.291)
Pagamentos com Base em Ações	f	(13.179)
Valor Justo de Instrumentos Financeiros	g	(3.516)
Baixa de Ativo Diferido	e	29.226
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes Líquidos	b	(6.437)
Efeito dos Ajustes na Participação de Acionistas Não Controladores	c	(916)
Lucro Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		673.177

Descrição dos Ajustes Relacionados à Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 – Data de Transição: 1º de Janeiro de 2007.

a) Equivalentes de Caixa e Aplicações de Liquidez Imediata

De acordo com a CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Sociedade e suas controladas classificaram como Equivalentes de Caixa os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

A reconciliação reflete a diferença de classificação, o qual considerava na rubrica de equivalentes de caixa a totalidade dos investimentos de alta liquidez.

b) Tributos Diferidos e Tributos sobre a Renda

Os tributos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados considerando os efeitos dos ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

c) Investimentos

A reconciliação considera os efeitos de equivalência patrimonial e participação de minoritários sobre os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 nas demonstrações contábeis.

Os ágios classificados como investimentos de rentabilidade futura foram reclassificados para o ativo intangível.

d) Arrendamento Mercantil Financeiro

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, foram registrados os bens relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, cujos controles, riscos e benefícios são por ela exercidos. Desta forma, os contratos de arrendamentos mercantis financeiros foram registrados como ativos e passivos na data da transição, dando origem à despesa de depreciação relativa aos ativos depreciables e despesa financeira sobre o passivo de arrendamento mercantil.

e) Ativo Diferido

De acordo com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08, os gastos pré-operacionais ativados nas controladas indiretas BrT Celular e BrT Call Center foram baixados na data de transição mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados. Adicionalmente, a amortização registrada como despesa no resultado foi revertida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Os direitos relacionados à manutenção das atividades de suas controladas indiretas foram transferidos para o grupo de ativos intangíveis.

f) Opção de Compra de Ações

Conforme o CPC 10 – Pagamentos Baseados em Ações, a Brasil Telecom S.A. reconheceu as transações de pagamentos baseados em ações (opções de compra de ações) que foram outorgadas a administradores e empregados. As opções outorgadas que são liquidadas com instrumentos de patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido, e as liquidadas em dinheiro são registradas no passivo. A despesa apurada com base no período de aquisição de direito às opções é reconhecida à medida que os serviços são prestados.

g) Instrumentos Financeiros

De acordo com o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Brasil Telecom S.A. reconheceu em suas demonstrações contábeis o valor justo dos contratos de *swap*, determinado com base nas informações sobre juros futuros derivados de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontado às taxas do mercado. Adicionalmente, os instrumentos financeiros derivativos foram reclassificados para grupos específicos. Os instrumentos financeiros derivativos ativos eram classificados originalmente como outros ativos (opções de dólar norte americano) e os instrumentos financeiros derivativos passivos eram apresentados como empréstimos e financiamentos (*swap*) e outras obrigações (opções de dólar norte americano).

Os encargos financeiros incorridos na captação de empréstimos e financiamentos são incorporados ao valor de cada instrumento de dívida. Tais encargos eram apresentados no grupo de outros ativos e foram reclassificados para o grupo de empréstimos e financiamentos no passivo.

O grupo considera ainda a reclassificação dos títulos de renda para o grupo de outros ativos e a reclassificação dos recursos capitalizáveis para o grupo de outras obrigações.

h) Resultado Não Operacional

A MP nº 449/08 eliminou a segregação do grupo de resultados não operacionais na demonstração do resultado do exercício. Conforme estabelecido na Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 02 ("OCPC 02"), endossado através do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/09, as receitas e despesas anteriormente apresentadas como resultado não operacional passaram a ser apresentadas no grupo de resultados operacionais.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



i) Ações em Tesouraria

Adicionalmente, a OCPC 02 orienta que o valor das ações em tesouraria seja apresentado retificando o valor das respectivas reservas de origem.

Outras Informações sobre as Demonstrações Contábeis

A Sociedade, por estar registrada na SEC, está sujeita às suas normas, devendo elaborar demonstrações contábeis e outras informações utilizando critérios que atendam aos requisitos daquela entidade. No enquadramento a tais requisitos e visando atender às necessidades informativas do mercado, a Sociedade adota como princípio a divulgação das informações nos dois mercados e nos respectivos idiomas.

As notas explicativas às demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando estiver evidenciado de outra forma.

Os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências são apresentados de forma dedutiva dos passivos constituídos.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, valoração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados abaixo referem-se a práticas adotadas pela Sociedade.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

b. Aplicações Financeiras: A Sociedade classifica suas aplicações financeiras em títulos: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda, vinculados à finalidade das referidas aplicações.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

c. Contas a Receber de Clientes: As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações estão registradas pelo valor da tarifa ou do serviço na data da sua prestação e não diferem de seus valores justos. As contas a receber de serviços incluem créditos por serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes. Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Sociedade



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber. Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhante. O critério adotado para constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera a apuração dos percentuais de perdas ocorridas em cada faixa de vencimento de contas a receber. A partir desses percentuais de perdas são estimadas as perdas futuras sobre o atual saldo das contas a receber. As provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas com contas a receber e recuperações de perdas previamente baixadas são reconhecidas no resultado do período em despesas de comercialização dos serviços.

d. Estoques de Materiais: Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem ao custo de reposição. Os estoques são segregados em expansão, manutenção da planta e estoques de mercadorias para revenda representados, principalmente, por aparelhos celulares, acessórios e cartões eletrônicos. Os estoques destinados a expansão estão classificados no imobilizado (obras em andamento), os estoques destinados a manutenção são classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo em que serão utilizados, e os estoques destinados a revenda estão classificados no ativo circulante. Para os estoques considerados obsoletos, são registradas provisões para perdas, sendo que para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes, nos casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda, adequando-os ao valor líquido de realização.

e. Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos resultantes de aplicações em incentivos fiscais de imposto de renda são reconhecidos quando efetivadas as aplicações e resultam em ações de empresas incentivadas ou quotas dos fundos de investimentos. No período compreendido entre a aplicação e o recebimento de ações ou quotas dos fundos, permanecem registrados no ativo realizável a longo prazo. Periodicamente esses investimentos são avaliados e o resultado da comparação entre o seu custo original e o de mercado, quando este for menor, resulta na formação de provisões para perdas prováveis.

f. Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo em separado, conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem.

A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, para a qual a Sociedade revisa periodicamente. Os custos dos terrenos não são depreciados.

A Sociedade monitora e avalia se há indicações de que os ativos possam ter sofrido alguma desvalorização. Não foram registradas provisões para redução ao valor recuperável sobre o imobilizado.

g. Intangível: Refere-se, principalmente, a licenças regulatórias, direitos de uso de *software* e *ágios* relacionados a aquisição de investimentos. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os *ágios* registrados foram apurados com base na expectativa de resultados futuros e sua amortização está relacionada ao volume de realização e tempo projetados, não excedendo ao período de dez anos. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao órgão regulador. A amortização dos direitos de uso de *software* é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



h. Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Longa Duração: Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma perda ao valor recuperável é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam unidades geradoras de caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Sociedade em seus vários segmentos de negócios. As referidas projeções suportam a recuperação dos ativos.

i. Arrendamento Mercantil: Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros quando transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade.

Os arrendamentos mercantis financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

j. Ativos e Passivos Financeiros a Valor Justo: Os ativos financeiros contabilizados ao valor justo contra lucros ou prejuízos são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os custos de transação são registrados na demonstração de resultados. Os ativos financeiros têm seu reconhecimento revertido quando os direitos de recebimento de fluxos de caixa provenientes de investimentos tiverem expirado ou tiverem sido transferidos.

Os ganhos e perdas provenientes de mudanças no valor justo da categoria "ativos financeiros a valor justo contra lucros ou prejuízos" são apresentados na demonstração de resultados do período em "receitas ou despesas financeiras, líquidas" no período em que surgirem.

Os valores de mercado dos ativos financeiros se baseiam em preços de oferta atual. Se o mercado para um ativo financeiro não estiver disponível, a Sociedade estabelece o valor justo utilizando técnicas de avaliação. Isso inclui o uso de transações com isenção de interesses, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente os mesmos, análise de fluxo de caixa descontado, e modelos de precificação de opção fazendo uso máximo das entradas de mercado e usando o mínimo de entradas específicas da entidade.

k. Deterioração de Ativos Financeiros: A Sociedade avalia, na data do balanço, se há prova objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

l. Derivativos a Valor Justo contra o Resultado: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e Diferido: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Sociedade avalia e reduz o ativo fiscal diferido na medida em que identifica que não é provável a existência de lucro tributável futuro em nível suficiente para utilização total ou parcial dos tributos diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre diferenças temporárias geradas entre ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos quando gerados no registro inicial de ativos ou passivos que não afetam a base tributária, exceto operações de combinação de negócios.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados através das taxas tributárias vigentes na data do balanço e aplicáveis quando os ativos relacionados ao imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados ou quando obrigações de imposto de renda e contribuição social diferidos são liquidadas.

n. Empréstimos e Financiamentos: Estão atualizados pelas variações monetárias e ou cambiais e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

o. Provisões para Contingências: As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou construtiva atual resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são calculadas pelo valor justo dos gastos esperados para liquidação da obrigação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na nota nº 8.

p. Reconhecimento das Receitas: As receitas correspondem substancialmente ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades da Sociedade. A receita é demonstrada pelo valor bruto excluindo-se de forma sumariada os impostos agregados, devoluções e descontos.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Sociedade.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como adiantamento de clientes e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (Telefonia de Uso Público – TUP), aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

q. Reconhecimento das Despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas.

r. Receitas (Despesas) Financeiras líquidas: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos, reversão de ajustes a valor presente e outras transações financeiras. Abrangem também o reconhecimento de juros sobre os ativos e passivos contabilizados a valor presente.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Os juros sobre capital próprio, quando creditados, compõem o saldo das despesas financeiras, sendo que para fins de apresentação os valores registrados são revertidos contra o resultado do exercício e reclassificados como dedução de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

s. Benefícios a Empregados: Oferecidos por sociedades controladas, são assim representados:

- (i) **Previdência Complementar:** Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados são administrados por três fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais, quando aplicável, e contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

Os planos patrocinados são de benefícios definidos (fechados ao ingresso de novos participantes) e de contribuições definidas. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas.

A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo estimados em 6% ao ano. Informações complementares aos planos de previdência privada estão descritas na nota nº 7.

- (ii) **Opção de Compra de Ações:** A controlada Brasil Telecom S.A. possui plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, que são liquidadas em ações. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções é determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.

A Controlada também possui opções de compra de ações da Sociedade outorgadas a administradores e empregados. Estas opções são consideradas opções liquidadas em dinheiro pela Controlada. O valor justo das opções outorgadas é avaliado na data do balanço, sendo reconhecidas no resultado da Controlada as variações ocorridas.

O valor justo dos serviços recebidos dos empregados e administradores em troca da garantia de opções é reconhecido como despesa durante o período de aquisição de direito à opção. A Controlada revisa a estimativa do número de opções que são esperadas para aquisição e reconhece os impactos desta revisão no resultado. As opções liquidadas em ações são registradas em despesa em contrapartida a um aumento no patrimônio líquido. As opções liquidadas em dinheiro são registradas contra um passivo.

- (iii) **Participações no Resultado:** A provisão para participação de empregados e administradores nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social.

t. Lucro por Ação: O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do encerramento do exercício. As ações em circulação são representadas pela totalidade das ações emitidas, subtraída das ações em tesouraria.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se às operações existentes com a Brasil Telecom S.A., controlada da Sociedade, e são realizadas a preços e condições acordadas entre as partes. Todas as transações intercompanhias, saldos, receitas e despesas são totalmente eliminados na consolidação. A Sociedade também apresenta nesta nota a remuneração dos administradores.

Controlada – Brasil Telecom S.A.

Avais e Fianças: (i) A Sociedade presta avais em garantia de empréstimos e financiamentos devidos pela Controlada às instituições financeiras credoras. Em 2008, sobre a garantia concedida a Sociedade auferiu receitas no montante de R\$ 9.157 (R\$ 3.401 em 2007); e (ii) a Sociedade prestou fiança para a Controlada, relativa à contratação de apólices de seguro garantia de obrigações contratuais (GOC), as quais totalizaram R\$ 112.020 (R\$ 97.457 em 2007). Em 2008, por conta da remuneração de tal fiança, a Sociedade registrou uma receita operacional de R\$ 129 (R\$ 117 em 2007).

Valores a Pagar: resultantes de transações citadas e também relacionadas a compartilhamento de recursos. O saldo a pagar é de R\$ 1.636.

Administradores

Remuneração dos Administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Salários e Demais Benefícios de Curto Prazo	977	956	50.556	24.876
Benefícios Pós-Emprego	-	-	184	172
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho	13	4	6.888	1.953
Remuneração com base em Ações	-	-	16.743	13.179
Total	990	960	74.371	40.180

As remunerações dos administradores atribuíveis a Sociedade foram contabilizadas com base em compartilhamento de custos.

5. ANÁLISE DE RISCOS

Administração do Risco Financeiro

As atividades da Sociedade e de suas Controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gerenciamento de riscos global enfoca a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os efeitos adversos potenciais sobre o desempenho financeiro. A controlada Brasil Telecom S.A. usa instrumentos financeiros derivativos para certas exposições ao risco.

O gerenciamento de risco é realizado pela gerência de tesouraria da Sociedade, de acordo com as políticas aprovadas pela administração. A gerência de tesouraria identifica, avalia e cobre os riscos financeiros em conjunto com as demais unidades da Sociedade e das Controladas. A administração fornece os princípios escritos para gerenciamento de risco global, bem como as políticas que abrangem áreas específicas, tais como



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



risco das taxas de câmbio e de juros, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos, e investimentos de liquidez imediata.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

a. Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

A Sociedade e as Controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos *Swap* foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos relativos a opções de compra de dólar adotado para reconhecimento contábil do prêmio foi o Black&Scholes, adaptado por Garman-Kohlhagen para considerar características específicas de opções cambiais.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são iguais aos valores contábeis.

A seleção das classes de ativos e passivos desta nota ocorreu em razão de sua materialidade e estão apresentados seguir:

CONTROLADORA

	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.231.247	1.231.247	146.012	146.012
Aplicações Financeiras	213.635	213.635	1.316.891	1.316.891
Outros Ativos	1	1	450	450
Passivos				
Contas a Pagar e Despesas Provisonadas	11.864	11.864	22.786	22.786
Dividendos/JSCP	277.874	277.874	725.922	725.922
Ações em Tesouraria	(20.846)	(87.219)	(20.846)	(68.857)
Outras Obrigações	76.482	76.482	75.387	75.387

CONSOLIDADO

	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.709.805	2.709.805	730.004	730.004
Aplicações Financeiras	775.502	775.502	3.163.487	3.163.487
Contas a Receber de Clientes	2.210.090	2.210.090	2.189.701	2.189.701
Empréstimos e Financiamentos	6.868	6.868	7.973	7.973
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.179	29.179	6.218	6.218
Outros Ativos	234.440	234.440	210.920	210.920
Passivos				
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	2.072.279	2.072.279	1.650.644	1.650.644
Empréstimos e Financiamentos	3.571.999	3.597.016	2.912.908	2.961.226
Debêntures	1.091.906	1.058.712	1.088.956	1.088.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	222.073	222.073	406.514	406.514
Dividendos/JSCP	516.469	516.469	1.097.844	1.097.844
Ações em Tesouraria	(20.846)	(87.219)	(20.846)	(68.857)
Outras Obrigações	969.438	969.438	413.557	413.557

b. Instrumentos Financeiros por Categoria

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros por categoria estão apresentados a seguir:

CONTROLADORA

	2008		
	Recebíveis, Empréstimos e Passivos ao Custo Amortizado	A Valor de Mercado com Ganhos e Perdas Reconhecidos no Resultado	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	1.231.247	1.231.247
Aplicações Financeiras	-	213.635	213.635
Outros Ativos	1	-	1
Total	1	1,444,882	1,444,883
Passivos			
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	11.864	-	11.864
Dividendos/JSCP	277.874	-	277.874
Ações em Tesouraria	(20.846)	-	(20.846)
Outras Obrigações	76.482	-	76.482
Total	345.374	-	345.374



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



CONTROLADORA

	2007		
	Recebíveis, Empréstimos e Passivos ao Custo Amortizado	A Valor de Mercado com Ganhos e Perdas Reconhecidos no Resultado	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	146.012	146.012
Aplicações Financeiras	-	1.316.891	1.316.891
Outros Ativos	450	-	450
Total	450	1.462.903	1.463.353
Passivos			
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	22.786	-	22.786
Dividendos/JSCP	725.922	-	725.922
Ações em Tesouraria	(20.846)	-	(20.846)
Outras Obrigações	75.387	-	75.387
Total	803.249	-	803.249

CONSOLIDADO

	2008		
	Recebíveis, Empréstimos e Passivos ao Custo Amortizado	A Valor de Mercado com Ganhos e Perdas Reconhecidos no Resultado	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	2.709.805	2.709.805
Aplicações Financeiras	-	775.502	775.502
Contas a Receber de Clientes	2.210.090	-	2.210.090
Empréstimos e Financiamentos	6.868	-	6.868
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	29.179	29.179
Outros Ativos	234.440	-	234.440
Total	2.451.398	3.514.486	5.965.884
Passivos			
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	2.072.279	-	2.072.279
Empréstimos e Financiamentos	3.571.999	-	3.571.999
Debêntures	1.091.906	-	1.091.906
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	222.073	222.073
Dividendos/JSCP	516.469	-	516.469
Ações em Tesouraria	(20.846)	-	(20.846)
Outras Obrigações	969.438	-	969.438
Total	8.201.245	222.073	8.423.318

CONSOLIDADO			
	2007		
	Receíveis, Empréstimos e Passivos ao Custo Amortizado	A Valor de Mercado com Ganhos e Perdas Reconhecidos no Resultado	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	730.004	730.004
Aplicações Financeiras	-	3.163.487	3.163.487
Contas a Receber de Clientes	2.189.701	-	2.189.701
Empréstimos e Financiamentos	7.973	-	7.973
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	6.218	6.218
Outros Ativos	210.920	-	210.920
Total	2.408.594	3.899.709	6.308.303
Passivos			
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	1.650.644	-	1.650.644
Empréstimos e Financiamentos	2.912.908	-	2.912.908
Debêntures	1.088.956	-	1.088.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	406.514	406.514
Dividendos/JSCP	1.097.844	-	1.097.844
Ações em Tesouraria	(20.846)	-	(20.846)
Outras Obrigações	413.557	-	413.557
Total	7.143.063	406.514	7.549.577

A Sociedade e suas Controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento na data de encerramento do balanço.

c. Gerenciamento de Risco de Capital

O objetivo da Sociedade ao gerenciar capital é o de proteger a sua continuidade, garantindo retornos aos acionistas e adequação a sua estratégia.

O risco de gerenciamento de capital consolidado advém do posicionamento da Sociedade e das Controladas de utilizar o fluxo de caixa operacional para financiar parte significativa dos investimentos. A Administração da estrutura de capital é baseada no orçamento anual aprovado pelo conselho de administração, que estabelece uma relação de dívida líquida (empréstimos e financiamentos acrescidos de instrumentos financeiros derivativos e deduzidos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras)/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) menor que 1 (um), visando, por sua vez, garantir a capacidade de financiamento para fazer frente aos elevados investimentos que caracterizam o setor de telecomunicações brasileiro. Adicionalmente, os projetos que requerem investimentos de capital são aprovados por um comitê de investimentos mediante a utilização da metodologia EVA (*Economic Value Added* – Valor Econômico Agregado).



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Os critérios de monitoramento podem ser alterados, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida.

d. Risco de Crédito

A maioria dos serviços prestados consolidados está vinculada ao Contrato de Concessão e parte desses serviços subordina-se ao estabelecimento de tarifas por parte do órgão regulador. A política de crédito por sua vez, no caso de serviços públicos de telecomunicações, fica subordinada às normas legais estabelecidas pelo poder concedente. O risco existe em razão da possibilidade da ocorrência de perdas consolidadas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes. A inadimplência consolidada no exercício foi de 2,18% (2,18% em 2007), considerando o total de perdas com contas a receber em relação à receita bruta. Através de controles internos, a Sociedade monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço (tráfego sainte) se a fatura estiver vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções para o caso de serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

A Brasil Telecom S.A. opera em co-faturamento, relativo às chamadas de longa distância com o uso do seu CSP (Código de Seleção de Prestadora) originadas por assinantes das outras operadoras de telefonia fixa e móvel. As contas a receber em co-faturamento, as quais são emitidas, cobradas e arrecadadas por essas operadoras, com base nos acordos operacionais firmados com as mesmas e de acordo com a disciplina estabelecida pela ANATEL. As regras de bloqueio estabelecidas pelo órgão regulador são as mesmas para as sociedades de telefonia fixa e móvel fornecedoras do co-faturamento. A Controlada controla separadamente os recebíveis dessa natureza e mantém provisão para perdas que poderão ocorrer, devidas aos riscos de não recebimento desses valores.

Com relação à telefonia móvel, o risco de crédito na venda de aparelhos e na prestação de serviços na modalidade pós-pago é minimizado com a adoção de uma pré-análise de crédito. Ainda no que diz respeito ao serviço pós-pago, cuja base de clientes no final do exercício era de 17,5% do total da carteira (20,1% em 31/12/07), as contas a receber também são monitoradas a fim de limitar a inadimplência e efetua-se o bloqueio ao serviço (tráfego sainte) quando a fatura estiver vencida há mais de quinze dias.

e. Risco de Taxa de Câmbio

A Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 16,7% (16,0% em 31/12/07) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Controlada tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira 60,5% (92,6% em 31/12/07) está coberta por operações de proteção nas modalidades *swap* cambial e opções de dólar, e aplicações financeiras em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade *swap* cambial e opções de dólar, são registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

A exposição pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio na data do encerramento do exercício era a seguinte:

	CONSOLIDADO			
	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.179	29.179	6.218	6.218
Total	29.179	29.179	6.218	6.218
Circulante	29.179	29.179	-	-
Longo Prazo	-	-	6.218	6.218

	CONSOLIDADO			
	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	779.932	763.571	622.114	655.533
Instrumentos Financeiros Derivativos	222.073	222.073	406.514	406.514
Total	1.002.005	985.644	1.028.628	1.062.047
Circulante	230.773	230.150	215.787	213.528
Longo Prazo	771.232	755.494	812.841	848.519

Instrumentos Financeiros Derivativos

Conforme políticas de aplicações aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2007, é permitida para a Brasil Telecom S.A. a contratação de operações com derivativos, sem alavancagem, junto a instituições financeiras de primeira linha, com objetivo de implementar estratégias de investimento e estabelecer proteção de dívida. Os limites para aplicação em operações com derivativos não podem exceder a 10% do total das aplicações da Controlada ou ao total do endividamento em moeda estrangeira exposta a variação cambial, das duas alternativas a maior. A contratação de operações dessa natureza requer aprovação prévia da administração, de acordo com procedimentos formalmente estabelecidos.

São mantidos controles internos que asseguram o monitoramento tempestivo dos riscos de exposição cambial. Uma vez que a Controlada possui investimentos derivativos para proteção de dívida, o gerenciamento e avaliação dos resultados obtidos nestas operações consideram exclusivamente a redução ou eliminação dos efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sobre sua dívida.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

CONSOLIDADO

	Vencimento	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo		Efeito Acumulado Período Atual	
		2008	2007	2008	2007	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swap							
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira – Iene (i)	Mar/09 a Mar/11	280.703	400.359	277.774	239.106	-	277.774
Posição Passiva							
Taxa de Juros – CDI (i)	Mar/09 a Mar/11	(280.703)	(400.359)	(499.428)	(636.936)	-	(499.428)
Valor Líquido		-	-	(221.654)	(397.830)	-	(221.654)
Contratos de Opções							
Posição Titular - Compra							
Moeda Estrangeira – Dólar (ii)	Fev/09	US\$ 80.000	US\$ 80.000	29.179	6.218	29.179	-
Posição Lançadora - Venda							
Moeda Estrangeira – Dólar (ii)	1ºev/09	US\$ (64.000)	US\$ (64.000)	(419)	(8.684)	-	(419)

(i) Swap de Iene para CDI (Plain Vanilla)

A Brasil Telecom S.A. contratou em 2004 operações de *swap* cambial (*plain vanilla*) para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em iene com vencimento final em março de 2011. De acordo com esses contratos, a Controlada possui posição ativa em iene, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo, assim, contra o risco de variação cambial do iene versus o real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de iene acrescido de 1,92% a.a. para uma taxa média ponderada de 95,91% do CDI no encerramento do exercício. Tais contratos foram firmados junto às seguintes instituições financeiras de primeira linha: Citibank N.A. - Filial Brasileira, Citibank DTVM S.A., Banco Citibank S.A., Banco JP Morgan S.A. e Banco Santander Brasil S.A. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e não há a exigência de margem de garantia nesses contratos.

Tendo em vista que os fluxos da posição ativa dos contratos de swap serão integralmente compensados pelos fluxos passivos da dívida denominada em ienes, a Controlada considera que o risco de estar passiva em taxa de juros de um dia (CDI) é a elevação do CDI.

(ii) Opções de Dólar Norte-americano

A Brasil Telecom S.A. contratou operações com opções de dólar norte-americano visando a proteção parcial do fluxo de caixa de sua dívida em moeda estrangeira (*Notes* emitidas em fevereiro de 2004). Essas operações referem-se à aquisição de opções de compra financiadas plenamente pelo lançamento de opções de venda, sendo o preço de exercício idêntico em ambas as operações. Tais operações foram contratadas junto às seguintes instituições financeiras de primeira linha: Banco Santander Brasil S.A., Banco JP Morgan S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Banco Alfa de Investimentos S.A. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e têm vencimento em fevereiro de 2009. Não há exigência de margem de garantia prevista nos contratos.

Em decorrência de sua estratégia com operações de opções, a Controlada possui posição comprada em dólares pelo preço médio de R\$ 1,9925 por unidade de US\$ (dólar norte-americano). O valor notional é de US\$ 80.000 para as opções de compra e de US\$ 64.000 para as opções de venda.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Câmbio

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou o cenário provável de desvalorização do real frente a outras moedas com base no dólar de fechamento (PTAX de venda) e na cotação da BM&F para o contrato futuro de dólar com vencimento em janeiro de 2010. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

CONSOLIDADO					
Cenários de Taxas de Câmbio					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
Dólar de Referência	Desvalorização	Dólar de Referência	Desvalorização	Dólar de Referência	Desvalorização
2,50	6,9%	3,12	33,6%	3,75	60,3%

Em 31 de dezembro de 2008, as desvalorizações hipotéticas do real frente a outras moedas teriam o seguinte impacto:

CONSOLIDADO				
Impactos nos Cenários de Taxas de Câmbio				
Operação	Risco	Cenário		
		Provável	Possível	Remoto
Caixa e equivalentes de Caixa	Queda do Dólar	8.129	39.671	71.212
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	(35.089)	(171.233)	(307.378)
Opções de Dólar	Queda do Dólar	12.907	62.633	112.307
Efeito Líquido da Desvalorização do Real		(22.182)	(108.600)	(195.071)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	(19.421)	(94.774)	(170.127)
Swaps (Posição Ativa - Iene)	Queda do Iene	19.130	93.356	167.582
Efeito Líquido da Desvalorização do Real		(291)	(1.418)	(2.545)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	(6.263)	(30.566)	(54.868)

f. Risco de Taxa de Juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's), geridos exclusivamente para a Sociedade e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O ativo consolidado decorre de um empréstimo concedido para a empresa produtora de listas telefônicas, remunerado pelo IGP-DI. São mantidos ainda, títulos de renda fixa (CDB's) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal – PRO-DF, sendo a remuneração desses títulos equivalente entre 94% a 97% da taxa SELIC.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem flutuações nessas taxas.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Valor Contábil e de Mercado		Valor Contábil e de Mercado	
	2008	2007	2008	2007
Ativos				
Equivalentes de Caixa	1.231.158	145.310	2.541.878	414.972
Aplicações Financeiras	213.635	1.316.891	775.502	3.163.487
Empréstimos e Financiamentos	-	-	6.868	7.973
Total	1.444.793	1.462.201	3.324.248	3.586.432
Circulante	1.444.793	1.462.201	3.319.138	3.580.256
Longo Prazo	-	-	5.110	6.176

Passivos

A Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional vinculados aos indexadores TJLP (Taxa de Juros em Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CDI (Certificados de Depósito Interbancário) e IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna), e financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos indexadores YEN LIBOR e LIBOR. Também possui exposição ao CDI advinda da contratação de operações de swap, com o objetivo de proteção de seu passivo vinculado a íenes, conforme citado na nota nº 5.e. Não existem outras operações de derivativos para proteção do passivo contra o risco de taxa de juros.

Adicionalmente, a Brasil Telecom S.A. emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI.

O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

A Sociedade considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou um cenário provável de variação das taxas DI com base em taxas implícitas nas cotações de fechamento dos contratos de DI futuro, negociados na BM&F. Por não existir um mercado de referência para as taxas futuras da TJLP, a administração estimou um cenário provável para a TJLP de 6,25% a.a., ou seja, a própria TJLP vigente na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela administração:

Cenários de Taxas de Juros⁽¹⁾	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Cenário Provável</i>									
Taxas DI (a.a.)	12,16%	12,23%	12,48%	13,32%	12,61%	-	-	-	-
TJLP (a.a.)	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%
<i>Cenário Possível</i>									
Taxas DI (a.a.)	15,20%	15,29%	15,60%	16,64%	15,76%	-	-	-	-
TJLP (a.a.)	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%
<i>Cenário Remoto</i>									
Taxas DI (a.a.)	18,24%	18,34%	18,72%	19,97%	18,92%	-	-	-	-
TJLP (a.a.)	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%

(1) Taxas expressas ao ano no período referenciado.

Com base nas curvas de juros previstas em cada cenário, a administração estimou os valores futuros dos pagamentos de juros de seu passivo vinculado ao CDI e à TJLP. A tabela abaixo demonstra o somatório nominal dos fluxos futuros de pagamentos de juros em cada ano, bem como a diferença entre os juros pagos nos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, o que representa o impacto do aumento teórico nas taxas de juros estimados nos cenários possível e remoto. Cabe ressaltar que essa análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras distintas. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Sociedade inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Impactos - Cenários de Taxas de Juros	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Cenário Provável</i>									
Dívida em CDI	133.458	131.613	113.952	72.766	23.460	-	-	-	-
Swap (somente ponta passiva em CDI)	216.997	234.108	124.232	-	-	-	-	-	-
Passivo em TJLP	254.882	184.201	129.250	89.684	49.651	15.199	7.993	4.530	1.097
<i>Cenário Possível</i>									
Dívida em CDI	162.744	163.421	141.474	90.321	29.127	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	29.286	31.809	27.522	17.556	5.667	-	-	-	-
Swap (somente ponta passiva em CDI)	219.850	243.487	131.835	-	-	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	2.853	9.379	7.602	-	-	-	-	-	-
Passivo em TJLP	256.739	188.279	134.066	94.402	53.021	16.463	8.796	5.058	1.240
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	1.857	4.078	4.816	4.718	3.370	1.264	803	527	143
<i>Cenário Remoto</i>									
Dívida em CDI	191.626	194.827	168.641	107.644	34.722	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	58.167	63.214	54.689	34.878	11.262	-	-	-	-
Swap (somente ponta passiva em CDI)	222.672	252.994	139.684	-	-	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	5.675	18.886	15.452	-	-	-	-	-	-
Passivo em TJLP	258.586	192.391	138.991	99.297	56.567	17.812	9.666	5.637	1.399
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	3.704	8.190	9.741	9.613	6.916	2.613	1.673	1.107	302

g. Risco de Não Vinculação de Índices de Atualização Monetária de Empréstimos e Financiamentos com o Contas a Receber

Os índices de empréstimos e financiamentos contratados pela Brasil Telecom S.A. não estão correlacionados com os valores das contas a receber. Desta maneira existe um risco, pois os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Controlada.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



h. Riscos Relacionados a Investimentos

A Sociedade possui investimentos avaliados pelos métodos de equivalência patrimonial e custo de aquisição. A Brasil Telecom S.A., a Nova Tarrafa Participações Ltda. e a Nova Tarrafa Inc. são sociedades controladas, cujos investimentos são avaliados pela equivalência patrimonial.

Os investimentos avaliados pelo custo são irrelevantes em relação aos ativos totais. Os riscos a eles relacionados não produziram impactos relevantes nos resultados da Sociedade caso ocorressem perdas significativas.

Os valores relacionados aos investimentos são os seguintes:

	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Investimentos	4.197.772	15.375.661	3.731.731	9.925.609
Participações em Sociedades Controladas	4.197.772	15.375.661	3.723.727	9.917.605
Com Cotação em Bolsa	4.197.440	15.375.329	3.704.312	9.898.190
Sem Cotação em Bolsa	332	332	19.415	19.415
Outros Investimentos	-	-	8.004	8.004

O investimento com cotação em bolsa refere-se à participação na Brasil Telecom S.A. e seu valor de mercado foi avaliado com base na cotação de mercado utilizada na negociação entre acionistas não controladores.

i. Riscos de Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's) e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. As carteiras dos FIF's são constituídas principalmente por títulos públicos federais (pós-fixados) e CDB's emitidos por instituições financeiras de primeira linha (pós-fixados). Os fundos podem realizar operações de derivativos sem alavancagem, com a finalidade de proteção de suas carteiras e de aderência aos objetivos estabelecidos em suas respectivas políticas de investimentos. A exposição a riscos de mercado é monitorada diariamente através da metodologia *VaR (Value at Risk)*, que expressa a quantificação do risco de perda nesses investimentos. No que se refere a valores em moeda estrangeira, estes são representados por operações de *overnight*, lastreadas em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, com baixo risco de crédito.

As aplicações em CDB's e operações de *overnight* estão sujeitas ao risco de crédito de instituições financeiras e as aplicações em moeda estrangeira estão sujeitas ao risco de taxa de câmbio.

Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados nas notas nº 17 e 18, respectivamente.

j. Risco de Liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos externos são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, pagar dívidas com antecedência e investir em novos negócios.

k. Risco de Vencimentos Antecipados de Empréstimos e Financiamentos

As obrigações decorrentes de financiamentos consolidados, citadas na nota nº 34, relativas aos contratos do BNDES, debêntures públicas e a maioria referente às instituições financeiras, contêm cláusulas que prevêm a antecipação de vencimentos de obrigações nos casos em que não sejam atingidos determinados níveis para certos indicadores, como índices de cobertura de juros e grau de alavancagem (*covenants* financeiros), assim como na hipótese de alteração do controle acionário da Sociedade.

Para os contratos de financiamento mantidos com o BNDES a Brasil Telecom S.A. deve cumprir um conjunto de índices financeiros e, no caso de descumprimento de algum destes índices, é facultado ao Banco solicitar o bloqueio temporário de valores transitórios nas contas de arrecadação, vinculadas pelos contratos.

Todos os indicadores previstos em contratos estão plenamente atendidos, desobrigando a Brasil Telecom S.A. de quaisquer sanções ou penalidades previstas nas cláusulas contratuais firmadas.

l. Riscos Contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade entre provável, possível ou remota. As contingências consideradas como de risco provável são registradas no passivo. Os detalhes desses riscos estão apresentados na nota nº 8.

m. Risco de Aspecto Regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC, que representa o segmento mais expressivo exercido pela controlada Brasil Telecom S.A.

Contratos de Concessão

Estão em vigor os contratos de concessão local e longa distância nacional, firmados pela Brasil Telecom S.A. junto à ANATEL, com abrangência ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêm revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios e vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita líquida de tributos, calculada a cada biênio, iniciou com o exercício social de 2006, cujo pagamento inicial ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Seguirá assim sucessivamente até o término da concessão. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% para cada exercício social;
- (ii) A definição de novas metas de universalização, em especial o AICE - Acesso Individual de Classe Especial, de oferta obrigatória e a instalação de infra-estrutura de rede para interligação às rede de acesso de alta capacidade;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de interconexão são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, que deve ocorrer a partir de 2009, conforme os modelos definidos pelo Regulamento de Separação e Alocação Contábil (Resolução nº 396/05).

Aprovação do novo Plano Geral de Outorgas

A ANATEL publicou em 17 de junho de 2008 a Consulta Pública nº 23, sobre a Proposta de Revisão do Plano Geral de Outorgas ("PGO") de Serviços Prestados no Regime Público. A sociedade em geral pôde se manifestar sobre o seu conteúdo até 1º de agosto de 2008, data em que foi encerrado o prazo da referida consulta pública.

Em 16 de outubro de 2008, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou o texto final do novo Plano Geral de Outorgas ("PGO") o qual adotou, dentre outras, as principais linhas de ação:

- (i) Manutenção das atuais Regiões do PGO;
- (ii) Eliminação das restrições de atuação de Grupo que contenha concessionárias em mais de uma Região do PGO;
- (iii) Vedação à detenção de mais de uma concessão da mesma modalidade do STFC na mesma Região do PGO ou em parte dela pelo mesmo Grupo;
- (iv) Atuação obrigatória nas demais Regiões do PGO para Grupos que controlarem concessões em mais de uma Região, na forma que dispuser o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, bem como a obrigação de atender outros condicionamentos impostos pela Agência, com a finalidade de assegurar a competição, impedir a concentração econômica e não colocar em risco a execução dos contratos de concessão; e
- (v) Manutenção do conceito de contigüidade regional.

Também foi aprovado o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações (PGR), que traça metas regulatórias para a ampliação da competição.

A Proposta de Revisão do PGO foi aprovada pelo Conselho Consultivo da ANATEL e encaminhada ao Ministério das Comunicações ("MC"). Por sua vez, o MC após análise e consideração enviou à Casa Civil o conteúdo da Proposta na forma de decreto, que obteve a sanção presidencial, sendo editado o Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de novembro de 2008.

Com a edição do Decreto nº 6.654, que aprovou o novo Plano Geral de Outorgas ("PGO"), é permitida a aquisição do controle de uma concessionária de prestação de serviço telefônico fixo comutado por outra concessionária prestadora do mesmo serviço atuante em Região distinta, porém sujeita à anuência prévia da ANATEL.

Em 19 de dezembro de 2008 a Anatel emitiu o Ato nº 7.828, por meio do qual o Conselho Diretor concedeu anuência prévia aos atos societários subsequentes referentes à incorporação das empresas ou incorporação das ações das sociedades Invitel S.A., Solpart Participações S.A. e Brasil Telecom Participações S.A. pela Telemar Norte Leste S.A. Conforme divulgado pela Telemar Norte Leste S.A. em fato relevante do dia 25 de abril de 2008, essa reorganização societária compreenderá, entre outros atos, a incorporação, nos termos do art. 230 da Lei das Sociedades por Ações, da Sociedade pela controlada Brasil Telecom S.A., seguida da incorporação de ações, nos termos do art. 252, da Lei das Sociedades por Ações, da Brasil Telecom S.A. por empresa controlada pela Telemar com sua subsequente incorporação, nos termos do art. 230 da Lei das Sociedades por Ações, pela Telemar.

Como parte integrante do Ato em questão, a Telemar e as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo integrantes do seu grupo econômico, considerada a anuência constante do Ato, deverão atender integralmente aos condicionamentos impostos pela ANATEL, nos termos e prazos previstos no anexo do Ato. Entre esses condicionamentos, destacam-se:

- Aumentar o número de sedes municipais interligadas com fibra ótica nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO), até 2010, em 100 (cem) sedes municipais à infra-estrutura de telecomunicações, além das interligadas existentes em 31 de outubro de 2008 e até 31 de dezembro de 2015, interligar, por meio de fibra ótica, 200 (duzentas) sedes municipais à infra-estrutura de telecomunicações, além das já estabelecidas, observado o quantitativo médio de inclusão de 40 sedes de município ao ano.
- Ofertar comercialmente o provimento de acesso à Internet em Banda Larga em todas as sedes dos municípios das Regiões I e II do PGO que passarem a contar com a facilidade de *backhaul*, em cumprimento ao Decreto n.º 6.424, de 07 de abril de 2008, com pelo menos a velocidade de acesso de 150 kbps.
- Implementar e tornar disponível o acesso comutado à Internet, no âmbito da modalidade local do STTC, em 56% (cinquenta e seis por cento) dos 2.995 (dois mil novecentos e noventa e cinco) municípios da Região I do PGO, respeitadas condições e prazos até 31 de dezembro de 2011.
- Oferecer, em relação a todas as ofertas vigentes na Região I do PGA-SMP, as mesmas condições na Região II do PGA-SMP, até 31 de dezembro de 2009.
- Realizar, nos próximos 10 (dez) anos, investimentos em pesquisa e desenvolvimento – P&D – em valores anuais correspondentes a até 100% (cem por cento) do total recolhido ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), respeitado o compromisso mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total, incondicionalmente, ficando os restantes 50% (cinquenta por cento) condicionado à liberação proporcional pelo governo.
- Manter ou reduzir o percentual de atendimento por meio de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) Especial em relação ao total de solicitações de EILD na Região II, apresentado pela Brasil Telecom S.A., anteriormente à realização da citada operação.
- Manter o quantitativo consolidado de postos de trabalho na empresa e suas controladas, incluindo a Brasil Telecom S.A. e suas controladas no mínimo até 25 de abril de 2011, tendo como referência o número de postos de trabalho existentes nas referidas empresas em 01 de fevereiro de 2008.
- Concluir, no prazo máximo de 12 (doze) meses, em coordenação com a ANATEL, ações com vistas à resolução dos procedimentos administrativos de descumprimento de obrigações relativos à universalização e qualidade dos serviços em trâmite na Agência, visando o melhor atendimento ao consumidor.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



O passo seguinte à Anuência Prévia refere-se à instrução do processo por parte da ANATEL junto ao CADE, para apreciação.

6. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E PREMISSAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e suposições futuras. As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias.

As estimativas são utilizadas para, mas não se limitam a: contabilizar as provisões para créditos de liquidações duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e intangível, redução ao valor recuperável de ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados, determinação da valorização de ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados, determinação do valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas contábeis resultantes raramente irão se igualar aos resultados reais, por definição. As estimativas e suposições que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios estão relacionadas a seguir.

a. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

São registradas provisões para contas a receber para os quais a recuperação é considerada duvidosa. As estimativas tomam por base a experiência histórica de cobrança e a revisão da situação atual de todo o contas a receber. Esta estimativa considera a apuração dos percentuais de perdas incorridas em cada faixa de vencimento das contas a receber, aplicáveis às diferentes categorias de risco. Provisões adicionais podem ser necessárias caso o valor de nossa provisão estimada para os recebíveis seja diferente dos valores não arrecadados devido à deterioração da condição financeira de nossos clientes ou outros fatores.

b. Depreciação de Ativo Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear com base nas vidas úteis estimadas dos ativos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota nº 27. Devido à natureza complexa do ativo imobilizado consolidado, as estimativas de vida útil exigem julgamento considerável e são inerentemente incertas devido às tecnologias e práticas de mercado que mudam rapidamente, as quais podem causar a obsolescência antecipada dos ativos. Se as estimativas de vida útil dos ativos forem substancialmente alteradas e se as condições de mercado determinarem uma possível obsolescência do ativo imobilizado, as despesas de depreciação e baixa por obsolescência e, conseqüentemente, o saldo contábil líquido do ativo imobilizado podem ser materialmente diferentes.

c. Deterioração Estimada do Ágio

São realizados testes anuais para verificar se o ágio sofreu qualquer redução ao seu valor recuperável. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base nos cálculos de valor em uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que sejam estabelecidas determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e saída de caixa projetado relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos fornecidos ao mercado. O uso de diferentes suposições e estimativas poderia alterar de maneira significativa as Demonstrações Contábeis. Considerando todos os ativos e passivos da operação como uma única unidade geradora de caixa e ao realizar uma avaliação sobre essa unidade de divulgação, incluindo suposições e estimativas consideradas apropriadas, não resultou na obrigação de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável para os ágios.

d. Avaliação de Tributos

A Sociedade reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária, em observação às bases fiscais apuradas para cálculo dos tributos. A Sociedade reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nessas diferenças existentes entre os saldos contábeis das demonstrações contábeis e as bases tributárias calculadas de acordo com a legislação fiscal.

Os ativos de tributos diferidos são revisados regularmente quanto à recuperabilidade e uma provisão é reconhecida para redução ao valor recuperável, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Para determinar o lucro tributável futuro, são estimadas as receitas tributáveis futuras e despesas dedutíveis, as quais estão sujeitas a diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria, taxas de juros, alterações na lei tributária, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços oferecidos ao mercado.

e. Contingências

As contingências são reconhecidas pelos valores das perdas prováveis com base na avaliação da administração e de consultores jurídicos internos e externos acerca de matérias contingentes conhecidas na data do balanço. A Sociedade avalia de forma contínua as provisões para contingências. Mudanças significativas nos fatos, circunstâncias e eventos pertinentes, tais como decisões judiciais, podem afetar as estimativas e ter impacto relevante nas demonstrações financeiras.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



7. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os benefícios descritos nesta nota são oferecidos aos empregados das Controladas, no que se refere à previdência complementar. Para efeitos de previdência complementar ("Fundos de Pensão") citada nesta nota, também poderão estar denominadas como "Patrocinadora" ou "Patrocinadoras".

a. Fundos de Pensão

São patrocinados planos de benefícios de previdência complementar, relacionados à aposentadoria para os empregados e participantes assistidos e, para estes últimos, assistência médica em alguns casos. Esses planos têm como administradoras as seguintes fundações: (i) Fundação 14 de Previdência Privada ("Fundação 14"); (ii) Fundação BrTPREV ("FBrTPREV"), originária da antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A. em 28/12/00; e (iii) Fundação SISTEI, de Seguridade Social ("SISTEI"), originária de empresas do antigo Sistema Telebrás.

O estatuto social prevê a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, no que cabe aos planos específicos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para os exercícios sociais encerrados em 2008 e 2007, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Para os planos de benefício definido identificados nesta nota explicativa, adota-se o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais, estando constituído o passivo integral para os planos que apresentam situação deficitária, de acordo com as normas da Deliberação CVM nº 371/00. Para os planos que apresentam situação atuarial positiva são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para Fundos de Pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2008	2007
FBrTPREV – Planos BrTPREV, Alternativo e Fundador	753.287	685.668
Plano PAMEC	2.504	2.077
Total	755.791	687.745
Circulante	148.391	101.467
Longo Prazo	607.400	586.278

Ativo Constituído para Compensação de Contribuições Patronais Futuras

A Brasil Telecom S.A. reconheceu um ativo referente a sobras de contribuições da patrocinadora e a parte do superávit a ela atribuído referente ao plano TCSPREV, administrado pela Fundação 14. O ativo reconhecido destina-se à compensação de contribuições patronais futuras.

O saldo desse ativo, registrado em outros ativos, está apresentado a seguir:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Plano TCSPREV	123.938	74.476
Total	123.938	74.476
Circulante	15.874	18.743
Não Circulante	108.064	55.733

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

FUNDAÇÃO 14

A Fundação 14 de Previdência Privada foi criada em 2004 e a partir de 10/03/05 passou a ter a incumbência de administrar e operar o plano TCSPREV. Nessa data, firmou um convênio de administração com a SISTEL, para que esta prestasse serviços de administração e operação dos planos TCSPREV e PAMEC-BrT até 30/09/06. A partir de tal data, a Fundação 14 assumiu os serviços de administração e operação dos seus planos. A partir da data-base de 31 de outubro de 2007, a Fundação 14 deixou de administrar o plano assistencial PAMEC-BrT, por ser uma entidade voltada à administração de planos de previdência privada. No mês de novembro de 2007 foi transferido o patrimônio do PAMEC-BrT à Sociedade que, além da atribuição de patrocinadora, passou também a administrar tal plano.

Planos

TCSPREV (Contribuição Definida, Benefício Saldado e Benefício Definido)

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28/02/00. Em 31/12/01 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício salgado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18/09/08 foi publicada no Diário Oficial da União - D.O.U., a Portaria SPC/MPS 2.521 de 17/09/08, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31/12/01. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 66,7% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 21.104,40 para o ano de 2008. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade que ingressou no plano. As patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

O plano de previdência complementar – PBS-A, que permanece sob a administração da SISTEL, é originário da época anterior à Cisão da Telebrás e atende aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em janeiro de 2000. Permanece também administrado pela SISTEL o plano assistencial PAMA/PAMA-PCE, formado por participantes assistidos do Plano PBS-A, dos planos PBS's segregados por patrocinadora em janeiro de 2000 e do Grupo Interno do PBS-TCS, incorporado ao plano TCSPREV em dezembro de 2001.

Planos

PBS-A (Benefício Definido)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31/12/08, data da avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

PAMA - Plano de Assistência Médica ao Aposentado / PCE - Plano de Coberturas Especiais (Contribuição Definida)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31/12/01 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela Fundação 14) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBS's patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações. Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004, de dezembro de 2005 a abril de 2006 e de junho a setembro de 2008, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). A opção dos participantes pela migração resulta em contribuir para o PAMA/PCE.

As contribuições para este plano, correspondem a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da Brasil Telecom, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31/12/01, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Pela utilização de recursos do PAMA, os participantes compartilham com uma parcela de seus custos individuais utilizados do plano. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE. Para as patrocinadoras, a opção dos participantes em migrar para o PAMA/PCE não altera a contribuição patronal de 1,5% mencionada.

FUNDAÇÃO BrTPREV

Trata-se da administradora originária dos planos patrocinados pela antiga CRT, empresa incorporada pela Sociedade no final do ano de 2000. O patrocínio junto à BrTPREV tem por finalidade principal a manutenção de planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes.

Planos

BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à Filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Brasil Telecom S.A. e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes. O BrTPREV atende atualmente cerca de 20,5% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 21.831,00 para o ano de 2008. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Esta é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Fundador – Brasil Telecom e Alternativo – Brasil Telecom

Planos de benefício definido, destinados à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechados ao ingresso de novos participantes. Atualmente, esses planos atendem cerca de 0,15% do quadro de empregados.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. No Plano Alternativo – Brasil Telecom, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma jóia, dependendo da idade que ingressou no plano.

Insuficiência Atuarial dos Planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela FBrTPREV teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em vinte anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/SPC/GAB/COA, de 25/01/02, da Secretaria de Previdência Complementar. Desse prazo máximo determinado restam treze anos para a quitação total.

PLANO ASSISTENCIAL ADMINISTRADO PELA SOCIEDADE

PAMEC-BrT – Plano de Assistência Médica ao Complementado (Benefício Definido)

Destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT – plano previdencial que é administrado pela Fundação 14.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Sociedade, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Sociedade.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Situação dos Planos Patrocinados, Reavaliados na Data de Encerramento do Exercício Social

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 - TCSPREV	
	2008	2007	2008	2007
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	1.529.300	1.377.917	271.700	248.428
Obrigações Atuariais com Benefícios a Conceder	79.779	121.125	140.493	216.011
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	1.609.079	1.499.042	412.193	464.439
Valor Justo dos Ativos do Plano	(855.792)	(813.374)	(822.778)	(791.362)
(=) Passivo/(Ativo) Actuarial Líquido	753.287	685.668	(410.585)	(326.923)
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	-	-	286.647	252.447
(=) Passivo/(Ativo) Actuarial Líquido Reconhecido ⁽¹⁾	753.287	685.668	(123.938)	(74.476)

(1) A Sociedade determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas demonstrações contábeis da Sociedade, no valor de R\$ 123.938 (R\$ 74.476 em 31/12/07), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Vlr. Presente da Obrigação Actuarial no início do exercício	1.499.042	1.405.601	464.439	420.206
Custo dos Juros	154.905	152.349	48.577	46.226
Custo do Serviço Corrente	6.110	5.017	3.894	3.424
Benefícios Pagos Líquidos	(119.343)	(113.102)	(22.787)	(19.887)
(Ganho) ou Perda Actuarial sobre a Obrigação Actuarial	68.365	49.177	(81.930)	14.470
Vlr. Presente da Obrigação Actuarial no final do exercício	1.609.079	1.499.042	412.193	464.439
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	813.374	757.034	791.362	717.764
Rendimentos dos Ativos do Plano	61.415	53.544	53.716	92.228
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano	2.838	3.081	487	1.257
Patrocinadora	2.655	3.081	16	772
Participantes	183	-	471	485
Contribuições Amortizantes Recebidas da Patrocinadora	97.508	112.817	-	-
Pagamento de Benefícios	(119.343)	(113.102)	(22.787)	(19.887)
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	855.792	813.374	822.778	791.362
(=) Valor do Passivo/(Ativo) Actuarial Líquido	753.287	685.668	(410.585)	(326.923)
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	-	-	286.647	252.447
(=) Passivo/(Ativo) Actuarial Líquido Reconhecido	753.287	685.668	(123.938)	(74.476)

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 – TCSPREV	
	2008	2007	2008	2007
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM⁽¹⁾				
Custo do Serviço Corrente	6.110	5.017	3.894	3.424
Contribuições dos Participantes	(183)	-	(471)	(485)
Custo dos Juros	154.905	152.349	-	-
Rendimento dos Ativos do Plano	(61.415)	(53.544)	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	68.365	49.177	-	-
Total da Despesa Reconhecida	167.782	152.999	3.423	2.939

(1) Com referência ao superávit do plano TCSPREV, registrado no ativo, a Sociedade reconheceu receitas no montante de R\$ 67.096, sendo R\$ 61.104 registrados em outras receitas operacionais e R\$ 5.992 registrados em receitas financeiras. Em 2007 a receita reconhecida foi de R\$ 83.392, sendo R\$ 81.209 contabilizado em outras receitas operacionais e R\$ 2.183 em receitas financeiras.

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 – TCSPREV	
	2008	2007	2008	2007
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa Estimada de Inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de Aumento Salarial Nominal Estimado	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	12,58%	10,70%	12,83%	10,53%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT83	UP94	AT83	UP94
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	Mercer Disability		Mercer Disability	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa de Rotatividade	Nula		Nula	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2008

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31/12/08.
b) Os dados cadastrais utilizados são de 30/09/08, projetados para 31/12/08.
c) A taxa de rendimentos total esperada sobre os ativos dos planos foi determinada com base no resultado de projeções de rentabilidade dos segmentos de ativos que compõem a carteira do plano, levando em consideração a média geométrica dos próximos cinco anos.

	SISTEL - PBS-A		PAMEC	
	2008	2007	2008	2007
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	667.702	604.572	2.504	2.077
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	667.702	604.572	2.504	2.077
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.005.682)	(1.006.475)	-	-
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido⁽¹⁾	(337.980)	(401.903)	2.504	2.077
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	337.980	401.903	-	-
(=) Passivo Atuarial Reconhecido	-	-	2.504	2.077

(1) No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora. Tal plano é composto na sua totalidade por participantes assistidos, inexistindo, portanto, contribuições futuras que pudessem ser compensadas com o superávit existente.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no início do exercício	604.572	580.506	2.077	1.529
Custo dos Juros	62.400	62.984	219	170
Custo do Serviço Corrente	-	-	-	7
Benefícios Pagos Líquidos	(57.620)	(50.072)	(110)	(52)
(Ganho) ou Perda Atuarial sobre a Obrigação Atuarial	58.350	11.154	318	423
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	667.702	604.572	2.504	2.077
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	1.006.475	895.205	-	883
Rendimentos (Perdas) dos Ativos do Plano	56.827	161.342	-	36
Contribuições da Patrocinadora	-	-	110	-
Pagamento de Benefícios	(57.620)	(50.072)	(110)	(52)
Ativos do Plano Transferidos para a Patrocinadora	-	-	-	(867)
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	1.005.682	1.006.475	-	-
(-) Valor do Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	(337.980)	(401.903)	2.504	2.077
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	337.980	401.903	-	-
(-) Passivo Atuarial Reconhecido	-	-	2.504	2.077

	SISTEL - PBS-A		PAMEC	
	2008	2007	2008	2007

DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM				
Custo do Serviço Corrente	-	-	-	7
Custo dos Juros	-	-	219	170
Rendimento (Perda) dos Ativos do Plano	-	-	-	(36)
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	-	-	318	423
Total da Despesa Reconhecida	-	-	537	564

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa Estimada de Inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	4,50%	4,50%	N/A	
Taxa de Crescimento Nominal dos Custos Médicos	N/A		7,64%	7,64%
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	11,30%	10,82%	N/A	
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	A183	UP94	A183	UP94
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	N/A		N/A	
Idade de Início dos Benefícios	N/A		N/A	

N/A = Não Aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2008	
a) Os ativos e passivos dos planos acima estão posicionados em 31/12/08.	
b) Os dados cadastrais utilizados para o PBS-A e PAMEC são de 30/09/08, ambos projetados para 31/12/08.	
c) A taxa de rendimentos total esperada sobre os ativos dos planos foi determinada com base no resultado de projeções de rentabilidade dos segmentos de ativos que compõem a carteira do plano, levando em consideração a média geométrica dos próximos cinco anos.	

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de

investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho deliberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	FBrTPREV - BrTPREV, Alternativo e Fundador	Fundação 14 - TCSPREV	SISTEL - PBS-A
Renda Fixa	90%	100%	95%
Renda Variável	20%	20%	40%
Imóveis	8%	N/A	9%
Empréstimos a Participantes	3%	3%	3%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2008 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	FBrTPREV - BrTPREV, Alternativo e Fundador	Fundação 14 - TCSPREV	SISTEL - PBS-A
Renda Fixa	84,2%	85,3%	75,4%
Renda Variável	11,7%	13,2%	18,7%
Imóveis	2,8%	1,5%	5,5%
Empréstimos a Participantes	1,3%	-	0,4%
Total	100%	100%	100%

b. Plano de Opção de Compra de Ações para Administradores e Empregados

A Assembleia Geral Extraordinária da Brasil Telecom S.A., realizada em 6 de novembro de 2007, aprovou um novo plano geral para a outorga de opções de compra de ações para administradores e empregados da Sociedade e de suas controladas, estando vigentes, na data de encerramento do exercício, os planos abaixo descritos, de acordo com as respectivas datas de aprovação.

Plano Aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuam válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, não podendo ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

Na data do encerramento do exercício havia opções exercíveis em circulação conforme descrito no programa abaixo:



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

As movimentações ocorridas no saldo de opções relativas a este plano estão resumidas a seguir:

	2008		2007	
	Opções de Ações Preferenciais	Preço Médio de Exercício R\$	Opções de Ações Preferenciais	Preço Médio de Exercício R\$
Saldo de Opções em Circulação no Início do Exercício	256.855	16,88	270.802	13,00
Opções Exercidas	(162.084)	17,01	-	-
Opções Canceladas	(15.259)	17,60	(13.947)	17,30
Saldo de Opções em Circulação no Final do Exercício	79.512	19,04	256.855	16,88
Saldo de Opções Exercíveis no Final do Exercício	79.512	19,04	256.855	16,88

As 162.084 opções exercidas foram liquidadas mediante a entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Brasil Telecom S.A., ao preço de exercício total de R\$ 1.012 e valor de mercado totalizando R\$ 1.156.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga				Preço de Exercício Atualizado (em Reais)	Opções (Em ações)
Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo Limite para Exercício		
3ª	22/12/04	33%	22/12/05	19,04	26,504
		33%	22/12/06	19,04	26,504
		34%	22/12/07	19,04	26,504

A representatividade do saldo de opções perante o total de ações em circulação da Brasil Telecom S.A. é de 0,01% (0,05% em 31/12/07).

Considerando a hipótese de que as opções serão exercidas integralmente, o valor dos prêmios das respectivas opções, calculado pelo método Black&Scholes na data da concessão, para a Controlada seria de R\$ 219 (R\$ 1.761 em 31/12/07).

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções Black&Scholes com as seguintes premissas:

	21/12/04	19/12/03	17/12/02
Ativo-Lastro	13,64	13,64	13,64
Preço de Exercício	17,30	15,89	15,69
Volatilidade Esperada	38,2%	44,8%	3,0%
Taxa de Juros Livre de Riscos	8,4%	8,6%	23,0%
Vida Esperada (em anos)	2	3	3
Rendimento de Dividendos	3,10%	3,20%	5,10%
Valor justo na data de outorga	2,76	5,56	4,09

Plano Aprovado em 6 de novembro de 2007

O novo plano autoriza a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como Unidade de Performance – UP, a qual engloba ações preferenciais da Brasil Telecom S.A. e ações ordinárias e preferenciais da Sociedade. O valor correspondente ao número de UP's concedidas não poderá exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da Controlada.

As ações oriundas do exercício de opções garantem aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Sociedade e da Controlada.

A administração deste plano foi atribuída ao Conselho de Administração, o qual tem amplos poderes para estabelecer os programas de opções, podendo ser delegado a um comitê de remuneração, composto por até três membros do conselho.

Em Reunião realizada em 14 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. ratificou a aprovação dos dois programas relacionados ao novo plano de opção de compra de ações, os quais são efetivos a partir de 1 de julho de 2007 e consistem do seguinte:

Programa 1

A outorga foi estabelecida na forma de concessão única e não permite o estabelecimento de novas concessões no prazo de até quatro anos. O preço de exercício da UP foi fixado pelo Conselho de Administração, nos termos definidos no plano, e está sujeito à indexação pelo IGP-M, acrescido de 6% a.a. e descontado dos valores pagos como dividendos e ou JSCP no período.

Programa 2

Este programa prevê outorga anual de opções, em 1º de julho de cada ano, tendo ocorrido outorgas em 1º de julho de 2007 e de 2008. O preço de exercício da UP foi fixado pelo Conselho de Administração, nos termos definidos no plano e será descontado dos valores pagos como dividendos e ou JSCP no período.

A aquisição do direito ao exercício das opções constantes dos programas 1 e 2 dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Programa	Outorga				Preço de Exercício Atualizado (em Reais)	Opções (Em UP's)
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo Limite para Exercício		
1	01/07/07	25%	01/07/08	30/06/11	32,22	704.331
		25%	01/07/09	30/06/12	32,22	704.331
		25%	01/07/10	30/06/13	32,22	704.331
		25%	01/07/11	30/06/14	32,22	704.331
2	01/07/07	25%	01/07/08	30/06/11	24,93	47.153
		25%	01/07/09	30/06/12	24,93	199.811
		25%	01/07/10	30/06/13	24,93	199.811
		25%	01/07/11	30/06/14	24,93	199.810
	01/07/08	25%	01/07/09	30/06/12	32,39	175.338
		25%	01/07/10	30/06/13	32,39	175.421
		25%	01/07/11	30/06/14	32,39	175.421
		25%	01/07/12	30/06/15	32,39	175.421



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Os prazos estabelecidos nos Programas 1 e 2 poderão ser antecipados em razão da ocorrência de eventos ou condições especiais estabelecidos no contrato de outorga, notadamente em decorrência de alteração do controle direto ou indireto da Sociedade e da Brasil Telecom S.A. É assegurado um bônus mínimo na hipótese de redução do valor de mercado das ações na data do exercício das opções, sob condições definidas no acordo.

Em 15 de julho de 2008 foram modificados os termos do plano, eliminando a obrigatoriedade de recompra das ações que compõem a cesta de ações pela Sociedade. Desta forma, as opções de compra de ações que englobam ações da Brasil Telecom S.A. passaram a ser registradas como opções liquidadas em ações e as opções de compra de ações que contenham ações da Sociedade permanecem como opções de ações liquidadas em dinheiro.

As movimentações ocorridas no saldo de opções estão resumidas a seguir:

	2008		2007	
	Opções (Em UP's)	Preço Médio de Exercício das UP's R\$	Opções (Em UP's)	Preço Médio de Exercício das UP's R\$
Saldo de Opções em Circulação no Início do Exercício	4.036.440	28,37	-	-
Opções Outorgadas	724.955	32,39	4.036.440	26,70
Opções Exercidas	(171.971)	24,93	-	-
Opções Canceladas	(423.914)	27,81	-	-
Saldo de Opções em Circulação no Final do Exercício	4.165.510	31,12	4.036.440	28,37
Saldo de Opções Exercíveis no Final do Exercício	751.484	31,12	-	-

No decorrer do exercício foram exercidas 171.971 opções do Programa 2, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Controlada, ao preço de exercício total de R\$ 4.287 e valor de custo de R\$ 661; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da Sociedade ao preço de exercício total de R\$ 3.653 e valor de mercado de R\$ 4.321.

A representatividade das ações que compõe a cesta de opções de ações (UP's) perante o valor patrimonial das ações preferenciais de emissão da Controlada é de 1,30% (0,79% em 31/12/07), e das ações ordinárias e preferenciais da Sociedade são de 5,65% e 3,26%, respectivamente (6,44% e 3,71% em 31/12/07).

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "Binomial" com base nas premissas abaixo descritas, as quais foram calculadas utilizando-se cotações de mercado:

Data da outorga: 1 de julho de 2007

Programa: 1

	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
Ativo-Lastro	31,06	31,06	31,06	31,06
Preço de Exercício	32,22	32,22	32,22	32,22
Volatilidade Esperada	42,02%	42,02%	42,02%	42,02%
Taxa de juros Livre de Riscos ⁽¹⁾	1,79%	2,05%	2,06%	2,15%
Vida Esperada	2,49	3,51	4,54	5,57
Rendimento de Dividendos	-	-	-	-
Valor Justo na Data de Outorga	8,16	9,89	11,32	12,61

(1) Considera a taxa de juros livre de risco subtraída da variação do IGPM + 6% a.a.

Data da outorga: 1 de julho de 2007

Programa: 2

	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
Ativo-Lastro	31,06	31,06	31,06	31,06
Preço de Exercício	24,93	24,93	24,93	24,93
Volatilidade Esperada	42,02%	42,02%	42,02%	42,02%
Taxa de Juros Livre de Riscos	12,29%	12,55%	12,56%	12,65%
Vida Esperada	2,49	3,51	4,54	5,57
Rendimento de Dividendos	-	-	-	-
Valor Justo na Data de Outorga	14,57	16,89	18,80	20,44

Data da outorga: 1 de julho de 2008

Programa: 2

	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
Ativo-Lastro	31,06	31,06	31,06	31,06
Preço de Exercício	32,39	32,39	32,39	32,39
Volatilidade Esperada	42,02%	42,02%	42,02%	42,02%
Taxa de Juros Livre de Riscos	12,29%	12,55%	12,56%	12,65%
Vida Esperada	2,49	3,51	4,54	5,57
Rendimento de Dividendos	-	-	-	-
Valor Justo na Data de Outorga	11,27	13,98	16,22	18,17

A despesa reconhecida pela Controlada no resultado do exercício, abrangendo todos os planos de compra de ações oferecidos, foi de R\$ 16.743 (R\$ 13.179 em 2007). Os saldos do passivo e do patrimônio líquido da Controlada existentes na data do encerramento do exercício estão representados por R\$ 23.893 e R\$ 5.803, respectivamente (R\$ 13.179 e R\$ 872 em 31/12/07).

c. Outros Benefícios a Empregados

São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio médico/odontológico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, auxílio transporte e outros.

8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a. Contingências Passivas

A Sociedade e suas controladas efetuam periodicamente a avaliação de seus riscos contingenciais, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativa e ou judicial, em todas as instâncias, desde as iniciais até as extraordinárias.

Em algumas situações, por exigência legal ou por uma opção de cautela, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Os depósitos judiciais relacionados a contingências de risco de perda possível e remoto estão demonstrados na nota nº 23.

Ressalta-se que, em alguns casos, assuntos semelhantes podem estar enquadrados em diferentes classificações de grau de risco, fato que se justifica pela situação fática e processual peculiar relacionada a cada processo.

Trabalhistas

As provisões trabalhistas compreendem uma estimativa da administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, das perdas relativas a processos movidos por empregados e ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços, relacionados à matéria de ordem trabalhista.

Tributárias

As provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos decorrentes de divergências entre o entendimento da administração, amparado na opinião de seus consultores legais e o Fisco, quanto à interpretação, aplicação, legalidade e constitucionalidade da legislação tributária.

Cíveis

As provisões de natureza cível compreendem uma estimativa de causas alusivas a reajustes de valores contratuais, decorrentes de planos econômicos editados pelo Governo Federal e outras causas relacionadas a planos comunitários de telefonia e ações de natureza indenizatória e consumerista.

Classificação por Grau de Risco

Contingências de Risco Provável

As contingências classificadas como risco de perda provável, para as quais estão registradas provisões no passivo, apresentam os seguintes saldos:

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Provisões	4.071	5.026	1.453.036	1.193.554
Trabalhista	204	-	426.904	421.759
Tributária	3.740	4.974	273.606	372.896
Cível	127	52	752.526	398.899
Depósitos Judiciais Vinculados	(125)	-	(520.412)	(295.843)
Trabalhista	-	-	(213.028)	(220.679)
Tributária	-	-	(21.753)	(22.046)
Cível	(125)	-	(285.631)	(53.118)
Total das Provisões, líquidas de Depósitos Judiciais	3.946	5.026	932.624	897.711
Circulante	213	15	218.510	197.472
Longo Prazo	3.733	5.011	714.114	700.239

Trabalhistas

Variações ocorridas em 2008:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/07	-	421.759
Variações ao Resultado	204	148.441
Atualização Monetária	2	48.730
Reavaliação dos Riscos Contingentes	202	65.773
Provisão de Novas Ações	-	33.938
Pagamentos	-	(143.296)
Subtotal I (Provisões)	204	426.904
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/07	-	(220.679)
Variações de Depósitos Judiciais	-	7.651
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(213.028)
Saldo em 31/12/08, líquido de Depósitos Judiciais	204	213.876

Os principais objetos que afetam as contingências trabalhistas provisionadas são os seguintes:

- (i) Adicionais Diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (ii) Diferenças Salariais e Reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (iii) Plano de Cargos e Participações nos Lucros – refere-se a pedido de aplicação de plano de cargos e salários, com a incidência de promoções por antiguidade e merecimento, supostamente não concedidos e pedidos de aplicação de regulamento que previa o pagamento de percentual incidente sobre os lucros da Brasil Telecom S.A.;
- (iv) Responsabilidade Solidária/Subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da controlada Brasil Telecom S.A., feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (v) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (vi) Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



- (vii) Complemento de Multa FGTS decorrente de expurgos inflacionários – refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Brasil Telecom S.A. ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;

- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Equiparação Salarial – referem-se ao pleito de valores supostamente decorrentes de equiparação salarial, enquadramento funcional, desvio de função e acúmulo de função;
- (x) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória; e
- (xi) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

Tributária

Variações ocorridas em 2008:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/07	4,974	372,896
Variações ao Resultado	(1,233)	70,697
Atualização Monetária	206	24,916
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(1,769)	(38,556)
Provisão de Novas Ações	330	84,337
Pagamentos	(1)	(169,987)
Subtotal I (Provisões)	3,740	273,606
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/07	-	(22,046)
Variações de Depósitos Judiciais	-	293
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	-	(21,753)
Saldo em 31/12/08, líquido de Depósitos Judiciais	3,740	251,853

As principais causas provisionadas são referentes a:

- (i) Tributos Federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Sociedade ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos; e
- (ii) Tributos Estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Sociedade, não são passíveis de tributação por este imposto e discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Sociedade, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

Cível

Variações ocorridas em 2008:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/07	52	398.899
Variações ao Resultado	75	491.393
Atualização Monetária	6	64.774
Reavaliação dos Riscos Contingentes	69	363.792
Provisão de Novas Ações	-	62.827
Pagamentos	-	(137.766)
Subtotal I (Provisões)	127	752.526
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/07	-	(53.118)
Variações de Depósitos Judiciais	(125)	(232.513)
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	(125)	(285.631)
Saldo em 31/12/08, líquido de Depósitos Judiciais	2	466.895

As principais causas provisionadas são as seguintes:

- (i) Revisão de condições contratuais – ação judicial em que uma empresa fornecedora de equipamentos propôs contra a controlada Brasil Telecom S.A., pedindo revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica;
- (ii) Contratos de Participação Financeira – tem se firmado no TJ/RS a posição quanto à incorreção do procedimento anteriormente adotado pela antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A. nos processos relativos à aplicação de norma emitida pelo Ministério das Comunicações. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça;
- (iii) Processos Administrativos – ANATEL – relativas a processos decorrentes de fiscalização, referenciadas ao PGMQ, PGMU e descumprimento de obrigações regulamentares. Inclui demandas contra a Sociedade, propostas por outras empresas de telecomunicações junto à ANATEL;
- (iv) Pontos de atendimento a clientes – ações civis públicas, versando sobre o fechamento de postos de atendimento a clientes;
- (v) Listas Telefônicas Obrigatórias Gratuitas – LTOG's – ações questionando a não entrega das listas telefônicas residenciais impressas;
- (vi) Questões Consumeristas – referem-se a ações de responsabilidade civil em decorrência de habilitação de terminal telefônico, negativação, cobrança, co-billing, bloqueios, ADSL, cancelamentos, serviços suplementares, defeitos, planos alternativos, desbloqueios;
- (vii) Indenizações – referem-se a pleitos de indenização por rescisão ou descumprimento contratual; e
- (viii) Danos – referem-se a ações decorrentes de danos materiais, danos morais, acidente de trabalho, acidente de trânsito.

As reavaliações dos riscos contingentes estão vinculadas a alterações de circunstâncias ou ocorrências de novos fatos e decisões que instruíram uma nova avaliação dos processos em andamento, as quais estão diluídas em diversos processos.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Contingências de Risco Possível

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Trabalhista	1.989	1.737	634.826	542.427
Tributária	124.661	51.558	1.796.921	2.113.653
Cível	592	416	1.220.963	1.129.591
Total	127.242	53.711	3.652.710	3.785.671

Trabalhista

Variações ocorridas em 2008:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/07	1.737	542.427
Atualização Monetária	252	78.583
Reavaliação dos Riscos Contingentes	-	(178.048)
Novas Ações	-	191.864
Montante apurado em 31/12/08	1.989	634.826

Os principais objetos que compõem as perdas possíveis de natureza trabalhista são os seguintes:

- (i) Adicionais Diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (ii) Diferenças Salariais e Reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (iii) Responsabilidade Solidária/Subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Brasil Telecom S.A., feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (iv) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (v) Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (vi) Complemento de Multa FGTS decorrente de expurgos inflacionários – refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários e valores decorrentes de diferenças de depósitos do FGTS;
- (vii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças; e
- (viii) Indenizações – referem-se ao pleito de valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

Tributária

Variações ocorridas em 2008:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/07	51.558	2.113.653
Atualização Monetária	9.720	174.892
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(20.343)	(918.224)
Novas Ações	83.726	426.600
Montante apurado em 31/12/08	124.661	1.796.921

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) Autuações do INSS versando sobre a adição de rubricas no salário-de-contribuição supostamente devidas pela empresa;
- (ii) Autuações promovidas pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes de divergências de valores entre DCTF e DIPJ;
- (iii) Ações civis públicas questionando o suposto repasse de PIS e COFINS aos consumidores finais;
- (iv) ICMS incidente sobre ligações internacionais, cuja responsabilidade tributária pelo recolhimento da exação é atribuída a outra operadora;
- (v) ICMS – crédito e respectivo diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais realizadas pela Sociedade;
- (vi) ICMS – crédito do imposto relativo à faturas canceladas;
- (vii) IR-Fonte sobre operações relacionadas à proteção para cobertura de dívidas;
- (viii) FUST – efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL; e
- (ix) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003.

Cível

Variações ocorridas em 2008:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Montante apurado em 31/12/07	416	1.129.591
Atualização Monetária	66	169.427
Reavaliação dos Riscos Contingentes	-	(304.947)
Novas Ações	110	226.892
Montante apurado em 31/12/08	592	1.220.963



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) Retribuições em ações decorrentes de PCT – os autores pretendem, junto à Brasil Telecom S.A., a retribuição em ações relacionadas aos contratos decorrentes do Programa Comunitário de Telefonia. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça;
- (ii) Processos Administrativos – ANATEL – relativas a processos decorrentes de fiscalização, cujos principais objetos referem-se a apurações referentes ao PGMQ e PGMU, direitos dos usuários, cartões indutivos e LTOG, entre outros;
- (iii) Questões consumeristas – referem-se a ações de responsabilidade civil em decorrência de habilitação de terminal telefônico, negativação, cobrança, co-billing, bloqueios, ADSL, cancelamentos, serviços suplementares, defeitos, planos alternativos, desbloqueios;
- (iv) Danos – referem-se a ações decorrentes de danos materiais, danos morais, acidente de trabalho, acidente de trânsito;
- (v) Indenizações – referem-se a pleitos de indenização por rescisão ou descumprimento contratual;
- (vi) Ações civis públicas relativas a postos de atendimento; e
- (vii) Contratuais – ações relativas à reclamação de percentual decorrente do Plano Real, a ser aplicado em contrato de prestação de serviços, revisão de conversão de parcelas em URV e posteriormente em Reais, relativa a fornecimento de equipamentos e prestação de serviços.

Cartas de Fiança

Com relação às contingências passivas, são mantidos contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor total de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício corresponde a R\$ 749 (R\$ 21.483 em 31/12/07) e a R\$ 2.570.220 (R\$ 1.381.488 em 31/12/07) consolidados. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

b. Contingências Ativas

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais reivindica-se a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Sociedade e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Brasil Telecom S.A. em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Sociedade, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representavam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, importa em R\$ 18.843 (R\$ 17.445 em 31/12/07).

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 27 de abril de 2007, foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social. Decorrente deste processo, as ações foram grupadas na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie, passando o capital social a ser representado por 134.031.688 ações ordinárias e 229.937.525 ações preferenciais, totalizando 363.969.213 ações emitidas. Do total de ações, 1.480.800 ações ordinárias são mantidas em tesouraria.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Sociedade poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos únicos dos art. 11 e 14 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

O capital social subscrito e integralizado, na data do encerramento do exercício é de R\$ 2.596.272 (R\$ 2.596.272 em 31/12/07), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

Espécies de Ações	Total de Ações		Ações em Tesouraria		Ações em Circulação	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ordinárias	134.031.688	134.031.688	1.480.800	1.480.800	132.550.888	132.550.888
Preferenciais	229.937.525	229.937.525	-	-	229.937.525	229.937.525
Total	363.969.213	363.969.213	1.480.800	1.480.800	362.488.413	362.488.413

	2008	2007
Valor Patrimonial por Ação em Circulação (R\$)	15,90	14,34

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações ordinárias mantidas em tesouraria.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



b. Ações em Tesouraria

As ações em tesouraria são originadas de programas de recompra realizados durante os exercícios de 2002 a 2004. Na data de 13/09/04 foi divulgado o fato relevante da última proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade, para recompra de ações preferenciais e ordinárias de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	2008		2007	
	Ações Ordinárias	Valor	Ações Ordinárias	Valor
Saldo no início do exercício	1.480.800	20.846	1.480.800	20.846
Saldo no final do exercício	1.480.800	20.846	1.480.800	20.846
Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)			2008	2007
Médio Ponderado			14,08	14,08
Mínimo			12,40	12,40
Máximo			17,00	17,00

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

Até a data do encerramento do exercício não ocorreu qualquer alienação de ações ordinárias adquiridas.

Valor de Mercado das Ações em Tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2008	2007
Quantidade de ações ordinárias em tesouraria	1.480.800	1.480.800
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	58,90	46,50
Valor de Mercado	87.219	68.857

c. Reservas de Capital

As reservas de capital são constituídas de conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de Ágio na Subscrição de Ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Outras Reservas de Capital: formadas pela contrapartida dos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

d. Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva Legal: apropriação de cinco por cento do lucro anual até o limite de vinte por cento do capital social realizado ou trinta por cento do capital quando somada às reservas de capital. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para Investimentos: formada pelos saldos remanescentes de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Sociedade e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/86. Com a vigência da Lei nº 11.638/07, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da Sociedade e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Sociedade.

Por deliberação do Conselho de Administração a Sociedade pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio ("JSCP") nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o artigo 44 do estatuto social.

Dividendos Mínimos Obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76

	2008	2007 ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	800.037	675.906
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	-	74.180
Apropriação à Reserva Legal	(40.002)	(33.795)
Lucro Líquido Ajustado	760.035	716.291
Dividendos Obrigatórios (25% do Lucro Líquido Ajustado)	190.009	179.073

(1) Os dados relativos ao exercício social de 2007 estão reportados aos valores originais apurados naquele exercício, sem considerar os ajustes produzidos pela Lei nº 11.638/07.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP Creditados

A Sociedade creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas durante o exercício, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado. Na data de encerramento do exercício, os JSCP creditados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, foram imputados aos dividendos e integram a proposta para destinação de resultados a ser apresentada para aprovação da assembleia geral ordinária de acionistas (A.G.O.).

	2008	2007
Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP – Creditados	264.800	336.300
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	(39.720)	(50.445)
JSCP Líquidos	225.080	285.855
Dividendos Provisionados, em Complemento aos JSCP	-	379.991
Total da Remuneração dos Acionistas	225.080	665.846
Ações Ordinárias	82.305	243.479
Ações Preferenciais	142.775	422.367

Remuneração Total por Ação (Em Reais)⁽¹⁾	2008	2007
Ordinárias	0,620930	1,836875
Preferenciais	0,620930	1,836875
Totalidade das Ações	0,620930	1,836875

(1) O cálculo dos dividendos/JSCP por ação considera as ações existentes em circulação na data do encerramento do balanço.

A remuneração dos acionistas supera o valor dos dividendos obrigatórios, sendo também superior ao montante dos dividendos prioritários e dividendos para as ações ordinárias, calculados em igualdade de condições.

f. Saldo Remanescente do Lucro Líquido

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2008, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 495.235, compõe o saldo da conta de reserva para investimentos e integra a proposta de destinação de resultados a ser deliberada pela assembleia geral ordinária dos acionistas, visando o reforço de recursos ao orçamento de capital consolidado, abrangente às sociedades controladas, segundo o art. 196 da citada Lei, e conversão em aumento de capital aos acionistas da Sociedade, equacionando o limite estabelecido para as reservas de lucro em relação ao capital social da Sociedade.

10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviço Telefônico Fixo		
Serviço Local	6,549,741	6,566,256
Habilitação	10.919	16.352
Assinatura	3.675.529	3.535.708
Fixo	919.765	1.101.419
Fixo x Móvel VC1	1.926.096	1.881.853
Aluguel	1.129	1.157
Outras	16.303	29.767
Serviço de Longa Distância	2,852,611	2,947,454
Fixo Intra Setorial	834.586	863.484
Fixo Intra Regional (Inter Setorial)	247.235	264.243
Fixo Inter Regional	232.176	241.077
VC2	778.771	788.455
Origem Fixo	300.386	292.343
Origem Móvel	478.385	496.112
VC3	717.098	746.316
Origem Fixo	353.770	365.588
Origem Móvel	363.328	380.728
Internacional	42.745	43.879
Interconexão	373,810	357,674
Fixo x Fixo	209.957	243.236
Móvel x Fixo	163.853	114.438
Cessão de Meios	449,409	357,893
Telefonia Pública	474,656	546,007
Serviços Suplementares, Rede Inteligente e Telefonia Avançada	417,234	393,980
Outras	30,713	35,168
Total do Serviço Telefônico Fixo	11,148,174	11,204,432
Serviço Telefônico Móvel		
Telefonia	1,894,397	1,753,231
Assinatura	401.746	433.555
Utilização	642.109	547.050
Adicional de Chamadas	5.499	6.810
Roaming	16.437	16.070
Interconexão	662.238	624.691
Serviços de Valor Adicionado	154.434	104.415
Outros Serviços	11.934	20.640
Venda de Mercadorias	225,670	270,515
Aparelhos Celulares	221.522	263.982
Cartões Eletrônicos - Brasil Chip, Acessórios e Outras Mercadorias	4.148	6.533
Total do Serviço Telefônico Móvel	2,120,067	2,023,746

Continua....



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



...continuação.

	2008	2007
Serviços de Comunicação de Dados e Outros		
Comunicação de Dados	3.249.938	2.310.959
Outros Serviços de Atividades Principais	488.963	458.251
Total de Serviços de Comunicação de Dados e Outros	3.738.901	2.769.210
Receita Operacional Bruta	17.007.142	15.997.388
Deduções da Receita Bruta	(5.710.307)	(4.938.842)
Tributos Sobre a Receita Bruta	(4.389.541)	(4.353.809)
Outras Deduções Sobre a Receita Bruta	(1.320.766)	(585.033)
Receita Operacional Líquida	11.296.835	11.058.546

11. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

Os custos incorridos na prestação dos serviços e na venda de mercadorias são os seguintes:

	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Interconexão	(2.202.660)	(2.318.884)
Depreciação e Amortização	(1.683.112)	(2.032.963)
Serviços de Terceiros	(970.645)	(934.023)
Pessoal	(338.489)	(162.494)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(395.008)	(313.925)
Meios de Conexão	(143.434)	(135.532)
FISTEL	(76.548)	(64.820)
Material	(64.073)	(69.951)
Ônus da Concessão	(65.578)	(69.406)
Participação de Empregados e Administradores	(29.125)	(20.959)
Mercadorias Vendidas	(236.603)	(255.429)
Outros	(4.143)	(3.815)
Total	(6.209.418)	(6.382.201)

12. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

(Despesas com Vendas)

As despesas relacionadas às atividades de comercialização estão detalhadas nas seguintes naturezas:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviços de Terceiros	(546.989)	(735.592)
Perdas com Contas a Receber de Clientes	(370.242)	(348.001)
Pessoal	(237.650)	(229.004)
Material	(90.844)	(50.753)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(49.838)	(56.801)
Participação de Empregados e Administradores	(25.863)	(21.149)
Depreciação e Amortização	(9.164)	(19.080)
Outros	(33.633)	(24.972)
Total	(1.364.223)	(1.485.352)

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas relacionadas às atividades administrativas, as quais incluem as despesas com tecnologia de informação, estão detalhadas nas seguintes naturezas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Serviços de Terceiros	(3.781)	(6.208)	(807.527)	(763.084)
Depreciação e Amortização	(205)	(256)	(291.684)	(298.154)
Pessoal	(14.183)	(4.660)	(234.232)	(176.968)
Participação de Empregados e Administradores	-	-	(44.371)	(38.340)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(8.575)	(7.275)	(28.450)	(41.818)
Planos de Opção de Ações	-	-	(17.411)	(13.219)
Material	(3)	-	(3.696)	(4.058)
Outros	(4)	(6)	(730)	(1.225)
Total	(26.751)	(18.405)	(1.428.101)	(1.336.866)



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



14. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A seguir estão apresentadas as demais receitas e despesas atribuídas às atividades operacionais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Recebimentos relacionados à Quitação de Litígios ⁽¹⁾	5.845	-	175.730	-
Recuperação de Tributos e Despesas Recuperadas	120	102	145.204	95.857
Multas	(120)	(3)	103.275	77.984
Aluguel de Infra-estrutura Operacional e Outros	-	-	86.975	87.439
Recuperação de Despesas com Fundos de Pensão – Superávit	-	-	61.104	81.209
Serviços Técnicos e Administrativos	316	2.315	60.956	59.600
Provisão/Reversão para Perdas com Investimentos	1.684	454	58.025	(25.714)
Acordo de Litígio com Empresas de Telecomunicações	-	-	21.403	16.610
Provisão/Reversão para Valor de Realização e Perdas do Imobilizado	-	-	18.837	20.384
Subvenções e Doações Recebidas	-	-	15.284	16.889
Reversão de Outras Provisões	-	-	10.920	32.390
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	2	329	3.017	712
Resultado na Baixa de Investimentos	44.653	-	(12.185)	26.216
Contingências – Provisões ⁽²⁾	954	(1.215)	(710.531)	(650.898)
Tributos (Exceto Sobre Receita Bruta, IRPJ e CSLL)	(665)	(389)	(146.297)	(87.243)
Amortização de Ágio na Aquisição de Investimentos	-	-	(88.796)	(91.408)
Fundos de Pensão – Provisões	-	-	(81.324)	(89.675)
Custas Processuais	-	-	(59.430)	(51.060)
Ganho (Perda) com Investimentos	791	(970)	(43.415)	(974)
Resultado na Baixa de Imobilizado e Diferido	(16)	-	(40.120)	(23.904)
Doações e Patrocínios	(5)	-	(23.011)	(11.499)
Indenizações – Trabalhistas, Telefonia e Outras	-	-	(3.136)	(157)
Resultado na Baixa de Estoques de Manutenção/Revenda	-	-	(2.202)	(1.923)
Amortização de Ágio na Incorporação	-	-	-	(126)
Outras Receitas (Despesas)	(192)	(217)	18.530	9.281
Total	53.367	406	(431.187)	(510.010)
Outras Receitas Operacionais	53.411	3.200	826.254	607.747
Outras Despesas Operacionais	(44)	(2.794)	(1.257.441)	(1.117.757)

Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo valor líquido.

(1) Referem-se ao montante recebido em decorrência do Instrumento de Quitação e Encerramento de Litígios celebrado entre a Sociedade, sua controlada 14 Brasil Telecom Celular S.A. e sua Controladora, o Opportunity Fund/Banco Opportunity e suas empresas relacionadas e Telemar Norte Leste S.A., cujos detalhes estão citados na nota nº 1, destacados em item específico.

(2) As contingências provisionadas estão informadas na nota nº 8.

15. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Receitas Financeiras	200.093	341.366	887.590	773.796
Moeda Nacional	200.093	341.362	812.220	769.481
Sobre Direitos em Moeda Estrangeira	-	4	75.370	4.315
Despesas Financeiras	(343.107)	(450.968)	(1.412.141)	(1.274.778)
Moeda Nacional	(77.820)	(114.537)	(760.666)	(735.448)
Sobre Obrigações em Moeda Estrangeira	(487)	(131)	(280.524)	(88.376)
Juros Sobre o Capital Próprio	(264.800)	(336.300)	(370.951)	(450.954)
Total	(143.014)	(109.602)	(524.551)	(500.982)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A taxa para imposto de renda é de 25% e a taxa para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Tributos Correntes				
Imposto de Renda de Contribuição Social sobre o Lucro	(41.443)	(65.972)	(679.351)	(559.246)
Tributos Diferidos	1.956	1.660	88.396	199.906
Total	(39.487)	(64.312)	(590.955)	(359.340)



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Resultado Antes dos Impostos e das Participações	574.724	405.805	1.339.355	843.135
Resultado das Empresas Não-sujeitas ao Cálculo de IR/CSLL⁽¹⁾	-	-	(8.354)	12.221
Total do Resultado Tributado	574.724	405.805	1.331.001	855.356
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ				
IRPJ sobre o Resultado Tributado (10%+15%–25%)	(143.681)	(101.451)	(332.750)	(213.839)
Adições Permanentes	(14.922)	(21.883)	(147.500)	(80.303)
Amortização de Agio	-	-	(22.112)	(22.754)
Variação Cambial sobre Investimentos	-	(59)	(1.751)	(3.510)
Alteração no Percentual de Participação em Controladas	-	(243)	(10.854)	(50)
Multas Indedutíveis	-	-	(43.395)	(2.140)
Perdas com Investimentos	-	-	(14.211)	-
Outras Adições	(14.922)	(21.581)	(55.177)	(51.849)
Exclusões Permanentes	129.572	76.027	33.539	17.043
Equivalência Patrimonial	118.422	74.474	-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	20	82	754	178
Recuperação de Tributos Federais	-	-	650	-
Outras Exclusões	11.130	1.471	32.135	16.865
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	9.591	3.411
Constituição de IR Diferido sobre Prejuízos Fiscais Acumulados	-	-	-	5.817
Outros	(95)	24	(5.434)	2.244
Efeito de IRPJ na Demonstração de Resultado	(29.126)	(47.283)	(442.554)	(265.627)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL				
CSLL sobre o Resultado Tributado (9%)	(51.725)	(36.522)	(119.790)	(76.982)
Adições Permanentes	(5.216)	(7.877)	(41.924)	(26.231)
Amortização de Agio	-	-	(7.960)	(8.191)
Variação Cambial sobre Investimentos	-	(21)	(630)	(1.264)
Alteração no Percentual de Participação em Controladas	-	(87)	(4.091)	(266)
Multas Indedutíveis	-	-	(15.622)	(770)
Outras Adições	(5.216)	(7.769)	(13.621)	(15.740)
Exclusões Permanentes	46.645	27.370	12.240	6.293
Equivalência Patrimonial	42.567	26.810	-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição	-	30	273	64
Outras Exclusões	4.078	530	11.967	6.229
Compensação de Base de Cálculo Negativa	-	-	3.507	1.220
Constituição de CSLL sobre Base de Cálculo Negativa Acumulada	-	-	-	2.094
Outros	(65)	-	(2.434)	(107)
Efeito de CSLL na Demonstração do Resultado	(10.361)	(17.029)	(148.401)	(93.713)
Efeito de IRPJ e CSLL na Demonstração do Resultado	(39.487)	(64.312)	(590.955)	(359.340)

(1) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e Contas Bancárias	89	702	167.927	315.032
Equivalentes de Caixa	1.231.158	145.310	2.541.878	414.972
Total	1.231.247	146.012	2.709.805	730.004

Segue abaixo a composição da carteira dos equivalentes de caixa:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fundos de Investimentos Exclusivos				
Títulos Públicos	-	108.744	-	224.877
Títulos Privados	81	533	19.667	96.381
Caixa e Operações Compromissadas – <i>Overnight</i>	241.172	39.954	791.691	76.989
Derivativos	-	38	-	440
Provisão para Imposto de Renda – Retificadora	(4.724)	(3.926)	(12.042)	(11.366)
Total de Fundos de Investimentos Exclusivos	236.529	145.343	799.316	387.321
Títulos Privados	994.105	-	1.633.266	-
Fundos de Investimentos Abertos	-	-	-	27.579
Investimentos no Exterior – Certificados de Depósitos	524	-	109.546	377
Subtotal de Equivalentes de Caixa	1.231.158	145.343	2.542.128	415.277
Bloqueio parcial, por determinação judicial	-	(33)	(250)	(305)
Total de Equivalentes de Caixa	1.231.158	145.310	2.541.878	414.972

Os fundos de investimentos financeiros exclusivos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas afins, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Sociedade para garantir essas obrigações.

18. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Segue abaixo a composição da carteira de aplicações:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fundos de Investimentos Exclusivos				
Títulos Públicos	166.636	573.593	537.672	2.010.479
Títulos Privados	46.999	251.547	237.830	510.423
Caixa e Operações Compromissadas – <i>Overnight</i>	-	16.362	-	110.057
Títulos Emitidos pela República da Áustria - Notus Austríacas	-	-	-	274.069
Títulos do ICO - Instituto de Crédito Oficial da Espanha	-	-	-	201.320
Títulos Públicos	-	274.069	-	53.556
Títulos Privados	-	201.320	-	3.583
Total de Aplicações Financeiras	213.635	1.316.891	775.502	3.163.487

Os títulos mantidos para negociação ao valor justo representam investimentos em fundos exclusivos administrados por instituições financeiras de primeira linha, e investimentos em carteira própria, compostos sobretudo por títulos públicos federais e títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Alterações no valor justo destes ativos financeiros são registradas em receitas e despesas financeiras na demonstração de resultados.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



19. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores relativos às contas a receber estão assim compostos:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviços Faturados	1.589.911	1.597.040
Serviços a Faturar	954.353	892.448
Vendas de Mercadorias	60.249	75.603
Subtotal	2.604.513	2.565.091
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(394.423)	(375.390)
Serviços Prestados	(389.377)	(370.799)
Vendas de Mercadorias	(5.046)	(4.591)
Total	2.210.090	2.189.701
A vencer	1.776.216	1.681.551
Vencidas, com atraso de:		
01 a 30 Dias	428.620	390.471
31 a 60 Dias	125.636	125.924
61 a 90 Dias	79.852	87.161
91 a 120 Dias	54.354	61.219
Mais de 120 Dias	139.835	218.765
Total	2.604.513	2.565.091

20. ESTOQUES

Os estoques de manutenção e estoques para revenda, para os quais são constituídas provisões para perdas ou para ajustes à previsão em que os mesmos deverão ser realizados, estão assim compostos:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Estoque para Revenda (Aparelhos Celulares e Acessórios)	65.420	53.532
Estoque de Manutenção	5.514	7.158
Provisão para Ajuste ao Valor de Realização	(16.745)	(27.554)
Provisão para Perdas Prováveis	(141)	(425)
Total	54.048	32.711

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ATIVOS

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Empréstimos e Financiamentos	6.868	7.973
Total	6.868	7.973
Circulante	1.758	1.797
Não Circulante	5.110	6.176

Os empréstimos e financiamentos ativos referem-se ao repasse de recursos financeiros para a empresa produtora de listas telefônicas e incidem variação do IGP-DI.

22. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Tributos Diferidos	27.045	22.324	1.775.696	1.639.468
Outros Tributos a Compensar	282.108	332.550	1.123.197	989.635
Total	309.153	354.874	2.898.893	2.629.103
Circulante	6.543	13.683	973.963	834.615
Longo Prazo	302.610	341.191	1.924.930	1.794.488

Tributos diferidos relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Imposto de Renda Pessoa Jurídica				
Imposto de Renda Diferido, sobre:				
Prejuízos Fiscais	-	-	540.801	498.803
Provisões para Contingências	1.018	1.256	321.563	298.809
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	-	-	188.948	171.936
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	97.390	93.548
ICMS - Convênio nº 69/98 e 78/01	-	-	25.481	39.820
Provisão para Exigibilidade Suspensa - COFINS/CPMF	25.660	20.615	77.990	40.770
Provisão para Participação nos Resultados	-	-	17.984	16.092
Provisão para Perda com Material de Estoque	-	-	6.854	10.606
Provisão para Exigibilidade Suspensa - FUST	-	-	29.993	19.027
Provisão para Perdas - BIA	-	-	63	71
Baixa do Diferido - Ajuste Lei nº 11.638/07	-	-	9.992	20.167
Arrendamento Mercantil - Ajuste Lei nº 11.638/07	-	-	1.148	2.038
Outras Provisões	-	-	18.356	16.358
Subtotal	26.678	21.871	1.336.563	1.228.045
Contribuição Social sobre o Lucro				
Contribuição Social Diferida, sobre:				
Base de Cálculo Negativa	-	-	198.495	181.382
Provisões para Contingências	367	453	115.763	109.082
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	-	-	68.021	61.897
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	35.060	33.677
Provisão para Participação nos Resultados	-	-	6.474	6.476
Provisão para Perda com Material de Estoque	-	-	2.468	3.818
Provisão para Perdas - BIA	-	-	23	25
Baixa do Diferido - Ajuste Lei nº 11.638/07	-	-	3.597	7.261
Arrendamento Mercantil - Ajuste Lei nº 11.638/07	-	-	413	733
Outras Provisões	-	-	8.819	7.072
Subtotal	367	453	439.133	411.423
Total	27.045	22.324	1.775.696	1.639.468
Circulante	74	6	421.224	366.628
Longo Prazo	26.971	22.318	1.354.472	1.272.840



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido, cujas origens estão fundamentadas nas diferenças temporárias entre o resultado contábil pelo regime de competência e o resultado fiscal, bem como no prejuízo fiscal e na base negativa da contribuição social, quando existentes. Os prazos de realização estão baseados em estudo técnico calcado nos lucros fiscais futuros previstos, gerados a partir dos exercícios sociais em que as diferenças temporárias tornarem-se despesas fiscalmente dedutíveis, os quais consideram as ações estabelecidas pela Sociedade visando a ampliação da base de clientes para as atividades em fase de expansão. Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão baseados em estudos técnicos submetidos à aprovação da diretoria e do conselho de administração, bem como ao exame do conselho fiscal.

CONTROLADORA CONSOLIDADO

2009	74	421.224
2010	1.312	128.482
2011	25.659	176.994
2012	-	139.165
2013	-	148.637
2014 a 2016	-	465.218
2017 a 2018	-	205.625
2019 e exercícios seguintes	-	90.351
Total	27.045	1.775.696
Circulante	74	421.224
Longo Prazo	26.971	1.354.472

O valor da recuperação prevista além do ano de 2018 decorre da provisão constituída pela controlada Brasil Telecom S.A., para cobertura da insuficiência atuarial de fundos de pensão, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente de acordo com o prazo máximo remanescente de 13 anos, em linha com o prazo delimitado pela Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"). Não obstante ao limite de tempo estabelecido pela SPC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a Controlada apresenta condições de plena compensação fiscal em prazo inferior a dez anos, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida.

Outros Tributos a Compensar

São compostos de tributos federais retidos na fonte e de pagamentos realizados, calculados com base em estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras. O ICMS a compensar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens para o ativo imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto pode ocorrer em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/00.

CONTROLADORA CONSOLIDADO

	2008	2007	2008	2007
ICMS	-	-	644.121	500.994
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	244.083	253.040	330.417	309.533
PIS e COFINS	156.243	147.358	254.231	237.768
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.773	9.752	8.923	14.164
FUST	-	-	724	724
Outros	-	-	4.772	4.052
Subtotal	402.099	410.150	1.243.188	1.067.235
Provisão ao Valor Recuperável	(119.991)	(77.600)	(119.991)	(77.600)
Total	282.108	332.550	1.123.197	989.635
Circulante	6.469	13.677	552.739	467.987
Longo Prazo	275.639	318.873	570.458	521.648

A provisão ao valor recuperável corresponde à parcela dos créditos tributários compensáveis em período superior aos próximos dez exercícios.

23. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda possível e remoto:

Vinculação por Natureza das Exigibilidades	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Trabalhistas	-	-	299.155	250.564
Tributárias	5.524	5.552	93.294	103.705
Cíveis	248	103	2.517.287	1.044.254
Total	5.772	5.655	2.909.736	1.398.523
Circulante	40	40	679.012	329.396
Longo Prazo	5.732	5.615	2.230.724	1.069.127

Os depósitos judiciais vinculados a provisões passivas estão apresentados de forma dedutiva de tais provisões. Vide notas nº 8 e nº 31.

O aumento no montante de depósitos judiciais está relacionado a processos cíveis de natureza societária, para os quais a administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, atribui grau de risco possível ou remoto.

24. DIVIDENDOS/JSCP A RECEBER

Refere-se ao JSCP, líquidos do IR-Fonte, creditados pela controlada Brasil Telecom S.A. em 2008, cujo valor a receber é de R\$ 185.427 (R\$ 474.247 em 31/12/07).

25. OUTROS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fundos de Pensão - Contribuições Futuras a Compensar ⁽¹⁾	-	-	123.938	74.476
Adiantamentos a Empregados	-	-	41.376	36.541
Adiantamentos e Valores a Recuperar de Fornecedores	-	450	26.101	19.038
Valores a Compensar com Obrigações Fiscais Estaduais	-	-	9.217	-
Cauções e Retenções Contratuais	-	-	3.777	-
Créditos Fiscais Adquiridos ⁽²⁾	-	-	312	46.543
Despesas Pagas Antecipadamente	2.464	8.424	64.205	47.237
Depósitos Compulsórios	-	-	1.562	1.562
Ativos para Venda	-	-	606	1.280
Valores a Cobrar de Empresas de Telecomunicações	-	-	-	8.807
Outros	1	-	27.551	22.673
Total	2.465	8.874	298.645	258.157
Circulante	2.465	8.874	158.129	180.481
Longo Prazo	-	-	140.516	77.676

(1) Ativo constituído para ser utilizado na compensação de contribuições patronais futuras de previdência complementar - Plano TCSPREV, conforme citado na nota nº 7.

(2) Cartas de Crédito estaduais, adquiridas para quitação de autos de infração de ICMS emitidos contra a Sociedade.



Brasil Telecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



26. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Participações Avaliadas pela Equivalência Patrimonial	4.197.751	3.723.706	-	-
Brasil Telecom S.A.	4.197.440	3.704.312	-	-
Nova Tarrafa Participações Ltda.	-	18.620	-	-
Nova Tarrafa Inc.	311	774	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	21	21	-	-
Nova Tarrafa Participações Ltda.	21	21	-	-
Participações Avaliadas pelo Custo de Aquisição	-	6.911	3.703	11.924
Incentivos Fiscais, Líquidos de Provisões para Perdas	-	1.093	-	20.259
Outros Investimentos	-	-	41	39
Total	4.197.772	3.731.731	3.744	32.222

Os adiantamentos para futuro aumento de capital em favor da Controlada foram considerados na avaliação dos investimentos, pois os aportes destinados somente aguardam pela formalização de ato societário, para que seja efetivado o respectivo aumento de capital.

Participações avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial: compreendem a participação da Sociedade nas suas controladas Brasil Telecom S.A., Nova Tarrafa Participações Ltda. e Nova Tarrafa Inc., cujos principais dados são:

	BT S.A.	NTP (Ltda.)	NTI
Patrimônio Líquido	6.240.952	(280) ⁽¹⁾	311
Capital Social	3.470.758	32.625	1.776
Valor Patrimonial da Ação/Quota (R\$)	11,40	(0,01)	310,04
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	1.029.816	(18.900)	(541)
Quantidade de Ações/Quotas Possuídas pela Sociedade			
Ações Ordinárias	247.317.180	-	1.003
Ações Preferenciais	120.911.021	-	-
Quotas	-	32.624.928	-
% de Participação no Capital da Controlada⁽²⁾			
No Capital Total	67,26%	99,99%	100%
No Capital Votante	99,09%	99,99%	100%

(1) Para o valor do patrimônio líquido negativo da NTP Ltda. a Sociedade constituiu provisão para perdas com controladas, registrada no passivo exigível a longo prazo.

(2) Considera o capital social em circulação.

O resultado da equivalência patrimonial é composto dos seguintes valores:

	Operacional		Outras Receitas e Despesas	
	2008	2007	2008	2007
Brasil Telecom S.A.	710.485	543.516	791	(970)
Nova Tarrafa Participações Ltda.	(18.900)	(9.503)	-	-
Nova Tarrafa Inc. ⁽¹⁾	(463)	(607)	-	-
Total	691.122	533.406	791	(970)

(1) Inclui variação cambial, vinculada a investimento no exterior.

27. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

CONSOLIDADO							
	Obras em Andamento	Equipamentos de Comutação Automática	Equipamentos de Transmissão e Outros ⁽¹⁾	Infra-estrutura	Prédios	Outros Ativos	Total
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)							
Saldo em 01/01/2007	322.712	5.149.971	14.132.526	3.777.602	943.061	1.792.621	26.118.493
Adições	1.079.500	947	212.272	17.953	1.251	71.555	1.383.478
Baixas	(10.575)	(2.302)	(122.651)	(22.974)	(500)	(34.941)	(193.943)
Transferências	(931.284)	7.835	468.718	121.356	13.522	56.692	(263.161)
Saldo em 31/12/2007	460.353	5.156.451	14.690.865	3.893.937	957.334	1.885.927	27.044.867
Adições	1.586.465	2.412	286.234	9.028	10.444	65.631	1.960.214
Baixas	(41.951)	(4.614)	(110.684)	(21.176)	(1.758)	(29.813)	(209.996)
Transferências	(994.910)	148.855	593.369	113.961	4.420	57.087	(77.218)
Saldo em 31/12/2008	1.009.957	5.303.104	15.459.784	3.995.750	970.440	1.978.832	28.717.867
Depreciação Acumulada							
Saldo em 01/01/2007	-	(4.778.262)	(10.651.929)	(2.327.267)	(530.425)	(1.250.676)	(19.538.559)
Despesas de Depreciação	-	(153.823)	(1.371.833)	(263.319)	(33.549)	(156.082)	(1.978.606)
Baixas	-	2.102	120.719	17.909	73	26.531	167.334
Transferências	-	715	22.929	(10.300)	(1.393)	(15.775)	(3.824)
Saldo em 31/12/2007	-	(4.929.268)	(11.880.114)	(2.582.977)	(565.294)	(1.396.002)	(21.353.655)
Despesas de Depreciação	-	(103.591)	(1.081.424)	(251.796)	(34.178)	(147.728)	(1.618.717)
Baixas	-	4.951	109.022	19.406	703	23.102	157.184
Transferências	-	-	369	-	(25)	(383)	(39)
Saldo em 31/12/2008	-	(5.027.908)	(12.852.147)	(2.815.367)	(598.794)	(1.521.011)	(22.815.227)
Imobilizado Líquido							
Saldo em 01/01/2007	322.712	371.709	3.480.597	1.450.335	412.636	541.945	6.579.934
Saldo em 31/12/2007	460.353	227.183	2.810.751	1.310.960	392.040	489.925	5.691.212
Saldo em 31/12/2008	1.009.957	275.196	2.607.637	1.180.383	371.646	457.821	5.902.640
Taxa Anual de Depreciação (Média)	-	20,0%	17,0%	8,5%	4,2%	-	-

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem: equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

De acordo com os contratos de concessão do STFC, os bens da controlada Brasil Telecom S.A. que estiverem na condição de indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo à Sociedade resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos. O valor dos bens reversíveis na data de encerramento do exercício era de R\$ 22.173.331 para o custo, com residual de R\$ 3.001.610.

Seguros

São mantidos programas de apólices de seguros para cobertura dos ativos reversíveis, lucros cessantes e garantias contratuais, conforme estabelecido no contrato de concessão firmado junto ao poder público e de responsabilidade civil para operações de serviços de telefonia.

Os ativos, responsabilidades e interesses cobertos por seguros são os seguintes (não auditados):



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Modalidade	Abrangência	Valor Segurado	
		2008	2007
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura e equipamentos de tecnologia de informação	15.090.068	12.705.368
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	8.955.588	8.669.400
Garantias Contratuais	Cumprimento de obrigações contratuais	94.601	89.405
Responsabilidade Civil	Operações de serviços de telefonia	12.000	12.000

A Sociedade contratou a cobertura de seguros relacionados à responsabilidade civil de administradores, que também abrange a controlada Brasil Telecom S.A., cujo valor total segurado equivale a US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares norte-americanos).

Não há cobertura de seguros para responsabilidade civil facultativa, relacionada a sinistros com veículos da Sociedade envolvendo terceiros.

28. INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível está apresentada a seguir:

CONSOLIDADO

	Ágios	Intangível em Formação	Sistemas de Processamento de dados	Marcas e Patentes	Licenças Regulatórias	Outros	Totais
Custo do Intangível (Valor Bruto)							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	531.653	11.891	1.870.862	1.886	352.900	2.831.690	5.600.882
Adições	-	17.877	2.058	-	4.847	-	24.782
Baixas	(353)	-	(40.301)	-	-	(2.625.411)	(2.666.065)
Transferências	-	(20.203)	341.762	(1.199)	30.124	(96.832)	253.652
Saldo em 31 de dezembro de 2007	531.300	9.565	2.174.381	687	387.871	109.447	3.213.251
Adições	16.801	264.861	6.654	-	489.985	-	778.301
Baixas	(19.078)	-	(6.182)	-	-	(76.288)	(101.548)
Transferências	-	(260.656)	349.893	-	6.148	(11.007)	84.378
Saldo em 31 de dezembro de 2008	529.023	13.770	2.524.746	687	884.004	22.152	3.974.382
Amortização Acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	(258.406)	-	(1.017.209)	(775)	(55.061)	(2.816.577)	(4.148.028)
Despesas de Amortização	(96.686)	-	(338.417)	(14)	(33.346)	(8.745)	(477.208)
Baixas	-	-	26.355	-	-	2.631.459	2.657.814
Transferências	-	-	(98.927)	713	-	101.525	3.311
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(355.092)	-	(1.428.198)	(76)	(88.407)	(92.338)	(1.964.111)
Despesas de Amortização	(107.959)	-	(308.985)	(4)	(50.506)	(5.876)	(473.330)
Baixas	18.941	-	6.080	-	-	76.287	101.308
Transferências	-	-	(12.050)	-	-	12.086	36
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(444.110)	-	(1.743.153)	(80)	(138.913)	(9.841)	(2.336.097)
Intangível Líquido							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	273.247	11.891	853.653	1.111	297.839	15.113	1.452.854
Saldo em 31 de dezembro de 2007	176.208	9.565	746.183	611	299.464	17.109	1.249.140
Saldo em 31 de dezembro de 2008	84.913	13.770	781.593	607	745.091	12.311	1.638.285
Taxa Anual de Amortização (Média)	-	-	20,0%	-	-	-	-

29. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Salários e Honorários	-	-	167	6.010
Encargos Sociais	15	21	85.259	72.854
Benefícios Sociais	-	-	4.354	3.837
Plano de Opções de Ações	-	-	23.893	13.179
Outros	-	-	7.984	7.691
Total	15	21	121.656	103.571
Circulante	15	21	110.173	103.571
Longo Prazo	-	-	11.483	-

30. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fornecedores	145	437	1.889.688	1.496.446
Consignações a Favor de Terceiros	11.719	22.349	182.591	154.198
Total	11.864	22.786	2.072.279	1.650.644
Circulante	11.864	22.786	2.072.279	1.637.188
Longo Prazo	-	-	-	13.456

31. TRIBUTOS INDIRETOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
ICMS, líquido de Depósitos Judiciais do Convênio nº 69/98	-	-	555.350	621.601
ICMS	-	-	702.645	811.743
Depósitos Judiciais referentes ao Convênio ICMS nº 69/98	-	-	(147.295)	(190.142)
PIS E COFINS	4.934	6.569	310.970	168.156
Outros	-	9	65.177	60.720
Total	4.934	6.578	931.497	850.477
Circulante	1	18	669.437	746.234
Longo Prazo	4.933	6.560	262.060	104.243

O saldo referente ao ICMS contempla valores decorrentes do Convênio nº 69/98, que vem sendo questionado na Justiça, ocorrendo depósitos em juízo mensalmente. Inclui, também, o diferimento incentivado pelo Governo do Estado do Paraná, relativo ao ICMS.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



32. TRIBUTOS SOBRE A RENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Imposto de Renda Pessoa Jurídica				
Valores a Pagar	6.898	4.161	131.851	104.010
Lei nº 8.200/91 - Correção Monetária Especial	-	-	5.052	5.491
Subtotal	6.898	4.161	136.903	109.501
Contribuição Social Sobre o Lucro				
Valores a Pagar	93	65	37.082	30.106
Lei nº 8.200/91 - Correção Monetária Especial	-	-	1.819	1.977
Subtotal	93	65	38.901	32.083
Total	6.991	4.226	175.804	141.584
Circulante	-	-	66.720	74.707
Longo Prazo	6.991	4.226	109.084	66.877

33. DIVIDENDOS/JSCP E PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Acionistas Controladores	42.545	125.562	42.545	125.562
Dividendos/JSCP	50.053	135.075	50.053	135.075
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(7.508)	(9.513)	(7.508)	(9.513)
Acionistas Não Controladores	235.329	600.360	390.687	890.954
Dividendos/JSCP	214.747	581.216	320.898	829.031
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(32.212)	(40.932)	(48.135)	(58.130)
Dividendos de Exercícios Anteriores Não Reclamados	52.794	60.076	117.924	120.053
Total de Acionistas	277.874	725.922	433.232	1.016.516
Participação de Empregados e Administradores nos Resultados	-	-	83.237	81.328
Total	277.874	725.922	516.469	1.097.844

34. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui Debêntures)

	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Financiamentos	4.559.037	3.886.431
Juros Provisionados e Outros sobre Financiamentos	105.591	98.860
Arrendamento Mercantil	12.698	27.017
Juros Provisionados e Outros sobre Arrendamento Mercantil	1.731	8.149
Subtotal	4.679.057	4.020.457
Custo de Captação Incorrido	(15.152)	(18.593)
Total	4.663.905	4.001.864
Circulante	670.707	399.231
Não Circulante	3.993.198	3.602.633

Financiamentos

CONSOLIDADO		
	2008	2007
BNDES	2.655.191	2.206.917
Moeda Nacional	2.564.245	2.112.204
Cesta de Moedas, incluindo dólar	90.946	94.713
Instituições Financeiras	916.293	688.041
Moeda Nacional	126.049	52.506
Moeda Estrangeira	790.244	635.535
Debêntures Públicas	1.091.906	1.088.956
Fornecedores Moeda Estrangeira	1.238	1.377
Arrendamento Mercantil Financeiro	14.429	35.166
Custo de Captação Incorrido	(15.152)	(18.593)
Total	4.663.905	4.001.861
Circulante	670.707	399.231
Não Circulante	3.993.198	3.602.633

Financiamentos em moeda nacional: incidem (i) juros fixos de 2,4% a.a. a 10,0% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 8,10% a.a.; e (ii) juros variáveis com base na TJLP acrescidos de 2,3% a 5,3% a.a., UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES) acrescidos de 5,5% a.a., 100% e 104% do CDI, resultando, esses juros variáveis, numa taxa média ponderada de 11,73% a.a. A taxa CDI no encerramento do exercício era de 13,61% a.a.

Contratação de Financiamentos

Em 18 de julho de 2008, a Brasil Telecom S.A. e a BrT Celular firmaram com o Banco do Brasil a contratação de financiamento nos valores de R\$ 42.000 e R\$ 33.000, respectivamente. O recurso é oriundo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, para aplicação na expansão de infra-estrutura de rede (voz, dados e imagem) nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A liberação do financiamento ocorreu em 8 de agosto de 2008 e a forma de liquidação contará com a carência de um ano, período após o qual serão efetuados pagamentos em sessenta parcelas mensais, finalizando em agosto de 2014. Os encargos do financiamento contratado, cabível a cada empresa são de 10,0% a.a., havendo bônus de adimplemento equivalente a 15% sobre tais encargos. Na data do balanço o saldo passivo acumulado era de R\$ 43.010 para a Brasil Telecom S.A. e de R\$ 33.794 para a BrT Celular.

Financiamentos em moeda estrangeira: incidem (i) juros fixos de 1,75% a 9,38% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,36% a.a.; e (ii) juros variáveis de 0,5% a.a. acima da LIBOR e 1,92% a.a. acima da YEN LIBOR, resultando numa taxa média ponderada de 2,96% a.a. As taxas LIBOR e YEN LIBOR no encerramento do exercício para pagamentos semestrais, eram de 3,13% a.a. e 0,99% a.a., respectivamente.

Debêntures públicas emitidas pela controlada Brasil Telecom S.A.:

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080.000, ocorrida em 1º de junho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1º de junho de 2013. A remuneração corresponde à taxa de juros de 104,0% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Na data do encerramento do exercício não existiam debêntures desta emissão em tesouraria.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Em 17 de dezembro de 2008, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas, tendo os debenturistas representando 97,58% das debêntures em circulação aprovado a celebração de aditamento à escritura. Tal aditamento altera as condições de aquisição obrigatória pela Emissora e a remuneração das debêntures, sendo que a Sociedade deverá optar, divulgando Aviso aos Debenturistas, em até 20 dias da conclusão da operação de alienação do controle acionário da Sociedade para a Telemar Norte Leste S.A. ou qualquer de suas controladas, pela aceitação ou não da remuneração fixada na Assembleia Geral de Debenturistas, devendo ainda, adquirir, dos debenturistas que o solicitarem, as debêntures por eles detidas.

Cronograma de pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
2009	-	499.633
2010	770.400	605.185
2011	880.670	722.052
2012	771.715	638.798
2013	772.650	639.837
2014	664.969	471.146
2015 e exercícios seguintes	132.794	25.982
Total	3.993.198	3.602.633

Composição da dívida por moeda / indexador

CONSOLIDADO		
Atualizada pela(o)	2008	2007
TJLP	2.564.245	2.112.204
CDI	1.106.336	1.124.122
Dólares Norte-Americanos	509.490	394.979
Ienes	281.992	241.933
Hedge da Dívida em Ienes	90.946	94.713
UMBDES – Cesta de Moedas do BNDES	31.607	26.599
INPC	94.441	25.907
Total	4.679.057	4.020.457

Garantias

Certos empréstimos e financiamentos contraidos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, aval e fiança da Sociedade.

Para os empréstimos e financiamentos consolidados, são mantidos contratos de *Hedge* sobre 60,5% dessas obrigações em dólar norte-americano e iene firmados com terceiros, com intuito de proteção de oscilações significativas nas cotações desses fatores de atualização da dívida. Na data de encerramento do balanço, considerando as operações de proteção e aplicações financeiras em moeda estrangeira, a exposição efetiva era 8,6% (3,6% em 31/12/07). Os ganhos e perdas com estes contratos são reconhecidos pelo regime de competência.

As debêntures de emissão da Brasil Telecom S.A. possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela Sociedade. Pela escritura de emissão, a Sociedade, na qualidade de interveniente garantidora, obriga-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela Controlada relacionadas às suas debêntures.

Obrigação Contratual de Financiamento da BrT Celular com o BNDES

A BrT Celular firmou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, na data de 19 de fevereiro de 2008, a contratação de um financiamento no montante de R\$ 259.100, para ser aplicado na expansão e modernização da rede de telefonia celular (serviço móvel pessoal) até 2009. O financiamento possui prazo total de nove anos e seis meses, com carência de trinta meses, período a partir do qual ocorrerá a amortização em oitenta e quatro parcelas mensais. Os encargos desse financiamento estão associados à variação da TJLP, acrescidos de 3,52% a.a. O montante integral do financiamento foi liberado no exercício de 2008, sendo que R\$ 100.000 foram captados em 17/03/08 e R\$ 159.376 em 22/10/08. Esta obrigação tem por garantia a cessão e vinculação de recebíveis decorrentes da receita da Brasil Telecom S.A., bem como fiança da mesma.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Ativo		
Opções de Dólar	29.179	6.218
Total	29.179	6.218
Circulante	29.179	-
Longo Prazo	-	6.218
Passivo		
Opções de Dólar	419	8.684
Swaps de Moeda Cruzada Iene x CDI	221.654	397.830
Total	222.073	406.514
Circulante	89.920	118.752
Longo Prazo	132.153	287.762

A Sociedade possui dívidas expressas em Ienes e foram contratadas operações de *swap* para proteção contra flutuações do Iene. A exposição resultante após os contratos de *swap* está atrelada à taxa de cotação do depósito interbancário (CDI) brasileiro da CETIP (Central de Custódia e Liquidação). Adicionalmente, a Sociedade contratou opções de dólares para proteção de sua dívida nesta moeda. A descrição destes instrumentos derivativos está apresentada na nota nº 5. c.

Cronograma de pagamento

Os derivativos de longo prazo estão programados para ocorrerem nos seguintes exercícios:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	2008	2007
2009	-	123.262
2010	88.380	110.606
2011	43.773	53.894
Total	132.153	287.762



Brasil Telecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



36. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviço Móvel Pessoal	707.999	242.162
Concessão do STFC	65.578	-
Outras Autorizações	10.082	11.314
Total	783.659	253.476
Circulante	160.074	78.844
Não Circulante	623.585	174.632

As autorizações do Serviço Móvel Pessoal contratadas pela BrT Celular junto a ANATEL, em 2002 e 2004, estão representadas pelos termos que totalizaram R\$ 220.119. Tais autorizações referem-se à exploração do SMP pelo período de quinze anos na mesma área de atuação em que a Sociedade possui concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido no passivo da Controlada para ser amortizado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para os exercícios de 2009 a 2010 (saldo de duas parcelas) e 2009 a 2012 (saldo de quatro parcelas), relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% ao mês.

Em 29 de abril de 2008 a BrT Celular adquiriu novas autorizações para exploração da rede 3G, no valor de R\$ 488.235, pagando no ato da assinatura dos termos 10% do total, restando o saldo a pagar nos exercícios sociais de 2010 a 2015 (saldo de seis parcelas). Sobre o saldo devedor incide a variação do IST – Índice de Serviços de Telecomunicações, acrescida de 1% ao mês.

A concessão do STFC refere-se à provisão constituída pela Brasil Telecom S.A. de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL, terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior. O próximo pagamento está previsto para ocorrer em 2009.

O valor de outras autorizações pertence à BrT Multímídia e se refere à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multímídia. O valor contratado foi de R\$ 9.110 e sobre tal obrigação incide variação do IGP-DI acrescida de 1% ao mês. A liquidação do saldo dessa obrigação ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, sempre no mês de maio.

37. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Cessão de Meios de Telecomunicações	153.206	91.272
Serviços Pré-Pagos	57.589	42.878
Outros Adiantamentos de Clientes	57.604	940
Total	268.399	135.090
Circulante	79.227	62.957
Não Circulante	189.172	72.133

O saldo de longo prazo, para os quais os clientes efetuaram adiantamentos visando a obtenção dos benefícios por um período de maior abrangência, terá sua realização prevista para ocorrer nos seguintes exercícios:

	2008	2007
2009	-	7.920
2010	19.453	7.770
2011	17.943	7.718
2012	17.720	7.496
2013	17.399	7.238
2014	16.701	6.589
2015	16.671	6.521
2016 e exercícios seguintes	83.285	20.881
Total	189.172	72.133

38. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Obrigações decorrentes de Grupamento de Ações ⁽¹⁾	74.844	75.387	80.686	81.230
Recursos de Autofinanciamento	-	-	32.117	32.117
Créditos Bancários e Recebimentos Reincidentes em Processamento	-	-	16.117	12.293
Outros Tributos	-	-	18.866	11.332
Obrigações por Aquisição de Créditos Tributários	-	-	25.156	7.053
Bonificações e Prêmios – Períodos Seguintes	-	-	5.228	3.249
CPMF – Exigibilidade Suspensa	-	-	2.557	2.421
Obrigações com Outras Empresas de Telecomunicações	-	-	1.616	1.616
Devolução de Parcelas de Autofinanciamento – PCT	-	-	600	607
Provisão para Perdas com Controladas	280	-	-	-
Outras	1.638	-	2.836	8.163
Total	76.762	75.387	185.779	160.081
Circulante	76.482	75.387	169.126	143.570
Longo Prazo	280	-	16.653	16.511

(1) Representam valores disponibilizados aos respectivos acionistas, relativos às frações de ações que foram separadas e grupadas em números inteiros e vendidas em leilão realizado na BOVESPA, decorrentes do grupamento de ações citado na nota nº 9.a.

Recursos de autofinanciamento – Controlada Brasil Telecom S.A.

Filial Rio Grande do Sul

Correspondem aos créditos de participação financeira, pagos por promitentes assinantes, para aquisição do direito de uso de serviço telefônico fixo comutado, ainda sob a modalidade do extinto autofinanciamento. Ocorreu que, tendo os acionistas da Controlada subscrito integralmente o aumento de capital efetuado para retribuir em ações os créditos de participação financeira, inexistiram sobras de ações para entrega aos promitentes assinantes. Parte desses promitentes que não aceitaram a Oferta Pública da Sociedade para devolução dos referidos créditos em dinheiro, conforme estabelece o art. 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, aguardam solução do processo judicial em tramitação, interposto pelo Ministério Público e Outros, pretendendo a retribuição em ações.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Filial Mato Grosso do Sul

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria nº 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir. O valor atribuído à Filial MS é oriundo de planos negociados anteriormente à edição da citada Portaria, cujos acervos correspondentes já estão incorporados ao imobilizado da Controlada através das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT. Para a retribuição em ações é necessário aguardar o desembargo judicial decorrente de processos promovidos pelos interessados.

39. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

Os resultados por segmento, bem como determinados itens patrimoniais, são os seguintes:

	2008						
	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Call Center	Administração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado
Receita Operacional Bruta	14.844.896	2.560.789	453.807	246.383	-	(1.098.733)	17.007.142
Deduções da Receita Bruta	(4.958.335)	(679.038)	(61.632)	(15.785)	-	4.483	(5.710.307)
Receita Operacional Líquida	9.886.561	1.881.751	392.175	230.598	-	(1.094.250)	11.296.835
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.186.658)	(1.512.338)	(54.572)	(211.563)	-	755.713	(6.209.418)
Lucro Bruto	4.699.903	369.413	337.603	19.035	-	(338.537)	5.087.417
Despesas Operacionais, Líquidas	(2.545.651)	(617.927)	(382.074)	(27.590)	10.915	338.816	(3.223.511)
Comercialização dos Serviços	(951.810)	(525.005)	(264.848)	(7.705)	-	385.145	(1.364.223)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.210.315)	(135.721)	(75.936)	(18.226)	(26.751)	38.848	(1.428.101)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(383.526)	42.799	(41.290)	(1.659)	37.666	(85.177)	(431.187)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	2.154.252	(248.514)	(44.471)	(8.555)	10.915	279	1.863.906
Contas a Receber de Clientes	2.053.175	200.174	93.414	55.160	-	(191.833)	2.210.090
Estoques	4.764	49.284	-	-	-	-	54.048
Imobilizado e Intangível, Líquidos	5.268.918	2.122.081	143.343	-	6.583	-	7.540.925

	2007						
	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Call Center	Administração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado
Receita Operacional Bruta	13.911.298	2.445.806	445.820	22.151	-	(827.687)	15.997.388
Deduções da Receita Bruta	(4.178.153)	(699.872)	(66.305)	(1.252)	-	6.740	(4.938.842)
Receita Operacional Líquida	9.733.145	1.745.934	379.515	20.899	-	(820.947)	11.058.546
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.487.894)	(1.531.692)	(55.203)	(20.517)	-	713.105	(6.382.201)
Lucro Bruto	4.245.251	214.242	324.312	382	-	(107.842)	4.676.345
Despesas Operacionais, Líquidas	(2.497.866)	(510.012)	(398.503)	(10.207)	(24.501)	108.861	(3.332.228)
Comercialização dos Serviços	(898.192)	(453.909)	(274.212)	-	-	140.961	(1.485.352)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.173.466)	(89.987)	(69.056)	(10.207)	(18.405)	24.255	(1.336.866)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(426.208)	33.884	(55.235)	-	(6.096)	(56.355)	(510.010)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	1.747.385	(295.770)	(74.191)	(9.825)	(24.501)	1.019	1.344.117
Contas a Receber de Clientes	2.033.133	194.556	110.223	22.151	-	(170.362)	2.189.701
Estoques	6.165	26.546	-	-	-	-	32.711
Imobilizado e Intangível, Líquidos	5.337.567	1.400.786	188.758	-	13.241	-	6.940.352

40. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Alteração do Controle da Sociedade

Em 8 de janeiro de 2009, a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") adquiriu através de sua controlada indireta, Copart I Participações S.A. ("Copart I"), o controle acionário da Sociedade e da Brasil Telecom S.A. Tal aquisição conferiu à TMAR a participação representativa de 61,2% no capital votante da Sociedade. A divulgação da aquisição foi realizada através de fato relevante das companhias na mesma data, cujo teor na íntegra encontra-se transcrito nesta nota.

O Contrato de Compra e Venda das Ações da Sociedade (o "Contrato"), firmado em 25 de abril de 2008, foi divulgado através de fato relevante das companhias relacionadas ao evento na mesma data, sendo complementariamente publicados novos fatos relevantes relativos a eventos ou fatos incientes ao respectivo Contrato. Todos os fatos relevantes estão disponíveis para consulta no *site* www.brasiltelecom.com.br/ri.

A troca do controle da Brasil Telecom para a TMAR consistiu na aquisição de 100% das ações da Invitel S.A., que por sua vez é detentora de 99,99% das ações da SOLPART.

A aquisição do controle da Brasil Telecom pela TMAR foi realizada de acordo com a Anuência Prévia da ANATEL, concedida através do Ato nº 7.828, emitido em 19 de dezembro de 2008, por meio do qual seu Conselho Diretor concedeu anuência prévia aos atos societários subseqüentes referentes à incorporação das empresas ou incorporação das ações das sociedades Invitel S.A., Solpart Participações S.A. e Brasil Telecom Participações S.A. pela Telemar Norte Leste S.A.

A alteração do controle da Sociedade, e conseqüentemente da Brasil Telecom S.A., implica nas seguintes questões relativas à Controlada:



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



a) Plano de Opções de Compra de Ações

Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao plano aprovado em 6 de novembro de 2007 (nota nº 7.b) continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto da Controlada. Com a efetivação da troca de controle, em 8 janeiro de 2009, as opções de ações dos programas mencionados foram integralmente exercidas. O Programa 1, totalizando 2.817.324 UP's foi liquidado ao valor total de R\$ 17.855. O Programa 2, referente à outorga realizada em 01/07/08, contendo 701.601 UP's foi liquidado ao valor total de R\$ 4.446.

Foram exercidas 646.585 UP's do Programa 2, referente à outorga realizada em 01/07/07, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Controlada, ao preço de exercício total de R\$ 2.386 e valor de custo de R\$ 2.979; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da Sociedade, porém fazendo parte das obrigações da Controlada, ao preço de exercício total de R\$ 13.733 e valor de mercado de R\$ 17.108, acrescidas da importância R\$ 130.

b) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações contratuais com credores de financiamentos, relativas aos instrumentos firmados pela Brasil Telecom S.A. junto ao BNDES e *swaps* do Citibank, contêm cláusulas que prevêm a antecipação dos vencimentos dessas obrigações, no caso de alteração do controle acionário da Controlada. Com a obtenção do consentimento – *waivers* – junto aos credores, os respectivos contratos foram aditados, permanecendo os prazos de vencimentos contratuais originalmente previstos.

c) Debêntures

Devido à transferência do controle acionário da Sociedade e da Brasil Telecom S.A. para a TMAR (através de sua controlada indireta Copart 1), nos termos das deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas da 5ª Emissão da Brasil Telecom S.A. ("AGD", "Emissão" e "Emissora"), realizada em 17 de dezembro de 2008 e da Reunião do Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A., realizada em 26 de janeiro de 2009, a Emissora comunicou aos debenturistas em 28 de janeiro de 2009 ("Aviso aos Debenturistas") que deliberou por alterar a remuneração das debêntures, de "104,0% da Taxa DI" para "Taxa DI capitalizada de um spread de 3,5% ao ano" e adquirir, dos debenturistas manifestantes, as debêntures de sua titularidade.

Os debenturistas contaram com o prazo hábil de 5 dias úteis, até 4 de fevereiro de 2009, para manifesto de intenção no resgate de suas debêntures, porém, não houve qualquer solicitação neste sentido.

Fato Relevante

A seguir está transcrito o fato relevante divulgado após a data de encerramento do exercício e que diz respeito à troca de controle da Sociedade:

Fato Relevante de 8 de janeiro de 2009

"FATO RELEVANTE

Fim cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 358/02 e em seguimento aos avisos de Fato Relevante e dos Comunicados ao Mercado divulgados pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNI") e pela Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") em 25 de abril de 2008, 21 de novembro de 2008, 19 de dezembro de 2008 e 22 de dezembro de 2008, informamos aos nossos acionistas, à Comissão de Valores Mobiliários e ao mercado em geral que, nesta data, em conformidade com o Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 25 de abril de 2008 (o "Contrato"), a TMAR, através de sua controlada indireta, Copart 1 Participações S.A. ("Copart 1"), adquiriu, nesta data, o controle acionário da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da Brasil Telecom S.A. ("BrT").

I - DA AQUISIÇÃO:

Em razão da mencionada aquisição, a TMAR, nesta data, tornou-se titular, indiretamente, de 81.092.986 ações ordinárias de emissão da BrT Part representativas de 61,2% do capital votante da BrT Part, mediante o pagamento global de R\$ 5.371.098.527,04 (cinco bilhões, trezentos e setenta e um milhões, noventa e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e quatro centavos), equivalendo a um preço por ação da BrT Part de R\$ 77,04 (setenta e sete reais e quatro centavos).

O valor pago equivale (i) ao preço acordado no Contrato de Compra e Venda de R\$ 5.863.495.791,40 (cinco bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta centavos), (ii) atualizado pela variação da taxa média diária do Certificado de Depósito Interbancário - CDI; (iii) deduzido da dívida líquida da Invitel S.A. ("Invitel") (R\$ 998.053.465,69 - novecentos e noventa e oito milhões, cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), e (iv) ajustado pelos proventos declarados entre 1º de janeiro de 2008 e a Data do Fechamento.

II - OPAs OBRIGATÓRIAS - ART. 254-A

No prazo de até 30 dias contados desta data, a TMAR, diretamente ou através de sociedade por ela controlada submeterá à CVM, para registro, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, os requerimentos de Registro de Oferta Pública de Aquisição das Ações com direito a voto de propriedade dos acionistas minoritários da BrT Part e da BrT, de modo a assegurar-lhes o preço mínimo igual a 80% do preço pago por ação integrante do bloco de controle, na forma do disposto no art. 254-A da Lei 6404/76. ("OPAs Obrigatórias"), deduzidos de eventuais dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital que venham a ser deliberados até a liquidação da OPA.

A realização das OPAs depende de prévio registro na CVM, e subsequente divulgação do edital através da imprensa, com 30 dias de antecedência.

III - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA:

Concluídas as OPAs Obrigatórias, pretende-se realizar, com vistas à simplificação da estrutura acionária, uma reorganização societária das empresas envolvidas na operação ("Reorganização Societária"), de forma a que, após as OPAs Obrigatórias, os acionistas da BrT Part e BrT remanescentes receberão ações da TMAR em substituição às ações que possuem, ampliando consideravelmente a liquidez de suas ações nas Bolsas de Valores e beneficiando os acionistas das sociedades envolvidas, nos termos e condições já divulgados no Fato Relevante de 25 de abril de 2008.

IV - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

(i) As operações acima indicadas estão sujeitas, no que couber, à aprovação, apresentação ou registro de diversos órgãos reguladores e serão a eles submetidas ou comunicadas, na medida do efetivamente necessário, especialmente, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, Securities and Exchange Commission - SEC, e New York Stock Exchange - NYSE.

(ii) Adicionalmente, conforme já informado no Fato Relevante de 25 de abril de 2008: (a) TMAR pretende criar um, ou mais, programa de American Depositary Receipts ("ADR") para suas ações, de sorte a possibilitar que os atuais acionistas titulares de ADRs da BrT e BrT Part possam negociar seus ADRs na NYSE; (b) TMAR pretende solicitar o registro desses ADR na NYSE - New York Stock Exchange, e (c) a Reorganização Societária será submetida a certos credores, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

A aquisição da BrT e a sua subsequente integração às operações da TMAR, dará origem a uma companhia de telecomunicações com controle acionário 100% nacional, presente em todo o território brasileiro e com capacidade, gerencial, operacional e financeira para ampliar suas operações nacional e internacionalmente.



BrasilTelecom

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2009

**TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.
COARI PARTICIPAÇÕES S.A.
BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
BRASIL TELECOM S.A.
INVITEL S.A.**

Alex Waldemar Zornig
Diretor de Relações com Investidores"

41. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em Reunião do Conselho de Administração da Sociedade, realizada na data de 10 de fevereiro de 2009, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento do exercício social de 2008, estando aprovadas para divulgação.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Spinelli Silva Junior
Presidente

Pedro Paulo Elejalde de Campos
Vice-Presidente

Elemér André Surányi
Conselheiro

José Luiz Guimarães Junior
Conselheiro

Kevin Michel Altit
Conselheiro

Ricardo Ferraz Torres
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa
Diretor Presidente

Francisco Aurélio Sampaio Santiago
Diretor Técnico

Paulo Altmayer Gonçalves
Diretor de Recursos Humanos

Alex Waldemar Zornig
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

Célio José Godinho
Contador CRC SC-0007293/T-8 DF

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Brasil Telecom Participações S.A.
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, da Brasil Telecom Participações S.A. ("Sociedade") e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Telecom Participações S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.m, está prevista a incorporação da Sociedade pela controlada Brasil Telecom S.A.

Brasília, 10 de fevereiro de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" DF

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO G

- Demonstrações Financeiras da Invitel

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01739-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVITEL S.A.	3 - CNPJ 02.465.782/0001-60
4 - NIRE 33300137650		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Humberto de Campos, 425 - 5 and. pt				2 - BAIRRO OU DISTRITO Leblon	
3 - CEP 22430-190		4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			5 - UF RJ
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 3131-1123	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 21	12 - FAX 3131-1155	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL alex.zornig@oi.net.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Alex Waldemar Zornig				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Humberto de Campos, 425 - 8o. Andar			Leblon	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO		6 - UF
22430-190		Rio de Janeiro		RJ
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
21	3131-1123	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
21	3131-1155	-	-	
16 - E-MAIL				
alex.zornig@oi.net.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
Terco Grant Thornton Auditores Independentes - Soc Simples		00635-1
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Eduardo José Ramón Leverone		833.302.597-87



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	1.124.801	1.478.858	1.478.858
2 - Preferenciais	606.567	213.751	213.751
3 - Total	1.731.368	1.692.609	1.692.609
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE AÇIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Participação em Outras Sociedades
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
31/03/2009	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	1.920.054	1.011.105	1.004.138
1.01	Ativo Circulante	89.658	4.975	5.187
1.01.01	Disponibilidades	37.005	3.763	3.868
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	23	18	46
1.01.01.02	Equivalentes de Caixa	36.982	3.745	3.822
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.02.01	Clientes	0	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	52.653	1.212	1.319
1.01.04.01	Aplicações Financeiras	0	0	0
1.01.04.02	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
1.01.04.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0
1.01.04.04	Tributos Diferidos e a Compensar	9.762	1.072	1.237
1.01.04.05	Depósitos Judiciais	0	0	0
1.01.04.07	Dividendos a Receber	42.862	140	82
1.01.04.08	Outros	29	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.830.396	1.006.130	998.951
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	138	138	123
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	138	138	123
1.02.01.03.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
1.02.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0
1.02.01.03.03	Tributos Diferidos e a Compensar	0	0	0
1.02.01.03.04	Títulos de Renda	0	0	0
1.02.01.03.05	Depósitos Judiciais	138	138	123
1.02.01.03.06	Outros Ativos	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.830.258	1.005.992	998.828
1.02.02.01	Investimentos	1.537.343	1.005.992	998.828
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.537.349	1.003.948	996.784
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	2.044	2.044
1.02.02.01.06	Deságio na Aquisição de Controladas	(6)	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0	0
1.02.02.03	Intangível	292.915	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
1.02.02.04	Diferido	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	1.920.054	1.011.105	1.004.138
2.01	Passivo Circulante	956.244	10	23
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	956.227	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	956.227	0	0
2.01.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	4	1	4
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	6	4	10
2.01.04.01	Tributos sobre a Renda	0	0	0
2.01.04.02	Outros Tributos	6	4	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.06.01	Provisões Para Contingências	0	0	0
2.01.06.02	Provisão Para Fundo de Pensão	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	7	5	9
2.01.08.01	Pessoal, Encoargos e Benefícios Sociais	5	5	9
2.01.08.02	Consignações a Favor de Terceiros	0	0	0
2.01.08.03	Participações no Resultados	0	0	0
2.01.08.04	Autorizações Exploração Serv. de Telecom	0	0	0
2.01.08.05	Adiantamento de Clientes	0	0	0
2.01.08.06	Outras Obrigações	2	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	0	74.018	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	74.018	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.03.01	Provisões Para Contingências	0	0	0
2.02.01.03.02	Provisões Para Fundo de Pensão	0	0	0
2.02.01.03.03	Provisão Para Perdas com Controladas	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	74.018	0
2.02.01.06.01	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	0	0	0
2.02.01.06.02	Fornecedores	0	0	0
2.02.01.06.03	Tributos Indiretos	0	0	0
2.02.01.06.04	Tributos sobre a Renda	0	0	0
2.02.01.06.05	Autorização Exploração Serv. de Telecom	0	0	0
2.02.01.06.06	Adiantamento de Cliente	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2.02.01.06.07	Outras Obrigações	0	0	0
2.02.01.06.08	Dividendos Fixos a Pagar	0	74.018	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	963.810	937.077	1.004.115
2.05.01	Capital Social Realizado	788.891	697.335	697.335
2.05.02	Reservas de Capital	306.840	325.982	400.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(131.921)	(86.240)	(93.220)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(45.681)	10.511	(87.459)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(8.578)	(573)	(777)
3.06.03	Financeiras	(102.084)	406	(28.536)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.197	563	458
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(104.281)	(157)	(28.994)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	590	83	8
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(12.264)	(100)	(288)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	76.655	10.695	(57.866)
3.07	Resultado Operacional	(45.681)	10.511	(87.459)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(45.681)	10.511	(87.459)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(45.681)	10.511	(87.459)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	1.731.368	1.692.609	1.692.609
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)		0,00621	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,02638)		(0,05167)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(84.198)	(90)	(133.504)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(6.069)	(376)	(4.384)
4.01.01.01	Lucro Antes do IR e C. Social	(45.681)	10.511	(87.459)
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	12.061	0	0
4.01.01.03	Perdas com Contas a Receber	0	0	0
4.01.01.04	Provisões para Contingências	0	0	0
4.01.01.05	Provisões para Fundo de Pensão	0	0	0
4.01.01.06	Recuperação de Despesas c/ Fundo de Pens	0	0	0
4.01.01.07	Recuperação de Despesas Diversas	(15)	0	0
4.01.01.08	Recuperação de Tributos	0	0	0
4.01.01.09	Resultado na Bx do Ativo Permanente	0	0	0
4.01.01.10	Equivalência Patrimonial	(76.655)	(10.695)	57.866
4.01.01.11	Perda e (Ganhos) com Investimentos	(60)	0	(19)
4.01.01.12	Encargos Financeiros Provisionados	104.281	(192)	25.228
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(741)	171	(17)
4.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	0	0	0
4.01.02.02	Estoques	0	0	0
4.01.02.03	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	(1)	(2)	(1)
4.01.02.04	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	3	(4)	(16)
4.01.02.05	Tributos	(717)	177	0
4.01.02.06	Autorização p/ Exploração de Serviços	0	0	0
4.01.02.07	Provisões para Contingências	0	0	0
4.01.02.08	Provisões para Fundo de Pensão	0	0	0
4.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	(26)	0	0
4.01.03	Outros	(77.388)	115	(129.103)
4.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	(89.393)	0	(129.103)
4.01.03.02	Imp. De Renda e Contribuição Social Pago	0	0	0
4.01.03.03	Dividendos/JSCP Recebidos no Exercício	12.005	82	0
4.01.03.04	Juros Recebidos sobre Mútuos	0	33	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	212.160	(15)	214.123
4.02.01	Aplicações Financeiras	0	0	0
4.02.02	Rec Obtidos na Venda de Ativo Permanente	2.272	0	0
4.02.03	Depósitos Judiciais	0	(15)	123
4.02.04	Aplicações no Ativo Permanente	0	0	(210.000)
4.02.05	Redução de Capital na Controlada	188.072	0	0
4.02.06	Saldo de Caixa Recebido Cisão Controlada	16.605	0	0
4.02.07	Variações Patrimoniais Rec Cisão Contr.	5.211	0	0
4.02.08	Aumento de Capital	0	0	424.000
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(94.720)	0	(78.656)
4.03.01	Dividendos / JSCP Pagas no Exercício	0	0	0
4.03.02	Empréstimos e Financiamentos	(92.720)	0	(78.656)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.03.03	Redução de Capital	(2.000)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	33.242	(105)	1.963
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.763	3.868	1.905
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.005	3.763	3.868



Divulgação Externa
Legislação Societária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	697.335	325.982		0	(86.240)	0	937.077
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0		0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	697.335	325.982		0	(86.240)	0	937.077
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0		0	(45.681)	0	(45.681)
5.05	Destinações	0	(19.143)		0	0	0	(19.143)
5.05.01	Dividendos	0	(19.143)		0	0	0	(19.143)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0		0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0		0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0		0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0		0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0		0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0		0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0		0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	91.556			0	0	0	91.556
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	1		0	0	0	1
5.10	Ações em Tesouraria	0	0		0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0		0	0	0	0
5.12	Outros	0	0		0	0	0	0
5.13	Saldo Final	788.891	306.840		0	(131.921)	0	963.810

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	697.335	400.000	0	0	(87.459)	0	1.009.876
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(9.292)	0	(9.292)
5.03	Saldo Ajustado	697.335	400.000	0	0	(96.751)	0	1.000.584
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	10.511	0	10.511
5.05	Destinações	0	(74.018)	0	0	0	0	(74.018)
5.05.01	Dividendos	0	(74.018)	0	0	0	0	(74.018)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	697.335	325.982	0	0	(86.240)	0	937.077





01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.446.463	0	0	0	(773.128)	0	673.335
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.446.463	0	0	0	(773.128)	0	673.335
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(87.459)	0	(87.459)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(749.128)	0	0	0	773.128	0	24.000
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	400.000	0	0	0	0	400.000
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	697.335	400.000	0	0	(87.459)	0	1.009.876



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	0	0	8
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	0	0	0
6.01.02	Outras Receitas	0	0	8
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(8.331)	(498)	(715)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(589)	(280)	(388)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	(7.742)	(218)	(327)
6.03	Valor Adicionado Bruto	(8.331)	(498)	(707)
6.04	Retenções	(12.061)	0	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(12.061)	0	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	(20.392)	(498)	(707)
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.442	11.341	(57.409)
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	76.655	10.695	(57.866)
6.06.02	Receitas Financeiras	2.787	566	457
6.06.03	Outros	0	80	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.050	10.843	(58.116)
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.050	10.843	(58.116)
6.08.01	Pessoal	54	63	52
6.08.01.01	Remuneração Direta	45	48	41
6.08.01.02	Benefícios	9	15	11
6.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	382	100	288
6.08.02.01	Federais	382	100	288
6.08.02.02	Estaduais	0	0	0
6.08.02.03	Municipais	0	0	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	104.295	169	29.003
6.08.03.01	Juros	104.281	157	28.993
6.08.03.02	Aluguéis	14	12	10
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(45.681)	10.511	(87.459)
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	0	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(45.681)	10.511	(87.459)
6.08.05	Outros	0	0	0
6.08.05.01	Doações e Patrocínio	0	0	0
6.08.05.02	Destinação para Reserva Legal	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	20.225.778	18.290.544	18.314.521
1.01	Ativo Circulante	7.660.675	7.585.767	7.586.219
1.01.01	Disponibilidades	2.760.840	838.492	454.154
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	167.970	315.154	128.143
1.01.01.02	Equivalentes de Caixa	2.592.870	523.338	326.011
1.01.02	Créditos	2.210.090	2.189.701	2.127.654
1.01.02.01	Clientes	2.210.090	2.189.701	2.127.654
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	54.048	32.711	64.164
1.01.04	Outros	2.635.697	4.524.863	4.940.247
1.01.04.01	Aplicações Financeiras	775.502	3.163.487	3.640.640
1.01.04.02	Empréstimos e Financiamentos	1.758	1.797	5.557
1.01.04.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	29.179	0	0
1.01.04.04	Tributos diferidos e a Compensar	992.088	849.684	1.000.761
1.01.04.05	Depósitos Judiciais	679.012	329.396	119.058
1.01.04.07	Dividendos a Receber	0	0	0
1.01.04.08	Outros	158.158	180.499	174.231
1.02	Ativo Não Circulante	12.565.103	10.704.777	10.728.302
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.329.599	2.988.317	2.170.309
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	4.329.599	2.988.317	2.170.309
1.02.01.03.01	Empréstimos e Financiamentos	5.110	6.176	2.852
1.02.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	6.218	0
1.02.01.03.03	Tributos diferidos e a Compensar	1.953.112	1.828.983	1.691.292
1.02.01.03.04	Títulos de Renda	0	0	3.280
1.02.01.03.05	Depósitos Judiciais	2.230.862	1.069.265	430.048
1.02.01.03.06	Outros Ativos	140.515	77.675	42.837
1.02.02	Ativo Permanente	8.235.504	7.716.460	8.557.993
1.02.02.01	Investimentos	3.744	44.920	81.921
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	4
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	3.744	44.920	81.917
1.02.02.01.06	Participações Coligadas/Equiparadas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.07	Participações Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	5.902.640	5.691.212	6.579.052
1.02.02.03	Intangível	2.329.120	1.980.328	1.897.020
1.02.02.04	Diferido	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	20.225.778	18.290.544	18.314.521
2.01	Passivo Circulante	5.886.740	5.632.859	4.805.695
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.704.948	1.502.408	1.083.542
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.615.028	1.383.656	970.878
2.01.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	89.920	118.752	112.664
2.01.02	Debêntures	11.906	8.956	45.939
2.01.03	Fornecedores	1.889.695	1.496.483	1.474.706
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	738.330	825.204	895.645
2.01.04.01	Tributos Indiretos	670.811	748.857	855.897
2.01.04.02	Tributos sobre a Renda	67.519	76.347	39.748
2.01.05	Dividendos a Pagar	390.369	889.699	540.423
2.01.06	Provisões	366.901	298.939	218.841
2.01.06.01	Provisões para Contingências	218.510	197.472	175.603
2.01.06.02	Provisões Para Fundos de Pensão	148.391	101.467	43.238
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	784.591	611.170	546.599
2.01.08.01	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	110.328	103.729	78.701
2.01.08.02	Consignações e Favor de Terceiros	182.591	140.742	138.423
2.01.08.03	Participações no Resultado	83.237	81.328	76.334
2.01.08.04	Autorização Exploração Serv. De Telecom.	160.074	78.844	135.848
2.01.08.05	Adiantamento de Cliente	79.227	62.957	52.643
2.01.08.06	Outras Obrigações	169.134	143.570	64.650
2.02	Passivo Não Circulante	6.658.902	5.698.786	5.878.461
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.658.902	5.698.786	5.878.461
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.045.351	2.810.395	2.710.476
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.913.198	2.522.633	2.369.642
2.02.01.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	132.153	287.762	340.834
2.02.01.02	Debêntures	1.080.000	1.080.000	1.580.000
2.02.01.03	Provisões	1.321.514	1.286.517	1.163.161
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências	714.114	700.239	557.186
2.02.01.03.02	Provisões Para Fundos de Pensão	607.400	586.278	605.975
2.02.01.03.03	Provisões para Perda Com Controladas	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	1.212.037	521.874	424.824
2.02.01.06.01	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	11.483	0	0
2.02.01.06.02	Fornecedores	0	13.456	6.709
2.02.01.06.03	Tributos Indiretos	262.060	104.243	62.266
2.02.01.06.04	Tributos Sobre a Renda	109.084	66.877	52.389
2.02.01.06.05	Autorização Exploração Serv. De Telecom.	623.585	174.632	219.533
2.02.01.06.06	Adiantamento de Cliente	189.172	72.133	70.665



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.02.01.06.07	Outras Obrigações	16.653	16.515	13.262
2.02.01.06.08	Dividendos Fixos a Pagar	0	74.018	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	6.716.326	6.021.822	6.626.832
2.05	Patrimônio Líquido	963.810	937.077	1.003.533
2.05.01	Capital Social Realizado	788.891	697.335	697.335
2.05.02	Reservas de Capital	306.840	325.982	400.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(131.921)	(86.240)	(93.802)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	17.007.142	15.997.388	15.111.318
3.02	Deduções da Receita Bruta	(5.710.307)	(4.938.842)	(4.814.659)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	11.296.835	11.058.546	10.296.659
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(6.209.418)	(6.382.201)	(6.459.929)
3.05	Resultado Bruto	5.087.417	4.676.345	3.836.730
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(3.873.378)	(3.843.438)	(3.645.476)
3.06.01	Com Vendas	(1.364.223)	(1.485.352)	(1.470.632)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.440.278)	(1.375.087)	(1.302.345)
3.06.03	Financeiras	(592.641)	(443.534)	(606.846)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	959.356	846.797	891.708
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.551.997)	(1.290.331)	(1.498.554)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	779.250	607.749	671.138
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.255.486)	(1.147.214)	(936.791)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.214.039	832.907	191.254
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.214.039	832.907	191.254
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(611.643)	(380.265)	(207.328)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	370.951	450.954	527.571
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(1.042.396)	(899.345)	(602.242)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(69.049)	4.251	(90.745)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	1.731.368	1.692.609	1.692.609
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)		0,00251	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,03988)		(0,05361)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.095.925	3.255.959	2.402.411
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.515.915	5.072.584	4.737.772
4.01.01.01	Lucro Antes do IR e C. Social	1.575.261	1.221.798	640.868
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.107.940	2.464.855	2.714.625
4.01.01.03	Perdas com Contas a Receber de Clientes	370.242	348.001	384.320
4.01.01.04	Provisões para Contingências	710.531	650.898	488.078
4.01.01.05	Provisões para Fundo de Pensão	81.324	89.675	28.709
4.01.01.06	Recuperação de Despesas c/ Fundo de Pens	(61.104)	(81.209)	0
4.01.01.07	Recuperação de Despesas Diversas	(15)	0	0
4.01.01.08	Recuperação de Tributos	0	(69.758)	0
4.01.01.09	Resultado na Bx do Ativo Permanente	(38.895)	19.398	(37.455)
4.01.01.10	Equivalência Patrimonial	0	0	0
4.01.01.11	Perda e (Ganhos) com Investimentos	43.355	(229)	(267)
4.01.01.12	Encargos Financeiros Provisionados	727.276	429.155	518.894
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(1.170.831)	(857.849)	(1.542.027)
4.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	(390.631)	(410.050)	(359.161)
4.01.02.02	Estoques	(21.338)	31.453	18.871
4.01.02.03	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	18.085	25.030	556
4.01.02.04	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	(378.702)	(50.808)	(347.880)
4.01.02.05	Tributos	(133.161)	71.804	(236.645)
4.01.02.06	Autorização p/ Exploração de Serviços	90.773	(101.905)	47.591
4.01.02.07	Provisões para Contingências	(451.050)	(469.624)	(483.379)
4.01.02.08	Provisões para Fundo de Pensão	(13.278)	(51.143)	(107.585)
4.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	108.471	97.394	(74.395)
4.01.03	Outros	(1.249.159)	(958.776)	(793.334)
4.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos	(614.861)	(585.267)	(726.510)
4.01.03.02	Imp. De Renda e Contribuição Social Pago	(634.298)	(373.542)	(66.824)
4.01.03.03	Dividendos/JSCP Recebidos no Exercício	0	0	0
4.01.03.04	Juros Recebidos sobre Mútuos	0	33	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(705.021)	(2.595.612)	(2.632.958)
4.02.01	Aplicações Financeiras	2.386.698	477.060	(1.287.650)
4.02.02	Rec Obtidos na Venda de Ativo Permanente	80.876	47.708	15.272
4.02.03	Depósitos Judiciais	(1.755.969)	(871.822)	(277.429)
4.02.04	Aplicações no Ativo Permanente	(1.438.442)	(2.248.558)	(1.507.151)
4.02.05	Redução de Capital na Controlada	0	0	0
4.02.06	Saldo de Caixa Recebido Cisão Controlada	16.805	0	0
4.02.07	Variações Patrimoniais Recebidas Cisão C	5.211	0	0
4.02.08	Aumento de Capital	0	0	424.000
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(452.971)	(276.010)	312.695
4.03.01	Dividendos/JSCP Pagos no Exercício	(736.251)	(419.286)	(343.386)
4.03.02	Empréstimos e Financiamentos	285.280	143.276	665.865



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
4.03.03	Redução de Capital	(2.000)	0	(9.784)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	1.937.933	384.337	82.148
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	822.907	454.154	372.006
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.760.840	838.491	454.154



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	697.335	325.982	0	0	(86.240)	0	937.077
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	697.335	325.982	0	0	(86.240)	0	937.077
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(45.681)	0	(45.681)
5.05	Destinações	0	(19.143)	0	0	0	0	(19.143)
5.05.01	Dividendos	0	(19.143)	0	0	0	0	(19.143)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução de Capital Social	91.556	0	0	0	0	0	91.556
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	1	0	0	0	0	1
5.10	Após em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	788.891	306.840	0	0	(131.921)	0	963.810

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	697.335	400.000	0	0	0	(87.459)	1.009.876
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	(9.292)	(9.292)
5.03	Saldo Ajustado	697.335	400.000	0	0	0	(96.751)	1.000.584
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	10.511	10.511
5.05	Destinações	0	(74.018)	0	0	0	0	(74.018)
5.05.01	Dividendos	0	(74.018)	0	0	0	0	(74.018)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	697.335	325.982	0	0	0	(86.240)	937.077





01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.448.463	0	0	0	(773.128)	0	673.335
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.448.463	0	0	0	(773.128)	0	673.335
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(87.459)	0	(87.459)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(749.128)	0	0	0	773.128	0	24.000
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	400.000	0	0	0	0	400.000
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(582)	0	(582)
5.13	Saldo Final	697.335	400.000	0	0	(88.041)	0	1.009.294



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	15.823.894	15.432.789	14.528.914
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	15.686.376	15.412.354	14.582.612
6.01.02	Outras Receitas	507.760	368.436	330.622
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(370.242)	(348.001)	(384.320)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.235.526)	(5.490.941)	(5.203.151)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(4.738.253)	(4.987.767)	(4.690.763)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(395.235)	(380.219)	(412.016)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	(102.038)	(122.955)	(100.372)
6.03	Valor Adicionado Bruto	10.588.368	9.941.848	9.325.763
6.04	Retenções	(2.823.640)	(3.115.752)	(3.202.703)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.113.109)	(2.464.854)	(2.714.625)
6.04.02	Outras	(710.531)	(650.898)	(488.078)
6.04.02.01	Provisão para Contigência	(710.531)	(650.898)	(488.078)
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.764.728	6.826.096	6.123.060
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	999.884	872.251	970.766
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	909.892	783.382	891.705
6.06.03	Outros	89.992	88.869	79.061
6.06.03.01	Receitas de Aluguéis	86.975	87.439	78.796
6.06.03.02	Dividendos pelo Custo de Aquisição	3.017	1.430	265
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.764.612	7.698.347	7.093.826
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.764.612	7.698.347	7.093.826
6.08.01	Pessoal	894.260	672.365	616.296
6.08.01.01	Remuneração Direta	425.158	311.838	312.764
6.08.01.02	Benefícios	338.093	237.791	224.634
6.08.01.03	F.G.T.S.	49.685	33.061	50.189
6.08.01.04	Outros	81.324	89.675	28.709
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.378.908	5.083.202	4.761.100
6.08.02.01	Federais	1.850.742	1.559.389	1.283.904
6.08.02.02	Estaduais	3.493.493	3.498.145	3.454.122
6.08.02.03	Municipais	34.673	25.668	23.074
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.545.137	1.089.749	1.195.030
6.08.03.01	Juros	1.135.176	741.434	875.100
6.08.03.02	Aluguéis	409.961	348.315	319.930
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	877.446	805.226	511.498
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	370.951	450.954	527.571
6.08.04.02	Dividendos	27.783	317.739	36.572
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(69.049)	4.251	(87.459)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	547.761	32.282	34.814
6.08.05	Outros	68.861	47.805	9.902
6.08.05.01	Doações e Patrocínio	23.011	11.499	9.902
6.08.05.02	Destinação para Reserva Legal	45.850	36.306	0

Parecer dos auditores independentes

Aos administradores e acionistas da Invitel S.A.:

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Invitel S.A. (individual e consolidado), levantados em 31 de Dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada indireta Brasil Telecom Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes desta controlada, está baseada exclusivamente no parecer destes auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes na controlada indireta Brasil Telecom Participações S.A., as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira (individual e consolidada) da Invitel S.A., em 31 de Dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme comentado na Nota 2, a partir de 1º de Janeiro de 2008, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas e a entidade efetuou os ajustes necessários nas demonstrações contábeis (individual e consolidada) referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, e está reapresentando-as para possibilitar a comparabilidade entre os exercícios, em conformidade com o previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.



5. A Companhia possui notas promissórias em aberto no montante de R\$956.227 mil com vencimento em 27 de maio de 2009. A liquidação das notas promissórias depende de integralização de recursos por acionistas ou da captação de recursos no mercado.
6. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 foram por nós auditadas, cujo parecer, datado de 14 de fevereiro de 2008, continha ênfase quanto à aprovação do crédito tributário da sua controlada Solpart Participações S.A. no montante de R\$40.437 mil pelo Conselho de Administração, o qual foi revisado para o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008 e aprovado pelo Conselho de Administração; e quanto ao assunto mencionado no parágrafo 5.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2009.

 Terco
Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2 SP 018.196/F-RJ
067.460/O-6

Eduardo José Ramón Leverone
Contador - CRC RJ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

INVITEL S.A.

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o correspondente Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

ALTERAÇÃO DO CONTROLE DA COMPANHIA (2009)

Em 8 de janeiro de 2009, a Telemar Norte Leste S.A. adquiriu através de sua controlada indireta, Copart I Participações S.A., o controle acionário da Invitel S.A., tornando-se titular da totalidade das ações da Companhia e passando a deter, indiretamente, 81.092.986 ações ordinárias, representativas de 61,2% do capital votante da Brasil Telecom Participações S.A., mediante o pagamento de R\$ 5.371.098.527,04.

A aquisição do controle indireto da Brasil Telecom Participações S.A. e da Brasil Telecom S.A. pela Telemar Norte Leste S.A. foi realizada de acordo com a Anuência Prévia da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), concedida através do Ato nº 7.828, emitido em 19 de dezembro de 2008.

PERFIL CORPORATIVO

A Invitel S.A. é a controladora da Solpart Participações S.A., que por sua vez controla a Brasil Telecom Participações S.A. que também é a controladora da Brasil Telecom S.A, seu único ativo. A Brasil Telecom oferece serviços de telefonia fixa local e longa distância regional na sua área de concessão, a chamada Região II do PGO, que abrange o Distrito Federal e os estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Presta serviços de telecomunicações também para clientes corporativos, além de fornecer conexões internacionais para operadoras de outros países.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2008, mais uma vez, foi marcado pelo acirramento da competição no setor de telecomunicações, principalmente por parte das empresas de TV a cabo. A Brasil Telecom, controlada da Invitel, respondeu aos desafios concorrenciais com uma estratégia baseada em constante inovação e agilidade no lançamento de novos produtos, como foi o caso da operação de 3G. Desse modo, a Empresa conseguiu desacelerar a perda de clientes de voz fixa e aumentar sua base de usuários na telefonia móvel e nos serviços de acesso à internet em banda larga.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao final de 2008, a Brasil Telecom totalizava 15.537,5 milhões de clientes, crescimento de 12,1% em relação ao ano anterior. A operação móvel encerrou o ano com 5.605,0 mil usuários, acréscimo de 1.342,3 mil em relação ao ano anterior. Os clientes de banda larga correspondiam a 1.805,5 mil, uma expansão de 237,8 mil em relação a 2007.

Além da conquista de novos clientes, o ano foi marcado pelo lançamento de produtos como o Telefone Único Wi-Fi e o pacote Pluri Uso. O Telefone Único Wi-Fi permite integrar o número de telefone fixo a até três aparelhos móveis compatíveis com a tecnologia Wi-Fi. O Pluri Uso é um pacote de minutos que o cliente utiliza conforme suas necessidades, no fixo ou no celular, para efetuar ligações locais e interurbanas, sem assinatura mensal, em uma única conta.

Durante o exercício foi feito o lançamento da rede de terceira geração da Brasil Telecom. O 3G Mais incorpora ofertas para o serviço de internet móvel, com isso, a Empresa tornou-se a primeira operadora a oferecer a banda larga fixa e móvel num único pacote.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A receita bruta total consolidada da Invitel atingiu R\$ 17.007,1 milhões em 2008, com crescimento de 6,3% em relação a 2007. O aumento na receita bruta total consolidada continua sendo impulsionado pela expansão dos serviços de comunicação de dados e de telefonia móvel da sua controlada, a Brasil Telecom. A receita bruta de comunicação de dados e outros serviços da Brasil Telecom atingiu R\$ 3.738,9 milhões em 2008 (+35,1% em relação a 2007), basicamente em função do incremento no número de acessos ADSL, que apresentou crescimento de 15,2% e à migração dos clientes para planos ADSL de maiores velocidades.

Em 2008, os custos e despesas operacionais consolidados (excluindo depreciação) totalizaram R\$ 7.417,4 milhões, com acréscimo de 1,0% em relação aos R\$ 7.340,5 milhões registrados em 2007, devido principalmente ao aumento em custos e despesas com pessoal e provisões para contingências, parcialmente compensados pela redução em custos em serviços de terceiros e interconexão.

Em 2008, a Invitel registrou prejuízo líquido consolidado no valor de R\$ 69,0 milhões, equivalente a R\$ 0,039 por ação.

Endividamento

Os empréstimos vinculados a variação cambial representam cerca de 16,7% do total de empréstimos e financiamentos em 2008, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Brasil Telecom S.A. controlada da Invitel, tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira 60,5% está coberta por operações de proteção nas modalidades swap cambial e opções de dólar, e aplicações financeiras em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade swap cambial e opções de dólar, são registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Auditoria Externa

A Invitel S.A., em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, submete os honorários e tipos de serviços a serem prestados por seus auditores independentes à aprovação do Conselho de Administração da Empresa, ouvido o Conselho Fiscal.

Durante o exercício de 2008, a Terco Grant Thornton foi contratada para outros trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras. O valor total dos honorários destes serviços foi inferior a 5% dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

As conquistas que tivemos em 2008 só foram possíveis graças ao apoio e confiança que recebemos de nossos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras; e acima de tudo, à dedicação de nossos colaboradores.

A todos o nosso muito obrigado.

A Administração



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Invitel S.A. ("Companhia" ou "Invitel") tem como objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, em empreendimentos imobiliários e como cotista em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Invitel é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM"), tendo suas ações negociadas no mercado de balcão organizado da Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA").

A Invitel é detentora de 100% das ações ordinárias da Companhia Solpart Participações S.A. ("Solpart"), que possui 51,41% do capital social votante e 18,93% do capital social total da Brasil Telecom Participações S.A. ("BTP"), empresa vencedora do leilão do Sistema Telebrás, realizado em 29 de julho de 1998.

A BTP é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 – Lei Geral das Telecomunicações, como parte do processo de cisão da TELEBRÁS, cujo protocolo e justificação da cisão foi aprovado em 22 de maio de 1998 em assembleia de acionistas, e é a holding controladora da Brasil Telecom S.A.

A BTP tem por objeto social exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços públicos de telefonia fixa na Região II do Plano Geral de Outorgas ("PGO") aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 02 de abril de 1998. Tal controle é exercido através da Brasil Telecom S.A., que é uma concessionária responsável pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") na Região II do PGO. Adicionalmente, a Sociedade pode participar do capital de outras sociedades.

A BTP é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na *Securities and Exchange Commission* – SEC – dos EUA, tendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), onde também integra o Nível 1 de Governança Corporativa, e negocia seus *American Depositary Receipts* ("ADRs") na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

Controladas Indiretas da Companhia

a. Brasil Telecom S.A.

A Brasil Telecom S.A. é uma concessionária responsável pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") na Região II do Plano Geral de Outorgas ("PGO"), que abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Nessa área, a Brasil Telecom S.A. presta desde julho de 1998 o STFC, nas modalidades local e de longa distância nacional intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Brasil Telecom S.A. passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões. Na modalidade local, o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, com vigência até 31 de dezembro de 2025. Informações adicionais sobre esses contratos estão citadas na nota explicativa nº 5.m.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações referentes às metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado estão disponíveis para acompanhamento dos interessados na página eletrônica da ANATEL, no *site* www.anatel.gov.br.

b. Nova Tarrafa Participações Ltda. e Nova Tarrafa Inc.

A BTP, controlada indireta da Companhia, também detém o controle da Nova Tarrafa Participações Ltda. ("NTP") e da Nova Tarrafa Inc. ("NTI"). O objeto social destas controladas é a participação no capital da Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), que se dedica à prestação de acesso à Internet. O controle da iG Cayman pertence à Brasil Telecom Serviços de Internet S.A., sociedade também controlada indiretamente e que atua no segmento de Internet.

A participação da NTP e NTI no iG Cayman na data de encerramento do balanço era de 9,42% (9,25% em 31/12/07) e 0,16% (0,16% em 31/12/07), respectivamente, sendo que em conjunto com a Brasil Telecom Serviços de Internet S.A. a participação total é de 100% (98,2% em 31/12/07). A alteração da participação no exercício foi devida à recompra de ações próprias pela iG Cayman, as quais pertenciam a acionistas não integrantes das empresas sob o controle da BTP.

No segundo semestre de 2006 teve início o processo de reorganização societária das empresas controladas da Brasil Telecom S.A., conforme aprovado pelo seu conselho de administração. Tal reorganização visou a otimização da estrutura de controle com a redução de empresas, concentração de atividades afins, simplificação das participações societárias entre as empresas. As alterações societárias realizadas, efetuadas com base nos valores contábeis, não causaram impactos relevantes na estrutura de custos. Alterações ocorridas no exercício de 2008 estão citadas nos comentários das empresas abaixo, quando a elas atribuídas.

c. 14 Brasil Telecom Celular S.A.

A 14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular") é uma subsidiária integral que opera desde o quarto trimestre de 2004 na prestação do Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), tendo autorização para atender a Região II do PGO.

d. BrT Serviços de Internet S.A.

A BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI") é uma subsidiária integral, que até 31 de julho de 2008 teve como principal produto o provimento de acesso à Internet através de banda larga. Em 1º de agosto de 2008 as atividades de Internet foram transferidas para sua controlada Internet Group do Brasil S.A. e corresponderam ao acervo cindido de R\$ 26.423, apurado a valor contábil. A BrTI reduziu no mesmo montante o valor de seu capital social detido pela Brasil Telecom S.A., que por sua vez recebeu em troca o aumento do capital social da Internet Group do Brasil S.A.

A BrTI continua a prestar serviços de valor agregado, atendendo aos clientes cujos contratos definem condições específicas.

A BrTI detém o controle das sociedades citadas a seguir:

Empresas iG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As empresas iG compreendem as sociedades Internet Group (Cayman) Limited ("iG Cayman"), iG Participações S.A. ("iG Part") e Internet Group do Brasil S.A. ("iG Brasil").

A iG Brasil tem sua operação baseada no provimento de acesso à Internet, tanto discado quanto banda larga. Também provê serviços de valor agregado voltado para o mercado residencial e empresarial, incluindo o acelerador de conexão à Internet. Além desses serviços, a iG Brasil também conta com a venda de espaço publicitário em seu portal.

O controle da BrTI nas Empresas iG até a data de 25 de abril de 2008 era representado pela participação de 88,81% no capital social da iG Cayman, constituída nas Ilhas Caimãs. Na data citada, a iG Cayman declarou dividendos aos acionistas detentores das ações *Series A Convertible Preferred Shares*, no montante equivalente à quantia de R\$ 76.494, sendo R\$ 51.215 para a acionista BrTI e R\$ 25.279 para os acionistas não controladores, externos às empresas da Brasil Telecom. Em ato contínuo, a iG Cayman procedeu à recompra das ações dos acionistas não controladores, externos às empresas da Brasil Telecom, pela equivalente quantia de R\$ 19.552 (valor nominal). Após a recompra de ações, a participação da BrTI na iG Cayman passou a ser de 90,42%. A recompra de ações citada constou do Comunicado da BTP divulgado ao mercado em 29 de abril de 2008.

A iG Cayman é uma *holding* que detém, por sua vez, o controle da iG Part, a qual mantém investimento da ordem de 32,53% no capital social da iG Brasil. iG Part e iG Brasil são empresas estabelecidas no Brasil.

Na data de 2 de junho de 2008, a sociedade iG Brasil incorporou a Freelance S.A. ("Freelance"), empresa que detinha as operações iBest, voltadas à área de Internet e, por conseguinte, convergentes com as operações da iG Brasil. O laudo de incorporação elaborado com base nas demonstrações contábeis de encerramento da Freelance, datadas de 31 de maio de 2008, apurou o acervo líquido de R\$ 102.917. A BrTI, que era detentora de 100% do capital social da Freelance, detém atualmente 53,82% da totalidade das ações da iG Brasil.

Da antiga composição societária das empresas que integravam as operações iBest, cabe o destaque sobre a extinção da empresa constituída nas Ilhas Caimãs, a iBest Holding Corporation, a qual não mantinha operações. O certificado de dissolução da sociedade, emitido nas Ilhas Caimãs em 23 de maio de 2008, resultou na baixa do investimento de R\$ 34 registrado na BrTI, sua única acionista.

Em 2 de junho de 2008, a iG Brasil também incorporou a Central de Serviços Internet Ltda. ("CSI"), sociedade da qual detinha 99,99% do capital social. A CSI era uma prestadora exclusiva de serviços da iG Brasil e o acervo líquido incorporado, constante do laudo apurado na data de 31 de maio de 2008, correspondeu ao valor de R\$ 1.367.

Agência O Jornal da Internet Ltda. ("Jornal Internet")

A BrTI mantém o investimento de trinta por cento no capital social da sociedade Jornal Internet, que tem por objeto a comercialização de bens e serviços por meio da Internet, edição de jornais diários ou periódicos, bem como a captação, geração e divulgação de notícias sobre fatos selecionados. Setenta por cento do capital social da sociedade Jornal Internet é detido por Caio Túlio Vieira Costa, diretor vice-presidente das empresas de Internet controladas da BTP.

e. Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS"), em conjunto com suas sociedades controladas, opera através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

A BrT CS detém a totalidade do capital social da Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda"), a qual, por sua vez, detém o total das ações da Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") e da Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela"). Em 24 de dezembro de 2008 foi obtido o registro da empresa Brasil Telecom de Colombia, Empresa Unipersonal ("BrT Colombia"), cujo controle cabe à BrT SCS Bermuda. A nova empresa aguarda pela integralização de seu capital social, não possuindo operações comerciais na data de encerramento do balanço.

f. BrT Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")

A Brasil Telecom S.A. detinha até 10 de abril de 2007 100% do capital da MTH Ventures do Brasil Ltda. ("MTH"), sociedade *holding* que possuía o controle do capital da BrT Multimídia, sendo que a Brasil Telecom S.A. e a BrTI detinham a participação restante. Na data citada, em Assembléia Geral Extraordinária realizada, foi deliberado à Brasil Telecom S.A. incorporar a MTH. Atualmente a Brasil Telecom S.A. participa com 89,83% no capital social da BrT Multimídia, sendo que a participação restante de 10,17% pertence à BrTI.

A BrT Multimídia é provedora de serviços de rede privada de telecomunicações através de redes digitais de fibra ótica de âmbito local em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e rede de longa distância conectando esses centros comerciais metropolitanos. Atua em âmbito nacional através de acordos comerciais com outras empresas de telecomunicações para oferecer serviços para as demais regiões do Brasil. Também possui centros de soluções de Internet em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza, que oferecem serviços de *co-location*, *hosting* e demais serviços de valor agregado.

g. Vant Telecomunicações S.A. ("VANT")

Sociedade da qual a Brasil Telecom S.A. detém, praticamente, a totalidade do capital social. A BrTI possui apenas uma ação do capital social da VANT, o que representa menos de 0,01% de participação.

A VANT tem por objeto a prestação de serviços de comunicação multimídia, aquisição e cessão onerosa de capacidades e demais meios, tendo como área de atuação as principais capitais brasileiras.

h. Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Anteriormente denominada Santa Bárbara dos Pinhais S.A., a BrT Call Center, juntamente com a alteração de sua denominação social, deliberada na assembléia de acionistas realizada na data de 21 de agosto de 2007, modificou seu objeto social, que passou a ser a prestação de serviços de centrais de atendimento a terceiros, compreendendo as áreas de atendimento a clientes, telemarketing ativo e passivo e serviços de treinamento, suporte e consultoria e atividades afins, dentre outros. Sua atividade operacional teve início no mês de novembro de 2007, na prestação de serviços de *call center* à Brasil Telecom S.A. e às suas sociedades controladas que demandam esse tipo de serviço. Anteriormente os serviços de *call center* eram realizados de forma terceirizada.

i. BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")

Sociedade constituída para prestar serviços de gerenciamento, controle e assessoria no desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros, cujo ato constitutivo obteve o registro comercial em 17 de julho de 2008. A integralização de seu capital social ocorreu em 17 de setembro de 2008, com a participação de 99,99% pertencente à Brasil Telecom S.A. A BrTI detém a participação restante. Na data de encerramento do exercício, a BrT Card possuía somente aplicações financeiras de liquidez imediata, originadas dos recursos da integralização de capital e não havia iniciado suas atividades operacionais.

Reestruturação Societária na Cadeia de Controle da Brasil Telecom S.A.

a. Cisão Parcial de Techold Participações S.A. ("Techold") com Versão da Parcela Cindida para Invitel S.A.

Em 18 de abril de 2008, os acionistas de Techold (antiga denominação de Argolis Holdings) e aprovaram, por unanimidade, a cisão parcial de Argolis Holdings ("Cisão de Argolis Holdings"), por meio da qual foram segregados todos os elementos integrantes do ativo e do passivo de Argolis Holdings, com exceção de uma parcela de seu caixa, no valor de R\$ 10 mil (a "Parcela Cindida de Argolis Holdings"). A Parcela Cindida foi vertida para o patrimônio de Invitel.

Segundo o laudo de avaliação elaborado pela empresa especializada Apsis Consultoria Empresarial Ltda., o valor da Parcela Cindida de Argolis Holdings somava, em 31 de dezembro de 2007, R\$ 1.012.872. As variações patrimoniais havidas entre a data-base do referido laudo de avaliação e a data de aprovação da Cisão de Argolis Holdings foram apropriadas por Invitel.

Considerando que, à época da aprovação da Cisão de Argolis Holdings, Invitel detinha 99,9% do capital social daquela companhia, o acervo líquido a ser vertido para o patrimônio de Invitel foi nulo, não havendo aumento de capital ou emissão de ações de Invitel.

A Cisão de Argolis Holdings foi desproporcional, tendo a Parcela Cindida de Argolis Holdings sido integralmente incorporada ao patrimônio de Invitel. Dessa forma, a totalidade das ações de Argolis Holdings detidas por Invitel foram canceladas, e os demais acionistas de Argolis Holdings permaneceram como acionistas de tal companhia, mantendo o mesmo número de ações possuídas anteriormente à Cisão.

Em decorrência da Cisão, o capital de Argolis Holdings foi reduzido em R\$ 1.553.890 mil, com o cancelamento de 1.157.013.211 ações ordinárias e 341.898.139 ações preferenciais classe B de sua emissão, todas detidas por Invitel. Ainda por conta da Cisão, Argolis Holdings deixou de integrar a cadeia de controle da Brasil Telecom.

b. Conversão das Ações Preferenciais Classe A de Invitel S.A.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 18 de abril de 2008 foi deliberada a conversão das Ações Preferenciais Classe A de Invitel em ações ordinárias. No mesmo ato houve a capitalização (em ações ordinárias) dos dividendos fixos e cumulativos devidos aos titulares de Ações Preferenciais Classe A até aquela data.

c. Cisão Parcial de Zain Participações S.A. ("Zain") com Versão da Parcela Cindida para Invitel.

Ainda no âmbito da reestruturação societária da cadeia de controle da Brasil Telecom, objetivando a alienação de seu controle indireto, os acionistas de Zain e Invitel aprovaram, em 25 de abril de 2008, a cisão parcial da primeira com versão da parcela cindida para a segunda ("Cisão de Zain"), por meio da qual foram segregadas todas as ações de Invitel detidas por Zain (a "Parcela Cindida de Zain"), as quais foram em seguida vertidas ao patrimônio de Invitel.

Segundo o laudo de avaliação elaborado pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda., o valor da Parcela Cindida de Zain somava, em 31 de dezembro de 2007, R\$ 700.911 mil. As variações patrimoniais havidas entre a data-base do referido laudo de avaliação e a data de aprovação da Cisão de Zain foram apropriadas por Invitel.

Como consequência da Cisão de Zain, a totalidade das ações de emissão de Invitel detidas por Zain foi cancelada, tendo sido emitidas novas ações de Invitel, as quais foram distribuídas aos acionistas de Zain, na proporção do capital social de Zain e à razão de 0,9852681055 para cada nova ação de Zain. Dessa forma, (i) não houve aumento do capital social de Invitel, uma vez que inexistia acervo líquido a ser incorporado ao patrimônio de Invitel; (ii) o capital social de Zain foi reduzido em R\$ 700.911 mil, sem cancelamento de ações, não havendo qualquer mudança na composição acionária de Zain motivada pela Cisão de Zain; (iii) os acionistas de Zain passaram a ser também acionistas diretos de Invitel; e (iv) Zain deixou de integrar a cadeia de controle da Brasil Telecom.

d. Alteração das Características das Ações Ordinárias e Ações Preferenciais Classe A de emissão de Invitel

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008, os acionistas de Invitel deliberaram alterar as características das ações preferenciais classe A que vierem a ser emitidas por Invitel, tendo sido modificadas as preferências conferidas a tais ações e suas condições de resgate. Foram também alteradas as características das ações ordinárias de Invitel, que passaram a ser conversíveis em ações preferenciais classe A, a qualquer tempo e ao exclusivo critério de seus titulares, à razão de 1 (uma) nova ação preferencial classe A para cada ação ordinária convertida.

e. Cisão parcial e desproporcional dos nossos ativos e passivos e constituição da Invitel Legacy S.A. ("Invitel Legacy")



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em cumprimento às disposições do Contrato, todos acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, em 23 de julho de 2008, a cisão parcial e desproporcional de Invitel, por meio da qual foram segregados (i) R\$2,0 milhões integrantes do caixa da Companhia, com a conseqüente redução de seu capital social e (ii) direitos e obrigações assumidos por Zain, Invitel e Argolis Holdings, anteriormente denominada Techold Participações S.A., decorrentes e/ou relacionados aos seguintes acordos: (a) o Contrato de Compra de Ações ("Share Purchase Agreement"); (b) o Acordo de Exoneração Mútua ("Mutual Release Agreement"); (c) o Acordo Epistolar ("Letter Agreement"); (d) Contrato de Investimento ("Holding Company Investment Agreement"); e (e) outros instrumentos e acordos relacionados à, ou celebrados com a Telecom Italia International N.V. ("TII"), Brasilco S.r.l.e outros, em cumprimento a obrigações estipuladas no Share Purchase Agreement, Mutual Release Agreement, Letter Agreement e Holding Company Investment Agreement, que foram transferidos para uma nova sociedade constituída a partir da cisão da Companhia, Invitel Legacy S.A.

f. Contrato de Compra e Venda de Ações de Emissão de Invitel S.A.

Conforme divulgado nos Avisos de Fato Relevante publicados por Invitel, foi firmado, em 25 de abril de 2008, Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão de Invitel (o "Contrato"), entre os acionistas controladores de Invitel e pessoas a eles afiliadas, na qualidade de vendedores ("Vendedores"), e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., na qualidade de comprador (a "Compradora"), com a interveniência de Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), de Solpart e de Invitel.

Por meio do Contrato, a Compradora, na qualidade de comissária da Telemar, contratou, sujeito às condições previstas no Contrato, a aquisição de 100% das ações de emissão de Invitel ("Ações"), pelo preço total de R\$ 4.982.389, a ser corrigido pela variação cumulativa das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários - DI, e do qual será deduzida a dívida líquida de Invitel quando do cumprimento das condições suspensivas da operação.

A transferência das Ações estava sujeita a: (a) condição suspensiva representada pela aprovação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na forma do disposto no Art. 97 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações); e (b) condição resolutiva consistente na realização, pela Compradora, de oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de emissão de Brasil Telecom Participações ("BrT Part") e Brasil Telecom ("BrT"), na forma do disposto no Art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em novembro de 2008, foi publicado o Decreto nº 6.654/2008, que alterou o PGO e excluiu a restrição que existia para aquisição do controle de uma concessionária de STFC por outra concessionária de STFC atuante em região distinta delimitada pelo próprio PGO. No mesmo dia, a Telemar solicitou à ANATEL anuência prévia para aquisição do controle da BrT Part e da BrT, a qual foi concedida por meio do Ato nº 7.828, publicado no Diário Oficial da União em dezembro de 2008.

Em janeiro de 2009, a Telemar, por meio de sua controlada indireta Copart I, adquiriu todas as ações em circulação da Invitel bem como 12.185.836 ações ordinárias da BrT Part. Com isso, tornou-se detentora indireta de 81.092.986 ações ordinárias emitidas pela BrT Part, representando 61,2% do total do capital votante da BrT Part, que, por sua vez, detém 65,6% do capital social da BrT, incluindo 99,1% do seu capital votante.

Instrumento de Quitação e Encerramento de Litígios

Instrumento de Transação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Por ocasião da assinatura do Contrato de Compra e Venda do Controle da BTP, foram solucionados os antigos litígios que resultaram em diversas ações originadas com a troca da administração da Brasil Telecom, ocorrida no terceiro trimestre de 2005. Através de fato relevante da BTP e da Brasil Telecom Participações S.A., em conjunto com a 14 Brasil Telecom Celular S.A., denominadas Partes Brasil Telecom, divulgado em 25 de abril de 2008, foram anunciados os termos e condições que resultaram no instrumento de transação, citados a seguir:

1 – Na data de 25 de abril de 2008, as Partes Brasil Telecom (por si e suas Afiliadas), Opportunity Fund e demais Partes Opportunity/Banco Opportunity (por si e suas Afiliadas) celebraram, em conjunto com Telemar Norte Leste S.A. (“Telemar”), um “Instrumento Público de Renúncia, Transação e Quitação” (“Instrumento de Transação”), pelo qual as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity estabeleceram os termos e condições para pôr um fim aos atuais litígios entre as Partes e prevenir novos litígios.

2 – Consoante ao item 1, acima, a Telemar também divulgou em 25 de abril de 2008, por meio de fato relevante próprio, a manifestação de seu interesse em adquirir o controle das Partes Brasil Telecom e de suas controladas, diretas e indiretas, sem que a Telemar seja parte, ou esteja envolvida, de forma direta ou indireta, em litígios de qualquer espécie entre as Partes Opportunity/Banco Opportunity e as Partes Brasil Telecom (e suas respectivas Afiliadas).

3 – É de conhecimento geral que as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity (e suas respectivas Afiliadas) estão envolvidas em disputas e litígios, no Brasil e no exterior. As referidas Partes, sem reconhecer a procedência ou assumir qualquer responsabilidade relacionada aos litígios recíprocos que possuem, concluíram servir ao seu interesse mútuo de evitar maior dispêndio de tempo, esforços e recursos na continuação dos litígios atuais e na perseguição de quaisquer outros futuros.

4 – No âmbito do Instrumento de Transação, e para encerramento dos litígios entre as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity, de modo a viabilizar o objetivo indicado no item 2 acima, a Telemar assumiu a obrigação de efetuar um pagamento às Partes Brasil Telecom no valor global de R\$ 175.730.

5 – A quantia indicada foi determinada para pagamento em duas parcelas. A primeira, no valor de R\$ 80.814 para pagamento imediato, em favor da Brasil Telecom S.A., com o encerramento de litígios entre esta e Partes Opportunity/Banco Opportunity, que estão em curso no exterior. A parcela remanescente, no valor de R\$ 94.916, dividida em (i) R\$ 89.071 em favor da Brasil Telecom S.A. e (ii) R\$ 5.845 em favor da Brasil Telecom Participações S.A., estabelecida para ser liquidada após a aprovação, pelas Assembléias Gerais da Brasil Telecom Participações S.A. e da Brasil Telecom S.A, a serem especialmente convocadas, das transações nos litígios em trâmite no Brasil.

6 – Segundo o Instrumento de Transação, o acordo entre as Partes Brasil Telecom e as Partes Opportunity/Banco Opportunity (e respectivas Afiliadas) para encerrar definitivamente todos os seus litígios e prevenir novos litígios, e a efetivação dos pagamentos a que se obrigou a Telemar, não dependem de que venha a ser consumada a aquisição do controle das Partes Brasil Telecom pela Telemar.

7 – O Instrumento de Transação foi firmado de forma autônoma e independente em relação a quaisquer outros negócios jurídicos ou acordos celebrados entre as Partes Opportunity/Banco Opportunity e Telemar e/ou suas respectivas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum e a validade e eficácia do Instrumento de Transação não foram condicionadas ou vinculadas pela validade, eficácia, cumprimento, satisfação de condições ou qualquer outro evento ou circunstância relacionada a quaisquer outros negócios



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

jurídicos ou acordos celebrados entre as referidas Partes, e/ou suas respectivas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum.

Aprovação do Termo de Transação

A BTP e a Brasil Telecom S.A. em suas respectivas Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 29 de maio de 2008, aprovaram, por unanimidade, as quitações e transações objeto do Instrumento de Transação, celebrado com Telemar Norte Leste S.A., Opportunity Fund e Outros, que dependiam de deliberação assemblear. Em decorrência da aprovação, os valores citados no Termo de Transação foram integralmente liquidados pela Telemar e recebidos pela BrT e BrT Part.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critérios de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de conformidade com a legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O conjunto de práticas e normas que regem os registros contábeis e a preparação das demonstrações contábeis tiveram modificações a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Tais modificações são comentadas a seguir.

Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modificou e introduziu novas disposições à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a matéria contábil e a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e, nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as companhias de capital aberto. As principais alterações introduzidas pela Lei têm aplicação a partir do exercício social encerrado em 2008.

Em 3 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449 (“MP nº 449/08”), com força de lei, instituindo o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, com aplicação a partir de 2008 são:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração de Fluxos de Caixa - DFC;
- Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA;
- Criação do subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido e o Intangível, no ativo permanente;
- Normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros, inclusive derivativos;
- Ajuste a valor presente (“AVP”) para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Registro no imobilizado dos bens decorrentes de operações de arrendamento mercantil financeiro;
- Obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes;
- Alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Possibilidade da criação da Reserva de Incentivos Fiscais;
- Eliminação da reserva de reavaliação.

Normativos Emitidos pela CVM

As novas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, vigentes na data de autorização para conclusão das presentes demonstrações contábeis e cuja regulamentação foi emitida pela CVM estão relacionadas a seguir, sendo que tais regulamentações resultam substancialmente das aprovações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

- Deliberação CVM nº 527/07 – (CPC 01) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- Deliberação CVM nº 534/08 – (CPC 02) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.
- Deliberação CVM nº 539/08 – (CPC – Pronunciamento Conceitual Básico) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis..
- Deliberação CVM nº 547/08 – (CPC 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Deliberação CVM nº 553/08 – (CPC 04) – Ativo Intangível.
- Deliberação CVM nº 560/08 – (CPC 05) – Divulgações sobre Partes Relacionadas.
- Deliberação CVM nº 554/08 – (CPC 06) – Operações de Arrendamento Mercantil.
- Deliberação CVM nº 555/08 – (CPC 07) – Subvenção e Assistência Governamentais.
- Deliberação CVM nº 556/08 – (CPC 08) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.
- Deliberação CVM nº 557/08 – (CPC 09) – Demonstração do Valor Adicionado.
- Deliberação CVM nº 562/08 – (CPC 10) – Pagamentos Baseados em Ações.
- Deliberação CVM nº 563/08 – (CPC 11) – Contratos de Seguro.
- Deliberação CVM nº 564/08 – (CPC 12) – Ajuste a Valor Presente.
- Deliberação CVM nº 565/08 – (CPC 13) – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.
- Deliberação CVM nº 566/08 – (CPC 14) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.
- Instrução CVM nº 475/08 – Dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia e suas controladas mantêm práticas contábeis uniformes.

A consolidação foi elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 247/96 e inclui a Companhia e as sociedades citadas na nota nº 1.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas.
- Eliminação dos saldos das contas de investimento e correspondentes participações no capital, reservas e resultados acumulados entre as sociedades consolidadas.
- Segregação das parcelas do patrimônio líquido e do resultado pertencentes aos acionistas não controladores, indicadas em itens específicos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A conciliação do lucro líquido pertencente à Controladora e ao Consolidado está apresentada a seguir:

	LUCRO LÍQUIDO	
	2008	2007
CONTROLADORA	(45.681)	10.511
Registros efetuados no Patrimônio Líquido das Controladas		
Dividendos Prescritos	(19.314)	(6.842)
Instrumentos Patrimoniais – Opções de Ações	(3.344)	
Ganho com Ações em Tesouraria	(710)	
Juros Capitalizados na Controlada indireta Brasil Telecom S.A.	0	582
CONSOLIDADO	(69.049)	4.251

Relatório por Segmento

A Companhia apresenta, complementarmente na nota nº 39, o relatório por segmento de negócio. Um segmento é um componente identificável da Companhia e suas controladas, destinado à prestação de serviços (segmento de negócio), ou fornecimento de produtos e serviços o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes entre si.

Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07

Em decorrência dos novos normativos citados, a Companhia declara sua adoção inicial pelo cumprimento integral da Lei nº 11.638/07, das normas da CVM inerentes e da MP nº 449/08, estabelecendo como data de transição (“data de transição”) o dia 1º de janeiro de 2007, tomando por ponto de partida as demonstrações contábeis encerradas na data de 31 de dezembro de 2006. De acordo com o § 1º do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, os ajustes iniciais decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, relativos à data de transição estão contabilizados na conta de lucros acumulados.

A Companhia e suas controladas, utilizando a opção da Deliberação CVM nº 565/08, que aprovou o pronunciamento da adoção inicial da referida Lei e ao Regime Tributário de Transição, apresenta em suas demonstrações contábeis comparativas os valores dos períodos mais antigos como se a nova prática contábil sempre estivesse em uso.

Opções Relevantes Efetuadas pela Companhia Relacionadas à Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 (Consolidado)

Instrumentos Financeiros

A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento original de seu registro. Na aplicação inicial da Lei é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A controlada indireta BTP aplicou as regras de classificação e mensuração previstas no CPC 14 (“Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”) na data de transição.

Arrendamento Mercantil Financeiro

A BTP incorporou ao ativo imobilizado, na data de transição, os bens arrendados pelo menor valor entre o valor justo dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada até a data de transição. A diferença apurada, líquida dos efeitos fiscais, foi registrada contra lucros acumulados na data de transição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo Diferido – Despesas Pré-Operacionais e Gastos com Reestruturação

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a MP nº 449/08 extinguiu esse grupo de contas. Dessa forma, a BTP optou por efetuar a baixa dos gastos pré-operacionais e os demais gastos diferidos que não foram reclassificados para outro grupo de ativos (ativos intangíveis) na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais.

Opção de Compra de Ações

A Brasil Telecom S.A. possui transações de pagamento baseado em ações (opções de compra de ações) liquidadas com instrumentos de patrimônio líquido e opções liquidadas em dinheiro. Na data de transição, os efeitos da adoção inicial de todas as opções de ações outorgadas pela BTP, foram reconhecidos contra lucros acumulados, de acordo com o estabelecido no CPC 10 – Pagamentos Baseados em Ações.

Efeitos Tributários da Aplicação Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Os efeitos tributários decorrentes da adoção inicial da referida lei e medida provisória foram registrados conforme normas existentes, notadamente na contabilização do Imposto de Renda e Contribuição Social. Os ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 contemplam os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável.

Efeitos da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Reconciliação do Patrimônio Líquido na Data de Transição – 1º de janeiro de 2007

CONTROLADORA		
	Notas	01/01/2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		1.009.876
Equivalência Patrimonial sobre Ajustes da Lei nº 11.638/07 em Controladas	c	(9.292)
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		1.000.584

CONSOLIDADO		
	Notas	01/01/2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		1.009.876
Arrendamento Mercantil Financeiro	d	(916)
Valor Justo de Instrumentos Financeiros	g	716
Baixa de Ativo Diferido	e	(20.724)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes, Líquidos	b	7.115
Efeito dos Ajustes na Participação de Acionistas Não Controladores	c	4.518
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		1.000.584

A seguir estão apresentadas as reconciliações dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados divulgados em 31 de dezembro de 2007, adequadas à Lei nº 11.638/07, necessárias para permitir a comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Balanço Patrimonial

CONTROLADORA		
ATIVO	Notas	2007



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		4.975	-	4.975
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.763	-	3.763
Dividendos/JSCP a Receber		140	-	140
Tributos Diferidos e a Compensar		1.072	-	1.072
Não Circulante		1.015.064	(8.934)	1.006.130
Depósitos Judiciais		138	-	138
Investimentos	c	1.012.882	(8.934)	1.003.948
Outros Investimentos		2.044		2.044
Total do Ativo		1.020.039	(8.934)	1.011.105

CONTROLADORA

PASSIVO	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		10	-	10
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais		5	-	5
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas		1	-	1
Tributos Indiretos		4	-	4
Não Circulante		74.018		74.018
Dividendos/JSCP e Participação no Resultado		74.018	-	74.018
Patrimônio Líquido		946.011	(8.934)	937.077
Capital Social		697.335	-	697.335
Reserva de Capital		325.982	-	325.982
Prejuízos Acumulados		(77.306)	(8.934)	(86.240)
Total		1.020.039	(8.934)	1.011.105

Reconciliação do Patrimônio Líquido

CONTROLADORA

	Notas	2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		946.011
Equivalência Patrimonial sobre Ajustes da Lei nº 11.638/07 em Controladas	c	(8.934)
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		937.077



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSOLIDADO				
ATIVO	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		7.564.611	21.156	7.585.767
Caixa e Equivalentes de Caixa	a	3.473.034	(2.634.542)	838.492
Aplicações Financeiras	a	-	3.163.487	3.163.487
Títulos Públicos	a	53.556	(53.556)	-
Investimentos Temporários	a	475.389	(475.389)	-
Contas a Receber de Clientes		2.189.701	-	2.189.701
Estoques		32.711	-	32.711
Empréstimos e Financiamentos		1.797	-	1.797
Tributos Diferidos e a Compensar	b	819.569	30.115	849.684
Depósitos Judiciais		329.396	-	329.396
Outros Ativos	g	189.458	(8.959)	180.499
Não Circulante		10.771.827	(67.056)	10.704.771
Empréstimos e Financiamentos		6.176	-	6.176
Instrumentos Financeiros Derivativos	g	-	6.218	6.218
Tributos Diferidos e a Compensar	b	1.827.712	1.270	1.828.982
Títulos de Renda	g	3.709	(3.709)	-
Depósitos Judiciais		1.069.265	-	1.069.265
Outros Ativos	g	94.856	(17.180)	77.676
Ágio na Aquisição de Controladas	c	900.470	(900.470)	-
Outros Investimentos	c	44.920	-	44.920
Imobilizado	d	5.664.196	27.016	5.691.212
Intangível	c,e	1.049.570	930.752	1.980.322
Diferido	c	110.953	(110.953)	-
Total do Ativo		18.336.438	(45.900)	18.290.538

CONSOLIDADO				
PASSIVO	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Circulante		5.603.430	29.429	5.632.859
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	f	90.550	13.179	103.729
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas		1.637.225	-	1.637.225



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tributos Indiretos		748.857	-	748.857
Tributos Sobre a Renda	b	76.268	79	76.347
Dividendos/JSCP e Participação no Resultado		971.027	-	971.027
Empréstimos e Financiamentos	d,g	1.495.193	(102.581)	1.392.612
Instrumentos Financeiros Derivativos	g	-	118.752	118.752
Autorizações para Exploração de Serviços		78.844	-	78.844
Provisões para Contingências		197.472	-	197.472
Provisões para Fundos de Pensão		101.467	-	101.467
Adiantamentos de Clientes		62.957	-	62.957
Outras Obrigações		143.570	-	143.570
Não Circulante (Exigível a Longo Prazo)		5.695.707	3.075	5.698.782
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas		13.456	-	13.456
Tributos Indiretos		104.243	-	104.243
Tributos Sobre a Renda	b	66.860	17	66.877
Dividendos/JSCP e Participação no Resultado		74.018	-	74.018
Empréstimos e Financiamentos	d,g	3.886.628	(283.995)	3.602.633
Instrumentos Financeiros Derivativos	g	-	287.762	287.762
Autorizações para Exploração de Serviços		174.632	-	174.632
Provisões para Contingências		700.239	-	700.239
Provisões para Fundos de Pensão		586.278	-	586.278
Adiantamentos de Clientes		72.133	-	72.133
Outras Obrigações	g	17.220	(709)	16.511
Participação de Acionistas Não Controladores	c	6.083.316	(61.494)	6.021.822
Patrimônio Líquido		946.011	(8.936)	937.075
Capital Social		697.335	-	697.335
Reservas de Capital		325.982	-	325.982
Prejuízos acumuladas	c	(77.306)	(8.936)	(86.242)
Recursos Capitalizáveis	g	7.974	(7.974)	-
Total		18.336.438	(45.900)	18.290.538

Reconciliação do Patrimônio Líquido

		CONSOLIDADO
	Notas	2007
Patrimônio Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		946.011
Arrendamento Mercantil Financeiro	d	(1.537)
Pagamentos com Base em Ações	f	(2.485)
Valor Justo de Instrumentos Financeiros	g	53



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Baixa de Ativo Diferido	c	(15.212)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes, Líquidos	b	5.900
Efeito dos Ajustes na Participação de Acionistas Não Controladores	c	4.347
Patrimônio Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		937.077

Demonstração de Resultado do Exercício

CONTROLADORA				
	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Receita Operacional Bruta		-	-	-
Deduções da Receita Bruta		-	-	-
Receita Operacional Líquida		-	-	-
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas		-	-	-
Lucro Bruto		-	-	-
Receitas (Despesas) Operacionais		(590)	0	(590)
Comercialização dos Serviços		-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(573)	-	(573)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas		(17)		(17)
Lucro Operacional Antes das Despesas Financeiras e Resultado de Equivalência Patrimonial		(590)	-	(590)
Despesas Financeiras, Líquidas		406	-	406
Resultado de Equivalência Patrimonial	c	10.337	358	10.695
Lucro Operacional		10.153	358	10.511
Outras Despesas Não Operacionais, Líquidas		-	-	-
Lucro Antes dos Impostos		10.153	358	10.511
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro		-	-	-
Lucro Após Impostos e Antes da Reversão de JSCP		10.153	358	10.511
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		10.153	358	10.511
Ações em Circulação na Data do Balanço		1.692.609		1.692.609
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		0,006		0,006

Reconciliação do Lucro Líquido

CONTROLADORA		
	Notas	2007
Lucro Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		10.153
Equivalência Patrimonial sobre Ajustes da Lei nº 11.638/07 em Controladas	c	358
Lucro Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		10.511

CONSOLIDADO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Notas	2007		
		Divulgado (Lei nº 6.404/76)	Ajustes à Lei nº 11.638/07	Ajustado à Lei nº 11.638/07
Receita Operacional Bruta		15.997.388	-	15.997.388
Deduções da Receita Bruta		(4.938.842)	-	(4.938.842)
Receita Operacional Líquida		11.058.546	-	11.058.546
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas		(6.382.201)	-	(6.382.201)
Lucro Bruto		4.676.345	-	4.676.345
Receitas (Despesas) Operacionais		(3.418.289)	18.385	(3.399.904)
Comercialização dos Serviços		(1.485.352)	-	(1.485.352)
Despesas Gerais e Administrativas	d,e,f	(1.398.103)	23.016	(1.375.087)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	d,h	(534.834)	(4.631)	(539.465)
Lucro Operacional Antes das Despesas Financeiras e Resultado de Equivalência Patrimonial		1.258.056	18.385	1.276.441
Despesas Financeiras, Líquidas	d,g	(431.415)	(12.119)	(443.534)
Lucro Operacional		826.641	6.266	832.907
Outras Despesas Não Operacionais, Líquidas	h	(2.974)	2.974	-
Lucro Antes dos Impostos e das Participações		823.667	9.240	832.907
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	b	(373.828)	(6.437)	(380.265)
Lucro Após Impostos e Antes da Participação de Acionistas Não Controladores		449.839	2.803	452.642
Participação de Acionistas Não Controladores	c	(896.900)	(2.445)	(899.345)
Lucro Antes da Reversão de JSCP		(447.060)	358	(446.703)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		450.954	-	450.954
Lucro Líquido do Exercício		3.894	358	4.251

Reconciliação do Lucro Líquido

CONSOLIDADO		
	Notas	2007
Lucro Líquido Divulgado (Lei nº 6.404/76)		3.894
Arrendamento Mercantil Financeiro	d	(621)
Pagamentos com Base em Ações	f	(2.485)
Valor Justo de Instrumentos Financeiros	g	(663)
Baixa de Ativo Diferido	e	5.511
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes, Líquidos	b	(1.214)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Efeito dos Ajustes na Participação de Acionistas Não Controladores	c	(171)
Lucro Líquido Ajustado à Lei nº 11.638/07		4.251

Descrição dos Ajustes Relacionados à Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 – Data de Transição: 1º de Janeiro de 2007.

a) Equivalentes de Caixa e Aplicações de Liquidez Imediata

De acordo com a CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a controlada indireta BTP e suas controladas classificaram como Equivalentes de Caixa os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

A reconciliação reflete a diferença de classificação, o qual considerava na rubrica de equivalentes de caixa a totalidade dos investimentos de alta liquidez.

b) Tributos Diferidos e Tributos sobre a Renda

Os tributos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados considerando os efeitos dos ajustes relativos a adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

c) Investimentos em Controladas e Ágio na Aquisição de Controladas

A reconciliação considera os efeitos de equivalência patrimonial e participação de minoritários sobre os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 nas demonstrações contábeis.

Os ágios classificados como investimentos de rentabilidade futura foram reclassificados para o ativo intangível.

d) Arrendamento Mercantil Financeiro

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, foram registrados os bens relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, cujos controles, riscos e benefícios são por ela exercidos. Desta forma, os contratos de arrendamentos mercantis financeiros foram registrados como ativos e passivos na data da transição, dando origem à despesa de depreciação relativa aos ativos depreciables e despesa financeira sobre o passivo de arrendamento mercantil.

e) Ativo Diferido

De acordo com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08, os gastos pré-operacionais ativados nas controladas indiretas BrT Celular e BrT Call Center foram baixados na data de transição mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados. Adicionalmente, a amortização registrada como despesa no resultado foi revertida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os direitos relacionados à manutenção das atividades de suas controladas indiretas foram transferidos para o grupo de ativos intangíveis.

f) Opção de Compra de Ações

Conforme o CPC 10 – Pagamentos Baseados em Ações, a Brasil Telecom S.A. reconheceu as transações de pagamentos baseados em ações (opções de compra de ações) que foram outorgadas a administradores e empregados. As opções outorgadas que são liquidadas com instrumentos de patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido, e as liquidadas em dinheiro são registradas no passivo. A despesa apurada com base no período de aquisição de direito às opções é reconhecida à medida que os serviços são prestados.

g) Instrumentos Financeiros

De acordo com o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Brasil Telecom S.A. reconheceu em suas demonstrações contábeis o valor justo dos contratos de *swap*, determinado com base nas informações sobre juros futuros derivados de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontado às taxas do mercado. Adicionalmente, os instrumentos financeiros derivativos foram reclassificados para grupos específicos. Os instrumentos financeiros derivativos ativos eram classificados originalmente como outros ativos (opções de dólar norte americano) e os instrumentos financeiros derivativos passivos eram apresentados como empréstimos e financiamentos (*swap*) e outras obrigações (opções de dólar norte americano).

Os encargos financeiros incorridos na captação de empréstimos e financiamentos são incorporados ao valor de cada instrumento de dívida. Tais encargos eram apresentados no grupo de outros ativos e foram reclassificados para o grupo de empréstimos e financiamentos no passivo.

O grupo considera ainda a reclassificação dos títulos de renda para o grupo de outros ativos e a reclassificação dos recursos capitalizáveis para o grupo de outras obrigações.

h) Resultado Não Operacional

A MP nº 449/08 eliminou a segregação do grupo de resultados não operacionais na demonstração do resultado do exercício. Conforme estabelecido na Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 02 ("OCPC 02"), endossado através do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/09, as receitas e despesas anteriormente apresentadas como resultado não operacional passaram a ser apresentadas no grupo de resultados operacionais.

Outras Informações sobre as Demonstrações Contábeis

As notas explicativas às demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando estiver evidenciado de outra forma.

Os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências são apresentados de forma dedutiva dos passivos constituídos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, valoração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação. As administrações das controladas indiretas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados abaixo referem-se a práticas adotadas pela Companhia e suas Controladas.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

b. Aplicações Financeiras: As controladas indiretas classificam suas aplicações financeiras em títulos: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda, vinculados à finalidade das referidas aplicações.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

c. Contas a Receber de Clientes: As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações estão registradas pelo valor da tarifa ou do serviço na data da sua prestação e não diferem de seus valores justos. As contas a receber de serviços incluem créditos por serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes. Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a BTP não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber. Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhante. O critério adotado para constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera a apuração dos percentuais de perdas ocorridas em cada faixa de vencimento de contas a receber. A partir desses percentuais de perdas são estimadas as perdas futuras sobre o atual saldo das contas a receber. As provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas com contas a receber e recuperações de perdas previamente baixadas são reconhecidas no resultado do período em despesas de comercialização dos serviços.

d. Estoques de Materiais: Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem ao custo de reposição. Os estoques são segregados em expansão, manutenção da planta e estoques de mercadorias para revenda representados, principalmente, por aparelhos celulares, acessórios e cartões eletrônicos. Os estoques destinados a expansão estão classificados no imobilizado (obras em andamento), os estoques destinados a manutenção são classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo em que serão utilizados, e os estoques destinados a revenda estão classificados no ativo circulante. Para os estoques



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

considerados obsoletos, são registradas provisões para perdas, sendo que para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes, nos casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda, adequando-os ao valor líquido de realização.

e. Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos resultantes de aplicações em incentivos fiscais de imposto de renda são reconhecidos quando efetivadas as aplicações e resultam em ações de empresas incentivadas ou quotas dos fundos de investimentos. No período compreendido entre a aplicação e o recebimento de ações ou quotas dos fundos, permanecem registrados no ativo realizável a longo prazo. Periodicamente esses investimentos são avaliados e o resultado da comparação entre o seu custo original e o de mercado, quando este for menor, resulta na formação de provisões para perdas prováveis.

f. Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo em separado, conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem.

A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, para a qual as controladas revisam periodicamente. Os custos dos terrenos não são depreciados.

As controladas monitoram e avaliam se há indicações de que os ativos possam ter sofrido alguma desvalorização. Não foram registradas provisões para redução ao valor recuperável sobre o imobilizado.

g. Intangível: Refere-se, principalmente, a licenças regulatórias, direitos de uso de software e ágios relacionados a aquisição de investimentos. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ágios registrados foram apurados com base na expectativa de resultados futuros e sua amortização está relacionada ao volume de realização e tempo projetados, em prazos que variam de cinco a vinte e sete anos. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao órgão regulador. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

h. Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Longa Duração: Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma perda ao valor recuperável é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam unidades geradoras de caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da BTP em seus vários segmentos de negócios. As referidas projeções suportam a recuperação dos ativos.



14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

i. Arrendamento Mercantil: Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros quando transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade.

Os arrendamentos mercantis financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

j. Ativos e Passivos Financeiros a Valor Justo: Os ativos financeiros contabilizados ao valor justo contra lucros ou prejuízos são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os custos de transação são registrados na demonstração de resultados. Os ativos financeiros têm seu reconhecimento revertido quando os direitos de recebimento de fluxos de caixa provenientes de investimentos tiverem expirado ou tiverem sido transferidos.

Os ganhos e perdas provenientes de mudanças no valor justo da categoria “ativos financeiros a valor justo contra lucros ou prejuízos” são apresentados na demonstração de resultados do período em “receitas ou despesas financeiras, líquidas” no período em que surgirem.

Os valores de mercado dos ativos financeiros se baseiam em preços de oferta atual. Se o mercado para um ativo financeiro não estiver disponível, a Companhia e suas controladas estabelecem o valor justo utilizando técnicas de avaliação. Isso inclui o uso de transações com isenção de interesses, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente os mesmos, análise de fluxo de caixa descontado, e modelos de precificação de opção fazendo uso máximo das entradas de mercado e usando o mínimo de entradas específicas da entidade.

k. Deterioração de Ativos Financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há prova objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

l. Derivativos a Valor Justo contra o Resultado: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e Diferido: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A controladas diretas e indiretas da Companhia avaliam e reduzem o ativo fiscal diferido na medida em que identifica que não é provável a existência de lucro tributável futuro em nível suficiente para utilização total ou parcial dos tributos diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre diferenças temporárias geradas entre ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

social diferidos não são reconhecidos quando gerados no registro inicial de ativos ou passivos que não afetam a base tributária, exceto operações de combinação de negócios.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados através das taxas tributárias vigentes na data do balanço e aplicáveis quando os ativos relacionados ao imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados ou quando obrigações de imposto de renda e contribuição social diferidos são liquidadas.

n. Empréstimos e Financiamentos: Estão atualizados pelas variações monetárias e ou cambiais e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

o. Provisões para Contingências: As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou construtiva atual resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são calculadas pelo valor justo dos gastos esperados para liquidação da obrigação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na nota nº 8.

p. Reconhecimento das Receitas: As receitas correspondem substancialmente ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades das controladas. A receita é demonstrada pelo valor bruto excluindo-se de forma sumariada os impostos agregados, devoluções e descontos.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para as controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades das Controladas.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como adiantamento de clientes e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (Telefonia de Uso Público – TUP), aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

q. Reconhecimento das Despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas.

r. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos, reversão de ajustes a valor presente e outras transações



14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financeiras. Abrangem também o reconhecimento de juros sobre os ativos e passivos contabilizados a valor presente.

Os juros sobre capital próprio, quando creditados, compõem o saldo das despesas financeiras, sendo que para fins de apresentação os valores registrados são revertidos contra o resultado do exercício e reclassificados como dedução de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

s. Benefícios a Empregados: Oferecidos pelas sociedades controladas indiretas, são assim representados:

- (i) **Previdência Complementar:** Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados são administrados por três fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais, quando aplicável, e contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

Os planos patrocinados são de benefícios definidos (fechados ao ingresso de novos participantes) e de contribuições definidas. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas.

A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo estimados em 6% ao ano. Informações complementares aos planos de previdência privada estão descritas na nota nº 7.

- (ii) **Opção de Compra de Ações:** A Brasil Telecom S.A. possui plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, que são liquidadas em ações. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções é determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.

A Brasil Telecom S.A. também possui opções de compra de ações da BTP outorgadas a administradores e empregados. Estas opções são consideradas opções liquidadas em dinheiro pela Brasil Telecom S.A. O valor justo das opções outorgadas é avaliado na data do balanço, sendo reconhecidas no resultado da Brasil Telecom S.A. as variações ocorridas.

O valor justo dos serviços recebidos dos empregados e administradores em troca da garantia de opções é reconhecido como despesa durante o período de aquisição de direito à opção. A Brasil Telecom S.A. revisa a estimativa do número de opções que são esperadas para aquisição e reconhece os impactos desta revisão no resultado. As opções liquidadas em ações são registradas em despesa em contrapartida a um aumento no patrimônio líquido. As opções liquidadas em dinheiro são registradas contra um passivo.

- (iii) **Participações no Resultado:** A provisão para participação de empregados e administradores nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social.

t. Lucro por Ação: O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do encerramento do exercício. As ações em circulação são representadas pela totalidade das ações emitidas.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se às operações da Companhia existentes com a Solpart e entre as controladas da Companhia. Todas as transações intercompanhias, saldos, receitas e despesas são totalmente eliminados na consolidação.

Administradores

Remuneração dos Administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Salários e Demais Benefícios de Curto Prazo	54	62	52.260	26.567
Benefícios Pós-Emprego	-	-	184	172
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho	-	-	6.888	1.953
Remuneração com base em Ações	-	-	16.743	13.179
Total	54	62	76.075	41.871

As remunerações dos administradores atribuíveis a BTP foram contabilizadas com base em compartilhamento de custos.

Transações com a controlada direta Solpart

Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio ("JSCP"): dos dividendos/JSCP provisionados em 2008, a controlada direta Solpart destinou a Companhia a importância de R\$42.545 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios e complementares sobre o lucro apurado no exercício de 2008.

Transações com a controlada indireta BTP

Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio ("JSCP"): no ano de 2008, a Invitel possuía participação avaliada pelo custo de aquisição na BTP, representada por 76.000.000 ações ordinárias. Dos dividendos/JSCP provisionados em 2008, a BTP destinou à Invitel a importância de R\$ 60 (R\$ 71 em 31/12/07) referente a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

JSCP. O saldo do ativo de JSCP a receber, líquido de imposto de renda na fonte, é de R\$ 318 (R\$ 60 de JSCP e R\$ 80 de dividendos em 31/12/07). Do montante de JSCP a receber, R\$ 267 foi sucedido por Invitel em virtude da Cisão Parcial de Argolis Holdings com Versão da Parcela Cindida para a Companhia

Transações da BTP com suas controladas

A seguir estão relacionadas as principais operações entre a BTP e suas partes relacionadas descritas na Nota 1, cujas transações são realizadas a preços e condições acordadas entre as partes.

Brasil Telecom S.A.

Avais e Fianças: (i) A BTP presta avais em garantia de empréstimos e financiamentos devidos pela Brasil Telecom S.A às instituições financeiras credoras. Em 2008, sobre a garantia concedida a BTP auferiu receitas no montante de R\$ 9.157 (R\$ 3.401 em 2007); e (ii) a BTP prestou fiança para a Brasil Telecom S.A., relativa à contratação de apólices de seguro garantia de obrigações contratuais (GOC), as quais totalizaram R\$ 112.020 (R\$ 97.457 em 2007). Em 2008, por conta da remuneração de tal fiança, a BTP registrou uma receita operacional de R\$ 129 (R\$ 117 em 2007).

Valores a Pagar: resultantes de transações citadas e também relacionadas a compartilhamento de recursos. O saldo a pagar é de R\$ 1.636.

5. ANÁLISE DE RISCOS

Administração do Risco Financeiro

As atividades da BTP e de suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gerenciamento de riscos global enfoca a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os efeitos adversos potenciais sobre o desempenho financeiro. A Brasil Telecom S.A. usa instrumentos financeiros derivativos para certas exposições ao risco.

O gerenciamento de risco é realizado pela gerência de tesouraria da BTP, de acordo com as políticas aprovadas pela administração. A gerência de tesouraria identifica, avalia e cobre os riscos financeiros em conjunto com as demais unidades da BTP e das controladas. A administração fornece os princípios escritos para gerenciamento de risco global, bem como as políticas que abrangem áreas específicas, tais como risco das taxas de câmbio e de juros, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos, e investimentos de liquidez imediata.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

a. Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Controladas indiretas da Companhia procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos *Swap* foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos relativos a opções de compra de dólar adotado para reconhecimento contábil do prêmio foi o Black&Scholes, adaptado por Garman-Kohlhagen para considerar características específicas de opções cambiais.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são iguais aos valores contábeis.

A seleção das classes de ativos e passivos desta nota ocorreu em razão de sua materialidade e estão apresentados seguir:

	CONSOLIDADO			
	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.760.840	2.760.840	838.492	838.492
Aplicações Financeiras	775.502	775.502	3.163.487	3.163.487
Contas a Receber de Clientes	2.210.090	2.210.090	2.189.701	2.189.701
Empréstimos e Financiamentos	6.868	6.868	7.973	7.973
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.179	29.179	6.218	6.218



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outros Ativos	234.440	234.440	210.920	210.920
Passivos				
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	2.072.286	2.072.286	1.650.681	1.650.681
Empréstimos e Financiamentos	4.536.887	4.536.887	3.911.326	3.959.644
Debêntures	1.091.906	1.058.712	1.088.956	1.088.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	222.073	222.073	406.514	406.514
Dividendos/JSCP	473.607	473.607	1.045.045	1.045.045
Outras Obrigações	969.438	969.438	413.557	413.557

b. Instrumentos Financeiros por Categoria

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros por categoria estão apresentados a seguir:

	CONSOLIDADO		
	2008		
	Recebíveis, Empréstimos e Passivos ao Custo Amortizado	A Valor de Mercado com Ganhos e Perdas Reconhecidos no Resultado	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	2.760.840	2.760.840



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Aplicações Financeiras	-	775.502	775.502
Contas a Receber de Clientes	2.210.090	-	2.210.090
Empréstimos e Financiamentos	6.868	-	6.868
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	29.179	29.179
Outros Ativos	234.440	-	234.440
Total	2.451.398	3.565.521	6.016.919
Passivos			
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	2.072.286	-	2.072.286
Empréstimos e Financiamentos	4.536.887	-	4.536.887
Debêntures	1.091.906	-	1.091.906
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	222.073	222.073
Dividendos/JSCP	473.607	-	473.607
Outras Obrigações	969.438	-	969.438
Total	9.144.124	222.073	9.366.197

	CONSOLIDADO		
	2007		
	Recebíveis, Empréstimos e Passivos ao Custo Amortizado	A Valor de Mercado com Ganhos e Perdas Reconhecidos no Resultado	Total
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	838.492	838.492
Aplicações Financeiras	-	3.163.487	3.163.487
Contas a Receber de Clientes	2.189.701	-	2.189.701
Empréstimos e Financiamentos	7.973	-	7.973



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos Financeiros Derivativos	-	6.218	6.218
Outros Ativos	210.920	-	210.920
Total	2.408.594	4.008.197	6.416.791
Passivos			
Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	1.650.681	-	1.650.681
Empréstimos e Financiamentos	3.911.326	-	3.911.326
Debêntures	1.088.956	-	1.088.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	406.514	406.514
Dividendos/JSCP	1.045.045	-	1.045.045
Outras Obrigações	413.557	-	413.557
Total	8.109.565	406.514	8.516.079

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento na data de encerramento do balanço.

c. Gerenciamento de Risco de Capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é o de proteger a sua continuidade, garantindo retornos aos acionistas e adequação a sua estratégia.

O risco de gerenciamento de capital consolidado advém do posicionamento da Companhia e das controladas de utilizar o fluxo de caixa operacional para financiar parte significativa dos investimentos. A Administração da estrutura de capital é baseada no orçamento anual aprovado pelo conselho de administração, que estabelece uma relação de dívida líquida (empréstimos e financiamentos acrescidos de instrumentos financeiros derivativos e deduzidos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras)/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) menor que 1 (um), visando, por sua vez, garantir a capacidade de financiamento para fazer frente aos elevados investimentos que caracterizam o setor de telecomunicações brasileiro. Adicionalmente, os projetos que requerem investimentos de capital são aprovados por um comitê de investimentos mediante a utilização da metodologia EVA (*Economic Value Added* – Valor Econômico Agregado).

Os critérios de monitoramento podem ser alterados, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida.

d. Risco de Crédito

A maioria dos serviços prestados consolidados está vinculada ao Contrato de Concessão e parte desses serviços subordina-se ao estabelecimento de tarifas por parte do órgão regulador. A política de crédito por sua vez, no caso de serviços públicos de telecomunicações, fica subordinada às normas legais estabelecidas pelo poder concedente. O risco existe em razão da possibilidade da ocorrência de perdas consolidadas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes. A inadimplência consolidada no exercício foi de 2,18% (2,18% em 2007), considerando o total de perdas com contas a receber em relação à receita bruta. Através de controles internos, a BTP monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço (tráfego sainte) se a fatura estiver vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções para o caso de serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Brasil Telecom S.A. opera em co-faturamento, relativo às chamadas de longa distância com o uso do seu CSP (Código de Seleção de Prestadora) originadas por assinantes das outras operadoras de telefonia fixa e móvel. As contas a receber em co-faturamento, as quais são emitidas, cobradas e arrecadadas por essas operadoras, com base nos acordos operacionais firmados com as mesmas e de acordo com a disciplina estabelecida pela ANATEL. As regras de bloqueio estabelecidas pelo órgão regulador são as mesmas para as sociedades de telefonia fixa e móvel fornecedoras do co-faturamento. A Brasil Telecom S.A. controla separadamente os recebíveis dessa natureza e mantém provisão para perdas que poderão ocorrer, devidas aos riscos de não recebimento desses valores.

Com relação à telefonia móvel, o risco de crédito na venda de aparelhos e na prestação de serviços na modalidade pós-pago é minimizado com a adoção de uma pré-análise de crédito. Ainda no que diz respeito ao serviço pós-pago, cuja base de clientes no final do exercício era de 17,5% do total da carteira (20,1% em 31/12/07), as contas a receber também são monitoradas a fim de limitar a inadimplência e efetua-se o bloqueio ao serviço (tráfego sainte) quando a fatura estiver vencida há mais de quinze dias.

e. Risco de Taxa de Câmbio

A Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 16,7% (16,0% em 31/12/07) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Brasil Telecom S.A. tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira 60,5% (92,6% em 31/12/07) está coberta por operações de proteção nas modalidades *swap* cambial e opções de dólar, e aplicações financeiras em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade *swap* cambial e opções de dólar, são registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

A exposição pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio na data do encerramento do exercício era a seguinte:

CONSOLIDADO				
	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.179	29.179	6.218	6.218
Total	29.179	29.179	6.218	6.218
Circulante	29.179	29.179	-	-
Longo Prazo	-	-	6.218	6.218

CONSOLIDADO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	779.932	763.571	622.114	655.533
Instrumentos Financeiros Derivativos	222.073	222.073	406.514	406.514
Total	1.002.005	985.644	1.028.628	1.062.047
Circulante	230.773	230.150	215.787	213.528
Longo Prazo	771.232	755.494	812.841	848.519

Instrumentos Financeiros Derivativos

Conforme políticas de aplicações aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2007, é permitida para a Brasil Telecom S.A. a contratação de operações com derivativos, sem alavancagem, junto a instituições financeiras de primeira linha, com objetivo de implementar estratégias de investimento e estabelecer proteção de dívida. Os limites para aplicação em operações com derivativos não podem exceder a 10% do total das aplicações da Brasil Telecom S.A. ou ao total do endividamento em moeda estrangeira exposta a variação cambial, das duas alternativas a maior. A contratação de operações dessa natureza requer aprovação prévia da administração, de acordo com procedimentos formalmente estabelecidos.

São mantidos controles internos que asseguram o monitoramento tempestivo dos riscos de exposição cambial. Uma vez que a Brasil Telecom S.A. possui investimentos derivativos para proteção de dívida, o gerenciamento e avaliação dos resultados obtidos nestas operações consideram exclusivamente a redução ou eliminação dos efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sobre sua dívida.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

CONSOLIDADO							
	Vencimento	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo		Efeito Acumulado Período Atual	
		2008	2007	2008	2007	Valor a Receber	Valor a Pagar
						2008	2008
Contratos de Swap							
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira – Iene (i)	Mar/09 a Mar/11	280.703	400.359	277.774	239.106	-	277.774
Posição Passiva							
Taxa de Juros – CDI (i)	Mar/09 a Mar/11	(280.703)	(400.359)	(499.428)	(636.936)	-	(499.428)
Valor Líquido		-	-	(221.654)	(397.830)	-	(221.654)
Contratos de Opções							



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Posição Titular - Compra							
Moeda Estrangeira - Dólar (ii)	Fev/09	US\$ 80.000	US\$ 80.000	29.179	6.218	29.179	-
Posição Lançadora - Venda							
Moeda Estrangeira - Dólar (ii)	Fev/09	US\$ (64.000)	US\$ (64.000)	(419)	(8.684)	-	(419)

(i) Swap de Iene para CDI (Plain Vanilla)

A Brasil Telecom S.A. contratou em 2004 operações de *swap* cambial (*plain vanilla*) para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em iene com vencimento final em março de 2011. De acordo com esses contratos, a Brasil Telecom S.A. possui posição ativa em iene, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo, assim, contra o risco de variação cambial do iene versus o real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de iene acrescido de 1,92% a.a. para uma taxa média ponderada de 95,91% do CDI no encerramento do exercício. Tais contratos foram firmados junto às seguintes instituições financeiras de primeira linha: Citibank N.A. - Filial Brasileira, Citibank DTVM S.A., Banco Citibank S.A., Banco JP Morgan S.A. e Banco Santander Brasil S.A. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e não há a exigência de margem de garantia nesses contratos.

Tendo em vista que os fluxos da posição ativa dos contratos de swap serão integralmente compensados pelos fluxos passivos da dívida denominada em ienes, a Brasil Telecom S.A. considera que o risco de estar passiva em taxa de juros de um dia (CDI) é a elevação do CDI.

(ii) Opções de Dólar Norte-americano

A Brasil Telecom S.A. contratou operações com opções de dólar norte-americano visando a proteção parcial do fluxo de caixa de sua dívida em moeda estrangeira (*Notes* emitidas em fevereiro de 2004). Essas operações referem-se à aquisição de opções de compra financiadas plenamente pelo lançamento de opções de venda, sendo o preço de exercício idêntico em ambas as operações. Tais operações foram contratadas junto às seguintes instituições financeiras de primeira linha: Banco Santander Brasil S.A., Banco JP Morgan S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e Banco Alfa de Investimentos S.A. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e têm vencimento em fevereiro de 2009. Não há exigência de margem de garantia prevista nos contratos.

Em decorrência de sua estratégia com operações de opções, a Brasil Telecom S.A. possui posição comprada em dólares pelo preço médio de R\$ 1,9925 por unidade de US\$ (dólar norte-americano). O valor nocional é de US\$ 80.000 para as opções de compra e de US\$ 64.000 para as opções de venda.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Câmbio

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou o cenário provável de desvalorização do real frente a outras moedas com base no dólar de fechamento (PTAX de venda) e na cotação da BM&F para o contrato futuro de dólar com vencimento em janeiro de 2010. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

CONSOLIDADO					
Cenários de Taxas de Câmbio					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
Dólar de Referência	Desvalorização	Dólar de Referência	Desvalorização	Dólar de Referência	Desvalorização
2,50	6,9%	3,12	33,6%	3,75	60,3%



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2008, as desvalorizações hipotéticas do real frente a outras moedas trariam o seguinte impacto:

CONSOLIDADO				
Impactos nos Cenários de Taxas de Câmbio				
Operação	Risco	Cenário		
		Provável	Possível	Remoto
Caixa e equivalentes de Caixa	Queda do Dólar	8.129	39.671	71.212
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	(35.089)	(171.233)	(307.378)
Opções de Dólar	Queda do Dólar	12.907	62.633	112.307
Efeito Líquido da Desvalorização do Real		(22.182)	(108.600)	(195.071)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	(19.421)	(94.774)	(170.127)
Swaps (Posição Ativa - Iene)	Queda do Iene	19.130	93.356	167.582
Efeito Líquido da Desvalorização do Real		(291)	(1.418)	(2.545)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	(6.263)	(30.566)	(54.868)

f. Risco de Taxa de Juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's), geridos exclusivamente para a BTP e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O ativo consolidado decorre de um empréstimo concedido para a empresa produtora de listas telefônicas, remunerado pelo IGP-DI. São mantidos ainda, títulos de renda fixa (CDB's) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal - PRO-DF, sendo a remuneração desses títulos equivalente entre 94% a 97% da taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem flutuações nessas taxas.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

CONSOLIDADO		
	Valor Contábil e de Mercado	
	2008	2007
Ativos		
Equivalentes de Caixa	2.592.870	523.338
Aplicações Financeiras	775.502	3.163.487
Empréstimos e Financiamentos	6.868	7.973
Total	3.375.240	3.694.798
Circulante	3.370.130	3.688.622
Longo Prazo	5.110	6.176

Passivos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Brasil Telecom S.A. possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional vinculados aos indexadores TJLP (Taxa de Juros em Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CDI (Certificados de Depósito Interbancário) e IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), e financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos indexadores YEN LIBOR e LIBOR. Também possui exposição ao CDI advinda da contratação de operações de swap, com o objetivo de proteção de seu passivo vinculado a íenes, conforme citado na nota nº 5.e. Não existem outras operações de derivativos para proteção do passivo contra o risco de taxa de juros

Adicionalmente, a Brasil Telecom S.A. emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI.

O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

A BTP considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou um cenário provável de variação das taxas DI com base em taxas implícitas nas cotações de fechamento dos contratos de DI futuro, negociados na BM&F. Por não existir um mercado de referência para as taxas futuras da TJLP, a administração estimou um cenário provável para a TJLP de 6,25% a.a., ou seja, a própria TJLP vigente na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela administração:

Cenários de Taxas de Juros ⁽¹⁾	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cenário Provável									
Taxas DI (a.a.)	12,16%	12,23%	12,48%	13,32%	12,61%	-	-	-	-
TJLP (a.a.)	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%	6,25%
Cenário Possível									
Taxas DI (a.a.)	15,20%	15,29%	15,60%	16,64%	15,76%	-	-	-	-
TJLP (a.a.)	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%	7,81%
Cenário Remoto									
Taxas DI (a.a.)	18,24%	18,34%	18,72%	19,97%	18,92%	-	-	-	-
TJLP (a.a.)	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%	9,38%

(1) Taxas expressas ao ano no período referenciado.

Com base nas curvas de juros previstas em cada cenário, a administração estimou os valores futuros dos pagamentos de juros de seu passivo vinculado ao CDI e à TJLP. A tabela abaixo demonstra o somatório nominal dos fluxos futuros de pagamentos de juros em cada ano, bem como a diferença entre os juros pagos nos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, o que representa o impacto do aumento teórico nas taxas de juros estimados nos cenários possível e remoto. Cabe ressaltar que essa análise de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras distintas. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da BTP inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Impactos - Cenários de Taxas de Juros	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cenário Provável									
Dívida em CDI	133.458	131.613	113.952	72.766	23.460	-	-	-	-
Swap (somente ponta passiva em CDI)	216.997	234.108	124.232	-	-	-	-	-	-
Passivo em TJLP	254.882	184.201	129.250	89.684	49.651	15.199	7.993	4.530	1.097
Cenário Possível									
Dívida em CDI	162.744	163.421	141.474	90.321	29.127	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	29.286	31.809	27.522	17.556	5.667	-	-	-	-
Swap (somente ponta passiva em CDI)	219.850	243.487	131.835	-	-	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	2.853	9.379	7.602	-	-	-	-	-	-
Passivo em TJLP	256.739	188.279	134.066	94.402	53.021	16.463	8.796	5.058	1.240
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	1.857	4.078	4.816	4.718	3.370	1.264	803	527	143
Cenário Remoto									
Dívida em CDI	191.626	194.827	168.641	107.644	34.722	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	58.167	63.214	54.689	34.878	11.262	-	-	-	-
Swap (somente ponta passiva em CDI)	222.672	252.994	139.684	-	-	-	-	-	-
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	5.675	18.886	15.452	-	-	-	-	-	-
Passivo em TJLP	258.586	192.391	138.991	99.297	56.567	17.812	9.666	5.637	1.399
<i>Impacto versus Cenário Provável</i>	3.704	8.190	9.741	9.613	6.916	2.613	1.673	1.107	302

g. Risco de Não Vinculação de Índices de Atualização Monetária de Empréstimos e Financiamentos com o Contas a Receber

Os índices de empréstimos e financiamentos contratados pela Brasil Telecom S.A. não estão correlacionados com os valores das contas a receber. Desta maneira existe um risco, pois os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Brasil Telecom S.A.

h. Riscos Relacionados a Investimentos da Controlada Direta Solpart

O principal investimento da Solpart cotado em bolsa refere-se a BTP, cujo valor de mercado é demonstrado a seguir:

	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Investimentos	1.489.094	4.058.631	1.401.466	3.178.561
Participações em Sociedades Controladas	1.489.094	4.058.631	1.401.466	3.178.561
Com Cotação em Bolsa	1.489.094	4.058.631	1.401.466	3.178.561

i. Riscos de Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's) e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. As carteiras dos FIF's são constituídas principalmente por títulos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

públicos federais (pós-fixados) e CDB's emitidos por instituições financeiras de primeira linha (pós-fixados). Os fundos podem realizar operações de derivativos sem alavancagem, com a finalidade de proteção de suas carteiras e de aderência aos objetivos estabelecidos em suas respectivas políticas de investimentos. A exposição a riscos de mercado é monitorada diariamente através da metodologia *VaR* (*Value at Risk*), que expressa a quantificação do risco de perda nesses investimentos. No que se refere a valores em moeda estrangeira, estes são representados por operações de *overnight*, lastreadas em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, com baixo risco de crédito.

As aplicações em CDB's e operações de *overnight* estão sujeitas ao risco de crédito de instituições financeiras e as aplicações em moeda estrangeira estão sujeitas ao risco de taxa de câmbio.

Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados nas notas nºs 17 e 18, respectivamente.

j. Risco de Liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos externos são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, pagar dívidas com antecedência e investir em novos negócios.

k. Risco de Vencimentos Antecipados de Empréstimos e Financiamentos

As obrigações decorrentes de financiamentos consolidados, citadas na nota nº 34, relativas aos contratos do BNDES, debêntures públicas e a maioria referente às instituições financeiras, contêm cláusulas que prevêm a antecipação de vencimentos de obrigações nos casos em que não sejam atingidos determinados níveis para certos indicadores, como índices de cobertura de juros e grau de alavancagem (*covenants* financeiros), assim como na hipótese de alteração do controle acionário da BTP.

Para os contratos de financiamento mantidos com o BNDES a Brasil Telecom S.A. deve cumprir um conjunto de índices financeiros e, no caso de descumprimento de algum destes índices, é facultado ao Banco solicitar o bloqueio temporário de valores transitórios nas contas de arrecadação, vinculadas pelos contratos.

Todos os indicadores previstos em contratos estão plenamente atendidos, desobrigando a Brasil Telecom S.A. de quaisquer sanções ou penalidades previstas nas cláusulas contratuais firmadas.

l. Riscos Contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade entre provável, possível ou remota. As contingências consideradas como de risco provável são registradas no passivo. Os detalhes desses riscos estão apresentados na nota nº 8.

m. Risco de Aspecto Regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC, que representa o segmento mais expressivo exercido pela Brasil Telecom S.A.

Contratos de Concessão



14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estão em vigor os contratos de concessão local e longa distância nacional, firmados pela Brasil Telecom S.A. junto à ANATEL, com abrangência ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios e vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita líquida de tributos, calculada a cada biênio, iniciou com o exercício social de 2006, cujo pagamento inicial ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Seguirá assim sucessivamente até o término da concessão. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% para cada exercício social;
- (ii) A definição de novas metas de universalização, em especial o AICE - Acesso Individual de Classe Especial, de oferta obrigatória e a instalação de infra-estrutura de rede para interligação às rede de acesso de alta capacidade;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de interconexão são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, que deve ocorrer a partir de 2009, conforme os modelos definidos pelo Regulamento de Separação e Alocação Contábil (Resolução nº 396/05).

Aprovação do novo Plano Geral de Outorgas

A ANATEL publicou em 17 de junho de 2008 a Consulta Pública nº 23, sobre a Proposta de Revisão do Plano Geral de Outorgas ("PGO") de Serviços Prestados no Regime Público. A BTP pôde se manifestar sobre o seu conteúdo até 1º de agosto de 2008, data em que foi encerrado o prazo da referida consulta pública.

Em 16 de outubro de 2008, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou o texto final do novo Plano Geral de Outorgas ("PGO") o qual adotou, dentre outras, as principais linhas de ação:

- (i) Manutenção das atuais Regiões do PGO;
- (ii) Eliminação das restrições de atuação de Grupo que contenha concessionárias em mais de uma Região do PGO;
- (iii) Vedação à detenção de mais de uma concessão da mesma modalidade do STFC na mesma Região do PGO ou em parte dela pelo mesmo Grupo;
- (iv) Atuação obrigatória nas demais Regiões do PGO para Grupos que controlarem concessões em mais de uma Região, na forma que dispuser o Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, bem como a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

obrigação de atender outros condicionamentos impostos pela Agência, com a finalidade de assegurar a competição, impedir a concentração econômica e não colocar em risco a execução dos contratos de concessão; e

(v) Manutenção do conceito de contigüidade regional.

Também foi aprovado o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações (PGR), que traça metas regulatórias para a ampliação da competição.

A Proposta de Revisão do PGO foi aprovada pelo Conselho Consultivo da ANATEL e encaminhada ao Ministério das Comunicações ("MC"). Por sua vez, o MC após análise e consideração enviou à Casa Civil o conteúdo da Proposta na forma de decreto, que obteve a sanção presidencial, sendo editado o Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de novembro de 2008.

Com a edição do Decreto nº 6.654, que aprovou o novo PGO, é permitida a aquisição do controle de uma concessionária de prestação de serviço telefônico fixo comutado por outra concessionária prestadora do mesmo serviço atuante em Região distinta, porém sujeita à anuência prévia da ANATEL.

Em 19 de dezembro de 2008 a Anatel emitiu o Ato nº 7.828, por meio do qual o Conselho Diretor concedeu anuência prévia aos atos societários subsequentes referentes à incorporação das empresas ou incorporação das ações das sociedades Invitel, Solpart e Brasil Telecom Participações S.A. pela Telemar Norte Leste S.A. Conforme divulgado pela Telemar Norte Leste S.A. em fato relevante do dia 25 de abril de 2008, essa reorganização societária compreenderá, entre outros atos, a incorporação, nos termos do art. 230 da Lei das Sociedades por Ações, da BTP pela Brasil Telecom S.A., seguida da incorporação de ações, nos termos do art. 252, da Lei das Sociedades por Ações, da Brasil Telecom S.A. por empresa controlada pela Telemar com sua subsequente incorporação, nos termos do art. 230 da Lei das Sociedades por Ações, pela Telemar.

Como parte integrante do Ato em questão, a Telemar e as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo integrantes do seu grupo econômico, considerada a anuência constante do Ato, deverão atender integralmente aos condicionamentos impostos pela ANATEL, nos termos e prazos previstos no anexo do Ato. Entre esses condicionamentos, destacam-se:

- Aumentar o número de sedes municipais interligadas com fibra ótica nas Regiões I e II do PGO, até 2010, em 100 (cem) sedes municipais à infra-estrutura de telecomunicações, além das interligadas existentes em 31 de outubro de 2008 e até 31 de dezembro de 2015, interligar, por meio de fibra ótica, 200 (duzentas) sedes municipais à infra-estrutura de telecomunicações, além das já estabelecidas, observado o quantitativo médio de inclusão de 40 sedes de município ao ano.
- Ofertar comercialmente o provimento de acesso à Internet em Banda Larga em todas as sedes dos municípios das Regiões I e II do PGO que passarem a contar com a facilidade de *backhaul*, em cumprimento ao Decreto n.º 6.424, de 07 de abril de 2008, com pelo menos a velocidade de acesso de 150 kbps.
- Implementar e tornar disponível o acesso comutado à Internet, no âmbito da modalidade local do STFC, em 56% (cinquenta e seis por cento) dos 2.995 (dois mil novecentos e noventa e cinco) municípios da Região I do PGO, respeitadas condições e prazos até 31 de dezembro de 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Oferecer, em relação a todas as ofertas vigentes na Região I do PGA-SMP, as mesmas condições na Região II do PGA-SMP, até 31 de dezembro de 2009.
- Realizar, nos próximos 10 (dez) anos, investimentos em pesquisa e desenvolvimento – P&D – em valores anuais correspondentes a até 100% (cem por cento) do total recolhido ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), respeitado o compromisso mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total, incondicionalmente, ficando os restantes 50% (cinquenta por cento) condicionado à liberação proporcional pelo governo.
- Manter ou reduzir o percentual de atendimento por meio de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) Especial em relação ao total de solicitações de EILD na Região II, apresentado pela Brasil Telecom S.A., anteriormente à realização da citada operação.
- Manter o quantitativo consolidado de postos de trabalho na empresa e suas controladas, incluindo a Brasil Telecom S.A. e suas controladas no mínimo até 25 de abril de 2011, tendo como referência o número de postos de trabalho existentes nas referidas empresas em 01 de fevereiro de 2008.
- Concluir, no prazo máximo de 12 (doze) meses, em coordenação com a ANATEL, ações com vistas à resolução dos procedimentos administrativos de descumprimento de obrigações relativos à universalização e qualidade dos serviços em trâmite na Agência, visando o melhor atendimento ao consumidor.

O passo seguinte à Anuência Prévia refere-se à instrução do processo por parte da ANATEL junto ao CADE, para apreciação.

6. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E PREMISSAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e suposições futuras. As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias.

As estimativas são utilizadas para, mas não se limitam a: contabilizar as provisões para créditos de liquidações duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e intangível, redução ao valor recuperável de ágios e ativos de longa duração, projeções de lucros fiscais, contingências, determinação da valoração de ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados, determinação do valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas contábeis resultantes raramente irão se igualar aos resultados reais, por definição. As estimativas e suposições que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios estão relacionadas a seguir.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

São registradas provisões para contas a receber para os quais a recuperação é considerada duvidosa. As estimativas tomam por base a experiência histórica de cobrança e a revisão da situação atual de todo o contas a receber. Esta estimativa considera a apuração dos percentuais de perdas incorridas em cada faixa de vencimento das contas a receber, aplicáveis às diferentes categorias de risco. Provisões adicionais podem ser necessárias caso o valor de nossa provisão estimada para os recebíveis seja diferente dos valores não arrecadados devido à deterioração da condição financeira de nossos clientes ou outros fatores.

b. Depreciação de Ativo Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear com base nas vidas úteis estimadas dos ativos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota nº 27. Devido à natureza complexa do ativo imobilizado consolidado, as estimativas de vida útil exigem julgamento considerável e são inerentemente incertas devido às tecnologias e práticas de mercado que mudam rapidamente, as quais podem causar a obsolescência antecipada dos ativos. Se as estimativas de vida útil dos ativos forem substancialmente alteradas e se as condições de mercado determinarem uma possível obsolescência do ativo imobilizado, as despesas de depreciação e baixa por obsolescência e, conseqüentemente, o saldo contábil líquido do ativo imobilizado podem ser materialmente diferentes.

c. Deterioração Estimada dos Ágios

São realizados testes anuais para verificar se o ágio sofreu qualquer redução ao seu valor recuperável. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base nos cálculos de valor em uso ou valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que sejam estabelecidas determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e saída de caixa projetado relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos fornecidos ao mercado. O uso de diferentes suposições e estimativas poderia alterar de maneira significativa as Demonstrações Contábeis. Considerando todos os ativos e passivos da operação como uma única unidade geradora de caixa e ao realizar uma avaliação sobre essa unidade de divulgação, incluindo suposições e estimativas consideradas apropriadas, não resultou na obrigação de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável para os ágios.

d. Avaliação de Tributos

A Companhia e suas controladas reconhecem e liquidam os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária, em observação às bases fiscais apuradas para cálculo dos tributos. A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos tributários diferidos com base nessas diferenças existentes entre os saldos contábeis das demonstrações contábeis e as bases tributárias calculadas de acordo com a legislação fiscal.

Os ativos de tributos diferidos são revisados regularmente quanto à recuperabilidade e uma provisão é reconhecida para redução ao valor recuperável, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Para determinar o lucro tributável futuro, são estimadas as receitas tributáveis futuras e despesas dedutíveis, as quais estão sujeitas a diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria, taxas de juros, alterações na lei tributária, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços oferecidos ao mercado.

e. Contingências

As contingências são reconhecidas pelos valores das perdas prováveis com base na avaliação da administração e de consultores jurídicos internos e externos acerca de matérias contingentes conhecidas na data do balanço. A Companhia e suas controladas avaliam de forma contínua as provisões para contingências. Mudanças significativas nos fatos, circunstâncias e eventos pertinentes, tais como decisões judiciais, podem afetar as estimativas e ter impacto relevante nas demonstrações contábeis.

7. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os benefícios descritos nesta nota são oferecidos aos empregados das controladas indiretas, no que se refere à previdência complementar. Para efeitos de previdência complementar ("Fundos de Pensão") citada nesta nota, também poderão estar denominadas como "Patrocinadora" ou "Patrocinadoras".

a. Fundos de Pensão

São patrocinados planos de benefícios de previdência complementar, relacionados à aposentadoria para os empregados e participantes assistidos e, para estes últimos, assistência médica em alguns casos. Esses planos têm como administradoras as seguintes fundações: (i) Fundação 14 de Previdência Privada ("Fundação 14"); (ii) Fundação BrTPREV ("FBrTPREV"), originária da antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A. em 28/12/00; e (iii) Fundação SISTEL de Seguridade Social ("SISTEL"), originária de empresas do antigo Sistema Telebrás.

O estatuto social prevê a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, no que cabe aos planos específicos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para os exercícios sociais encerrados em 2008 e 2007, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Para os planos de benefício definido identificados nesta nota explicativa, adota-se o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais, estando constituído o passivo integral para os planos que apresentam situação deficitária, de acordo com as normas da Deliberação CVM nº 371/00. Para os planos que apresentam situação atuarial positiva são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para Fundos de Pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

CONSOLIDADO		
	2008	2007



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

FBrTPREV – Planos BrTPREV, Alternativo e Fundador	753.287	685.668
Plano PAMEC	2.504	2.077
Total	755.791	687.745
Circulante	148.391	101.467
Longo Prazo	607.400	586.278

Ativo Constituído para Compensação de Contribuições Patronais Futuras

A Brasil Telecom S.A. reconheceu um ativo referente a sobras de contribuições da patrocinadora e a parte do superávit a ela atribuído referente ao plano TCSPREV, administrado pela Fundação 14. O ativo reconhecido destina-se à compensação de contribuições patronais futuras.

O saldo desse ativo, registrado em outros ativos, está apresentado a seguir:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Plano TCSPREV	123.938	74.476
Total	123.938	74.476
Circulante	15.874	18.743
Longo Prazo	108.064	55.733

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

FUNDAÇÃO 14

A Fundação 14 de Previdência Privada foi criada em 2004 e a partir de 10/03/05 passou a ter a incumbência de administrar e operar o plano TCSPREV. Nessa data, firmou um convênio de administração com a SISTEL, para que esta prestasse serviços de administração e operação dos planos TCSPREV e PAMEC-BrT até 30/09/06. A partir de tal data, a Fundação 14 assumiu os serviços de administração e operação dos seus planos. A partir da data-base de 31 de outubro de 2007, a Fundação 14 deixou de administrar o plano assistencial PAMEC-BrT, por ser uma entidade voltada à administração de planos de previdência privada. No mês de novembro de 2007 foi transferido o patrimônio do PAMEC-BrT à BTP que, além da atribuição de patrocinadora, passou também a administrar tal plano.

Planos

TCSPREV (Contribuição Definida, Benefício Saldado e Benefício Definido)

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28/02/00. Em 31/12/01 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício salgado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18/09/08 foi publicada no Diário Oficial da União – D.O.U., a Portaria SPC/MPS 2.521 de 17/09/08, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31/12/01. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 66,7% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 21.104,40 para o ano de 2008. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade que ingressou no plano. As patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

O plano de previdência complementar – PBS-A, que permanece sob a administração da SISTEL, é originário da época anterior à Cisão da Telebrás e atende aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em janeiro de 2000. Permanece também administrado pela SISTEL o plano assistencial PAMA/PAMA-PCE, formado por participantes assistidos do Plano PBS-A, dos planos PBS's segregados por patrocinadora em janeiro de 2000 e do Grupo Interno do PBS-TCS, incorporado ao plano TCSPREV em dezembro de 2001.

Planos

PBS-A (Benefício Definido)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31/12/08, data da avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

PAMA - Plano de Assistência Médica ao Aposentado / PCE – Plano de Coberturas Especiais (Contribuição Definida)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31/12/01 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fundação 14) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBS's patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações. Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004, de dezembro de 2005 a abril de 2006 e de junho a setembro de 2008, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). A opção dos participantes pela migração resulta em contribuir para o PAMA/PCE.

As contribuições para este plano, correspondem a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da Brasil Telecom, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31/12/01, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Pela utilização de recursos do PAMA, os participantes compartilham com uma parcela de seus custos individuais utilizados do plano. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE. Para as patrocinadoras, a opção dos participantes em migrar para o PAMA/PCE não altera a contribuição patronal de 1,5% mencionada.

FUNDAÇÃO BrTPREV

Trata-se da administradora originária dos planos patrocinados pela antiga CRT, empresa incorporada pela BTP no final do ano de 2000. O patrocínio junto à FBrTPREV tem por finalidade principal a manutenção de planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes.

Planos

BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à Filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Brasil Telecom S.A. e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes. O BrTPREV atende atualmente cerca de 20,5% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante e limitado a R\$ 21.831,00 para o ano de 2008. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Esta é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Fundador – Brasil Telecom e Alternativo – Brasil Telecom

Planos de benefício definido, destinados à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechados ao ingresso de novos participantes. Atualmente, esses planos atendem cerca de 0,15% do quadro de empregados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. No Plano Alternativo – Brasil Telecom, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma jóia, dependendo da idade que ingressou no plano.

Insuficiência Atuarial dos Planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela FBrTPREV teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em vinte anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/SPC/GAB/COA, de 25/01/02, da Secretaria de Previdência Complementar. Desse prazo máximo determinado restam treze anos para a quitação total.

PLANO ASSISTENCIAL ADMINISTRADO PELA BTP

PAMEC-BrT – Plano de Assistência Médica ao Complementado (Benefício Definido)

Destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT – plano previdencial que é administrado pela Fundação 14.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela BTP, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da BTP.

Situação dos Planos Patrocinados, Reavaliados na Data de Encerramento do Exercício Social

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido:

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 - TCSPREV	
	2008	2007	2008	2007
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	1.529.300	1.377.917	271.700	248.428
Obrigações Atuariais com Benefícios a Conceder	79.779	121.125	140.493	216.011
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	1.609.079	1.499.042	412.193	464.439
Valor Justo dos Ativos do Plano	(855.792)	(813.374)	(822.778)	(791.362)
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	753.287	685.668	(410.585)	(326.923)
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	-	-	286.647	252.447
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido Reconhecido ⁽¹⁾	753.287	685.668	(123.938)	(74.476)

(1) A BTP determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas demonstrações contábeis da BTP, no valor de R\$ 123.938 (R\$ 74.476 em 31/12/07), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no início do exercício	1.499.042	1.405.601	464.439	420.206
Custo dos Juros	154.905	152.349	48.577	46.226
Custo do Serviço Corrente	6.110	5.017	3.894	3.424
Benefícios Pagos Líquidos	(119.343)	(113.102)	(22.787)	(19.887)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Ganho) ou Perda Atuarial sobre a Obrigação Atuarial	68.365	49.177	(81.930)	14.470
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	1.609.079	1.499.042	412.193	464.439
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	813.374	757.034	791.362	717.764
Rendimentos dos Ativos do Plano	61.415	53.544	53.716	92.228
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano	2.838	3.081	487	1.257
Patrocinadora	2.655	3.081	16	772
Participantes	183	-	471	485
Contribuições Amortizantes Recebidas da Patrocinadora	97.508	112.817	-	-
Pagamento de Benefícios	(119.343)	(113.102)	(22.787)	(19.887)
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	855.792	813.374	822.778	791.362
(=) Valor do Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	753.287	685.668	(410.585)	(326.923)
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	-	-	286.647	252.447
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido Reconhecido	753.287	685.668	(123.938)	(74.476)

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 - TCSPREV	
	2008	2007	2008	2007

DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM ⁽¹⁾				
Custo do Serviço Corrente	6.110	5.017	3.894	3.424
Contribuições dos Participantes	(183)	-	(471)	(485)
Custo dos Juros	154.905	152.349	-	-
Rendimento dos Ativos do Plano	(61.415)	(53.544)	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	68.365	49.177	-	-
Total da Despesa Reconhecida	167.782	152.999	3.423	2.939

(1) Com referência ao superávit do plano TCSPREV, registrado no ativo, a BTP reconheceu receitas no montante de R\$ 67.096, sendo R\$ 61.104 registrados em outras receitas operacionais e R\$ 5.992 registrados em receitas financeiras. Em 2007 a receita reconhecida foi de R\$ 83.392, sendo R\$ 81.209 contabilizado em outras receitas operacionais e R\$ 2.183 em receitas financeiras.

	FBrTPREV – BrTPREV, Alternativo e Fundador		Fundação 14 – TCSPREV	
	2008	2007	2008	2007

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa Estimada de Inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de Aumento Salarial Nominal Estimado	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	12,58%	10,70%	12,83%	10,53%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT83	UP94	AT83	UP94
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	Mercer Disability		Mercer Disability.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2008

- a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31/12/08.
b) Os dados cadastrais utilizados são de 30/09/08, projetados para 31/12/08.
c) A taxa de rendimentos total esperada sobre os ativos dos planos foi determinada com base no resultado de projeções de rentabilidade dos segmentos de ativos que compõem a carteira do plano, levando em consideração a média geométrica dos próximos cinco anos.

	SISTEL - PBS-A		PAMEC	
	2008	2007	2008	2007

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS

Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	667.702	604.572	2.504	2.077
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	667.702	604.572	2.504	2.077
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.005.682)	(1.006.475)	-	-
(=) Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido ⁽¹⁾	(337.980)	(401.903)	2.504	2.077
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	337.980	401.903	-	-
(=) Passivo Atuarial Reconhecido	-	-	2.504	2.077

(1) No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora. Tal plano é composto na sua totalidade por participantes assistidos, inexistindo, portanto, contribuições futuras que pudessem ser compensadas com o superávit existente.

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO

Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no início do exercício	604.572	580.506	2.077	1.529
Custo dos Juros	62.400	62.984	219	170
Custo do Serviço Corrente	-	-	-	7
Benefícios Pagos Líquidos	(57.620)	(50.072)	(110)	(52)
(Ganho) ou Perda Atuarial sobre a Obrigação Atuarial	58.350	11.154	318	423
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial no final do exercício	667.702	604.572	2.504	2.077
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	1.006.475	895.205	-	883
Rendimentos (Perdas) dos Ativos do Plano	56.827	161.342	-	36
Contribuições da Patrocinadora	-	-	110	-
Pagamento de Benefícios	(57.620)	(50.072)	(110)	(52)
Ativos do Plano Transferidos para a Patrocinadora	-	-	-	(867)
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	1.005.682	1.006.475	-	-
(=) Valor do Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	(337.980)	(401.903)	2.504	2.077
Valor não Registrado Devido ao Limite sobre Benefício Definido	337.980	401.903	-	-
(=) Passivo Atuarial Reconhecido	-	-	2.504	2.077

	SISTEL - PBS-A		PAMEC	
	2008	2007	2008	2007

DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BRASIL TELECOM

Custo do Serviço Corrente	-	-	-	7
---------------------------	---	---	---	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Custo dos Juros	-	-	219	170
Rendimento (Perda) dos Ativos do Plano	-	-	-	(36)
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	-	-	318	423
Total da Despesa Reconhecida	-	-	537	564

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS

Taxa de Desconto da Obrigação Atuarial (6% + Inflação)	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa Estimada de Inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice Estimado de Aumento Nominal dos Benefícios	4,50%	4,50%	N/A	
Taxa de Crescimento Nominal dos Custos Médicos	N/A		7,64%	7,64%
Taxa de Rendimento Total Esperada sobre os Ativos do Plano	11,30%	10,82%	N/A	
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT83	UP94	AT83	UP94
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez	N/A		N/A	
Idade de Início dos Benefícios	N/A		N/A	

N/A = Não Aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2008

- a) Os ativos e passivos dos planos acima estão posicionados em 31/12/08.
b) Os dados cadastrais utilizados para o PBS-A e PAMEC são de 30/09/08, ambos projetados para 31/12/08.
c) A taxa de rendimentos total esperada sobre os ativos dos planos foi determinada com base no resultado de projeções de rentabilidade dos segmentos de ativos que compõem a carteira do plano, levando em consideração a média geométrica dos próximos cinco anos.

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho deliberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	FBrTPREV - BrTPREV, Alternativo e Fundador	Fundação 14 - TCSPREV	SISTEL - PBS-A
Renda Fixa	90%	100%	95%
Renda Variável	20%	20%	40%
Imóveis	8%	N/A	9%
Empréstimos a Participantes	3%	3%	3%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2008 está demonstrada a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

SEGMENTO DO ATIVO	FBrTPREV - BrTPREV, Alternativo e Fundador	Fundação 14 - TCSPREV	SISTEL - PBS-A
Renda Fixa	84,2%	85,3%	75,4%
Renda Variável	11,7%	13,2%	18,7%
Imóveis	2,8%	1,5%	5,5%
Empréstimos a Participantes	1,3%	-	0,4%
Total	100%	100%	100%

b. Plano de Opção de Compra de Ações para Administradores e Empregados

A Assembléia Geral Extraordinária da Brasil Telecom S.A., realizada em 6 de novembro de 2007, aprovou um novo plano geral para a outorga de opções de compra de ações para administradores e empregados da BTP e de suas controladas, estando vigentes, na data de encerramento do exercício, os planos abaixo descritos, de acordo com as respectivas datas de aprovação.

Plano Aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuam válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, não podendo ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

Na data do encerramento do exercício havia opções exercíveis em circulação conforme descrito no programa abaixo:

Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

As movimentações ocorridas no saldo de opções relativas a este plano estão resumidas a seguir:

	2008		2007	
	Opções de Ações Preferenciais	Preço Médio de Exercício R\$	Opções de Ações Preferenciais	Preço Médio de Exercício R\$
Saldo de Opções em Circulação no Início do Exercício	256.855	16,88	270.802	13,00
Opções Exercidas	(162.084)	17,01	-	-
Opções Canceladas	(15.259)	17,60	(13.947)	17,30
Saldo de Opções em Circulação no Final do Exercício	79.512	19,04	256.855	16,88
Saldo de Opções Exercíveis no Final do Exercício	79.512	19,04	256.855	16,88

As 162.084 opções exercidas foram liquidadas mediante a entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Brasil Telecom S.A., ao preço de exercício total de R\$ 1.012 e valor de mercado totalizando R\$ 1.156.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga	Preço de Exercício	Opções
---------	--------------------	--------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Concessão		Lote	Exercício a partir de	Prazo Limite para Exercício	Atualizado (em Reais)	(Em ações)
3ª	22/12/04	33%	22/12/05	31/12/11	19,04	26.504
		33%	22/12/06	31/12/11	19,04	26.504
		34%	22/12/07	31/12/11	19,04	26.504

A representatividade do saldo de opções perante o total de ações em circulação da Brasil Telecom S.A. é de 0,01% (0,05% em 31/12/07).

Considerando a hipótese de que as opções serão exercidas integralmente, o valor dos prêmios das respectivas opções, calculado pelo método Black&Scholes na data da concessão, para a Brasil Telecom S.A. seria de R\$ 219 (R\$ 1.761 em 31/12/07).

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções Black&Scholes com as seguintes premissas:

	21/12/04	19/12/03	17/12/02
Ativo-Lastro	13,64	13,64	13,64
Preço de Exercício	17,30	15,89	15,69
Volatilidade Esperada	38,2%	44,8%	3,0%
Taxa de Juros Livre de Riscos	8,4%	8,6%	23,0%
Vida Esperada (em anos)	2	3	3
Rendimento de Dividendos	3,10%	3,20%	5,10%
Valor justo na data de outorga	2,76	5,56	4,09

Plano Aprovado em 6 de novembro de 2007

O novo plano autoriza a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como Unidade de Performance – UP, a qual engloba ações preferenciais da Brasil Telecom S.A. e ações ordinárias e preferenciais da BTP. O valor correspondente ao número de UP's concedidas não poderá exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da Brasil Telecom S.A.

As ações oriundas do exercício de opções garantem aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da BTP e da Brasil Telecom S.A..

A administração deste plano foi atribuída ao Conselho de Administração, o qual tem amplos poderes para estabelecer os programas de opções, podendo ser delegado a um comitê de remuneração, composto por até três membros do conselho.

Em Reunião realizada em 14 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. ratificou a aprovação dos dois programas relacionados ao novo plano de opção de compra de ações, os quais são efetivos a partir de 1 de julho de 2007 e consistem do seguinte:

Programa 1

A outorga foi estabelecida na forma de concessão única e não permite o estabelecimento de novas concessões no prazo de até quatro anos. O preço de exercício da UP foi fixado pelo Conselho de Administração, nos termos definidos no plano, e está sujeito à indexação pelo IGP-M, acrescido de 6% a.a. e descontado dos valores pagos como dividendos e ou JSCP no período.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa 2

Este programa prevê outorga anual de opções, em 1º de julho de cada ano, tendo ocorrido outorgas em 1º de julho de 2007 e de 2008. O preço de exercício da UP foi fixado pelo Conselho de Administração, nos termos definidos no plano e será descontado dos valores pagos como dividendos e ou JSCP no período.

A aquisição do direito ao exercício das opções constantes dos programas 1 e 2 dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Programa	Outorga				Preço de Exercício Atualizado (em Reais)	Opções (Em UP's)
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo Limite para Exercício		
1	01/07/07	25%	01/07/08	30/06/11	32,22	704.331
		25%	01/07/09	30/06/12	32,22	704.331
		25%	01/07/10	30/06/13	32,22	704.331
		25%	01/07/11	30/06/14	32,22	704.331
2	01/07/07	25%	01/07/08	30/06/11	24,93	47.153
		25%	01/07/09	30/06/12	24,93	199.811
		25%	01/07/10	30/06/13	24,93	199.811
		25%	01/07/11	30/06/14	24,93	199.810
	01/07/08	25%	01/07/09	30/06/12	32,39	175.338
		25%	01/07/10	30/06/13	32,39	175.421
		25%	01/07/11	30/06/14	32,39	175.421
		25%	01/07/12	30/06/15	32,39	175.421

Os prazos estabelecidos nos Programas 1 e 2 poderão ser antecipados em razão da ocorrência de eventos ou condições especiais estabelecidos no contrato de outorga, notadamente em decorrência de alteração do controle direto ou indireto da BTP e da Brasil Telecom S.A. É assegurado um bônus mínimo na hipótese de redução do valor de mercado das ações na data do exercício das opções, sob condições definidas no acordo.

Em 15 de julho de 2008 foram modificados os termos do plano, eliminando a obrigatoriedade de recompra das ações que compõem a cesta de ações pela BTP. Desta forma, as opções de compra de ações que englobam ações da Brasil Telecom S.A. passaram a ser registradas como opções liquidadas em ações e as opções de compra de ações que contenham ações da BTP permanecem como opções de ações liquidadas em dinheiro.

As movimentações ocorridas no saldo de opções estão resumidas a seguir:

	2008		2007	
	Opções (Em UP's)	Preço Médio de Exercício das UP's R\$	Opções (Em UP's)	Preço Médio de Exercício das UP's R\$
Saldo de Opções em Circulação no Início do Exercício	4.036.440	28,37	-	-
Opções Outorgadas	724.955	32,39	4.036.440	26,70
Opções Exercidas	(171.971)	24,93	-	-
Opções Canceladas	(423.914)	27,81	-	-
Saldo de Opções em Circulação no Final do Exercício	4.165.510	31,12	4.036.440	28,37
Saldo de Opções Exercíveis no Final do Exercício	751.484	31,12	-	-

No decorrer do exercício foram exercidas 171.971 opções do Programa 2, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Brasil Telecom S.A., ao preço de exercício total de R\$ 4.287 e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor de custo de R\$ 661; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da BTP ao preço de exercício total de R\$ 3.653 e valor de mercado de R\$ 4.321.

A representatividade das ações que compõe a cesta de opções de ações (UP's) perante o valor patrimonial das ações preferenciais de emissão da Brasil Telecom S.A é de 1,30% (0,79% em 31/12/07), e das ações ordinárias e preferenciais da BTP são de 5,65% e 3,26%, respectivamente (6,44% e 3,71% em 31/12/07).

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "Binomial" com base nas premissas abaixo descritas, as quais foram calculadas utilizando-se cotações de mercado:

Data da outorga: 1 de julho de 2007

Programa: 1

	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
Ativo-Lastro	31,06	31,06	31,06	31,06
Preço de Exercício	32,22	32,22	32,22	32,22
Volatilidade Esperada	42,02%	42,02%	42,02%	42,02%
Taxa de juros Livre de Riscos ⁽¹⁾	1,79%	2,05%	2,06%	2,15%
Vida Esperada	2,49	3,51	4,54	5,57
Rendimento de Dividendos	-	-	-	-
Valor Justo na Data de Outorga	8,16	9,89	11,32	12,61

(1) Considera a taxa de juros livre de risco subtraída da variação do IGPM + 6% a.a.

Data da outorga: 1 de julho de 2007

Programa: 2

	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
Ativo-Lastro	31,06	31,06	31,06	31,06
Preço de Exercício	24,93	24,93	24,93	24,93
Volatilidade Esperada	42,02%	42,02%	42,02%	42,02%
Taxa de Juros Livre de Riscos	12,29%	12,55%	12,56%	12,65%
Vida Esperada	2,49	3,51	4,54	5,57
Rendimento de Dividendos	-	-	-	-
Valor Justo na Data de Outorga	14,57	16,89	18,80	20,44

Data da outorga: 1 de julho de 2008

Programa: 2

	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
Ativo-Lastro	31,06	31,06	31,06	31,06
Preço de Exercício	32,39	32,39	32,39	32,39
Volatilidade Esperada	42,02%	42,02%	42,02%	42,02%
Taxa de Juros Livre de Riscos	12,29%	12,55%	12,56%	12,65%
Vida Esperada	2,49	3,51	4,54	5,57
Rendimento de Dividendos	-	-	-	-
Valor Justo na Data de Outorga	11,27	13,98	16,22	18,17

A despesa reconhecida pela Brasil Telecom S.A. no resultado do exercício, abrangendo todos os planos de compra de ações oferecidos, foi de R\$ 16.743 (R\$ 13.179 em 2007). Os saldos do passivo e do patrimônio líquido da Brasil Telecom S.A. existentes na data do encerramento do exercício estão representados por R\$ 23.893 e R\$ 5.803, respectivamente (R\$ 13.179 e R\$ 872 em 31/12/07).



14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Outros Benefícios a Empregados

São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio médico/odontológico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, auxílio transporte e outros.

8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a. Contingências Passivas

A Companhia e suas controladas efetuam periodicamente a avaliação de seus riscos contingenciais, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativa e ou judicial, em todas as instâncias, desde as iniciais até as extraordinárias.

Em algumas situações, por exigência legal ou por uma opção de cautela, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Os depósitos judiciais relacionados a contingências de risco de perda possível e remoto estão demonstrados na nota nº 23.

Ressalta-se que, em alguns casos, assuntos semelhantes podem estar enquadrados em diferentes classificações de grau de risco, fato que se justifica pela situação fática e processual peculiar relacionada a cada processo.

Trabalhistas

As provisões trabalhistas compreendem uma estimativa da administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, das perdas relativas a processos movidos por empregados e ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços, relacionados à matéria de ordem trabalhista.

Tributárias

As provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos decorrentes de divergências entre o entendimento da administração, amparado na opinião de seus consultores legais e o Fisco, quanto à interpretação, aplicação, legalidade e constitucionalidade da legislação tributária.

Cíveis

As provisões de natureza cível compreendem uma estimativa de causas alusivas a reajustes de valores contratuais, decorrentes de planos econômicos editados pelo Governo Federal e outras causas relacionadas a planos comunitários de telefonia e ações de natureza indenizatória e consumerista.

Classificação por Grau de Risco

Contingências de Risco Provável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As contingências classificadas como risco de perda provável, para as quais estão registradas provisões no passivo, apresentam os seguintes saldos:

CONSOLIDADO		
Natureza	2008	2007
Provisões	1.453.036	1.193.554
Trabalhista	426.904	421.759
Tributária	273.606	372.896
Cível	752.526	398.899
Depósitos Judiciais Vinculados	(520.412)	(295.843)
Trabalhista	(213.028)	(220.679)
Tributária	(21.753)	(22.046)
Cível	(285.631)	(53.118)
Total das Provisões, líquidas de Depósitos Judiciais	932.624	897.711
Circulante	218.510	197.472
Longo Prazo	714.114	700.239

Trabalhistas

Variações ocorridas em 2008:

CONSOLIDADO	
Provisões em 31/12/07	421.759
Variações ao Resultado	148.441
Atualização Monetária	48.730
Reavaliação dos Riscos Contingentes	65.773
Provisão de Novas Ações	33.938
Pagamentos	(143.296)
Subtotal I (Provisões)	426.904
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/07	(220.679)
Variações de Depósitos Judiciais	7.651
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	(213.028)
Saldo em 31/12/08, líquido de Depósitos Judiciais	213.876

Os principais objetos que afetam as contingências trabalhistas provisionadas são os seguintes:

- (i) Adicionais Diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (ii) Diferenças Salariais e Reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;

- (iii) Plano de Cargos e Participações nos Lucros – refere-se a pedido de aplicação de plano de cargos e salários, com a incidência de promoções por antiguidade e merecimento, supostamente não concedidos e pedidos de aplicação de regulamento que previa o pagamento de percentual incidente sobre os lucros da Brasil Telecom S.A.;
- (iv) Responsabilidade Solidária/Subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Brasil Telecom S.A., feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (v) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (vi) Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (vii) Complemento de Multa FGTS decorrente de expurgos inflacionários – refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Brasil Telecom S.A. ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;

- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Equiparação Salarial – referem-se ao pleito de valores supostamente decorrentes de equiparação salarial, enquadramento funcional, desvio de função e acúmulo de função;
- (x) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória; e
- (xi) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

Tributária

Variações ocorridas em 2008:

	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/07	372.896
Variações ao Resultado	70.697
Atualização Monetária	24.916
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(38.556)
Provisão de Novas Ações	84.337
Pagamentos	(169.987)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Subtotal I (Provisões)	273.606
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/07	(22.046)
Variações de Depósitos Judiciais	293
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	(21.753)
Saldo em 31/12/08, líquido de Depósitos Judiciais	251.853

As principais causas provisionadas são referentes a:

- (i) Tributos Federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela BTP ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos; e
- (ii) Tributos Estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da BTP, não são passíveis de tributação por este imposto e discussões sobre créditos de ICMS tomados pela BTP, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

Cível

Variações ocorridas em 2008:

	CONSOLIDADO
Provisões em 31/12/07	398.899
Variações ao Resultado	491.393
Atualização Monetária	64.774
Reavaliação dos Riscos Contingentes	363.792
Provisão de Novas Ações	62.827
Pagamentos	(137.766)
Subtotal I (Provisões)	752.526
Depósitos Judiciais Vinculados em 31/12/07	(53.118)
Variações de Depósitos Judiciais	(232.513)
Subtotal II (Depósitos Judiciais)	(285.631)
Saldo em 31/12/08, líquido de Depósitos Judiciais	466.895

As principais causas provisionadas são as seguintes:

- (i) Revisão de condições contratuais – ação judicial em que uma empresa fornecedora de equipamentos propôs contra a Brasil Telecom S.A., pedindo revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica;
- (ii) Contratos de Participação Financeira – tem se firmado no TJ/RS a posição quanto à incorreção do procedimento anteriormente adotado pela antiga CRT, sociedade incorporada pela Brasil Telecom S.A. nos processos relativos à aplicação de norma emitida pelo Ministério das Comunicações. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
01739-6 INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008
02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iii) Processos Administrativos – ANATEL – relativas a processos decorrentes de fiscalização, referenciadas ao PGMQ, PGMU e descumprimento de obrigações regulamentares. Inclui demandas contra a BTP, propostas por outras empresas de telecomunicações junto à ANATEL;
- (iv) Pontos de atendimento a clientes – ações civis públicas, versando sobre o fechamento de postos de atendimento a clientes;
- (v) Listas Telefônicas Obrigatórias Gratuitas – LTOG's – ações questionando a não entrega das listas telefônicas residenciais impressas;
- (vi) Questões Consumeristas – referem-se a ações de responsabilidade civil em decorrência de habilitação de terminal telefônico, negativação, cobrança, co-billing, bloqueios, ADSL, cancelamentos, serviços suplementares, defeitos, planos alternativos, desbloqueios;
- (vii) Indenizações – referem-se a pleitos de indenização por rescisão ou descumprimento contratual; e
- (viii) Danos – referem-se a ações decorrentes de danos materiais, danos morais, acidente de trabalho, acidente de trânsito.

As reavaliações dos riscos contingentes estão vinculadas a alterações de circunstâncias ou ocorrências de novos fatos e decisões que instruíram uma nova avaliação dos processos em andamento, as quais estão diluídas em diversos processos.

Contingências de Risco Possível

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

CONSOLIDADO		
Natureza	2008	2007
Trabalhista	634.826	542.427
Tributária	1.796.921	2.113.653
Cível	1.220.963	1.129.591
Total	3.652.710	3.785.671

Trabalhista

Variações ocorridas em 2008:

CONSOLIDADO	
Montante apurado em 31/12/07	542.427
Atualização Monetária	78.583
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(178.048)
Novas Ações	191.864
Montante apurado em 31/12/08	634.826

Os principais objetos que compõem as perdas possíveis de natureza trabalhista são os seguintes:

- (i) Adicionais Diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, em razão de suposto risco por contato do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;

- (ii) Diferenças Salariais e Reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (iii) Responsabilidade Solidária/Subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Brasil Telecom S.A., feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (iv) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (v) Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (vi) Complemento de Multa FGTS decorrente de expurgos inflacionários – refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários e valores decorrentes de diferenças de depósitos do FGTS;
- (vii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças; e
- (viii) Indenizações – referem-se ao pleito de valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

Tributária

Variações ocorridas em 2008:

CONSOLIDADO	
Montante apurado em 31/12/07	2.113.653
Atualização Monetária	174.892
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(918.224)
Novas Ações	426.600
Montante apurado em 31/12/08	1.796.921

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) Autuações do INSS versando sobre a adição de rubricas no salário-de-contribuição supostamente devidas pela empresa;
- (ii) Autuações promovidas pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes de divergências de valores entre DCTF e DIPJ;
- (iii) Ações civis públicas questionando o suposto repasse de PIS e COFINS aos consumidores finais;
- (iv) ICMS incidente sobre ligações internacionais, cuja responsabilidade tributária pelo recolhimento da exação é atribuída a outra operadora;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (v) ICMS – crédito e respectivo diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais realizadas pela BTP;
- (vi) ICMS – crédito do imposto relativo à faturas canceladas;
- (vii) IR-Fonte – sobre operações relacionadas à proteção para cobertura de dívidas;
- (viii) FUST –efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL; e
- (ix) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003.

Cível

Variações ocorridas em 2008:

CONSOLIDADO	
Montante apurado em 31/12/07	1.129.591
Atualização Monetária	169.427
Reavaliação dos Riscos Contingentes	(304.947)
Novas Ações	226.892
Montante apurado em 31/12/08	1.220.963

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) Retribuições em ações decorrentes de PCT – os autores pretendem, junto à Brasil Telecom S.A., a retribuição em ações relacionadas aos contratos decorrentes do Programa Comunitário de Telefonia. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º Grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça;
- (ii) Processos Administrativos – ANATEL – relativas a processos decorrentes de fiscalização, cujos principais objetos referem-se a apurações referentes ao PGMQ e PGMU, direitos dos usuários, cartões indutivos e LTOG, entre outros;
- (iii) Questões consumeristas – referem-se a ações de responsabilidade civil em decorrência de habilitação de terminal telefônico, negativação, cobrança, co-billing, bloqueios, ADSL, cancelamentos, serviços suplementares, defeitos, planos alternativos, desbloqueios;
- (iv) Danos – referem-se a ações decorrentes de danos materiais, danos morais, acidente de trabalho, acidente de trânsito;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (v) Indenizações – referem-se a pleitos de indenização por rescisão ou descumprimento contratual;
- (vi) Ações civis públicas relativas a postos de atendimento; e
- (vii) Contratuais – ações relativas à reclamação de percentual decorrente do Plano Real, a ser aplicado em contrato de prestação de serviços, revisão de conversão de parcelas em URV e posteriormente em Reais, relativa a fornecimento de equipamentos e prestação de serviços.

Cartas de Fiança

Com relação às contingências passivas, são mantidos contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor total de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício corresponde a R\$ 749 (R\$ 21.483 em 31/12/07) e a R\$ 2.570.220 (R\$ 1.381.488 em 31/12/07) consolidados. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

b. Contingências Ativas

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais reivindica-se a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da BTP e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Brasil Telecom S.A. em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da BTP, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representavam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, importa em R\$ 18.843 (R\$ 17.445 em 31/12/07).

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social está representado, em 31 de dezembro de 2008, por 1.731.367.862 (um bilhão, setecentos e trinta e um milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 1.124.801.191 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, oitocentos e um mil, cento e noventa e uma) ações ordinárias e 606.566.671 (seiscentos e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e uma) ações preferenciais classe A, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear, até o limite de R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2008, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais classe A da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial classe "A" existente. Estas ações possuíam direito a dividendos fixos que foram integralmente capitalizados nesta data. Durante o exercício de 2008, foram provisionados R\$ 19.143 (R\$ 74.018 em 2007) referentes a dividendos fixos.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008, os acionistas de Invitel deliberaram alterar as características das ações preferenciais classe A que vierem a ser emitidas por Invitel, tendo sido modificadas as preferências conferidas a tais ações e suas condições de resgate. Foram também alteradas as características das ações ordinárias de Invitel, que passaram a ser conversíveis em ações preferenciais classe A, a qualquer tempo e ao exclusivo critério de seus titulares, à razão de 1 (uma) nova ação preferencial classe A para cada ação ordinária convertida.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de dezembro de 2008, foi aprovada a conversão de 606.566.671 (seiscentos e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e uma) ações ordinárias em ações preferenciais classe "A" resgatáveis, na proporção de 01 (uma) nova ação preferencial classe "A" para cada ação ordinária convertida, nos termos do art. 5º, Parágrafo 1 do Estatuto Social da Companhia, conforme segue:

"I – As ações preferenciais classe A poderão ser integral ou parcialmente resgatadas à opção da Companhia, a qualquer tempo, sem a necessidade de realização de assembléia geral especial, nos termos do §6º do artigo 44 da Lei nº 6.404/76. O resgate parcial das ações preferenciais classe A afetará os respectivos acionistas de forma proporcional, sendo, portanto, desnecessário que se proceda ao sorteio previsto em lei.

II – O valor de resgate das ações preferenciais classe A corresponderá a R\$ 2,15 por ação. O valor de resgate deverá ser pago em até 60 (sessenta) dias da data do resgate.

III – A Reserva para Resgate das Ações Preferenciais Classe "A" e a reserva de capital da Companhia somente poderão ser utilizadas para o resgate das ações preferenciais classe A.

IV – Qualquer alteração do disposto nesse parágrafo 5º e no artigo 28º deste Estatuto Social dependerá de prévia aprovação dos acionistas titulares das ações preferenciais classe A, conforme o caso, na forma do §1º do artigo 136 da Lei nº 6.404/76, facultado aos acionistas dissidentes o direito de se retirar da Companhia, recebendo como reembolso um valor correspondente ao valor patrimonial da respectiva ação".

b. Reservas de Capital

A Companhia mantém uma reserva de capital, visando ao resgate de ações preferenciais classe A. O saldo dessa reserva de capital, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 306.839 (R\$325.982 em 31/12/07). Atualmente, o capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais, como explicitado no item "a" acima.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de dezembro de 2008, foi aprovada a emissão de 29.843 (vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e três) bônus de subscrição, ao valor de emissão de R\$ 0,00004 por bônus, sendo que cada bônus de subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever 19.000 (dezenove mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, ao valor de emissão por ação, a ser integralizado à vista, em moeda corrente do País, de R\$ 0,00230, acrescida ao montante integral de conversão dos bônus de subscrição a importância de R\$ 1.

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o estatuto social da Companhia, as ações preferenciais classe "A" fazem jus ao recebimento de dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, além de possuir o direito de participar integralmente dos resultados da Companhia em igualdade de condições com as ações ordinárias, em relação aos lucros remanescentes, bem como à distribuição de novas ações decorrentes de aumento de capital.

10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviço Telefônico Fixo		
Serviço Local	6.549.741	6.566.256
Habilitação	10.919	16.352
Assinatura	3.675.529	3.535.708
Fixo	919.765	1.101.419
Fixo x Móvel - VCI	1.926.096	1.881.853
Aluguel	1.129	1.157
Outras	16.303	29.767
Serviço de Longa Distância	2.852.611	2.947.454
Fixo Intra Setorial	834.586	863.484
Fixo Intra Regional (Inter Setorial)	247.235	264.243
Fixo Inter Regional	232.176	241.077
VC2	778.771	788.455
Origem Fixo	300.386	292.343
Origem Móvel	478.385	496.112
VC3	717.098	746.316
Origem Fixo	353.770	365.588
Origem Móvel	363.328	380.728
Internacional	42.745	43.879
Interconexão	373.810	357.674
Fixo x Fixo	209.957	243.236
Móvel x Fixo	163.853	114.438
Cessão de Meios	449.409	357.893
Telefonia Pública	474.656	546.007
Serviços Suplementares, Rede Inteligente e Telefonia Avançada	417.234	393.980
Outras	30.713	35.168



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Total do Serviço Telefônico Fixo	11.148.174	11.204.432
Serviço Telefônico Móvel		
Telefonia	1.894.397	1.753.231
Assinatura	401.746	433.555
Utilização	642.109	547.050
Adicional de Chamadas	5.499	6.810
Roaming	16.437	16.070
Interconexão	662.238	624.691
Serviços de Valor Adicionado	154.434	104.415
Outros Serviços	11.934	20.640
Venda de Mercadorias	225.670	270.515
Aparelhos Celulares	221.522	263.982
Cartões Eletrônicos - <i>Brasil Chip</i> , Acessórios e Outras Mercadorias	4.148	6.533
Total do Serviço Telefônico Móvel	2.120.067	2.023.746

Continua...

...continuação.

	2008	2007
Serviços de Comunicação de Dados e Outros		
Comunicação de Dados	3.249.938	2.310.959
Outros Serviços de Atividades Principais	488.963	458.251
Total de Serviços de Comunicação de Dados e Outros	3.738.901	2.769.210
Receita Operacional Bruta	17.007.142	15.997.388
Deduções da Receita Bruta	(5.710.307)	(4.938.842)
Tributos Sobre a Receita Bruta	(4.389.541)	(4.353.809)
Outras Deduções Sobre a Receita Bruta	(1.320.766)	(585.033)
Receita Operacional Líquida	11.296.835	11.058.546

11. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

Os custos incorridos na prestação dos serviços e na venda de mercadorias são os seguintes:

	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Interconexão	(2.202.660)	(2.318.884)
Depreciação e Amortização	(1.683.112)	(2.032.963)
Serviços de Terceiros	(970.645)	(934.023)
Pessoal	(338.489)	(162.494)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(395.008)	(313.925)
Meios de Conexão	(143.434)	(135.532)
FISTEL	(76.548)	(64.820)
Material	(64.073)	(69.951)
Ônus da Concessão	(65.578)	(69.406)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Participação de Empregados e Administradores	(29.125)	(20.959)
Mercadorias Vendidas	(236.603)	(255.429)
Outros	(4.143)	(3.815)
Total	(6.209.418)	(6.382.201)

12. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

(Despesas com Vendas)

As despesas relacionadas às atividades de comercialização estão detalhadas nas seguintes naturezas:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviços de Terceiros	(546.989)	(735.592)
Perdas com Contas a Receber de Clientes	(370.242)	(348.001)
Pessoal	(237.650)	(229.004)
Material	(90.844)	(50.753)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(49.838)	(56.801)
Participação de Empregados e Administradores	(25.863)	(21.149)
Depreciação e Amortização	(9.164)	(19.080)
Outros	(33.633)	(24.972)
Total	(1.364.223)	(1.485.352)

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas relacionadas às atividades administrativas, as quais incluem as despesas com tecnologia de informação, estão detalhadas nas seguintes naturezas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Serviços de Terceiros	(589)	(280)	(809.512)	(798.970)
Depreciação e Amortização			(291.684)	(298.154)
Pessoal	(54)	(62)	(235.947)	(178.696)
Participação de Empregados e Administradores			(44.371)	(38.340)
Aluguel, Arrendamento e Seguro	(14)	(11)	(28.480)	(41.850)
Planos de Opção de Ações			(17.411)	(13.219)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Material			(3.696)	(4.058)
Outros	(7.921)	(220)	(9.177)	(1.800)
Total	(8.578)	(573)	(1.440.278)	(1.375.087)

14. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A seguir estão apresentadas as demais receitas e despesas atribuídas às atividades operacionais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Recebimentos relacionados à Quitação de Litígios ⁽¹⁾			175.730	-
Recuperação de Tributos e Despesas Recuperadas			145.204	95.857
Multas			103.275	77.984
Aluguel de Infra-estrutura Operacional e Outros			86.975	87.439
Recuperação de Despesas com Fundos de Pensão – Superávit			61.104	81.209
Serviços Técnicos e Administrativos			60.956	59.600
Provisão/Reversão para Perdas com Investimentos			58.025	(25.714)
Acordo de Litígio com Empresas de Telecomunicações			21.403	16.610
Provisão/Reversão para Valor de Realização e Perdas do Imobilizado			18.837	20.384
Subvenções e Doações Recebidas			15.284	16.889
Reversão de Outras Provisões			10.920	32.390
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição		80	3.017	1.430
Resultado na Baixa de Investimentos			(12.185)	26.216
Contingências – Provisões ⁽²⁾			(710.531)	(650.898)
Tributos (Exceto Sobre Receita Bruta, IRPJ e CSLL)	(193)	(100)	(151.573)	(93.382)
Amortização de Ágio na Aquisição de Investimentos	(12.061)		(129.149)	(114.532)
Fundos de Pensão – Provisões			(81.324)	(89.675)
Custas Processuais			(59.430)	(51.060)
Ganho (Perda) com Investimentos	590		(42.825)	(974)
Resultado na Baixa de Imobilizado e Diferido			(40.120)	(23.904)
Doações e Patrocínios			(23.011)	(11.499)
Indenizações – Trabalhistas, Telefonia e Outras			(3.136)	(157)
Resultado na Baixa de Estoques de Manutenção/Revenda			(2.202)	(1.923)
Amortização de Ágio na Incorporação			-	(126)
Outras Receitas (Despesas)	(10)	3	18.520	8.371
Total	(11.674)	(17)	(476.236)	(539.465)
Outras Receitas Operacionais	590	83	779.250	607.749



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras Despesas Operacionais	(12.264)	(100)	(1.255.486)	(1.147.214)
------------------------------	----------	-------	-------------	-------------

Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo valor líquido.

(1) Referem-se ao montante recebido em decorrência do Instrumento de Quitação e Encerramento de Litígios celebrado entre a BTP, Brasil Telecom S.A., 14 Brasil Telecom Celular S.A. e sua Controladora, o Opportunity Fund/Banco Opportunity e suas empresas relacionadas e Telemar Norte Leste S.A., cujos detalhes estão citados na nota nº 1, destacados em item específico.

(2) As contingências provisionadas estão informadas na nota nº 8.

15. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Receitas Financeiras	2.197	563	959.356	846.797
Moeda Nacional	2.197	563	833.933	777.295
Sobre Direitos em Moeda Estrangeira	-	-	75.370	5.519
Juros Sobre o Capital Próprio			50.053	63.983
Despesas Financeiras	(104.281)	(157)	(1.551.997)	(1.290.331)
Moeda Nacional	(104.281)	(157)	(900.522)	(751.001)
Sobre Obrigações em Moeda Estrangeira	-	-	(280.524)	(88.376)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(370.951)	(450.954)
Total	(102.084)	406	(592.641)	(443.534)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A taxa para imposto de renda é de 25% e a taxa para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Resultado Antes dos Impostos e das Participações	(45.681)	10.511	1.214.039	832.907
Resultado das Empresas Não-sujeitas ao Cálculo de IR/CSLL⁽¹⁾	45.681	(10.511)	154.306	60.194
Total do Resultado Tributado	-	-	1.368.345	893.101
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ				
IRPJ sobre o Resultado Tributado (10%+15%=25%)			(342.086)	(223.275)
Adições Permanentes			(165.907)	(102.214)
Amortização de Ágio			(27.893)	(28.535)
Variação Cambial sobre Investimentos			(1.751)	(3.510)
Alteração no Percentual de Participação em Controladas			(10.854)	(50)
Multas Indedutíveis			(43.395)	(2.140)
Perdas com Investimentos			(14.211)	-
JSCP Recebidos Baixados de Investimentos			(12.513)	(15.855)
Outras Adições			(55.290)	(52.124)
Exclusões Permanentes			46.052	32.987
Equivalência Patrimonial			-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição			754	178
Recuperação de Tributos Federais			650	-
Outras Exclusões			44.648	32.809
Compensação de Prejuízos Fiscais			14.160	8.032
Constituição de IR Diferido sobre Prejuízos Fiscais Acumulados			(4.569)	1.196
Outros			(5.410)	2.268
Efeito de IRPJ na Demonstração de Resultado			(457.760)	(281.006)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			-	-
CSLL sobre o Resultado Tributado (9%)			(136.685)	(92.030)
Adições Permanentes			(48.550)	(34.086)
Amortização de Ágio			(10.041)	(10.272)
Variação Cambial sobre Investimentos			(630)	(1.264)
Alteração no Percentual de Participação em Controladas			(4.091)	(266)
Multas Indedutíveis			(15.622)	(770)
JSCP Recebidos Baixados de Investimentos			(4.505)	(5.708)
Outras Adições			(13.662)	(15.806)
Exclusões Permanentes			30.279	23.651
Equivalência Patrimonial			-	-
Dividendos de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição			273	64
Outras Exclusões			30.006	23.587
Compensação de Base de Cálculo Negativa			5.152	2.884
Constituição de CSLL sobre Base de Cálculo Negativa Acumulada			(1.645)	430
Outros			(2.434)	(107)
Efeito de CSLL na Demonstração do Resultado			(153.884)	(99.259)
Efeito de IRPJ e CSLL na Demonstração do Resultado	-	-	(611.643)	(380.265)

(1) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.

(1) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e Contas Bancárias	23	18	167.970	315.154
Equivalentes de Caixa	36.982	3.745	2.592.870	523.338
Total	37.005	3.763	2.760.840	838.492

Segue abaixo a composição da carteira dos equivalentes de caixa:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fundos de Investimentos Exclusivos				
Títulos Públicos	-	-	-	224.877
Títulos Privados	-	-	19.667	96.381
Caixa e Operações Compromissadas – <i>Overnight</i>	-	-	791.691	76.989
Derivativos	-	-	-	440
Provisão para Imposto de Renda – Retificadora	-	-	(12.042)	(11.366)
Total de Fundos de Investimentos Exclusivos	-	-	799.316	387.321
Títulos Privados	-	-	1.633.266	-
Fundos de Investimentos Abertos	36.982	3.745	50.992	135.945
Investimentos no Exterior – Certificados de Depósitos	-	-	109.546	377
Subtotal de Equivalentes de Caixa	36.982	3.745	2.593.120	523.643
Bloqueio parcial, por determinação judicial	-	-	(250)	(305)
Total de Equivalentes de Caixa	36.982	3.745	2.592.870	523.338

Os fundos de investimentos financeiros exclusivos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas afins, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia e suas controladas para garantir essas obrigações.

18. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Segue abaixo a composição da carteira de aplicações:

	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Fundos de Investimentos Exclusivos		
Títulos Públicos	537.672	2.010.479
Títulos Privados	237.830	510.423
Caixa e Operações Compromissadas – <i>Overnight</i>	-	110.057
Títulos Emitidos pela República da Áustria - Notas Austríacas	-	274.069
Títulos do ICO - Instituto de Crédito Oficial da Espanha	-	201.320
Títulos Públicos	-	53.556
Títulos Privados	-	3.583
Total de Aplicações Financeiras	775.502	3.163.487

Os títulos mantidos para negociação ao valor justo representam investimentos em fundos exclusivos administrados por instituições financeiras de primeira linha, e investimentos em carteira própria, compostos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

sobretudo por títulos públicos federais e títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Alterações no valor justo destes ativos financeiros são registradas em receitas e despesas financeiras na demonstração de resultados.

19. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores relativos às contas a receber estão assim compostos:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviços Faturados	1.589.911	1.597.040
Serviços a Faturar	954.353	892.448
Vendas de Mercadorias	60.249	75.603
Subtotal	2.604.513	2.565.091
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(394.423)	(375.390)
Serviços Prestados	(389.377)	(370.799)
Vendas de Mercadorias	(5.046)	(4.591)
Total	2.210.090	2.189.701
A vencer	1.776.216	1.681.551
Vencidas, com atraso de:		
01 a 30 Dias	428.620	390.471
31 a 60 Dias	125.636	125.924
61 a 90 Dias	79.852	87.161
91 a 120 Dias	54.354	61.219
Mais de 120 Dias	139.835	218.765
Total	2.604.513	2.565.091

20. ESTOQUES

Os estoques de manutenção e estoques para revenda, para os quais são constituídas provisões para perdas ou para ajustes à previsão em que os mesmos deverão ser realizados, estão assim compostos:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Estoque para Revenda (Aparelhos Celulares e Acessórios)	65.420	53.532
Estoque de Manutenção	5.514	7.158
Provisão para Ajuste ao Valor de Realização	(16.745)	(27.554)
Provisão para Perdas Prováveis	(141)	(425)
Total	54.048	32.711

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ATIVOS

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Empréstimos e Financiamentos	6.868	7.973
Total	6.868	7.973
Circulante	1.758	1.797
Longo Prazo	5.110	6.176



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os empréstimos e financiamentos ativos referem-se ao repasse de recursos financeiros para a empresa produtora de listas telefônicas e incidem variação do IGP-DI.

22. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Tributos Diferidos	-	-	1.809.920	1.679.905
Outros Tributos a Compensar	9.762	1.072	1.135.280	998.762
Total	9.762	1.072	2.945.200	2.678.667
Circulante	9.762	1.072	992.088	849.684
Longo Prazo	-	-	1.953.112	1.828.983

Tributos diferidos relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro

	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		
Imposto de Renda Diferido, sobre:		
Prejuízos Fiscais	565.965	528.536
Provisões para Contingências	321.563	298.809
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	188.948	171.936
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	97.390	93.548
ICMS - Convênio nº 69/98 e 78/01	25.481	39.820
Provisão para Exigibilidade Suspensa - COFINS/CPMF	77.990	40.770
Provisão para Participação nos Resultados	17.984	16.092
Provisão para Perda com Material de Estoque	6.854	10.606
Provisão para Exigibilidade Suspensa - FUST	29.993	19.027
Provisão para Perdas - BIA	63	71
Baixa do Diferido - Ajuste Lei nº 11.638/07	9.992	20.167
Arrendamento Mercantil - Ajuste Lei nº 11.638/07	1.148	2.038
Outras Provisões	18.356	16.358
Subtotal	1.361.727	1.257.778
Contribuição Social sobre o Lucro		
Contribuição Social Diferida, sobre:		
Base de Cálculo Negativa	207.555	192.086
Provisões para Contingências	115.763	109.082
Provisão para Cobertura de Insuficiência Atuarial de Fundos de Pensão	68.021	61.897
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	35.060	33.677
Provisão para Participação nos Resultados	6.474	6.476
Provisão para Perda com Material de Estoque	2.468	3.818
Provisão para Perdas - BIA	23	25
Baixa do Diferido - Ajuste Lei nº 11.638/07	3.597	7.261
Arrendamento Mercantil - Ajuste Lei nº 11.638/07	413	733
Outras Provisões	8.819	7.072
Subtotal	448.193	422.127
Total	1.809.920	1.679.905
Circulante	427.266	372.571
Longo Prazo	1.382.654	1.307.334



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2008, a controlada direta Solpart procedeu à atualização do estudo técnico calcado nos lucros fiscais futuros previstos, que suporta o registro contábil do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido diferidos.

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido, cujas origens estão fundamentadas nas diferenças temporárias entre o resultado contábil pelo regime de competência e o resultado fiscal, bem como no prejuízo fiscal e na base negativa da contribuição social, quando existentes. Os prazos de realização estão baseados em estudo técnico calcado nos lucros fiscais futuros previstos, gerados a partir dos exercícios sociais em que as diferenças temporárias tornarem-se despesas fiscalmente dedutíveis, os quais consideram as ações estabelecidas pelas controladas da Companhia visando a ampliação da base de clientes para as atividades em fase de expansão. Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão baseados em estudos técnicos submetidos à aprovação da diretoria e do conselho de administração, bem como ao exame do conselho fiscal.

CONSOLIDADO	
2009	427.266
2010	133.359
2011	181.724
2012	142.978
2013	152.081
2014 a 2016	476.536
2017 a 2018	205.625
2019 e exercícios seguintes	90.351
Total	1.809.920
Circulante	427.266
Longo Prazo	1.382.654

O valor da recuperação prevista além do ano de 2018 decorre da provisão constituída pela Brasil Telecom S.A., para cobertura da insuficiência atuarial de fundos de pensão, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente de acordo com o prazo máximo remanescente de 13 anos, em linha com o prazo delimitado pela Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"). Não obstante ao limite de tempo estabelecido pela SPC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a Brasil Telecom S.A. apresenta condições de plena compensação fiscal em prazo inferior a dez anos, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida.

Outros Tributos a Compensar

São compostos de tributos federais retidos na fonte e de pagamentos realizados, calculados com base em estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras. O ICMS a compensar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens para o ativo imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto pode ocorrer em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/00.

CONTROLADORA

CONSOLIDADO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007	2008	2007
ICMS	-	-	644.121	500.994
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	8.209	974	340.935	317.227
PIS e COFINS	-	-	254.231	237.768
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.547	93	10.482	15.591
FUST	-	-	724	724
Outros	6	5	4.778	4.058
Subtotal	9.762	1.072	1.255.271	1.076.362
Provisão ao Valor Recuperável	-	-	(119.991)	(77.600)
Total	9.762	1.072	1.135.280	998.762
Circulante	9.762	1.072	564.822	477.113
Longo Prazo	-	-	570.458	521.649

A provisão ao valor recuperável corresponde à parcela dos créditos tributários compensáveis em período superior aos próximos dez exercícios.

23. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda possível e remoto:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Vinculação por Natureza das Exigibilidades	2008	2007	2008	2007
Trabalhistas	-	-	299.155	250.564
Tributárias	-	-	93.294	103.705
Cíveis	138	138	2.517.425	1.044.254
Total	138	138	2.909.874	1.398.523
Circulante	-	-	679.012	329.396
Longo Prazo	138	138	2.230.862	1.069.265

Os depósitos judiciais vinculados a provisões passivas estão apresentados de forma dedutiva de tais provisões. Vide notas nº 8 e nº 31.

O aumento no montante de depósitos judiciais está relacionado a processos cíveis de natureza societária, para os quais a administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, atribui grau de risco possível ou remoto.

24. DIVIDENDOS/JSCP A RECEBER

Refere-se ao JSCP, líquidos do IR-Fonte, creditados pela controlada indireta BTP, em 2008, cujo valor a receber é de R\$ 318 (R\$ 60 de JSCP e R\$ 80 de dividendos em 31/12/07) e dividendos mínimos obrigatórios de sua controlada direta Solpart de R\$ 42.545.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. OUTROS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fundos de Pensão – Contribuições Futuras a Compensar ⁽¹⁾	-	-	123.938	74.476
Adiantamentos a Empregados	-	-	41.376	36.541
Adiantamentos e Valores a Recuperar de Fornecedores	13	-	26.101	19.056
Valores a Compensar com Obrigações Fiscais Estaduais	-	-	9.217	-
Cauções e Retenções Contratuais	-	-	3.777	-
Créditos Fiscais Adquiridos ⁽²⁾	-	-	312	46.543
Despesas Pagas Antecipadamente	16	-	64.205	47.237
Depósitos Compulsórios	-	-	1.562	1.562
Ativos para Venda	-	-	606	1.280
Valores a Cobrar de Empresas de Telecomunicações	-	-	-	8.807
Outros	-	-	27.551	22.673
Total	29	-	298.645	258.175
Circulante	29	-	158.158	180.499
Longo Prazo	-	-	140.516	77.676

(1) Ativo constituído para ser utilizado na compensação de contribuições patronais futuras de previdência complementar – Plano TCSPREV, conforme citado na nota nº 7.

(2) Cartas de Crédito estaduais, adquiridas para quitação de autos de infração de ICMS emitidos contra a BTP.

26. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Participações Avaliadas pela Equivalência Patrimonial	1.537.349	1.003.948	-	-
Solpart Participações S.A.	1.537.349	-	-	-
Techold Participações S.A.	-	1.003.948	-	-
Deságio	(6)			
Techold Participações S.A.	(6)	-	-	-
Outros Investimentos	-	2.044	3.744	44.920
Outros Investimentos	-	-	41	39
Participações Avaliadas pelo Custo de Aquisição	-	2.044	3.703	24.622
Incentivos Fiscais, Líquidos de Provisões para Perdas	-	-	-	20.259
Total	1.537.343	1.005.992	3.744	44.920

Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial: compreendem a participação da Companhia nas suas controladas diretas Solpart em 31/12/08 e Techold em 31/12/07, que teve Cisão Parcial de seu patrimônio com versão da parcela cindida para a Companhia em 18/04/08, cujos principais dados são:

Outros Investimentos: Em 31 de dezembro de 2007, na controladora, são representadas por 76.000.000 ações ordinárias que a Companhia possuía na BTP, no consolidado são representadas por 474.996.283 ações ordinárias e 133.588.060 ações preferenciais que a Techold possuía na BTP (ambos investimentos foram alienados no exercício de 2008). No consolidado, são representados pelas participações da BTP e suas controladas obtidas através da conversão em ações ou quotas de capital das aplicações incentivadas nos fundos regionais FINOR/FINAM, Lei de Incentivo às Empresas de Informática e Lei do Audiovisual. Predominam ações de outras empresas de telecomunicações localizadas nas regiões abrangidas por esses incentivos regionais.

	Solpart	Techold	Techold
--	---------	---------	---------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	18/04/2008	2007
Patrimônio Líquido	1.537.349	1.000.599	1.003.946
Capital Social	1.433.556	1.553.900	1.553.900
Valor Patrimonial da Ação/Quota (R\$)	0,7182	0,6676	0,6698
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	116.979	(12.283)	10.693
Quantidade de Ações/Quotas Possuídas pela Companhia			
Ações Ordinárias	2.140.472	1.948.911	1.948.911
% de Participação no Capital da Controlada			
No Capital Total	100%	100%	100%
No Capital Votante	100%	100%	100%
Dividendos/JSCP a Receber	42.545	-	-
Equivalência Patrimonial	88.938	(12.283)	10.693

27. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

CONSOLIDADO

	Obras em Andamento	Equipamentos de Comutação Automática	Equipamentos de Transmissão e Outros ⁽¹⁾	Infra-estrutura	Prédios	Outros Ativos	Total
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)							
Saldo em 01/01/2007	322.712	5.149.971	14.132.526	3.777.602	943.061	1.792.621	26.118.493
Adições	1.079.500	947	212.272	17.953	1.251	71.555	1.383.478
Baixas	(10.575)	(2.302)	(122.651)	(22.974)	(500)	(34.941)	(193.943)
Transferências	(931.284)	7.835	468.718	121.356	13.522	56.692	(263.161)
Saldo em 31/12/2007	460.353	5.156.451	14.690.865	3.893.937	957.334	1.885.927	27.044.867
Adições	1.586.465	2.412	286.234	9.028	10.444	65.631	1.960.214
Baixas	(41.951)	(4.614)	(110.684)	(21.176)	(1.758)	(29.813)	(209.996)
Transferências	(994.910)	148.855	593.369	113.961	4.420	57.087	(77.218)
Saldo em 31/12/2008	1.009.957	5.303.104	15.459.784	3.995.750	970.440	1.978.832	28.717.867
Depreciação Acumulada							
Saldo em 01/01/2007	-	(4.778.262)	(10.651.929)	(2.327.267)	(530.425)	(1.250.676)	(19.538.559)
Despesas de Depreciação	-	(153.823)	(1.371.833)	(263.319)	(33.549)	(156.082)	(1.978.606)
Baixas	-	2.102	120.719	17.909	73	26.531	167.334
Transferências	-	715	22.929	(10.300)	(1.393)	(15.775)	(3.824)
Saldo em 31/12/2007	-	(4.929.268)	(11.880.114)	(2.582.977)	(565.294)	(1.396.002)	(21.353.655)
Despesas de Depreciação	-	(103.591)	(1.081.424)	(251.796)	(34.178)	(147.728)	(1.618.717)
Baixas	-	4.951	109.022	19.406	703	23.102	157.184
Transferências	-	-	369	-	(25)	(383)	(39)
Saldo em 31/12/2008	-	(5.027.908)	(12.852.147)	(2.815.367)	(598.794)	(1.521.011)	(22.815.227)
Imobilizado Líquido							
Saldo em 01/01/2007	322.712	371.709	3.480.597	1.450.335	412.636	541.945	6.579.934
Saldo em 31/12/2007	460.353	227.183	2.810.751	1.310.960	392.040	489.925	5.691.212
Saldo em 31/12/2008	1.009.957	275.196	2.607.637	1.180.383	371.646	457.821	5.902.640
Taxa Anual de Depreciação (Média)	-	20,0%	17,0%	8,5%	4,2%	-	-

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem: equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

De acordo com os contratos de concessão do STFC, os bens da Brasil Telecom S.A. que estiverem na condição de indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo à BTP resguardado o direito às indenizações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

previstas na legislação e nos respectivos contratos. O valor dos bens reversíveis na data de encerramento do exercício era de R\$ 22.173.331 para o custo, com residual de R\$ 3.001.610.

Seguros

São mantidos programas de apólices de seguros para cobertura dos ativos reversíveis, lucros cessantes e garantias contratuais, conforme estabelecido no contrato de concessão firmado junto ao poder público e de responsabilidade civil para operações de serviços de telefonia.

Os ativos, responsabilidades e interesses cobertos por seguros são os seguintes (não auditados):

Modalidade	Abrangência	Valor Segurado	
		2008	2007
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura e equipamentos de tecnologia de informação	15.090.068	12.705.368
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	8.955.588	8.669.400
Garantias Contratuais	Cumprimento de obrigações contratuais	94.601	89.405
Responsabilidade Civil	Operações de serviços de telefonia	12.000	12.000

A BTP contratou a cobertura de seguros relacionados à responsabilidade civil de administradores, que também abrange a Brasil Telecom S.A., cujo valor total segurado equivale a US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares norte-americanos).

Não há cobertura de seguros para responsabilidade civil facultativa, relacionada a sinistros com veículos da BTP envolvendo terceiros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível está apresentada a seguir:

CONTROLADORA							
	Ágios	Intangível em Formação	Sistemas de Processamento de dados	Marcas e Patentes	Licenças Regulatórias	Outros	Totais
Custo do Intangível (Valor Bruto)							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Adições	310.146	-	-	-	-	-	310.146
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	310.146	-	-	-	-	-	310.146
Amortização Acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Amortização	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Amortização	(17.231)	-	-	-	-	-	(17.231)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(17.231)	-	-	-	-	-	(17.231)
Intangível Líquido							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	292.915	-	-	-	-	-	292.915
Taxa Anual de Amortização (Média)	-	-	-	-	-	-	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSOLIDADO

	Ágios	Intangível em Formação	Sistemas de Processamento de dados	Marcas e Patentes	Licenças Regulatórias	Outros	Totais
Custo do Intangível (Valor Bruto)							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	1.137.645	11.891	1.870.862	1.886	352.900	2.831.690	6.206.874
Adições		17.877	2.058	-	4.847	-	24.782
Baixas	(353)	-	(40.301)	-	-	(2.625.411)	(2.666.065)
Transferências	-	(20.203)	341.762	(1.199)	30.124	(96.832)	253.652
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.447.438	9.565	2.174.381	687	387.871	109.447	4.129.389
Adições	326.947	264.861	6.654	-	489.985	-	1.088.447
Baixas	(329.224)	-	(6.182)	-	-	(76.288)	(411.694)
Transferências	-	(260.656)	349.893	-	6.148	(11.007)	84.378
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.445.161	13.770	2.524.746	687	884.004	22.152	4.890.520
Amortização Acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	(420.232)	-	(1.017.209)	(775)	(55.061)	(2.816.577)	(4.309.854)
Despesas de Amortização	(119.810)	-	(338.417)	(14)	(33.346)	(8.745)	(500.332)
Baixas	-	-	26.355	-	-	2.631.459	2.657.814
Transferências	-	-	(98.927)	713	-	101.525	3.311
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(540.042)	-	(1.428.198)	(76)	(88.407)	(92.338)	(2.149.061)
Despesas de Amortização	(148.313)	-	(308.985)	(4)	(50.506)	(5.876)	(513.684)
Baixas	18.941	-	6.080	-	-	76.287	101.308
Transferências	-	-	(12.050)	-	-	12.086	36
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(669.414)	-	(1.743.153)	(80)	(138.913)	(9.841)	(2.561.401)
Intangível Líquido							
Saldo em 1º de janeiro de 2007	717.413	11.891	853.653	1.111	297.839	15.113	1.897.020
Saldo em 31 de dezembro de 2007	907.396	9.565	746.183	611	299.464	17.109	1.980.328
Saldo em 31 de dezembro de 2008	775.747	13.770	781.593	607	745.091	12.311	2.329.120
Taxa Anual de Amortização (Média)	-	-	0	-	-	-	-

O ágio, registrado pela controlada direta Solpart pela aquisição do investimento da Brasil Telecom Participações S.A., foi apurado com base nas concessões firmadas pela Brasil Telecom S.A. junto à Anatel, sendo amortizado linearmente com base nos prazos remanescentes dessas concessões.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Salários e Honorários	3	4	268	6.114
Encargos Sociais	1	1	85.313	72.908
Benefícios Sociais	-	-	4.354	3.837
Plano de Opções de Ações	-	-	23.893	13.179
Outros	-	-	7.984	7.691
Total	4	5	121.811	103.729
Circulante	4	5	110.328	103.729
Longo Prazo	-	-	11.483	-

30. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fornecedores	4	1	1.889.695	1.496.483
Consignações a Favor de Terceiros	-	-	182.591	154.198
Total	4	1	2.072.286	1.650.681
Circulante	4	1	2.072.286	1.637.225
Longo Prazo	-	-	-	13.456

31. TRIBUTOS INDIRETOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
ICMS, líquido de Depósitos Judiciais do Convênio nº 69/98	-	-	555.350	621.601
ICMS	-	-	702.645	811.743
Depósitos Judiciais referentes ao Convênio ICMS nº 69/98	-	-	(147.295)	(190.142)
PIS E COFINS	6	4	312.344	170.778
Outros	-	-	65.177	60.721
Total	6	4	932.871	850.477
Circulante	6	4	670.811	748.857
Longo Prazo	-	-	262.060	104.243

O saldo referente ao ICMS contempla valores decorrentes do Convênio nº 69/98, que vem sendo questionado na Justiça, ocorrendo depósitos em juízo mensalmente. Inclui, também, o diferimento incentivado pelo Governo do Estado do Paraná, relativo ao ICMS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. TRIBUTOS SOBRE A RENDA

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		
Valores a Pagar	131.851	104.010
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	5.052	5.491
Subtotal	136.903	109.501
Contribuição Social Sobre o Lucro		
Valores a Pagar	37.881	31.746
Lei nº 8.200/91 – Correção Monetária Especial	1.819	1.977
Subtotal	39.700	33.723
Total	176.603	143.224
Circulante	67.519	76.347
Longo Prazo	109.084	66.877

33. DIVIDENDOS/JSCP E PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Acionistas Controladores	-	52.230	-	52.230
Dividendos/JSCP	-	52.230	-	52.230
Acionistas Não Controladores	-	21.788	390.369	911.487
Dividendos/JSCP	-	21.788	320.580	849.479
IRRF sobre Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(48.135)	(58.045)
Dividendos de Exercícios Anteriores Não Reclamados	-	-	117.924	120.053
Total de Acionistas	-	74.018	390.369	963.717
Participação de Empregados e Administ. nos Resultados	-	-	83.237	81.328
Total	-	74.018	473.606	1.045.045
Circulante	-	-	473.606	971.027
Longo prazo	-	74.018	-	74.018

34. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui Debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Financiamentos	-	-	4.559.037	3.886.431
Juros Provisionados e Outros sobre Financiamentos	-	-	105.591	98.860
Arrendamento Mercantil	-	-	12.698	27.017
Juros Provisionados e Outros sobre Arrendamento Mercantil	-	-	1.731	8.149
Empréstimos	950.000		950.000	990.000
Juros Provisionados e Outros sobre Empréstimos	14.888		14.888	8.418
Subtotal	964.888	-	5.643.945	5.018.875
Custo de Captação Incorrido	(8.661)	-	(23.813)	(23.630)
Total	956.227	-	5.620.132	4.995.245
Circulante	956.227	-	1.626.934	1.392.612
Longo Prazo	-	-	3.993.198	3.602.633



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Financiamentos

CONSOLIDADO		
	2008	2007
BNDES	2.655.191	2.206.917
Moeda Nacional	2.564.245	2.112.204
Cesta de Moedas, incluindo dólar	90.946	94.713
Instituições Financeiras	916.293	688.041
Moeda Nacional	126.049	52.506
Moeda Estrangeira	790.244	635.535
Debêntures Públicas	1.091.906	1.088.956
Fornecedores – Moeda Estrangeira	1.238	1.377
Arrendamento Mercantil Financeiro	14.429	35.166
Custo de Captação Incorrido	(15.152)	(18.593)
Total	4.663.905	4.001.864
Circulante	670.707	399.231
Longo Prazo	3.993.198	3.602.633

Financiamentos em moeda nacional: incidem (i) juros fixos de 2,4% a.a. a 10,0% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 8,10% a.a.; e (ii) juros variáveis com base na TJLP acrescidos de 2,3% a 5,5% a.a., UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES) acrescidos de 5,5% a.a., 100% e 104% do CDI, resultando, esses juros variáveis, numa taxa média ponderada de 11,73% a.a. A taxa CDI no encerramento do exercício era de 13,61% a.a.

Contratação de Financiamentos

Em 18 de julho de 2008, a Brasil Telecom S.A. e a BrT Celular firmaram com o Banco do Brasil a contratação de financiamento nos valores de R\$ 42.000 e R\$ 33.000, respectivamente. O recurso é oriundo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, para aplicação na expansão de infra-estrutura de rede (voz, dados e imagem) nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A liberação do financiamento ocorreu em 8 de agosto de 2008 e a forma de liquidação contará com a carência de um ano, período após o qual serão efetuados pagamentos em sessenta parcelas mensais, finalizando em agosto de 2014. Os encargos do financiamento contratado, cabível a cada empresa são de 10,0% a.a., havendo bônus de adimplimento equivalente a 15% sobre tais encargos. Na data do balanço o saldo passivo acumulado era de R\$ 43.010 para a Brasil Telecom S.A. e de R\$ 33.794 para a BrT Celular.

Financiamentos em moeda estrangeira: incidem (i) juros fixos de 1,75% a 9,38% a.a., resultando numa taxa média ponderada de 9,36% a.a.; e (ii) juros variáveis de 0,5% a.a. acima da LIBOR e 1,92% a.a. acima da YEN LIBOR, resultando numa taxa média ponderada de 2,96% a.a. As taxas LIBOR e YEN LIBOR no encerramento do exercício para pagamentos semestrais, eram de 3,13% a.a. e 0,99% a.a., respectivamente.

Debêntures públicas emitidas pela Brasil Telecom S.A.:

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080.000, ocorrida em 1º de junho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1º de junho de 2013. A remuneração corresponde à taxa de juros de 104,0% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1º de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Na data do encerramento do exercício não existiam debêntures desta emissão em tesouraria.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 17 de dezembro de 2008, foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas, tendo os debenturistas representando 97,58% das debêntures em circulação aprovado a celebração de aditamento à escritura. Tal aditamento altera as condições de aquisição obrigatória pela Emissora e a remuneração das debêntures, sendo que a BTP deverá optar, divulgando Aviso aos Debenturistas, em até 20 dias da conclusão da operação de alienação do controle acionário da BTP para a Telemar Norte Leste S.A. ou qualquer de suas controladas, pela aceitação ou não da remuneração fixada na Assembléia Geral de Debenturistas, devendo ainda, adquirir, dos debenturistas que o solicitarem, as debêntures por eles detidas.

Cronograma de pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
2009	-	499.633
2010	770.400	605.185
2011	880.670	722.052
2012	771.715	638.798
2013	772.650	639.837
2014	664.969	471.146
2015 e exercícios seguintes	132.794	25.982
Total	3.993.198	3.602.633

Composição da dívida por moeda / indexador

CONSOLIDADO		
Atualizada pela(o)	2008	2007
TJLP	2.564.245	2.112.204
CDI	1.106.336	1.124.122
Dólares Norte-Americanos	509.490	394.979
Ienes	281.992	241.933
Hedge da Dívida em Ienes	90.946	94.713
UMBNDDES - Cesta de Moedas do BNDES	31.607	26.599
INPC	94.441	25.907
Total	4.679.057	4.020.457

Garantias

Certos empréstimos e financiamentos contraídos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, aval e fiança da BTP.

Para os empréstimos e financiamentos consolidados, são mantidos contratos de *Hedge* sobre 60,5% dessas obrigações em dólar norte-americano e iene firmados com terceiros, com intuito de proteção de oscilações significativas nas cotações desses fatores de atualização da dívida. Na data de encerramento do balanço, considerando as operações de proteção e aplicações financeiras em moeda estrangeira, a exposição efetiva era 8,6% (3,6% em 31/12/07). Os ganhos e perdas com estes contratos são reconhecidos pelo regime de competência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As debêntures de emissão da Brasil Telecom S.A. possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela BTP. Pela escritura de emissão, a BTP, na qualidade de interveniente garantidora, obriga-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela Brasil Telecom S.A. relacionadas às suas debêntures.

Obrigação Contratual de Financiamento da BrT Celular com o BNDES

A BrT Celular firmou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, na data de 19 de fevereiro de 2008, a contratação de um financiamento no montante de R\$ 259.100, para ser aplicado na expansão e modernização da rede de telefonia celular (serviço móvel pessoal) até 2009. O financiamento possui prazo total de nove anos e seis meses, com carência de trinta meses, período a partir do qual ocorrerá a amortização em oitenta e quatro parcelas mensais. Os encargos desse financiamento estão associados à variação da TJLP, acrescidos de 3,52% a.a. O montante integral do financiamento foi liberado no exercício de 2008, sendo que R\$ 100.000 foram captados em 17/03/08 e R\$ 159.376 em 22/10/08. Esta obrigação tem por garantia a cessão e vinculação de recebíveis decorrentes da receita da Brasil Telecom S.A., bem como fiança da mesma.

Empréstimos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Notas Promissórias	950.000	-	950.000	990.000
Juros e Outros Encargos Provisionados sobre NPs	14.888		14.888	8.418
Subtotal	964.888	-	964.888	998.418
Custo de Captação Incurrido	(8.661)		(8.661)	(5.037)
Total	956.227		956.227	993.381
Circulante	956.227	-	956.227	993.381

Em 11 de outubro de 2007, o Conselho de Administração de Techold, companhia então controlada por Invitel, autorizou a sua diretoria a captar recursos no valor de até US\$ 550 milhões sob a forma de dívida

Em 22 de outubro de 2007, a Techold obteve junto a CVM o registro para a distribuição pública de até 100 (cem) Notas Promissórias da 2ª emissão de Techold sob o nº CVM/SRE/SEC/2007/046 (“Notas Promissórias”), sob a forma nominativa e escritural, em série única, com valor nominal unitário de, na data de emissão respectiva, R\$ 11.000 (onze milhões de reais) com rentabilidade de 100% do CDI mais 0,7% a.a. A Techold emitiu, efetivamente, 90 (noventa) Notas Promissórias, cujo vencimento se dará em 27 de novembro de 2008. Essas Notas Promissórias foram distribuídas em sua integralidade.

Em 5 de dezembro de 2007, 99,97% do capital social de Solpart e todos os direitos patrimoniais relacionados foram empenhados em garantia do pagamento das Notas Promissórias, tal como previsto no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças firmado em 11 de outubro de 2007 pela Techold, atualmente denominada Argolis Holdings, na qualidade de garantidora, Planner Trustee DTVM Ltda., na qualidade de agente de garantia, e pela Solpart, enquanto interveniente anuente.

Com a cisão parcial de Techold, a Invitel assumiu as obrigações das Notas Promissórias por sucessão.

As Notas Promissórias foram pagas no dia 27 de novembro de 2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 10 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou, por unanimidade, a 2ª. Emissão de Notas Promissórias, em série única da Companhia. As Notas Promissórias foram emitidas em 27 de novembro de 2008, com as seguintes características:

- a) Valor total da Emissão: R\$ 950.000 (novecentos e cinquenta milhões de reais);
- b) Quantidade de Notas Promissórias emitidas: foram emitidas 190 (cento e noventa) Notas Promissórias;
- c) Valor nominal unitário: as Notas Promissórias têm o valor nominal unitário de R\$ 5.000 (cinco mil reais);
- d) Séries: As Notas Promissórias foram emitidas em série única;
- e) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, juros remuneratórios correspondentes à variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, vinculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de até 6,00 % (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata tempore* por dias úteis decorridos;
- f) Garantia: as Notas Promissórias terão como garantia o penhor da totalidade das ações de emissão de Solpart de titularidade da Companhia, equivalentes a, no mínimo, 99,99% (noventa e nove inteiros e nove centésimos por cento);
- g) Data de emissão e prazo de vencimento: as Notas Promissórias foram subscritas e integralizadas no dia 27 de novembro de 2008 e terão vencimento 180 dias após a data de sua subscrição e integralização; e
- h) Comissão: foi pago o valor de R\$ 10.394 a título de comissão para instituições financeiras os quais serão amortizados no decorrer do prazo de vigência das Notas Promissórias.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Ativo		
Opções de Dólar	29.179	6.218
Total	29.179	6.218
Circulante	29.179	-
Longo Prazo	-	6.218

Passivo		
Opções de Dólar	419	8.684
Swaps de Moeda Cruzada- Iene x CDI	221.654	397.830
Total	222.073	406.514
Circulante	89.920	118.752
Longo Prazo	132.153	287.762

A BTP possui dívidas expressas em Ienes e foram contratadas operações de *swap* para proteção contra flutuações do Iene. A exposição resultante após os contratos de *swap* está atrelada à taxa de cotação do depósito interbancário (CDI) brasileiro da CETIP (Central de Custódia e Liquidação). Adicionalmente, a BTP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contratou opções de dólares para proteção de sua dívida nesta moeda. A descrição destes instrumentos derivativos está apresentada na nota nº 5. e.

Cronograma de pagamento

Os derivativos de longo prazo estão programados para ocorrerem nos seguintes exercícios:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
2009	-	123.262
2010	88.380	110.606
2011	43.773	53.894
Total	132.153	287.762

36. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Serviço Móvel Pessoal	707.999	242.162
Concessão do STFC	65.578	-
Outras Autorizações	10.082	11.314
Total	783.659	253.476
Circulante	160.074	78.844
Longo Prazo	623.585	174.632

As autorizações do Serviço Móvel Pessoal contratadas pela BrT Celular junto a ANATEL em 2002 e 2004, estão representadas pelos termos que totalizaram R\$ 220.119. Tais autorizações referem-se à exploração do SMP pelo período de quinze anos na mesma área de atuação em que a BTP possui concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido no passivo da Brasil Telecom S.A para ser amortizado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para os exercícios de 2009 a 2010 (saldo de duas parcelas) e 2009 a 2012 (saldo de quatro parcelas), relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% ao mês.

Em 29 de abril de 2008 a BrT Celular adquiriu novas autorizações para exploração da rede 3G, no valor de R\$ 488.235, pagando no ato da assinatura dos termos 10% do total, restando o saldo a pagar nos exercícios sociais de 2010 a 2015 (saldo de seis parcelas). Sobre o saldo devedor incide a variação do IST – Índice de Serviços de Telecomunicações, acrescida de 1% ao mês.

A concessão do STFC refere-se à provisão constituída pela Brasil Telecom S.A. de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior. O próximo pagamento está previsto para ocorrer em 2009.

O valor de outras autorizações pertence à BrT Multimídia e se refere à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multimídia. O valor contratado foi de R\$ 9.110 e sobre tal obrigação incide variação do IGP-DI acrescida de 1% ao mês. A liquidação do saldo dessa obrigação ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, sempre no mês de maio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CONSOLIDADO		
	2008	2007
Cessão de Meios de Telecomunicações	153.206	91.272
Serviços Pré-Pagos	57.589	42.878
Outros Adiantamentos de Clientes	57.604	940
Total	268.399	135.090
Circulante	79.227	62.957
Longo Prazo	189.172	72.133

O saldo de longo prazo, para os quais os clientes efetuaram adiantamentos visando a obtenção dos benefícios por um período de maior abrangência, terá sua realização prevista para ocorrer nos seguintes exercícios:

CONSOLIDADO		
	2008	2007
2009	-	7.920
2010	19.453	7.770
2011	17.943	7.718
2012	17.720	7.496
2013	17.399	7.238
2014	16.701	6.589
2015	16.671	6.521
2016 e exercícios seguintes	83.285	20.881
Total	189.172	72.133

38. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Obrigações decorrentes de Grupamento de Ações ⁽¹⁾	-	-	80.686	81.230
Recursos de Autofinanciamento	-	-	32.117	32.117
Créditos Bancários e Recebimentos Reincidentes em Processamento	-	-	16.117	12.293
Outros Tributos	-	-	18.866	11.332
Obrigações por Aquisição de Créditos Tributários	-	-	25.156	7.053
Bonificações e Prêmios - Períodos Seguintes	-	-	5.228	3.249
CPMF - Exigibilidade Suspensa	-	-	2.557	2.421
Obrigações com Outras Empresas de Telecomunicações	-	-	1.616	1.616
Devolução de Parcelas de Autofinanciamento - PCT	-	-	600	607
Deságio em Aquisição de Controladas	-	-	6	6
Outras	2	-	2.838	8.161
Total	2	-	185.787	160.085
Circulante	2	-	169.128	143.570
Longo Prazo	-	-	16.659	16.515

(1) Representam valores disponibilizados aos respectivos acionistas, relativos às frações de ações que foram separadas e grupadas em números inteiros e vendidas em leilão realizado na BOVESPA, decorrentes do grupamento de ações citado na nota nº 9.a.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Recursos de autofinanciamento – Brasil Telecom S.A.

Filial Rio Grande do Sul

Correspondem aos créditos de participação financeira, pagos por promitentes assinantes, para aquisição do direito de uso de serviço telefônico fixo comutado, ainda sob a modalidade do extinto autofinanciamento. Ocorreu que, tendo os acionistas da Brasil Telecom S.A. subscrito integralmente o aumento de capital efetuado para retribuir em ações os créditos de participação financeira, inexistiram sobras de ações para entrega aos promitentes assinantes. Parte desses promitentes que não aceitaram a Oferta Pública da btp para devolução dos referidos créditos em dinheiro, conforme estabelece o art. 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, aguardam solução do processo judicial em tramitação, interposto pelo Ministério Público e Outros, pretendendo a retribuição em ações.

Filial Mato Grosso do Sul

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria nº 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir. O valor atribuído à Filial MS é oriundo de planos negociados anteriormente à edição da citada Portaria, cujos acervos correspondentes já estão incorporados ao imobilizado da Brasil Telecom S.A. através das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT. Para a retribuição em ações é necessário aguardar o desembargo judicial decorrente de processos promovidos pelos interessados.

39. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

Os resultados por segmento, bem como determinados itens patrimoniais, são os seguintes:

	2008						
	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Call Center	Administração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado
Receita Operacional Bruta	14.844.896	2.560.789	453.807	246.383	-	(1.098.733)	17.007.142
Deduções da Receita Bruta	(4.958.335)	(679.038)	(61.632)	(15.785)	-	4.483	(5.710.307)
Receita Operacional Líquida	9.886.561	1.881.751	392.175	230.598	-	(1.094.250)	11.296.835
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.186.658)	(1.512.338)	(54.572)	(211.563)	-	755.713	(6.209.418)
Lucro Bruto	4.699.903	369.413	337.603	19.035	-	(338.537)	5.087.417
Despesas Operacionais, Líquidas	(2.545.651)	(617.927)	(382.074)	(27.590)	(46.311)	338.816	(3.280.737)
Comercialização dos Serviços	(951.810)	(525.005)	(264.848)	(7.705)	-	385.145	(1.364.223)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.210.315)	(135.721)	(75.936)	(18.226)	(38.928)	38.848	(1.440.278)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(383.526)	42.799	(41.290)	(1.659)	(7.383)	(85.177)	(476.236)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	2.154.252	(248.514)	(44.471)	(8.555)	(46.311)	279	1.806.680
	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes	2.053.175	200.174	93.414	55.160	-	(191.833)	2.210.090
Estoques	4.764	49.284	-	-	-	-	54.048
Imobilizado e Intangível, Líquidos	5.268.918	2.122.081	143.343	-	6.583	-	7.540.925

2007



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Telefonia Fixa e Comunicação de Dados	Telefonia Móvel	Internet	Call Center	Adminis- tração	Eliminações entre Segmentos	Consolidado
Receita Operacional Bruta	13.911.298	2.445.806	445.820	22.151	-	(827.687)	15.997.388
Deduções da Receita Bruta	(4.178.153)	(699.872)	(66.305)	(1.252)	-	6.740	(4.938.842)
Receita Operacional Líquida	9.733.145	1.745.934	379.515	20.899	-	(820.947)	11.058.546
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(5.487.894)	(1.531.692)	(55.203)	(20.517)	-	713.105	(6.382.201)
Lucro Bruto	4.245.251	214.242	324.312	382	-	(107.842)	4.676.345
Despesas Operacionais, Líquidas	(2.497.866)	(510.012)	(398.503)	(10.207)	(92.177)	108.861	(3.399.904)
Comercialização dos Serviços	(898.192)	(453.909)	(274.212)	-	-	140.961	(1.485.352)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.173.466)	(89.987)	(69.056)	(10.207)	(56.626)	24.255	(1.375.087)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(426.208)	33.884	(55.235)	-	(35.551)	(56.355)	(539.465)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	1.747.385	(295.770)	(74.191)	(9.825)	(92.177)	1.019	1.276.441
Contas a Receber de Clientes	2.033.133	194.556	110.223	22.151	-	(170.362)	2.189.701
Estoques	6.165	26.546	-	-	-	-	32.711
Imobilizado e Intangível, Líquidos	5.337.567	1.400.786	188.758	-	13.241	-	6.940.352

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração do Controle da Companhia e da BTP

Em 8 de janeiro de 2009, a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") adquiriu através de sua controlada indireta, Copart I Participações S.A. ("Copart I"), o controle acionário da BTP e da Brasil Telecom S.A. Tal aquisição conferiu à TMAR a participação representativa de 61,2% no capital votante da BTP. A divulgação da aquisição foi realizada através de fato relevante das companhias na mesma data, cujo teor na íntegra encontra-se transcrito nesta nota.

O Contrato de Compra e Venda das Ações da BTP (o "Contrato"), firmado em 25 de abril de 2008, foi divulgado através de fato relevante das companhias relacionadas ao evento na mesma data, sendo complementarmente publicados novos fatos relevantes relativos a eventos ou fatos inerentes ao respectivo Contrato. Todos os fatos relevantes estão disponíveis para consulta no *site* www.brasiltelecom.com.br/ri.

A troca do controle da Brasil Telecom para a TMAR consistiu na aquisição de 100% das ações da Invitel S.A., que por sua vez é detentora de 99,99% das ações da Companhia.

A aquisição do controle da Brasil Telecom pela TMAR foi realizada de acordo com a Anuência Prévia da ANATEL, concedida através do Ato nº 7.828, emitido em 19 de dezembro de 2008, por meio do qual seu Conselho Diretor concedeu anuência prévia aos atos societários subsequentes referentes à incorporação das empresas ou incorporação das ações das sociedades Invitel S.A., Solpart Participações S.A. e Brasil Telecom Participações S.A. pela Telemar Norte Leste S.A.

A alteração do controle da BTP e conseqüentemente da Brasil Telecom S.A., implica nas seguintes questões relativas à Brasil Telecom S.A:

a) Plano de Opções de Compra de Ações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao plano aprovado em 6 de novembro de 2007 (nota nº 7.b) continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto da Brasil Telecom S.A. Com a efetivação da troca de controle, em 8 janeiro de 2009, as opções de ações dos programas mencionados foram integralmente exercidas. O Programa 1, totalizando 2.817.324 UP's foi liquidado ao valor total de R\$ 17.855. O Programa 2, referente à outorga realizada em 01/07/08, contendo 701.601 UP's foi liquidado ao valor total de R\$ 4.446.

Foram exercidas 646.585 UP's do Programa 2, referente à outorga realizada em 01/07/07, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Brasil Telecom S.A, ao preço de exercício total de R\$ 2.386 e valor de custo de R\$ 2.979; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da BTP, porém fazendo parte das obrigações da Brasil Telecom S.A, ao preço de exercício total de R\$ 13.733 e valor de mercado de R\$ 17.108, acrescidas da importância R\$ 130.

b) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações contratuais com credores de financiamentos, relativas aos instrumentos firmados pela Brasil Telecom S.A. junto ao BNDES e *swaps* do Citibank, contêm cláusulas que prevêm a antecipação dos vencimentos dessas obrigações, no caso de alteração do controle acionário da Brasil Telecom S.A. Com a obtenção do consentimento – *waivers* – junto aos credores, os respectivos contratos foram aditados, permanecendo os prazos de vencimentos contratuais originalmente previstos.

c) Debêntures

Devido à transferência do controle acionário da BTP e da Brasil Telecom S.A. para a TMAR (através de sua controlada indireta Copart 1), nos termos das deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas da 5ª Emissão da Brasil Telecom S.A. (“AGD”, “Emissão” e “Emissora”), realizada em 17 de dezembro de 2008 e da Reunião do Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A., realizada em 26 de janeiro de 2009, a Emissora comunicou aos debenturistas em 28 de janeiro de 2009 (“Aviso aos Debenturistas”) que deliberou por alterar a remuneração das debêntures, de “104,0% da Taxa DI” para “Taxa DI capitalizada de um spread de 3,5% ao ano” e adquirir, dos debenturistas manifestantes, as debêntures de sua titularidade.

Os debenturistas contaram com o prazo hábil de 5 dias úteis, até 4 de fevereiro de 2009, para manifesto de intenção no resgate de suas debêntures, porém, não houve qualquer solicitação neste sentido.

Fato Relevante

A seguir está transcrito o fato relevante divulgado após a data de encerramento do exercício e que diz respeito à troca de controle da Companhia e da BTP:

Fato Relevante de 8 de janeiro de 2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01739-6

INVITEL S.A.

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

“FATO RELEVANTE

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 358/02 e em seguimento aos avisos de Fato Relevante e dos Comunicados ao Mercado divulgados pela Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e pela Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) em 25 de abril de 2008, 21 de novembro de 2008, 19 de dezembro de 2008 e 22 de dezembro de 2008, informamos aos nossos acionistas, à Comissão de Valores Mobiliários e ao mercado em geral que, nesta data, em conformidade com o Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 25 de abril de 2008 (o “Contrato”), a TMAR, através de sua controlada indireta, Copart I Participações S.A. (“Copart I”), adquiriu, nesta data, o controle acionário da Brasil Telecom Participações S.A. (“BrT Part”) e da Brasil Telecom S.A. (“BrT”).

I - DA AQUISIÇÃO:

Em razão da mencionada aquisição, a TMAR, nesta data, tornou-se titular, indiretamente, de 81.092.986 ações ordinárias de emissão da BrT Part representativas de 61,2% do capital votante da BrT Part, mediante o pagamento global de R\$ 5.371.098.527,04 (cinco bilhões, trezentos e setenta e um milhões, noventa e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e quatro centavos), equivalendo a um preço por ação da BrT Part de R\$ 77,04 (setenta e sete reais e quatro centavos).

O valor pago equivale (i) ao preço acordado no Contrato de Compra e Venda de R\$ 5.863.495.791,40 (cinco bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta centavos), (ii) atualizado pela variação da taxa média diária do Certificado de Depósito Interbancário - CDI; (iii) deduzido da dívida líquida da Invitel S.A. (“Invitel”) (R\$ 998.053.465,69 - novecentos e noventa e oito milhões, cinqüenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), e (iv) ajustado pelos proventos declarados entre 1º de janeiro de 2008 e a Data do Fechamento.

II - OPAs OBRIGATÓRIAS - ART. 254-A

No prazo de até 30 dias contados desta data, a TMAR, diretamente ou através de sociedade por ela controlada submeterá à CVM, para registro, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, os requerimentos de Registro de Oferta Pública de Aquisição das Ações com direito a voto de propriedade dos acionistas minoritários da BrT Part e da BrT, de modo a assegurar-lhes o preço mínimo igual a 80% do preço pago por ação integrante do bloco de controle, na forma do disposto no art. 254-A da Lei 6404/76. (“OPAs Obrigatórias”), deduzidos de eventuais dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital que venham a ser deliberados até a liquidação da OPA.

A realização das OPAs depende de prévio registro na CVM, e subsequente divulgação do edital através da imprensa, com 30 dias de antecedência.

III - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA:

Concluídas as OPAs Obrigatórias, pretende-se realizar, com vistas à simplificação da estrutura acionária, uma reorganização societária das empresas envolvidas na operação (“Reorganização Societária”), de forma a que, após as OPAs Obrigatórias, os acionistas da BrT Part e BrT remanescentes receberão ações da TMAR em substituição às ações que possuem, ampliando consideravelmente a liquidez de suas ações nas Bolsas de Valores e beneficiando os acionistas das sociedades envolvidas, nos termos e condições já divulgados no Fato Relevante de 25 de abril de 2008.

IV - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

(i) As operações acima indicadas estão sujeitas, no que couber, à aprovação, apresentação ou registro de diversos órgãos reguladores e serão a eles submetidas ou comunicadas, na medida do efetivamente necessário, especialmente, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Administrativo de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01739-6

INVITEL S.A.

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

02.465.782/0001-60

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Defesa Econômica - CADE; Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA; Securities and Exchange Commission - SEC; e New York Stock Exchange - NYSE.

(ii) Adicionalmente, conforme já informado no Fato Relevante de 25 de abril de 2008: (a) TMAR pretende criar um, ou mais, programa de American Depositary Receipts ("ADR") para suas ações, de sorte a possibilitar que os atuais acionistas titulares de ADRs da BrT e BrT Part possam negociar seus ADRs na NYSE; (b) TMAR pretende solicitar o registro desses ADR na NYSE - New York Stock Exchange, e (c) a Reorganização Societária será submetida a certos credores, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

A aquisição da BrT e a sua subsequente integração às operações da TMAR, dará origem a uma companhia de telecomunicações com controle acionário 100% nacional, presente em todo o território brasileiro e com capacidade, gerencial, operacional e financeira para ampliar suas operações nacional e internacionalmente.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2009

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.
COARI PARTICIPAÇÕES S.A.
BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
BRASIL TELECOM S.A.
INVITEL S.A.
Alex Waldemar Zornig
Diretor de Relações com Investidores"

41. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada na data de 27/03/2009, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento do exercício social de 2008, estando aprovadas para divulgação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01739-6	INVITEL S.A.	02.465.782/0001-60

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	8
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	12
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	20
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	21
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	22
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	23
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	25
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	27
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	30/120

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO H

- Demonstrações Financeiras Pro-Forma

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *PRO-FORMA* NÃO AUDITADAS

As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* não auditadas apresentadas a seguir decorrem das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part e Demonstrações Financeiras Consolidadas da Invitel, incluídas neste Prospecto como Anexos E, F e G nas Páginas 597, 761 e 885, respectivamente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 e publicamente apresentadas à CVM, e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Solpart, relativas ao mesmo exercício social.

As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as regras e normas específicas da CVM, e considerando-se a Emissora companhia adquirente da combinação societária relativa à aquisição da Invitel e da BrT Part. As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* Não Auditadas foram elaboradas como se a Aquisição da BrT houvesse sido concluída em 1º de janeiro de 2008, para fins de demonstração de resultado *pro-forma*, e em 31 de dezembro de 2008, para fins de balanço patrimonial *pro-forma* (“Data Base Pro-Forma”). Vide Seção “Fatores de Risco Relacionados à Aquisição da BrT” na página 78 deste Prospecto para informações sobre riscos associados à Aquisição da BrT.

As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* são ajustadas para dar efetividade à combinação societária proposta, bem como aos ajustes às premissas do *pro-forma* apresentados em notas explicativas (“Notas Explicativas das Demonstrações Pro-Forma”) presentes nas páginas subsequentes deste Anexo H ao Prospecto e foram elaboradas a partir de informações conhecidas pela Emissora da BrT Part, da Invitel e da Solpart.

As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* não são auditadas por auditor externo e são apresentadas apenas para fins ilustrativos e podem não refletir o que os efetivos resultados consolidados das operações representariam ou qual seria a real condição financeira da Emissora caso a Aquisição da BrT tivesse ocorrido nas respectivas datas utilizadas como base. As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* também não representam necessariamente um indicio de futuros resultados operacionais consolidados ou da situação financeira da Emissora. Vide fator de risco “A posição financeira e o resultado combinado pro-forma não auditados incluídos neste Prospecto não devem ser considerados indicativos dos futuros resultados consolidados pós-aquisição a serem apresentados pela Emissora”, na página 80 deste Prospecto.

As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* não incluem a concretização de redução de custos mediante ganhos, sinergias ou reestruturações operacionais resultantes da Aquisição da BrT e não consideram as obrigações que podem surgir no que se refere à combinação societária e qualquer reestruturação relacionada.

As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* devem ser lidas em conjunto com as demais demonstrações financeiras auditadas aqui referidas e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, conforme publicamente apresentadas à CVM. As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* não devem ser tomadas como indicação dos resultados operacionais consolidados ou da posição financeira que a Emissora teria atingido se a combinação societária tivesse sido realizada na Data Base *Pro-Forma* ou dos resultados operacionais consolidados ou da posição financeira da Emissora após o término da Aquisição da BrT. As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* constantes da coluna “Ajustes *Pro-Forma*” e “*Pro-Forma* – Telemar Consolidado Não Auditado” constantes das tabelas abaixo devem ser lidas em conjunto com as Notas Explicativas das Demonstrações *Pro-Forma*.



Telemar Norte Leste S.A.
Balanco Pro Forma Combinado Não Auditado
Em Dezembro 31, 2008
(Em milhões de Reais)

	Historico				Ajustes Pro forma	Pro forma
	Telemar Consolidado	BrT Part Consolidado	Invitel Controladora	Solpart Controladora		Telemar Combinado Não Auditado
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	9.844	3.485	37	14	(5.371) (A)	8.009
Contas a receber	3.897	2.210	-	-	(76) (K)	6.032
Impostos a recuperar	1.543	974	10	8	-	2.535
Despesas antecipadas	593	-	-	-	-	593
Depósitos judiciais e bloqueios	-	679	-	-	-	679
Estoques	153	54	-	-	-	207
Dividendo a receber	-	-	43	43	(85)	-
Outros ativos de curto prazo	254	189	-	-	-	443
	16.284	7.591	90	65	(5.532)	18.498
Ativo não circulante						
Longo Prazo						
Empréstimos a controladas	450	5	-	-	-	455
Impostos a recuperar e diferidos	2.211	1.925	-	28	670 (K)	4.834
Despesas antecipadas	437	-	-	-	-	437
Depósitos judiciais e bloqueios	1.408	2.231	-	-	-	3.639
Outros ativos de longo prazo	136	141	-	-	-	277
	4.643	4.301	-	28	670	9.642
Permanente						
Investimentos	3.313	4	1.537	1.091	(5.898) (B)	47
Imobilizado	12.831	5.903	-	-	2.661 (C)	21.395
Intangível	2.682	1.638	293	398	563 (D)	5.574
Ágio	-	-	-	-	3.495 (E)	3.495
Diferido	333	-	-	-	-	333
	19.159	7.545	1.830	1.489	822	30.845
	23.802	11.846	1.830	1.517	1.492	40.487
Total Ativo	40.086	19.437	1.920	1.582	(4.041)	58.985



Telemar Norte Leste S.A.
Balanço Pro Forma Combinado Não Auditado
Em Dezembro 31, 2008
(Em milhões de Reais)

	Historico				Ajustes	Pro forma
	Telemar Consolidado	BrT Part Consolidado	Invitel Controladora	Solpart Controladora	Pro forma	Telemar Combinado Não Auditado
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	2.015	2.072	-	-	-	4.088
Empréstimos e financiamentos	3.604	761	956	-	-	5.320
Autorizações a pagar	150	160	-	-	-	310
Salários e Encargos Financeiros	271	110	-	0	-	381
Impostos diferidos e a pagar	973	736	-	2	-	1.711
REFIS :refinanciamento de impotos	127	-	-	-	-	127
Debêntures	98	-	-	-	-	98
Dividendos e juros sobre cap. próprio	1.530	516	-	43	(85)	2.004
Provisões para contingências	-	219	-	-	-	219
Prêmios para planos de pensão	-	148	-	-	-	148
Outros passivos de curto prazo	386	248	-	0	-	634
	9.153	4.971	956	45	(85)	15.041
Passivo não-circulante						
Longo Prazo						
Empréstimos e financiamentos	13.766	4.125	-	-	-	17.892
Autorizações a pagar	904	624	-	-	-	1.528
REFIS :refinanciamento de impotos	389	-	-	-	-	389
Provisões para contingências	1.962	714	-	-	2.197 (K)	4.874
Debêntures	3.705	-	-	-	-	3.705
Prêmios para planos de pensão	-	607	-	-	(303) (K)	304
Impostos diferidos e a pagar	100	371	-	-	1.097 (F)	1.568
Outros passivos de longo prazo	96	217	-	-	-	314
	20.923	6.659	-	-	2.991	30.572
Participação minoritárias	25	2.044	-	-	1.318 (G)	3.388
Patrimônio Líquido						
Capital	7.419	2.596	789	1.434	(4.819)	7.419
Reservas de capital	2.199	309	307	-	(616)	2.199
reservas de lucro	383	2.858	(132)	104	(2.830)	383
Ações em tesouraria	(17)	-	-	-	-	(17)
	9.984	5.764	964	1.537	(8.265)	9.984
Total Passivo e Patrimônio Líquido	40.086	19.437	1.920	1.582	(4.041)	58.985



Telemar Norte Leste S.A.
Demonstração de Resultado Pro Forma Combinado Não Auditado
Em Dezembro 31, 2008
(Em milhões de Reais)

	Historico				Ajustes Pro forma	Pro forma Telemar Combinado Não Auditado
	Telemar Consolidado	BrT Part Consolidado	Invitel Controladora	Solpart Controladora		
Receita operacional líquida	18.665	11.297				29.962
Custo dos serviços e produtos vendidos	(9.600)	(6.209)			(418) ^(H)	(16.228)
Lucro bruto	9.065	5.087	-	-	(418)	13.734
Despesas operacionais						
Despesas Comerciais	(3.532)	(1.364)	-	-		(4.896)
Despesa Gerais e Administrativas	(1.582)	(1.428)	(9)	(3)		(3.021)
Outras despesas operacionais, líquidas	(692)	(431)	(12)	(28)	-	(1.163)
	(5.806)	(3.224)	(20)	(31)	-	(9.081)
Lucro operacional	3.259	1.864	(20)	(31)	(418)	4.654
resultado financeiro	(1.339)	(154)	(102)	18	(665) ^(I)	(2.241)
Equivalência Patrimonial	18		77	150	(227) ^(J)	18
Lucro operacional antes dos Impostos	1.938	1.710	(46)	138	(1.310)	2.431
Imposto de renda e contribuição social	(413)	(591)		(21)	445 ^(F)	(580)
Lucro antes de participações minoritárias	1.525	1.119	(46)	117	(864)	1.851
Participações minoritárias	(4)	(337)			(634) ^(G)	(976)
Lucro líquido	1.521	782	(46)	117	(1.498)	875
Ações em circulação na data do balanço (em milhares de ações)	238.614					238.614
Lucro líquido por ação em circulação na data do balanço (em Reais)	6,37					3,67

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* Não Auditadas

1. Base da Apresentação

As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* Não Auditadas foram elaboradas com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, Demonstrações Financeiras Consolidadas da BrT Part e Demonstrações Financeiras Consolidadas da Invitel, incluídas neste Prospecto como Anexos E, F e I1, nas Páginas 341, 559 e 723, respectivamente. As premissas e ajustes *pro-forma* descritos abaixo foram elaborados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora e em informações publicamente conhecidas e disponíveis à Emissora.

2. A Aquisição da BrT

Em 8 de janeiro de 2009, a Emissora divulgou a seus acionistas, à CVM e ao mercado por meio de Fato Relevante que, naquela data e em seguimento aos Fatos Relevantes e Avisos ao Mercado publicados pela Telmar Norte Leste Participações S.A. e pela Emissora em 25 de abril de 2008, 21 de novembro de 2008, 19 de dezembro de 2008 e 22 de dezembro de 2008, em relação ao Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado e divulgado em 25 de abril de 2008 (“Contrato”), por meio de sua subsidiária integral Copart 1 Participações S.A. (“Copart 1”), foi assumido o controle acionário da Brasil Telecom Participações S.A. (“BrT Part”) e Brasil Telecom S.A. (“BrT”) (“Aquisição da BrT”).

Como resultado da Aquisição da BrT, a Emissora tornou-se detentora indireta, naquela data, de 81.092.986 ações ordinárias de emissão da BrT Part, representando 61,2% do capital social votante da BrT Part, por meio do pagamento de um total agregado de R\$5.371.098.527,04, que é equivalente a um valor por ação ordinária da BrT Part de R\$77,04.

Para informações mais detalhadas relacionadas à Aquisição da BrT, vide Seção “*Aquisição da BrT*”, na página 175 deste Prospecto.

3. Premissas e Ajustes *Pro-Forma*

As seguintes premissas e ajustes *pro-forma* relacionados dão efeito à combinação societária proposta da Emissora, BrT Part e Invitel como se a Aquisição da BrT houvesse sido concluída na Data Base *Pro-Forma* (em 1º de janeiro de 2008 para fins da demonstração de resultado e em 31 de dezembro de 2008 para fins do balanço patrimonial).

- As Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* são fornecidas para fins meramente ilustrativos e não são elaboradas com a intenção de representar quais teriam sido os reais efeitos e resultados operacionais consolidados ou a real e efetiva posição financeira consolidada da Emissora caso a Aquisição da BrT (incluindo Invitel e Solpart) tivesse ocorrido na Data Base *Pro-Forma*, tampouco indica necessariamente a projeção de resultados operacionais ou situação financeira.
- Eventuais ganhos futuros esperados de sinergias, caso existam, não foram considerados nas Demonstrações Financeiras *Pro-Forma*.



- Os ajustes *pro-forma*, incluindo preço de compra e ajustes consolidados, foram elaborados levando em consideração tanto os investimentos pré-existentes nas ações preferenciais da BrT Part, representando 21,06% do capital social total da BrT Part, quanto a Aquisição BrT, representando 22,28% do capital social total da BrT Part. Portanto, o acréscimo em ativos e passivos para fins da combinação societária foi realizado em 43,34% do total de ajustes a valor de mercado dos bens e obrigações da BrT Part em 31 de dezembro de 2008 (“Percentual Pro-Forma”).

Adicionalmente, obrigações não previstas podem ser incorridas em conexão com a associação ou qualquer espécie de reestruturação societária após a Aquisição da BrT. Tais obrigações e custos adicionais não foram considerados nas Demonstrações Financeiras *Pro-Forma* porque as informações necessárias para estimar razoavelmente tais custos e para formular planos detalhados de reestruturação dependem da conclusão de estudos e avaliações que estão sendo efetuados pela Emissora. Consequentemente, a alocação do preço de compra da Aquisição da BrT não pode ser estimada com grau razoável de precisão e pode diferir materialmente das quantias estimadas nas Demonstrações Financeiras *Pro-Forma*.

Os ajustes *pro-forma* são estimados conforme abaixo (em milhões):

(A) Este ajuste *pro-forma* reflete o desembolso do preço de compra para a Aquisição da BrT, abrangendo 61,2% de suas ações ordinárias e 22,28% do total de suas ações.

(B) Estes ajustes *pro-forma* refletem a eliminação dos investimentos previamente detidos pela Emissora em ações preferenciais da BrT Part, bem como os investimentos detidos pela Invitel na Solpart e pela Solpart nas ações ordinárias da BrT Part, em decorrência da consolidação dos ativos e passivos da BrT Part, Invitel e Solpart como resultado da combinação societária. As ações preferenciais da BrT Part detidas anteriormente pela Emissora foram avaliadas pelo seu preço de aquisição o qual difere de seu valor contábil medido conforme o valor de mercado dos bens e obrigações da BrT em 31 de dezembro de 2008; a diferença entre o custo e o valor contábil está sendo contabilizada como ágio (vide Nota (E) abaixo).

(C) Estes ajustes *pro-forma* refletem o efeito proporcional ao *Percentual Pro-Forma* (de 43,34% sobre o ajuste ao valor de mercado estimado sobre o ativo imobilizado da BrT), principalmente relacionados a cabos, transmissão, *switching*, e outros equipamentos e dutos subterrâneos. A estimativa do ajuste *pro-forma* (“Estimativa Pro-forma”) foi baseada em diretrizes de negócios comuns a operadoras de telecomunicação de linhas fixas e móveis bem como a diretrizes relacionadas especificamente às operações da BrT Part, como a área de concessão coberta e a base de clientes. A Estimativa *Pro-forma* foi calculada antes do fechamento da Aquisição da BrT, quando a Emissora tinha acesso restrito às informações subjacentes sobre o valor de mercado e valor contábil relativos à composição do ativo imobilizado da BrT. Após o fechamento da Aquisição da BrT, a Emissora começou a realizar uma criteriosa avaliação dos ativos e passivos da BrT Part, avaliação esta que ainda está em andamento. Os reais ajustes de valor de mercado baseados nesta avaliação detalhada podem diferir substancialmente da Estimativa *Pro-forma*.

(D) Este ajuste *pro-forma* reflete os ajustes em valor de mercado estimados nos bens intangíveis previamente reconhecidos da BrT Part que são compostos de: (i) R\$497 milhões relacionados ao acréscimo proporcional ao Percentual *Pro-Forma* (de 43,34%) no valor das licenças regulatórias, cujo valor de mercado estimado foi calculado por meio de uma metodologia de “pagamento de royalties” e baseada nas quantias pagas para licenças pela BrT Part e as receitas da BrT Part como resultado da operação de tais licenças; e (ii) R\$67 milhões relacionados ao acréscimo proporcional dos domínios da internet detidos pela BrT Part cujo valor de mercado foi calculado com base numa metodologia “múltiplos de mercado” que levou em consideração os resultados gerados para a BrT Part pelos respectivos negócios. Após o fechamento da Aquisição da BrT, a Emissora começou a realizar uma criteriosa avaliação dos bens e obrigações da BrT Part, avaliação esta que ainda está em andamento. Os reais ajustes de valor de mercado baseados nesta avaliação detalhada podem diferir substancialmente destas estimativas.

(E) Este ajuste *pro-forma* reflete um ágio no valor total de R\$2.932 milhões gerados como resultado da Aquisição BrT e das ações preferenciais da BrT Part, considerando os ajustes de valor de mercado estimados dos ativos e passivos da BrT Part e o valor de compra de R\$5.371 milhões para aquisição do controle da BrT Part adicionado ao valor de R\$260 milhões para a aquisição das ações preferenciais da BrT Part. O preço de aquisição das ações preferenciais da BrT (R\$1.211 milhão) está sendo tratado como uma redução nos ajustes *pro-forma* de participação de minoritários uma vez que o investimento direto da Emissora na BrT representa uma redução na base de minoritários para a BrT Part. Adicionalmente, este ajuste *pro-forma* reflete também o efeito líquido dos ajustes descritos na Nota (K), proporcional ao Percentual *Pro-Forma* (de 43,34%), no valor de R\$563 milhões, que também se constitui em ágio na Aquisição BrT. Após o fechamento da Aquisição da BrT, a Emissora começou a realizar uma criteriosa avaliação dos bens e obrigações da BrT Part, avaliação esta que ainda está em andamento. Os reais ajustes de valor de mercado baseados nesta avaliação detalhada podem diferir substancialmente destas estimativas.

(F) Este ajuste *pro-forma* reflete o imposto de renda diferido reconhecido sobre os ajustes *pro-forma* utilizando a taxa em vigor para os períodos apresentados (34%).

(G) Este ajuste *pro-forma* reflete o impacto dos ajustes de consolidação na participação de minoritários. Nenhuma participação de minoritário foi reconhecida sobre os ajustes de valor de mercado dos bens e obrigações da BrT Part uma vez que estes ajustes foram limitados ao Percentual *Pro-Forma* (43,34%) do total do capital social detido pela Emissora. Para fins de balanço, o investimento detido em ações preferenciais (R\$1.211 milhão) está sendo tratado com redução na participação dos minoritários nos ajustes *pro-forma*, considerando que o investimento direto na BrT representa uma redução na base de acionistas minoritários para a BrT Part.

(H) Este ajuste *pro-forma* reflete o aumento estimado na despesa de depreciação e amortização relacionada ao aumento *pro-forma* no ativo imobilizado e bens intangíveis relacionados a licenças regulatórias. A depreciação *pro-forma* perfez um montante de R\$380 milhões para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, baseado na taxa média de depreciação de 14,3% ao ano para os bens de redes de comunicação. A amortização *pro-forma* perfez um total de R\$38 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, baseada numa taxa média de amortização de 7,6% ao ano para as licenças regulatórias da BrT Part. Após o fechamento da Aquisição da BrT, a Emissora começou a realizar uma criteriosa avaliação dos bens e obrigações da BrT Part, avaliação esta que ainda está em andamento. Os reais ajustes de valor de mercado baseados nesta avaliação detalhada podem diferir substancialmente destas estimativas.



(I) Este ajuste *pro-forma* reflete um decréscimo estimado na receita financeira de R\$665 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, como resultado do desembolso de R\$5.371 milhões referentes ao preço de compra. Juros de remuneração foram computados a uma taxa de 12,38% para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, equivalente ao CDI para o respectivo período para o uso dos recursos próprios da Emissora.

(J) Este ajuste *pro-forma* é relacionado à eliminação do investimento para fins de consolidação.

(K) Após a Aquisição da BrT, em 08 de janeiro de 2009, foi dado início ao processo de revisão e conciliação de práticas e estimativas contábeis utilizadas por TNL e Emissora, de um lado, e BrT Part e BrT, de outro (“Revisão para Conciliação”). Também por força da aquisição foi contratada empresa especializada para a preparação do laudo destinado à alocação do preço de compra (“Laudo”). Os trabalhos de Revisão para Conciliação e de elaboração do Laudo ainda não estão concluídos. A Brt possui diversas causas de natureza fiscal, trabalhistas e civil, cuja avaliação dos advogados externos daquela entidade foi de perda possível e remota. Assim, os valores envolvidos não foram objeto de provisionamento contábil. Como parte dos trabalhos de revisão para conciliação e elaboração do laudo acima referido, a Emissora pretende reavaliar estas estimativas de risco e, se necessário, uma revisão das probabilidades de êxito. Os riscos de causas citados acima referem-se a:

- contingências judiciais (cíveis, trabalhistas e tributárias), no valor total de R\$2.197 milhões (R\$1.450 milhões líquido de efeitos tributários), que se refere substancialmente à discussão de demandas judiciais relacionadas a direitos de titulares de Planos de Expansão, demandas trabalhistas e demandas tributárias;
- reversão de provisão do plano de pensão, no valor de R\$303 milhões (R\$200 milhões líquido de efeitos tributários), que se refere à adoção pela Emissora da metodologia conhecida como “corredor” para a avaliação das posições ativas e passivas dos planos de previdência mantidos pela BrT; e
- provisão para devedores duvidosos, no valor de R\$76,0 milhões (R\$50,0 milhões líquido de efeitos tributários), que se refere à adoção do padrão utilizado pela Emissora para diversas metodologias de registro dessa provisão.

A proporção do Percentual *Pro-Forma* (de 43,34%) aplicado ao efeito total dos riscos das contingências jurídicas, reversão de provisão do plano de pensão e provisão para devedores duvidosos acima referidos, líquido de efeitos tributários, no valor de R\$1.300 milhões, resultaria em um acréscimo de R\$563 milhões no ágio gerado na Aquisição BrT.



4. Informações Adicionais

- Receitas de interconexão e custos relacionados às transações entre a Emissora e a BrT Part não foram eliminadas considerando que tais quantias são imateriais.
- A Solpart é uma *holding* intermediária entre a Invitel e a BrT Part, cujos números são imateriais.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO I

- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ/MF 33.000.118/0001-79
NIRE 33 300 152580
Companhia Aberta

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Telemar Norte Leste S.A., realizada no dia 04 de janeiro de 2008, lavrada na forma de sumário conforme faculta o § 1º do artigo 17 do Estatuto Social:

1. LOCAL, DATA E HORA: Realizada na sala de reuniões do 5o andar da sede da Companhia, localizada na Rua General Polidoro nº 99, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 04 de janeiro de 2008, às 10:30 horas.

2. ORDEM DO DIA: I) Cancelamento de 2.928.905 (dois milhões, novecentas e vinte e oito mil, novecentas e cinco) ações preferenciais classe "A", 1.100 (um mil e cem) ações preferenciais classe "B" e 123.873 (cento e vinte e três mil, oitocentas e setenta e três) ações ordinárias, de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria; e II) Ajuste da redação do artigo 6º do Estatuto Social em razão da conversão de 46.827 (quarenta e seis mil, oitocentas e vinte e sete) ações preferenciais classe "B" da Companhia em 46.827 (quarenta e seis mil, oitocentas e vinte e sete) ações preferenciais classe "A", conforme Aviso aos Acionistas publicado em 21/06/2007, bem como do cancelamento de ações referido no Item i) acima, passando a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 6º: - O capital social, subscrito é de R\$7.425.505.769,63 (sete bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinco mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos), tendo sido integralizados R\$7.418.989.192,97 (sete bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e dois reais e noventa e sete centavos), dividido em 238.614.355 (duzentas e trinta e oito milhões, seiscentas e quatorze mil, trezentas e cinquenta e cinco) ações, sendo 107.063.093 (cento e sete milhões, sessenta e três mil e noventa e três) ações ordinárias, 130.487.295 (cento e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, quatrocentas e noventa e cinco) ações preferenciais Classe "A" e 1.063.967 (um milhão, sessenta e três mil, novecentas e sessenta e sete) ações preferenciais Classe "B", todas nominativas e sem valor nominal."

3. CONVOCAÇÃO: Edital publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", parte V, nas edições dos dias 20/12/2007, página 07, 21/12/2007, página 08 e 26/12/2007, página 04 e no Jornal "Valor Econômico - Edição Nacional", nas edições dos dias 19/12/2007, página C8, 20/12/2007, página C8 e 21/12/2007, página A8.

4. PRESENCAS: acionistas representando mais de 97% (noventa e sete por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, bem como do Sr. José Luis Magalhães Salazar, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores. Registra-se também a presença da Dra. Maria Gabriela Campos, Diretora Jurídica Corporativa da Companhia.

TELEMAR NORTE LESTE S/A
Assembléia Geral Extraordinária
realizada em 04 de janeiro de 2008.



5. MESA: como Presidente a Sra. Georgeane Fukumura e como Secretária a Sra. Wanda Brandão.

6. DELIBERAÇÕES: Por acionistas representando mais de 97% (noventa e sete por cento) do capital social votante da Companhia presentes à Assembléia, foram tomadas as seguintes deliberações:

Quanto ao **Item i)**, o Sr. José Luis Magalhães Salazar apresentou proposta para cancelamento de 2.928.905 (dois milhões, novecentas e vinte e oito mil, novecentas e cinco) ações preferenciais classe "A", 1.100 (um mil e cem) ações preferenciais classe "B" e 123.873 (cento e vinte e três mil, oitocentas e setenta e três) ações ordinárias, de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria, tendo sido a proposta aprovada pela totalidade dos acionistas presentes.

Passando ao **item ii)**, o Sr. José Luis Magalhães Salazar apresentou o resultado da reabertura do prazo para conversão de ações preferenciais classe "B" da Companhia em ações preferenciais classe "A", conforme Aviso aos Acionistas publicado em 21/06/2007, tendo sido convertidas neste período 46.827 (quarenta e seis mil, oitocentas e vinte e sete) ações preferenciais classe "B" da Companhia em 46.827 (quarenta e seis mil, oitocentas e vinte e sete) ações preferenciais classe "A". Em decorrência desta conversão bem como do cancelamento de ações referido no item i) acima, os acionistas aprovaram por unanimidade ajustar a redação do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 6º: - O capital social, ~~subscrito é de~~ R\$7.425.505.769,63 (sete bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), tendo sido integralizados R\$7.418.989.192,97 (sete bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e dois reais e noventa e sete centavos), dividido em 238.614.355 (duzentas e trinta e oito milhões, seiscentas e quatorze mil, trezentas e cinquenta e cinco) ações, sendo 107.063.093 (cento e sete milhões, sessenta e três mil e noventa e três) ações ordinárias, 130.487.295 (cento e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e noventa e cinco) ações preferenciais Classe "A" e 1.063.967 (um milhão, sessenta e três mil, novecentas e sessenta e sete) ações preferenciais Classe "B", todas nominativas e sem valor nominal."

7. ENCERRAMENTO: Nada mais tratado, a presente ata foi lavrada, depois lida, aprovada e assinada por acionistas representando a totalidade dos presentes à Assembléia, tendo sido autorizada a publicação da ata sem as assinaturas dos acionistas presentes, na forma do art. 130, §2º da Lei nº 6.404/76.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2008.

Certifico que a presente é cópia fiel do respectivo livro de atas da Companhia.

Wanda Brandão
Wanda Brandão
Secretária



TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

Companhia Aberta

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Telemar Norte Leste S.A., realizada no dia 29 de setembro de 2006, lavrada na forma de sumário conforme faculta o § 1º do artigo 17 do Estatuto Social:

1. **LOCAL, DATA E HORA:** realizada na sala de reuniões do 5º andar da sede da Companhia, localizada na Rua General Polidoro nº 99, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 29 de setembro de 2006, às 09:30h.
2. **ORDEM DO DIA:** (i) Proposta de aumento de capital, sem a emissão de novas ações, mediante a incorporação das reservas de incentivo fiscal sobre o lucro de exploração, no valor total de R\$89.944.949,98, sendo R\$86.407.435,86 (ano-base de 2005) e R\$3.537.514,12 (valor residual do ano-base de 2004); (ii) Alterar a redação do caput do art. 6º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento de capital.
3. **CONVOCAÇÃO:** Edital publicado, no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", parte V, nas edições dos dias 14/09/2006, página 06, 15/09/2006, página 10 e 18/09/2006, página 08, e no Jornal "Valor Econômico - Edição Nacional", nas edições dos dias 14/09/2006, página B11, 15/09/2006, página C3 e 18/09/2006, página A3.
4. **PRESENCAS:** acionistas representando mais de 97% (noventa e sete por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, bem como dos Srs. José Luis Magalhães Salazar, Diretor de Finanças e Julio Cesar Pinto, Diretor.
5. **MESA:** Presidente a Sra. Georgeane Andrea de Oliveira Fukumura e Secretária a Sra. Eliana Jacinta de Azevedo Teixeira.
6. **DELIBERAÇÕES:** Por acionistas representando mais de 97% (noventa e sete por cento) do capital social votante da Companhia presentes à Assembléia, foram tomadas as seguintes deliberações:

TELEMAR NORTE LESTE S/A
Assembléia Geral Extraordinária
realizada em 29 de setembro de 2006.



Iniciada a Assembléia, quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foi aprovada, sem voto discordante, a proposta de aumento de capital, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$89.944.949,98 (oitenta e nove milhões, novecentos e quarenta e nove mil reais e noventa e oito centavos), mediante a incorporação das reservas de incentivo fiscal sobre o lucro de exploração referentes aos exercícios sociais de 2005 e residual de 2004, a saber: R\$86.407.435,86 relativos ao exercício social de 2005 e R\$3.537.514,12 relativos ao valor residual do exercício social de 2004. Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, em decorrência da deliberação acima, foi aprovada, por unanimidade, a alteração do *caput* do art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a ter a seguinte redação: "Art. 6º - O capital social, subscrito é de R\$7.425.505.769,63(*sete bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos*), tendo sido integralizados R\$7.418.989.192,97(*sete bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e dois reais e noventa e sete centavos*), dividido em 241.668.233 (*duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e três*) ações, sendo 107.186.966 (*cento e sete milhões, cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis*) ações ordinárias, 133.369.373 (*cento e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentas e setenta e três*) ações preferenciais Classe "A" e 1.111.894 (*um milhão, cento e onze mil, oitocentas e noventa e quatro*) ações preferenciais Classe "B", todas nominativas e sem valor nominal."

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tratado foi lavrada a presente ata e depois lida, aprovada e assinada por acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, autorizada a publicação da ata sem as assinaturas dos acionistas presentes, na forma do art. 130, §2º da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2006. A presente é cópia fiel do respectivo Livro de atas da Companhia.


Eliana Jacinta de Azevedo Teixeira
Secretária

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A	
Nire: 33.3.0016259-0	
Protocolo: 00-2006/135076-1 - 05/10/2006	
CERTIFICADO DE DEPOSITO EM E DATA ABAIXO.	16/10/2006, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
00001645713	
DATA: 16/10/2006	Valéria M. Serra SECRETARIA GERAL

TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Telemar Norte Leste S.A., realizada no dia 30 de março de 2006, lavrada na forma de sumário conforme faculta o § 1º do artigo 17 do Estatuto Social:

1. LOCAL, DATA E HORA: realizada na sala de reuniões do 5º andar da sede da Companhia, localizada na Rua General Polidoro nº 99, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 2006, às 14:00 horas.

2. ORDEM DO DIA: (i) Proposta de apropriação contábil de Juros sobre o Capital Próprio até o limite de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ao longo do exercício de 2006; (ii) Proposta de aumento de capital no valor de R\$214.696.106,67, mediante a incorporação das reservas de incentivo fiscal sobre o lucro de exploração referentes aos exercícios de 1999 a 2004.

3. CONVOCAÇÃO: Edital publicado, no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", parte V, nas edições dos dias 15/03/2006, página 15, 16/03/2006, página 38 e 17/03/2006, página 11, e no Jornal "Valor Econômico - Edição Nacional", nas edições dos dias 15/03/2006, página A12, 16/03/2006, página B3 e 17/03/2006, página B3.

4. PRESENCAS: acionistas representando mais de 97% (noventa e sete por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, bem como dos Srs. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Diretor Presidente e Julio Cesar Pinto, Diretor.

5. MESA: Presidente o Sr. Leonardo Roslindo Pimenta e Secretária a Sra. Eliana Jacinta de Azevedo Teixeira.

6. DELIBERAÇÕES: Por acionistas representando mais de 97% (noventa e sete por cento) do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia, foram tomadas as seguintes deliberações:

TELEMAR NORTE LESTE S/A
Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 30 de março de 2006.



Iniciada a Assembleia, quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foi aprovada, sem voto discordante, a proposta para apropriação contábil de Juros sobre Capital Próprio ("JCP's"), conforme permissivo legal contido no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, ao longo do exercício de 2006, com base nos lucros projetados e variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido, no valor de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Ficou registrado que a matéria foi submetida à deliberação do Conselho de Administração em 07 de março pp., no sentido de que as declarações de JCP's serão implementadas na periodicidade, nas condições e nos montantes a serem definidos pela Diretoria da Companhia ao longo do presente exercício.

Ficou esclarecido que o montante efetivamente creditado aos acionistas será imputado aos dividendos que vierem a ser distribuídos referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2006, conforme permissivo legal contido no parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores.

Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, foi aprovada, sem voto discordante, a proposta de aumento de capital, sem a emissão de ações, no valor de R\$214.696.106,67 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e noventa e seis mil, cento e seis reais e sessenta e sete centavos), mediante a incorporação das reservas de incentivo fiscal sobre o lucro de exploração referentes aos exercícios sociais de 1999 a 2004, a saber: R\$1.765.877,63 (um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) relativos ao exercício social de 1999; R\$1.973.114,70 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quatorze reais e setenta centavos) relativos ao exercício social de 2000; R\$42.534.826,70 (quarenta e dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta centavos) relativos ao exercício social de 2001; R\$35.807.824,56 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos) relativos ao exercício social de 2002; R\$45.531.779,29 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos) relativos ao exercício social de 2003; R\$87.082.683,79 (oitenta e sete milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e nove centavos) relativos ao exercício social de 2004.

Em decorrência da deliberação acima, foi aprovada, por unanimidade, a alteração do art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a ter a seguinte redação: "Art. 6º - O capital social, subscrito é de R\$7.335.560.819,65 (sete bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos), tendo sido integralizados R\$7.329.044.242,99 (sete bilhões, trezentos e vinte e nove milhões, quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos),

dividido em 241.668.233 (duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e três) ações, sendo 107.186.966 (cento e sete milhões, cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis) ações ordinárias, 133.369.373 (cento e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentas e setenta e três) ações preferenciais Classe "A" e 1.111.894 (um milhão, cento e onze mil, oitocentas e noventa e quatro) ações preferenciais Classe "B", todas nominativas e sem valor nominal."

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tratado foi lavrada a presente ata e depois lida, aprovada e assinada por acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, observadas as abstenções e declarações de voto, autorizada a publicação da ata sem as assinaturas dos acionistas presentes, na forma do art. 130, §2º da Lei nº 6.404/ 76. Rio de Janeiro, 30 de março de 2006. A presente é cópia fiel do respectivo Livro de atas da Companhia.


Eliana Jacinta de Azevedo Telxreira
Secretária

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A	
Ata: 53.3.0016284-0	
Protocolo: 00-2006/030634-S - 31.03/2006	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM E DATA ABaixo.	03/04/2006, E O REGISTRO SOB O NOME DO MEMBRO
00001597445	03/04/2006
DATA: 03/04/2006	VALERIA M. S. SILVA SECRETARIA GERAL



TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Telemar Norte Leste S.A., realizada no dia 17 de dezembro de 2004, lavrada na forma de sumário conforme faculta o § 1º do artigo 17 do Estatuto Social:

1. LOCAL, DATA E HORA: realizada na sala de reuniões do 5º andar da sede da Companhia, localizada na Rua General Polidoro, nº 99, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 17 de dezembro de 2004, às 14:00 horas.

2. ORDEM DO DIA: (i) Analisar a celebração dos seguintes contratos: (a) Contrato de Prestação de Serviços de "Call Center" pela TNL Contax S.A para a Companhia e para a TNL PCS S.A.; e (b) Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações pela Companhia para a TNL Contax S.A.; e (ii) Alterar a redação dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social, em decorrência do grupamento de ações, aprovado na AGE realizada no dia 13/05/2004, visando a adaptar o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, bem como o número de ações ao qual a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração (capital autorizado).

3. CONVOCAÇÃO: Edital publicado, no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", parte V, nas edições dos dias 02/12/2004, página 05, 03/12/2004, página 03 e 06/12/2004, página 04, e no Jornal "Valor Econômico - Edição Nacional", nas edições dos dias 02/12/2004, página A4, 03/12/2004, página B7 e 06/12/2004, página B3.

4. PRESENCAS: acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, bem como dos Srs. Marcos Grodetzky, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e do Sr. José Augusto da Gama Figueira, acionista e Diretor Jurídico.

5. MESA: Presidente: Sr. Leandro Luiz Zancan; Secretário Sr. Leonardo Roslindo Pimenta.

TELEMAR NORTE LESTE S/A
Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 17 de dezembro de 2004.



6. DELIBERAÇÕES:

Por acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia, foram tomadas as seguintes deliberações:

a) Iniciada a Assembleia, quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foi aprovada, por unanimidade, com abstenção dos acionistas representados pelo procurador Gustavo Pontes Jacunskas, a celebração dos seguintes contratos: (a) Contrato de Prestação de Serviços de "Call Center" pela TNL Contax S.A para a Companhia e para a TNL PCS S.A.; e (b) Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações pela Companhia para a TNL Contax S.A;

b) Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, foi aprovada, por unanimidade, com abstenção dos acionistas representados pelo procurador Gustavo Pontes Jacunskas: (a) a alteração do caput do art. 6º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do grupamento de ações, aprovado na AGE realizada no dia 13/05/2004, visando a adaptar o número de ações em que se divide o capital social da Companhia. O caput do art. 6º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "Art. 6º - O capital social, subscrito é de R\$7.120.864.712,98 (sete bilhões, cento e vinte milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e doze reais e noventa e oito centavos), tendo sido integralizados R\$7.114.348.136,32 (sete bilhões, cento e quatorze milhões, trezentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e seis reais e trinta e dois centavos) dividido em 241.668.233 (duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e três) ações, sendo 107.186.966 (cento e sete milhões, cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis) ações ordinárias, 133.369.373 (cento e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentas e setenta e três) ações preferenciais Classe "A" e 1.111.894 (um milhão, cento e onze mil, oitocentas e noventa e quatro) ações preferenciais Classe "B", todas nominativas e sem valor nominal."; e (b) a alteração do caput do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do grupamento de ações, aprovado na AGE realizada no dia 13/05/2004, visando a adaptar o número de ações ao qual a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração (capital autorizado). O caput do art. 7º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "Art. 7º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de se guardar

AP



proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto”.

c) Permanecem inalterados os demais artigos do Estatuto Social que não foram expressamente alterados. Por fim, foi aprovada por unanimidade, com abstenção dos acionistas representados pelo procurador Gustavo Pontes Jacunskas, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que fica anexo a esta ata (ANEXO I), com as modificações ora aprovadas.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tratado, foi a presente ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada por acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, observadas as abstenções, autorizada a publicação da ata sem as assinaturas dos acionistas presentes, na forma do art. 130, §2º da Lei n.º 6.404/ 76. A presente é cópia fiel do respectivo Livro de atas da Companhia. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2004.

Leonardo R. Pimenta

Leonardo Roslindo Pimenta
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
NOME: TELEMAR NORTE LESTE S/A	
CNPJ: 00.000.000/0000-00	
PROFESSOR: 00.000.000/0000-00	
E DOUTORADO	
22/12/2004, e é recebido pelo NÚMERO	
00001483686	DATA: 22/12/2004
Visto e assinado pelo	
SECRETARIO	

TELEMAR NORTE LESTE S.A.
CNPJ/MF Nº 33.000.118/0001-79
NIRE Nº 33 300 152580

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA

Art. 1º - A Telemar Norte Leste S.A. é uma companhia aberta, que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

Parágrafo Único - Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

- I. participar do capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações;
- II. constituir subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas;
- III. promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV. prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum;
- V. exercer atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;
- VI. celebrar, com aprovação do Conselho de Administração, contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e
- VII. exercer outras atividades afins ou correlatas, que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral.

Art. 3º - A Companhia obriga-se, durante o prazo da concessão e sua prorrogação, a manter, na sua estrutura organizacional, órgão para deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento dos Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado Local, celebrados, diretamente ou por sucessão, com a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, inclusive fazendo refletir tal obrigação na composição e nos procedimentos decisórios de seus órgãos de administração.





Parágrafo Único - A Companhia obriga-se a não despender com contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, com entidades estrangeiras, em relação a receita anual do Serviço Telefônico Fixo Comutado, líquida de imposto e contribuições, valores superiores a:

- (i) 1% ao ano até 31.12.2000;
- (ii) 0,5% ao ano de 01.01.2001 à 31.12.2002; e
- (iii) 0,2% ao ano a partir de 01.01.2003.

Art. 4º - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação de sua Diretoria, observado o disposto no artigo 31, inciso X, abaixo, criar e extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios, departamentos e representações.

Art. 5º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 6º - O capital social subscrito é de R\$7.120.864.712,98 (sete bilhões, cento e vinte milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e doze reais e noventa e oito centavos), tendo sido integralizados R\$7.114.348.136,32 (sete bilhões, cento e quatorze milhões, trezentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), dividido em 241.668.233 (duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e três) ações, sendo 107.186.966 (cento e sete milhões, cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis) ações ordinárias, 133.369.373 (cento e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentas e setenta e três) ações preferenciais Classe "A" e 1.111.894 (um milhão, cento e onze mil, oitocentas e noventa e quatro) ações preferenciais Classe "B", todas nominativas e sem valor nominal

Parágrafo Único - As ações da Companhia são escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição habilitada a prestar tais serviços, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do Artigo 35, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Art. 7º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de se guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Parágrafo Único - Dentro do limite da autorização para aumento do capital social de que trata o caput deste artigo, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às empresas por ela controladas.

Art. 8º - Dentro do limite do capital autorizado, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou outros beneficiários conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante:

- I. subscrição pública ou venda em bolsa de valores;



- II. permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76; e
- III. gozo de incentivos fiscais, nos termos de lei especial.

Art. 9º - O acionista é obrigado a realizar o capital subscrito, nas condições previstas no ato que deliberar a subscrição, o qual poderá estabelecer que o pagamento seja feito mediante chamadas pelos órgãos de administração da Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no artigo 107 da Lei nº 6.404/76, o acionista que deixar de efetuar o pagamento nas datas aprezadas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária, com a menor periodicidade admitida por lei, e multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso.

Art. 10 - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 11 - As ações preferenciais classe "A" são assegurados: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias; bem como (b) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" definida a seguir. As ações preferenciais classe "B" são assegurados: (x) prioridade no pagamento do dividendo fixo e não cumulativo de 10% (dez por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, bem como (y) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "A" e ações ordinárias.

Parágrafo 1º - As ações preferenciais poderão ser resgatadas, em qualquer tempo, pelo valor calculado na forma do item "x" do caput deste artigo, ou pelo valor da cotação em bolsa, quando este for superior àquele, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, mediante sorteio, se as disponibilidades não permitirem o resgate de sua totalidade.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais, de qualquer classe, participarão da capitalização de outras reservas e lucros.

Parágrafo 3º - Observado o disposto no Parágrafo 4º deste artigo, as ações preferenciais, de qualquer classe, somente terão direito a voto nas deliberações referentes às matérias previstas no Parágrafo Único do artigo 3º e nos demais casos expressamente previstos neste Estatuto, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 115, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 4º - As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Companhia, por um prazo de 3 (três) anos consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos a que fazem jus nos termos deste Estatuto.

Parágrafo 5º - As ações ordinárias, preferenciais classe "A" e preferenciais classe "B" participarão em igualdade de condições na distribuição de eventuais bonificações em ações, decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social, devendo as ações existentes receber novas ações bonificadas da respectiva espécie, sendo que ambas as classes de ações preferenciais deverão receber ações bonificadas preferenciais classe "A".

Art. 12 - O valor de reembolso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em Lei, será o valor econômico da Companhia dividido pelo número total de ações, sendo tal valor econômico apurado em avaliação, nos termos da Lei nº 6.404/76, com as alterações dadas pela Lei nº 9.457, de 05.05.1997.





CAPÍTULO III

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13 - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

Art. 14 - Além das atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. reformar o Estatuto Social;
- II. autorizar a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações ou vendê-las, se em tesouraria, bem como autorizar a venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas, podendo delegar ao Conselho de Administração a deliberação sobre:
 - (i) a época, as condições de vencimento, a amortização ou o resgate;
 - (ii) a época e as condições de pagamento dos juros da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver; e
 - (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como o tipo de debêntures;
- III. deliberar sobre a alteração do dividendo mínimo obrigatório;
- IV. deliberar sobre a participação da Companhia em grupo de sociedades;
- V. deliberar sobre a criação de partes beneficiárias;
- VI. deliberar sobre proposta de distribuição de dividendos ou de pagamento de juros sobre o capital que seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia;
- VII. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- VIII. deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- IX. suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou pelo Estatuto;
- X. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- XI. fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- XII. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- XIII. deliberar sobre promoção de ação de responsabilidade civil a ser movida pela Companhia contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, na conformidade do disposto no artigo 159 da Lei nº 6.404/76;
- XIV. deliberar sobre o aumento do capital social quando em volume acima do montante autorizado neste Estatuto;
- XV. deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários no País ou no exterior, observado o disposto no artigo 22, inciso XV, deste Estatuto, e, ainda, ressalvada a competência do Conselho de Administração para emissões dentro do limite do capital autorizado;
- XVI. aprovar previamente a celebração de quaisquer contratos de longo prazo entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, salvo quando os contratos obedecerem a cláusulas uniformes;



- XVII. deliberar sobre a criação de nova classe de ações preferenciais ou aumento de classe existente, sem guardar proporção com as demais espécies e classes, no que exceder ao número de ações previsto no art. 7º acima;
- XVIII. deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais; e
- XIX. autorizar a celebração de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, com entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, dentro dos limites estabelecidos no Parágrafo Único do artigo 3º deste Estatuto.

Parágrafo Único - Os acionistas titulares de ações preferenciais, de qualquer classe, terão direito a voto nas deliberações a que se refere o inciso XIX deste artigo, sem prejuízo do disposto no § 1º, do artigo 115 da Lei nº 6.404/76.

Art. 15 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente consubstanciar o respectivo ato. Poderá, ainda, a Assembleia Geral ser convocada na forma prevista no Parágrafo Único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 9.457/97.

Art. 16 - A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente da Companhia, que procederá à eleição da mesa Diretora, composta de um presidente e um secretário, escolhidos dentre os acionistas presentes. Na ausência ou impedimento do Diretor Presidente, a Assembleia poderá ser instalada por qualquer Diretor ou por procurador devidamente investido de poderes específicos para esse fim.

Art. 17 - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

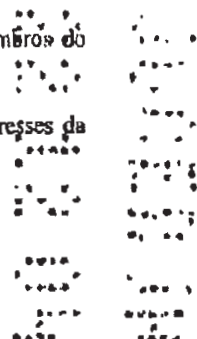
Parágrafo 1º - A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, incluindo dissidências e protestos.

Parágrafo 2º - Salvo deliberações em contrário da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

Art. 18 - Anualmente, nos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, para:

- I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- III. eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração.

Art. 19 - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia a exigirem.





CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I

NORMAS GERAIS

Art. 20 - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, estando os seus membros dispensados de prestar caução para o exercício das suas funções.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exercerá a administração superior da Companhia.

Parágrafo 2º - A Diretoria é o órgão executivo da administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência estabelecida pelo presente Estatuto e pelo Conselho de Administração.

Art. 21 - Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

SEÇÃO II

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 22 - Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- I. fixar a política geral dos negócios da Companhia e acompanhar sua execução;
- II. convocar a Assembleia Geral;
- III. aprovar e submeter à Assembleia Geral as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração da Companhia, neles incluídas as demonstrações consolidadas;
- IV. deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 41 deste Estatuto;
- V. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias;
- VI. aprovar, mediante proposta da Diretoria, a indicação ou destituição de litigante da auditoria interna;
- VII. aprovar o orçamento anual da Companhia, a forma de sua execução e o plano anual de metas e estratégia de negócios da Companhia para o período de vigência do orçamento;
- VIII. resolver, quando delegado pela Assembleia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;
- IX. aprovar a proposta da Diretoria sobre o Regimento da Companhia, com sua respectiva estrutura organizacional;
- X. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar, a qualquer tempo, os livros da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração ou sobre quaisquer outros atos;
- XI. escolher e destituir os auditores independentes;



- XII. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- XIII. aprovar o aumento de participação em sociedades controladas ou coligadas, no País ou no exterior, a constituição de subsidiárias integrais da Companhia, a participação da Companhia no capital de outras empresas, no País e no exterior, e a alienação, total ou parcial, dessa participação;
- XIV. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- XV. autorizar a emissão de notas promissórias comerciais ("commercial papers");
- XVI. aprovar e definir os termos e condições de quaisquer emissões de ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado;
- XVII. aprovar investimentos que excederem R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando não previstos no orçamento anual da Companhia;
- XVIII. aprovar qualquer empréstimo, financiamento ou concessão de qualquer garantia real ou fidejussória realizado pela Companhia, dentro do período compreendido pelo orçamento então em vigor, isolada ou cumulativamente, que ultrapassem o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- XIX. autorizar a assinatura de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias de direitos, que impliquem obrigações para a Companhia ou representem valores em montante superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento da Companhia;
- XX. observado o disposto nos demais incisos deste artigo que tratam de bens do ativo permanente, autorizar a Diretoria a adquirir, alienar e constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia, em valores que representem responsabilidade igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento anual da Companhia;
- XXI. estabelecer as diretrizes referentes aos critérios de remuneração dos administradores da Companhia, bem como distribuir o montante global da remuneração fixado pela Assembleia Geral, entre os Conselheiros e Diretores da Companhia, fixando-lhes a remuneração individual;
- XXII. aprovar, mediante proposta da Diretoria, instituição na qual serão mantidas, em conta de depósito, as ações da Companhia;
- XXIII. indicar os representantes da Companhia nos órgãos da administração das empresas das quais a mesma participe no capital social, na qualidade de acionista ou sócio-quotista;
- XXIV. orientar os votos a serem proferidos pelo representante da Companhia nas assembleias gerais de suas controladas;
- XXV. acompanhar o cumprimento das obrigações da Companhia junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e as negociações sobre tarifas e preços;
- XXVI. autorizar a prestação de garantias pela Companhia em favor de empresas controladas e de terceiros;
- XXVII. observado o disposto no inciso XVI do artigo 14, acima, aprovar qualquer operação individual cujo valor exceda R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), entre a Companhia e suas controladas, de um lado, e seus acionistas, suas controladas, suas coligadas, controladoras ou sociedades sob o controle comum desses, de outro lado;
- XXVIII. observado o disposto no artigo 101 da Lei nº 9.472, de 16.07.1997, autorizar a alienação ou oneração de bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços públicos de telecomunicações;
- XXIX. autorizar a renúncia a direitos de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição emitidos por empresas controladas, independentemente de seus valores;
- XXX. autorizar investimentos em novos negócios;

- XXXI. autorizar a Companhia, bem como suas coligadas e controladas a celebrar, alterar ou rescindir acordo de acionistas;
- XXXII. autorizar a prática de atos gratuitos, em benefício de empregados ou da comunidade, tendo em vista as responsabilidades sociais da Companhia, sendo que a prestação de fianças para empregados no caso de transferências e/ou remanejamentos interestaduais e/ou intermunicipais não configura matéria que dependa de prévia aprovação do Conselho de Administração; e
- XXXIII. desempenhar quaisquer outras funções ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral, tal como definido no presente Estatuto e expressamente na lei.

Art. 23 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos e igual número de suplentes, mantendo-se sempre o número ímpar de membros, incluindo o representante dos titulares das ações preferenciais.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral; os titulares de ações preferenciais de ambas as classes, em conjunto, terão direito de eleger, por votação em separado, um membro do Conselho.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração terão o mandato de 3 (três) exercícios anuais, considerando-se exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias.

Parágrafo 3º - A alteração estatutária do disposto no Parágrafo 1º deste artigo dependerá da aprovação dos titulares de ações preferenciais de ambas as classes, reunidos em assembleia especial, na forma do Parágrafo Único do artigo 18 da Lei nº 6.404/76.

Art. 24 - O Conselho de Administração deverá nomear, dentre os seus membros, o Presidente do órgão.

Art. 25 - No caso de vacância no cargo de Conselheiro, inclusive do Presidente do Conselho, o seu suplente assumirá o cargo em complementação do mandato do Conselheiro substituído.

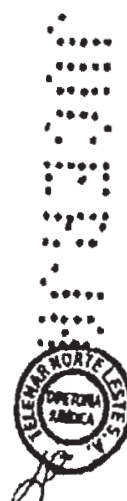
Parágrafo 1º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, cada Conselheiro será substituído por seu suplente, especificamente para cada reunião. Nas hipóteses de ausências ou impedimentos temporários do Presidente, este será substituído pelo seu suplente nas respectivas reuniões, sendo que a Presidência do Conselho de Administração será assumida interinamente por um dos Conselheiros, indicado pelo próprio Presidente.

Parágrafo 2º - Em caso de vacância no cargo de Conselheiro e, na falta de seu suplente para cumprir o tempo remanescente do mandato, os seus substitutos serão nomeados pelos demais Conselheiros até a primeira Assembleia Geral que se realizar, na forma da lei.

Art. 26 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre do ano calendário, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de 2 (dois) Conselheiros quaisquer, lavrando-se ata de suas deliberações no livro próprio.

Parágrafo 1º - A convocação para as reuniões do Conselho de Administração deve ser realizada por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e dirigida a todos os Conselheiros, com a especificação da data, local e hora onde será realizada a reunião e das matérias que serão submetidas à deliberação.

Parágrafo 2º - Não obstante o disposto neste artigo, considerar-se-á regular a reunião do Conselho de Administração na qual comparecerem todos os seus membros, efetivos ou suplentes.



Art. 27 - O quorum de instalação da reunião do Conselho de Administração será o da maioria dos membros, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

SEÇÃO III

DIRETORIA

Art. 28 - A Diretoria da Companhia será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, mantendo-se sempre preenchidos os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Finanças, sendo que os demais membros serão Diretores sem designação específica, observado o disposto no Parágrafo Único adiante.

Parágrafo único - Caberá a qualquer Diretor exercer o cargo de Diretor de Relações com Investidores, podendo ser exercido cumulativamente ou não, conforme vir a ser deliberado pelo Conselho de Administração quando da respectiva eleição. O referido cargo deverá manter-se sempre preenchido.

Art. 29 - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração e terão mandato de 3 (três) exercícios anuais, considerando-se exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias.

Art. 30 - Em suas ausências e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído por qualquer Diretor por ele designado.

Parágrafo 1º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente e do Diretor por ele designado, as funções do Diretor Presidente serão exercidas por um dos membros da Diretoria designado pelo Diretor ausente ou impedido que estiver, na forma do caput deste artigo, exercendo as referidas funções.

Parágrafo 2º - No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos demais membros da Diretoria, o cargo será acumulado por um Diretor designado pela Diretoria.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância no cargo de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para a eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato do substituído. Na vacância do cargo de Diretor Presidente, do Diretor de Finanças ou do Diretor de Relações com Investidores, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito, as funções relativas ao respectivo cargo serão cumuladas por um Diretor designado pela Diretoria.

Art. 31 - Compete à Diretoria como órgão colegiado:

- I. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;
- II. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;
- III. apresentar periodicamente ao Conselho de Administração a evolução geral dos negócios da Companhia;
- IV. submeter ao Conselho de Administração proposta de indicação ou destituição de titular da auditoria interna;





- V. propor ao Conselho de Administração a alienação dos bens do ativo permanente da Companhia;
- VI. apresentar proposta ao Conselho de Administração do Regimento da Companhia com a respectiva estrutura organizacional;
- VII. apreciar o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras e o Relatório Anual da Companhia, bem como a proposta de destinação de resultado submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração;
- VIII. apresentar proposta ao Conselho de Administração do plano de cargos e salários, do regulamento de pessoal, do quadro do pessoal e do plano de benefícios e vantagens da Companhia;
- IX. decidir sobre a operacionalização e a implementação de seus planos e programas relativos às atividades de treinamento e administração de recursos humanos;
- X. criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações;
- XI. submeter ao Conselho de Administração a contratação de seguros de interesse da Companhia, cujo valor do objeto segurado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- XII. apresentar ao Conselho de Administração relatórios circunstanciados do andamento dos processos judiciais e administrativos de interesse da Companhia;
- XIII. observado o disposto no inciso XVI do artigo 14 deste Estatuto, submeter previamente ao Conselho de Administração, para aprovação, contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias de direitos, que impliquem obrigações para a Companhia em montante superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), independentemente de previsão no orçamento da Companhia;
- XIV. deliberar sobre outros assuntos julgados como de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração.

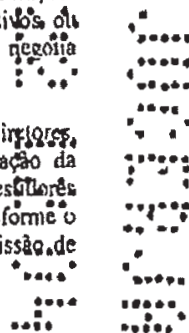
Art. 32 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Único - O quorum de instalação das reuniões de Diretoria é o da maioria dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião.

Art. 33 - A Companhia será representada ativa e passivamente, em quaisquer atos que criem obrigações ou desonrem terceiros de obrigações para com a Companhia, por dois Diretores em conjunto, ou por dois procuradores nomeados no mesmo instrumento, na forma abaixo, através de mandato para prática de ato nele especificado.

Parágrafo Único - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, definindo nos respectivos instrumentos, de forma precisa e completa, os poderes outorgados e o prazo de mandato, que, à exceção das procurações outorgadas a advogados para representar a Companhia em processos administrativos ou judiciais, não poderá ultrapassar 1 (um) ano. Além do prazo, as procurações ad negótia vedarão o substabelecimento.

Art. 34 - O Diretor Presidente determinará as funções específicas de cada um dos Diretores, observando os limites que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração da Companhia, ficando, desde já, estabelecido que o Diretor de Relações com Investidores representará a Companhia junto aos órgãos reguladores de mercados de capitais, conforme o disposto na Instrução nº 202/93, alterada pela Instrução nº 309/99, ambas da Comissão de Valores Mobiliários.



CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Art. 35 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da Companhia, devendo funcionar permanentemente.

Art. 36 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - Eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 1 (um) exercício anual, assim considerado o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e devendo permanecer em seus cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal poderá solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Art. 37 - Ao Conselho Fiscal compete:

- I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- III. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV. denunciar aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes que descobrir e sugerir providências úteis à Companhia;
- V. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na ordem do dia das assembleias as matérias que considerar necessárias;
- VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balanço e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- VII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- VIII. exercer as atribuições previstas em lei ou definidas pela Assembleia Geral, no caso de liquidação da Companhia.

Art. 38 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada trimestre e extraordinariamente, quando necessário.

Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho Fiscal.





Parágrafo 2º - O quorum de instalação das reuniões do Conselho Fiscal é o da maioria dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião.

Art. 39 - Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do Conselheiro substituído.

Parágrafo 1º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, o membro do Conselho Fiscal será substituído pelo seu suplente, especificamente para cada reunião.

Parágrafo 2º - Ocorrendo vacância na maioria dos cargos e não havendo suplentes, será convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos.

Parágrafo 3º - O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 40 - O exercício social coincide com o ano civil.

Art. 41 - Juntamente com as demonstrações financeiras, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a participação dos empregados nos lucros, e sobre a destinação do lucro líquido do exercício, na forma da legislação vigente.

Parágrafo 1º - Dos lucros líquidos, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos, na forma do disposto no artigo seguinte.

Parágrafo 2º - À conta do lucro do exercício, de lucros acumulados ou de reservas de lucros, poderá o Conselho de Administração autorizar a distribuição de dividendos intermediários, observado o disposto no artigo 204 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76.

Art. 42 - Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais classe "B", até o limite da preferência; o saldo será pago aos titulares de ações ordinárias e preferenciais classe "A", observado quanto a estas últimas o disposto no artigo 11 do presente Estatuto.

Parágrafo 1º - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos "pro rata" dia, subsequente ao da realização do capital.

Parágrafo 2º - Os valores dos dividendos que são devidos aos acionistas, bem como quaisquer outros proventos, serão remunerados na forma que vier a ser deliberada pela Assembleia Geral, a partir da data do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

Parágrafo 3º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia.



Art. 43 - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.1995 e legislação e regulamentação pertinentes, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei nº 6.404/76, os quais serão imputados a esses mesmos dividendos e ao dividendo fixo das ações preferenciais classe "B", pelo correspondente valor líquido do imposto de renda.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 44 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, e elegerá o liquidante.


CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45 - As ações ordinárias e preferenciais classe "B" poderão, por solicitação de seus titulares, ser convertidas em ações preferenciais classe "A", na razão de uma ação preferencial classe "A" para cada ação ordinária ou preferencial classe "B" detida, respeitado o disposto no § 2º, do artigo 15, da Lei 6.404/1976, podendo o direito à conversão ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da ata da Assembleia Geral que aprovar tal conversão, podendo o Conselho de Administração estender ou reabrir o referido prazo.

Parágrafo Único - Caso o exercício da conversão de ações por acionistas titulares de ações ordinárias, nos termos do *caput* deste artigo, possa resultar em um número de ações preferenciais que exceda o limite legal de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia, a referida conversão será procedida mediante rateio entre os acionistas interessados, na proporção de sua participação no capital social, até o alcance do referido limite legal.

Leonardo R. Pimenta
Leonardo Roslindo Pimenta
OAB/RJ nº 88.060

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: TIENMAR NORTE LESTE S/A	
Nº: 11.3.0015258-0	
Protocolo: 00-2004/192632-3 - 21/12/2004	
CERTIFICAMOS QUE ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DO REGISTRO Nº 0000140566 DE 22/12/2004 NÃO PODENDO SER UTILIZADO SEPARADAMENTE	
 Valdir José Serrão SECRETÁRIO GERAL	

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)